ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 161 Brasília - DF, quarta-feira, 25 de agosto de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 10
Ministério da Cidadania 13
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 14
Ministério das Comunicações 15
Ministério da Defesa 17
Ministério do Desenvolvimento Regional 117
Ministério da Economia 117
Ministério da Educação 167
Ministério da Infraestrutura 170
Ministério da Justiça e Segurança Pública 174
Ministério do Meio Ambiente 189
Ministério de Minas e Energia 190
Ministério da Saúde 198
Ministério do Trabalho e Previdência 201
Ministério do Turismo 204
Ministério Público da União 207
Tribunal de Contas da União 207
Defensoria Pública da União 257
Poder Judiciário 258
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 259

..... Esta edição completa do DOU é composta de 264 páginas .....

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.776, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

§ 1º .....

.....

II - edição de portarias, resoluções ou instruções normativas conjuntas;

III - edição de portarias com atos de pessoal; ou

IV - manutenção da denominação de atos normativos editados antes da data de entrada em vigor deste Decreto.

§ 2º Os atos de pessoal de que trata o inciso III do § 1º são os atos referentes a agentes públicos nominalmente identificados." (NR)

"Art. 3º .....

.....

§ 3º As portarias com atos de pessoal:

I - terão numeração sequencial distinta, que se reiniciará a cada ano;

II - não conterão ementa; e

III - serão designadas, na epígrafe, com a denominação 'PORTARIA'." (NR).

"Art. 7º .....

.....

II - na revisão e na edição de ato consolidado sobre a matéria com revogação expressa dos atos anteriores;

II-A - na conclusão quanto à necessidade de revisão mais profunda do ato vigente, inclusive com possibilidade de alterações de mérito; ou

....." (NR)

"Art. 8º .....

.....

§ 1º Nas hipóteses previstas no **caput**, a revogação de atos normativos conjuntos poderá ser realizada por ato apenas do órgão ou da entidade que houver encaminhado o ato a ser revogado para publicação, desde que haja anuência dos demais subscritores.

§ 2º A revogação de atos normativos antigos e com dificuldades práticas de identificação poderá ser realizada pelo órgão ou pela entidade por meio da previsão de revogação de todos os atos normativos anteriores a determinada data, desde que:

I - a data de revogação não abranja atos normativos publicados após 5 de outubro de 1988; e

II - o ato revogador preveja **vacatio legis** de, no mínimo, três meses." (NR)

"Art. 11. .....

.....

Parágrafo único. O disposto no **caput** não afasta a possibilidade de, após exame, o órgão ou a entidade concluir que em alguns atos normativos específicos nada há para revisar ou consolidar.

"Art. 14. .....

.....

V - quinta etapa - até 31 de março de 2022.

Parágrafo único. O prazo para revisão e consolidação dos atos normativos conjuntos e daqueles que se enquadrem na hipótese prevista no inciso II-A do **caput** do art. 7º é o de 1º de agosto de 2022." (NR)

"Art. 18. .....

.....

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - na hipótese prevista no parágrafo único do art. 11; ou

II - aos atos normativos publicados após a data de entrada em vigor deste Decreto." (NR)

"**Divulgação final de cada consolidação**

Art. 19-A. Os órgãos e as entidades editarão ato com a relação das normas vigentes até:

I - 1º de setembro de 2022, para as normas vigentes em 1º de agosto de 2022; e

II - o término do segundo ano de cada mandato presidencial, para as normas vigentes até 30 de novembro do segundo ano do referido mandato." (NR)

"Art. 21. Os órgãos e as entidades da administração pública federal terão até 1º de agosto de 2022 para se adequar ao disposto no art. 16." (NR)

"Art. 22. O disposto no **caput** do art. 18 somente produzirá efeitos a partir de 1º de setembro de 2022." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira

DECRETO Nº 10.777, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública, na forma do Anexo, com o objetivo de estabelecer os parâmetros e os limites de atuação da atividade de inteligência de segurança pública no âmbito do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - Sisp.

Art. 2º Compete à Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública a coordenação das atividades de inteligência de segurança pública no âmbito do Sisp.

Parágrafo único. A coordenação a que se refere o **caput** será exercida em cooperação com os órgãos e as entidades que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência.

Art. 3º Os órgãos e as entidades que integram o Sisp, a que se referem o **caput** e o § 2º do art. 2º do Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, considerarão, em seus planejamentos de inteligência, ações que promovam o fortalecimento do Sisp.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Anderson Gustavo Torres

ANEXO

POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

1 INTRODUÇÃO

1.1 A Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública - PNISP, documento orientador da atividade de inteligência de segurança pública, é concebida em função dos valores e dos princípios fundamentais consagrados pela Constituição e elaborada com base na Política Nacional de Inteligência, na Política Nacional de Segurança Pública e Desenvolvimento Social - PNSPDS e nos fundamentos doutrinários da atividade de inteligência de segurança pública.

1.2 A PNISP estabelece os parâmetros e os limites de atuação da atividade de inteligência de segurança pública e os pressupostos, os objetivos, os instrumentos e as diretrizes a serem observados no âmbito do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - Sisp.

1.3 A PNISP é coordenada pela Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública e integrada pelos órgãos de segurança pública federais, estaduais e distrital, por meio das agências de inteligência a eles vinculadas.

1.4 Para fins de implementação da PNISP, a atividade de inteligência de segurança pública é conceituada como o exercício permanente e sistemático de ações especializadas destinadas à identificação, à avaliação e ao acompanhamento de ameaças reais e potenciais no âmbito da segurança pública, orientadas para a produção e a salvaguarda de conhecimentos necessários ao processo decisório no curso do planejamento e da execução da PNSPDS e das ações destinadas à prevenção, à neutralização e à repressão de atos criminosos de qualquer natureza que atentem contra a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

1.5 A atividade de inteligência de segurança pública divide-se, fundamentalmente, em dois ramos:

a) inteligência de segurança pública - que visa à produção e à difusão de conhecimentos para assessoramento às autoridades de segurança pública competentes, de modo a subsidiar o processo decisório no curso do planejamento e da execução das políticas de segurança pública; e

b) contrainteligência de segurança pública - que visa à prevenção, à detecção, à neutralização e à obstrução de ações e atividades que constituam ameaça à consecução plena da atividade de inteligência de segurança pública e à atuação livre dos órgãos de segurança pública e das suas estruturas de inteligência, nas quais se incluem os dados e o conhecimento sensíveis em poder do Estado.

2 PRESSUPOSTOS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.1 Obediência à Constituição e às leis

A inteligência de segurança pública desenvolve as suas atividades em estrita obediência ao ordenamento jurídico brasileiro, pautada pela fiel observância aos princípios, aos direitos e às garantias fundamentais expressos na Constituição, em prol da segurança pública, do bem-comum e da defesa dos interesses da sociedade e do Estado Democrático de Direito.

2.2 Atividade de Estado de caráter permanente

A atividade de inteligência de segurança pública é exclusiva de Estado, de caráter permanente, e constitui-se como instrumento de assessoramento do Sistema Único de Segurança Pública - Susp, indispensável à manutenção do Estado Democrático de Direito e à defesa de suas instituições; atende, precipuamente, aos interesses da sociedade e não se coloca a serviço de grupos, ideologias e objetivos mutáveis sujeitos, por exemplo, às conjunturas externas, econômicas ou político-partidárias.

2.3 Atividade de assessoramento oportuno

Cabe à inteligência de segurança pública contribuir com as autoridades constituídas por meio do fornecimento de informações oportunas, abrangentes e confiáveis, necessárias ao exercício do processo decisório, para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Cabe à atividade de inteligência de segurança pública acompanhar e avaliar as conjunturas interna e externa com vistas a identificar fatos ou situações que possam resultar em ameaças ou riscos aos interesses da sociedade e do Estado no âmbito da segurança pública; deve buscar suprimir ou minimizar essas ameaças ou riscos, de modo a evitar ou mitigar possíveis danos.

2.4 Atividade especializada

A atividade de inteligência de segurança pública é técnica e especializada, de natureza sigilosa, e tem o seu exercício alicerçado em conjunto sólido de princípios e valores profissionais com a utilização de metodologia própria estabelecida em doutrina comum às agências de inteligência, sem prejuízo da autonomia doutrinária conferida às instituições de segurança pública. A atividade de inteligência de segurança pública é realizada sob estrito amparo legal e busca, por meio do emprego de técnicas especializadas, a produção do conhecimento.

2.5 Conduta ética

A atividade de inteligência de segurança pública pauta-se pela conduta ética, que pressupõe conjunto de princípios orientadores do comportamento humano em sociedade. O comportamento dos profissionais de inteligência deve se pautar pelo cuidado com a preservação dos valores que determinam a primazia da verdade. Os valores éticos devem balizar tanto os limites de ação de seus profissionais quanto os usuários do conhecimento produzido.

2.6 Abrangência

A atividade de inteligência de segurança pública deve possuir abrangência que lhe possibilite prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos que possam representar ameaça à ordem pública, à incolumidade das pessoas e do patrimônio e ao meio ambiente.

Para aumentar a abrangência da atividade de inteligência de segurança pública, é importante a participação colaborativa da sociedade, de forma a potencializar a sua atuação e contribuir com o Estado na construção e na execução da política de segurança pública.

2.7 Gestão estratégica

Para promover a efetividade da atividade de inteligência de segurança pública, é imprescindível a adoção da gestão estratégica, desde o diagnóstico até o monitoramento dos seus resultados por intermédio de indicadores e metas, de forma a contribuir para o direcionamento adequado e efetivo dos ativos operacionais. Da mesma forma, a produção do conhecimento estratégico é essencial para a consecução dos objetivos da PNSPDS.

2.8 Interação entre as agências de inteligência

É imperioso que haja, além de integração, a interação entre as agências de inteligência e entre os integrantes da comunidade de inteligência. A interação implica estabelecer, estreitar e manter relações confiáveis e sistêmicas de cooperação, com vistas a otimizar o emprego de esforços para a consecução dos objetivos da atividade de inteligência de segurança pública. A interação tem como princípios a voluntariedade, a igualdade de direitos, a não ingerência em assuntos internos, a vantagem mútua e a imparcialidade.

2.9 Coordenação e controle

A atividade de inteligência de segurança pública pressupõe coordenação e controle que, por meio de canal técnico, conciliem interesses e conjuguem esforços para a consecução de objetivos, tarefas, propósitos e missões, e otimizem os meios disponíveis de modo a conferir mais efetividade às ações executadas para a obtenção, a análise e o processamento de dados, a produção e a difusão do conhecimento estratégico, em observância aos ditames legais e constitucionais.

2.10 Sigilo

O sigilo conferido à atividade de inteligência de segurança pública visa a preservar os profissionais de inteligência no exercício de suas atividades e os órgãos a que estão vinculados.

3 ESTADO, SOCIEDADE E ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

3.1 Em decorrência das necessidades e peculiaridades da segurança pública, foi criado o Sisp, por meio do Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, com o objetivo de coordenar e integrar a atividade de inteligência desenvolvida pelas forças de segurança pública e de subsidiá-las no processo decisório.

3.2 Desde então, a atividade de inteligência de segurança pública tem se destacado e, atualmente, tem fundamental importância para a implementação da PNSPDS e do Susp, instituídos pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.

3.3 A consolidação da atividade de inteligência de segurança pública, integrada nas esferas federal, estadual e distrital, pressupõe a excelência na prestação de serviços à sociedade por meio de ações de prevenção, repressão e monitoramento de fenômenos sociais de interesse da segurança pública e em situações de emergências e desastres.

3.4 A atividade de inteligência de segurança pública opera por meio de estudos destinados à compreensão de eventos, ações e atividades que possam comprometer a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio e o meio ambiente.

3.5 O desenvolvimento das tecnologias da informação e das comunicações impõe a implementação e a utilização de instrumentos e técnicas avançadas de apoio que sejam capazes de analisar, com tecnologia de ponta e profissionais qualificados, as ações nocivas realizadas no espaço cibernético, considerada a migração massiva de práticas ilícitas e criminosas para esse espaço, o que tem tornado a sociedade mais vulnerável.

3.6 A produção de conhecimento para a implementação da PNSPDS decorrerá do mapeamento da criminalidade, da identificação de seus atores e de suas áreas de atuação e do delineamento das modalidades criminosas, dos níveis de periculosidade e de seus fatores de influência, com vistas à obtenção de conhecimentos úteis à leitura e à comunicação real quanto aos cenários possíveis, de modo a subsidiar o processo decisório na adoção das medidas necessárias à prevenção e ao combate às ações e atividades nocivas.

4 PANORAMA DA SEGURANÇA PÚBLICA NA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

4.1 A preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente, o enfrentamento à criminalidade e a superação do quadro de violência na sociedade constituem grandes desafios para a segurança pública e o sistema de justiça do País.

4.2 Nesse contexto, o combate ao crime organizado, aos crimes violentos e à prática da corrupção destacam-se como prioridades do Estado, no enfrentamento às vicissitudes tendentes a comprometer a estabilidade e o bom funcionamento das instituições e do Estado Democrático de Direito, inclusive no espaço cibernético.

4.3 Apesar dos avanços no investimento e na política de segurança pública, o crime organizado se mantém por meio de suas diversas faces, principalmente com o surgimento de organizações criminosas oriundas do sistema prisional, de milícias em grandes centros urbanos e, com a expansão da área de atuação das facções criminosas, em diferentes regiões e ambientes.

4.4 Nesse cenário, os crimes violentos, o tráfico de drogas, pessoas, armas e munições, a violência patrimonial e doméstica e as situações de emergência provocadas pelo homem ou pela natureza impõem ao Estado grandes desafios na implementação de políticas públicas de segurança.

4.5 Em relação à criminalidade violenta, verifica-se que o País tem enfrentado muitos desafios para garantir o direito à segurança e à vida, tanto para a população de forma geral quanto para os agentes de segurança pública e os grupos vulneráveis.

4.6 A atuação por meio da inteligência potencializa os resultados da PNSPDS e evita consequências negativas para o desenvolvimento econômico trazidas pelo descontrole na criminalidade, que pode afetar os investimentos, o consumo e o uso eficiente dos recursos disponíveis.

4.7 Cabe à atividade de inteligência de segurança pública, em seu papel fundamental de produção de conhecimento para subsidiar o processo decisório, delinear o perfil dessas ameaças e adotar medidas preventivas e repressivas que identifiquem os atores envolvidos e diminuam a sua capacidade de agir. A realidade heterogênea dos Estados, associada à extensão continental do País, exige a busca de soluções integradas e articuladas do Susp na inteligência de segurança pública.

4.8 A institucionalização da integração na atividade de inteligência de segurança pública traduz o reconhecimento da importância da produção de conhecimento para subsidiar o processo decisório para implementação de soluções apropriadas às realidades regionais na temática da segurança pública e a aprimorar o aparato do Estado destinado à garantia do bem-estar da população.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

SAVIO LUCIANO DE ANDRADE FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

5 INSTRUMENTOS

5.1 A PNISP foi elaborada em consonância com o arcabouço normativo de inteligência, com observância às regras atinentes à temática da segurança pública, pautada no respeito às instituições, aos métodos, aos processos, às ações e aos recursos necessários à consecução dos seus objetivos.

5.2 Constituem instrumentos basilares para execução da PNISP:

a) o Sisp;

b) a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública - ENISP;

c) o Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública;

d) a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública;

e) as diretivas e as prioridades estabelecidas pelas autoridades competentes;

f) o intercâmbio de dados e conhecimentos no âmbito do Sisp;

g) o planejamento do regime de cooperação entre órgãos que integram o Sisp;

h) a formação, a capacitação e o desenvolvimento de profissionais para a atividade de inteligência de segurança pública;

i) a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico no âmbito da inteligência e da contrainteligência de segurança pública;

j) os ajustes de cooperação por meio de instrumentos específicos entre órgãos ou entidades da administração pública federal, das unidades federativas ou da iniciativa privada;

k) os recursos financeiros necessários à consecução das atividades de inteligência de segurança pública;

l) o controle interno e externo da atividade de inteligência de segurança pública;

m) o intercâmbio de inteligência de segurança pública e a cooperação técnica internacional; e

n) a garantia da regularidade orçamentária para execução da atividade de inteligência de segurança pública.

6 PRINCIPAIS AMEAÇAS

6.1 Criminalidade violenta

Na sistemática do comportamento criminoso, entende-se como criminalidade violenta os relacionamentos que resultam em conflito, lesão física grave ou morte. A criminalidade violenta exige especial atenção da atividade de inteligência de segurança pública, porque expõe a população a riscos e danos e potencializa a sensação de insegurança.

6.2 Crime organizado

O crime organizado apresenta significativa abrangência e projeta sua influência, direta ou indiretamente, na sociedade.

O alcance do crime organizado recai sobre delitos de amplitude interestadual e transnacional, com vertentes no sistema prisional, em dimensão tal que contribui para o desenvolvimento de outros fenômenos criminais.

Trata-se de ameaça à segurança pública e ao sistema de justiça, e exige combate enérgico e eficiente por parte das agências de segurança pública, do sistema de justiça criminal e da sociedade.

Seu enfrentamento demanda integração entre os órgãos do Sisp, a fim de potencializar a identificação de redes criminais, seus integrantes e suas relações e de possíveis desdobramentos de sua atuação. Além disso, a produção de conhecimento sobre as origens, as trajetórias e os efeitos do crime organizado está entre as principais contribuições da atividade de inteligência de segurança pública para o sistema de segurança pública e defesa social.

6.3 Corrupção

A corrupção promovida por agentes públicos ou privados, de forma passiva ou ativa, impacta negativamente a administração pública e resulta no descrédito das instituições do Estado perante a sociedade.

Entre os prejuízos causados pela corrupção, destacam-se aqueles relacionados à lavagem de dinheiro, que mantém estreita ligação com o crime organizado e cujas consequências sociais e econômicas são de grande relevância.

A atividade de inteligência de segurança pública deve subsidiar os órgãos de controle e fiscalização do Estado para uma repressão qualificada da corrupção por meio da produção de conhecimentos que auxiliem a sua identificação e o seu enfrentamento.

6.4 Lavagem de dinheiro e evasão de divisas

A lavagem de dinheiro constitui o principal mecanismo de ocultação e dissimulação da natureza, da origem, da localização, da disposição, da movimentação da propriedade de bens, dos direitos ou dos valores provenientes direta ou indiretamente de infrações penais.

De igual modo, a evasão de divisas compromete a regularidade da política cambial com sérios impactos econômicos e monetários, além de impedir a fiscalização do registro adequado das operações financeiras internacionais.

Nesse contexto, a atividade de inteligência de segurança pública deve se materializar em ações coordenadas entre os integrantes do Sisp e os demais órgãos especializados, tais como as unidades de inteligência financeira, a fim de qualificar a prevenção e a repressão aos delitos de lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

6.5 Ações contrárias à segurança pública no espaço cibernético

São ações perpetradas por meio da utilização de recursos tecnológicos em espaço cibernético, com potencial de comprometer a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio e o meio ambiente e de manipular a opinião pública com vistas à obtenção de vantagens indevidas em detrimento do bom funcionamento de instituições públicas e privadas.

A utilização massiva de tecnologias da informação e comunicação tem tornado vulneráveis todos os setores da sociedade. Observa-se a ampliação e a migração de práticas ilícitas para o espaço cibernético.

Tal cenário impõe desafios à preservação da ordem pública, à repressão criminal tradicional e ao ordenamento jurídico brasileiro, o que demonstra a relevância e a imprescindibilidade de inserção, aprimoramento e atuação integrada da atividade de inteligência de segurança pública no contexto do uso massificado das novas tecnologias virtuais emergentes.

6.6 Ações contrárias ao Estado Democrático de Direito

Consideram-se ações contrárias ao Estado Democrático de Direito aquelas que atentem contra o pacto federativo, a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, os direitos e as garantias fundamentais, a dignidade da pessoa humana, a cidadania e o meio ambiente, além de outros atos ou atividades que representem ou possam representar risco aos preceitos constitucionais relacionados à integridade do Estado.

A concretização de ações contrárias ao Estado Democrático de Direito representa risco grave à segurança pública e à harmonia da convivência social; portanto, deve ser objeto de atenção efetiva e sistemática da atividade de inteligência de segurança pública.

6.7 Desastres de causas naturais ou tecnológicas com impacto na segurança pública

Os desastres naturais e tecnológicos podem ter impactos consideráveis na segurança pública e implicar ofensas à vida, à saúde, à liberdade, à propriedade, ao meio ambiente, ao bom funcionamento dos serviços públicos e a outros bens jurídicos penalmente tutelados.

6.8 Ações contrárias à segurança de infraestruturas críticas com impacto na segurança pública

As ações que atentem contra as instalações, os serviços, os bens e os sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, possa provocar sérios impactos sociais, ambientais, econômicos, políticos e internacionais, demandam medidas a fim de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

7 OBJETIVOS

Os objetivos da PNISP devem contribuir para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio da produção de conhecimentos. São eles:

a) acompanhar e avaliar conjunturas de interesse da segurança pública, além de subsidiar o processo decisório e a ação do Estado;

b) identificar fatos ou situações que representem ameaças, riscos ou oportunidades que possam impactar na atuação dos órgãos que integram o Susp;

c) subsidiar a execução da PNSPDS e do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública;

d) fortalecer o Sisp;

e) consolidar a integração dos órgãos de inteligência de segurança pública;

f) conscientizar a sociedade e os poderes constituídos acerca da importância da atividade de inteligência de segurança pública; e

g) proteger a atividade de inteligência de segurança pública e os seus ativos, em especial os profissionais de inteligência.

8 DIRETRIZES

8.1 Produzir conhecimento para o enfrentamento da criminalidade organizada e violenta

A produção de conhecimento pela atividade de inteligência de segurança pública tem como finalidade precípua o enfrentamento à criminalidade.

Nesse contexto, não há como se desprender de questões relacionadas à prevenção e à repressão dos crimes interestaduais e transnacionais, em razão da mobilidade criminal proporcionada pela extensão e pela permeabilidade da fronteira terrestre brasileira, que passa por dez países.

A atividade de inteligência de segurança pública deve abordar o fenômeno social da criminalidade de forma dinâmica, abrangente e sistêmica, por meio da produção de conhecimentos úteis, precisos e oportunos ao desenvolvimento de políticas e estratégias de segurança pública e defesa social.

8.2 Aperfeiçoar as inteligências cibernética, financeira e de sinais

Consiste em capacitar profissionais e aprimorar, permanentemente, as técnicas e os meios necessários ao desenvolvimento da atividade de inteligência de segurança pública essenciais à detecção, ao acompanhamento, ao processamento, à produção, ao compartilhamento e à preservação de dados e informações obtidos nas esferas cibernética, financeira e de sinais.

É imprescindível e urgente aperfeiçoar as tecnologias existentes e promover a especialização em inteligência cibernética, financeira e de sinais como ferramenta de enfrentamento ao crime organizado, à lavagem de dinheiro, à corrupção e às ações de interesse da segurança pública, no espaço cibernético ou por meio dele.

8.3 Fomentar a integração da atividade de inteligência de segurança pública

Uma característica importante da atividade de inteligência de segurança pública é o seu alcance. Um conhecimento completo, abrangente, preciso e oportuno, cujos dados possam ser extraídos de todas as fontes possíveis, com análise do máximo de variáveis implicadas, é o objetivo a ser atingido.

Nesse contexto, os órgãos que integram o Sisp devem operar em um regime de constante interação, de forma a relacionarem-se e estabelecerem ligações para otimizar os esforços conjuntos para a consecução de seus objetivos.

As missões e atribuições da atividade de inteligência de segurança pública devem ser realizadas com a disponibilidade sistêmica de acesso a dados e conhecimentos entre os órgãos que integram o Sisp. Além disso, são importantes as ações destinadas à cooperação nas áreas de ensino, com capacitação e treinamento dos profissionais de inteligência, e à integração operacional.

8.4 Subsidiar ações de preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio e do meio ambiente

A atividade de inteligência de segurança pública exerce papel primordial no processo decisório, com o fornecimento de informações de interesse da segurança pública em todos os seus níveis.

A preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio e do meio ambiente tem por objetivo garantir o bem-estar e a segurança da sociedade diante de situações que possam ameaçá-la ou causar dano.

Nesse contexto, torna-se necessária a produção de conhecimento, com diagnósticos e prognósticos, para subsidiar os seus usuários no processo decisório, com vistas à proteção da sociedade e do meio ambiente por meio do desenvolvimento da cultura de prevenção a partir da responsabilidade social e da participação da sociedade, do intercâmbio técnico científico e da uniformização de normas e procedimentos.

8.5 Promover o respeito aos direitos humanos

Para que as ações desenvolvidas no âmbito da atividade de inteligência de segurança pública sejam plenas, há de se resguardar os direitos e as garantias fundamentais, em defesa dos direitos humanos. Nesse esteio, torna-se premente o enfrentamento, em especial, à criminalidade violenta, em que o bem a ser garantido, em última análise, é a vida.

A defesa dos preceitos de direitos humanos vincula a atividade de inteligência de segurança pública também à proteção de minorias e de outros grupos vulneráveis, com especial atenção à prevenção e à repressão aos crimes de ódio ou intolerância.

A atividade específica de produção de conhecimento estratégico deve ocorrer em subsídio ao desenvolvimento de políticas de caráter preventivo e repressivo em que a atividade de inteligência de segurança pública atue como suporte informacional para a consecução de ações de repressão efetiva a práticas criminosas.

8.6 Garantir a proteção aos profissionais de inteligência

A proteção ao profissional de inteligência perpassa pela garantia legal de sua ação e por um processo regular e criterioso de recrutamento, seleção e desligamento da atividade de inteligência de segurança pública.

O sigilo e as prerrogativas funcionais permitem proteger a instituição, a agência de inteligência e o profissional, e potencializam os resultados da atividade de inteligência de segurança pública.

Assim, o aprimoramento do processo de recrutamento administrativo e a aprovação de normas que versem sobre as suas prerrogativas funcionais são fundamentais para permitir a proteção efetiva da atividade de inteligência de segurança pública.

8.7 Fortalecer a atividade de inteligência de segurança pública

A produção do conhecimento estratégico na atividade de inteligência de segurança pública exige a atuação de agências de inteligência regulamentadas, estruturadas e aparelhadas com tecnologia compatível e profissionais capacitados, o que torna imprescindível a aquisição e a formação de recursos materiais, humanos, tecnológicos e financeiros à altura da complexidade imposta pela realidade do ambiente de inteligência na segurança pública.

Desse modo, deve ser viabilizada a expansão da capacidade operacional da atividade de inteligência de segurança pública, a fim de promover o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro com instrumentos que amparem as suas atividades, aptos à promoção da integração entres os órgãos que integram o Sisp.

Ademais, o fortalecimento da atividade de inteligência de segurança pública perpassa pelo fomento de sistemas estaduais e distrital de inteligência de segurança pública e pelo aperfeiçoamento dos sistemas existentes, em consonância com a PNISP, de modo a promover o desenvolvimento estrutural das agências de inteligência de segurança pública e a consequente efetividade de suas ações.

8.8 Fomentar o compartilhamento de informações com o Sistema Brasileiro de Inteligência

A cooperação com o Sistema Brasileiro de Inteligência é medida que se impõe à atividade de inteligência de segurança pública, pelo mapeamento de ameaças de diferentes origens e com distintos interesses, que devem ser continuamente monitoradas pelas agências de inteligência competentes, de forma a minimizar os riscos impostos ao funcionamento das infraestruturas críticas nacionais, além de permitir identificar oportunidades ou áreas de interesse estratégico no âmbito da segurança pública.

8.9 Fomentar o compartilhamento de informações com as agências de inteligência do sistema prisional

Em razão da existência de organizações criminosas nas unidades prisionais e da sua repercussão na preservação da paz social e da ordem pública, deve haver compartilhamento contínuo de dados e informações que objetivem a prevenção, a repressão e a neutralização de ameaças advindas de grupos de pessoas sob a custódia prisional do Estado, com benefícios à eficiência e ao bom funcionamento da segurança pública.

8.10 Estimular a produção de conhecimento destinada à prevenção e à resposta a situações de emergência e a desastres

Situações de emergências e desastres causam danos humanos, materiais e ambientais, com prejuízos econômicos e sociais, públicos e privados.

Assim, devem ser realizados diagnósticos e prognósticos oportunos, que impactem na adoção de medidas de segurança pública e de defesa social efetivas por meio da produção de conhecimentos destinados a reduzir a ocorrência e a intensidade de situações de emergência e desastres, por meio da identificação, do mapeamento e do monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais, para o desenvolvimento de processos, produtos e protocolos destinados à segurança contra incêndio e pânico e à proteção de pessoas e bens e à defesa social.

Nesse contexto, é importante que a atividade de inteligência de segurança pública produza conhecimento com o objetivo de aprimorar os procedimentos de prevenção, preparação e resposta a situações de emergência e desastres, por meio da identificação, da análise e da avaliação de riscos, a fim de evitá-los ou mitigá-los.

DECRETO Nº 10.778, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.675, de junho de 2018, e na Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovada a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública, na forma do Anexo.

Art. 2º A Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública tem o objetivo de estabelecer os parâmetros e os limites de atuação da atividade de inteligência de segurança pública e de seus executores, no âmbito do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública - Sisp.

Art. 3º Compete à Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública a coordenação das atividades de inteligência de segurança pública no âmbito do Sisp.

Parágrafo único. A coordenação a que se refere o **caput** será exercida em cooperação com os órgãos e as entidades que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência.

Art. 4º Os órgãos e as entidades que integram o Sisp, a que se referem o **caput** e o § 2º do art. 2º do Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, considerarão, em seus planejamentos de inteligência, ações que promovam o fortalecimento do Sisp.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Anderson Gustavo Torres

ANEXO
ESTRATÉGIA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

Os grandes desafios enfrentados pela segurança pública, tais como, a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, do meio ambiente e o enfrentamento à criminalidade organizada e violenta exigem que se estabeleça uma estratégia capaz de subsidiar os tomadores de decisão, para o planejamento e execução de políticas de segurança pública.

Nesse contexto, a atividade de inteligência de segurança pública assume papel fundamental por meio da produção de conhecimento permanente e oportuna em um ambiente que exige integração de diferentes instituições, uniformização de atuação, incorporação de novas tecnologias e de métodos científicos.

Diante desse cenário, surge a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública - ENISP, que é o documento de orientação estratégica decorrente da Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública - PNISP.

A ENISP orientará a formulação do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública, pois consolida conceitos e identifica os principais desafios para a atividade de inteligência de segurança pública e define eixos estruturantes e objetivos estratégicos, de forma a criar as melhores condições para que o Brasil possa se antecipar às ameaças e aproveitar as oportunidades no campo da segurança pública.

A partir de uma ampla discussão, a elaboração da ENISP contou com a participação de dois representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, um representante da Polícia Federal; um representante da Polícia Rodoviária Federal; um representante do Departamento Penitenciário Nacional; três representantes das forças militares de segurança pública, indicados pelo Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; cinco representantes da Secretarias Estaduais de Segurança, um representante de cada região geográfica do País, indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública; dois representantes do Conselho Nacional de Justiça; dois representantes do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; dois representantes da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional. Trata-se de um instrumento de execução da PNISP no período entre 2021 e 2025.

1.1. A atividade de inteligência de segurança pública

Os órgãos e as entidades responsáveis pela atividade de inteligência de segurança pública desenvolvem suas atividades de maneira permanente, em estrita obediência ao ordenamento jurídico brasileiro e em prol da sociedade, da manutenção do Estado Democrático de Direito e da defesa de suas instituições e contribuem com as autoridades constituídas, por meio do fornecimento de informações oportunas, abrangentes e confiáveis necessárias ao exercício do processo decisório.

Compete aos referidos órgãos e entidades acompanhar e avaliar as conjunturas interna e externa, com vistas a identificar fatos ou situações que possam resultar em ameaças e oportunidades no âmbito da segurança pública, por meio de uma leitura de cenários, que possibilitem ao tomador de decisão adotar as medidas adequadas, com vistas à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio e do meio ambiente.

A atividade de inteligência de segurança pública figura como importante ferramenta e deve cuidar do desenvolvimento de técnicas e processos capazes de analisar grande volume de dados, por meio de profissionais qualificados e soluções tecnológicas e contribuir para atender o anseio social por um País mais seguro.

No cenário da implementação da ENISP adota-se, conforme disposto na PNISP, o seguinte conceito de a atividade de inteligência de segurança pública: é o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera de segurança pública, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários para subsidiar os tomadores de decisões e para o planejamento e execução de política de segurança pública e das ações voltadas para prever, prevenir, neutralizar e reprimir atos criminosos de qualquer natureza, que atentem contra a ordem pública, a incolumidade das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente.

A atividade de inteligência de segurança pública divide-se, fundamentalmente, em dois eixos, intrinsecamente relacionados:

a) atividade de inteligência de segurança pública: objetiva produzir e difundir conhecimentos, para assessorar as autoridades competentes de segurança pública no processo decisório relacionado ao planejamento e à execução de política de segurança pública e de ações direcionadas à preservação da ordem pública e da paz social.

b) atividade de contrainteligência de segurança pública: objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações que constituam ameaça à atividade de inteligência de segurança pública e à instituição a qual pertence e salvaguardar dados e conhecimentos sensíveis.

1.2. Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública

A PNISP foi desenvolvida em consonância com os valores e princípios da Constituição, com base na Política Nacional de Inteligência, na Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS e em fundamentos doutrinários da atividade de inteligência de segurança pública.

São definidos os parâmetros e limites de atuação dos órgãos e das entidades responsáveis pela atividade de inteligência de segurança pública, e seus pressupostos, seus objetivos, seus instrumentos e suas diretrizes, no âmbito do Sisp, além de serem identificadas as principais ameaças, as quais apresentam potencial ou capacidade de colocar em risco a segurança da sociedade e do Estado.

1.3. Subsistema de Inteligência de Segurança Pública

O Sisp foi criado no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, por meio do Decreto nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, com a finalidade de coordenar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública em todo o País e suprir os governos federal, estaduais e distrital com informações que subsidiem o processo decisório.

Compete aos integrantes do Sisp identificar, acompanhar e avaliar ameaças reais ou potenciais à segurança pública, estabelecer normas e produzir conhecimentos que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza.

Com fundamento no disposto no Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, à Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça e Segurança Pública compete planejar, coordenar, integrar, orientar e supervisionar, como agência central do Sisp, as atividades de inteligência de segurança pública em âmbito nacional, sem prejuízo da autonomia dos órgãos e das entidades que integram o referido subsistema.

1.4. Coordenação e controle da inteligência de segurança pública

As ações adversas pretendidas por grupos criminosos e aquelas contrárias ao Estado Democrático de Direito representam constantes ameaças à sociedade e às suas estruturas fundamentais.

Em consequência, o sigilo e a discrição devem ser a regra geral observada pelos órgãos e pelas entidades responsáveis pela atividade de inteligência de segurança pública. Do contrário, a previsão de ameaças e a implantação de contramedidas eficazes restariam infrutíferas. Não menos importante é a difusão rápida, adequada e segura dos conhecimentos produzidos.

Desta forma, o equilíbrio entre a proteção e a difusão do conhecimento deve ser observado nessa importante atividade do Estado.

O sigilo necessário ao sucesso dos trabalhos desenvolvidos e à proteção dos profissionais de inteligência de segurança pública deve estar alinhado à Constituição e às leis, o que torna a submissão aos ditames legais e aos instrumentos norteadores da atividade o ponto crucial de legitimação.

O exercício da atividade de inteligência de segurança pública, exclusivamente estatal, depende da coordenação integrada entre as diversas agências de inteligência de segurança pública, em seus níveis político, estratégico, tático e operacional, e objetiva a produção do conhecimento e o controle adequados, por meio de supervisão e acompanhamento das ações de inteligência de segurança pública.

2. MISSÃO DO SUBSISTEMA DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Integrar e desenvolver nacionalmente a atividade de inteligência de segurança pública a fim de promover e defender os interesses da sociedade e do Estado.

3. VISÃO DO SUBSISTEMA DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Consolidar-se como estrutura principal de integração das agências de inteligência e contribuir para a excelência das ações de segurança pública.

4. VALORES

Os órgãos e as entidades responsáveis pela atividade de inteligência de segurança pública desenvolvem suas atividades em estrita obediência ao ordenamento jurídico brasileiro, pautando-se pela fiel observância aos princípios, direitos e garantias fundamentais expressos na Constituição, em prol da segurança pública, do bem comum e da defesa dos interesses da sociedade e do Estado Democrático de Direito.

De acordo com a PNISP, a atividade de inteligência de segurança pública deve pautar-se pela conduta ética, que pressupõe um conjunto de princípios orientadores do comportamento humano em sociedade.

Os valores da atividade de inteligência de segurança pública observados nas ações individuais e coletivas dos representantes dos órgãos e das entidades são:

- o respeito: pautar-se pela convivência harmônica, com objetivo de respeitar a dignidade do indivíduo e os interesses coletivos;

- a discrição: portar-se de forma equilibrada e ponderada, com vistas a uma conduta discreta, a fim de preservar a atividade de inteligência de segurança pública e seus ativos;

- o senso moral: apreciar cautelosamente sua conduta por meio dos ditames morais;

- a excelência: realizar as atividades com dedicação, qualidade e profissionalismo, de forma metódica, diligente e oportuna;

- a imparcialidade: buscar a verdade no interesse da sociedade e do Estado, isentando-se de ideias preconcebidas, interesses particulares ou corporativos.

5. AMBIENTE ESTRATÉGICO

O mandamento constitucional relativo às forças de segurança pública, acrescido do pertinente interesse pelo meio ambiente, exige dos órgãos e das entidades a promoção das melhores práticas que subsidiem o processo decisório. A atividade de inteligência de segurança pública se apresenta, nesse contexto, como uma das principais estruturas na tarefa de estudar e conhecer os aspectos peculiares sobre os anseios da sociedade, cuja resposta se materializa na atuação do poder público. É nesse cenário que se analisa o ambiente estratégico no qual a atividade de inteligência de segurança pública está inserida.

O desenvolvimento das atividades de segurança pública ao longo da história aponta para esse momento, salientando que a evolução da sociedade, em cada período da trajetória da civilização, determinou o aprimoramento dos sistemas e da forma de se promover e garantir a ordem pública.

Observa-se um progresso sem precedentes no desenvolvimento científico e tecnológico que, por um lado, permite-nos viver em uma sociedade com processos e tarefas cada vez mais simples e ágeis, mas, por outro, favorece a adaptação e a criação de formas de transgredir o contrato social. Esse quadro exige das forças de segurança pública a promoção de políticas voltadas para garantir a proteção efetiva da sociedade enquanto ela se desenvolve.

Destaca-se que, dentre os elementos de desenvolvimento tecnológico, as formas de se comunicar e compartilhar informações estão entre as que apresentam a mais notável evolução recente. Diante disso abre-se, nesse contexto, uma oportunidade às instituições encarregadas da atividade de inteligência de segurança pública para consolidar sua atuação e fortalecer os níveis de integração e intercâmbio de dados e conhecimentos. O produto dessas interações, proporcionadas pelas novas ferramentas tecnológicas cada vez mais ágeis e precisas, contribui para consolidar a atividade de inteligência de segurança pública como instrumento essencial ao assessoramento no processo decisório das autoridades em segurança pública. A cooperação entre os diversos organismos de segurança pública objetiva, principalmente, o enfrentamento das questões contrárias à ordem pública na sociedade atual.

Por outro lado, o desenvolvimento das formas de comunicação também apresenta desafios à segurança e à atuação objetiva das instituições de inteligência de segurança pública, sobretudo pelo aumento do volume de dados produzidos, compartilhados e expostos.

Essas ações, embora desenhadas com propósitos pacíficos e honestos, são objeto também da cobiça em contextos de crime e transgressão e exigem do Poder Público o planejamento e a execução de atividades destinadas ao enfrentamento das novas ameaças. Nesse quesito, destaca-se a importância de uma inteligência de segurança pública voltada para a ciência de dados, preparada para lidar com a coleta, busca, estruturação e análise de grandes volumes de dados.

O espaço cibernético se apresenta como uma das principais dimensões de potencial atuação para a atividade de inteligência de segurança pública, seja pela crescente utilização nas rotinas da sociedade, seja pelo aumento na quantidade de ilícitos praticados nesse ambiente. Não somente os crimes já consumados, como também uma série de ameaças anunciadas ou em preparação, podem ser identificados com o uso de ferramentas de inteligência tecnológica e promover, assim, uma efetiva prevenção de transgressões à ordem pública.

O desenvolvimento da sociedade, impulsionado pelo uso de novas tecnologias, é acompanhado pelo aumento da mobilidade entre as diversas regiões do planeta. Esse cenário aponta para, mesmo em nível regional, uma crescente preocupação com os crimes interestaduais e transnacionais. A cooperação entre as agências de inteligência de segurança pública se reveste, portanto, de uma característica imperativa de intercâmbio de dados, conhecimentos e boas práticas na realização de suas atividades. A concretização desse trabalho conjunto permite o enfrentamento padronizado da criminalidade, independentemente de seu local de origem ou consumação, colaborando para a proteção das fronteiras do País e dos limites entre as unidades federativas.

Assim, a maior interação das comunidades representa, além de um objetivo, um desafio à atividade de inteligência de segurança pública. A análise detalhada da criminalidade violenta, tanto a eventual, quanto aquela associada a grupos criminosos organizados, representa uma questão cada vez mais premente de enfrentamento. Ações de inteligência podem contribuir tanto para o mapeamento e estudo das formas de transgressão realizadas sob violência, ao fornecer importantes subsídios à prevenção da criminalidade, quanto para a identificação de pessoas, a análise de grupos organizados e a busca por elementos que permitam a repressão das práticas delitivas mais destacadas e cujo impacto social é mais patente.

A corrupção, em suas diversas formas, também pode ser enfrentada com a contribuição da atividade de inteligência de segurança pública. As possibilidades de incremento no uso de ferramentas tecnológicas e o aumento da cooperação entre os atores encarregados das atividades de inteligência no campo da segurança pública destacam-se, cada vez mais, nos esforços de combate à corrupção. A instalação de laboratórios de tecnologia para auxílio no combate à lavagem de dinheiro, estratégia encampada e promovida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública há alguns anos, tem permitido um eficiente enfrentamento da questão, que pode ainda ser potencializado pela adoção de novas tecnologias e capacitação de novos quadros de pessoal.

A partir da análise desse ambiente estratégico e observadas as prescrições contidas na PNISP, foram identificadas as principais ameaças à aplicação da lei para preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio e do meio ambiente. Além disso, destacam-se oportunidades para consolidar a atividade de inteligência de segurança pública por meio da cooperação entre seus atores e instituições e para obter desenvolvimento científico e tecnológico das ferramentas utilizadas na produção de conhecimento.

5.1. Ameaça

Segue um extrato do enfoque utilizado na PNISP para cada ameaça:

Criminalidade violenta

A criminalidade violenta, que não se restringe aos crimes violentos letais e intencionais, exige especial atenção da atividade de inteligência de segurança pública, haja vista que expõe a população a riscos e danos e provoca uma sensação de insegurança.

Criminalidade organizada

O fenômeno da criminalidade organizada tem abrangência significativa e projeta sua influência, direta ou indiretamente, na sociedade. Seu alcance recai sobre crimes interestaduais e transnacionais e sobre o sistema prisional, em uma dimensão fluida que contribui para o desenvolvimento de uma série de outros fenômenos criminais.

Corrupção

A corrupção promovida por agentes públicos ou privados, de forma passiva ou ativa, impacta negativamente a administração pública e resulta no descrédito das instituições do Estado perante a sociedade.

Lavagem de dinheiro e evasão de divisas

A lavagem de dinheiro é o principal mecanismo de ocultação e dissimulação da natureza, origem, localização, disposição e movimentação da propriedade de bens, direitos ou valores provenientes direta ou indiretamente de infrações penais.

De igual modo, a evasão de divisas compromete a regularidade da política cambial com sérios impactos econômicos e monetários, além de impedir a fiscalização do registro adequado das operações financeiras internacionais.

Ações contrárias à segurança pública no espaço cibernético

A utilização massiva de tecnologias da informação e comunicação torna vulneráveis todos os setores da sociedade, observando-se um fenômeno de ampliação e migração de práticas ilícitas para o espaço cibernético.

Ações contrárias ao Estado Democrático de Direito

A concretização de ações contrárias ao Estado Democrático de Direito representa grave risco à segurança pública e à harmonia da convivência social, portanto, deve ser objeto de atenção relevante e sistemática dos órgãos e das entidades responsáveis pela atividade de inteligência de segurança pública.

Desastres de causas naturais e/ou tecnológicas que impactam na segurança pública

Os desastres naturais e tecnológicos podem ter impactos consideráveis na segurança pública e implicar em ofensas à vida, à saúde, à liberdade, à propriedade, ao meio ambiente, ao bom funcionamento dos serviços públicos e a outros bens jurídicos penalmente tutelados.

Ações contrárias à segurança de infraestruturas críticas que impactam na segurança pública

As ações que atentem contra as instalações, os serviços, os bens e os sistemas e cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, possa provocar sérios impactos sociais, ambientais, econômicos, políticos e internacionais demandam medidas a fim de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio.

5.2. Oportunidades

Conjuntura favorável à atividade de inteligência

O reconhecimento da atividade de inteligência como subsídio ao processo decisório contribuirá para uma segurança pública de melhor qualidade, sobretudo no enfrentamento à criminalidade organizada e violenta, uma vez que a inteligência de segurança pública aborda o fenômeno social da criminalidade de forma dinâmica, abrangente e sistêmica e produz conhecimentos úteis, precisos e oportunos ao desenvolvimento de políticas e estratégias de segurança pública e defesa social.

Nesse sentido, a atividade de inteligência de segurança pública figura como importante ferramenta e necessita consolidar sua estrutura, com a implementação de sistemas estaduais e distrital de inteligência de segurança pública e o aperfeiçoamento dos sistemas existentes, entre outras ações.

Cooperação

As ações integradas de segurança pública resultam em uma melhor prestação de serviços para a sociedade na medida em que contribuem para a prevenção, a repressão e o acompanhamento de fenômenos sociais de interesse da segurança pública. Nesse sentido, a integração e a cooperação entre as agências e a comunidade de inteligência otimizam esforços para a consecução dos objetivos da atividade de inteligência de segurança pública.

Um conhecimento completo, abrangente, preciso e oportuno, cujos dados possam ser extraídos de fontes diversas, com análise de variáveis implicadas, é o objetivo a ser atingido.

Nesse contexto, os órgãos e as entidades que integram o Sisp devem operar em um regime de constante interação, relacionar e estabelecer ligações interinstitucionais a fim de alcançar seus propósitos, em especial na prevenção e repressão dos crimes interestaduais e transnacionais.

Desenvolvimento científico e tecnológico

Atualmente, o desenvolvimento científico e tecnológico é um fator dinâmico que interfere na realidade e que propicia o avanço dos conhecimentos e a disseminação de informações. A produção e o acompanhamento das mudanças científicas e tecnológicas são elementos estratégicos para o desenvolvimento e o aprimoramento da atividade de inteligência, já que intensificam a criação de novos meios de trabalho e possibilitam o avanço da capacidade de gerir dados e conhecimentos.

Nesse contexto, a atividade de inteligência de segurança pública deve acompanhar e fomentar a evolução científico-tecnológica no campo da segurança pública, com a finalidade de identificar tendências, antecipar cenários e melhorar a capacidade de assessoramento.

Inteligência tecnológica

Por meio da evolução tecnológica surgiram oportunidades para o desenvolvimento de ferramentas de monitoramento, análise de dados e gestão de riscos, entre outras. Esses fatores tornaram o espaço cibernético um elemento estratégico, no qual o acompanhamento dos avanços do setor e o desenvolvimento de soluções são fundamentais para a segurança das informações e para a otimização de práticas proativas, capazes de produzir conhecimentos.

Nesse sentido, a inteligência tecnológica é um campo a ser explorado pelos órgãos e pelas entidades responsáveis pela atividade de inteligência de segurança pública, com vistas à obtenção de melhores resultados e maior dinâmica na análise de dados e no compartilhamento de informações. Além disso, é um ambiente que necessita de acompanhamento sistemático devido a sua velocidade de evolução, com potencial para aprimorar e desenvolver práticas de inteligência de segurança pública.

6. DESAFIOS

Tendo como base as orientações da PNISP, da Estratégia Nacional de Inteligência - ENINT e a análise do ambiente estratégico no contexto interno e externo, identifica-se as questões de caráter estratégico e de grande relevância para que os órgãos e as entidades responsáveis pela atividade de inteligência de segurança pública atuem com eficácia em prol da segurança e dos interesses da sociedade e do Estado.

6.1. Fortalecimento da atuação integrada e coordenada dos órgãos e das entidades responsáveis pela atividade de inteligência de segurança pública

O aumento da demanda por conhecimento e ações que auxiliem as atividades de segurança pública requer atuação mais sinérgica dos integrantes do Sisp.

O aprimoramento da atuação em rede se estabelece por meio de uma comunicação efetiva, que favoreça o compartilhamento de dados e conhecimento para o alcance de objetivos comuns do referido subsistema. A definição mais clara e adequada de políticas, objetivos, responsabilidades e competências para o Sisp é fundamental para seu funcionamento mais eficaz.

6.2. Fortalecimento da cultura de proteção do conhecimento e de preservação do sigilo

A preservação do sigilo e a proteção das fontes, dos agentes e do conhecimento sensível são determinantes para o cumprimento dos objetivos da atividade de inteligência de segurança pública.

A cultura de proteção, inerente à atividade de inteligência, estende-se para um campo maior, no qual se incluem os ativos estratégicos materiais e imateriais, que apoiam o desenvolvimento da sociedade brasileira e da segurança pública.

6.3. Maior utilização de tecnologias de ponta, especialmente no campo da inteligência tecnológica

A sociedade atual presencia crescente investimento em tecnologia da informação e comunicação. A virtualização do mundo e o desenvolvimento constante de todo aparato tecnológico são aspectos primordiais nas estratégias de atuação do Estado brasileiro e de seus entes federativos.

O investimento na atualização constante dos recursos tecnológicos necessários à atividade de inteligência de segurança pública potencializa a eficácia do seu desempenho e é decisivo para maior efetividade no combate às ameaças virtuais, na identificação de oportunidades e na antecipação de situações eventualmente danosas aos interesses da segurança pública.

6.4. Intensificação do uso de tecnologias da ciência de dados

O avanço tecnológico levou ao crescimento exponencial da quantidade de dados e informações disponíveis, cujo volume e desorganização podem tornar sua interpretação extremamente complexa.

O esforço aplicado na organização e na análise do referido material, por meio de modelos e ferramentas adequados, contribui para a produção de conhecimentos diferenciados, capazes de promover resultados mais efetivos para a atividade de inteligência de segurança pública.

6.5. Ampliação e aperfeiçoamento do processo de capacitação para atuação na área de inteligência de segurança pública

O desempenho consistente e efetivo da atividade de inteligência de segurança pública exige profissionais qualificados e recursos compatíveis com os desafios que se apresentam.

A ampliação do processo de capacitação permite o aperfeiçoamento de técnicas, processos e competências, de modo a se ter como objetivos a excelência e a inovação na atividade de inteligência de segurança pública.

6.6. Aprimoramento das ações de ensino em inteligência de segurança pública

Em razão da diversidade de agências que atuam na atividade de inteligência de segurança pública e da pluralidade de metodologias utilizadas para o ensino da atividade de inteligência, faz-se necessário elaborar uma matriz curricular comum com vistas a padronizar o conhecimento técnico voltado à integração, ao aperfeiçoamento e à atuação conjunta dos órgãos e das entidades responsáveis pelas atividades de inteligência de segurança pública.

A eficiência nos trabalhos de inteligência de segurança pública pode ser aprimorada, ainda, por meio da aproximação com a comunidade acadêmica e com a criação de metodologia própria para a produção de pesquisas de inteligência de segurança pública, observada a sensibilidade dos temas tratados.

6.7. Apoio ao combate à corrupção, às criminalidades organizada e violenta e aos ilícitos interestaduais e transnacionais

A atuação da criminalidade impõe desafios às ações de combate às ameaças, que, muitas vezes, ocorrem de forma articulada. A capilaridade e as conexões das estruturas a elas relacionadas exigem soluções conjuntas, com a participação de diferentes atores governamentais.

A produção de conhecimentos relevantes e oportunos pelos órgãos e pelas entidades responsáveis pela atividade de inteligência de segurança pública é condição para o sucesso do enfrentamento a essas ameaças.

6.8. Monitoramento e enfrentamento eficaz de ações contrárias ao Estado Democrático de Direito

As ações contrárias ao Estado Democrático de Direito representam grave risco à segurança pública e à harmonia na convivência social e, portanto, devem ser objeto de relevante e sistemática atenção da atividade de inteligência de segurança pública.

Dentre as diversas ações dessa natureza, o terrorismo requer procedimentos para o célere compartilhamento de informações, a fim de garantir o assessoramento correto e oportuno às autoridades competentes.

6.9. Aprimoramento de conhecimentos voltados para prevenção e resposta a emergências e desastres

Dado o grande impacto econômico, social e ambiental causados por emergências e desastres, é essencial que os órgãos e as entidades responsáveis pela atividade de inteligência de segurança pública produzam conhecimento com o objetivo de aprimorar os procedimentos de prevenção, preparação e resposta às referidas situações, por meio da identificação, análise e avaliação de riscos e da coleta e processamento de dados para assessorar as autoridades e os gestores na elaboração do planejamento e na tomada de decisão.

A produção de conhecimento destinado a identificar e mapear os riscos, ameaças e vulnerabilidades locais permite colaborar com o desenvolvimento de estratégias e soluções voltadas para a segurança, o combate a incêndio e a pânico, a proteção das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente.

6.10. Aprimoramento da legislação para a atividade de inteligência de segurança pública

A legislação que trata da atividade de inteligência de segurança pública deve proporcionar segurança aos profissionais que atuam na referida atividade, às agências e aos usuários, além de garantias à sociedade e aos cidadãos em relação a seus direitos fundamentais.

O aprimoramento do conjunto desses normativos deve combinar mecanismos indispensáveis para governança pública com dispositivos apropriados para o exercício eficaz e responsável da atividade de inteligência de segurança pública.

6.11. Acompanhamento sistemático do impacto à ordem pública relacionado à rede logística e de infraestrutura do País

Em decorrência da magnitude de determinados empreendimentos e dos impactos gerados no ambiente social em que se encontram inseridos, como a mudança na utilização do espaço urbano, a circulação da população, de bens e de recursos financeiros, a atividade de inteligência de segurança pública, com base em análises prospectivas, poderá prover conhecimento estratégico com vistas à adoção de medidas proativas que garantam a integridade das redes e infraestruturas instaladas e a preservação da ordem pública.

O acompanhamento desse quadro proporcionará o aperfeiçoamento na identificação de ameaças e oportunidades, de forma a impactar na produção de conhecimento e contribuir, ainda, para uma aproximação e cooperação com a sociedade.

6.12. Fortalecimento dos mecanismos de contrainteligência no ingresso de novos profissionais de segurança pública.

A investidura em cargo ou função pública depende de aprovação prévia em concurso público, conforme previsão constitucional, portanto é de crucial importância prevenir e combater a atuação de grupos criminosos organizados com intuito de fraudar concursos e seleções públicos, por meio da atuação integrada e eficaz de todas as agências de inteligência, em especial, no que concerne à investigação social dos candidatos por meio do compartilhamento de dados e informações.

7. EIXOS ESTRUTURANTES

A identificação dos eixos estruturantes é resultado da análise da ENINT, do ambiente estratégico e dos desafios apresentados neste documento. Da referida análise se extraem quatro eixos que constituem os principais pilares para a efetividade da atividade de inteligência de segurança pública. Os eixos organizam os desafios, alinhando-os e estabelecendo vínculos, de modo a criar uma estratégia organicamente coerente e coesa, que deve impulsionar o funcionamento do sistema de inteligência de segurança pública. São eixos estruturantes da ENISP:

7.1. Atuação em rede

Eixo que preconiza um modelo de trabalho coordenado, integrado e sinérgico, com a participação efetiva dos integrantes do Sisp, de modo a potencializar o cumprimento da missão. Os integrantes do Sisp compartilharão dados e conhecimento e realizarão ações específicas conjuntas, sempre em prol dos interesses da sociedade e do Estado. Órgãos distintos, com perspectivas de abordagem próprias, produzem soluções finais mais eficazes quando articulados em rede.

A atuação em rede exige também a proteção adequada de fontes, conhecimentos e profissionais, por meio da gestão eficaz dos riscos inerentes à atividade de inteligência de segurança pública.

7.2. Tecnologia

O investimento em tecnologias de ponta deve estar sempre presente nas pautas de discussões. O avanço tecnológico no tratamento e na análise de dados permeia e impacta fortemente a atividade de inteligência de segurança pública e potencializa a resposta do trabalho de assessoramento.

O ambiente profissional da atividade de inteligência de segurança pública ainda deve favorecer o compartilhamento de ideias, recursos e experiências, para que se estabeleçam as condições para a inovação e o uso de melhores práticas.

7.3. Capacitação

Eixo que sustenta a necessidade de qualificação dos profissionais de inteligência para que se promova a excelência da atividade de inteligência de segurança pública.

Para o melhor desempenho da atividade, o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública proverá treinamento e capacitação dos profissionais de inteligência, desenvolvendo e aprimorando competências e habilidades capazes de prepará-los para os desafios da atividade de inteligência de segurança pública.

7.4. A sociedade e a atividade de inteligência de segurança pública

Eixo que se apoia na convicção da importância da atividade de inteligência de segurança pública para a garantia da segurança da sociedade brasileira e para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio e do meio ambiente. A antecipação de fatos e situações que se caracterizam como ameaças é essencial à eficácia do processo de assessoramento. Para que a referida atividade seja exercida de forma efetiva, a legislação deve ser adequada à especificidade da inteligência de segurança pública, proporcionando as condições ideais para o exercício da atividade de inteligência.

Com vistas ao melhor alcance e à efetividade da atividade de inteligência de segurança pública, também é importante a participação colaborativa da sociedade que potencializa a atuação dos órgãos e das entidades responsáveis pela atividade de inteligência e contribui com o Estado na construção e execução da política de segurança pública.

8. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Com base nos desafios estratégicos identificados e nos eixos de sustentação da ENISP, foram definidos quarenta e três objetivos para o desempenho eficaz da atividade de inteligência de segurança pública, considerado o lapso temporal de cinco anos. Os objetivos a seguir apresentados, sem ordem de prioridade, retratam o foco estratégico para direcionar os esforços e sinalizam os resultados essenciais a serem atingidos pelo Sisp no cumprimento da sua missão:

1. aprimorar os processos e protocolos para comunicação e compartilhamento de informações;

2. identificar e gerenciar os principais processos a serem executados pelos integrantes do Sisp;

3. aperfeiçoar a integração da inteligência do sistema prisional com as demais agências de inteligência de segurança pública;

4. definir e regular critérios para atuação conjunta e coordenada no âmbito do Sisp;

5. incrementar a interação do Sisp com os demais sistemas de inteligência em temas de interesse para a atividade de inteligência de segurança pública;

6. ampliar o intercâmbio entre as agências de inteligência de segurança pública e os Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública;

7. firmar e aprimorar protocolos de intercâmbio de informações com agências estrangeiras, por meio das agências federais que integram a Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública;

8. fomentar a estruturação da rede de inteligência cibernética;

9. criar protocolos conjuntos para proteção de conhecimentos sensíveis;

10. aperfeiçoar o processo de análise e gestão de riscos;

11. fomentar a cultura de proteção do conhecimento na comunidade de inteligência;

12. ampliar a capacidade da segurança pública na obtenção de dados por meio da inteligência tecnológica;

13. estimular o desenvolvimento de meios de tecnologia da informação e comunicação;

14. fomentar o uso de criptografia de Estado;

15. modernizar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação;

16. ampliar a capacidade de obtenção e análise de grande quantidade de dados estruturados e não estruturados;

17. aprimorar a estruturação e o compartilhamento de bases de dados e sistemas de inteligência;

18. promover a modernização e a interoperabilidade de bases de dados de interesse da segurança pública;

19. fomentar pesquisas científicas na área de inteligência de segurança pública;

20. ampliar a oferta de eventos de capacitação relacionados à atividade de inteligência de segurança pública e estruturar capacitações conjuntas;

21. fortalecer a educação a distância;

22. promover a qualificação técnica para proteção e exploração do campo cibernético;

23. aumentar a participação em fóruns, eventos e encontros nacionais e internacionais;

24. estabelecer estrutura de ensino para conduzir a temática da inteligência de segurança pública;

25. elaborar matriz curricular nacional para o ensino de inteligência de segurança pública;

26. compatibilizar os sistemas de ensino de inteligência;

27. desenvolver metodologia própria para pesquisas acadêmicas relacionadas à inteligência de segurança pública;

28. estabelecer temas prioritários para produção de conhecimento referente à corrupção, à criminalidade organizada, à criminalidade violenta e aos ilícitos interestaduais e transnacionais;

29. aprimorar os meios de compartilhamento de informações relativas à corrupção, à criminalidade organizada, à criminalidade violenta e aos ilícitos interestaduais e transnacionais;

30. criar protocolos específicos para atuação integrada do Sisp em relação à corrupção, à criminalidade organizada, à criminalidade violenta e aos ilícitos interestaduais e transnacionais;

31. estabelecer temas prioritários para produção de conhecimento referente às ameaças definidas na PNISP;

32. criar protocolos específicos para atuação integrada com vistas à neutralização de ações contrárias ao Estado Democrático de Direito;

33. aprimorar os processos de acompanhamento sistemático das ameaças definidas na PNISP;

34. criar protocolos específicos para o compartilhamento de informações relacionadas a ações terroristas;

35. fomentar a cultura de prevenção de segurança contra incêndio e pânico na sociedade;

36. acompanhar situações de riscos, ameaças e vulnerabilidades em emergências e desastres;

37. aperfeiçoar ações de análise, avaliação e resposta de riscos em emergências e desastres;

38. fomentar a integração entre os órgãos e as entidades atuantes na proteção do meio ambiente e na defesa civil;

39. aperfeiçoar as normas que tratam da atividade de inteligência de segurança pública;

40. acompanhar e apoiar o processo legislativo nos temas de interesse da atividade de inteligência de segurança pública;

41. estabelecer processos e protocolos de acompanhamento sistemático de ameaças à rede logística e de infraestrutura do País;

42. promover a análise prospectiva quanto ao impacto de alterações na rede logística e de infraestrutura; e

43. contribuir para o pleno exercício das atividades regulamentares de controle externo da atividade de inteligência de segurança pública.

O quadro sintético abaixo mostra as correlações entre os eixos estruturantes, os desafios e os objetivos estratégicos.

A distribuição de desafios e objetivos pelos eixos se realizou com base nos vínculos mais nítidos e fortes, porém, na dinâmica de interações desses três elementos, existe uma transversalidade que lhe é própria. Objetivos podem impactar vários desafios, que, por sua vez, podem se vincular a diferentes eixos, devido à natureza orgânica da Estratégia:

QUADRO SINTÉTICO

Quadro 1 - Correlações entre os eixos estruturantes, os desafios e os objetivos estratégicos

EIXOS ESTRUTURANTES	DESAFIOS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
Atuação em rede	Fortalecimento da atuação integrada e coordenada da atividade de inteligência e segurança pública	• Aprimorar os processos e os protocolos para a comunicação e o compartilhamento de informações. • Mapear e gerenciar os principais processos a serem realizados no Sisp. • Aperfeiçoar a integração da inteligência do sistema prisional com as demais agências de inteligência e segurança pública. • Definir e regular os critérios para a atuação conjunta e coordenada no âmbito do Sisp. • Ampliar a interação do Sisp com os demais sistemas de inteligência em temas correlatos. • Ampliar o intercâmbio entre as agências de inteligência e segurança pública e os centros integrados de inteligência de segurança pública. • Estabelecer e aprimorar os protocolos de intercâmbio de informações com agências estrangeiras por intermédio das agências federais que integram o Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública. • Fomentar a estruturação da rede de inteligência cibernética.
	Fortalecimento da cultura de proteção do conhecimento e de preservação do sigilo	• Criar protocolos conjuntos para a proteção de conhecimentos sensíveis. • Aperfeiçoar o processo de análise e gestão de riscos. • Fomentar a cultura de proteção do conhecimento na comunidade de inteligência.
Tecnologia	Intensificação do uso de tecnologias, especialmente, em disciplinas que compõem a inteligência tecnológica	• Ampliar a capacidade da segurança pública na obtenção de dados por meio da inteligência tecnológica. • Estimular o desenvolvimento de meios de tecnologia da informação e comunicação. • Fomentar o uso de criptografia de estado. • Modernizar a estruturação da tecnologia da informação e comunicação.
	Intensificação do uso de tecnologias da ciência de dados	• Ampliar a capacidade de obtenção e de análise de grandes volumes de dados estruturados e não estruturados. • Aprimorar a estruturação e o compartilhamento de bases de dados e sistemas de inteligência. • Promover a modernização e a interoperabilidade de bases de dados de interesse da segurança pública.
Capacitação	Ampliação e aperfeiçoamento do processo de capacitação para atuação na área de inteligência e segurança pública	• Fomentar as pesquisas científicas na área de inteligência e segurança pública. • Ampliar a oferta de eventos de capacitação relacionados às áreas de inteligência e segurança pública e estruturar capacitações conjuntas. • Fortalecer a educação a distância. • Promover a qualificação técnica para a proteção e a exploração do campo cibernético. • Aumentar a participação em fóruns, eventos e encontros nacionais e internacionais.
	Aprimoramento das ações de ensino em inteligência e segurança pública	• Criar a Escola Nacional de Inteligência e Segurança Pública. • Elaborar matriz curricular nacional para o ensino de inteligência e segurança pública. • Compatibilizar os sistemas de ensino de inteligência. • Desenvolver a metodologia própria para as pesquisas acadêmicas que tratem de inteligência e segurança pública.
A sociedade e as áreas de inteligência e segurança pública	Apoio ao combate à corrupção, às criminalidades organizadas e violentas e aos ilícitos interestaduais e transnacionais	• Estabelecer temas prioritários para a produção de conhecimentos referentes às ameaças de: corrupção, criminalidade organizada, criminalidade violenta e ilícitos interestaduais e transnacionais. • Aprimorar os meios de compartilhamento de informações sobre as ameaças de: corrupção, criminalidade organizada, criminalidade violenta e ilícitos interestaduais e transnacionais. • Criar protocolos específicos para atuação integrada do Sisp em relação às seguintes ameaças: corrupção, criminalidade organizada, criminalidade violenta e ilícitos interestaduais e transnacionais.
	Monitoramento e enfrentamento eficaz de ações contrárias ao Estado Democrático de Direito	• Estabelecer temas prioritários para a produção de conhecimentos referentes às ameaças definidas na PNISP. • Criar protocolos específicos para a atuação integrada com vistas à neutralização de ações contrárias ao Estado Democrático de Direito. • Aprimorar os processos de acompanhamento sistemático das ameaças definidas na PNISP. • Criar protocolos específicos para o compartilhamento das informações de ações terroristas.
	Aprimoramento de conhecimentos voltados para a prevenção e a resposta às situações de emergência e desastre.	• Fomentar a cultura de prevenção de segurança contra incêndio e pânico na sociedade. • Acompanhar as situações de riscos, de ameaças e de vulnerabilidades em emergências e desastres. • Aperfeiçoar as ações de análise, de avaliação e de resposta de riscos em emergências e desastres. • Fomentar a integração entre os órgãos e as entidades que atuam na defesa civil e meio ambiente. • Aperfeiçoar as normas que tratam da atividade de inteligência e segurança pública.
	Aprimoramento da legislação para a atividade de inteligência de segurança pública	• Acompanhar e apoiar o processo legislativo nos temas de interesse da atividade de inteligência de segurança pública.
	Acompanhamento sistemático do impacto à ordem pública relacionado à rede logística e de infraestrutura do País	• Estabelecer os processos e os protocolos de acompanhamento sistemático de ameaças à rede logística e de infraestrutura do País. • Promover a análise prospectiva de cenários do impacto de eventuais alterações na rede logística e infraestrutura.

8.1. Orientadores

São apresentadas a seguir orientações que devem ser consideradas e adotadas, quando do desdobramento dos objetivos da ENISP no Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública, para garantir a atuação integrada e coordenada dos órgãos e das entidades integrantes do Sisp e a obtenção de resultados que impactem positivamente na sociedade e no Estado. Os orientadores direcionam os esforços para questões essenciais e, apesar dos diferentes enfoques, devem ser considerados de forma integrada, a fim de que as ações subsequentes estejam em harmonia com os objetivos definidos. São eles:

1. o aperfeiçoamento do fluxo de produção de conhecimento sobre ameaças e oportunidades;

2. o direcionamento da produção de conhecimento para temas priorizados;

3. o intercâmbio de capacitação e de conhecimento relacionado à tecnologia da informação e comunicação, especialmente no espaço cibernético, com os setores privado e público, acadêmico e com outros países;

4. o desenvolvimento integrado de soluções que atendam às diversas necessidades do Sisp no campo tecnológico;

5. a aproximação e cooperação com entes privados que custodiem informações de interesse para a atividade de inteligência de segurança pública;

6. as interações entre as instituições devem atentar para questões de contrainteligência;

7. a ampliação da interação com a sociedade, órgãos representativos e com o Poder Legislativo;

8. o intercâmbio de melhores práticas na atividade de inteligência de segurança pública entre os órgãos e as entidades que integram o Sisp;

9. a proteção adequada de fontes, técnicas, conhecimentos e profissionais;

10. a responsabilização pela quebra de sigilo dos conhecimentos compartilhados;

11. a sensibilização para a importância da proteção do conhecimento;

12. a atuação integrada entre as assessorias parlamentares e jurídicas dos órgãos e das entidades que integram o Sisp no acompanhamento de matérias de interesse da inteligência de segurança pública;

13. o aprimoramento da gestão de riscos em emergências e desastres; e

14. a disseminação da cultura de prevenção contra incêndio e pânico.

9. IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

A ENISP define a direção a ser seguida e os objetivos estratégicos a serem alcançados. Contudo, é na implementação integrada das ações que a estratégia será consolidada, com a elaboração e a execução do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública, que explicitará a forma de se atingir o que a ENISP propõe e definirá os parâmetros de atuação dos órgãos e das entidades que integram o Sisp.

Para a estruturação do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública, será elaborada uma matriz de responsabilidades que contemple o conjunto de ações e metas estipuladas para o cumprimento dos objetivos da ENISP. Além disso, o Plano contará com mecanismos de acompanhamento da execução das ações e do atingimento de metas, conferindo, assim, maior legitimidade à atuação dos órgãos e das entidades integrantes do Sisp.

A elaboração e a execução do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública será um processo liderado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da agência central do Sisp.

10. CONCLUSÃO

A ENISP tem o propósito de compreender o ambiente estratégico onde está inserido o Sisp e de propiciar as escolhas corretas e necessárias para defender a sociedade e o Estado por meio de ações que irão contribuir com a prevenção e a repressão de crimes, e com o acompanhamento de fenômenos sociais de interesse da segurança pública.

A elaboração da ENISP tomou por base a ENINT e a PNISP e teve o objetivo de definir qual o caminho a ser seguido e as condições a serem observadas na elaboração e na execução do Plano Nacional de Inteligência de Segurança Pública, com a finalidade de atingir os objetivos aqui elencados e implementar as definições estratégicas de forma eficiente e oportuna.

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 409, de 24 de agosto de 2021. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento do Mandado de Segurança nº 38.091.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR ECS CERTIFICADOS. Processo n° 00100.002660/2021-30.

DEFIRO o credenciamento da AR REPLANTAR SERVIÇOS AGROPECUARIOS LIMITADA. Processo n° 00100.002650/2021-02.

DEFIRO o credenciamento da AR HL CERTIFICAÇÃO. Processo n° 00100.002644/2021-47.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Diretor-Presidente
Substituto

SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

PORTARIA CISET/SG/PR Nº 20, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre diretrizes gerais para a prestação de consultorias aos órgãos e entidades sob o âmbito de atuação da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República (CISET/Presidência).

O SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24 do Anexo I do Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria estabelece diretrizes gerais para a prestação de consultorias aos órgãos e entidades sob o âmbito de atuação da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República (CISET/Presidência).

§ 1º As consultorias se caracterizam por serviços de auditoria interna governamental com o propósito de gerar valor público a partir da identificação e implementação de soluções para fortalecer a conformidade e o desempenho de processos de trabalho estratégicos, mediante o aperfeiçoamento da governança pública, do gerenciamento de riscos e dos controles internos.

§ 2º A alta administração poderá solicitar consultorias, diante de cenários de mudanças ou incertezas, sinalizados pelos próprios gestores, por áreas técnicas internas especializadas ou por avaliações independentes de auditorias internas ou externas.

§ 3º Não serão caracterizadas como aptas à prestação de consultorias demandas que versem, exclusivamente, sobre interpretação de normas ou ainda questionamentos que ensejem apenas pedidos de autorização ou de aprovação de atos de gestão.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - alta administração: Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial, ocupantes de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS de nível 6 e presidentes de autarquias, inclusive as especiais, e de fundações públicas ou autoridades de hierarquia equivalente;

II - unidade demandante: órgão ou entidade solicitante de consultoria, integrante da Presidência da República e da Vice-Presidência da República ou sob o âmbito de atuação da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, conforme legislação específica;

III - valor público: produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos;

IV - governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

V - gerenciamento de riscos: processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar o alcance dos objetivos da unidade demandante; e

VI - controles internos: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável para o alcance dos objetivos organizacionais.

CAPÍTULO II
DOS TIPOS DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Art. 3º As consultorias poderão compreender a prestação dos seguintes tipos de serviços:

I - assessoramento;

II - treinamento; e

III - facilitação.

§ 1º Os serviços de assessoramento contemplam o desenvolvimento e a implementação de soluções estruturantes, com vistas ao fortalecimento da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos da organização.

§ 2º Os serviços de treinamento compreendem as capacitações oferecidas pela CISET/Presidência aos gestores, em decorrência do conhecimento técnico especializado nas áreas de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

§ 3º Os serviços de facilitação consistem na mediação de debates e discussões e na promoção de autoavaliações e de outras técnicas aplicadas em conjunto com os gestores responsáveis para aperfeiçoar a governança, o gerenciamento de riscos e os controles internos.

CAPÍTULO III
DAS ETAPAS DA CONSULTORIA

Art. 4º As consultorias serão prestadas mediante abordagem sistemática, objetiva, independente e disciplinada, dividindo-se em quatro etapas:

I - requisição de consultoria;

II - diagnóstico situacional;

III - proposta de solução; e

IV - monitoramento da implementação da solução.

Parágrafo único. A extensão e os procedimentos de cada uma das etapas poderão ser adaptados a depender da complexidade da demanda e do tipo de serviço que será prestado.

Seção I
Da Requisição de Consultoria

Art. 5º A requisição de consultoria será formalizada por meio da celebração de termo de entendimento entre o representante da alta administração da unidade demandante e o Secretário de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República.

§ 1º O Secretário de Controle Interno, excepcionalmente, poderá celebrar termo de entendimento de consultorias com outros representantes de unidades demandantes não relacionados no inciso I do art. 2º.

§ 2º A elaboração do termo de entendimento contemplará a realização de atividades técnicas preparatórias, em conjunto com a alta administração da unidade demandante e com os gestores responsáveis pelos processos de trabalho indicados, para determinar a motivação, os objetivos, as diretrizes, as responsabilidades das partes e os resultados esperados com a execução da consultoria.

Seção II
Do Diagnóstico Situacional

Art. 6º A prestação de consultoria terá início mediante a realização de diagnóstico situacional.

Parágrafo único. O diagnóstico situacional terá por objetivo mapear os processos de trabalho alcançados pela consultoria e elaborar o plano de consultoria.

Art. 7º O mapeamento dos processos de trabalho compreenderá a realização de atividades e técnicas, com a participação dos gestores, para identificar:

I - a relação dos processos de trabalho com a estratégia organizacional;

II - o ambiente regulatório em que se inserem os processos de trabalho;

III - os recursos que viabilizam a operacionalização e o gerenciamento dos processos de trabalho; e

IV - os pontos críticos referentes à operacionalização dos processos de trabalho.

Art. 8º A elaboração do plano de consultoria compreenderá a realização de atividades e técnicas, com a participação dos gestores, que possibilitem identificar:

I - os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos relacionados aos processos de trabalho alcançados pela consultoria;

II - as vulnerabilidades e as oportunidades de melhoria atinentes aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos existentes;

III - o escopo do serviço de consultoria, baseado em riscos; e

IV - o cronograma previsto para a elaboração da proposta de solução.

Art. 9º O diagnóstico situacional e seus respectivos produtos serão submetidos à apreciação e aprovação da alta administração da unidade demandante.

Seção III
Da Proposta de Solução

Art. 10. A elaboração da proposta de solução compreenderá a realização de atividades e técnicas, em conjunto com os gestores responsáveis pelos processos de trabalho alcançados pela consultoria, que viabilizem:

I - a realização de estudo referencial, contemplando a pesquisa e a identificação de potenciais alternativas para o aprimoramento dos processos de trabalho; e

II - a formatação de solução, contendo a seleção e a adaptação das referências mais adequadas aos processos de trabalho.

Art. 11. A CISET/Presidência submeterá à apreciação e aprovação da alta administração da unidade demandante a proposta de solução formatada em conjunto com os gestores do processo.

Parágrafo único. Após a aprovação da proposta de solução, a CISET/Presidência verificará junto à alta administração a eventual implementação da solução.

Seção IV
Do Monitoramento da Implementação da Solução

Art. 12. A forma de monitoramento da implementação da solução deverá ser previamente acordada entre a CISET/Presidência e a alta administração da unidade demandante, considerados o interesse dos gestores e os riscos da não implementação para a organização.

§ 1º A pedido da alta administração, a equipe de consultoria poderá facilitar, por meio de oficinas e reuniões técnicas com os gestores, a implementação da solução aprovada.

§ 2º A facilitação para implementação da solução contemplará a realização de atividades e técnicas que auxiliem os gestores responsáveis a elaborar e gerenciar um plano de mudanças e implantação de melhorias, bem como monitorar a conformidade e o desempenho dos novos processos de trabalho

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O Secretário de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República ficará responsável por comunicar os resultados finais dos trabalhos de consultoria à alta administração da unidade demandante.

Parágrafo único. As comunicações e os respectivos produtos serão apresentados à alta administração da unidade demandante, a quem caberá a decisão de disponibilizá-los a outros interessados, internos ou externos.

Art. 14. As propostas de solução não terão caráter vinculante, bem como poderão sofrer alterações em decorrência de novo posicionamento dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 15. No desenvolvimento dos serviços de consultoria, a equipe da CISET/Presidência deverá manter a objetividade e assegurar que o escopo definido para o trabalho seja suficiente para o alcance dos objetivos previamente acordados, assim como não poderá assumir responsabilidades que são próprias dos gestores.

Parágrafo único. Em caso de restrições quanto ao escopo durante o trabalho, deverão ser discutidas com a alta administração da unidade demandante as medidas para determinar a continuação ou reorientação do trabalho.

Art. 16. A CISET/Presidência poderá declinar de demandas de consultorias caso o corpo funcional não possua conhecimentos, habilidades ou outras competências necessárias à realização de todo ou parte do trabalho.

Art. 17. O Plano Anual de Auditoria Interna poderá reservar até 20% (vinte por cento) da força de trabalho para a prestação de consultorias extraordinariamente requisitadas.

Art. 18. Nos casos das entidades vinculadas aos órgãos que integram o âmbito de atuação da CISET/Presidência, as consultorias poderão ser realizadas com o apoio da respectiva unidade de auditoria interna.

Art. 19. Os serviços de consultoria observarão as normas e as orientações do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Art. 20. Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pelo Secretário de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Art. 21. Fica revogada a Portaria nº 43, de 25 de setembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 26 de setembro de 2017.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de setembro de 2021.

EDSON LEONARDO DALESCIO SÁ TELES

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 201, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições previstas no Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018 e Portaria SE/MAPA n.°326, de 09 de março de 2018, publicada no DOU de 19 de março de 2018, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e

Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, resolve:

Cancelar a habilitação da Médica Veterinária MAYARA DA LUZ, CRMV-PR Nº 17101, de acordo com o item VII do Art. 9º da instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, revogando a Portaria nº 152 de 10/07/2020 (Processo nº 21034.007970/2020-71).

CLEVERSON FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Nº 207 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Ana Cristina Zavala Bortolozzo, inscrito(a) no CRMV/SC nº 10848, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.066313/2021-33, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 208 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 470, de 2009, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Fabiane Monteiro Valadão, inscrito(a) no CRMV/SC nº 3879, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.080835/2020-67, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 209 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 331, de 2015, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Felipe Barella, inscrito(a) no CRMV/SC nº 6721, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.080862/2020-30, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 210 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 09, de 2017, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Fernanda Camargo Waterkemper, inscrito(a) no CRMV/SC nº 5415, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.080905/2020-87, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 211 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 393, de 29/10/2018, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Fernanda Coelho Afonso, inscrito(a) no CRMV/SC nº 3680, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21050.006361/2018-81, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 212 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 290, de 2015, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Gabriel Campos Ventura, inscrito(a) no CRMV/SC nº 6555, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.080998/2020-40, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 213 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 213, de 16/08/2021, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Gisiel Pereira dos Santos, inscrito(a) no CRMV/SC nº 8384, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21050.004749/2018-48, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 214 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 312, de 24/10/2014, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Guilherme Milanez Preis, inscrito(a) no CRMV/SC nº 6404, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21050.002860/2016-38, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 215 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 26, de 2014, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Gustavo Schaefer, inscrito(a) no CRMV/SC nº 5824, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081057/2020-23, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIAS DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Nº 218 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Caroline Consoni, inscrito(a) no CRMV/SC nº 7308, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.066682/2021-26, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 219 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 222, de 2016, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Henrique Lima Ribeiro, inscrito(a) no CRMV/SC nº 2979, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081390/2020-32, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 220 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 363, de 2014, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Jean Pedro de Quadros, inscrito(a) no CRMV/SC nº 6411, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081453/2020-51, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 221 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 302, de 2016, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Jenniffer Gerber, inscrito(a) no CRMV/SC nº 6908, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081506/2020-33, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 222 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 195, de 2015, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Lucas Tramontin Heidemann, inscrito(a) no CRMV/SC nº 6110, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081628/2020-20, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 223 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 149, de 2011, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Luciano Caramori, inscrito(a) no CRMV/SC nº 4377, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081692/2020-19, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 224 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 396, de 2014, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Lúcio Herth Aviloff, inscrito(a) no CRMV/SC nº 3330, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081697/2020-33, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 225 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 280, de 2016, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Luiz Henrique Debortoli, inscrito(a) no CRMV/SC nº 6901, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081714/2020-32, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIAS DE 18 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Nº 226 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 363, de 2016, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Maiara Rossoni, inscrito(a) no CRMV/SC nº 7454, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081722/2020-89, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 227 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 430, de 2008, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Marcelo Michelon, inscrito(a) no CRMV/SC nº 3199, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081725/2020-12, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 228 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 441, de 2009, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Marco Antonio Zart Filho, inscrito(a) no CRMV/SC nº 4111, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081729/2020-09, no Estado de Santa Catarina.

Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 229 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 427, de 05/12/2018, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Marilia Gris, inscrito(a) no CRMV/SC nº 7600, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21050.007012/2018-87, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 230 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 490, de 2015, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Mircala Fragoso de Freitas, inscrito(a) no CRMV/SC nº 4495, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.082045/2020-16, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 231 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 158, de 2014, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Natan Moacir Bau, inscrito(a) no CRMV/SC nº 6197, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.082062/2020-53, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIAS DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Nº 232 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 226, de 2016, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Paola Regina Antunes de Lima, inscrito(a) no CRMV/SC nº 6961, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.082073/2020-33, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 233 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 11, de 27/01/2014, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Priscila de Medeiros Gomes, inscrito(a) no CRMV/SC nº 5074, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.082098/2020-37, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 234 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 14, de 2016, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Raphael Vieira Paes, inscrito(a) no CRMV/SC nº 4930, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.082118/2020-70, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 235 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 61, de 2013, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Rodrigo Flores Kupske, inscrito(a) no CRMV/SC nº 3024, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.082143/2020-53, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 236 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 196, de 2007, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Rogério Maggioni, inscrito(a) no CRMV/SC nº 2091, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.082188/2020-28, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 237 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 518, de 2007, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Silvia Letícia Razera de Camargo, inscrito(a) no CRMV/SC nº 3181, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.082203/2020-38, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 238 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 291, de 30/07/2018, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Tiago Machado dos Santos, inscrito(a) no CRMV/SC nº 8549, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21050.004478/2018-21, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 239 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 305, de 27/09/2016, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Tiago Thome, inscrito(a) no CRMV/SC nº 5961, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21050.008385/2017-94, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 240 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 649, de 2010, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Ubirajara Antonio Mello Junior, inscrito(a) no CRMV/SC nº 3170, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.083479/2020-33, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 241 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 172, de 2016, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Vanessa Freitas Siemann, inscrito(a) no CRMV/SC nº 7259, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.083478/2020-99, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

PORTARIAS DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Nº 244 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Andréia Bonavigo, inscrito(a) no CRMV/SC nº 9504, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.068621/2021-01, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 245 - Suspender a Portaria de Habilitação nº 47, de 13/02/2019, concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Luiz Antônio Batistel, inscrito(a) no CRMV/SC nº 3879, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21050.000350/2018-98, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Nº 246 - Revogar a Portaria de Habilitação nº 194, de 12/08/2021, do(a) médico(a) veterinário(a) Carlos Henrique Peixoto, inscrito(a) no CRMV/SC nº 2702, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21050.000096/2019-17, no Estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TÚLIO TAVARES SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO
DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 11, DE 12 DE JULHO DE 2021

A Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal-Divisão de Defesa Agropecuária- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do artigo 274 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa SDA n° 36, de 24 de novembro de 2009, alterada pela IN nº 42, de 5 de dezembro de 2011, na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21052.023217/2010-32, resolve:

Art. 1° Cancelar, a pedido, o credenciamento da entidade de pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins APTA - Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios/ Polo Centro Sul, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, localizada à Rodovia Margarida Graça Martins, Km 17 - Bairro: Água Seca - CEP 13420-280 - Piracicaba/SP; disposto na Portaria nº 188, DOU de 31 de maio de 2011, conforme estabelece o Inciso V, do Art. 26 da Instrução Normativa nº 36, de 24 de novembro de 2009.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA DE ARAUJO REIS

CORREGEDORIA-GERAL

RETIFICAÇÃO

No Termo de Julgamento nº 195/2021/CORREG/MAPA publicado no Diário Oficial da União Edição 160, seção 1 de 24/08/2021, onde se lê: ....."Termo de Julgamento nº 195/2021/CORREG/MAPA.. Leia-se: ..... Termo de Julgamento nº 198/2021....".

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 376, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Credencia o Laboratório de Diagnóstico de Doenças Animais - LADDAN, da Agência Estadual de Defesa Sanitária animal e Vegetal - IAGRO/LADDA para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 21, do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.045050/2021-29, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório de Diagnóstico de Doenças Animais - LADDAN, da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal - IAGRO/LADDA, CNPJ nº 03.980.919/0001-87, localizado na Avenida Senador Filinto Muller, nº 1146, Bairro Jardim Parati, CEP: 79.074-902, Campo Grande/MS, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 377, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Suspende, à pedido, o credenciamento do laboratório Clinikramer Veterinária LTDA ME, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 21, do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.020424/2021-01, resolve:

Art. 1º Suspender, à pedido, o credenciamento do laboratório Agroboi, nome empresarial Clinikramer Veterinária LTDA ME, CNPJ nº 07.969.303/0001-66, localizado na Rua Visconde de Guarapuava nº 535, Bairro Centro, CEP: 85010-240, Guarapuava/PR, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 378, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Credencia o Laboratório de Análises Clínicas Veterinárias São Francisco de Assis Ltda para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 21, do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.044554/2021-21, resolve:

Art. 1º Credenciar o Laboratório de Análises Clínicas Veterinárias São Francisco de Assis Ltda, CNPJ nº 18.834.869/0001-05, localizado na Rua Theodoro Holtrup, nº 617, Bairro Vila Nova, CEP: 89.035-300, Blumenau/SC, para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Estabelecer que o escopo do credenciamento ficará disponível no sítio eletrônico do MAPA, por área de atuação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 379, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Suspende, a pedido, o credenciamento do laboratório Dias Duque Comércio de Produtos Agropecuários EIRELI para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 21, do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, e o que consta do Processo nº 21000.040610/2021-59 resolve:

Art. 1º Suspender, a pedido, o credenciamento do Laboratório Animallab, nome empresarial Dias Duque Comércio de Produtos Agropecuários EIRELI, CNPJ nº 07.830.164/0001-95, localizado na Rua Dr. Felipe Uebe, nº 353, Loja A, Bairro Parque Califórnia, CEP: 28.013-140, Campos/RJ, credenciado para realizar ensaios em amostras oriundas dos programas e controles oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÕES DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao art. 46, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a):

Nº 87 - a Extinção dos direitos de proteção pela renúncia da empresa Asociados Don Mario S.A., da Argentina, da cultivar de soja (Glycine max (L.) Merr.), denominada NEX467 RR, Certificado de Proteção nº 20160114, com base inciso II, do art. 40, da Lei nº 9.456, de 1997.

Nº 88 - a Extinção dos direitos de proteção pela renúncia das empresas Asociados Don Mario S.A. e GDM Genética do Brasil S.A., da Argentina e do Brasil, das cultivares de soja (Glycine max (L.) Merr.), denominadas MS 63 IPRO, Certificado de Proteção nº 20200107 e SB1381 IPRO, Certificado de Proteção nº 20150114, com base no disposto no inciso II, do art. 40, da Lei nº 9.456, de 1997.

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação destas decisões.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria N° 362, de 14 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 15 de setembro de 2011, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura da manga, para o Estado de São Paulo, no item 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO, incluir os municípios, conforme abaixo especificado:

Aguaí, Águas da Prata, Águas de Lindóia, Amparo, Artur Nogueira, Bragança Paulista, Cabreúva, Campinas, Capivari, Conchal, Cordeirópolis, Cosmópolis, Espírito Santo do Pinhal, Hortolândia, Indaiatuba, Iracemápolis, Itapira, Itobi, Itu, Jaguariúna, Joanópolis, Jundiaí, Limeira, Lindóia, Mogi Mirim, Mogi-Guaçu, Monte Alegre do Sul, Morungaba, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Santa Maria da Serra, , Santo Antônio de Posse, São João da Boa Vista, Serra Negra e Valinhos.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

PORTARIA Nº 61, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Subdelega competência ao Diretor-Geral Adjunto do Serviço Florestal Brasileiro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFB/MAPA.

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da competência conferida no inciso I do art. 48 do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, no Decreto nº 10.662, de 29 de março de 2021, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada competência ao Diretor-Geral Adjunto do Serviço Florestal Brasileiro - SFB/MAPA, e seu substituto legal, para, no âmbito de sua área de atuação:

I - proceder à instrução, à celebração e aos demais procedimentos administrativos afetos aos convênios, aos acordos, aos termos de parceria, aos contratos e aos demais ajustes que tenham por objeto a execução de projetos de natureza finalística apoiados pelos programas de suas atribuições;

II - autorizar, por meio de processo formal, a doação de bens adquiridos com recursos de convênios firmados com Municípios, Estados e o Distrito Federal, desde que previsto no referido instrumento e de acordo com o disposto no Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018, e na Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional;

III - praticar os atos de gestão orçamentária e financeira dos recursos administrativos alocados nas Unidades Gestoras nº 130205, nº 130149, nº 130214, nº 130206, nº 130207, nº 130208, nº 130209, nº 130210, nº 130211, nº 130212 e nº 130213, até o limite de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

IV - ordenar as despesas e realizar os demais atos necessários ao desenvolvimento de suas atividades e das Unidades Gestoras de que trata o inciso III do caput;

V - autorizar a concessão de suprimento de fundos e manifestar-se sobre a prestação de contas;

VI - empenhar e anular as despesas e autorizar os pagamentos;

VII - monitorar as contas bancárias e emir as ordens bancárias; VIII - conceder as ajudas de custo; e

IX - atuar como o responsável, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive para solicitar a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e suas alterações junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, ao Instituto Nacional do Seguro Social, aos Cartórios em geral, aos serviços de proteção ao crédito, à rede bancária, às concessionárias de serviços públicos e à outras entidades comas quais se mantenham relacionamento jurídico, podendo assinar como preposto qualquer documentação necessária a representação da Unidade.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 25, de 7 de maio de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PEDRO ALVES CORRÊA NETO

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-04 n. 45, de 10/12/2002, publicada no DOU n. 8, Seção 1, Pág. 48, de 10/01/2003, retificada no DOU n. 199, Seção 1, Pág. 73, de 15/10/2004, que criou o Projeto de Assentamento CONQUISTA, Caiapônia - GO, Código SIPRA GO0214000, onde se lê: "... 2.269,9612 ha (dois mil, duzentos e sessenta e nove hectares, noventa e seis ares e doze centiares)...", leia-se: "... 2.278,3754 ha (dois mil, duzentos e setenta e oito hectares, trinta e sete ares e cinquenta e quatro centiares)...".

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 1.254, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA EM MATO GROSSO DO SUL - SR(16)MS, nomeado pela Portaria/MAPA/nº 256, de 04 de agosto de 2020, publicada no DOU em 06 de agosto de 2020, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 118 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/Incra/nº 531, de 23 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União-DOU de 24 de março de 2020 (9820907).

CONSIDERANDO a necessidade de titular as famílias assentadas no Projeto de Assentamento Ouro Branco, inicialmente criado pela PORTARIA INCRA/SR-16/GAB Nº 29, de 18 de junho de 2010, publicada no D.O.U. 119 de 24 de junho de 2010 (9820811) e retificado pela PORTARIA INCRA/SR-16/GAB S/N, publicada no D.O.U. 117 de 20 de junho de 2011 (9820844), Código SIPRA MS00170000, situado no município de Terenos, no Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que após demarcação, certificação e registro que consta em processo nº (54290.000475/2017-63), do referido projeto de assentamento, gerou-se a matrícula atualizada nº 6969 (9820463) com área de 1.702,6957 ha, com capacidade final para atender 86 unidades agrícolas familiares;

CONSIDERANDO que conforme matrícula nº 6969, a área demarcada do Projeto de Assentamento Ouro Branco é de 1.702,6957 ha, com capacidade final para atender 86 unidades agrícolas familiares, divergindo da área constante na PORTARIA INCRA/SR-16/GAB Nº 29, de 18 de junho de 2010, publicada no D.O.U. 119 de 24 de junho de 2010 (9820811) e retificado pela PORTARIA INCRA/SR-16/GAB S/N, publicada no D.O.U. 117 de 20 de junho de 2011 (9820844), que é de 1.703,4589 ha;, resolve:

Art. 1º - Retificar, as PORTARIA INCRA/SR-16/GAB Nº 29, de 18 de junho de 2010, publicada no D.O.U. 119 de 24 de junho de 2010 (9820811) e PORTARIA INCRA/SR-16/GAB S/N, publicada no D.O.U. 117 de 20 de junho de 2011 (9820844), onde se lê área de 1.703,4589 ha leia-se 1.702,6957 ha, com capacidade de 86 unidades agrícolas familiares;

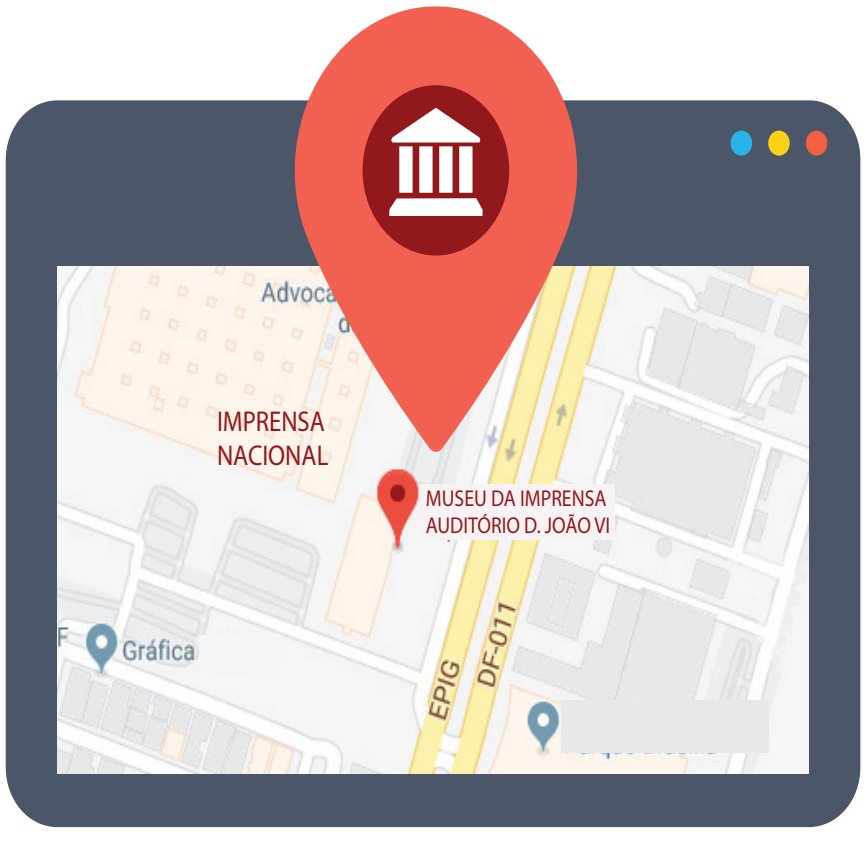
Art. 2º - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação no DOU.

AUGUSTO PINEDO ZOTTOS

VISITE O MUSEU DA IMPRENSA

O Museu da Imprensa está aberto para visitação em horário reduzido e seguindo os protocolos para a segurança dos visitantes e colaboradores.

Aberto aos dias úteis, das 9h às 15h.



Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA
COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.465, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 14/07/2021 e 11/08/2021.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 14/07/2021 e 11/08/2021.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

DIEGO FERREIRA TONIETTI
Presidente da Comissão

ANEXO I

1- Processo: 71000.051466/2021-54
Proponente: Associação Argos
Título: Sada/Tambasa/Argos
Registro: 2100757
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 19.638.657/0001-07
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 659.263,33
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3857 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 36628-5
Período de Captação até: 11/08/2023

2- Processo: 71000.048518/2021-13
Proponente: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul
Título: Projeto Cestinha
Registro: 2100657
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 95.438.412/0001-14
Cidade: Santa Cruz do Sul UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 415.943,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4044 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 5574-3
Período de Captação até: 11/08/2023

3- Processo: 71000.052564/2021-17
Proponente: Associação Recreativa Eclypse
Título: Eclypse Futsal - 1
Registro: 2100781
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 27.206.885/0001-36
Cidade: Dois Vizinhos UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 372.279,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0919 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 62880-8
Período de Captação até: 11/08/2023

4- Processo: 71000.007460/2021-40
Proponente: Associação dos Servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região
Título: Ginásio Poliesportivo
Registro: 2100020
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 10.732.956/0001-31
Cidade: João Pessoa UF: PB
Valor autorizado para captação: R$ 1.003.595,26
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3502 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 42718-7
Período de Captação até: 11/08/2023

5- Processo: 71000.049531/2021-81
Proponente: Esportes Santa Cecilia - ESC
Título: Vem Nadar na Unisanta
Registro: 2100679
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 33.108.958/0001-50
Cidade: Santos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 974.280,37
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3359 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 5826-2
Período de Captação até: 11/08/2023

6- Processo: 71000.048833/2021-32
Proponente: Esportes Santa Cecilia - ESC
Título: Natação Unisanta - Fase 1
Registro: 2100665
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 33.108.958/0001-50
Cidade: Santos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 3.129.410,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3359 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 5825-4
Período de Captação até: 11/08/2023

7- Processo: 71000.049558/2021-74
Proponente: Federação Paranaense de Baketball
Título: Campeonato Sul Brasileiro de Seleções de Basquetebol
Registro: 2100683
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 76.535.368/0001-16
Cidade: Curitiba UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 1.060.272,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3142 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 39407-6
Período de Captação até: 11/08/2023

8- Processo: 71000.052586/2021-79
Proponente: Federação Mineira de Ginástica
Título: Ginástica Artística Barão de Cocais
Registro: 2100792
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 18.228.577/0001-10
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 363.800,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0643 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 83906-X
Período de Captação até: 11/08/2023

9- Processo: 71000.052593/2021-71
Proponente: Formação - Centro de Apoio a Educação Básica
Título: Pernas Pra Que Te Quero
Registro: 2100796
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 04.300.957/0001-04
Cidade: São Luís UF: MA
Valor autorizado para captação: R$ 872.858,14
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0020 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 110823-9
Período de Captação até: 11/08/2023

10- Processo: 71000.052591/2021-81
Proponente: Formação - Centro de Apoio a Educação Básica
Título: Olimpíadas do Brincar ao Jogar IV
Registro: 2100794
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 04.300.957/0001-04
Cidade: São Luís UF: MA
Valor autorizado para captação: R$ 1.162.891,58
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0020 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 11082-2
Período de Captação até: 11/08/2023

11- Processo: 71000.050316/2021-23
Proponente: Instituto Brasileiro de Excelência no Esporte & Cultura
Título: Centro de Excelência no Esporte IX
Registro: 2100713
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 15.399.863/0001-50
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 3.248.746,52
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1632 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 70977-8
Período de Captação até: 11/08/2023

12- Processo: 71000.048391/2021-24
Proponente: Instituto Mais Vida
Título: Boxe Mais Vida
Registro: 2100650
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 28.254.547/0001-32
Cidade: Brasília UF: DF
Valor autorizado para captação: R$ 650.509,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1507 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 84203-6
Período de Captação até: 11/08/2023

13- Processo: 71000.046181/2021-00
Proponente: Movimento Superação
Título: Aquisição de Cadeiras de Rugby em Cadeira de Rodas
Registro: 2100598
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 20.277.717/0001-92
Cidade: Bebedouro UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 161.741,24
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6571 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 25742-7
Período de Captação até: 11/08/2023

14- Processo: 71000.046822/2021-18
Proponente: Movimento Superação
Título: Despesas de Pessoal
Registro: 2100606
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 20.277.717/0001-92
Cidade: Bebedouro UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 100.800,03
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6571 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 25741-9
Período de Captação até: 11/08/2023

15- Processo: 71000.052582/2021-91
Proponente: Pro Esportes Brasil - PEB
Título: PRO Race II
Registro: 2100788
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 11.346.868/0001-64
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 3.200.000,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6589 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 18509-4
Período de Captação até: 11/08/2023

16- Processo: 71000.052579/2021-77
Proponente: Pro Esportes Brasil - PEB
Título: PRO Race I
Registro: 2100787
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 11.346.868/0001-64
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 3.200.000,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6589 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 18510-8
Período de Captação até: 11/08/2023

17- Processo: 71000.045323/2021-11
Proponente: Seleto Esporte Clube
Título: Sou Seleto - Ano 4
Registro: 2100587
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 28.285.102/0001-10
Cidade: Guaramirim UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 336.741,92

Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2095 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 35604-2
Período de Captação até: 11/08/2023

18- Processo: 71000.048623/2021-44
Proponente: Sociedade Esportiva Franca
Título: Basquete em Ação
Registro: 2100659
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 09.411.051/0001-80
Cidade: Franca UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 377.812,74
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0053 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 96683-5
Período de Captação até: 11/08/2023

19- Processo: 71000.047188/2021-31
Proponente: Sociedade de Ginástica Porto Alegre 1867
Título: SOGIPA - Projeto Olímpico 7
Registro: 2100617
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 92.913.607/0001-80
Cidade: Porto Alegre UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 2.516.547,64
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5745 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 4319-2
Período de Captação até: 11/08/2023

20- Processo: 71000.044619/2021-15
Proponente: Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do SESI
Título: Nadadores do Futuro
Registro: 2100577
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 03.851.171/0001-12
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 575.057,11
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3309 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 6585-4
Período de Captação até: 14/07/2023

21- Processo: 71000.049603/2021-91
Proponente: Santa Mônica Clube de Campo
Título: PEAE 21-24 Esportes Radicais - Programa de especialização e aperfeiçoamento esportivo do SMCC
Registro: 2100687
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 75.031.278/0001-25
Cidade: Colombo UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 764.323,43
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1780 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 31405-6
Período de Captação até: 11/08/2023

22- Processo: 71000.051470/2021-12
Proponente: Trail Clube Verde Rosso - TCVR
Título: "Velozes e Furiosos"
Registro: 2100759
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 01.114.449/0001-43
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 4.972.893,40
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3560 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 29546-9
Período de Captação até: 11/08/2023

23- Processo: 71000.046166/2021-53
Proponente: Trail Clube Verde Rosso - TCVR
Título: "Sprint Race"
Registro: 2100594
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 01.114.449/0001-43
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.671.868,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3560 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 29530-2
Período de Captação até: 11/08/2023

24- Processo: 71000.037837/2021-95
Proponente: Tropical Tênis Clube
Título: Tropical Fazendo Campeões no Tênis III
Registro: 2100430
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 20.927.802/0001-59
Cidade: Itaúna UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 1.189.527,05
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0425 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 76098-6
Período de Captação até: 11/08/2023

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 71000.045176/2020-91.
No Diário Oficial da União nº 183, de 23 de setembro de 2020, na Seção 1, página 18 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.391/2020, ANEXO I, onde se lê: Banco do Brasil Agência nº 7065 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 93254-0, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5969 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 93254-0.

Processo Nº 71000.055868/2020-47.
No Diário Oficial da União nº 244, de 22 de dezembro de 2020, na Seção 1, página 11 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.419/2020, ANEXO I, onde se lê: Banco do Brasil Agência nº 0058 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 87934-7, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0058 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 87933-9.

Processo Nº 71000.055912/2020-19.
No Diário Oficial da União nº 238, de 14 de dezembro de 2020, na Seção 1, página 11 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.412/2020, ANEXO I, onde se lê: Banco do Brasil Agência nº 5214 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 17837-3, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0038 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 217837-0.

Processo Nº 71000.041611/2021-99.
No Diário Oficial da União nº 143, de 30 de julho de 2021, na Seção 1, página 21 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.460/2021, ANEXO I, onde se lê: Banco do Brasil Agência nº 0124 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 73019-X, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1259 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 19278-3.

Processo Nº 71000.052986/2020-01.
No Diário Oficial da União nº 237, de 11 de dezembro de 2020, na Seção 1, página 19 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.409/2020, ANEXO I, onde se lê: Banco do Brasil Agência nº 5267 nº DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 11417-0, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 321 nº DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 211417-8.

Processo Nº 71000.054188/2020-14.
No Diário Oficial da União nº 237, de 10 de dezembro de 2020, na Seção 1, página 05 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.409/2020, ANEXO I, onde se lê: Banco do Brasil Agência nº 7605 nº DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 09481-1, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5969 nº DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 09481-1.

Processo Nº 71000.041996/2020-11.
No Diário Oficial da União nº 162, 24 de agosto de 2020, na Seção 1, página 05 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.384/2020, ANEXO I, onde se lê: Banco do Brasil Agência nº 3055 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 30255-4, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0018 nº DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 330255-5.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.639/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:
Processo SEI nº: 01245.010263/2021-50
Requerente: Instituto de Física de São Carlos.
CQB: 015/97
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7757/2021 publicado em 23/06/2021
Decisão: DEFERIDO
Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria IFSC 017/2020 de 19 de novembro de 2020, nomeando Ilana Lopes Baratella da Cunha Camargo (Presidente), Ricardo de Marco, Natalia Mayumi Inada, Susana Andrea Sculaccio Beozzo e Rafael Spadaccia Panhota, para comporem a CIBio local.
Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.
A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.
Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.641/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:
Processo SEI nº: 01245.010310/2021-65
Requerente: Gerenciamento de Resíduos Industriais S.A. - GRI KOLETA.
CQB: 536/20
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7758/2021 publicado em 23/06/2021
Decisão: DEFERIDO
Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta GRI-CIBio-2021-01 de 11 de junho de 2021, nomeando Rodrigo Henrique Paixão Faria como novo presidente da CIBio e excluindo Hélcio de Oliveira..
Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.
A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.
Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.642/2021

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 e Portaria Nº 4128/2020/SEI-MCTI de 30 de novembro de 2020, torna público que após a análise da solicitação de alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, passa ser composta como a seguir discriminada:
Processo SEI nº: 01245.009986/2021-14
Requerente: Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM.
CQB: 113/99
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 7761/2021 publicado em 23/06/2021
Decisão: DEFERIDO
Ementa: A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Portaria 04/2021, nomeando Diego Stefani Teodoro Martinez, para compor a CIBio local e excluindo Douglas Galante.
Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.
A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.
Maiores informações deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão), disponível no site do MCTIC (www.mctic.gov.br).

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

RETIFICAÇÃO

No extrato de parecer 7568/2021, publicado no D.O.U. Nº 141 de 28/07/2021, Seção 1, página 10; onde se lê: "CQB: 058/98" , leia-se: "CQB: 053/98"

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.130, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Indefere pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.034927/2019-82, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pleito de habilitação da empresa INTRAL S.A. INDÚSTRIA DE MATERIAIS ELÉTRICOS, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 88.611.264/0001-22, referente ao produto "Dispositivo de proteção contra surtos".

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 3.831, de 26 de setembro de 2019, que concedeu a habilitação provisória torna-se sem efeito, em decorrência do indeferimento do pleito de habilitação definitiva, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.132, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Indefere pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.061561/2019-14, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pleito de habilitação da empresa PRESLEY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA REDES LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 21.379.115/0001-09, referente ao produto "Caixa de terminação de redes de comunicação de fibras o01pticas, externa".

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 573, de 9 de janeiro de 2020, que concedeu a habilitação provisória torna-se sem efeito, em decorrência do indeferimento do pleito de habilitação definitiva, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.133, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Indefere pleito de habilitação à fruição dos incentivos de que tratam a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e tendo em vista os arts. 4º e 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 4º e 9º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, os arts. 4º, 5º e 9º do Decreto nº 10.356, de 2020, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.054140/2019-37, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pleito de habilitação da empresa RIO BRANCO COMERCIO E INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 50.596.790/0019-17, referente aos produtos "DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO DE DADOS NÃO VOLATIL A BASE DE SEMICONDUTORES" e "ROTEADOR DIGITAL".

Art. 2º A Portaria SDIC/ME nº 13.997, de 17 de dezembro de 2019, que concedeu a habilitação provisória torna-se sem efeito, em decorrência do indeferimento do pleito de habilitação definitiva, na forma de seu art. 5º e do § 4º do art. 23-A do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º A empresa deverá recolher, no prazo de dez dias do indeferimento do pleito, os tributos relativos ao benefício fiscal fruído, com os acréscimos legais e penalidades aplicáveis para recolhimento espontâneo, assim como pagar o crédito financeiro ressarcido ou utilizado como objeto de compensação de débitos tributários, inclusive os juros e multas, na forma da lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

RETIFICAÇÃO

Na edição do Diário Oficial da União nº 160, de 24 de agosto de 2021, Seção 1, págs. 22, 23 e 24, na Epígrafe das PORTARIAS Nºs 5.104, 5.114, 5.115, 5.116, 5.117, 5.118, 5.121, 5.122, 5.123, 5.124 e 5.126, onde se lê: PORTARIA SEMP/MCTI..., leia-se: PORTARIA SEMPI/MCTI...

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 20 DE AGOSTO DE 2021

34ª - Relação de Pesquisadores Credenciados à Importação - Lei 8.010/1990
Portal GOV.BR

CREDENCIAMENTO	NOME	CPF	VENCIMENTO
920.002179/2021	Jose Fernando Garcia	***.762.618-**	20/08/2026

THALES MARÇAL VIEIRA NETTO
Diretor

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA Nº 3.035, DE 27 DE JULHO DE 2021

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e n° 353, de 19 de janeiro de 2018, e tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 8408/2021/SEI-MCOM, que integra o Processo nº 53900.003225/2014-44, cujos fundamentos encontram-se motivados na forma prevista no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Aplicar à RÁDIO COLINA DO MACHADINHO LTDA, Fistel nº 16000000103, outorgada para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, por meio da frequência de 1030 KHz, na localidade de Ariquemes, estado de Rondônia, a sanção de cassação que, por este ato, fica convertida em multa, no valor de R$ 105.144,78 (cento e cinco mil cento e quarenta e quatro reais e setenta e oito centavos), e lhe atribuir 16 (dezesseis) pontos, por infringir o art. 12, §3º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DESPACHOS DE 9 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:
Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Reconsideração/Recurso	Despacho nº
53000.015700/2013	Associação Louvores Ao Rei De Integração Comunitária	RADCOM	Campo Grande	MS	Conhece e nega	159
53569.002572/2016	Rádio E Televisão Marajoara Ltda	TVD	Belém	PA	Conhece e nega	160
53569.001649/2016	Televisão Liberal Ltda	TV	Belém	PA	Conhece e nega	166
53569.001690/2016	Tvsbt Canal 5 De Belém S.A.	TV	Belém	PA	Conhece e nega	172

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 2 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, no uso de suas atribuições, observados os critérios e parâmetros estabelecidos pelas Portarias n° 112, de 22 de abril de 2013, e/ou n° 294, de 30 de janeiro de 2015 e/ou nº 562, de 22 de dezembro de 2011, e/ou nº 858, de 18 de dezembro de 2008 e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades, abaixo relacionadas, a penalidade de multa e/ou suspensão que, por este ato, fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.054979/2013	Associação Clube De Mães Maria Izabel De Medeiros	RADCOM	Natal	RN	Multa	456,93	Art. 40, XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 2877 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.040767/2016	Centro Norte Fm Stereo Ltda	FM	Cordeiro	RJ	Multa	5.093,64	Art. 38, 'b', da Lei n° 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 2930 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53000.006172/2013	Tropical Radiodifusão S/C Ltda	FM	Palmeira	PR	Multa	5.821,30	Art. 38, "b", da Lei n° 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 2931 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
01250.043410/2018	Tv Ponta Verde Ltda	TVD	Maceió	AL	Multa	10.472,72	Cláusula Terceira, "p", do Contrato de Concessão, publicado no DOU em 04/03/1973, c/c o art. 62 da Lei nº 4.117/62.	Portaria DEIRF n° 2950 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53000.034065/2013	Rede Cbs De Rádio Ltda	FM	Padre Bernardo	GO	Multa	25.611,05	Art. 38, 'b' e 'c', da Lei nº 4.117/62	Portaria DEIRF n° 2959 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008
53000.061057/2013	Associação Pradopolense De Apoio À Educação E Cultura - Apaec De Pradópolis	RADCOM	Pradópolis	SP	Multa	456,93	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 2971 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

53900.061674/2015	Conselho De Desenvolvimento Comunitário De Francisco Badaró - Fundec	RADCOM	Francisco Badaró	MG	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 2975 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.050038/2015	Associação De Desenvolvimento Artístico, Cultural E Social - Star	RADCOM	Valentim Gentil	SP	Multa	1.068,64	Art. 40, VII e XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 3001 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.059024/2015	Associação Cultural Comunitária De Radiodifusão Bem Querer	RADCOM	Aiquara	BA	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 3005 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.059927/2015	Associação Comunitária De São Luiz Do Norte	RADCOM	São Luiz do Norte	GO	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 3011 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.061744/2015	Associação Comunitária Progresso Cidadania De Monsenhor Tabosa	RADCOM	Monsenhor Tabosa	CE	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 3029 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.061767/2015	Associação Comunitária E Cultural De Guaraciama - Ascog	RADCOM	Guaraciama	MG	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 3036 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
53900.062012/2015	Associação Dos Movimentos Populares De Alto Horizonte - Goiás - Ampah	RADCOM	Alto Horizonte	GO	Multa	534,32	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 3038 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015
01250.027754/2017	Associação Da Cidadania E Dos Direitos Humanos - Acdh	RADCOM	Paraíso do Tocantins	TO	Multa	1.068,64	Art. 40, XXIX do Decreto nº 2.615/98.	Portaria DEIRF n° 3039 de 02/08/2021	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 294/2015

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 301, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53504.017004/2013-45
Recorrente/Interessado: TELEFÔNICA BRASIL S.A. CNPJ nº 02.558.157/0001-62

Acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 64/2021/EC (SEI nº 6863557), com as alterações propostas pelo Conselheiro Vicente Bandeira de Aquino Neto por meio do Voto nº 5/2021/VA (SEI nº 7067245), ambos integrantes deste acórdão:

a) conhecer do Recurso e dar-lhe provimento parcial, apenas para estender a aplicação da atenuante do art. 20, inciso III, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas (RASA), aprovado pela Resolução nº 589, de 7 de maio de 2012, às multas referentes a mais 56 (cinquenta e seis) estações licenciadas após a fiscalização e antes de 25 de outubro de 2017;

b) receber as petições "Memorial CT.LLLAC nº 1591/2020" (SEI nº 6174391), "Petição CT.LLLAC nº 601/2021" (SEI nº 6826107) e "CT.LLLAC nº 735/2021" (SEI nº 6970165) em observância ao direito de petição, nos termos do art. 5º, inciso XXXIV, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, e indeferir os pedidos nelas contidos; e,

c) reformar, de ofício, o valor da sanção, de R$ 1.418.374,55 (um milhão, quatrocentos e dezoito mil, trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos) para R$ 1.154.037,95 (um milhão, cento e cinquenta e quatro mil, trinta e sete reais e noventa e cinco centavos).

LEONARDO EULER DE MORAIS
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 6.349, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53520.001112/2021-16.

Expede autorização à Renan Coldebella, CPF nº ***.770.889-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 6.397, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53520.001213/2021-89.

Expede autorização à Albano Royer Administradora de Participacoes Societarias Ltda, CNPJ nº 20.161.878/0001-16, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 6.398, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53520.001221/2021-25.

Expede autorização à Anderson Martins Marciano, CPF nº ***.409.249-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 6.463, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53516.010407/2021-34.

Expede à JOSE SENDESKI NETO, CPF nº ***.234.269-**, autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 6.405, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Transferir a autorização para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - 251 (SARC), FISTEL 50403991544, de titularidade da RADIO AQUARELA CEARENSE LTDA, CNPJ nº 02.372.728/0001-70, para a RÁDIO ATITUDE FM LTDA, CNPJ nº 06.263.187/0001-00, bem como a outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s) à autorização para execução do serviço.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto

OTAVIO VIEGAS CAIXETA

ATO Nº 6.408, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Expedir autorização à Sergio Tavares de Oliveira, CPF nº ***.167.183-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 17 DE AGOSTO DE 2021

Nº 6.228 - Processo nº 53542.000245/2021-17.

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a TITANIA COMERCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ nº 09.093.813/0001-48, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 6.229 - Processo nº 53542.000244/2021-64.

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a TITANIA COMERCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ nº 09.093.813/0001-48, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 18 DE AGOSTO DE 2021

Nº 6.297 - Processo nº 53542.001404/2021-92.

Expede autorização a ROMALU TUR EIRELI, CNPJ nº 41.837.480/0001-27, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.298 - Processo nº 53542.001042/2021-30.

Expede autorização a CARGILL AGRÍCOLA S.A., CNPJ nº 60.498.706/0314-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Nº 6.328 - Processo nº 53542.001530/2021-47.

Expede autorização a MPK EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 37.977.327/0001-28, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.331 - Processo nº 53542.001038/2021-71.

Expede autorização a CARGILL AGRÍCOLA S.A., CNPJ nº 60.498.706/0054-69, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.333 - Processo nº 53542.001162/2021-37.

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a CONNECT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL E PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 08.664.926/0001-93, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Nº 6.357 - Processo nº 53542.001602/2021-56.

Expede autorização a PEDRO HENRIQUE LO, CPF nº ***.112.561-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.359 - Processo nº 53542.001599/2021-71.

Expede autorização a NORBERTO PRATAVIERA JUNIOR, CPF nº ***.743.848-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.360 - Processo nº 53542.001593/2021-01.

Expede autorização a SOLUBIO TECNOLOGIAS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 16.952.307/0002-03, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ATO Nº 6.413, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53548.000775/2021-05.
Outorga autorização para uso de radiofreqüências à FAZENDA SANTA OTILIA AGRO-PECUARIA LTDA, CNPJ nº 53.534.038/0010-00, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 6.399, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Expedir autorização a RILKE MARCONI PINTO THAUMATURGO, CPF: XXX.939.564-XX, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 6.410, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Expede autorização a Herisson Moreschi Richter, CPF nº ***.734.872-**, para explorar serviços de telecomunicações de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.002306/2021-65.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATO Nº 6.411, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Expede autorização a Tiago Oliveira Ferreira, CPF nº ***.984.072-**, para explorar serviços de telecomunicações de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.002313/2021-67.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATO Nº 6.416, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Expede autorização à R L Comércio Manutenção Representação de Eletro-eletrônicos Ltda, CNPJ nº 08.475.552/0001-68, para explorar serviços de telecomunicações de interesse restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional. Processo 53578.002308/2021-54.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATO Nº 6.302, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53500.060378/2020-40.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 20/07/2021, a autorização outorgada a GIGAWIRE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 21.991.210/0001-69, por intermédio do Ato nº 7433, de 03/12/2020, publicado no DOU de 10/12/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 6.346, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53500.038653/2021-20.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 01/06/2021, a autorização outorgada a CRISTINA DA SILVA BARDEN, CNPJ/MF nº 22.298.329/0001-13, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Nº 6.352 - Processo nº 53500.055732/2021-03.
Expede autorização à Vrr Telecom Ltda, CNPJ/MF nº 13.829.713/0001-04, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.353 - Processo nº 53500.050520/2021-21.
Expede autorização à Yper-net Telecomunicacoes Eireli, CNPJ/MF nº 39.372.492/0001-81, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.354 - Processo nº 53500.054464/2021-02. Expede autorização à Quali-ti Internet e Comercio de Equipamentos Para Informatica Eireli, CNPJ/MF nº 27.049.552/0001-40, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.361 - Autoriza FUNDACAO CANAL 20, CNPJ nº 04.083.151/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Nova Santa Rita/RS, no período de 28/08/2021 a 29/08/2021.

Nº 6.369 - Processo nº 53500.058389/2021-41.
Expede autorização à Dextel Tecnologia e Servicos de Internet Ltda, CNPJ/MF nº 42.499.904/0001-53, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.370 - Processo nº 53500.058366/2021-36.
Expede autorização à Glee Telecom Ltda, CNPJ/MF nº 42.894.082/0001-05, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.373 - Processo nº 53500.058247/2021-83.
Expede autorização à Sabafibra Telecomunicacoes Ltda, CNPJ/MF nº 41.051.545/0001-04, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Nº 6.407 - Processo n° 53500.049050/2021-53.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ARC COMERCIO CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE SERVICOS LTDA, CNPJ nº 01.565.706/0001-63, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado, aplicação Móvel Privativo.

Nº 6.418 - Processo nº 53500.023977/2020-82.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 23/08/2021, a autorização outorgada a WFNET SOLUCOES EIRELI, CNPJ nº 31506175000107, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.423 - Processo nº 53500.058900/2021-12.
Expede autorização à Biazi Telecomunicacoes Poxoreu Ltda, CNPJ/MF nº 42.812.181/0001-09, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.424 - Processo nº 53500.047549/2021-26.
Expede autorização à Nava Software Ltda, CNPJ/MF nº 05.969.344/0001-27, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.425 - Processo nº 53500.059099/2021-14.
Expede autorização à Renato Felipe Balbino, CNPJ/MF nº 13.140.825/0001-53, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.426 - Processo nº 53500.058906/2021-81.
Expede autorização à Biazi Telecomunicacoes Rural Ltda, CNPJ/MF nº 29.182.930/0001-95, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.427 - Processo nº 53500.058679/2021-94.
Expede autorização à Willian da Silva Medeiros, CNPJ/MF nº 32.971.314/0001-28, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 6.466, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Autoriza TELEFONICA BRASIL S.A., CNPJ nº 02.558.157/0001-62, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Pradópolis/SP, no período de 20/08/2021 a 18/10/2021.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM-MD Nº 3.492, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a utilização do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, da Escola Superior de Guerra e do Hospital das Forças Armadas.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, observado o disposto no Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 60532.000065/2021-10, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a utilização do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG), no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, da Escola Superior de Guerra e do Hospital das Forças Armadas.

Art. 2º Os órgãos de que trata o art. 1º deverão habilitar no SIORG gestores e técnicos responsáveis por operar o sistema.

Art. 3º Os gestores deverão supervisionar o sistema e consolidar a formalização das propostas de estrutura por ato normativo interno, observado o disposto no art. 5º, inciso I.

Art. 4º Os técnicos deverão acompanhar as atualizações de estrutura tratadas em lei ou decreto e registrar aquelas aprovadas em ato normativo interno e submetê-las à análise do respectivo gestor.

Art. 5º Cabe aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, à Escola Superior de Guerra e ao Hospital das Forças Armadas:

I - remeter propostas de alteração de estrutura regimental ao Ministério da Defesa para análise e aprovação prévias por parte da autoridade ministerial, ouvidos os órgãos competentes, antes do respectivo registro no SIORG;

II - avaliar rotineiramente a consistência das informações prestadas, de modo a proporcionar fidelidade e qualidade aos dados que alimentarão o sistema;

III - coordenar a utilização do SIORG no âmbito de seu respectivo órgão; e

IV - indicar à Secretaria de Orçamento e Organização Institucional do Ministério da Defesa os gestores e os técnicos responsáveis pelas atividades do SIORG no âmbito de seu respectivo órgão.

Art. 6º Cabe à Secretaria-Geral, por intermédio da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional do Ministério da Defesa:

I - receber as propostas de alteração de estrutura regimental dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, da Escola Superior de Guerra e do Hospital das Forças Armadas analisá-las e indicar a necessidade de alterações ou aprovar para registro no SIORG;

II - designar os gestores e os técnicos responsáveis pelas atividades do SIORG no âmbito da administração central do Ministério da Defesa; e

III - coordenar a utilização do SIORG no âmbito da administração central do Ministério da Defesa.

Art. 7º As situações não contempladas nesta Portaria serão submetidas ao Secretário-Geral, que será subsidiado pelo Secretário de Orçamento e Organização Institucional, ouvidos os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, o Comandante da Escola Superior de Guerra e o Comandante Logístico do Hospital das Forças Armadas.

Art. 8º Os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica poderão editar atos complementares necessários à execução desta Portaria, no âmbito dos respectivos órgãos e observadas as suas especificidades.

Art. 9º Fica revogada a Portaria Normativa nº 1.553/MD, de 14 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 133, Seção 1, páginas 5 e 6.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

WALTER SOUZA BRAGA NETTO

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 291/DPC, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Credencia a SEAMAN NÁUTICA LTDA - EPP, para ministrar, em caráter experimental, cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM) na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1ºCredenciar a SEAMAN NÁUTICA LTDA - EPP, CNPJ 04.340.153/0001-39, para ministrar, em caráter experimental, a parte teórica dos cursos do EPM já credenciados no modo presencial por esta Diretoria, regidos pelas NORMAM-24/DPC, na modalidade de EAD, com o emprego de plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para aulas síncronas.

Parágrafo único - A execução dos cursos dar-se-á sob a supervisão dos Órgãos de Execução (OE) vinculados.

Art. 2º Obriga-se a SEAMAN NÁUTICA LTDA - EPP a: disponibilizar acesso a dois integrantes da força de trabalho da DPC e do OE vinculado, visando à realização de acompanhamento do curso na modalidade de EAD; utilizar para ministrar as aulas síncronas, instrutores já homologados pela DPC para aulas presenciais; realizar, de forma presencial, a parte prática dos cursos em EAD, caso aplicável; avaliar a aprendizagem, por meio de provas, de forma presencial; e cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinações da DPC sujeitará a SEAMAN NÁUTICA LTDA - EPP à pena de advertência, observado o devido processo legal. Salienta-se que três advertências, durante a vigência do período de credenciamento, resultarão no descredenciamento da SEAMAN NÁUTICA LTDA - EPP.

Art. 3º O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos, a partir da data de publicação desta Portaria em Diário Oficial da União (DOU), podendo ser renovado por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021, tendo seus efeitos administrativos retroagidos a 1º de agosto de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 292/DPC, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Credencia a WEST GROUP TREINAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, para ministrar, em caráter experimental, cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM) na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1º Credenciar a WEST GROUP TREINAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, CNPJ 07.039.473/0001-41, para ministrar, em caráter experimental, a parte teórica dos cursos do EPM já credenciados no modo presencial por esta Diretoria, regidos pela NORMAM-24/DPC, na modalidade de EAD, com o emprego de plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para aulas síncronas.

Parágrafo único - A execução dos cursos dar-se-á sob a supervisão dos Órgãos de Execução (OE) vinculados.

Art. 2º Obriga-se a WEST GROUP TREINAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA a: disponibilizar acesso a dois integrantes da força de trabalho da DPC e do OE vinculado, visando à realização de acompanhamento do curso na modalidade de EAD; utilizar para ministrar as aulas síncronas, instrutores já homologados pela DPC para aulas presenciais; realizar, de forma presencial, a parte prática dos cursos em EAD, caso aplicável; avaliar a aprendizagem, por meio de provas, de forma presencial; e cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinações da DPC sujeitará a WEST GROUP TREINAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA à pena de advertência, observado o devido processo legal. Salienta-se que três advertências, durante a vigência do período de credenciamento, resultarão no descredenciamento da WEST GROUP TREINAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.

Art. 3º O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos, a partir da data de publicação desta Portaria em Diário Oficial da União (DOU), podendo ser renovado por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021, tendo seus efeitos administrativos retroagidos a 1º de agosto de 2021.

Por ordem:

Capitão de Mar e Guerra NIEMER GOMES RICKMANN
Vice-Diretor

PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 23, DE 11 DE AGOSTO DE 2021

Aprova a modificação das Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior - NORMAM-02/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Aprovar a modificação das Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior (NORMAM-02/DPC), que a esta acompanha. Esta modificação é denominada Mod. 23.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 424/DPC, de 18 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 22 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

ANEXO

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA EMBARCAÇÕES EMPREGADAS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR

NORMAM-02/DPC

- 2005 -

INTRODUÇÃO

1 -PROPÓSITO

Estabelecer normas da Autoridade Marítima para embarcações destinadas à navegação interior.

2 -APLICAÇÃO

a)Estas normas aplicam-se a todas as embarcações de bandeira brasileira destinadas à navegação interior, com exceção de:

1)Embarcações empregadas na atividade de esporte e/ou recreio, a menos onde previsto nas normas específicas para tais embarcações (NORMAM-03);

2)Embarcações da Marinha do Brasil.

b)Aplicam-se as definições presentes no Artigo 2o da Lei no 9.537 de 11/12/97 que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário (LESTA) e sua regulamentação (Decreto no 2.596 de 18/5/98 - RLESTA).

3 -DEFINIÇÕES

a)Embarcação - qualquer construção, inclusive as plataformas flutuantes e, quando rebocadas, as fixas, sujeita à inscrição na Autoridade Marítima e suscetível de se locomover na água, por meios próprios ou não, transportando pessoas ou cargas;

b)Navegação interior - a realizada em hidrovias interiores, assim considerados rios, lagos, canais, lagoas, baías, angras, enseadas e áreas marítimas consideradas abrigadas.

4 -PENALIDADES

As infrações a estas normas, sejam as constatadas no ato da ocorrência ou mediante apuração posterior, estão sujeitas às penalidades previstas na Lei no 9.537 de 11/12/97, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário (LESTA) e sua regulamentação (Decreto no 2.596 de 18/5/98 - RLESTA).

5 -INDENIZAÇÕES

a)As despesas com os serviços a serem prestados pela Autoridade Marítima, em decorrência da aplicação destas normas, tais como vistorias, testes e homologação de equipamentos, pareceres, perícias, emissão de certificados, análise de planos e outros, serão indenizados pelos interessados, de acordo com os valores constantes no Anexo 8-E e deverão ser pagos no ato da solicitação do serviço.

b)As embarcações pertencentes a órgãos públicos federais, estaduais e municipais (por exemplo: Exército Brasileiro, FAB, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal, Receita Federal, IBAMA, Fiscalização da Pesca, Vigilância Sanitária e outros) estão isentas do pagamento de indenizações.

6 -DISPOSIÇÃO GERAL

As embarcações classe 1(EC1) e classe 2 (EC2), definidas adiante no Capítulo 3 destas normas, podem ser certificadas por Entidades Certificadoras. As Sociedades Classificadoras estão autorizadas a certificarem essas embarcações, SEM OBRIGATORIEDADE DE POSSUIR UM CERTIFICADO DE CLASSE.

7 -ARQUIVAMENTO E ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os documentos que forem protocolados nas Capitanias, Delegacias e Agências para compor processos nas respectivas Organizações Militares (OM), e que apresentem exigências a cumprir pelo interessado, serão mantidos em arquivo por um período máximo de 360 dias, para que no decorrer deste período as exigências possam ser sanadas.

Caso as exigências não sejam sanadas neste período, em virtude da falta de interesse, de providências ou de manifestação formal por parte dos requerentes, ou não sejam retirados, os documentos serão eliminados pelas OM.

Os processos que tenham sido concluídos, com os respectivos documentos emitidos, porém não retirados pelo interessado, ficarão mantidos a disposição por um prazo máximo de 360 dias. Após este prazo, os documentos poderão ser eliminados.

8 -NORMAS E PROCEDIMENTOS DAS CAPITANIAS DOS PORTOS (NPCP / NPCF)

As NORMAM/DPC possuem abrangência nacional. As especificidades regionais, em virtude das características existentes nas jurisdições das Capitanias, Delegacias e Agências, são complementarmente regulamentadas por meio das respectivas NPCP/NPCF, com vistas à salvaguarda da vida humana, à segurança da navegação no mar aberto e nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição ambiental por parte de embarcações, plataformas e suas instalações de apoio.

9 -EMPREGO DE AERONAVES REMOTAMENTE PILOTADAS (RPA) A BORDO DE EMBARCAÇÕES

As aeronaves remotamente pilotadas (RPA), que compreendem os sistemas de aeronaves remotamente pilotadas e aeronaves totalmente autônomas, se enquadram na definição de "aeronave" presente no Código Brasileiro de Aeronáutica - CBAer (Lei nº

7.565/1986) e, portanto, são objeto de regulação e fiscalização da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), no caso de aeronaves civis.

A autorização da ANAC é condição necessária, mas não suficiente para a operação de sistemas de aeronaves civis remotamente pilotadas no Brasil. Também é preciso que o operador obtenha autorização do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e verifique junto à Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) se sua frequência de controle é segura.

As competências da ANAC e do DCEA são complementares e, portanto, ambas as autorizações são necessárias para a operação de aeronaves civis remotamente pilotadas no Brasil.

Não é permitida a sua utilização em embarcações/plataformas que tenham helideques, simultaneamente com as operações de pouso e decolagem de helicópteros, exceção se daria nos casos de emprego de RPA em área interna das embarcações/plataformas, como tanques, reservatórios, espaços confinados, ou para inspeções estruturais, em caráter excepcional, que envolvam aspectos de segurança das mesmas, quando deve haver uma coordenação com a tripulação do helicóptero e sem possibilidade de interferência mútua.

O descumprimento desta regra está passível de autuação por parte da Autoridade Marítima.

CAPÍTULO 1

ESTABELECIMENTO DAS TRIPULAÇÕES DE SEGURANÇA DAS EMBARCAÇÕES

0101 -APLICAÇÃO

Toda embarcação para sua operação segura, deverá ser guarnecida por um número mínimo de tripulantes, associado a uma distribuição qualitativa, denominado Tripulação de Segurança, cujo modelo consta do Anexo 1-A.

A tripulação de segurança difere da lotação, que expressa o número máximo de pessoas autorizadas a embarcar, incluindo tripulantes, passageiros e profissionais não-tripulantes.

SEÇÃO I

CARTÃO DE TRIPULAÇÃO DE SEGURANÇA - CTS

0102 -EMBARCAÇÕES ISENTAS DO CTS

As embarcações com AB menor ou igual a 10 estão isentas da emissão do CTS, devendo a tripulação de segurança ser estabelecida conforme descrito no item 0104. A quantidade dos tripulantes estabelecida como tripulação de segurança deve ser registrada no campo "Tripulação de Segurança" e suas respectivas categorias no campo "Observações" do Título de Inscrição da Embarcação (TIE).

0103 -SOLICITAÇÃO DE PERÍCIA PARA EMISSÃO DO CTS

Caberá à empresa, proprietário, armador ou seu representante legal solicitar à Capitania, Delegacia ou Agência (CP, DL ou AG) de sua conveniência, a emissão do CTS nos casos a seguir relacionados:

a)Por ocasião do pedido da licença de construção, quando a CP, DL ou AG emitirá um CTS provisório, com base nos planos de construção da embarcação e na sugestão de tripulação de segurança feita por parte do interessado, antes da emissão da licença de construção. Para isso, serão considerados, dentre outros fatores, os parâmetros listados no item 0104;

b)Para entrada em operação da embarcação, ocasião em que o CTS provisório será cancelado e substituído pelo definitivo;

c)Nos casos de reclassificação ou alteração da embarcação, ou quando ocorrer variação de qualquer parâmetro listado no item 0104;

d)Em grau de recurso nos casos em que uma das partes interessadas não concordar com a tripulação de segurança;

e)Por ocasião da solicitação da perícia, a empresa, proprietário, armador ou seu representante legal deverá entregar a seguinte documentação:

1)Requerimento do interessado;

2)Uma proposta de CTS elaborada pelo interessado, de acordo com o modelo de Laudo Pericial (Anexo 1-B) na qual deverá ser demonstrada por meio de documentação que comprove a adequação da composição da tripulação mínima sugerida;

3)Documento que contenha informações relacionadas nas Diretrizes Específicas para Elaboração do CTS (Anexo 1-C), relativas ao serviço de quarto em viagem (embarcações com AB maior que 10);

4)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente ao serviço de perícia para emissão do laudo pericial (Anexo 8-E), exceto para órgãos públicos.

OBSERVAÇÃO:

1)O CTS é obtido após a realização de perícia na embarcação pela CP/DL/AG;

2)Caso ocorra uma pendência impeditiva (antes da saída - A/S) nessa perícia, o prosseguimento do processo dependerá da prontificação da embarcação para sanar a pendência;

3)O documento constante no inciso "3" permitirá ao inspetor/vistoriador obter elementos para análise dos critérios para o serviço na embarcação, os quais irão contribuir para se determinar o quantitativo mínimo de tripulantes.

0104 -LAUDO PERICIAL PARA EMISSÃO DO CTS

a)A tripulação de segurança será estabelecida pela CP, DL ou AG, em decorrência do Laudo Pericial para a emissão do CTS (Anexo 1-B), seguidas as instruções contidas no Anexo 1-C;

b)Na elaboração do Laudo Pericial serão considerados parâmetros, tais como: porte da embarcação, tipo de navegação, potência total das máquinas, serviço ou atividade em que será empregada, os diversos sistemas de bordo e sua manutenção, peculiaridades do trecho a navegar e aspectos da operação propriamente dita. Em função desses parâmetros serão estabelecidos os níveis, categorias e quantidades dos tripulantes, de acordo com suas habilitações;

c)Deverão ser levantados a bordo os elementos necessários à determinação dos níveis e quantidade de tripulantes para operar a embarcação com segurança. Preferencialmente, a vistoria deve ser procedida com a embarcação navegando e operando na atividade para a qual se destina(rá), de modo a que se possa conhecer as tarefas a realizar e quais as que ocorrem simultaneamente;

d)Ao final da vistoria, os dados constantes do Laudo Pericial deverão ser suficientes para permitir a emissão do CTS;

e)No caso de embarcação em construção, esses dados serão levantados por meio da análise dos planos, antes da emissão da Licença de Construção;

f)Para embarcações em classe, deverão ser levadas em conta as Notações para Grau de Automação para a Praça de Máquinas (NGAPM), emitidas pelas Sociedades Classificadoras reconhecidas;

g)O CTS deverá ser emitido pela CP, DL ou AG;

h)Sempre que julgar necessário, a DPC poderá executar ou auditar a elaboração do Laudo Pericial de uma embarcação.

0105 -VALIDADE DO CTS

O CTS terá validade por prazo indeterminado, desde que sejam mantidas as condições de segurança observadas por ocasião da emissão do Laudo Pericial. Sempre que ocorrerem alterações/reclassificações que afetem as condições de segurança, a embarcação deverá ser reavaliada.

As embarcações dotadas de automação na praça de máquinas deverão manter a respectiva Notação de Grau de Automação, dentro da validade, anexa ao CTS.

0106 -ELEVAÇÃO OU REDUÇÃO DO NÍVEL DE HABILITAÇÃO NO CTS

Se as condições de operação de uma determinada embarcação indicarem a necessidade de elevação ou redução do nível de habilitação de seu Comandante e ou de outros tripulantes no Laudo Pericial, tornando imprescindíveis alterações em relação aos critérios estabelecidos nas presentes normas, a CP, DL ou AG deverá fazê-lo por meio de inclusão nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP ou NPCF). Os CTS que forem emitidos com variação do nível de habilitação deverão conter uma observação informando a área para a qual esta variação está sendo concedida, quando se tratar de uma concessão feita apenas para uma área especifica.

0107 -REVISÃO DO CTS

O proprietário, armador ou seu preposto poderá solicitar revisão do CTS, por meio de requerimento. Se a revisão for requerida em CP, DL ou AG que não seja a de inscrição da embarcação, tal Organização Militar (OM) deverá solicitar à respectiva OM de inscrição da embarcação o Laudo Pericial relativo ao CTS a ser revisto, a NGAPM (caso pertinente) e qualquer outro tipo de informação/documento julgado necessário para a elaboração do novo Laudo Pericial. Deverá ser enviada uma cópia do novo CTS para arquivo na OM de Inscrição da embarcação, juntamente com o respectivo Laudo Pericial.

0108 -RECURSO

O interessado poderá apresentar recurso ao DPC, em última instância administrativa, da decisão da CP, DL ou AG, quanto à revisão do CTS.

Para tal, deverá dar entrada de requerimento ao DPC na CP, DL ou AG que efetuou a revisão, apresentando a argumentação considerada cabível.

A CP, DL ou AG encaminhará o requerimento à DPC, devidamente instruído, contendo parecer a fim de subsidiar a decisão.

0109 -DIREITO AO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES A BORDO EXERCIDAS ANTES DE 09/06/1998 (COMANDO, CHEFIA DE MÁQUINAS ETC.)

O aquaviário deverá cumprir o previsto no Capítulo 2 da NORMAM-13/DPC.

SEÇÃO II

FIXAÇÃO DA TRIPULAÇÃO DE SEGURANÇA

0110 -NÍVEL DO COMANDANTE

O nível de equivalência do Comandante será estabelecido com base nos requisitos constantes da NORMAM-13/DPC.

0111 -NÍVEL DO IMEDIATO

Para embarcações com AB maior ou igual a 500, o nível será estabelecido com base nos requisitos da NORMAM-13/DPC, sendo, normalmente, um nível abaixo do Comandante.

Para embarcações com AB menor que 500 não haverá Imediato formalmente designado no CTS, à exceção de casos especiais em que a complexidade dos equipamentos e as características de operação da embarcação assim o exigirem. Nos casos em que não houver Imediato formalmente designado, o substituto eventual do Comandante será aquele que se seguir na hierarquia da seção de convés.

0112 -SERVIÇOS GERAIS DE CONVÉS E MÁQUINAS

a)Para o estabelecimento da quantidade mínima de tripulantes empregados em serviços gerais no convés e na máquina (SGC/SGM), deverão ser consideradas as fainas que ocorrem simultaneamente e quantos tripulantes estarão envolvidos. Também deverão ser levados em consideração os equipamentos disponíveis, tais como, guinchos e cabrestantes, radares com alarme antecipado, piloto automático, grau de automação das máquinas etc.

A organização do serviço a bordo é também um fator importante para essa avaliação, tal como ocorre nas embarcações em que o Comandante guarnece o timão, fato comum na navegação interior.

b)Na Seção de Máquinas, para as embarcações com potência propulsora acima de 750kW e sem estabelecimento de serviço de quarto, a necessidade de um segundo tripulante deverá ser definida por ocasião da elaboração do Laudo Pericial.

c)O estabelecimento da tripulação das embarcações de apoio portuário encontra-se consolidada no Anexo 1-D. No caso de rebocadores classificados para a navegação de apoio portuário que necessitem realizar viagem em mar aberto para atuar em outro porto, em distância até 20 milhas da costa, não será necessária a alteração na qualificação dos tripulantes da Seção de Máquinas, devendo ser avaliado apenas o quantitativo de tripulantes em função do tempo da viagem. A tripulação de segurança para possibilitar tal navegação, tanto para a Seção de Convés quanto para a Seção de Máquinas deverá estar consignada no campo "Observações" do CTS.

0113 -SERVIÇOS DE CÂMARA

A necessidade de se dotar aquaviários para o serviço de câmara e a quantidade mínima será função do tipo de atividade da embarcação e da inexistência de recursos disponíveis, tais como: balcão térmico, autosserviço, máquinas de lavar, refresqueiras etc.

Será também considerada a distribuição dos compartimentos e as distâncias à cozinha, paióis etc.

Estão dispensadas de cozinheiro (CZA) e taifeiro (TAF) as embarcações cujas singraduras sejam inferiores a 12 horas e trafeguem em área onde seja possível o apoio de alimentação proveniente de facilidades em terra.

0114 -SEÇÃO DE SAÚDE

Somente será obrigatório o embarque de um auxiliar de saúde (ASA) nas embarcações que transportem mais de 100 passageiros e realizem singraduras superiores a 12 horas.

0115 -SERVIÇO DE RADIOCOMUNICAÇÃO

As embarcações dotadas de radiocomunicação lotarão pelo menos um tripulante da seção de convés possuidor do certificado de operador de radiotelefonia restrito, sendo dispensadas as embarcações dotadas apenas de transceptor VHF.

0116 -SERVIÇO DE QUARTO DE NAVEGAÇÃO (SEÇÃO DE CONVÉS)

O serviço de quarto na navegação, no que couber a navegação interior, deverá ser atendido conforme o previsto no Capítulo VIII da Parte A da Convenção STCW-78/95 e faz-se necessário quando a duração da viagem entre dois portos consecutivos for superior a 12 horas. Serão estabelecidos, pelo menos, dois quartos de serviço.

No estabelecimento do número de tripulantes necessários deverá ser considerado o fato do Imediato ou do Comandante participarem dos quartos de serviço.

As certificações necessárias ao pessoal que comporá o quarto de serviço estão indicadas na NORMAM-13/DPC.

Os seguintes tópicos relativos ao Capítulo VIII da Parte A da Convenção STCW78/95 deverão ser obrigatoriamente atendidos e levados em consideração na ocasião da elaboração do CTS:

a)Todos os membros de um quarto de serviço deverão ter um mínimo de 10 horas de descanso em qualquer período de 24 horas, podendo as horas de descanso ser divididas em até 2 períodos, um dos quais deverá ter pelo menos 6 horas de duração;

b)As exigências da alínea a), para os períodos de descanso, não necessitam ser mantidas em caso de emergência, de adestramento ou em outras condições operacionais diferentes da rotina;

c)Não obstante às disposições da alínea a), o período mínimo de 10 horas pode ser reduzido a, pelo menos, 6 horas consecutivas, desde que qualquer redução não se estenda além de dois dias e que sejam possibilitadas não menos do que 70 horas de descanso para cada período de 7 dias;

d)As tabelas de quarto de serviço devem ser afixadas na embarcação em local visível para toda tripulação;

e)Os Comandantes das embarcações deverão assegurar-se de que as tabelas dos quartos de serviços são adequadas à manutenção de um serviço seguro de quarto de navegação. Sob a direção geral do Comandante, os tripulantes do quarto de serviço de navegação são responsáveis pela navegação segura do navio durante o seu período de serviço;

f)O encarregado do quarto de serviço de navegação é o representante do Comandante e sempre o principal responsável pela navegação do navio em segurança e pelo cumprimento do contido no Capítulo 11 desta norma;

g)Na navegação interior, sempre que se fizer necessária a utilização de carta náutica, esta deverá ser a de maior escala disponível, adequada à área utilizada; e

h)Para a composição do quarto de navegação os seguintes fatores devem ser considerados:

1)O passadiço não deve ser deixado desguarnecido em hora alguma;

2)As condições meteorológicas e de visibilidade ;

3)A proximidade de riscos para a navegação que possam exigir que o encarregado do quarto realize tarefas adicionais de navegação;

4)As qualificações e experiência do quarto de serviço de navegação;

5)A existência de tarefas de radiocomunicações a serem executadas;

6)Os controles, alarmes e indicadores de máquinas existentes no passadiço, no caso de praça de máquinas desguarnecida e os procedimentos para seu emprego e limitações; e

7)Qualquer necessidade incomum de vigilância da navegação que possa surgir como resultado de circunstâncias operacionais especiais.

0117 -SERVIÇO DE QUARTO NA SEÇÃO DE MÁQUINAS

O serviço de quarto na seção de máquinas, no que couber a navegação interior, deverá ser atendido conforme o previsto no Capítulo VIII da parte A da Convenção STCW-78/95 e faz-se necessário quando a duração da viagem for superior a 12 horas. Nesses casos, serão estabelecidos, pelo menos, dois quartos de serviço.

a)Nível

O nível do chefe de máquinas será estabelecido com base na NORMAM-13/DPC.

A potência propulsora (em kW) e a complexidade das máquinas serão os parâmetros para o estabelecimento do nível do chefe de máquinas, bem como dos tripulantes que irão atender ao serviço de quarto.

A necessidade de designação formal de subchefe de máquinas dependerá do atendimento simultâneo das seguintes condições:

1)embarcações com potência propulsora superior a 750 kW;

2)quando for estabelecido serviço de quarto;

3)quando houver necessidade de guarnecimento da praça de máquinas.

Para embarcações com potência propulsora menor ou igual a 750 kW não haverá designação formal do subchefe de máquinas, o qual será substituído pelo tripulante que se seguir na hierarquia da seção de máquinas, caso exista tal tripulante.

b)Quantidade

A quantidade de tripulantes para os quartos de serviço nas máquinas está relacionada com a duração das singraduras, grau de automação da instalação e sua complexidade, se o chefe de máquinas participa ou não da escala de serviço etc.

Assim, as embarcações manobradas por telégrafo de máquinas, por exemplo, cuja praça de máquinas é sempre guarnecida, deverão ter o serviço dividido em quartos se as singraduras excedem a 6 horas. Já as embarcações com comando conjugado em que as máquinas possuam sistema de monitoramento e de alarme no passadiço, não precisam ter o serviço dividido em quartos, pois será necessário, apenas, verificar esporadicamente seu funcionamento.

Em navios com elevado grau de automação, o tripulante do quarto de serviço de máquinas monitora o funcionamento por meio de alarmes e outros indicadores, não havendo necessidade de sua permanência na praça de máquinas. Nessa situação, pode ser reduzido o número de quartos, já que o tripulante fica menos sujeito à fadiga.

Os seguintes tópicos relativos ao Capítulo VIII da Parte A da convenção STCW 78/95, deverão ser obrigatoriamente atendidos e levados em consideração na ocasião da elaboração do CTS:

1)Todos os membros de um quarto de serviço deverão ter um mínimo de 10 horas de descanso em qualquer período de 24 horas, podendo as horas de descanso ser divididas em até 2 períodos, um dos quais deverá ter pelo menos 6 horas de duração;

2)As exigências da alínea 1), para os períodos de descanso, não necessitam ser mantidas em caso de emergência, de adestramento ou em outras condições operacionais diferentes da rotina;

3)Não obstante as disposições da alínea 1), o período mínimo de 10 horas pode ser reduzido a, pelo menos, 6 horas consecutivas, desde que qualquer redução não se estenda além de 2 dias e que sejam cumpridas não menos do que 70 horas de descanso para cada período de 7 dias;

4)O chefe de máquinas de qualquer navio é obrigado, após consultar o Comandante, a assegurar-se que a escala de quartos de serviços seja adequada à manutenção de um serviço de quarto de máquinas seguro;

5)O encarregado do quarto de serviço de máquinas é o representante do chefe de máquinas e sempre o principal responsável pela operação segura e eficiente para manter em condições as máquinas que afetam a segurança do navio, sendo responsável pela inspeção, operação e teste, como exigido, de todas as máquinas e equipamentos sob sua responsabilidade no quarto de serviço de máquinas; e

6)Para a composição do quarto de serviço de máquinas os seguintes requisitos devem ser considerados:

I)O tipo de navio e o tipo e condições das máquinas;

II)A supervisão adequada e permanente das máquinas que afetam a operação segura do navio;

III)Qualquer modo especial ditado pelas condições de operação, tais como condições de tempo, águas rasas, condições de emergências etc;

IV)As qualificações e experiência do quarto de serviço de máquinas;

V)A segurança da vida humana, do navio, da carga e do porto, assim como a proteção do meio ambiente;

VI)A regulamentação nacional;

VII)Manutenção da operação do navio.

CAPÍTULO 2

INSCRIÇÃO, REGISTRO, MARCAÇÕES, NOMES DE EMBARCAÇÕES, NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DE NAVIOS E REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO

SEÇÃO I

INSCRIÇÃO E REGISTRO DE EMBARCAÇÕES

0201 -APLICAÇÃO

Todas as embarcações brasileiras estão sujeitas à inscrição nas Capitanias dos Portos (CP), Delegacias (DL) ou Agências (AG), excetuando-se as pertencentes à Marinha do Brasil.

As embarcações com arqueação bruta (AB) maior que 100, além de inscritas nas CP, DL ou AG, devem ser registradas no Tribunal Marítimo (TM).

As plataformas móveis são consideradas embarcações, estando sujeitas à inscrição e/ou registro. As plataformas fixas, quando rebocadas, são consideradas embarcações, estando também sujeitas à inscrição e/ou registro.

As embarcações miúdas com propulsão a motor estão sujeitas à inscrição simplificada, conforme prescrito no subitem 0205 c).

Estão dispensadas de inscrição as embarcações miúdas sem propulsão e os dispositivos flutuantes destinados a serem rebocados, do tipo "banana boat", com até 10 (dez) metros de comprimento. Em se tratando de flutuantes destinados a operar ou funcionar como Cais Flutuantes, Postos de Combustíveis Flutuantes, Hotéis Flutuantes, Casas Flutuantes, Bares Flutuantes e outras estruturas flutuantes similares, a emissão do Título de Inscrição de Embarcação estará condicionada ao cumprimento das disposições do capítulo 1 da NORMAM-11/DPC.

Os documentos que comprovam a regularização da inscrição/registro de uma embarcação são:

- Provisão de Registro de Propriedade Marítima (PRPM), para as embarcações com arqueação bruta maior que 100; e

- Título de Inscrição de Embarcação (TIE/TIEM) para as demais.

Esses documentos originais são de porte obrigatório a bordo das embarcações.

0202 -DEFINIÇÕES

a)Apoio marítimo: é a navegação realizada para o apoio logístico a embarcações e instalações em águas territoriais nacionais e na Zona Econômica Exclusiva, que atuem nas atividades de pesquisa e lavra de minerais e hidrocarbonetos.

b)Apoio portuário: navegação realizada exclusivamente nos portos e terminais aquaviários para atendimento de embarcações e instalações portuárias.

c)Cabotagem: é a navegação realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores.

d)Embarcação com propulsão - é qualquer embarcação movimentada por meio de máquinas ou motores.

e) Embarcação miúda: será considerada embarcação miúda qualquer tipo de embarcação ou dispositivo flutuante:

1)com comprimento inferior ou igual a 5 (cinco) metros; ou

2)com comprimento total inferior a 8 (oito) metros e que apresentem as seguintes características: convés aberto, convés fechado mas sem cabine habitável e sem propulsão mecânica e que, caso utilizem motor, este não exceda 50 HP.

f)Inscrição de embarcação: cadastramento de embarcação na Autoridade Marítima, com atribuição do nome e do número de inscrição e expedição do respectivo documento de inscrição.

g)Navegação em mar aberto: a realizada em águas marítimas consideradas desabrigadas, podendo ser de:

-Apoio marítimo: a realizada para o apoio logístico a embarcações e instalações em águas territoriais nacionais e na Zona Econômica Exclusiva, que atuem nas atividades de pesquisa e lavra de minerais e hidrocarbonetos;

-Cabotagem: a realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou esta e as vias navegáveis interiores;

-Costeira: a realizada em mar aberto, até o limite de visibilidade da costa, estabelecida em 20 (vinte) milhas náuticas. Para o apoio marítimo estende-se a navegação costeira até o limite de 200 (duzentas) milhas náuticas da costa; e

-Longo curso: é a realizada entre portos brasileiros e estrangeiros.

h)Navegação interior: a realizada em hidrovias interiores, assim considerados rios, lagos, canais, lagoas, baías, angras, enseadas e áreas marítimas consideradas abrigadas.

i)Prancha Motorizada: é uma prancha com motor fixo ou removível. São atribuídas denominações diferentes dadas pelos diversos fabricantes, tais como POWERSKI JETBOARD, JETBOARD, JETSURF etc. Não é sujeita a inscrição.

j)Registro de embarcação: procedimento obrigatório junto ao Tribunal Marítimo (TM) para as embarcações com arqueação bruta (AB) maior que 100. O registro da propriedade de embarcação tem por objeto estabelecer a nacionalidade, validade, segurança e publicidade da propriedade de embarcações.

k)Serviço público: embarcação (operada por) pertencente a órgão público. As embarcações empregadas nessa atividade ou serviço estão sujeitas ao cumprimento de todos os requisitos de construção e segurança aplicáveis aos demais tipos de embarcações.

l)Sistema de Gerenciamento de Embarcações: SISGEMB: sistema corporativo da Diretoria de Portos e Costas (DPC), que armazena o histórico das embarcações, bem como permite a realização de serviços pelas Capitanias dos Portos (CP), Delegacias (DL) e Agências (AG), tais como inscrição, transferência de propriedade e transferência de jurisdição de embarcações.

0203 -LOCAL DE INSCRIÇÃO

a) Domicílio do proprietário

As embarcações serão inscritas e/ou registradas por meio de solicitação do proprietário às CP, DL ou AG em cuja jurisdição ele for domiciliado ou onde as embarcações forem operar.

Caso a embarcação com AB menor ou igual a 100 seja construída no Brasil, em local que não seja o domicílio do proprietário e nem o local onde for operar, poderá ser inscrita na CP/DL/AG com jurisdição no local onde a embarcação tiver sido construída. Nessa situação, a CP/DL/AG do local da construção deverá realizar inscrição prévia, obtendo o número da inscrição com a CP/DL/AG de destino (domicílio ou local de operação), emitindo um TIE provisório, de acordo com o Anexo 2-C.

Ao chegar ao local de domicílio do proprietário ou onde a embarcação for operar, o responsável pela embarcação deverá se dirigir à CP/DL/AG da jurisdição e entregar o TIE provisório e a documentação física da embarcação para permitir a emissão do TIE definitivo pelo SISGEMB.

b) Comprovação de residência

A comprovação de residência poderá ser realizada por meio da apresentação dos seguintes documentos, de acordo com a Lei 6.629, de 16 de abril de 1979:

1)Contrato de locação em que figure como locatário; e

2)Conta de luz, água, gás ou telefone (fixo ou celular), preferencialmente com CEP, emitida dentro de um período máximo de 120 dias corridos. Em caso de pessoa jurídica, apresentar conta de água, luz, gás, IPTU, telefone fixo ou Contrato Social.

Se o interessado for menor de 21 anos bastará a comprovação de residência do pai ou responsável legal.

Caso o interessado não tenha como comprovar endereço, ele poderá apresentar uma Declaração de Residência, assinada pelo próprio ou por procurador bastante, conforme prescrito na Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983. Esta declaração presume-se verdadeira sob as penas da Lei. O modelo de Declaração de Residência encontra-se no Anexo 2-P.

0204 -PRAZO PARA INSCRIÇÃO E REGISTRO

Os requerimentos para registro de embarcações com AB maior que 100 deverão ser efetuados de acordo com o previsto na Lei nº 7.652/88, alterada pela Lei nº 9774/98, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data:

a)do termo de entrega pelo construtor, quando construída no Brasil;

b)de aquisição da embarcação ou, no caso de promessa de compra e venda, do direito e ação; e

c)de sua chegada ao porto onde será registrada, quando adquirida ou construída no exterior.

A inscrição de embarcações com arqueação bruta (AB) menor ou igual a 100 deverá ser realizada na CP/DL/AG em cuja jurisdição for domiciliado o proprietário, ou onde a embarcação for operar, ou onde for construída, em um prazo máximo de 60 dias a partir da data da aquisição.

0205 -PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO E REGISTRO

Os procedimentos para inscrição dependerão do porte da embarcação, considerando-se para esse fim a respectiva arqueação bruta (AB).

A critério das CP, DL e AG, a inscrição de embarcação miúda poderá ser dispensada do pagamento da indenização referente ao processo, desde que seja comprovado que o proprietário é pessoa física de baixa renda.

a)Embarcações com AB menor ou igual a 100, exceto as miúdas

Para inscrição dessas embarcações o interessado deverá apresentar a seguinte documentação no órgão de inscrição (CP, DL ou AG):

1)Requerimento do interessado ou ofício de solicitação de inscrição quando se tratar de embarcações de órgãos públicos (Anexo 2-F);

2)Procuração e documento oficial de identificação do outorgado, com foto (quando aplicável);

3)Documento oficial de identificação, dentro da validade, com foto (se pessoa física) ou cópia simples da Declaração de Registro na Junta Comercial, estatuto ou contrato social, se pessoa jurídica (cópia simples), CPF para pessoa física (cópia simples) ou CNPJ, quando se tratar de pessoa jurídica (cópia simples);

4) No caso de inscrição em jurisdição onde foi construída a embarcação, não sendo o domicílio do proprietário e nem o local onde for operar, apresentar o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do construtor/fabricante, obtido no endereço eletrônico http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp

5)Prova de nacionalidade do proprietário (se estrangeiro);

6)Comprovante de residência conforme o item 0203;

7)Prova de propriedade, conforme o item 0208;

8)Boletim de Atualização de Embarcações BADE (Anexo 2-B);

9)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), exceto para órgãos públicos;

10)Licença de Construção (LC) ou Licença de Construção para Embarcações já Construídas (LCEC), conforme o caso;

11)Para embarcações adquiridas no exterior, prova de aquisição no exterior (BILL OF SALE) ou fatura comercial com a prova da remessa do valor de aquisição por via bancária (com tradução juramentada);

12)Para embarcações adquiridas no exterior, comprovante de regularização de importação perante o órgão competente (guia de importação emitida pela Receita Federal);

13)Prova de aquisição do motor (obrigatória apenas quando a potência for acima de 50 HP);

14)Certificado de Arqueação para embarcações com AB maior que 50 ou Notas de Arqueação para embarcações com AB menor ou igual 50;

15)Certificado de Borda Livre (AB maior que 50);

16)Certificado de Segurança da Navegação (embarcações de passageiros com AB maior que 20 ou de carga com AB maior que 50) ou Termo de Responsabilidade de acordo com o Anexo 8-D (conforme o caso);

17)Relatório de Verificação da Lotação de Passageiros e do Peso Máximo de Carga (embarcações com AB menor que 20, de passageiros ou passageiros e carga), conforme o Anexo 6-H;

18)Cartão de Tripulação de Segurança - CTS (para embarcações com AB maior que 10);

19)Duas fotos coloridas da embarcação gravadas em mídia. Uma mostrando-a pela popa (traseira) e outra pelo través (lado), de forma que a embarcação apareça total e claramente de proa a popa, preenchendo a largura da foto, que deverão ser arquivadas pela CP/DL/AG no SISGEMB. Uma das fotos deverá mostrar o número de inscrição da embarcação; e

20)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente.

Uma vez analisada a documentação pertinente, estando completa, o Órgão de Inscrição expedirá o Título de Inscrição da Embarcação (TIE) pelo SISGEMB, com validade de cinco anos. Se por algum motivo o TIE não puder ser emitido dentro da validade do protocolo da CP, DL ou AG, a embarcação poderá trafegar com cópia do BADE junto ao protocolo por no máximo trinta dias. Se depois de trinta dias o TIE ainda não puder ser confeccionado, será emitido um TIE provisório, conforme Anexo 2-C, com prazo de validade de trinta dias.

O Capitão dos Portos, Delegado ou Agente poderá, a seu critério, realizar uma inspeção na embarcação antes de iniciar o processo de inscrição, de forma a verificar a veracidade das características constantes no Boletim de Atualização de Embarcações (BADE) ou no Boletim Simplificado de Atualização de Embarcações (BSADE), conforme o caso.

b)Embarcações com AB maior que 100.

Embarcações desse porte estão obrigadas ao registro no Tribunal Marítimo (TM). Para proceder ao registro, o interessado deverá apresentar no órgão de inscrição (CP/ DL/AG) os documentos discriminados no sítio do TM na internet: https://www.marinha.mil.br/tm/?q=documentos_reb# :

1)Requerimento e Rol de documentos necessários para registros no Tribunal Marítimo (Anexos A e C da Portaria nº 6/2015, do TM);

2)Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado, (quando aplicável);

3)Contrato Social ou Estatuto Social da empresa, com a última alteração contratual consolidada ou comprovante da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI (se pessoa jurídica) ou Comprovante de Empresário Individual (se pessoa física). Em ambos os casos deverá constar no Objetivo Social a "Atividade Aquaviária", de forma clara (ex. Transporte Fluvial/Marítimo, Transporte de Passageiros e/ou Cargas, Apoio Marítimo etc.), exceto se o adquirente não for o armador da embarcação. Tais documentos deverão ser registrados na Junta Comercial do Estado;

4)Documento oficial de identificação com foto e CPF dos sócios/dirigentes que assinam pela empresa e/ou dos proprietários/requerentes (se pessoa física);

5)Comprovante de inscrição e de situação cadastral - CNPJ (no caso de pessoa jurídica);

6)Prova de quitação de ônus fiscais e encargos sociais - certidões da SRF, INSS e FGTS (se pessoa jurídica) e da SRF (se pessoa física);

7)Certificado de Registro de Armador (CRA), se o adquirente for registrado no TM como Armador ou Relatório Simplificado de Armador emitido pelo TM quando do recebimento da documentação;

8)Licença de Construção ou Alteração ou Reclassificação ou Licença de Construção para Embarcações já Construídas (LCEC), conforme o caso, emitida pela CP/DL/AG ou por uma Sociedade Classificadora ou por Entidade Certificadora, reconhecidas pela DPC, para ambos os casos;

9)Comprovante de inscrição do Armador e da Embarcação no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), para embarcação destinada à pesca;

10)Licença para Pesca em nome do atual proprietário/armador (para embarcação destinada à pesca);

11)Licença da EMBRATUR ou órgão sucedâneo, quando se tratar de embarcação de turismo;

12)Boletim de Atualização de Embarcação (BADE), devidamente preenchido;

13)Termo de Entrega e Aceitação assinado pelo construtor e proprietário, com firma reconhecida;

14)Declaração ou Termo de Quitação do casco, assinada pelo construtor, com firma reconhecida;

15)Declaração ou Termo de Quitação dos motores acoplados à embarcação assinada pelo vendedor, com firma reconhecida;

16)Certificado de Arqueação;

17)Certificado de Segurança da Navegação (exceto quando não aplicável);

18)Licença de Estação de Navio ou Certificado Rádio Internacional (IRIN), quando aplicável e quando o nº do IRIN não constar no Certificado de Arqueação ou de Segurança da Navegação;

19)Prova de aquisição no exterior ou fatura comercial com a prova da remessa via bancária - para embarcação adquirida no exterior;

20)Comprovante de regularização de importação perante o órgão competente (Guia de importação emitida pela Receita Federal) - para embarcação adquirida no exterior;

21)Comprovante de cancelamento do registro da embarcação no país de origem - para embarcação adquirida no exterior ou embarcação estrangeira arrematada por pessoas físicas ou jurídica brasileiras;

22)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou sua carga - DPEM quitado (cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente;

23)Relatório de Embarcação Nacional, emitido pela CP/DL/AG;

24) Duas fotos coloridas da embarcação gravadas em mídia. Uma mostrando-a pela popa (traseira) e outra pelo través (lado), de forma que apareça total e claramente de proa a popa, preenchendo a largura da foto, que deverão ser arquivadas pela CP/DL/AG no SISGEMB. Uma das fotos deverá mostrar o número de inscrição da embarcação; e

25)Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU, conforme a Tabela de Custas do Tribunal Marítimo (https://www.marinha.mil.br/tm/?q=tabela_custas_registro).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA EMBARCAÇÕES ENQUADRADAS NA ALINEA b) ACIMA:

-Os documentos poderão ser em cópias autenticadas, exceto aqueles expressamente descritos como "original";

-Os documentos em língua estrangeira deverão vir acompanhados de tradução pública juramentada;

-Os Desenhos, fotos, especificações e memorial descritivo não necessitam ser enviados ao Tribunal Marítimo e ficarão arquivados nas Capitanias, Delegacias e Agências da Marinha onde as embarcações forem inscritas; e

-Todos os documentos deverão estar dentro da validade.

-Caso haja discrepâncias entre a relação acima descrita e a relação de documentos constante do sítio do TM, prevalece a relação do TM.

-Se não houver pendências que impeçam o encaminhamento do processo para registro no Tribunal Marítimo, será expedido o Documento Provisório de Propriedade (DPP) pela CP, DL ou AG, por intermédio do SISGEMB.

O DPP terá validade inicial de um ano, a contar da data de sua emissão, podendo ser renovado pelo órgão de inscrição até que o processo de registro da embarcação esteja concluído no Tribunal Marítimo, desde que o proprietário não esteja incurso nas sanções previstas na legislação pertinente em decorrência do não cumprimento de exigências.

Se não houver pendências que impeçam o encaminhamento do processo ao Tribunal Marítimo e a consequente emissão do DPP, o órgão de inscrição poderá emitir uma Licença Provisória para Entrada em Tráfego, a pedido do interessado, desde que sejam atendidos os requisitos para emissão de tal documento, conforme previsto no Capítulo 3 desta norma.

O registro da embarcação no Tribunal Marítimo é caracterizado pela emissão da Provisão de Registro de Propriedade Marítima (PRPM). Quando da entrega da PRPM ao interessado, o órgão de inscrição recolherá o DPP.

As embarcações já inscritas e que por algum motivo tiverem de ser registradas no TM, terão seus TIE cancelados pelos órgãos de inscrição, quando da emissão da PRPM pelo TM. Nesse caso, os órgãos de inscrição deverão fazer as devidas alterações no SISGEMB.

c)Embarcações Miúdas

As embarcações miúdas com propulsão a motor estão sujeitas à inscrição simplificada, cujo processo consistirá na entrega dos seguintes documentos à CP, DL ou AG:

1)Requerimento do interessado ou ofício de solicitação de inscrição, quando se tratar de embarcações de órgãos públicos;

2)Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado, (quando aplicável);

3)Documento oficial de identificação, dentro da validade, com foto (se pessoa física) ou Declaração de Registro na Junta Comercial, estatuto ou contrato social, se pessoa jurídica (cópia simples), CPF para pessoa física ou CNPJ, quando se tratar de pessoa jurídica (cópia simples);

4)Comprovante de residência de acordo com o item 0203;

5)Boletim Simplificado de Atualização de Embarcações (BSADE) devidamente preenchido, cujo modelo consta do Anexo 2-E;

6)Prova de propriedade da embarcação, em conformidade com o item 0208;

7)Prova de propriedade do motor (não obrigatório para motores com potência igual ou menor que 50 HP);

8)Catálogo/Manual ou Declaração do fabricante ou do Responsável Técnico contendo as principais características da embarcação, tais como a lotação máxima, capacidade máxima de carga, motorização máxima, comprimento, boca (largura), pontal e material do casco.

Se o proprietário não dispuser de nenhum desses documentos, deverá apresentar uma avaliação técnica das condições de segurança e operacionalidade, que contenha a lotação máxima, capacidade máxima de carga, motorização máxima, comprimento, boca (largura), pontal e o material do casco. Essa avaliação poderá ser assinada por engenheiro naval, engenheiro mecânico, tecnólogo naval, tecnólogo em construção naval, ou por tecnólogo em operação e administração de sistemas de navegação fluvial.

Caso a embarcação tenha sido construída pelo interessado, apresentar Declaração de Construção de Embarcação Miúda, conforme Anexo 2-R;

9)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (original e cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente;

10)Título de aquisição e comprovante de regularização junto a RFB (Receita Federal do Brasil) em se tratando de embarcação importada;

11)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples) exceto para órgãos públicos; e

12) Duas fotos coloridas da embarcação gravadas em mídia. Uma mostrando-a pela popa (traseira) e outra pelo través (lado), de forma que apareça total e claramente de proa a popa, preenchendo a largura da foto, que deverão ser arquivadas pela CP/DL/AG no SISGEMB. Uma das fotos deverá mostrar o número de inscrição da embarcação.

Se não for possível a determinação da lotação máxima da embarcação, esta deverá ser determinada conforme o previsto no Capítulo 6 desta norma. Quando a determinação da lotação máxima for realizada por meio do Teste Prático, conforme descrito no Anexo 6-G, deverá ser apresentado o respectivo relatório previsto no Anexo 6-H. O relatório do Teste Prático realizado por Engenheiro ou Tecnólogo Naval deverá ser acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

As embarcações miúdas empregadas em atividade de pesca profissional, transporte de passageiros ou carga com fins comerciais deverão ser classificadas de acordo com a atividade e/ou serviço em que forem utilizadas (ver item 0216).

Após o cumprimento dos requisitos acima, o órgão de inscrição efetuará o cadastramento da embarcação no SISGEMB e emitirá o Título de Inscrição de Embarcação Miúda (TIEM) que terá validade de cinco anos.

Se por algum motivo o TIEM não puder ser emitido dentro da validade do protocolo da CP, DL ou AG, a embarcação poderá trafegar com cópia do BSADE junto ao protocolo, por no máximo sessenta dias. Se depois de sessenta dias o TIEM ainda não tiver sido confeccionado, será emitido um TIEM provisório, conforme o Anexo 2-C, com prazo de validade de trinta dias.

A critério das CP, DL e AG, a inscrição de embarcação miúda poderá ser dispensada do pagamento da indenização referente ao processo, desde que seja comprovado que o proprietário é pessoa física de baixa renda, por meio da comprovação de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

d)Embarcações propulsadas por motor até 50 HP

Os motores com potência igual ou menor que 50 HP não estão obrigados a ser cadastrados junto à Autoridade Marítima. O campo específico do BADE e do BSADE destinado ao número do motor deverá ser preenchido com a seguinte expressão: "POTMAX 50HP". Essa expressão também deverá ser lançada no referido campo do SISGEMB. A potência do motor deverá ser sempre lançada nos campos específicos do BADE, do BSADE e do SISGEMB.

e)Dispensa de Inscrição

Estão dispensadas de inscrição as seguintes embarcações:

1)dispositivos flutuantes sem propulsão, com até 10 (dez) metros de comprimento, destinados a serem rebocados; e

2)embarcações miúdas sem propulsão mecânica.

As embarcações, equipamentos e dispositivos flutuantes dispensados de inscrição continuam sujeitos às normas previstas na legislação em vigor e à jurisdição do Tribunal Marítimo (TM).

f)Inscrição ou registro por determinação judicial

As inscrições ou registros de embarcações a serem realizadas por determinação judicial deverão conter no campo histórico do SISGEMB o extrato da decisão judicial, bem como os números dos documentos relativos ao processo, juízo emissor e todas as demais informações que se possa dispor, a fim de melhor elucidar o processo.

0206 -SEGURO OBRIGATÓRIO DE EMBARCAÇÕES

Estão obrigados a contratar o seguro obrigatório de danos pessoais causados por embarcações ou por suas cargas (DPEM) todos os proprietários ou armadores de embarcações nacionais ou estrangeiras sujeitas à inscrição e ou registro nas CP, DL ou AG.

Caso não exista sociedade seguradora que comercialize o seguro DPEM, as Capitanias, Delegacias e Agências estão desobrigadas de exigi-lo, de acordo com a Lei nº 13.313, de 14 de julho de 2016.

No caso da existência de sociedade seguradora que comercialize o seguro DPEM, devem ser adotados os procedimentos descritos nas alíneas abaixo.

a)Embarcações ainda não inscritas ou não registradas

Para o pagamento do seguro, o proprietário ou seu representante legal deverá dirigir-se ao órgão de inscrição e proceder conforme discriminado no item 0205, quando será entregue um protocolo onde constarão os seguintes dados da embarcação:

1)Nome da embarcação;

2)Nome do proprietário ou armador;

3)Número de tripulantes;

4)Lotação máxima de passageiros; e

5)Classificação da embarcação.

De posse desse protocolo, o interessado efetuará o seguro de sua embarcação em um órgão segurador competente.

b)Embarcações Inscritas e/ou Registradas

O proprietário, ou seu representante legal deverá dirigir-se a um órgão segurador competente, de posse do TIE, TIEM, DPP ou da PRPM, conforme o caso, e efetuar o seguro.

c)Embarcações não sujeitas à inscrição e/ou registro

O seguro DPEM é obrigatório somente às embarcações sujeitas à inscrição ou registro. Entretanto, caso o proprietário de embarcação não sujeita a inscrição ou registro, ou seu representante legal, desejar contratar o seguro, deverá proceder conforme

discriminado no item 0205 e inscrever a embarcação. Nessa ocasião o interessado receberá um protocolo contendo os dados citados na alínea a) acima. De posse desse protocolo, o proprietário ou representante legal poderá se dirigir a um órgão segurador e contratar o referido seguro.

0207 -RENOVAÇÃO, SEGUNDA VIA DE TIE/TIEM E SEGUNDA VIA DE PRPM

Todas as embarcações deverão proceder à renovação do TIE/TIEM. As embarcações que ainda possuírem seus TIE/TIEM sem data de validade, emitidos a mais de cinco anos, deverão ser recadastradas, quando será emitido um novo documento pelo SISGEMB com validade de cinco anos. O proprietário ou seu preposto legal deverá comparecer à CP, DL ou AG, trinta dias antes do término da validade do TIE/TIEM, com a seguinte documentação:

a)Requerimento do interessado ou ofício de solicitação de renovação quando se tratar de embarcações de órgãos públicos. No requerimento ou no ofício deverá ser informado o motivo da solicitação e se houve alterações com relação ao proprietário e/ou das características da embarcação. Caso tenham ocorrido alterações nos dados cadastrais do proprietário, deverão ser apresentados os documentos comprobatórios pertinentes;

b)Para os casos em que tenha ocorrido alteração das características da embarcação, o proprietário deverá apresentar novo BADE/BSADE preenchido;

c) Duas fotos coloridas da embarcação gravadas em mídia. Uma mostrando-a pela popa (traseira) e outra pelo través (lado), de forma que apareça total e claramente de proa a popa, preenchendo a largura da foto, que deverão ser arquivadas pela CP/DL/AG no SISGEMB. Uma das fotos deverá mostrar o número de inscrição da embarcação;

d)Documento oficial de identificação, dentro da validade, com foto (se pessoa física) ou Declaração de Registro na Junta Comercial, estatuto ou contrato social, se pessoa jurídica (cópia simples), CPF para pessoa física e CNPJ, quando se tratar de pessoa jurídica (cópia simples para ambos os documentos);

e)TIE / TIEM original (exceto para a emissão de segunda via);

f)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente;

g)GRU com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), exceto para órgãos públicos; e

h)Comprovante de residência conforme item 0203.

No caso de perda, roubo ou extravio do TIE, TIEM ou da PRPM o proprietário deverá requerer a segunda via ao órgão onde a embarcação estiver inscrita. Para isso, deverá apresentar um requerimento especificando o motivo pelo qual solicita segunda via, acompanhado da mesma documentação necessária para renovação, com exceção da alínea e).

Se o interessado possuir um registro de ocorrência relativo ao extravio, este deverá ser registrado no SISGEMB. Caso não possua registro de ocorrência , deverá apresentar uma declaração de extravio onde conste que o declarante está ciente das implicações legais para prestação de informações inverídicas, conforme previsto no artigo 299 do Código Penal. O modelo de Declaração de Extravio encontra-se no Anexo 2-Q. A declaração deverá ser assinada na presença do atendente da CP, DL, AG.

No caso de mau estado de conservação do TIE, TIEM ou PRPM, deverá ser entregue o documento original.

0208 -PROVA DE PROPRIEDADE DE EMBARCAÇÃO

Os atos relativos às promessas, cessões, compra e venda e outra qualquer modalidade de transferência de propriedade de embarcações sujeitas a registro deverão ser feitas por escritura pública, lavrada por tabelião de notas.

A prova de propriedade necessária para inscrição e/ou registro de embarcação tem as seguintes modalidades:

a)Por compra:

O instrumento público e o recibo particular somente poderão ser aceitos como provas de propriedade para embarcações já inscritas e que possuam, consequentemente, o documento de inscrição (TIE, TIEM ou PRPM).

1)No país

I -Nota Fiscal do fabricante ou do revendedor, ou instrumento público de compra e venda (escritura pública ou instrumento particular de compra e venda lavrado em cartório de registro de títulos e documentos).

II -Quando da transferência de propriedade de embarcações já inscritas - autorização de transferência de propriedade emitida pelo SISGEMB, junto ao Título de Inscrição, com reconhecimento por autenticidade das firmas do comprador e do vendedor. Caso esse documento tenha sido extraviado, deverá ser solicitada uma 2ª via do TIE.

III -Declaração de Propriedade, registrada em cartório de títulos e documentos, onde esteja qualificado o declarante e perfeitamente especificada a embarcação contendo informações que a caracterizem, por meio do maior número de detalhes possível, tais como: tipo, material do casco, cor, modelo, fabricante, número de série (se houver), comprimento, boca e pontal; motor com o tipo, marca, potência, modelo e número de série, caso exista motorização.

A Declaração de Propriedade não deve ser aceita para inscrição de moto aquática, nem qualquer embarcação com arqueação bruta maior que 20.

2)No exterior - Além do comprovante de regularização da importação perante o órgão competente, deverá ser apresentado o instrumento de compra e venda, de acordo com a legislação do país onde se efetuou a transação.

b)Por arrematação:

1)Judicial - Carta de Adjudicação ou de arrematação do juízo competente;

2)Administrativa - recibo da importância total da compra à repartição pública passada na própria guia de recolhimento;

3)Leilão público - Escritura pública.

c)Por sucessão:

1)Civil - Formal de partilha ou Carta de Adjudicação extraída dos autos do processo; ou

2)Comercial - Instrumento público ou particular registrado na repartição competente, junta comercial ou departamento oficial correspondente.

d)Por doação:

Escritura pública onde esteja perfeitamente caracterizados a embarcação, o seu valor, o doador e o donatário.

Para embarcações miúdas, a escritura poderá ser substituída pela presença, na CP, DL ou AG, do doador e donatário munidos de uma declaração de doação, na qual deverão estar perfeitamente caracterizados: o doador, o donatário e a embarcação.

e)Por construção:

1)Para embarcações registradas (com AB maior que 100)

I -Licença de Construção;

II -Termo de Entrega e Aceitação - com a data em que efetivamente a embarcação ficou pronta para navegar;

III -Termo de Quitação da Embarcação - onde deverá estar declarada a quitação dos motores (contendo os números de série, fabricante, potência, modelo e combustível) ou Nota Fiscal comprovando a quitação e discriminando os dados dos motores, ou Contrato de Construção e sua quitação.

IV -Declaração de Construção - às embarcações construídas pelo proprietário não se aplica a apresentação dos documentos exigidos nos itens II e III acima. Entretanto, deverá ser apresentada Declaração de Construção do Proprietário, na qual este declare sob as penas da lei que a embarcação foi construída pelo próprio, descrevendo seu tipo conforme o item 0216, suas características (comprimento, boca e pontal), custo da mão de obra, custo do material, data da prontificação e o responsável técnico pela construção com registro no CREA, com suas firmas reconhecidas em cartório. O modelo da Declaração de Construção consta do Anexo 2-O e deve conter em apenso a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

2)Para embarcações inscritas - com AB menor ou igual a 100

I -Licença de Construção (obrigatória para as embarcações de passageiros, de passageiros e carga com AB maior que 20 e as embarcações somente de carga com AB maior que 50);

II -Termo de Entrega e Aceitação com a data em que efetivamente a embarcação ficou pronta para navegar; e

III -Termo de Quitação da Embarcação onde esteja declarada a quitação dos motores (deverá conter os números de série, fabricante, potência, modelo e combustível) ou Nota Fiscal comprovando a quitação e descrevendo os dados dos motores.

As embarcações dispensadas da Licença de Construção, assim como aquelas construídas pelo proprietário estão dispensadas da apresentação dos documentos exigidos nos itens II e III acima. Deverá ser apresentada Declaração de Construção do proprietário, na qual este declare sob as penas da lei que a embarcação foi construída pelo próprio, descrevendo seu tipo (ver item 0216), suas características (comprimento, boca e pontal), custo da mão de obra, custo do material, data da prontificação e o responsável técnico pela construção, com registro no CREA, com suas firmas reconhecidas em cartório. A Declaração de Construção do proprietário (Anexo 2-O) deve conter em apenso a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

As CP, DL e AG deverão realizar uma inspeção nas embarcações dispensadas da Licença de Construção, de forma a verificar a veracidade das informações constantes na Declaração de Construção. As despesas adicionais de deslocamento decorrentes da inspeção na embarcação, quando aplicável, correrão por conta do requerente.

A inserção de informações falsas nesta Declaração sujeitará o(s) infrator (es) às penas da lei. Na comprovada inexistência de cartório na localidade, o proprietário e as testemunhas deverão comparecer pessoalmente à CP/DL/AG, munidos de documentos de identificação oficiais originais, quando assinarão a declaração na presença do titular da OM ou de seu preposto designado, que autenticará as assinaturas.

3) Embarcações miúdas

Caso a embarcação tenha sido construída pelo seu proprietário, ele deverá apresentar uma Declaração de Construção de Embarcação Miúda, como previsto no Anexo 2-R. Para aceitação dessa declaração, os procedimentos abaixo deverão ser adotados pelas CP, DL ou AG:

(a) realizar inspeção na embarcação, de forma a verificar a compatibilidade das informações constantes na Declaração de Propriedade; e

(b) analisar a exposição de motivos, que deverá ser apresentada pelo declarante, fundamentando a solicitação da inscrição da embarcação por intermédio da Declaração de Propriedade.

Este inciso não se aplica a moto aquática.

f)Por abandono liberatório ou sub-rogatório:

Instrumento formal de abandono.

g)Por permuta:

Instrumento público ou com a presença dos interessados munidos dos documentos de identificação e CPF/CNPJ com o respectivo documento de permuta.

0209 -NACIONALIDADE DO PROPRIETÁRIO

O registro de propriedade de embarcação será deferido, exceto nos casos previstos na legislação pertinente, à pessoa física residente e domiciliada no País ou à entidade pública ou privada sujeita às leis brasileiras.

A prova de nacionalidade se constituirá de:

a)Pessoa física

Documento oficial de identificação, Certidão de nascimento ou Casamento ou Certificado de Reservista para brasileiro e Carta de Naturalização para brasileiro naturalizado. Para estrangeiro, passaporte ou carteira de identidade;

b)Firma individual

Declaração do Registro na Junta Comercial e comprovante de nacionalidade do titular da firma;

c)Firma em nome coletivo

Contrato Social com as alterações ocorridas, prova de arquivamento na Junta Comercial e prova de nacionalidade dos dirigentes e dos quotistas que tenham o controle no percentual fixado em lei;

d)Sociedade anônima

Estatuto social arquivado na Junta Comercial e prova de nacionalidade dos dirigentes e dos acionistas detentores do controle acionário no percentual fixado em lei;

e)Empresa pública

Ato constitutivo com cópia do diário oficial que o publicou e o Ato de Nomeação dos dirigentes.

0210 -CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO OU REGISTRO

a)Cancelamento do Registro

1)O cancelamento do registro de embarcações será determinado "ex officio" pelo TM ou a pedido do proprietário, devendo ser efetuado antes do cancelamento da inscrição.

I)O cancelamento "ex officio" ocorrerá quando:

(a)Provado ter sido o registro feito mediante declaração, documentos ou atos inquinados de dolo, fraude ou simulação; e

(b)Determinado por sentença judicial transitada em julgado;

II)O cancelamento por solicitação do proprietário ocorrerá no prazo máximo de 2 (dois) meses a partir da data dos seguintes eventos:

(a)A embarcação deixar de pertencer a qualquer das pessoas caracterizadas no item 0209;

(b)A embarcação tiver que ser desmanchada;

(c)A embarcação perecer ou, estando em viagem, dela não houver notícia por mais de 6 (seis) meses;

(d)A embarcação for confiscada ou apresada por governo estrangeiro; no último caso, se considerada boa presa; e

(e)Extinto o gravame que provocou o registro da embarcação.

2)O cancelamento do registro da embarcação também poderá ser solicitado pelo proprietário, no caso de alteração da legislação pertinente, a qual desobrigue embarcações de determinadas características de serem registradas no TM. O interessado deverá requerer ao TM o cancelamento do registro da embarcação, no órgão de inscrição, de sua jurisdição, apresentando a documentação conforme descrita no sítio do TM na internet: https://www.marinha.mil.br/tm/?q=documentos_reb#:

I)Requerimento e Rol de documentos necessários para registros no Tribunal Marítimo (Anexos A e C da Portaria nº 6/2015, do TM);

II)Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado, (quando aplicável);

III)Contrato Social ou Estatuto Social da empresa, com a última alteração contratual consolidada ou comprovante da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI (se pessoa jurídica) ou Comprovante de Empresário Individual (se pessoa física);

IV)Documento oficial de identificação com foto e CPF dos sócios/dirigentes que assinam pela empresa e/ou dos proprietários/requerentes (se pessoa física);

V)Comprovante de inscrição e de situação cadastral - CNPJ (no caso de pessoa jurídica);

VI)Declaração constando o motivo do Cancelamento;

VII)Provisão de Registro da Propriedade Marítima (PRPM - Original) ou Declaração de extravio ou justificativa de sua ausência;

VII)Ato relativo à transferência da propriedade, passado por instrumento público (em caso de exportação);

IX)Laudo ou Declaração de Engenheiro Naval ou Declaração do proprietário que a embarcação foi ou será desmanchada (se for o caso de desmanche);

X)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (cópia simples), exceto em caso de desmanche. Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente;

XI)Relatório de Embarcação Nacional emitido pela CP/DL/AG; e

XII) Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU, conforme a tabela de custas do Tribunal Marítimo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Somente poderá ser cancelado registro de embarcação que não esteja onerada. Todo processo acima deverá ser registrado no campo "histórico da embarcação" no SISGEMB.

b)Cancelamento da Inscrição

1)O cancelamento da inscrição da embarcação ocorrerá, obrigatoriamente, quando:

I)A embarcação deixar de pertencer a qualquer das pessoas caracterizadas no item 0209;

II)Houver naufragado;

III)For desmontada para sucata;

IV)For abandonada;

V)Tiver seu paradeiro ignorado por mais de 2 (dois) anos;

VI)Tiver o registro anulado;

VII)Provado ter sido a inscrição feita mediante declaração, documentos ou atos inquinados de dolo, fraude ou simulação; e

VIII)Determinado por sentença judicial transitada em julgado.

2)O pedido de cancelamento de inscrição é obrigatório, devendo ser solicitado pelo proprietário ou seu representante legal em um prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que foi verificada a circunstância determinante do cancelamento, com a apresentação da seguinte documentação:

I)Requerimento do interessado, conforme o modelo do Anexo 2-F, informando o motivo do cancelamento ou ofício de solicitação para o caso de embarcação de órgãos públicos;

II)Documentos que possam elucidar a situação motivadora do cancelamento;

III)TIE/TIEM (original); e

IV)Documento oficial de identificação, dentro da validade, com foto (se pessoa física) ou Declaração de Registro na Junta Comercial, estatuto ou contrato social, se pessoa jurídica (cópia simples), CPF para pessoa física e CNPJ, quando se tratar de pessoa jurídica (cópia simples para ambos).

A CP/DL/AG somente concluirá o processo após ter realizado a verificação da inexistência de multas não pagas junto às demais CP/DL/AG.

Caso o pedido de cancelamento não tenha sido feito e o endereço do proprietário seja desconhecido, o Órgão de Inscrição fará publicar e afixar edital para ser cumprido o estabelecido nesta sub alínea.

3)Depois de cancelada a inscrição, qualquer embarcação só poderá navegar mediante requerimento para revalidar a inscrição cancelada, pagamento de multas, se houver, apresentação dos documentos julgados necessários e realização de vistoria (quando aplicável).

4)As embarcações sujeitas a vistorias com paradeiro ignorado por mais de três anos terão suas inscrições canceladas e tal informação deverá constar no SISGEMB.

0211 -TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE E/OU JURISDIÇÃO

a)Transferência de Propriedade

A transferência da propriedade deverá ser requerida pelo novo adquirente, de acordo com o modelo do Anexo 2-F, todas as vezes em que ocorrer a mudança de proprietário, dentro do prazo de 15 (quinze) dias após a aquisição para as embarcações registradas e de 60 (sessenta) dias para as embarcações apenas inscritas.

Se a embarcação ainda tiver seu TIE ou TIEM emitido no formulário antigo, onde não consta a data de validade, o proprietário deverá preencher a Autorização para Transferência de Propriedade, constante do Anexo 2-S.

Com o propósito de evitar a incidência de multas sobre o proprietário anterior, recomenda-se que este informe a venda à Capitania, Delegacia ou Agência onde a embarcação estiver inscrita. Para isso, deverá apresentar a Comunicação de Transferência de Propriedade, conforme o modelo do Anexo 2-T e incluir cópia da Autorização para Transferência de Propriedade, constante do TIE/TIEM, onde as assinaturas do comprador e vendedor deverão ter reconhecimento por autenticidade

A mudança de propriedade de embarcações não acarreta nova inscrição. As embarcações não sujeitas a vistorias (consequentemente não obrigadas a portarem o Certificado de Segurança da Navegação - CSN e outros Certificados Estatutários) deverão apresentar um novo Termo de Responsabilidade (Anexo 8-D) todas as vezes que houver mudança de proprietário.

Documentação necessária:

1)Requerimento do interessado de acordo com o Anexo 2-F;

2)Prova de nacionalidade do proprietário (se estrangeiro);

3)BADE ou BSADE (conforme o caso);

4) Duas fotos coloridas da embarcação gravadas em mídia. Uma mostrando-a pela popa (traseira) e outra pelo través (lado), de forma que apareça total e claramente de proa a popa, preenchendo a largura da foto, que deverão ser arquivadas pela CP/DL/AG no SISGEMB. Uma das fotos deverá mostrar o número de inscrição da embarcação; e

5)Demais documentos constantes neste item (0211), conforme abaixo discriminado:

I)Embarcações registradas no TM (com AB maior que 100)

Para se efetuar transferência de propriedade de embarcações sujeitas ao registro no TM deverá ser apresentada a documentação discriminada no sítio do TM na internet https://www.marinha.mil.br/tm/?q=documentos_reb#:

(a) Requerimento e Rol de documentos necessários para registros no Tribunal Marítimo (Anexos A e C da Portaria nº 6/2015, do TM);

(b)Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado, (quando aplicável);

(c)Contrato Social ou Estatuto Social da empresa, com a última alteração contratual consolidada ou comprovante da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI (se pessoa jurídica) ou Comprovante de Empresário Individual (se pessoa física). Em ambos os casos deverá constar no Objetivo Social a "Atividade Aquaviária", de forma clara (ex. Transporte Fluvial/Marítimo, Transporte de Passageiros e/ou Cargas, Apoio Marítimo etc.), exceto se o adquirente não for o armador da embarcação. Tais documentos deverão ser registrados na Junta Comercial do Estado;

(d)Documento oficial de identificação com foto e CPF dos sócios/dirigentes que assinam pela empresa e/ou dos proprietários/requerentes (se pessoa física);

(e)Comprovante de inscrição e de situação cadastral - CNPJ (no caso de pessoa jurídica);

(f)Prova de quitação de ônus fiscais e encargos sociais - certidões da SRF, INSS e FGTS (se pessoa jurídica) e da SRF (se pessoa física);

(g)Provisão de Registro da Propriedade Marítima (PRPM - Original) ou Declaração de extravio ou justificativa de sua ausência;

(h)Comprovante de inscrição do Armador e da Embarcação no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), para embarcação destinada à pesca;

(i)Licença para Pesca em nome do atual proprietário/armador - para embarcação destinada à pesca;

(j)Licença da EMBRATUR ou órgão sucedâneo, quando se tratar de embarcação de turismo;

(k)Ato relativo à transferência da propriedade, passado por instrumento público;

(l)Seguro Obrigatório da embarcação - DPEM, quitado e dentro da validade, com comprovante de pagamento ou com autenticação mecânica do banco ou declaração da seguradora de que o seguro foi pago. Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente;

(m)Relatório de Embarcação Nacional emitido pela CP/DL/AG;

(n)Certificado de Registro de Armador - CRA, se o adquirente for registrado no TM como Armador ou Relatório Simplificado de Armador emitido pelo TM quando do recebimento da documentação; e

(o)Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU, conforme a tabela de custas do Tribunal Marítimo.

Caso haja discrepâncias entre a relação acima descrita e a relação de documentos constante do sítio do TM, prevalece a relação do TM.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA EMBARCAÇÕES ENQUADRADAS NO TÓPICO I) ACIMA:

a.As cópias dos documentos deverão ser autenticadas, exceto aqueles expressamente descritos como "original" ou como "cópia simples";

b.Os documentos em língua estrangeira deverão vir acompanhados de tradução pública juramentada;

c.Os atos relativos à transferência da propriedade envolvendo pessoas físicas ou jurídicas deverão ser lavrados ou averbados nos Cartórios Marítimos nos estados onde houver tal exigência;

d.Todos os documentos deverão estar dentro da validade;

e.Só poderá haver a transferência da propriedade de embarcação que não esteja gravada com ônus perante o Tribunal Marítimo;

f.Se a embarcação for onerada, mas a transferência for de consenso entre vendedor/credor/comprador, deverá constar - de forma nítida - no documento de transferência, a anuência do credor quanto à transferência pretendida ou a quitação do citado ônus; e

g.O requerente que solicitar a transferência de propriedade de uma embarcação que teve outros proprietários anteriores, mas que não fizeram a transferência da embarcação para os seus nomes perante o Tribunal Marítimo, deverá apresentar as escrituras públicas de compra e venda da embarcação referentes aos proprietários anteriores, de modo a demonstrar claramente a cadeia sucessória dos antigos donos. Além disso, deverá quitar todas as multas anteriores relativas à falta de registro no Tribunal Marítimo.

A CP/DL/AG deverá anexar ao processo a ser enviado ao TM o levantamento que comprove a inexistência de multas não pagas junto às demais CP/DL/AG e o "Relatório de Embarcação Nacional" emitido pelo SISGEMB.

II)Embarcações com AB menor ou igual a 100 - apenas inscritas nas CP/DL/AG

(a)TIE/TIEM (original);

(b)Autorização para Transferência de Propriedade, constante do TIE/TIEM, com reconhecimento por autenticidade das firmas do comprador e vendedor. Caso tenha sido extraviada, deverá ser solicitada uma segunda via do TIE/TIEM, conforme os requisitos constantes do item 0207;

(c)Certificado de Segurança da Navegação ou Termo de Responsabilidade, conforme o caso;

(d)Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado, (quando aplicável);

(e)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente;

(f)Documento oficial de identificação, dentro da validade, com foto (se pessoa física) ou Declaração de Registro na Junta Comercial, estatuto ou contrato social, se pessoa jurídica (cópia simples), CPF para pessoa física e CNPJ, quando se tratar de pessoa jurídica (cópia simples para ambos os documentos);

(g) Comprovante de residência de acordo com o item 0203; e

(h)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples) referente ao serviço de transferência de propriedade, exceto para órgãos públicos. A CP/DL/AG somente concluirá o processo após a análise do levantamento que comprove a inexistência de multas não pagas junto às demais CP/DL/AG.

b)Transferência de Jurisdição

A transferência de jurisdição ocorre quando o proprietário ou seu representante legal for residir em jurisdição de uma CP/DL/AG diferente da OM de inscrição ou houver mudança de local da operação da embarcação. A transferência deverá ser solicitada na CP/DL/AG da área de jurisdição onde o proprietário for residir ou onde a embarcação for operar. Nesse caso a CP/DL/AG deverá solicitar os documentos da embarcação à CP/DL/AG onde ela estava inscrita, proceder à nova inscrição, conforme explicitado no item 0205, sem alterar o número de inscrição e expedir pelo SISGEMB novo TIE ou TIEM.

Documentação necessária:

I)Embarcações com AB maior que 100 - registradas no TM

Para se efetuar transferência de jurisdição de embarcações registradas no TM deverá ser apresentada a mesma documentação discriminada no item I) da alínea a) acima.

II)Embarcações com AB menor ou igual a 100 - apenas inscritas nas CP/DL/AG

1)Requerimento do interessado de acordo com o Anexo 2-F;

2)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples) referente ao serviço de transferência de jurisdição conforme Anexo 8-E, exceto para órgãos públicos;

3)Comprovante de residência de acordo com o item 0203;

4)Prova de nacionalidade do proprietário (se estrangeiro);

5)TIE/TIEM (cópia simples);

6)Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado, (quando aplicável);

7)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente;

8)Documento oficial de identificação, dentro da validade, com foto (se pessoa física) ou Declaração de Registro na Junta Comercial, estatuto ou contrato social, se pessoa jurídica (cópia simples), CPF para pessoa física e CNPJ, quando se tratar de pessoa jurídica (cópia simples para ambos os documentos);

9)BADE ou BSADE (conforme o caso); e

10) Duas fotos coloridas da embarcação gravadas em mídia. Uma mostrando-a pela popa (traseira) e outra pelo través (lado), de forma que apareça total e claramente de proa a popa, preenchendo a largura da foto, que deverão ser arquivadas pela CP/DL/AG no SISGEMB. Uma das fotos deverá mostrar o número de inscrição da embarcação.

c)Transferência de Propriedade e Jurisdição

A transferência de propriedade concomitante à transferência de jurisdição ocorre quando o novo proprietário ou seu representante legal residir em jurisdição de uma CP/DL/AG diferente da original. A transferência deverá ser solicitada na CP/DL/AG da área de jurisdição onde a embarcação for operar.

Documentação necessária:

1)Requerimento do interessado de acordo com o Anexo 2-F;

2)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples) referente ao serviço de transferência de jurisdição conforme Anexo 8-E;

3)Prova de nacionalidade do proprietário (se estrangeiro);

4) BADE ou BSADE (conforme o caso);

5) Duas fotos coloridas da embarcação gravadas em mídia. Uma mostrando-a pela popa (traseira) e outra pelo través (lado), de forma que apareça total e claramente de proa a popa, preenchendo a largura da foto, que deverão ser arquivadas pela CP/DL/AG no SISGEMB. Uma das fotos deverá mostrar o número de inscrição da embarcação; e

6)Demais documentos, conforme abaixo discriminado:

I)Embarcações com AB maior que 100 - registradas no TM

Para se efetuar transferência de propriedade e de jurisdição de embarcações registradas no TM deverá ser apresentada a mesma documentação discriminada no item I) da alínea a) acima.

II)Embarcações com AB menor ou igual a 100 - apenas inscritas nas CP/DL/AG

1)TIE/TIEM (original);

2)Autorização para Transferência de Propriedade, constante do TIE/TIEM com reconhecimento por autenticidade das firmas do comprador e vendedor. Caso tenha sido extraviada, deverá ser solicitada 2ª via do TIE/TIEM;

3)Certificado de Segurança da Navegação ou Termo de Responsabilidade, Anexo 8-D (conforme o caso);

4) Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado, (quando aplicável);

5)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente;

6)Documento oficial de identificação, dentro da validade, com foto (se pessoa física) ou Declaração de Registro na Junta Comercial, estatuto ou contrato social, se pessoa jurídica (cópia simples), CPF para pessoa física e CNPJ, quando se tratar de pessoa jurídica (cópia simples para ambos os documentos);

7)Comprovante de residência de acordo com o item 0203; e

8)BADE ou BSADE (conforme o caso).

0212 -ALTERAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DA EMBARCAÇÃO, ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL OU MUDANÇA DE ENDEREÇO DO PROPRIETÁRIO

No caso de alterações de características da embarcação, tais como cor, nome, substituição de máquina ou motor, ou do endereço do proprietário, deverá ser apresentada a documentação a seguir.

a)Embarcações Inscritas nas CP/DL/AG - AB menor ou igual a 100

Documentação necessária:

1)Requerimento do interessado de acordo com o Anexo 2-F;

2)Comprovante de residência de acordo com o item 0203;

3)Documentos necessários que comprovem as alterações cadastrais;

4)TIE/TIEM (cópia simples);

5)Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado, (quando aplicável);

6)Prova de alteração do ato constitutivo (por empresa pública) ou prova do registro em junta comercial (por firma em nome individual), ou ata da assembleia com alteração da razão social (por S.A e firma em nome coletivo);

7)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento referente a esse serviço, previsto no Anexo 8 - E (cópia simples), exceto para órgãos públicos;

8)Documento oficial de identificação, dentro da validade, com foto (se pessoa física) ou Declaração de Registro na Junta Comercial, estatuto ou contrato social, se pessoa jurídica (cópia simples), CPF para pessoa física e CNPJ, quando se tratar de pessoa jurídica (cópia simples);

9)Certificado de Segurança da Navegação ou Termo de Responsabilidade (conforme Anexo 8-D) (conforme o caso);

10) BADE ou BSADE (conforme o caso); e

11) Duas fotos coloridas da embarcação gravadas em mídia. Uma mostrando-a pela popa (traseira) e outra pelo través (lado), de forma que apareça total e claramente de proa a popa, preenchendo a largura da foto, que deverão ser arquivadas pela CP/DL/AG no SISGEMB. Uma das fotos deverá mostrar o número de inscrição da embarcação.

A CP/DL/AG somente concluirá o processo após a verificação da inexistência de multas junto às demais CP/DL/AG.

O órgão de inscrição emitirá um novo TIE/TIEM com as modificações verificadas.

b)Embarcações Registradas - AB maior que 100

Para as embarcações possuidoras de PRPM, o pedido de averbação das alterações deverá ser endereçado ao Tribunal Marítimo. Para mudança de endereço haverá necessidade de apresentação de um comprovante de residência de acordo com o item 0203. A documentação a ser apresentada encontra-se discriminada no sítio do TM na internet: https://www.marinha.mil.br/tm/?q=documentos_reb#:

1)Requerimento e Rol de documentos necessários para registros no Tribunal Marítimo (Anexos A e C, ambos da Portaria nº 6/2015, do TM);

2)Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado, (quando aplicável);

3)Contrato Social ou Estatuto Social da empresa, com a última alteração contratual consolidada ou comprovante da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI (se pessoa jurídica) ou Comprovante de Empresário Individual (se pessoa física);

4)Documento oficial de identificação com foto e CPF dos sócios/dirigentes que assinam pela empresa e/ou dos proprietários/requerentes (se pessoa física);

5)Comprovante de inscrição e de situação cadastral - CNPJ (no caso de pessoa jurídica);

6)Boletim de atualização de embarcação (BADE), emitido pela Capitania, Delegacia ou Agência da Marinha;

7)Licença de alteração ou reclassificação emitida pela Marinha do Brasil ou por uma Sociedade Classificadora credenciada;

8)Relação das características a serem alteradas;

9)Provisão de Registro da Propriedade Marítima (PRPM - Original) ou Declaração de extravio ou justificativa de sua ausência;

10)Certificado de Arqueação atualizado;

11)Certificado de Segurança da Navegação (quando aplicável);

12)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente;

13)Relatório de Embarcação Nacional emitido pela CP/DL/AG;

14)Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU, conforme a tabela de custas do Tribunal Marítimo; e

15) Duas fotos coloridas da embarcação gravadas em mídia. Uma mostrando-a pela popa (traseira) e outra pelo través (lado), de forma que apareça total e claramente de proa a popa, preenchendo a largura da foto, que deverão ser arquivadas pela CP/DL/AG no SISGEMB. Uma das fotos deverá mostrar o número de inscrição da embarcação.

Caso haja discrepâncias entre a documentação aqui relacionada e a constante do sítio do Tribunal Marítimo, prevalecerá a lista do TM.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA EMBARCAÇÕES ENQUADRADAS NA ALÍNEA b) ACIMA:

a.As cópias dos documentos deverão ser autenticadas, exceto aqueles expressamente descritos como "original" ou "cópia simples";

b.Os documentos em língua estrangeira deverão vir acompanhados de tradução pública juramentada;

c.Todos os documentos deverão estar dentro da validade;

d.Para as embarcações oneradas em Alienação Fiduciária, para a efetivação de alteração de características, também deverá ser apresentada a anuência do credor, uma vez que, pelo ônus existente, a embarcação é de propriedade do credor, e não do Armador/Devedor; e

e.As embarcações sob qualquer Contrato de Cessão, Afretamento, Arrendamento, quando do requerimento de alteração de características efetivado pelo Cessionário / Afretador / Arrendatário, deverá ser comprovado pelo mesmo, através do Contrato ou Aditivo, que o proprietário lhe outorgava tal poder, ou deverá ser apresentada a anuência deste.

0213 -REGISTRO E CANCELAMENTO DE ÔNUS E DE AVERBAÇÕES

Os serviços de registro e cancelamento de ônus e de averbações deverá ser solicitado à CP, DL ou AG, as quais deverão lançar no SISGEMB (campo "HISTÓRICO") os registros, cancelamentos de ônus e averbações deferidos ou indeferidos, com as respectivas justificativas. Os documentos relativos aos ônus e averbações deverão ser arquivados.

a)Embarcações Registradas no TM - AB maior que 100

I)Registro de ônus e averbações

O registro de direitos reais e de outros ônus que gravem embarcações brasileiras deverá ser feito no TM. Enquanto não registrados, os direitos reais e os ônus subsistem apenas entre as partes, retroagindo a eficácia do registro à data da prenotação do título.

Para o registro de outras averbações, tais como Averbação de Contrato de Afretamento, alteração de características, motores, IRIN e outros, deverá ser efetuado procedimento idêntico ao citado na alínea a), devendo ser apresentados os documentos conforme constante do sítio do TM na internet: www.mar.mil.br/tm/embarcação.html#.

Para a consecução do registro do gravame, o interessado deverá promover previamente o registro no TM da(s) embarcação(ões) ainda não registrada(s) ou isenta(s), procedendo conforme explicitado no item 0205 e preencher requerimento nas CP, DL e AG (Anexo 2-F) que enviará ao TM, tendo como anexos os documentos necessários ao ato requerido, conforme constante do sítio do TM na internet https://www.marinha.mil.br/tm/?q=documentos_reb#:

Quando o Registro do Ônus envolver apenas CASCOS de embarcações em construção, o requerimento poderá ser feito diretamente ao Tribunal Marítimo.

II)Cancelamento de registro de ônus e averbações

O cancelamento de registro de ônus ocorrerá por solicitação do interessado, quando cessar o gravame que incidiu sobre a embarcação, pela renúncia do credor, pela perda da embarcação ou prescrição extintiva.

Para efetuar o cancelamento de ônus e de averbações relativas a embarcações com AB maior que 100, torna-se necessária a apresentação da documentação discriminada no sítio do TM na internet: https://www.marinha.mil.br/tm/?q=documentos_reb#. .

III) Demais Averbações

Para o registro de outras averbações, tais como Averbação de Contrato de Afretamento, alteração de características, motores, IRIN e outros, deverá ser efetuado procedimento idêntico ao citado na alínea a), devendo ser apresentados os documentos conforme constante do sítio do TM na internet: https://www.marinha.mil.br/tm/?q=documentos_reb .

b)Embarcações inscritas nas CP/DL/AG - AB menor ou igual a 100

I)Registro de ônus e averbações

Para efetuar o registro de ônus e de averbações relativas a embarcações com AB menor ou igual a 100 torna-se necessária a apresentação da seguinte documentação:

(a)Requerimento do interessado ou ofício de solicitação, quando se tratar de embarcação de órgãos públicos;

(b)BADE/BSADE;

(c)Documento oficial de identificação, dentro da validade, com foto (se pessoa física) ou Declaração de Registro na Junta Comercial, estatuto ou contrato social, se pessoa jurídica (cópia simples), CPF para pessoa física e CNPJ, quando se tratar de pessoa jurídica (cópia simples para ambos os documentos);

(d)Instrumento que comprove ou justifique o registro do ônus ou averbação;

(e)TIE/TIEM (cópia simples); e

(f)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente; e

(g)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento referente a esse serviço, previsto no Anexo 8-E (cópia simples), exceto para órgãos públicos.

II)Cancelamento de registro de ônus e averbações

Para efetuar o cancelamento de ônus e de averbações relativas a embarcações com AB menor ou igual a 100 torna-se necessária a apresentação da seguinte documentação:

(a)Requerimento do interessado ou ofício de solicitação, quando se tratar de embarcação de órgãos públicos;

(b)BADE/BSADE;

(c)Documento oficial de identificação, dentro da validade, com foto (se pessoa física) ou Declaração de Registro na Junta Comercial, estatuto ou contrato social, se pessoa jurídica (cópia simples), CPF para pessoa física e CNPJ, quando se tratar de pessoa jurídica (cópia simples para ambos os documentos);

(d)Instrumento que comprove ou justifique o cancelamento do ônus;

(e)TIE/TIEM (cópia simples);

(f)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente; e

(g)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento referente a esse serviço, previsto no Anexo 8 - E (cópia simples), exceto para órgãos públicos.

c)Controle

Deverão ser inseridos no SISGEMB (campo "HISTÓRICO") os registros, cancelamentos de ônus e averbações deferidos ou indeferidos, com as respectivas referências, tais como número dos documentos, nome da autoridade que determina, data de emissão, e outros dados considerados relevantes.

0214 -REGISTRO, CANCELAMENTO E AVERBAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ARMADOR

É considerado armador, nos termos da legislação em vigor, a pessoa física ou jurídica que, em seu nome e sob sua responsabilidade, apresta a embarcação com fins comerciais, pondo-a ou não a navegar por sua conta.

Nesse conceito também se incluem aqueles que tenham o exclusivo controle da expedição, sob qualquer modalidade de cessão, embora recebam a embarcação devidamente aparelhada, desde que possuam sobre ela poderes de administração.

a)Registro de Armador

1)É obrigatório o registro no TM de armador de embarcação sujeita ao registro de propriedade, mesmo que esta atividade seja exercida pelo proprietário.

2)Deverá também ser registrado no TM o armador de embarcação com AB menor ou igual 100, quando provida de propulsão mecânica e que se dedique a qualquer atividade comercial lucrativa fora dos limites da navegação de porto, ou quando o somatório das AB das embarcações apresentadas for maior que 100 (cem).

3)Para o registro da condição de armador, o interessado deverá dirigir-se à CP, DL ou AG e entregar a seguinte documentação, relacionada no sítio do TM na internet https://www.marinha.mil.br/tm/?q=documentos_reb#:

I)Requerimento e Rol de documentos necessários para registros no Tribunal Marítimo (Anexos A e C, ambos da Portaria nº 6/2015, do TM);

II)Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado, (quando aplicável);

III)Contrato Social ou Estatuto Social da empresa, com a última alteração contratual consolidada ou comprovante da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI (se pessoa jurídica) ou Comprovante de Empresário Individual (se pessoa física). Em ambos os casos deverá constar no Objetivo Social a "Atividade Aquaviária", de forma clara (ex. Transporte Fluvial/Marítimo, Transporte de Passageiros e/ou Cargas, Apoio Marítimo etc.). Tais documentos deverão ser registrados na Junta Comercial do Estado;

IV)Documento oficial de identificação com foto e CPF dos sócios/dirigentes que assinam pela empresa e/ou dos proprietários/requerentes (se pessoa física);

V)Comprovante de inscrição e de situação cadastral - CNPJ (no caso de pessoa jurídica);

VI)Prova de quitação de ônus fiscais e encargos sociais - certidões da SRF, INSS e FGTS (se pessoa jurídica) e da SRF (se pessoa física);

VII)Contrato de afretamento/arrendamento ou outra forma de cessão de posse de embarcação (Contrato de Armação), se for o caso;

VIII)Provisão de Registro da Propriedade Marítima (PRPM) ou Título de Inscrição de Embarcação (TIE) das embarcações a serem armadas;

IX)Comprovante de inscrição do Armador e da Embarcação no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), para embarcação destinada à pesca;

X)Licença para Pesca em nome do atual proprietário/armador - para embarcação destinada à pesca;

XI)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente; e

XII)Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU, conforme a tabela de custas do Tribunal Marítimo.

b)Averbação do Registro de Armador

Para averbações do registro de Armador será necessária a seguinte documentação:

I)Requerimento e Rol de documentos necessários para registros no Tribunal Marítimo (Anexos A e C da Portaria nº 6/2015, do TM);

II)Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado, (quando aplicável);

III)Contrato Social ou Estatuto Social da empresa, com a última alteração contratual consolidada ou comprovante da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI (se pessoa jurídica) ou Comprovante de Empresário Individual (se pessoa

física). Em ambos os casos deverá constar no Objetivo Social a "Atividade Aquaviária", de forma clara (ex. Transporte Fluvial/Marítimo, Transporte de Passageiros e/ou Cargas, Apoio Marítimo etc.). Tais documentos deverão ser registrados na Junta Comercial do Estado;

IV)Documento oficial de identificação com foto e CPF dos sócios/dirigentes que assinam pela empresa e/ou dos proprietários/requerentes (se pessoa física ou armador de pesca);

V)Comprovante de inscrição e de situação cadastral - CNPJ (no caso de pessoa jurídica);

VI)Certificado de Registro de Armador (CRA - Original) ou Declaração de extravio ou justificativa de sua ausência;

VII)Contrato de afretamento/arrendamento ou outra forma de cessão da posse da embarcação, se for o caso;

VIII)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente; e

IX)Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU, conforme a tabela de custas do Tribunal Marítimo.

Caso haja discrepâncias entre a documentação aqui relacionada e a constante do sítio do Tribunal Marítimo, prevalecerá a lista do TM.

Estando a documentação completa, a CP, DL ou AG encaminhará o pedido diretamente ao TM.

Enquanto se processa o registro do Armador ou Averbação da Condição de Armador, tendo sido remetida ao TM a PRPM da embarcação, os órgãos de inscrição deverão emitir o DPP, atendendo ao critério de validade especificado no item 0205 b).

c)Cancelamento do Registro de Armador

O cancelamento do Registro de Armador será determinado "ex officio" pelo TM, de acordo com legislação específica, ou a pedido.

O interessado em realizar o cancelamento do Registro de Armador perante o TM deverá apresentar a seguinte documentação na CP,DL,AG:

1)Requerimento e Rol de documentos necessários para registros no Tribunal Marítimo (Anexos A e C da Portaria nº 6/2015, do TM);

2)Procuração e documento oficial de identificação com foto do outorgado, (quando aplicável);

3)Contrato Social ou Estatuto Social da empresa, com a última alteração contratual consolidada ou comprovante da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI (se pessoa jurídica) ou Comprovante de Empresário Individual (se pessoa física);

4)Documento oficial de identificação com foto e CPF dos sócios/dirigentes que assinam pela empresa e/ou dos proprietários/requerentes (se pessoa física);

5)Comprovante de inscrição e de situação cadastral - CNPJ (no caso de pessoa jurídica);

6)Certificado de Registro de Armador (CRA - Original) ou Declaração de extravio ou justificativa de sua ausência; e

7)Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU, conforme a tabela de custas do Tribunal Marítimo.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

a)As cópias dos documentos deverão ser autenticadas, exceto aqueles expressamente descritos como "original" ou "cópia simples";

b)Os documentos em língua estrangeira deverão vir acompanhados de tradução pública juramentada;

c)Todos os documentos deverão estar dentro da validade; e

d)Os Contratos de afretamento ou arrendamento ou outra qualquer forma de cessão da posse da embarcação, envolvendo pessoas físicas ou jurídicas deverão ser lavrados ou averbados nos Cartórios Marítimos apenas nos estados onde houver tal exigência.

Para cada embarcação averbada com AB até 100 deverá ser recolhida custa do TM por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Caso haja discrepância entre a documentação aqui relacionada e a encontrada no sítio do Tribunal Marítimo, prevalecerá a lista do TM.

0215 -FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES OU CERTIDÃO SOBRE EMBARCAÇÕES

a)Embarcações com AB menor ou igual a 100

A solicitação de certidões para embarcações com AB menor ou igual a 100 deverá ser realizada por meio da seguinte documentação:

1)Requerimento do interessado com a motivação do pedido ou ofício de solicitação, quando se tratar de órgãos públicos;

2)Documento oficial de identificação, dentro da validade, com foto (se pessoa física) ou Declaração de Registro na Junta Comercial, estatuto ou contrato social, se pessoa jurídica (cópia simples), CPF para pessoa física e CNPJ, quando se tratar de pessoa jurídica (cópia simples para ambos os documentos); e

3)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente à emissão da certidão, exceto para órgãos públicos.

Para a expedição da certidão requerida será utilizado o modelo do Anexo 2-F.

b)Embarcações com AB maior que 100

Para o caso de embarcações com AB maior que 100, o interessado deverá solicitar a certidão diretamente no Tribunal Marítimo, apresentando os seguintes documentos constantes do sítio do TM (https://www.marinha.mil.br/tm/?q=documentos_reb#), de acordo com as seguintes condições:

1)Quando o requerimento for feito por procuração:

I)Requerimento em duas vias (Anexo B da Portaria nº 6/2015, do TM);

II)Procuração;

III)Documento oficial de identificação com foto e CPF do outorgado;

IV)Contrato/Estatuto Social da empresa, onde consta o nome e cargo dos outorgantes;

V)Documento oficial de identificação com foto e CPF dos dirigentes da empresa que assinam a procuração;

VI)Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU, conforme a tabela de custas do Tribunal Marítimo; e

VII)Comprovante original de depósito da Taxa de Expediente no valor estipulado pelo Tribunal Marítimo, em sua página na internet.

2)Quando o requerimento for feito em nome da pessoa física:

I)Requerimento específico disponível no sítio do Tribunal Marítimo;

II)Documento oficial de identificação com foto e CPF do requerente;

III)Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU conforme a tabela de custas do Tribunal Marítimo; e

IV)Comprovante original de depósito da Taxa de Expediente no valor estipulado pelo Tribunal Marítimo, em sua página na internet.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA EMBARCAÇÕES ENQUADRADAS NA ALÍNEA b) ACIMA:

a)Os documentos poderão ser em cópias autenticadas, exceto aqueles expressamente descritos como "original" ou "cópia simples";

b)Todos os documentos deverão estar dentro da validade;

c)Todos os documentos apresentados, exceto o requerimento e os comprovantes de pagamento, serão restituídos ao requerente por ocasião da entrega dos documentos requeridos; e

d)O Requerimento deverá constar esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido (Art. 2º da Lei nº 9.051/95).

c)Legitimidade do Requerente

1)Toda pessoa titular de direito individual, ou coletivo perseguido, desde que demonstrada tal circunstância;

2)Além da prova de legitimidade, é imprescindível a prova de conexão com o possível direito que pretenda invocar o interessado;

3)As pessoas físicas ou jurídicas são capazes de direitos e deveres de ordem civil. Entretanto, as que não são capazes de exercer pessoalmente, ou não desejarem, podem nomear representantes ou mandatários por meio de procuração para trato de interesses particulares; assim como constituírem legalmente um advogado;

4)Requisições da Fazenda Pública Federal, na forma da Legislação do Imposto de Renda, do INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), Ordem Judicial e Ministério Público da União (ver alínea (e), sub alínea (2) e Estados, Tribunal de Contas da União e Defensoria Pública da União; e

5)Autoridades diversas na forma da Lei.

Em caso de dúvidas o titular da OM deverá consultar a DPC.

d)Prazos

1)Até 10 dias de sua apresentação para o indeferimento ou recusa ao acesso à informação;

2)Até 15 dias, contados a partir do registro do requerimento no órgão, para o fornecimento da Certidão; e

3)Até 15 dias, contados a partir do registro do requerimento no órgão, no caso de desatendidas as exigências do art. 2º da Lei 9.051/95 (por não ter esclarecido os fins e razões do pedido).

e)Natureza do Requerimento

1)Para defesa de direitos ou para esclarecimentos de situação de interesse pessoal; podendo ser indeferido na hipótese de inexistência ou não apresentação adequada da justificativa do pedido, por ser imperativo os fins e razões do mesmo;

2)Ser específico, certo, determinado e não genérico;

3)Não ter amplitude exagerada, como todo um processo, pois atenta contra o princípio de razoabilidade. Há de se exigir que o interessado discrimine com clareza em qual ou quais atos deseja a certidão; daí a não expedir-se "certidão de inteiro teor", quando o requerimento for desarrazoado; e

4)Não serem genéricos de modo a importarem em devassa dos direitos de terceiros.

f)Consulta à DPC

1)Quando versar sobre um conjunto de embarcações ou proprietários, pois há necessidade de se verificar a legitimidade, em face da possível existência de um estatuto ou lei e, se for o caso, a filiação dos interessados;

2)As solicitações de órgãos do Ministério Público para análise de pretensão no que concerne à adequada formalização da prestação das informações requeridas; e

3)Quando houver dúvidas sobre um aparente conflito de interesses.

0216 -CLASSIFICAÇÃO DAS EMBARCAÇÕES

As embarcações serão classificadas quanto ao tipo de navegação, à atividade ou serviço em que serão empregadas, sua propulsão e ao tipo, conforme abaixo descrito:

a)Tipos de navegação interior

1)Interior;

2)Apoio Portuário (exclusivamente nos portos e terminais para atendimento de embarcações e instalações portuárias).

NOTA:

Para o caso das Unidades Estacionárias, tais como plataformas, FPSO, FSO, FSRU, o campo "Tipo de Navegação" deverá ser preenchido com a expressão "Unidades Estacionárias". Unidade Estacionária é a condição na qual a embarcação está operando em local fixo e determinado, efetuando perfuração, exploração, explotação, armazenamento e distribuição de petróleo e seus derivados.

b)Atividade ou Serviço

1) Apoio ao Turismo - atividade de cunho comercial desempenhada por embarcação destinada ao reboque de dispositivos de lazer e os flutuantes destinados ao apoio/embarque de pessoas para atividades de recreação náutica, tais como banana boat, moto aquática, mergulho recreativo, dentre outras;

2)Dragagem - atividade para remoção de materiais, solo, sedimentos e rochas do fundo de corpos de água por intermédio de embarcações denominadas dragas;

3) Empurra;

4)Esporte e/ou Recreio - atividades esportivas e de lazer, sem finalidade comercial;

5)Levantamento Hidrográfico - pesquisa realizada em áreas marítimas, fluviais, lacustres e em canais naturais ou artificiais navegáveis, que tenha como propósito a obtenção de dados de interesse à navegação aquaviária;

6) Monitoramento ambiental - atividade que consiste em observar e estudar o meio ambiente, e quando for o caso, realizar amostragem sistemática de ar, solo, água e biota;

7) Passageiros e carga - Transporte simultâneo de pessoas (que não sejam tripulantes) e de carga;

8)Perfuração - atividade destinada a perfurar poços que permitam o acesso a reservatórios de petróleo ou gás natural oriundos do leito e seu subsolo das águas interiores ou do mar, para a pesquisa ou exploração;

9)Pesca - captura dos seres vivos que tenham nas águas seu meio natural ou mais frequente de vida;

10)Pesquisa Científica - conjunto de trabalhos, executados com finalidade puramente científica, que incluam estudos oceanográficos, linográficos e de prospecção geofísica, por intermédio de operações de gravação, filmagem, sondagem e outras;

11)Pesquisa Sísmica - conjunto de trabalhos realizados por intermédio de ondas sonoras captadas por cabos sísmicos com o objetivo de se encontrar reservas de óleo e gás no subsolo marinho;

12)Produção - atividade relacionada com a explotação dos recursos oriundos do leito e seu subsolo, das águas interiores ou do mar;

13)Reboque;

14)Serviço Público - atividades exercidas por órgãos públicos (ex. Bombeiros , Polícia Federal etc);

15)Transporte de Carga; e

16)Transporte de Passageiros - transporte de pessoas que não o comandante e membros da tripulação.

c)Propulsão

1)Com propulsão; e

2)Sem propulsão.

d)Tipos de Embarcações

	TIPO	DEFINIÇÃO
1	Alvarenga	Embarcação de fundo chato destinada ao auxílio na carga e descarga de navios fundeados. O mesmo que batelão e barcaça.
2	Anfíbia	Veículo capaz de operar tanto em terra, quanto na água com meios próprios.
3	Apoio à Manobra	Embarcação empregada nas atividades de auxílio à movimentação de outras embarcações.
4	Apoio a Mergulho	Embarcação empregada no auxílio às atividades de mergulho.
5	Apoio a ROV	Embarcação empregada nas atividades de operação de *Remotely Operated Vehicle* (ROV).
6	Balsa	Embarcação de fundo chato, com ou sem propulsão própria destinada ao transporte de cargas ou passageiros.
7	Barcaça	O mesmo que alvarenga e batelão.
8	Batelão	O mesmo que alvarenga e barcaça.
9	Bote	Barco de tamanho curto, sem convés, usado para pequenos serviços de transporte.
10	Cábrea	Embarcação usada na elevação e movimentação de carga por meio de aparelho de força próprio.
11	Caiaque	Pequena embarcação com proa e popa semelhantes, dotada de um pequeno poço ao meio onde se assenta o remador.
12	Caíque	Pequeno bote a remos, com proa e popa cortadas em painel. Possui três bancadas, uma central para o remador e as outras pequenas na proa e na popa para passageiros.
13	Canoa	Pequena embarcação a remos de formato afilado, com popa fechada em painel e não dotada de leme.

14	Carga de Alta Velocidade (HSC Carga)	*High Speed Craft* - Embarcação destinada ao transporte de diversos tipos de cargas, capaz de se deslocar em velocidade superior à obtida por meio da seguinte fórmula: Vmax ³ 3,7x Volume do deslocamento em metros cúbicos elevado a 0,1667.
15	Carga Geral	Navios que possuem aberturas retangulares no convés principal e cobertas de carga chamadas escotilhas de carga, por onde a carga é embarcada para ser arrumada nos porões.
16	Chata	Embarcação de fundo chato, com ou sem propulsão própria destinada ao transporte de granéis líquidos ou secos. Quando sem propulsão, seu movimento é provido por um rebocador ou empurrador. O mesmo que alvarenga e batelão.
17	Cisterna (FSO)	*Floating Storage and Offloading* - é uma embarcação para armazenamento de petróleo bruto, retirado do leito do mar.
18	Carga viva	Embarcação para transporte de animais vivos.
19	Dique Flutuante	Dique de reparos navais, constituído de uma construção flutuante e bombas de esgotamento para proporcionar às embarcações serem trabalhadas nos respectivos cascos ou locais que normalmente fiquem submersos.
20	Draga	Embarcação própria para retirar depósitos do fundo do mar ou de rios, em portos ou canais, a fim de aumentar a profundidade nesses locais.
21	Empurrador	Embarcação destinada a empurrar uma ou um conjunto de barcaças que formam um comboio.
22	Escuna	Tradicionalmente, é um barco a vela com dois mastros. Atualmente há adaptações com motor de centro e acomodações para servirem de embarcações de esporte e recreio ou transporte de passageiros.
23	Estimulador de Poço	Navio empregado na otimização do processo de extração de petróleo em poços no mar.
24	FPSO	*Floating, Production, Storage and Off-Loading Unit* é uma embarcação para processamento (separação do óleo da água) e armazenamento de petróleo bruto, retirado do leito do mar.
25	Flotel	É uma.embarcação que presta serviços de apoio às atividades das plataformas marítimas ("*Offshore*") como geração de energia elétrica, hotelaria e facilidades de manutenção.
26	Flutuante	É toda embarcação sem propulsão que opera em local fixo e determinado.
27	FSRU	*Floating Storage Regasification Unit* é uma embarcação empregada no recebimento e armazenamento de gás natural liquefeito (GNL) e que efetua a transferência da carga no estado gasoso.
28	Graneleiro	Navio construído para o transporte de cargas em granel.
29	Gaseiro/GNL	Navio tanque especialmente projetado e construído para o transporte de gases e gases liquefeitos a granel.
30	Hidroavião	Avião que pousa e decola da água.
31	Hovercraft	Veículo anfíbio que se movimenta em consequência de um jato de ar dirigido para baixo, que produz um colchão de ar que sustenta a embarcação sem contato físico com o solo ou a água.
32	Iate	Embarcação de esporte e/ou recreio com comprimento igual ou superior a 24 metros.
33	Jangada	Embarcação a vela, típica do nordeste brasileiro, normalmente feita da ligação de cinco ou seis toros (paus) flutuantes, armando um só mastro com vela latina triangular, grande retranca ultrapassando a popa, leme de esparrela e bolina móvel no centro.
34	Jet Boat	Tipo de lancha cuja propulsão é gerada por meio de um jato de água ejetado da parte traseira da embarcação. A água é extraída sob o barco e expelida com alta velocidade por uma bomba jato.
35	Moto aquática	Embarcação que não possui leme e sua propulsão é gerada por meio de um jato da água ejetado da parte traseira da embarcação.
36	Lançador de Linhas (PLV)	*Pipe Laying Vessel* - Embarcação construída especialmente para o lançamento, instalação e conservação de cabos e linhas submarinas.
37	Lancha	Embarcação rápida, de vários formatos e portes, com propulsão mecânica, normalmente utilizada para transporte de pessoal ou no esporte e/ou recreio.
38	Navio de Manuseio de Âncora (AHTS)	*Anchor Handling Tug Supply* - Embarcações caracterizadas pelo manuseio de âncoras e espias, reboque e suprimento das plataformas, e transporte de pessoal, resgaste, combate a incêndios (*Fire Fighting*), recuperação de óleo derramado no mar (*Oil ecovery*) e assistência durante o carregamento de navios aliviadores.
39	Multicasco (Catamarã, Trimarã etc)	Embarcação constituída de dois ou três cascos paralelos ligados por uma estrutura rígida. As de dois cascos são chamadas de catamarã e as de três cascos (ou um casco central e dois balanceiros) chamadas de trimarãs.
40	Multipropósito	Embarcação destinada ao transporte de carga com características de diversos outros tipos de navios, podendo transportar as mais variadas cargas.
41	Oceanográfico	Embarcação equipada com aparelhos e laboratórios para pesquisar o mar e o leito marinho.
42	Passageiros	Embarcação destinada a transportar pessoas que não sejam os tripulantes.
43	Passageiros / Carga Geral	Embarcação que transporta simultaneamente passageiros e carga.
44	Passageiros de Alta Velocidade (HSC Passageiros)	Embarcação destinada a transportar passageiros, no mínimo doze, cuja velocidade atingida ultrapassa a velocidade obtida pela fórmula: Vmax ³ 3,7 x Volume do deslocamento em metros cúbicos elevado a 0,1667.
45	Pesqueiro	É toda embarcação de carga destinada exclusiva e permanentemente à captura dos seres vivos que tenham nas águas seu meio natural ou mais frequente de vida.
46	Pesquisa	Embarcação projetada e equipada para realização de pesquisas no mar ligadas às mais diversas áreas de conhecimento, sendo as mais comuns: sísmicas, geológicas, hidrográficas, oceanográficas etc.
47	Petroleiro	Embarcação tanque de construção especial, adequada ao transporte de petróleo bruto ou refinado, dotada de diversos tanques separados por compartimentagem, a fim de evitar a oscilação perigosa da carga.
48	Plataforma Auto-Elevável	Tipo de plataforma dotada de três ou mais pernas com até 150 metros de comprimento, que se movimentam verticalmente através do casco. Só podem operar em águas rasas (até 90 metros). Servem como plataformas de produção e perfuração.
49	Plataforma TLP (Tension Legs Platform)	Trata-se de uma estrutura flutuante ancorada verticalmente por meio da qual se produz petróleo e gás natural. É especialmente utilizada em casos de reservatórios de mais de 300 metros de profundidade.
50	Plataforma Semi-Submersível	Tipo de plataforma que se apoia em flutuadores submarinos, cuja profundidade pode ser alterada através do bombeio de água para dentro ou para fora dos tanques de lastro. Isso permite que os flutuadores fiquem posicionados sempre abaixo da zona de ação das ondas.
51	Porta-Contentor	Embarcação concebida especificamente para o transporte de containers. Seus porões são equipados com guias ou celas para receber e estivar os contentores "à medida", agilizando as operações de carga e descarga.
52	Quebra-gelo	Embarcação especialmente concebida para navegar através de águas cobertas por gelo.
53	Químico	Embarcação tanque projetada e construída para transporte de uma vasta gama produtos químicos.
54	Rebocador	Embarcação projetada para empurrar, puxar e rebocar barcaças ou outras embarcações. Auxilia em manobras delicadas como atracação e desatracação. É caracterizada por ter pequeno porte, motores potentes e alta capacidade de manobra.
55	Roll-on / Roll-off (Carga)	Embarcação em que a carga entra e sai dos porões na horizontal ou quase horizontal e geralmente sobre rodas (como os automóveis, ônibus e caminhões) ou sobre outros veículos.
56	Roll-on / Roll-off Passageiros (Ferry Boat)	Embarcação em que a carga entra e sai dos porões na horizontal e geralmente sobre rodas (como os automóveis, ônibus e caminhões) ou sobre outros veículos capazes de transportar veículos e passageiros. Utilizado em viagens curtas.
57	Saveiro	Embarcação construída normalmente em madeira. Nas originais e mais antigas até os pregos eram feitos de madeira.
58	Sonda	Embarcação projetada especialmente para fazer perfuração de poços no fundo do mar, na prospecção e extração de petróleo.
59	Supridor (Supply)	Embarcação utilizada no apoio às plataformas de petróleo, transportando material de suprimento, tais como cimento, tubos, lama, salmoura, água doce, óleo, granéis. Possui impelidores laterais (*thrusters*).
60	Tanque (transporte de granéis líquidos)	Embarcação tanque projetada para o transporte de líquidos a granel. Os tipos principais são os petroleiros, navio de transporte de produtos químicos e navio de transporte de gases liquefeitos.
61	Traineira	Embarcação de pesca pequena, com a popa reta, destinada à utilização de redes (trainas) como instrumento para capturar peixes.
62	Veleiro	Embarcação propelida por um velame (conjunto de velas de tecido de corte e cálculo apropriados) em um ou mais mastros e controlados por um conjunto de cabos chamado cordoalha. Possui quilha e leme apropriados que impedem a deriva e forçam o conjunto deslocar-se a vante.

SEÇÃO II

MARCAÇÕES E APROVAÇÃO DE NOMES

0217 -MARCA DE INDICAÇÃO DE PROPULSOR LATERAL

A embarcação que possuir propulsor lateral deverá ostentar uma marca desta característica, em ambos os bordos, tanto quanto possível na vertical à posição onde se localiza o propulsor, obedecendo às seguintes especificações:

a)Formato e Dimensões

As marcas de indicação deverão obedecer ao desenho do Anexo 2-H, onde "M" é o módulo, medido em milímetros (mm).

A dimensão do módulo "M" será em função do comprimento total da embarcação (Loa em m), de acordo com a tabela a seguir:

TABELA 2.1	
M (mm)	Comprimento Total (Loa)
400 mm	Menos de 50 m
600 mm	Entre 50 e 100 m
800 mm	Acima de 100 m

b)Localização

Localização acima da linha d'água de carregamento máximo, em posição onde a pintura não possa vir a ser prejudicada pelas unhas das âncoras nem tenha a visibilidade comprometida pela amarra.

c)Pintura e Fixação

A marca deverá ser pintada ou moldada em chapa de aço com 6 a 7 mm de espessura, fixada, sempre que possível, diretamente no costado, por solda contínua. Tanto a marca pintada como as de chapa de aço deverão ser pintadas em cor que estabeleça um forte contraste com a pintura do costado.

0218 -MARCA DE INDICAÇÃO DE PROA BULBOSA

A embarcação que possuir proa bulbosa deverá ostentar uma marca de indicação desta característica na bochecha, em ambos os bordos, obedecendo às seguintes especificações:

a)Formato e Dimensões

As marcas de indicação deverão obedecer ao desenho do Anexo 2-H, onde "M" é o módulo, medido em milímetros (mm).

O desenho deve ser com o bulbo voltado para vante.

A dimensão do módulo "M" será em função do comprimento total da embarcação (Loa em m), de acordo com a tabela a seguir.

TABELA 2.2	
M (mm)	Comprimento Total (Loa)
750 mm	Menos de 50 m
1.000 mm	Entre 50 e 100 m
1.200 mm	Acima de 100 m

b)Localização

Localização acima da linha d'água de carregamento máximo, em posição onde a pintura não possa vir a ser prejudicada pelas unhas do ferro, nem tenha a visibilidade comprometida pela amarra;

c)Pintura e Fixação

A marca deverá ser pintada ou moldada em chapa de aço com 6 a 7 mm de espessura, fixada, sempre que possível, diretamente no costado por solda contínua.

Tanto a marca pintada como a de chapa de aço, deverão ser pintadas em cor que estabeleça um forte contraste com a pintura do costado.

A embarcação que possuir marca de indicação de proa bulbosa, quando fundeada ou atracada à noite deverá dispor de iluminação, em ambos os bordos, que permita a perfeita visibilidade das marcas de indicação a uma distância de cinquenta (50) m.

0219 -MARCAÇÕES E INSCRIÇÕES NO CASCO

a)Embarcações com AB maior ou igual a 20.

A embarcação deverá ser marcada de modo visível e durável, com letras e algarismos de tamanho apropriado às dimensões da embarcação, do seguinte modo:

1)Nome da embarcação e porto de inscrição

As letras dos nomes terão, no mínimo, 10 cm de altura, assim distribuídos:

I)Na popa - nome da embarcação juntamente com o porto de inscrição, e;

II)Na proa - nome da embarcação nos dois bordos.

2)Escala de calado

Será escrita a boreste e a bombordo, a vante e a ré (nos pontos em que a quilha encontra os contornos de roda de proa e do cadaste) e a meia nau, em medidas métricas.

3)Embarcações que transportem passageiros

As embarcações que transportem passageiros deverão ter afixadas, em local visível aos passageiros, uma placa contendo o número de inscrição da embarcação, peso máximo de carga, número máximo de passageiros por convés que a embarcação está autorizada a transportar e número do telefone da OM em cuja jurisdição a embarcação estiver operando.

b)Embarcações com AB menor que 20

A embarcação deverá ser marcada de modo visível e durável, com letras e algarismos de tamanho apropriado às dimensões da embarcação, do seguinte modo:

1)Nome da embarcação, porto de inscrição e número de inscrição

As letras dos nomes terão, no mínimo, 10 centímetros de altura, assim distribuídos:

I)na popa: nome da embarcação juntamente com o porto de inscrição e o número de inscrição;

II)na proa: nome da embarcação nos dois bordos.

2)Escala de calado

Será escrita a boreste e a bombordo, a vante e a ré (nos pontos em que a quilha encontra os contornos de roda de proa e do cadaste) e a meia nau, em medidas métricas.

3)Embarcações que transportem passageiros

Para as embarcações que transportem passageiros deverá, ainda, ser afixada, em local visível aos passageiros, uma placa contendo o número de inscrição da embarcação, peso máximo de carga, número máximo de passageiros por convés que a embarcação está autorizada a transportar e número do telefone da OM em cuja jurisdição a embarcação estiver operando.

c)Embarcações com plano de linha d'água retangular

Essas embarcações, do tipo balsas ou chatas, receberão marcações do nome e porto de inscrição nos bordos próximos à popa.

d)Embarcações de Órgãos Públicos

As embarcações de propriedade de órgãos públicos serão caracterizadas por meio de letras e distintivos adotados por seus respectivos órgãos.

e)Embarcações Miúdas

As embarcações miúdas, exceto as empregadas em atividade de esporte e recreio, deverão estar marcadas com sua identificação visual. Serão usados os grupos alfanuméricos da inscrição simplificada, marcados de modo visível e durável na metade de vante de ambos os bordos da embarcação, em cor que contraste com a da sua pintura e com dimensões não menores que 10 (dez) cm para as letras e números. Poderá ser acrescentado o nome da embarcação, facultativamente, sem prejuízo dos itens de marcação obrigatória.

0220 -NOMES E PINTURA DE EMBARCAÇÕES

O nome da embarcação deverá constar na Provisão de Registro de Propriedade Marítima, Título de Inscrição de Embarcação ou Título de Inscrição de Embarcação Miúda.

O nome deverá ser diferente daquele já cadastrado no SISGEMB. Caso o nome escolhido pelo proprietário ou seu representante legal já esteja cadastrado, poderá ser utilizado o mesmo nome seguindo de numeral em algarismos romanos. Por exemplo: DEUSA DO MAR, poderá ser DEUSA DO MAR I.

Para alteração do nome, deverá ser seguido o procedimento previsto no item 0212.

Não poderão ser utilizadas pinturas e distintivos para embarcações que possam vir a ser confundidos com navios de guerra, embarcações de Inspeção Naval, Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

As pinturas de publicidade não poderão prejudicar a perfeita identificação das marcações obrigatórias previstas nesta Seção.

Não será autorizada a utilização de nome que possa causar constrangimentos, tais como nomes obscenos e/ou ofensivos a pessoas ou instituições.

SEÇÃO III

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO NAVIO

0221 -ABRANGÊNCIA

a)Navios engajados exclusivamente na navegação interior estão dispensados do número de identificação da IMO;

b)Os navios engajados exclusivamente na navegação interior que já possuem número de identificação da IMO, se desejarem, poderão manter tal identificação.

SEÇÃO IV

REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO (REB)

0222 -APLICAÇÃO

Nos termos da lei nº 9.432, de 08/01/97, regulamentada pelo decreto nº 2.256, de 17/06/97, aplica-se:

a)Às embarcações estrangeiras afretadas a casco nu, com suspensão provisória de bandeira, observado o art. 2º - parágrafo único do citado decreto, cujo afretador tenha interesse em registrá-la no REB; e

b)Às embarcações brasileiras existentes ou em fase de construção em estaleiro nacional, se operadas por empresa brasileira, registrada no TM, por requerimento.

0223 -PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DE CERTIDÃO

O pré-registro, o registro, a manutenção em cadastro e os respectivos cancelamentos serão efetuados pelo TM. Para efetivação do REB, se a embarcação for brasileira, o interessado deve providenciar a inscrição na CP ou DL.

O registro no TM de embarcações estrangeiras afretadas a casco nu, com suspensão provisória de bandeira, no REB, está condicionada à apresentação prévia nas CP ou DL subordinadas, do relatório favorável de vistoria de condições e Certificados Internacionais relativos à segurança marítima, prevenção da poluição e responsabilidade civil, de acordo com as alíneas e), f) e g) do parágrafo 3º do artigo 4ºdo Decreto nº 2256, de 17/06/1997, que regulamenta o REB.

As CP e DL subordinadas, após receberem solicitação formal do interessado para a Inscrição no REB (Anexo 2-L), deverão emitir a Certidão de Capacitação de Embarcação para o Registro Especial Brasileiro, Anexo 2-I, mediante apresentação dos documentos relacionados no Anexo 2-J.

As instruções para Pré Registro e Registro de embarcações no REB, são descritas a seguir:

a)Embarcações em construção (PRÉ REGISTRO)

A empresa brasileira de navegação deverá requerer o pré registro no REB no TM, fazendo anexar os documentos relacionados no sítio do TM: https://www.marinha.mil.br/tm/?q=documentos_reb

#1)Requerimento em duas vias (Anexo A da Portaria nº 50/2013, do TM);

2)Procuração e documento oficial de identificação com foto e CPF do outorgado (quando aplicável);

3)Contrato Social ou Estatuto da empresa, com as últimas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial;

4)Documento oficial de identificação com foto e CPF dos responsáveis pela empresa;

5)Contrato de Construção da embarcação, com estaleiro nacional, constando a data do início da construção e a data da entrega da embarcação;

6)Termo de Compromisso de que a embarcação será empregada sob bandeira brasileira (assinado por um Representante da empresa, com firma reconhecida) (Anexo 2-M);

7)Licença de Construção da embarcação emitida pela Marinha ou por uma Sociedade Classificadora credenciada;

8)Se a embarcação for dispensada da Licença de Construção, apresentar o Memorial Descritivo;

9)Outorga do órgão competente para operar como empresa brasileira de navegação, de acordo com o Inciso V, Art. 2º, da Lei nº 9.432/97, com o ato publicado em DOU;

10)Certificado de Registro de Armador (CRA) da empresa requerente, com a validade em dia, se a empresa for Armadora;

11)Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU, conforme a tabela de custas do Tribunal Marítimo; e

12)Comprovante original de depósito da Taxa de Expediente no valor estipulado pelo Tribunal Marítimo em sua página na internet.

Caso haja discrepâncias entre a documentação aqui relacionada e a constante do sítio do Tribunal Marítimo, prevalecerá a lista do TM.

Ao final do processo, um certificado de Pré Registro no REB será entregue pelo Tribunal Marítimo ao requerente.

b)Embarcações brasileiras registradas no Registro de Propriedade Marítima do Tribunal Marítimo, ou inscritas nas CP, DL ou AG.

O interessado em registrar a embarcação brasileira no REB deverá comparecer diretamente ao Tribunal Marítimo apresentando a documentação constante do sítio do TM na internet: www.marinha.mil.br/tm/?q=documentos_reb

#1)Requerimento em duas vias (Portaria nº 50/2013, do TM);

2)Procuração e documento oficial de identificação com foto e CPF do outorgado (quando aplicável);

3)Contrato Social ou Estatuto da empresa, com as últimas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial;

4)Documento oficial de identificação com foto e CPF dos responsáveis pela empresa;

5)Prova de quitação de ônus fiscais e encargos sociais - certidões da SRF, INSS e FGTS;

6)Contrato de Afretamento, caso a requerente não seja a proprietária da embarcação;

7)Provisão de Registro da Propriedade Marítima (PRPM) da embarcação, e/ou Título de Inscrição de Embarcação (TIE), caso a mesma seja dispensada de Registro no Tribunal Marítimo;

8)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente;

9)Outorga do órgão competente para operar como empresa brasileira de navegação, de acordo com o Inciso V, Art. 2º, da Lei nº 9.432/97, com o ato publicado em DOU;

10)Certificado de Registro de Armador com a validade em dia;

11)Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU, conforme a tabela de custas do Tribunal Marítimo; e

12)Comprovante original de depósito da Taxa de Expediente no valor estipulado pelo Tribunal Marítimo, em sua página na internet.

Caso haja discrepâncias entre a documentação aqui relacionada e a constante do sítio do Tribunal Marítimo, prevalecerá a lista do TM.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

a)Os documentos deverão ser em cópias autenticadas, exceto aqueles expressamente descritos como "original" ou "cópia simples";

b)Os documentos em língua estrangeira deverão vir acompanhados de tradução pública juramentada;

c)Todos os documentos deverão estar dentro da validade;

d)Por ocasião do registro da embarcação no REB, a empresa terá o prazo de 120 dias para apresentar no Tribunal Marítimo a Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, de acordo com o parágrafo único do Art. 8º do Dec. 2.256/1997;

e)O registro no REB depende da inexistência de débitos do proprietário ou afretador da embarcação brasileira ou da afretadora de embarcação estrangeira com o setor público federal, confirmada por consulta ao Cadastro Informativo (CADIN) no ato do protocolo dos documentos no TM, de acordo com o §5º, Art. 4º, do Decreto nº 2.256/1997;

f)Os Contratos de afretamento ou arrendamento ou outra qualquer forma de cessão da posse da embarcação, envolvendo pessoas físicas ou jurídicas deverão ser lavrados ou averbados nos Cartórios Marítimos apenas nos estados onde houver tal exigência;

g)As embarcações destinadas à dragagem não preenchem os requisitos legais para o registro no REB (Art. 55 da Lei 12.815/2013); e

h)As embarcações de esporte e/ou recreio, de turismo, de pesca e de pesquisa não preenchem os requisitos legais para o registro no REB (parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 9.432/1997).

c)Embarcações estrangeiras afretadas a casco nu com suspensão provisória de bandeira

O interessado em registrar a embarcação estrangeira no REB deverá comparecer inicialmente à CP/DL/AG para obter a Certidão de Capacitação da Embarcação, apresentando a documentação abaixo listada, de acordo com o tipo de embarcação. De posse da certidão, para dar continuidade ao processo, deverá comparecer ao Tribunal Marítimo apresentando toda a documentação constante do sítio do TM: https://www.marinha.mil.br/tm/?q=documentos_reb#: 0.

1)Requerimento em duas vias;

2)Procuração e documento oficial de identificação com foto e CPF do outorgado (quando aplicável);

3)Contrato Social ou Estatuto da empresa, com as últimas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial;

4)Documento oficial de identificação com foto e CPF dos responsáveis pela empresa;

5)Prova de quitação de ônus fiscais e encargos sociais - certidões da SRF, INSS e FGTS;

6)Contrato de Afretamento da embarcação;

7)Prova de Inscrição no Registro Dominial do País de Origem;

8)Comprovante de Suspensão Provisória de Bandeira do país de origem;

9)Declaração do dirigente da empresa informando que o Comandante e o Chefe de Máquinas são brasileiros, de acordo com o § 6º do art. 11 da Lei nº 9.432/1997;

10)Certidão de capacitação de embarcação para o registro no REB, expedida pela Capitania dos Portos/Delegacia pertinente;

11)Atestado de Inscrição Temporária para Embarcações Estrangeiras;

12)Seguro de responsabilidade de danos pessoais causados pela embarcação ou por sua carga - DPEM quitado (cópia simples). Esta obrigatoriedade está suspensa, em conformidade com a Lei nº 13.313 de 14 de julho de 2016. Qualquer alteração referente ao assunto será divulgada oportunamente;

13)Atestado expedido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) de enquadramento da embarcação, de acordo com o Art. 4º, § 3º, alínea J, do Decreto nº 2.256/1997;

14)Outorga do órgão competente para operar como empresa brasileira de navegação, de acordo com o Inciso V, Art. 2º, da Lei nº 9.432/97, com o ato publicado em DOU;

15)Certificado de Registro de Armador com a validade em dia;

16)Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU, conforme a tabela de custas do Tribunal Marítimo; e

17)Comprovante original de depósito da Taxa de Expediente no valor estipulado pelo Tribunal Marítimo, em sua página na internet. Caso haja discrepâncias entre a documentação aqui relacionada e a constante do sítio do Tribunal Marítimo, prevalecerá a lista do TM.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

a)Os documentos poderão ser em cópias autenticadas, exceto aqueles expressamente descritos como "original" ou "cópia simples";

b)Os documentos em língua estrangeira deverão vir acompanhados de tradução pública juramentada;

c)Todos os documentos deverão estar dentro da validade;

d)Os Contratos de afretamento ou arrendamento ou outra qualquer forma de cessão da posse da embarcação, envolvendo pessoas físicas ou jurídicas deverão ser lavrados ou averbados nos Cartórios Marítimos apenas nos estados onde houver tal exigência;

e)Por ocasião do registro da embarcação no REB, a empresa terá o prazo de 120 dias para apresentar no Tribunal Marítimo a Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, de acordo com o parágrafo único do Art. 8º do Dec. 2.256/1997;

f)O registro no REB depende da inexistência de débitos do proprietário ou afretador da embarcação brasileira ou da afretadora de embarcação estrangeira com o setor público federal, confirmada por consulta ao Cadastro Informativo (CADIN) no ato do protocolo dos documentos no TM, de acordo com o §5º, Art. 4º, do Decreto nº 2.256/1997;

g)As embarcações destinadas à dragagem não preenchem os requisitos legais para o registro no REB (Art. 55 da Lei 12.815/2013); e

h)As embarcações de esporte e recreio, de turismo, de pesca e de pesquisa não preenchem os requisitos legais para o registro no REB (parágrafo único do Art. 1º da Lei nº 9.432/1997).

d)Cancelamentos e averbações em geral

O cancelamento do Pré Registro e Registro no REB ocorrerá nas seguintes situações:

1)Pré Registro:

I)Por solicitação da empresa brasileira de navegação; e

II)Quando do Registro de Propriedade no Tribunal Marítimo.

2)Registro:

I)Por solicitação da empresa brasileira de navegação;

II)Por cancelamento do registro de empresa brasileira de navegação no Tribunal Marítimo;

III)Por afretamento da embarcação a casco nu a empresa estrangeira de navegação, devidamente informado ao Tribunal Marítimo;

IV)Por venda da embarcação, informada ao Tribunal Marítimo;

V)Por término do contrato de afretamento a casco nu, informado ao Tribunal Marítimo;

VI)Por falta de depósito do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, dentro do prazo de 120 dias, após o registro da embarcação no REB, e;

VII)Quando a empresa brasileira de navegação, por força de alienação de embarcação própria ou cancelamento de construção, estiver excedendo sua capacidade de inscrição no REB de embarcações afretadas a casco nu, com suspensão provisória de bandeira, devidamente informado ao Tribunal Marítimo pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

A sistemática de encaminhamento ao Tribunal Marítimo de pedidos de cancelamentos e averbações no REB, serão idênticas ao caso de Pré Registro, anteriormente mencionado.

e)Disposições especiais

1)O registro no REB depende da inexistência de débitos do proprietário ou afretador da embarcação brasileira, ou da afretadora de embarcação estrangeira com o setor público federal, confirmada por consulta prévia deste Tribunal ao Cadastro Informativo (CADIN), salvo os débitos em que hajam recursos judiciais ou administrativos pendentes. Nestes casos as cópias autenticadas por tabelião dos recursos deverão ser anexadas aos processos de registro pelos proprietários ou afretadores.

2)Os requisitos descritos anteriormente se aplicam para registro da embarcação no REB, quando o proprietário optar por este e não pelo Registro de Propriedade Marítima. Mas todos os outros requisitos exigidos por esta norma continuam válidos, mesmo para as embarcações inscritas no REB.

Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal Marítimo.

f)Renovação/Averbação do pré registro no Registro Especial Brasileiro

O interessado em Renovar/Averbar o Pré Registro no Registro Especial Brasileiro (PRÉ REB) deverá apresentar a seguinte documentação, atualizada, no Tribunal Marítimo:

1)Requerimento em duas vias (Anexo A da Portaria nº 50/2013, do TM);

2)Procuração e documento oficial de identificação com foto e CPF do outorgado (quando aplicável);

3)Contrato Social ou Estatuto da empresa, com as últimas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial;

4)Documento oficial de identificação com foto e CPF dos responsáveis pela empresa;

5)Original do Certificado do Pré REB;

6)Contrato de construção da embarcação, com estaleiro nacional, em eficácia;

7)Termo de compromisso de arvorar bandeira brasileira, após a construção;

8)Licença de Construção da embarcação emitida pela Marinha ou por uma Sociedade Classificadora credenciada;

9)Se a embarcação foi dispensada da Licença de Construção, apresentar Memorial Descritivo;

10)Outorga do órgão competente para operar como empresa brasileira de navegação, de acordo com o Inciso V, Art. 2º, da Lei nº 9.432/97, com o ato publicado em DOU;

11)Certificado de Registro de Armador (CRA) da empresa requerente, com a validade em dia, se a empresa for Armadora;

12)Comprovante original de pagamento de custas por meio de GRU, constantes da página do Tribunal Marítimo na internet; e

13)Comprovante original de depósito da Taxa de Expediente no valor estipulado pelo Tribunal Marítimo, em sua página na internet.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

a.As cópias dos documentos deverão ser autenticadas, exceto aqueles expressamente descritos como "original" ou "cópia simples";

b.Os documentos em língua estrangeira deverão vir acompanhados de tradução pública juramentada;

c.Todos os documentos deverão estar dentro da validade;

d.Caso o Contrato de Construção tenha sido aditivado, deverá ser apresentado o Aditivo ao mesmo, sendo acrescido à custa supramencionada GRU; e

e.Caso o Certificado do Pré REB tenha sido extraviado, apresentar uma Declaração de Extravio assinada por pessoa responsável pela empresa, com firma reconhecida.

CAPÍTULO 3

CONSTRUÇÃO, ALTERAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES

0300 -PROPÓSITO

Estabelecer procedimentos para enquadrar embarcações, construídas no Brasil ou no exterior para a bandeira brasileira, nos diversos processos de legalização de projetos.

SEÇÃO I

GENERALIDADES

0301 -DEFINIÇÕES

Para efeitos de aplicação deste Capítulo são adotadas as seguintes definições:

a)Alteração - significa toda e qualquer modificação ou mudança:

1)Nas características principais da embarcação (comprimento, boca e pontal);

2)Nos arranjos representados nos planos exigidos no processo de licença de construção ou aqueles entregues para arquivo nos órgãos de inscrição, para embarcações dispensadas da licença de construção;

3)De localização, substituição, retirada ou instalação a bordo de itens ou equipamentos que constem no Memorial Descritivo ou representados nos planos exigidos para a concessão da licença de construção ou aqueles entregues para arquivo nos órgãos de inscrição, para embarcações dispensadas da licença de construção;

4)De localização, substituição, retirada ou instalação a bordo de quaisquer itens ou equipamentos que impliquem diferenças superiores a 2% para o peso leve ou 0,5% do comprimento entre perpendiculares (Lpp) para a posição longitudinal do centro de gravidade da embarcação;

5)Na capacidade máxima de carga e ou na distribuição de carga autorizadas; e

6)Na quantidade máxima de passageiros e ou na distribuição de passageiros autorizadas.

b)Certificado de Classe - corresponde ao Certificado emitido por uma Sociedade Classificadora para atestar que a embarcação atende às suas regras, no que for cabível à classe selecionada.

c)Certificados Estatutários - são os Certificados previstos nas Normas da Autoridade Marítima Brasileira (NORMAM) e nas Convenções e Códigos Internacionais ratificados pelo governo brasileiro.

d)Certificado de Segurança da Navegação (CSN) - é o Certificado emitido para uma embarcação para atestar que as vistorias previstas nestas normas foram realizadas nos prazos previstos.

e)Licença de Construção (LC) - é o documento emitido, conforme modelo do Anexo 3-A, para embarcações a serem construídas no país para a bandeira nacional ou para exportação, ou a serem construídas no exterior para a bandeira nacional, que demonstra que seu projeto encontra-se em conformidade com os requisitos estabelecidos por estas normas.

f)Licença de Alteração (LA) - é o documento emitido, conforme modelo do Anexo 3-A, para demonstrar que as alterações a serem realizadas (ou já realizadas) em relação ao projeto apresentado por ocasião da emissão da Licença de Construção ou da Licença de Construção para Embarcações já Construídas, antigos Documentos de Regularização, encontram-se em conformidade com os requisitos estabelecidos por estas normas.

g)Licença de Reclassificação (LR) - é o documento emitido, conforme modelo do Anexo 3-A, para demonstrar que o projeto apresentado encontra-se em conformidade com os requisitos estabelecidos por estas normas para a nova classificação pretendida para a embarcação.

h)Licença de Construção para Embarcações já Construídas (LCEC) - é o documento emitido, conforme o modelo do Anexo 3-A, para embarcações cuja construção já tenha sido concluída, sem que tenha sido obtida uma Licença de Construção, para atestar que seu projeto encontra-se em conformidade com os requisitos estabelecidos por estas Normas.

i)Embarcação Classificada - é toda embarcação portadora de um Certificado de Classe. Adicionalmente, uma embarcação que esteja em processo de classificação, perante uma Sociedade Classificadora, também será considerada como embarcação Classificada.

j)Embarcações Certificadas

1)Classe 1 (EC1) - são as que apresentam as seguintes características:

I)Embarcações com ou sem propulsão, com AB maior que 50;

II)Flutuantes que operem com mais de 12 pessoas a bordo, com AB maior que 50; e

III)Flutuantes com AB maior que 100.

2)Classe 2 (EC2) - são as demais.

k)Protótipo - é a primeira embarcação de uma "série de embarcações".

l)Série de Embarcações (Navios Irmãos) - caracterizada por um conjunto de unidades com características iguais, construídas em um mesmo local, baseadas num mesmo projeto.

m) Embarcação de Apoio a Mergulho - é toda embarcação empregada no apoio às atividades de mergulho.

n)Embarcação de Passageiros - é toda embarcação que transporte qualquer quantidade de passageiros.

o)Flotel - é uma embarcação que presta serviços de apoio às atividades das plataformas de perfuração e/ou produção, como geração de energia elétrica, hotelaria e facilidades de manutenção.

p)Flutuante - é toda embarcação sem propulsão que opera em local fixo e determinado.

q)Rebocador e/ou Empurrador - é toda embarcação projetada ou adaptada para efetuar operações de reboque e ou empurra.

r)Passageiro - é toda pessoa que não seja:

1)O Comandante e os membros da tripulação, ou outras pessoas empregadas ou ocupadas, sob qualquer forma, a bordo da embarcação em serviços que lhes digam respeito; e

2)Criança com menos de 1 ano de idade.

s)Sociedade Classificadora - são empresas ou entidades autorizadas a classificar embarcações de acordo com regras próprias e, quando reconhecidas pela Autoridade Marítima Brasileira, poderão atuar em nome do governo brasileiro na realização de vistorias e emissão de certificados e documentos previstos nas convenções internacionais, códigos e resoluções adotados pelo país, assim como nos regulamentos nacionais, conforme descrito nos acordos de delegação de competência firmados.

t)Entidade Certificadora: são empresas ou entidades reconhecidas pela Autoridade Marítima Brasileira para atuarem em nome do governo brasileiro na realização de vistorias e emissão de certificados previstos nos regulamentos nacionais, conforme descrito nos acordos de delegação de competência firmados.

u)Embarcação de Pesca - é toda embarcação de carga empregada na captura de recursos vivos do mar e das águas interiores.

v)Embarcação Tanque - é aquela construída ou adaptada para o transporte a granel de cargas líquidas de natureza inflamável. As demais embarcações que transportam graneis líquidos são consideradas embarcações de carga (ex. embarcação que transporta suco de laranja).

w)Embarcação de Carga- é qualquer embarcação que não seja embarcação de passageiros.

x)Plataforma - instalação ou estrutura, fixa ou flutuante, destinada às atividades direta ou indiretamente relacionadas com a pesquisa, exploração e explotação dos recursos oriundos do leito das águas interiores e seu subsolo ou do mar, inclusive da plataforma continental e seu subsolo.

y)Plataforma Móvel - denominação genérica das embarcações empregadas diretamente nas atividades de prospecção, extração, produção e/ou armazenagem de petróleo e gás. Incluem as unidades Semi-Submersíveis, Auto-Eleváveis, Navios Sonda, Unidades de Pernas Tensionadas ("Tension Leg"), Unidades de Calado Profundo ("Spar"), Unidade Estacionária de Produção, Armazenagem e Transferência (FPSO) e Unidade Estacionária de Armazenagem e Transferência (FSO). As embarcações destinadas à realização de outras obras ou serviços, mesmo que apresentem características de construção similares às unidades enquadradas na definição acima, não deverão ser consideradas "plataformas" para efeito de aplicação dos requisitos estabelecidos nesta norma e em demais códigos associados às atividades do petróleo.

z)Plataforma Fixa - construção instalada de forma permanente no mar ou em águas interiores, destinada às atividades relacionadas à prospecção e extração de petróleo e gás. Não é considerada uma embarcação.

0302 -APLICAÇÃO DE CONVENÇÕES E CÓDIGOS INTERNACIONAIS

a)As embarcações destinadas ao transporte de cargas perigosas deverão cumprir os requisitos estabelecidos pelas normas internacionais, considerando-se a aplicação de acordo com a data de construção e o tipo de carga a ser transportada, mesmo que tais embarcações não efetuem viagens internacionais, de acordo com a seguinte tabela:

TIPO DE CARGA PERIGOSA	NORMA INTERNACIONAL
1. Embaladas	International Maritime Dangerous Goods Code (IMDG Code) e seus suplementos, conforme emendados.
2. Cargas Sólidas a Granel	Código Marítimo Internacional para Cargas Sólidas a Granel (IMSBC Code).
3. Produtos Químicos Líquidos a Granel	Código de Construção e Equipamento de Navios que Transportem Produtos Químicos Perigosos a Granel (BCH Code). Código Internacional para Construção e Equipamento de Navios que Transportem Produtos Químicos Perigosos a Granel (IBC Code).
4. Gases Liquefeitos a Granel	Código Internacional para Construção e Equipamento de Navios que Transportam Gases Liquefeitos a Granel (IGC Code). Código para Construção e Equipamento de Navios que Transportam Gases Liquefeitos a Granel (Gas Carrier Code). Código para Navios Existentes que Transportem Gases Liquefeitos a Granel (Existing Ships Code).

b)Critérios complementares da Autoridade Marítima - Sempre que, nas Convenções e Códigos Internacionais em vigor no País, ou nas Resoluções e Circulares da Organização Marítima Internacional (IMO) adotadas pelo Brasil, forem previstos critérios específicos a serem estabelecidos pela Autoridade Marítima Brasileira (Administração), ainda não definidos nas Normas da Autoridade Marítima, devem ser seguidos os seguintes procedimentos:

1)As Organizações Reconhecidas - OR deverão consultar a DPC sobre o critério a ser aplicado. A consulta deverá ser feita com a devida antecedência, de modo a evitar atrasos ou prejuízos aos interessados;

2)Após as devidas considerações, a DPC estabelecerá o critério/requisito a ser adotado e, quando julgado necessário, a sua aplicação e/ou entrada em vigor;

3)A DPC poderá, sempre que julgar conveniente, adotar ou autorizar a utilização de critérios contidos nas Regras de Classificação das Sociedades Classificadoras reconhecidas, em substituição ao estabelecido no inciso 2) acima, mediante consulta, caso a caso;

c) Embarcações movidas a gases ou outros combustíveis com baixo ponto de fulgor deverão cumprir com os requisitos do "International Code of Safety for Ships Using Gases or Other Low-Flashpoint Fuels - IGF Code", da IMO; e

d) Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Embarcações - MARPOL 73/78 - Anexo V - Regras para a prevenção de poluição por lixo proveniente de embarcações.

1) As embarcações tripuladas com comprimento total maior ou igual a 12 metros deverão ter afixadas em locais visíveis ao público (passageiros e tripulantes), placas independentes com as seguintes informações:

I) "É proibido descartar qualquer tipo de lixo na água";

II) "Deposite seu lixo aqui" (devendo ser afixada onde estiver posicionado o coletor de lixo).

2)Controle do lixo descartado - as embarcações enquadradas em 1) deverão também dispor e manter a bordo registro de controle do lixo retirado de bordo com, pelo menos, as seguintes informações:

- data da realização do descarte;
- local do descarte (porto, terminal etc); e
- quantidade estimada, em peso, do lixo descartado.

Observação:

As exigências contidas nesta alínea deverão ser atendidas a partir de 1º de julho de 2021.

0303 -OBRIGATORIEDADE DE CLASSIFICAÇÃO

As seguintes embarcações deverão ser classificadas e mantidas em classe por uma Sociedade Classificadora reconhecida para atuar em nome do Governo Brasileiro na navegação interior:

a) Todas as embarcações nacionais que transportem, a granel, substâncias líquidas nocivas às quais se apliquem os códigos IBC ou BCH;

b) Todas as embarcações nacionais que transportem, a granel, gases liquefeitos aos quais se apliquem os códigos IGC, GC ou o Código para Navios Existentes que Transportem Gases;

c) Todas embarcações nacionais sem propulsão e com AB maior do que 2000;

d) Todas embarcações nacionais com propulsão e com AB maior ou igual a 500; e

e) Todas as plataformas móveis empregadas nas atividades relacionadas à prospecção, extração ou produção de petróleo e gás.

A obrigatoriedade de atendimento para as alíneas de a) até e) aplica-se às embarcações que tenham solicitado Licença de Construção, Licença de Construção para Embarcações Construídas (LCEC), Licença de Alteração (com alteração de vulto, a ser julgado pela DPC), Licença de Reclassificação ou Documento de Regularização (atual LCEC) após 09/06/1998.

0304 -OBRIGATORIEDADE DA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO, ALTERAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

As Embarcações Certificadas classe 1 (EC1), classificadas ou não, e as embarcações Certificadas classe 2 (EC2) de passageiros com AB maior do que 20 e menor ou igual a 50 (ver os itens 0305, 0314, 0320 e 0322 desta norma) e as embarcações de apoio a mergulho (de qualquer arqueação bruta, construídas ou adaptadas para este fim, mesmo que temporariamente), classificadas ou não somente poderão ser construídas, no país ou no exterior, para a bandeira brasileira, se obtiverem a respectiva Licença de Construção.

Do mesmo modo, só poderão sofrer alterações ou serem reclassificadas mediante a obtenção prévia das Licenças de Alteração ou Reclassificação, respectivamente. As demais Embarcações Certificadas classe 2 (EC2) estão dispensadas da obtenção de Licenças de Construção, de Alteração, de Reclassificação e para embarcações já construídas LCEC.

0305 -REGULARIZAÇÃO DE EMBARCAÇÕES JÁ CONSTRUÍDAS

a)Embarcações com AB menor ou igual a 500, exceto aquelas enquadradas na alínea b) deste item

Para embarcações nacionais com arqueação bruta (AB) menor ou igual a 500, cuja construção ou alteração já tenha sido concluída, seja no país ou no exterior, sem que tenham sido obtidas as respectivas Licenças de Construção ou Alteração, será permitida sua regularização por meio da obtenção de uma Licença de Construção para Embarcação já Construída (LCEC), se tais licenças forem previstas nestas normas para o tipo de embarcação em questão. Tais licenças deverão ser solicitadas a uma Sociedade Classificadora, Entidade Certificadora ou à GVI via CP, DL ou AG, conforme o caso, seguindo procedimento idêntico ao previsto para obtenção das respectivas licenças, conforme definido nas Seções II e III deste Capítulo.

1)A Licença a ser emitida (modelo constante no Anexo 3-A), deverá especificar a data do término da construção da embarcação e uma observação ressaltando o fato de se tratar de uma construção já concluída.

2) Caberá ao armador/proprietário efetuar as modificações porventura consideradas necessárias durante a análise do projeto, mesmo quando tais alterações acarretarem desmonte de parcelas da embarcação ou docagem.

3) A Licença de Construção emitida para uma embarcação nessas condições será designada "Licença de Construção para Embarcação já Construída - (LCEC)" e deverá ser apresentada ao TM para efeito de obtenção do registro da embarcação (Provisão de Registro de Propriedade Marítima - PRPM).

4) Para embarcação com AB maior do que 500 não será emitida LCEC após 01/06/2020.

b)Casos Especiais

1)Embarcações de Passageiros com AB maior do que 20 e menor ou igual a 50

As embarcações de passageiros que, por força da versão anterior desta norma (NORMAM-02/DPC/2005 - Portaria nº 115, de 15/09/2009), estavam dispensadas da obtenção de Licença de Construção, Alteração e Reclassificação, terão o prazo de até a primeira vistoria de renovação do CSN, a ser realizada após 1º de julho de 2011, para solicitarem a respectiva LCEC e apresentarem a documentação requerida no item 0314, alínea b).

Recomenda-se que a LCEC seja solicitada antes da primeira vistoria de renovação do Certificado de Segurança da Navegação (CSN), de modo a facilitar a análise, em tempo hábil, da documentação por parte do GVI das CP ou DL, Entidade Certificadora ou Sociedade Classificadora, responsável pela emissão da LCEC.

As CP, DL, AG, Entidades Certificadoras ou Sociedades Classificadoras não poderão realizar qualquer tipo de vistoria relacionada ao CSN nas embarcações que não tenham apresentado a documentação até a data devida para a realização da primeira vistoria de renovação, após 1º de julho de 2011.

Para a embarcação que tenha apresentado a documentação no prazo devido, será emitido, após a vistoria de renovação, um novo CSN com validade de 6 meses, a fim de permitir a continuidade da operação da embarcação enquanto se conclui o processo de emissão da LCEC.

Caso o prazo de 6 meses não seja suficiente para a emissão da LCEC, o responsável pela embarcação poderá requerer à DPC uma prorrogação do CSN por um prazo máximo de 6 meses. Tal requerimento deverá ser devidamente justificado observando-se as seguintes situações:

-quando o processo para emissão da LCEC estiver sendo analisado pelas CP, DL ou AG, o requerimento solicitando a prorrogação do CSN deverá ser encaminhado à DPC via CP, DL ou AG.

-quando o processo para emissão da LCEC estiver sendo analisado por Entidades Certificadoras ou Sociedade Classificadora, o requerimento deverá ser encaminhado para DPC, contendo em anexo os comentários e/ou justificativas elaboradas pelo armador ou proprietário.

Após a emissão da LCEC o CSN poderá ser renovado pelo prazo restante para completar 4 anos, contados a partir da data da realização da vistoria de renovação, desde que a embarcação não necessite sofrer alterações nas suas características, capacidade de passageiros e/ou carga e dotação de equipamentos, em função do atendimento aos requisitos desta norma. Neste caso, o CSN só poderá ser renovado pelo prazo restante, após a realização de nova vistoria para verificação do cumprimento desses requisitos.

2)Embarcações de carga com AB maior do que 50 e menor ou igual a 100

As embarcações de carga que, por força da versão anterior desta norma (NORMAM-02/DPC/2005 - Portaria nº 115, de 15 de setembro de 2009), estavam dispensadas da obtenção de Licença de Construção, Alteração e Reclassificação, terão o prazo de até 1º de janeiro de 2012 para solicitarem a respectiva LCEC e apresentarem a documentação requerida no item 0312.

As CP, DL, AG, Entidades Certificadoras ou Sociedades Classificadoras não poderão realizar qualquer tipo de vistoria relacionada ao CSN nas embarcações que não tenham apresentado a documentação requerida no item 0312.

Para a embarcação que tenha apresentado a documentação no prazo mencionado, será emitido, após a vistoria inicial, um CSN com validade de seis meses para permitir a continuidade da operação da embarcação, enquanto se conclui o processo de emissão da LCEC.

Caso o prazo de seis meses não seja suficiente para a emissão da LCEC, o responsável pela embarcação poderá requerer à DPC uma prorrogação do CSN por um prazo máximo de seis meses. Tal requerimento deverá ser devidamente justificado observando-se as seguintes situações:

-quando o processo para emissão da LCEC estiver sendo analisado pelas CP, DL ou AG, o requerimento solicitando a prorrogação do CSN deverá ser encaminhado à DPC via CP, DL ou AG.

-quando o processo para emissão da LCEC estiver sendo analisado por Entidades Certificadoras ou Sociedade Classificadora, o requerimento deverá ser encaminhado para DPC, contendo em anexo os comentários e/ou justificativas elaboradas pelo armador ou proprietário.

Após a emissão da LCEC, o CSN poderá ser emitido com a validade correspondente ao prazo restante para completar seis anos (para embarcações de carga com propulsão) ou oito anos (para embarcações de carga sem propulsão), contados a partir da data da realização da vistoria inicial, desde que a embarcação não necessite sofrer alterações nas suas características, na capacidade de carga e na dotação de equipamentos, em função do atendimento aos requisitos desta norma. Neste caso, o CSN só poderá ser emitido pelo prazo restante, após a realização de nova vistoria para verificação do cumprimento desses requisitos.

0306 -LICENÇA PROVISÓRIA

a)Para Iniciar a Construção ou Alteração

1)Durante a tramitação do processo para o licenciamento da construção ou alteração de Embarcação Certificada Classe 1 (EC1) o interessado, se assim o desejar, poderá solicitar à uma Entidade Certificadora ou à CP, DL ou AG, uma Licença Provisória para Iniciar a Construção ou Alteração.

A documentação necessária é a seguinte:

a)Requerimento do interessado;

b)Cópia do protocolo da solicitação para emissão da Licença de Construção (LC) ou Licença de Construção para Embarcações já Construídas (LCEC) ou Licença de Alteração (LA) (cópia simples);

c)Declaração do interessado que se compromete a efetuar qualquer modificação porventura considerada necessária durante a avaliação do projeto, mesmo quando tal alteração acarrete em desmonte de parcelas já construídas ou alteradas da embarcação, sem qualquer despesa ou ônus para a União; e

d)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), exceto para órgãos públicos.

No caso de Embarcação Classificada, tal licença deverá ser requerida à Sociedade Classificadora que irá acompanhar os serviços.

2)O interessado deverá apresentar declaração de que se compromete a efetuar qualquer modificação porventura considerada necessária durante a avaliação do projeto, mesmo quando tal alteração acarrete desmonte de parcelas já construídas ou alteradas da embarcação, sem qualquer despesa ou ônus para a União, Entidade Certificadora ou Sociedade Classificadora que emitir a respectiva Licença Provisória.

3)O modelo dessa licença é apresentado no Anexo 3-B. O prazo inicial de validade da licença provisória será de 180 dias, prorrogáveis por mais 2 períodos de 180 dias cada, conforme o andamento do processo. Prorrogações por prazos superiores deverão ser autorizadas pela DPC.

4)A emissão da licença provisória não exime o interessado da obtenção da licença de construção definitiva, prevista no item 0304.

b)Para Entrar em Tráfego

1)As embarcações que estejam em condições de entrar em operação, mas que ainda não estejam devidamente regularizadas poderão receber uma Licença Provisória para Entrar em Tráfego - LPET, de acordo com modelo constante no Anexo 3-C, desde que atendidas as condições do inciso abaixo.

A LPET deverá ser solicitada pelo proprietário por meio de requerimento à CP, DL ou AG na qual a embarcação será inscrita, conforme os procedimentos a seguir:

a)Pendência relativa à emissão da Licença de Construção (LC), Licença de Construção para Embarcação já Construída (LCEC), Licença de Alteração (LA) ou Licença de Reclassificação (LR), a ser emitida pela CP, DL ou AG.

I)com o requerimento da LPET deverá ser apresentada a seguinte documentação:

-requerimento solicitando a emissão da licença de construção, LCEC, licença de alteração ou licença de reclassificação juntamente com a coletânea completa de planos e documentos aplicáveis à embarcação, conforme previsto no item 0312 ou 0314 para cada caso;

-declaração do engenheiro naval responsável com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), em conformidade com o modelo constante do Anexo 3-D;

-proposta de Cartão de Tripulação de Segurança que necessitará ser aprovada pela CP, DL ou AG e só terá validade durante a vigência da LPET; e

-Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente à vistoria na embarcação com o escopo de uma vistoria inicial flutuando, exceto para órgãos públicos.

II)a CP, DL ou AG (GVI) deverá efetuar uma vistoria na embarcação com o escopo de uma vistoria inicial, de acordo com o Anexo 8-A, devendo utilizar os planos apresentados; e

III)não será emitido um CSN para a embarcação durante o período de validade da LPET.

Após a conclusão dos procedimentos acima e desde que não existam exigências para cumprimento antes da saída, poderá ser emitida a LPET com prazo de validade de 60 dias, podendo ser renovada, a critério da CP, DL ou AG, por mais dois períodos de 60 dias cada. Após findar os períodos, anteriormente citados não será emitida nova LPET.

b)Pendência relativa à emissão da licença de construção, Licença de Construção para Embarcação já Construída, Licença de Alteração ou Licença de Reclassificação, a ser emitida por Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora:

I)com o requerimento da LPET deverá ser apresentada a seguinte documentação:

-declaração da Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora atestando que a coletânea completa de planos aplicáveis à embarcação foi submetida à análise;

-declaração do engenheiro naval responsável com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) em conformidade com o modelo constante do Anexo 3-D;

-proposta de Cartão de Tripulação de Segurança que necessitará ser aprovada pela CP, DL ou AG e só terá validade durante a vigência da LPET; e

-Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente à vistoria na embarcação com o escopo de uma vistoria inicial flutuando, exceto para órgãos públicos.

II)a CP/ DL/ AG (GVI) deverá efetuar uma vistoria na embarcação com o escopo de uma vistoria inicial, de acordo com o Anexo 8-A, juntamente com o vistoriador da Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, o qual deverá, na ocasião, estar de posse dos planos apresentados; e

III)não será emitido um CSN para a embarcação durante o período de validade da LPET.

Após a conclusão dos procedimentos acima e desde que não existam exigências para cumprimento antes da saída, poderá ser emitida a LPET com prazo de validade de 60 dias, podendo ser renovada, a critério da CP, DL ou AG, por mais dois períodos de 60 dias cada. Após findar os períodos, anteriormente citados não será emitida nova LPET.

c)a licença será emitida pelas CP, DL ou AG baseada na declaração do engenheiro naval anexada ao requerimento e no resultado da vistoria realizada.

d)o processo para emissão de LPET acima é aplicado tanto para embarcações EC1 quanto para embarcações EC2 certificadas pelas CP, DL ou AG, como para as embarcações cuja certificação esteja sendo efetuada por Sociedade Classificadora ou por Entidade Certificadora.

e)a Licença Provisória para Entrada em Tráfego (LPET) perderá, automaticamente, sua validade, caso haja perda das condições mínimas de segurança da embarcação, devido a modificações, avarias ou qualquer outra modificação da condição inicial, ou que altere as informações fornecidas originalmente pelo engenheiro naval apresentadas por ocasião da solicitação da licença.

2)As embarcações que estejam em condições de entrar em operação e que já possuam licença de construção, licença de reclassificação, licença de alteração ou LCEC, mas que ainda não estejam devidamente inscritas devido a existência de pendências de caráter administrativo, não necessitam da emissão da LPET. Nesse caso deverão ser efetuadas as vistorias pertinentes para emissão dos certificados correspondentes e a perícia para emissão do CTS. Os certificados serão emitidos em caráter provisório com validade máxima de até 6 meses, conforme previsto na NORMAM-06/DPC.

0307 -BARCOS DE PESCA

Para as embarcações destinadas à pesca deve-se observar que a concessão da Licença de Construção não exime o proprietário da necessidade de obtenção das licenças que, porventura, sejam exigidas pelo Órgão Federal controlador da atividade de pesca, antes da entrada em operação da mesma.

0308 -REBOCADORES

Os rebocadores empregados na navegação interior que possuam potência propulsora instalada maior que 300 HP (224 kW) são obrigados a portar Certificado de Tração Estática.

Os rebocadores empregados na navegação interior que possuam potência propulsora instalada menor ou igual a 300 HP (224 kW) somente poderão, mesmo que temporariamente, realizar serviços de reboque na navegação de mar aberto caso possuam Certificado de Tração Estática

0309 -CARIMBO E PLANOS

a)No Anexo 3-E são apresentados os modelos dos carimbo empregados pela GEVI (Gerência de Vistorias, Inspeções e Perícias Técnicas, da DPC) para endosso dos documentos previstos para a concessão das Licenças de Construção, LCEC, Alteração ou Reclassificação, e que deverão ser também utilizados pelas Sociedades Classificadoras e Entidades Certificadoras;

b)Todos os planos e documentos deverão ser também identificados, logo abaixo do carimbo apresentado no Anexo 3-E, com o carimbo e a rubrica do responsável técnico pela análise da documentação; e

c)No Anexo 3-F é apresentada uma descrição sumária das características dos planos e documentos previstos nos processos para concessão das Licenças de Construção, LCEC, Alteração ou Reclassificação e das informações mínimas que cada um deve conter.

0310 -EMBARCAÇÕES DESTINADAS A EXPORTAÇÃO

As embarcações destinadas a exportação serão enquadradas em uma das seguintes situações:

a)Embarcação Classificada: deverá ter Licença de Construção e certificados estatutários aplicáveis, emitidos pela Sociedade Classificadora, que lançará os três primeiros números no respectivo carimbo;

b)Embarcação não Classificada:

1)O proprietário que desejar certificar e regularizar a embarcação em conformidade com a legislação brasileira deverá construí-la atendendo aos requisitos e procedimentos contidos nestas normas; e

2)O proprietário que não desejar certificar e regularizar a embarcação em conformidade com a legislação brasileira deverá apresentar documento, emitido pelo governo do país de bandeira, certificando que a embarcação atende aos requisitos operacionais e de projeto estabelecidos nas normas pertinentes daquela administração. Nesse caso, por ocasião das provas de mar, ou qualquer outra viagem que seja necessária antes da ida da embarcação para o exterior, o despacho será condicionado à apresentação na CP, DL ou AG de declaração de engenheiro naval, registrado no CREA, com a respectiva ART, atestando que a embarcação está apta a operar e em condições satisfatórias de segurança para realizar a viagem pretendida.

0311 -EXIGÊNCIAS E INFORMAÇÕES ADICIONAIS NAS LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO, ALTERAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO OU LCEC

a)Nas Licenças de Construção, Alteração e Reclassificação ou LCEC poderão constar:

1)Observações ou comentários sobre aspectos relevantes considerados durante a análise do processo;

2)Informações que possibilitem uma melhor caracterização da embarcação;

3)Exigências para apresentação de planos e/ou documentos, caso os mesmos não tenham sido apresentados por ocasião da concessão das Licenças de Construção, Alteração e Reclassificação;

4)Pequenas incorreções assinaladas nos planos endossados que deverão ser corrigidas na embarcação; e

5)Eventuais restrições operacionais consideradas durante a análise do processo.

b)Sempre que não forem apresentados todos os planos e ou documentos exigidos ou caso a documentação encaminhada contenha deficiências que impossibilitem, a critério do responsável pela análise, a perfeita caracterização da embarcação, sua operação, seus equipamentos ou itens de segurança, ou do atendimento aos requisitos exigidos nas regras aplicáveis, não poderão ser emitidas as Licenças de Construção, Alteração, Reclassificação e LCEC.

c)Solicitação de Segunda Via de Licenças

No caso de perda, roubo, furto, mau estado de conservação ou extravio de licenças, o interessado poderá solicitar uma segunda via à CP/DL/AG onde obteve a respectiva licença, a qual terá a mesma validade da licença anterior. A documentação necessária é a seguinte:

1)Requerimento do interessado informando o motivo da solicitação da 2ª via (perda, roubo, furto, extravio ou mau estado de conservação) ou ofício de solicitação de 2ª via, quando se tratar de órgãos públicos;

2)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), exceto para órgãos públicos; e

3)Apresentar declaração assinada relatando o motivo (se perda, roubo, furto ou extravio) de acordo com o Anexo 2-Q ou apresentar o respectivo Boletim de Ocorrência (BO).

Caso a solicitação decorra de mau estado de conservação, o documento original deverá ser entregue.

SEÇÃO II

PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO DA LICENÇA DE CONSTRUÇÃO

0312 -EMBARCAÇÕES CERTIFICADAS COM AB MAIOR QUE 50, FLUTUANTES COM AB MAIOR QUE 50 QUE OPEREM COM MAIS DE 12 PESSOAS A BORDO E DEMAIS FLUTUANTES COM AB MAIOR QUE 100 (CLASSE 1 - EC1)

a)A Licença de Construção ou a LCEC serão emitidas conforme modelo do Anexo 3-A por Sociedade Classificadora, Entidade Certificadora ou pelo GVI.

O construtor, proprietário ou seu representante legal deverá apresentar os seguintes documentos:

1)Requerimento do interessado;

2)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente ao serviço de análise de planos para emissão de Licenças (LC, LCEC, LA, LR), conforme o Anexo 8-E; exceto para órgãos públicos;

Duas cópias dos seguintes documentos:

3)Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente ao projeto/ construção da embarcação, caso se trate de embarcação nova; ART referente ao levantamento técnico caso se trate de embarcação construída sem acompanhamento de responsável técnico;

4)Memorial Descritivo, de acordo com o modelo constante no Anexo 3-G;

5)Plano de Arranjo Geral;

6)Plano de Linhas;

7)Curvas Hidrostáticas e Cruzadas e/ou Tabelas (ou listagem de computador);

8)Plano de Segurança (dispensável para as embarcações não tripuladas e que não possuam equipamentos ou dispositivos de segurança e/ou combate a incêndio);

9)Plano de Arranjo de Luzes de Navegação;

10)Plano de Capacidade;

11)Plano de Seção Mestra e Perfil Estrutural;

12)Relatório da Prova de Inclinação ou, para as embarcações que atendam aos requisitos estabelecidos no item 0316, Relatório da Medição de Porte Bruto;

13)Folheto de Trim e Estabilidade Definitivo;

14)Proposta de Cartão de Tripulação de Segurança(CTS); e

15)Folheto de Trim e Estabilidade em Avaria (somente quando for exigido pelas disposições de códigos internacionais aplicáveis, se a embarcação operar na Bacia do Sudeste, ou caso se aplique a Seção III do Capítulo 5).

b)Por ocasião da solicitação da licença de construção, poderão ser apresentados a estimativa de peso leve e o folheto de trim e estabilidade preliminar, ficando como exigência a ser assinalada na Licença de Construção a apresentação posterior dos documentos previstos nos itens 10, 11 e 13 (caso aplicável) acima e da ART referente à execução desses serviços;

c)Após a análise, caso a documentação apresentada seja considerada satisfatória, o GVI, a Entidade Certificadora ou a Sociedade Classificadora emitirá a Licença de Construção ou a LCEC em três vias, identificando com o número da Licença os planos e documentos apresentados;

d)A distribuição das licenças emitidas e dos planos e documentos endossados deverá atender aos seguintes critérios:

1)Uma via da Licença de Construção (ou da LCEC) e dos planos e documentos endossados deverá ser encaminhada para arquivamento no Órgão de Inscrição da embarcação, até 30 dias após sua emissão;

2)Uma via da Licença de Construção (ou LCEC) e dos planos e documentos endossados será restituída ao interessado; e

3)Uma via da Licença de Construção (ou LCEC) e dos planos e documentos endossados deverá ser mantida em arquivo da Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, quando a licença for por elas emitida.

e)A isenção do cumprimento de qualquer requisito constante nestas normas só poderá ser concedida pela DPC, devendo, quando concedida, ser transcrita na Licença emitida; e

f)Sempre que o endosso em planos e documentos por uma Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora fizer referência a uma carta ou qualquer outro documento estabelecendo as condições para emissão da licença, uma cópia desse documento deverá ser anexada às coletâneas de planos aprovados.

0313 -EMBARCAÇÕES CLASSIFICADAS

a)Para as embarcações classificadas, as Sociedades Classificadoras poderão exigir planos, cálculos ou documentos adicionais ao previsto nos itens 0312 e 0314, para efeito de atendimento às suas regras;

b)Sempre que o carimbo de aprovação da Sociedade Classificadora fizer referência a uma carta ou qualquer outro documento estabelecendo as condições da aprovação, uma cópia desse documento deverá ser anexada às coletâneas de planos aprovados;

c)Os planos e documentos aprovados pela Sociedade Classificadora na versão final ("as built") deverão ser digitalizados, gravados em CD-ROM ou outra mídia, e enviados à DPC para arquivo, até 30 dias após a data de entrega da embarcação;

d)Sempre que o serviço de classificação incluir o acompanhamento da construção da embarcação, somente os planos finais deverão ser endossados e identificados com o número da Licença de Construção. Nesses casos, não é necessário enviar os planos preliminares analisados por ocasião da emissão da licença de construção para a DPC nem para o órgão de inscrição, devendo ser adotado os seguintes procedimentos adicionais:

1)a licença de construção deverá conter, no campo "observações", informações que caracterizem que a Sociedade classificadora está acompanhando a construção da embarcação; e

2)uma via dos planos e documentos inicialmente considerados para a emissão da licença de construção deverá ser mantida em arquivo na Sociedade Classificadora, pelo menos até a aprovação dos planos finais ("as built").

e)A distribuição das licenças emitidas e dos planos e documentos endossados para as embarcações classificadas deverá atender aos mesmos critérios, estabelecidos no item 0312 d); e

f)A isenção do cumprimento de qualquer requisito constante nestas normas só poderá ser concedida pela DPC, devendo, quando concedida, ser transcrita na licença emitida.

0314 -EMBARCAÇÕES CERTIFICADAS COM AB MAIOR DO QUE 20 E MENOR OU IGUAL A 50 (CLASSE 2 - EC2)

a)Embarcações com AB maior do que 20 e menor ou igual a 50, exceto as de passageiros

As embarcações com AB maior que 20 e menor ou igual a 50, exceto as de passageiros, estão dispensadas da Licença de Construção, bastando a apresentação dos seguintes documentos à CP, DL ou AG de inscrição:

1)ART referente ao projeto de embarcação nova, ou ART referente ao levantamento técnico, caso se trate de embarcação construída sem acompanhamento do responsável técnico;

2)Memorial descritivo de acordo com o modelo constante no Anexo 3-G;

3)Declaração do responsável técnico, caracterizando as condições de carregamento nas quais a embarcação deve operar, de acordo com modelo constante no Anexo 3-H; e

4) Plano que apresente de forma esquemática as informações previstas para os Planos de Arranjo Geral, Segurança e Capacidade, em conformidade com o estabelecido no Anexo 3-F.

b)Embarcações de passageiros com AB maior do que 20 e menor ou igual a 50

As embarcações enquadradas nesta alínea estão sujeitas a obtenção da Licença de Construção, em conformidade com o previsto no item 0304,adotando-se os mesmos procedimentos previstos neste Capítulo aplicáveis às embarcações EC1, devendo ser apresentada a seguinte documentação:

1)Requerimento do interessado;

2)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente ao serviço de análise de planos para emissão de Licenças (LC, LCEC, LA, LR) (Anexo 8-E), exceto para órgãos públicos; e

Duas cópias dos seguintes documentos:

1)Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente ao projeto /construção da embarcação, caso se trate de embarcação nova; ART referente ao levantamento técnico caso se trate de embarcação construída sem acompanhamento de profissional legalmente habilitado;

2)Memorial Descritivo, de acordo com o modelo constante no Anexo 3-G;

3)Plano de Arranjo Geral;

4)Plano de Linhas;

5)Curvas Hidrostáticas e Cruzadas e/ou Tabelas (ou listagem de computador);

6)Plano de Segurança;

7)Plano de Arranjo de Luzes de Navegação;

8)Plano de Capacidade;

9)Relatório da Prova de Inclinação ou, para as embarcações que atendam aos requisitos estabelecidos no item 0316, Relatório da Medição de Porte Bruto;

10)Folheto de Trim e Estabilidade Definitivo; e

11)Proposta de Cartão de Tripulação de Segurança (CTS).

c)Embarcações com AB menor ou igual a 20

As embarcações com AB menor ou igual 20 estão dispensadas da Licença de Construção. Entretanto, as embarcações de passageiros deverão apresentar os seguintes documentos à CP, DL ou AG de inscrição:

1)ART referente aos serviços prestados;

2)Relatório previsto no Anexo 6-H - RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DA LOTAÇÃO DE PASSAGEIROS E DO PESO MÁXIMO DE CARGA DE EMBARCAÇÕES COM AB MENOR OU IGUAL A 20, observando as formulações e definições do Anexo 6-G - NORMAS PARA A DETERMINAÇÃO DA LOTAÇÃO DE PASSAGEIROS E DO PESO MÁXIMO DE CARGA (PMC) DE EMBARCAÇÕES COM AB MENOR OU IGUAL A 20;

3)Um plano que apresente de forma esquemática as informações previstas para os planos de Arranjo Geral, Segurança e Capacidade, em conformidade com o estabelecido no Anexo 3-F (somente para embarcações de passageiros); e

4)Uma foto da embarcação, conforme especificações no item 0205 a).

As seguintes embarcações estão dispensadas de apresentar a documentação prevista no parágrafo anterior:

-embarcações dispensadas de inscrição, conforme previsto no subitem 0205 d); e

-embarcações miúdas com propulsão que, entretanto, deverão apresentar a documentação prevista no subitem 0205 c).

Caso o interessado, apesar da não obrigatoriedade, deseje que seja emitida uma Licença de Construção, deverão ser seguidos os procedimentos previstos para uma Embarcação Certificada classe 1 (EC1).

Os documentos requeridos em conformidade com o estabelecido na presente alínea serão apresentados somente para arquivo na CP, DL ou AG de inscrição e não necessitarão ser analisados ou endossados.

Uma via do plano esquemático requerido para as embarcações de passageiros deverá permanecer obrigatoriamente a bordo e carimbado pela CP, DL ou AG.

0315 -SÉRIE DE EMBARCAÇÕES

a)Para emissão de Licença de Construção de uma "série de embarcações", somente serão analisados os documentos do protótipo. Para as demais embarcações da série, bastarão ser apresentados os seguintes documentos:

1)ART referente ao projeto e a construção, caso se trate de embarcação nova; ART referente ao levantamento técnico, caso se trate de embarcação construída sem acompanhamento de responsável técnico;

2)Memorial descritivo de acordo com o modelo constante no Anexo 3-G; e

3)Relatório da prova de inclinação ou medição de porte bruto e folheto de trim e estabilidade definitivo.

b)Caso haja mudança de proprietário deverá ser fornecida, pelo construtor ou proprietário que solicitou a aprovação dos planos, uma cópia dos planos aprovados do protótipo.

c)Caso o interessado deseje inscrever uma embarcação de série em um Órgão de Inscrição diferente daquele em que foram apresentados os planos do protótipo, deverá ser fornecido a este Órgão uma cópia dos referidos planos.

d)Somente a DPC poderá conceder isenção do cumprimento de qualquer requisito previsto nestas normas.

0316 -DISPENSA DE REALIZAÇÃO DE PROVA DE INCLINAÇÃO

a)Embarcações sem Propulsão

1)As embarcações sem propulsão que não apresentem edificações acima do convés estão dispensadas da realização de prova de inclinação, desde que o valor da posição vertical do centro de gravidade da embarcação leve não seja assumido como sendo inferior a 65% do pontal moldado, para efeito de avaliação da estabilidade da embarcação; e

2)A isenção estabelecida na subalínea 1) também será válida para as embarcações sem propulsão que apresentem casarias, escotilhões, braçolas ou outras edificações de pequenas dimensões acima do convés que, a critério da DPC, não alterem de forma significativa a posição vertical do centro de gravidade da embarcação.

b)Série de Embarcações

1)Para as embarcações com AB maior ou igual a 300 construídas em série, a prova de inclinação só será obrigatória de quatro em quatro embarcações, desde que sejam observados os limites estabelecidos na subalínea 2) abaixo. O resultado da prova de inclinação do protótipo poderá ser extrapolado para a segunda, terceira e quarta embarcações; a quinta deverá ser submetida a novo teste podendo seu resultado ser adotado para a sexta, sétima e oitava embarcações e, assim, sucessivamente.

2)O procedimento descrito na subalínea 1) da alínea b) é válido, desde que os valores da posição longitudinal do centro de gravidade e do peso da embarcação na condição leve, obtidos através de uma medição de porte bruto, não apresentem diferenças, em relação ao resultado obtido na prova de inclinação a ser extrapolada, superiores a 0,5% do Lpp e 1% do peso leve medido, respectivamente.

3)Quando esses limites forem ultrapassados, a embarcação deverá ser submetida a uma nova prova de inclinação, podendo o seu resultado ser extrapolado para as três embarcações subsequentes da mesma série.

SEÇÃO III

PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO DE LICENÇA DE ALTERAÇÃO

0317 -GENERALIDADES

a)Certificado de Segurança da Navegação (CSN)

O CSN perderá validade sempre que forem introduzidas alterações na embarcação, conforme definido na alínea a) do item 0301. Nesses casos, deverão ser seguidos os procedimentos contidos no item 0810 d) 1) b).

b)Mudança na Arqueação e ou Borda-Livre

1)Quando a alteração acarretar mudança dos valores da arqueação bruta (AB), arqueação líquida (AL) e ou no valor da borda-livre originalmente atribuídos, deverão ser tomadas as devidas providências no sentido de que a embarcação seja rearqueada ou tenha sua borda-livre recalculada; e

2)Deverá ser dada especial atenção às alterações que mudem a AB da embarcação, tendo em vista a aplicabilidade de alguns regulamentos ser baseada nesse parâmetro.

c)Atualização do SISGEMB

1)Os dados referentes às alterações que impliquem mudanças das características da embarcação constantes do SISGEMB deverão ser atualizados.

2)O número de cada Licença de Alteração emitida para uma embarcação deverá ser digitado pelas CP, DL ou AG no campo "observações" do SISGEMB.

0318 -EMBARCAÇÕES CERTIFICADAS COM AB MAIOR QUE 50, FLUTUANTES COM AB MAIOR QUE 50 QUE OPEREM COM MAIS DE 12 PESSOAS A BORDO E DEMAIS FLUTUANTES COM AB MAIOR QUE 100 (CLASSE 1 - EC1)

a)A Licença de Alteração deverá ser solicitada pelo estaleiro, construtor, proprietário ou seu representante legal à CP,DL ou AG, a uma Sociedade Classificadora ou a uma Entidade Certificadora mediante a apresentação de requerimento acompanhado da documentação listada abaixo:

1)ART referente ao projeto e à execução da alteração pretendida;

2)Relatório contendo informações da natureza do serviço e indicação clara de todas as alterações efetuadas, em duas cópias;

3)Uma cópia dos planos e documentos endossados por ocasião da concessão da Licença de Construção ou da LCEC;

4)Três cópias dos novos planos e ou documentos constantes do processo de Licença de Construção ou LCEC, que tenham sofrido modificações devido às alterações; e

5)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente ao serviço de análise de planos para emissão de Licenças de Alteração (Anexo 8-E), exceto para órgãos públicos.

b)Após a análise do expediente, caso a documentação apresentada seja considerada satisfatória, o GVI, a Entidade Certificadora ou a Sociedade Classificadora emitirá a Licença de Alteração em três vias, identificando no campo "observações" as principais alterações autorizadas, identificando com o número da licença os planos e ou documentos apresentados.

c)A distribuição das licenças emitidas e dos planos e documentos endossados deverá atender aos seguintes critérios:

1)Uma cópia da Licença de Alteração e dos planos e documentos endossados deverá ser encaminhada para arquivamento no Órgão de Inscrição da embarcação, até 30 dias após sua emissão;

2)Uma cópia da Licença de Alteração e dos planos e documentos endossados será restituída ao interessado; e

3)Uma cópia da Licença de Alteração e dos planos e documentos endossados deverá ser mantida em arquivo da Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, quando a licença for por elas emitida.

d)As embarcações com AB menor que 500 e que necessitariam ser submetidas a uma prova de inclinação, por ocasião da concessão da licença de construção, poderão ser dispensadas de novo teste após uma alteração, desde que a variação de peso leve não seja superior a 2% do valor original. Nesses casos, deverá ser apresentada uma estimativa teórica da variação do peso e da posição vertical e longitudinal do centro de gravidade da embarcação leve, em função das alterações introduzidas.

e)Para as embarcações com arqueação bruta maior ou igual a 500, a dispensa prevista na alínea anterior somente será concedida se as variações do peso leve e da posição longitudinal do centro de gravidade não sejam superiores a 3% e 1% do LPP, respectivamente.

f)Caso o GVI, a Entidade Certificadora ou a Sociedade Classificadora julgue necessária, poderá ser solicitada para as embarcações enquadradas nas alíneas d) e e), acima, a apresentação do relatório de medição de porte bruto após a execução das alterações, constando tal exigência na Licença de Alteração, com o propósito de verificar se o limite estabelecido não foi ultrapassado.

0319 -EMBARCAÇÕES CLASSIFICADAS

a)Para as Embarcações Classificadas, as Sociedades Classificadoras poderão exigir planos, cálculos ou documentos adicionais ao previsto nos itens 0318 e 0320, para efeitos de atendimento às suas regras.

b)Sempre que o carimbo de aprovação da Sociedade Classificadora fizer referência a uma carta ou qualquer outro documento estabelecendo as condições da aprovação, uma cópia desse documento deverá ser anexada à coletânea de planos aprovados.

c)Os planos e documentos aprovados pela Sociedade Classificadora na versão final ("as built") deverão ser digitalizados, gravados em CD-ROM ou outra mídia e enviados à DPC para arquivo, até 30 dias após a data de término da alteração da embarcação.

d)Sempre que o serviço de classificação incluir o acompanhamento das obras de alteração da embarcação, somente os planos finais deverão ser endossados e identificados com o número da Licença de Alteração. Nesses casos, não é necessário enviar os planos preliminares analisados por ocasião da emissão da Licença de Alteração para a DPC nem para o órgão de inscrição da embarcação, devendo ser adotados os seguintes procedimentos:

1)a Licença de Alteração deverá conter, no campo "observações", informações que caracterizem que a Sociedade Classificadora está acompanhando as obras de alteração da embarcação;

2)uma via dos planos e documentos inicialmente considerados para a emissão da licença de alteração deverá ser mantida em arquivo na Sociedade Classificadora, pelo menos até a aprovação dos planos finais ("as built"); e

3)uma via dos planos finais gravados em CD ROM ou outra mídia deverá ser encaminhada pela Sociedade Classificadora para arquivamento na DPC, tão logo esteja disponível.

e)A distribuição das licenças emitidas e dos planos e documentos endossados para as Embarcações SOLAS e demais embarcações classificadas deverá atender aos mesmos critérios estabelecidos no item 0318 c).

f)As embarcações com AB menor que 500 e que necessitariam ser submetidas a uma prova de inclinação, por ocasião da concessão da licença de construção, poderão ser dispensadas de novo teste após uma alteração, desde que a variação de peso leve não seja superior a 2% do valor original. Nesses casos, deverá ser apresentada uma estimativa teórica da variação do peso e da posição vertical e longitudinal do centro de gravidade da embarcação leve, em função das alterações introduzidas.

g)Para as embarcações com arqueação bruta maior ou igual a 500, a dispensa prevista na alínea anterior somente será concedida se as variações do peso leve e da posição longitudinal do centro de gravidade não sejam superiores a 3% e 1% do LPP, respectivamente.

h)Caso a Sociedade Classificadora julgue necessário, poderá ser solicitado para as embarcações enquadradas nos incisos e) e f) acima, a apresentação do Relatório de Medição de Porte Bruto após a execução das alterações, constando tal exigência na Licença de Alteração, com o propósito de verificar se o limite estabelecido não foi ultrapassado.

i)A isenção do cumprimento de qualquer requisito constante nestas normas só poderá ser concedida pela DPC, devendo, quando concedida, ser transcrita na licença emitida.

0320 -EMBARCAÇÕES CERTIFICADAS COM AB MAIOR DO QUE 20 E MENOR OU IGUAL A 50 (CLASSE 2 - EC2)

a)Embarcações com AB maior do que 20 e menor ou igual a 50, exceto as de passageiros

Não será necessária a emissão da Licença de Alteração, entretanto, deverão ser apresentados os seguintes documentos a CP, DL ou AG de inscrição da embarcação:

1)Relatório contendo informações da natureza do serviço a ser executado e indicação clara de todas as alterações efetuadas;

2)ART referente aos serviços prestados;

3)Novo memorial descritivo alterado de acordo com o modelo constante no Anexo 3-G;

4)Declaração do responsável técnico caracterizando as condições de carregamento nas quais a embarcação é capaz de operar, de acordo com o modelo constante do Anexo 3-H; e

5)Plano que apresente de forma esquemática as informações previstas para os Planos de Arranjo Geral, Segurança e Capacidade, em conformidade com o estabelecido no Anexo 3-F.

b)Embarcações de passageiros com AB maior do que 20 e menor ou igual a 50

1)As embarcações enquadradas nesta alínea estão sujeitas a obtenção da Licença de Alteração, em conformidade com o previsto no item 0304, adotando-se os mesmos procedimentos previstos neste Capítulo aplicáveis às embarcações EC1, devendo ser apresentada a seguinte documentação:

I)Requerimento para emissão de Licença de Alteração;

II)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente ao serviço de análise de planos para emissão de Licença de Alteração (Anexo 8-E), exceto para órgãos públicos;

III)ART referente ao projeto e a execução da alteração pretendida;

IV)Relatório contendo informações da natureza do serviço e indicação clara de todas as alterações efetuadas, em duas vias;

V)Uma via dos planos e documentos endossados por ocasião da concessão da Licença de Construção ou LCEC; e

VI)Três vias dos novos planos e ou documentos constantes de um processo de Licença de Construção ou LCEC, que tenham sofrido modificações devido às alterações.

2)Após a análise do expediente, caso a documentação apresentada seja considerada satisfatória, a GVI, Entidade Certificadora ou a Sociedade Classificadora emitirá a Licença de Alteração em três vias, identificando no campo "observações" as principais alterações autorizadas, identificando com o número da licença os planos e ou documentos apresentados.

3)A distribuição das licenças emitidas e dos planos e documentos endossados deverá atender aos seguintes critérios:

-Uma cópia da Licença de Alteração e dos planos e documentos endossados deverá ser encaminhada para arquivamento no Órgão de Inscrição da embarcação, até 30 dias após sua emissão;

-Uma cópia da Licença de Alteração e dos planos e documentos endossados será restituída ao interessado; e

-Uma cópia da Licença de Alteração e dos planos e documentos endossados deverá ser mantida em arquivo da Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, quando a licença for por elas emitida.

c)Para as Embarcações Certificadas Classe 2 (EC2), com AB menor ou igual a 20

Não será necessária a Licença de Alteração, entretanto, deverão ser apresentados os seguintes documentos à CP, DL ou AG de inscrição da embarcação:

1)ART referente aos serviços prestados;

2)Relatório previsto no Anexo 6-H, observando as formulações e definições do Anexo 6-G (para embarcações de passageiros);

3)Um plano, em duas vias, que apresente de forma esquemática as informações previstas para os planos de Arranjo Geral, Segurança e Capacidade, em conformidade com o estabelecido no Anexo 3-F (somente para embarcações de passageiros);

4)Uma foto da embarcação, conforme especificado no item 0205 a).

As seguintes embarcações estão dispensadas de apresentar a documentação prevista na presente alínea:

-embarcações dispensadas de inscrição, conforme previsto no item 0205 alínea d); e

-embarcações miúdas com propulsão que, entretanto, deverão apresentar a documentação prevista no subitem 0205 c).

Caso o interessado, apesar da não obrigatoriedade, deseje que seja emitida uma Licença de Construção, deverão ser seguidos os procedimentos previstos para uma Embarcação Certificada classe 1 (EC1).

Os documentos requeridos em conformidade com o estabelecido nas alíneas a) e c) serão apresentados somente para arquivo na CP, DL ou AG de inscrição e não necessitarão ser analisados ou endossados.

Uma cópia do plano esquemático requerido para as embarcações de passageiros deverá, obrigatoriamente, ser carimbada pela CP/DL/AG e permanecer a bordo da embarcação.

SEÇÃO IV

PROCEDIMENTOS PARA CONCESSÃO DA LICENÇA DE RECLASSIFICAÇÃO

0321 -GENERALIDADES

a)Certificado de Segurança da Navegação (CSN)

Em caso de Reclassificação, o CSN será automaticamente cancelado devendo ser seguidos os procedimentos previstos no item 0810 d) 2) ou 0810 d) 3).

b)Mudança na Arqueação e/ou Borda-Livre

Quando a reclassificação acarretar mudança dos valores da arqueação líquida e ou no valor da borda-livre originalmente atribuídos, deverão ser tomadas as devidas providências no sentido de que a embarcação seja rearqueada e ou tenha sua borda-livre recalculada.

c)Tripulação de Segurança

Quando operando em qualquer classificação autorizada, incluindo os casos previstos de "Dupla Classificação", a embarcação deverá possuir uma tripulação mínima de segurança compatível com a classe e o serviço considerado.

d)Atualização do SISGEMB

1)Os dados referentes às reclassificações que impliquem mudanças das características da embarcação constantes do SISGEMB deverão ser atualizados.

2)O número de cada Licença de Reclassificação emitida para uma embarcação deverá ser digitado pelas CP, DL ou AG, no campo "observações" do SISGEMB.

e)Elaboração de Novos Planos

Caso a reclassificação incorra na alteração dos planos e ou documentos endossados quando da concessão da Licença de Construção, LCEC ou Alteração, ou na necessidade de se elaborar novos planos ainda não apresentados, deverá ser seguido o mesmo procedimento descrito neste regulamento para concessão da Licença de Alteração.

f)Isenções

Independentemente do estabelecido nos demais itens desta seção, estão isentas da apresentação dos planos e documentos as embarcações cujos proprietários desejem alterar a área de navegação a que se destinam para uma menos rigorosa, desde que seja mantido o tipo de serviço/atividade. Tal reclassificação poderá ser concedida automaticamente pela CP, DL ou AG de inscrição, independendo do porte da embarcação.

0322 -EMBARCAÇÕES CERTIFICADAS COM AB MAIOR DO QUE 20 E MENOR OU IGUAL A 50 (CLASSE 2 - EC2)

a)Embarcações com AB maior que 20 e menor ou igual a 50, exceto as de passageiros

A reclassificação será solicitada mediante requerimento apresentado pelo proprietário ou seu representante legal, ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos:

1)Novo Memorial Descritivo com as alterações necessárias decorrentes da nova classificação pretendida de acordo com o modelo do Anexo 3-G;

2)Declaração do responsável técnico caracterizando as condições de carregamento nas quais a embarcação poderá operar, de acordo com o modelo constante do Anexo 3-H; e

3)ART referente aos serviços executados.

Não será emitida uma Licença de Reclassificação, a documentação apresentada será arquivada na CP, DL ou AG não necessitando ser analisada ou endossada. Entretanto, a CP, DL ou AG deverá deferir ou indeferir o requerimento apresentado e arquivar uma cópia do mesmo juntamente com a documentação apresentada.

b)Embarcações de passageiros com AB maior que 20 e menor ou igual a 50

Estão sujeitas a obtenção da Licença de Reclassificação, em conformidade com o previsto no item 0304, adotando-se os mesmos procedimentos previstos neste Capítulo aplicáveis às embarcações EC1, devendo ser apresentada a seguinte documentação:

1)Requerimento do interessado;

2)uma cópia dos planos e documentos endossados por ocasião da concessão da Licença de Construção ou Licença de Construção de Embarcação já Construída ou Licença de Alteração;

3)três cópias dos novos planos e documentos que necessitam ser modificados em função da reclassificação da embarcação;

4)duas cópias de relatório contendo informações da natureza do novo serviço em que a embarcação será empregada (se for caso) e indicação clara de todas as alterações efetuadas;

5)ART referentes ao projeto e à execução da alteração pretendida; e

6)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente ao serviço de análise de planos para a emissão da Licença de Reclassificação (Anexo 8-E), exceto para órgãos públicos.

Após a análise, caso a documentação apresentada seja considerada satisfatória, a Sociedade Classificadora, Entidade Certificadora ou GVI emitirá a Licença de Reclassificação em três vias, identificando com o número da licença os planos e documentos apresentados, incluindo os planos antigos que não necessitaram ser modificados e que permanecem em vigor.

A distribuição das licenças emitidas e dos planos e documentos endossados deverá atender aos seguintes critérios:

-uma via da Licença de Reclassificação e dos planos e documentos endossados deverá ser encaminhada para arquivamento no Órgão de Inscrição da embarcação, até 30 dias após sua emissão;

-uma via da Licença de Reclassificação e dos planos e documentos endossados será restituída ao interessado; e

-uma via da Licença de Reclassificação e dos planos e documentos endossados deverá ser mantida em arquivo da Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, quando a licença for por elas emitida.

c)Embarcações com AB menor ou igual a 20

A reclassificação deverá ser solicitada mediante requerimento apresentado pelo proprietário ou seu representante legal, ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos:

1)Relatório previsto no Anexo 6-H, em duas vias, observando as formulações definidas no Anexo 6-G (somente para embarcações de passageiros);

2)Um plano, em duas vias, que apresente de forma esquemática as informações previstas para os planos de Arranjo Geral, Segurança e Capacidade, em conformidade com o estabelecido no Anexo 3-F;

3)ART referente à execução da alteração pretendida;

4)Uma foto da embarcação, conforme especificado no item 0205 a); e

As seguintes embarcações estão dispensadas de apresentar a documentação prevista na presente alínea:

-embarcações dispensadas de inscrição, conforme previsto nos subitens 0205 d); e

-embarcações miúdas com propulsão que, entretanto, deverão apresentar a documentação prevista no subitem 0205 c).

Caso o interessado, apesar da não obrigatoriedade, deseje que seja emitida uma Licença de Construção, deverão ser seguidos os procedimentos previstos para uma Embarcação Certificada classe 1 (EC1).

Os documentos requeridos em conformidade com o estabelecido na presente alínea serão apresentados somente para arquivo na CP, DL ou AG de inscrição e não necessitarão ser analisados ou endossados.

Uma via do plano esquemático requerido para as embarcações de passageiros deverá obrigatoriamente ser carimbada pela CP/DL/AG e permanecer a bordo da embarcação.

Não será emitida uma Licença de Reclassificação, a documentação apresentada será arquivada na CP, DL ou AG não necessitando ser analisada ou endossada. Entretanto, a CP, DL ou AG deverá deferir ou indeferir o requerimento apresentado e arquivar uma cópia do mesmo juntamente com a documentação apresentada.

0323 -EMBARCAÇÕES CERTIFICADAS COM AB MAIOR QUE 50, FLUTUANTES ONDE OPEREM MAIS DE 12 PESSOAS E DEMAIS FLUTUANTES COM AB MAIOR QUE 100 (CLASSE 1 - EC1)

a)A Licença de Reclassificação dessas embarcações será emitida por uma Sociedade Classificadora, Entidade Certificadora ou pela CP/DL/AG (GVI) mediante a apresentação da documentação listada abaixo:

1)Requerimento do interessado;

2)uma cópia dos planos e documentos endossados por ocasião da Licença de Construção ou Alteração ou LCEC;

3)três cópias dos novos planos e documentos que necessitam ser modificados em função da reclassificação da embarcação;

4)ART referente ao projeto e à execução da alteração pretendida;

5)duas cópias de relatório contendo informações da natureza do serviço em que a embarcação será empregada (se for caso) e indicação clara de todas as alterações; e

6)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), exceto para órgãos públicos, referente ao serviço de análise de Planos para emissão de Licenças de Reclassificação (Anexo 8-E).

b)Após a análise, caso a documentação apresentada seja considerada satisfatória, a Sociedade Classificadora, a Entidade Certificadora ou o GVI emitirá a Licença de Reclassificação em três vias, identificando com o número da Licença os planos e documentos apresentados, incluindo os planos antigos que não necessitaram ser modificados e que permanecem em vigor.

c)A distribuição das licenças emitidas e dos planos e documentos endossados deverá atender aos seguintes critérios:

1)Uma via da Licença de Reclassificação e dos planos e documentos endossados deverá ser encaminhada para arquivamento no Órgão de Inscrição da embarcação, até 30 dias após sua emissão;

2)Uma via da Licença de Reclassificação e dos planos e documentos endossados será restituída ao interessado; e

3)Uma via da Licença de Reclassificação e dos planos e documentos endossados deverá ser mantida em arquivo da Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, quando a licença for por elas emitida.

0324 -EMBARCAÇÕES CLASSIFICADAS

a)Para as embarcações classificadas, as Sociedades Classificadoras poderão exigir planos, cálculos ou documentos adicionais ao previsto nos itens 0322 e 0323, para efeitos de atendimento às suas regras.

b)Qualquer isenção do cumprimento de qualquer requisito constante nestas normas só poderá ser concedida pela DPC, devendo tal isenção estar definida de modo bem claro na Licença de Reclassificação emitida.

c)Os novos planos e ou documentos constantes de um processo de Licença de Construção ou Alteração, que tenham sofrido modificações devido à reclassificação, deverão ser aprovados pela Sociedade Classificadora.

d)Os novos planos e documentos aprovados pela Sociedade Classificadora deverão ser digitalizados, gravados em CD-ROM ou outra mídia e enviados à DPC para arquivo, até 30 dias após a sua emissão.

e)A distribuição das licenças emitidas e dos planos e documentos endossados para as embarcações classificadas deverá atender aos mesmos critérios estabelecidos no item 0323 c).

0325 -DUPLA CLASSIFICAÇÃO

Quando houver a necessidade da embarcação alternar periodicamente a sua área de navegação e ou atividade ou serviço, poderá ser concedida dupla classificação, quando deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

a)A documentação apresentada por ocasião da solicitação da Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação ou LCEC deverá prever as condições, dotações, luzes de navegação e requisitos correspondentes a cada área de navegação e ou atividade ou serviço pretendida.

b)Os Certificados de arqueação e borda-livre deverão estabelecer os valores correspondentes a cada área de navegação, e/ou atividade ou serviço pretendida, sempre que existirem diferenças.

c)Na Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação ou LCEC deverão obrigatoriamente constar as seguintes informações:

1)As áreas de navegação, e/ou atividade ou serviço nas quais a embarcação está autorizada a operar; e

2)As condições específicas, caso existentes, para a embarcação operar em cada área de navegação, e ou atividade ou serviço, inclusive as variações nas dotações de material de segurança correspondentes.

d)Para as embarcações portadoras de um CSN, deverão ser observados os seguintes aspectos:

1)O Certificado terá validade correspondente à área de navegação, e ou atividade ou serviço que acarrete no menor prazo;

2)As vistorias serão efetuadas considerando a área de navegação, e ou atividade ou serviço que ocorra na menor periodicidade;

3)No Certificado deverá constar uma observação indicando em quais áreas de navegação e/ou atividades ou serviços a embarcação está autorizada a operar; e

4)Quando a dupla classificação for solicitada durante a vigência de um CSN, os seguintes procedimentos deverão ser adotados:

I)se a nova área de navegação, e/ou atividade ou serviço não reduzir sua validade, tal Certificado continuará em vigor desde que sejam imediatamente realizadas as vistorias intermediárias porventura vencidas;

II)se, com a nova área de navegação, e/ou atividade ou serviço, a embarcação ficar obrigada a possuir um Certificado com validade menor do que a originalmente estabelecida, deverá ser emitido um novo Certificado; e

III)se a embarcação se encontrar com o prazo para a realização da vistoria de renovação correspondente à nova classificação vencido, o Certificado deverá ser automaticamente cancelado e realizada nova vistoria de renovação para emissão de novo Certificado.

0326 -RECLASSIFICAÇÃO PARA UMA VIAGEM

a)Para embarcações que necessitem realizar uma viagem em área de navegação, com requisitos mais rigorosos que daquela em que estão autorizadas a operar, deverá solicitar à CP, DL ou AG uma reclassificação para a viagem por meio do seguinte procedimento:

1)Apresentação de declaração de engenheiro naval, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica, atestando que a embarcação possui estabilidade e resistência estrutural satisfatórias para efetuar a viagem pretendida. Para as embarcações classificadas ou certificadas por Entidades Certificadoras, tal declaração somente poderá ser concedida pela Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, conforme o caso.

2)Realização de vistoria pela CP, DL ou AG, quando deverão ser verificados os setores de equipamentos, salvatagem e rádio constantes da lista de verificação aplicável ao tipo de navegação pretendida. Para as embarcações classificadas ou certificadas por Entidades Certificadoras, tal vistoria deverá ser efetuada por essas entidades, devendo ser apresentado à CP, DL ou AG documento atestando o resultado satisfatório da vistoria.

3)Realização de perícia pela CP, DL ou AG para avaliar a necessidade de uma eventual alteração no CTS. No caso de rebocadores classificados para a navegação de apoio portuário que necessitem realizar viagem em mar aberto para atuar em outro porto, em distância até 20 milhas da costa, não será necessária a alteração na qualificação dos tripulantes da Seção de Máquinas, devendo ser avaliado apenas o quantitativo de tripulantes em função do tempo da viagem.

4)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento da vistoria de reclassificação para uma viagem (cópia simples), exceto para órgãos públicos.

b)Uma vez cumpridos os requisitos acima, a CP, DL ou AG poderá autorizar a viagem da embarcação, com a ressalva de que não poderá transportar carga ou passageiros e não poderá efetuar operações de reboque ou empurra durante esse deslocamento.

c) As embarcações que possuem CSN tanto para operar na navegação interior quanto para operar em mar aberto, não estão sujeitas às regulamentações dispostas na alínea a) incisos 1), 2) e 4) e na alínea b), anteriores.

Quanto ao contido no inciso 3) da alínea a), para as embarcações classificadas para a navegação de apoio portuário que necessitem realizar viagem em mar aberto para atuar em outro porto, em distância até 20 milhas da costa, não será necessária a alteração na qualificação dos tripulantes da Seção de Máquinas, devendo ser avaliado apenas o quantitativo de tripulantes em função do tempo da viagem. A tripulação de segurança para possibilitar tal navegação, tanto para a Seção de Convés quanto para a Seção de Máquinas deverá estar consignada no campo "Observações" do CTS.

SEÇÃO V

RESPONSABILIDADE

0327 -PLANOS

a)As informações constantes dos planos, documentos, cálculos e estudos apresentados são de responsabilidade do engenheiro naval, que elaborou o projeto e/ou efetuou o levantamento de características, cabendo ao GVI, às Entidades Certificadoras e às Sociedades Classificadoras a verificação quanto ao atendimento dos requisitos estabelecidos nestas Normas; e

b)Todos os planos e documentos deverão ser elaborados conforme previsto no Anexo 3-F.

0328 -ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART)

Os planos e documentos deverão vir acompanhados do original da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme previsto no Anexo 3-F.

0329 -CONSTRUÇÃO NO EXTERIOR

No caso de construção ou aquisição no exterior, o projeto deverá ser verificado e endossado por engenheiro naval registrado no CREA.

SEÇÃO VI

REQUISITOS OPERACIONAIS E DE PROJETO

0330 -ENSAIO DE TRAÇÃO ESTÁTICA

a)Definição

Para efeito de aplicação destas Normas é considerada a tração estática longitudinal de uma embarcação a sua máxima força contínua de empuxo que pode ser desenvolvida e mantida no sentido longitudinal, por um período mínimo de 30 minutos.

b)Aplicação

1)Os rebocadores empregados na navegação interior que possuam potência propulsora instalada maior que 300 HP (224 kW) somente poderão efetuar serviços de reboque, mesmo que eventuais ou temporários, caso sejam submetidos a um teste de tração estática, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Anexo 3-I.

2)Os rebocadores empregados na navegação interior que possuam potência propulsora instalada menor ou igual a 300 HP (224 kW) somente poderão, mesmo que temporariamente, realizar serviços de reboque na navegação de mar aberto caso sejam submetidos a um teste de tração estática, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Anexo 3-I.

3)Para embarcações para as quais não exista no país aparelhagem que suporte o esforço exigido para o teste de tração estática previsto neste item, será aceito um certificado de tração estática emitido no exterior por uma Sociedade Classificadora.

c)Procedimentos

1)O ensaio deverá ser conduzido por engenheiro naval, Entidade Certificadora ou por Sociedade Classificadora, reconhecida pela DPC, contratada pelo interessado que emitirá o Certificado e seus Anexos, ficando responsável por todas as informações neles contidas.

2)Sempre que julgado necessário ou conveniente, a DPC e a CP/DL de jurisdição na área onde será realizado o ensaio, poderão enviar representantes para o acompanhamento.

3)O responsável pela embarcação deverá informar à DPC e à CP/DL a data prevista para a realização do ensaio, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

d)Certificado de Tração Estática

1)O resultado do teste de tração estática será atestado por intermédio de um Certificado de Tração Estática, cujo modelo é apresentado no Anexo 3-J.

2)O Certificado de Tração Estática terá validade de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de realização do ensaio.

3)O Certificado perderá sua validade caso ocorram alterações nas características da embarcação que, a critério da DPC ou do responsável pela sua emissão, influam no valor da tração estática longitudinal anteriormente atribuída.

4)O Certificado também perderá sua validade sempre que a embarcação seja submetida a um novo teste, por qualquer motivo, 30 dias após a data da realização desse novo ensaio.

e)Riscos

Todos os riscos e eventuais danos decorrentes da realização do ensaio serão de responsabilidade do interessado e do engenheiro naval, Entidade Certificadora ou Sociedade Classificadora contratada.

f)Despesas

Todas as despesas decorrentes de acompanhamento dos testes por representantes da DPC e da CP/DL correrão por conta do interessado.

0331 -UNIDADES ESTACIONÁRIAS DE PRODUÇÃO, ARMAZENAGEM E TRANSFERÊNCIA DE ÓLEO

O processo de obtenção de Licença de Construção ou de Licença de Alteração (esta no caso de navios transformados) para uma destas unidades, será o mesmo preconizado no item 0331 da NORMAM-01/DPC, devendo, alternativamente, serem apresentadas as certificações que forem aplicáveis.

0332 -TRANSPORTE A GRANEL DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS, DERIVADOS DE PETRÓLEO E ÁLCOOL NA BACIA DO SUDESTE

As embarcações empregadas no transporte a granel de combustíveis líquidos, derivados de petróleo e álcool na Bacia do Sudeste, compreendida pelas Lagoas dos Patos e Mirim, Rios Guaíba, Jacuí, Caí, Taquari, dos Sinos, Gravataí e o Canal de São Gonçalo, deverão atender aos requisitos prescritos na Seção III do Capítulo 5 e no Anexo 3-L.

0333 -HABITABILIDADE E ACESSIBILIDADE

a)Habitabilidade

1)Os requisitos mínimos de habitabilidade para as embarcações com AB maior que 20, empregadas na navegação interior, são apresentados no Anexo 3-M, os quais deverão, também, ser atendidos integralmente por toda embarcação para qual tenha sido solicitada a Licença de Construção a partir de 13/02/1997.

2)As embarcações com AB maior que 20, que seja solicitada Licença de Alteração ou Reclassificação, que acarrete alteração na lotação de passageiros atribuída após 04/05/1997, também deverão atender integralmente às especificações constantes do Anexo 3-M, exceto no que se refere aos subitens 2) b) e 6) a) do referido Anexo.

3)A lotação de passageiros das embarcações existentes com AB maior que 20, deverá ser reavaliada na primeira Vistoria de Renovação do CSN que tenha que realizar, a partir de 04/02/1999, em função dos requisitos de habitabilidade apresentados no Anexo 3-M e/ou dos critérios de estabilidade apresentados no Capítulo 6. Nessa ocasião, deverá ser seguido o procedimento previsto para a concessão de uma Licença de Alteração.

4) As embarcações de passageiros com AB maior que 10 deverão atender aos requisitos de habitabilidade previstos no Anexo 3-M a partir de 31/12/2020.

b)Acessibilidade em transporte coletivo aquaviário de passageiros

Em cumprimento à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ao Decreto nº 5.296, de 02/12/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8/11/2000 e nº 10.098, de 19/12/2000, e ao Acordo de Cooperação Técnica nº 13, de 10/09/2010, celebrado entre a Marinha do Brasil, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, as embarcações empregadas no transporte aquaviário coletivo de passageiros deverão atender requisitos específicos de acessibilidade, conforme discriminado a seguir.

Para efeito exclusivo de aplicação dos requisitos de acessibilidade, são adotadas as seguintes definições:

Acessibilidade: Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Embarcações existentes: embarcações de passageiros que até 10/09/2011 estejam:

-inscritas ou em processo de inscrição nas CP, DL ou AG; e

-com Licença de Construção, Licença de Construção para Embarcação já Construída, Licença de Alteração ou Licença de Reclassificação já emitidas.

Embarcações novas: embarcações de passageiros com AB maior que 20 que após 10/09/2011:

-venha ser solicitada a inscrição nas CP, DL ou AG; e

-caso ainda não tenha sido solicitada a inscrição, que tenham Licença de Construção, Licença de Construção para Embarcação já Construída, Licença de Alteração ou Licença de Reclassificação emitida após 10/09/2011.

Embarcações de passageiros: são as empregadas no transporte aquaviário coletivo de passageiros.

Transporte coletivo aquaviário de passageiros: É todo aquele que tenha sido autorizado, concedido ou permitido, por autoridade competente, para a prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros por via aquática.

As embarcações de transporte de passageiros empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverão cumprir os requisitos:

1)as embarcações novas de transporte de passageiros com AB maior que 20 empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverão ser projetadas e construídas de modo a garantir, de maneira segura e autônoma, o acesso, a permanência e a sua utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

2)as embarcações novas com AB maior que 20 empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros devem atender aos requisitos de acessibilidade previstos na ABNT NBR 15450, após a data de 10/09/2011; e

3)as embarcações existentes com AB maior que 50 e empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverão ser adequadas, de modo a garantir a acessibilidade de maneira segura e autônoma às pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida, obedecendo os requisitos previstos no Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção da Adaptação de Acessibilidade em Embarcações Existentes Utilizadas no Transporte Coletivo de Passageiros, aprovado pela Portaria nº 232/2008 do Inmetro e suas alterações e os demais regulamentos em vigor. Essas embarcações devem atender ao regulamento mencionado por ocasião da primeira Vistoria de Renovação do CSN após a data de 31/12/2012.

4)o atendimento à condição de acessibilidade das embarcações empregadas na atividade de transporte coletivo aquaviário de passageiros deverá constar no Certificado de Segurança da Navegação (CSN), conforme o Anexo 8-C.

5)as embarcações de transporte coletivo de passageiros, com o tipo de emprego abaixo mencionado, estão dispensadas dos requisitos de acessibilidade discriminados acima, devendo ser consignado em seu Certificado de Segurança da Navegação (CSN) que a dispensa é válida, desde que não seja alterado o emprego da embarcação para qual a dispensa foi concedida:

a)embarcações empregadas exclusivamente na realização de turismo náutico e com arqueação bruta menor que 300; e

b)embarcações empregadas exclusivamente no transporte de funcionários para estaleiros, terminais marítimos ou plataformas, que devido à natureza do serviço a ser executado no local, não permite a sua realização por pessoas com mobilidade reduzida.

c)Selo de Identificação da Conformidade

Em cumprimento ao Decreto nº 5.296, de 02/12/2004, para as embarcações empregadas na atividade de transporte coletivo de passageiros, após a obtenção do CSN e com a condição de acessibilidade atendida conforme alínea anterior deverá ser solicitado o registro da embarcação junto ao Inmetro, de acordo com o estabelecido na Resolução nº 5, de 6/05/2008, do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

O registro ocorrerá por meio de solicitação específica e formal ao Inmetro pelo sistema disponível no sítio http://www.inmetro.gov.br/qualidade/regobjetos.asp. A concessão do registro autoriza o uso do Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro, que indica que a embarcação está em conformidade com os requisitos estabelecidos para acessibilidade.

As embarcações sujeitas a essa obrigação, dentro do prazo de dois meses, a partir da data de emissão do CSN, deverão ser registradas junto ao Inmetro. O não cumprimento no prazo previsto configura infração, passível de penalidade, caso constatado em vistorias ou inspeções realizadas na embarcação, por descumprimento do previsto nesta alínea.

0334 -REQUISITOS ELÉTRICOS

a)Os requisitos mínimos para as instalações elétricas das embarcações empregadas na navegação interior são apresentados no Anexo 3-N.

b)Esses requisitos deverão ser atendidos por todas as embarcações construídas ou que sofram alterações em suas instalações elétricas após a entrada em vigor da Portaria nº 99/DPC, de 16/12/2004.

c)As embarcações existentes deverão atender estes requisitos na primeira vistoria de renovação que ocorrer após 01 de janeiro de 2005.

0335 -REQUISITOS DE MÁQUINAS

a)Os requisitos mínimos para as instalações de máquinas das embarcações empregadas na navegação interior são apresentados no Anexo 3-O.

b)Esses requisitos deverão ser atendidos por todas embarcações construídas ou que sofram alterações em suas instalações elétricas após a entrada em vigor da Portaria nº 99/DPC, de 16/12/2004.

c)As embarcações existentes deverão atender estes requisitos na primeira vistoria de renovação que ocorrer após 01 de janeiro de 2005.

0336 -EMBARCAÇÕES ENGAJADAS NO SERVIÇO DE DRAGAGEM

a)As dragas e balsas dotadas de dispositivos de descarga pelo fundo que operem na navegação interior e que, por razões operacionais, necessitam lançar os resíduos da dragagem em áreas consideradas de mar aberto, poderão se utilizar do procedimento alternativo previsto no Anexo 6-N e permanecer com a classificação de navegação interior. Caso não desejem utilizar o procedimento previsto no Anexo 6-N e ainda assim desejarem permanecer classificadas como navegação interior, deverão, obrigatoriamente, serem atendidas às seguintes condições:

1)Demonstrarem que atendem aos critérios de estabilidade aplicáveis, previstos para navegação de mar aberto, contidos no Capítulo 07 da NORMAM-01/DPC;

2)Estarem dotadas do material de segurança previsto no Capítulo 04 da NORMAM-01/DPC, devendo ser enquadradas como uma "embarcação não-SOLAS";

3)Não se afastarem mais de 20 milhas da costa; e

4)Atenderem aos requisitos técnicos para atribuição de borda-livre para as embarcações não-SOLAS e portar o respectivo Certificado de Borda-Livre para a navegação de mar aberto previsto no Capítulo 7 da NORMAM-01/DPC.

b)As dragas e embarcações que não sejam dotadas de dispositivo de descarga pelo fundo, mas que necessitam lançar os resíduos de dragagem em áreas consideradas de mar aberto, também poderão permanecer com a classificação de navegação interior, desde que atendam, obrigatoriamente, as condições dos parágrafos a)1), a)2), a)3) e a)4) acima.

0337 -TRANSPORTE DE MADEIRA EM TOROS EM JANGADAS

O transporte de madeira em toros, por via fluvial, em jangadas, será realizado de acordo com os requisitos estabelecidos na Lei n° 7.509, de 4 de julho de 1986, e no seu Decreto regulamentador número 97.592, de 27 de março de 1989, que aprovou o Regulamento para o Transporte de Madeira em toros por via fluvial.

0338 -TRANSPORTE DE CONTENTORES EM PORÕES DESPROVIDOS DE TAMPAS DE ESCOTILHA, NA BACIA DO SUDESTE

As condições e os requisitos mínimos para efetuar esse tipo de transporte estão contidos no Anexo 6-O.

SEÇÃO VII

CASOS ESPECIAIS

0339 -EMBARCAÇÕES QUE INICIARAM PROCESSOS DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO, ALTERAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO OU REGULARIZAÇÃO, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 09/06/1998 E 31/10/2001

As embarcações assim enquadradas, por força do disposto nas versões 1998 e 2000 dessa Norma, que continham definições diferentes do que era considerado "Embarcação GEVI", bem como previam a emissão de um "Documento de Regularização", foram objeto de tratamento específico, conforme estabelecido nos Procedimentos Transitórios, cujo texto constitui o Anexo 3-P.

0340 -EMBARCAÇÕES SEM PROPULSÃO, NÃO DESTINADAS AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, COM AB MAIOR QUE 100 E MENOR OU IGUAL A 200 E FLUTUANTES QUE OPEREM COM 12 PESSOAS OU MENOS A BORDO E COM AB MAIOR QUE 100 E MENOR OU IGUAL A 200

a)As embarcações acima que iniciaram processos de Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação após 31/10/2001, por força do disposto nos Procedimentos Transitórios da DPC, passaram a ser enquadrados, para todos os efeitos, como Embarcação Certificada classe 1 (EC1, antiga GEVI), devendo, por conseguinte, apresentar a documentação completa prevista nos itens 0312, 0318 ou 0323 desta Norma, conforme o caso.

b)As embarcações enquadradas neste item que tiveram seus processos de Licença de Construção, Alteração, Reclassificação ou Regularização iniciados no período compreendido entre 09/06/1998 e 31/10/2001 não estão obrigadas a possuir os planos previstos nos itens 0312, 0318 ou 0323, mas apenas o Memorial Descritivo, Declaração do Responsável Técnico e respectiva ART, conforme era exigido para essas embarcações pelas versões de 1998 e de 2000 desta Norma. Entretanto, apenas para efeito de aplicação do Capítulo 8, passaram a ser consideradas como "Embarcações GEVI", a partir de 31/10/2001, renomeadas como Embarcações Certificadas classe 1 (EC1).

0341 -REGULARIZAÇÃO DE HELIDEQUES EM PLATAFORMAS FIXAS, MÓVEIS E EMBARCAÇÕES EMPREGADAS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR

Para o registro, certificação e homologação dos helideques instalados em plataformas fixas, móveis e embarcações, tanto nacionais quanto estrangeiras, deverão ser observadas as regulamentações cabíveis descritas na NORMAM-27/DPC.

CAPÍTULO 4

MATERIAL DE SEGURANÇA PARA AS EMBARCAÇÕES

0400 -APLICAÇÃO

Estabelecer requisitos de compartimentagens e dotações de dispositivos, equipamentos e materiais para embarcações, visando minimizar os riscos de acidentes, e prover a salvaguarda da vida humana.

SEÇÃO I

EQUIPAMENTOS DE NAVEGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

0401 -EMBARCAÇÕES COM OU SEM PROPULSÃO, COM AB MAIOR QUE 20; FLUTUANTES QUE OPEREM COM MAIS DE 12 PESSOAS A BORDO COM AB MAIOR QUE 50; E FLUTUANTES COM AB MAIOR QUE 100. EM TODOS OS CASOS, LIMITADOS A ARQUEAÇÃO BRUTA MENOR QUE 500 (EMBARCAÇÕES CERTIFICADAS CLASSE 1 (EC1) COM AB MENOR QUE 500 E EMBARCAÇÕES DE PASSAGEIROS COM AB MAIOR QUE 20)

I)Embarcações com propulsão com AB maior que 20 ou de carga com AB maior ou igual a 50, em qualquer caso limitado a AB menor que 500

Essas embarcações deverão possuir a bordo os seguintes itens:

a)Lanterna portátil com bateria recarregável ou com pilhas sobressalentes;

b)Apito;

c)Binóculo 7 X 50;

d)Prumo de mão;

e)Limpador de para-brisa ou vigia rotativa;

f)Alarme visual e sonoro de baixa pressão do óleo lubrificante dos motores de combustão interna utilizados para propulsão (MCP) e/ou geração de energia (MCA), para motores com potência igual ou superior a 800 HP(597 kW);

g)Alarme visual e sonoro de alta temperatura da água de resfriamento dos motores de combustão interna utilizados para propulsão (MCP) e/ou geração de energia (MCA) para motores com potência igual ou superior a 800 HP (597kW);

h)Sistema de comunicação por intermédio de alto-falantes que possibilite ao comando da embarcação que transporte mais de 100 passageiros a divulgação de informações gerais em todos os locais normalmente ocupados pelos passageiros;

i)Ecobatímetro, obrigatório em embarcações com AB maior que 100 construídas após 01/DEZ/1998. Recomenda-se seu uso em embarcações com AB maior que 100 construídas até 01/DEZ/1998;

j) Agulha giroscópica ou agulha magnética;

l) Transceptor para o Sistema de Identificação Automática homologado pela ANATEL (Automatic Identification System - AIS) (recomendado);

m) Planos e Documentos:

1)Plano de Segurança;

2)Certificado de Segurança da Navegação;

3)Cartão de Tripulação de Segurança;

4)Título de Inscrição ou Provisão de Registro;

5)Caderneta de Inscrição e Registro de cada Tripulante;

6)Regras para Evitar Abalroamento;

7)Certificado de Arqueação;

8)Certificado de Borda-Livre (quando aplicável);

9)Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (quando aplicável); e

10)Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (quando aplicável).

n)Tabelas ou Quadros:

1)no comando ou passadiço:

-Regras de Governo e Navegação;

-Sinais de Salvamento;

-Balizamento; e

-Sinais Sonoros e Luminosos.

2)Quadro de Primeiros Socorros em locais de fácil visualização.

o)A CP ou DL poderá dispensar a dotação dos equipamentos previstos nas alíneas c), d), i) e j), em função das características das áreas de operação das embarcações.

II)Embarcações sem propulsão, com AB maior que 50 e menor que 500.

Essas embarcações deverão possuir a bordo os seguintes itens:

a)Lanterna portátil com bateria recarregável ou com pilhas sobressalentes (para embarcações de passageiros);

b)Sistema de comunicação por intermédio de alto-falantes que possibilite ao comando da embarcação que transporte mais de 100 passageiros a divulgação de informações gerais em todos os locais normalmente ocupados pelos passageiros;

c)Planos e Documentos:

1)Plano de Segurança;

2)Certificado de Segurança da Navegação;

3)Cartão de Tripulação de Segurança (quando aplicável);

4)Título de Inscrição ou Provisão de Registro;

5)Caderneta de Inscrição e Registro de cada Tripulante (quando aplicável);

6)Certificado de Arqueação;

7)Certificado de Borda-Livre (quando aplicável);

8)Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (quando aplicável);

9)Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (quando aplicável); e

10) Quadro de Primeiros Socorros em locais de fácil visualização, nas embarcações de passageiros.

III)Flutuantes que operem com mais de 12 pessoas a bordo com AB maior que 50; e Flutuantes com AB maior que 100. Em qualquer caso limitados a AB menor que 500.

a)Lanterna portátil com bateria recarregável ou com pilhas sobressalentes (quando operar com pessoas a bordo);

b)Sistema de comunicação por intermédio de alto-falantes para a disseminação de informações, quando operar com mais de 100 pessoas a bordo, em todos os locais normalmente ocupados;

c)Planos e Documentos:

1)Plano de Segurança;

2)Certificado de Segurança da Navegação;

3)Título de Inscrição ou Provisão de Registro;

4)Certificado de Arqueação;

5)Certificado de Borda-Livre (quando aplicável);

6)Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (quando aplicável); e

7)Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (quando aplicável).

IV) Empurradores e rebocadores com AB maior que 100, e qualquer empurrador e rebocador que opere em comboios cujo somatório das AB seja maior que 500 (somatório das AB das barcaças e do empurrador/rebocador)

Além dos equipamentos previstos no item 0401, deverão dispor dos seguintes equipamentos, a partir de 31 de agosto de 2020:

a)Sistema de Cartas Eletrônicas (ECS, na sigla em inglês);

b)Radar; e

c)Transceptor para o Sistema de Identificação Automática (Automatic Identification System - AIS), homologado pela ANATEL.

0402 -EMBARCAÇÕES COM AB MAIOR OU IGUAL A 500

I)Embarcações com propulsão

a)Além dos itens listados no item 0401, essas embarcações deverão dispor a bordo dos seguintes equipamentos:

1)Agulha giroscópica ou agulha magnética com certificado de compensação (com validade de dois anos);

2)Indicador do ângulo do leme no passadiço ou no comando;

3)Indicador de rotação dos MCP no passadiço ou no comando;

4)Quadro elétrico das luzes de navegação;

5)Sistema de comunicação interna, interligando, pelo menos, passadiço, praça de máquinas e compartimento da máquina do leme, propiciando troca de informações nos dois sentidos; e

6) Transceptor para o Sistema de Identificação Automática (Automatic Identification System - AIS), homologado pela ANATEL (recomendado).

b)O uso de radar e ecobatímetro é recomendado para as embarcações construídas até 01/dez/1998, sendo obrigatórios para as embarcações construídas após 01/dez/1998.

II)Embarcações sem propulsão

Deverão atender ao disposto no item 0401, II) e III), de acordo com a característica da embarcação.

0403 -DEMAIS EMBARCAÇÕES

a)As embarcações sem propulsão com AB menor ou igual a 50, inclusive flutuantes, deverão dotar os seguintes documentos:

1)Cartão de Tripulação de Segurança - CTS - (quando aplicável);

2)Título de Inscrição da Embarcação (TIE);

3)Caderneta de Inscrição e Registro de cada Tripulante - CIR - (quando aplicável);

4)Certificado ou Notas de Arqueação;

5)Certificado de Borda-Livre (quando aplicável);

6)Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (quando aplicável);

7)Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (quando aplicável); e

8)Termo de Responsabilidade (para embarcações não sujeitas a vistoria).

b)As embarcações de passageiros propulsadas com AB menor ou igual a 20 e demais embarcações propulsadas com AB menor que 50, exceto as miúdas, além dos itens listados acima, deverão dotar:

1)Apito;

2)Lanterna portátil com bateria recarregável ou com pilhas sobressalentes;

3)Regras para evitar abalroamento; e

4) Agulha magnética.

c)Embarcações Miúdas

1)Título de Inscrição de Embarcação Miúda (TIEM); e

2)Lanterna portátil com pilhas sobressalentes.

0404 -REQUISITOS ADICIONAIS PARA EMBARCAÇÕES PROPULSADAS E COMBOIOS

A CP, DL ou AG poderá exigir, por intermédio das NPCP/NPCF, em complementação ao requerido nos itens anteriores, itens adicionais de segurança tais como os especificados a seguir, com o objetivo de atender características regionais das embarcações, do serviço nas quais são utilizadas ou da sua operação:

a)Mesa de cartas com iluminação;

b)Régua paralela, compasso de ponta seca, lápis e borracha;

c)Cartas náuticas ou croquis da área em que irá operar a embarcação;

d)Aviso aos navegantes (Alterações);

e)Tabela informando comprimento, boca, pontal, calados máximo e mínimo, deslocamentos leve e carregado e alturas acima da linha d' água do tijupá, comando e convés principal, com a respectiva distância de visibilidade nesses locais;

f)Relógio instalado no passadiço ou compartimento do comando; e

g) Sistema de Posicionamento Global (GPS).

0405 -dotação de equipamentos de navegação e documentação

a)Luzes de Navegação - As luzes de navegação das embarcações deverão ser de fabricação específica para este fim. As embarcações com comprimento total maior ou igual a 12 metros deverão ser dotadas de luzes de navegação homologadas, em conformidade com o Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar - RIPEAM/72 e suas emendas.

b)O Anexo 4-A apresenta a dotação de equipamentos de navegação e documentação.

SEÇÃO II

EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO

0406 -DOTAÇÃO DE EQUIPAMENTO RÁDIO

a)As embarcações abaixo listadas deverão ser providas de, pelo menos, um equipamento de radiocomunicação em VHF fixo com potência maior ou igual a 25W e que disponha da frequência de chamada de socorro 156,8 MHz (canal 16), sendo recomendável que possuam, pelo menos, mais um equipamento de VHF, fixo ou móvel, para ser utilizado em situações de falha do equipamento orgânico:

1)Embarcações com propulsão que transportem qualquer número de passageiros, exceto as miúdas (conforme definidas em 0202 a) que poderão dotar equipamento de radiocomunicação em VHF móvel;

2)Todas as demais embarcações com propulsão e AB maior ou igual a 20; e

3)Qualquer embarcação com propulsão, de qualquer porte, que vá efetuar uma operação de eclusagem.

b)A CP poderá exigir a instalação de equipamento de radiocomunicação em HF, para determinados tipos de embarcações, em função de suas características e da área em que irá operar;

c)Recomenda-se que as embarcações não citadas nas alíneas anteriores possuam, pelo menos, um equipamento fixo ou móvel de comunicação em VHF; e

d)As embarcações empregadas em travessias de curta duração poderão ser dispensadas do equipamento de radiocomunicação, a critério da CP ou DL, desde que não efetuem operações de eclusagem.

0407 -REGISTRO DE EQUIPAMENTOS DE RADIOCOMUNICAÇÃO

a)Toda embarcação que seja dotada de um equipamento fixo de radiocomunicação, deverá possuir a licença rádio emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL);

b)A licença-rádio deverá ser mantida a bordo da embarcação; e

c) Todos os equipamentos de radiocomunicação deverão estar homologados pela ANATEL.

SEÇÃO III

EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM

0408 -DEFINIÇÕES

a)Embarcação de Sobrevivência - é um meio coletivo de abandono de embarcação em perigo, capaz de preservar a vida de pessoas durante um certo período, enquanto aguardam socorro. São exemplos de embarcações de sobrevivência, empregadas na navegação interior o aparelho flutuante, rígido ou inflável, e a balsa inflável classe III.

b)Colete Salva-Vidas - é um meio individual de abandono, capaz de manter uma pessoa, mesmo inconsciente, flutuando por, no mínimo, 24 horas. Os coletes podem ser rígidos ou infláveis e são fabricados em quatro tamanhos diferentes a saber:

-extragrande, para pessoas de massa igual ou superior a 110kg;

-grande, para pessoas de massa igual ou superior a 55kg e inferior a 110kg;

-médio, para pessoas de massa superior a 35 kg e inferior a 55kg; e

-pequeno, para crianças até 35 Kg.

Os coletes podem ser do tipo "canga" (de vestir pela cabeça) ou tipo "jaleco" (de vestir como paletó).

c)Boia Salva-Vidas - é um equipamento de salvamento destinado, principalmente, a constituir um meio flutuante de apoio para a pessoa que caiu na água, enquanto aguarda salvamento. A boia salva-vidas possui, fixado em 4 (quatro) pontos equidistantes em sua periferia, um cabo de náilon, formando alças para facilitar o seu lançamento, bem como para apoio da mão do náufrago e, também uma retinida flutuante de 20 m constituída de cabo de material sintético, capaz de flutuar, devendo ter diâmetro mínimo de 8 mm.

d)Artefatos Pirotécnicos - são dispositivos que se destinam, de dia e à noite, à indicação de que uma embarcação ou pessoa se encontra em perigo, ou que foi recebido e entendido o seu sinal de socorro emitido.

0409 -HOMOLOGAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM

Os materiais e os equipamentos destinados à segurança da embarcação, tripulantes, passageiros e profissionais não tripulantes deverão ser previamente homologados pela DPC, mediante a expedição de um Certificado de Homologação.

Caberá aos armadores, proprietários ou construtores se certificarem de que os materiais e equipamentos adquiridos para uso em suas embarcações possuem o competente Certificado de Homologação emitido pela DPC.

0410 -MARCAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM

a)Os equipamentos de salvatagem deverão ser marcados com o nome da embarcação e com o respectivo porto de inscrição, usando letras de forma maiúsculas, com tinta à prova d'água. Os coletes salva-vidas estão dispensados da marcação do porto de inscrição da embarcação; e

b)Os equipamentos de salvatagem deverão ter as seguintes informações, inscritas pelo fabricante:

-número do Certificado de Homologação emitido pela DPC;

-nome do fabricante;

-modelo;

-classe;

-número de série (caso aplicável); e

-data de fabricação.

0411 -EMPREGO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM

a)O equipamento de salvatagem não poderá ser usado para outro fim que não o de salvatagem, exceto as embarcações de sobrevivência, quando aplicável;

b)Os equipamentos de salvatagem de classe superior sempre poderão substituir os de classe inferior, como por exemplo, os materiais classes I e II poderão substituir os materiais correspondentes de classe III;

c)As embarcações de sobrevivência infláveis e os dispositivos hidrostáticos de escape, se empregados, deverão ser revisados anualmente em Estações de Manutenção de Equipamentos de Salvatagem Infláveis, autorizadas pela DPC. Quando possuir dispositivos hidrostáticos de escape do tipo descartável, todos deverão estar dentro do prazo de validade que estará inscrito no corpo do dispositivo; e

d)A DPC divulga na internet/intranet o Catálogo de Material Homologado que contém a relação de material homologado, os endereços dos fabricantes e as estações de manutenção autorizadas com seus respectivos endereços.

0412 -DOTAÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE SOBREVIVÊNCIA (ver Anexo 4-B)

a)Embarcações propulsadas com AB maior que 50, empregadas no transporte de inflamáveis cujo ponto de fulgor não exceda 60ºC (prova de cadinho fechado), deverão ser dotadas com embarcações de sobrevivência rígidas, com capacidade para 100% do total de pessoas a bordo;

b)As embarcações, com ou sem propulsão, empregadas no transporte de passageiros com AB maior que 20 e embarcações propulsadas com AB maior que 100, deverão possuir uma dotação de embarcações de sobrevivência tipo aparelho flutuante com capacidade para, no mínimo, 100% do total de pessoas a bordo. As embarcações empregadas no transporte de passageiros com AB superior a 20 e igual ou inferior a 50, terão um prazo até a primeira vistoria de renovação que ocorrer após 28/02/04 para atender ao disposto neste parágrafo;

c)Os aparelhos flutuantes poderão ser substituídos, a critério do proprietário da embarcação, por balsas salva-vidas infláveis;

d)Comboios formados por empurradores/rebocadores e barcaças deverão apresentar dotação de embarcações de sobrevivência como se fossem uma única embarcação, conforme requisitos das alíneas anteriores;

e)As embarcações de sobrevivência deverão estar estivadas de modo a flutuarem livremente em caso de naufrágio;

f)As embarcações não incluídas nas alíneas a), b), e d), estão dispensadas de possuir embarcação de sobrevivência. No entanto, as CP poderão exigir o seu uso em função das peculiaridades de emprego, da área de operação das embarcações e do número de passageiros transportados; e

g) As embarcações do tipo "flutuante" (que operam em local fixo e determinado), estão dispensadas de dotar aparelho flutuante, desde que estejam atracadas à margem de rios, lagos, canais, cais, píeres etc.

0413 -DOTAÇÃO DE COLETES SALVA-VIDAS (ver Anexo 4-B)

a)As embarcações deverão dotar coletes salva-vidas classe III na proporção de um colete de tamanho grande para cada pessoa a bordo;

b)As embarcações empregadas no transporte de passageiros deverão dotar, adicionalmente, uma quantidade de coletes salva-vidas adequada para crianças (colete tamanho pequeno) igual a, pelo menos, 10% do total de passageiros, ou uma quantidade maior, como for necessário, de modo que haja um colete salva-vidas para cada criança;

c)Os coletes salva-vidas deverão ser estivados de maneira a poderem ser prontamente utilizados, em local visível, bem sinalizado e de fácil acesso. Se estiverem estivados em armários, estes não poderão possuir portas ou qualquer dispositivo de fechamento, de maneira a facilitar a retirada dos coletes em caso de emergência; e

d)Certificação de acordo com NORMAM-05:

1)Desde 10 de junho de 2000, as embarcações portadoras de CSN devem, por ocasião da primeira vistoria de renovação, ter todos os seus coletes certificados de acordo com a NORMAM-05.

2)As embarcações que não forem obrigadas a possuir CSN deverão ter todos seus coletes certificados de acordo com a NORMAM-05.

0414 -DOTAÇÃO DE BOIAS SALVA-VIDAS (ver Anexo 4-B)

a)A dotação mínima e distribuição de boias salva-vidas deverá atender ao estabelecido a seguir, em função do comprimento total (Ct) da embarcação:

1)Ct menor que 24 m (exceto as miúdas): 2 boias;

2)Ct maior ou igual a 24m e menor ou igual a 45m: 3 boias;

3)Ct maior que 45m e menor que 75m: 6 boias; e

4) Ct maior ou igual a 75m: 8 boias.

DISTRIBUIÇÃO DE BOIAS

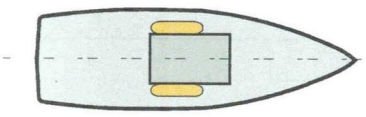


FIGURA 4.1 (1) - DISTRIBUIÇÃO DE BOIAS SALVA-VIDAS EM EMBARCAÇÕES COM Ct menor que 24 m

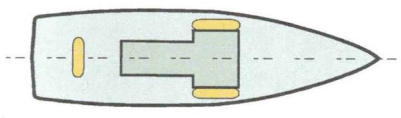


FIGURA 4.1 (2) - DISTRIBUIÇÃO DE BOIAS SALVA-VIDAS EM EMBARCAÇÕES COM Ct menor ou igual a 24m e menor ou igual a 45 m

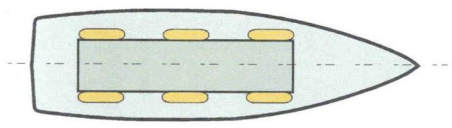


FIGURA 4.1 (3) - DISTRIBUIÇÃO DE BOIAS SALVA-VIDAS EM EMBARCAÇÕES COM Ct maior que 45 m e menor que 75m

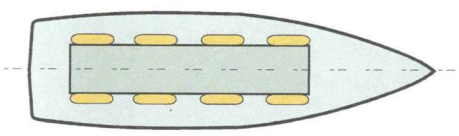


FIGURA 4.1 (4) - DISTRIBUIÇÃO DE BOIAS SALVA-VIDAS EM EMBARCAÇÕES COM Ct maior que 75m

b)As boias salva-vidas e sua retinida não poderão ficar presas ou amarradas à embarcação, devendo estar apenas apoiadas em seus suportes;

c)As embarcações não propulsadas, quando operando em comboios, poderão deixar de dotar boias salva-vidas;

d)As embarcações de pesca com AB menor que 10 poderão dotar, a critério da Capitania dos Portos, somente uma boia salva-vidas, com retinida; e

e)As embarcações miúdas estão dispensadas de dotar boia salva-vidas.

0415 -DOTAÇÃO DE ARTEFATOS PIROTÉCNICOS (ver Anexo 4-B)

a)As embarcações com AB maior que 100 deverão estar dotadas dos seguintes artefatos pirotécnicos:

1) 2 fachos manuais luz vermelha; e

2) 2 fumígenos flutuantes laranja.

b)A dotação prescrita na alínea anterior poderá ser reduzida ou suprimida pelas CP ou DL, em função das características das áreas de operação das embarcações.

0416 -DOTAÇÃO DE PRIMEIROS SOCORROS

A dotação de medicamentos e materiais cirúrgicos é estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (ANVISA).

0417 -DOTAÇÃO DE MATERIAL DE SALVATAGEM

O Anexo 4-B apresenta a dotação de material de salvatagem.

SEÇÃO IV

REQUISITOS PARA PROTEÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO

0418 -SISTEMAS DE COMBUSTÍVEL

Os sistemas de combustível de qualquer embarcação com AB maior que 20 deverão atender aos seguintes requisitos:

a)Não poderão ser utilizados combustíveis com ponto de fulgor inferior a 60º C (como álcool ou gasolina);

b)Nenhum tanque ou rede de combustível deverá estar posicionado em local onde qualquer derramamento ou vazamento dele proveniente, venha constituir risco de incêndio pelo contato com superfícies aquecidas ou equipamentos elétricos; e

c)Na saída de cada tanque de combustível deverá haver uma válvula de fechamento capaz de interromper o fluxo da rede.

0419 -EXTINTORES DE INCÊNDIO

a)Classificação dos extintores:

Para efeito de aplicação destas normas, os extintores portáteis de incêndio deverão ser classificados pela combinação de um número e uma letra. A letra indica a classe do incêndio para o qual se espera utilizar o extintor, enquanto que o número representa o tamanho relativo da unidade;

b)As classes de incêndio consideradas são as seguintes:

1)Classe A - fogo em materiais sólidos que deixam resíduos. Exemplo: - madeira, papel, almofadas, fibra de vidro, borracha e plásticos. Somente nessa classe de incêndio a água pode ser usada com segurança;

2)Classe B - fogo em líquidos, gases e graxas combustíveis ou inflamáveis;

3)Classe C - fogo envolvendo equipamentos e instalações elétricas energiza-dos. Caso esses equipamentos sejam desenergizados, o incêndio passa a Classe A;

c)Capacidade extintora: é a medida do poder de extinção de fogo de um extintor, obtida em ensaio prático normatizado. Em outras palavras, é o tamanho do fogo e a classe de incêndio que tal extintor é capaz de combater;

Exemplo: 2-A:20-B:C

2-A: tamanho do fogo classe A

20-B: tamanho do fogo classe B

C: adequado para extinção de incêndio classe C.

A capacidade extintora mínima de cada tipo de extintor portátil deve ser:

1)Carga d'água: um extintor com capacidade extintora de, no mínimo, 2-A;

2)Carga de espuma mecânica: um extintor com capacidade extintora de, no mínimo, 2-A:10-B;

3)Carga de CO2: um extintor com capacidade extintora de, no mínimo, 5-B:C;

4)Carga de pó BC: um extintor com capacidade extintora de, no mínimo, 20-B:C;

5)Carga de pó ABC: um extintor com capacidade extintora de, no mínimo, 2-A:20-B:C; e

6)Carga de compostos halogenados: um extintor com capacidade extintora de, no mínimo, 5-B;

d)Extintores que apresentem um peso bruto de 20 kg ou menos, quando carregados são considerados portáteis. Extintores com um peso bruto superior a 20 kg quando carregados serão considerados semiportáteis e deverão possuir mangueiras e esguichos adequados ou outros meios praticáveis para que possam atender todo o espaço para o qual são destinados. A tabela abaixo apresenta a correlação entre os extintores mais usuais:

TABELA 4.4 - CORRELAÇÃO ENTRE EXTINTORES

CLASSE	ÁGUA (l)	ESPUMA MECÂNICA (l)	CO2 (kg)	PÓ QUÍMICO (kg)
A-2	10	9	-	-
B-1	-	9	4	1
B-2	-	9	6	4
B-3	-	9	10	6
B-4	-	9	25	12
B-5	-	9	50	25
C-1	-	-	4	1
C-2	-	-	6	4

e)Selo - todos os extintores portáteis novos e os revisados deverão possuir o selo do Inmetro, conforme portaria em vigor;

f)Localização - os extintores de incêndio deverão ser instalados a bordo de acordo com o estabelecido no Anexo 4-D. Para embarcações com AB menor ou igual a 20, as quantidades e tipos são definidos em função do comprimento (Ct), no Anexo 4-D.

A localização dos extintores deverá ser aquela que se configura a mais conveniente em caso de emergência;

g)Cargas inflamáveis - embarcações que transportem materiais combustíveis nos porões ou tanques de carga poderão ser dotadas, adicionalmente em locais de fácil acesso junto a estes compartimentos, de meios de combate a incêndio com agentes extintores adequados à extinção do incêndio.

Estes meios deverão estar colocados junto a estes compartimentos e em local de fácil acesso; e

h)Deverá ser verificada a data do teste hidrostático de todos os cilindros. Cilindros de alta pressão deverão ser submetidos a testes periódicos, cujos intervalos não deverão exceder a dez anos. Na inspeção de dez anos, pelo menos 10% da quantidade total deverá ser submetida a inspeção interna e a teste hidrostático. Se um ou mais cilindros forem reprovados, 50% dos cilindros de bordo deverão ser testados. Se mais cilindros forem reprovados, todos os cilindros deverão ser testados.

Os mangotes flexíveis deverão ser substituídos nos intervalos recomendados pelo fabricante, não devendo exceder a 10 anos.

0420 -INSTALAÇÕES DE GÁS DE COZINHA

As instalações de gás de cozinha de qualquer embarcação com AB maior que 20 deverão atender aos seguintes requisitos:

a)Os botijões de gás deverão ser posicionados em áreas externas, em local seguro e arejado, com a válvula protegida da ação direta dos raios solares e afastados de fontes que possam causar ignição; e

b)As canalizações utilizadas para a distribuição de gás deverão ter proteção adequada contra o calor e quando flexíveis deverão atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

0421 -BOMBAS DE INCÊNDIO E DE ESGOTO

a)Bombas de incêndio

1)As embarcações propulsadas com AB maior que 300 deverão ser dotadas de pelo menos uma bomba de incêndio fixa, com vazão maior ou igual a 15m^3/h, que poderá ser acionada pelo motor principal.

As embarcações existentes, que não atendam a este requisito, deverão atendê-lo por ocasião da realização da primeira Vistoria Anual ou Vistoria de Renovação do CSN que ocorrer após 31/12/2016.

2)As embarcações propulsadas com AB maior que 500 deverão ter, pelo menos, duas bombas de incêndio de acionamento não manual, sendo que uma bomba deverá possuir força motriz distinta da outra e independente do motor principal. A vazão total dessas bombas de incêndio não deverá ser menor que 20 m^3/h, sendo que nenhuma delas poderá ter uma capacidade menor que 45% do total requerido.

3)A(s) bomba(s) de incêndio das embarcações propulsadas com AB maior que 300 fornecendo a sua máxima vazão, deverá (ão), pelo menos, manter duas tomadas de incêndio distintas com um alcance de jato d'água, emanados das mangueiras, nunca inferior a 15 m.

4)Bombas sanitárias, de lastro, de esgoto ou de serviços gerais podem ser consideradas como bombas de incêndio desde que não sejam utilizadas para bombeamento de óleo.

b)Bombas de esgoto

As embarcações propulsadas com AB maior que 10 empregadas no transporte de passageiros e as demais embarcações propulsadas com AB maior que 20 deverão ser dotadas de pelo menos uma bomba de esgoto com vazão total maior ou igual a 15 m^3/h que poderá, a critério do projetista, ser dependente do motor principal.

As embarcações existentes que não atendam este requisito deverão atendê-lo por ocasião da realização da Vistoria Anual ou Vistoria de Renovação do CSN que ocorrer após 31/12/2016.

As embarcações com AB maior ou igual a 10 e menor ou igual a 20, exceto as que transportam passageiros, deverão atender a este requisito até 31/12/2016.

0422 -REDES, TOMADAS DE INCÊNDIO, MANGUEIRAS E SEUS ACESSÓRIOS

As redes, tomadas de incêndio, mangueiras e seus acessórios de embarcações propulsadas com AB maior que 300 deverão atender aos seguintes requisitos:

a)O número e a localização das tomadas de incêndio deverão ser tais que, pelo menos, dois jatos d'água não provenientes da mesma tomada de incêndio, um dos quais fornecido por uma única seção de mangueira e a outra por no máximo duas, possam atingir qualquer região da embarcação, incluindo os compartimentos de carga, quando vazios;

b)As mangueiras e seus acessórios deverão ficar acondicionadas em cabides ou estações de incêndio, que consistem de um armário pintado de vermelho, dotado em sua antepara frontal de uma porta, destinado exclusivamente à guarda da mangueira de incêndio e seus acessórios;

c)Deverá haver uma estação de incêndio no visual de uma pessoa que esteja junto a uma tomada de incêndio. Uma estação de incêndio poderá servir a uma ou mais tomadas de incêndio;

d)Na entrada da praça de máquinas (lado externo), deverão ser previstas uma tomada de incêndio e uma estação de incêndio. A estação de incêndio, além do normalmente requerido, deverá possuir uma ou mais seções de mangueira e um aplicador de neblina, de modo a atender todos os pontos da praça de máquinas. A seção de mangueira deverá ser dotada de acessórios que permitam um rápido engate à tomada de incêndio;

e)Não deverão ser usados para as redes de incêndio e para as tomadas de incêndio, materiais cujas características sejam prejudicadas pelo calor, tais como plásticos. As tomadas de incêndio deverão estar dispostas de modo que as mangueiras de incêndio possam ser facilmente conectadas a elas;

f)Deverá ser instalada uma válvula ou dispositivo similar em cada tomada de incêndio, em posições tais que permitam o fechamento das tomadas com as bombas de incêndio em funcionamento;

g)Recomenda-se que as redes de incêndio não tenham outras ramificações;

h)A rede e as tomadas de incêndio deverão ser pintadas de vermelho;

i)As seções da mangueira de incêndio não deverão exceder 15m de comprimento, devendo ser providas das uniões necessárias e de um esguicho;

j)O número de seções de mangueira, incluindo uniões e esguichos, deverá ser de uma para cada 30 m de comprimento da embarcação e outra sobressalente, sendo que em nenhum caso este número poderá ser inferior a 3 (três). Para as embarcações com AB maior que 500, este número não deve ser inferior a 4(quatro). Esses números não incluem a(s) mangueira (s) da praça de máquinas;

k)O diâmetro das mangueiras de incêndio não deve ser inferior a 38 mm;

l)A menos que haja uma mangueira e um esguicho para cada tomada de incêndio, deverá haver completa permutabilidade entre as uniões, mangueiras e esguichos;

m)Todos os esguichos das mangueiras que servirão às tomadas localizadas no compartimento de máquinas ou localizadas junto a tanques de carga de líquidos inflamáveis deverão ser de duplo emprego, isto é, borrifo e jato sólido, incluindo um dispositivo de fechamento; e

n)Esguichos com menos de 12 mm de diâmetro não serão permitidos.

0423 -REQUISITOS ADICIONAIS PARA EMBARCAÇÕES QUE OPERAM EM COMBOIOS

a)Os rebocadores/empurradores com AB maior que 20, deverão, adicionalmente, possuir:

1)Uma bomba de incêndio não manual com vazão maior ou igual a 15 m^3/h que poderá ser acionada pelo motor principal;

2)Duas tomadas e duas estações de incêndio completas nas proximidades da proa da embarcação; e

3)Mangueiras de incêndio e seus acessórios, de forma a possibilitar o combate a incêndios na parte mais a vante do comboio.

b)As CP ou DL poderão isentar as embarcações empregadas em comboios do cumprimento dos requisitos acima em função das características da carga transportada, da área de operação ou do tipo de embarcação empregada.

0424 -VIAS DE ESCAPE

Os requisitos abaixo deverão ser observados em qualquer embarcação com AB maior que 50:

a)Em todos os níveis de acomodações, de compartimentos de serviço ou da praça de máquinas deverá haver, pelo menos, duas vias de escape amplamente separadas, provenientes de cada compartimento restrito ou grupos de compartimentos;

b)Abaixo do convés aberto mais baixo, a via de escape principal deverá ser uma escada e a outra poderá ser um conduto ou uma escada;

c)Acima do convés aberto mais baixo, as vias de escape deverão ser escadas, portas ou janelas, ou uma combinação delas, dando para um convés aberto;

d)Nenhum corredor sem saída com mais de 7 m de comprimento será aceito. Um corredor sem saída é um corredor ou parte de um corredor a partir do qual só há uma via de escape;

e)Caso sejam utilizados como vias de escape os acessos através de aberturas ou de portas de visitas verticais em anteparas, a passagem não poderá ser inferior a 600mm x 800mm. No caso de utilização de aberturas, escotilhas ou portas de visita horizontais, a abertura livre mínima não deverá ser inferior a 600mm x 600mm; e

f)As rotas de escape deverão ser marcadas através de setas indicadoras, pintadas em cor contrastante, indicando "Saída de Emergência". A marcação deverá permitir aos passageiros e tripulantes a identificação de todas as rotas de evacuação e a rápida identificação das saídas.

0425 -REDES E ACESSÓRIOS

Nas embarcações somente deverão ser utilizadas redes de aço e acessórios de materiais resistentes ao fogo junto ao casco, nos embornais, nas descargas sanitárias e em outras descargas situadas abaixo do convés estanque e em locais onde a falha do material, em caso de incêndio, possa provocar alagamento.

A identificação por cores das tubulações em todas as embarcações deverá ser efetuada em conformidade com o disposto na norma ISO 14726:2008(en) Ships and marine technology - Identification colours for the content of piping systems, e suas alterações.

0426 -RECOMENDAÇÕES

a)Recomenda-se para as embarcações propulsadas e construídas em aço, que o projetista utilize nas superfícies expostas, acabamentos de corredores, escadas, acomodações e espaços de serviços, materiais não combustíveis com características de baixa propagação de chama; e

b)Todos os requisitos de dotação de material de proteção e combate à incêndio devem ser considerados recomendáveis para as embarcações nas quais a sua instalação não seja obrigatória.

0427 -PROTEÇÃO DA TRIPULAÇÃO

a)Para a embarcação que não seja exigida a atribuição de uma borda-livre conforme definido no item 0601, deverá ser prevista uma passagem permanentemente desobstruída de proa à popa, a qual não poderá ser efetivada por cima de tampas de escotilhas. Tal passagem deverá possuir uma largura mínima em conformidade com o estabelecido no Anexo 3-M.

b)Em todas as partes expostas dos conveses principais e de superestruturas deverá haver eficientes balaustradas ou bordas falsas , que poderão ser removíveis , com altura não inferior a 1 metro (para embarcações com AB maior que 20). Essa altura poderá ser reduzida ou até suprimida sua instalação, a critério da Capitania da jurisdição onde a embarcação estiver inscrita, sempre que interferir na operação normal da embarcação, desde que seja garantida uma proteção adequada à tripulação e ou aos passageiros.

c)A abertura inferior da balaustrada deverá apresentar altura menor ou igual a 230 mm e os demais vãos não poderão apresentar espaçamento superior a 380 mm. No caso de embarcações com bordas arredondadas, os suportes das balaustradas deverão ser colocados na parte plana do convés.

d)Este item se aplica apenas nos seguintes casos:

-embarcações tripuladas ou que transportem passageiros; e

-embarcações não tripuladas que, por razões operacionais, necessitem de pessoal a bordo durante sua operação normal.

SEÇÃO V

DISPOSITIVOS DE AMARRAÇÃO E FUNDEIO

0428 -GENERALIDADES

Caberá ao responsável técnico pela embarcação o dimensionamento do sistema de amarração e fundeio, utilizando tabelas e ou métodos de cálculo com comprovada eficiência prática. Fatores ambientais adversos tais como correntezas, corredeiras, tipos de fundo, ventos e ondas deverão ser levados em consideração.

As amarras poderão ser de elos malhetados ou não, cabos de aço ou materiais sintéticos.

Para as embarcações classificadas, deverão ser seguidos os requisitos previstos nas regras da Sociedade Classificadora.

0429 -APLICAÇÃO

a)Embarcações sujeitas à vistorias para emissão de CSN

Deverão possuir dispositivos de amarração e fundeio instalados e operando sem restrições na primeira vistoria de renovação efetuada após 15 de junho de 2002, ou até 15 de junho de 2005, o que ocorrer primeiro.

b)Demais embarcações

Deverão possuir dispositivos de amarração e fundeio instalados e operando sem restrições a partir de 15 de junho de 2005.

c)Isenções

As embarcações sem propulsão e não tripuladas estão isentas de dotarem dispositivos de amarração e fundeio.

CAPÍTULO 5

TRANSPORTE DE CARGAS

SEÇÃO I

TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS

0500 -PROPÓSITO

Estabelecer critérios para especificação dos diversos tipos de embalagens para mercadorias e sua arrumação a bordo, visando a segurança das pessoas, a integridade da embarcação e minimizar os riscos ao meio ambiente.

São especialmente focalizadas as mercadorias perigosas embaladas ou a granel, a sua classificação e os procedimentos especiais a que estão submetidas quando transportadas.

0501 -DEFINIÇÕES

a)Cargas Perigosas - são cargas que, em virtude de serem explosivas, gases comprimidos ou liquefeitos, inflamáveis, oxidantes, venenosas, infectantes, radioativas, corrosivas ou substâncias contaminantes, possam apresentar riscos à tripulação, ao navio, às instalações portuárias ou ao ambiente aquático. Esses produtos, de acordo com a sua natureza, poderão ser transportados embalados ou a granel. Os produtos perigosos aqui definidos encontram-se relacionados nos códigos e convenções internacionais da IMO.

b)Cargas Sólidas Perigosas a Granel - são aquelas que possuem riscos de natureza química, compreendidas no Código Marítimo Internacional para Cargas Sólidas a Granel (IMSBC Code) da IMO.

c)Contentores Intermediários para Granéis (Intermediate Bulk Container IBC) - são embalagens portáteis que podem ser rígidas, semirrígidas ou flexíveis, que não se enquadram nas especificações sobre embalagens listadas na alínea d) deste item e que têm capacidade igual ou inferior a $3m^3$ (3.000 litros). São projetadas para serem manuseadas mecanicamente e resistirem aos esforços provocados pelo manuseio e pelo transporte, requisito este comprovado por meio de ensaios específicos para homologação.

d)Embalagens - são invólucros ou recipientes destinados a conter produtos perigosos, listados pelo IMDG Code.

e) Explosão em massa - é aquela cuja ocorrência afeta quase toda a carga instantaneamente.

f)Navio Petroleiro - navio construído e adaptado principalmente para o transporte de óleo a granel nos seus compartimentos de carga. O navio tanque químico terá tratamento de navio petroleiro quando estiver transportando carga de óleo a granel.

g)Navio Tanque Químico - navio construído ou adaptado principalmente para transportar substâncias nocivas líquidas a granel ou navio tanque quando estiver transportando carga de substâncias nocivas a granel.

h)Número ONU (UN) - número atribuído pelo Comitê de Peritos em Transportes de Produtos Perigosos das Nações Unidas para cada produto ou substância, visando à sua identificação a nível internacional.

i)Unidade de Carga - agrupamento de embalagens formando um bloco único. Por exemplo: uma certa quantidade de caixas de papelão paletizadas e amarradas por cintas.

0502 -CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS PERIGOSOS

Os produtos perigosos se dividem em classes, de acordo com suas características, como se segue:

a)CLASSE 1 - Explosivos

São os produtos mais perigosos que podem ser transportados, razão pela qual as precauções que figuram para esta classe, são particularmente estritas.

A classe 1 se caracteriza pelo fato de que o tipo de embalagem/invólucro é, em muitos dos casos, um fator determinante do perigo e, portanto, da determinação da divisão em que o conjunto, constituído pela substância e embalagem, se enquadra.

Essa classe tem cinco subdivisões, que correspondem aos distintos perigos que apresentam, a saber:

1)Divisão 1.1 - Substâncias ou produtos que apresentam perigo de explosão em massa.

2)Divisão 1.2 - Substâncias ou produtos que apresentam perigo de projeção, mas não perigo de explosão em massa.

3)Divisão 1.3 - Substâncias e produtos que apresentam perigo de incêndio e de que se produzam pequenos efeitos de onda de choque ou projeção, ou ambos os efeitos, mas que não apresentam perigo de explosão em massa. Compreende substâncias ou artigos que:

-inflamam com grande irradiação de calor; e

-queimam sequencialmente, mas sem perigo de projeções ou choque.

4)Divisão 1.4 - Substâncias e produtos que não apresentam perigo considerável. Os efeitos são confinados à embalagem, sem projeções de fragmentos a distâncias consideráveis. O fogo externo à mesma não deve causar qualquer explosão.

5)Divisão 1.5 - Substâncias muito insensíveis, mas que apresentam perigo de explosão em massa.

As substâncias desta divisão apresentam perigo de explosão em massa, mas são tão insensíveis que, nas condições normais de transporte, apresentam pouca probabilidade em iniciar uma combustão ou que de sua combustão venha a dar origem a uma detonação.

Nota: É mais provável que a combustão dê início a uma detonação, quando se transporta no navio grandes quantidades dessas substâncias. Nesses casos, considera-se a substância como pertencente à Divisão 1.1 no que diz respeito à estiva.

6)Divisão 1.6 - Substâncias extremamente insensíveis que não apresentam perigo de explosão em massa.

b)CLASSE 2 - Gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos sob pressão:

1)Classe 2.1 - Gases inflamáveis;

2)Classe 2.2 - Gases não inflamáveis e gases não tóxicos; e

3)Classe 2.3 - Gases tóxicos.

c)CLASSE 3 - Líquidos Inflamáveis

São líquidos, misturas de líquidos ou líquidos contendo sólidos em solução ou suspensão (ex: tintas e vernizes) que desprendem vapores inflamáveis em temperaturas inferiores a 60º C em prova de cadinho fechado ou 65º C em prova de cadinho aberto:

d)CLASSE 4 - Sólidos Inflamáveis

1)Classe 4.1 - Sólidos inflamáveis;

2)Classe 4.2 - Substâncias sujeitas a combustão espontânea; e

3)Classe 4.3 - Substâncias que, em contato com água, emitem gases inflamáveis.

e)CLASSE 5 - Substâncias Oxidantes e Peróxidos Orgânicos

1)Classe 5.1 - Substâncias oxidantes - substâncias que, sozinhas, não são necessariamente combustíveis e podem causar ou contribuir para a combustão de outros materiais; e

2)Classe 5.2 - Peróxidos Orgânicos - são substâncias termicamente instáveis que podem produzir auto decomposição exotérmica.

f)CLASSE 6 - Substâncias Tóxicas ou Infectantes

1)Classe 6.1 - Substâncias tóxicas - são capazes de causar a morte, sérios ferimentos ou danos à saúde humana quando inalado, ingerido ou colocado em contato com a pele; e

2)Classe 6.2 - Substâncias infectantes - são as substâncias contendo micro-organismos vivos ou suas toxinas que causam ou são passíveis de causar doenças em animais ou no homem.

g)CLASSE 7 - Substâncias Radioativas

São substâncias que emitem radiação. Seu transporte deverá estar de acordo com as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

h)CLASSE 8 - Substâncias Corrosivas

São as substâncias que, por ação química, causam danos quando em contato com tecido vivo ou, quando derramadas, causam danos ao navio ou a outras cargas.

i)CLASSE 9 - Substâncias e Materiais Perigosos Diversos

São as substâncias e materiais perigosos que não se enquadram nas demais classes.

Incluem-se também os produtos classificados como "poluentes do mar", que representam risco à vida no meio aquático, caso ocorra derramamento.

0503 -REQUISITOS PARA O TRANSPORTE DE CARGAS PERIGOSAS

a)Mercadorias Embaladas

O transporte, embalagem, segregação, marcação, etiquetagem e rotulação de mercadorias perigosas embaladas são regidos pelo Código IMDG da IMO.

1)Homologação das Embalagens

As embalagens nacionais deverão estar homologadas pela DPC, que expedirá o competente certificado de homologação. Nesse certificado constará a marcação "UN" a ser feita nas embalagens. Uma cópia desse certificado deverá acompanhar cada carregamento, visando compor a documentação da carga.

Quando a carga embalada, entrando no Brasil, for procedente de outros países, a embalagem deverá estar comprovadamente homologada pelo país de origem, de acordo com o Código IMDG, com a respectiva marcação "UN".

Empresas no Brasil que tiverem a intenção de expedir produtos ou artigos perigosos com a utilização de embalagens que tenham sido fabricadas e homologadas no exterior, de acordo com o Código IMDG, deverão ter suas embalagens validadas pela DPC. Tal validação deverá seguir os preceitos contidos nas Normas da Autoridade Marítima para a Homologação de Material - NORMAM-05/DPC. Uma vez concluído o processo de validação, a embalagem receberá um Certificado de Conformidade da DPC, que conterá a marcação UN da Autoridade Marítima Brasileira a ser utilizada nas embalagens.

2)Declaração de Produtos Perigosos

O expedidor de carga perigosa embalada deverá apresentar declaração de produtos perigosos de acordo com o modelo constante do Anexo 5-A, que deverá acompanhar o manifesto de carga, sendo ele o responsável pela compatibilidade do produto envasado à embalagem homologada.

Quando a carga for transportada em contentor ou em veículos, o responsável por sua arrumação também deverá assinar a declaração constante no campo apropriado do modelo do Anexo 5-A.

3)Notificação Antecipada

As embarcações que transportam produtos perigosos embalados deverão informar antecipadamente a existência desse tipo de carga à CP, DL ou AG de jurisdição do porto, por meio de notificação. Essa notificação deverá dar entrada no referido órgão com antecedência mínima de 24 horas da entrada ou saída do porto. O modelo dessa notificação encontra-se no Anexo 5-B.

4)Concessão de Licença para o Transporte de Produtos Perigosos

Essa licença é aplicável às embarcações de bandeira brasileira classificadas para o transporte de carga geral e ou passageiros.

O Comandante da embarcação deverá apresentar a solicitação de licença para o transporte por meio de um termo de responsabilidade conforme o Anexo 5-C, onde declara que todos os requisitos de embalagem, documentação, marcação, etiquetagem, amarração e segregação referentes aos produtos perigosos transportados encontram-se cumpridos.

A licença será o próprio termo de responsabilidade após emitido pela CP, DL ou AG. Essa concessão será válida para todos os portos subsequentes, desde que não haja embarque de outros produtos perigosos.

Caso a CP decida realizar a inspeção naval, deverão ser verificados os seguintes itens:

I)Documentação completa e devidamente preenchida;

II)Arrumação e fixação da carga;

III)Marcação, etiquetagem e rotulagem de acordo com cada produto perigoso transportado;

IV)Correta segregação;

V)Amarração;

VI)Correta sinalização dos locais onde estiverem armazenadas as cargas perigosas; e

VII)Disponibilidade de instruções sobre procedimentos de emergência para o caso de acidentes (para cada classe/tipo de produto perigoso a bordo).

5)Manifesto de Produtos Perigosos (Manifesto de Carga).

Deverá ser mantido a bordo da embarcação e com o armador ou seu representante legal, uma relação de todos os produtos perigosos existentes a bordo com as quantidades, tipo de embalagem, número "UN", classe e localização, conforme modelo contido no Anexo 5-A.

Um plano de estiva detalhado, que identifique por classe e indique a localização de todos os produtos perigosos a bordo, também será aceito.

b)Substâncias a Granel: Sólidas, Líquidas e Gases Liquefeitos

Será exigido que toda embarcação que transporte cargas perigosas a granel mantenha a bordo o competente certificado de conformidade de acordo com o respectivo código mencionado no item 0510, emitido por organização reconhecida pelo governo brasileiro, que ateste que a embarcação se encontra apta para carregar os produtos os quais se propõe a transportar.

Eventuais abrandamentos ou isenções poderão ser autorizados, a critério da DPC, mediante consulta prévia.

c)Transporte de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado em botijões e cilindros

1)Embalagem

O recipiente transportável (botijão ou cilindro) para envasamento de GLP deverá ter certificação do Inmetro. Em face dos botijões e cilindros de gás já apresentarem a marcação determinada pelo Inmetro, certificação compulsória, não se faz necessário o atendimento dos requisitos de marcação de embalagens e rotulagem contidos neste capítulo.

Botijões são recipientes transportáveis com até 13 kg de massa líquida de GLP, fabricado conforme a ABNT NBR 8460.

Cilindros são recipientes transportáveis com massa líquida de GLP acima de 13 kg e até 90 kg (inclusive), fabricado conforme a ABNT NBR 8460.

2)Documentação para o transporte de GLP

O expedidor de mercadoria perigosa deverá manter a bordo declaração de transporte de botijões e cilindros de gás liquefeito de petróleo (GLP) de acordo com o modelo constante do Anexo 5-O.

3)CSN da embarcação

Em se tratando de embarcação de carga transportando GLP envasado o CSN deverá conter no campo Observações a discriminação da capacidade de transporte em peso de GLP e número de botijões.

4)Área de armazenamento de recipientes transportáveis

O armazenamento da carga de recipientes transportáveis (botijões e cilindros) a bordo das embarcações deve atender ao disposto na norma ABNT NBR 15514 e ao contido no item 12 das Normas para o Armazenamento de Recipientes Transportáveis de Gás Liquefeito de Petróleo (Manual de Segurança para o Posto Revendedor de GLP), elaboradas pelo Sindicato Nacional de Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás).

Os botijões ou cilindros devem sempre ser colocados em locais ventilados para que, no caso de eventuais vazamentos, não ocorra acúmulo de gás no ambiente.

Não armazenar botijões ou cilindros em locais fechados tais como porões, armários, embaixo de pias escadas etc.

Não posicionar botijões ou cilindros próximos de tomadas elétricas, ralos e grelhas de escoamento de água. Recomenda-se um distanciamento mínimo de 1,5 m.

0504 -REQUISITOS OPERACIONAIS

a)Acesso à Embarcação

O acesso à embarcação deverá estar desimpedido, seja na situação de fundeio ou de atracação.

b)Facilidade para Reboque

Toda embarcação com carga perigosa a bordo, que se encontre atracada ou fundeada, deverá dispor de cabos de reboque de dimensões adequadas na proa e na popa, prontos para uso imediato. Deverá também tomar providências para que haja facilidades para soltar as espias rapidamente, sem auxílio do pessoal de terra.

c)Sinalização

Toda embarcação que esteja efetuando operações de carga ou descarga de produtos inflamáveis ou explosivos deverá exibir, durante o dia, a bandeira BRAVO do código internacional de sinais e, durante a noite, uma luz circular encarnada com alcance de no mínimo 3 milhas para embarcações com AB maior q ue 50 e 2 milhas para embarcações com AB menor ou igual a 50.

d)Condições Meteorológicas Adversas

Não será permitida a movimentação de mercadorias perigosas quando as condições meteorológicas implicarem em aumento dos riscos às respectivas mercadorias, ou à integridade das embalagens, salvo mediante prévia autorização das CP, DL ou AG.

e)Tripulação

Em cada embarcação que efetue o transporte de cargas perigosas deverá haver tripulação habilitada para efetuar o correto manuseio dessa carga e também atuar nas situações de emergência.

A tripulação deverá dispor de equipamentos de proteção individual (EPI) adequados para lidar com vazamentos e incêndios nas cargas perigosas transportadas.

0505 -REQUISITOS TÉCNICOS PARA PRODUTOS PERIGOSOS EMBALADOS

a)Acondicionamento

1)As embalagens ou unidades de carga para o acondicionamento de produtos perigosos deverão estar com sua integridade garantida, sem sinais de violação do fechamento ou lacre. As embalagens apresentando sinais de vazamento deverão ser rejeitadas.

2)Os arranjos de embalagens ou unidades de carga deverão ser feitos de maneira a preservar a integridade e segurança da carga e do pessoal que trabalhe ou transite nas imediações.

3)A altura de empilhamento de embalagens não deverá ser superior a 3 m, salvo no caso de serem empregados dispositivos que permitam alcançar uma altura superior, sem sobrecarregar as embalagens e que evitem o comprometimento da segurança.

4)A arrumação das embalagens deverá ser feita de modo a permitir que uma face marcada e rotulada fique à vista para facilitar a identificação.

5)O fechamento das embalagens contendo substâncias umedecidas ou diluídas deve ser tal que não haja desprendimento de vapores e/ou vazamento.

6)As embalagens deverão atender os requisitos descritos no IMDG Code quanto aos tipos e limites, assim como serem compatíveis com o produto embalado.

b)Grupos de Embalagem

Os produtos perigosos, exceto das classes 1, 2, 6.2 e 7 são divididos em três grupos de acordo com a periculosidade do produto envasado:

Grupo I-Produtos que representam alta periculosidade;

Grupo II-Produtos que representam média periculosidade; e

Grupo III-Produtos que representam baixa periculosidade.

Isto influencia em todas as disposições relativas à construção e à prova de idoneidade dos diferentes tipos de embalagens/envasamentos normalizados e os invólucros que poderão ser aceitos para o transporte.

c)Homologação para o Transporte de Produtos Perigosos

1)As embalagens, contentores intermediários e tanques deverão estar homologados pela Autoridade Marítima do país de origem, caso a carga proceda do exterior. As embalagens para cargas perigosas que saírem do Brasil deverão estar homologadas ou validadas pela DPC.

2)As CP, DL ou AG deverão ter fácil acesso ao Catálogo de Material Homologado, que divulga a relação dos materiais, equipamentos e serviços homologados pela DPC, onde constam todas as embalagens homologadas com o seus respectivos Certificados de Homologação, fabricantes e a data de validade de cada um.

3)O armador deverá apresentar uma cópia do certificado de homologação da DPC relativo à embalagem ou unidade de transporte, dentro da validade.

d)Marcação das Embalagens

As embalagens contendo produtos perigosos deverão estar marcadas de modo duradouro, o qual permaneça por no mínimo 3 meses quando imerso em água. Deverá estar com o nome técnico correto (não serão aceitos apenas nomes comerciais), número "UN" correspondente e os caracteres que retratem a homologação da embalagem de acordo com o Código IMDG.

A marcação deverá conter o símbolo das Nações Unidas "UN", seguido de duas linhas contendo caracteres alfa numéricos.

1)A primeira linha conterá:

I)O código do tipo da embalagem, conforme o Anexo 5-D;

II)A designação X, Y ou Z, sendo:

-"X" para produtos dos grupos de embalagem I, II e III;

-"Y" para produtos dos grupos de embalagem II e III; e

-"Z" para produto do grupo de embalagem III, acompanhada da densidade relativa do líquido usado para teste, caso seja para conter líquidos. Este dado poderá ser omitido se a densidade for inferior a 1,2. No caso de sólidos deverá constar a massa bruta em kg;

III)A letra "S" quando a embalagem for testada para o transporte de sólidos. Caso seja homologada para transporte de líquidos, o valor da pressão hidráulica em kPa, arredondado para o múltiplo de 10 kPa mais próximo; e

IV)Os dois dígitos do ano de fabricação da embalagem.

Quando a embalagem for recondicionada deverá conter a letra "R" e o ano do recondicionamento.

2)A segunda linha conterá:

I)A sigla do país onde foram realizados os testes de homologação;

II)A sigla do fabricante da embalagem; e

III)O código da autoridade competente responsável pela homologação, seguida do número do certificado de homologação da embalagem.

3)Exemplo de marcação adotada no Brasil (figura 5.1):

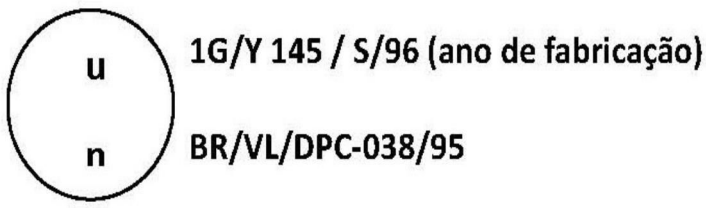


FIGURA 5-1: Exemplo de Marcação

Trata-se de um tambor de papelão (1G) destinado ao transporte de produtos perigosos dos grupos de embalagem II e III (Y), testada com massa bruta de 145 kg (145), destinada a conter sólidos (S) e fabricada em 1996 (96). Homologada no Brasil (BR), fabricada pela VAN LEER (VL) e foi homologada pela DPC, possuindo o Certificado de Homologação nº 038/95 (DPC - 038/95).

4)A marcação deverá ser feita em pelo menos duas faces ou lados das embalagens ou unidades de carga.

e)Rotulagem

1)A rotulagem deverá ser executada em conformidade com os símbolos padronizados pelas Nações Unidas, de acordo com o Código IMDG, conforme o Anexo 5-E destas normas.

2)No caso de emprego de placas (reutilizáveis) para a identificação de produtos perigosos em unidades de carga ou transporte, estas deverão ter a outra face em branco.

f)Sinalização

Os locais de armazenamento de produtos perigosos inflamáveis deverão estar sinalizados com cartazes determinando a proibição do fumo, informando os cuidados especiais de manuseio da carga e para a proteção humana.

g)Ficha de Emergência

A ficha de emergência deverá conter o símbolo da classe do produto, o nome técnico correto, o número "UN" e informações sobre as providências a serem tomadas nos casos de vazamento, incêndio e contato do produto com pessoas. Deverá ser seguido o modelo do Anexo 5-F.

h)Segregação

As diversas embalagens de classes e subclasses de produtos perigosos incompatíveis entre si deverão estar devidamente afastadas uma das outras. Tal medida visa a evitar a interação dos conteúdos, no caso de vazamento em acidente que, reagindo entre si, poderiam causar um dano ainda maior. Deverá ser seguida a tabela de segregação constante do Anexo 5-G.

0506 -CONTENTORES INTERMEDIÁRIOS PARA GRANÉIS (IBC)

Normalmente estes contentores se aplicam ao transporte de produtos dos grupos de embalagem II e III. São comumente conhecidos pela sigla IBC, em inglês, que será adotada daqui por diante.

a)Homologação

Os IBC deverão estar homologados em conformidade com as prescrições do Código IMDG, pela Autoridade Marítima do país de origem, que deverão ser validados pela DPC. No caso dos IBC fabricados no Brasil deverão ser homologados pela DPC.

b)Marcação

Os IBC são codificados para marcação como se segue:

Dois numerais arábicos, que indicam o tipo de IBC, seguidos por uma ou mais letras maiúsculas em caracteres latinos, que indica a natureza do material, seguidas, se necessário, por um numeral arábico, que indica a categoria do IBC, dentro do tipo a que pertence.

No caso de IBC compostos, a segunda posição no código deve ser ocupada por duas letras maiúsculas, em caracteres latinos: a primeira para indicar o material do recipiente interno do IBC e a segunda, o material do componente externo.

Os numerais aplicáveis aos diversos tipos de IBC são apresentados na tabela 5.1.

TIPO	PARA CONTEÚDO SÓLIDO		PARA CONTEÚDO LÍQUIDO
	DESCARREGADO POR GRAVIDADE	DESCARREGADO SOB PRESSÃO A 10 kPa (0,1 BAR)	
Rígido	11	21	31
Flexível	13	-	-

TABELA 5.1

Para identificar o material, são empregadas as seguintes letras:
A-Aço (todos os tipos e revestimentos);
B- Alumínio;
C-Madeira natural;
D-Madeira compensada;
F-Madeira reconstituída;
G-Papelão;
H-Material plástico;
L-Têxteis;
M-Papel multifoliado; e
N-Metal (exceto aço e alumínio).

Os tipos e códigos para IBC constam do Anexo 5-H.

0507 -RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS PARA PRODUTOS PERIGOSOS EM QUANTIDADES LIMITADAS

Produtos de determinadas classes em pequenos recipientes são dispensados do cumprimento de algumas exigências (marcação, rotulação, segregação) para o transporte. Essas dispensas encontram-se relacionadas na alínea b) deste item.

Os limites de quantidades dos recipientes para as classes 2, 3, 4, 5, 6 e 8 estão especificados na tabela 5.2.

TABELA 5.2

CLASSE	GRUPO DE EMBALAGEM	ESTADO FÍSICO	QUANTIDADE MÁXIMA POR RECIPIENTE INTERNO
2	-	Gás	120ml
3	II	Líquido	1litro (metal) 500ml (vidro ou plástico)
3	III	Líquido	5 litros
4.1	II	Sólido	500g
4.1	III	Sólido	3 kg
4.3	II	Líquido	25 ml
4.3	II	Sólido	100 g
4.3	III	Líquido ou sólido	1 kg
5.1	II	Líquido ou sólido	500g
5.1	III	Líquido ou sólido	1 kg
5.2(*)	II	Sólido	100 g
5.2(*)	II	Líquido	25 ml
6.1	II	Sólido	500g
6.1	II	Líquido	100 ml
6.1	III	Sólido	3 kg
6.1	III	Líquido	1 litro
8	II	Sólido	1 kg
8	II	Líquido	500 ml (**)
8	III	Sólido	2 kg
8	III	Líquido	1 litro

Obs:(*) Ver sub alínea a) 5) deste item.

(**) Embalagens internas de vidro, porcelana ou cerâmica devem ser envolvidas por uma embalagem intermediária rígida compatível.

a)Exceções

As recomendações deste item não se aplicam a:

1)Explosivos - classe 1;

2)Gases - classe 2 (exceto se em aerossol), caso sejam inflamáveis, corrosivos, tóxicos ou oxidantes;

3)Substâncias auto reagentes - subclasse 4.1, que tenham risco subsidiário como explosivo;

4)Substâncias sujeitas a combustão espontânea - subclasse 4.2;

5)Peróxidos orgânicos - subclasse 5.2, com exceção de kits de testes, de reparos ou embalagens mistas que possam conter pequenas quantidades dessas substâncias;

6)Substâncias infectantes - subclasse 6.2;

7)Materiais radioativos - classe 7;

8)Aerossóis incluídos na classe 9;

9)Produtos perigosos com grupo de embalagem I; e

10)Substâncias identificadas como poluentes do mar (ver item 0508).

b)Abrandamentos e Dispensas

1)Produtos perigosos, transportados de acordo com estas recomendações especiais, devem ser acondicionados somente em recipientes internos, colocados em embalagens externas adequadas, que preencham os requisitos para o grupo de embalagem III. A massa bruta total de uma embalagem externa não deve exceder 30kg e não deverá, em hipótese alguma, exceder os limites constantes da ficha individual do produto, contida no Código IMDG.

2)Diferentes produtos em quantidades limitadas podem ser colocados na mesma embalagem externa, desde que tenham sido levados em consideração os requisitos de segregação constantes das fichas individuais e que os produtos não interagirão perigosamente em caso de vazamento.

3)Embalagens com produtos perigosos, transportadas de acordo com estas recomendações especiais estão dispensadas do porte de etiquetas. Deverão, porém, a não ser que seja especificado em contrário, ser marcadas com o nome técnico correto ou "mercadoria perigosa em quantidade limitada da classe...". Caso seja adotada a segunda forma de identificação, a embalagem não necessita ser marcada com o(s) número(s) "UN". A descrição "produto perigoso em quantidade limitada da classe ..." será considerada como o nome técnico correto.

4)Exigências relativas à segregação não precisam ser observadas numa unidade de carga/transporte.

5)Quanto à documentação, na declaração de produtos perigosos, deve constar uma das expressões "quantidade limitada" ou "QUANT. LTDA."

6)Quantidades limitadas de produtos perigosos embalados e distribuídos para venda no comércio varejista e que se destinem a consumo de indivíduos, para fins de cuidados pessoais ou uso doméstico, podem ser dispensados das exigências relativas à documentação de transporte.

0508 -TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS CLASSIFICADOS COMO POLUENTES

Aplica-se integralmente o IMDG ao transporte de produtos com a classificação "poluentes marinhos", independente do porte do navio. As exceções quanto à limitação de quantidades para a marcação das embalagens são:

a)Poluentes - embalagens internas com capacidade de até 5 l para líquidos ou 5kg para sólidos; e

b)Poluentes severos - embalagens internas com capacidade de até 0,5 l para líquidos ou 0,5 kg para sólidos.

0509 -INFORMAÇÕES EM CASO DE ACIDENTES

As embarcações transportando cargas perigosas que sofram acidentes, que envolvam essas cargas, deverão informar o fato imediatamente às autoridades competentes da área onde tenha ocorrido o acidente.

0510 -NORMAS INTERNACIONAIS APLICÁVEIS

Os requisitos para construção e armação das embarcações destinadas ao transporte de cargas perigosas deverão estar em conformidade com as normas internacionais relativas ao tipo de produto transportado.

A referência a convenções e códigos emitidos pela IMO consideram as respectivas emendas em vigor.

As normas internacionais aplicadas a cada tipo de carga perigosa encontram-se relacionadas, conforme cada caso, na tabela do item 0302.

0511 -EMBARCAÇÕES DE BANDEIRA ESTRANGEIRA

a)Para o transporte por via marítima de produtos perigosos embalados e ou substâncias agressivas empacotadas, estivadas em contentor ou em tanques unitários, as embarcações estrangeiras, quando aplicável, deverão apresentar:

1)Documento de conformidade (Document of Compliance) para transporte de produtos perigosos, conforme previsto nas regras 53 e 54 Capítulo II-2 da Convenção SOLAS e suas emendas em vigor;

2)Manifesto ou lista especial de carga, conforme previsto na regra 5(5) do Capítulo VII da Convenção SOLAS e regra 4(3) Anexo III da Convenção MARPOL 73/78. O referido documento poderá ser substituído por plano informatizado detalhado de estivagem;

3)Certificado ou declaração acerca do produto a ser embarcado, conforme previsto na regra 5(2) do Capítulo VII da Convenção SOLAS e regra 4(2) do Anexo III da Convenção MARPOL 73/78; e

4)Notificação (notification), quando aplicável, com 24 horas de antecedência, sobre transporte de substâncias agressivas, conforme previsto na regra 8 do Anexo III da Convenção MARPOL 73/78.

b)Os documentos anteriormente listados deverão ser verificados, nos modelos previstos pela Autoridade Marítima do país de bandeira, por ocasião das ações do Controle de Navios pelo Estado do Porto ("Port State Control" - PSC).

c)Quando houver claros indícios de que o transporte não está sendo efetuado de acordo com estas normas, a embarcação deverá ser submetida à inspeção pelo PSC.

0512 -EMBARCAÇÕES TRANSPORTANDO COMBUSTÍVEIS

As embarcações que transportem álcool, petróleo e seus derivados a granel, somente poderão realizá-lo em tanques apropriados, que não sejam os tanques de colisão à vante ou à ré, dotados dos dispositivos de segurança, transferência e controle necessários, conforme previsto na Seção III deste Capítulo.

0513 -CASOS NÃO PREVISTOS:

Os casos não previstos serão analisados pela DPC.

SEÇÃO II

VISIBILIDADE NO PASSADIÇO E TRANSPORTE DE CARGA NO CONVÉS

0514 -APLICAÇÃO

Estabelecer normas para visibilidade no passadiço e para o transporte de carga no convés para todas as embarcações com AB maior que 50 que transportem carga em conveses expostos e para as embarcações, que mesmo sem transportar carga no convés façam parte ou não de um comboio onde alguma outra embarcação transporte carga em conveses expostos.

0515 -REQUISITOS PARA VISIBILIDADE NO PASSADIÇO E PARA O TRANSPORTE DE CARGA NO CONVÉS

a)Estabilidade

A embarcação deverá apresentar, para cada condição de carregamento, estabilidade intacta satisfatória, ou seja, atender todos os critérios de estabilidade previstos nestas normas para a região onde pretenda navegar.

b)Visibilidade no Passadiço

1)Tolerância angular

Nenhuma carga, guindaste ou qualquer obstrução a vante do passadiço poderá criar um setor cego superior a 10°. O somatório de setores cegos não poderá exceder a 20° e os setores livres entre dois setores cegos deverão ter, pelo menos, 5°.

2)Janelas do passadiço

I)A altura da base das janelas frontais do passadiço acima do piso deve ser a menor possível. Em nenhum caso, a referida base poderá representar restrição à visibilidade para vante, conforme estabelecido nesse item.

II)A altura do topo das janelas frontais do passadiço deverá permitir a visão do horizonte, na direção da proa, para uma pessoa com altura dos olhos de 1,80 m, situada na posição de governo principal (posição do timoneiro), quando o navio estiver caturrando.

3)Campo de visão horizontal

I)O campo de visão horizontal de um observador no passadiço deverá ser de 112,5° para cada bordo, a partir da proa.

II)A partir de cada asa do passadiço, o campo de visão horizontal deve estender-se por um arco de pelo menos 225°, contados a partir de 45° da linha de centro, pelo bordo oposto, mais os 180° do bordo da referida asa.

III)O campo de visão horizontal, a partir do posto de governo principal, deverá se estender sobre um arco a partir da linha de centro, na proa, até, pelo menos, 60° para cada bordo do navio.

IV)O costado da embarcação deve ser visível das asas do passadiço.

4)Alcance da visão do passadiço

A visão da superfície da água na proa da embarcação, observada do passadiço, não deve ser obstruída além de uma distância correspondente a mais do que 2 (dois) comprimentos da embarcação, ou 500 m, o que for menor, em um arco de 10° da linha de centro para cada bordo, independente do calado da embarcação, do trim ou da carga no convés.

c)Estrutura

Os escotilhões que compõem a estrutura do convés da embarcação destinado ao transporte de carga deverão ser dimensionados para o peso a ser transportado nesses locais, considerando-se o fator de estiva da carga, as sobrecargas devidas ao embarque de água, os efeitos dinâmicos e o aumento de peso devido à absorção de água. Os fatores de segurança e eventuais considerações adicionais em função de características específicas de cada embarcação ou região de operação, ficarão a cargo do engenheiro responsável pelo projeto da embarcação.

d)Acessos

1)A disposição da carga sobre o convés deve permitir o acesso da tripulação à proa, popa e ao comando da embarcação.

2)A carga sobre o convés deve permitir o acesso e o fechamento efetivo das aberturas dos compartimentos destinados:

-à tripulação;

-aos passageiros;

-aos equipamentos de combate a incêndio; e

-aos equipamentos de salvatagem.

3)A carga sobre o convés não poderá obstruir os seguintes itens:

-embornais;

-saídas d' água;

-tomadas de incêndio e estações de incêndio;

-tubos de sondagem;

-suspiros;

-bocas de ventiladores;

-elementos de amarração e fundeio; e

-acesso às máquinas colocadas no convés para efetuar manobras de atracação, fundeio e reboque.

4)A carga no convés não poderá impedir o lançamento dos equipamentos de salvatagem e deve ser estivada de forma a permitir pelo menos um acesso aos porões da embarcação, sem que seja necessário movê-la.

5)Quando o acesso aos locais mencionados anteriormente se efetuar por cima da carga no convés ou através das bordas da embarcação, deverão ser instaladas balaustradas, passarelas ou bordas-falsas cuja altura mínima não poderá ser inferior a 1,00 m, a fim de permitir a circulação da tripulação com segurança.

e)Marcação

O convés exposto que se destine ao transporte de carga deverá possuir uma faixa marcada de forma indelével definindo a área onde a carga será transportada. A faixa deverá possuir largura mínima de 5 cm e sua cor deve contrastar com a cor de fundo do convés.

f)Amarração

1)A amarração da carga sobre o convés deve impedir seu movimento quando a embarcação estiver navegando. É recomendável que a amarração da carga permita sua separação e até o seu alijamento, total ou parcial, em caso de perigo.

2)As características dos cabos, tensores, correntes e demais acessórios de amarração da carga sobre o convés devem ser tais que assegurem a imobilidade da carga.

0516 -CASOS ESPECIAIS

a)Embarcações tanque

É vedada às embarcações tanque, quando transportando substâncias inflamáveis, gases liquefeitos ou substâncias líquidas nocivas, transportar carga no convés. Além disso, nas demais embarcações tanque, que transportem carga no convés, a disposição da carga deve permitir o acesso aos elementos de carga e descarga posicionados no convés e às válvulas dos sistemas de esgoto e ventilação dos tanques.

b)Embarcações de passageiros

É vedada às embarcações de passageiros transportar carga sobre o convés que não seja o convés principal. Os passageiros das embarcações que forem transportar carga no convés principal, preferencialmente, não deverão permanecer neste convés durante a navegação.

c)Transporte de carga perigosa

As embarcações transportando carga perigosa sobre o convés deverão observar as instruções contidas na Seção I deste Capítulo.

0517 -INFORMAÇÕES ADICIONAIS PARA O PROJETO

As embarcações de passageiros, com AB maior que 50, embarcações de carga, incluindo as embarcações tanque, com AB maior que 100 e embarcações sem propulsão própria com AB maior que 200, que forem efetuar o transporte de carga no convés deverão apresentar as seguintes informações adicionais nos planos e documentos previstos para concessão da licença de construção, alteração ou reclassificação:

a)Indicação clara nos planos de arranjo geral e segurança da linha de limitação da área de carga, das áreas de passagem para a tripulação de proa a popa e caso aplicável, da área de transporte de passageiros no convés considerado;

b)O peso máximo de carga admissível por metro quadrado para o convés considerado nos planos de seção mestra e perfil estrutural;

c)Gráfico "altura máxima de carga x calado", com a respectiva memória de cálculo; e

d)A distância de visibilidade de cada condição de carregamento constante no folheto de trim e estabilidade, quando aplicável.

0518 -RESPONSABILIDADE

O Comandante da embarcação será o responsável perante a Autoridade Marítima, conforme aplicável, pelo cumprimento dos requisitos previstos na Seção II deste Capítulo.

SEÇÃO III

TRANSPORTE DE ÁLCOOL, PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

0519 -DEFINIÇÕES

Para efeitos desta seção, adotam-se as seguintes definições:

a)AJB -Águas Jurisdicionais Brasileiras.

b)ANP- Agência Nacional do Petróleo.

c)Declaração Provisória para Transporte de Petróleo - documento, com validade máxima de noventa dias, que autoriza a operação da embarcação até a emissão da Declaração de Conformidade Para Transporte de Petróleo.

d)Balsas - embarcações sem propulsão empregadas no transporte de petróleo ou seus derivados, e as embarcações sem propulsão empregadas como depósitos ou postos de abastecimento, independente do volume de carga ou de capacidade de armazenamento.

e)Boca (B) - é a maior largura do navio, medida na seção de meio navio até a linha moldada da caverna, expressa em metros.

f)Certificado Estatutário - certificado emitido compulsoriamente para uma embarcação em cumprimento ao estabelecido em Convenções e Códigos Internacionais e na regulamentação nacional aplicável.

g)Comprimento de regra (L) - 96% do comprimento total numa linha d'água correspondente a 85% do menor pontal moldado medido a partir da linha de base, ou o comprimento desde a parte de vante até o eixo da madre do leme medido na mesma linha d'água, se este resultar maior. Em navios com inclinação de quilha, a linha d'água na qual este comprimento é medido deve ser paralela à linha d'água de projeto. O comprimento de regra é expresso em metros.

h)Declaração de Conformidade para Transporte de Petróleo - documento que atesta a conformidade da embarcação com os requisitos estabelecidos nas normas em vigor aplicáveis ao transporte a granel de petróleo e seus derivados.

i)ISGOTT - Guia Internacional de Segurança para Navios Tanques Petroleiros e Terminais (InternationalSafetyGuide for OilTankers andTerminals).

j)Navios Tanque para Transporte de Gás (Gaseiros) - navio construído ou adaptado principalmente para o transporte de gases liquefeitos a granel.

k)Navio Tanque para Transporte de Petróleo (Petroleiro) - navio construído ou adaptado principalmente para transportar petróleo e seus derivados a granel em seus tanques de carga e inclui transportadores combinados (ORE-OIL e ORE-BULK-OIL) e qualquer navio tanque construído ou adaptado principalmente para transportar produtos químicos ou substâncias líquidas nocivas a granel, quando transportando petróleo e seus derivados.

l)Navios Tanque para Transporte de Álcool - embarcação construída ou adaptada principalmente para transportar álcool a granel, inclusive os navios tanque petroleiros empregados nesse tipo de transporte.

m)Navios Tanque para Transporte de Produtos Químicos (Quimiqueiro) - navio construído ou adaptado para transportar substâncias químicas perigosas e substâncias líquidas nocivas, a granel, e inclui os petroleiros quando transportando produtos químicos ou substâncias líquidas nocivas a granel.

n)Permeabilidade de um compartimento - é a razão entre o volume do compartimento que se assume que seja ocupado pela água (na condição de alagado) e o volume total do referido compartimento.

o)Petróleo e seus derivados - qualquer forma de petróleo, incluindo óleo cru, óleo combustível, nafta, diesel, combustível de aviação, borra, resíduos de óleo e produtos refinados, abrangidos pela lista constante no Apêndice I do Anexo I da Convenção MARPOL 73/78 como emendada.

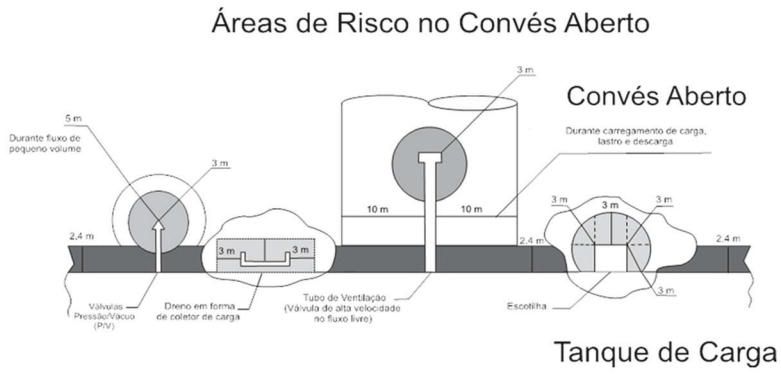
p)Tanque de carga - é o compartimento destinado a conter a carga.

q)Embarcação Nova- é toda embarcação cuja Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação ou Inscrição (quando não esteja obrigada a solicitar tais documentos) para operar no transporte de álcool, petróleo e seus derivados ou outros produtos, seja solicitada após 30 de junho de 2004.

Quaisquer alterações introduzidas numa "embarcação existente" para efeitos de atendimento aos requisitos estabelecidos nos itens 0520 b), c) e d), não serão consideradas como alterações para efeitos de enquadramento como "embarcação nova", não sendo necessária a emissão da Licença de Alteração.

r)Embarcações Existentes - é toda embarcação que não é nova.

s)Área de Carga - é a parte da embarcação onde estão localizados os tanques de carga, praça de bombas de carga, e inclui tanques de lastro, espaços vazios, coferdans e praças de bombas adjacentes aos tanques de carga, conforme demonstrado na figura abaixo.



t)Álcool - significa o etanol (álcool etílico - CH3CH2OH) nas suas formas utilizadas como combustível automotivo (etanol anidro e etanol hidratado).

u)Código IBC- significa o Código Internacional para a Construção e Equipamento de Navios Transportadores de Produtos Químicos Perigosos a Granel.

0520 -APLICAÇÃO

a)Esta seção se aplica, exceto quando expressamente estabelecido em contrário, às embarcações novas que transportem álcool, petróleo e seus derivados.

b)Os itens 0522 (a), (b), (c), (e), (j), (k), (l) ,exceto ((c) / 11 / 12 , (e) / 2 / VII / IX / X / XI / XII) se aplicam às embarcações existentes que transportem álcool, petróleo e seus derivados a partir de 30 de junho de 2004.

c)Os itens 0522 ((d), (e) / 2 / VII / IX / X / XI / XII) se aplicam às embarcações existentes que transportem álcool , petróleo e seus derivados, a partir da primeira vistoria de renovação que ocorrer após 30 de junho de 2004.

d)Os itens 0524, 0525, 0526, 0527, 0528 e 0529 se aplicam de Imediato a todas as embarcações existentes que transportem petróleo ou seus derivados.

e)Os itens 0524, 0525, 0526, 0527, 0528 e 0529 não se aplicam às embarcações que transportem, exclusivamente, álcool a granel. Para essas embarcações, os requisitos desta seção deverão ser verificados durante as vistorias iniciais e de renovação previstas no Capítulo 8.

f)Esta seção não se aplica às substâncias listadas nos Capítulos 17 e 18 do Código IBC, com exceção para o etanol (álcool etílico) conforme definido no item 0519 t).

0521 -OBRIGATORIEDADE DE CLASSIFICAÇÃO

Toda embarcação nova, com propulsão, com arqueação bruta maior ou igual a 500 e, sem propulsão com AB maior do que 2000 deverá, obrigatoriamente, ser classificada e mantida em classe por Sociedade Classificadora reconhecida para atuar em nome do governo brasileiro.

As embarcações existentes terão classificação obrigatória de acordo com o previsto no Capítulo 3 desta Norma.

0522 -EMBARCAÇÕES COM AB SUPERIOR A 20

As embarcações com AB superior a 20, além de cumprir os requisitos estabelecidos abaixo, deverão atender aos demais requisitos constantes nas Normas da Autoridade Marítima aplicáveis ao tipo, porte da embarcação e área de navegação.

As embarcações empregadas no transporte de produtos químicos perigosos e gases liquefeitos a granel, deverão cumprir também os requisitos estabelecidos nos Códigos Internacionais, como determinado no Capítulo 3 destas Normas.

a)Gerenciamento de Segurança

1)Os operadores devem ter uma política de treinamento específico da tripulação e para prover a atualização das informações e da qualificação de modo a atender as exigências básicas do trabalho.

2)Os operadores devem ter uma política para monitorar a proficiência das tripulações e assegurar que o pessoal recém contratado tenha qualificações e experiência adequadas para a posição a qual estão sendo empregados.

3)Todos os documentos, avisos, notas e informações a bordo devem estar dispostos de modo a serem facilmente visíveis e em linguagem de fácil compreensão por toda tripulação.

4)As operações de carga e descarga deverão ser guarnecidas por, no mínimo 2 (dois) tripulantes ou profissionais não tripulantes, responsáveis pelas operações de carregamento e descarregamento, com treinamento de Segurança em Operações de Carga e Descarga de Petróleo e seus Derivados de modo que, a qualquer tempo, durante carga e descarga, um desses tripulantes seja o responsável da operação.

Tendo em vista a necessidade da presença desses tripulantes somente durante as operações de carregamento e descarregamento, eles não necessitam constar do CTS das embarcações, ou seja, eles não fazem parte da tripulação de segurança das embarcações.

5)A tripulação deverá ser treinada e deve ser mantida proficiente na operação de todos os guinchos e equipamentos de reboque. Treinamentos e exercícios da tripulação devem ser registrados e devem prever as seguintes situações de emergência que podem ser encontradas durante um reboque:

I)falha de propulsão;

II)falha do leme;

III)perda de reboque; e

IV) perda de fundeio.

6)O sistema de gerenciamento da segurança deverá cobrir, pelo menos, os seguintes aspectos:

I)procedimentos operacionais da embarcação;

II)políticas e treinamento de segurança e meio ambiente;

III)política e treinamento de segurança e saúde ocupacional;

IV)política de álcool e drogas;

V)procedimentos para o fumo a bordo;

VI)procedimentos de risco ou de emergência;

VII)procedimentos para entrada em espaços confinados e trabalho à quente; e

VIII)procedimentos de emergência para incêndio, encalhe, abalroamento, colisão, alagamento, mau tempo, rompimento de rede ou mangotes de carga, perda de reboque (se apropriado) e outros.

7)O sistema de gerenciamento deverá estar composto em um Manual de Segurança. Esse manual deverá ser mantido a bordo da embarcação e deverá ser de conhecimento de toda a tripulação.

b)Manutenção

Toda embarcação deverá possuir um sistema de inspeção/manutenção programado para os equipamentos de combate a incêndio, proteção individual e equipamentos de salvatagem.

Esse sistema deverá incluir um registro da manutenção efetuada disponível para fiscalização a qualquer tempo.

Todos os sistemas e equipamentos instalados a bordo deverão ser mantidos em condições normais de operação.

Equipamentos em excesso à dotação estabelecida na regulamentação em vigor e que estejam fora de operação deverão ser reparados, retirados de bordo ou serem isolados e mantidos claramente identificados como inoperantes.

c)Requisitos e Procedimentos de Segurança

1)Motores à combustão interna empregados, não deverão utilizar combustíveis com ponto de fulgor inferior à 60º C (como álcool ou gasolina) e devem ser providos com inibidores de centelha.

2)Toda a instalação elétrica, seus equipamentos e acessórios deverão ser de tipo aprovado (a prova de explosão).

3)Todo equipamento (elétrico/bateria) portátil deve ser de um tipo aprovado (estanque a gás).

4)A embarcação tripulada e no porto, deve ter a bordo uma boia com retinida próxima ao acesso de embarque.

5)O acesso à embarcação deverá estar sempre limpo e desimpedido.

6)A embarcação deve ter a bordo uma prancha portátil que tenha superfície antiderrapante, corrimões laterais e seja de largura e comprimento suficientes para prover embarque seguro.

7)Toda operação de carga e descarga deve ser precedida de uma verificação de segurança operacional quanto à segurança e risco de poluição acordada, acompanhada e assinada por representante da embarcação e do terminal (ou da outra embarcação). O Anexo 5 - J apresenta um modelo de Lista de Verificação de Segurança Operacional Embarcações que Transportam Petróleo e Seus Derivados.

8)As embarcações que transportem álcool, petróleo e seus derivados, somente poderão realizá-lo em tanques apropriados, que não sejam os tanques de colisão à vante ou à ré, dotados dos dispositivos de segurança, transferência e controle necessários.

9)Durante as operações de carga e descarga as embarcações deverão dispor de Cabos de Reboque de emergência de dimensões adequadas, na proa e na popa, prontos para emprego Imediato. Deverão haver também meios para largar as espias rapidamente.

10)Durante as operações de carga ou descarga, a embarcação deverá exibir, durante o dia, a bandeira BRAVO, do Código Internacional de Sinais e, durante a noite, uma luz circular encarnada com alcance de no mínimo 3 milhas para embarcações com AB maior do que 50 e 2 milhas para embarcações com AB menor ou igual a 50.

11)Toda embarcação propulsada deve ser equipada com sistema de iluminação de emergência para praça de bombas, passadiço ou local de controle da operação e áreas de convés envolvidas na operação, que possua capacidade de funcionamento por 3 horas após a perda da energia principal.

12)Espaços de acomodações ou de serviços, não poderão estar situados na área de carga . A antepara frontal desses espaços com a área de carga não poderá conter vigias ou janelas que não sejam fixas. Portas, janelas, vigias ou quaisquer outros tipos de aberturas que de acesso a cozinhas, acomodações ou espaços nos quais existam equipamentos que possam produzir chamas ou faíscas, deverão estar situadas a uma distância mínima de 4 metros da área de carga.

13)Cargas perigosas embaladas ou produtos químicos perigosos a granel, transportados simultaneamente com álcool, petróleo e seus derivados, deverão atender ao IMDG ou ao IBC/BCH, respectivamente .

14)O pessoal empregado em operações de carga e descarga de álcool, petróleo e seus derivados, tripulantes ou não, deverão estar providos de EPI completo (botas, macacão, capacete, luvas e óculos de proteção).

15)Aberturas existentes no convés tais como agulheiros, portas de visita e suspiros deverão atender os requisitos de estanqueidade a água, conforme previsto no Capítulo 6.

16)A iluminação no convés da embarcação deverá ser suficiente para operações noturnas.

17)As embarcações deverão estar providas de avisos de advertência, instalados em ambos os bordos no convés, com os dizeres: PERIGO, MANTENHA-SE AFASTADO, RISCO DE EXPLOSÃO, NÃO FUME, NÃO PROVOQUE CENTELHA.

18)O diagrama esquemático das redes de carga deverá estar disponível e atualizado, em local visível.

19)Todos os extintores portáteis deverão estar carregados, identificados ,com instruções de uso e dentro do prazo de validade.

20)Bandejas de contenção deverão ser mantidas drenadas, secas e limpas e seus drenos fechados.

21)O convés da embarcação deverá ser mantido limpo.

22)Os tanques de carga e de lastro deverão estar identificados.

23)Durante operações de carga e descarga a rede de incêndio principal deverá ser mantida pressurizada. As mangueiras deverão estar posicionadas e prontas para uso Imediato.

24)Durante as operações de carga e descarga o cabo terra (eliminação de eletricidade estática) deverá estar conectado.

25) Durante as operações de carga e descarga os tanques de carga deverão permanecer fechados, sendo proibida a abertura das elipses. Os gases dos tanques deverão circular apenas por intermédio das Válvulas de Alívio de Pressão e Vácuo (VAPV) e dos Corta Chamas (CC).

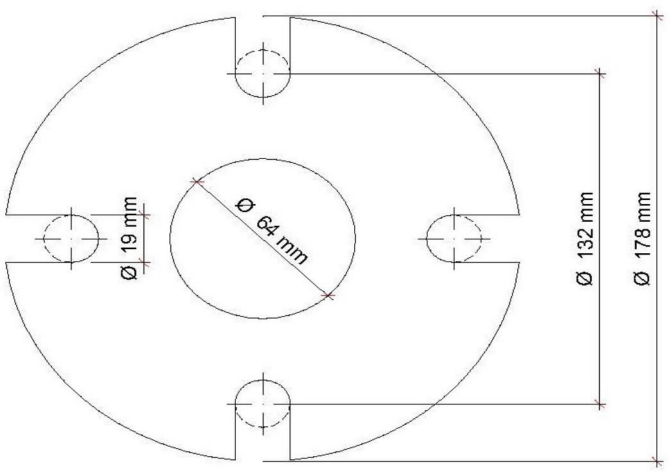
d)Prevenção e Combate a Incêndio

Além dos requisitos estabelecidos no Capítulo 4, os seguintes requisitos deverão ser atendidos:

1)Ser provida com pelo menos duas bombas de incêndio (embarcações propulsadas com AB igual ou superior a 500);

2)Ser provida com pelo menos uma bomba de incêndio (embarcações propulsadas com AB superior a 300 mas inferior a 500);

3)A rede de incêndio principal deve ser provida com uma conexão internacional bordo/terra de incêndio, bem identificada e acessível de ambos os bordos da embarcação, fabricada em aço ou outro material equivalente, designada para suportar a mesma pressão das redes de incêndio da embarcação, de acordo com o desenho abaixo:



Espessura do Flange: 14,5 mm (mínima)

Quatro parafusos com 16 mm de diâmetro e 50 mm de comprimento, com porca.

4)Toda embarcação tripulada com AB superior a 500 deve ser provida com um sistema de detecção e alarme de incêndio; e

5)Ser provida com um Plano de Combate a Incêndio, que deve permanecer permanentemente postado no passadiço, estações de controle, refeitórios, sala de recreação/estar e outros locais relevantes a bordo, mostrando claramente, para cada convés, quando existente:

I)as estações de controle;

II)sistema de detecção e alarme de incêndio;

III)sistema fixo de combate a incêndio;

IV)especificação e localização de extintores portáteis;

V)meios de acesso a diferentes compartimentos; e

VI)sistema de ventilação incluindo o comando dos ventiladores;

Os planos devem estar legíveis e atualizados, e devem estar disponíveis nos pontos de acesso à embarcação quando estiver em portos, terminais e a contrabordo de outras embarcações.

e)Prevenção e Combate à Poluição

1)Plano de Emergência

Toda embarcação que transporte mais do que 200 m^3 de petróleo e seus derivados, deve possuir e manter a bordo um Plano de Emergência de Bordo para Poluição por Óleo.

Esse plano deverá, pelo menos, conter o seguinte:

-Descrição detalhada das ações a serem tomadas pelas pessoas a bordo para reduzir ou controlar incidentes com vazamentos de óleo;

-Procedimento a ser seguido pelo Comandante ou pessoa encarregada da embarcação para informar um incidente por poluição por óleo;

-A lista de autoridades e pessoas a serem contatadas no caso de um incidente de poluição com óleo;

-Os procedimentos para ação coordenada de bordo com autoridades nacionais e locais no combate à poluição; e

-Localização dos equipamentos para conter, minimizar ou recolher derrame de óleo.

2)Requisitos de Construção

I)Ser providas com uma borda de contenção contínua no convés de pelo menos 150 mm de altura no entorno da área de carga de tal modo que eventuais vazamentos de óleo para o convés sejam contidos a bordo;

II)A borda de contenção referenciada no item anterior deverá ser provida de embornais, os quais deverão poder ser obstruídos por intermédio de bujões ou dispositivos equivalentes e eficazes para impedir o derramamento do produto na água;

III)Tomadas de carga e descarga deverão ser providas de bandejas, com capacidade nunca inferior a 200 l, um dos drenos da bandeja deverá estar conectado ao tanque de carga, através de rede onde deverá estar instalada uma válvula. Suspiros dos tanques de carga, tubulações independentes onde estejam instaladas válvulas de segurança e qualquer dispositivo onde seja possível o derramamento acidental do líquido, deverão ser providas de bandejas com capacidade nunca inferior a 20 litros, com dreno;

IV)Tomadas de carga, redutores, redes de carga e descarga e válvulas associadas deverão ser de aço ou outro material adequado. Não é permitido o emprego de ferro fundido ou alumínio. Todas as tomadas e redes devem ser fixadas e rigidamente apoiadas para prevenir tanto movimentos laterais como verticais;

V)Possuir flanges das redes integralmente aparafusados e estanques. Redes abertas ou tomadas não utilizadas devem ser dotadas de flanges cegos integralmente aparafusados. Esses flanges cegos devem ter resistência suficiente para suportar a pressão de trabalho da tubulação;

VI)Efetuar teste de pressão de todo o sistema de mangotes e redes de carga a uma pressão de teste de 150% da pressão máxima de trabalho a intervalos não maiores que 12 meses. Esses testes deverão ser registrados e os registros serem mantidos a bordo à disposição de uma eventual fiscalização;

VII)Instalar em seu sistema de controle de carregamento um alarme de nível alto do(s) tanque(s) de carga, que deverá alarmar quando o nível do tanque alcançar 95% da sua capacidade. O alarme deverá ser individual para cada tanque e audível em toda área de operação da embarcação;

VIII)A rede de descarga deverá ser dotada de um manômetro, instalado imediatamente após a bomba, que permita o monitoramento da pressão de operação. Para monitoramento da pressão de operação de carregamento, deverá ser instalado outro manômetro junto a(s) tomada (s) de carga / descarga;

IX)O motor do conjunto moto-bomba deverá ser instalado fora da área de carga e deverá estar abrigado por casaria que permita ampla ventilação natural. Entre o motor e a bomba de carga deverá ser instalada uma antepara, com altura de pelo menos 1500 mm, e largura de pelo menos 2000 mm. A antepara deverá ser posicionada próxima a bomba de modo a impedir que borrifos de óleo atinjam as superfícies aquecidas do motor;

X)As embarcações deverão ser dotadas de tomada(s) de carga/descarga;

XI)Não deve haver nenhuma conexão direta dos tanques de carga, tanques de retenção de resíduos oleosos, bombas de esgoto de porão e de quaisquer outros espaços ou equipamentos que possam resultar no lançamento acidental de óleo nos meios hídricos;

XII)O arranjo de esgoto poderá conter dispositivo que possibilite a descarga desses espaços diretamente para o meio hídrico em situações de emergência que ameacem a segurança da própria embarcação e das pessoas a bordo . Esse dispositivo, contudo, deverá ser dotado no mínimo, com uma válvula com lacre, mantida permanentemente fechada e com placa de advertência para uso somente em emergência. O lacre deverá ser numerado e registrado no L.R.O. Parte I.

3)Segurança Operacional

I)Livro de Registros

Todas as operações de lastro, deslastro e de limpeza de tanques de óleo combustível, descarte de resíduos oleosos de praça de máquinas, esgoto de porão e outras operações associadas aos compartimentos de máquinas devem ser registradas em um Livro Registro de Óleo Parte I.

As operações de carregamento e descarregamento de petróleo e seus derivados transportados como carga, lastro e deslastro de tanques de carga, lavagem de tanques de carga e demais operações relativas às operações de transporte de carga deverão ser lançadas em um Livro Registro de Óleo Parte II.

Os modelos de Livro Registro de Óleo Parte I e Parte II deverão obedecer aos modelos constantes da Convenção Internacional para Prevenção da Poluição por Navios - MARPOL 73/78. Os Livros Registro de Óleo Parte I e Parte II adotados deverão ser mantidos a bordo e estarem sempre disponíveis para inspeção.

II)Derramamento de Óleo no Convés

A embarcação deverá ser dotada de material para remoção de derramamento de óleo no convés, composto no mínimo de: serragem fina (10 kg), manta absorvente (10kg), areia (10kg), rodos (02un), pás de material que não provoquem centelha (02un), botas de borracha de cano longo (02 pares), luvas de borracha impermeáveis (02un), baldes plásticos (04 un), vassouras (02 un), trapo (10 kg), estopa (05 kg), saco plástico reforçado (20 un), tambores de 200 l para guarda de material e para recolhimento dos resíduos oriundos da faina de limpeza (02 un), produto neutro para limpeza de convés oleoso (20 l).

III)Tanques de Carga

1) O sistema de ventilação dos tanques deve ser dotado de dispositivo destinado a manter os tanques fechados e protegidos, assegurando que nem a pressão ou vácuo nos tanques excedam os parâmetros estabelecidos em projeto. Este dispositivo deve ser composto por Válvulas de Alívio de Pressão e Vácuo (VAPV) e Corta-Chamas (CC), certificados de acordo com a norma ABNT NBR ISO 16852 - "Corta-chamas - Requisitos de desempenho, métodos de ensaio e limites de aplicação". O certificado deverá ser emitido por organismos credenciados.

2) Devem ser instaladas Válvulas de Alívio de Pressão e Vácuo com Corta Chamas incorporado, de forma individual para cada tanque.

Como alternativa, pode ser instalado um sistema único de coleta de vapores, ligados a uma VAPV com CC. Neste caso, também deve ser instalado um Corta Chamas individual para cada tanque.

3) Para o dimensionamento das VAPV com CC incorporado, deve ser considerada a vazão por ocasião do carregamento ou do descarregamento dos tanques, assim como a influência climática devido ao aquecimento solar ou resfriamento.

4) O dimensionamento das VAPV e CC deve ser efetuado em conformidade com norma ISO 28300 - Indústria do Petróleo, Petroquímica e do Gás Natural - Ventilação de Reservatórios de Estocagem à Pressão Atmosférica e à Baixa Pressão.

5) A vazão para o enchimento dos tanques da embarcação deve ser limitada pela sua capacidade e pelo diâmetro da conexão de entrada.

6) Os terminais de carga devem ajustar a vazão em conformidade com a capacidade de vazão de recebimento da embarcação. O mesmo procedimento deve ser adotado por ocasião das transferências de uma embarcação para outra (ship-to-ship).

7) Deve ser instalada placa próximo à conexão de entrada informando a vazão máxima para enchimento dos tanques da embarcação em m^3/h.

8) A vazão para o descarregamento dos tanques da embarcação deve ser compatível com a vazão da bomba instalada.

9) Os tanques de carga devem permanecer fechados, não sendo permitido a sua abertura por ocasião das operações de carga e descarga. A ventilação deve ocorrer exclusivamente por intermédio dos Corta Chamas e das Válvulas de Alívio de Pressão e Vácuo.

10) As Válvulas de Alívio de Pressão e Vácuo devem ser submetidas a testes de bancada a cada 24 meses, para a calibração dos valores da pressão de abertura e do vácuo, conforme dimensionamento previsto na alínea 4), e verificação da estanqueidade. No certificado emitido deverá constar a data da execução, o nome da embarcação e o tanque a que se refere. O certificado deverá ser emitido por empresas credenciadas na Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaios - RBLE.

11) Os piques tanques de vante e de ré não poderão ser utilizados para transporte de carga ou de combustível para consumo da própria embarcação.

12) Toda embarcação tripulada deverá possuir equipamento de detecção de atmosfera explosiva. Esses equipamentos deverão ser mantidos totalmente operacionais e com teste e calibração de acordo com as instruções do fabricante (explosímetro).

13) Toda embarcação tripulada deverá possuir equipamento de medição de nível de oxigênio. Esses equipamentos deverão ser mantidos totalmente operacionais e com teste e calibração de acordo com as instruções do fabricante (oxímetro).

OBSERVAÇÃO: A constatação do atendimento dos requisitos enumerados em III), para embarcações existentes, deverá ser comprovada na primeira Vistoria de Renovação do CSN que venha a ocorrer após 31 de dezembro de 2020.

IV)Plano de Carga

Cada operação deve possuir um plano de carga, especificamente acordado com o representante do terminal. Esse Plano de Carga deverá conter pelo menos as seguintes informações:

-distribuição de carga na chegada e partida;

-densidade, quantidade e temperatura do produto;

-tanques da embarcação a serem carregados/descarregados e sequência a ser seguida;

-identificação das redes de carga a serem usadas (embarcação/terminal);

-vazão máxima de transferência de carga;

-limites de pressão;

-limites de temperatura;

-restrições relativas à acumulação de energia estática;

-qualquer preparação de tanque requerida antes ou depois das operações de carga;

-método de comunicação e procedimentos de parada de emergência;

-qualquer operação simultânea, tais como carregamento de óleo combustí-vel e armazenamento; e

-carga anterior transportada.

V)Dados de Segurança da Carga

Todas as cargas transportadas devem constar de FOLHAS DE DADOS DE SEGURANÇA DOS MATERIAIS ("Data Sheet") cobrindo informações de manuseio seguro, procedimentos de emergência e dados de saúde.

f)Requisitos Estruturais e Aspectos Gerais

1)Localização dos Tanques de Carga

I)A embarcação deverá ser construída de modo que na região dos tanques de carga, possua fundo e costado duplos.

II)As superfícies que definem os tanques de carga devem estar afastadas do fundo e dos costados da embarcação, respectivamente:

-No fundo: de, no mínimo, B / 15 ou 0,76m, o que resultar maior; e

-No costado: no mínimo 1,00m.

III)Os pocetos destinados à sucção da carga podem avançar dentro dos limites estabelecidos para a altura do fundo duplo, desde que sua capacidade volumétrica seja inferior a 100 litros e que o referido avanço não resulte em redução do afastamento em relação ao fundo, maior do que 25%.

2)As embarcações classificadas como postos flutuantes de combustíveis, que se enquadrem integralmente nas condições abaixo listadas, estão dispensadas do atendimento do contido no inciso anterior, desde que:

a)possuam comprimento total igual ou inferior a 15 metros e boca moldada igual ou inferior a 6 metros;

b)o volume total dos tanques de carga seja igual ou inferior a 90 metros cúbicos;

c)o volume individual de cada tanque de carga seja igual ou inferior a 25 metros cúbicos;

d)cada embarcação opere isoladamente, separadas por uma distância mínima de 350 metros; e

e)opere em local fixo e determinado, conforme requisitos da NORMAM-11/DPC.

g)Estabilidade

1)Deve ser comprovada suficiente estabilidade nas condições intacta e avariada.

2)Os dados para os cálculos de estabilidade (peso leve e localização do centro de gravidade da embarcação), ainda na fase de projeto, devem ser determinados por meio de cálculos de massas e momentos. Após o término da construção da embarcação, estes dados básicos devem ser ratificados através da realização de prova de inclinação.

3)Deve ser comprovada a estabilidade em avaria para todas as condições esperadas de carregamento e variações de calado e trim.

h)Avaria Padrão

As seguintes hipóteses devem ser assumidas para a extensão da avaria:

1)Avaria no costado:

-extensão longitudinal: $1/3(L^{2/3})$ ou 14,5m, o que for menor;

-extensão transversal (medida do costado para dentro, perpendicularmente ao plano de simetria no calado correspondente à linha de carga de verão ou equivalente (para embarcações sujeitas a um regulamento de borda livre) ou no calado máximo (para as demais): B/5 ou 11,5m, o que for menor; e

-extensão vertical (a partir da linha moldada do chapeamento do fundo na linha de centro: para cima sem limitação.

2)Avaria do fundo

AVARIA DO FUNDO	Na região compreendida entre a perpendicular de vante e 0,3L	Em qualquer outra região do navio
EXTENSÃO LONGITUDINAL	$\frac{1}{3}(L^{2/3})$ ou 14,5m, o que for menor	$\frac{1}{3}(L^{2/3})$ ou 5m, o que for menor
EXTENSÃO TRANSVERSAL	B/6 ou 10m, o que for menor	B/6 ou 5m, o que for menor
EXTENSÃO VERTICAL	B/15 ou 6m, o que for menor medida a partir da linha moldada do chapeamento do fundo na linha de centro).	B/15 ou 6m, o que for menor. (medida a partir da linha moldada do chapeamento do fundo na linha de centro).

3)Qualquer antepara na zona de avaria deve ser considerada como danificada, ou seja, a localização das anteparas deve ser escolhida de maneira que a embarcação deva suportar uma avaria de 2 compartimentos adjacentes no sentido longitudinal. Para a avaria do fundo, deve-se considerar também que os dois compartimentos transversais deverão estar comunicados e alagados.

4)No que concerne à praça de máquinas principal, esta será considerada como um só compartimento. Consequentemente, as anteparas extremas da mesma não devem ser consideradas como avariadas.

5)A borda inferior de qualquer abertura que não seja estanque à água (por exemplo, portas, janelas, escotilhas de acesso) deve, no estágio final de alagamento estar a não menos de 0,10m acima da linha d'água de avaria.

6)Em geral, deve ser assumida uma permeabilidade de 0,95. Quando forem calculados enchimentos médios menores que 0,95 para um compartimento, este valor poderá ser usado, não podendo entretanto, serem adotados valores menores do que os abaixo especificados:

I)Paióis 0,60;

II)Praça de máquinas 0,85;

III)Acomodações 0,95;

IV)Duplo fundo, tanques de óleo, tanques de lastro, espaços vazios, etc., segundo suas funções, devem ser considerados como totalmente cheios ou vazios para a flutuabilidade da embarcação no máximo calado permissível, 0 ou 0,95.

7)Sempre que uma avaria menor do que a padrão resultar em condições mais severas de banda, trim e reserva de flutuabilidade, os critérios de estabilidade em avaria deverão ser igualmente atendidos pela referida avaria menor.

i)Critério de Estabilidade em Avaria

1)Os valores positivos de braço de endireitamento na Curva de Estabilidade Estática deverão se estender por uma faixa de, no mínimo, 20^o além da posição de equilíbrio.

2)A área sob a curva dos braços de endireitamento até 20^o após o ponto de equilíbrio, ou até a imersão de uma abertura não estanque à água, não deve ser menor do que 0,0175mrad em associação com um braço de endireitamento residual máximo de, no mínimo, 0,1m na mencionada faixa.

3)No estágio final de alagamento, o ângulo de inclinação não deve exceder 25°, podendo ser aceita uma inclinação de até 30°, caso não ocorra imersão do convés.

4)A representação gráfica do critério de estabilidade em avaria pode ser obtida na Figura 5-1.

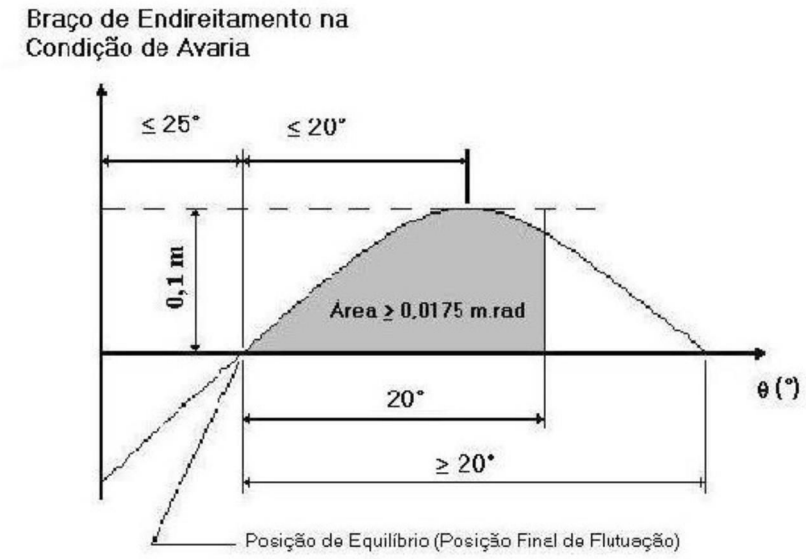


FIGURA 5-1: Critério de Estabilidade em Avaria

j)Segurança nos Espaços de Bombas Confinados

1)Na entrada da casa de bombas deverão ser claramente expostos procedimentos de segurança com as advertências e precauções a serem observadas pelas pessoas antes de entrar e quando estiver no seu interior;

2)As casas de bombas deverão possuir sistema de monitoração da temperatura da bomba de carga;

3)A ventilação da casa de bombas deve ser por exaustão forçada (no mínimo 20 trocas por hora);

4)Motores, chaves de partida de equipamentos e interruptores de luz instalados dentro da casa de bombas deverão ser a prova de explosão;

5)Deverá ser instalada fora da casa de bombas um dispositivo para parada de emergência das bombas. Esse dispositivo deverá estar claramente identificado e sinalizado;

6)O porão da casa de bombas deverá ser mantido livre de líquidos, devendo os porões serem mantidos secos e livres de resíduos de óleos;

7)Embarcações que utilizem bombas ou redes de carga para efetuar operações de lastro em situação de emergência, deverão ser dotadas de dispositivo que permita isolar efetivamente os dois sistemas entre si. Deverão ser utilizados dispositivos tipo seção de rede "carretel removível" ou outro que assegure o mesmo grau de isolamento;

8)As bombas de carga deverão ser instaladas em compartimento separado daquele em que for instalado o motor, segregados por antepara estanque a gás. Penetrações através de anteparas para passagem eixos de acionamento de bombas de carga, cujos motores de acionamento forem instalados em compartimento separado, deverão ser estanques a gás;

9)A casa de bombas deverá ser dotada de alarme sonoro de nível alto em pocetos. Esse alarme deverá soar no passadiço, na própria casa de bombas e no convés principal;

10)Os eixos de acionamentos e todas as demais partes móveis do conjunto moto-bomba deverão ser providos de proteções mecânicas, a fim de minimizar os riscos de acidentes;

11)Deverão ser atendidos os requisitos dos subitens k) 1) e 2).

k)Segurança e Prevenção nos Espaços de Máquinas

1)As redes de óleo combustível e óleo de sistemas hidráulicos devem ser instaladas de modo a evitar a ocorrência de vazamentos sobre superfícies quentes.

2)Os equipamentos instalados nas proximidades dessas redes devem ser protegidos contra borrifos de óleo;

l)Segurança de Fundeio e Amarração

1)Todos os cabos de amarração, manilhas, guinchos e freios devem ser mantidos em boas condições;

2)Todos os guinchos acionados eletricamente devem ter motor à prova de explosão;

3)Guinchos hidráulicos devem estar livres de vazamentos;

4)O conjunto de cabos utilizados para amarração da embarcação deverão ter as mesmas dimensões e serem confeccionados com o mesmo material (todos de naylon ou todos de polipropileno etc.);

5)Todas as embarcações propulsadas devem ser dotadas de sistema de fundeio. O sistema deverá possuir dispositivo adicional ao freio do molinete/guincho, quando existente, para travamento da âncora e do cabo ou amarra.

0523 -EMBARCAÇÕES SEM PROPULSÃO

As embarcações sem propulsão deverão atender aos itens 0522 a), b), c) (exceto c) 11), 12) e 23)), e), f), g), h), i), j), l) 1) e l) 4).

Pontões, terminais flutuantes, postos de abastecimento e instalações flutuantes similares deverão, além desses requisitos, ser efetivamente aterrados.

0524 -DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Além das vistorias para emissão de certificados estatutários, deverá ser efetuada perícia para emissão de Declaração de Conformidade Para Transporte de Álcool, Petróleo e seus derivados nas embarcações utilizadas no armazenamento e no transporte de álcool, petróleo e seus derivados.

A Declaração de Conformidade é aplicável às embarcações cujo somatório dos volumes de seus tanques de carga seja superior a 200 metros cúbicos.

0525 -PROCEDIMENTOS PARA PERÍCIA PARA EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

a)Solicitação de Perícia

O armador ou seu preposto deverá encaminhar à Capitania/Delegacia (CP/DL) do porto onde a perícia deva ser realizada uma Solicitação de Perícia de Petroleiro (SPCP), formalizada em documento preenchido de acordo com o modelo constante do Anexo 5-L, tendo como Anexo a cópia do comprovante de pagamento da indenização prevista no Anexo 8 - E. A solicitação deverá dar entrada na CP/DL, de preferência, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis em relação à data de chegada da embarcação, podendo ser utilizado o meio postal ou telefax.

As perícias serão realizadas somente no período diurno, por inspetor das Capitanias e Delegacias (CP/DL).

A solicitação deverá conter, em Anexo, documentos que comprovem a razão social do armador.

b)Condição da Embarcação para a Perícia

Além de cumprir os procedimentos gerais constantes da alínea anterior, as embarcações deverão estar fundeadas em águas abrigadas ou atracadas, observando-se as medidas de segurança aplicáveis.

A perícia poderá ser conduzida com a embarcação em operação de carregamento ou descarregamento, contudo, o Inspetor deverá ser acompanhado todo o tempo pelo Comandante ou por tripulante designado por ele (quando a embarcação for tripulada), ou por representante do armador (quando se tratar de embarcação não tripulada), e com autoridade e conhecimento necessários para atender a todas as suas solicitações, especialmente quanto aos aspectos de segurança.

As embarcações não necessitam estar desgaseificadas, contudo, isto poderá ser solicitado caso haja indício de que a perícia deva ser aprofundada. Nesses casos, os tanques designados para inspeção deverão ser desgaseificados como necessário, após o primeiro descarregamento desses tanques.

Nos casos em que seja necessário desgaseificar tanques para finalizar a perícia, a embarcação deverá ficar impedida de efetuar qualquer carregamento até que a perícia seja concluída e emitida a correspondente Declaração de Conformidade Para Transporte de Petróleo.

c)Documentação

Os Certificados previstos na Legislação Nacional aplicável, o certificado de registro da embarcação, e os documentos que comprovem a razão social do armador e do operador, deverão estar disponíveis a bordo por ocasião da perícia. Quando a embarcação for classificada, deverá estar disponível, também, o certificado de classe.

d)Apoio

Os armadores ou seus prepostos deverão providenciar todo o apoio de material, transporte local, etc., necessários para realização da perícia de condição. Deverá, também, haver o contato prévio com a CP/DL para o detalhamento do apoio necessário.

0526 -ESCOPO DA PERÍCIA

a)Certificados

Deverão ser verificados os Certificados previstos na regulamentação nacional aplicável, o certificado de registro da embarcação (ou título de inscrição) e os documentos que comprovem a razão social do armador, operador e proprietário da embarcação. Quando a embarcação for classificada, deverá ser verificado, também, o certificado de classe.

b)Estrutura

Deverá ser examinado o relatório da última vistoria de renovação e, caso aplicável, o resultado da medição de espessura conforme estabelecido no Capítulo 8. Caso se trate de embarcação classificada, deverá ser examinado, também, o relatório da última docagem e demais relatórios emitidos pela sociedade classificadora. Deverão ser realizadas inspeções estruturais internas dos tanques de lastro, espaços vazios e tanques/porões de carga, caso haja indício de que a perícia deva ser aprofundada.

c)Sistemas

Serão realizadas inspeções visuais e testes operacionais aleatórios em sistemas de navegação, prevenção da poluição, carga e lastro, gás inerte e lavagem de tanques com óleo cru (COW), se existente, combate a incêndio, fundeio e amarração, comunicações, propulsão e sistema de governo e outros.

d)Procedimentos operacionais

Serão verificados os sistemas de gerenciamento de segurança, carga e descarga, transbordo entre navios e demais instruções e procedimentos operacionais.

0527 -PROCEDIMENTO DE LIBERAÇÃO DA EMBARCAÇÃO PARA CARREGAMENTO

a)Embarcação sem deficiências:

Após a realização da perícia, caso não sejam apontadas deficiências, será emitida pelo Capitão dos Portos ou Delegado uma Declaração de Conformidade Para transporte de Petróleo de acordo com o modelo contido no Anexo 5-M que autoriza a embarcação a efetuar o transporte de petróleo e seus derivados.

b)Embarcação com deficiências leves:

Uma Declaração Provisória para Transporte de Petróleo deverá ser emitida pelo Capitão dos Portos ou Delegado, caso as deficiências apontadas não representem risco para a embarcação. Nesse caso, a declaração deverá possuir em Anexo uma lista com as exigências, contendo a natureza e o prazo para o seu cumprimento. Após o atendimento de todas as exigências apontadas, deverá ser solicitada nova perícia para verificação do seu cumprimento. Em seguida será emitida a Declaração de Conformidade Para Transporte de Petróleo correspondente, com validade a partir da data da perícia inicial.

c)Embarcação com deficiências graves

1)Embarcações classificadas ou certificadas por Entidades Certificadoras

Caso sejam constatadas pelo Inspetor deficiências que requeiram análise aprofundada, a embarcação não será liberada para operação, devendo ser solicitado ao Armador que obtenha da Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora da embarcação um parecer específico sobre a discrepância apontada. Somente após a análise desse parecer, o Capitão dos Portos ou o Delegado irá avaliar a conveniência de emitir a autorização correspondente e/ou determinar a correção das deficiências apontadas antes da emissão do citado documento.

Caso sejam constatadas pelo inspetor deficiências ou avarias estruturais graves, essas deficiências ou avarias deverão ser reparadas com o acompanhamento da Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora da embarcação. A liberação da embarcação ficará condicionada a análise, pelo Capitão dos Portos ou Delegado, do relatório da Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, atestando que as deficiências observadas foram sanadas, bem como da sua confirmação a bordo pelo Inspetor.

2)Embarcações não classificadas

Caso sejam constatadas pelo Inspetor deficiências que requeiram análise aprofundada, a embarcação não será autorizada para operação, devendo ser solicitado ao Armador que obtenha um parecer específico sobre a discrepância apontada, emitido por um engenheiro naval devidamente registrado no CREA. Somente após a análise desse parecer, o Capitão dos Portos ou o Delegado irá, em conjunto com o inspetor que realizou a perícia, avaliar a conveniência de emitir a autorização correspondente e/ou determinar a correção das deficiências apontadas antes da emissão do citado documento.

Caso sejam constatadas pelo inspetor deficiências ou avarias estruturais graves, essas deficiências ou avarias deverão ser reparadas com o acompanhamento de um engenheiro naval registrado no CREA. A liberação da embarcação ficará condicionada a análise, pelo Capitão dos Portos ou Delegado, do relatório detalhado e conclusivo emitido pelo engenheiro que acompanhou os reparos, atestando que as deficiências observadas foram sanadas, bem como da sua confirmação a bordo pelo Inspetor.

0528 -PRAZO DE VALIDADE DA DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E DA DECLARAÇÃO PROVISÓRIA

Após a análise dos documentos e da verificação da inexistência de deficiências, ou de que as deficiências observadas na perícia foram sanadas, a CP/DL emitirá a Declaração de Conformidade Para Transporte de Petróleo para a embarcação, com validade de 1 (um) ano a contar da data da perícia. O modelo de Declaração de Conformidade Para Transporte de Petróleo encontra-se no Anexo 5-M.

A Declaração Provisória Para Transporte de Petróleo será emitida pelo Capitão dos Portos ou Delegado e terá duração de três meses. O modelo da Declaração Provisória Para Transporte de Petróleo consta do Anexo 5-N.

Tanto a Declaração de Conformidade quanto a Declaração Provisória de Petróleo serão emitidas em pelo menos quatro vias. Uma via será arquivada na OM emissora e, as demais, serão encaminhadas uma para o interessado e duas para a DPC. A DPC se encarregará de encaminhar uma via para a ANP. No caso dos flutuantes utilizados como postos de abastecimento, não será encaminhada a via para a ANP.

A renovação da Declaração de Conformidade Para Transporte de Petróleo deverá ser efetuada mediante a realização de nova perícia.

0529 -CONTROLE

A DPC divulgará e manterá atualizada a listagem com embarcações autorizadas para efetuar transporte de petróleo e seus derivados, na página da Internet. Os flutuantes utilizados como postos de abastecimento não constarão dessa listagem.

As CP/DL deverão manter todas as perícias efetuadas atualizadas no Sistema de Gerenciamento de Vistorias Inspeções e Perícias - SISGEVI de modo a possibilitar a atualização das informações divulgadas na Internet pela DPC.

A solicitação de perícia para retirada de exigências poderá ser encaminhada a qualquer CP/DL em cuja jurisdição a embarcação se encontre, mediante a apresentação da seguinte documentação:

I)Requerimento; e

II)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente ao serviço de retirada de exigências (Anexo 8-E), exceto para órgãos públicos.

Essa CP/DL, após efetuar a verificação do cumprimento das exigências, irá emitir a Declaração de Conformidade Para Transporte de Petróleo correspondente.

As embarcações autorizadas a efetuar o transporte de petróleo e seus derivados deverão manter a bordo a Declaração de Conformidade ou a Declaração Provisória Para Transporte de Petróleo.

SEÇÃO IV

EMBARCAÇÕES DE APOIO A MERGULHO

0530 -REQUISITOS ADICIONAIS

As embarcações de qualquer arqueação bruta, construídas ou adaptadas (mesmo que temporariamente), para o apoio às atividades de mergulho, deverão atender, além das exigências contidas na Seção II deste Capítulo, aos seguintes requisitos adicionais:

-todos os componentes do sistema de mergulho, tais como compressores, tanques de volume, câmaras hiperbáricas, garrafas de alta pressão de ar comprimido e de oxigênio, deverão estar rigidamente fixados à embarcação, não sendo permitida a utilização de qualquer tipo de fixação provisória por meio de peias, cabos e outras; e

-atender aos requisitos para o transporte de carga no convés constantes do item 0515 destas normas.

CAPÍTULO 6

BORDA LIVRE, ESTABILIDADE INTACTA E COMPARTIMENTAGEM

0600 -PROPÓSITO

Estabelecer requisitos para o cálculo, verificação e certificação da borda-livre mínima para embarcações empregadas na navegação interior, além de regras específicas para as embarcações empregadas exclusivamente na Hidrovia Paraguai-Paraná.

São também definidos critérios e métodos de cálculos da estabilidade intacta, em função das áreas navegadas, condições de carregamento e os momentos emborcadores. Em consequência, são mostrados os procedimentos e cálculos para provas de inclinação, e determinação de carga máxima e limite de passageiros.

E, finalizando, são definidos critérios de segurança para compartimentos, em função da posição e quantidade de anteparas transversais metálicas, material sintético ou madeira.

SEÇÃO I

DEFINIÇÕES E REQUISITOS TÉCNICOS

0601 -ISENÇÕES PARA ATRIBUIÇÃO DE BORDA LIVRE

a)Estão dispensadas da atribuição de borda livre as embarcações que apresentem pelo menos uma das seguintes características:

1)AB menor ou igual a 50;

2)Comprimento de regra (L) inferior a 20 m;

3)Embarcações destinadas exclusivamente a esporte e/ou recreio e comprimento menor que 24 m; e

4)Navios de guerra.

b)A DPC poderá isentar uma embarcação, que possua dispositivos/características de um novo tipo, de qualquer exigência das presentes regras cuja aplicação possa dificultar seriamente a pesquisa para o desenvolvimento de tais dispositivos/características e sua posterior incorporação aos navios engajados na navegação interior. Essas embarcações, entretanto, deverão atender aos requisitos que, a critério da DPC, sejam adequados ao serviço no qual será empregada a embarcação e que garantam a sua segurança.

c)As embarcações dispensadas da atribuição de borda livre em função do estabelecido no item a) acima, mas que sejam obrigadas a portar Certificado de Segurança da Navegação (CSN) em conformidade com o estabelecido no item 0801 deverão atender aos requisitos estabelecidos nos itens de 0609 a 0612, conforme aplicável, os quais deverão ser verificados por ocasião das vistorias iniciais, anuais, intermediárias e de renovação e, sendo eventuais deficiências lançadas como pendências ao endosso ou renovação do CSN.

0602 -APLICAÇÃO

a)Borda Livre:

1)As regras constantes na presente norma, relativas à atribuição da borda livre (incluindo os requisitos técnicos apresentados nos itens 0608 a 0612), se aplicam às seguintes embarcações:

I)Aquelas em que o proprietário ou armador solicitou a emissão do Certificado Nacional de Borda Livre, em ou após 13/02/1997;

II)Aquelas construídas antes de 13/02/1997, por solicitação do proprietário ou armador; e

III)Aquelas já construídas e que tenham sido objeto de modificações de vulto, que acarretem reavaliação da borda livre, em ou após 13/02/1997.

2)A renovação de Certificados de Borda Livre de embarcações existentes, conforme modelo no Anexo 6-J, cuja borda livre tenha sido atribuída de acordo com instruções que não estejam mais em vigor, deverá atender aos procedimentos estabelecidos no Anexo 6-I.

3)As embarcações, construídas após 13/02/1997, empregadas na Hidrovia Paraguai-Paraná, com exceção daquelas utilizadas em atividades sem fins comerciais e ou no transporte transversal fronteiriço e das embarcações de guerra, deverão ter suas bordas livres determinadas de acordo com o estabelecido no "Regulamento de Borda Livre e Estabilidade para as Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná", conforme decreto nº 3.417, de 19 de abril de 2000 (ver Anexo 6-L). O certificado correspondente é apresentado no Anexo 6-M.

4)No caso de balsas com dispositivo de descarga pelo fundo, e dragas, operando exclusivamente em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), poderão ser aplicados os procedimentos descritos no Anexo 6-N, com a emissão do correspondente certificado, para cálculo e marcação da borda livre.

b)Estabilidade

1)As regras constantes na presente norma, relativas à verificação da estabilidade intacta, são aplicáveis a todas as demais embarcações empregadas na navegação interior para as quais tenha sido solicitada licença de construção, alteração ou reclassificação a partir de 16 de junho de 1998.

2)A estabilidade das embarcações com AB maior que 50 deverá ser reavaliada, de acordo com o estabelecido neste Capítulo, na 1ª vistoria de renovação que tenha que realizar a partir de 13 de fevereiro de 1999.

3)A estabilidade das embarcações empregadas na Hidrovia Paraguai-Paraná, com exceção daquelas utilizadas em atividades sem fins comerciais e ou no transporte transversal fronteiriço, deverá ser avaliada de acordo com os requisitos constantes do "Regulamento de Borda Livre e Estabilidade para as Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná", apresentado no Anexo 6-L.

c)Compartimentagem

1)As regras constantes na presente norma relativas à compartimentagem são aplicáveis a todas as embarcações de passageiros com AB maior que 50 para as quais tenha sido solicitada licença de construção, alteração ou reclassificação após 16 de junho de 1998.

Para embarcações de casco metálico ou de material sintético as regras constantes na presente norma relativas à compartimentagem se aplicam, além do previsto no parágrafo anterior, às embarcações de transporte de passageiros com AB superior a 20 e igual ou inferior a 50, que venham ser inscritas, alteradas ou reclassificadas para transporte de passageiros, após 01 de setembro de 2007.

2)As embarcações com AB maior que 50 e empregadas no transporte de passageiros para as quais tenha sido solicitada licença de construção, alteração ou reclassificação em data anterior a de entrada em vigor dos requisitos de compartimentagem deverão atender a esses requisitos na primeira vistoria de renovação que tenha que realizar após 13 de fevereiro de 1999.

3)As embarcações com AB maior que 20 e que iniciem um processo de autorização para construção ou alteração após 15 de junho de 2002, deverão atender aos requisitos constantes dos itens 0647, 0648, 0650 e 0651 (quando metálicas ou de material sintético) ou 0649, 0650 e 0651 (quando de madeira).

Nota: As embarcações existentes que se enquadrem nas condições estabelecidas no item 0601 c) deverão atender aos requisitos estabelecidos nos itens de 0609 a 0612 até a primeira vistoria de renovação de CSN que ocorrer depois de 31/12/2016.

0603 -definições

a)Convés de Borda Livre

1)É aquele a partir do qual se mede a borda livre. É o convés completo mais elevado que o navio possui, de tal forma que todas as aberturas situadas nas partes expostas do mesmo disponham de meios permanentes de fechamento que assegurem sua estanqueidade.

2)Um convés inferior poderá ser adotado como convés de borda livre, sempre que seja um convés completo e permanente, contínuo de proa a popa, pelo menos entre o espaço das máquinas propulsoras e as anteparas dos pique tanques, e contínuo de bordo a bordo. Se for adotado esse convés inferior, a parte do casco que se estende acima do convés de borda livre, será considerada como uma superestrutura para efeito do cálculo de borda livre.

3)Nas embarcações que apresentem o convés de borda livre descontínuo, a linha mais baixa do convés exposto e o prolongamento de tal linha paralela à parte superior do convés, deverá ser considerada como o convés da borda livre (figura 6.1).

b)Comprimento de Regra (L)

1)Este comprimento é utilizado para o cálculo da borda-livre e significa 96 por cento do comprimento total da linha d'água correspondente a 85% da menor distância vertical entre o topo da quilha e o topo do vau do convés da borda livre (menor pontal moldado - p) ou o comprimento compreendido entre a roda de proa e o eixo da madre do leme, medido na mesma linha d'água, se esse último for maior (figura 6-2 (a))

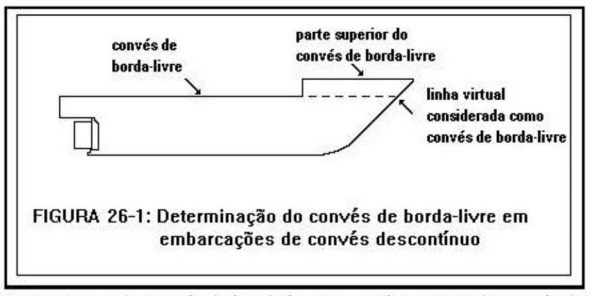


FIGURA 26-1: Determinação do convés de borda-livre em embarcações de convés descontínuo

FIGURA 6-1: Determinação do convés de borda livre em embarcações de convés descontínuo

2)Em navios projetados com inclinação de quilha, a linha d'água na qual esse comprimento deve ser medido, será paralela à linha d'água de projeto (figura 6-2 (b))

3)Na determinação do comprimento de regra (L) de uma barcaça sem propulsão e de convés corrido, será considerado 96% do comprimento total da linha de flutuação paralela, situada acima da face superior da quilha igual a 85% do menor pontal moldado.

4)Na determinação do comprimento (L) somente deverá ser considerado o casco da embarcação, não sendo computado nenhum acréscimo devido a existência de apêndices, leme e talhamar ou cadaste (em barcos de madeira).

c)Borda Livre (BL)

A borda livre é a distância vertical, na meia-nau, entre a aresta superior da linha do convés e a aresta superior da linha horizontal da marca de borda livre.

d)Superestrutura

1)É uma estrutura com cobertura, situada imediatamente acima do convés de borda livre, estendendo-se ou não de borda a borda da embarcação.

2)Um ressalto em um convés de borda livre descontínuo (compreendido entre a parte superior do convés de borda livre e a linha virtual, paralela à parte superior do convés, considerada como convés de borda livre) será também considerado uma superestrutura.

e)Superestrutura Fechada

É toda superestrutura que atende aos requisitos constantes do item 0608.

f)Meia-Nau

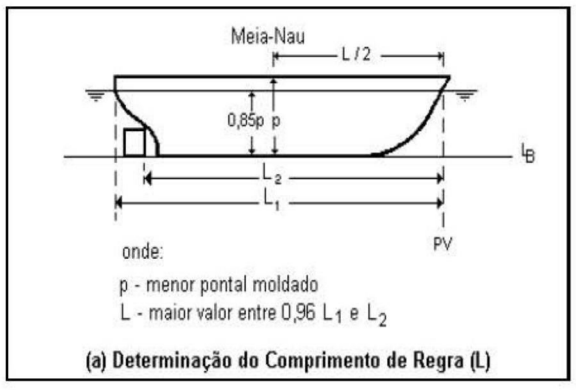
A meia-nau está localizada no meio do comprimento de regra (L), sendo esse comprimento medido a partir do ponto de interseção da face externa da roda de proa com a linha de flutuação na qual o mesmo foi definido (figura 6-2).

g)Perpendicular de Vante (PV)

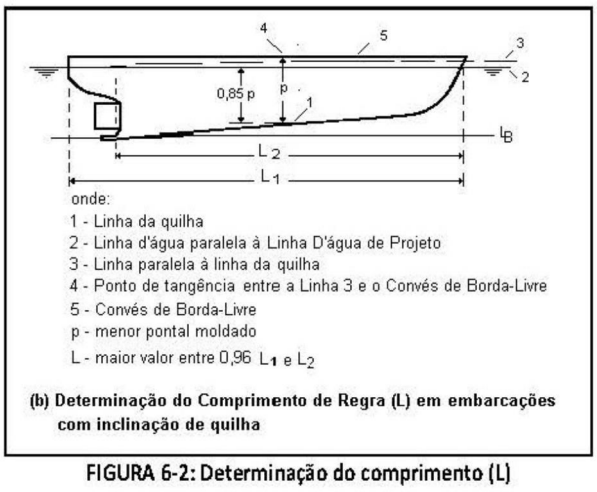
Deverá ser considerada na extremidade de vante do comprimento de regra (L), no ponto de interseção da parte de vante da roda de proa com a linha d'água na qual aquele comprimento foi medido (figura 6-2 (a)).

h)Boca (B)

É largura máxima do navio, em metros, medida na meia-nau até a linha moldada das cavernas em embarcações de casco metálico, ou até a superfície externa do casco em embarcações de casco não metálico.



(a) Determinação do Comprimento de Regra (L)



(b) Determinação do Comprimento de Regra (L) em embarcações com inclinação de quilha

FIGURA 6-2: Determinação do comprimento (L)

i)Pontal Moldado (P)

É a distância vertical, em metros, medida junto ao bordo na meia-nau, desde a face superior da quilha até o topo do vau do convés de borda-livre. Os procedimentos para determinação do pontal moldado em situações especiais são apresentados no item 0606.

j)Comprimento Real de Superestrutura (S)

É o comprimento da parcela da superestrutura situada entre as perpendiculares de vante e de ré, ou seja, dentro dos limites do comprimento L.

k)Comprimento Efetivo de Superestrutura (E)

É igual ao produto do comprimento real da superestrutura (S) com a relação entre a largura da superestrutura, na metade do seu comprimento, e a boca da embarcação no mesmo local de medição.

l)Comprimento Total da Embarcação

Para efeito de aplicação desta norma, o termo "comprimento da embarcação" é definido como sendo a distância horizontal entre os pontos extremos da proa a popa. Plataformas de mergulho, gurupés ou apêndices similares não são considerados para o cômputo dessa medida.

m)Altura de Superestrutura (he)

É a menor distância vertical, em metros, medida na lateral da superestrutura, a partir do topo dos vaus do convés da superestrutura até o convés de borda livre, reduzida da diferença entre o pontal para a borda-livre (D) e o pontal moldado (P), conforme definidos nestas regras.

n)Pontal de Borda Livre (D)

É igual ao pontal moldado (P) acrescido da espessura do trincaniz.

o)Estanque ao Tempo ("Weathertight")

É considerado qualquer acessório ou componente estrutural que apresente um desempenho satisfatório de forma a impedir a passagem de água quando submetido a um ensaio de acordo com o procedimento descrito no item 0607 a).

p)Estanque à Água ("Watertight")

É considerado qualquer acessório ou componente estrutural que apresente um desempenho satisfatório de forma a impedir a passagem de água quando submetido a um ensaio de acordo com o procedimento descrito no item 0607 b).

q)Passageiro

É toda pessoa que não seja:

1)O Comandante e os membros da tripulação ou outras pessoas empregadas ou ocupadas, sob qualquer forma, a bordo da embarcação, em serviços que lhes digam respeito; e

2)Criança com menos de um ano de idade.

r)Embarcação de Passageiros

É toda embarcação que transporte qualquer quantidade de passageiros.

s)Rebocador e ou Empurrador

É toda embarcação projetada ou adaptada para efetuar operações de reboque e ou empurra.

t)Embarcação de Carga

É toda embarcação que não se enquadre nas definições constantes nas alíneas r) ou s) acima.

u)Embarcação de Pesca

É toda embarcação de carga empregada na captura de recursos vivos do mar e das águas interiores.

v)Barcaça

É qualquer embarcação de carga que possui, geralmente, as seguintes características:

1)Não é tripulada;

2)Não possui sistema de propulsão próprio;

3)Relação entre a boca e o calado, superior a 6,0, e

4)Relação entre a boca e o pontal, superior a 3,0.

x)Ângulo de Alagamento

É o ângulo de inclinação transversal no qual submergem as aberturas no casco e ou superestruturas que não podem ser fechadas e ou tornadas estanques ao tempo ("weathertight"). As pequenas aberturas através das quais não pode haver um alagamento progressivo, não precisam ser consideradas abertas na determinação desse parâmetro.

0604 -TIPOS DE EMBARCAÇÃO

Para efeito de aplicação das presentes regras, as embarcações serão classificadas nos seguintes tipos:

a)TIPO A

São todas as embarcações de casco metálico ou de material sintético que não apresentam aberturas de escotilha, sendo o acesso ao interior do casco (ou dos tanques) proporcionado apenas através de pequenas aberturas, tais como escotilhões, agulheiros, portas ou portas de visita, fechadas e tornadas estanques à água ("watertight") por tampas de aço ou material equivalente, caracterizando, dessa forma, alta resistência ao alagamento.

b)TIPO B

São todas as embarcações de casco metálico ou de material sintético que possuem aberturas de escotilha, as quais podem ser fechadas e tornadas estanques ao tempo ("weathertight"), e cujas demais aberturas no costado (abaixo do convés de borda-livre), podem ser fechadas e tornadas estanques à água ("watertight"). Ver Disposições Transitórias no fim deste Capítulo.

c)TIPO C

São todas as embarcações de casco metálico ou de material sintético que apresentam aberturas no convés principal (incluindo as aberturas de escotilha) ou nos costados que não podem ser fechadas e tornadas estanques ao tempo ("weathertight").

d)TIPO D

São as embarcações de casco de madeira cujas aberturas no convés de borda livre podem ser fechadas e tornadas estanques ao tempo ("weathertight").

e)TIPO E

São embarcações de casco de madeira cujas aberturas no convés principal ou costados não podem ser fechadas e tornadas estanques ao tempo ("weathertight").

0605 -ÁREAS DE NAVEGAÇÃO

a)Tipos

Para efeito de aplicação das presentes regras, as áreas de navegação serão classificadas nos seguintes tipos:

1)ÁREA 1

Áreas abrigadas, tais como lagos, lagoas, baías, rios e canais, onde normalmente não sejam verificadas ondas com alturas significativas que não apresentem dificuldades ao tráfego das embarcações.

2)ÁREA 2

Áreas parcialmente abrigadas, onde eventualmente sejam observadas ondas com alturas significativas e ou combinações adversas de agentes ambientais, tais como vento, correnteza ou maré, que dificultem o tráfego das embarcações.

b)Caracterização das Áreas de Navegação

As áreas da navegação interior consideradas como área 2, para efeito de aplicação da presente norma, estão descritas nas Normas e Procedimentos das CP e CF (NPCP/NPCF).

c)Embarcações que Operam nas Duas Áreas de Navegação

As embarcações que operem nas duas áreas de navegação (1 e 2) deverão atender integralmente aos requisitos técnicos estabelecidos no item 0612 para as embarcações que operam na área de navegação 2.

0606 -PROCEDIMENTOS PARA DETERMINAÇÃO DO PONTAL MOLDADO (P)

a)Nas embarcações de madeira ou de construção mista estas medidas serão tomadas a partir da aresta inferior do alefriz da quilha.

b)Quando a parte inferior da embarcação, em seu centro, apresentar uma concavidade ou quando existirem chapas de resbordo de grande espessura, esta distância será medida desde o ponto em que a superfície interna do chapeamento do fundo, prolongada para o interior, intercepte a face lateral da quilha.

c)A figura 6-3 apresenta os procedimentos para a determinação do pontal moldado (P) em situações especiais.

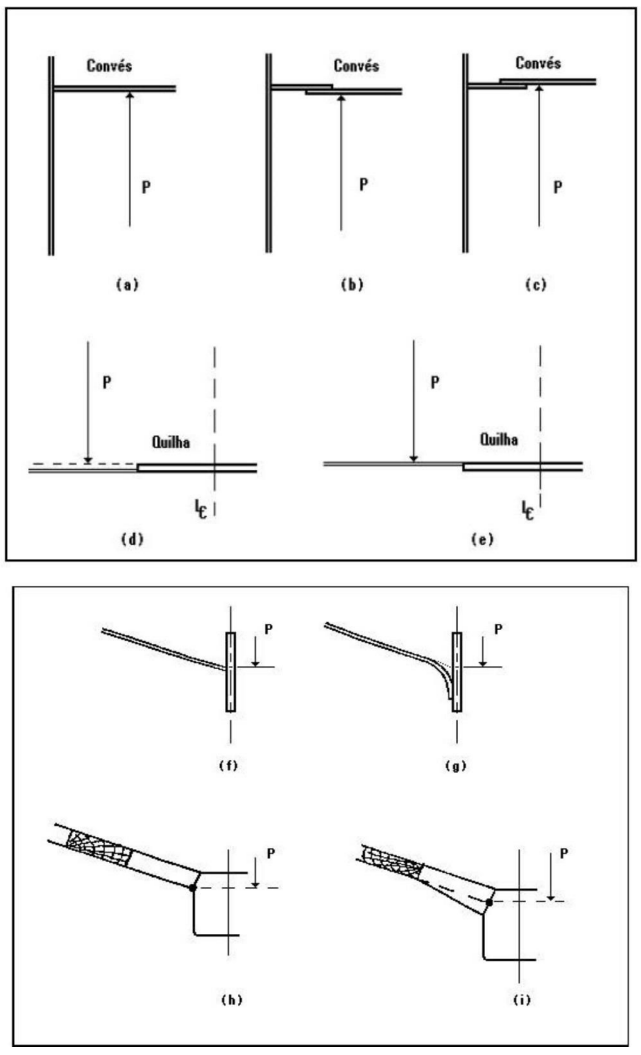


FIGURA 6-3: Determinação do pontal moldado em situações especiais.

d)Nas embarcações que tiverem trincaniz arredondado, o pontal moldado será medido até o ponto de interseção das linhas imaginárias correspondentes ao prolongamento das linhas moldadas do convés e do costado (figura 6-4).

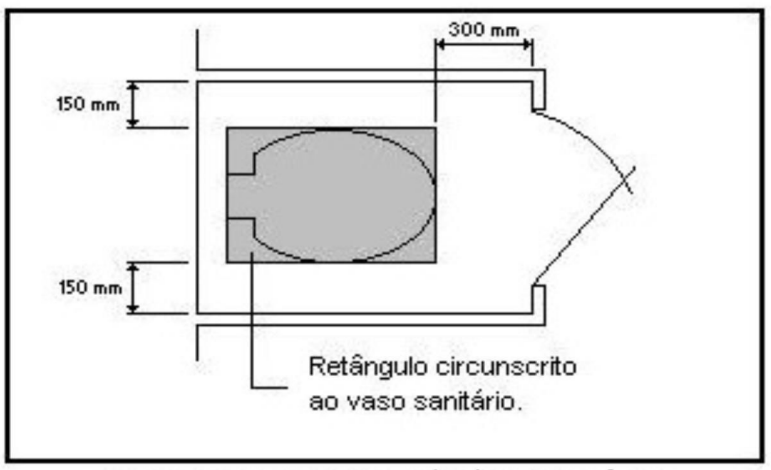


FIGURA 3-M-1: Unidade Sanitária

e)Quando o convés de borda livre apresentar um degrau e a parte elevada desse convés se estender além do ponto em que será determinado o pontal moldado, este será medido até a linha de referência correspondente ao prolongamento da parte inferior desse convés, paralelamente à parcela mais elevada (figura 6-5).

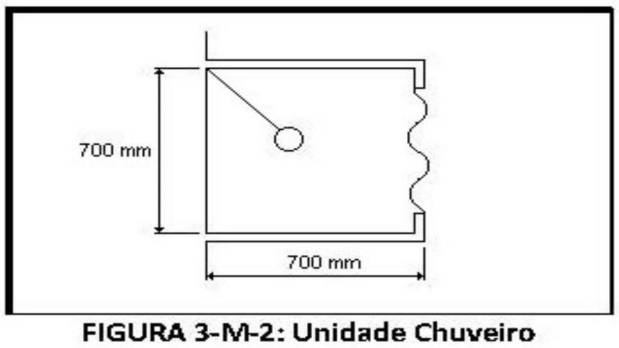


FIGURA 3-M-2: Unidade Chuveiro



FIGURA 3-M-3: Unidade Chuveiro com Área para Troca de Roupa

0607 -PROCEDIMENTOS PARA TESTES DE ESTANQUEIDADE

a)Estanque ao Tempo ("Weathertight")

Para avaliar se um dispositivo pode ser considerado estanque ao tempo, o mesmo deverá ser testado de acordo com o seguinte procedimento:

1)Fechar o objeto de ensaio e apertar seus atracadores com as mãos, sem auxílio de ferramentas, exceto onde previsto em projeto;

2)Aplicar um jato d'água (borrifo) de 2 kg/cm^2 de pressão, a uma distância entre 2,5 e 3 m, por no mínimo 3 minutos e com um ângulo de inclinação de 45º;

3)A aplicação do jato deve ser lenta e gradual ao redor de toda área de vedação; e

4)O diâmetro mínimo do esguicho da mangueira deve ser de 16 mm.

Para qualquer dispositivo ser considerado estanque ao tempo ("weathertight") não poderá ser observado qualquer vazamento no lado contrário à aplicação do jato.

b)Estanque a Água ("Watertight")

Para avaliar se um dispositivo pode ser considerado estanque a água o mesmo deverá ser testado de acordo com o seguinte procedimento:

1)Fechar o objeto e apertar seus atracadores com as mãos, sem auxílio de ferramentas, exceto onde previsto em projeto;

2)Aplicar, lenta e gradualmente ao redor de toda a área de vedação, um jato sólido de 2 kg/cm^2 a uma distância máxima de 1,5 m e um ângulo de 45º, exceto entre as tampas de escotilha ou na união de painéis, onde o ângulo de aplicação do jato deve ser de 90º;

3)A aplicação do jato deve ser lenta e gradual ao redor de toda área de vedação; e

4)O diâmetro mínimo do esguicho da mangueira deve ser de 12,5 mm.

Para qualquer item ser considerado estanque a água ("watertight") não poderá ser observado qualquer vazamento no lado contrário à aplicação do jato.

0608 -REQUISITOS PARA SUPERESTRUTURAS FECHADAS

Uma superestrutura fechada deverá atender aos seguintes requisitos:

a)As anteparas e a cobertura que a limitam sejam metálicas ou de material sintético e estejam adequadamente estruturadas e permanentemente instaladas;

b)As aberturas de acesso nessas anteparas limites e as demais aberturas nas laterais ou extremidades da superestrutura sejam reforçadas por meio de uma gola e estejam dotadas de dispositivos de fechamento de material metálico ou sintético, permanentes e fixos à antepara, reforçados e instalados de tal forma que o conjunto apresente um padrão de resistência equivalente ao da própria antepara, como se fosse contínua;

c)Esses dispositivos de fechamento devem ser estanques ao tempo quando estiverem fechados, sendo que os dispositivos para assegurar a estanqueidade do fechamento devem ser fixos e serão acionados de ambos os lados da antepara ou a partir de um convés acima;

d)As soleiras nas portas de acesso devem ter as alturas mínimas especificadas nestas regras;

e)Existam meios independentes de acesso aos locais da tripulação, máquinas, paióis, passadiço ou conveses elevados, utilizáveis em qualquer momento quando as aberturas das anteparas estiverem fechadas;

f)Um passadiço ou um tombadilho não serão considerados uma superestrutura fechada exceto se estiverem dotados de acesso para que a tripulação possa chegar às máquinas e demais lugares de trabalho, a partir do interior da superestrutura, por meios que possam ser utilizados em qualquer instante quando estiverem fechadas as aberturas das anteparas externas;

g)Um tronco ou construção similar que não se estenda até os costados da embarcação será considerada uma superestrutura fechada desde que:

1)Apresente um padrão de resistência pelo menos equivalente ao de uma superestrutura;

2)Possibilite a passagem adequada de proa a popa da embarcação; e

3)No caso de embarcações do tipo "B" com tampas de escotilha ou conjuntos braçolas / tampas de escotilha sobre os troncos, essas tampas deverão ser estanques ao tempo ("weathertight").

h)O conjunto braçola-tampa de escotilha de embarcações do tipo "B" poderá ser também considerado para fins de determinação da borda-livre como uma superestrutura fechada, desde que apresente as seguintes características:

1)A altura da braçola (hp) for maior ou igual ao obtido por intermédio da seguinte expressão:

Hp= 0,01 x L + 1,00 (1)

onde:

hp = altura da braçola, em m; e

L = comprimento de regra, em m.

2)Tampas de escotilhas estanques ao tempo ("weathertight").

0609 -SAÍDAS D'ÁGUA

a)As construções que possibilitem acúmulo de água, deverão possuir saídas d'água que permitam sua rápida drenagem. A área mínima das aberturas em cada costado e em cada poço no convés de borda livre, será calculada da seguinte maneira.

1)Comprimento da borda-falsa no poço de até 20 m:

A = 0,03 x L1 + 0,60 (2)

2)Comprimento de borda-falsa maior que 20 m:

A = 0,06 x L1, onde: (3)

A = área mínima das saídas d'água, em m^2; e

L1 = comprimento da borda-falsa, em m.

b)Para os poços sobre os conveses da superestrutura, a área das aberturas será equivalente à metade do indicado acima.

c)Se as saídas d'água não cumprirem sua finalidade devido a existência de um tosamento pronunciado, sua instalação poderá ser dispensada, assim como não serão também exigidas saídas d'água nas bordas falsas situadas na proa das embarcações.

0610 -VIGIAS E OLHOS DE BOI

As vigias e olhos de boi existentes nos costados abaixo do convés de borda livre de embarcações dos tipos "A", "B" ou "D" deverão apresentar as seguintes características:

a)Ser estanque à água (ou apresentar meios que possibilitem o seu fechamento estanque à água);

b)Ser de construção sólida;

c)Ser provida de vidros temperados de espessura compatível com seu diâmetro;

d)Não podem ser do tipo "removível"; e

e)Caso rebatíveis, deverão permanecer fechadas quando em viagem, devendo tal observação constar do Certificado de Segurança da Navegação e do Certificado Nacional de Borda Livre da embarcação. Além disso, deverá haver uma placa, permanentemente fixada junto à vigia, alertando que a mesma deverá permanecer fechada quando em viagem.

0611 -REQUISITOS TÉCNIcoS PARA AS EMBARCAÇÕES NA ÁREA 1

a)Soleiras de Portas

As portas externas que possibilitem, direta ou indiretamente, o acesso ao interior de qualquer compartimento localizado abaixo do convés de borda livre ou ao interior de uma superestrutura fechada, deverão ter uma soleira mínima de 150 mm.

b)Aberturas no Convés de Borda Livre

1)Os escotilhões e as aberturas de escotilha deverão possuir braçola de pelo menos 150 mm de altura e, também, ser dotados de tampas que possam ser fixadas às braçolas. As embarcações dos tipos "C" e "E" estão dispensadas da obrigatoriedade de possuírem tampas de escotilha ou dos escotilhões.

2)As tampas das aberturas de escotilha, dos escotilhões e seus respectivos dispositivos de fechamento, quando existentes, terão resistência suficiente que permita satisfazer as condições de estanqueidade previstas para o tipo de embarcação considerada e deverão apresentar todos os elementos necessários para assegurar a estanqueidade.

3)A altura das braçolas mencionadas na subalínea 1) poderá ser reduzida ou até suprimida, a critério da DPC, desde que a segurança da embarcação não seja comprometida por este motivo em qualquer condição de mar.

4)Portas de visita e aberturas para retiradas de equipamentos, fechadas por intermédio de tampas aparafusadas e que sejam estanques à água ("watertight") não estão sujeitas a qualquer requisito de altura mínima de braçola.

c)Aberturas no Costado

1)As aberturas no costado de embarcações dos tipos "A", "B" ou "D" deverão possuir tampas estanques à água ou vigias e olhos de boi que atendam aos requisitos constantes no item 0610.

2)As aberturas no costado de embarcações dos tipos "A", "B" ou "D", incluindo vigias e olhos de boi, deverão estar posicionadas de forma que sua aresta inferior esteja a pelo menos 300 mm acima da linha d'água carregada, em qualquer condição esperada de trim. Para as embarcações dos tipos "C" ou "E" essa distância não deverá ser inferior a 500 mm.

d)Suspiros

1)Os suspiros externos, situados acima do convés de borda livre, deverão apresentar as seguintes caraterísticas:

(a)Extremidade superior do suspiro em forma de "U" invertido ou com arranjo que proteja a sua abertura da entrada de água proveniente das intempéries; e

(b)Distância vertical entre o ponto a partir da qual a água efetivamente tem acesso ao tanque ou compartimento abaixo e o convés onde o suspiro se encontra instalado maior ou igual a 450 mm.

2)Os suspiros dos tanques ou compartimentos que apresentem efeito de superfície livre desprezível, de acordo com o estabelecido no item 0634 f) 3), bem como os de caixas de mar, estão isentos do cumprimento dos requisitos de altura estabelecido na sub alínea 1) b) acima.

e)Dispositivos de Ventilação ou Exaustão

1)Os dutos de ventilação ou exaustão destinados aos espaços situados abaixo do convés de borda livre deverão apresentar a borda inferior de sua extremidade externa com pelo menos 450 mm de altura acima do referido convés. Os dutos de ventilação e exaustão dos espaços abertos de embarcações dos tipos "C" ou "E" poderão ser dispensados do atendimento desse requisito, a critério da DPC;

2)Dispositivos de iluminação e ou ventilação natural (alboios) de compartimentos situados abaixo do convés de borda livre, que estão situados imediatamente acima do referido convés, deverão:

(a)Ser estanque ao tempo (ou dispor de meios que possibilitem o seu fechamento estanque ao tempo);

(b)Ser dotado de vidros com espessura compatível com sua área e máxima dimensão linear; e

(c)Apresentar braçolas com, pelo menos, 150 mm de altura.

f)Descargas no Costado

1)A extremidade junto ao costado dos tubos de descarga, provenientes de espaços situados abaixo do convés de borda livre ou de superestruturas fechadas, deverá ser dotada de válvulas de retenção e fechamento (combinadas ou não). Os meios disponíveis para operação de válvula de fechamento deverão ser facilmente acessíveis e estar sempre disponíveis;

2)Quando a descarga se dá por gravidade e a distância vertical entre o ponto de descarga no costado e a extremidade superior do tubo for maior ou igual a 1,20 m as válvulas poderão ser de fechamento sem retenção;

3)As descargas de gases provenientes de motores de combustão interna que sejam posicionadas na popa ou nos costados, mesmo quando associadas à descarga de água de refrigeração dos motores ("descarga molhada"), estão dispensadas da obrigatoriedade da instalação de válvulas de retenção ou fechamento, mas deverão atender aos seguintes requisitos:

(a)Deverão ser flangeadas no casco; e

(b)Deverão ser de aço ou material equivalente nas proximidades do casco.

g)Passagem de Proa a Popa

1)Deverá ser prevista uma passagem permanentemente desobstruída de proa à popa da embarcação com largura mínima de acordo com o estabelecido no Anexo 3-M, a qual não poderá ser efetivada por cima de tampas de escotilhas;

2)Em todas as partes expostas dos conveses de borda livre e das superestruturas deverá haver eficientes balaustradas ou bordas falsas, que poderão ser removíveis ou rebatíveis. Poderá ser dispensada a instalação dessa borda falsa ou balaustrada, sempre que, a critério da DPC, a mesma interferir nas operações normais do navio, desde que seja garantida uma proteção adequada à tripulação e/ou aos passageiros;

3)As balaustradas e bordas falsas deverão, a princípio, possuir uma altura não inferior a 1,0 m. Essa altura poderá ser reduzida, a critério da DPC, sempre que interferir nas operações normais do navio.

4)A abertura inferior da balaustrada deverá apresentar altura menor ou igual a 230 mm e os demais vãos não poderão apresentar altura superior a 380 mm. No caso de embarcações com bordas arredondadas, os suportes das balaustradas deverão ser colocados na parte plana do convés.

5)Este item deverá ser exigido apenas nos seguintes casos:

-embarcações tripuladas ou de passageiros; e

-embarcações não tripuladas que, por razões operacionais, necessitem de pessoal a bordo para sua operação normal.

0612 -REQUISITOS TÉCNICOS PARA EMBARCAÇÕES NA ÁREA 2

a)Tipos de Embarcações Permitidas

1)A embarcação deverá ser do tipo "A", "B" ou "D". Embarcações do tipo "C" podem ser designadas para navegação na área 2, desde que apresentem características de construção e ou operação especiais que, a critério da DPC, possibilitem:

(a)Condições de flutuabilidade e estabilidade satisfatórias, mesmo com os porões totalmente alagados comprovado através de cálculos feitos por engenheiro naval; e/ou

(b)Eficiente esgoto dos porões, impossibilitando o alagamento.

2)As embarcações do tipo "E" poderão ser autorizadas a operar na região amazônica na área 2, desde que não possuam aberturas no costado que não possam ser fechadas e tornadas estanques à água, e que as aberturas existentes no convés de borda-livre que não possam ser tornadas estanques ao tempo, apresentem as seguintes características; (Ver Disposições Transitórias no fim deste Capítulo):

(a)Braçolas ao redor de toda a abertura, com altura de, pelo menos, 380mm; e

(b)A menor distância transversal entre as extremidades das aberturas no convés principal e as bordas da embarcação deve ser maior que 30% do valor da boca.

b)Soleiras das Portas

As portas externas que possibilitem, direta ou indiretamente, o acesso ao interior de qualquer compartimento localizado abaixo do convés de borda livre deverão apresentar uma soleira mínima de 260 mm.

c)Aberturas no Convés de Borda Livre

1)Os escotilhões existentes no convés de borda livre deverão apresentar uma braçola com, pelo menos, 260 mm de altura, enquanto que em qualquer outro convés deverão possuir uma braçola mínima de 150 mm. O fechamento de um escotilhão existente no convés de borda-livre deverá ser necessariamente efetuado por intermédio de tampas com atracadores permanentemente fixados.

2)As braçolas de escotilha existentes no convés de borda-livre deverão apresentar uma altura de pelo menos 260 mm, enquanto as braçolas de escotilhas em qualquer outro convés deverão apresentar uma altura de pelo menos 150 mm.

3)As tampas das aberturas de escotilha, dos escotilhões e seus respectivos dispositivos de fechamento terão resistência suficiente que permitam satisfazer as condições de estanqueidade previstas para o tipo de embarcação considerada e deverão, ainda, apresentar todos os elementos necessários para assegurar essa estanqueidade.

4)A altura das braçolas mencionada nos itens 1) e 2) poderá ser reduzida ou até suprimida, a critério da DPC, desde que a segurança da embarcação não seja comprometida por este motivo em qualquer condição de mar. Portas de visita e aberturas para retiradas de equipamentos, fechadas por intermédio de tampas aparafusadas e que sejam estanques à água ("watertight"), não estão sujeitas a qualquer requisito de altura mínima de braçola.

d)Aberturas no Costado

As aberturas no costado deverão possuir tampas estanques à água ou vigias e olhos de boi que atendam aos requisitos constantes no item 0610 e deverão estar posicionadas de forma que sua aresta inferior esteja a pelo menos 500 mm acima da linha d'água carregada, em qualquer condição esperada de trim.

e)Suspiros

1)Os suspiros externos, situados acima do convés de borda-livre, deverão apresentar as seguintes características:

(a)Extremidade superior do suspiro em forma de "U" invertido ou com arranjo equivalente que proteja a sua abertura da entrada de água proveniente das intempéries; e

(b)Distância vertical entre o ponto a partir do qual a água efetivamente tem acesso ao tanque ou compartimento abaixo e o convés onde o suspiro se encontra instalado maior ou igual a 760 mm, quando o convés for o convés de borda livre ou 450 mm nos demais casos.

2)Os suspiros dos tanques ou compartimentos que apresentem efeitos de superfície livre desprezível, de acordo com o estabelecido no item 0634 f) 3), bem como de caixa de mar, estão isentos do cumprimento dos requisitos de altura estabelecido na sub alínea 1) b) acima.

f)Dispositivos de Ventilação ou Exaustão

1)Os dutos de ventilação ou exaustão destinados aos espaços situados abaixo do convés de borda livre, deverão apresentar a borda inferior de sua extremidade externa com, pelo menos, 760mm de altura do referido convés.

2)Venezianas instaladas em anteparas ou portas externas, destinadas à ventilação de compartimentos situados sob o convés de borda livre ou superestruturas fechadas, e que não possuam meios efetivos de fechamento que as tornem estanques ao tempo ("weathertight"), deverão atender aos requisitos de altura mínima dos dutos de ventilação especificados na subalínea anterior.

3)Dispositivos de iluminação e ou ventilação natural (alboios) situados imediatamente acima do convés de borda livre e que se destinem a compartimentos sob o referido convés deverão:

(a)Ser estanque ao tempo (ou dispor de meios que possibilitem o seu fechamento estanque ao tempo);

(b)Ser dotado de vidros com espessura compatível com sua área e máxima dimensão linear; e

(c)Apresentarem braçolas com, pelo menos, 260 mm de altura.

g)Descargas no Costado

1)A extremidade junto ao costado dos tubos de descarga provenientes de espaços situados abaixo do convés de borda livre ou de superestruturas fechadas deverá ser dotada de válvulas de retenção e fechamento (combinadas ou não). Os meios disponíveis para operação da válvula de fechamento deverão ser facilmente acessíveis e estar sempre disponíveis;

2)Quando a descarga se dá por gravidade e a distância vertical entre o ponto de descarga no costado e a extremidade superior do tubo for maior ou igual a 2,0m, as válvulas poderão ser de fechamento sem retenção; e

3)As descargas de gases provenientes de motores de combustão interna que sejam posicionadas na popa ou no costados, mesmo quando associadas à descarga da água de refrigeração dos motores ("descarga molhada"), estão dispensadas da obrigatoriedade da instalação de válvulas de retenção ou fechamento, mas deverão atender aos seguintes requisitos:

(a)Deverão ser flangeadas no casco; e

(b)Deverão ser de aço ou material equivalente nas proximidades do casco.

h)Passagem de Proa a Popa

1)Deverá ser prevista uma passagem permanentemente desobstruída de proa a popa da embarcação com largura mínima de acordo com o estabelecido no Anexo 3-M, a qual não poderá ser efetivada por cima de tampas de escotilhas.

2)Em todas as partes expostas dos conveses de borda livre e das superestruturas deverá haver eficientes balaustradas ou bordas falsas, que poderão ser removíveis ou rebatíveis. Poderá ser dispensada a instalação dessa borda falsa sempre que, a critério da DPC, a mesma venha a interferir nas operações normais da embarcação, desde que seja garantida uma proteção adequada à tripulação e aos passageiros.

3)As balaustradas e bordas falsas deverão, a princípio, possuir altura não inferior a 1,0 m. Essa altura poderá ser reduzida, a critério da DPC, sempre que interferir nas operações normais da embarcação; e

4)A abertura inferior da balaustrada deverá apresentar altura menor ou igual a 230 mm e os demais vãos não poderão apresentar altura superior a 380 mm. No caso de embarcações com bordas arredondadas, os suportes das balaustradas deverão ser colocados na parte plana do convés.

5)Este item deverá ser exigido apenas nos seguintes casos:

-embarcações tripuladas ou de passageiros; e

-embarcações não tripuladas que, por razões operacionais, necessitem de pessoal a bordo para sua operação normal.

i)Requisitos Adicionais para Embarcações do Tipo B

As embarcações do tipo B que operam em área 2 da Bacia do Sudeste, que compreende as Lagoas dos Patos e Mirim, os Rio Guaíba, Jacuí, Caí, Taquari, dos Sinos, Gravataí, e o Canal de São Gonçalo, deverão, adicionalmente, atender aos seguintes requisitos:

1)Os troncos e os conjuntos braçolas/tampas de escotilhas deverão obrigatoriamente apresentar resistência estrutural e estanqueidade equivalentes à de uma superestrutura fechada, conforme estabelecido nas alíneas a), b), c) e g) do item 0608.

2)A extremidade, mais próxima da proa, da aresta superior do tronco ou da braçola de escotilha, no local onde se dá a interface com as tampas de escotilha, deverá se situar a uma distância vertical acima da linha d'água correspondente ao calado máximo da embarcação de, pelo menos, 2,0 m.

j)Requisito Adicional para Embarcações do Tipo D e E

As embarcações do tipo D e E que operam na área 2 deverão, adicionalmente, apresentar uma altura mínima de proa (HP) de acordo com o estabelecido no item 0619 h).

SEÇÃO II

CÁLCULO DA BORDA LIVRE

0613 -PONTAL PARA BORDA LIVRE (D)

a)O pontal para borda livre será calculado por intermédio da expressão abaixo:

D = P + e, onde: (4)

D = pontal para borda livre, em m;

P = pontal moldado, em m;

e = espessura da chapa do trincaniz, em m.

b)O pontal de borda livre (D) de uma embarcação com trincaniz arredondado de raio superior a 4% da boca ou que a parte superior do costado tenha uma forma fora do normal, será correspondente ao de uma embarcação que tivesse a seção mestra com costados verticais nas obras mortas e a mesma inclinação dos vaus do convés, com área transversal da parte superior igual a correspondente à seção mestra do barco real, conforme indicado na figura 6-6.

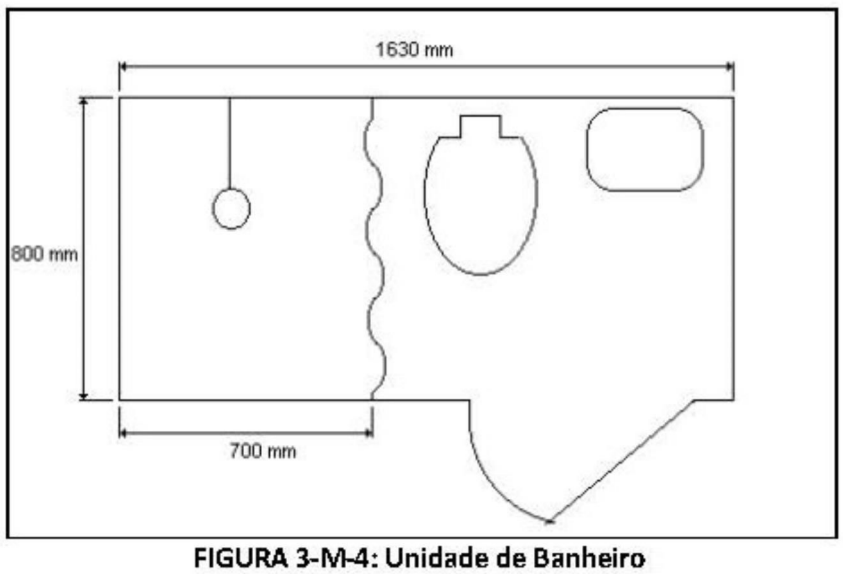


FIGURA 3-M-4: Unidade de Banheiro

0614 -FATOR DE FLUTUABILIDADE (r)

O fator de flutuabilidade (r) será obtido da tabela 6.1, em função do comprimento de regra (L) da embarcação, sendo que valores intermediários poderão ser obtidos por interpolação linear.

TABELA 6.1

L (m)	r	L (m)	R	L (m)	R	L (m)	r
20	0,124	45	0,172	70	0,227	95	0,286
25	0,133	50	0,183	75	0,238	100	0,298
30	0,142	55	0,194	80	0,250	105	0,311
35	0,152	60	0,205	85	0,261	110	0,324
40	0,162	65	0,216	90	0,274	115	0,337

0615 -COMPRIMENTO EFETIVO DE SUPERESTRUTURA (E)

O comprimento efetivo de superestrutura será obtido por intermédio da seguinte expressão: E = (b / Bs) x S, onde: (5)

E = comprimento efetivo de superestrutura, em m.

b = largura da superestrutura na metade de seu comprimento, em m;

Bs = boca da embarcação no mesmo local de medição de "b", em m; e

S = comprimento real da superestrutura, em m.

0616 -ALTURA EQUIVALENTE DE SUPERESTRUTURA (hs)

a)Altura equivalente de superestrutura será igual ao somatório do produto (he x E / L) de cada superestrutura fechada, multiplicado por 500, conforme apresentado na expressão abaixo:

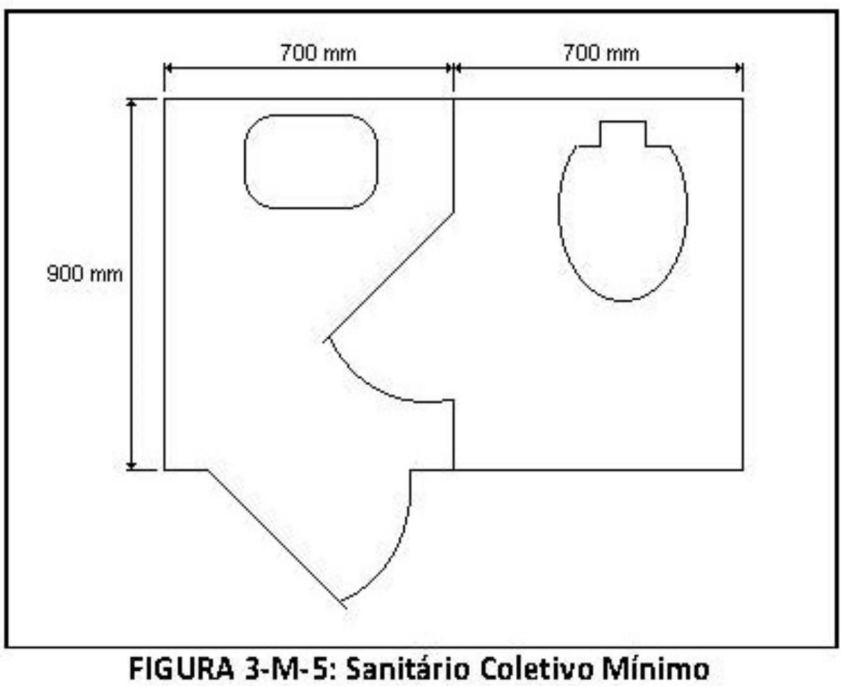


FIGURA 3-M-5: Sanitário Coletivo Mínimo

b)Quando a altura de uma superestrutura (he) for maior do que a altura padrão (Hn), nenhum acréscimo deverá ser computado à altura equivalente de superestrutura (hs), ou seja, caso o termo (he^2/Hn) para uma superestrutura seja maior do que o valor de (he), deve-se assumir que esse termo é igual a (hs).

c)O valor da altura equivalente da superestrutura (hs) não poderá ser superior ao obtido através da seguinte expressão:

hs< 550 x r x D, onde:

hs = altura equivalente de superestrutura, em m; (7)

r = fator de flutuabilidade (adimensional); e

D = pontal para borda-livre; em m.

d)No cálculo da altura equivalente de superestrutura somente serão consideradas as superestruturas fechadas, que atendam aos requisitos do item 0608.

e)Caso a superestrutura seja composta de mais de um convés (superestrutura em "torre"), somente o primeiro nível, imediatamente acima do convés de borda livre será considerado para efeito do cálculo do valor da borda livre.

0617 -TOSAMENTO MÉDIO (Ym)

a)O tosamento real será medido em 6 seções posicionadas equidistantes entre si a uma distância de L/6, a partir da meia nau, para vante e para ré. A posição dessas seções é indicada na tabela 6-2.

TABELA 6-2

POSIÇÃO	FATOR
L / 2 AR da MN	1
L / 3 AR da MN	4
L / 6 AR da MN	2
MN	4
L / 6 AV da MN	2
L / 3 AV da MN	4
L / 2 AV da MN	1

onde:
L = comprimento de regra da embarcação, em m; e
MN = meia nau.
AR= a ré
AV= a vante

b)O tosamento médio será obtido por intermédio do somatório dos produtos de cada ordenada do tosamento real pelo fator indicado na tabela 6.2, dividido por 18, conforme indicado na expressão a seguir:

Ym = { Produto/18], onde: (8)
Ym = tosamento médio, em mm; e
Produto = produto de cada ordenada do tosamento real (em milímetros) pelo fator indicado na tabela 6-2, em mm.

c)O valor de Ym não poderá ser maior do que o obtido por intermédio da seguinte expressão:

Ym menor que 350 x r x D, onde: Ym = tosamento médio, em mm; (9)
r = fator de flutuabilidade (adimensional); e
D = pontal para borda livre, em m.

0618 -COEFICIENTE "K"

A tabela 6-3 apresenta os valores do coeficiente K.

TABELA 6-3

ÁREA DE NAVEGAÇÃO	TIPO DE EMBARCAÇÃO	COEFICIENTE K (mm)
1	A	0
1	B	0
1	C	100
1	D	50
1	E	100
2	A	50
2	B	100
2	C	(*1)
2	D	150
2	E	(*2)

Observações:
(*1)Não é permitida a operação de embarcações desse tipo na área 2, com exceção das embarcações citadas na alínea a) do item 0612. Nesses casos deve ser assumido o valor do coeficiente K igual a 150.

(*2)Não é permitida a operação de embarcações desse tipo na área 2, com exceção das embarcações citadas na alínea a) do item 0612. Nesses casos deve ser assumido o valor do coeficiente k igual a 200.

0619 -BORDA LIVRE MÍNIMA (BL)

a)Cálculo

1)A borda livre mínima será obtida por intermédio da seguinte expressão:

ANEXO 4 - A

DOTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE NAVEGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

a) NAVEGAÇÃO

EQUIPAMENTO	EMBARCAÇÃO COM PROPULSÃO			EMBARCAÇÃO SEM PROPULSÃO			
	AB menor ou igual a 20	AB maior que 20 e menor ou igual a 500	AB maior que 500	AB menor ou igual a 20	AB maior que 20 e menor ou igual a 500	AB maior que 500	Flutuantes que operem com mais de 12 pessoas e com AB maior que 50; e Flutuantes com AB maior que 100. Todos limitados a AB menor que 500
Agulha giroscópica ou magnética	SIM	SIM	SIM, com certificado de compensação	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Radar	NÃO	NÃO (1)	SIM (1) (2)	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Ecobatímetro	NÃO	SIM (1), para AB maior que 100	SIM (1) (2)	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Lanterna portátil com bateria recarregável ou com pilhas sobressalentes	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Binóculo 7 x 50	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Apito	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Prumo de mão	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Limpador de para-brisa	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

- 4- A -1 - NORMAM-02/DPC

2)Para as embarcações que irão operar nas duas áreas de navegação (1 e 2), é necessário que seja calculada uma borda livre mínima para cada área, as quais deverão estar especificadas no certificado nacional de borda livre e, também, ser corretamente fixadas nos costados da embarcação.

3)As embarcações cuja operação ficará restrita a uma das duas áreas, poderá ter sua borda-livre calculada apenas para aquela na qual efetivamente irá trafegar.

b)Correção para Embarcações Tanque

As embarcações que estejam projetadas para transportar apenas cargas líquidas a granel, que apresentem uma alta integridade do convés exposto, uma grande resistência ao alagamento em função da pequena permeabilidade dos espaços de carga e cujos tanques de carga possuam somente pequenas aberturas de acesso fechadas por tampas de aço estanques à água, poderão ter a borda livre calculada por intermédio da expressão (10) reduzida em 25%.

c)Correção para a Posição da Linha de Convés

É aplicável quando existir algum impedimento para marcar a "linha de convés" na sua posição regulamentar. Nesses casos, a diferença entre a posição real e a estabelecida nas regras será somada ou deduzida do valor da borda-livre (fig. 6-7), conforme o caso.

ANEXO 4 - A

Alarme visual e sonoro de alta temperatura da água de resfriamento	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Alarme visual e sonoro de baixa pressão do óleo lubrificante	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Indicador do angulo do leme e indicador de rotação	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Quadro elétrico de luzes e sistema de comunicação	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Sistema de comunicação para divulgação de informações gerais por intermédio de alto-falantes aos passageiros	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Transceptor para o Sistema de Identificação Automática (Automatic Identification System - AIS)	NÃO	RECOMENDADO	RECOMENDADO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

- 4- A -2 - NORMAM-02/DPC

d)Valor Mínimo

A borda-livre mínima não poderá ser inferior a 50 mm, exceto em função da correção para a Posição da linha de convés ou das condições especiais para as embarcações areeiras estabelecidas na alínea i) e no Anexo 6-K.

e)Verificação do Calado Máximo

1)As embarcações deverão apresentar resistência estrutural e estabilidade intacta satisfatórias no calado correspondente à borda livre mínima atribuída. Caso essa borda-livre acarrete em um calado maior do que o calado máximo considerado pelo projetista, a borda livre mínima deverá ser aumentada de forma a coincidir com o calado máximo.

2)Atenção especial deverá ser dispensada aos requisitos de posicionamento das aberturas no costado apresentados nos itens 0611 c) e 0612 d), sendo que a borda-livre deverá ser aumentada sempre que necessário para se garantir o seu atendimento.

f)Valor Máximo para as Deduções

No cálculo da borda livre mínima das embarcações, o valor de hs + Ym não poderá ser superior ao obtido por intermédio da seguinte expressão:

hs + Ym menor que 750 x r x D, onde: (11)
hs= altura equivalente de superestrutura, em mm;
Ym = tosamento médio, em mm;
r = fator de flutuabilidade (adimensional); e
D = pontal para borda livre, em m.

g)Correção Adicional para as Embarcação do Tipo B que Opera na Área 2

Sempre que, nas embarcações do tipo B que operam na área 2, a distância vertical entre a extremidade mais próxima da proa da aresta superior do tronco ou da braçola de escotilha (no local onde se dá a interface com as tampas escotilha) e a linha d'água definida pela borda livre calculada, for inferior a 2,0m (considerando o trim de projeto), a borda-livre deverá ser acrescida do valor correspondente a essa deficiência.

h)Correção Adicional para Embarcação do Tipo D e E que Opera na Área 2

1)A altura mínima de proa (HP) dessas embarcações, medida verticalmente na perpendicular de vante a partir da linha d'água de projeto até o convés exposto, de acordo com o estabelecido na subalínea 2) desta alínea, não deverá ser inferior ao valor obtido por intermédio das seguintes expressões:

(a)Embarcações com comprimento total menor ou igual a 24 m:
HP = 25,8 x CT + 186 (12)

(b)Embarcações com comprimento total maior que 24m:
HP = 28,8 x CT + 114,onde: (13)
HP = altura mínima de proa, em mm; e
CT = comprimento total da embarcação, em m.

2)A altura mínima de proa deverá ser medida até:

(a)O convés de borda livre, o qual poderá apresentar um tosamento regular a partir da seção de meio navio até a perpendicular de vante; ou

(b)O convés de um castelo de proa, fechado e estanque ao tempo, com comprimento não inferior a 10% do comprimento total da embarcação, mesmo quando esse convés apresente um tosamento, o qual, entretanto, não poderá ser maior do que o tosamento do convés de borda livre.

i)Borda-Livre de Embarcações Empregadas no Transporte de Areia

As embarcações com convés de borda livre descontínuo, conforme estabelecido no item 0603 a) 3), empregadas exclusivamente no transporte de areia e que, por questões operacionais, sejam projetadas para operarem com calado superior àquele correspondente a esse convés, poderão, a critério do proprietário, ter sua borda livre atribuída de acordo com o estabelecido no Anexo 6-K.

j)Borda Livre de Embarcações Empregadas em Serviços de Dragagem Dotadas de Dispositivos de Descarga pelo Fundo

Os procedimentos estabelecidos no Anexo 6-N poderão ser aplicados em substituição ao estabelecido neste Capítulo, a critério do engenheiro responsável pelo projeto, para a atribuição de uma borda livre de dragagem em embarcações dotadas de dispositivos de descarga pelo fundo e empregadas exclusivamente no serviço de dragagem nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), até o limite de 20 milhas da costa.

0620 -ACRÉSCIMO PARA A NAVEGAÇÃO EM ÁGUA SALGADA

O valor da borda-livre mínima calculado de acordo com as disposições do item 0619 é válido para as embarcações que navegam em água doce. Caso também esteja prevista a navegação em água salgada, a borda livre para navegação nessa condição deverá ser acrescida do valor obtido por intermédio da expressão abaixo, sendo efetuada a marcação correspondente nos costados da embarcação, conforme indicado na figura 6-12:

AS = (D - BL) / 48, onde: (14)
AS = acréscimo para navegação em água salgada, em mm;
D = pontal para borda livre, em mm;
BL = borda livre mínima, em milímetros, sendo que, no caso da embarcação operar nas duas áreas deverá ser considerado o valor da borda livre para a área 2.

SEÇÃO III

MARCAS DE BORDA LIVRE

0621 -MARCA DA LINHA DE CONVÉS

a)Características

É uma linha horizontal de 300 mm de comprimento e 25 mm de largura, fixada em ambos os bordos da embarcação, centrada na meia nau e com aresta superior coincidindo com a interseção entre o prolongamento da face superior do convés da borda-livre e a face externa do chapeamento do costado (figuras 6-8 e 6-9).

ANEXO 4 - A

Sistema de Posicionamento Global (GPS)	SIM (3)	SIM (3)	SIM (3)	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Mesa de cartas com iluminação	SIM (3)	SIM (3)	SIM (3)	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Régua paralela, compasso de ponta seca, lápis e borracha	SIM (3)	SIM (3)	SIM (3)	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Cartas náuticas ou croquis da área em que irá operar a embarcação	SIM (3)	SIM (3)	SIM (3)	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Tabela informando comprimento, boca, pontal, calados máximo e mínimo, deslocamentos leve e carregado e altura acima da linha d'água do tijupá, comando e convés principal, com a respectiva distância de visibilidade nesses locais	SIM (3)	SIM (3)	SIM (3)	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Relógio	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

OBSERVAÇÕES:
(1) Embarcações empregadas em travessias devem verificar item 1004 g);
(2) Recomendado para embarcações construídas até 01/dez/1998; Obrigatório para as embarcações construídas após 01/dez/1998;
(3) Requisitos adicionais para embarcações propulsadas e comboios.

LUZES DE NAVEGAÇÃO	Embarcações com comprimento menor que 12 metros	Embarcações com comprimento maior ou igual a 12 metros
Luzes de navegação homologadas	NÃO (*)	SIM

(*) obrigatória a dotação de luzes específicas para embarcações.

- 4- A -3 - NORMAM-02/DPC

b)Localização (Casos Especiais)

1)Nas embarcações com o convés de borda-livre descontínuo, nas quais a parte superior desse convés se estenda além da meia nau, a aresta superior da linha de convés deverá ser posicionada coincidindo com o prolongamento da face superior da parcela mais baixa desse convés, paralela à parte superior do mesmo.

2)Nas embarcações com trincaniz arredondado ou com quaisquer outros dispositivos que impossibilitem a fixação da marca no local estabelecido, sua posição deverá ser determinada com referência a outro ponto fixo no costado da embarcação, desde que a borda livre sofra a correção correspondente (figura 6-7).

0622 -MARCAS DE LINHA DE CARGA (DISCO DE PLIMSOLL)

a)Características

O disco de Plimsoll consiste de um anel de 180 mm de diâmetro externo e 25 mm de largura, cruzado por uma linha horizontal de 300 mm de comprimento e 25 mm de largura, cuja face superior passa pelo centro do anel. (figura 6-8).

b)Localização do Disco de Plimsoll

1)Essa marca deverá ser fixada em ambos os bordos da embarcação, de forma que o centro do anel seja colocado à meia nau e a uma distância vertical abaixo da aresta superior da linha do convés igual a borda livre mínima atribuída. (figura 6-8).

2)Para as embarcações que irão operar nas duas áreas de navegação (1 e 2), o disco de Plimsoll deverá ser fixado em posição correspondente à borda livre mínima atribuída para a área 2 de navegação.

c)Marcação para Pequenos Valores de Borda Livre

1)Sempre que a borda livre mínima for inferior a 120 mm, somente será fixada a parte inferior do disco de Plimsoll e a linha horizontal associada (figura 6-10).

2)Nesses casos, as marcas da autoridade responsável e da área de navegação deverão ser fixadas na parte inferior do disco de Plimsoll (figura 6-10).

ANEXO 4 - A

b) DOCUMENTAÇÃO

1) Embarcações com propulsão

a) Com AB menor ou igual a 20

RIPEAM	Cartão de Tripulação de Segurança (**)
Título de Inscrição de Embarcação (TIE)	Caderneta de Inscrição e Registro de cada Tripulante
Certificado de Arqueação ou Notas de Arqueação	Certificado de Borda-livre (quando aplicável)
Certificado de Segurança da Navegação (*)	Título de Inscrição de Embarcação Miúda (TIEM) (***)
Regras para evitar abalroamento	Termo de Responsabilidade (para embarcações não sujeitas a vistoria)

(*) Embarcações de passageiros com AB menor ou igual a 20 e comprimento total superior a 12 metros (8 metros para embarcações multicasco), com ou sem propulsão, que transportem mais de 12 passageiros poderão ser submetidas à Vistoria Inicial e Vistoria de Renovação, a critério do Capitão dos Portos;

(**) Apenas para embarcações com AB maior que 10; e

(***) Embarcações miúdas devem portar apenas esse documento.

b) Com AB maior que 20

RIPEAM	Cartão de Tripulação de Segurança
Título de Inscrição de Embarcação ou Provisão de Registro	Caderneta de Inscrição e Registro de cada Tripulante
Certificado de Arqueação	Certificado de Borda-livre (quando aplicável)
Certificado de Segurança da Navegação (quando aplicável)	Termo de Responsabilidade (para embarcações não sujeitas a vistoria)
Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (quando aplicável)	Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (quando aplicável)
Tabelas ou Quadros de Regras de Governo e Navegação	Tabelas ou Quadros de Balizamento
Tabelas / Quadros de Sinais de Salvamento	Tabelas ou Quadros de Sinais Sonoros e Luminosos
Tabelas ou Quadros de Primeiros Socorros	Plano de Segurança

d)Marcas Adicionais para Embarcações que Operam nas Duas Áreas

1)As embarcações que irão operar nas duas áreas de navegação deverão apresentar uma marca localizada a vante do disco de Plimsoll que consiste em duas linhas horizontais e uma vertical, todas com 25 mm de largura, sendo que a linha vertical deve ser posicionada 650 mm a vante do centro do disco, unindo as duas linhas horizontais com 200 mm cada, conforme indicado na figura 6-11.

2)A distância entre a linha horizontal inferior e a linha de convés deverá ser igual à borda livre mínima atribuída para a área 2, enquanto a distância entre a linha horizontal superior e a linha de convés deverá ser igual à borda livre mínima atribuída para a área 1.

3)Sempre que for atribuída uma borda livre mínima superior àquela calculada para a área 2, não deverão ser fixadas no costado as marcas descritas nesta alínea.

0623 -MARCAS DA AUTORIDADE RESPONSÁVEL E DA ÁREA DE NAVEGAÇÃO

a)Marca da Autoridade Responsável

1)Quando a borda livre for atribuída pelas CP/DL/AG ou pelo GEVI deverão ser fixadas, em ambos os bordos da embarcação, as letras "C" e "P", respectivamente à esquerda e à direita do disco de Plimsoll, acima da linha horizontal, cada uma medindo 35 mm de altura e 25 mm de largura, para indicar que foi a autoridade responsável pela atribuição da borda-livre (fig. 6-8).

2)Quando a borda livre for atribuída por uma Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora deverão ser fixadas as letras correspondentes à cada entidade.

b)Marca da Área de Navegação

1)A área de navegação na qual a embarcação se encontra apta a operar deverá ser marcada nos costados da embarcação e no interior do disco de Plimsoll (fig.6-8),sendo que esse número deverá medir 35 mm de altura e 25 mm de largura.

2)Para as embarcações que irão operar nas duas áreas, ao lado de cada linha horizontal prevista na alínea d) do item 0622 deverá ser fixado o número correspondente a área de navegação considerada, (fig. 6-11), exceto no caso estabelecido no item 0622 d) 3), quando deverá ser fixado apenas o número 2 no interior do disco, caracterizando a viabilidade para navegação nas duas áreas.

ANEXO 4 - A

2) Embarcações sem propulsão

a) Com AB menor ou igual a 20

Título de Inscrição de Embarcação (TIE)	Título de Inscrição de Embarcação Miúda (TIEM) (*)
Certificado de Arqueação ou Notas de Arqueação	Certificado de Borda-livre (quando aplicável)
Certificado de Segurança da Navegação (**)	Termo de Responsabilidade (para embarcações não sujeitas a vistoria)

(*) Embarcações miúdas devem portar apenas esse documento; e

(**) Embarcações de passageiros com AB menor ou igual a 20 e comprimento total superior a 12 metros (8 metros para embarcações multicasco), com ou sem propulsão, que transportem mais de 12 passageiros poderão ser submetidas a Vistoria Inicial e Vistoria de Renovação, a critério do Capitão dos Portos.

b) com AB maior que 20

RIPEAM	Cartão de Tripulação de Segurança (quando aplicável)
Título de Inscrição de Embarcação ou Provisão de Registro	Caderneta de Inscrição e Registro de cada Tripulante (quando aplicável)
Certificado de Arqueação	Certificado de Borda-livre (quando aplicável)
Certificado de Segurança da Navegação (quando aplicável)	Termo de Responsabilidade (para embarcações não sujeitas a vistoria)
Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (quando aplicável)	Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (quando aplicável)
Tabelas ou Quadros de Primeiros Socorros	

0624 -MARCA DE ÁGUA SALGADA

a)Consiste em duas linhas horizontais e uma vertical, todas com 25 mm de largura, sendo que a linha vertical deve ser posicionada 650 mm a vante do centro do disco, unindo as duas linhas horizontais com 200 mm cada, conforme indicado na figura 6-12. A distância entre as duas linhas horizontais deve ser igual à correção para a navegação em água salgada (AS), apresentada no item 0620.

b)Ao lado da linha horizontal inferior deverão ser fixadas as letras "A" e "S", com 35 mm de altura e 25 mm de largura cada, para indicar que se trata da correção de água salgada (figura 6-12).

ANEXO 4 - A

3) Flutuantes que operem com mais de 12 pessoas, com AB maior que 50; e Flutuantes com AB maior que 100. Todos limitados a AB menor que 500.

Título de Inscrição de Embarcação ou Provisão de Registro	Plano de Segurança (quando aplicável)
Certificado de Arqueação	Certificado de Borda-livre (quando aplicável)
Certificado de Segurança da Navegação (quando aplicável)	Termo de Responsabilidade (para embarcações não sujeitas a vistoria)
Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (quando aplicável)	Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (quando aplicável)
Plano de Segurança (quando aplicável)	

0625 -DETALHES DE MARCAÇÃO

a)Todas as marcas devem estar permanentemente fixadas em ambos os bordos da embarcação, sendo que para os navios de casco metálico devem ser soldadas ou buriladas de forma permanente.

b)As marcas serão pintadas em branco ou amarelo quando fixadas em fundo escuro ou em preto com fundo claro.

c)Todas as marcas devem ser facilmente visíveis e, se necessário, arranjos especiais podem ser feitos com este propósito, a critério da DPC.

SEÇÃO IV

CERTIFICAÇÃO

0626 -CERTIFICADO NACIONAL DE BORDA LIVRE PARA NAVEGAÇÃO INTERIOR

a)Obrigatoriedade

As embarcações que não sejam dispensadas de atribuição de borda livre, conforme estabelecido no item 0601, deverão ser portadoras de um Certificado Nacional de Borda Livre para a Navegação Interior, cujo modelo é apresentado no Anexo 6-A, doravante denominado Certificado.

As embarcações cuja borda livre tenha sido determinada utilizando-se o procedimento alternativo constante dos Anexos 6-K e 6-O estão dispensadas de possuir esse Certificado.

As embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná, deverão ser portadoras de um Certificado de Borda Livre para Embarcações da Hidrovia, Anexo 6-M.

b)Emissão

O Certificado Nacional de Borda Livre para a Navegação Interior poderá ser emitido, para as embarcações EC1, pelas Sociedades Classificadoras reconhecidas para atuarem em nome da Autoridade Marítima, na navegação interior, Entidades Certificadoras ou pelas CP/DL/AG conforme previsto nas disposições transitórias contidas na introdução desta norma.

Para as embarcações EC2 sujeitas a borda livre e não classificadas nem certificadas por uma Entidade Certificadora, o certificado poderá ser emitido pelas CP/DL/AG.

As embarcações classificadas ou certificadas por Entidades Certificadoras terão o seu certificado emitido obrigatoriamente pela Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, respectivamente.

c)Validade

O certificado terá validade de, no máximo, 5 anos.

0627 -CÁLCULOS

a)Notas para Marcação da Borda Livre Nacional (Navegação Interior)

1)Os cálculos necessários para a determinação da borda livre deverão ser apresentados sob a forma das Notas para a Marcação da Borda Livre Nacional (Navegação Interior), cujo modelo é apresentado no Anexo 6-B.

2)Quando o Certificado for emitido pelo GVI ou pelas CP, DL ou AG os cálculos serão efetuados por responsável técnico contratado pelo construtor, armador ou proprietário, devidamente regularizado perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de jurisdição do estaleiro construtor ou do órgão de inscrição da embarcação, que será responsável pela exatidão das informações contidas nas notas, sendo que para melhor caracterizar essa responsabilidade, o responsável técnico deverá também apresentar uma Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços executados.

3)As Sociedades Classificadoras e as Entidades Certificadoras poderão exigir a apresentação das notas assinadas por um responsável técnico ou elaborar as mesmas por intermédio do seu corpo técnico. Quando assinadas por um responsável técnico, as notas deverão ser acompanhadas pela respectiva ART.

b)Relatório das Condições para a Atribuição da Borda Livre Nacional (Navegação Interior)

1)As condições da embarcação que devem ser consideradas por ocasião dos cálculos para a determinação da borda livre deverão ser verificadas através de vistoria específica, e apresentadas no relatório das condições para a atribuição da borda livre nacional (navegação interior), cujo modelo é apresentado no Anexo 6-C (área 1) e Anexo 6-D (área 2).

2)Quando o Certificado for emitido pelas CP, DL ou AG, a vistoria deverá ser efetuada por responsável técnico contratado pelo construtor, armador ou proprietário, devidamente regularizado perante o CREA de jurisdição do estaleiro construtor ou do órgão de inscrição da embarcação, que será responsável pela exatidão das informações contidas no relatório, sendo que para melhor caracterizar essa responsabilidade, o responsável técnico deverá também apresentar uma ART referente aos serviços executados.

3)As SC e as Entidades Certificadoras deverão efetuar as vistorias por intermédio do seu corpo técnico quando o certificado for emitido por essas entidades.

4)Quando o certificado for emitido pelo GVI a vistoria será realizada pelos membros dessa Gerência.

0628 -PROCEDIMENTOS PARA EMISSÃO DO CERTIFICADO

a)Documentação

Quando o Certificado for emitido pelo GVI ou pelas CP, DL ou AG, a solicitação para a determinação da borda livre será efetivada através de requerimento do proprietário, armador ou construtor, encaminhado à CP, DL ou AG de inscrição da embarcação ou de jurisdição do estaleiro construtor, acompanhado de pelo menos uma via (exceto onde indicado em contrário) da seguinte documentação, previamente avaliada por ocasião da licença de construção, alteração ou reclassificação, quando aplicável:

1)Memorial Descritivo;
2)Plano de Linhas;
3)Plano de Arranjo Geral;
4)Seção Mestra;
5)Perfil Estrutural;
6)Curvas Hidrostáticas;
7)Folheto de Trim e Estabilidade ou Manual de Carregamento (Definitivo);
8)Notas para a marcação da borda-livre nacional (navegação interior), em 3 (três) vias;
9)Relatório das condições para atribuição da borda-livre nacional, em 3 (três) vias;
10)ART referente aos cálculos para preenchimento das notas para a marcação da borda-livre nacional;
11)ART referente à realização das vistorias para o preenchimento do relatório das condições para atribuição da borda-livre nacional (dispensável quando for efetuada por vistoriadores do GVI); e
12)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente ao serviço de vistoria flutuando (vistoria inicial de borda-livre) a ser realizada por Vistoriador Naval do GVI, exceto para órgãos públicos.

OBSERVAÇÃO:

1)Caso seja apresentada cópia da LC ou LCEC emitida pela própria CP/DL, o interessado está dispensado de apresentar os documentos constantes dos incisos de 1) a 7) acima.

2)Quando o certificado for emitido por Sociedade Classificadora ou por Entidade Certificadora, a solicitação para a determinação da borda livre será encaminhada pelo proprietário, armador ou construtor a uma Sociedade Classificadora reconhecida ou Entidade Certificadora, respectivamente acompanhada dos planos e documentos previamente avaliados por ocasião da licença de construção, alteração ou reclassificação, quando aplicável. Caso a Classificadora ou a Entidade Certificadora assim o exija, deverão ser encaminhadas, também, as Notas para Marcação da Borda Livre Nacional, elaboradas por responsável técnico, acompanhada da respectiva ART.

b)Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação

As embarcações que estejam solicitando licença de construção, alteração de características ou reclassificação poderão solicitar simultaneamente o cálculo da borda livre, porém o Certificado de Borda Livre só poderá ser emitido caso o processo para a concessão da licença de construção, alteração ou reclassificação seja considerado satisfatório.

c)Número de Vias

O Certificado será emitido em 2 (duas) vias. Uma das vias ficará arquivada no órgão de inscrição da embarcação e a restante será entregue ao interessado. Ficarão arquivadas ainda no órgão de inscrição da embarcação, junto com o Certificado, uma via da seguinte documentação:

1)Declaração da Sociedade Classificadora de que a embarcação apresenta resistência estrutural satisfatória no calado correspondente à borda livre atribuída (dispensável para embarcações não classificadas);
2)Notas para a marcação da borda livre nacional;
3)Relatório das condições para atribuição da borda livre nacional; e
4)ART referente aos cálculos para preenchimento das notas para a marcação da borda livre nacional e/ou de realização da vistoria para o preenchimento do relatório das condições para atribuição da borda livre nacional, sempre que um técnico for o responsável pelos cálculos e/ou vistoria.

d)Certificado emitido por Sociedade Classificadora ou por Entidade Certificadora

Após a elaboração/verificação dos cálculos e realização das vistorias pertinentes, a Sociedade ou a Entidade Certificadora emitirá o certificado no número de vias que julgar necessário. Uma via das Notas para Marcação da Borda Livre Nacional, do relatório das condições para atribuição da borda livre nacional e do respectivo certificado será encaminhada pela mesma para o órgão de inscrição da embarcação.

0629 -PERDA DE VALIDADE DO CERTIFICADO

O Certificado perderá a validade nas seguintes situações:

a)Término do seu período de validade;

b)Quando a embarcação sofrer alterações que acarretem modificações no valor da borda livre anteriormente determinado; nesse caso, o certificado expedido antes das alterações deverá ser cancelado, sendo necessário que sejam tomadas providências no sentido de emitir um novo certificado, adequado às novas características da embarcação;

c)Quando a embarcação sofrer alterações e/ou reclassificação de modo que se enquadre nas embarcações excluídas de possuírem uma borda livre atribuída, conforme estabelecido nestas regras; e

d)Quando não forem efetuadas as inspeções anuais nos prazos estabelecidos.

0630 -RENOVAÇÃO E SEGUNDA VIA DO CERTIFICADO

a)Procedimento

Os Certificados emitidos originalmente pelo GVI poderão ter sua vistoria de renovação e emissão de novo Certificado realizadas por Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, caso a embarcação seja transferida para uma dessas entidades especializadas reconhecidas pela Autoridade Marítima.

Os certificados emitidos originalmente pelas Sociedades Classificadoras ou pelas Entidades Certificadoras serão renovados pelas mesmas.

A quantidade e distribuição das vias seguirão o previsto no item 0628.

b)Solicitação de Segunda Via

No caso de perda, roubo, furto, mau estado de conservação ou extravio de certificado emitido pelas CP, DL ou AG, o interessado poderá solicitar uma segunda via ao órgão onde obteve o respectivo certificado. O certificado terá a mesma validade do anterior.

A documentação necessária é a seguinte:

1)Requerimento do interessado informando o motivo da solicitação da 2ª via (perda, roubo, furto, extravio ou mau estado de conservação) ou ofício de solicitação de 2ª via, quando se tratar de órgãos públicos;
2)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), exceto para órgãos públicos; e
3)Apresentar declaração assinada relatando o motivo (se perda, roubo ou extravio) conforme o Anexo 2-Q ou apresentar o respectivo Boletim de Ocorrência (BO).

Caso a solicitação decorra de mau estado de conservação, o documento original deverá ser apresentado.

0631 -VISTORIAS

A documentação para solicitação de vistorias Anual e de Renovação é a seguinte:

1)Requerimento do interessado;
2)Certificado de Borda Livre (cópia simples); e
3)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente ao serviço de vistoria flutuando, exceto para órgãos públicos.

a)Vistoria para Emissão ou Renovação do Certificado de Borda Livre

Antes da atribuição ou renovação da borda livre, a embarcação deverá ser vistoriada a fim de constatar a adequação das estruturas e equipamentos às exigências desta Norma e emitir o relatório. Os itens constantes nesse relatório, conforme modelo constante no Anexo 6-C, constituem a própria lista de verificação para se efetuar as vistorias, devendo ser realizadas em conformidade com os itens 0626 b) e 0630, conforme o caso.

b)Vistoria de Constatação

Antes da entrega da via do Certificado ao interessado, deverá ser efetuada uma vistoria para verificar se as marcas de borda-livre foram permanentemente fixadas na posição determinada no Certificado. Essa vistoria deverá ser efetuada pelo Órgão ou entidade responsável pela emissão do certificado. Quando o certificado for emitido pelo GVI essa vistoria poderá ser realizada pelas CP/DL/AG. Tal vistoria poderá ser efetuada junto com a vistoria para emissão ou renovação do Certificado, citada na alínea anterior.

c)Vistoria Anual

1)Toda embarcação EC1 (não classificada) portadora de Certificado, deverá ser também submetida a uma vistoria anual pelo órgão que emitiu o certificado, a ser efetuada todos os anos no período de 3 meses antes a 3 meses depois da data de aniversário da realização da vistoria para emissão ou de renovação do Certificado em vigor.

2)Toda embarcação Classificada ou certificada por Entidade Certificadora, portadora de Certificado, será também submetida a vistorias anuais, conduzida de forma análoga à estabelecida na sub alínea anterior, pela própria Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora que emitiu o Certificado.

3)Tal vistoria deverá assegurar que não foram feitas alterações no casco ou nas superestruturas que possam alterar a borda livre anteriormente atribuída e para assegurar também as boas condições de funcionamento dos dispositivos para:

I)Proteção de aberturas e manutenção das condições de estanqueidade aplicáveis;
II)Balaustradas;
III)Saídas d'água; e
IV)Verificação da posição da marca de borda livre.

0632 -MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ATRIBUIÇÃO

É responsabilidade do proprietário e do seu preposto a manutenção das condições de atribuição previstas nestas regras e que foram consideradas ou avaliadas por ocasião do cálculo para emissão do Certificado ou das vistorias regulamentares.

SEÇÃO V

ESTABILIDADE INTACTA

0633 -CÁLCULO DAS CURVAS DE ESTABILIDADE

a)Procedimentos Gerais

1)As curvas hidrostáticas e as curvas cruzadas de estabilidade deverão ser normalmente elaboradas para uma condição de flutuação paralela. Entretanto, quando o trim de projeto ou as formas e arranjo da embarcação são tais que uma mudança no trim apresenta um efeito considerável nos braços de endireitamento, a variação no trim deverá ser considerada.

2)Os cálculos deverão considerar o volume até a face superior do revestimento do convés. No caso de navios de madeira, deverá ser considerado o volume correspondente à superfície externa do casco.

3)As superestruturas e demais estruturas acima do convés de borda livre que tenham sido consideradas no cálculo das curvas cruzadas deverão estar especificadas claramente na documentação apresentada, devendo ser também informado até que ângulo de inclinação cada estrutura foi considerada como contribuinte para os braços de endireitamento, de acordo com o estabelecido na alínea b) deste item.

4)Nos casos em que a embarcação pode naufragar devido ao alagamento através de qualquer abertura, a curva de estabilidade estática deve ser interrompida no correspondente ângulo de alagamento e a embarcação deve ser considerada como tendo perdido completamente a sua estabilidade.

b)Superestruturas, Casarias e demais Edificações acima do Convés

1)Superestruturas fechadas que atendam aos requisitos constantes no item 0608 poderão ser consideradas no cálculo das curvas cruzadas de estabilidade.

2)Troncos e conjuntos braçolas/tampas de escotilhas poderão ser considerados no cálculo das curvas cruzadas de estabilidade, desde que atendam aos requisitos de resistência estrutural e estanqueidade apresentados nas alíneas a), b), c) e g) do item 0608.

3)Superestruturas, casarias e demais edificações acima do convés de borda livre, incluindo troncos e braçolas de escotilhas, que não atendam integralmente aos requisitos apresentados no item 0608 poderão ser consideradas no cálculo das curvas cruzadas de estabilidade até o ângulo de inclinação a partir do qual as aberturas nelas existentes submergem, desde que apresentem resistência estrutural equivalente ao de uma superestrutura fechada. Nesses casos a curva de estabilidade estática deverá apresentar um ou mais ressaltos nos ângulos correspondentes, e nos cálculos subsequentes o espaço alagado deverá ser considerado como "não existente".

0634 -CÁLCULO DO EFEITO DE SUPERFÍCIE LIVRE

a)Para todas as condições de carregamento analisadas, a altura metacêntrica inicial e as curvas de estabilidade estática devem ser corrigidas em função do efeito de superfície livre dos tanques.

b)O efeito de superfície livre dos tanques deverá ser calculado de acordo com o procedimento estabelecido neste item, exceto nos casos em que sejam utilizados programas especiais de computador, previamente autorizados pela DPC, que equilibram o líquido no interior dos tanques e fornecem o valor exato da posição do seu centro de gravidade em cada inclinação analisada.

c)O momento de superfície livre deverá ser calculado por intermédio da seguinte expressão:

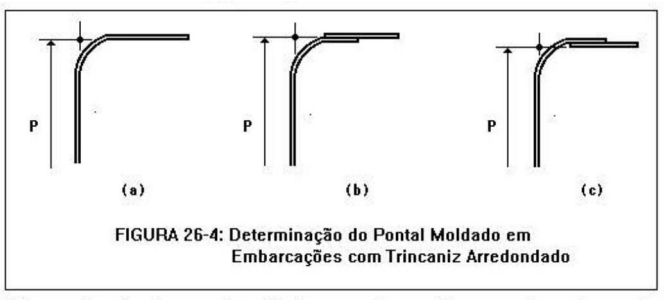


FIGURA 26-4: Determinação do Pontal Moldado em Embarcações com Trincaniz Arredondado

FIGURA 6-4: Determinação do pontal moldado em embarcações com trincaniz arredondado

d)Na determinação do efeito dos líquidos na estabilidade para todos os ângulos de inclinação, deverão ser considerados os tanques de forma individual ou combinação de tanques de cada tipo de líquido (incluídos aqueles para lastro de água) que dependendo das condições de serviço possam simultaneamente ter superfícies livres.

e)Os tanques a serem considerados parcialmente cheios para efeito do cálculo de superfície livre, deverão ser aqueles que apresentam o maior momento de superfície livre (Msl) a 30° de inclinação com 50% de sua capacidade total.

f)Os tanques que atendam a pelo menos uma das condições abaixo, não necessitam ser computados no cálculo do momento de superfície livre:

1)Os tanques que estejam completamente cheios (os tanques que não estejam completamente cheios apenas em função de margem de expansão do líquido, poderão ser considerados cheios para efeito de cálculo do momento de superfície livre);

2)Os tanques que estejam vazios (os resíduos existentes nos tanques que não são possíveis de se aspirar não necessitam ser considerados);

3)Pequenos tanques que atendam à seguinte condição:

MSL menor que 0,01 x min (18)

onde:

MSL = momento de superfície livre em qualquer inclinação, em t.m;

min = deslocamento mínimo da embarcação (peso leve), em t.

ANEXO 4 - B

DOTAÇÃO DE MATERIAL DE SALVATAGEM

Embarcação	Embarcação de sobrevivência	Coletes salva-vidas Tam. Grande	Coletes salva-vidas p/ crianças	Artefatos pirotécnicos	Boias salva-vidas
transporte de qualquer nº de passageiros (AB ≤ 20)	Isento	100% **(a)**	10% **(b)**	isento	
transporte de qualquer n° de passageiros (AB>20)	100%	100% **(a)**	10% **(b)**	Se AB maior que 100: 2 fachos manuais luz vermelha 2 fumígenos flutuantes laranja	
demais embarcações (AB ≤ 50)	isento	100% **(a)**	isento	Isento	
transporte de inflamáveis, propulsadas (AB >50)	100% (rígida) **(a)**	100% **(a)**	isento	Se AB maior que 100: 2 fachos manuais luz vermelha 2 fumígenos flutuantes laranja	
demais embarcações propulsadas (50 <AB ≤ 100)	isento	100% **(a)**	isento	isento	
demais embarcações propulsadas (AB>100)	100% **(a)**	100% **(a)**	isento	2 fachos manuais luz vermelha 2 fumígenos flutuantes laranja	
embarcação com Ct < 24 m **(c)**					2
embarcação com 24 m ≤ Ct ≤ 45 m					3
embarcação com Ct > 45 m e menor que 75 m					6
embarcação com Ct ≥ 75 m					8

Obs: (a) para 100% do total de pessoas a bordo;
(b) no mínimo para 10% do total de passageiros. Observar que o nº deverá ser igual ao total de crianças, se este for maior que 10% do total de passageiros; e
(c) as embarcações miúdas estão dispensadas.

0635 -CONDIÇÕES DE CARREGAMENTO

a)Considerações Gerais

1)A avaliação da estabilidade deverá ser efetuada para as condições de carregamento nas quais o proprietário pretende operar a embarcação, além das condições apresentadas neste item para cada tipo de serviço específico. Sempre que o proprietário não souber informar com exatidão as condições usuais de operação da embarcação a análise poderá ficar restrita às condições de carregamento padrões apresentados a seguir.

2)Na condição de carga total, de partida deve-se supor que as embarcações estão carregadas, até a marca de borda livre ou até o seu calado máximo permissível, com seus tanques de lastro vazios, caso a embarcação esteja isenta da atribuição de uma borda livre.

3)Se for necessário o lastreamento com água em qualquer condição de carregamento, deverão ser analisadas condições de carregamento adicionais, levando-se em conta o lastro com água. A quantidade e a disposição da água de lastro deverão ser especificadas.

4)Em todos os casos deve ser assumido que a carga (inclusive a carga transportada no convés) é inteiramente homogênea, a menos que esta condição seja inconsistente com serviço normal da embarcação.

b)Embarcações de Passageiros

1)As embarcações de passageiros deverão ter sua estabilidade avaliada para, pelo menos, cada uma das seguintes condições de carregamento:

(a)Embarcação na condição de carga total de partida, totalmente abastecida em gêneros e óleo, e com a lotação máxima de passageiros com suas bagagens;

(b)Embarcação na condição de carga total de regresso, com o número máximo de passageiros e suas bagagens, mas com apenas 10% de gêneros e combustível;

(c)Embarcação sem carga, mas com abastecimento total de gêneros e óleo, e com número máximo de passageiros e suas bagagens;

(d)Embarcação na mesma condição que a descrita em (c), acima mas com apenas 10% de abastecimento de gêneros e combustível;

(e)Embarcação na condição de carga total de partida, totalmente abastecida de gêneros e óleo, porém sem passageiros; e

(f)Embarcação na condição de carga total no regresso, com 10% de gêneros e combustível, sem passageiros.

2)O peso de cada pessoa a bordo deve ser assumido igual a 75 kg.

3)O peso da bagagem de cada passageiro deve ser assumido como sendo igual a 25 kg, sendo que este valor pode ser reduzido ou até considerado nulo, desde que, a critério da DPC, haja justificativa para tal.

4)A altura do centro de gravidade dos passageiros deve ser assumido igual a 1,0 m acima do nível do convés para passageiros em pé ou em redes e 0,30 m acima do assento para passageiros sentados.

5)A bagagem deve ser considerada como estando estivada nos locais a ela reservados.

6)Passageiros sem suas bagagens devem ser considerados distribuídos de forma a produzir a mais desfavorável combinação que pode ser verificada na prática para o momento emborcador devido ao agrupamento de passageiros em um bordo e ou posição vertical do centro de gravidade na condição.

7)Sempre que durante a análise do acúmulo de passageiros em um bordo for verificada a possibilidade de uma condição intermediária, com um número de pessoas inferior a lotação máxima de passageiros prevista, acarretar em uma condição de carregamento mais crítica, deverá ser apresentado no folheto de estabilidade da embarcação uma análise verificando qual é a lotação e distribuição de passageiros mais severa e o atendimento integral do critério de estabilidade nessa condição. Se durante essa análise for verificado que a embarcação não atende aos critérios de estabilidade em uma determinada condição intermediária, a lotação máxima dos passageiros deverá ser reduzida até que se alcance o seu integral atendimento em qualquer condição.

c)Embarcações de Carga

1)As embarcações de carga deverão ter sua estabilidade avaliada para, pelo menos, cada uma das seguintes condições de carregamento:

(a)Embarcação na condição de carga total de partida, com carga distribuída homogeneamente em todos os espaços de carga e com abastecimento total de gêneros e combustível;

(b)Embarcação na condição de carga total na chegada, com carga homogeneamente distribuída por todos os espaços de carga e com 10% do abastecimento de gêneros e combustível;

(c)Embarcação na condição de partida, sem carga, mas com abastecimento total de gêneros e combustível; e

(d)Embarcação na condição de chegada, sem carga, mas com 10% do abastecimento de gêneros e combustível.

2)Na condição de carga total (de partida ou chegada) de uma embarcação de carga seca que possui tanques para carga líquida, o porte bruto efetivo deve ser distribuído e a estabilidade avaliada considerando as seguintes premissas:

(a)Tanques de carga cheios; e

(b)Tanques de carga vazios.

d)Rebocadores e Empurradores

Os rebocadores e os empurradores deverão ter sua estabilidade avaliada para, pelo menos, cada uma das seguintes condições de carregamento:

1)Embarcação completamente carregada de gêneros e combustível; e

2)Embarcação carregada com apenas 10% de sua capacidade de gêneros e combustível.

e)Embarcações de Pesca

1)As embarcações de pesca deverão ter sua estabilidade avaliada para, pelo menos, cada uma das seguintes condições de carregamento:

(a)Condição de partida para as zonas de pesca, totalmente abastecido de gêneros e óleo;

(b)Condição de partida da zona de pesca com captura total e 35% de gêneros e óleo;

(c)Condição de retorno ao porto de origem com captura total mas com apenas 10% de gêneros e óleo;

(d)Condição de retorno ao porto de origem com apenas 20% da captura total e 10% de gêneros e óleo; e

(e)Condição que caracterize o calado máximo permissível da embarcação.

2)Nas condições descritas acima a carga de convés deve ser incluída, se esta prática for pretendida.

3)Deve ser deixada uma margem para o peso das redes de pesca e demais equipamentos de pesca molhados.

4)A água de lastro só deve normalmente ser incluída se transportada em tanques especialmente feitos para este propósito.

f)Embarcações que Transportam Carga no Convés

1)As embarcações que transportam carga no convés deverão, adicionalmente, ter sua estabilidade avaliada para cada uma das seguintes condições de carregamento:

(a)Embarcação na condição de carga total de partida, com carga distribuída homogeneamente em todos os porões, com carga no convés, com abastecimento total de gêneros e combustível e com a lotação máxima de passageiros;

(b)Embarcação na condição de carga total na chegada, com carga homogeneamente distribuída por todos os porões, com carga no convés, com 10% do abastecimento de gêneros e combustível e com a lotação máxima de passageiros;

(c)Embarcação na condição de carga total de partida, com carga distribuída homogeneamente em todos os porões, com carga no convés, com abastecimento total de gêneros e combustível e sem passageiros; e

(d)Embarcação na condição de carga total na chegada, com carga homogeneamente distribuída por todos os porões, com carga no convés, com 10% do abastecimento de gêneros e combustível e sem passageiros.

2)A quantidade e disposição da carga no convés considerada deverá estar de acordo com o estabelecido no Capítulo 5.

0636 -CRITÉRIOS DE ESTABILIDADE PARA A ÁREA 1

a)Critério Geral

As embarcações que operam nas regiões classificadas como área 1, com exceção das barcaças, deverão atender aos seguintes critérios de estabilidade:

1)O ângulo de equilíbrio estático da embarcação (1), quando submetida à ação isolada do acúmulo de passageiros em um bordo, do vento, da manobra do giro ou do reboque (quando aplicável) deve ser menor ou igual ao ângulo de imersão do convés na condição de carregamento considerada ou 15°, o que for menor (ver figura 6-13);

2)A área compreendida entre a curva de estabilidade estática (CEE) e as curvas dos braços de emborcamento devido ao acúmulo de passageiros em um bordo, ao vento, a manobra de giro ou ao reboque (quando aplicável), até o ângulo de alagamento (f) ou 40°, o que for menor, (área A2 indicada na figura 6-13) deverá ser maior ou igual que a área sob a curva dos braços de emborcamento antes da interseção com a curva de estabilidade estática (área A1 representada na figura 6-13);

3)A altura metacêntrica inicial (GMo) deverá ser maior ou igual a 0,35m;

4)Ângulo de alagamento maior ou igual a 25°; e

5)Braço de endireitamento máximo maior ou igual a 0,10 metros.

ANEXO 4 - D

DOTAÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO

EMBARCAÇÕES COM AB > 20			
área		**quantidade e localização**	**classe dos extintores**
áreas de segurança	passadiço e camarim de cartas	1	C-2
	sala de rádio	1 (próximo da saída)	C-2(*1)
áreas de acomodações	camarotes, banheiros, espaços públicos, escritórios, etc. ..., e paióis, depósitos e copas associados	1 em cada corredor principal em cada convés, adequadamente localizado de forma que nenhum espaço esteja a mais de 20m de um extintor	A-2 ou B-2
áreas de serviço	cozinhas	1 para cada 200m² ou fração, adequado ao risco envolvido	B-2 ou C-2
	paióis, incluindo de tintas e lâmpadas	1 para cada 200m² ou fração, adequado ao risco envolvido	A-2 ou B-2
espaços de máquinas(*2)	espaços contendo caldeiras a óleo (principal ou auxiliar) ou qualquer unidade de óleo combustível sujeita a descarga sob pressão da bomba de serviço de óleo combustível	2(*3)	B-2
	espaços contendo motores de combustão interna ou turbinas a gás para a propulsão	1	B-5(*4)
		1 para cada 1000 BHP, mas não menos que 2 nem mais que 6(*5)	B-2
	espaços auxiliares contendo motores de combustão interna ou turbinas a gás	1(*6) (*7)	B-3
		1 próximo da saída (*7)	B-2
	espaços auxiliares contendo geradores de emergência	1 próximo da saída	C-2
áreas de carga	praça de bombas	1	B-2
	área de carga	nenhum	

OBSERVAÇÕES:
(*1) - Embarcações não empregadas em viagens internacionais podem substituir por 2 C-1.
(*2) - Um extintor C-2 deve estar imediatamente disponível para as áreas do gerador de serviço e do quadro elétrico principal e, adicionalmente, um C-2 deve estar convenientemente localizado a uma distância sem obstruções não superior a 15 m de qualquer ponto do compartimento principal de máquinas. Esses extintores não necessitam ser exigidos em adição aos outros extintores regulamentares.
(*3) - Embarcações com AB < 1.000 necessitam apenas 1.
(*4) - Embarcações com AB < 1.000 podem substituir por 1 B-4
(*5) - Apenas 1 é exigido para barcos com AB inferior a 50.
(*6) - Se uma caldeira auxiliar está instalada no espaço, o extintor B-5 previamente exigido para a caldeira pode ser substituído. Não é exigido quando um sistema fixo estiver instalado.
(*7) - Não exigido para embarcações com AB < 300.

EMBARCAÇÕES COM AB ≤ 20	
COMPRIMENTO TOTAL	**QUANTIDADE E TIPO DE EXTINTORES**
SE CT > 12m	**2 de 4 kg CO_2 próximo ao motor (*8) 1 DE 1kg de PÓ QUÍMICO no comando e na cozinha 1 DE 10l ÁGUA nas acomodações**
SE 8 <CT ≤ 12m	**1 DE 6 kg de CO^2 próximo ao motor (*8) 1 DE 4kg de PÓ QUÍMICO no comando**
CT ≤ 8m	**1 de 4 kg CO_2 ou 1 de 1 kg pó químico (*8)**

(*8) – Se dotada com praça de máquinas separada, mais um de 6 kg de Pó Químico próximo ao local

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082500051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b)Critério para Barcaças

As barcaças que operam nas regiões classificadas como área 1 deverão atender aos seguintes critérios de estabilidade:

1)A área sob a curva de estabilidade estática até o ângulo correspondente ao braço de endireitamento máximo não deve ser inferior a 0,055 m.rad; e

2)A altura metacêntrica inicial (GMo) não deve ser inferior ao valor da altura metacêntrica inicial requerida (GMr), calculada por intermédio da seguinte expressão:

ANEXO 5 - A

DECLARAÇÃO DE MERCADORIAS PERIGOSAS

1 Expedidor	2 Número do documento	
	3 Pag. de páginas	4 Ref. do expedidor
		5 Ref. do recebedor
6.Consignatário	7 Transportador (preenchimento pelo próprio)	
Declaração do expedidor Declaro que o conteúdo do contentor/veículo assinalado está completa e acuradamente descrito abaixo, formalmente qualificado, classificado, embalado, marcado e com etiqueta/placa estando, sob todos os aspectos, nas condições apropriadas para transporte, de acordo com os regulamentos nacionais e internacionais aplicáveis.	8 Limitações (se aplicáveis)	
9 Informações adicionais para manuseio	Carga e passageiro	Carga
	10 Viagem/nº/data	11 Porto de carreg.
	12 Porto de descarreg.	13 Destino final
14 Detalhamento do conteúdo *Quant. e tipo das embalagens; desc. dos conteúdos P.bruto(kg) P.liq.(kg) Vol.(m³)		
15 Número do contentor/veículo		
16 Número do selo		
17 Tamanho/tipo do contentor/veículo		
18 Tara (kg)		
19 Peso bruto total (kg)		
Certificado da embalagem (do contentor/veículo) -"Declaro que as mercadorias descritas acima foram embaladas e arrumadas dentro do contentor/veículo acima identificado de acordo com os regulamentos aplicáveis" **(deve ser preenchido e assinado para todos os contentores/veículos, pela pessoa responsável pela arrumação).		
20 Nome da empresa	Nome/função do declarante	Assinatura do declarante/data
21 Declaração da empresa recebedora -"Recebi a quantidade acima descrita de contentores/veículos, em aparente ordem e boas condições, com as ressalvas abaixo: (observações)		
Nome da transportadora	Nome da empresa (do expedidor que preencheu este formulário)	
Nº de registro do veículo	Nome/função do declarante	
Assinatura/data/local	Local e data	
Assinatura do motorista	Assinatura do declarante	

* Mercadorias perigosas: devem ser especificados nomes técnicos, classe de risco, Nº ONU, grupo de embalagem (se aplicável), se poluidor marinho, observando outros requisitos mandatórios por reg. nac. ou internacionais. ver IMDG CODE 5.4.1.1.

** Ver IMDG CODE 5.4.2.

- 5- D -1 - NORMAM-02/DPC

onde:

Gmr = altura metacêntrica inicial requerida, em m;

A = área lateral projetada da porção da embarcação acima da linha d'água correspondente à condição de carregamento considerada, conforme indicado na figura 6-14, em m^2;

h = distância vertical entre o centróide da área "A" e metade do calado médio para a condição de carregamento considerada, conforme indicado na figura 6-14, em m;

= deslocamento da embarcação na condição de carregamento considerada, em t;

= ângulo de inclinação entre a metade superior da borda-livre na condição de carregamento considerada e o canto superior do convés, ou 14º, adotando-se o menor valor (ver figura 6-15);

P = 0,036 + (LPP / 1309)², em t/m^2; e

LPP = comprimento entre perpendiculares, em m.

3)O ângulo de equilíbrio estático devido ao agrupamento de passageiros em um bordo deve ser inferior a 10º, para as barcaças autopropulsadas ou não, que transportem passageiros.

c)Critério Alternativo para Embarcações de Carga

As embarcações de carga que operam nas regiões classificadas como área 1 e que não atendam ao critério constante na subalínea a) 4) deste item, ou seja, apresentem ângulo de alagamento inferior a 25º, poderão ter sua estabilidade intacta avaliada por intermédio do seguinte critério:

1)A área sob a curva de estabilidade intacta até o ângulo de alagamento deve ser maior ou igual a 0,040 m.rad;

2)O maior valor do braço de endireitamento antes da ocorrência do ângulo de alagamento deve ser maior ou igual a 0,20 m;

3)A altura metacêntrica inicial (GMo) deve ser maior ou igual a 0,50 m; e

4)O ângulo de alagamento deve ser maior ou igual a 12º.

ANEXO 5 - A

MANIFESTO DE MERCADORIAS PERIGOSAS * **Pág. / .**
(*DANGEROUS GOODS MANIFEST*) * (*Page*)

Nome do Navio (*Name of ship*) | **Número IMO** (*IMO Number*) | **Nacionalidade do Navio** (*Flag of ship*) | **Nome do Comandante** (*Master Name*)

Ref. da Viagem (*Voyage Reference*) | **Porto de Carreg.** (*Port of Loading*) | **Porto de Descarreg.** (*Port of Discharge*) | **Agente de Embarque** (*Shipping Agent*)

Nº do livro de referencia	Nº do Container Nº do Veiculo	Quantidade e tipo de Embalagens	Nome Comercial Ou Técnico	Classe	Nº ONU	Grupo da Embalagem	Risco Secundário	Ponto de Fulgor (c.f.)	Poluidor Marinho	Peso Bruto (Kg)	Procedimento de Emergência	Posição de Estocagem à Bordo
Booking/ Reference Number	*Marks & Numbers Containers ID NO Vehicle Reg. NO*	*Number and Kind of Packages*	*Proper Shipping Name*	*Class*	*UN Number*	*Packing Group*	*Subsidiary Risk(s)*	*Flash-Point (N°C.c.c.)*	*Marine Pollutant*	*Mass (Kg) Grass/Net*	*EmS*	*Stowage Position On Board*

Assinatura do Agente _____ (*Agent's Signature*)

Assinatura do Comandante _____ (*Master's Signature*)

Local e Data _____ (*Place and Date*)

Local e Data _____ (*Place and Date*)

* De acordo com a regra 5.5 do capítulo VII do SOLAS 74, regra 4(3) do Anexo II do MARPOL 73/78 e capítulo 5.4, parágrafo 5.4.3.1 do IMDG CODE
(As required by SOLAS 74, chapter VII regulation 5.5 MARPOL 73/78, annex II, regulation 4(3) and chapter 5.4, paragraph 5.4.3.1 of the IMDG CODE)

- 5- D -2 - NORMAM-02/DPC

ANEXO 5 - A

MODELO DE NOTIFICAÇÃO ANTECIPADA

1 - Nome da embarcação:
Tipo: Inscrição: Registro:
2 - Existem a bordo planos para aplicar procedimentos de emergência em caso de sinistros que envolvam cargas perigosas transportadas? SIM [ ] NÃO [ ]
3 - Dispõe de equipamentos para combater incêndio? ..... SIM [ ] NÃO [ ]
4 - A tripulação se encontra adestrada? ..... SIM [ ] NÃO [ ]
5 - Possui pessoal responsável para supervisionar as medidas de segurança durante a operação de carga e descarga? SIM [ ] NÃO [ ]

_____, de_____ de _____

_____
Assinatura do Armador ou Representante Legal

Documentação: Recebida em / / .
Registrada em / / .

Assinatura: _____

Analisada em / / .
Observações .....
.....
.....
.....
.....

Autorizado? ..... SIM [ ] NÃO [ ]

Assinatura_____
Data / / .

Embarcação / Carga Inspecionada? ..... SIM [ ] NÃO [ ]
Em: / / .
Correta? ..... SIM [ ] NÃO [ ]

Observações.....
.....
.....
.....

- 5- D -1 - NORMAM-02/DPC

0637 -CRITÉRIOS DE ESTABILIDADE PARA A ÁREA 2

a)Critério Geral

As embarcações que operam nas regiões classificadas como área 2, com exceção das barcaças, deverão atender aos seguintes critérios de estabilidade:

1)O ângulo de equilíbrio estático da embarcação (±), quando submetida à ação isolada do acúmulo de passageiros em um bordo, do vento, da manobra de giro ou do reboque (quando aplicável) deve ser menor ou igual ao ângulo de imersão do convés na condição de carregamento considerada ou 12º, o que for menor (ver figura 6-16);

2)A área compreendida entre a curva de estabilidade estática (CEE) e as curvas dos braços de emborcamento devido ao acúmulo de passageiros em um bordo, ao vento, a manobra de giro ou ao reboque (quando aplicável), até o ângulo de alagamento (-f) ou 40º, o que for menor, (área A2 indicada na Figura 6-16) deverá ser maior ou igual que 1,2 vezes a área sob a curva dos braços de emborcamento antes da interseção com a curva de estabilidade estática (área A1 representada na figura 6-16);

3)A altura metacêntrica inicial (GMo) não deverá ser inferior a 0,35m;

4)Ângulo de alagamento maior ou igual a 30º; e

5)Braço de endireitamento máximo maior ou igual a 0,15 metros.

ANEXO 5 - A

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

TERMO DE RESPONSABILIDADE
PARA O TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS

Conhecimento da CP/DL/AG:
Carimbo da OM

.....
Rubrica do Agente da Autoridade Marítima

Eu,....., ...
(nome completo) (categoria)

ciente das minhas responsabilidades como Comandante da embarcação denominada pertencente à Companhia ..... sediada na Cidade.....Estado....., inscrita na ..... sob o nº....., e registrada no Tribunal Marítimo sob o nº....., declaro que verifiquei cuidadosamente toda a carga perigosa embarcada, no que diz respeito às condições de embalagem, marcação e etiquetagem, bem como assumo inteira responsabilidade a bordo pelo seu manuseio, segregação, localização e amarração, observando todos os requisitos de segurança estabelecidos pela Autoridade Marítima.

....., em..... de..... de .....

.....
Nome do Comandante (legível)

.....
Assinatura do Comandante

Distribuição: 1ª Via - Capitania, Delegacia ou Agência de despacho;
2ª Via - Pasta de despacho do Navio;
3ª Via - Comandante do Navio.

FIGURA 6-16: Critério de estabilidade para embarcações da área 2

b)Critério para Barcaças

As barcaças que operam nas regiões classificadas como área 2 deverão atender aos seguintes critérios de estabilidade:

1)A área sob a curva de estabilidade estática até o ângulo correspondente ao braço de endireitamento máximo não deve ser inferior a 0,080 m.rad; e

2)A altura metacêntrica inicial (GMo) não deve ser inferior ao valor da altura metacêntrica inicial requerida (GMr), calculada por intermédio da seguinte expressão:

ANEXO 5 - A

CÓDIGOS DE TIPOS DE EMBALAGENS

TIPO	MATERIAL	CATEGORIA	CÓDIGO
1. Tambor	A - Aço	Tampa não-removível	1A1
		Tampa removível	1A2
	B - Alumínio	Tampa não-removível	1B1
		Tampa removível	1B2
	D - Compensado		1D
	G - Papelão		1G
	H - Plástico	Tampa não-removível	1H1
		Tampa removível	1H2
2. Barril	C - Madeira	Tipo bujão	2C1
		Tampa removível	2C2
3. Bombona	A - Aço	Tampa não-removível	3A1
		Tampa removível	3A2
	H - Plástico	Tampa não-removível	3H1
		Tampa removível	3H2
4 - Caixa	A - Aço	-	4A1
		Com forro ou revestimento interno	4A2
	B – Alumínio	-	4B1
		Com forro ou revestimento interno	4B2
	C – Madeira	Comum	4C1
		Com paredes a prova de pó	4C2
	D – Compensado		4D
	F - Madeira reconstituída		4F
	G - Papelão		4G
	H - Plástico	Expandido	4H1
		Rígido	4H2
5 - Saco	H - Plástico tecido	Sem forro ou revestimento interno	5H1
		A prova de pó	5H2
		Resistente à água	5H3
	H - Película de plástico		5H4
	L - Têxtil	Sem forro ou revestimento interno	5L1
		À prova de pó	5L2
		Resistente à água	5L3
	M - Papel	Multifoliado	5M1
		Multifoliado resistente á água	5M2

3)O ângulo de equilíbrio estático devido ao agrupamento de passageiros em um bordo deve ser inferior a 10º para as barcaças, autopropulsadas ou não, que transportem passageiros.

0638 -CÁLCULO DOS MOMENTOS E BRAÇOS DE EMBORCAMENTO

a)Cálculo do Momento Emborcador devido ao Agrupamento de Passageiros

1)O cálculo do momento emborcador devido ao agrupamento de passageiros em um bordo (MP') para cada convés da embarcação, deve ser efetuado por intermédio da seguinte expressão: MP' = P x N x Yc' x cos ;– onde: (21)

MP' = momento emborcador devido ao agrupamento de passageiros no bordo para o convés considerado, em t.m;

P = peso de cada passageiro, assumido igual a 0,075 t;

N = número de passageiros transportados no convés considerado;

YC' = distância do centroide da área ocupada pelos passageiros agrupados no convés considerado e a linha de centro, em m; e

= ângulo de inclinação da embarcação.

2)O momento emborcador total devido ao agrupamento de passageiros em um bordo (MP) será igual ao somatório dos momentos emborcadores verificados para cada convés da embarcação.

3)Na determinação do centroide da área ocupada pelos passageiros agrupados em cada convés, os seguintes procedimentos deverão ser observados:

(a)A área ocupada pelos passageiros agrupados em cada convés deverá ser igual ao número de passageiros transportados no convés considerado pela concentração assumida (4 pessoas/m^2);

(b)Locais com obstruções que normalmente impedem o acesso das pessoas poderão não ser considerados no cálculo da área (e do seu respectivo centroide) ocupado pelos passageiros agrupados junto ao bordo; e

(c)A área calculada de acordo com o procedimento anterior deverá ser distribuída de forma que o seu centro fique o mais afastado possível da linha de centro da embarcação.

4)Os braços de emborcamento devido ao agrupamento de passageiros em um bordo (BP), cuja curva deve ser representada junto com a curva de estabilidade estática, podem ser calculados para cada ângulo de inclinação, por intermédio da seguinte expressão:

BP = MP /· onde : (22)

BP = braço de emborcamento devido ao agrupamento de passageiros em um bordo, em m;

MP = momento emborcador calculado de acordo com a fórmula (23); e

= deslocamento da embarcação, na condição de carregamento considerada, em t.

b)Cálculo do Momento Emborcador devido ao Vento

1)O cálculo do momento emborcador devido ao vento de través (MV) deve ser efetuado por intermédio da seguinte expressão:

$MV = 5{,}48 \times 10^{-6} \times A \times h \times V^2 \times [\ 0{,}25 + 0{,}75 \cos^3 –]$, onde: (23)

MV = momento emborcador devido ao vento de través, em t.m;

A = área lateral exposta ao vento, conforme representado na figura 6-17, em m^2;

Nas embarcações dotadas de janelas ou aberturas laterais que apresentem quaisquer dispositivos de fechamento ou proteção contra intempéries, tais como sanefas e janelas móveis, o cálculo da área lateral exposta ao vento e do seu respectivo centroide deverá considerar integralmente o espaço das aberturas, como se as mesmas estivessem completamente fechadas

h = distância vertical entre o centro da área lateral exposta e um ponto correspondente a metade do calado médio na condição considerada, conforme a figura 6-17, em m;

V = velocidade do vento, em km/h; e

–= ângulo de inclinação.

2)A velocidade do vento na expressão (23) deve ser assumida igual a 80 km/h.

ANEXO 5 - A

CÓDIGOS DE TIPOS DE EMBALAGENS (CONTINUAÇÃO)

TIPO	MATERIAL	CATEGORIA	CÓDIGO
6 - Embalagem Composta	H - Recipiente plástico	Em tambor de aço	6HA1
		Em engradado ou caixa de aço	6HA2
		Em tambor de alumínio	6HB1
		Em engradado ou caixa de alumínio	6HB2
		Em caixa de madeira	6HC
		Em tambor de compensado	6HD1
		Em caixa de compensado	6HD2
		Em tambor de papelão	6HG1
		Em caixa de papelão	6HG2
		Em tambor de plástico	6HH1
		Em caixa de plástico rígido	6HH2
	P - Recipiente de vidro, porcelana ou cerâmica	Em tambor de aço	6PA1
		Em engradado ou caixa de aço	6PA2
		Em tambor de alumínio	6PB1
		Em engradado ou caixa de alumínio	6PB2
		Em caixa de madeira	6PC
		Em tambor de compensado	6PD1
		Em cesto de vime	6PD2
		Em tambor de papelão	6PG1
		Em caixa de papelão	6PG2
		Em embalagem de plástico expandido	6PH1
		Em embalagem de plástico rígido	6PH2

3)Os braços de emborcamento devido ao vento de través (BV), cuja curva deve ser representada junto com a curva de estabilidade estática, podem ser calculados para cada ângulo de inclinação, por intermédio da seguinte expressão:

BV=MV/· onde: (24)

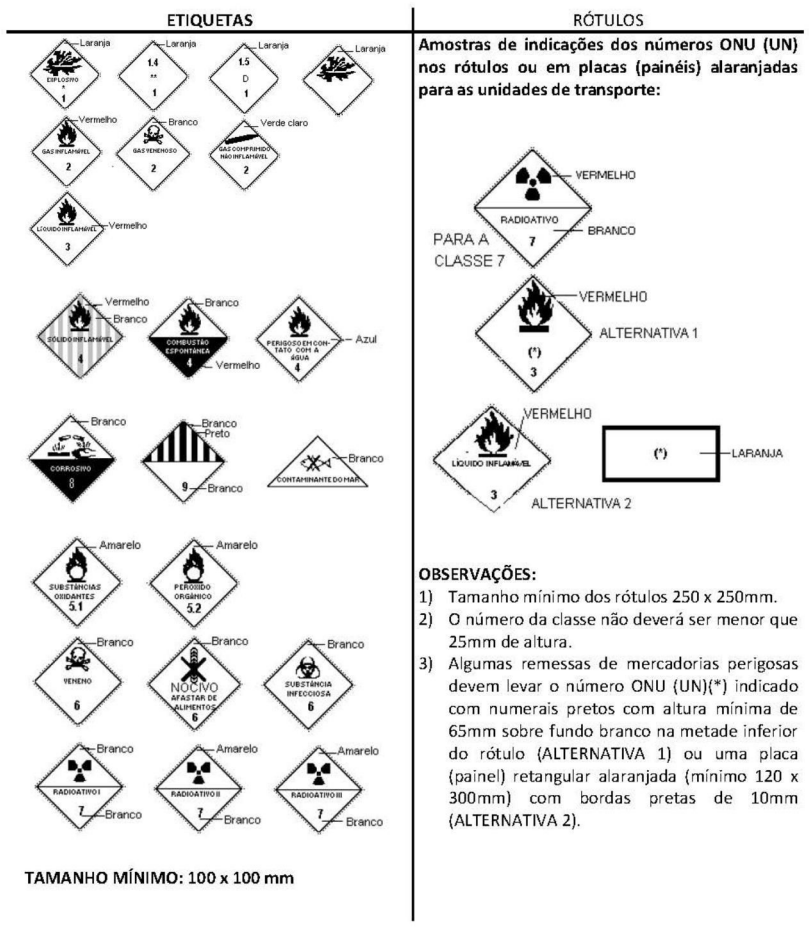
BV = braço de emborcamento devido ao vento de través, em m;

MV = momento emborcador calculado de acordo com a fórmula (23); e

⇒ deslocamento da embarcação, na condição de carregamento considerada, em t.

ANEXO 5-E

SÍMBOLOS PADRONIZADOS PELA IMO



- 5-E-1 - NORMAM-02/DPC/2005

2)O momento emborcador devido ao reboque deve ser calculado utilizando-se metade da força de tração estática do rebocador atuando em um ângulo de 90° com a linha de centro da embarcação.

3)O valor da força de tração estática deverá ser obtido por intermédio de um teste de tração estática. Em considerações preliminares, poderá ser adotado o valor estimado de 0,0135 t / bhp.

4)O braço do momento de inclinação devido ao reboque, deve ser igual a distância vertical do extremo superior do "gato de reboque" até o centro de carena ou, alternativamente, até a metade do calado médio, na condição de carregamento considerada.

5)Os braços de emborcamento devido ao reboque (BR), cuja curva deve ser representada junto com a curva de estabilidade estática, podem ser calculados para cada ângulo de inclinação por intermédio da seguinte expressão:

BR=MR/(28)

onde:

BR = braço de emborcamento devido ao reboque, em m;

MR = fórmula (27); e

⇒ deslocamento da embarcação, na condição de carregamento considerada, em t.

0639 -PRECAUÇÕES CONTRA EMBORCAMENTOS

a)O atendimento aos critérios de estabilidade não garante a imunidade contra emborcamentos, nem absolve os Comandantes de suas responsabilidades. Os Comandantes deverão, portanto, agir com prudência e observar as regras de marinharia, atentando para a estação do ano, os boletins meteorológicos e a zona de navegação, devendo ainda adotar a velocidade e o curso apropriados às circunstâncias.

b)Atenção especial deve ser dispensada antes do início de uma viagem para que toda a carga e peças maiores de equipamentos sejam armazenadas e peiadas adequadamente, para minimizar a possibilidade de deslocamento longitudinal ou transversal quando no mar, sob o efeito das acelerações provocadas pelos movimentos de balanço ou arfagem.

c)A carga destinada a uma embarcação deve ser capaz de ser estivada de forma a possibilitar o atendimento aos critérios de estabilidade preconizados nestas regras. Caso necessário, a capacidade de carga deve ser reduzida na proporção do lastro requerido para se obter o atendimento aos critérios.

d)Uma embarcação empregada em operações de reboque não poderá transportar carga no convés, exceto pequenas quantidades, devidamente peiadas, que não coloquem em risco a operação segura da tripulação no convés nem impeçam o funcionamento adequado do equipamento de reboque.

e)O número de tanques parcialmente cheios deve ser reduzido ao mínimo em função do seu efeito adverso na estabilidade.

f)Os critérios de estabilidade constantes nestas regras apresentam valores mínimos, não existindo um padrão para os valores máximos. Entretanto, é recomendável se evitar valores excessivos para a altura metacêntrica, pois poderão ser geradas forças devido à aceleração que poderão ser prejudiciais ao navio e seus equipamentos, à tripulação e ao transporte seguro da carga.

g)Todas as aberturas através das quais a água pode penetrar no casco, casarias ou superestruturas deverão ser adequadamente fechadas em condições climáticas adversas, sendo que todos os dispositivos existentes a bordo para esse fim deverão ser mantidos em boas condições de manutenção.

h)Tampas, portas e outros dispositivos estanques (ao tempo ou à água) de fechamento de aberturas deverão ser mantidos fechados durante as viagens, exceto quando seja necessário abri-los para a operação da embarcação, desde que sempre fiquem prontas para serem imediatamente fechadas e que seja claramente assinalado no local que essas aberturas devem permanecer fechadas após o acesso. Tampas de escotilha e as aberturas no convés ou costados de embarcações de pesca, deverão permanecer fechadas quando não estiverem sendo utilizadas nas operações de pesca.

i)Qualquer dispositivo de fechamento dos suspiros dos tanques de combustível deverá permanecer fechado em condições climáticas adversas.

j)Pescado não deve ser transportado a granel, exceto após a adequada instalação de divisões portáteis nos porões.

k)Não se deve utilizar o piloto automático sob condições climáticas adversas devido a impossibilidade de se adotar com presteza as mudanças de rumo ou velocidade que porventura forem necessárias.

l)Em todas as condições de carregamento, atenção especial deve ser dispensada para que seja mantida a borda livre adequada à área de navegação.

m)Em severas condições de tempo, a velocidade do navio deve ser reduzida se forem verificados inclinações transversais de grande amplitude, saída do hélice d'água, embarque de água no convés ou violentas pancadas de proa ("slamming"). Vinte e cinco saídas do hélice d'água ou seis "slammings" durante um período correspondente a cem movimentos de arfagem da embarcação devem ser considerados perigosos.

n)Atenção especial deve ser dispensada para as embarcações navegando com mar de popa ou de aleta devido a perigosos fenômenos que podem resultar em amplitudes de jogo excessivas ou em perda de estabilidade nas cristas das ondas, criando uma situação favorável ao emborcamento das embarcações. Uma situação particularmente perigosa ocorre quando o comprimento da onda é da ordem de 1,0 a 1,5 vezes o comprimento da embarcação. A velocidade do navio e ou a sua rota devem ser adequadamente alteradas para evitar esses fenômenos.

o)O acúmulo de água em poços existentes no convés exposto deve ser evitado. Se as saídas d'água não forem suficientes para promover a drenagem do poço, a velocidade do navio deve ser reduzida e/ou o curso alterado. Saídas d'água providas de dispositivos de fechamento deverão estar sempre em condições de operação e não poderão apresentar dispositivos de travamento.

p)Os Comandantes deverão estar atentos para regiões de arrebentação de ondas ou em determinadas combinações de vento e corrente que ocorrem em estuários de rios ou em áreas com pequena profundidade, devido ao fato que essas ondas são perigosas, principalmente para pequenas embarcações.

SEÇÃO VI

PROVA DE INCLINAÇÃO

0640 -PREPARAÇÃO DA PROVA

a)Condição de Carregamento

A prova deve ser realizada com a embarcação na condição de navio leve, ou o mais próximo possível dela, sendo que:

1)Os objetos que não façam parte do equipamento fixo da embarcação, devem ser retirados ao máximo;

2)Líquidos pertencentes a caldeiras, equipamentos e tubulações devem ser mantidos, tanto quanto possível, nos seus níveis normais de operação;

3)Os tanques devem estar, sempre que possível, vazios. A quantidade de tanques contendo líquidos deve ser a mínima necessária para assegurar um compasso (trim) e estabilidade adequados durante a prova e no caso da prova ser realizada através de transferência de líquidos, para efetuar a inclinação da embarcação. Os tanques contendo líquidos, para assegurar um compasso (trim) e estabilidade adequados, devem estar totalmente cheios ou, quando inevitável, carregados em um nível que seja possível determinar perfeitamente a superfície livre do líquido e a mesma permaneça, aproximadamente, constante durante a inclinação da embarcação. No caso de tanques totalmente cheios, devem ser tomados os cuidados necessários durante o enchimento dos tanques, para evitar a ocorrência de bolsões de ar.

b)Itens Passíveis de Sofrer Deslocamentos

Aparelhos ou outros pesos que possam sofrer deslocamento que influenciem os resultados da prova devem ser impedidos que o façam, e para isso devem ser tomadas as seguintes providências:

1)Lanças de guindastes, baleeiras, aparelhos ou paus de carga devem estar fixos e em posição de viagem, no momento de cada leitura;

2)Tampas de escotilhas devem, sempre que possível, estar fechadas.

c)Trim

A embarcação não deve ter compasso (trim) maior que 1% de Lpp, quando as curvas hidrostáticas foram utilizadas para cálculo. O ângulo de banda não deve ser maior que 0,5º. Este ângulo de banda inicial é tolerável quando é devido à assimetria de pesos e não estabilidade inicial negativa.

d)Local do Teste

A prova deve ser realizada, de preferência, em local abrigado, sem vento e correnteza. Caso não seja praticável, as condições de mar, vento e correnteza devem ser tais que não comprometam a precisão da prova.

0641 -RECOMENDAÇÕES

a)Pessoas a Bordo

Somente as pessoas necessárias à prova devem permanecer a bordo. Estas, salvo necessidade de posicionamento durante a prova, devem permanecer na linha de centro da embarcação.

b)Livre Oscilação da Embarcação

A livre oscilação da embarcação, durante as leituras da prova, deve ser garantida. Para tal, os cabos de amarração devem estar brandos, pranchas e escadas de acesso recolhidas e as conexões com a terra, sempre que possível, desligadas. Alguns exemplos de amarração são mostrados na figura 6-18.

ANEXO 5-F

MODELO DE FICHA DE EMERGÊNCIA

EXPEDIDOR	NOME DO PRODUTO	SÍMBOLO DE RISCO
Tel.:		
Número ONU (UN)		
Aspecto do Produto: Riscos Em Caso De Fogo: Riscos Para Saúde: Riscos Para O Meio Ambiente:		

ACIDENTES	
TIPOS	PROVIDÊNCIAS
Vazamento	
Fogo	
Poluição	
Envolvimento de pessoas	
Informações do Médico	

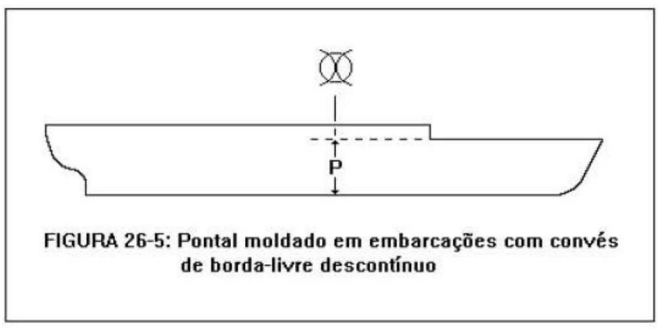


FIGURA 26-5: Pontal moldado em embarcações com convés de borda-livre descontínuo

FIGURA 6-5 :Pontal moldado em embarcações com convés de borda livre descontínuo

ANEXO 5-G

TABELA DE SEGREGAÇÃO

CLASSE	1.1 1.2 1.5	1.3 1.6	1.4	2.1	2.2	2.3	3	4.1	4.2	4.3	5.1	5.2	6.1	6.2	7	8	9
Explosivos 1.1, 1.2, 1.5	*	*	*	4	2	2	4	4	4	4	4	4	2	4	2	4	x
Explosivos 1.3, 1.6	*	*	*	4	2	2	4	3	3	4	4	4	2	4	2	2	x
Explosivos 1.4	*	*	*	2	1	1	2	2	2	2	2	2	x	4	2	2	x
Gases inflamáveis 2.1	4	4	2	x	x	x	2	1	2	x	2	2	x	4	2	1	x
Gases não tóxicos, não inflamáveis 2.2	2	2	1	x	x	x	1	x	1	x	x	1	x	2	1	x	x
Gases tóxicos 2.3	2	2	1	x	x	x	2	x	2	x	x	2	x	2	1	x	x
Líquido inflamáveis 3	4	4	2	2	1	2	x	x	2	1	2	2	x	3	2	x	x
Sólido inflamáveis 4.1	4	3	2	1	x	x	x	x	1	x	1	2	x	3	2	1	x
Substâncias sujeitas à combus-tão espontânea 4.2	4	3	2	2	1	2	2	1	x	1	2	2	1	3	2	1	x
Substâncias que são perigosas quando molhadas 4.3	4	4	2	x	x	x	1	x	1	x	2	2	x	2	2	1	x
Substâncias oxidantes 5.1	4	4	2	2	x	x	2	1	2	2	x	2	1	3	1	2	x
Peróxidos orgânicos 5.2	4	4	2	2	1	2	2	2	2	2	2	x	1	3	2	2	x
Venenos 6.1	2	2	x	x	x	x	x	x	1	x	1	1	x	1	x	x	x
Substâncias infectantes 6.2	4	4	4	4	2	2	3	3	3	2	3	3	1	x	3	3	x
Materiais radioativos 7	2	2	2	2	1	1	2	2	2	2	1	2	x	3	x	2	x
Corrosivos 8	4	2	2	1	x	x	x	1	1	1	2	2	x	3	2	x	x
Substâncias perigosas diversas 9	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Números e símbolos relativos aos termos abaixo conforme definidos na seção 15 da introdução geral do IMDG Code:
1 - "Longe de" (3m de separação)
2 - "Separado de" (6m de separação)
3 - "Separado por um compartimento completo" (12m de separação)
4 - "Separado longitudinalmente por um compartimento completo" (24m de separação)
x - a segregação caso haja, é indicada na ficha individual da substância no IMDG
* - Ver Introdução à classe 1 para segregação no IMDG Code.

c)Centro de Controle da Prova

Um centro de controle da prova, com meios de comunicação direta com o pessoal responsável pela leitura dos medidores, transferência de pesos, amarração da embarcação e praça de máquinas, deve ser instalado em local apropriado. Este centro de controle da prova deve proporcionar meios de se efetuar cálculos e verificações no desenrolar da prova.

d)Esquemas para Preparação da Prova

Um esquema que mostre as localizações dos medidores de inclinação, dos pesos a serem transferidos, do centro de controle da prova e os postos de comunicação, deve ser preparado (ver figura 6-19).

Um esquema para movimentação dos pesos, deve ser preparado, de acordo com o estabelecido nas tabelas 9 e 11, do modelo de relatório da prova de inclinação, apresentado no Anexo 6-E.

e)Pesos Sólidos

No caso de utilização de pesos sólidos, estes devem ser medidos e numerados. As transferências devem ser efetuadas, se possível, sem alteração da posição longitudinal dos pesos, de modo a não se alterar o compasso (trim).

f)Transferência de Lastro Líquido

A prova de inclinação só deve ser realizada utilizando lastro líquido como peso a ser transferido, quando a utilização de pesos sólidos for considerada absoluta e tecnicamente impraticável. Quando o uso do lastro líquido como peso a ser transferido não puder ser descartado, devem ser tomados os seguintes cuidados:

1)A transferência deve se dar entre tanques diretamente simétricos;

2)A densidade do líquido transferido deve ser medida;

3)A tubulação usada para a transferência deve estar cheia antes do início da prova e rigoroso controle sobre a manobra de válvulas deve ser executado; e

4)Os níveis de líquido nos tanques utilizados para a transferência de líquido, nos diversos movimentos, devem ser tais que seja possível determinar perfeitamente a sua superfície livre.

g)Estimativa dos Pesos Inclinantes

Os pesos a serem movimentados poderão ser estimados através da seguinte expressão:

ANEXO 5-H

TIPOS E CÓDIGOS DE IBC

Material	Categoria	Código
Metal: A - Aço	Para sólidos, carregados ou descarregados por gravidade Para sólidos, carregados ou descarregados sob pressão Para líquidos	11A 21A 31A
B - Alumínio	Para sólidos, carregados ou descarregados por gravidade Para sólidos, carregados ou descarregados sob pressão Para líquidos	11B 21B 31B
N - Outros	Para sólidos, carregados ou descarregados por gravidade Para sólidos, carregados ou descarregados sob pressão Para líquidos	11N 21N 31N
Flexível: H - Plástico	Plástico tecido, sem forro ou revestimento Plástico tecido, revestido Plástico tecido, com forro Plástico tecido, revestimento e com forro Película plástica	13H1 13H2 13H3 13H4 13H5
L - Têxteis	Sem forro ou revestimento Revestido Com forro Revestido e com forro	13L1 13L2 13L3 13L4
M - Papel	Multifoliado Multifoliado, resistente á água	13M1 13M2
H - Plástico Rígido	Para sólidos, carregados ou descarregados por gravidade, com equipamento estrutural Para sólidos, carregados ou descarregados por gravidade, Autoportante Para sólidos, carregados ou descarregados sob pressão, com equipamento estrutural Para sólidos, carregados ou descarregados sob pressão, autoportante Para líquidos, com equipamento estrutural Para líquidos, autoportante	11H1 11H2 21H1 21H2 31H1 31H2
IBC Composto com recipiente interno de plástico (*) - Plástico rígido - Plástico flexível	Para sólidos, carregados ou descarregados por gravidade Para sólidos carregados ou descarregados sob pressão Para líquidos Para sólidos, carregados ou descarregados por gravidade Para sólidos, carregados ou descarregados sob pressão Para líquidos	11HZ1 21HZ1 31HZ1 11HZ2 21HZ2 31HZ2
Papelão	Para sólidos, carregados ou descarregados por gravidade	11G
Madeira: C - Madeira natural	Para sólidos; carregados ou descarregados por gravidade com forro interno	11C
D - Compensado	Para sólidos, carregados ou descarregados por gravidade com forro interno	11D
F - Madeira reconstituída	Para sólidos, carregados ou descarregados por gravidade com forro interno	11F

(*) A letra Z deve ser substituída por uma outra letra maiúscula, correspondente à natureza do material empregado na fabricação da armação externa.

h)Documento de Procedimento de Ensaio

Um documento de procedimento de ensaio, contendo todos os passos a serem realizados durante a prova de inclinação, assim como todas as informações úteis aos interessados no acompanhamento da mesma, deve ser preparado. Não é necessário que tal documento seja submetido à análise prévia da DPC.

ANEXO 5-J

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA OPERACIONAL DE EMBARCAÇÕES QUE TRANSPORTAM PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS.	DATA / /

		SIM	NÃO
	EXISTEM MEIOS SEGUROS DE ACESSO ENTRE AS EMBARCAÇÕES OU ENTRE A EMBARCAÇÃO E A INSTALAÇÃO DE TERRA?		
	EXISTE SERVIÇO EFETIVO DE VIGILÂNCIA NO CONVÉS?		
	OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO ESTÃO OPERANDO?		
	FORAM ESTABELECIDOS SINAIS PARA SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA, DEVIDAMENTE COMPREENDIDOS POR AMBAS AS PARTES?		
	FORAM ESTABELECIDOS PROCEDIMENTOS PARA ABASTECIMENTO?		
	TODAS AS SUBSTÂNCIAS TÓXICAS CONTIDAS NA CARGA ESTÃO IDENTIFICADAS E COMPREENDIDAS?		
	FOI ESTABELECIDO O PROCEDIMENTO DE PARADA DE EMERGÊNCIA?		
	AS MANGUEIRAS E O EQUIPAMENTO DE COMBATE A INCÊNDIO A BORDO, ESTÃO POSICIONADOS E PRONTOS PARA USO IMEDIATO?		
	OS MANGOTES DE COMBUSTÍVEL ESTÃO EM BOAS CONDIÇÕES, APROPRIADAMENTE SUPORTADOS E COM SEUS RESPECTIVOS CERTIFICADOS VERIFICADOS?		
	OS EMBORNAIS ESTÃO EFETIVAMENTE BUJONADOS E BANDEJAS COLETORAS EM POSIÇÃO, NOS NAVIOS?		
	AS CONEXÕES DE CARGA E COMBUSTÍVEL QUE NÃO ESTÃO SENDO USADAS, FORAM APROPRIADAMENTE FECHADAS, COM FLANGES CEGOS E TOTALMENTE APARAFUSADOS?		

NOTA: os procedimentos e acordos mencionados devem ser feitos por escrito e assinados por ambas as partes.

Assinatura e carimbo do Representante da Embarcação

Assinatura e carimbo do Representante do Terminal

0642 -INSTRUMENTOS E MATERIAIS PARA A PROVA DE INCLINAÇÃO

a)Requisitos para os Pêndulos

1)Os pêndulos (e ou tubos "U") devem ser, no mínimo, em número de 2 e afastados um do outro o máximo possível, no sentido longitudinal da embarcação;

2)O comprimento do fio do pêndulo deve ser o maior possível, de modo a proporcionar, durante a inclinação da embarcação, o maior desvio possível;

3)O peso do pêndulo deve ser suficiente para manter o fio retesado e deve ter, aproximadamente, o formato apresentado no detalhe B da figura 6-20. A massa mínima do pêndulo deve ser 5 kg;

4)O fio do pêndulo deve ser de aço flexível e de diâmetro suficiente para suportar a massa do pêndulo sem sofrer alongamento, assegurando assim, que o pêndulo não toque o fundo da cuba de óleo;

5)O suporte do fio do pêndulo, no ponto da suspensão, deve ser tal que possa garantir a livre oscilação do pêndulo sem escorregamento, conforme sugerido no detalhe A da figura 6-20;

6)Para amortecer as oscilações do pêndulo deve ser utilizada uma cuba com óleo. As dimensões da cuba devem ser tais que, no maior ângulo de inclinação e levando-se em conta a oscilação, o pêndulo não venha a tocar na borda da cuba, além de permanecer imerso; e

7)Para medir os desvios do pêndulo pode ser utilizada uma régua (graduada ou não), solidária a cavaletes impedidos de se deslocarem, conforme sugerido na figura 6-20.

b)Requisitos para o Tubo "U"

1)Os tubos "U" (e/ou pêndulos) devem ser, no mínimo, em número de 2 (dois) e afastados um do outro o máximo possível, no sentido longitudinal da embarcação;

2)A distância entre as partes verticais do tubo "U" deve ser a maior possível e tal que, durante a inclinação da embarcação proporcione também o maior desnível possível;

3)Os tubos "U" devem ser rigidamente fixados à embarcação, a fim de evitar movimentos dos mesmos ;

ANEXO 5-L

SOLICITAÇÃO DE PERÍCIA PARA TRANSPORTE A GRANEL DE PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

.....*(armador ou seu representante)*.....participa a essa Capitania/Delegacia que o navio/embarcação, cujos dados estão a seguir discriminados, está com a previsão de chegada em .....*(dd/mm/aaaa)*....., e de acordo com o Capítulo 05 da NORMAM 02/DPC, solicita: ( ) perícia de condição para emissão de Declaração de Conformidade para Transporte de Petróleo, para o que o navio/embarcação estará pronto para ser periciado em .....*(dd/mm/aaaa)*....., no Porto .....,no/em .....*(local/estado)*.....

Declara estar ciente da indenização prevista no item 0806 e Anexo 8-E da NORMAM 02/DPC.

DADOS DO NAVIO:

Nome:	Número IMO:
Bandeira:	Porto de Registro:
AB(GT):	TPB(DWT):
Data de entrega (*Date of Delivery*):	Sociedade Classificadora/Entidade Especializada:
Tipos de produtos transportados:	Nº de Inscrição

DADOS DO ARMADOR:

Razão Social do Armador:
Nome(s):
Endereço Completo:
Tel/Fax/Email:

DADOS DO P&I CLUB:

P&I Club:	Tel/Fax/Email do escrit.:
Escritório(Cidade/País):	

(Local e data) _____,_____de _____de _____
(Assinatura) _____
(Nome do Agente/Despachante): _____
(Agência/Despachante): _____
(Endereço completo/FAX/Tel/E-mail do Agente/Despachante): _____

4)O sistema deve ser constituído de um tubo transparente para permitir as observações dos desníveis devido às inclinações da embarcação e recomenda-se usar tubos de diâmetro maior nas extremidades, conforme representado nas figuras 6-21 e 6-22;

5)Cálculos preliminares devem ser feitos para evitar que transborde líquido de qualquer extremidade, quando das inclinações;

6)Cuidados devem ser tomados para evitar a permanência das bolhas de ar dentro do tubo com líquido;

7)Uma régua (graduada ou não) deve ser fixada em cada parte vertical do tubo "U" para medir/marcar os desníveis, conforme indicado nas figuras 6-21 e 6-22.

ANEXO 5-M

(SELO DA CP/DL)

MARINHA DO BRASIL

(CAPITANIA DOS PORTOS/DELEGACIA)

_____
(OM EMITENTE)

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE PARA TRANSPORTE DE PETRÓLEO
(STATEMENT OF COMPLIANCE FOR OIL TRANSPORT)

Certifico que o navio .....(nome do navio)....., bandeira ....., nº IMO .....,
It is to Certify that the ship .....(name of ship)....., flag ....., IMO Number .....,
nº de Inscrição .....classificado pela .....(nome da sociedade classificadora do navio) .....,
Official Number ..... classified by .....(name of the Classification Society of the ship).....,
sofreu PERÍCIA para efetuar o transporte a granel de petróleo e seus derivados em ...../...../.....,
was submitted to appraisal to carry oil and products in bulk in ...../...../.....,
no Porto/Terminal ....., em conformidade com os requisitos estabelecidos no Capítulo 5 da NORMAM 02/DPC
at Port /Terminal ....., in conformity with the requirements established at Chapter 5 of the NORMAM 02/DPC
e está autorizado a transportar petróleo e seus derivados na navegação interior até a data de validade desta Declaração.
and is authorised to carry oil and products in bulk on inland waters until the validity of this Declaration.
Esta Declaração, emitida nos Termos do Convênio firmado entre a Diretoria de Portos e Costas - DPC e
This Declaration was issued under the terms of the Agreement signed by the Directorate of Ports and Coasts - DPC and
a Agência Nacional do Petróleo - ANP, constitui documento válido para operação em Águas Jurisdicionais Brasileiras - AJB.
the National Petroleum Agency - ANP, constitutes document valid for operation in Waters of Brazilian Jurisdiction AJB.

Emitido no (em) ....., em ...../...../.....
Issued at .....(local)....., in ...../...../..... .

Válido até...../...../.....
Valid until ...../...../..... .

.....
(Nome e Assinatura)
(Name and signature)

c)Outros

Além dos instrumentos medidores da inclinação, devem estar disponíveis a bordo, por ocasião da prova, os seguintes instrumentos com características adequadas:

1)Bote ou outro meio de locomoção adequado para permitir leitura das marcas de calado;

2)Densímetro;

3)Balde com corda, para obtenção de amostras d'água;

4)Trena;

5)Trenas de sondagens de tanques, com marcação legível;

6)Chaves para abrir as tampas dos tubos de sondagem;

7)Lanternas;

8)Meios de comunicação entre a direção da prova, locais das medições e de amarração da embarcação; e

9)Chaves de todos os compartimentos da embarcação.

0643-SEQUÊNCIA DE EXECUÇÃO DA PROVA

a)Proceder e anotar a leitura de calados nas marcas, se necessário, com auxílio de um tubo-amortecedor, conforme indicado na figura 6-23. Caso a embarcação não possua marcas de calado fixadas nos costados, deve ser efetuada uma medição da borda-livre, em ambos os bordos, nas regiões de proa e popa e, a critério do engenheiro responsável pela prova, na região de meio navio. Anotar os valores na tabela 2 do relatório da prova de inclinação, cujo modelo é apresentado no Anexo 6-E.

b)Verificar se a profundidade do local é suficiente para que a embarcação oscile livremente, sem interferência com o fundo.

c)Medir e anotar a densidade da água. Esta deve ser a média aritmética de três amostras retiradas com balde nos locais próximos às marcas de calados. Anotar na tabela 2, do relatório.

ANEXO 5-N

(SELO DA CP/DL)

MARINHA DO BRASIL
(CAPITANIA DOS PORTOS/DELEGACIA)

_____
(OM EMITENTE)

DECLARAÇÃO PROVISÓRIA PARA TRANSPORTE DE PETRÓLEO
(INTERIN STATEMENT FOR OIL TRANSPORT)

Certifico que o navio .....*(nome do navio)*....., bandeira ....., nº IMO ..... ,
It is to Certify that the ship .....(name of ship)....., flag ....., IMO Number..... ,
Nº de Inscrição .....classificado pela .....*(nome da sociedade classificadora do navio)*..... ,
Official Number ..... classified by .....(name of the Classification Society of the ship)..... ,
sofreu PERÍCIA para efetuar o transporte a granel de petróleo e seus derivados em ...../...../ ..... ,
was submitted to appraisal to carry oil and products in bulk in...../...../ ..... ,
no Porto/Terminal ....., em conformidade com os requisitos estabelecidos no Capítulo 5 da NORMAM 02/DPC
at Port /Terminal ....., in conformity with the requirements established at Chapter 5of the NORMAM 02/DPC
e está autorizado a transportar petróleo e seus derivados na navegação interior até a data de validade desta Declaração,
and is authorised to carry oil and products in bulk on inland waters until the validity of this Declaration
condicionada ao cumprimento das exigências do Relatório de Perícia em anexo.
conditioned to compliance with the outstandings pointed in the annexed Appraisal Report.
Esta Declaração, emitida nos Termos do Convênio firmado entre a Diretoria de Portos e Costas - DPC e
This Declaration was issued under the terms of the Agreement signed by the Directorate of Ports and Coasts - DPC and
a Agência Nacional do Petróleo - ANP, constitui documento válido para operação em Águas Jurisdicionais Brasileiras - AJB.
the National Petroleum Agency - ANP, constitutes document valid for operation in Waters of Brazilian Jurisdiction AJB.

Emitido no (em) ....., em ...../...../.....
Issued at .....(local)....., in ...../...../..... .

Válido até...../...../.....
Valid until ...../...../..... .

.....
(Nome e Assinatura)
(Name and signature)

d)Proceder a sondagem ou ulagem dos tanques existentes a bordo, observando na sondagem se a sonda atingiu o batente. Anotar na tabela 3 do relatório.

e)Fazer um levantamento de todo e qualquer peso presente a bordo que não faça parte do peso leve, bem como o levantamento dos pesos que fazem parte do peso leve, e por ventura, não se encontrem a bordo ou esteja fora de suas posições durante a prova. Anotar nas tabelas 4 e 5 do relatório, respectivamente.

f)Verificar e anotar na tabela 1 do relatório as condições de vento e mar.

g)Verificar o sistema de amarração. Anotar na tabela 1 do relatório.

h)Verificar a localização e o funcionamento dos pêndulos e ou tubo "U", medindo e anotando seus comprimentos e ou distâncias entre as partes verticais nas tabelas 6, 7 e 8 do relatório, conforme o caso.

i)Verificar a influência do vento nos fios dos pêndulos, caso esteja ventando e os mesmos estejam expostos.

j)Verificar a posição dos pesos ou tanques utilizados para a inclinação, segundo o esquema preparado para tal, e anotar suas posições na tabela 9 ou na tabela 11 do relatório.

0644 -MOVIMENTAÇÃO DOS PESOS INCLINANTES

a)Oito movimentos devem ser efetuados, conforme indicado nas tabelas 9 e 11 do relatório. O número de movimentos pode ser diminuído, a critério da DPC, em função das características da embarcação.

b)Após cada movimento de peso deve ser medido o desvio do pêndulo ou o desnível do tubo "U". Caso as leituras variem com o tempo, deve ser usada a média aritmética de, pelo menos, 10 oscilações consecutivas.

c)Durante a prova deve ser plotado o gráfico "tangente do ângulo de inclinação x momento inclinante", a fim de se verificar e corrigir possíveis distorções das medidas obtidas, e que deve ser anexado ao relatório da prova de inclinação.

d)No caso de transferência de líquidos, a cada movimento deve ser anotada a altura de sondagem ou ulagem dos tanques envolvidos na movimentação de líquidos, conforme indicado na tabela 12, do relatório.

0645 -APRESENTAÇÃO E CÁLCULO DA PROVA DE INCLINAÇÃO

a)Cálculos Hidrostáticos

1)O cálculo dos calados nas perpendiculares e na seção de meio navio, a partir dos calados lidos nas marcas de calado, deve ser feito de acordo com o estabelecido no Anexo 6-F.

2)A determinação das características hidrostáticas da embarcação durante a prova deve ser feita utilizando-se as curvas de Bonjean e a linha de flutuação na condição de prova. A deflexão do casco durante a prova deve ser levada em conta considerando-se que os calados em cada baliza (H) obedecem a uma equação do tipo:

$H=Ax^2+Bx+C$, onde: (30)

H = calado na baliza considerada, em m;

x = posição longitudinal da baliza considerada, em m;

A, B e C = coeficientes determinados em função das seguintes relações:

(a) x = 0; H = calado na perpendicular de ré;

(b) x = Lpp / 2; H = calado na seção de meio navio;

(c) x = Lpp; H = calado na perpendicular de vante;

Lpp = comprimento entre perpendiculares, em m.

3)Os seguintes dados devem ser apresentados na tabela 13 do relatório, exceto nos casos em que sejam utilizados programas especiais de computador, de reconhecida utilização no âmbito da engenharia naval, que equilibram a embarcação e fornecem os valores exatos das características hidrostáticas independente do cálculo das curvas de Bonjean, quando será necessário apenas a apresentação dos itens de e) até j), abaixo:

(a)Calado em cada baliza;

(b)Área submersa em cada baliza;

(c)Altura do centroide de área submersa em cada baliza;

(d)Boca (ou meia boca) de cada baliza no calado da baliza;

(e)Volume moldado (Ñ);

(f)Fator casco (FC);

(g)Deslocamento];

(h)Posição longitudinal do centro de carena (LCB);

(i)Posição vertical do centro de carena (KB); e

(j)Posição vertical do metacentro transversal (KM);

4)No caso do compasso (trim) da embarcação ser menor do que 1% Lpp e a embarcação ter formas onde não ocorram mudanças bruscas, como, por exemplo, linhas de quina, as características hidrostáticas podem ser determinadas utilizando-se as curvas ou tabelas hidrostáticas a partir do calado correspondente, calculado conforme o estabelecido no Anexo 6-F. Neste caso, devem ser apresentados os seguintes dados na tabela 14 do relatório:

(a)Deslocamento];

(b)Posição longitudinal do centro de carena (LCB);

(c)Momento para trimar 1 centímetro (MTC); e

(d)Posição vertical do metacentro transversal (KM).

5)Os valores do deslocamento]· e momento para trimar 1 centímetro (MTC) obtidos por intermédio das curvas ou tabelas hidrostáticas devem ser corrigidos para a densidade da água do local de realização da prova.

b)Cálculo da Altura Metacêntrica na Condição de Prova

O cálculo da altura metacêntrica da condição de prova deve ser feito através da média das alturas metacêntricas obtidas em cada movimento.

c)Cálculo da Correção devido ao Efeito de Superfície Livre

1)Para o cálculo da correção devido ao efeito da superfície livre dos líquidos, deve ser considerada a superfície livre no nível em que o líquido se encontra dentro do tanque. Devem ser considerados todos os tanques que contenham líquidos e não estejam totalmente cheios.

2)Não devem ser levados em conta, no cálculo da correção devido ao efeito da superfície livre, os tanques que contenham quantidades residuais de líquidos, normalmente não aspirados durante a operação da embarcação.

3)No caso da prova ser realizada através da movimentação de líquidos e a variação da superfície livre entre os diversos movimentos nos tanques onde o líquido é movimentado não ser desprezível, a posição vertical do centro de gravidade deve ser corrigida devido a variação da superfície livre de líquido movimentado, conforme indicado nas tabelas 16 e 17 do relatório.

d)Cálculo da Posição Vertical do Centro de Gravidade

1)A posição vertical do centro de gravidade na condição de prova deve ser calculada através da seguinte fórmula:

KG=KM-GMo-GGo, onde: (31)

KG = posição vertical do centro de gravidade, em m;

KM = posição vertical do metacentro transversal, em m;

GMo = altura metacêntrica inicial determinada na prova, em m; e

GGo = correção devido ao efeito de superfície livre, em m.

2)No caso da prova ser realizada através da movimentação de líquidos, a posição vertical do centro de gravidade deve ser corrigida devido à variação da altura do centro de gravidade do líquido movimentado, conforme indicado na tabela 16 do relatório.

3)No caso da prova ser realizada através da movimentação de líquidos e ocorra variação da superfície livre entre os diversos movimentos nos tanques onde o líquido é movimentado, a posição vertical do centro de gravidade deve ser corrigida devido a variação da superfície livre do líquido movimentado, conforme indicado na tabela 17 do relatório.

e)Cálculo da Posição Longitudinal do Centro de Gravidade

1)A posição longitudinal do centro de gravidade na condição de prova quando as características hidrostáticas forem obtidas por intermédio das curvas de Bonjean, pode ser calculada através das seguinte fórmula, válida para quando o LCB e o LCG são tomados em relação à perpendicular de ré (positivo a vante):

LCG=LCB-[(KG-KB)x t / Lpp], onde: (32)

LCG = posição longitudinal do centro de gravidade, em m;

LCB = posição longitudinal do centro de carena, em m;

KG = posição vertical do centro de gravidade, em m;

KB = posição vertical do centro de carena, em m;

TR = calado na perpendicular de ré;

TV = calado na perpendicular de vante;

t = trim (TR - TV), em m; e

Lpp = comprimento entre perpendiculares, em m.

2)A posição longitudinal do centro de gravidade na condição de prova quando as características hidrostáticas forem obtidas através das curvas ou tabelas hidrostáticas, pode ser calculada através das seguinte fórmula, válida para quando o LCB e o LCG são tomados em relação à perpendicular de ré (positivo a vante):

LCG=LCB-[(100xMTCx t) /]; onde: (33)

LCG = posição longitudinal do centro de gravidade, em m;

LCB = posição longitudinal do centro de carena, em m;

MTC = momento para trimar 1 centímetro; em t.m.

TR = calado na perpendicular de ré;

TV = calado na perpendicular de vante;

t = trim (TR - TV), em m; e

⇒ deslocamento, em t.

f)Pesos Fora de Posição

Sempre que existirem pesos a bordo colocados em uma posição diferente de sua posição real, devem ser adotados os seguintes procedimentos:

1)Incluir o peso considerado na tabela 4 do relatório (pesos a deduzir na condição de prova), sendo que os momentos horizontal e vertical devem ser calculados em relação à sua posição durante a realização da prova;

2)Incluir o peso considerado na tabela 5 do relatório (pesos a acrescentar na condição da prova), sendo que os momentos horizontal e vertical devem ser calculados em relação à sua posição real a bordo.

0646 -APRESENTAÇÃO DOS DADOS E CÁLCULOS

Todos os dados obtidos na prova de inclinação e os que aparecem nas tabelas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e ou 7 e 8, 9 e 10 ou 11 e 12, 13 ou 14, 15, 16 (se for o caso), 17 (se for o caso) e 18 e o gráfico "momento inclinante x ângulo de inclinação" devem ser apresentados, em conjunto com os seguintes cálculos:

a)Cálculos hidrostáticos;

b)Posição do centro de gravidade na condição de prova;

c)Cálculo na condição de navio leve.

SEÇÃO VII

COMPARTIMENTAGEM

0647 -NÚMERO MÍNIMO DE ANTEPARAS ESTANQUES PARA EMBARCAÇÕES DE CASCO METÁLICO OU DE MATERIAL SINTÉTICO

a)Anteparas de Colisão

Toda embarcação de passageiros com AB maior que 20, para as quais sejam aplicáveis as presentes regras, de acordo com o estabelecido no item 0602 c), deverá possuir as seguintes anteparas transversais estanques:

1)Uma antepara de colisão de vante, na proa; e

2)Uma antepara de colisão de ré, na popa.

b)Anteparas da Praça de Máquinas

1)As embarcações com praça de máquinas ao centro deverão, adicionalmente, apresentar 2 (duas) anteparas estanques, uma imediatamente a vante e outra imediatamente a ré da praça de máquinas, que separem esse compartimento dos espaços destinados à carga ou aos passageiros.

2)As embarcações com praça de máquinas a ré deverão, adicionalmente, apresentar uma antepara estanque imediatamente a vante da praça de máquinas, que separe esse compartimento dos espaços destinados à carga ou aos passageiros.

c)Anteparas nos Espaços de Carga e ou Passageiros

1)Adicionalmente ao prescrito nos itens anteriores, deverão ser instaladas anteparas transversais estanques subdividindo os espaços destinados ao transporte de carga e ou passageiros, adequadamente posicionadas, de acordo com o estabelecido na tabela 6.5.

2)A distância entre as anteparas que subdividem os espaços destinados ao transporte de carga e ou passageiros não deverá ser superior a 30 m.

TABELA 6.5

	Número de Anteparas	
Comprimento de Regra (m)	Máquinas ao Centro	Máquinas à Ré
L até 65	0	0

L maior que 65 e menor que 85	0	1
L maior que 85 e menor que 105	1	1
L maior que 105 e menor que 115	2	2
L maior que 115 e menor que 145	3	3
L acima de 145	4	4

0648 -POSICIONAMENTO DAS ANTEPARAS DE COLISÃO EM EMBARCAÇÕES DE CASCO METÁLICO OU DE MATERIAL SINTÉTICO

a)Antepara de Colisão de Vante

1)A antepara de colisão de vante deverá estar localizada a uma distância não inferior a 5% do comprimento de regra (L) da embarcação ou 10 m, tomando-se o menor desses valores, a partir do ponto de interseção da roda de proa da embarcação com a linha de flutuação onde foi determinado o comprimento de regra (L).

2)A antepara de colisão de vante não deverá, a princípio, ser instalada a uma distância, a partir do ponto de interseção da roda de proa da embarcação com a linha de flutuação onde foi determinado o comprimento de regra (L), superior a:

(a)13% do comprimento de regra (L), em embarcações do tipo barcaça com esse comprimento menor ou igual a 90 m; ou

(b)8% do comprimento de regra (L), para as demais embarcações.

3)Poderão ser aceitas distâncias maiores do que as apresentadas na subalínea anterior desde que, a critério da DPC, o alagamento do pique tanque de vante na condição de carregamento máximo não acarrete na imersão do convés principal, na emersão do hélice ou em uma condição potencialmente perigosa à embarcação.

b)Antepara de Colisão de Ré

1)Para as embarcações propulsadas, essa antepara deve ser posicionada de forma que limite o tubo telescópico em um espaço (ou espaços) estanque(s) à água, de volume(s) moderado(s).

2)Nas embarcações do tipo barcaça que apresentem formas simétricas de proa e popa, essa antepara deve ser posicionada de forma análoga ao estabelecido na alínea anterior para a antepara de colisão de vante.

3)Para as demais embarcações do tipo barcaça, a antepara de colisão de ré poderá coincidir com a antepara de ré dos espaços destinados à carga.

0649 -ANTEPARAS RETARDADORAS DE ALAGAMENTO EM EMBARCAÇÕES DE CASCO DE MADEIRA (ARA)

a)Tipos de anteparas

1)A finalidade da instalação de anteparas retardadoras de alagamento em embarcações de madeira é propiciar mecanismo para retardar o alagamento dessas embarcações em caso de avaria no casco, abaixo da linha de flutuação.

2)A montagem das anteparas em embarcações de madeira deverá ser executada com tábuas de madeira, dispostas horizontalmente, fixadas numa caverna previamente determinada, por meio de pregos, sendo posteriormente calafetadas as frestas das uniões das tábuas usando o mesmo sistema de calafetagem do casco.

3)As dimensões das tábuas das anteparas deverão ser semelhantes às das tábuas utilizadas no casco, com exceção das tábuas inferiores que poderão apresentar dimensões maiores devido à geometria do fundo do casco e bojo.

4)Deverão adicionalmente ser instalados prumos verticais nas anteparas, em quantidade e posicionamento à critério do projetista, de forma a garantir uma maior rigidez, ao conjunto.

5)Nas embarcações de material sintético as anteparas devem ser construídas usando o mesmo material sintético do casco da embarcação.

b)Número Mínimo de Anteparas

Na determinação do número mínimo de anteparas em embarcações de casco de madeira deverão ser observados os seguintes procedimentos:

1)Os espaços situados abaixo do convés principal destinados ao transporte de carga, ao transporte de passageiros ou reservados às instalações de máquinas deverão estar separados entre si por intermédio de anteparas retardadoras de alagamento.

2)Nenhum compartimento situado abaixo do convés principal poderá apresentar comprimento superior a 40% do comprimento de regra (L) da embarcação.

0650 -ABERTURAS NAS ANTEPARAS

a)Quando houver tubulações, embornais, cabos elétricos ou outros itens atravessando anteparas estanques deverão ser tomadas as medidas necessárias para manter integralmente a estanqueidade das anteparas.

b)Não é permitido instalar válvulas em anteparas estanques que não façam parte de um sistema de tubulações.

c)Nas embarcações de casco metálico não poderão ser utilizados materiais sensíveis ao calor em sistemas que atravessem anteparas estanques, onde a deterioração de tais materiais, em caso de incêndio, comprometa a estanqueidade das anteparas.

d)Não é permitida a existência de portas, registros ou outras aberturas de acesso nas anteparas de colisão abaixo do convés principal, exceto para a passagem da tubulação necessária para atender aos pique tanques. Será permitida, entretanto, a instalação de portas de visitas para a inspeção desses compartimentos, desde que sejam estanques e construídas em material metálico com as mesmas características de resistência da antepara, de dimensões reduzidas e fixadas a abertura através de parafusos e porcas.

e)As anteparas estanques deverão se estender até o convés de borda livre da embarcação.

f)Não é permitida a existência de quaisquer tipos de portas ou aberturas em anteparas retardadoras de alagamento, exceto para passagem de cabos e tubulações quando deverão ser tomadas as medidas necessárias para manter a integridade da antepara.

0651 -ACESSOS

a)Todos os espaços limitados por anteparas estanques ou por anteparas retardadoras de alagamento deverão apresentar meios de acesso de forma a possibilitar a entrada e inspeção dos compartimentos.

b)Tais acessos, quando se tratar de anteparas retardadoras de alagamento, não deverão ser efetuados por intermédio de aberturas nas anteparas, em atendimento ao previsto no parágrafo f) do item anterior.

c)Quando se tratar de anteparas estanques, tais acessos não deverão, tanto quanto possível e razoável, ser efetuados por intermédio de aberturas nas anteparas. Entretanto, em casos excepcionais, poderá ser autorizado, pela DPC, o acesso através da antepara, desde que sejam satisfeitas as seguintes condições: a porta deve ser do tipo estanque e operada pelos dois lados; deverá haver indicador no local e no passadiço de porta aberta/fechada; a indicação local poderá ser feita por meio de indicação "aberto/fechado" nos atracadores; quando não for possível a indicação clara de posição aberto/fechado deverá necessariamente haver indicação local sonora ou luminosa; e deve ser afixado em cada porta um aviso indicando que a mesma deve ser mantida fechada.

SEÇÃO VIII

DETERMINAÇÃO DA LOTAÇÃO DE PASSAGEIROS E DO PESO MÁXIMO DE CARGA DE EMBARCAÇÕES COM AB MENOR OU IGUAL A 20

0652 -APLICAÇÃO

a)Os procedimentos apresentados nesta seção poderão ser utilizados para a determinação da lotação de passageiros e do peso máximo de carga (PMC) de qualquer embarcação com AB menor ou igual a 20, empregadas no serviço e ou atividade abaixo especificados, independente do número de passageiros transportados:

1)Transporte de passageiro e carga; e

2)Transporte exclusivo de passageiros.

b)Caso haja a necessidade de se determinar a lotação de passageiros ou de peso máximo de carga de embarcações com empregos distintos dos listados acima por intermédio do método apresentado em Anexo, a DPC deverá ser previamente consultada para avaliar a viabilidade de sua aplicação.

0653 -PROCEDIMENTOS

a)As CP, DL ou AG deverão determinar a lotação de passageiros e o peso máximo de carga (PMC) das embarcações descritas no item anterior que operam em sua jurisdição, de acordo com as instruções apresentadas no Anexo 6-G, nas seguintes situações:

1)Antes de as embarcações novas entrarem em tráfego;

2)Para autorizar reclassificações para os serviços e ou atividades listados no item anterior; e

3)Sempre que as embarcações sofrerem alterações que modifiquem suas características de estabilidade.

b)A critério das CP, o procedimento apresentado no Anexo 6-G poderá ser utilizado para se efetuar reavaliação da lotação de passageiros e ou do peso máximo de carga de embarcações com AB menor ou igual a 20 já existentes, sempre que julgado necessário.

c)Também a critério das CP, caso julguem necessário ou conveniente, poderão ser adotados procedimentos já consagrados em determinadas regiões e/ou tipos de barcos para a determinação do PMC e/ou da lotação de passageiros de embarcações com AB menor ou igual a 20, em substituição às normas apresentadas no Anexo 6-G. Esses procedimentos deverão ser apresentados para avaliação pela DPC, que determinará a viabilidade da sua manutenção. Durante o período de avaliação, aqueles parâmetros continuarão sendo atribuídos de acordo com os procedimentos anteriormente adotados pelas CP.

Caso esses critérios sejam considerados satisfatórios, as CP deverão emitir portaria, regulamentando a sua aplicação.

d)Os resultados do teste prático deverão ser apresentados no relatório de verificação da lotação de passageiros e do peso máximo de carga (PMC) de embarcações com AB menor ou igual a 20, cujo modelo é apresentado no Anexo 6-H. Esse relatório deverá ser preenchido em, pelo menos, 2 vias, sendo que uma via deverá ser entregue ao proprietário ou armador e a outra deverá ser arquivada na CP, DL ou AG de inscrição da embarcação.

e)Os proprietários ou armadores poderão optar pela apresentação dos documentos previstos no Capítulo 3 para embarcações com AB maior ou igual 20 e menor ou igual a 50, por ocasião da regularização de embarcações com AB menor ou igual a 20, em substituição aos procedimentos apresentados em Anexo ou aos eventualmente adotados pelas CP. Nesses casos, a determinação do PMC e da lotação de passageiros será informada na declaração apresentada pelo engenheiro naval responsável.

0654 -LIMITES DAS ÁREAS DE NAVEGAÇÃO

As CP e DL deverão estabelecer os limites entre os tipos de áreas de navegação (definidos no Anexo 6-G) em sua jurisdição, considerando as características da região, o padrão de operação dos barcos e os limites previamente estabelecidos nas normas de navegação interior, sendo que na determinação desses limites deverão ser mantidos os padrões usuais de navegação já existentes, baseados nas condições ambientais de cada área.

0655 -RESPONSABILIDADE

a)O teste prático, descrito no Anexo 6-G, deverá ser realizado por Sociedade Classificadora, Entidade Certificadora ou responsável técnico, devidamente habilitado perante o CREA, que serão responsáveis pela condução da prova e apresentação dos resultados. Juntamente com os resultados, deverá ser apresentada a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente ao teste realizado.

b)As CP, DL ou AG poderão optar para que o teste seja conduzido por um representante próprio (preferencialmente um oficial), sempre que julgar necessário ou conveniente.

0656 -DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As embarcações de casco metálico ou de material sintético que se enquadram como tipo B, conforme definido no item 0604 desta Norma e que, por força das disposições contidas em suas versões anteriores, tenham sido certificadas com aberturas no costado estanques ao tempo, terão um prazo até a próxima vistoria de renovação que ocorrer após 15/06/2004, para se adaptarem ao novo requisito de estanqueidade.

As embarcações de casco de madeira que se enquadram como tipo E, conforme definido no item 0604 desta Norma e que, por força das disposições contidas em suas versões anteriores, tenham sido certificadas para operar na área 2 na região amazônica com aberturas no costado, que não podem ser fechadas e tornadas estanques à água, terão um prazo até a próxima vistoria de renovação que ocorrer após 15/06/2004, para se adaptarem ao novo requisito de estanqueidade.

CAPÍTULO 7

DETERMINAÇÃO DA ARQUEAÇÃO, DESLOCAMENTOS E PORTE BRUTO

SEÇÃO I

DETERMINAÇÃO DA ARQUEAÇÃO

0701 -APLICAÇÃO

Estas regras, que são baseadas na Convenção Internacional para Medidas de Arqueação de Navios (1969) e no Regulamento para a Determinação da Arqueação das Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná, aplicam-se:

a)As embarcações novas;

b)As embarcações existentes que sofreram alterações ou modificações que, a critério da Diretoria de Portos e Costas (DPC), acarretem numa variação de sua AB ou AL original;

c)As embarcações existentes, por solicitação do armador;

d)As embarcações existentes, ainda não regularizadas, e que venham a ser inscritas nas CP,DL ou AG;

e)As embarcações estrangeiras, novas ou existentes, empregadas na Hidrovia Paraguai-Paraná, que sejam incorporadas à bandeira brasileira após a data de entrada em vigor do regulamento da Hidrovia, fevereiro de 1995, ou as embarcações como definido no item 0704 (q) a seguir; e

f)As embarcações miúdas estão dispensadas da atribuição de arqueações bruta e líquida.

0702 -EMBARCAÇÃO EXISTENTE

A embarcação existente, que já tenha sua arqueação determinada por métodos anteriormente em vigor e que não esteja enquadrada em qualquer um dos subitens listados no item 0701, deverá manter sua arqueação original, exceto nos casos em que seja necessária a sua rearqueação.

0703 -OBRIGATORIEDADE DA ARQUEAÇÃO

a)Autorização para Tráfego

Nenhuma embarcação poderá trafegar sem que tenha sido previamente arqueada, com exceção das:

-embarcações miúdas;

-embarcações de esporte e/ou recreio, com "L" menor que 24 m; e

-navios de guerra.

b)Período para Efetuar a Arqueação

A arqueação deverá ser efetuada quando a embarcação se encontrar pronta ou em fase final de construção e, quando aplicável, após a determinação da borda-livre da embarcação, uma vez que tal parâmetro influencia os valores do calado máximo, do porte bruto e da arqueação líquida.

Para as embarcações que se encontrem nesse estágio, mas para as quais ainda não tenha sido solicitada a Licença de Construção, poderá ser solicitado pelo interessado a licença e a determinação da arqueação simultaneamente, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

c)Licença Provisória para Entrada em Tráfego

Nos casos em que seja concedida uma Licença Provisória para Entrada em Tráfego (LPET) de acordo com o estabelecido no Capítulo 3, os valores das arqueações bruta e líquida estimados pelo engenheiro responsável, constantes do Memorial Descritivo, deverão ser adotados provisoriamente para a embarcação, sujeitos à ratificação posterior por ocasião da determinação da arqueação.

0704 -DEFINIÇÕES

Além das definições constantes do Capítulo 3, as abaixo listadas aplicam-se ao presente Capítulo:

a)Arqueação Bruta (AB)

É a expressão do tamanho total de uma embarcação, determinada de acordo com as prescrições dessas regras, sendo função do volume de todos os espaços fechados. A arqueação bruta é um parâmetro adimensional.

b)Arqueação Líquida (AL)

É a expressão da capacidade útil de uma embarcação, determinada de acordo com as prescrições dessas regras, sendo função do volume dos espaços fechados destinados ao transporte de carga, do número de passageiros transportados, do local onde serão transportados os passageiros, da relação calado/pontal e da arqueação bruta. A arqueação líquida também é um parâmetro adimensional.

c)Boca Moldada (B)

É a maior largura da embarcação, medida na seção mestra, até as linhas moldadas das cavernas (parte interna das chapas do costado) para as embarcações de casco metálico. Nas embarcações não metálicas, a medida é efetuada por fora do costado.

d)Calado Moldado (H)

Calado moldado será considerado como um dos seguintes calados abaixo:

1)Para as embarcações que tenham suas bordas-livres determinadas de acordo com a Convenção Internacional de Linhas de Carga, será o calado corres-pondente à marca da linha de carga de verão (que não seja aquela específica para o transporte de madeira);

2)Para as embarcações de passageiros sujeitas à Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, será o calado correspondente à linha de carga de subdivisão, assinalada de acordo com aquela convenção;

3)Para as embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná e que tenham suas bordas-livres determinadas de acordo com o "Regulamento Único de Atribuição da Borda-Livre da Hidrovia Paraguai-Paraná", (ver Anexo 6-L), será o calado correspondente à marca de linha de carga atribuída de acordo com aquele regulamento;

4)Para as embarcações sujeitas à uma borda-livre nacional, será o calado correspondente à menor borda-livre atribuída;

5)Para as embarcações sujeitas à uma Borda-Livre da Bacia do Sudeste, será o calado correspondente à linha de carga de verão atribuída;

6)Para as embarcações isentas da atribuição de uma borda-livre, mas cujo calado máximo está limitado pelo projetista, será o calado máx. considerado; e

7) Para as demais embarcações será 75 % do pontal moldado.

e)Calado Leve (Hl)

É o calado correspondente ao deslocamento leve da embarcação.

f)Calado Carregado (Hc)

É o calado correspondente ao deslocamento carregado da embarcação.

g)Convés Superior

É o convés completo mais elevado, exposto ao tempo e ao mar (ou rio), que, a princípio, possui dispositivos permanentes de fechamento de todas as suas aberturas expostas ao tempo e abaixo do qual todas as aberturas laterais da embarcação possuem recursos permanentes de fechamento estanque.

Em embarcações sem tampas de escotilha estanques ao tempo, sobre o convés mais elevado, exposto ao tempo e ao mar ou rio, como por exemplo uma embarcação porta-contentores sem tampas de escotilha, deverá ser considerado como convés superior aquele que seria determinado de acordo com o acima estabelecido, caso a embarcação fosse dotada com as referidas tampas.

Nas embarcações com convés superior em degrau, a linha mais baixa do convés exposto e o prolongamento de tal linha, paralela à parte superior do convés, deverá ser considerada como sendo o convés superior. Não serão considerados degraus situados fora do comprimento de regra (L). A figura 6-1 do Capítulo 6 apresenta uma representação da interpretação estabelecida neste parágrafo.

Toda descontinuidade do convés superior que se estenda de bordo a bordo e cujo comprimento seja superior a 1 m deverá ser tratada como um degrau, conforme estabelecido anteriormente. Uma descontinuidade que não se estenda até os bordos da embarcação deverá ser considerada como um recesso abaixo do nível do convés superior.

Em embarcações com dois ou mais conveses e com aberturas sem fechamento no costado abaixo do convés mais elevado, mas que são limitadas internamente por conveses e anteparas estanques ao tempo, o primeiro convés abaixo de tais aberturas deverá ser considerado como o convés superior.

h)Comprimento de Arqueação (Ca)

É a distância horizontal, medida na linha de centro, entre os pontos de encontro da face inferior do chapeamento do convés superior com as faces internas dos chapeamentos da proa e popa.

i)Comprimento Total ou Extremo(Ct)

É a distância horizontal medida entre os pontos extremos de proa e popa. No caso de veleiros, não deve ser considerado o mastro de proa.

j)Comprimento entre Perpendiculares (Lpp)

É a distância horizontal medida entre os pontos em que a linha d'água de projeto corta a proa e o eixo da madre do leme. Nas embarcações sem leme tal comprimento deve ser medido na linha d'água de projeto, entre os cadastes de proa e popa.

k)Comprimento de Regra (L)

Significa 96% do comprimento total na linha d'água correspondente a 85% do menor pontal moldado (menor distância vertical entre o topo da quilha e o topo do vau do convés da borda-livre) ou o comprimento compreendido entre a roda de proa e o eixo da madre do leme, medido na mesma linha d'água, se este for maior.

Em navios projetados com inclinação de quilha, a linha d'água na qual o comprimento de regra (L) deve ser medido será paralela à linha d'água de projeto.

Na determinação do comprimento de regra (L) de uma barcaça sem propulsão e de convés corrido, será considerado 96% do comprimento total da linha de flutuação paralela, situada a uma altura acima da face superior da quilha igual a 85% do pontal moldado. A figura 6-2 do Capítulo 6 apresenta maiores detalhes relativos à determinação do comprimento de regra (L).

l)Contorno (Co)

É o perímetro da seção mestra, excluindo o convés, medido entre os pontos de encontro do chapeamento do costado com o convés superior. Não deve incluir verdugos ou bolinas, caso existentes.

m)Edificação

É qualquer estrutura situada acima do convés superior, limitada total ou parcialmente por anteparas ou divisões e por conveses ou coberturas (exceto toldos fixos ou móveis).

n)Embarcação Nova

Significa uma embarcação que teve sua quilha batida, ou que se encontre em estado equivalente de construção, após a entrada em vigor desta Norma.

o)Embarcação Existente

É aquela que não é uma embarcação nova.

p)Embarcações com Formatos Especiais

São consideradas embarcações de formatos especiais todas aquelas que apresentam pelo menos uma das seguintes características:

1)As formas do casco permitem que o seu volume seja determinado por intermédio de fórmulas de geometria conhecidas (como por exemplo chatas, balsas, barcaças, pontões, plataformas, diques flutuantes e outras estruturas semelhantes); e

2)Embarcações com comprimento de regra (L) inferior a 24m, mas cujo valor do coeficiente "f", conforme definido no item 0710, se encontra fora dos limites de aplicação do método para determinação do volume do casco denominado "método expedito", também apresentado nesse item.

q)Embarcação da Hidrovia Paraguai-Paraná

Somente para efeito de determinação da arqueação, são consideradas embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná todas aquelas empregadas naquela hidrovia, com exceção de:

1)Embarcações monocasco com comprimento de regra (L) inferior a 20 m;

2)Embarcações de casco múltiplo com comprimento de regra (L) inferior a 10 m;

3)Embarcações empregadas em atividades não comerciais; e

4)Embarcações empregadas somente no transporte transversal fronteiriço.

Estas embarcações terão suas arqueações bruta e líquida determinadas pelas regulamentações dos respectivos países de matrícula.

r)Espaços de Carga

Os espaços de carga são os espaços fechados adequados ao transporte de carga que tenha de ser descarregada da embarcação, com a condição de que esses espaços tenham sido incluídos no cálculo da arqueação bruta.

s)Espaços Excluídos

Os espaços excluídos são todos aqueles enquadrados em um dos 5 casos característicos apresentados no item 0709.

t)Espaços Fechados

São todos aqueles limitados pelo costado da embarcação, por anteparas ou divisões fixas ou móveis, por conveses ou outras coberturas. Um espaço continuará a ser considerado como um espaço fechado mesmo que apresente descontinuidade no convés, abertura no costado, no convés ou cobertura ou nas divisões ou anteparas, ou mesmo ausência de divisão ou antepara em seu interior, desde que não seja enquadrado como espaço excluído.

u)Estanque ao Tempo

Significa que não haverá embarque de água na embarcação, qualquer que seja o estado do mar (ou rio).

v)Meio Navio

É considerado o ponto médio do comprimento de regra (L), quando a extremidade de vante desse comprimento coincide com a roda de proa.

x)Passageiro

Entende-se por passageiro, toda pessoa que não seja o Comandante, os membros da tripulação, outra pessoa empregada ou contratada para qualquer trabalho ou atividade a bordo ou uma criança com idade inferior a um ano.

z)Pontal Moldado (P)

É a distância vertical, medida junto ao bordo na meia-nau, entre o topo da quilha e o topo do vau do convés superior.

Em embarcações de madeira ou de construção mista, tal distância deve ser medida a partir da aresta mais baixa do alefriz da quilha.

Em embarcações nas quais a quilha seja constituída por uma viga caixão ou quando espessas chapas de resbordo (primeira fiada de chapas do forro exterior do casco, em ambos os lados da quilha) forem utilizadas, a distância deve ser medida a partir do ponto no qual a superfície interna do chapeamento do fundo intercepta a face lateral da quilha.

Em embarcações de bordas arredondadas, o pontal moldado será medido do ponto de interseção entre as linhas moldadas do convés e do costado, ambas prolongadas como se a borda fosse de forma angular.

Nas embarcações em que o convés superior apresentar um degrau e a parte mais elevada desse convés se estender além do ponto no qual o pontal moldado deve ser determinado, tal parâmetro será medido até uma linha de referência correspondente ao prolongamento da parte inferior do convés, paralelo à sua parte mais elevada.

As figuras do Capítulo 6 ilustram os diversos pontais moldados.

0705 -PROCEDIMENTOS PARA DETERMINAÇÃO DA ARQUEAÇÃO

Para a determinação da arqueação das embarcações será necessária a apresentação dos seguintes documentos:

I)Requerimento do interessado;

II)Quando aplicável, uma via dos planos e documentos técnicos da embarcação apresentados para emissão da Licença de Construção (LC) ou Licença de Construção para Embarcações Construídas (LCEC) ou Licença de Alteração (LA) ou Licença de Reclassificação (LR);

III)Cálculo da arqueação conforme previsto no Anexo 7-B, elaborado pelo Responsável Técnico, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); e

IV)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente ao serviço de vistoria de arqueação (Anexo 8-E), exceto para órgãos públicos.

a)Embarcações com Comprimento de Regra (L) inferior a 24 metros

As solicitações de arqueação para essas embarcações serão efetivadas mediante a apresentação da documentação acima relacionada à CP, DL ou AG de inscrição ou de jurisdição do estaleiro, do construtor ou do domicílio do proprietário.

O cálculo de arqueação para essas embarcações poderá ser efetuado pela CP, DL ou AG. Para tal é necessário que o Vistoriador Naval realize o levantamento das dimensões da embarcação, necessárias ao cálculo da arqueação.

Para as embarcações com arqueação bruta menor do que 20, a CP, DL ou AG emitirá as Notas para Arqueação de embarcação, cujos modelos são apresentados no Anexo 7-B, em duas vias. Uma via será arquivada no órgão de inscrição da embarcação, enquanto que a outra via será devolvida ao interessado.

Para as embarcações com arqueação bruta maior ou igual a 20, a CP, DL ou AG emitirá o Certificado Nacional de Arqueação, cujo modelo é apresentado no Anexo 7-A, em duas vias. Uma via será arquivada no órgão de inscrição da embarcação e a outra entregue ao interessado.

As Sociedades Classificadoras e as Entidades Certificadoras também poderão emitir o Certificado Nacional de Arqueação ou as Notas para Arqueação para essas embarcações, enviando posteriormente uma via dos documentos para o órgão de inscrição da embarcação. Quando se tratar de embarcação classificada ou certificada por uma Entidade Certificadora, a emissão desses documentos deverá ser feita, obrigatoriamente, pelas mesmas.

b)Embarcações com Comprimento de Regra (L) maior ou igual a 24 metros

1)A arqueação dessas embarcações poderá ser calculada por Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora com base na documentação da embarcação e verificação a bordo, sendo que, caso a embarcação seja classificada ou certificada por Entidade Certificadora, a arqueação será feita, obrigatoriamente por essas entidades. Os cálculos serão apresentados sob a forma de Notas para Arqueação de Embarcações, cujos modelos estão contidos no Anexo 7-B (dependendo do comprimento da embarcação), devidamente assinadas pelo engenheiro responsável pelos cálculos e indicando claramente o número de seu registro no CREA. As Notas serão acompanhadas pela respectiva ART, na qual deverá constar claramente o serviço prestado e o nome da embarcação a que se refere.

2)Após a conclusão dos cálculos, caso a arqueação bruta seja maior ou igual a 20, a Classificadora ou a Entidade Certificadora emitirá o respectivo Certificado Nacional de Arqueação, de acordo com o modelo contido no Anexo 7-A. Caso a arqueação bruta seja menor do que 20, serão emitidas, apenas, as Notas para Arqueação de Embarcações, conforme modelos do Anexo 7-B.

3)A arqueação das embarcações com comprimento (L) igual ou superior a 24 metros também poderá ser determinada pelo GVI e, nesse caso, as solicitações de arqueação para essas embarcações serão efetivadas pelo proprietário, armador, estaleiro ou construtor à CP, DL ou AG de inscrição ou de jurisdição do estaleiro, do construtor ou do domicílio do proprietário, por intermédio da apresentação da documentação acima relacionada.

Para as embarcações com AB menor do que 20, o GVI emitirá as Notas para Arqueação de Embarcação, cujos modelos são apresentados no Anexo 7-B, em duas vias. Uma via será arquivada no órgão de inscrição da embarcação, enquanto que a outra via será devolvida ao interessado.

Para as embarcações com AB maior ou igual a 20, o GVI emitirá o Certificado Nacional de Arqueação, cujo modelo é apresentado no Anexo 7-A, em duas vias. Uma via será arquivada no órgão de inscrição da embarcação e a via restante será devolvida ao interessado

c)Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná

A arqueação de embarcação enquadrada na definição de "Embarcação da Hidrovia Paraguai-Paraná", independente do seu comprimento de regra (L), será determinada por Sociedade Classificadora, por Entidade Certificadora ou pelo GVI.

Quando for realizada pelo GVI a solicitação da determinação da arqueação será efetivada por intermédio da apresentação da documentação acima relacionada.

A Sociedade Classificadora, ou Entidade Certificadora ou o GVI efetuará os cálculos, preencherá as Notas de Arqueação, observando o Regulamento para a Determinação da Arqueação, Decreto nº 3531, de 30 de junho de 2000, e emitirá o Certificado de Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná, cujo modelo é apresentado no Anexo 7-C, em duas vias. Uma via do Certificado será enviada ao órgão de inscrição da embarcação e a outra será restituída ao interessado.

0706 -PROCEDIMENTOS GERAIS PARA A DETERMINAÇÃO DOS VOLUMES

a)Todos os volumes incluídos no cálculo das arqueações bruta e líquida devem ser medidos, independente dos materiais isolantes, de acabamento ou similares utilizados, pelo lado interno do chapeamento do casco ou pela parte interna das chapas de limitação das estruturas em embarcações construídas em material metálico. Nas embarcações

construídas em qualquer outro material, os volumes devem ser medidos pela superfície externa do casco ou pela parte interna das superfícies de limitação das estruturas.

b)Os volumes dos apêndices da embarcação devem ser incluídos no volume total. Bulbos, tubulões, suportes do eixo propulsor e outras estruturas similares deverão ser considerados como apêndices.

c)Os volumes dos espaços abertos para o mar (ou rio), tais como os escovéns, caixas de mar, túnel de eixos propulsores, canaletas na popa de embarcações pesqueiras, os poços de material dragado em dragas e outros espaços análogos, devem ser excluídos do volume total.

d)Todas as medidas usadas nos cálculos dos volumes devem ser aproximadas ao centímetro mais próximo.

e)O cálculo deve ser suficientemente detalhado de forma a permitir uma fácil verificação.

f)Os volumes devem ser calculados por métodos universalmente aceitos e adequados para o espaço considerado e com uma precisão aceitável.

g)As informações necessárias para o cálculo das AB e AL deverão ser obtidas preferencialmente dos planos e documentos da embarcação, sendo que, quando a documentação não estiver disponível ou quando houver dúvidas quanto à sua exatidão, as informações poderão ser obtidas mediante medições na própria embarcação.

h)Espaços fechados acima do convés superior, apêndices e espaços abertos para o mar (ou rio) com 1 m^3 ou menos não necessitam ser mensurados.

0707 -DETERMINAÇÃO DO VOLUME TOTAL DOS ESPAÇOS FECHADOS (V)

a)Disposições Gerais

1)Com o objetivo de simplificar o cálculo, o volume total dos espaços fechados (V) normalmente é dividido em volume do casco (ou volume dos espaços fechados abaixo do convés superior - VC) e volume das superestruturas (ou volume dos espaços fechados acima do convés superior - VS). O valor de V pode ser obtido por intermédio da seguinte expressão:

V=VC+VS, onde: (1)

V = volume total dos espaços fechados, em m^3;

VC = volume do casco, em m^3; e VS = volume das superestruturas, em m^3.

2)Os espaços situados sob "toldos móveis ou permanentes" deverão ser tratados como espaços excluídos, exceto quando utilizados para transporte e permanência de passageiros, provisões ou carga.

3)Em embarcações porta-contentores sem tampas de escotilha, a existência de uma abertura em uma coberta, assim como a ausência de tampas de escotilha, não será impeditivo para que se considere um espaço como espaço fechado.

4)As embarcações que apresentem a facilidade de operar com as tampas de escotilhas abertas ou fechadas deverão sempre ser mensuradas como se as tampas estivessem fechadas.

5)O volume das tampas de escotilha estanques ao tempo do tipo "pontoon" situadas sobre as braçolas de escotilha deverá ser considerado no cômputo do volume dos espaços fechados.

6)Volumes no interior do casco de embarcações do tipo "splitbarge", devem ser considerados no cálculo do volume, apesar de tais espaços ficarem temporariamente abertos para o mar (ou rio) durante operações de descarga.

7)Mastros, paus de carga, guindastes e estruturas de suporte de guindastes ou contentores que sejam completamente inacessíveis e estejam situados acima do convés superior, separados por todos os lados de outros espaços fechados não devem ser considerados no cálculo do volume total dos espaços fechados.

8)Condutos de ar com área seccional menor ou igual a 1 m^2, também, não devem ser considerados sob as condições constantes na subalínea anterior.

9)Os guindastes móveis não devem ser considerados no cálculo do volume total dos espaços fechados.

10)O volume dos espaços destinados ao transporte de gado (currais) deverá ser considerado no cômputo do volume dos espaços fechados.

b)Determinação do Volume do Casco (VC)

Para determinação do volume do casco deverá ser adotado um dos seguintes procedimentos:

1)Embarcações com "L" inferior a 24 m: o volume do casco poderá ser calculado por intermédio do "método expedito", apresentado no item 0710;

2)Embarcações com "L" maior ou igual a 24 m: o volume do casco deverá ser calculado por intermédio de um método de integração numérica, sendo recomendada a utilização do "Método de Simpson", apresentado no item 0711;

3)Embarcações com formatos especiais: o volume do casco será determinado subdividindo-se o casco em figuras geométricas conhecidas e aplicando-se fórmulas simples de cubagem, sendo que no Anexo 7-D são apresentadas algumas das fórmulas para determinação da área ou volume das figuras geométricas mais usuais; e

4)Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná: o volume do casco será determinado por intermédio do Método de Simpson, independente do comprimento de regra (L) da embarcação, ou por intermédio de fórmulas de figuras geométricas para as embarcações cujas formas do casco possibilitem a determinação do seu volume por intermédio de expressões simples, sem prejuízo da precisão do cálculo.

c)Determinação do Volume das Superestruturas (VS)

O volume das superestruturas deverá ser calculado por intermédio de fórmulas geométricas conhecidas, podendo eventualmente ser utilizado um método de integração numérica para determinar o volume de superestruturas com formas curvilíneas, para as quais a simples aplicação das fórmulas não forneça uma precisão satisfatória.

0708 -determinação do volume dos espaços de carga (Vc)

a)Espaços Considerados

1)Tanques permanentemente localizados acima do convés superior, providos de canalizações removíveis que possam ser conectados ao sistema de carga ou aos condutos de aeração (desaeração) das embarcações deverão ser incluídos no Vc.

2)O volume das tampas de escotilha estanques ao tempo do tipo "pontoon", situadas sobre as braçolas de escotilha e considerado no cômputo do volume dos espaços fechados, deverá ser também incluído no cálculo do volume dos espaços de carga sempre que tais aberturas apresentem a sua face inferior aberta.

3)Os volumes dos tanques de lastro segregado não deverão ser considerados para o cálculo do Vc, desde que não sejam utilizados para o transporte de carga.

4)O volume dos tanques de lastro limpo das embarcações tanque deverão ser incluídos no Vc quando a embarcação for dotada de um sistema de lavagem com óleo cru (COW) que possibilite a dupla utilização do tanque (carga/lastro limpo).

5)O volume dos tanques de lastro limpo não será incluído no Vc sempre que:

(a)Os tanques não sejam utilizados para o transporte de carga; e

(b)No campo "Observações" do Certificado de Arqueação seja colocada a seguinte anotação: "Os seguintes tanques estão dedicados exclusivamente ao transporte de água de lastro limpa:"

6)O volume dos tanques "slop" deverá ser incluído no cálculo do Vc.

7)Em embarcações de pesca, o volume dos espaços para processamento do pescado, para transporte do pescado (processado ou não), e os paióis para sal, temperos, óleo ou embalagens do peixe processado deverão ser incluídos no Vc. Os depósitos para os aparelhos de pesca não devem ser incluídos no Vc.

8)Os espaços das máquinas de refrigeração usadas para cargas refrigeradas e situadas dentro dos limites dos espaços de carga deverão ser incluídos no Vc.

9)O volume dos compartimentos para o transporte de correspondência, transporte da bagagem dos passageiros separado das acomodações e de mercadorias dos passageiros em depósito deverão ser incluídos no Vc. O volume dos paióis de provisões para a tripulação ou passageiros e de mercadorias em depósito dos tripulantes não deve ser incluída no Vc.

10)Nas embarcações de carga combinada, quando os proprietários solicitem a conversão dos tanques de duplo uso para hidrocarbonetos e lastro em tanques de lastro e a exclusão do seu volume do Vc, se exigirá que os tanques de lastro sejam permanentemente desconectados do sistema de carga dos hidrocarbonetos e não sejam utilizados no transporte de carga. A embarcação deverá ser rearqueada e qualquer tanque de lastro não considerado no Vc deve ser utilizado exclusivamente para lastro, conectado a um sistema independente de lastro, e não poderá transportar carga.

11)Na determinação do volume dos espaços de carga não deverão ser considerados isolamentos, revestimentos ou forros existentes dentro dos limites dos espaços considerados.

12)Para navios com tanques de carga independentes e permanentes construídos no interior da embarcação, como por exemplo navios gaseiros, o volume a ser incluído no Vc deverá ser calculado até o limite estrutural desses tanques, independente do isolamento existente interna ou externamente à superfície do tanque.

13)O volume dos espaços de duplo uso, como os empregados tanto para lastro quanto para carga, deverá ser incluído no Vc.

14)Espaços destinados aos veículos de passageiros devem ser incluídos no Vc.

15)Volumes no interior do casco de embarcações do tipo "splitbarge", devem ser considerados no cálculo do Vc, apesar de tais espaços ficarem temporariamente abertos para o mar (ou rio) durante operações de descarga.

16)O volume dos espaços destinados ao transporte de gado (currais) deverá ser considerado no cômputo do volume dos espaços de carga.

b)Procedimentos

O volume dos espaços de carga deve ser retirado diretamente do plano de capacidade da embarcação. Quando esse plano não estiver disponível, o volume dos espaços de carga deve ser calculado por intermédio de um dos seguintes procedimentos:

1)Para as embarcações com comprimento de regra (L) inferior a 24m, o volume dos espaços destinados à carga deverá ser aproximado por intermédio de fórmulas de figuras geométricas conhecidas;

2)Para as embarcações com comprimento de regra (L) maior ou igual a 24m cujas formas dos espaços de carga possibilitem a determinação do seu volume por intermédio de fórmulas de figuras geométricas com precisão satisfatória, poderá ser adotado procedimento análogo ao apresentado na subalínea 1) acima; e

3)Para as demais embarcações com comprimento de regra (L) maior ou igual a 24m, o volume dos espaços destinados à carga deverá ser calculado por intermédio do "Método de Simpson", conforme estabelecido no item 0711, através da adoção de novas balizas intermediárias, em posição correspondente às anteparas dos espaços de carga.

0709 -DETERMINAÇÃO DO VOLUME DOS ESPAÇOS EXCLUÍDOS

os espaços enquadrados em pelo menos um dos 5 casos listados a seguir deverão ser considerados como espaços excluídos, exceto se apresentarem pelo menos uma das 3 condições abaixo, quando deverão ser considerados como espaços fechados:

-O espaço possui prateleiras ou outros meios para estivar carga ou provisões, como por exemplo, no caso de navios do tipo "ro-ro" onde o espaço na extremidade de uma edificação é provido de meios para estivar a carga, o qual deve ser considerado no cálculo do volume dos espaços fechados. Qualquer tipo de espaço excluído não poderá ser considerado como tal, caso sejam ou pretendam ser utilizados para o transporte de carga, passageiros ou provisões. Ainda como exemplo, os espaços compreendidos entre os conveses autorizados a transportar carga, passageiros ou provisões e os conveses imediatamente acima dos mesmos, deverão ser incluídos, obrigatoriamente, nos cálculos.

-As aberturas são dotadas de quaisquer dispositivos de fechamento; e

-A construção permite a possibilidade de tais aberturas poderem ser fechadas.

a)Caso a:

1)Um espaço situado dentro de uma edificação e em frente a uma abertura que se estenda de um convés a outro, exceto pela eventual existência de soleiras ou abas de chapa na parte superior, ambas com altura não superior a 25 mm além da altura dos vaus adjacentes, desde que tal abertura tenha uma largura ³ que 90% da largura do convés (B) onde ela está localizada. Nesse caso deve ser excluído somente o espaço compreendido entre a abertura e uma linha paralela ao plano da abertura, traçada a uma distância igual a metade da largura do convés no local correspondente à abertura (fig. 7-1).

ANEXO 5-N

DIRETORIA DE POSTOS E COSTAS
Rua Teófilo Otoni, 4
Rio de Janeiro – RJ, Brasil
20.090-070

Cópias para:
Comandante:
DPC e CP/DL:
Perito:

RELATÓRIO DE PERÍCIA
APPRAISAL REPORT

Nome da Embarcação:	**Nº IMO:** **Nº de Inscrição:**
Data da Perícia:	**Local da Perícia:**

Nº	Código da Deficiência	Natureza da deficiência	Referência	Ação Tomada

OM Emissora:
Telefone (s):
Telefax(es):

Nome:

Assinatura _____

Observações:
1 - Esta perícia não foi uma vistoria completa e as deficiências podem não ser exaustivas.
2 - Todas as deficiências devem ser retiradas antes que seja solicitada a re-inspeção.

- 5-N-2 - NORMAM-02/DPC/2005

2)Se por qualquer disposição a largura se tornar menor do que 90% da largura do convés, exceto se devido à convergência do chapeamento externo, somente o espaço compreendido entre o plano da abertura e uma linha paralela ao plano da abertura, traçada no ponto onde a largura da abertura seja igual ou inferior a 90% da largura do convés (B) no local correspondente à abertura, será considerado como espaço excluído (figuras 7-2; 7-3 e 7-4).

ANEXO 5-O

DECLARAÇÃO DE TRANSPORTE DE BOTIJÕES E CILINDROS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP)

A) DA EMBARCAÇÃO

1) Nome da embarcação[1]:	**Número de Inscrição[2] :**
2) Nome do (a) Proprietário / Preposto / Empresa[3]:	
3) Data da viagem[4]: / /	
4) Porto de origem[5]:	
5) Porto de destino[6]:	

B) DA CARGA

6) Nome do expedidor[7]:	
7) Nome do recebedor / consignatário[8]:	
8) Nome do transportador[9]:	
9) Tipo de botijão e cilindro[10]	
10) Quantidade de botijões e cilindros[11]:	**Peso total (Kg)[12]:**

C) DO AGENTE / DESPACHANTE DA EMBARCAÇÃO

Nome[13]:
Assinatura[14]:

D) DO COMANDANTE DA EMBARCAÇÃO

Nome[15]:
Assinatura[16] :

....., ..., ...de.....
(Local e data)

ANEXO 5-O

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO

(1) – Informar o nome da embarcação.
(2) – Preencher com o número de inscrição da embarcação.
(3) – Informar o nome do proprietário, do preposto ou da empresa proprietária da embarcação.
(4) – Informar a data em que a viagem será realizada.
(5) – Preencher com nome do porto, terminal ou atracadouro de onde a embarcação vai partir.
(6) – Preencher com o nome do porto, terminal ou atracadouro para onde a embarcação está se dirigindo, quando houver mais de um, informar o primeiro e os demais locais de destino.
(7) – Informar o nome da pessoa ou empresa responsável pela expedição da carga.
(8) – Informar o nome da pessoa ou empresa responsável pelo recebimento da carga.
(9) – Informar o nome da pessoa ou empresa responsável pelo transporte da carga.
(10) – Informar os tipos de botijões e cilindros que estão sendo transportados (botijões são recipientes transportáveis de até 13Kg e cilindros são recipientes acima de 13Kg e até 90Kg).
(11) – Informar a quantidade de cada tipo de botijão e cilindro a ser transportado (Ex.: 10 botijões de 13Kg e 5 cilindros de 90Kg).
(12) – Informar o total somatório dos pesos dos botijões e cilindros.
(13) – Preencher o nome em letra de forma.
(14) – Colocar a assinatura usual.
(15) – Preencher o nome em letra de forma.
(16) – Colocar a assinatura usual.

Quando um intervalo é completamente aberto, exceto pela existência de amuradas ou balaustradas separando quaisquer dois espaços, a exclusão de um ou de ambos é permitida de acordo com o estabelecido nas subalíneas 1) e 2), desde que a distância de separação entre esses dois espaços seja maior do que a metade da menor largura do convés (B) no intervalo de separação (figuras 7-5 e 7-6).

b)Caso b:

Todo espaço situado sob coberturas existentes no convés, abertas para o mar e para o tempo, cujas únicas conexões das suas superfícies laterais expostas com a estrutura do navio sejam os suportes necessários à sua sustentação. O espaço continuará a ser considerado um espaço excluído mesmo quando apresente balaustradas, amuradas ou uma aba de chapa na parte superior, desde que a altura da abertura (h) entre a parte superior da amurada ou balaustrada e a face inferior da aba de chapa seja superior ao maior valor entre 0,75 m e um terço da altura do espaço considerado (H) (figura 7-7).

ANEXO 6-A

NÚMERO:

CERTIFICADO NACIONAL DE BORDA LIVRE PARA A NAVEGAÇÃO INTERIOR
(EMITIDO DE ACORDO COM A NORMAM 02)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

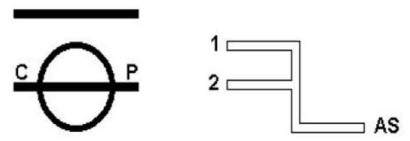
MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

Nome da Embarcação	Número de Inscrição	Porto de Inscrição	Arqueação Bruta

ATIVIDADES OU SERVIÇOS:

EMBARCAÇÃO DO TIPO: ( ) A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) E
ÁREA DE NAVEGAÇÃO INTERIOR: ( ) 1 ( ) 2

DISTÂNCIA DA PARTE SUPERIOR DA LINHA DE CONVÉS ATÉ :
CENTRO DO DISCO: mm
MARCA DA LINHA DE CARGA PARA A ÁREA 1: mm
MARCA DA LINHA DE CARGA PARA A ÁREA 2: mm



A ARESTA SUP. DA LINHA DO CONVÉS ESTÁ SITUADA A mm DA FACE SUPERIOR DO CONVÉS AO LADO.

O CENTRO DO DISCO ESTÁ SITUADO A mm DO BICO DE PROA.

ACRÉSCIMO PARA NAVEGAÇÃO EM ÁGUA SALGADA mm ABAIXO DO DISCO DE PLIMSOLL

O PRESENTE CERTIFICADO É EXPEDIDO PARA ATESTAR QUE A EMBARCAÇÃO FOI VISTORIADA E QUE A SUA BORDA LIVRE E LINHA DE CARGA INDICADAS FORAM APOSTAS E SERÃO CONTROLADAS CONFORME AS DISPOSIÇÕES EM VIGOR.

VÁLIDO ATÉ de de

EXPEDIDO EM em de de

Assinatura do responsável
(CP/DL/AG/Entidade Certificadora/Sociedade Classificadora)

NÚMERO DO CERTIFICADO ORIGINAL EMITIDO PELA CP/DL/AG, SOCIEDADE CLASSIFICADORA OU ENTIDADE CERTIFICADORA (SOMENTE PARA RENOVAÇÃO):

O espaço compreendido entre a antepara lateral de uma casaria e a borda falsa, abaixo de um convés que se estenda de bordo a bordo suportado por pilares ou chapas verticais (figura 7-8) deverá ser tratado como um espaço excluído de acordo com o estabelecido nesta alínea e na alínea c) (casos "b" e "c").

c)Caso c:

Todo espaço dentro de uma edificação que se estenda de um bordo ao outro da embarcação e que se encontre diretamente em frente de aberturas laterais opostas com altura (h) superior ao maior valor entre 0,75 m e um terço da altura do espaço (H). Se as aberturas só existirem em um dos bordos, o espaço no interior da edificação a ser excluído (O) fica limitado à metade da largura do convés (B/B1) na região da abertura (figura 7-9).

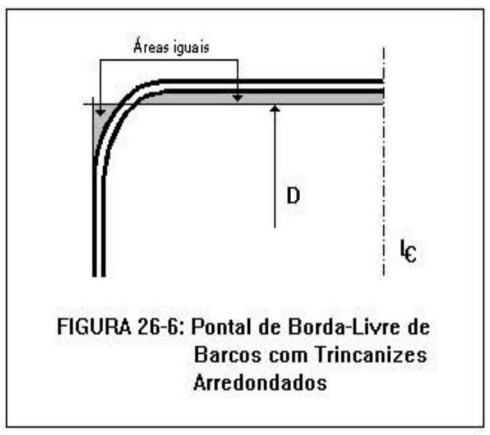


FIGURA 26-6: Pontal de Borda-Livre de Barcos com Trincanizes Arredondados

FIGURA 6-6: Pontal de borda-livre de embarcações com trincanizes arredondados

d)Caso d:

O espaço de uma edificação que se encontre imediatamente abaixo de uma abertura descoberta no convés acima, sempre que essa abertura esteja exposta ao tempo. O espaço a ser excluído é limitado pela área da abertura (A-B-C-D) (figura 7-10).

ANEXO 6-A

Este documento é para certificar que a vistoria requerida pela NORMAM-02/DPC foi efetuada e que a embarcação se encontrava de acordo com as prescrições relevantes da Norma.

A REALIZAR	ENTRE	E	LOCAL E DATA DA REALIZAÇÃO	VISTORIADOR
1ª Vistoria Anual				
2ª Vistoria Anual				
3ª Vistoria Anual				
4ª Vistoria Anual				

e)Caso e:

Um recesso em anteparas limites de uma edificação exposta ao tempo, cuja abertura se estenda de um convés ao outro e que não disponha de meios de fechamento, desde que a largura (w1/w2) no seu interior não seja maior do que a largura na entrada e sua extensão (L1/L2) no interior da edificação seja menor do que duas vezes a largura na entrada (figura 7-11).

ANEXO 6-B

NOTAS PARA MARCAÇÃO DA BORDA-LIVRE NACIONAL (NAVEGAÇÃO INTERIOR)

NOME DA EMBARCAÇÃO: _____
ARMADOR: _____
TIPO DE SERVIÇO: _____ PORTO DE INSCRIÇÃO: _____
ARQUEAÇÃO BRUTA: _____ INDICATIVO DE CHAMADA: _____

1 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE NAVEGAÇÃO

DESCRIÇÃO DA ÁREA DE OPERAÇÃO: _____
_____
_____

ÁREA DE NAVEGAÇÃO: ( ) 1 ( ) 2

2 - CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE EMBARCAÇÃO

DESCRIÇÃO DO TIPO DE EMBARCAÇÃO: _____
_____
_____

TIPO DE EMBARCAÇÃO: ( ) A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) E

3 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE FLUTUABILIDADE (f)

- Comprimento de Regra (L) = m
- Fator de Flutuabilidade (r) =

4 - CARACTERIZAÇÃO DAS SUPERESTRUTURAS FECHADAS

a) SUPERESTRUTURA 1:

- Descrição: _____
_____

- Comprimento Real da Superestrutura (S):	m
- Boca da Embarcação (na metade do Comprimento S) (Bs):	m
- Largura da Superestrutura (na metade do Comprimento S) (b):	m
- Comprimento Efetivo da Superestrutura (E) = (b/B) x S	m
- Altura da Superestrutura (he):	m
- he^2 / Hn (caso he^2 / Hn > he, assumir he^2 / Hn = he) =	m
- (he^2 / Hn) x (E / L) =	m

b) SUPERESTRUTURA 2:

- Descrição: _____
_____

- Comprimento Real da Superestrutura (S):	m
- Boca da Embarcação (na metade do Comprimento S) (Bs):	m
- Largura da Superestrutura (na metade do Comprimento S) (b):	m
- Comprimento Efetivo da Superestrutura (E) = (b/B) x S	m
- Altura da Superestrutura (he):	m
- he^2 / Hn (caso he^2 / Hn > he, assumir he^2 / Hn = he) =	m
- (he^2 / Hn) x (E / L) =	m

Obs:na figura 7-11 foi adotada a seguinte simbologia:

O= espaço excluído

C= espaço fechado

I= espaço a ser considerado como um espaço fechado

0710 -MÉTODO EXPEDITO PARA DETERMINAÇÃO DO VOLUME DO CASCO

a)Descrição

É o método utilizado para determinação do volume do casco de embarcações com comprimento de regra (L) inferior a 24 m, o qual é apresentado a seguir:

b)Fórmula

O volume do casco é calculado no método por intermédio da seguinte expressão:

$VC = ((Co + B) / 2)^2 \times Coef \times Ca$, onde: (2)

VC = volume do casco, em m^3;

Co= contorno, em m;

B = boca, em m;

Ca = comprimento de arqueação, em m; e

Coef = 0,17 para embarcações com casco de madeira ou concreto ou

= 0,18 para embarcações de casco metálico ou compósito (fibra de vidro e outros).

c)Multiplicador "M"

O termo $((Co + B) / 2)^2 \times Coef$ é também denominado de multiplicador "M", sendo que os valores verificados para esse parâmetro se encontram tabelados no Anexo 7-F, em função da soma da boca com o contorno.

d)Faixa de Aplicação do Método (Coeficiente "f")

O Método Expedito só pode ser aplicado na determinação do volume do casco de embarcações de formas convencionais, cujo coeficiente "f", definido conforme a expressão a seguir, seja maior ou igual 0,4 e menor ou igual a 0,85.

$f = M / (B \times P)$, onde: (3)

M = multiplicador "M", em m^2;

B = boca, em m; e

P = pontal, em m.

e)Volume do Casco para Embarcações fora da Faixa de Aplicação

Para as embarcações com comprimento de regra (L) menor que 24 m e cujo coeficiente "f" esteja fora da faixa de aplicação apresentada na alínea anterior, o volume do casco será determinado conforme o estabelecido para as embarcações de formatos especiais, ou seja, subdividindo-se, de forma aproximada, o casco em figuras geométricas conhecidas e aplicando-se fórmulas simples de cubagem. No Anexo 7-D são apresentadas algumas das fórmulas para determinação da área ou volume das figuras geométricas mais usuais. Alternativamente poderão ser utilizadas as Curvas Hidrostáticas ou o Método de Simpson.

f)Programa SISARQ

A arqueação bruta e líquida das embarcações para as quais seja aplicável o "Método Expedito", poderão ser calculados por intermédio do programa SISARQ.

0711 -MÉTODO DE SIMPSON PARA DETERMINAÇÃO DO VOLUME DO CASCO

a)Descrição

O Método de Simpson é um método de integração numérica, no qual a área sob uma curva é aproximada através da hipótese assumida de que os trechos da curva entre os pontos equiespaçados considerados são ramos de parábola, uma vez que a área sob parábolas pode ser obtida através das Regras de Simpson.

b)1a Regra de Simpson

É utilizada quando o intervalo da curva a ser integrado é dividido em um número par de espaçamentos iguais. Por essa regra, a área entre os pontos considerados pode ser calculada por intermédio da seguinte expressão:

$A = (s / 3) \times (y0 + 4y1 + 2y2 + ...+ 2yn-2 + 4yn-1 + yn)$, onde: (4)

A = área, em m^2;

s = espaçamento entre os pontos considerados, em m;

yi = ordenada na posição i, em m; e

n = número de espaçamentos.

c)2a Regra de Simpson

É utilizada quando o intervalo da curva a ser integrado é dividido em um número de espaçamentos iguais múltiplo de 3. Por essa regra, a área entre os pontos considerados pode ser calculada por intermédio da seguinte expressão:

$A = (3s / 8) \times (y0 + 3y1 + 3y2 + 2y3 ...+ 2yn-3 + 3yn-2 + 3yn-1 + yn)$, onde: (5)

A = área, em m^2;

s = espaçamento entre os pontos considerados, em m;

yi = ordenada na posição i, em m; e

n = número de espaçamentos.

d)Determinação das Áreas das Seções Transversais

É recomendada a utilização das seções transversais representadas no plano de linhas, também denominadas balizas, para o cálculo do volume do casco pelo Método de Simpson. Para a determinação das áreas das seções transversais, deverão ser observados os seguintes aspectos:

1)Serão considerados pelo menos cinco pares de pontos para a integração por uma das Regras de Simpson;

2)A área das seções transversais poderá ser determinada por intermédio de fórmulas de figuras geométricas sempre que as formas das seções permitam essa aproximação sem prejuízo da precisão dos resultados;

3)Deverá ser considerado o abaulamento do convés, caso existente; e

4)Poderão ser utilizadas as Curvas de Bonjean, elaboradas pelo projetista, para a obtenção da área das seções transversais, desde que:

I)Apresentem uma precisão satisfatória;

II)Tenham sido traçadas até a altura correspondente ao convés na posição longitudinal de cada baliza considerada; e

III)Seja considerado o abaulamento do convés, se existente.

e)Determinação do Volume do Casco

O volume do casco deverá ser determinado por intermédio da integração, ao longo do comprimento, das áreas das seções transversais por intermédio de uma das Regras de Simpson. Para esse cálculo, deverão ser considerados os seguintes aspectos:

1)Deverão ser consideradas as áreas de pelo menos 10 seções transversais;

2)As balizas extremas, a vante e a ré, deverão estar localizadas o mais próximo possível da proa e da popa da embarcação, respectivamente; e

3)O volume devido ao tosamento do convés deverá ser computado.

f)Volume das Extremidades

O cálculo do volume dos espaços situados a ré da primeira baliza e a vante da última que não tenham sido abrangidas pela integração e, consequentemente, não foram computadas no cálculo do volume, poderá ser efetuado por um dos seguintes procedimentos:

1)Aproximado por intermédio de fórmulas de figuras geométricas; e

2)Através da representação de balizas adicionais nas regiões de proa e popa, que englobem a região considerada, calculando-se a área das novas seções transversais e utilizando o Método de Simpson para a determinação do volume.

g)Utilização das Curvas Hidrostáticas ou do Plano de Capacidade para Determinação do Volume do Casco

Poderão ser utilizadas as Curvas Hidrostáticas ou o Plano de Capacidade, elaborados pelo projetista, para a obtenção do volume do casco em substituição à integração das áreas das seções transversais pelo Método de Simpson, desde que tais planos apresentem as seguintes características:

1)Apresentem uma precisão satisfatória; e

2)Representem efetivamente o volume total dos espaços fechados abaixo do convés superior, considerando o tosamento e o abaulamento do convés, caso existentes.

0712 -CÁLCULO DA ARQUEAÇÃO BRUTA

A arqueação bruta (AB) será calculada por intermédio da seguinte expressão:

$AB = K1 V$, onde: (6)

$K1 = 0,2 + 0,02 \log10 V$ (ou conforme tabulado no Anexo 7-E); e

V = volume total de todos os espaços fechados da embarcação, em m^3.

Obs: Os valores obtidos deverão ser arredondados para baixo sem decimais (números inteiros)

0713 -CÁLCULO DA ARQUEAÇÃO LÍQUIDA

A arqueação líquida (AL) será calculada por intermédio da seguinte expressão:

AL = K2 VC (4H / 3P)^2 + K3 (N1 + (N2 / 10)), onde: (7)

VC = volume total dos espaços de carga, em m^3;

K2 = 0,2 + 0,02 log10 VC (ou conforme tabulado no Anexo 7-E);

H = calado moldado, em m;

P = pontal moldado, em m;

K3 = 1,25 (AB + 10.000) / 10.000

N1 = número de passageiros em camarotes com até 8 beliches;

N2 = número dos demais passageiros; e

AB = AB, calculada de acordo com o item 0712.

Obs: Os valores obtidos deverão ser arredondados para baixo sem decimais (números inteiros)

No cálculo da arqueação líquida de acordo com a expressão acima, os seguintes procedimentos deverão ser adotados:

a)O fator (4H / 3P)^2 não deve assumir valores superiores à unidade;

b)O termo K2 VC (4H / 3P)^2 não deve assumir valores inferiores a 25% da AB;

c)A arqueação líquida não deve ser inferior a 30% da AB;

d)O total de passageiros transportados a bordo (N1 + N2) não deve ser inferior a 13, caso contrário deve-se assumir N1 e N2 iguais a zero; e

e)Quando o cálculo da arqueação líquida resultar em um valor maior que a arqueação bruta, deverá ser assumido que AL = AB.

0714 -REARQUEAÇÃO

A embarcação deverá ser rearqueada sempre que:

a)Sofrer alteração e ou reclassificação que modifique a distribuição, construção, capacidade ou uso dos espaços, número de passageiros transportados, borda-livre atribuída ou calado máximo permissível, tais que alterem os valores da arqueação bruta ou líquida originalmente determinados;

b)Quando houver dúvidas quanto à correção da arqueação anteriormente efetuada;

c)Por solicitação do armador;

d)"Ex-Officio", sempre que for constatada qualquer irregularidade; e

e)Quando uma embarcação com comprimento de regra (L) inferior a 24 metros e que seja enquadrada na definição de "Embarcação da Hidrovia", mas que não estivesse operando na Hidrovia Paraguai-Paraná, pretenda iniciar sua operação naquela hidrovia.

0715 -CERTIFICAÇÃO

a)Tipos de Certificados

Os documentos comprobatórios da arqueação de uma embarcação são os seguintes:

1)Notas para arqueação de embarcação, para as embarcações com arqueação bruta inferior a 20 (Anexo 7-B);

2)Certificado nacional de arqueação, para as embarcações com arqueação bruta maior ou igual a 20 (Anexo 7-A); e

3)Certificado de Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná, para as embarcações enquadradas na definição de "Embarcação da Hidrovia" (Anexo 7-C).

b)Novo Certificado

Será emitido novo Certificado de Arqueação ou Notas para Arqueação de embarcação sempre que ocorrer:

1)O extravio do original;

2)Mudança do nome da embarcação, do seu porto de inscrição ou de alguma outra característica constante no documento;

3)Uma embarcação portadora de um Certificado Nacional de Arqueação ou das Notas para Arqueação de embarcação, que pretenda operar na Hidrovia Paraguai-Paraná e que seja enquadrada na definição de "Embarcação da Hidrovia", deverá ter o documento anterior cancelado, com a consequente emissão de um Certificado de Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná; e

4)Rearqueação da embarcação, conforme estabelecido no Item 0714.

Para a obtenção de novo Certificado de Arqueação ou Notas para Arqueação de embarcação deverá ser adotado o mesmo procedimento previsto no item 0705.

OBSERVAÇÃO:

DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

Para as embarcações de passageiros, rebocadores e empurradores com AB maior ou igual a 20 e menor que 50, e as que transportem a granel líquidos combustíveis, gases liquefeitos inflamáveis, substâncias químicas perigosas ou mercadorias de risco similares, deverá ser emitido o Certificado Nacional de Arqueação por ocasião de primeira Vistoria Anual de CSN que ocorrer após 31 de julho de 2018. O Certificado Nacional de Arqueação deverá ser emitido com base nas Notas para Arqueação da embarcação.

Para as demais embarcações com AB maior ou igual a 20 e menor que 50, o Certificado Nacional de Arqueação deverá ser emitido nas seguintes situações:

1)Em caso de extravio das Notas de Arqueação;

2)Mudança do nome da embarcação, do seu porto de inscrição ou de alguma outra característica constante nas Notas de Arqueação;

3)Por solicitação do proprietário, armador ou seu preposto;

4)Rearqueação da embarcação, conforme estabelecido no Item 0714; e

5)Para as embarcações regularizadas após 31 de julho de 2018

c)Validade dos Certificados

O Certificado Nacional de Arqueação, o Certificado de Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná e as Notas para Arqueação de embarcação terão validade durante toda a vida útil da embarcação, exceto nos casos previstos para emissão de novo Certificado, apresentados na alínea anterior.

d)Certificado da Hidrovia Paraguai-Paraná

Os certificados da Hidrovia Paraguai-Paraná de embarcações com comprimento de regra (L) inferior a 24 m deverá conter no campo "Observações" o valor da AB calculada com o valor do volume do casco determinado por intermédio do "Método Expedito", que servirá para caracterizar a arqueação da embarcação quando operando fora da hidrovia. Para as embarcações com comprimento de regra (L) maior ou igual a 24 m, o Certificado de Arqueação da Hidrovia servirá como substituto para o Certificado Nacional de Arqueação, sempre que a embarcação estiver operando fora da hidrovia.

Deverá ser emitido um Certificado da Hidrovia Paraguai-Paraná sempre que uma embarcação portadora de um Certificado Nacional de Arqueação (ou de Notas para Arqueação de embarcação) pretenda operar naquela hidrovia e seja enquadrada como uma "Embarcação da Hidrovia".

e)Preenchimento dos Certificados

1)No verso do Certificado Nacional de Arqueação, nos campos correspondentes aos "espaços incluídos na arqueação" (arqueação bruta e arqueação líquida) não é necessário o preenchimento do "nome do espaço", "local" e "comprimento", bastando apenas a indicação dos volumes abaixo e acima do convés superior considerados, no campo correspondente à arqueação bruta, e dos volumes dos espaços de carga, no campo correspondente à arqueação líquida.

2)No verso do Certificado de Arqueação da Hidrovia, é obrigatório o preenchimento dos itens mencionados na subalínea anterior, sendo que as informações referentes ao "Local" do espaço não necessitam ser detalhadas, bastando a descrição das cavernas (aproximadas) entre as quais está localizado o espaço descrito.

3)A informação constante no verso de ambos os certificados "data e local da arqueação original" é referente ao cálculo para a atribuição original de um Certificado Nacional de Arqueação ou de Certificado de Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná.

4)A informação no verso de ambos os certificados "data e local da última rearqueação" é referente ao cálculo para a atribuição do último Certificado Nacional de Arqueação ou Certificado de Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná.

0716 -VISTORIA DE ARQUEAÇÃO

As embarcações deverão ser submetidas a uma vistoria antes da expedição do Certificado Nacional de Arqueação ou das Notas para Arqueação de Embarcação, para verificar se sua construção está efetivamente de acordo com os planos e ou documentos considerados para o cálculo das arqueações bruta e líquida. Tal vistoria deverá se restringir aos detalhes do arranjo e dos espaços fechados considerados, não sendo necessária a verificação das linhas do casco.

As vistorias das embarcações serão efetuadas pelo órgão ou entidade responsável pela emissão do certificado ou das notas.

As CP poderão dispensar, na sua jurisdição, a realização de vistoria de arqueação nas embarcações construídas semelhantes a um modelo padrão, desde que sejam atendidas as seguintes condições:

-Seja efetuada uma vistoria de arqueação no protótipo, pela CP, DL ou AG, que serão extrapolados para as demais embarcações do mesmo modelo. Na vistoria deverão ser verificadas apenas as dimensões principais do protótipo (comprimento total, boca, pontal e contorno);

-As embarcações sejam construídas num mesmo estaleiro, o qual deverá estar devidamente regularizado no CREA da região;

-Possuam comprimento total igual ou inferior a 8 metros, não possuam propulsão fixa (podem ser equipadas com motores de popa), possuam convés aberto e não sejam dotadas com cabine habitável ou qualquer tipo de cobertura ou toldo; e

-Periodicamente, em intervalos de tempo a serem definidos pela própria CP/CF, deverão ser verificadas as dimensões de uma embarcação recém construída, aleatoriamente, com o intuito de verificar se não foram introduzidas alterações nos modelos previamente mensurados.

0717 -CERTIFICADO DE SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

Deverão ser lançados nos campos correspondentes do Certificado de Segurança da Navegação das embarcações, para as quais é obrigatória a sua emissão os valores das arqueações bruta e líquida, os quais deverão estar de acordo com aqueles constantes no Certificado ou Notas de Arqueação.

0718 -REQUISITOS ESPECIAIS PARA AS EMBARCAÇÕES DA HIDROVIA PARAGUAI - PARANÁ

a)Expedição de Certificado por Outro Governo

Um país signatário pode, a pedido de outro país signatário, determinar as arqueações bruta e líquida de uma embarcação e emitir (ou autorizar a emissão) do correspondente Certificado de Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná, o qual deverá ser remetido com a maior brevidade possível junto com a respectiva memória de cálculo ao país solicitante. Tal Certificado deverá conter uma observação de que foi emitido a pedido do país solicitante, cuja bandeira arvora ou arvorará a embarcação.

b)Validade do Certificado

Quando uma embarcação passar a arvorar a bandeira de outro país signatário, o Certificado de Arqueação anterior continuará em vigor durante um período de até três meses, ou até a emissão do Certificado que o substitua pela Autoridade Marítima do novo país de bandeira, caso essa emissão ocorra antes. O país cuja bandeira a embarcação arvorou anteriormente, deverá enviar à nova Autoridade Marítima, com a maior brevidade possível após a troca da bandeira, uma cópia do Certificado original junto com a memória de cálculo das arqueações bruta e líquida correspondentes.

c)Inspeção de Verificação

Toda embarcação que arvore a bandeira de um país signatário estará sujeita nos portos dos demais países a uma inspeção de verificação por parte dos funcionários devidamente autorizados. Tal inspeção terá por único objetivo comprovar que:

1)A embarcação tem um Certificado de Arqueação da Hidrovia em vigor; e

2)As dimensões principais da embarcação correspondem às estabelecidas no Certificado.

Em nenhum caso a Inspeção de Verificação deverá provocar qualquer atraso à embarcação. Caso a Inspeção de Verificação resulte na constatação de que as dimensões principais assinaladas no Certificado são diferentes das verificadas na embarcação, ao ponto de implicar em um aumento da arqueação bruta ou líquida, a autoridade competente do país signatário cuja bandeira arvore a embarcação deverá ser informada imediatamente.

d)Marcação dos Espaços de Carga

Os espaços de carga deverão ser identificados por intermédio de marcas compostas pelas letras "CC" (compartimento de carga), com pelo menos 100 mm de altura, pintadas ou fixadas de forma visível e permanente na embarcação e localizadas, o mais próximo possível do acesso a tais compartimentos.

SEÇÃO II

CÁLCULO DOS DESLOCAMENTOS E DO PORTE BRUTO

0719 -definições

a)Deslocamento

É o peso total da embarcação em determinada condição de carregamento, que equivale à massa do volume de água deslocado pela embarcação quando flutuando na condição de carregamento considerada. Os deslocamentos normalmente são expressos em toneladas (t). Existem dois deslocamentos característicos das embarcações, o deslocamento leve e o deslocamento carregado.

b)Deslocamento Leve

É o deslocamento que a embarcação, com todos os seus equipamentos e máquinas prontos para funcionar, apresenta quando está completamente descarregada, isto é, sem carga nos porões ou nos demais compartimentos a ela destinados, sem passageiros, tripulantes ou seus pertences, sem provisões, sem água doce, potável ou de lastro e sem combustíveis ou lubrificantes. O deslocamento leve deve incluir os seguintes itens:

1)Lastro fixo;

2)Água de resfriamento ou alimentação e óleo combustível ou lubrificante existentes no interior dos motores principais, grupos geradores, caldeiras ou quaisquer outros equipamentos ou máquinas existentes a bordo, no nível normal de operação, e na canalização correspondente (mas não o contido no interior dos tanques);

3)Água existente nas redes de água doce e incêndio (mas não o contido no interior dos tanques);

4)Óleo existente nas redes de acionamento hidráulico (mas não o contido no interior dos tanques); e

5)Sobressalentes e ferramentas exigidos por regras específicas aplicáveis à embarcação (exceto sobressalentes de convés, máquinas e eletricidade).

c)Deslocamento Carregado (ou Deslocamento Máximo ou Deslocamento à Plena Carga)

É o deslocamento que tem a embarcação quando está flutuando na sua condição de maior imersão, ou seja, completamente carregada, e está associado ao calado moldado da embarcação.

d)Porte Bruto (ou "Deadweight")

O porte bruto é definido como a diferença entre o deslocamento carregado e o deslocamento leve e caracteriza a quantidade de carga que uma embarcação pode transportar (não apenas a carga paga que normalmente é alocada nos porões ou tanques de carga, mas todo e qualquer item transportado a bordo, exceto quando considerado como item componente do deslocamento leve), sendo normalmente expresso em "toneladas de porte bruto" (tpb) ou "toneladas de deadweight" (tdw). O porte bruto deve necessariamente incluir, entre outros, o peso dos seguintes elementos:

1)Combustíveis (óleo pesado, diesel, carvão etc.);

2)Lubrificantes (óleos ou graxas);

3)Água potável, doce, de alimentação e lastro;

4)Provisões;

5)Tripulação com seus pertences;

6)Passageiros com bagagens;

7)Carga paga transportada (geral, granel, contentores, frigorificada etc.);

8)Hélice e eixo porta-hélice sobressalentes;

9)Sobressalentes de convés, máquinas e eletricidade;

10)Peças removíveis, tais como esticadores, cabos, peças de encaixe e etc., usados para peiamento ou limitação de cargas de granéis, madeira, contentores etc.;

11)Peças removíveis para manobra de cargas, tais como caçambas, empilhadeiras, sugadoras de granéis, bombas portáteis para carga líquida etc.;

12)Água e óleo residuais nos tanques e tubulações do casco (exceto os resíduos de líquidos no interior das canalizações considerados na determinação do deslocamento leve); e

13)Fornecimentos usuais do armador, tais como roupa de cama e mesa, talheres, cutelaria, artigos de consumo etc.

0720 -DETERMINAÇÃO DO DESLOCAMENTO LEVE

O deslocamento leve deve ser determinado por um dos seguintes procedimentos:

a)Para as embarcações submetidas à uma prova de inclinação (ou à uma medição de porte bruto), o valor obtido no teste;

b)Para as embarcações dispensadas da realização de uma prova de inclinação, mas que tenham um estudo de estabilidade preliminar elaborado pelo projetista, o valor da estimativa do peso leve constante nesse estudo;

c)Para as demais embarcações, com comprimento de regra (L) inferior a 24 m, e cujo valor do coeficiente "f", conforme definido na alínea d) do item 0710, seja maior ou igual a 0,40 e menor ou igual a 0,85, o procedimento constante no item 0723;e

d)Para as embarcações restantes, o deslocamento leve deverá ser estimado, baseado nas suas dimensões, formas e características.

0721 -DETERMINAÇÃO DO DESLOCAMENTO CARREGADO

O deslocamento carregado deve ser determinado por intermédio de um dos seguintes procedimentos:

a)Diretamente do folheto de estabilidade da embarcação, na condição correspondente ao deslocamento máximo da embarcação;

b)Por intermédio das curvas hidrostáticas em um calado correspondente ao calado moldado;

c)Para as demais embarcações, com comprimento de regra (L) inferior a 24 m, e cujo valor do coeficiente "f", conforme definido na alínea d) do item 0710, seja maior ou igual a 0,40 e menor ou igual a 0,85, o procedimento constante no item 0723; e

d)Para as embarcações restantes o deslocamento carregado deverá ser estimado, baseado nas suas dimensões, formas e características e na quantidade de carga transportada.

0722 -DETERMINAÇÃO DO PORTE BRUTO

O porte bruto deve ser calculado através da diferença entre o deslocamento carregado e o deslocamento leve.

0723 -DETERMINAÇÃO DOS DESLOCAMENTOS POR INTERMÉDIO DO "MÉTODO EXPEDITO"

Para as embarcações com comprimento de regra (L) menor do que 24 m e com o coeficiente "f" entre 0,40 e 0,85, inclusive, para as quais é aplicável o "Método Expedito", conforme estabelecido no item 0710, os deslocamentos podem ser obtidos por intermédio da seguinte expressão:

D = L x B x x f x h (8)

onde:

D = deslocamento, em t;

L = Comprimento de regra (L), em m;

B = boca, em m;

= densidade da água , em t/m^3;

f = coeficiente "f", definido no item 0710; e

h = calado, em m.

O valor da densidade da água pode assumir dois valores:

a)1,025 t/m^3, para a água salgada; e

b)1,000 t/m^3, para a água doce.

Para a determinação do deslocamento carregado, basta utilizar o calado carregado na expressão acima, enquanto que para se calcular o deslocamento leve, deve-se utilizar o calado leve.

CAPÍTULO 8

VISTORIAS E CERTIFICAÇÕES

SEÇÃO I

VISTORIAS EM EMBARCAÇÕES

0801 -APLICAÇÃO

Para emissão do Certificado de Segurança da Navegação (CSN) - As embarcações sujeitas a estas normas e que se enquadrem em quaisquer das situações listadas a seguir, independentemente de sua classificação conforme os subitens i) e j) do item 0301 estão sujeitas a vistorias iniciais, intermediárias, anuais e de renovação e deverão portar um CSN, desde que:

1)possuam AB igual ou maior que 50;

2)transportem a granel líquidos combustíveis, gases liquefeitos inflamáveis, substâncias químicas perigosas ou mercadorias de risco similares, com AB maior que 20;

3)efetuem serviço de transporte de passageiros ou passageiros e carga, com AB maior que 20;

4)sejam rebocadores ou empurradores, com AB maior que 20; ou

5) sejam embarcações de apoio a mergulho, de qualquer arqueação bruta, construídas ou adaptadas para este fim.

As embarcações existentes, com AB maior ou igual 50 e menor do que 100, enquadradas no inciso 1) deste item, que, por força da alteração da norma, passaram a ter como exigência a emissão de CSN, deverão ser dotadas dos seus respectivos certificados até 1º de janeiro de 2012.

Para efeito de interpretação deste inciso, embarcações existentes são todas embarcações inscritas ou que tenham iniciado o processo de inscrição nas CP, DL ou AG até 18 de janeiro de 2011.

0802 -PROCEDIMENTOS

As vistorias executadas pelo GVI das CP, DL ou AG deverão observar os seguintes procedimentos:

a)Solicitação de Vistorias

Serão solicitadas pelos interessados às CP, DL ou AG, encarregando-se dos gastos necessários para realização das mesmas. A documentação necessária é a seguinte:

1) Vistoria Inicial

I)Requerimento do interessado;

II)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente ao serviço de vistoria em seco para obtenção do CSN (Anexo 8-E), exceto para órgãos públicos; e

III)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente ao serviço de vistoria flutuando para obtenção do CSN (Anexo 8-E), exceto para órgãos públicos.

Após as vistorias em seco e flutuando, realizadas por Vistoriador Naval do Grupo de Vistoria e Inspeção - GVI, será emitido o competente CSN.

2) Vistoria Anual, Intermediária ou de Renovação

I)Requerimento do interessado;

II)Cópia simples do CSN; e

III) Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), referente a um dos serviços: vistoria anual, vistoria intermediária ou vistoria de renovação (seco e flutuando) (Anexo 8-E), exceto para órgãos públicos.

b)Local

Com exceção dos testes onde seja necessária a navegação da embarcação, as vistorias em embarcações deverão ser realizadas em portos ou em áreas abrigadas, estando a mesma fundeada ou atracada.

c)Horários

Serão realizadas, a princípio, em dias úteis e em horário comercial. Por exceção, em caso de força maior, poderão ser realizadas fora destes dias e horários.

d)Assistência aos Vistoriadores

O Comandante da embarcação, proprietário, agente marítimo ou pessoa responsável, providenciará a assistência do pessoal que for necessário para facilitar as tarefas, acionar equipamentos e esclarecer as consultas formuladas pelo vistoriador. Deverá fornecer ainda os instrumentos, aparelhos, manuais, laudos periciais, protocolos e demais elementos previstos nestas normas.

e)Adiamento

Os vistoriadores poderão adiar a realização das vistorias quando quaisquer das seguintes circunstâncias ocorrer:

1)a embarcação ou instalação não estiver devidamente preparada para esta finalidade;

2)os acessos à embarcação ou instalação sejam inadequados, inseguros ou necessitem do apropriado arranjo e limpeza; ou

3)quando for observada qualquer outra circunstância limitante para a eficácia da vistoria.

Nos casos mencionados acima a solicitação e os gastos necessários para realização da nova vistoria ficarão a cargo do interessado.

f)Casos especiais

1)Embarcações que iniciaram processos de Licença de Construção, Alteração, Reclassificação ou Regularização no período compreendido entre 09/06/1998 e 31/10/2001

As embarcações acima, por força do disposto nas versões de 1998 e de 2000 destas Normas, que continham diferentes definições do que era considerado como "Embarcação GEVI", bem como previa a emissão de um "Documento de Regularização", foram objeto de um tratamento específico, conforme estabelecido nos Procedimentos Transitórios, cujo texto está no Anexo 3-P.

2)Embarcações sem propulsão, não destinadas ao transporte de passageiros, com AB superior a 100 e igual ou inferior a 200 e flutuantes que operem com 12 pessoas ou menos a bordo e com AB superior a 100 e igual ou inferior a 200

I)As embarcações acima que iniciaram processos de Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação a partir de 31/10/2001, por força do disposto nos Procedimentos Transitórios da DPC, passaram a ser enquadradas, para todos os efeitos, inclusive vistorias, como "Embarcação GEVI", devendo em consequência, apresentar a documentação completa prevista nos itens 0312, 0318 ou 0321 desta Norma, conforme o caso.

II)As embarcações enquadradas neste item, que tiveram seus processos de Licença de Construção, Alteração, Reclassificação ou Regularização iniciadas no período entre 09/06/1998 e 31/10/2001 não estão obrigadas a possuir os planos previstos nos itens 0312, 0318 ou 0321, mas apenas Memorial Descritivo, Declaração do responsável técnico e respectiva ART, conforme era exigido para essas mesmas embarcações nas versões de 1998 e 2000 desta Norma e pelo disposto nos Procedimentos Transitórios.

Entretanto, para efeitos de aplicação apenas do Capítulo 08, passaram a ser consideradas como "Embarcações GEVI" a partir de 31/10/2001.

A partir da data de emissão desta Norma, as antigas Embarcações "GEVI", conforme citadas no item g), acima, tiveram o termo que as define substituído por Embarcações Certificadas classe 1, ou "EC1". Todos os demais procedimentos devem ser mantidos.

0803 -TIPOS DE VISTORIAS

a)Vistoria Inicial (V0)

É a que se realiza durante e/ou após a construção, modificação ou transformação da embarcação, com vistas à expedição do CSN, de acordo com a lista de verificação constante do Anexo 8-A. É realizada com a embarcação em seco e flutuando. A documentação necessária para solicitação de vistorias encontra-se na alínea a) do item 0802.

b)Vistorias Anual, Intermediária e de Renovação

1)Vistoria Anual (VA)

É a que se realiza para endosso do CSN, de acordo com a lista de verificação constante do Anexo 8-B, não sendo necessária a docagem da embarcação.

2)Vistoria Intermediária (VI)

É a que se realiza para endosso do CSN, de acordo com a lista de verificação constante do Anexo 8-B , não sendo necessária a docagem da embarcação.

Nas Vistorias Intermediárias, a partir da primeira Vistoria de Renovação, deverá ser realizada medição de espessura abrangendo, pelo menos, o chapeamento do casco, incluindo o fundo, o convés principal e anteparas estanques, que deverá conter um mínimo de cinco pontos de medição para cada chapa, devendo ser observado o seguinte:

I) O relatório de medição de espessura deverá incluir comparativo entre as medições de espessura efetuadas e as espessuras originais, indicando os respectivos percentuais de redução, destacando aqueles acima de 20%;

II) O relatório deverá ser assinado por profissional qualificado e certificado, com reconhecimento no Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Pessoal em Ensaios Não Destrutivos (SNQC/END), e acompanhado de documento que comprove a validade da citada habilitação na data de execução do serviço; e

III) Deve ser apresentado Laudo Técnico, assinado por engenheiro naval ou tecnólogo naval, acompanhado da respectiva ART, atestando que a embarcação está em condições estruturais satisfatórias, especificando as chapas que porventura necessitam ser substituídas e justificando, baseado no relatório comparativo de espessuras, citado no requisito anterior, eventual aceitação de chapas com redução de espessura superior a 20% da espessura original.

3)Vistoria de Renovação (VR)

É a que se efetua para a renovação do CSN, de acordo com a Lista de Verificação constante do Anexo 8-A, sendo realizada parte flutuando e parte em seco.

A partir da primeira Vistoria de Renovação, deverá ser realizada medição de espessura abrangendo, pelo menos, o chapeamento do casco, incluindo o fundo, o convés principal e anteparas estanques, que deverá conter um mínimo de cinco pontos de medição para cada chapa, devendo ser observado o seguinte:

I) O relatório de medição de espessura deverá incluir comparativo entre as medições de espessura efetuadas e as espessuras originais, indicando os respectivos percentuais de redução, destacando aqueles acima de 20%;

II) O relatório deverá ser assinado por profissional qualificado e certificado, com reconhecimento no Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Pessoal em Ensaios Não Destrutivos (SNQC/END), e acompanhado de documento que comprove a validade da citada habilitação na data de execução do serviço; e

III) Deve ser apresentado Laudo Técnico, assinado por engenheiro naval ou tecnólogo naval, acompanhado da respectiva ART, atestando que a embarcação está em condições estruturais satisfatórias, especificando as chapas que porventura necessitam ser substituídas e justificando, baseado no relatório comparativo de espessuras, citado no requisito anterior, eventual aceitação de chapas com redução de espessura superior a 20% da espessura original.

c)Vistorias Especiais

As vistorias especiais podem ser dos seguintes tipos:

1)Para Realização da Prova de Máquinas/Navegação

É a vistoria que é realizada sempre que se faça necessária a navegação para execução de testes e verificações antes da conclusão das vistorias estatutárias e ou de classe necessárias para regularização da embarcação.

É aplicável às embarcações sujeitas a vistorias, conforme definido no item 0801.

2)Para Emissão, Renovação e Endosso de Certificados

É aquela que é realizada para emissão, renovação e endosso dos demais certificados previstos nesta Norma, excluindo o CSN, entre os quais:

I)Nacional de Borda-Livre

São aquelas que se realizam de acordo com o Capítulo 6 destas normas.

II)Arqueação

A vistoria para emissão do Certificado Nacional de Arqueação é realizada conforme o Capítulo 7 destas normas. O vistoriador deverá medir todos os parâmetros necessários para o cálculo da arqueação bruta e líquida.

Caso o cálculo da arqueação tenha sido realizado por um engenheiro naval ou tecnólogo naval, o vistoriador deverá verificar se as características principais e o volume existente acima do convés estão de acordo com os valores utilizados no cálculo.

III)Para Emissão de Laudo Pericial

É a vistoria que é realizada sempre que for necessária a emissão de um Laudo Pericial.

0804 -PERIODICIDADE DAS VISTORIAS PREVISTAS NO CSN

a)Aniversários

Para efeito de aplicação deste item, deverá ser considerado "aniversário" do Certificado a data em que foi finalizada a verificação dos itens "em seco" que compõem a vistoria inicial ou de renovação, mesmo com pendências. Não coincidirá, necessariamente, com a data de emissão do Certificado.

b)Cronogramas

As vistorias serão realizadas conforme o seguinte cronograma:

1)Embarcações de passageiros, com ou sem propulsão, com AB maior que 20:

VA (vistoria anual) - realizada nos 1º, 2º, 3º e 4º aniversários do CSN, conforme o caso; e

VR (vistoria de renovação) - realizada a cada cinco anos.

2)Embarcações Tanque com AB maior que 20, com propulsão, que transportem a granel líquidos combustíveis, gases liquefeitos inflamáveis, substâncias químicas perigosas ou mercadorias de risco similar:

VA (vistoria anual) - realizada nos 1º, 2º, 3º e 4º aniversários do CSN; e

VR (vistoria de renovação) - realizada a cada cinco anos.

3)Embarcações com propulsão não enquadradas na alínea b) incisos 1) e 2):

VA (vistoria anual) - realizada nos 1º, 2º, 3º e 4º aniversários do CSN; e

VR (vistoria de renovação) - realizada a cada cinco anos;

4)Embarcações de carga sem propulsão:

VA (vistoria anual) - realizada nos 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º, 8º e 9º aniversários do CSN.

VI (vistoria intermediária) - realizada no quinto ano de validade do CSN; e

VR (vistoria de renovação) - realizada a cada dez anos;

5)Embarcações de passageiros e carga

As embarcações empregadas simultaneamente no transporte de passageiros e de carga devem atender à periodicidade de vistorias de embarcações de passageiros.

c)Tolerância

1)As vistorias anuais deverão ser realizadas dentro dos três meses anteriores ou posteriores à data de aniversário do CSN.

2)A vistoria intermediária deverá obrigatoriamente ser realizada durante o quinto ano de validade do certificado.

3)A vistoria de renovação deverá ser realizada dentro dos três meses anteriores ao vencimento do CSN.

0805 -EXECUÇÃO DAS VISTORIAS

a)Certificado de Segurança da Navegação

1)As vistorias serão realizadas de acordo com as listas de verificação constantes do Anexo 8-A.

2) As vistorias serão realizadas por Sociedades Classificadoras, por Entidades Certificadoras ou por vistoriador Naval do GVI das CP, DL ou AG, conforme o caso.

3)Mediante solicitação da CP, DL ou AG, que não disponham de Vistoriador Naval do GVI, a DPC poderá, em caráter excepcional, autorizá-las a realizar parcialmente a vistoria inicial ou de renovação das embarcações cujo CSN seja por elas emitidos, com relação somente à parte em seco.

b)Casos especiais relacionados ao CSN

1)O seguinte procedimento deverá ser seguido para as vistorias de renovação de flutuantes (conforme definições no item 0301):

I)1ª Vistoria de Renovação - será efetuada apenas a vistoria flutuando, sendo dispensada a docagem;

II)2ª Vistoria de Renovação - será efetuada a vistoria flutuando e sendo necessária a docagem da embarcação; e

III)os flutuantes, cujo casco seja constituído exclusivamente de toras de madeira, estão dispensados de qualquer docagem.

2)As embarcações de passageiros com AB menor ou igual a 20 e comprimento total superior a 12 metros (8 metros para embarcações multicasco), com ou sem propulsão, que transportem mais de 12 passageiros poderão ser submetidas a Vistoria Inicial e Vistoria de Renovação, a critério do Capitão dos Portos. Nesses casos deverá ser utilizada a lista de verificação pertinente e emitido CSN com validade de cinco anos, no qual deverá constar no campo "observações" o seguinte texto: "Validade sujeita à manutenção das condições de segurança existentes por ocasião da Vistoria Inicial. Este Certificado será automaticamente cancelado sempre que ocorrerem alterações/ reclassificações que afetem as condições de segurança originais".

3)A DPC poderá dispensar a apresentação das embarcações em seco por ocasião da Vistoria de Renovação, desde que:

I)as embarcações estejam operando em localidades que, comprovadamente, não possuam locais adequados para a docagem das embarcações e estejam impossibilitadas de se deslocarem até localidades onde existam tais facilidades, por limitações físicas da rota, ou cuja saída do local de operação provoque, à critério do Capitão dos Portos, a privação de um serviço essencial às comunidades vizinhas;

II)todos os tanques e compartimentos do casco estejam em condições satisfatórias de segurança, constatadas através de inspeção interna. Caso inexistente, deverá ser providenciado acesso a esses tanques e compartimentos através de abertura de, pelo menos, 800 X 600 mm e, quando necessário, provida de escada com altura suficiente que permita o acesso seguro ao interior do espaço;

III)seja realizada medição de espessura do casco, por ultrassom, com no mínimo 5 pontos de medição por chapa, devendo esta ser acompanhada por vistoriador da Sociedade Classificadora, da Entidade Certificadora da embarcação ou Vistoriador Naval do GVI da CP, DL ou AG;

IV)seja apresentado relatório comparativo entre as medições de espessura efetuadas e as espessuras originais, indicando os respectivos percentuais de redução, destacando aquelas acima de 20%. O relatório deverá ser assinado por profissional qualificado e certificado, com reconhecimento no Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Pessoal em Ensaios Não Destrutivos (SNQC/END), e acompanhado de documento que comprove a validade da citada habilitação na data de execução do serviço;

V)seja apresentado laudo, assinado por engenheiro naval ou tecnólogo naval, atestando que a embarcação está em condições estruturais satisfatórias, especificando as chapas que porventura necessitam ser substituídas e justificando, baseado no relatório comparativo de espessuras, citado no requisito anterior, eventual aceitação de chapas com redução de espessura superior a 20% da espessura original.

VI)seja apresentado relatório assinado por engenheiro responsável, para as embarcações com propulsão mecânica, atestando as condições do sistema de propulsão e de governo, abordando, entre outros aspectos, o exame dos mancais de sustentação, dos mancais de escora e da vedação do eixo propulsor e da madre do leme;

VII)seja apresentada a ART referente aos serviços executados;

VIII)Em função dos resultado da inspeção interna do casco e dos documentos apresentados, poderá ser exigida a apresentação de medições adicionais; e

IX) Requisitos complementares:

- Para as embarcações classificadas ou certificadas por Entidades Certificadoras, os serviços deverão ser executados ou acompanhados por representantes dessas entidades, sendo que ainda poderão ser solicitados procedimentos ou verificações adicionais com o objetivo de atender os requisitos de suas regras. Em qualquer caso, deverá ser ainda apresentado documento demonstrando a aceitação por parte da Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora da dispensa da docagem da embarcação para renovação do CSN.

- Para embarcações certificadas por Vistoriador Naval do GVI da CP, DL ou AG, deverá ser solicitada a Vistoria de Renovação conforme inciso 2) da alínea a) do item 0802, quando deverão ser verificados todos os itens que não dependam da docagem.

4)Após a análise dos requisitos citados anteriormente, na hipótese de a DPC conceder dispensa da vistoria em seco, por ocasião da VR, se a vistoria com a embarcação flutuando for realizada dentro do prazo previsto no inciso 2), alínea c) do item 0804, a data de aniversário do CSN permanecerá a mesma do certificado anterior. Na hipótese de ocorrer vencimento do prazo de validade do CSN, a data de aniversário do novo certificado será a do término da vistoria flutuando.

c)Para Realização de Prova de Máquinas/Navegação

1)Deverá ser verificado se a quantidade dos equipamentos salva-vidas coletivos e individuais é suficiente para todo o pessoal técnico que normalmente embarca para a navegação.

2)Deverão ser verificados todos os itens constantes das listas de verificação inicial que se refiram a sistemas de detecção e combate a incêndio, sistemas de geração de energia (principal e de emergência), sistemas de governo (principal e de emergência), equipamentos de comunicação (necessários para a área onde se realizará a navegação), sistemas de fundeio, luzes de navegação e todos os equipamentos de navegação exigidos para a área onde se realizará a prova.

3)A vistoria para Realização de Prova de Mar não terá época e prazo, devendo ser solicitada pelo estaleiro construtor ou pelo proprietário para este fim específico.

4)No caso de embarcações classificadas, a vistoria deverá ser realizada pela Sociedade Classificadora de acordo com suas próprias regras e critérios.

5)No caso de embarcações certificadas, a vistoria deverá ser efetuada pela Certificadora responsável. Nos demais casos, a vistoria deverá ser realizada pelas CP, DL ou AG.

d)Para Emissão, Renovação e Endosso de Certificados

As vistorias para emissão, renovação, constatação e endosso (anual) dos Certificados de Arqueação e Borda Livre, quando aplicáveis, serão realizadas conforme procedimentos estabelecidos nos Capítulos 6 e 7 destas Normas.

0806 -INDENIZAÇÕES POR SERVIÇOS PRESTADOS:

a)Em conformidade com o previsto no art. 38 da Lei nº 9.537, de 11/12/1997 os serviços, quando prestados pela DPC ou pelas CP/DL/AG, em decorrência da aplicação destas Normas, serão indenizados pelos usuários, conforme os valores estabelecidos no Anexo 8-E.

b)O pagamento das indenizações deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento da União (GRU) emitida pelo Sistema de Controle de Arrecadação da Autoridade Marítima (SCAAM) nas CP, DL ou AG ou por intermédio da internet na página www.dpc.mar.mil.br.

c)A prestação dos serviços está condicionada à apresentação antecipada nas CP, DL ou AG, pelos interessados, da respectiva Guia de Recolhimento da União (GRU) referente ao pagamento das indenizações.

d)As CP e DL poderão dispensar o pagamento da indenização de vistorias ou arrecadação, de pequenas embarcações utilizadas para o serviço e ou atividade na pesca ou pequeno comércio, quando o proprietário da embarcação for pessoa física de baixa renda.

0807 -CONTROLE DA ARRECADAÇÃO

O controle da arrecadação de vistorias, multas e demais serviços, será efetuado de acordo com o previsto nas Normas para Operação do Sistema de Controle de Arrecadação da DPC.

SEÇÃO II

CERTIFICADO DE SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO (CSN)

0808 -OBRIGATORIEDADE

As embarcações enquadradas no item 0801deverão portar o CSN, de acordo com o modelo constante no Anexo 8-C, de forma a atestar a realização das vistorias pertinentes.

0809 PROCEDIMENTOS

a)Emissão do Certificado

1)O Certificado deverá ser emitido em três vias por Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora ou, em duas vias, pelas CP, DL ou AG, após realização de uma Vistoria Inicial ou de uma Vistoria de Renovação.

b)Distribuição das vias

A distribuição dos certificados emitidos deverá atender aos seguintes critérios:

1)uma via do CSN deverá ser arquivada na CP, DL ou AG. Quando for emitido por uma Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, a via a ser arquivada no Órgão de Inscrição da embarcação deverá ser encaminhada até trinta dias após sua emissão;

2)uma via do CSN será restituída ao interessado; e

3)uma via do CSN deverá ser mantida em arquivo da Sociedade Classificadora ou Certificadora, quando o certificado for por elas emitido.

c)Averbação das Vistorias

1)A realização das Vistorias Anuais e/ou Intermediárias deverá ser averbada na via do CSN mantida a bordo da embarcação pelo representante do órgão responsável pela sua emissão que efetivamente executou as vistorias. Tal averbação deverá apresentar data de término da vistoria, identificação legível do representante e sua assinatura ou rubrica de próprio punho.

2)As demais vias poderão ou não ser averbadas, a critério dos órgãos ou entidades responsáveis pelo seu arquivamento. Entretanto, as Sociedades Classificadoras, Entidades Certificadoras, CP, DL ou AG deverão manter controle das vistorias efetuadas por seus representantes que substitua ou complemente as averbações das vias do CSN mantidas em arquivo.

3)As Sociedades Classificadoras e as Entidades Certificadoras deverão informar ao órgão de inscrição da embarcação a realização das Vistorias Intermediárias, para controle e averbação.

d)Áreas de Navegação

As áreas de navegação (1 e 2) em que a embarcação está autorizada a operar devem ser lançadas no campo apropriado do CSN.

0810 -VALIDADE DO CERTIFICADO

a)O Certificado terá sua validade em função do serviço ou atividade em que for empregada a embarcação, ou ainda, em função de possuir ou não propulsão, conforme a seguir:

1)Certificado com validade de cinco anos:

-embarcações de carga, com propulsão, com AB igual ou maior que 50;

-embarcações com propulsão que transportem a granel líquidos combustíveis, gases liquefeitos inflamáveis, substâncias químicas perigosas ou mercadorias de risco similares, com AB maior que 20;

-embarcações que efetuem serviço de transporte de passageiros ou passageiros e carga, com AB maior que 20, com ou sem propulsão; e

-rebocadores ou empurradores, com AB maior que 20.

2)Certificado com validade de dez anos:

-embarcações de carga sem propulsão.

3)As embarcações que tiveram seu CSN emitidos em conformidade com a versão anterior desta norma (NORMAM-02/2005 - Portaria nº 118 de 21/06/2011), deverão atender ao cronograma do item 0804 desta norma, por ocasião da primeira Vistoria de Renovação do CSN em vigor, a partir de 31/12/2016, em especial quanto à nova validade do certificado que será atribuída.

b)Quando uma embarcação tiver sua vistoria de renovação realizada com uma antecipação maior que 3 meses da data de seu vencimento, o novo Certificado se expedirá com validade a partir da data da finalização da vistoria em seco.

c)A aprovação das vistorias realizadas para a emissão ou validação de um Certificado serão válidas apenas para o momento em que forem efetuadas. A partir de então, e durante todo o período de validade do Certificado, os proprietários, armadores, Comandantes ou mestres segundo as circunstâncias do caso, serão os responsáveis pela manutenção das condições de segurança, de maneira a garantirem que a embarcação e seus equipamentos não se constituam em risco para sua própria segurança, para a de terceiros ou de poluição ambiental.

d)O CSN perderá sua validade por qualquer das seguintes condições:

1)Perda das condições de segurança originais da embarcação:

I)Por avarias

(a)Quando se tratar de embarcação classificada ou certificada, a Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora deverá comunicar o cancelamento do Certificado ao armador e à CP, DL ou AG de inscrição ou de operação, que deverá retirar a embarcação de tráfego.

(b)Para a reentrada em tráfego, deverá ser realizada uma vistoria de renovação flutuando (e se necessário em seco) e, após cumprimento das exigências porventura existentes, será emitido um novo Certificado.

(c)Se for realizada uma vistoria em seco e flutuando, a validade do novo Certificado deverá ser contada a partir da data da vistoria em seco. Caso não seja realizada a vistoria em seco, a data de validade do novo Certificado será coincidente com a data de validade do Certificado anterior, assim como os prazos para realização das Vistorias Anuais e Intermediárias.

II)Por alteração da embarcação

(a)Após a emissão da Licença de Alteração e execução das obras necessárias deverá ser cancelado o CSN e providenciada a realização de nova vistoria inicial e, após cumprimento das exigências porventura existentes, será emitido um novo Certificado.

(b)A vistoria só deverá ser realizada após a obtenção da Licença de Alteração prevista na seção III do Capítulo 3.

(c)Caso sejam realizadas alterações no casco ou sua estrutura, nas dimensões principais ou qualquer outra que exija a docagem para sua verificação, a emissão do novo CSN somente poderá ser efetuada após a realização de uma vistoria inicial em seco e flutuando.

(d)Se for realizada uma vistoria em seco e flutuando, a validade do novo Certificado deverá ser contada a partir da data da vistoria em seco. Caso não seja realizada a vistoria em seco, a data de validade do novo Certificado será coincidente com a data de validade do Certificado anterior, assim como os prazos para realização das Vistorias Anuais e Intermediárias.

(e)No caso de alterações concluídas sem a emissão da devida Licença de Alteração e que, a critério do órgão ou entidade emissor do certificado, acarrete em risco na operação segura da embarcação, as CP, DL ou AG de inscrição ou de operação deverão retirar a embarcação de tráfego até a sua regularização. Quando se tratar de embarcação classificada ou certificada, as Sociedades Classificadoras ou Entidades Certificadoras (deverão comunicar o cancelamento do Certificado ao armador e à CP, DL ou AG de inscrição ou de operação.

2)Por reclassificação para outro tipo de serviço ou atividade ou dupla classificação:

I)O CSN em vigor deverá ser cancelado e emitido um novo Certificado onde deverá constar a nova classificação.

II)Caso a nova classificação implique em prazo de validade do Certificado diferente do original, ou exigência de vistorias intermediárias diferentes do original, deverá ser feita uma vistoria inicial flutuando e emitido um novo Certificado contemplando essa situação.

III)Quando se tratar de dupla classificação, o CSN deverá ser emitido com o prazo de validade e as vistorias relativas ao tipo de serviço que apresente a maior restrição.

IV)Caso a reclassificação ou dupla classificação incorra numa atividade ou tipo de serviço com requisitos de segurança mais restritos que a classificação anterior, na alteração dos planos e ou documentos endossados por ocasião da concessão da licença de construção ou alteração, ou na necessidade de elaborar novos planos ainda não apresentados, a vistoria inicial para emissão do novo CSN só deverá ser realizada após a obtenção da licença de reclassificação, devendo ser seguidos os procedimentos previstos no Capítulo 3.

3)Por reclassificação para outra área de navegação.

I)Quando for efetuada a reclassificação de uma embarcação que operava na Navegação Interior para a Navegação de Mar Aberto, o CSN anterior deverá ser cancelado e o novo só deverá ser emitido após a obtenção da Licença de Reclassificação e a realização de vistoria inicial, em seco e flutuando.

II)As embarcações que sejam reclassificadas de uma área de navegação para outra menos rigorosa, desde que seja mantido o tipo de serviço / atividade, terá seu CSN anterior cancelado e será emitido outro sem necessidade de realização de nova vistoria inicial. Tal procedimento poderá ser concedido automaticamente pelo Órgão de Inscrição, Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, independente do porte da embarcação.

III)Nos demais casos, o certificado anterior também deverá ser cancelado, sendo emitido novo CSN, após a realização de vistoria inicial flutuando, podendo ser mantidos os prazos de validade e de execução das vistorias intermediárias constantes no certificado anterior.

4)Não realização das vistorias anuais e intermediárias no prazo especificado.

O Certificado anterior deverá ser cancelado, devendo ser realizada nova Vistoria Inicial com exceção dos itens afetos à docagem. Adicionalmente, deverá ser realizada a medição de espessura relativa à Vistoria Intermediária.

O novo certificado deverá ser emitido com a mesma validade do anterior.

5)Cancelamento da inscrição / registro.

6)Término do período de validade.

e)Embarcações fora de tráfego

1)Por período igual ou inferior a 180 dias

I)Certificado dentro da validade e sem vistorias anuais e intermediárias vencidas: a embarcação poderá retornar ao tráfego com o Certificado anterior, sem realização de novas vistorias.

II)Certificado dentro da validade mas com vistorias anuais e intermediárias vencidas: o certificado anterior deverá ser cancelado e, após a realização das vistorias pendentes, será emitido um novo certificado com a mesma validade do anterior.

III)Certificado vencido: deverá ser feita uma vistoria de renovação, em seco e flutuando, e emitido um novo certificado antes da reentrada em tráfego.

2)Por período superior a 180 dias

I)Certificado dentro da validade e sem vistorias anuais e intermediárias vencidas: deverá ser realizada uma vistoria inicial flutuando (sem necessidade de docagem) antes da reentrada em tráfego, permanecendo o mesmo Certificado anterior.

II)Certificado dentro da validade mas com vistorias anuais e intermediárias vencidas: o certificado anterior deverá ser cancelado, ser realizada a vistoria inicial (sem necessidade de docagem) e emitido um novo Certificado com a mesma validade do anterior.

III)Certificado vencido: deverá ser feita uma vistoria de renovação, em seco e flutuando, e emitido um novo certificado antes da reentrada em tráfego.

f)Solicitação de Segunda Via

No caso de perda, roubo, furto, mau estado de conservação ou extravio de certificado emitido pelas CP, DL ou AG, o interessado poderá solicitar uma segunda via ao órgão onde obteve o respectivo certificado. O certificado terá a mesma validade do anterior.

A documentação necessária é a seguinte:

1)Requerimento do interessado informando o motivo da solicitação da 2ª via (perda, roubo, furto, extravio ou mau estado de conservação) ou ofício de solicitação de 2ª via, quando se tratar de órgãos públicos;

2)Guia de Recolhimento da União (GRU) com o devido comprovante de pagamento (cópia simples), exceto para órgãos públicos; e

3)Apresentar declaração assinada relatando o motivo (se perda, roubo ou extravio) de acordo com o modelo do Anexo 2-Q ou apresentar o respectivo Boletim de Ocorrência (BO).

Caso a solicitação decorra de mau estado de conservação, o documento original deverá ser apresentado.

0811 -EXIGÊNCIAS

a)Após a realização das vistorias, a CP, DL, AG, Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora deverá exigir o atendimento das exigências anotadas, listando-as em folha anexa ao Certificado e estipulando o prazo para seu cumprimento.

b)Sempre que julgar cabível e praticável, o Capitão dos Portos, Delegado, Agente poderá prorrogar os prazos para cumprimento das exigências. O prazo da prorrogação não poderá exceder a data limite de validade do CSN.

c)Não poderá ser emitido CSN ou efetivado seu endosso caso sejam identificadas exigências para cumprimento antes de suspender (A/S).

d)Para as embarcações classificadas ou certificadas por uma Entidade Certificadora, os prazos para cumprimento de exigências e eventuais prorrogações serão estipulados pelas Sociedades Classificadoras e/ou Entidades Certificadoras, desde que não excedam o previsto na NORMAM-06/DPC, não podendo ser alterados pelas CP, DL e AG.

0812 -PRORROGAÇÃO DO CERTIFICADO DE SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

a)Somente a DPC poderá prorrogar, em casos excepcionais, a validade do Certificado de Segurança de Navegação. Para tal, a empresa ou proprietário, ou seu preposto, deverá, com antecedência de, pelo menos, 90 dias do vencimento do Certificado, dar entrada do pedido formal à CP, DL e AG de inscrição ou operação, expondo a(s) justificativa(s) ao pleito.

b)A CP, DL, AG, Sociedade Classificadora ou Certificadora, deverão enviar subsídios, descrevendo a excepcionalidade, de modo a permitir avaliação pela DPC.

c)A autorização da prorrogação poderá ser concedida, após a análise pela DPC do relatório de deficiências, resultantes de uma vistoria com a embarcação flutuando. O escopo dessa vistoria será o de uma Vistoria de Renovação, com exceção dos itens que dependem da docagem para serem verificados.

d)A vistoria e a confecção do respectivo relatório para as embarcações classificadas ou certificadas por uma Entidade Especializada (Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora) deverá ser obrigatoriamente realizada por essas Entidades . Para as embarcações EC1 e para as EC2, empregadas no transporte de passageiros ou de passageiros e cargas, a vistoria deverá ser efetuada pelo GVI. Para as demais embarcações EC2 , a vistoria poderá ser realizada pelos Vistoriadores Navais Auxiliares das CP, DL ou AG.

SEÇÃO III

TERMO DE RESPONSABILIDADE

0813 -OBRIGATORIEDADE

a)As embarcações não sujeitas a vistorias e, consequentemente, não obrigadas a portarem o CSN, deverão possuir a bordo um Termo de Responsabilidade de acordo com o modelo do Anexo 8-D.

b)Nesse documento, o proprietário ou armador assumirá a responsabilidade pelo cumprimento dos itens de dotação de segurança e demais requisitos especificados para a sua embarcação por estas Normas.

0814 -ISENÇÃO

As embarcações miúdas conforme item 0204 c) e os dispositivos flutuantes infláveis, sem propulsão, destinados a serem rebocados, com até 10 m de comprimento estão dispensados do Termo de Responsabilidade.

0815 -APRESENTAÇÃO E ARQUIVO

a)A apresentação do Termo de Responsabilidade será efetuada por ocasião da inscrição.

b)Para as embarcações inscritas antes da data de entrada em vigor destas Normas, a apresentação do Termo de Responsabilidade poderá ser solicitada pela CP, DL ou AG de inscrição sempre que julgar necessário ou conveniente.

c)O Termo de Responsabilidade deverá ser preenchido à máquina ou em letra de forma, em duas vias, sendo que a primeira ficará arquivada na CP, DL ou AG de inscrição da embarcação e a segunda, devidamente protocolada, deverá ser devolvida ao proprietário ou armador para que fique na embarcação.

d)A CP, DL ou AG onde houver sido assinado o Termo, caso não se trate do local de inscrição, deverá enviar a segunda via para a OM de inscrição da embarcação.

0816 -VALIDADE

O Termo de Responsabilidade será válido enquanto forem mantidas as condições originais da embarcação, perdendo sua validade sempre que forem alteradas quaisquer das informações contidas no mesmo, incluindo uma reclassificação ou mudança de proprietário. Neste caso, deverá ser apresentado um novo Termo de Responsabilidade.

0817 -DUPLA CLASSIFICAÇÃO

No caso de Dupla Classificação, deverão constar no Termo de Responsabilidade todas as classificações, áreas de navegação, atividade ou serviço onde se pretende operar a embarcação.

CAPÍTULO 9

NAVEGAÇÃO EM ECLUSAS E CANAIS ARTIFICIAIS

0901 -DEFINIÇÕES

Para efeito exclusivo deste Capítulo são estabelecidas as seguintes definições:

a)Administração

É o concessionário, operador e mantenedor das usinas, barragens, eclusas e canais artificiais, ao longo de uma hidrovia.

b)Cabeços Flutuantes

São cabeços para amarração das embarcações, existentes nas paredes da eclusa e que acompanham o nível da água dentro da câmara durante eclusagem.

c)Canal Intermediário

É aquele que faz a ligação entre duas câmaras (superior e inferior) de uma mesma eclusa.

d)Cargas Perigosas

São consideradas cargas perigosas aquelas classificadas pelo Código Marítimo Internacional de Mercadorias Perigosas (IMDG-CODE) publicado pela Organização Marítima Internacional, bem como aquelas classificadas pela ABNT, através dos nº. NBR 5.930, NBR 7.500, NBR 7.501, NBR 7.502 e outras, a critério da autoridade estadual, ou de autoridade legal em seu grau de jurisdição, que assim venham a ser consideradas.

e)Equipamento de Comunicação

Equipamento de rádio comunicação em VHF na modalidade serviço móvel marítimo regulamentado por documento normativo do Ministério das Comunicações.

f)Muro-Guia de Jusante

É o muro de cais que, a partir da porta da eclusa, avança pelo canal de navegação.

g)Muro-Guia de Montante

É o muro flutuante ou fixo que, a partir da entrada da eclusa, avança dentro do lago formado pela barragem.

h)Operador de Eclusa

É o responsável geral pela ordem na eclusa frente aos usuários e pelo exclusivo controle administrativo e operacional da mesma.

i)Ponto de Parada Obrigatória (PPO)

Local convenientemente demarcado por boias, a jusante e a montante de cada eclusa, e na entrada e saída de canais artificiais, a partir do qual as embarcações só poderão prosseguir a navegação com autorização do operador da eclusa.

0902 -APLICAÇÃO

As disposições dessas normas aplicam-se às instalações propriamente ditas e às águas compreendidas entre as boias demarcatórias dos PPO.

0903 -CONDICIONANTES DE PASSAGEM

a)O trânsito das embarcações pelas eclusas das usinas hidrelétricas só ocorrerá quando não acarretar prejuízo à operacionalidade daquelas instalações, a critério da administração da eclusa.

b)Só poderão trafegar pelas eclusas e canais da hidrovia, embarcações ou comboios em conformidade com o estabelecido pelo Agente da Autoridade Marítima e principalmente os que não ultrapassem as dimensões máximas permissíveis, previamente divulgadas por aquela autoridade tendo em vista as restrições físicas, impostas pelas obras de engenharia e pelas condições de navegação da hidrovia. As administrações devem divulgar, para cada eclusa, as seguintes dimensões, em unidades métricas, para as embarcações:

-comprimento máximo;

-boca máxima;

-calado máximo; e

-altura máxima do mastro acima da linha d' água.

c)A passagem de embarcações e comboios com altura de mastro ou calado superior aos valores estabelecidos pela administração só será permitida com autorização do operador da eclusa, quando as condições de nível d' água imediatamente abaixo e acima da barragem forem adequadas. As informações referentes a estas condições devem ser solicitadas ao operador da eclusa, antes de ser iniciada a operação de eclusagem;

d)Para observância das limitações citadas na sub alínea b), as embarcações poderão possuir ponte de comando elevadiça ou mastro rebatíveis; e

e)Para o cálculo do calado máximo da embarcação, previsto no item 0903 b), a Administração deverá considerar uma folga entre a quilha e a soleira da eclusa de pelo menos 1(um) m para entrada da embarcação na eclusa e de pelo menos 0,5 (meio) m para sair da eclusa.

0904 -EQUIPAMENTO OBRIGATÓRIO DA EMBARCAÇÃO

a)As embarcações deverão possuir, para eclusagem, defensas solidamente amarradas. As defensas devem estar em bom estado de conservação e distribuídas ao longo do costado, em quantidades suficientes, para que somente elas fiquem em contato com as muralhas das eclusas nas manobras de eclusagem;

b)As embarcações cujas dimensões de boca máxima não permitam a eclusagem com defensas disparadas ao longo do costado deverão possuir verdugo devidamente reforçado;

c)As espias para amarração da embarcação deverão estar em bom estado de conservação e possuir dimensões adequadas e alças permanentes; e

d)As embarcações deverão possuir equipamento de comunicação em VHF.

0905 -ECLUSAGENS PROIBIDAS

a)Não será permitida a passagem pelas eclusas, nos seguintes casos:

1)Embarcações em perigo de naufragar;

2)Embarcações que tenham cargas incorretamente estivadas, ou com os petrechos de peiação ineficientes;

3)Embarcações tendo cargas salientes de tal modo que possam danificar a eclusa;

4)Embarcações tendo correias, cabos ou outros artefatos pendentes irregularmente para o lado de fora;

5)Embarcações que apresentem defeitos nas máquinas, vazamento ou falhas no seu sistema de governo, ou que venham a comprometer a sua manobra na eclusagem ou ainda na saída ou entrada da eclusa;

6)Embarcações que não tenham sistema de inversão da marcha funcionando perfeitamente;

7)Embarcações com L menor ou igual a 5 m que disponham de propulsão própria a motor; e

8)Embarcações sem equipamentos de comunicação para trocar informações com o operador da eclusa.

b)Em circunstâncias especiais, a critério da administração, as embarcações com L menor ou igual a 5 m que disponham de propulsão própria a motor, poderão eclusar, desde que possuam a equipagem obrigatória constante do item 0904.

0906 -ÁREA DE SEGURANÇA

a)A área fluvial demarcada pelo PPO de montante e jusante, incluindo a eclusa, é considerada área de segurança, sendo seu tráfego controlado pelo operador da eclusa;

b)Os canais de acesso às eclusas e à área nas proximidades das usinas hidrelétricas, cujos limites serão fixados e divulgados pela administração serão considerados área de segurança; e

c)A permanência de embarcações miúdas, a prática de esqui aquático,

paraquedas rebocado, operações de mergulho amador, regatas e competições ou exibições públicas aquáticas são proibidas na área de segurança.

0907 -RESTRIÇÕES PARA TRANSPORTE DE CARGA PERIGOSA

a)Embarcações que transportem cargas perigosas não poderão ser eclusadas juntamente com barcos de passageiros e de esporte/recreio. Casos excepcionais poderão ser apreciados em consenso entre a administração, o usuário e a CP, DL ou AG com jurisdição sobre a área; e

b)Os barcos que transportem inflamáveis ou combustíveis, como carga fracionada, devem ter a escotilha coberta a bem fechada.

0908 -HORÁRIOS E PRIORIDADES DE PASSAGEM

a)As passagens nas eclusas deverão ocorrer nos horários divulgados pela administração e previamente informados à CP, DL ou AG com jurisdição sobre a área. O funcionamento das eclusas poderá ser rotineiramente interrompido para se efetuar serviços de manutenção, a critério da administração, desde que seja divulgado previamente. Em emergência, as comunicações acerca da interrupção serão promovidas posteriormente.

b)A sequência de entrada na eclusa será, em princípio, a correspondente à ordem de chegada. As embarcações de passageiros, embarcações oficiais dos órgãos de fiscalização federal e estaduais, as embarcações transportando mercadorias perecíveis ou suscetíveis de avaria por atraso na viagem e as embarcações que transportem material flutuante utilizado para execução de trabalhos nas vias navegáveis terão prioridade de passagem.

0909 -SINALIZAÇÃO CONVENCIONADA PARA ORDENAMENTO DA ECLUSAGEM

a)As ordens de movimentações das embarcação, nas manobras de acostar no muro-guia e entrada e saída da eclusa, serão informadas pelo operador da eclusa através do equipamento rádio, em canal perfeitamente definido, sendo posteriormente confirmadas pelos seguintes sinais luminosos, dispostos no muro-guia e na entrada da eclusa;

1)Duas luzes encarnadas, dispostas na horizontal - eclusa fora de operação/ bloqueio de passagem;

2)Uma luz amarela - a embarcação deverá aguardar autorização para acostar no muro-guia ou para entrada na eclusa; e

3)Uma luz verde - a embarcação está autorizada a acostar no muro-guia ou adentrar a câmara da eclusa.

b)Quando a embarcação já estiver dentro da câmara da eclusa serão acionados, pelo operador da eclusa, os seguintes sinais sonoros:

1)Início e fim da operação de enchimento ou esvaziamento da eclusa: - um toque de sirene longo; e

2)Autorização para iniciar o procedimento de saída da eclusa:- dois toques de sirene longos.

ANEXO 6-B

c) SUPERESTRUTURA 3:

- Descrição:_____

_____

- Comprimento Real da Superestrutura (S):	m
- Boca da Embarcação (na metade do Comprimento S) (Bs):	m
- Largura da Superestrutura (na metade do Comprimento S) (b):	m
- Comprimento Efetivo da Superestrutura (E) = (b/B) x S	m
- Altura da Superestrutura (he):	m
- he^2 / Hn (caso he^2 / Hn > he, assumir he^2 / Hn = he) =	m
- (he^2 / Hn) x (E / L) =	m

d) SUPERESTRUTURA 4:

- Descrição: _____

_____

- Comprimento Real da Superestrutura (S):	m
- Boca da Embarcação (na metade do Comprimento S) (Bs):	m
- Largura da Superestrutura (na metade do Comprimento S) (b):	m
- Comprimento Efetivo da Superestrutura (E) = (b/B) x S	m
- Altura da Superestrutura (he):	m
- he^2 / Hn (caso he^2 / Hn > he, assumir he^2 / Hn = he) =	m
- (he^2 / Hn) x (E / L) =	m

5 - DETERMINAÇÃO DO PONTAL PARA BORDA-LIVRE (D)

- Pontal Moldado (P) =	m
- Espessura do Trincaniz (e) =	m
- D = P + e =	m

Obs.: Caso a embarcação possua trincaniz arredondado de raio superior a 4% da boca, o pontal para borda-livre deverá ser corrigido de acordo com o estabelecido no Artigo 0614 b) das Regras.

6 - CÁLCULO DA ALTURA EQUIVALENTE DE SUPERESTRUTURA (hs)

- Σ [(he^2 / Hn) x (E/L)] =	m
- 550 x r x D=	m
- hs = 500 x Σ [(he^2 / Hn) x (E/L)] =	mm

( ) valor calculado menor ou igual a 550 x r x D; usar valor calculado.

( ) valor calculado maior que 550 x r x D; adotar hs = 550 x r x D.

7 - CÁLCULO DO TOSAMENTO MÉDIO (Ym)

Posição	Ordenada do Tosamento Real (mm)	Fator de Multiplicação	Produto (mm)
L / 2 AR da MN		1	
L / 3 AR da MN		4	
L / 6 AR da MN		2	
MN		4	
L / 6 AV da MN		2	
L / 3 AV da MN		4	
L / 2 AV da MN		1	

0910 -USO DE CANAIS DE COMUNICAÇÕES DO SISTEMA MÓVEL MARÍTIMO

a)As administrações poderão definir canais distintos para suas eclusas, usando-se os canais 12, 13 ou 14 de VHF, com a denominação de serviço de apoio à eclusagem (SAE);

b)O canal 16 é para uso exclusivo de emergência e chamada;

c)As embarcações utilizarão o canal 6 para comunicações entre si, nas proximidades das eclusas; e

d)As CP, DL e AG manterão um sistema de escuta no canal 16, com tráfego preferencial pelo canal 10.

0911 -APROXIMAÇÃO DAS ECLUSAS E ESPERA

a)A embarcação que pretenda passar pela eclusa deve proceder da seguinte maneira:

1)Trinta minutos antes de chegar à eclusa deverá estabelecer contato com o operador da mesma, através do equipamento de comunicação, via SAE e informar que está se deslocando para o PPO. Nessa oportunidade, tomará conhecimento do horário estimado para sua entrada na eclusa; e

2)A partir do PPO, as embarcações deverão manter escuta permanente no canal SAE, até o término do processo de eclusagem.

b)A área fluvial demarcada pelo PPO de montante e jusante, inclusive a eclusa, é considerada área de segurança, sendo seu tráfego controlado pelo operador da eclusa;

c)A embarcação ao chegar no PPO deverá fundear ou pairar sob máquinas, não devendo ultrapassar as que já se encontram no local, aguardando a autorização do operador da eclusa, através do SAE, para prosseguir no deslocamento em direção à eclusa;

d)As amarrações próximas às entradas das eclusas e nos muros-guia são proibidas, exceto nos locais determinados para a espera de eclusagem;

e)Fica a exclusivo critério do Comandante da embarcação prosseguir no deslocamento, com segurança, em direção à eclusa, ou mesmo se afastar, em função das condições meteorológicas reinantes;

f)Sob condições de baixa visibilidade, inferior a 1000 (mil) m, nenhuma embarcação que não possua equipamento radar poderá passar pela eclusa.

0912 -PROCEDIMENTOS DURANTE A ECLUSAGEM

a)Durante a eclusagem, as embarcações deverão estar sob os cuidados de sua tripulação, vigiadas e convenientemente amarradas, sem poder, em caso algum, ser amarradas às portas, às escadas ou a outros locais senão aos cabeços flutuantes ou a outros dispositivos específicos para amarração. A amarração não deve ser desfeita até que seja dado o sinal sonoro de dois toques de sirene longos. As máquinas das embarcações só serão dispensadas após a conclusão definitiva da amarração pela popa e pela proa;

b)Dentro da eclusa os Comandantes e os tripulantes devem observar as orientações que lhes forem dadas pelo operador da eclusa, com vistas a assegurar a rapidez na passagem, assim como a plena utilização e segurança na operação;

c)As embarcações não devem permanecer nas eclusas por tempo superior ao necessário à operação de eclusagem, devendo as mesmas entrar ou sair imediatamente ao receberem o sinal sonoro correspondente;

d)As manobras solicitadas pelo operador da eclusa devem ser prontamente executadas, para se evitar atrasos nas eclusagens subsequentes;

e)No convés aberto das embarcações, quando dentro das câmaras das eclusas, somente poderão circular os tripulantes que estiverem na faina de amarração, os quais obrigatoriamente deverão estar vestindo coletes salva-vidas; e

f)É vedado o embarque, desembarque ou transbordo de passageiros, tripulantes ou carga no interior da eclusa ou em canais de acesso.

0913 -POLUIÇÃO

a)É proibido lançar na água, no interior da eclusa, qualquer objeto sólido ou líquido, pois poderá acarretar danos à câmara da eclusa. O operador da eclusa comunicará a infração à CP, DL ou AG para serem aplicadas as sanções previstas em legislação específica; e

b)A aplicação das sanções previstas aos infratores por poluição não isenta os responsáveis pelas demais obrigações que lhes forem imputadas pelos órgãos do meio ambiente federal ou estadual, nem das despesas decorrentes da remoção do material lançado ou da recuperação dos danos causados à eclusa.

0914 -TRÁFEGO EM CANAL ARTIFICIAL

a)Todas as embarcações que estiverem navegando em canal artificial deverão, obrigatoriamente, ser providas de equipamento de comunicação, de forma a possibilitar o contato com o serviço de controle do tráfego do canal a ser estabelecido pela Administração;

b)As embarcações ao chegarem no PPO deverão fundear ou pairar sob máquinas, na sequência de chegada, e aguardar autorização do operador, através do sistema de comunicações, para adentrar o canal;

c)O tráfego de embarcações em canais artificiais poderá ser interrompido pela administração, quando as condições de operação das usinas hidrelétricas possam provocar fortes correntes, ou em situações de obstrução do canal por acidente da navegação ou em condições meteorológicas ou hidrológicas adversas;

d)Fica a exclusivo critério do Comandante da embarcação prosseguir viagem, em direção ao canal, nas condições de tempo e correnteza desfavoráveis;

e)Dentro do canal, os Comandantes e demais usuários devem observar as orientações que lhe forem dadas pelo operador, com vistas a assegurar a rapidez de passagem pelo mesmo, assim como a sua plena utilização e segurança da operação;

f)A ultrapassagem de embarcações trafegando no mesmo sentido só poderá ser feita com autorização do controlador do canal;

g)É proibido o tráfego de embarcações rebocadas por tração no interior dos canais artificiais; e

h)É proibido o estacionamento, fundeio e travessia no interior dos canais artificiais.

0915 -INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS DAS EMBARCAÇÕES

a)Com a finalidade de segurança, estatística e planejamento, todas as embarcações usuárias de eclusas deverão fornecer ao operador da eclusa, através do equipamento de comunicação, as seguintes informações:

1)Nome da embarcação, calado, boca e comprimento (se comboio, discriminar cada embarcação);

2)Carga/passageiros - tipo, quantidade/número;

3)Porto de origem e data de saída;

4)Porto de destino e previsão de chegada;

5)Categoria e nome do Comandante; e

6)Fatos relevantes dignos de registro, tais como: deficiências de funcionamento dos sistemas de propulsão, de inversão de marcha, de governo, de equipamento de combate a incêndio, das defensas, espias e outros.

b)O operador da eclusa registrará as irregularidades e discrepâncias observadas e comunicará à CP, DL ou AG.

0916 -DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

a)Somente os operadores de eclusas designados pela administração têm a competência de manobrar e operar comportas e outros equipamentos de eclusa;

b)A administração poderá impedir a eclusagem de qualquer embarcação que não ofereça segurança, ou não esteja observando as presentes normas. Em tais casos, a administração deverá comunicar o fato à CP, DL ou AG com jurisdição sobre a área, para as devidas providências;

c)Todos os acidentes de navegação decorrentes de abalroamentos entre embarcações e colisões com as instalações das eclusas devem ser comunicados à CP, DL ou AG da área de jurisdição, pela administração e pelo Comandante da embarcação, para que seja providenciada a abertura de Inquérito Administrativo; e

d)As presentes normas não eximem os Comandantes e tripulantes do conhecimento das regras para evitar abalroamento, bem como as demais normas emitidas pela DPC.

0917 -INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS DAS ADMINISTRADORAS DAS ECLUSAS

A CP/DL/AG com jurisdição nas áreas onde existam navegação em eclusas deverão solicitar às administrações responsáveis pela expedição das Normas de Tráfego nas Eclusas, cópia dessas normas para conhecimento do Agente da Autoridade Marítima

que poderá opinar nos assuntos afetos à segurança da navegação e, conforme aplicável, solicitar a inclusão das alterações pertinentes.

A Capitania dos Portos de jurisdição poderá, a seu critério, incluir essas normas nas NPCP/NPCF.

CAPÍTULO 10

REQUISITOS ADICIONAIS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E PARA A NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA

SEÇÃO I

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

1000 -APLICAÇÂO

Estabelecer os requisitos operacionais para o transporte regular de passageiros.

1001 -INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS

a)As embarcações deverão ter, em locais visíveis ao público, placas indicando:

1)Os limites máximos de carga e de passageiros por convés;

2)Local de guarda dos coletes salva-vidas;

3)Localização das saídas de emergência;

4)Telefone da empresa responsável pela embarcação;

5)Telefone da CP, DL ou AG da área de jurisdição;

6)Endereço eletrônico da Ouvidoria (Fale Conosco) da CP, DL ou AG da área de jurisdição;

7)Na navegação de travessia, recomendando que as pessoas não permaneçam no interior dos veículos, enquanto a embarcação estiver em movimento; e

b)A concessionária deverá fixar em local visível ao público, junto aos pontos de embarque, os horários regulares de embarque.

1002 -DEVERES DO CONCESSIONÁRIO

Caberá ao concessionário, na qualidade de armador ou proprietário da embarcação:

a)A observância destas normas bem como a implementação de outras medidas de segurança que se fizerem necessárias;

b)Comunicar imediatamente à CP, DL ou AG com jurisdição sobre a área, a ocorrência de acidentes e fatos da navegação;

c)Estabelecer controle de embarque de passageiros, em função da lotação da embarcação;

d)Assegurar o uso de uniformes estabelecido pela empresa para os tripulantes; e

e)Promover contínuo adestramento para as tripulações quanto à condução, amarração, fundeio, distribuição dos veículos a bordo, combate a incêndio e faina de abandono e demais situações de emergência. Este adestramento deverá estar previsto em programas e sua execução documentada por meio de registro. Cópia desses programas deverão ser mantidos a bordo.

1003 -PROCEDIMENTOS DE TREINAMENTO E DIVULGAÇÃO DE INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA

a)Treinamento

Os tripulantes deverão receber treinamento dos procedimentos para sobrevivência por meio de exercícios de abandono e de incêndio. Esses exercícios deverão ser conduzidos de tal modo que todos participem pelo menos uma vez por mês.

Nas embarcações com AB maior que 20 a realização dos exercício deverá ser registrada em documento próprio, mantido arquivado a bordo.

Os exercícios deverão ser conduzidos de modo a assegurar que toda a tripulação esteja ciente das suas estações de emergência e estejam capacitadas para executar corretamente as ações que lhes forem atribuídas nos postos de emergência, nos seguintes eventos:

-incêndio a bordo;

-abalroamento;

-colisão;

-navegação em baixa visibilidade;

-homem ao mar; e

-abandono da embarcação.

Os exercícios deverão ser conduzidos como se a situação de emergência fosse real e deverão demonstrar que os equipamentos e sistemas estão em bom estado e prontos para serem utilizados.

b)Divulgação de Instruções de Segurança

Os proprietários, armadores ou seus representantes legais deverão, a bordo de suas embarcações, disseminar a todos os passageiros instruções de segurança observando o contido no Anexo 10-A.

1004 -MATERIAL DE SALVATAGEM E PRIMEIROS SOCORROS

a)Todo material de salvatagem deverá ser armazenado em local de fácil acesso, devidamente sinalizado, próximo ao usuário, onde deverão ser dispostas instruções para o uso do colete salva-vidas. Em nenhuma hipótese os coletes poderão ficar acondicionados em armários ou compartimentos fechados;

b)Quanto ao posicionamento dos coletes salva vidas, estes deverão estar em locais de fácil acesso e devidamente sinalizados. Para os passageiros que viajam sentados, recomenda-se posicionar abaixo do assento. Para os demais passageiros, os coletes podem ser posicionados no teto, desde que haja facilidade de retirada, sem a necessidade de auxílio externo, ou em prateleiras/estantes abertas, de fácil acesso;

c)Nas embarcações dotadas de balsas salva-vidas e aparelhos flutuantes deverão ser dispostas informações sobre suas capacidades e posicionamento. Estes equipamentos deverão estar estivados de modo a flutuarem livremente em caso de naufrágio.

d)A dotação de material de salvatagem e primeiros socorros deve atender o previsto no Capítulo 4 destas normas.

SEÇÃO II

NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA

1005 -APLICAÇÂO

Para aplicação exclusiva neste Capítulo, define-se navegação de travessia, como a seguir:

-realizadas em áreas interiores;

-transversalmente ao curso de rios e canais;

-ligando dois pontos das margens em lagos, lagoas, baías, angras e enseadas; e

-entre ilhas e margens de rios, de lagos, de lagoas, de baías, de angras e de enseadas, sempre em águas interiores, como transporte sobre águas entre portos e localidades ou interligação de rodovias ou ferrovias, em território brasileiro, ou entre este e os dos países limítrofes.

1006 -NORMAS GERAIS

a)Nos atracadouros específicos de travessia somente poderão trafegar, atracar, desatracar e permanecer nas proximidades, as embarcações autorizadas pelo setor competente do Ministério dos Transportes (ANTAQ ou DNIT), pelas Agências Reguladoras Estaduais ou Órgãos Municipais competentes para explorar o serviço regular de travessia;

b)O embarque e o desembarque de passageiros e veículos deverão ser feitos com a embarcação totalmente atracada e com as espias passadas, sob a orientação dos funcionários da empresa concessionária. Após a partida da embarcação, nenhum veículo poderá ser deslocado de sua posição de estacionamento;

c)Todos os veículos deverão estar com o freio de estacionamento (freio-de-mão) acionado, o motor desligado, a marcha engrenada, as luzes apagadas e suas rodas calçadas com, pelo menos, dois calços, de modo a impedir movimentos durante a travessia;

d)Em hipótese alguma o transporte de veículos poderá impedir a perfeita visibilidade do timoneiro; e

e)Recomenda-se que as pessoas não permaneçam no interior dos veículos, enquanto a embarcação estiver em movimento.

1007 -REQUISITOS PARA AS EMBARCAÇÕES QUE TRANSPORTAM VEÍCULOS

a)As embarcações deverão ser dotadas com calços, peias e cunhas, com formatos e dimensões especificadas pelo responsável técnico da empresa concessionária da travessia, de modo a impedir que os veículos se desloquem durante a viagem;

b)O convés de carga deverá possuir faixas de separação de veículos, de modo que haja espaço suficiente para a abertura de portas ou escotilhas; a faixa deverá possuir largura mínima de 5 cm e sua cor deve contrastar com a cor de fundo do convés.

c)As rampas de embarque e desembarque deverão ser obrigatoriamente içadas e travadas, antes de a embarcação suspender e assim deverão permanecer durante toda a travessia, independente se estiver carregada ou não. As que não possuírem rampas içáveis deverão ter balaustradas rebatíveis ou removíveis, que deverão estar colocadas e travadas durante as travessias;

d)As embarcações que transportam carga e passageiros deverão possuir locais específicos, abrigados e perfeitamente demarcados para passageiros. Esses abrigos devem possuir assentos fixos para o total de passageiros que a embarcação pode transportar, quando empregadas em travessias com mais de 60 minutos de duração.

Para embarcações empregadas em travessias com duração entre 30 e 60 minutos, a embarcação deverá ser dotada de assentos fixos para, pelo menos, 50% da capacidade de passageiros que ela pode transportar. Nas travessias com duração menor que 30 minutos a embarcação deverá ser dotada com assentos fixos para, pelo menos, 25% da capacidade de passageiros que ela pode transportar.

e)O motor, incluindo as partes móveis, e seus acessórios (baterias, tanques de combustível etc) serão isolados por meio de cobertura e anteparas adequadas, de forma a reduzir ao mínimo o ruído, o calor e os gases emanados do interior da praça de máquinas para o setor de passageiros, a fim de evitar riscos de incêndio ou de danos pessoais;

f)Não é permitido o transporte de carga em conveses superiores;

g)Os Capitães dos Portos deverão avaliar as condições das travessias em suas áreas de jurisdição, com o intuito de verificar a necessidade de estabelecer o uso obrigatório do radar, do ecobatímetro e do transceptor AIS, incluindo essas exigências na respectiva NPCP/NPCF, bem como de disporem a bordo de tripulante habilitado para sua operação (rever o CTS da embarcação).

Nesta avaliação deverão ser levados em conta, dentre outros, os seguintes parâmetros:

-a densidade do tráfego;

-a distância a ser percorrida;

-o período que a embarcação irá trafegar;

-o índice de nevoeiros na região;

-a velocidade e o porte da embarcação empregada na travessia; e

-a certificação exigida da tripulação, quanto ao uso de radar.

Caso a aplicação seja retroativa às embarcações já em operação, é imprescindível o estabelecimento de um prazo razoável para atendimento ao requerido.

h)Embarcações que transportam veículos no convés principal deverão possuir sistema/mecanismo apropriado para impedir a queda acidental do(s) veículo(s) na água;

i)Os sistemas hidráulicos utilizados para içar e arriar rampas, destinadas a possibilitar o embarque e desembarque de veículos e ou passageiros, deverão possuir travamento do fluxo do fluído hidráulico de acionamento, de forma que a rampa não tenha movimentação durante a travessia;

j)Adicionalmente aos requisitos do sistema hidráulico, a rampa deverá ser dotada de pinos de travamento, para impossibilitar sua movimentação involuntária;

k)Quando o movimento de içar e arriar da rampa for do tipo manual, acionado por intermédio de sistemas de guinchos, cabos de aço e volantes, estes deverão ser providos de um sistema de travamento (para garantir que o mesmo não retornará de forma involuntária), de proteções contra o tempo e receber lubrificação periódica;

l)Não serão aceitos correntes ou outros acessórios não estruturais, para impedir a queda acidental de veículos na água;

m)O piso dos conveses onde os veículos são transportados devem ser do tipo antiderrapante; e

n)Entre a rampa e o convés deverá ser instalado dispositivo que impossibilite o transito e ou permanência de pessoas e ou veículos sobre a referida rampa, durante a travessia.

1008 -TRANSPORTE DE CARGA PERIGOSA

O transporte de veículos com cargas inflamáveis ou explosivas deverá ser executado em viagem exclusiva para essa finalidade. Durante essa travessia não será permitido o transporte de passageiros ou de qualquer outro veículo.

1009 -TRAVESSIA

a)Para maior segurança, recomenda-se que os passageiros permaneçam fora dos veículos durante a travessia, em local apropriado, sentados ou em pé;

b)Nenhuma pessoa poderá viajar na borda, na balaustrada ou em qualquer outro local da embarcação que não ofereça a segurança adequada; e

c)A operação de travessia deverá ser interrompida pelo Comandante da embarcação, sempre que julgar haver risco à navegação, seja pelas condições ambientais adversas, seja pelas condições da embarcação ou pela recusa dos passageiros em atender às normas de segurança.

1010 -CAPACIDADE DE TRANSPORTE

O número de veículos transportados bem como a quantidade de passageiros a bordo deverão estar de acordo com o peso máximo de carga e o número de passageiros autorizados, conforme normas aplicáveis.

CAPÍTULO 11

REGRAS ESPECIAIS PARA EVITAR ABALROAMENTO NA NAVEGAÇÃO INTERIOR

SEÇÃO I

GENERALIDADES

1101 -Âmbito de Aplicação (REGRA ESPECIAL 1)

As presentes regras especiais são complementares, no âmbito da navegação interior, às regras estabelecidas no Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar - Londres, 1972 - (RIPEAM 72).

O RIPEAM 72, bem como estas regras especiais são aplicadas a todas as embarcações empregadas na Navegação Interior. Aplica-se às embarcações que operam em águas internacionais da Hidrovia Paraguai - Paraná, o Regulamento para Prevenir Abalroamento na Hidrovia Paraguai-Paraná.

1102 -Responsabilidade (REGRA ESPECIAL 2)

Conforme disposto na Regra 2 do RIPEAM 72.

1103 -Definições Gerais (REGRA ESPECIAL 3)

Para o propósito destas regras, exceto onde o texto o indique de modo diferente, e em acréscimo ao disposto na Regra 3 do RIPEAM 72:

O termo "unidade integrada" caracteriza um grupo de embarcações que navegam rigidamente integradas, formando uma só embarcação.

O termo "comboio" caracteriza um grupo de embarcações que navegam de forma integrada mas não de forma rígida.

O termo "embarcação com capacidade de manobra restrita" compreende, mas não se limita aos seguintes casos:

-as embarcações restritas em decorrência de seu comprimento ou boca;

-as embarcações transportando, rebocando ou empurrando carga explosiva ou inflamável.

d)As palavras "comprimento" e "boca" designam, respectivamente, o comprimento total da embarcação e ou comboio e sua largura máxima.

e) O termo " eclusa" caracteriza uma instalação que permite a embarcação vencer o desnível de uma barragem no leito do curso d'água.

f)Por "calado leve" se entende o calado da embarcação na sua condição sem carga.

g) Por "calado máximo" se entende o calado da embarcação na sua condição de plena carga.

h) Entende-se por "águas interiores brasileiras" todas as vias navegáveis interiores como rios, lagos, lagoas e canais sob jurisdição nacional.

i)O termo "embarcação restrita ao seu comprimento e boca" designa uma embarcação com propulsão mecânica que, devido a seu comprimento e boca em relação à área de manobra disponível, está com severas restrições.

j)As palavras "banzeiro" e "mareta" significam ondas provocadas pelo deslocamento de uma embarcação.

l) A palavra "jangada" designa vários toros de madeira amarrados entre si.

m) O termo "altura acima do casco" significa a altura acima do convés corrido superior. Essa altura deverá ser medida na vertical, a partir da posição da luz.

n)O "tráfego de embarcações" compreende a movimentação e a parada de embarcações nos portos e fundeadouros.

SEÇÃO II

REGRAS DE GOVERNO E DE NAVEGAÇÃO / CONDUÇÃO DE EMBARCAÇÕES EM QUALQUER CONDIÇÃO DE VISIBILIDADE

1104 -Aplicação (REGRA ESPECIAL 4)

As regras desta seção se aplicam em qualquer condição de visibilidade.

1105 -Vigilância (REGRA ESPECIAL 5)

Conforme disposto na Regra 5 do RIPEAM 72.

1106 -Velocidade de Segurança (REGRA ESPECIAL 6)

Conforme disposto na Regra 6 do RIPEAM 72, acrescida do seguinte:

a)Toda embarcação deverá navegar com velocidade apropriada sempre que cruzar com embarcações pequenas e embarcações empurrando ou rebocando e que devam ser protegidas contra avarias causadas pela ação de maretas ou banzeiros.

b)Toda embarcação deverá navegar com velocidade apropriada sempre que se aproximar de qualquer embarcação amarrada a um trapiche, cais e similares.

1107 -Risco de ABALROAMENTO (REGRA ESPECIAL 7)

Conforme estabelece a Regra 7 do RIPEAM 72.

1108 -Manobra Para Evitar ABALROAMENTO (REGRA ESPECIAL 8)

Conforme estabelecido na Regra 8 do RIPEAM 72.

1109 -CANAIS ESTREITOS (REGRA ESPECIAL 9)

Conforme disposto na Regra 9 do RIPEAM 72, acrescida do seguinte:

-Tendo em conta o disposto nas Regras 9 (a) e 14 (a) do RIPEAM 72, uma embarcação com propulsão mecânica navegando em rios ou canais com a corrente a favor terá preferência de passagem quando cruzar com uma embarcação navegando contra corrente. A embarcação que tem a preferência indicará a maneira e o local da passagem e efetuará os sinais de manobra apropriados prescritos na Regra 34 (a)(1) do RIPEAM 72.

1110 -Esquemas de Separação de Tráfego (REGRA ESPECIAL 10)

Reservado para o caso em que sejam estabelecidos esquemas de separação de tráfego.

SEÇÃO III

REGRAS DE GOVERNO E DE NAVEGAÇÃO/
CONDUÇÃO DE EMBARCAÇÕES NO VISUAL UMA DA OUTRA

1111 -Aplicação (REGRA ESPECIAL 11)

As regras desta seção se aplicam a embarcações no visual uma da outra.

1112 -EMBARCAÇÕES A VELA (REGRA ESPECIAL 12)

Conforme disposto na Regra 12 do RIPEAM 72.

1113 -Ultrapassagem (REGRA ESPECIAL 13)

Conforme estabelecido na Regra 13 do RIPEAM 72, acrescido do seguinte:

-Uma embarcação não deverá cruzar ou ultrapassar outra embarcação sob vãos de pontes, a menos que o canal ofereça uma largura compatível para a passagem simultânea.

1114 -SITUAÇÃO DE RODA A RODA (REGRA ESPECIAL 14)

Conforme disposto na Regra 14 do RIPEAM 72, com o seguinte acréscimo:

-Não obstante o indicado na alínea (a) da Regra 14 do RIPEAM 72, uma embarcação de propulsão mecânica navegando a favor da corrente terá preferência de passagem sobre uma embarcação com propulsão mecânica navegando contra a corrente. A embarcação que tem a preferência indicará a maneira e o local da passagem e efetuará os sinais de manobras prescritos na Regra 34 (a) (1) do RIPEAM 72 segundo as circunstâncias.

1115 -SITUAÇÃO DE RUMOS CRUZADOS (REGRA ESPECIAL 15)

Conforme disposto na Regra 15 do RIPEAM 72.

1116 -Ação da Embarcação Obrigada a Manobrar (REGRA ESPECIAL16)

Conforme estabelece a Regra 16 do RIPEAM 72.

1117 -Ação da Embarcação que tem Preferência (REGRA ESPECIAL17)

Conforme disposto na Regra 17 do RIPEAM 72.

1118 -Responsabilidade entre Embarcações (REGRA ESPECIAL 18)

Conforme estabelecido na Regra 18 do RIPEAM 72.

SEÇÃO IV

REGRAS DE GOVERNO E DE NAVEGAÇÃO /
CONDUÇÃO DE EMBARCAÇÕES EM VISIBILIDADE RESTRITA

1119 -Condução de Embarcações em Visibilidade Restrita (REGRA ESPECIAL 19)

Conforme disposto na Regra 19 do RIPEAM 72.

SEÇÃO V

LUZES E marcaS

1120 -APLICAÇÃO (REGRA ESPECIAL 20)

Conforme estabelece a Regra 20 do RIPEAM 72.

1121 -Definições (REGRA ESPECIAL 21)

Conforme disposto na Regra 21 do RIPEAM 72, substituindo o texto da alínea a) pelo seguinte:

-"Luz de mastro" significa uma luz branca contínua, situada sobre o eixo longitudinal da embarcação, visível em um setor horizontal de 225° desde a proa até 22,5° por ante a ré do través em ambos os bordos da embarcação, exceto em embarcações com comprimento inferior a 12 m onde a luz de mastro será colocada o mais próximo possível do o eixo longitudinal da embarcação.

1122 -Visibilidade das Luzes (REGRA 22)

Conforme disposto na Regra 22 do RIPEAM 72.

1123 -Embarcação de Propulsão Mecânica em Movimento (REGRA ESPECIAL 23)

Conforme estabelecido na Regra 23 do RIPEAM 72.

1124 -Reboque e Empurra (REGRA ESPECIAL 24)

Conforme estabelece a Regra 24 do RIPEAM 72.

1125 -Embarcações a Vela em Movimento e Embarcações a Remo (REGRA ESPECIAL 25)

Conforme disposto na Regra 25 do RIPEAM 72.

1126 -Embarcações de Pesca (REGRA ESPECIAL 26)

Conforme disposto na Regra 26 do RIPEAM 72.

1127 -Embarcações sem Governo ou COM Capacidade de Manobra Restrita (REGRA ESPECIAL 27)

Conforme estabelece a Regra 27 do RIPEAM 72.

1128 -Embarcações de Propulsão Mecânica Restritas devido ao seu Calado (REGRA ESPECIAL 28)

Conforme disposto na Regra 28 do RIPEAM 72.

1129 -Embarcações de Praticagem (REGRA ESPECIAL 29)

Conforme estabelece a Regra 29 do RIPEAM 72.

1130 -Embarcações Fundeadas ou Encalhadas (REGRA ESPECIAL 30)

Conforme disposto na Regra 30 do RIPEAM 72.

1131 -Hidroaviões (REGRA ESPECIAL 31)

Conforme estabelece a Regra 31 do RIPEAM 72.

SEÇÃO VI

SINAIS SONOROS E LUMINOSOS

1132 -Definições (REGRA ESPECIAL 32)

Conforme disposto na Regra 32 do RIPEAM 72.

1133 -Equipamentos para Sinais Sonoros (REGRA ESPECIAL 33)

Conforme estabelece a Regra 33 do RIPEAM 72.

1134 -Sinais de Manobra e Sinais de Advertência (REGRA ESPECIAL 34)

Conforme disposto na Regra 34 do RIPEAM 72.

1135 -Sinais Sonoros em Visibilidade Restrita (REGRA ESPECIAL 35)

Conforme estabelece a Regra 35 do RIPEAM 72.

1136 -Sinais Para Chamar a Atenção (REGRA ESPECIAL 36)

Conforme disposto na Regra 36 do RIPEAM 72.

1137 -Sinais de Perigo (REGRA ESPECIAL 37)

Conforme estabelecido na Regra 37 do RIPEAM 72.

1138 -Isenções

A critério da DPC, isenções poderão ser concedidas para embarcações que, em razão das suas condições operacionais, não tenham possibilidade de cumprimento de algum requisito descrito nas regras deste capítulo.

SEÇÃO VII

POSICIONAMENTO E DETALHES TÉCNICOS DE LUZES E MARCAS

1139 -Posicionamento e espaçamento vertical das luzes

Conforme disposto no ANEXO I do RIPEAM 72, com as seguintes alterações:

a)Na alínea a):

-O inciso 1) passa a ter o seguinte texto:

Em uma embarcação de comprimento igual ou superior a 20 m, as luzes de mastros devem ser posicionadas como se segue:

1)A luz de mastro de vante ou, se houver apenas uma luz de mastro, esta, a uma altura acima do casco não inferior a 5 m, e, caso a boca da embarcação exceda 5 m, a uma altura acima do casco não inferior à boca, não sendo necessário, entretanto, que esta luz seja posicionada a uma altura acima do casco superior a 8 m;

2)Quando houver duas luzes de mastro, a de ré deverá estar posicionada a uma altura pelo menos 2 m verticalmente mais alta que a de vante.

-Inserir o inciso 3) conforme a seguir:

3)As embarcações de navegação interior da rede hidroviária do estado do Rio Grande do Sul, de comprimento igual ou superior a 20 m, devem ter posicionadas a luz do mastro de vante a uma altura nunca inferior a 6 m acima do casco superior, não estando obrigadas a posicioná-las acima, ainda que exibam uma única luz ou ainda que tenham boca superior a 6 m. Objetiva esta regra permitir a navegação das embarcações com boca maior de 6 m sob pontes da região.

b)A alínea e) passa a ter o seguinte texto:

-Uma das duas ou três luzes de mastro prescritas para uma embarcação de propulsão mecânica, quando engajada em reboque ou empurra de outra embarcação, deve ser posicionada no mesmo local da luz do mastro de vante ou da luz do mastro de ré, desde que, se colocada no mastro de ré, a luz inferior do mastro de ré esteja pelo menos 2 m mais elevada do que a luz do mastro de vante.

c)A alínea i) passa a ter o seguinte texto:

-Quando as regras prescreverem duas ou três luzes posicionadas em linha vertical, seu espaçamento deve ser como segue:

1)Em embarcações de comprimento igual ou superior a 20 m, o espaçamento destas luzes não deve ser inferior a 1 m, e, exceto quando for necessário uma luz de reboque, à altura acima do casco da luz inferior não deve ser menor que 4 m;

2)Em embarcações de comprimento inferior a 20 m, o espaçamento destas luzes não deve ser inferior a 1 m, e, exceto quando for necessário uma luz de reboque, a altura acima do nível da borda da luz inferior não deve ser menor que 2 m; e

3)Quando forem usadas três luzes, o espaçamento entre elas deve ser igual.

1140 -posicionamento e espaçamento horizontal das luzes

Conforme disposto no ANEXO I do RIPEAM 72, com a seguinte alteração:

-A alínea a) passa a ter o seguinte texto:

-Quando forem prescritas duas luzes de mastro para embarcações de propulsão mecânica, a distância horizontal entre elas não deve ser inferior à metade do comprimento da embarcação, mas não necessita ser superior a 50 m. A luz de mastro de vante não deve ser posicionada a uma distância da roda de proa superior à metade do comprimento da embarcação.

1141 -Detalhes de posicionamento de luzes indicadoras de direção para embarcações de pesca, dragas e embarcações engajadas em operações submarinas.

Conforme estabelece o ANEXO I do RIPEAM 72.

1142 -Anteparas para luzes de bordos

Conforme estabelece o ANEXO I do RIPEAM.

1143 -Marcas

Conforme estabelece o ANEXO I do RIPEAM 72.

1144 -Especificações de cores para luzes

Conforme estabelece o ANEXO I do RIPEAM 72.

1145 -Intensidade das luzes

Conforme estabelece o ANEXO I do RIPEAM 72.

1146 -Setores horizontais

Conforme estabelece o ANEXO I do RIPEAM 72.

1147 -Setores verticais

Conforme estabelece o ANEXO I do RIPEAM 72.

1148 -intensidade de luzes não elétricas

Conforme estabelece o ANEXO I do RIPEAM 72.

1149 -Luz de manobra

Conforme estabelece o ANEXO I do RIPEAM 72.

1150 -Aprovação

A construção de luzes e marcas, assim como a instalação dessas luzes a bordo de embarcações, deverá atender a requisitos específicos estabelecidos pelo RIPEAM 72 e pela DPC.

SEÇÃO VIII

SINAIS ADICIONAIS PARA EMBARCAÇÕES DE PESCA PESCANDO MUITO Próximas UMA DAS OUTRAS

1151 -Generalidades

Conforme estabelece o ANEXO II do RIPEAM 72.

1152 -SINAIS PARA EMBARCAÇÕES DE PESCA DE ARRASTO

Conforme estabelece o ANEXO II do RIPEAM 72.

1153 -Sinais para embarcações engajadas na pesca com rede de cerco

Conforme estabelece o ANEXO II do RIPEAM 72.

SEÇÃO IX

DETALHES TÉCNICOS DE APARELHOS DE SINALIZAÇÃO SONORA

1154 -Apitos

a)Freqüências e Alcance Audível

Conforme estabelece o ANEXO III do RIPEAM 72.

b)Limites das Freqüências Fundamentais

Conforme estabelece o ANEXO III do RIPEAM 72.

c)Intensidade e Alcance Audível dos Sinais Sonoros

Conforme estabelece o ANEXO III do RIPEAM 72

d)Propriedades Direcionais

Conforme estabelece o ANEXO III do RIPEAM 72.

e)Posicionamento de Apitos

Conforme estabelece o ANEXO III do RIPEAM 72.

f)Instalação de mais um Apito

Conforme estabelece o ANEXO III do RIPEAM 72.

g)Sistemas Combinados de Apitos

Conforme estabelece o ANEXO III do RIPEAM 72.

h)Apitos de Rebocadores

A embarcação de propulsão mecânica que realiza normalmente trabalhos de reboque a contra bordo ou empurra, poderá, a qualquer momento, usar o apito cujas características estão descritas na alínea b), considerando o comprimento composto pelo rebocador e rebocado como o máximo.

1155 -Sino ou gongo

a)Intensidade do Sinal

Conforme estabelece o ANEXO III do RIPEAM 72.

b)Construção

Conforme estabelece o ANEXO III do RIPEAM 72.

1156 -Aprovação

A construção de aparelhos de sinalização sonora, seu desempenho e sua instalação a bordo de embarcações deverão satisfazer a requisitos específicos estabelecidos pela DPC.

SEÇÃO X

SINAIS DE PERIGO

1157 -Relação dos sinais de Perigo

Conforme estabelece o ANEXO IV do RIPEAM 72, substituindo o texto da alínea i) pelo seguinte:

-facho manual de luz vermelha.

1158 -Proibição

São proibidos o uso ou a exibição de qualquer um dos sinais do item anterior ou de outros sinais que com eles possam ser confundidos, exceto quando com o propósito de indicar situação de perigo ou necessidade de auxílio.

1159 -Sinais Adicionais

Chama-se atenção para as seções pertinentes do Código Internacional de Sinais, para o Manual de Busca e Salvamento para Navios Mercantes (MERSAR) e para os seguintes sinais:

a)Um pedaço de lona de cor laranja, com um círculo e um quadrado pretos ou outros símbolos apropriados (para identificação aérea); e

b)Um corante de água.

SEÇÃO XI

REGRAS GERAIS

1160 -Obrigatoriedade das Regras a Bordo

O Comandante ou patrão das embarcações com propulsão própria com 12 m de comprimento ou mais, deverá levar a bordo um exemplar destas regras para consulta imediata quando for necessário.

1161 -Mastros Rebatíveis

As luzes de navegação e marcas poderão ser rebatidas, quando a embarcação necessitar passar embaixo de uma ponte sendo que, para mastros maiores que o gabarito das pontes e eclusas, deve ser prevista a utilização de sistema de mastro rebatível (manual ou eletromecânico).

1162 -Luzes nas barcaças que se encontrem nas proximidades da costa ou margem

a)As barcaças que se encontrem em uma das situações descritas a seguir, devem exibir durante a noite e em períodos de visibilidade reduzida, as luzes descritas na alínea (b) deste item.

1)Toda barcaça que se encontre atracada reduzindo a largura disponível de qualquer canal com menos de 80 m;

2)Barcaças atracadas a contra bordo com uma largura total superior a de duas barcaças ou com uma largura máxima maior do que 25 m; e

3)Toda barcaça não atracada em sentido paralelo a costa ou margem.

b)As barcaças descritas na alínea (a) deverão exibir duas luzes brancas sem obstrução, com intensidade tal que permitam serem vistas, pelo menos, a 1 milha em noites calmas e dispostas como se segue:

1)Se existir só uma barcaça atracada, as luzes serão obrigatoriamente instaladas nas extremidades mais afastadas da costa ou margem; e

2)Nas barcaças atracadas em grupo, as luzes serão colocadas nas extremidades do conjunto que estiverem a favor e contra a corrente, nas posições mais afastadas da costa ou margem.

1163 -Luzes de tubulação de dragagem

a)As tubulações de dragagem que estiverem flutuando ou apoiadas em cavaletes, deverão exibir, durante a noite e em períodos de visibilidade reduzida, uma fileira de luzes circulares amarelas com as seguintes características:

1)Seu alcance será de pelo menos 2 milhas em noite escura e calma;

2)Sua altura sobre a água não será inferior a 1 m e nem superior a 3,5 m; e

3)O espaçamento das luzes não será superior a 10 m, quando a tubulação cruzar um canal navegável. Quando não cruzar uma via de navegação, as luzes deverão ser em número suficiente para mostrar corretamente o comprimento e a posição da tubulação.

b)Tubulações de dragagem exibirão, adicionalmente, mais duas luzes circulares vermelhas nos extremos da tubulação, incluindo aqueles que se formam quando se separa a tubulação para permitir a passagem de embarcações, tanto na sua posição fechada ou aberta, com as seguintes características:

1)Alcance destas luzes deve ser, pelo menos, de 2 milhas em noite escura e clara; e

2)Estas luzes serão posicionadas a uma altura não inferior a 1 m acima da fileira das luzes amarelas.

1164 -Passagem sob PonteS Móveis

As embarcações, à aproximação da passagem de pontes móveis, obedecerão às ordens eventualmente dadas pela administração da ponte.

1165 -Aproximação de Eclusas

As embarcações, à aproximação de eclusas, obedecerão às ordens eventualmente dadas pela administração da eclusa.

1166 -CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou não previstos serão resolvidos pela DPC.

CAPÍTULO 12

EMISSÃO DE CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE CIVIL EM DANOS CAUSADOS POR POLUIÇÃO POR ÓLEO

1200 -PROPÓSITO

Estabelecer procedimentos para a tramitação dos expedientes de solicitação e emissão do Certificado de Responsabilidade Civil, atestando que a embarcação possui seguro ou outra garantia financeira válida, de acordo com as disposições da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, de 1969, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 74, de 1976, e promulgada pelo Decreto nº 79.437 de 1977.

1201 -DEFINIÇÕES

Óleo - significa qualquer óleo persistente, tais como petróleo bruto, óleo combustível, óleo diesel pesado, óleo lubrificante e óleo de baleia, quer transportado a bordo de uma embarcação como carga ou nos tanques de uma embarcação, quer nos tanques de combustível dessa embarcação.

1202 -APLICAÇÃO

Aplicam-se as presentes regras a toda embarcação que transporte mais de 2.000 (duas mil) toneladas de óleo a granel como carga.

1203 -PROCEDIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DO CERTIFICADO

a)Solicitação

O responsável pelo embarcação deverá solicitar à Capitania dos Portos (CP) de sua inscrição a emissão do certificado, podendo ser encaminhada uma única solicitação para várias embarcações.

b)Apólice Individual

A solicitação deverá ser instruída com as apólices individuais, representativas de seguro ou outra garantia financeira, para cada embarcação, tais como caução bancária ou certificado emitido por fundo nacional ou internacional de indenização, que represente, no mínimo, o total previsto no § 1º, do artigo V, da Convenção Internacional.

c)Indenização

Para fazer face às despesas com a emissão deste Certificado, será devida a importância estabelecida no Anexo 8-E destas normas, a título de indenização, para cada certificado emitido.

d)Encaminhamento

Cumpridos os procedimentos previstos nas alíneas a), b) e c), deverá a CP encaminhar a solicitação à Diretoria de Portos e Costas (DPC), que emitirá o certificado.

1204 -EMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

a)Emissão pela DPC

Verificada a documentação e comprovado que a cobertura assegurada satisfaz os limites de responsabilidades definidos pela Convenção, será emitido pela DPC o certificado, em duas vias originais, de acordo com o modelo do Anexo 12-A, contendo as informações previstas no § 2º, do artigo VII, da Convenção.

b)Numeração

Os certificados serão ordenados com numeração constando de dois grupos de dígitos: o primeiro, com três algarismos, referente à sequência natural da emissão, e o segundo, separado do primeiro por uma barra, contendo os quatro algarismos do ano em que forem emitidos (ex.: 001/1991).

c)Distribuição

Serão entregues ao responsável as 2 (duas) vias originais do certificado, devendo ser mantidas a bordo da embarcação uma das vias, para exigências de despacho e de fiscalização. Em se tratando de embarcação sem propulsão, deverá ser mantida a bordo empurrador/rebocador.

d)Embarcações Estrangeiras

Será exigido das embarcações estrangeiras que entrem nos portos nacionais, ou que utilizem algum terminal localizado em águas sob jurisdição brasileira, por ocasião do despacho, o certificado ou outra garantia financeira correspondente, conforme disposto no § 1º, do artigo VII, da Convenção.

e)Arquivo

As CP de inscrição das embarcações deverão manter em arquivo uma cópia xerox do certificado durante o respectivo prazo de validade.

1205 -PRAZO DE VALIDADE

Os certificados serão emitidos com o prazo máximo de validade de 12 (doze) meses consecutivos, em conformidade com o termo de validade da apólice da entidade seguradora

ANEXO 6-B

- Ym = ∑ (produto) / 18 = mm
- 350 x r x D mm

( ) valor calculado menor ou igual a 350 x r x D; usar valor calculado.
( ) valor calculado maior que 350 x r x D; adotar Ym = 350 x r x D.

8 - CÁLCULO DA BORDA-LIVRE

- Coeficiente K (Área 1) mm
- Coeficiente K (Área 2) mm
- hs + Ym = m
- 750 x r x D = m

( ) valor calculado para hs+Ym menor ou igual a 750 x r x D; usar valor calculado.
( ) valor calculado maior que 750 x r x D; adotar hs + Ym = 750 x r x D.

a) Área de Navegação 1:

- BL = [((1000 x r x D) - (hs + Ym)) / (1+ r)] + K = mm
- Correção para Embarcações Tanque (25% BL) = mm
- BL_1 (Área 1) = mm

( ) valor calculado para BL_1 maior ou igual a 50 mm; usar esse valor.
( ) Valor calculado menor do que 50 mm; adotar = 50 mm.

b) Área de Navegação 2:

- BL = [((1000 x r x D) - (hs + Ym)) / (1+ r)] + K = mm
- Correção para Embarcações Tanque (25% BL) = mm
- BL_2 (Área 2) = mm

( ) valor calculado para BL_2 maior ou igual a 50 mm; usar esse valor.
( ) Valor calculado menor do que 50 mm; adotar = 50 mm.

9 - VERIFICAÇÃO DO CALADO MÁXIMO ATRIBUÍDO PARA A ÁREA 1

- calado máximo na borda-livre calculada para a Área 1 = D - BL_1 = m;
- calado máximo permissível que a embarcação pode navegar em função de limitações de resistência estrutural, estabilidade intacta ou quaisquer outras restrições estabelecidas pelo projetista: m;
- calado máximo permissível em função da posição das aberturas existentes no costado, de acordo com o estabelecido nos itens 0611 c) e 0612 d): m;
- calado máximo (H); equivalente ao menor calado entre os quatro calados apresentados acima: m; e
- BL_1 = D - H = m = mm.

10 - VERIFICAÇÃO DO CALADO MÁXIMO ATRIBUÍDO PARA A ÁREA 2

- calado máximo na borda-livre calculada para a Área 2 = D - BL_2 = m;
- calado máximo permissível que a embarcação pode navegar em função de limitações de resistência estrutural, estabilidade intacta ou quaisquer outras restrições estabelecidas pelo projetista: m;
- calado máximo permissível em função da posição das aberturas existentes no costado, de acordo com o estabelecido no item 0612 d): m;
- calado máximo permissível para as embarcações dos Tipos B ou D que operam na Área 2, de acordo com o estabelecido nos itens 0612 i) e 0612 j): m;
- H = menor calado entre os quatro calados apresentados acima: m; e
- BL_1 = D - H = m = mm.

ANEXO 6-B

11 - ACRÉSCIMO PARA NAVEGAÇÃO EM ÁGUA SALGADA (AS)

AS = $\frac{D - BL}{48}$ = mm

Obs: Caso a embarcação opere nas duas Áreas de Navegação (1 e 2) deverá ser utilizado na expressão acima o valor do BL calculado para a Área 2.

12 - CORREÇÃO PARA A POSIÇÃO DA LINHA DE CONVÉS

Esta correção só é aplicável quando não for possível fixar a marca da linha do convés na posição regulamentar.

- distância vertical da margem superior da linha do convés até a interseção dos prolongamentos da face superior do Convés de Borda-Livre e da face externa do chapeamento do costado = mm
- Correção = mm

(Convenção de sinais: positivo quando a margem superior da linha do convés se encontrar acima da interseção; negativo quando a margem superior da linha de convés se encontrar abaixo).

BL_1 = mm
BL_2 = mm

13 - POSIÇÃO LONGITUDINAL DAS MARCAS DE BORDA-LIVRE

O centro do disco de Plimsoll deverá ser fixado a _____mm do bico de proa da embarcação.

14 - INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Informar qualquer aspecto relevante considerado durante o cálculo da borda-livre.

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Local e data da realização dos cálculos:

_____, __de_____de____.

_____
Responsável pelos Cálculos

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082500070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELATÓRIO DAS CONDIÇÕES PARA ATRIBUIÇÃO DA BORDA-LIVRE NACIONAL (NAVEGAÇÃO INTERIOR)

EMBARCAÇÕES QUE OPERAM NA ÁREA 1

NOME DA EMBARCAÇÃO:
PORTO DE INSCRIÇÃO:
ARMADOR:
ESTALEIRO CONSTRUTOR:
NÚMERO DO CASCO: ANO DE CONSTRUÇÃO/ALTERAÇÃO:
TIPO DE SERVIÇO: INDICATIVO DE CHAMADA:
TIPO DE EMBARCAÇÃO: ( ) A ( ) B ( ) C ( )D ( ) E

1 - CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

Comprimento Total (Ct): m
Comprimento entre Perpendiculares (Lpp): m
Comprimento de Regra (L): m
Boca Moldada (B): m
Pontal Moldado (P): m
Calado Máximo (H): m

2 - DESCRIÇÃO DAS SUPERESTRUTURAS FECHADAS

Descrever, no espaço apropriado, as características das superestruturas, troncos e ou conjuntos braçolas/tampas de escotilha considerados como superestruturas fechadas, relatando, inclusive, os testes realizados.

a) SUPERESTRUTURA 1:
- Descrição: _____
- Comprimento Real da Superestrutura (S): m
- Boca da Embarcação (na metade do Comprimento S) (Bs): m
- Largura da Superestrutura (na metade do Comprimento S) (b): m
- Comprimento Efetivo da Superestrutura (E) = (b/B) x S m
- Altura da Superestrutura (he): m
- Descrição dos testes efetuados: _____
- Observações: _____

b) SUPERESTRUTURA 2:
- Descrição: _____
- Comprimento Real da Superestrutura (S): m
- Boca da Embarcação (na metade do Comprimento S) (Bs): m
- Largura da Superestrutura (na metade do Comprimento S) (b): m
- Comprimento Efetivo da Superestrutura (E) = (b/B) x S m
- Altura da Superestrutura (he): m
- Descrição dos testes efetuados: _____

- Observações: _____

c) SUPERESTRUTURA 3:
- Descrição: _____
- Comprimento Real da Superestrutura (S): m
- Boca da Embarcação (na metade do Comprimento S) (Bs): m
- Largura da Superestrutura (na metade do Comprimento S) (b): m
- Comprimento Efetivo da Superestrutura (E) = (b/B) x S m
- Altura da Superestrutura (he): m
- Descrição dos testes efetuados: _____
- Observações: _____

d) SUPERESTRUTURA 4:
- Descrição: _____
- Comprimento Real da Superestrutura (S): m
- Boca da Embarcação (na metade do Comprimento S) (Bs): m
- Largura da Superestrutura (na metade do Comprimento S) (b): m
- Comprimento Efetivo da Superestrutura (E) = (b/B) x S m
- Altura da Superestrutura (he): m
- Descrição dos testes efetuados: _____
- Observações: _____

3 - REQUISITOS NECESSÁRIOS ÀS EMBARCAÇÕES QUE OPERAM NA ÁREA 1

A atribuição da borda-livre para as embarcações que operam na Área 1, pressupõe que todas as respostas aos quesitos abaixo, quando aplicáveis, sejam "sim" e que estejam plenamente justificadas de acordo com o estabelecido nestas regras.

As observações consideradas relevantes pelo responsável pela vistoria da embarcação assim como as justificativas referentes ao fato de qualquer um dos itens a seguir discriminados ter sido considerado "não aplicável" (N/A), deverão ser registradas no campo 8 - Observações:

1) As soleiras das portas externas de acesso ao interior de qualquer compartimento apresentam altura maior ou igual a 150 mm? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
2) As aberturas no Convés de Borda-Livre atendem aos requisitos estabelecidos na alínea b) do item 0611 da NORMAM-02/DPC? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
3) As aberturas existem no costado atendem aos requisitos estabelecidos na alínea c) do item 0611 da NORMAM-02/DPC? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
4) Os suspiros atendem aos requisitos estabelecidos na alínea d) do item 0611 da NORMAM-02/DPC? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
5) Os dispositivos de ventilação ou exaustão atendem aos

requisitos estabelecidos na alínea e) do item 0611 da NORMAM-02/DPC? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
6) As descargas de águas servidas existentes no costado atendem ao estabelecido na alínea f) do item 0611 da NORMAM-02/DPC? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
7) As marcas de borda-livre se encontram fixadas na posição regulamentar? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
8) Observações: _____

Local e data da vistoria:
_____ ,__de_____de___.

_____
Nome e Assinatura do Responsável Técnico

ANEXO C

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA ELABORAÇÃO DOS CTS

1 -TRIPULAÇÃO DE SEGURANÇA PARA O SISTEMA DE NAVEGAÇÃO

a)Passadiço

A determinação do número de aquaviários necessários ao exercício das funções a serem desempenhadas no passadiço baseia-se na análise dos seguintes fatores:

-tarefas que terão de ser executadas durante o serviço de quarto;

-equipamentos disponíveis considerando seus desempenhos e graus de automação;

-arranjo desses equipamentos; e

-visibilidade do exterior conferida pelo arranjo das vigias.

b)Automação

O grau de automação dos equipamentos de navegação deve ser avaliado através da verificação da existência e operacionalidade dos sistemas abaixo especificados. Compreende-se como elevado nível de automação dos equipamentos de navegação a existência simultânea a bordo, sem restrições operacionais, dos sistemas enumerados a seguir:

1)Piloto automático;

2)Radar com alarme anticolisão (Radar ARPA);

3)Sistema de navegação eletrônica, com autopiloto programável, que possua sistema automático de plotagem de posição na carta ou em "display" eletrônico, baseado em informações recebidas de satélite de navegação e alarme indicador de fora de rumo;

4)Sistema para a gravação automática de comunicações VHF; e

5)Sistema para a gravação automática de mensagens de aviso de mau tempo.

c)Relação entre períodos de Mar e de Porto

Deve ser também considerado o programa de movimentação da embarcação nas linhas comerciais em que for empregada. A duração das travessias e o período de permanência nos portos devem ser confrontados com as funções a desempenhar por ocasião das operações de carga e descarga nos portos e terminais. Travessias reduzidas e pequenos períodos de permanência nos portos, associados a uma carga de trabalho elevada decorrente das operações portuárias, tendem a gerar fadiga e reduzir a eficiência dos Tripulantes de Convés. Nos navios especiais (petroleiros, químicos e gaseiros) e na embarcação classificada quanto ao serviço ou atividade como carga geral, é necessário analisar os encargos do Imediato ou do segundo na hierarquia de convés durante as operações de carga e descarga. Nesses casos deve-se avaliar se este tripulante poderá, além das suas atribuições, participar do serviço de quarto no passadiço.

2 -TRIPULAÇÃO DE SEGURANÇA PARA O CONVÉS

a)Análise dos elementos componentes

Para a determinação do quantitativo de tripulantes necessários aos serviços de Convés deve ser analisada a disponibilidade de equipamentos de convés, sua localização e o seu grau de sofisticação tecnológica.

b)Automação e Informatização

Entre os equipamentos que reduzem a carga de trabalho pertinente ao sistema de Convés cita-se:

1)Guincho de atracação com dispositivo mantenedor de tensão constante;

2)Sistema informatizado para elaborar o plano de embarque e desembarque da carga;

3)Impelidor lateral ("bow thruster" e/ou" stern thruster"); e

4)Sistema de propulsão azimutal.

c)Sistema de posicionamento dinâmico

everá ser observada a classe do sistema de posicionamento dinâmico instalado na embarcação, quando existente. Os sistemas podem ser das classes 1, 2 ou 3.

3 -TRIPULAÇÃO DE SEGURANÇA PARA O SISTEMA DE MÁQUINAS

a)Análise dos Elementos Componentes

Estatísticas disponíveis demonstram que grande parte dos incêndios e das explosões seguidas de incêndios ocorrem nas Praças de Máquinas, sendo a grande causa os vazamentos de inflamáveis. Portanto, é importante a existência de sensores e sistemas de alarme, especialmente de incêndio. A ausência de sistemas de automação acarreta na elevação do nível de fadiga da tripulação.

Em embarcação com tripulação reduzida, os maquinistas atendem a qualquer anormalidade sinalizada pelos alarmes existentes, a qualquer hora. Consequentemente, é fundamental, ao se analisar o grau de automação das máquinas, discriminar se os sistemas automatizados existentes monitoram e, também, controlam o funcionamento dos equipamentos. Sistemas que somente monitoram exigem a presença permanente do profissional para elaborar uma análise da situação em algum nível e, consequentemente, tomar as providências necessárias e, portanto, não representam uma total redução de carga de trabalho associada à operação dos equipamentos. Já um sistema de monitoração e controle automático efetuará, dentro dos seus limites técnicos, todas estas ações, substituindo efetivamente a supervisão a ser exercida por um tripulante. Para tal, este sistema deverá contar com redundância de equipamentos e ser dotado de sensores para que a tripulação de máquinas possa ser informada das necessidades de manutenção e das avarias ocorridas.

b)Automação

O grau de automação do sistema de máquinas pode ser avaliado por meio da Notação do Grau de Automação da Praça de Máquinas (NGAPM), atribuída por uma Sociedade Classificadora reconhecida, ou através da verificação da existência e operacionalidade dos sistemas a seguir especificados.

A NGAPM possui prazo de validade definido pela Sociedade Classificadora que a emitiu. O grau de automação é expresso em Certificado, sendo as alterações ditadas por modificações em equipamentos ou resultados de redução da capacidade operacional, registradas em anexo ao documento.

4 -NOTAÇÕES PARA GRAU DE AUTOMAÇÃO (NGAPM)

a)Tabelas de tipos de grau de automação

De acordo com a NGAPM da embarcação será atribuído um tipo de grau de automação, conforme expresso nas tabelas de tipos de grau de automação, admitindo-se pequenas variações, por categoria, sem alteração do total, impostas pelas peculiaridades técnicas de uma dada embarcação.

TABELA DE TIPOS DE GRAU DE AUTOMAÇÃO

TIPO DE GRAU	CLASSIFICADORAS E RESPECTIVAS NGAPM						
	ABS	GL	LRS	BV	DNV	NKK	RINA
A	ACC	AUT-2	CCS	AUT-CCS	ECO	MC	AUT-CCS
A	ACCU-OS 8/24H						
A	ACCU-OS16/24H						
B	ACCU 8/24H	AUT8/24H					
C	ACCU 16/24H	AUT16/24H					
D	ACCU-OS 24H						
E	ACCU 24H	AUT	UMS	AUT-UMS	EO	MO	AUT-UMS
F	ABCU		IP / ICC	SYS- NEQ /SYS-NEQ-1			AUT-IMS / AUT-PORT

b)Notação de Grau de Automação da Praça de Máquinas (NGAPM)

As NGAPM são as seguintes:

Sociedade Classificadora American Bureau of Shipping (ABS):

1)ACC (Automatic Control System Certified - ABS) - Praça de Máquinas permanentemente guarnecida e controle da propulsão centralizado no Centro de Controle de Máquinas da embarcação;

2)ACCU-OS H/24 (Automatic Control System for Unattended Engine Room Certified - ABS) - Praça de Máquinas pode ser periodicamente desguarnecida, apenas em navegação em mar aberto. Assim uma NGAPM ACCU-OS 8/24 significa que a Praça de Máquinas em tela poderá permanecer 08 (oito) horas por dia desguarnecida, quando navegando em mar aberto;

3)ACCU H/24 (ABS) - Praça de Máquinas periodicamente desguarnecida para todas as condições de navegação;

4)ACCU-OS 24H (ABS) - Praça de Máquinas desguarnecida permanentemente em mar aberto;

5)ACCU 24H (ABS) - Praça de Máquinas desguarnecida permanentemente para todas as condições de navegação; e

6)ABCU (Automatic Bridge Control System for Unattended Engine Room - ABS) - Praça de Máquinas permanentemente desguarnecida e sistema integrado de controle da propulsão e auxiliares pelo passadiço.

Sociedade Classificadora Germanischer Lloyd (GL):

7)AUT-2 (GL) - Praça de Máquinas permanentemente guarnecida e controle da propulsão centralizado no Centro de Controle de Máquinas da embarcação;

8)AUT-H24 (GL) - Praça de Máquinas periodicamente desguarnecida para todas as condições de navegação; e

9)AUT (GL) - Praça de Máquinas desguarnecida permanentemente para todas as condições de navegação.

Sociedade Classificadora Lloyd`s Register (LRS):

10)CCS (LRS) - Praça de Máquinas permanentemente guarnecida e controle da propulsão centralizado no Centro de Controle de Máquinas da embarcação;

11)UMS (LRS) - Praça de Máquinas desguarnecida permanentemente para todas as condições de navegação;

12)IP (LRS) - Praça de Máquinas permanentemente desguarnecida e sistema integrado de controle da propulsão e auxiliares pelo passadiço; e

13)ICC (LRS) - Praça de Máquinas controlada e supervisionada por computador.

Sociedade Classificadora Bureau Veritas (BV):

14)AUT-CCS (BV) - A planta de propulsão é operada e monitorada de um centro de controle centralizado que será permanentemente guarnecido;

15)AUT-UMS - A praça de máquinas estará apta a permanecer periodicamente desguarnecida em todas as condições de navegação, inclusive em manobras;

16)SYS-NEQ - Para embarcações equipadas com Controle de Navegação Centralizado no passadiço, incluindo os auxiliares de navegação, sistemas de monitoração, sistemas de alarme e de comunicações; e

17)SYS-NEQ-1 - Semelhante à notação SYS-NEQ, porém com requisitos adicionais ao arranjo de passadiço, visando permitir a operação da embarcação com apenas 1(um) homem no passadiço.

Sociedade Classificadora Det Norske Veritas (DNV):

18)ECO (DNV) - Praça de Máquinas permanentemente guarnecida e controle da propulsão centralizado no Centro de Controle de Máquinas da embarcação; e

19)EO (DNV) - Praça de Máquinas desguarnecida, ou periodicamente desguarnecida, com alarmes no passadiço e nos camarotes dos maquinistas e sistema de controle da propulsão pelo passadiço.

Sociedade Classificadora Nippon Kaiji Kyokai do Brasil (NKK):

20)MC (NKK) - Praça de Máquinas permanentemente guarnecida e controle da propulsão centralizado no Centro de Controle de Máquinas da embarcação; e

21)MO (NKK) - Praça de Máquinas periodicamente desguarnecida.

Sociedade Classificadora Registro Italiano Navale (RINA):

22)AUT-CCS (RINA) - A planta de propulsão é operada e monitorada de um centro de controle centralizado que será permanentemente guarnecido;

23)AUT-UMS (RINA) - Praça de Máquinas periodicamente desguarnecida na navegação livre, bem como em condições normais de manobra, isto é, máquinas de prontidão em condições de partida ou parada no fim da viagem. As condições da Praça de Máquinas desguarnecida são planejadas para abranger um período de 24 horas consecutivas;

24)AUT-IMS (RINA) - É atribuída as embarcações que atendem as exigências da notação AUT-UMS e também possuem uma Central Integrada; e

25)AUT-PORT(RINA) - Navios cujos sistemas de automação forem qualificados e reconhecidos como adequados para que o navio possa funcionar com as praças de máquinas não periodicamente vigiadas quando atracados ao porto/cais, sem que o pessoal efetue o tradicional serviço de guarda nas próprias praças de máquinas. Esta qualificação só é atribuída para o navio em relação ao porto/cais, ou seja, é uma notação adicional e pode acompanhar outra notação.

Sociedade Classificadora Registro Brasileiro de Navios e Aeronaves (RBNA):

26)AUT-A (RBNA) - Praça de Máquinas permanentemente guarnecida, com controle dos equipamentos centralizados no Centro de Controle de Máquinas (CCM) ou na praça de máquinas;

27)AUT-B (RBNA) - Praça de Máquinas desguarnecida por períodos mínimos de oito horas para todas as condições de navegação e manobra, com sistema de controle da propulsão e auxiliares pelo Passadiço;

28)AUT-C (RBNA) - Praça de Máquinas desguarnecida por períodos mínimos de dezesseis horas para todas as condições de navegação e manobra, com sistema de controle da propulsão e auxiliares pelo passadiço;

29)AUT-E (RBNA) - Praça de Máquinas desguarnecida por períodos mínimos de vinte e quatro horas para todas as condições de navegação e manobra, com controle centralizado no passadiço;

30)AUT-F (RBNA) - Praça de Máquinas permanentemente desguarnecida para todas as condições de navegação, com controle centralizado no passadiço. Adicionalmente, a embarcação deve ser dotada de um sistema integrado de computação para o controle e monitoração da propulsão e auxiliares pelo passadiço; e

31)CNC (RBNA) - Controle de Navegação Centralizado - A notação adicional de classe CNC é atribuída quando, além dos requisitos para notação AUT-F (sistema integrado da propulsão e auxiliares pelo passadiço), o arranjo do passadiço é feito de tal maneira que o navio pode ser operado em condições normais por somente um oficial no quarto de navegação. Esta notação inclui requisitos específicos para prevenção de acidentes causados por inadequação do operador.

5 -EMBARCAÇÃO SEM NOTAÇÃO DE AUTOMAÇÃO

a)Para a embarcação de Navegação Interior que não possui NGAPM emitida por Sociedade Classificadora reconhecida, será compreendida como de elevado nível de automação das máquinas - equivalente às NGAPM mais complexas, como as de níveis E e F, e a existência simultânea a bordo, sem restrições operacionais, dos sistemas que se enumeram a seguir:

1)motor(es) principal(ais) (MCP);

-controle remoto pelo passadiço ou pelo Centro de Controle de Máquinas;

-controle automático da rotação por variação de parâmetros ligados à pressão de óleo lubrificante, pressão de óleo de resfriamento, temperaturas de mancais do eixo de manivelas ou escora, pressão de água de resfriamento, temperatura dos gases de descarga, pressão e temperatura de gases do "carter";

-sistema de parada automática por sobre-rotação, pressões anormais de óleo lubrificante e temperaturas anormais de mancais;

-sistema de parada manual de emergência no passadiço e no Centro de Controle de Máquinas;

-sistema programável de aceleração; e

-sistema de monitoração de desempenho;

2)grupos diesel-geradores (MCA):

-sistema que assegure controle automático de entrada / saída do barramento para atender às variações da carga elétrica, paralelismo e sincronismo;

-sistema automático de divisão de carga entre geradores (paralelismo);

-sistema automático de partida e entrada no barramento do diesel-gerador reserva (stand-by), quando houver a saída do barramento do gerador em linha (on-line), devido a problemas técnicos;

-sistema elétrico automático de alimentação - alimentação automática de sistemas essenciais da embarcação, quando houver interrupção no fornecimento de energia:

Iluminação de emergência;
sistema de governo;
sistema de navegação;
sistema de comunicação;
sistema de lubrificação, resfriamento e combustível do MCP;
sistema de ar de partida;
ventilação da praça de máquinas.

-sistema de segregação automática de barramento quando ocorrer curto-circuito;

3)caldeiras auxiliares:

-sistema de alarme, controle e supervisão automáticos com corte automático do combustível quando ocorrerem pressões e níveis anormais de água de alimentação, falha na ventilação de tiragem forçada e falha de queima; e

-sistema manual de parada de emergência situado no Centro de Controle de Máquinas;

4)instalação de ar comprimido:

-sistema de partida e parada automática;

-sistema de partida automática de compressor reserva; e

-sistema de drenagem automática;

5)bombas:

-sistema de comutação automática para as bombas dos seguintes sistemas:
máquinas do leme;
circulação de água de resfriamento do MCP;
óleo lubrificante principal;
óleo combustível do MCP;
óleo combustível das caldeiras auxiliares;
água de alimentação de caldeiras;

-sistema de partida e parada automática para as bombas de transferência de óleo combustível para o tanque de serviço; e

-sistema de partida e parada automática para a bomba de esgoto da Praça de Máquinas;

6)purificadores - sistema para a drenagem automática de borra;

7)monitoração da carga (container) - sistema de alarme e monitoração remota para containeres frigoríficos, com indicação de temperatura, alimentação elétrica, funcionamento do compressor e operação de degelo;

8)estabilidade - sistema automático de compensação de banda;

9)sistema de alarmes da instalação de máquinas - com informação para os camarotes dos Oficiais de Máquinas e para o passadiço; e

10)detecção de incêndios - Praça de Máquinas dotada de sistema automático de alarme de incêndio.

ANEXO 6-D

RELATÓRIO DAS CONDIÇÕES PARA ATRIBUIÇÃO DA BORDA-LIVRE NACIONAL (NAVEGAÇÃO INTERIOR)

EMBARCAÇÕES QUE OPERAM NA ÁREA 2

NOME DA EMBARCAÇÃO:
PORTO DE INSCRIÇÃO:
ARMADOR:
ESTALEIRO CONSTRUTOR:
NÚMERO DO CASCO: ANO DE CONSTRUÇÃO/ALTERAÇÃO:
TIPO DE SERVIÇO: INDICATIVO DE CHAMADA:
TIPO DE EMBARCAÇÃO: ( ) A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) E

1 - CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

Comprimento Total (Ct): m
Comprimento entre Perpendiculares (Lpp): m
Comprimento de Regra (L): m
Boca Moldada (B): m
Pontal Moldado (P): m
Calado Máximo (H): m

2 - DESCRIÇÃO DAS SUPERESTRUTURAS FECHADAS

Descrever, no espaço apropriado, as características das superestruturas, troncos e ou conjuntos braçolas/tampas de escotilha considerados como superestruturas fechadas, relatando, inclusive, os testes realizados.

a) SUPERESTRUTURA 1:
- Descrição: _____
- Comprimento Real da Superestrutura (S): m
- Boca da Embarcação (na metade do Comprimento S) (Bs): m
- Largura da Superestrutura (na metade do Comprimento S) (b): m
- Comprimento Efetivo da Superestrutura (E) = (b/B) x S: m
- Altura da Superestrutura (he): m
- Descrição dos testes efetuados: _____
- Observações: _____

b) SUPERESTRUTURA 2:
- Descrição: _____
- Comprimento Real da Superestrutura (S): m
- Boca da Embarcação (na metade do Comprimento S) (Bs): m
- Largura da Superestrutura (na metade do Comprimento S) (b): m
- Comprimento Efetivo da Superestrutura (E) = (b/B) x S: m
- Altura da Superestrutura (he): m
- Descrição dos testes efetuados: _____
- Observações: _____

c) SUPERESTRUTURA 3:
- Descrição: _____
- Comprimento Real da Superestrutura (S): m
- Boca da Embarcação (na metade do Comprimento S) (Bs): m
- Largura da Superestrutura (na metade do Comprimento S) (b): m
- Comprimento Efetivo da Superestrutura (E) = (b/B) x S: m

ANEXO 6-D

- Altura da Superestrutura (he): m
- Descrição dos testes efetuados: _____
- Observações: _____

d) SUPERESTRUTURA 4:
- Descrição: _____
- Comprimento Real da Superestrutura (S): m
- Boca da Embarcação (na metade do Comprimento S) (Bs): m
- Largura da Superestrutura (na metade do Comprimento S) (b): m
- Comprimento Efetivo da Superestrutura (E) = (b/B) x S: m
- Altura da Superestrutura (he): m
- Descrição dos testes efetuados: _____
- Observações: _____

3 - REQUISITOS NECESSÁRIOS ÀS EMBARCAÇÕES QUE OPERAM NA ÁREA 2

A atribuição da borda-livre para as embarcações designadas para a Área 2, pressupõe que todas as respostas aos quesitos abaixo, quando aplicáveis, sejam "sim" e que estejam plenamente justificadas de acordo com o estabelecido nas regras.

As observações consideradas relevantes pelo responsável pela vistoria da embarcação assim como as justificativas referentes ao fato de qualquer um dos itens a seguir discriminados ter sido considerado "não aplicável" (N/A), deverão ser registradas no campo 9 - Observações:

1) A embarcação é do Tipo A, B ou D, ou caso seja dos Tipos C ou E, foi autorizada pela DPC para operar na Área 2 ? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
2) As soleiras das portas externas atendem aos requisitos estabelecidos na alínea b) do item 0612 da Normam 02? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
3) As aberturas do convés de borda-livre atendem aos requisitos estabelecidos na alínea c) do item 0612 da Normam 02? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
4) As aberturas no costado atendem aos requisitos estabelecidos na alínea d) do item 0612 da Normam 02? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
5) Os suspiros atendem aos requisitos estabelecidos na alínea e) do item 0612 da Normam 02? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
6) Os dispositivos de ventilação ou exaustão atendem aos requisitos estabelecidos na alínea f) do item 0612 da Normam 02? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
7) As descargas no costado atendem aos requisitos estabelecidos na alínea g) do item 0612 da Normam 02? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
8) As marcas de borda-livre se encontram fixadas na posição regulamentar? ( ) Sim ( ) Não ( ) N/A
9) Observações: _____

Local e data da vistoria:
_____, __de_____de___.

_____
Nome e Assinatura do Responsável Técnico

$$hs = 500 \times \sum [\{E / L\} \times \{he^2 / Hn\}], \text{ onde:} \quad (6)$$

hs = altura equivalente de superestrutura, em mm;
E = comprimento efetivo de superestrutura, em m;
L = comprimento de regra da embarcação, em m;
he = altura de superestrutura, em m; e
Hn = altura padrão de superestrutura, assumida igual a 1,80 m.

ANEXO 6-E

RELATÓRIO DA PROVA DE INCLINAÇÃO

TABELA 1 - Informações Gerais da Prova

Nome do Navio	
Tipo da Embarcação	
Armador	
Sociedade Classificadora	
Marca de Classificação	

Comprimento entre Perpendiculares		**Pontal Moldado**	
Boca Moldada		**Calado de Projeto**	

Local da Prova					
Data da Prova		**Início da Prova**		**Fim da Prova**	
Responsável pela Prova					
FISCALIZAÇÃO	**Armador**				
	Sociedade Classificadora				
	BNDES				
	Capitania dos Portos				
Condições de Vento e Mar					
Amarração					
Observações					

ANEXO 6-E

TABELA 2 - Calados e densidades

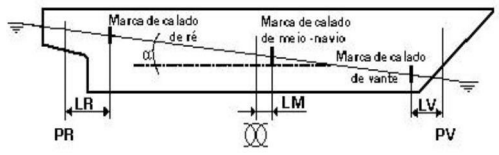
TABELA 2a) - Leitura dos calados

Posição	Calados lidos nas marcas		
	Bombordo	Boreste	Média
Ré			
Meio-navio			
Vante			

TABELA 2b) - Medição das bordas livres

Posição	Local de medição das bordas-livres	Pontal no local de medição	Bordas-livres		Calados correspondentes		
			BB	BE	BB	BE	Média
Ré							
Meio-navio							
Vante							

TABELA 2c) - Conversão dos calados para as perpendiculares e seção de meio-navio



LR		LM		LV	

TABELA 2d) - Calados nas perpendiculares e seção de meio-navio

Vante		Meio-navio		Ré	

TABELA 2e) - Densidades medidas

Vante		Meio-navio		Ré		Média	

Nota: 1) A Tabela 2b) só necessita ser utilizada quando a embarcação não possuir marcas de calado no costado;
2) Os valores da tabela 2d) são obtidos de acordo com o Anexo 6-F

ANEXO 6-E

TABELA 3 - Sondagem dos Tanques

Tanque	Altura de Sondagem ou Ullagem	Volume (m^3)	Peso Específico (t/m^3)	Peso (t)	X_G	Momento Horizontal (t.m)	Z_G	Momento Vertical (t.m)	Inércia (m^4)	I x γ (t.m)
Total										

ANEXO 6-E

TABELA 4 - Pesos a deduzir da condição de prova

Item	Peso (t)	X_G (m)	Momento Horizontal (t.m)	Z_G (m)	Momento Vertical (t.m)
Total					

ANEXO 6-E

TABELA 5 - Pesos a acrescentar na condição de prova

Item	Peso (t)	X_G (m)	Momento Horizontal (t.m)	Z_G (m)	Momento Vertical (t.m)
Total					

ANEXO 6-E

TABELA 6 - Leitura dos Pêndulos

Pêndulo de Ré											
Localização:						Comprimento do Pêndulo:					
	Deflexão										
Movimento	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Média
Inicial											
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											

Pêndulo de Meio-Navio											
Localização:						Comprimento do Pêndulo:					
	Deflexão										
Movimento	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Média
Inicial											
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											

Pêndulo de Vante											
Localização:						Comprimento do Pêndulo:					
	Deflexão										
Movimento	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Média
Inicial											
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											

ANEXO 6-E

TABELA 7 - Leitura dos Níveis a BB

Tubo "U" de Ré											
Localização:						Distância entre partes verticais:					
	Deflexão										
Movimento	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Média
Inicial											
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											

Tubo "U" de Meio-Navio											
Localização:						Distância entre partes verticais:					
	Deflexão										
Movimento	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Média
Inicial											
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											

Tubo "U" de Vante											
Localização:						Distância entre partes verticais:					
	Deflexão										
Movimento	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Média
Inicial											
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082500074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 6-E

TABELA 8 - Leitura dos a Níveis a BE

Tubo "U" de Ré											
Localização:					Distância entre partes verticais:						
Movimento	Deflexão										
	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Média
Inicial											
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											

Tubo "U" de Meio-Navio											
Localização:					Distância entre partes verticais:						
Movimento	Deflexão										
	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Média
Inicial											
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											

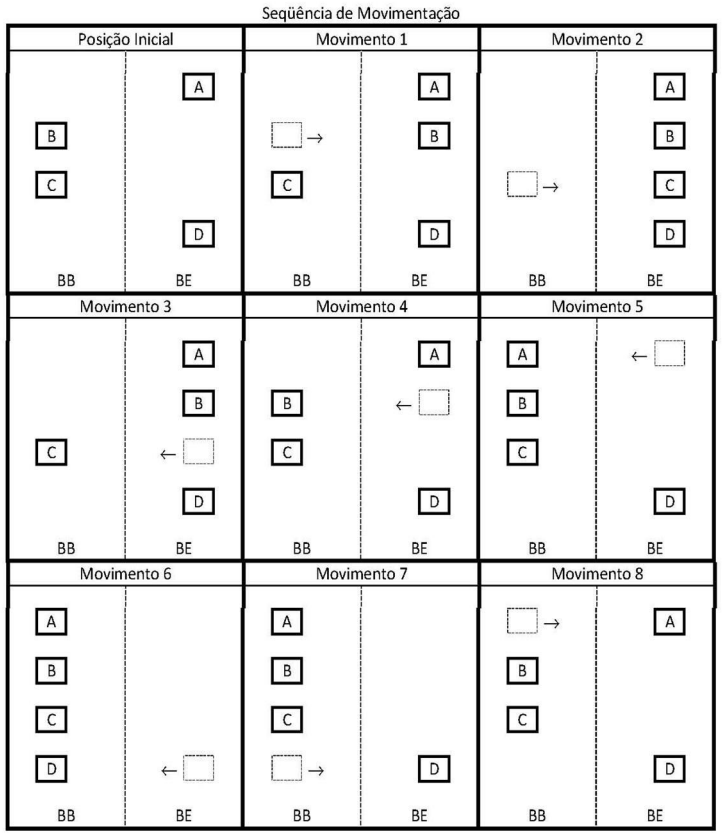
Tubo "U" de Vante											
Localização:					Distância entre partes verticais:						
Movimento	Deflexão										
	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Média
Inicial											
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											

ANEXO 6-E

TABELA 9 - Seqüência de movimentação de "Pesos Sólidos"

Identificação do Peso	Peso	Localização
A		
B		
C		
D		

Seqüência de Movimentação



ANEXO 6-E

TABELA 10 - Cálculo dos momentos inclinantes ("pesos sólidos ")

Movimento	Posição dos pesos		Peso movimentado	Distância entre as posições a BB e BE	Momento transversal	Momento inclinante
	Bombordo	Boreste				
Inicial						
				Total		
1						
				Total		
2						
				Total		
3						
				Total		
4						
				Total		
5						
				Total		
6						
				Total		
7						
				Total		
8						
				Total		

$$BL = \left[\frac{(1000 \times r \times D) - (hs + Ym)}{(1 + r)}\right] + K \text{ , onde:} \qquad (10)$$

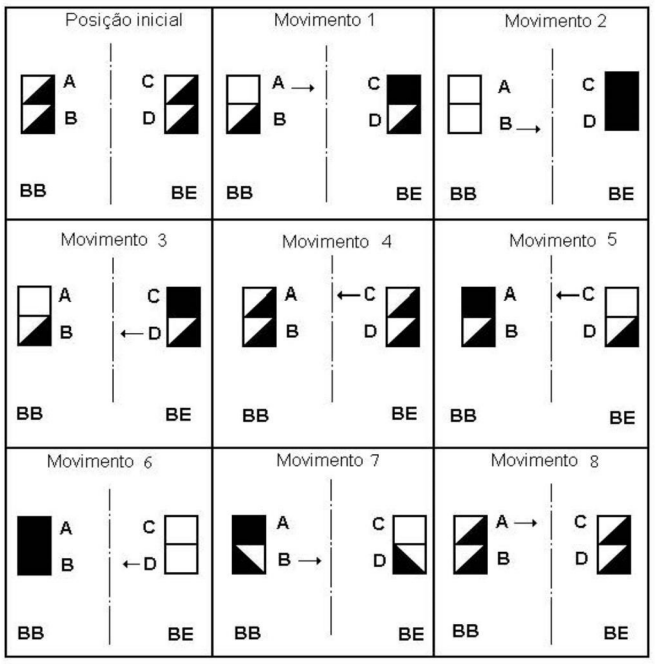
BL = borda livre mínima em mm;
r = fator de flutuabilidade (adimensional);
D = pontal para borda-livre, em m;
hs = altura equivalente de superestrutura, em mm;
Ym = tosamento médio, em mm; e
K = coeficiente obtido na tabela 6-3, em mm.

ANEXO 6-E

TABELA 11 - Seqüência de movimentação de "Pesos Líquidos"

Identificação do Tanque	Tanque	Localização
A		
B		
C		
D		

Seqüência de Movimentação



ANEXO 6-E

TABELA 12 - Cálculo dos momentos inclinantes (transferência de lastro)

Peso especifico do lastro:

Movimento	Tanque	Altura de sondagem ou ulagem	Peso	Y_G	Momento transversal	Mom inclinante = [Mom transv do movimento] - [Mom transv inicial]	Z_G	Momento vertical	Variação do mom. vert. = [Momento vertical do movimento] - [Momento vertical inicial]
Inicial	A								
	B								
	C								
	D								
				Total			Total		
1	A								
	B								
	C								
	D								
				Total			Total		
2	A								
	B								
	C								
	D								
				Total			Total		
3	A								
	B								
	C								
	D								
				Total			Total		
4	A								
	B								
	C								
	D								
				Total			Total		
5	A								
	B								
	C								
	D								
				Total			Total		
6	A								
	B								
	C								
	D								
				Total			Total		
7	A								
	B								
	C								
	D								
				Total			Total		
8	A								
	B								
	C								
	D								
				Total			Total		

ANEXO 6-E

TABELA 13 - Cálculos Hidrostáticos utilizando as Curvas de Bonjean

Baliza	Abcissa da Baliza	Calado	Área	Altura do centróide da área	Meia boca
Volume Deslocado (∇)					
Fator Casco (FC)					
Deslocamento ($\Delta = \nabla \times FC \times \gamma$)					
LCB					
KB					
KM					

ANEXO 6-E

TABELA 14 - Cálculos hidrostáticos utilizando as curvas ou tabelas hidrostáticas

Calado na perpendicular de ré	TR	
Calado na seção de meio-navio	TM	
Calado na perpendicular de vante	TV	
Calado Médio	$\frac{TR+TV}{2}$	
Deflexão	$TM - \frac{(TR+TV)}{2}$	
Compasso (trim)	t = TR - TV	
Calado corrigido para deflexão	$\frac{TR+6TM+TV}{8}$	
LCF no calado corrigido para deflexão	LCF	
Correção do calado devido ao trim	$\frac{t \times LCF}{Lpp}$	
Calado correspondente	$\frac{TR+6TM+TV}{8} + \frac{t \times LCF}{Lpp}$	
Características hidrostáticas obtidas nas curvas ou tabelas hidrostáticas para o calado correspondente	Δ	
	LCB	
	MTC	
	KM	
Densidade da água do local da prova		
Deslocamento corrigido para a densidade da água do local da prova		
MTC corrigido para a densidade da água do local da prova		

ANEXO 6-E

TABELA 15 - Cálculo da altura metacêntrica e posição vertical do centro de gravidade

Movimento	Momento Inclinante (Tabela 10 ou 12)	Pêndulo / Tubo de Ré		Pêndulo / Tubo de Meio-Navio		Pêndulo / Tubo de Vante		Tangente Média	Altura Metacêntrica do Movimento
		Comprimento / Distância "L"		Comprimento / Distância "L"		Comprimento / Distância "L"		$tg\theta = \frac{1}{3}(tg\,\theta_1 + tg\,\theta_2 + tg\,\theta_3)$	$GM = \frac{Mom.Inc.}{tg\theta\,\Delta}$
		Deflexão ou desnível médio	$tg\,\theta_1$	Deflexão ou desnível médio	$tg\,\theta_2$	Deflexão ou desnível médio	$tg\,\theta_3$		
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
				Altura Metacêntrica Média (GMo)					
				Correção devido ao Efeito de Superfície Livre			$GGo = \frac{\sum i \times \gamma}{\Delta}$		
				Posição Vertical do Metacentro Transversal (KM)					
				Posição Vertical do Centro de Gravidade (KG)					

Nota: A determinação da tangente do ângulo de inclinação está indicada na figura abaixo.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082500076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 6-E

TABELA 16 - Correção de KG devido à movimentação de líquidos

Movimento	Variação de momento vertical (δ MV)	Variação de KG no movimento (δKG) $\delta KG = \frac{\delta MV}{\Delta}$
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
Média de δKG		
KG (Tabela 15)		
KG = KG (Tabela 15) + δKG		

TABELA 17 - Correção de KG devido a variação de superfície livre nos tanques onde o líquido é movimentado

Movimento i	Momento de Inércia tanque BE (I_{BE})	Momento de Inércia tanque BB (I_{BB})	Momento de Inércia Total $I_{total} = I_{BE} + I_{BB}$	Variação de Momento de Inércia $\delta I = [I_{total}]\ Mov_i - [I_{total}]\ Mov_o$	Variação de KG no Movimento $\delta KG = \frac{\delta I \times y}{\Delta}$
0					
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
Média de δKG					
KG (Tabela 15)					
KG = KG (Tabela 15) + δKG					

ANEXO 6-E

TABELA 18 - Cálculos da Condição de Navio Leve

Item	Peso	ZG	Momento Vertical	XG	Momento Longitudinal
Condição de prova					
Pesos a deduzir					
Pesos a acrescentar					
Total					
Deslocamento do Navio Leve					
KG					
LCG					
Características obtidas das curvas ou tabelas hidrostáticas a partir do deslocamento do navio leve.	Calado correspondente (TC)				
	LCB				
	MTC				
	LCF				
	KM				
Compasso (trim)	$t = \frac{(LCG - LCB) \cdot \Delta}{100 \cdot MTC}$ (*)				
Calado na perpendicular de ré	$TR = TC + \frac{t}{Lpp}(LCF)$ (*)				
Calado na perpendicular de vante	$TV = TC - \frac{t}{Lpp}(LPP - LCF)$ (*)				
Altura metacêntrica	GM = KM - KG				

(*) Fórmulas válidas para as seguintes hipóteses e convenções de sinais:
a) LCG, LCB e LCF considerados em relação à Perpendicular de ré: Positivo a vante.
b) trim de popa: positivo.

_____
Nome e assinatura do Responsável Técnico

ANEXO 6-F

CONVERSÃO DOS CALADOS LIDOS NO COSTADO PARA AS PERPENDICULARES E SEÇÃO DE MEIO NAVIO E CÁLCULO DO DESLOCAMENTO A PARTIR DOS CALADOS

1 - PROPÓSITO

Determinar as condições para o cálculo dos calados nas perpendiculares e na seção de meio navio, a partir dos calados lidos nas marcas do casco de uma embarcação e para o cálculo do deslocamento de uma embarcação a partir dos calados nas perpendiculares e do calado na Seção de Meio Navio.

2 - SIMBOLOGIA

Para efeito de aplicação destas regras é adotada a seguinte simbologia:

a) **PR:** Perpendicular de ré;
b) **MN:** seção de meio navio;
c) **PV:** perpendicular de vante;
d) **HMR:** calado nas marcas de ré;
e) **HMMN:** calado nas marcas de meio navio;
f) **HMV:** calado nas marcas de vante;
g) **HPR:** calado na perpendicular de ré;
h) **HMN:** calado na seção de meio navio;
i) **HPV:** calado na perpendicular de vante;
j) **TM:** compasso (trim) medido entre as marcas de calado de ré e de vante;
l) **Lpp:** comprimento entre perpendiculares;
m) **LR:** distância das marcas de calado de ré à perpendicular de ré;
n) **LM:** distância das marcas de calado de meio navio à seção de meio navio;
o) **LV:** distância das marcas de calado de vante à perpendicular de vante;
p) **LRV:** distância paralela à linha de base entre os calados nas marcas de vante e ré;
q) **d HPR:** correção do calado lido HMR para a perpendicular de ré;
r) **d HMN:** correção do calado lido HMN para a seção de meio navio;
s) **d HPV:** correção do calado lido HMV para a perpendicular de vante;
t) **θ:** ângulo do compasso (trim) TM;
u) **LCF:** posição longitudinal do centro de flutuação;
v) **T:** compasso (trim) medido entre as perpendiculares; e
x) **HC:** calado correspondente.

3 - DEFINIÇÃO

Calado Correspondente é o calado de uma embarcação em flutuação paralela, cujo deslocamento é igual ao deslocamento desta embarcação em uma condição de trim e/ou sujeita a esforços de alquebramento ou tosamento devido a carregamentos.

4 - CÁLCULO DOS CALADOS NAS PERPENDICULARES E SEÇÃO DE MEIO NAVIO

A sequência para o cálculo dos calados nas perpendiculares e a meio navio é a seguinte (Figuras 6-F.1e 6-F.2):

a) determinar os valores de LR, LM e LV;
b) TM = HMR - HMV
c) LRV = Lpp - (LR + LV)
d) tg θ = TM / LRV
e) d HPR = LR x tg θ;
d HMN = LM x tg θ;

ANEXO 6-F

d HPV = LV x tg θ;
f) HPR = HMR + d HPR
HMN = HMMN + d HMN
HPV = HMV + d HPV

CONVENÇÃO DE SINAIS
LR:
- positivo caso as marcas de calado de ré sejam a vante da PR; e
- negativo caso as marcas de calado de ré sejam a ré da PR.
LV:
- positivo caso as marcas de calado de vante sejam a ré da PV; e
- negativo caso as marcas de calado de vante sejam a vante da PV.
LM:
- positivo caso as marcas de calado a meio navio sejam a ré da seção de Meio Navio; e
- negativo caso as marcas de calado a meio navio sejam a vante da seção de Meio Navio.
TM:
- positivo caso o trim seja pela popa (HMR > HMV); e
- negativo caso o trim seja pela proa (HMR < HMV).

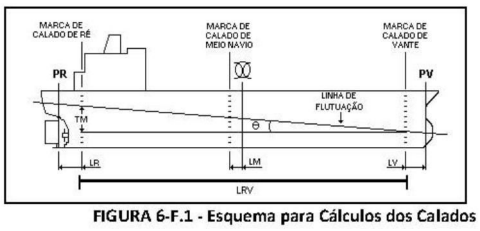


FIGURA 6-F.1 - Esquema para Cálculos dos Calados

5 - CÁLCULO DO CALADO CORRESPONDENTE

a) O calado correspondente é calculado por intermédio da seguinte fórmula aproximada:

$$HC = \frac{HPR + (6 \times HMN) + HPV}{8} + \frac{T \times LCF}{Lpp}$$

b) Observações:

1) O valor de LCF é obtido das curvas hidrostáticas através do calado definido por :

$$H = \frac{HPR + (6 \times HMN) + HPV}{8}$$

2) A expressão apresentada no item a) é válida quando o valor do LCF é fornecido com referência à seção de Meio Navio.

ANEXO 6-F

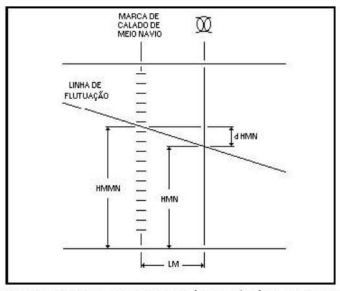


FIGURA 6-F.2: Determinação dos Calados na Seção de Meio Navio

6 - CÁLCULO DO DESLOCAMENTO

a) O deslocamento é obtido das curvas hidrostáticas através do Calado Correspondente (HC).

b) Caso o peso específico do meio fluido onde se encontra a embarcação seja diferente do peso específico usado nos cálculos hidrostáticos, é necessário corrigir o deslocamento obtido das curvas hidrostáticas, multiplicando-o pelo quociente do peso específico do meio fluido pelo peso específico usado nos cálculos hidrostáticos.

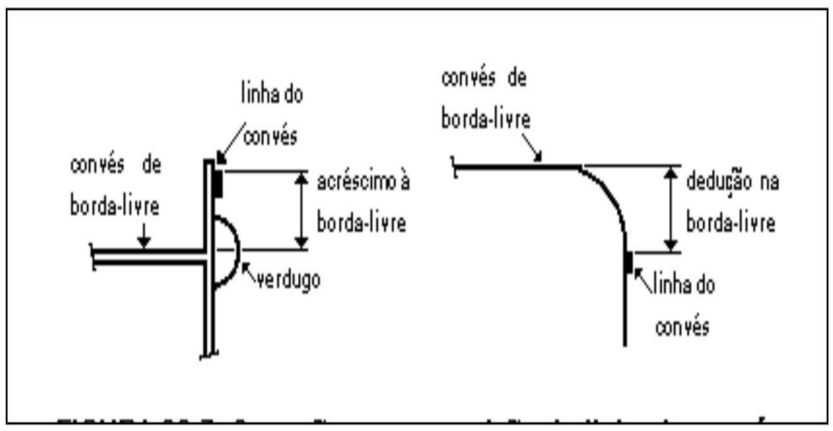


FIGURA 6-7: Correção para a posição da linha do convés

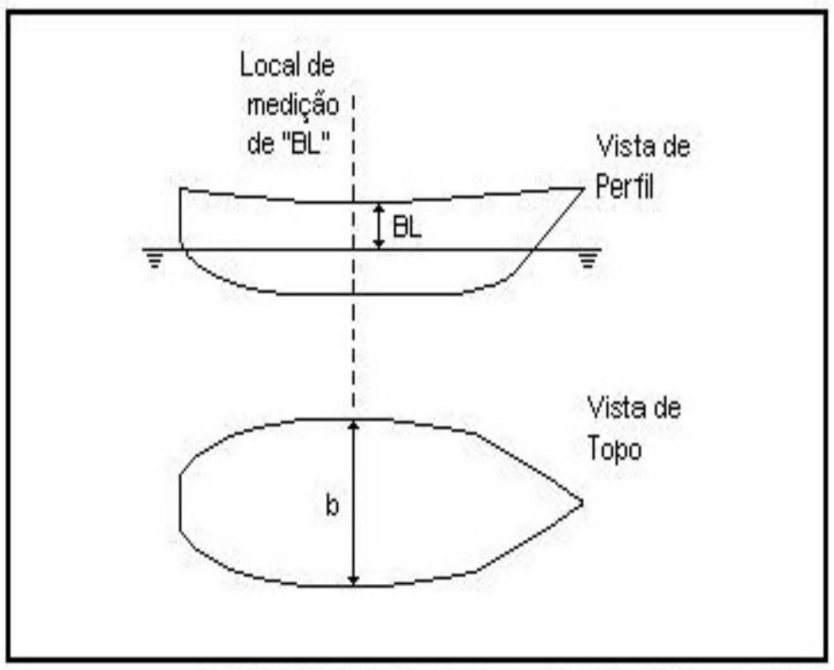


FIGURA 6-G-1: Local de Medição de "b"

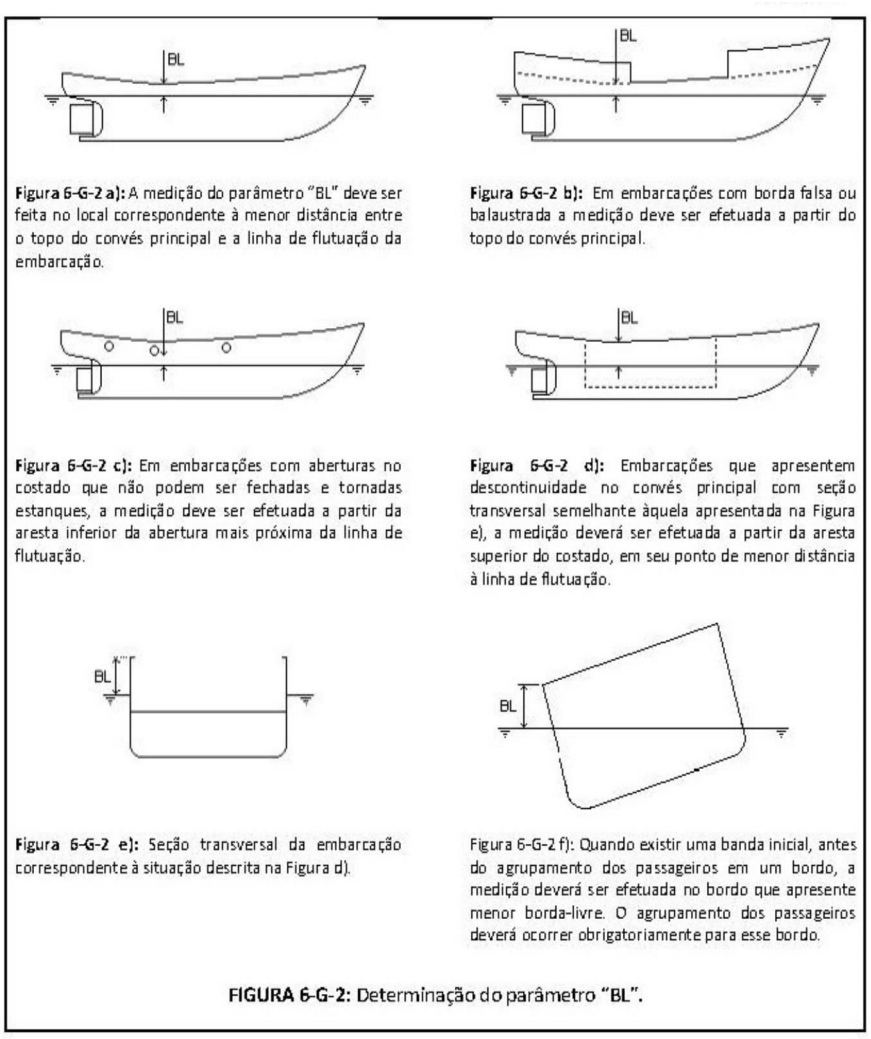


Figura 6-G-2 a): A medição do parâmetro "BL" deve ser feita no local correspondente à menor distância entre o topo do convés principal e a linha de flutuação da embarcação.

Figura 6-G-2 b): Em embarcações com borda falsa ou balaustrada a medição deve ser efetuada a partir do topo do convés principal.

Figura 6-G-2 c): Em embarcações com aberturas no costado que não podem ser fechadas e tornadas estanques, a medição deve ser efetuada a partir da aresta inferior da abertura mais próxima da linha de flutuação.

Figura 6-G-2 d): Embarcações que apresentem descontinuidade no convés principal com seção transversal semelhante àquela apresentada na Figura e), a medição deverá ser efetuada a partir da aresta superior do costado, em seu ponto de menor distância à linha de flutuação.

Figura 6-G-2 e): Seção transversal da embarcação correspondente à situação descrita na Figura d).

Figura 6-G-2 f): Quando existir uma banda inicial, antes do agrupamento dos passageiros em um bordo, a medição deverá ser efetuada no bordo que apresente menor borda-livre. O agrupamento dos passageiros deverá ocorrer obrigatoriamente para esse bordo.

FIGURA 6-G-2: Determinação do parâmetro "BL".



Figura 6-G-3 a): O Pontal deve ser medido internamente sem se considerar as espessuras do costado e do fundo. Preferencialmente esse parâmetro deve ser medido em posição próxima à Linha de Centro (LC) da embarcação.

Figura 6-G-3 b): Em embarcações de madeira ou de construção mista, o Pontal deve ser medido a partir da aresta superior do alefriz da quilha.

Figura 6-G-3 c): Nas embarcações que apresentem descontinuidade no convés principal na região de meia-nau, com seção transversal semelhante àquela apresentada na Figura d), o Pontal deve ser medido a partir da extremidade superior do costado.

Figura 6G-3 d): Determinação do Pontal em embarcações com seção transversal correspondente à situação descrita na Figura c).

FIGURA 6-G-3: Determinação do Pontal.

ANEXO 6-H

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DA LOTAÇÃO DE PASSAGEIROS E DO PESO MÁXIMO DE CARGA DE EMBARCAÇÕES COM AB ≤ 20

1) CARACTERÍSTICAS DA EMBARCAÇÃO:
a) Nome: _____
b) Nº Inscrição _____
c) Tipo de Navegação: _____

2) DIMENSÕES PRINCIPAIS:
a) Comprimento Total: _____ m
b) Boca: _____ m
c) Pontal: _____ m

2) DESCRIÇÃO DO TIPO DE SERVIÇO / ATIVIDADE DA EMBARCAÇÃO:
_____
_____
_____

TIPO DE SERVIÇO: Transporte Exclusivo de Passageiros ( ) Transporte de Carga e Passageiros ( )

3) DESCRIÇÃO DA ÁREA DE OPERAÇÃO DA EMBARCAÇÃO:
_____
_____
_____

4) ÁREA DE NAVEGAÇÃO DO TIPO: 1 ( ) 2 ( ) 3 ( )

5) CARACTERIZAÇÃO DA EMBARCAÇÃO QUANTO AO TIPO	SIM	NÃO	N/A
a) A embarcação possui aberturas no costado através das quais possa haver um alagamento progressivo?	( )	( )	( )
b) Todas as aberturas do convés principal são dotadas de tampas estanques?	( )	( )	( )
c) As aberturas no convés principal que não possuem tampas estanques são dotadas com tampas não estanques construídas em material resistente? Especificar o material utilizado nas tampas: _____ _____ _____	( )	( )	( )
d) As tampas citadas no item acima apresentam algum dispositivo que permita sua fixação às aberturas impedindo seu deslocamento durante viagens? Especificar o material utilizado nas tampas: _____ _____	( )	( )	( )

f) Especificar a menor distância transversal entre as extremidades das aberturas do convés principal e a borda mais próxima.
_____
_____

g) Especificar a altura das braçolas das aberturas existentes no convés principal.
_____
_____
_____

h) Especificar os locais normalmente utilizados para transporte de carga, discriminando a capacidade estimada de cada local.
_____
_____
_____

EMBARCAÇÃO DO TIPO: I ( ) II ( ) III ( ) IV ( )

ANEXO 6-H

6) LIMITES INICIALMENTE PROPOSTOS PELO PROPRIETÁRIO OU ARMADOR
Peso Máximo de Carga: _____ t
Lotação de Passageiros
- Convés Principal: _____
- Convés Superior: _____
- _____ : _____
Total: _____

7) LOTAÇÃO CONSIDERADA PARA A REALIZAÇÃO DO TESTE
- Convés Principal: _____
- Convés Superior: _____
- _____ : _____
Total: _____

8) MEDIÇÕES EFETUADAS DURANTE A REALIZAÇÃO DO TESTE
BL1 = _____ m
BL2 = _____ m
b = _____ m

9) VALORES RETIRADOS DA TABELA EM FUNÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS EMBARCAÇÕES
K1 = _____
K2 = _____

10) VERIFICAÇÃO DA LOTAÇÃO DE PASSAGEIROS ATRIBUÍDA
a) BL1 - BL2 = _____ m
b) (BL1 - BL2) / b = _____
c) K1 = _____
d) K2 x BL1 = _____ m

Critério de Avaliação:
I) (BL1 - BL2) / b ≤ K1
II) (BL1 - BL2) ≤ K2 x BL1

11) DETERMINAÇÃO DO PESO MÁXIMO DE CARGA (PMC)
Embarcações destinadas exclusivamente ao transporte de passageiros
PMC = 0,08 x Np = 0,08 x _____ = _____ t
Embarcações destinadas ao transporte de passageiros e carga
PMC = 0,08 x Np + {(0,7xCxB) x[(K2 x BL1) – (BL1-BL2)]}
PMC = _____ t

12) INFORMAÇÕES SOBRE O TESTE
Local de realização do teste : _____
Data: Hora de Início: Hora de Término:
Presentes: _____

13) OBSERVAÇÕES
_____

14) RESULTADOS DO TESTE
LOTAÇÃO DE PASSAGEIROS : _____ PMC : _____ t

Data:__de_____de____

_____
Assinatura e Carimbo do Responsável

ANEXO 6-J

CERTIFICADO NACIONAL DE BORDA LIVRE
(EMITIDO DE ACORDO COM A ANEXO 6-I DA NORMAM 02)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

Nome do Navio	Indicativo do Navio (número ou letras)	Porto de Inscrição	Arqueação Bruta

ATIVIDADE OU SERVIÇO:
TIPO DE NAVEGAÇÃO:

DISTÂNCIA DA PARTE SUPERIOR DA LINHA DO CONVÉS DA BORDA-LIVRE ATÉ O CENTRO DO DISCO mm

C P

A ARESTA SUPERIOR DA LINHA DO CONVÉS ESTÁ SITUADA A mm
DA FACE SUPERIOR DO CONVÉS AO LADO.

O CENTRO DO DISCO ESTÁ SITUADO A mm DO BICO DE PROA.

O PRESENTE CERTIFICADO É EXPEDIDO PARA ATESTAR QUE O NAVIO ACIMA FOI VISTORIADO E QUE A SUA BORDA LIVRE E LINHA DE CARGA INDICADAS ACIMA FORAM APOSTAS E SERÃO CONTROLADAS CONFORME AS DISPOSIÇÕES EM VIGOR.

VÁLIDO ATÉ: ____de_____de_____

EXPEDIDO EM: ____de_____de____

_____
Assinatura e Carimbo do Responsável

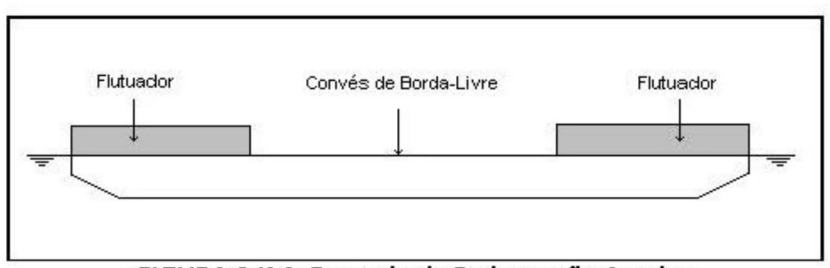


FIGURA 6-K.1: Exemplo de Embarcação Areeira

ANEXO 3-F

PLANOS E DOCUMENTOS

1 PROPÓSITO

Determinar normas e requisitos para apresentação dos diversos planos e documentos exigidos nos processos de licença de construção, alteração e reclassificação.

2 -APRESENTAÇÃO DOS PLANOS E DOCUMENTOS

a)Os planos deverão ser apresentados em escala compatível com as dimensões da embarcação. A legenda dos planos deverá especificar, no mínimo, o número do casco e ou nome da embarcação, nome do plano, estaleiro construtor, escala e data.

b)Todos os documentos deverão ser digitados ou datilografados, possuir folha de rosto contendo a sua identificação e da embarcação (nome e/ou número de casco), além do carimbo e assinatura do responsável técnico. As páginas interiores deverão conter a rubrica do responsável técnico e a identificação da embarcação.

c)Nenhum plano ou documento deverá conter qualquer tipo de rasura ou emenda.

3 DESCRIÇÃO DOS PLANOS E DOCUMENTOS

a)Memorial Descritivo

Descreve a embarcação quanto as suas dimensões principais, propulsão, geração de energia, aparelhos de força, equipamentos de salvatagem, combate a incêndio e dados de operação. É um resumo da especificação contratual. Deve ser apresentado integralmente conforme modelo constante no Anexo 3-G.

b)Plano de Arranjo Geral

1)O plano de arranjo geral deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

I)A vista do perfil longitudinal, consistindo de um corte na linha de centro, com:

-a representação da compartimentagem do casco, a qual deverá estar de acordo com o estabelecido no Capítulo 6, e dos tanques estruturais da embarcação, com a respectiva denominação de cada compartimento ou tanque;

-representação esquemática das máquinas, equipamentos e acessórios importantes pela sua função ou dimensão;

-a posição das portas, vigias, janelas ou quaisquer outras aberturas porventura existentes no casco, superestruturas e casarias; e

-a indicação das perpendiculares de vante e de ré da seção de meio navio, da linha de base com o espaçamento e representação gráfica das cavernas, da linha de referência de calados e da linha d'água de projeto.

II)A vista de todos os conveses da embarcação, incluindo os de superestrutura, as plataformas, pisos ou estrados da praça de máquinas, os conveses, pisos ou estrados abaixo do convés principal, dos tetos de casarias e do duplo fundo com:

-a representação da compartimentagem do casco, a qual deverá estar de acordo com o estabelecido no Capítulo 06, e dos tanques estruturais da embarcação, com a respectiva denominação de cada compartimento ou tanque;

-a representação esquemática das máquinas, equipamentos e acessórios importantes pela sua função ou dimensão;

-a indicação da linha de centro com a representação gráfica das cavernas;

-a posição das portas, vigias, janelas ou quaisquer outras aberturas porventura existentes no casco, superestruturas e casarias; e

-o arranjo interno de cada nível de acomodações, com a denominação de cada compartimento, sendo que, nos camarotes, deverá ser informado o número de beliches e se este se destina a passageiro ou tripulante (especificar qual o tripulante), enquanto que nos compartimentos sanitários deverão ser informados e/ou representados o número de vasos sanitários, lavatórios e chuveiros, de acordo com o estabelecido no Anexo 3-M.

III)A vista frontal com a representação abaixo do convés principal da seção mais significativa da embarcação; devem estar indicados, ainda, a linha de base, a linha de referência de calados e a linha d'água de projeto.

IV)A localização das luzes de navegação e sinalização.

2)Para as embarcações que transportem qualquer número de passageiros, com AB maior que 20, além do previsto no ítem 1) acima, deverão ter assinalados, na vista de cada convés, os limites dos espaços para redes, espaços para cadeiras, espaços para bagagem e das áreas destinadas ao transporte de passageiros em pé ou de carga, além daquelas reservadas para circulação e acesso, conforme estabelecido no anexo 3-M. Deverá também estar indicado o número de passageiros considerados em cada uma dessas regiões.

3)As embarcações com AB maior do que 50, que forem efetuar o transporte de carga no convés deverão indicar adicionalmente nesse plano a linha de limitação da área de carga, das áreas de passagem para a tripulação de proa a popa e, caso aplicável, da área de transporte de passageiros no convés considerado.

4)Para embarcações com AB menor ou igual a 20, que transportem qualquer número de passageiros, o plano de arranjo geral requerido no ítem 0314, alínea b) pode ser resumido, devendo constar, no mínimo, o seguinte:

I)Vista do perfil longitudinal, consistindo de um corte na linha de centro, com:

-A representação da compartimentagem do casco, a qual deverá estar de acordo com o estabelecido no Capítulo 6, e dos tanques estruturais da embarcação, com a respectiva denominação de cada compartimento ou tanque;

-A representação esquemática das máquinas, equipamentos e acessórios importantes pela função, peso ou dimensão; e

-A posição das portas, vigias, janelas e ou quaisquer outras aberturas que porventura existentes no casco, superestruturas e casarias.

II)Vista de todos os conveses da embarcação;

III)Vista frontal;

IV)Localização das luzes de navegação e das sinalizações; e

V)Identificação, por convés, das áreas destinadas a carga e a passageiros.

c)Plano de Linhas

1)O plano de linhas deverá ser apresentado com as seções de balizas, linhas d'água e do alto, devidamente carenadas entre si.

2)As seguintes características do casco devem ser fornecidas:

I)Comprimento total;

II)Comprimento entre perpendiculares; e

III)Boca, pontal e calado de projeto moldados.

c) Cálculo da Reserva de Flutuabilidade Requerida (RF_R)

A reserva de flutuabilidade requerida deverá ser obtida por intermédio da seguinte expressão:

$$RF_R = A_{WL} \times BL_e$$

onde:

RF_R = reserva de flutuabilidade requerida, em m^3;

A_{WL} = área da linha d'água correspondente à linha de flutuação na condição de carregamento máximo, em m^2; e

BL_e = borda-livre equivalente, em m.

4)O plano de balizas deve apresentar, no mínimo, as seguintes informações:

I)Identificação e representação das balizas em verdadeira forma;

II)Traço e identificação a BB/BE das linhas d'água, linhas do alto e diagonais caso consideradas;

III)Traço e identificação da linha de centro (LC), linha d'água de projeto (WP) e da linha de base (LB);

IV)Representação, se presente, das projeções do castelo, do tombadilho, do espelho de popa e ou proa, das bordas-falsas e das linhas de quina; e

V)Representação da linha de convés ao lado.

5)O número mínimo de balizas inteiras entre perpendiculares deve ser igual a 11, determinando um espaçamento máximo igual a 0,10 Lpp. A numeração das balizas deve ser feita de ré para vante e com a origem na perpendicular de ré.

6)Para as embarcações que apresentem comprimento entre perpendiculares acima de 100 m ou grande variação das linhas do casco na direção dos extremos de ré ou de vante, devem ser traçadas balizas inteiras com a metade do espaçamento máximo entre perpendiculares, gerando 21 balizas inteiras.

7)O plano de linhas d'água deve apresentar, no mínimo, as seguintes informações:

I)Identificação a ré e a vante e representação em verdadeira forma das linhas d'água;

II)Traço e identificação a ré e a vante das linhas do alto consideradas;

III)Traço e identificação das balizas consideradas, incluindo as perpendiculares;

IV)Traço e identificação da linha de centro; e

V)Representação das projeções correspondentes ao convés principal e, se existentes, bordas-falsas, castelo, tombadilho, espelhos de popa e/ou proa e linhas de quina.

8)O espaçamento entre linhas d'água não deve ser superior ao menor valor entre um quinto do pontal e 2 m. Sua numeração deve ser feita da linha de base para o pontal.

9)O plano de linhas do alto deve apresentar, no mínimo, as seguintes informações:

I)Identificação a ré e a vante e representação das linhas do alto em verdadeira forma;

II)Traço e identificação a ré e a vante das linhas d'água consideradas;

III)Traço e identificação das balizas consideradas, incluindo as perpendiculares;

IV)Representação do perfil do casco no plano diametral com indicação do convés ao lado, do convés ao centro e do tosamento a vante e a ré; e

V)Representação, caso existente, das projeções das bordas-falsas, castelo, tombadilho e linhas de quina.

10)Deverão ser representadas, no mínimo, 2 linhas do alto, a vante e a ré.

d)Curvas Hidrostáticas

1)Essas curvas deverão apresentar, com indicação clara das escalas e unidades (abcissas e ordenadas), pelo menos as seguintes características hidrostáticas e coeficientes de forma: volume, deslocamento, posições longitudinal e vertical do centro de carena, raio metacêntrico transversal, momento para trimar um centímetro, posição longitudinal do centro de flutuação, todos a partir do calado correspondente ao deslocamento leve até o pontal moldado.

2)Quando o espaçamento entre os calados para os quais foram calculadas as características da embarcação for igual ou inferior a 5 cm, as tabelas listadas por computador podem substituir estas curvas.

e)Curvas Cruzadas de Estabilidade

1)Deverá indicar de forma clara as escalas e unidades utilizadas e ser traçada para pelo menos os ângulos de inclinação de 5, 10, 15, 20, 25, 30, 35, 40, 50 e 60, considerando, pelo menos, 5 (cinco) deslocamentos diferentes, preferencialmente compreendidos entre os deslocamentos leve e carregado.

2)As curvas poderão ser substituídas por tabelas com a listagem dos braços de endireitamento, sempre que forem calculados para, pelo menos, 15 deslocamentos diferentes para cada ângulo de inclinação. Sempre que forem calculados por intermédio de programas de computador deverão estar acompanhados da listagem dos dados de entrada.

3)Quando for assumida uma posição vertical do centro de gravidade diferente de zero (KG na quilha), o valor considerado deverá estar claramente indicado nas curvas cruzadas e na sua respectiva memória de cálculo ou na listagem dos resultados, conforme o caso.

f)Estimativa de Peso Leve

Deverá apresentar de forma detalhada a memória de cálculo do deslocamento e das posições vertical e longitudinal do centro de gravidade da embarcação na condição leve, discriminando os itens considerados, seus pesos e momentos em relação à linha de base e em relação à perpendicular de ré ou à seção mestra.

g)Prova de Inclinação

A Prova de Inclinação deverá ser conduzida de acordo com os procedimentos estabelecidos no Capítulo 06, sendo apresentado um relatório de prova de inclinação conforme modelo constante no mesmo Capítulo.

h)Relatório da Medição de Porte Bruto

1)Esse relatório deverá apresentar descrição detalhada sobre os seguintes aspectos:

I)Medições de calado efetuadas;

II)Densidade da água no local da prova;

III)Pesos a deduzir e ou a acrescentar da condição da prova;

IV)Valor obtido para o deslocamento e para a posição longitudinal do centro de gravidade da embarcação na condição leve;

VValor estimado para a posição vertical do centro de gravidade da embarcação na condição leve; e

VI)Valor calculado para o porte bruto.

2)Poderão ser utilizadas as tabelas apresentadas no modelo do relatório da prova de inclinação aplicáveis, apresentadas no Capítulo 6.

i)Folheto de Trim e Estabilidade

1)Deverão ser apresentadas as seguintes informações gerais relativas à estabilidade da embarcação:

I)Descrição do ponto de alagamento considerado e sua posição em relação à:

(a)Perpendicular de ré ou seção mestra;

(b)Linha de centro; e

(c)Linha de base.

II)Lastro fixo existente a bordo, suas características e localização;

III)Número máximo de passageiros permitidos por convés;

IV)Gráfico "altura máxima de carga x calado" (somente para as embarcações com AB maior que 50, que forem efetuar o transporte de carga no convés);

V)Calado máximo permissível e o deslocamento correspondente; e

VI)Eventuais restrições operacionais relativas à estabilidade da embarcação.

2)Este documento deverá ainda conter, para cada condição de carregamento avaliada, as seguintes informações:

I)Descrição das condições de carregamento, especificando o peso, a posição vertical e longitudinal do centro de gravidade e os momentos correspondentes, para cada item considerado;

II)O valor do deslocamento total e da posição resultante (vertical e longitudinal) do centro de gravidade na condição;

III)As seguintes características hidrostáticas:

(a)Calado equivalente;

(b)Posição longitudinal do centro de carena (LCB);

(c)Posição longitudinal do centro de flutuação (LCF);

(d)Altura metacêntrica transversal (KMt) ou, alternativamente, a posição vertical do centro de carena (KB) e o raio metacêntrico transversal (BMt);

(e)Momento para trimar 1 centímetro (MTC);

(f)Altura metacêntrica inicial (GMo);

(g)Trim (em relação ao comprimento entre perpendiculares);

(h)Calado na perpendicular de ré;

(i)Calado na seção de meio-navio; e

(j)Calado na perpendicular de vante.

IV)Ângulo de alagamento;

V)Memória de cálculo do momento de superfície livre dos tanques, de acordo com o estabelecido no Capítulo 6, exceto nos casos em que sejam utilizados programas especiais de computador, previamente autorizados pela DPC, que equilibram o líquido no interior dos tanques e fornecem o valor exato da posição do seu centro de gravidade em cada inclinação analisada, quando é dispensável a apresentação dessa memória de cálculo;

VI)Memória de cálculo da curva de estabilidade estática, informando para cada ângulo de inclinação considerado os seguintes parâmetros, exceto nos casos em que sejam utilizados programas especiais de computador, previamente autorizados pela DPC, que equilibram o navio e fornecem o valor exato do braço de endireitamento em cada inclinação analisada sem ser necessária a elaboração das curvas cruzadas, quando é suficiente a apresentação apenas do item 4), abaixo:

(a)Braço de endireitamento retirado das curvas cruzadas de estabilidade;

(b)Correção devido à posição vertical do centro de gravidade;

(c)Correção devido ao efeito de superfície livre; e

(d)Braço de endireitamento corrigido.

VII)Memória de cálculo dos momentos emborcadores devido ao acúmulo de passageiros em um bordo, à manobra de giro, ao efeito do vento e ao reboque, quando aplicável;

VIII)Para todas as condições de carregamento nas quais seja avaliado o agrupamento de passageiros em um bordo, deverá ser apresentado um croqui de cada convés considerado, indicando a área ocupada por esses passageiros;

IX)Curva de estabilidade estática, representando adicionalmente (quando aplicável) as curvas correspondentes aos braços de emborcamento devido ao acúmulo de passageiros em um bordo, à manobra de giro, ao efeito do vento ou ao reboque;

X)Aplicação do critério de estabilidade pertinente ao tipo de serviço da embarcação, de acordo com o estabelecido nestas regras;

XI)A distância de visibilidade no passadiço ou comando (somente para as embarcações com AB maior do que 50, que forem efetuar o transporte de carga no convés); e

XII)Curvas de momento fletor e esforço cortante, com a respectiva memória de cálculo ou listagem dos dados de saída, quando os cálculos forem efetuados por computador, informando os valores máximos das tensões verificadas no fundo, no convés e em elementos contínuos acima do convés (dispensável para embarcações com AB menor que 500).

3)As "Embarcações SOLAS" deverão, adicionalmente, apresentar as seguintes informações:

I)Descrição geral da embarcação e características principais;

II)Instruções para uso do folheto de trim e estabilidade;

III)Plano de arranjo geral, representando os seguintes itens:

(a)Compartimentos estanques;

(b)Dispositivos de fechamento de aberturas;

(c)Posição dos suspiros;

(d)Pontos de alagamento;

(e)Lastro fixo; e

(f)Carga máxima admissível no(s) convés(es).

IV)Curvas (ou tabelas) hidrostáticas e cruzadas de estabilidade, para as faixas de variação do deslocamento e trim previstas para as condições normais de operação do navio;

V)Plano de capacidade (ou tabelas) apresentando as capacidades e centros de gravidade de cada local de estivagem de carga;

VI)Tabelas de sondagem, apresentando as capacidades, centros de gravidade e informações sobre o efeito de superfície livre de cada tanque;

VII)Informações sobre restrições de carregamento, tais como as curvas (ou tabelas) de KG máximo permissível ou de GM mínimo requerido, que possa ser utilizada para verificar o atendimento do critério de estabilidade aplicável;

VIII)Informações que possibilitem o cálculo dos esforços solicitantes da viga navio em condições de carregamento distintas daquelas já avaliadas;

IX)Exemplos para o desenvolvimento de outras condições de carregamento aceitáveis através das informações disponíveis no folheto de trim e estabilidade;

X)Uma breve descrição dos cálculos de estabilidade efetuados, incluindo as hipóteses e ou simplificações assumidas;

XI)Precauções gerais para evitar um alagamento involuntário;

XII)Qualquer outra informação necessária para a operação segura da embarcação, em condições normais ou de emergência;

XIII)Índice; e

XIV)Relatório da prova de Inclinação ou, quando forem adotados os valores correspondentes a outro navio da série, o relatório da prova de Inclinação desse navio e o relatório da medição de porte bruto do navio considerado.

4)Quando se tratar de um folheto de trim e estabilidade preliminar os valores do deslocamento e das posições longitudinal e vertical do centro de gravidade deverão ser obtidos por intermédio da estimativa do peso leve, enquanto que no folheto de trim e estabilidade definitivo esses valores deverão ser obtidos por intermédio de uma prova de inclinação ou de uma medição de porte bruto.

j)Plano de Perfil Estrutural

1)O plano de perfil estrutural deverá representar a vista do perfil longitudinal, a vista dos conveses, tetos de casarias e fundo duplo, com a representação da compartimentagem do casco, a qual deverá estar de acordo com o estabelecido no Capítulo 6, e a indicação das dimensões dos principais elementos estruturais, espessura do chapeamento (ou taboado) dos conveses e anteparas. Deverá ser indicada a posição e o espaçamento das cavernas.

2)As embarcações com AB maior que 50, que forem efetuar transporte de carga no convés, deverão apresentar adicionalmente nesse plano, o peso máximo de carga admissível por metro quadrado para o convés considerado.

l)Plano de Seção Mestra

1)O plano de seção mestra representa a seção transversal da superfície do casco que contém as maiores dimensões. Deverá ser apresentado com representação abaixo do convés principal da compartimentagem e indicação das dimensões dos principais elementos estruturais e espessura do chapeamento (ou taboado) do casco, do convés principal e das anteparas.

2)As embarcações com AB maior que 50, que forem efetuar o transporte de carga no convés deverão apresentar adicionalmente nesse plano o peso máximo de carga admissível por metro quadrado para o convés considerado.

3)Sempre que o projetista julgar conveniente, este plano poderá ser apresentado em conjunto com o plano de perfil estrutural.

m)Plano de Capacidade

1)Deverá conter, no mínimo:

I)Representação gráfica do perfil da embarcação, indicando o espaçamento entre cavernas, perpendiculares de ré e de vante e os compartimentos mais significativos;

II)Contorno dos conveses e das cobertas que possam ser utilizados para carregamento;

III)Indicação gráfica das posições nos conveses de cachimbos e cogumelos de ventilação, cabeços, paus de carga, guincho, molinetes, escotilhas e outros, para se obter a área livre de carregamento de embarcações com AB maior que 50, onde esteja previsto o transporte de cargas no convés;

IV)Representação gráfica do convés, indicando o alcance máximo e mínimo dos equipamentos de carga com suas respectivas capacidades de carga;

V)Tabela de capacidade, discriminando, em grupos, os diversos itens listados, contendo:

(a)Capacidade máxima dos compartimentos (porões, tanques, escotilhas) destinados ao transporte de carga, água doce, água de lastro, combustíveis, óleo hidráulico, óleo lubrificante, ou outros;

(b)Capacidade das áreas de carregamento;

(c)Peso específico do líquido e/ou taxa de ocupação dos tanques devido à margem de expansão dos gases (para consumíveis);

(d)Posição vertical e longitudinal do centro de gravidade dos compartimentos;

(e)Localização, entre cavernas, dos compartimentos;

VI)Arranjo do convés com os espaços para cada veículo. No caso deste convés ser destinado ao transporte de veículos;

VII)As seguintes características da embarcação:

(a)Comprimento total;

(b)Comprimento entre perpendiculares; e

(c)Boca, pontal e calado de projeto moldados.

VIII)Indicação de anteparas estanques e de anteparas limites dos tanques.

IX)Para as embarcações com AB menor ou igual a 20, que transportem qualquer número de passageiros, o conjunto de informações pode ser abrandado, apresentando, no mínimo, o seguinte:

-Compartimentos mais significativos, em virtude da área e do posicionamento, explicitando, no mínimo, as capacidades máximas de carga de porões, tanques e escotilhas destinados ao transporte de cargas, água doce, água de lastro, combustíveis, óleo hidráulico, óleo lubrificantes e outros;

-Capacidade das áreas de conveses destinados a cargas;

-No caso de convés destinado ao transporte de veículos, deverá constar um arranjo deste, com os espaços para cada veículo; e

-Representação gráfica dos conveses, indicando os alcances máximos e mínimos dos equipamentos de carga, com suas respectivas capacidades.

n)Plano de Segurança

1)Esse plano deve possuir características semelhantes ao Plano de Arranjo Geral e deverá indicar claramente, para cada convés, o arranjo com a indicação da compartimentagem, a discriminação dos materiais, equipamentos e instalações de segurança a bordo dos navios mercantes, sua simbologia, nomenclatura, localização e dotação e, para as embarcações com AB maior que 50, a indicação das rotas de fuga e das saídas de emergência.

2)As vistas devem estar situadas à esquerda do plano, dispostas na vertical e devem obedecer, sempre que possível, de cima para baixo, à seguinte sequência:

I)Plano de perfil;

II)Conveses da superestrutura;

III)Convés principal;

IV)Conveses, pisos ou estrados abaixo do convés principal; e

V)Fundo duplo.

3)A tabela deve estar situada à direita do plano, disposta na vertical, com três seções e deve obedecer, de cima para baixo, à seguinte sequência:

I)Proteção, detecção e combate a incêndio;

II)Salvatagem; e

III)Diversos.

4)A tabela deve conter colunas, dispostas da esquerda para a direita, na seguinte sequência:

I)Símbolo;

II)Nomenclatura;

III)Quantidades (por conveses e total); e

IV)Observações.

5)No caso de embarcações que transportem passageiros, deverão estar assinalados, na vista de cada convés, os limites dos espaços para redes, espaços para cadeiras, espaços para bagagem e das áreas destinadas ao transporte de passageiros em pé ou de carga, além daquelas reservadas para circulação e acesso, conforme estabelecido no Anexo 3-M. Deverá também estar indicado o número de passageiros considerados em cada uma dessas regiões.

6)As embarcações com AB maior que 50, que forem efetuar o transporte de carga no convés, deverão indicar adicionalmente nesse plano, a linha de limitação da área de carga, das áreas de passagem para a tripulação de proa a popa e caso aplicável, da área de transporte de passageiros no convés considerado.

7)Para embarcações com AB menor ou igual a 20, que transportem qualquer número de passageiros, as informações podem ser resumidas à indicação, no próprio plano de arranjo geral, dos materiais, equipamentos e instalações de segurança. Devem ser observadas as simbologias, nomenclaturas e dotações previstas no Capítulo 4, e seus anexos, destas normas.

o)Arranjo de Luzes de Navegação

1)Nesse plano deverão ser indicadas as luzes de navegação com vistas detalhadas dos mastros, fornecendo também nome, cor, setor, alcance e cotas de todas as distâncias verticais e horizontais entre luzes e suas posições relativas ao convés, de acordo com as prescrições do "Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar" (RIPEAM/COLREG 72) e suas emendas em vigor.

2)No caso de embarcações de pequeno porte, este arranjo poderá ser apresentado juntamente com o Plano de Segurança.

p)Plano de Expansão do Chapeamento

O plano de expansão do chapeamento deverá apresentar as seguintes informações:

1)Representação de todas as fiadas de chapas, com as respectivas espessuras e grau do aço utilizado;

2)Representação das emendas de chapas e de blocos;

3)Indicação de todas as aberturas no casco, localização da bolina, chapas de reforços e verdugo (caso seja soldado); e

4)Representação da região da popa da embarcação, incluindo o espelho, caso existente.

q)Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)

A ART deverá ser preenchida em conformidade com as instruções estabelecidas pelo CONFEA (Resolução nº 257, de 19/09/1978, ou qualquer outra que venha à substituí-la) e, em especial, deverão ser observados o seguinte:

1)Dados completos do engenheiro ou responsável técnico;

2)Dados completos do contratante do serviço;

3)Descrição detalhada do serviço, definindo se é relativo a projeto novo, construção, levantamento de embarcação já construída, estudo de estabilidade definitivo e outros, indicando o nome da embarcação e, caso já possua, o número de inscrição. Caso a embarcação não possua um nome definido, deverá constar o número de casco e o estaleiro construtor;

4)Assinaturas do profissional responsável e do contratante;

5)Identificação do número de registro da ART no CREA e respectiva autenticação mecânica do pagamento;

6)Não será aceita ART com rasuras nem apresentada em desacordo com as observações acima indicadas;

7)Caso necessárias, observações complementares deverão ser lançadas no verso da ART, onde deverão constar as assinaturas do contratante e do responsável técnico, não contrariando ou invalidando as informações contidas no anverso da ART; e

8)A ART deverá ser arquivada juntamente com um conjunto dos planos e documentos a que se referir, no Órgão de Inscrição da embarcação.

r)Plano de Emergência Para Poluição por Óleo

Deverá conter as informações requeridas pelo item 0522, alínea e), inciso 1).

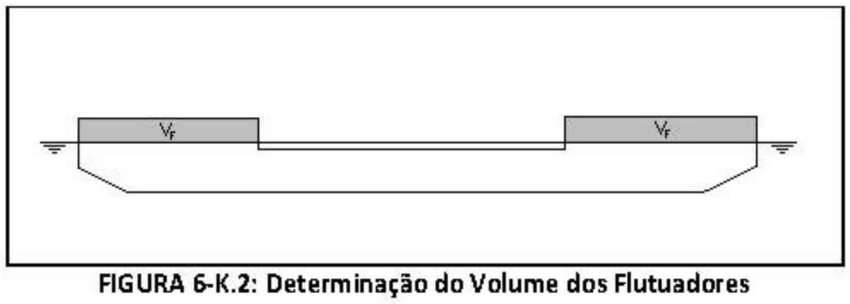


FIGURA 6-K.2: Determinação do Volume dos Flutuadores

ANEXO 6-M

NÚMERO:

CERTIFICADO DE BORDA LIVRE PARA EMBARCAÇÕES DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ

EMITIDO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DO REGULAMENTO DE BORDA LIVRE DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ, EM NOME DO GOVERNO DA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

Nome da Embarcação	Número de Inscrição	Porto de Inscrição	Arqueação Bruta

BORDA-LIVRE ATRIBUÍDA COMO (*):

EMBARCAÇÃO NOVA

EMBARCAÇÃO EXISTENTE

TIPO DE EMBARCAÇÃO

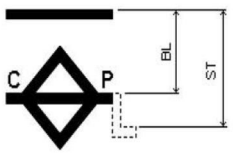
EMBARCAÇÃO AUTOPROPULSADA — TANQUE / FECHADA / ABERTA

EMBARCAÇÃO SEM PROPULSÃO — TANQUE / FECHADA / ABERTA

Borda-Livre atribuída (BL) medida desde a Linha de Convés: mm

A marca ST está a _____ mm abaixo da Linha de Convés.

A face superior da marca da Linha de Convés, a partir da qual se mede a borda-livre está a a _____ mm do convés junto ao costado, e o centro da marca se encontra na caverna nº ___.



CERTIFICO QUE A PRESENTE EMBARCAÇÃO FOI VISTORIADA E QUE SUA BORDA-LIVRE FOI CALCULADA E MARCADA DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO REGULAMENTO DE BORDA-LIVRE E ESTABILIDADE PARA AS EMBARCAÇÕES DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ.

ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO ATÉ: de de

EXPEDIDO EM: de de

Assinatura do Responsável
(CP/DL/AG/Entidade Certificadora/Sociedade Classificadora)

(*) Preencher apenas o que for aplicável.

- 6-M-1 - NORMAM-02/DPC

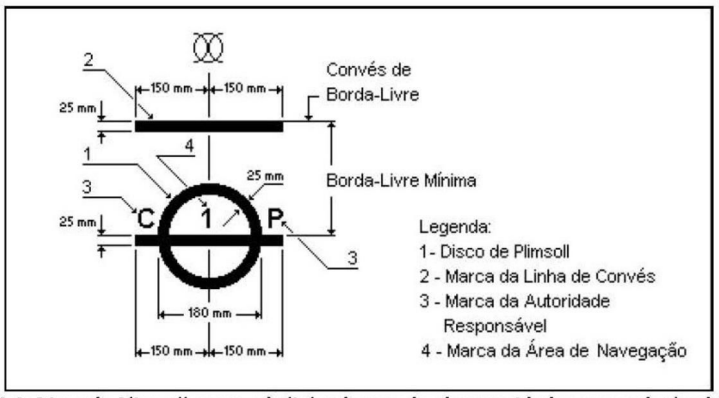


FIGURA 6-8: Disco de Plimsoll, marca da linha de convés, da autoridade responsável e da área de navegação

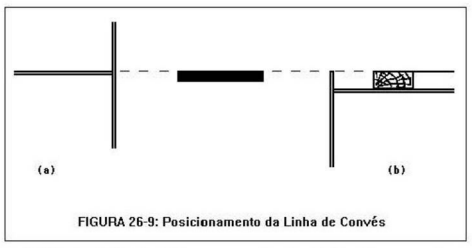


FIGURA 6-9: Posicionamento da linha de convés

ANEXO 6-M

(VERSO DO CERTIFICADO)

COMPRIMENTO Art. 3.3	BOCA Art.3.6	PONTAL Art. 3.7	ESPESSURA DE TRINCANIZ (mm)

ALTURA DE TOSAMENTO (ha)

	TOSAMENTO (mm)	x/L	p	TOSAMENTO x p
Perp. de Popa (Pp)				
Perp. de Proa (PPr)				
			SOMATÓRIO	
ha = SOMATÓRIO / 10				

REDUÇÃO POR SUPERESTRUTURAS

SUPERESTRUTURAS	b	Bs	S	(he - hr) / Hs	E
			SOMATÓRIO		
λ = SOMATÓRIO / L					

BORDA LIVRE MÍNIMA

BORDA LIVRE BÁSICA (f) (Art. 18)		
BORDA LIVRE (BL) (Art. 19) BL = f (1 - λ) - ha		
BORDA LIVRE MÍNIMA (Art.20)	(Art.20.1.a) ou c)	(Art.20.1.b) ou c)
BORDA LIVRE (mm) (Art.4)		
BORDA LIVRE ATRIBUÍDA (BL)		

Observações:

Este documento é para certificar que a vistoria foi efetuada e que a embarcação se encontrava de acordo com as prescrições relevantes da Norma.

A REALIZAR	ENTRE	E	LOCAL E DATA DA REALIZAÇÃO	VISTORIADOR
1ª Vistoria Anual				
2ª Vistoria Anual				
3ª Vistoria Anual				
4ª Vistoria Anual				

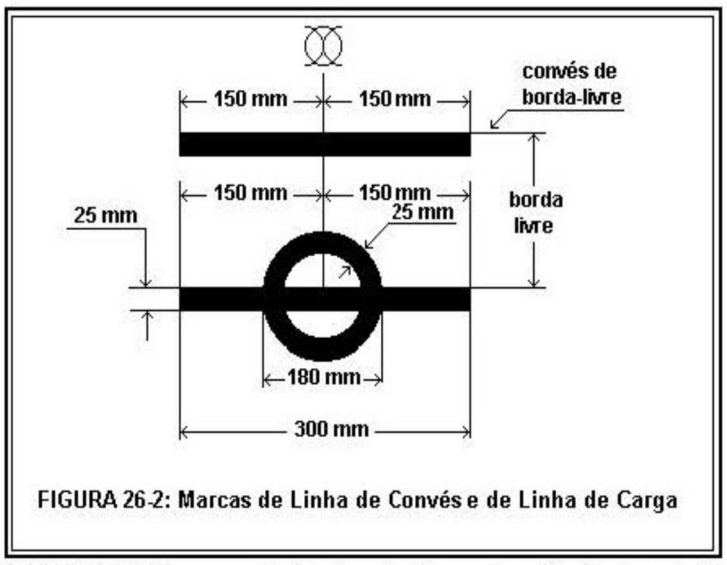


FIGURA 26-2: Marcas de Linha de Convés e de Linha de Carga

FIGURA 6-0.1: Marcas de Linha de Convés e de Linha de Carga

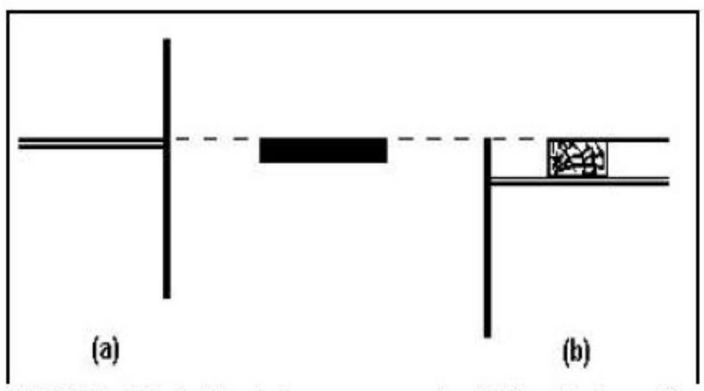


FIGURA 6-0.2: Posicionamento da Linha de Convés



Figura 6-0.3 - Marcas das Linhas de Carga

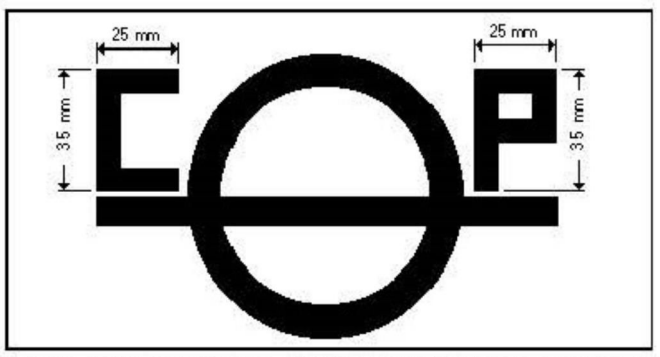


FIGURA 6-0.4: Marca da Autoridade Responsável

$$\theta_r = \theta_g \quad \text{se } \lambda \leq 1$$
$$\theta_r = \theta_g\,(3 - \lambda)/2 \quad \text{se } 1 < \lambda < 3$$
$$\theta_r = 0 \quad \text{se } \lambda \geq 3$$

ANEXO 3 - I

ENSAIO DE TRAÇÃO ESTÁTICA LONGITUDINAL (BOLLARD-PULL)

1 -DOCUMENTAÇÃO

a)Deverão estar disponíveis a bordo no dia do ensaio, os seguintes documentos:

1)Certificados de calibração dos instrumentos de medição;

2)Manual da célula de carga; e

3)Certificado do cabo de ensaio.

b)Nas embarcações com AB maior que 20 deverá, adicionalmente, estar a bordo no dia do ensaio o memorial descritivo da embarcação.

c)Nas embarcações EC1 e nas embarcações classificadas deverão, adicionalmente, estar a bordo no dia do ensaio os seguintes documentos, endossados pela GEVIentidade especializada ou pela sociedade classificadora, conforme o caso:

1)Plano de Arranjo Geral;

2)Folheto de Trim e Estabilidade Definitivo; e

3)Plano de Capacidade.

d)É recomendável que estejam disponíveis a bordo no dia do ensaio, os seguintes documentos:

1)Manual do motor;

2)Curva "potência x rotação do motor" (fabricante); e

3)Especificação do propulsor.

2 -EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS

a)Calibração

1)Os instrumentos de medição utilizados na realização do teste, deverão estar calibrados por órgão credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), com exceção do cronômetro, do anemômetro e da sonda manual.

2) A calibração inicial ou posterior do fabricante do equipamento somente será considerada válida caso o mesmo seja credenciado pelo INMETRO .

b)Célula de carga e seus acessórios

1)O ensaio deverá ser realizado utilizando-se uma célula de carga com resistência suficiente para suportar 1,5 vezes a tração estática prevista. um equipamento de leitura contínua de força e/ou um equipamento de registro gráfico da tração em função do tempo deverá(ão) ser conectado(s) à célula de carga. estes equipamentos deverão estar localizados a bordo sendo que, quando isto não for possível, Entidade Especializada ou a Diretoria de Portos e Costas deverá ser previamente consultada quanto à possibilidade de adoção de arranjos alternativos.

2)A célula de carga usada para o teste deverá ter sido aferida a não mais do que um ano antes do ensaio. caso a célula de carga tenha sido utilizada em medições dinâmicas (vibrações) ou tenha sofrido choques mecânicos, esta deverá ser novamente aferida independentemente do prazo anteriormente citado.

3)A Diretoria de Portos e Costas poderá aceitar, mediante prévia consulta, outros equipamentos de medição de força.

c)Tacômetro

A leitura das rotações do(s) eixo(s) do(s) motor(es) principal(is) deverá(ão) ser feita(s) através do auxílio de tacômetro(s) digital(is) ótico(s) ou mecânico(s), que deverá(ão) ser independente(s) do(s) motor(s) principal(is).

d)Torciômetro

1)O uso de torciômetro é facultativo e a sua utilização ou não deverá ser determinada mediante acordo entre os interessados no ensaio.

2)O torciômetro, quando utilizado, deverá possuir características adequadas para a medição do torque esperado.

e)Cronômetro

O cronômetro utilizado deverá possuir acumulador de minutos.

f)Anemômetro

O anemômetro utilizado deverá ser adequado para utilização em ambientes externos e para permitir a leitura de uma velocidade de 5 m/s.

g)Correntômetro

O correntômetro deve permitir leitura de um nó e não deve exigir facilidades para a sua operação tais como guincho, sarilho e outros.

h)Sonda manual

Uma sonda manual deverá ser usada para medir a profundidade no local do ensaio. caso a embarcação possua um ecobatímetro, tal sonda poderá ser dispensada.

i)Cabo de ensaio e seus acessórios

1)O cabo de ensaio e seus acessórios deverão estar em bom estado de conservação e possuir uma resistência à tração mínima de três vezes a tração estática esperada. para uma estimativa preliminar da tração estática esperada, poderão ser utilizados os seguintes valores:

(a)Rebocador com tubulão KORT: 0,0165t / BHP instalado;

(b)Rebocador com sistema de propulsão especial: 0,0160t / BHP instalado; e

(c)Rebocador sem tubulão KORT: 0,0120t / BHP instalado.

2)O cabo deve possuir um comprimento mínimo de 5 vezes o comprimento da embarcação ou 100m, o que for maior.

3)O estropo usado para a amarração no cabeço é considerado acessório do cabo.

j)Cabeço de amarração

1)O cabeço utilizado deve ser o melhor disponível no local do ensaio no tocante a resistência, estado de conservação e acesso.

2)A escolha do cabeço deve ser feita pelo interessado no ensaio o qual deve ter particular atenção às fundações e base do mesmo.

3)O cabeço deve possuir uma resistência mínima de 3 vezes a tração estática esperada.

l)Sistema de comunicação

Um sistema de comunicação com equipamento VHF deverá ser estabelecido entre as estações de medida.

3 -CONDIÇÕES PARA O ENSAIO

a)Condições ambientais

1)A profundidade mínima no local do ensaio em um raio de pelo menos quatro vezes o comprimento da embarcação não deverá ser inferior a quatro vezes o seu calado máximo ou 10 metros, o que for maior. Caso a embarcação seja equipada com propulsor(es) cicloidal(is) ou do tipo "Schottel" localizado(s) abaixo da quilha, esta profundidade não deverá ser inferior a cinco vezes o calado da embarcação ou 10 m, o que for maior.

2)A velocidade do vento durante o ensaio não deverá exceder a 5m/s.

3)A corrente durante o ensaio não deverá exceder a 1 nó em qualquer direção.

4)O ensaio deverá ser realizado em águas tranquilas.

b)Condições da embarcação

1)O teste deverá ser realizado com a embarcação em seu calado máximo de operação, ou seja, com a capacidade máxima de consumíveis e a quantidade de lastro prevista na condição de carga máxima analisada no folheto de estabilidade.

2)O trim não deverá ser superior a 2% do comprimento da embarcação (referente à linha d'água de projeto). Este trim deverá estar de acordo com as condições normais de operação da embarcação.

3)Todos os equipamentos auxiliares acionados pelo(s) motor(es) principal(is) ou eixo(s) propulsor(es), durante a operação normal da embarcação, deverão estar acoplados.

4)O(s) motor(es) principal(is) deverá(ão) estar previamente aquecido(s).

4 -PROCEDIMENTO DO ENSAIO

a)Para a preparação do ensaio deverá ser usada a lista de verificação para ensaio de tração estática, constante do apêndice 3-I-1 deste Anexo.

b)Durante o ensaio só poderão permanecer no interior da Praça de Máquinas o pessoal encarregado da leitura ou fiscalização da rotação do(s) motor(es), além da guarnição normal de máquinas.

c)As condições de ensaio devem ser no mínimo igual a 70, 80, 90 e 100% da rotação máxima a ser estipulada pelo interessado tal que esta rotação possa ser mantida por um período de no mínimo 30 minutos.

d)No caso do ensaio correspondente a condição de 100% da rotação máxima estipulada pelo interessado, a embarcação deverá permanecer nesta rotação por um período mínimo de 30 minutos. nos intervalos de 5 a 10, 15 a 20 e 25 a 30 minutos de ensaio deverão ser anotados o maior número possível de leituras (no apêndice 3-I-3 é apresentado um modelo de planilha para facilitar as anotações), sendo que o valor da tração estática correspondente a essa rotação deverá ser igual a média aritmética dos valores médios das leituras de cada intervalo. não é necessário efetuar qualquer leitura nos períodos de 0 a 5, 10 a 15 e 20 a 25 minutos.

e)As medições da tração estática longitudinal para as demais rotações estabelecidas deverão ser efetuadas por um intervalo mínimo de 3 minutos (no apêndice 3-I-3 é apresentado um modelo de planilha para facilitar as anotações). Durante esse período deverão ser anotados o maior número possível de leituras, a fim de obter o valor médio de cada rotação.

f)Durante as medições a embarcação deverá ser mantida em curso fixo, sendo que a aplicação do(s) leme(s) deverá ser minimizada. o cabo de reboque deverá permanecer o mais horizontal possível e estar alinhado com a linha de centro da embarcação.

g)O ensaio deverá ser realizado na sequência crescente de rotação. no espaço de tempo compreendido entre a mudança de rotação do(s) motor(s) não deverá haver decaimento desta, a menos que haja necessidade de realinhamento do curso da embarcação.

h)Caso a embarcação possua sistema de propulsão de passo controlado, o ensaio deve ser realizado mantendo-se a potência máxima do motor estipulada pelo interessado e variando-se o passo nas percentagens estabelecidas no item c) acima.

i)Para a anotação das leituras é recomendado o uso da Lista de Coleta de Dados e Anotação de Resultados, apresentada no apêndice 3-I-2.

5 -APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

a)Os resultados do ensaio deverão ser apresentados no Certificado de Tração Estática, conforme modelo apresentado no Anexo 3-J, o qual deverá possuir obrigatoriamente, em Anexo, o gráfico "Tração Estática x Rotação do(s) Motor(es)". opcionalmente poderá ser também anexado o gráfico "Potência x Rotação do(s) Motor(es)"

b)O Certificado de Tração Estática bem como seu(s) Anexo(s) deverão possuir a assinatura do engenheiro naval responsável, assim como o carimbo informando o número do seu registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e o seu nome completo.

ANEXO 3 - I

APÊNDICE 3 - I - 1

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA ENSAIO DE TRAÇÃO ESTÁTICA

		SIM	não	N/A
1 -	Retirado de bordo e de terra todo o pessoal desnecessário?	[ ]	[ ]	[ ]
2 -	Verificada a existência a bordo dos seguintes documentos:			
	a) Memorial Descritivo, endossado pela GEVI, Entidade Especializada ou pela Sociedade Classificadora	[ ]	[ ]	[ ]
	b) Plano de Arranjo Geral, endossado pela GEVI, Entidade Especializada ou pela Sociedade Classificadora	[ ]	[ ]	[ ]
	c) Folheto de Estabilidade Definitivo, endossado pela GEVI, Entidade Especializada ou pela Sociedade Classificadora	[ ]	[ ]	[ ]
	d) Plano de Capacidade, endossado pela GEVI, Entidade Especializada ou pela Sociedade Classificadora	[ ]	[ ]	[ ]
	e) Certificado de Aferição da Célula de Carga	[ ]	[ ]	[ ]
	f) Certificado de Aferição do Correntômetro	[ ]	[ ]	[ ]
	g) Manual da Célula de Carga	[ ]	[ ]	[ ]
	h) Certificado do Cabo	[ ]	[ ]	[ ]
3 -	O cabeço utilizado para o teste possui resistência mínima de três vezes a tração estática esperada?	[ ]	[ ]	[ ]
4 -	Inspecionado o cabo de reboque e seus acessórios?	[ ]	[ ]	[ ]
5 -	O cabo possui um comprimento mínimo de cinco vezes o comprimento da embarcação ou 100 metros, o que for maior?	[ ]	[ ]	[ ]
6 -	O cabo possui resistência à tração mínima de três vezes a tração estática esperada? (ver certificado do cabo)	[ ]	[ ]	[ ]
7 -	A célula de carga / dinamômetro já foi instalada(o)?	[ ]	[ ]	[ ]
8 -	A célula de carga possui resistência suficiente para suportar 1,5 vezes a tração estática esperada?	[ ]	[ ]	[ ]
9 -	Verificado o prazo de aferição da célula de carga?	[ ]	[ ]	[ ]
10 -	Foi verificada a calibração da célula de carga?	[ ]	[ ]	[ ]
11 -	O registrador de força já foi conectado à célula de carga?	[ ]	[ ]	[ ]
12 -	O registrador de força está funcionando?	[ ]	[ ]	[ ]
13 -	O registrador gráfico de força e ou rpm já foram conectados à célula de carga?	[ ]	[ ]	[ ]
14 -	O registrador gráfico está funcionando?	[ ]	[ ]	[ ]
15 -	O(s) registrador(es) foi(foram) "zerados"?	[ ]	[ ]	[ ]
16 -	Já foi(foram) colocada(s) a(s) etiqueta(s) no(s) eixo(s) do(s) motor(es) para medição das rotações?	[ ]	[ ]	[ ]
17 -	O tacômetro está funcionando?	[ ]	[ ]	[ ]
18 -	Verificado o prazo de aferição do tacômetro?	[ ]	[ ]	[ ]
19 -	Já foi instalado o torciômetro?	[ ]	[ ]	[ ]
20 -	O torciômetro está funcionando?	[ ]	[ ]	[ ]
21 -	Os radiocomunicadores estão funcionando?	[ ]	[ ]	[ ]
22 -	O anemômetro está funcionando?	[ ]	[ ]	[ ]
23 -	O correntômetro está funcionando?	[ ]	[ ]	[ ]
		SIM	não	N/A
24 -	A sonda manual está devidamente marcada?	[ ]	[ ]	[ ]
25 -	O cronômetro com acumulador de minutos está funcionando?	[ ]	[ ]	[ ]
26 -	Todos os equipamentos auxiliares acionados pelo(s) motor(es) principal(is) durante a operação normal estão acoplados?	[ ]	[ ]	[ ]
27 -	Verificar as condições ambientais:			
	- velocidade do vento (vv): m/s (vv < 5m/s)	[ ]	[ ]	[ ]
	- velocidade da corrente (vc): nós (vc < 1 nó)	[ ]	[ ]	[ ]
	- profundidade (h): m (h > 4 x calado médio ou 10m, o que for maior)	[ ]	[ ]	[ ]
	OBS: Se alguma das respostas do item 27 for NÃO, o ensaio não poderá ser realizado pois está em desacordo com as condições ambientais necessárias para a sua realização.			
28 -	A embarcação se apresenta no calado carregado de projeto? (utilizar o folheto de estabilidade e o plano de capacidade)	[ ]	[ ]	[ ]
29 -	Os motores estão previamente aquecidos?	[ ]	[ ]	[ ]
30 -	Presentes no interior da praça de máquinas apenas a guarnição normal e o pessoal encarregado das leituras das rotações e fiscalização?	[ ]	[ ]	[ ]
31 -	O cabo está alinhado sobre a linha de centro do rebocador e está o mais horizontal possível?	[ ]	[ ]	[ ]

ANEXO 3 - I

APÊNDICE 3 - I - 2

LISTA DE COLETA DE DADOS E ANOTAÇÃO DE RESULTADOS

1 - Dados da Embarcação:

- Nome / Número de Casco:
- Ano de Construção:
- Estaleiro Construtor:
- Proprietário:
- Interessado:

2 - Características do Casco:

- Comprimento Total: M
- Boca Moldada: M
- Pontal Moldado: M
- Calado a Vante: M
- Calado a Ré: M

3 - Características do(s) Motor(es):

	BB	LC	BE
marca			
modelo			
número de série			
potência			
rotação			
redução			

4 - Características do(s) Propulsor(es):

- Tipo:
- Diâmetro:
- Quantidade:
- Número de Pás:
- Passo:

5 - Local e Condições Ambientais do Ensaio:

- Pontal Moldado: M
- Calado a Vante: M
- Calado a Ré: M

6 - Iniciar a realização do ensaio para as condições equivalentes a 70, 80, 90 e 100% da rotação máxima estipulada pelo interessado, em ordem crescente. Fazer as leituras para cada uma das quatro primeiras condições num período mínimo de 3 minutos e para a última condição, fazer as leituras entre os intervalos de 5 a 10, 15 a 20 e 25 a 30 minutos de ensaio. Anotar essas leituras utilizando a planilha da página seguinte. (Apêndice 3-I-3)

ANEXO 6-N

APÊNDICE III CÓDIGO - / /

CERTIFICADO NACIONAL DE BORDA-LIVRE PARA DRAGAGEM
(EMITIDO DE ACORDO COM A NORMAM 02)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

Nome do Navio	Indicativo do Navio (número ou letras)	Porto de Inscrição	Arqueação Bruta

TIPO DE SERVIÇO:
NAVEGAÇÃO A QUE SE DESTINARÁ:

DISTÂNCIA DA PARTE SUPERIOR DA LINHA DO CONVÉS DA BORDA LIVRE ATÉ A
LINHA DE CARGA DE VERÃO: mm
LINHA DE CARGA TROPICAL: mm
LINHA DE CARGA DE DRAGAGEM: mm

A ARESTA SUPERIOR DA LINHA DO CONVÉS ESTÁ SITUADA A mm
DA FACE SUPERIOR DO CONVÉS AO LADO.

O CENTRO DO DISCO ESTÁ SITUADO A mm DO BICO DE PROA.

O PRESENTE CERTIFICADO É EXPEDIDO PARA ATESTAR QUE O NAVIO ACIMA FOI INSPECIONADO E QUE A SUA BORDA LIVRE E LINHA DE CARGA INDICADAS ACIMA FORAM APOSTAS E SERÃO CONTROLADAS CONFORME AS DISPOSIÇÕES EM VIGOR.

VÁLIDO ATÉ de de

EXPEDIDO EM de de

Assinatura e carimbo do responsável

NÚMERO DO CERTIFICADO ORIGINAL EMITIDO: (SOMENTE PARA RENOVAÇÃO)

ANEXO 6-N

Este documento é para certificar que a inspeção periódica, requerida pelo Anexo da NORMAM-02/DPC, foi efetuada e que esta embarcação se encontra de acordo com as prescrições relevantes da norma.

1ª Vistoria Periódica	_____ Assinatura e carimbo do vistoriador	_____ Local	___/___/___ Data
2ª Vistoria Periódica	_____ Assinatura e carimbo do vistoriador	_____ Local	___/___/___ Data
3ª Vistoria Periódica	_____ Assinatura e carimbo do vistoriador	_____ Local	___/___/___ Data
4ª Vistoria Periódica	_____ Assinatura e carimbo do vistoriador	_____ Local	___/___/___ Data

ANEXO 3-L

REQUISITOS A SEREM APLICADOS ÀS EMBARCAÇÕES QUE OPEREM NA BACIA DO SUDESTE NO TRANSPORTE A GRANEL DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS, DERIVADOS DE PETRÓLEO E ÁLCOOL.

1 -DEFINIÇÕES

a)Comprimento de regra (L) equivale a 96% do comprimento total numa linha d'água correspondente a 85% do menor pontal moldado medido a partir da linha de base, ou o comprimento desde a parte de vante até o eixo da madre do leme, medido na mesma linha d'água, se este resultar maior. Em navios com inclinação de quilha, a linha d'água na qual este comprimento é medido deve ser paralela à linha d'água de projeto. O comprimento de regra é expresso em metros (m).

b)Boca (B) é a maior largura do navio, medida na seção de meio navio até a linha moldada da caverna, expressa em metros (m).

c)Permeabilidade de um compartimento é a razão entre o volume do compartimento que se assume que seja ocupado pela água (na condição de alagado) e o volume total do referido compartimento.

d)Tanque de carga é o compartimento destinado a conter a carga.

2 -LOCALIZAÇÃO DOS TANQUES DE CARGA

a)A embarcação, propulsada ou não, à qual se apliquem os presentes requisitos, deve ser projetada, na região dos tanques de carga, como uma embarcação de fundo e costado duplos.

b)As superfícies que definem os tanques de carga devem estar afastadas do fundo e dos costados da embarcação, respectivamente:

1)No fundo: de, no mínimo, B/15 ou 0,76 m, o que resultar maior; e

2)No costado: no mínimo 1,00 m.

c)Os pocetos destinados à sucção da carga podem avançar dentro dos limites estabelecidos para a altura do fundo duplo, desde que sua capacidade volumétrica seja inferior a 100 l e que o referido avanço não resulte em redução do afastamento em relação ao fundo, maior do que 25%.

3 -ESTABILIDADE

a)Deve ser comprovada suficiente estabilidade intacta, inclusive sob avaria.

b)Os dados para os cálculos de estabilidade (peso leve e localização do centro de gravidade da embarcação), ainda na fase de projeto, devem ser determinados por meio de cálculos de massas e momentos. Após o término da construção da embarcação, estes dados básicos devem ser ratificados através da realização de prova de inclinação.

c)Deve ser comprovada a estabilidade em avaria para todas condições esperadas de carregamento e variações de calado e trim.

4 -AVARIA PADRÃO

a)As seguintes hipóteses devem ser assumidas para a extensão da avaria:

1)Avaria no costado

-extensão longitudinal: $1/3(L^{2/3})$ ou 14,5m, o que for menor;

-extensão transversal (medida do costado para dentro, perpendicularmente ao plano de simetria no calado correspondente à linha de carga de verão ou equivalente (para embarcações sujeitas a um regulamento de borda livre) ou no calado máximo (para as demais): B/5 ou 11,5m, o que for menor; e

-extensão vertical (a partir da linha moldada do chapeamento do fundo na linha de centro: para cima, sem limitação.

2)Avaria do fundo

ANEXO 7-A

NÚMERO:

CERTIFICADO NACIONAL DE ARQUEAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

Nome da Embarcação	Número de Inscrição	Porto de Inscrição	Data em que a quilha foi batida (ver NOTA)

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

Comprimento de Regra (m)	Boca (m)	Pontal moldado a meia nau até o convés superior (m)

AS ARQUEAÇÕES DA EMBARCAÇÃO SÃO:

ARQUEAÇÃO BRUTA (AB):
ARQUEAÇÃO LÍQUIDA (AL):

Certifico que as arqueações desta embarcação foram determinadas de acordo com as disposições da Convenção Internacional sobre Medidas de Arqueações de Embarcações (1969) e das Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior.

Expedido em , de de

Assinatura do responsável
(CP/DL/AG/Entidade Certificadora/Sociedade Classificadora)

NOTA: Data na qual a quilha foi batida ou estágio equivalente de construção, ou data na qual o navio sofreu alterações ou modificações de maior vulto.

b)Qualquer antepara na zona de avaria deve ser considerada como danificada, ou seja, a localização das anteparas deve ser escolhida de maneira que a embarcação deva suportar uma avaria de 2 (dois) compartimentos adjacentes no sentido longitudinal. Para a avaria do fundo, deve-se considerar também que os 2 (dois) compartimentos transversais vão estar comunicados e alagados.

c)No que concerne à praça de máquinas principal, esta será considerada como um só compartimento. Conseqüentemente, as anteparas extremas da mesma não devem ser consideradas como avariadas.

d)A borda inferior de qualquer abertura que não seja estanque à água (por exemplo, portas, janelas, escotilhas de acesso) deve, no estágio final de alagamento estar a não menos de 0,10 m acima da linha d'água de avaria.

e)Em geral, deve ser assumida uma permeabilidade de 0,95. Quando forem calculados enchimentos médios menores que 0,95 para um compartimento, este valor poderá ser usado, não podendo, entretanto, serem adotados valores menores do que os abaixo especificados:

1)Paióis 0,60;

2)Praça de máquinas 0,85;

3)Acomodações.....0,95;

4)Duplo fundo, tanques de óleo, tanques de lastro, espaços vazios, etc. , segundo suas funções, devem ser considerados como totalmente cheios ou totalmente vazios para a flutuabilidade da embarcação no máximo calado permissível, 0 ou 0,95.

f)Sempre que uma avaria menor do que a padrão resultar em condições mais severas de banda, trim e reserva de flutuabilidade, os critérios de estabilidade em avaria deverão ser igualmente atendidos pela referida avaria menor.

5 -CRITÉRIO DE ESTABILIDADE EM AVARIA

a)Os valores positivos de braço de endireitamento na Curva de Estabilidade Estática deverão se estender por uma faixa de, no mínimo, 20º além da posição de equilíbrio.

b)A área sob a curva dos braços de endireitamento até 20º após o ponto de equilíbrio, ou até a imersão de uma abertura não estanque à água, não deve ser menor do que 0,0175 mrad em associação com um braço de endireitamento residual máximo de, no mínimo, 0,1 m, na mencionada faixa.

c)No estágio final de alagamento, o ângulo de inclinação não deve exceder 25, podendo ser aceita uma inclinação de até 30°, caso não ocorra imersão do convés.

d)A representação gráfica do critério em estabilidade em avaria pode ser obtida na Figura 3-L

ANEXO 7-A

ESPAÇOS INCLUÍDOS NA ARQUEAÇÃO					
ARQUEAÇÃO BRUTA			ARQUEAÇÃO LÍQUIDA		
NOME DO ESPAÇO	LOCAL	COMP.	NOME DO ESPAÇO	LOCAL	COMP.
ESPAÇOS EXCLUÍDOS Um asterisco (*) deve ser feito naqueles espaços acima discriminados que sejam simultaneamente considerados espaços fechados e excluídos.			NÚMERO DE PASSAGEIROS Número total de passageiros em camarotes com até 8 beliches Número total dos demais passageiros CALADO MOLDADO		
DATA E LOCAL DA ARQUEAÇÃO ORIGINAL:					
DATA E LOCAL DA ÚLTIMA REARQUEAÇÃO:					
OBSERVAÇÕES:					

6 -CERTIFICADO DE CONFORMIDADE

a)As embarcações que atendam às prescrições constantes neste Anexo deverão ser portadoras de um "Certificado de Conformidade para o Transporte a Granel de Combustíveis Líquidos, Derivados de Petróleo e Álcool na Bacia do Sudeste", conforme modelo constante no Apêndice 3-L-I, emitido por Entidade Especializada ou Sociedade Classificadora reconhecida para atuar em nome do Governo Brasileiro na Navegação Interior, após a realização de uma vistoria inicial e da análise da documentação técnica pertinente.

b)O Certificado de Conformidade terá validade de 5 anos contados a partir da data da vistoria inicial ou de renovação.

c)Deverão ser realizadas vistorias anuais no período de 3 meses antes ou após a data de aniversário da vistoria inicial ou de renovação, pela Entidade Especializada ou Sociedade Classificadora que emitiu o Certificado, com a finalidade de verificar se as condições iniciais em que foi baseada a emissão do certificado continuam sendo mantidas. Tais vistorias anuais deverão ser averbadas no verso do Certificado, no local apropriado.

d)O Certificado de Conformidade perderá a sua validade:

1)Caso esteja com sua validade vencida;

2)Caso as vistorias anuais não tenham sido realizadas no período estabelecido; e

3)Caso a embarcação sofra alterações nas condições iniciais sob as quais foi emitido.

ANEXO 7-B

NOTAS PARA ARQUEAÇÃO DE EMBARCAÇÕES COM COMPRIMENTO DE REGRA (L) MENOR QUE 24 METROS

1. - CARACTERÍSTICAS GERAIS

NOME: _____ TIPO: _____

ARMADOR: _____ CLASSIFICAÇÃO: _____

CONSTRUTOR: _____ PORTO DE INSCRIÇÃO: _____

MATERIAL DO CASCO: _____ ANO DE CONSTRUÇÃO: _____

Ct = _____ m P = _____ m

L = _____ m B = _____ m

Lpp = _____ m Co = _____ m

Ca = _____ m H = _____ m

Hc (Calado carregado) = _____ m

Hl (Calado leve) = _____ m

Dc (Deslocamento Carregado) = _____ t

Dl (Deslocamento Leve) = _____ t

Pb (Porte Bruto) = _____ t

Número de Tripulantes = _____

N_1 (Número de passageiros em camarotes com até 8 beliches) = _____

N_2 (Número dos demais passageiros) = _____

2. - ARQUEAÇÃO BRUTA

Com B + Co = _____ m, calcule ou obtenha da Tabela do Anexo 7-F, M = _____ m^2

V_1 (Volume dos Espaços Fechados abaixo do Convés Superior) = Ca x M = _____ m^3

V_2 (Volume dos Espaços Fechados acima do Convés Superior) = _____ m^3

V (Volume de todos os Espaços Fechados, sem considerar os Espaços Excluídos) = V_1+V_2 = _____ m^3

Com V, calcule ou obtenha da Tabela do Anexo 7-E, K_1 = _____

Arqueação Bruta = K1 x V = _____

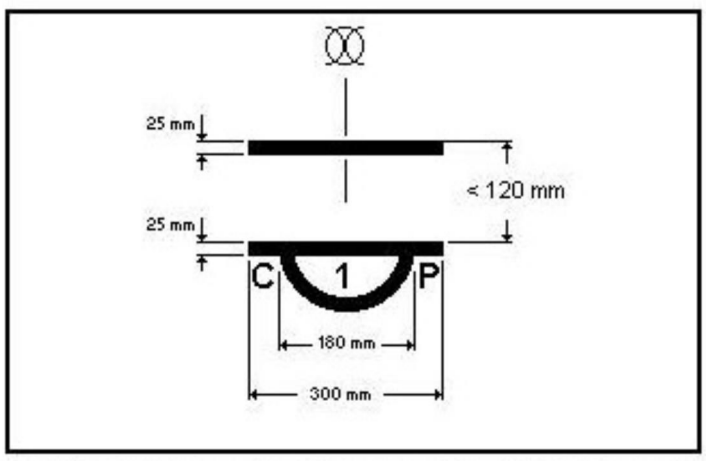


FIGURA 6-10: Marcas para borda livre inferior a 120mm

ANEXO 3-M

REQUISITOS DE HABITABILIDADE

1 DEFINIÇÕES

a)Espaço para Redes é o espaço destinado ao transporte de passageiros com redes armadas, sendo considerada a rede o único elemento de permanência do passageiro.

b)Espaço para Cadeiras é o espaço destinado ao transporte de passageiros sentados em cadeiras, sendo considerada a cadeira o único elemento de permanência do passageiro.

c)Camarote é o compartimento destinado à acomodação de passageiros ou tripulantes em beliches ou camas.

d)Varão é o elemento de suporte para amarração das redes, localizado junto ao teto do espaço para redes.

e)Unidade Sanitária é o compartimento que abriga um vaso sanitário e seus acessórios.

f)Unidade de Chuveiro é o compartimento que abriga um chuveiro e seus acessórios.

g)Unidade de Banheiro é o compartimento que abriga um vaso sanitário, um chuveiro, um lavatório e seus acessórios.

h)Sanitário Coletivo é o compartimento que normalmente abriga uma ou mais unidades sanitárias e de chuveiro e ainda mictórios e lavatórios, com a característica principal de que pode ser utilizado por mais de uma pessoa simultaneamente.

i)Compartimento Sanitário é considerado, para efeito de aplicação destas regras, todo compartimento que apresente pelo menos uma Unidade Sanitária, uma Unidade de Chuveiro ou uma Unidade de Banheiro.

2 -ESPAÇOS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

a)Separação entre Espaços para Transporte de Carga e de Passageiros

Deverá existir uma separação física que permita isolar carga e passageiros, quando o projeto da embarcação previr que sejam transportados no mesmo convés simultaneamente.

b)Pé - Direito

Todos os espaços destinados ao transporte e/ou permanência de passageiros deverão apresentar um pé-direito (vão entre o piso e o teto) de, no mínimo, 1,90m.

A critério da DPC, alturas inferiores poderão ser aceitas para embarcações existentes, construídas antes de 04/05/1997.

c)Acessos e Corredores

1)A circulação nas áreas de embarque e desembarque, nos corredores e escadas deve ser livre e independente das demais áreas da embarcação. Nas embarcações com AB maior que 50 os corredores maiores que 7 m, deverão possuir, pelo menos, 2 vias de acesso/escape. Arranjos alternativos poderão ser aceitos a critério da DPC.

2)Os corredores ou passarelas externas de circulação e acesso com até 10 m de comprimento deverão apresentar uma largura mínima de 650 mm. Quando o comprimento exceder a 10 m, a largura mínima deverá ser acrescida de 50 mm para cada 2 m ou fração de comprimento, até no máximo de 800 mm. Não se enquadram no conceito de corredores ou passarelas externas, os espaços livres de circulação exigidos para o transporte de passageiros em redes, os quais deverão atender aos requisitos do item 4 deste Anexo.

d)Espaço para Bagagem

1)Deverá existir a bordo um compartimento, com dimensões apropriadas e com possibilidade de trancamento, para a guarda de bagagens e volumes de passageiros.

2)Nas embarcações empregadas em travessias de curta duração a exigência constante do item anterior poderá ser suprimida, a critério da Diretoria de Portos e Costas, Capitanias dos Portos, Delegacias ou Agências, conforme o caso. A bagagem dos passageiros transportados em camarotes deverá ser acondicionada no interior do próprio camarote, sendo necessário, para tanto, a existência de armário ou outro meio adequado para estivar a bagagem de cada passageiro.

3 -COMPARTIMENTOS SANITÁRIOS

a)Ventilação

Todos os banheiros devem ser dotados de ventilação natural, através de janela ou cachimbo, ou ventilação forçada.

b)Número Mínimo de Aparelhos para Tripulantes

1)Para determinação do número mínimo de aparelhos exigidos a bordo para tripulantes deverá ser observada a dotação estabelecida na Tabela 3-M-1, considerando 1 aparelho para cada número de tripulantes estabelecido ou fração.

2)Em embarcações com AB menor que 500 os aparelhos dos tripulantes poderão ser computados com os dos passageiros, desde que todos, efetivamente, tenham acesso a cada aparelho.

Tabela 3-M-1

Aparelho	Número de Tripulantes
Vaso Sanitário	8
Lavatório	6
Chuveiro (*)	8

Obs.: (*) Dispensado para as embarcações que operam apenas na travessia, sem pernoite e sem refeição.

c)Número Mínimo de Aparelhos para Passageiros

1)Para a determinação do número mínimo de aparelhos para passageiros exigidos a bordo, deverá ser observada a dotação estabelecida na Tabela 3-M-2, considerando 1 aparelho para cada número de passageiros estabelecido ou fração.

Tabela 3-M-2

Aparelho	Categoria de Viagem			
	Travessia (*1)		Intermediária (*2)	Longa (*3)
Vaso Sanitário	100	300 (*4)	60	25
Lavatório	100	300 (*4)	60	25
Chuveiro	-	-	-	30

Obs.:(*1) -sem pernoite e sem refeição

(*2) -apenas com pernoite ou apenas com refeição

(*3) -com pernoite e com refeição

(*4) -aplicável nos casos em que há facilidade no uso de sanitários em terminais e a viagem ter duração de até uma hora.

(*5) -para travessias de até 15 minutos estarão dispensadas de possuírem banheiros para os passageiros, desde que existam banheiros em pelo menos um dos terminais de embarque e desembarque.

d)Portas

As portas de acesso de banheiros não devem abrir diretamente para cozinhas ou refeitórios.

e)Drenagem das Unidades

Os Compartimentos Sanitários deverão ser dotados de meios de drenagem no ponto mais baixo do piso. As Unidades de Chuveiro deverão possuir dreno específico.

f)Acessórios

Os acessórios devem ser de material resistente, não devendo apresentar pontas ou arestas cortantes e devem ser instalados de modo a não interferir no uso do sanitário.

4 -ESPAÇOS PARA REDES

a)Circulação e Acesso

1)No espaço para redes deve ser deixado um espaço livre para circulação nos bordos da embarcação, ao longo de todo o espaço para redes. Essa circulação deverá apresentar largura mínima de 800 mm por bordo.

2)Sempre que o correr o transporte simultâneo de passageiros em redes e em bancos laterais, junto aos bordos, o limite do espaço para redes deverá se iniciar a não menos de 1,70 m da face interna da balaustrada do convés considerado.

b)Área Mínima Requerida

1)A área mínima requerida para o transporte de passageiros em redes é obtida considerando a concentração de 1 passageiro/m^2, admitindo-se apenas um nível de rede.

2)No cálculo dessa área não poderão ser computadas as áreas de circulação, de embarque ou desembarque, de estivagem de bagagens ou transporte de carga, nem corredores ou escadas.

c)Ventilação

1)Os espaços para redes deverão apresentar ventilação natural permanente para o exterior da embarcação, tendo como meio de fechamento sanefas ou janelas móveis.

2)No caso de janela móvel, a área mínima de ventilação deve ser 40% do vão da abertura.

5 -ESPAÇOS PARA CADEIRAS

a)Circulação e Acesso

1)Os corredores internos do salão de cadeiras deverão ter largura mínima de 800 mm para um comprimento máximo equivalente a 20 filas de cadeiras consecutivas. Para um comprimento superior, a largura mínima deve ser acrescida de 100 mm para cada 10 filas ou fração de cadeiras a mais.

2)Poderão ser agrupadas no máximo 8 cadeiras por fila entre corredores, quando existir um corredor em cada lado da fila, ou 4 cadeiras, quando o corredor só existir em um dos lados da fila, estando o outro limitado por uma antepara ou qualquer outro item que impeça a saída dos passageiros.

3)A cada 20 filas de cadeiras, no caso de existir mais de um corredor paralelo, deve haver um corredor com a mesma largura dos demais, ligando os corredores paralelos perpendicularmente.

4)Todos os corredores deverão ter livre acesso às saídas do compartimento.

5)A largura mínima do vão de acesso ao compartimento deverá ser maior ou igual à largura do corredor de acesso à abertura.

6)As portas de acesso deverão estar posicionadas de forma que uma pessoa não necessite se deslocar mais de 13 m em linha reta, a partir de qualquer posição do espaço de cadeiras, para alcançar uma das portas.

7)O espaço de cadeiras deverá possuir pelo menos 2 portas de acesso opostas.

b)Dimensões

As cadeiras deverão atender às seguintes dimensões:

a)largura mínima de 0,45 m de para os bancos simples (Figura 1);

b)largura mínima de 0,86 m de para os bancos duplos ou combinações desses (Figura 2);

c)profundidade mínima de 0,40 m (Figura 3); e

d)distância mínima de 0,90 m entre os encostos dos assentos montados frente a frente, ou entre o encosto e uma antepara, ou outra divisão que por ventura exista à frente do assento (Figura 4).

ANEXO 7-B

3. - ARQUEAÇÃO LÍQUIDA

a) Identifique os Espaços de Carga;

b) Espaços de Carga (V_c) = _____ m^3;

c) Com Vc, calcule ou obtenha da Tabela do Anexo 7-E, o valor de K_2; K_2 = _____

d) $N_1 + N_2$ = _____ ☐ menor que 13, logo N_1 e N_2 nulos

☐ maior ou igual a 13, usar N_1 e N_2

e) Calcule as expressões das Notas:

I) $(4H / 3P)^2$ = (4 x _____ / 3 x _____ $)^2$ = _____

☐ valor calculado menor ou igual a 1, usar o valor calculado.

☐ valor calculado maior do que 1, usar a unidade.

II) $K_2V_c(4H / 3P)^2$ = _____ x _____ x _____ = _____

onde $(4H / 3P)^2$ corresponde ao valor obtido em e) I)

☐ valor calculado menor ou igual a 0,25 AB, usar 0,25 AB.

☐ valor calculado maior do que 0,25 AB, usar o valor calculado.

III) 0,30 AB = 0,30x _____ = _____

f) Cálculo da Arqueação Líquida

$AL = K_2V_c(4H / 3P)^2 + (1,25 \times (AB + 10.000) / 10.000) \times (N_1 + (N_2 / 10))$

onde $K_2V_c(4H / 3P)^2$ corresponde ao valor obtido em e) II)

AL = _____ + (1,25 x (_____ + 10.000) / 10.000) x (_____ + (_____ / 10))

AL = _____ + _____ = _____

g) Comparar o valor obtido em e) III) (30% da arqueação bruta)

☐ AL calculada maior ou igual a 30% AB, usar o valor calculado. AL = _____

☐ AL calculada menor que 30% AB, usar AL = 30 % AB. AL = _____

Data: _____/_____/_____

_____

Nome e assinatura do responsável pelos cálculos

c)Ventilação

Para a ventilação dos espaços para cadeiras deverão ser atendidas as condições estabelecidas no item 4 c) deste Anexo.

6 -CAMAROTES

a)Circulação e Acesso

1)Os corredores de circulação e ou acesso aos camarotes deverão apresentar uma largura mínima de 0,8 m para um comprimento máximo de 10 m;

2)Quando o comprimento dos corredores internos exceder a 10 m, a largura mínima deverá ser acrescida de 0,05 m para cada 2 m ou fração a mais no comprimento, até um máximo de 1 m; e

3)A critério da DPC, os dois itens anteriores poderão ser dispensados para embarcações existentes, construídas a partir de 04/05/1997.

b)Dimensões

1)Os camarotes para 2 passageiros ou tripulantes deverão possuir dimensões mínimas de 1,9 m x 1,5 m, contendo um beliche duplo;

2)Os camarotes para 3 ou 4 passageiros ou tripulantes deverão possuir dimensões mínimas de 1,9 m x 3,0 m, contendo uma cama e um beliche duplo ou dois beliches duplos;

3)Os camarotes destinados a mais de 4 pessoas em beliches deverão possuir área mínima de 1,5 m^2 por pessoa.

4)Os camarotes com camas simples deverão possuir área mínima de 2,6 m^2 por pessoa;

5)Será permitido o transporte de no máximo quatro passageiros ou 9 tripulantes por camarote;

6)As camas deverão ter, no mínimo, 1,9 m de comprimento e 0,68 m de largura;

7)O topo do colchão inferior deverá estar a pelo menos 0,3 m do convés inferior (piso do camarote);

8)A distância mínima entre o topo de um colchão e a parte inferior do estrado da cama imediatamente superior ou a parte inferior dos reforços do convés superior (teto do camarote) deverá ser de 0,6m.

c)Ventilação

1)Nos camarotes deve ser prevista a ventilação natural por janela ou alboio, dando para o exterior da embarcação, com uma abertura mínima de 0,1 m^2 por janela ou alboio.

2)A ventilação natural pode ser substituída por ventilação forçada através de ventilador e ou ar condicionado.

7 -TRANSPORTE DE PASSAGEIROS EM PÉ

a)Aplicação

O transporte de passageiros em pé somente poderá ser efetuado em viagens empregadas em travessias com até 1 hora de duração ou em passeios turísticos sem pernoite a bordo.

b)Área Mínima Requerida

1)A área mínima requerida para o transporte de passageiros em pé em embarcações empregadas em travessias com até 1 hora de duração, é obtida considerando a concentração de 4 passageiros / m^2.

2)A área mínima requerida para o transporte de passageiros em pé em embarcações empregadas em passeios turísticos, sem pernoite a bordo, é obtida considerando a concentração de 1,5 passageiros / m^2.

3)No cálculo dessas áreas não poderão ser computadas as áreas de estivagem de bagagens ou transporte de carga, nem as escadas.

8 -UNIDADES SANITÁRIAS

a)A unidade sanitária é composta de um vaso sanitário de louça vitrificada, dotado de fluxo de água para sua limpeza e acessórios.

b)Nos sanitários coletivos as unidades sanitárias deverão estar localizadas em compartimento separado dos demais por divisórias fixas com altura mínima de 1,8m a partir do piso acabado, provido de porta de acesso.

c)O acesso às unidades sanitárias deverá ser efetuado através de vão mínimo de 1,8 x 0,55m, dotado de porta com dispositivo de travamento interno e que apresente uma altura livre de, no máximo 0,3m e, no mínimo 0,1m, entre a porta e o piso.

d)As dimensões mínimas das unidades sanitárias devem ser de acordo com a Figura 3-M-1.

9 -UNIDADES DE CHUVEIRO

a)A unidade de chuveiro é composta por um chuveiro com jato d'água com altura de queda mínima de 1,9m e seus acessórios, localizada em compartimento separado das demais áreas por um meio que evite respingos.

b)Caso a unidade de chuveiro não seja instalada em um sanitário coletivo, a mesma deve ser acrescida de área destinada à troca de roupa. Deve ser previsto um meio de separação para evitar respingos na área de troca de roupas.

c)As unidades de chuveiro deverão apresentar uma soleira com uma altura mínima de 100 mm acima do convés e deverão ser impermeabilizadas até esse nível.

d)As unidades de chuveiro devem ser de no mínimo 0,7 x 0,7m para unidades dentro de sanitário coletivo e de 0,7 x 1,0m quando houver área para troca de roupa, conforme indicado nas Figuras 3-M- 2 e 3-M-3.

ANEXO 7-B

NOTAS PARA ARQUEAÇÃO DE EMBARCAÇÕES COM COMPRIMENTO DE REGRA (L) MAIOR OU IGUAL A 24 METROS

1. - CARACTERÍSTICAS GERAIS

NOME: _____ TIPO: _____
ARMADOR: _____ NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____
INDICATIVO DE CHAMADA: _____ PORTO DE INSCRIÇÃO: _____
CONSTRUTOR: _____ LOCAL DE CONSTRUÇÃO: _____
MATERIAL DO CASCO: _____ CLASSIFICAÇÃO: _____
DATA DE LANÇAMENTO, BATIMENTO DA QUILHA, OU CONSTRUÇÃO: ___ ___ _____

2. - CARACTERÍSTICAS DO CASCO

Ct = _____ m P = _____ m
L = _____ m B = _____ m
Lpp = _____ m

	AV	_____ m		AV	_____ m
Calado Leve:	AR	_____ m	Calado Carregado:	AR	_____ m
	Médio	_____ m		Médio	_____ m

3. - TRIPULANTES E PASSAGEIROS

Número de Tripulantes: _____
Número de Passageiros em camarotes que tenham menos de oito beliches (N_1): _____
Número dos demais passageiros (N_2): _____

4. - CARACTERÍSTICAS CALCULADAS

Deslocamentos: _____
Carregado: _____ t
Leve _____ t
Porte Bruto _____ t

Espaços Fechados abaixo do Convés Superior _____ m^3
Espaços Fechados acima do Convés Superior _____ m^3
Espaços Excluídos _____ m^3
V (Volume Total dos Espaços Fechados) _____ m^3 AB = _____
V_c (Volume dos Espaços de Carga) _____ m^3 AL = _____

ANEXO 7-B

5. - ARQUEAÇÃO BRUTA

a) Identifique os Espaços Fechados;
b) Identifique os Espaços Excluídos;
c) Espaços Fechados abaixo do Convés Superior = _____ m^3
d) Espaços Fechados acima do Convés Superior = _____ m^3
e) Espaços Excluídos = _____ m^3
f) Espaços Fechados (V) = _____ m^3
g) Com V obtenha, através da fórmula ou por interpolação na Tabela do Anexo 7-E , o valor de K_1 ;
K_1 = _____
h) Aplique a fórmula: $AB = K_1 \times V$
AB = x =

6. - ARQUEAÇÃO LÍQUIDA

a) Identifique os Espaços de Carga;
b) Espaços de Carga (V_c) = _____ m^3;
c) Com Vc, calcule ou obtenha da Tabela do Anexo 7-E, o valor de K_2 ; K_2= _____
d) $N_1 + N_2$ = _____ ☐ menor que 13, logo N_1 e N_2 nulos
☐ maior ou igual a 13, usar N_1 e N_2
e) Calcule as expressões das Notas:
I) $(4H / 3P)^2$ = (4 x _____ / 3 x _____)^2 = _____
☐ valor calculado menor ou igual a 1, usar o valor calculado.
☐ valor calculado maior do que 1, usar a unidade.
II) $K_2 V_c (4H / 3P)^2$ = _____ x _____ x _____ = _____
onde $(4H / 3P)^2$ corresponde ao valor obtido em e) I)
☐ valor calculado menor ou igual a 0,25 AB, usar 0,25 AB.
☐ valor calculado maior do que 0,25 AB, usar o valor calculado.
III) 0,30 AB = 0,30 x _____ = _____
f) Cálculo da Arqueação Líquida
$AL = K_2 V_c (4H / 3P)^2 + (1,25 \times (AB + 10.000) / 10.000) \times (N_1 + (N_2 / 10))$
onde $K_2 V_c (4H / 3P)^2$ corresponde ao valor obtido em e) II)
AL = _____ + (1,25 x (_____ + 10.000) / 10.000) x (_____ + (_____ / 10))
AL = _____ + _____ = _____
g) Comparar o valor obtido em e) III) (30% da arqueação bruta)
☐ AL calculada maior ou igual a 30% AB, usar o valor calculado. AL = _____
☐ AL calculada menor que 30% AB, usar AL = 30 % AB. AL = _____

Data: _____/_____/_____

Nome e assinatura do responsável pelos cálculos

10 -UNIDADE DE BANHEIRO

a)As unidades de banheiro devem ter área mínima de 1,30 m^2, sendo que as medidas mínimas do boxe são de 0,7 x 0,7 m. A largura mínima da unidade de banheiro deve ser de 0,8m (Figura 3-M-4).

b)A unidade deve ser dotada de sistema de escoamento de água tanto no boxe do chuveiro quanto no restante da área, considerando-se que a água do chuveiro não pode transbordar para a parte externa do boxe.

c)A Unidade de Chuveiro deve ser conforme o estabelecido no item 9 deste Anexo.

ANEXO 7-C

NÚMERO:

CERTIFICADO DE ARQUEAÇÃO DA HIDROVIA PARAGUAI - PARANÁ

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

Nome da Embarcação	Número de Inscrição	Porto de Inscrição	Data em que a quilha foi batida *(ver NOTA)*

CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

Comprimento de Regra (m)	Boca (m)	Pontal moldado a meia nau até o convés superior (m)

AS ARQUEAÇÕES DA EMBARCAÇÃO SÃO:

ARQUEAÇÃO BRUTA (AB):
ARQUEAÇÃO LÍQUIDA (AL):

Certifico que as arqueações desta embarcação foram determinadas de acordo com as disposições da Convenção Internacional sobre Medidas de Arqueações de Embarcações (1969) e do Regulamento para a Determinação da Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Expedido em , de de

Assinatura do responsável
(CP/DL/AG/Entidade Certificadora/Sociedade Classificadora

NOTA: Data na qual a quilha foi batida ou estágio equivalente de construção, ou data na qual o navio sofreu alterações ou modificações de maior vulto.

11 -SANITÁRIO COLETIVO

a)O sanitário coletivo mínimo deve ser formado por uma unidade sanitária e lavatório, tendo área mínima de 1,26 m^2, sempre considerando o uso simultâneo por mais de uma pessoa (Figura 3-M-5)

b)O lavatório deve ser equipado com torneira de água corrente e dreno.

c)Caso o lavatório seja do tipo coletivo, deve ser dimensionado considerando-se 0,6m por pessoa.

d)Cada módulo do lavatório coletivo deve possuir sua torneira própria, podendo um dreno servir a no máximo 5 módulos.

e)Em frente a cada lavatório deve ser deixado um espaço livre mínimo de 0,5 x 0,6m.

f)As unidades sanitárias deverão atender ao estabelecido no item 8 deste Anexo.

g)As unidades de chuveiro deverão atender ao estabelecido no item 9 deste Anexo.

h)As distâncias mínimas que deverão ser observadas entre as unidades do sanitário coletivo são as seguintes:

1)Unidade sanitária em frente a unidade sanitária: 1,0m;

2)Unidade sanitária em frente a unidade de chuveiro: 1,0 m;

3)Unidade sanitária em frente a lavatório: 1,0m;

4)Unidade de chuveiro em frente a unidade de chuveiro: 1,20m;

5)Unidade de chuveiro em frente a lavatório: 1,20m;

6)Lavatório em frente a lavatório: 1,20m;

7)Lavatório em frente a antepara: 0,8m;

8Unidade de chuveiro em frente a antepara: 0,8m; e

9)Unidade sanitária em frente a antepara: 0,8m.

ANEXO 7-C

ESPAÇOS INCLUÍDOS NA ARQUEAÇÃO					
ARQUEAÇÃO BRUTA			ARQUEAÇÃO LÍQUIDA		
NOME DO ESPAÇO	LOCAL	COMP.	NOME DO ESPAÇO	LOCAL	COMP.
			NÚMERO DE PASSAGEIROS Número total de passageiros em camarotes com até 8 beliches Número total dos demais passageiros		
ESPAÇOS EXCLUÍDOS Um asterisco (*) deve ser feito nos espaços acima discrimina- dos que sejam, simultaneamente, considerados espaços fechados e excluídos.			CALADO MOLDADO		
DATA E LOCAL DA ARQUEAÇÃO ORIGINAL					
DATA E LOCAL DA ÚLTIMA REARQUEAÇÃO					

12 -RAMPA PARA EMBARQUE / DESEMBARQUE DE PASSAGEIROS

a)Deverá ser prevista pelo menos uma rampa, adequada às características da embarcação e ao local onde se efetua o embarque/desembarque de passageiros, para facilitar a entrada e saída dos passageiros.

b)A rampa deverá apresentar as seguintes características:

-largura mínima de 0,50 m;

-balaustrada (que pode ser removível) em pelo menos um dos bordos da rampa e com pelo menos 1 metro de altura;

-resistência suficiente para possibilitar a passagem das pessoas sem apresentar uma flexão significativa; e

-dispositivo antiderrapante no piso, o qual poderá consistir de travessões instalados no sentido transversal com espaçamento não superior a 0,50 m.

c)A rampa deverá, a princípio, estar disponível a bordo das embarcações. Os Capitães dos Portos, Delegados ou Agentes poderão, em função das características operacionais de determinados portos e das embarcações que o utilizam, autorizar que as rampas fiquem estivadas no cais.

13 -SANEFAS

Nas embarcações dotadas de janelas ou aberturas laterais que apresentem sanefas como dispositivo de fechamento para proteção dos passageiros contra intempéries (sol, chuva, vento etc), este dispositivo deverá atender aos seguintes requisitos:

-a largura máxima de cada seção da sanefa deverá ser de dois metros, de modo a facilitar a sua abertura em caso de emergência; e

-o dispositivo de fechamento e abertura das sanefas instaladas deve ser do tipo destravamento rápido, não sendo permitido o uso de materiais sujeitos à oxidação.

ANEXO 3-N

REQUISITOS ELÉTRICOS

1PROPÓSITO

Estabelecer requisitos elétricos mínimos para as embarcações nacionais empregadas na navegação interior.

2FONTE DE ENERGIA ELÉTRICA PRINCIPAL

1)A fonte de energia principal deverá ter capacidade suficiente para suprir a carga necessária para manter a embarcação em plenas condições de operação e habitabilidade, levando-se em consideração os fatores de potência, de demanda e a simultaneidade das cargas.

2)A fonte de energia elétrica principal deverá ser de tal natureza que possa manter em funcionamento todos os serviços essenciais independentemente do sentido e da velocidade de rotação das máquinas principais e do eixo propulsor.

3)A fonte de energia elétrica principal deverá ser dimensionada de forma que a potência aparente fornecida ao sistema seja suficiente para evitar quedas de tensões que resultem em desligamento ou oscilação de consumidores em operação devido a partida de motores elétricos de alta corrente.

3FONTE DE ENERGIA ELÉTRICA DE EMERGÊNCIA.

a)Sempre que a fonte de emergência de energia elétrica for um gerador acionado por uma máquina motriz com suprimento independente de combustível, tal combustível deverá possuir ponto de fulgor superior a 60º C.

b)A fonte de energia elétrica de emergência deverá ser independente da fonte principal e com capacidade de alimentar por 1 (uma) hora todos os sistemas elétricos e consumidores necessários à segurança de passageiros e tripulação, tais como:

-sistemas de alarme;

-equipamentos de comunicação;

-equipamentos de navegação;

-luzes de navegação e de sinalização;

-farol de busca;

-instalações automáticas de extinção de incêndios de água borrifada;

-bomba de emergência de incêndio (quando houver);

-iluminação de emergência; e

-apito.

c)O grupo gerador de emergência ou a bateria de emergência, preferencialmente deverão ser instalados fora do compartimento das máquinas e dos geradores principais. Preferencialmente a antepara de separação entre estes deverá ser estanque e resistente ao fogo, de modo que a fonte de emergência não seja danificada em caso de incêndio ou outro acidente no local das máquinas.

d)A fonte de energia de emergência deverá, sempre que possível, estar localizada acima do convés contínuo superior e deverá ser de pronto acesso partindo-se do convés aberto. Em nenhuma hipótese poderá a fonte de energia ser instalada no interior dos tanques de colisão a vante e a ré.

4BATERIAS DE ACUMULADORES

a)Deverão ser instaladas em locais não habitados, arejados e abrigados.

b)Deverão ser mantidas devidamente fixadas e com seus bornes de ligação limpos e protegidos por material isolante.

c)Quando fixadas no piso de conveses situados abaixo do convés principal deverão atender a uma altura mínima de 40 cm do piso.

5QUADROS ELÉTRICOS

a)Os quadros elétricos, principal e de emergência, deverão ser dispostos de maneira que ofereçam fácil acesso durante a operação e/ou manutenção dos equipamentos.

b)O quadro elétrico de emergência deverá estar próximo da fonte de energia elétrica de emergência.

c)Os lados, a parte de trás e da frente dos quadros elétricos deverão estar devidamente protegidos, bem como tapetes ou estrados não condutores deverão estar no piso na frente e atrás dos referidos quadros. O quadro elétrico de emergência deverá estar localizado o mais perto possível da fonte de energia elétrica de emergência. Sempre que a fonte de emergência de energia for um gerador, o quadro elétrico de emergência deverá estar localizado no mesmo compartimento, a menos que isto seja prejudicial à operação do referido quadro.

d)Quando a fonte de emergência de energia for constituída por bateria de acumuladores, esta não deverá ser instalada no mesmo compartimento do quadro elétrico de emergência.

e)Os quadros elétricos deverão ser bem fixados em locais abrigados que não contenham materiais inflamáveis.

f)Os quadros elétricos não deverão estar localizados a vante da antepara de colisão.

g)Deverá ser dada atenção especial às condições de manutenção e limpeza dos quadros elétricos.

6NÍVEIS DE TENSÃO E FREQUÊNCIA

a)As tensões devem ser selecionadas, tanto quanto possível, dentro dos sistemas de tensões padronizadas e é sugerida a frequência de 60 Hz.

7SISTEMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

a)Poderá ser utilizado um dos seguintes sistemas de distribuição:

-a 1 fio com retorno pelo casco;

-a 2 fios isolados do casco;

-a 2 fios com um aterrado sem retorno pelo casco;

-a 3 fios isolado do casco;

-a 3 fios com retorno pelo casco; ou

-a 4 fios com neutro aterrado sem retorno pelo casco.

b)Não deverá ser utilizado sistema com retorno pelo casco nas embarcações que transportem produtos com ponto de fulgor inferior a 60^0 C ou nas embarcações de casco de alumínio.

8SISTEMAS DE PROTEÇÃO

a)Os circuitos de distribuição, geradores e alimentadores devem ser individualmente protegidos por disjuntores ou fusíveis contra sobrecarga e curto-circuito.

b)Os transformadores deverão ser protegidos com disjuntores no primário.

c)Os circuitos das luzes de navegação devem ser individualmente protegidos por fusíveis ou disjuntores instalados no painel de controle ou quadro de luzes de navegação.

9LUZES DE NAVEGAÇÃO

O quadro das luzes de navegação deverá ser alimentado por uma linha independente derivada do quadro principal e de emergência.

10FIOS, CABOS, TOMADAS DE CORRENTE E ACESSÓRIOS

a)Os fios deverão ser protegidos por meio de eletrodutos rígidos ou flexíveis.

b)Os cabos devem ser individualmente fixados a leitos ou suportes.

c)Os eletrodutos deverão ser instalados com suficiente caimento e furos para dar drenagem e evitar o acúmulo d'água.

d)Os cabos e fiação deverão ser instalados e fixados de modo a evitar desgastes por atrito ou outra avaria.

e)As extremidades e junções de todos os condutores devem ser feitas de modo que sejam conservadas as propriedades originais elétricas e mecânicas.

f)Os cabos e fiação utilizados nos circuitos elétricos de fornecimento essencial ou de emergência de força, iluminação, comunicações interiores ou sinalização não deverão passar por áreas em que haja risco de incêndio.

g)Os cabos que conectarem as bombas de incêndio ao quadro elétrico de emergência deverão ser do tipo resistente ao fogo, quando passarem próximos de áreas em que haja elevado risco de incêndio.

h)Nos compartimentos e locais onde exista depósito de materiais inflamáveis, os interruptores, tomadas de correntes, luminárias e demais equipamentos elétricos deverão ser à prova de explosão.

i)As partes condutoras de tomadas e plugs devem ser protegidas de modo a impedir que sejam tocadas, mesmo durante ligamento e desligamento.

j) Não deverão ser utilizadas extensões elétricas; caso usadas numa necessidade eventual, deverá ser verificada a capacidade de corrente e, dependendo da distância, a queda de tensão.

k)Os acessórios de iluminação deverão ser instalados de maneira tal que sejam evitados aumentos de temperatura que possam danificar cabos e fiação e impeçam que o material situado nos arredores se torne excessivamente quente.

l)Todos os circuitos de luz e força, terminando num espaço que contenha tanques de combustível, ou material inflamável, deverão ser dotados de chave colocada por fora do referido espaço, para desconectar tais circuitos.

m)Os circuitos polifásicos devem ser distribuídos de modo a assegurar o melhor equilíbrio de cargas entre fases.

n)Os fios e cabos elétricos deverão ser especificados levando em consideração a capacidade de condução de corrente estabelecida pelo fabricante e a queda de tensão admissível.

o)Nos circuitos polifásicos, quando a seção dos condutores fase for igual ou inferior a 16 mm^2 e nos circuitos monofásicos, seja qual for a seção do condutor fase, o condutor neutro deve ter a mesma seção que os condutores fase.

ANEXO 3-O

REQUISITOS DE MÁQUINAS

1 -PROPÓSITO

Estabelecer requisitos mínimos de instalações de máquinas para as embarcações empregadas na navegação Interior.

2 -DOCUMENTOS E DIAGRAMAS (ARRANJOS) DAS INSTALAÇÕES

a)Os arranjos e ou desenhos das instalações de máquinas deverão ser confeccionados com uma legenda que especifique, no mínimo, o número de casco e ou nome da embarcação, estaleiro construtor, potência propulsora, data e número da ART correspondente.

b)Todos os arranjos, desenhos e documentos deverão ser digitados/datilografados, conter a nomenclatura da simbologia referente aos equipamentos e seus acessórios, possuir folha de rosto contendo sua identificação e da embarcação (nome ou número de casco), além do carimbo e assinatura do responsável técnico.

As páginas interiores deverão conter a rubrica do responsável técnico e a identificação da embarcação.

c)Nenhum plano ou documento deverá conter qualquer tipo de rasura ou emenda.

3 -REQUISITOS DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE MÁQUINAS

a)Os espaços e equipamentos de máquinas deverão ser mantidos limpos e sem vazamentos de óleos e com os estrados em bom estado de conservação;

b)Quaisquer polias, correias e demais partes móveis utilizadas para acionamento de máquinas e/ou mecanismos deverão ser dotadas de dispositivos adequados de proteção para as pessoas;

c)Correias, ferramentas e sobressalentes deverão ser acondicionados em local apropriado (como cabides e armários), que evite seu deslocamento em função do balanço da embarcação ou por vibração do equipamento. Não poderão ser estivados de forma provisória no eixo dos equipamentos que os utilizam, tendo em vista o risco de avaria do equipamento e danos ao tripulante;

d)Não deverá haver vazamentos ou descargas de gases provenientes da queima de combustão no interior dos espaços de máquinas ou outros compartimentos quaisquer.

e) As superfícies quentes deverão ser providas de proteções térmicas, a fim de minimizar o risco de queimaduras nos tripulantes;

f)Redes de descarga e aspiração da praça de máquinas conectadas ao fundo ou ao costado deverão ser metálicas. Adicionalmente, as redes de descarga devem ser flangeadas, onde ultrapassem anteparas e/ou costado (este flangeamento deve garantir a estanqueidade);

g)Os tanques de óleo situados no interior da Praça de Maquinas deverão ser dotados de suspiros independentes e cuja saída deverá estar localizada em área externa;

h)Os indicadores de níveis dos tanques de óleo deverão ser dotados de válvula (preferencialmente do tipo esfera), que deverá ser instalada na sua parte inferior;

i)Deverá haver iluminação apropriada, a qual deverá ser protegida por luminárias com proteção contra choques. A iluminação deverá possibilitar que nenhuma área superior a $1m^2$ fique sem iluminação;

j)Todo espaço de máquinas deverá ter uma ventilação apropriada ao funcionamento dos equipamentos, devendo, inclusive, quando for guarnecida, apresentar condições satisfatórias à permanência do aquaviário encarregado do quarto de serviço de máquinas. A ventilação empregada poderá ser forçada ou natural, dependendo das instalações;

k)Quaisquer tubulações advindas dos tanques de óleo, por intermédio da qual o óleo é conduzido às máquinas principais ou auxiliares, deverão ser de material metálico ou material resistente ao fogo e possuir válvula de fechamento rápido;

l)Bombas utilizadas para transferência de óleo para consumo da embarcação deverão ser instaladas sobre bandejas coletoras, que possibilitem, em caso de vazamentos, a coleta do óleo derramado;

m)Toda fiação elétrica dos motores principais, auxiliares e equipamentos acessórios deverá ser protegida por eletrodutos ou acondicionada em "chicotes" apropriados;

n)Embarcações de transporte de passageiros e dotadas de motor propulsor principal instalado no centro da embarcação e no mesmo local de transporte dos passageiros deverão ser dotadas de uma proteção, que deverá prover isolamento térmico e acústico, de forma a evitar o contato com as partes móveis do motor e possibilitar conforto e proteção aos passageiros;

o)Toda tubulação exposta em área de transporte de veículos deverá estar dotada de proteção, a fim de evitar acidentes;

p)Toda tubulação de gás, combustível, óleo lubrificante, substancias inflamáveis em geral e fiações não poderá distar menos que 200mm das tubulações de descarga ou de quaisquer superfícies em alta temperatura;

q)Motores providos de sistema de abertura das válvulas de admissão e descarga, por intermédio de balancins, deverão ter seus tuchos de acionamento protegidos, de forma a impossibilitar contato do tripulante com as partes móveis do referido sistema; e

r)Motores cujo sistema de arrefecimento seja constituído por ventiladores deverão ter os mesmos providos de proteção, a fim de evitar danos ao tripulante.

4 -MONITORAMENTO NO PASSADIÇO DOS SISTEMAS DE PROPULSÃO, AUXILIARES E DE OPERAÇÃO DA EMBARCAÇÃO

a)Qualquer sistema de monitoramento e ou controle de equipamentos instalado no passadiço deverá ser dotado de placas identificadoras, assim como provido de uma iluminação apropriada; e

b)Em embarcações com AB maior que 20, a praça de máquinas deverá ser dotada de alarme visual e sonoro de nível alto de alagamento, com indicação na praça de máquinas e no passadiço (comando).

5 -REQUISITOS PARA MOTORES PROPULSORES DE COMBUSTÃO INTERNA (MCP)

a)Motores com potência de 800 HP ou acima deverão ser dotados de um painel local ou remoto, com as seguintes indicações: RPM, temperatura da água de arrefecimento, pressão de óleo lubrificante e temperatura do óleo lubrificante; e

b)Todas as partes móveis do motor principal ou do auxiliar deverão ser dotadas de proteção.

6 -REQUISITOS PARA EMBARCAÇÕES DO TIPO DRAGA

a)Embarcações dotadas com sistema de abertura pelo fundo do compartimento de carga (tipo "funil" ou não) deverão ser dotadas de proteção, de forma que o mecanismo de acionamento da referida abertura, instalado no convés principal ou não, não represente risco de acidente;

b)Os sistemas de embreagem utilizados na conexão entre a bomba de aspiração/descarga de produto dragado e a máquina motriz de acionamento deverão ser dotados de proteção, de forma a impedir acidentes;

c)Os sistemas de embreagem que utilizam-se de compressor de ar para seu acionamento deverão possuir tubulações de metal na ligação entre o recipiente de armazenamento de ar e a embreagem propriamente dita, assim como entre o recipiente de ar e o compressor;

d)Dragas, cuja operação seja efetuada do passadiço, deverão ser dotadas de dispositivo de aceleração/desaceleração e parada em emergência da máquina motriz acoplada à bomba de aspiração e/ou descarga do material dragado; e

e)Embarcações, cuja movimentação da tubulação de aspiração do fundo for efetuada por intermédio de guinchos, turcos ou aparelhos de laborar, deverão ser dotadas de um sistema de travamento que impossibilite a queda da referida tubulação ao mar, quando a embarcação estiver navegando e sem operação de dragagem.

ANEXO 3-P

PROCEDIMENTOS TRANSITÓRIOS

ASSUNTO

Emissão de Licenças de Construção para embarcações sem propulsão, não destinadas ao transporte de passageiros, com arqueação bruta superior a 100 e igual ou inferior a 200 e flutuantes que operem com 12 pessoas ou menos a bordo e com arqueação bruta superior a 100 e igual ou inferior a 200 e alteração de denominação de documento, conforme previsto nas Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação de Mar Aberto - NORMAM-01/2000, nas Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior - NORMAM-02/2000, e nas Normas da Autoridade Marítima para Embarcações de Esporte e Recreio - NORMAM-03/2001.

REFERÊNCIA

Capítulo 03 das NORMAM 01/2000, 02/2000 e 03/2001.

FATOS PERTINENTES

Tendo em vista que a Lei nº 7652/88, alterada pela Lei nº 9774/98, que trata do registro de embarcações no Tribunal Marítimo, exige a apresentação da Licença de Construção para todas as embarcações com arqueação bruta superior a 100, bem como não reconhece a existência do Documento de Regularização previsto nas normas em referência, foi constatada a necessidade de alterar os procedimentos para concessão de Licenças de Construção e Documentos de Regularização previstos nas NORMAM 01/2000, 02/2000 e 03/2001.

AÇÕES RECOMENDADAS

Até que sejam realizadas as devidas alterações nas NORMAM da referência, serão adotados os seguintes procedimentos:

a)Embarcações sem propulsão, não destinadas ao transporte de passageiros, com AB superior a 100 e igual ou inferior a 200, e flutuantes que operem com 12 pessoas ou menos a bordo e com AB superior a 100 e igual ou inferior a 200.

1)Aquelas embarcações que, por força do disposto nos itens 0314 NORMAM 01/2000 e 02/2000, já tenham apresentado os respectivos documentos para regularização perante as CP, DL ou AG, no período compreendido entre 09/06/1998 e 31/10/2001, terão uma Licença de Construção emitida pelo GVI (Grupo de Vistorias e Inspeções), com base apenas nos documentos exigidos pelo item mencionado acima. Tal Licença deverá conter a seguinte observação : "Esta Licença foi emitida com base apenas na apresentação de um Memorial Descritivo, declaração do engenheiro naval responsável e respectiva ART, visando a permitir seu registro no Tribunal Marítimo e atendendo às orientações contidas na ORITEC nº 020/2001 da DPC".

As CP, DL e AG deverão realizar criterioso levantamento das embarcações que se enquadrem nesta situação e informar diretamente à DPC, por mensagem, o resultado desse levantamento e solicitando a presença da GEVI.

2)A partir de 31/10/2001, as embarcações mencionadas na alínea a) acima passarão a ser enquadradas como "Embarcação GEVI" e , portanto, estarão sujeitas à obtenção de uma Licença de Construção ou Alteração devendo, por conseguinte, apresentar a documentação prevista nos itens 0312 e 0318, conforme o caso .

b)Embarcações que tiveram um Documento de Regularização emitido a partir da entrada em vigor das NORMAM 01, 02 e 03.

Para essas embarcações será emitida, adicionalmente, uma Licença de Construção por parte da GEVI ou Sociedade Classificadora, baseada no Documento de Regularização anteriormente emitido. Ressalta-se que a emissão da Licença adicional não invalidará os Documentos de Regularização originais, devendo os mesmos permanecer devidamente arquivados. Tal Licença deverá conter a seguinte observação: "Esta Licença foi emitida com base no Documento de Regularização nº xxxx/xx, visando permitir seu registro no Tribunal Marítimo e atendendo às orientações contidas na ORITEC nº 020 / 2001 / SSTA da DPC. A emissão desta Licença não cancela a validade do Documento de Regularização a que se refere ". As Licenças de Construção a serem emitidas pela GEVI serão elaboradas na própria DPC, a partir dos Documentos de Regularização contidos em seus arquivos. Caso as CP, DL ou AG detectem a existência de alguma embarcação possuidora de um Documento de Regularização para a qual não tenha sido emitida a respectiva Licença de Construção, deverão informar diretamente à DPC ou à respectiva Sociedade Classificadora para as providências cabíveis.

c)Embarcações GEVI ou classificadas

A partir da distribuição desta ORITEC, as Licenças de Construção, Alteração ou Reclassificação deverão ser emitidas de acordo com o modelo do Anexo 3-A da NORMAM 03/2001.

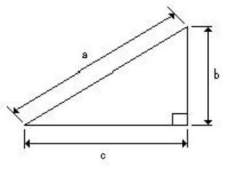
d)Documentos de Regularização

1)A partir da distribuição desta ORITEC , não serão mais emitidos os Documentos de Regularização, devendo, em seu lugar, serem emitidas Licenças de Construção de acordo com o novo modelo em Anexo, assinalando-se a opção "Licença de Construção (para Embarcações já Construídas)" - LCEC.

2)Até que sejam feitas as devidas alterações nos textos das NORMAM da referência, quaisquer referências ao Documento de Regularização deverão ser consideradas sem efeito.

ANEXO 7-D

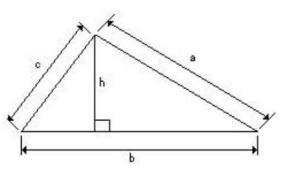
FÓRMULAS



TRIÂNGULO RETÂNGULO

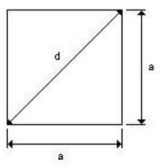
$a^2 = b^2 + c^2$

$\text{Área} = \frac{b \times c}{2}$



TRIÂNGULO QUALQUER

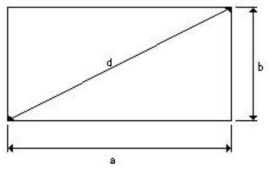
$\text{Área} = \frac{b \times h}{2}$



QUADRADO

$\text{Área} = a^2$

$d^2 = 2 \times a^2$



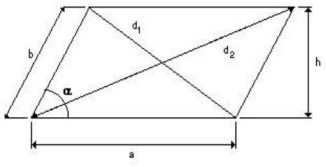
RETÂNGULO

$\text{Área} = a \times b$

$d^2 = a^2 + b^2$

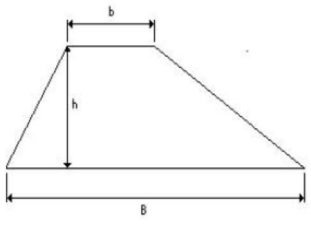
- 7-D-1 - NORMAM-02/DPC

ANEXO 7-D



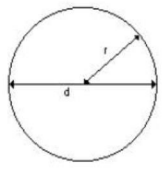
PARALELOGRAMO

Área = a x h = a x b x sen α



TRAPÉZIO

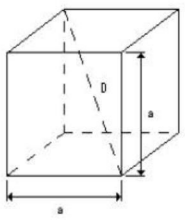
$$\text{Área} = \frac{(B + b)}{2} \times h$$



CÍRCULO

$$\text{Área} = \frac{\pi \times d^2}{4} = \pi \times r^2$$

$\pi = 3,1416$

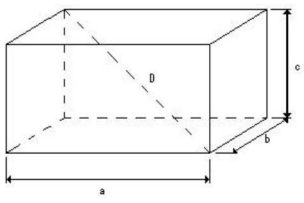


CUBO

Volume = a^3

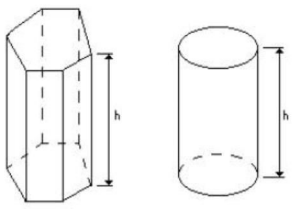
$D^3 = 3 \times a^3$

ANEXO 7-D



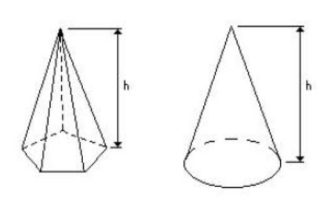
PARALELEPÍPEDO

Volume = a x b x c



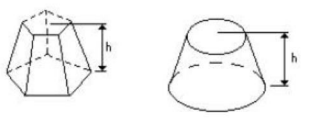
PRISMA ou CILINDRO

Volume = Área da Base x h



PIRÂMIDE ou CONE

$$\text{Volume} = \frac{1}{3} \times \text{Área da Base} \times h$$

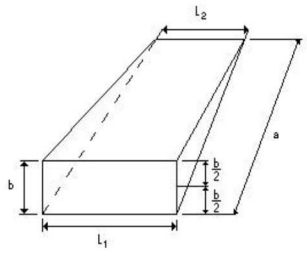


TRONCO DE PIRÂMIDE

$$\text{Volume} = \frac{h}{3} \times (A_1 + A_2 + \sqrt{A_1 + A_2})$$

Obs: A1 = Área da Base
A2 = Área Superior

ANEXO 7-D



CUNHA

$$\text{Volume} = \frac{a \times b}{6} \times (2 \times L_1 + L_2)$$

ANEXO 7-E

COEFICIENTES K1 (OU K2) EM FUNÇÃO DE V (OU V_c)

V ou V_c (m^3)	K_1 ou K_2	V ou V_c (m^3)	K_1 ou K_2	V ou V_c (m^3)	K_1 ou K_2	V ou V_c (m^3)	K_1 ou K_2
1	0,2000	10.000	0,2800	280.000	0,3089	640.000	0,3161
2	0,2060	15.000	0,2835	290.000	0,3092	650.000	0,3163
3	0,2095	20.000	0,2860	300.000	0,3095	660.000	0,3164
4	0,2120	25.000	0,2880	310.000	0,3098	670.000	0,3165
5	0,2139	30.000	0,2895	320.000	0,3101	680.000	0,3166
6	0,2155	35.000	0,2909	330.000	0,3104	690.000	0,3168
7	0,2169	40.000	0,2920	340.000	0,3106	700.000	0,3169
8	0,2180	45.000	0,2931	350.000	0,3109	710.000	0,3170
9	0,2190	50.000	0,2940	360.000	0,3111	720.000	0,3171
10	0,2200	55.000	0,2948	370.000	0,3114	730.000	0,3173
20	0,2260	60.000	0,2956	380.000	0,3116	740.000	0,3174
30	0,2295	65.000	0,2963	390.000	0,3118	750.000	0,3175
40	0,2320	70.000	0,2969	400.000	0,3120	760.000	0,3176
50	0,2340	75.000	0,2975	410.000	0,3123	770.000	0,3177
60	0,2356	80.000	0,2981	420.000	0,3125	780.000	0,3178
70	0,2369	85.000	0,2986	430.000	0,3127	790.000	0,3180
80	0,2381	90.000	0,2991	440.000	0,3129	800.000	0,3181
90	0,2391	95.000	0,2996	450.000	0,3131	810.000	0,3182
100	0,2400	100.000	0,3000	460.000	0,3133	820.000	0,3183
200	0,2460	110.000	0,3008	470.000	0,3134	830.000	0,3184
300	0,2495	120.000	0,3016	480.000	0,3136	840.000	0,3185
400	0,2520	130.000	0,3023	490.000	0,3138	850.000	0,3186
500	0,2540	140.000	0,3029	500.000	0,3140	860.000	0,3187
600	0,2556	150.000	0,3035	510.000	0,3142	870.000	0,3188
700	0,2569	160.000	0,3041	520.000	0,3143	880.000	0,3189
800	0,2581	170.000	0,3046	530.000	0,3145	890.000	0,3190
900	0,2591	180.000	0,3051	540.000	0,3146	900.000	0,3191
1.000	0,2600	190.000	0,3056	550.000	0,3148	910.000	0,3192
2.000	0,2660	200.000	0,3060	560.000	0,3150	920.000	0,3193
3.000	0,2695	210.000	0,3064	570.000	0,3151	930.000	0,3194
4.000	0,2720	220.000	0,3068	580.000	0,3153	940.000	0,3195
5.000	0,2740	230.000	0,3072	590.000	0,3154	950.000	0,3196
6.000	0,2756	240.000	0,3076	600.000	0,3156	960.000	0,3196
7.000	0,2769	250.000	0,3080	610.000	0,3157	970.000	0,3197
8.000	0,2781	260.000	0,3083	620.000	0,3158	980.000	0,3198
9.000	0,2791	270.000	0,3086	630.000	0,3160	990.000	0,3199

OBS: Os coeficientes K_1 ou K_2, para valores intermediários de V ou V_c, devem ser obtidos por interpolação linear.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082500090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

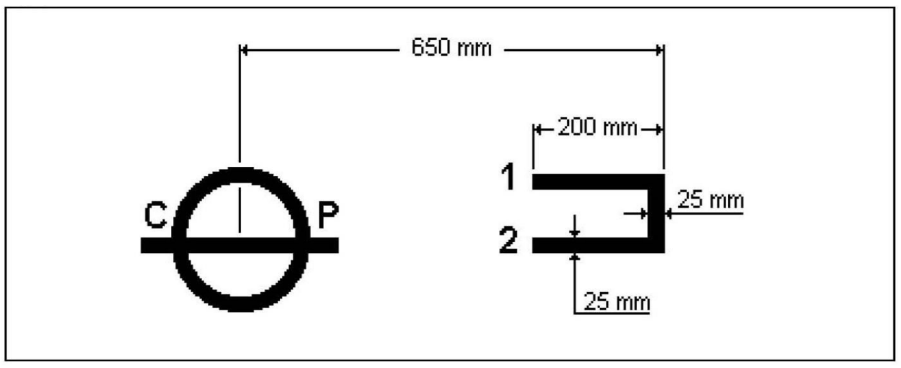


FIGURA 6-11: Marcas de linha de carga de embarcações que operam nas áreas 1 e 2

ANEXO 7-F

MULTIPLICADOR "M" EM FUNÇÃO DA SOMA DA BOCA E DO CONTORNO

B + Co (m)	"M"		B + Co (m)	"M"	
	Madeira ou Concreto	Aço ou Fibra de Vidro		Madeira ou Concreto	Aço ou Fibra de Vidro
1	0,0425	0,0450	26	28,7300	30,4200
2	0,1700	0,1800	27	30,9825	32,8050
3	0,3825	0,4050	28	33,3200	35,2800
4	0,6800	0,7200	29	35,7425	37,8450
5	1,0625	1,1250	30	38,2500	40,5000
6	1,5300	1,6200	31	40,8425	43,2450
7	2,0825	2,2050	32	43,5200	46,0800
8	2,7200	2,8800	33	46,2825	49,0050
9	3,4425	3,6450	34	49,1300	52,0200
10	4,2500	4,5000	35	52,0625	55,1250
11	5,1425	5,4450	36	55,0800	58,3200
12	6,1200	6,4800	37	58,1825	61,6050
13	7,1825	7,6050	38	61,3700	64,9800
14	8,3300	8,8200	39	64,6425	68,4450
15	9,5625	10,1250	40	68,0000	72,0000
16	10,8800	11,5200	41	71,4425	75,6450
17	12,2825	13,0050	42	74,9700	79,3800
18	13,7700	14,5800	43	78,5825	83,2050
19	15,3425	16,2450	44	82,2800	87,1200
20	17,0000	18,0000	45	86,0625	91,1250
21	18,7425	19,8450	46	89,9300	95,2200
22	20,5700	21,7800	47	93,8825	99,4050
23	22,4825	23,8050	48	97,9200	103,6800
24	24,4800	25,9200	49	102,0425	108,0450
25	26,5625	28,1250	50	106,250	112,5000

OBS: O multiplicador "M", para valores intermediários de (B + Co), deve ser obtido por interpolação linear.

ANEXO 8-C

CERTIFICADO DE SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

NÚMERO _____

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

_____

EMITENTE

Nome da Embarcação	Nº de Inscrição	Indicativo de Chamada

Atividades ou Serviços	Tipo de Embarcação	Ano de Construção

Comprimento	Arqueação Bruta	Área de navegação	
		☐ MAR ABERTO	
		☐ INTERIOR	☐ ÁREA 1
			☐ ÁREA 2

Fabricante, Modelo e Número do Motor	Potência Propulsiva Total (kW)

Material do Casco	Autorizado a Transportar Carga no Convés	Quantidade Autorizada de Passageiros (4)
	☐ SIM	(Vide o verso)
	☐ NÃO	

A(1)_____certifica que a embarcação _____foi objeto da vistoria (2) _____ em conformidade com as disposições regulamentadas pela _____ da Diretoria de Portos e Costas.

(NORMAM-01 ou NORMAM-02)

(3) A embarcação cumpre os requisitos de acessibilidade para o transporte coletivo aquaviário de passageiros. ☐ SIM / ☐ NÃO

As vistorias evidenciaram que seu estado é satisfatório e que cumpre com as prescrições indicadas.

O presente Certificado será válido até o vencimento indicado, estando sujeito a realização das vistorias anuais e intermediária que deverão ficar registradas entre as datas limites estabelecidas.

Emitido em _____, em ____ de _____ de ___

_____

Assinatura do responsável

(CP/DL/AG/Entidade Certificadora/Sociedade Classificadora)

(1) Capitania, Delegacia, Agência, Certificadora ou Sociedade Classificadora que emitir o Certificado.
(2) Indicar se Inicial ou de Renovação.
(3) Requisitos de acessibilidade.
(4) Campo obrigatório para embarcações que transportam passageiros / passageiros e carga

ANEXO 8-C

CONVALIDAÇÕES

Certifica-se que a embarcação foi objeto das vistorias a seguir estabelecidas, com resultado satisfatório, nos setores e datas indicadas, respectivamente.

A REALIZAR	ENTRE	E	LOCAL E DATA DA REALIZAÇÃO	VISTORIADOR
1ª VIST. ANUAL				
2ª VIST. ANUAL				
VISTORIA INTERMEDIÁRIA (não aplicável para navegação interior)				
3ª VIST. ANUAL				
4ª VIST. ANUAL				

DISTRIBUIÇÃO DE PASSAGEIROS / CARGA (t)			
	CONVÉS PRINCIPAL	CONVÉS SUPERIOR	ÁREA DE LAZER
Passageiros sentados			
Passageiros em camarote			
Passageiros em redes			
Passageiros em pé			
Porão de carga 01 (carga geral)			
Paiol no casco (mantimentos e materiais diversos)			
Almoxarifado no convés principal			
Depósito no convés principal			
Depósito no convés superior			

OBSERVAÇÕES:

DATA DA VISTORIA EM SECO:

Válido até: _____ de _____ de _____.

ANEXO 8-CC

CERTIFICADO DE SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO

NÚMERO _____

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

_____

EMITENTE

Nome da Embarcação	Nº de Inscrição	Indicativo de Chamada

Atividades ou Serviços	Tipo de Embarcação	Ano de Construção

Comprimento	Arqueação Bruta	Área de navegação	
		☐ MAR ABERTO	
		☐ INTERIOR	☐ ÁREA 1
			☐ ÁREA 2

Fabricante, Modelo e Número do Motor	Potência Propulsiva Total (kW)

Material do Casco	Autorizado a Transportar Carga no Convés	Quantidade Autorizada de Passageiros (4)
	☐ SIM	(Vide o verso)
	☐ NÃO	

A(1)_____certifica que a embarcação _____foi objeto da vistoria (2) _____ em conformidade com as disposições regulamentadas pela _____ da Diretoria de Portos e Costas.

(NORMAM-01 ou NORMAM-02)

(3) A embarcação cumpre os requisitos de acessibilidade para o transporte coletivo aquaviário de passageiros. ☐ SIM / ☐ NÃO

As vistorias evidenciaram que seu estado é satisfatório e que cumpre com as prescrições indicadas.

O presente Certificado será válido até o vencimento indicado, estando sujeito a realização das vistorias anuais e intermediária que deverão ficar registradas entre as datas limites estabelecidas.

Emitido em _____, em ____ de _____ de ___

_____

Assinatura do responsável

(CP/DL/AG/Entidade Certificadora/Sociedade Classificadora)

(1) Capitania, Delegacia, Agência, Certificadora ou Sociedade Classificadora que emitir o Certificado.
(2) Indicar se Inicial ou de Renovação.
(3) Requisitos de acessibilidade.
(4) Campo obrigatório para embarcações que transportam passageiros / passageiros e carga

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082500091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 8-CC

CONVALIDAÇÕES

Certifica-se que a embarcação foi objeto das vistorias a seguir estabelecidas, com resultado satisfatório, nos setores e datas indicadas, respectivamente.

A REALIZAR	ENTRE	E	LOCAL E DATA DA REALIZAÇÃO	VISTORIADOR
1ª VIST. ANUAL				
2ª VIST. ANUAL				
3ª VIST. ANUAL				
4ª VIST. ANUAL				
VISTORIA INTERMEDIÁRIA				
6ª VIST. ANUAL				
7ª VIST. ANUAL				
8ª VIST. ANUAL				
9ª VIST. ANUAL				

OBSERVAÇÕES:

DATA DA VISTORIA EM SECO:

Válido até: _____ de _____ de _____.

ANEXO 8-D

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, ... (nome completo) ....., ... (nacionalidade) ....., nascido em ...../...../....., portador da Carteira de Identidade ..... (número) ....., ... (órgão expedidor) ....., expedida em ...../...../....., (CPF/CNPJ) ....., residente à ..... (rua, Av.) ....., ... (bairro) ....., (CEP) ....., ... (Cidade, UF) ....., telefone ....., proprietário (a) da embarcação ..... (nome) ....., classificada como ....., inscrita na ..... (CP/ DL/AG) ....., sob o nº ..... , declaro sob as penas da Lei que:

1 - A citada embarcação apresenta casco, propulsão, equipamentos e acessórios de bordo em perfeito estado de manutenção e segurança, atendendo a todos os requisitos exigidos pelas Normas em vigor, bem como a dotação de material exigido para a classe de navegação a que pertence, constante neste Termo;

2 - Estou ciente de que caso venha a delegar atribuições de zelar pela manutenção do bom estado da embarcação e de seu material de segurança a prepostos ou a terceiros, profissionais ou não, não me exonera a responsabilidade pessoal que estou assumindo por este Termo de Responsabilidade, sem prejuízo da responsabilidade que couber a tais prepostos ou terceiros, em caso da utilização da embarcação em condições impróprias de manutenção e ou oferecendo risco à segurança da embarcação e ou de seus passageiros e ou carga e ou a terceiros;

3 - Estou ciente de que responderei administrativa, civil ou penalmente pelas conseqüências do uso da embarcação, por mim, por prepostos ou por terceiros a quem vier a ceder seu uso, em desacordo ou violação às leis e normas em vigor, referentes à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana nas águas e à prevenção da poluição hídrica, em particular, das Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação Interior - NORMAM - 02/DPC, que declaro conhecer, e, especialmente, pelo não cumprimento das obrigações formalmente assumidas por este Termo de Responsabilidade.

Assino este Termo de Responsabilidade, perante essa ..... (CP/DL/AG) ....., ... (cidade, UF) ....., em ..... de .....de ....., na presença das testemunhas que também assinam o presente.

_____ _____
1ª Testemunha (Assinatura)
Nome: (Firmas Reconhecidas por semelhança)
CPF:

_____ _____
2ª Testemunha (Assinatura do Representante da CP, DL ou AG)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

OBS.: 1) Dispensados os reconhecimentos de firmas em cartório, se as assinaturas forem apostas na presença do representante da CP, DL ou AG, que atestar esse fato;
2) Se as firmas forem reconhecidas em cartório, o representante da CP, DL ou AG não assina o presente Termo; e
3) Só é válido com o carimbo da CP, DL ou AG na qual a embarcação foi inscrita, reclassificada ou teve alteração de proprietário.

ANEXO 8-D

DOCUMENTAÇÃO, MARCAÇÃO E MATERIAL OBRIGATÓRIO

I - MATERIAL

EQUIPAMENTO	OBSERVAÇÃO
Coletes	Carga: tamanho grande p/ 100% das pessoas a bordo Passageiros: tamanho grande p/ 100% das pessoas a bordo, acrescido de 10% do total de passageiros para crianças (tamanho pequeno).
Bóias (uma em cada bordo deverá possuir retinida de 20 m)	Comprimento: menor que 24 m: 2 unidades classe I I I entre 24 m e 45 m: 3 unidades classe I I I acima de 45 m: 6 unidades classe I I I
Caixa de Primeiros Socorros	Embarcações que transportem mais de 15 pessoas a bordo.
Extintores de Incêndio	De acordo com o arranjo da embarcação, deverá possuir extintores no comando, áreas de acomodações, áreas de serviço, espaços de máquinas e áreas de carga, conforme prescrito no Anexo 4-D.
Lanterna Portátil com Pilhas Sobressalentes	Todas as embarcações.
Buzina ou Apito e Sino	Todas as embarcações.
Rádio VHF	Obrigatório para embarcações que efetuem operações de eclusagem e para embarcações de passageiros. Recomendado para as demais.

II - DOCUMENTOS/PUBLICAÇÕES

1 - Cartão de Tripulação de Segurança (quando aplicável);
2 - Título de Inscrição da Embarcação ou Provisão de Registro;
3 - Caderneta de Inscrição e Registro para cada Tripulante;
4 - Notas de Arqueação; e
5 - Regras para Evitar Abalroamento (para as propulsadas).

III - MARCAÇÕES

1 - Nome da embarcação - na popa e nos dois bordos da proa (letras com altura mí-nima de 10 cm);

2 - Porto de inscrição - na popa junto ao nome;
3 - Escala de calado - nos dois lados do cadaste, em medidas métricas;
4 - Número de Inscrição e Peso Máximo de Carga - em lugar conveniente à ré;
5 - Placa contendo número de inscrição, peso máximo de carga, número máximo de passageiros por convés e número do telefone da OM de inscrição, para as embarcações que transportem passageiros, em local visível aos mesmos.

ANEXO 8-E

TABELA DE INDENIZAÇÕES

Considerações iniciais

1. O pagamento das indenizações discriminadas abaixo deverá ser realizado por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).
2. Para realização das vistorias, inspeções, perícias e exames previstos abaixo, exceto para equipes de aplicação de provas para habilitação o transporte aéreo ou terrestre à cidade de destino, o transporte terrestre nos deslocamentos urbanos e a estada dos vistoriadores, inspetores ou peritos serão de responsabilidade do interessado, empresa ou entidade solicitante do serviço, exceto para a equipe de aplicação de provas para obtenção de carteira de habilitação de amadores (CHA).

I - EMBARCAÇÕES BRASILEIRAS

1.0 - VISTORIAS / PERÍCIAS / SERVIÇOS

a) Embarcações certificadas

VISTORIA / SERVIÇO	ARQUEAÇÃO BRUTA (AB)			
	Maior ou igual a 20 e menor ou igual a 100	Maior que 100 e menor ou igual a 500	Maior que 500 e menor ou igual a 1.000	Maior que 1.000
Vistoria em seco para obtenção do CSN (inicial e de renovação)	R$ 152,00	R$ 305,00	R$ 305,00	R$ 305,00
Vistoria flutuando para obtenção do CSN (inicial e de renovação)	R$ 163,00	R$ 543,00	R$ 760,00	R$ 1085,00
Vistoria para emissão do CSN (anual ou intermediária)	R$ 119,00	R$ 391,00	R$ 543,00	R$ 770,00
Vistoria para emissão do Certificado de Borda - Livre (inicial, anual e renovação) **(1)**	R$ 131,00	R$ 305,00	R$ 466,00	R$ 618,00
Vistoria anual e de constatação de Borda - Livre	R$ 87,00	R$ 239,00	R$ 348,00	R$ 478,00
Vistoria para emissão de Laudo Pericial para confecção de CTS **(2)**	R$ 174,00	R$ 305,00	R$ 466,00	R$ 770,00
Análise de planos para emissão de licenças	R$ 543,00	R$ 597,00	R$ 705,00	R$ 760,00
Teste de tração estática acompanhado pelo GVI	R$ 206,00	R$ 261,00	R$ 314,00	R$ 369,00
Vistoria para reclassificação para uma viagem	R$ 119,00	R$ 380,00	R$ 531,00	R$ 770,00
Vistoria para Prova de Mar	R$ 87,00			
Verificação de Peso Máximo de Carga (PMC) para embarcações com AB até 20, exceto miúdas	R$ 54,00			

ANEXO 8-E

b) Embarcações de esporte e/ou recreio

VISTORIA / SERVIÇO	COMPRIMENTO TOTAL (C)	
	C até 24m	C maior que 24m
Inicial, Renovação e Reclassificação para obtenção do CSN	R$ 217,00	R$ 543,00
Arqueação	-	R$ 314,00
Análise de planos para emissão de licenças	R$ 434,00	R$ 543,00

OBSERVAÇÕES:

(1) Aplicável às embarcações com AB maior que 50 e comprimento de regra maior que 20m.

(2) O valor da vistoria de Emissão de Laudo Pericial para confecção de CTS para as embarcações certificadas com AB entre 10 e 20 será R$ 83,00. Para as embarcações com AB acima de 20 seguir a tabela 1.0 a)

(3) As indenizações referentes à verificação do cumprimento de exigências, constantes de relatórios de vistorias e de análise de planos serão iguais a 50% dos valores das indenizações das vistorias a que se referem.

c) Arqueação de embarcações não classificadas

Vistoria para Arqueação	COMPRIMENTO (L)				
	Maior ou igual a 5 e menor ou igual a 12 m	Maior que 12 e menor ou igual a 24 m	Maior que 24 e menor ou igual a 100 m	Maior que 100 e menor ou igual a 150 m	Maior que 150 m
	R$ 54,00	R$ 109,00	R$ 304,00	R$ 478,00	R$ 618,00

d) Declaração de Conformidade para plataformas e embarcações que transportam petróleo e seus derivados

PERÍCIAS		ARQUEAÇÃO BRUTA (AB)			
		Menor que 5000	Maior ou igual a 5.000 e menor ou igual a 10.000	Maior que 10.000 e menor ou igual a 15.000	Maior que 15.000
Embarcações, Plataformas móveis, navios sonda, FPSO e FSO	Emissão de Declaração de Conformidade	R$ 1628,00	R$ 2062,00	R$ 2388,00	R$ 3580,00
	Retirada de exigências de Declaração de Conformidade	R$ 1302,00			
Plataformas fixas	Emissão de Declaração de Conformidade	R$ 2062,00			
	Retirada de exigências de Declaração de Conformidade	R$ 1302,00			

e) Certificado de Responsabilidade Civil em Poluição por Óleo (CLC/69) Emissão de Certificado	R$ 109,00

ANEXO 8-E

f) Perícia para a retirada de exigências de inspeção de "FLAG STATE CONTROL":

Embarcação de mar aberto com qualquer arqueação				R$ 868,00
Embarcação que opera na navegação interior por Arqueação Bruta (AB)				
Menor ou igual a 20	**Maior que 20 e menor ou igual a 50**	**Maior que 50 e menor ou igual a 100**	**Maior que 100 e menor ou igual a 500**	**Maior que 500**
R$ 54,00	R$ 109,00	R$ 163,00	R$ 217,00	R$ 271,00

g) Vistoria de Condição para graneleiros

VISTORIA / SERVIÇO	ARQUEAÇÃO BRUTA (AB)		
	Menor ou igual a 15.000	Maior que 15.000 e menor ou igual a 50.000	Maior que 50.000
Com acompanhamento do GVI	R$ 1736,00	R$ 2712,00	R$ 5424,00
Sem acompanhamento do GVI	R$ 488,00		

h) Vistoria de Condição para carregamento de carga viva

ARQUEAÇÃO BRUTA (AB)		
Menor ou igual a 15.000	Maior que 15.000 e menor ou igual a 50.000	Maior que 50.000
R$ 1736,00	R$ 2712,00	R$ 5424,00

2.0 - OUTROS SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	INDENIZAÇÃO
Inscrição de embarcação, emissão, renovação ou de 2ª via de TIE/TIEM, transferência de propriedade e/ou jurisdição de embarcação, alteração de dados cadastrais, registro e cancelamento de ônus e averbações (embarcação inscrita)	R$ 33,00
Emissão do Documento Provisório de Propriedade	NÃO COBRAR
Cancelamento de inscrição de embarcação	NÃO COBRAR
Emissão de certidão sobre embarcação inscrita	R$ 17,00
Emissão de 2ª via de certificados e licenças	R$ 33,00
Emissão e alteração de Registro Contínuo de Dados (RCD)	R$ 163,00
Emissão de certificado de isenção	R$ 326,00
Carteira de Habilitação de Amador (CHA) - Inscrição para exame de habilitação de amador, renovação, emissão de 2ª via, correspondência ou equivalência (Todas as Categorias)	R$ 44,00
Cadastramento de Marinas, Clubes, Entidades Desportivas Náuticas e Estabelecimentos de Treinamento Náutico e/ou pessoas físicas devidamente cadastradas nas CP/DL/AG para emissão de Atestado de Treinamento para Arrais-Amador e Atestado de Treinamento para Motonauta	R$ 54,00
Cadastramento de perito em Compensação de Agulha Magnética	R$ 54,00
Termo de entrega de embarcação apreendida, que se encontrar nas CP/DL/AG (por dia de apreensão)	R$ 54,00
Termo de entrega de embarcação miúda apreendida, que se encontrar nas CP/DL/AG (por dia de apreensão)	R$ 12,00

OBSERVAÇÃO: Os valores dos serviços prestados pelo Tribunal Marítimo (TM) encontram-se discriminados no sítio do TM na internet, onde se pode consultar a Tabela de Custas por meio do link: https://www.marinha.mil.br/tm/

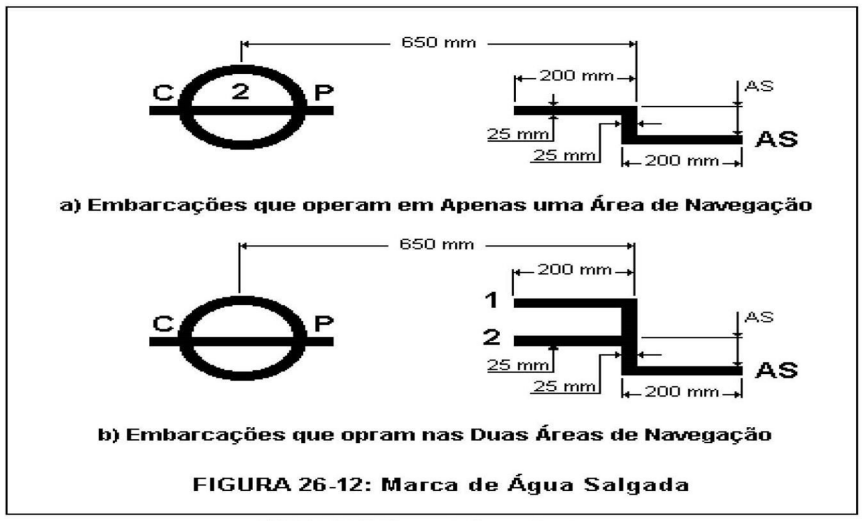


FIGURA 6-12: Marca de água salgada

ANEXO 8-E

II - EMBARCAÇÕES DE BANDEIRA ESTRANGEIRA AUTORIZADAS A OPERAR EM ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS

1.0 - PERÍCIAS E SERVIÇOS

a) Plataformas, FPSO e FSO

SERVIÇOS	Arqueação Bruta (AB)			
	Menor ou igual a 5.000	Maior que 5.000 e menor ou igual a 10.000	Maior que 10.000	Plataforma Fixa
Perícia para emissão de Declaração de Conformidade	R$ 2062,00	R$ 2495,00	R$ 2929,00	-
Perícia de Conformidade para Operação em AJB e emissão da AIT				
Perícia para emissão de Declaração de Conformidade para Plataforma Fixa	-	-	-	R$ 2062,00
Retirada de exigência de perícia para emissão de Declaração de Conformidade	R$ 1302,00			
Perícia para elaboração de Laudo para emissão de CTS	R$ 977,00			
Perícia para renovação de AIT e CTS	R$ 326,00			

b) Demais embarcações

SERVIÇOS	Arqueação Bruta (AB)				
	Menor ou igual a 1.000	Maior que 1.000 e menor ou igual a 5.000	Maior que 5.000 e menor ou igual a 10.000	Maior que 10.000 e menor ou igual a 15.000	Maior que 15.000
Perícia de Conformidade para Operação em AJB e emissão da AIT	R$ 977,00	R$ 1302,00	R$ 2062,00	R$ 2441,00	R$ 3580,00
Perícia para emissão de Declaração de Conformidade para Transporte de Petróleo					
Retirada de exigência de perícia de Conformidade para Operação em AJB	R$ 1302,00				
Retirada de exigência de perícia para emissão de Declaração de Conformidade para Transporte de Petróleo					
Perícia para elaboração de Laudo para Emissão de CTS	R$ 977,00				
Análise documental SIRE (Ship Inspection Report) para emissão de Declaração de Conformidade	R$ 326,00				
Certidão de capacitação de embarcação afretada a casco nu para o REB	R$ 117,00				
Perícia para renovação de AIT e CTS	R$ 326,00				

ANEXO 8-E

c) Perícia para a retirada de exigências de inspeção de "PORT STATE CONTROL":

Embarcação com qualquer arqueação, que opera em mar aberto	R$ 867,00

III - SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS E ESCOLAS DE MERGULHO PROFISSIONAL

Vistoria/Serviço prestado a empresas de mergulho profissional

SERVIÇO	VALOR
1.1 - Análise de processo de cadastramento	R$ 326,00
1.2 – Emissão de Ficha Cadastro (FCEM) por cadastramento inicial, renovação ou alteração de dados cadastrais ou endosso anual	R$ 163,00
1.3 – Vistoria Pré-Operação de sistemas de mergulho	R$ 326,00
1.4 - Vistoria para Retirada de Exigências	R$ 163,00
1.5 – Perícia em Acidente de Mergulho	R$ 326,00
1.6 – Inspeção a Pedido da Empresa	R$ 326,00

Vistoria/Serviço prestado a escolas de mergulho profissional

SERVIÇO	VALOR
2.1 - Análise de processo de credenciamento	R$ 326,00
2.2 – Emissão de Ficha de Credenciamento (FCREM) por credenciamento inicial, renovação ou alteração de dados cadastrais; ou endosso anual	R$ 163,00
2.3 - Vistoria Pré-Operação de sistemas de mergulho	R$ 326,00
2.4 - Vistoria para Retirada de Exigência	R$ 163,00
2.5 – Perícia em Acidente de Mergulho	R$ 326,00
2.6 – Inspeção a Pedido da Escola	R$ 326,00

IV - SERVIÇOS RELATIVOS ÀS OBRAS, DRAGAGENS, PESQUISA, LAVRA DE MINERAIS E AQUICULTURA SOB, SOBRE E ÀS MARGENS DAS ÁGUAS JURISDICIONAIS BRASILEIRAS

SERVIÇO / INSPEÇÃO	INDENIZAÇÃO
Análise do processo e emissão de parecer	R$ 163,00
Realização de inspeção no local da obra em AJB	R$ 217,00

ANEXO 10-A

INSTRUÇÕES DE SEGURANÇA

INSTRUÇÕES SOBRE A LOCALIZAÇÃO DO MATERIAL DE SALVATAGEM, DEMONSTRAÇÃO DE USO DE COLETES SALVA-VIDAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

"BOM DIA! (BOA TARDE! ou BOA NOITE). (A disseminação poderá ser realizada a viva voz, usando sistema de som ou a apresentação de cartão impresso descrevendo os procedimentos)

SENHORAS E SENHORES PASSAGEIROS, BEM VINDOS A BORDO. NOSSA CHEGADA A (DESTINO FINAL) ESTÁ PREVISTA PARA AS ____ HORAS DO DIA _____. (Ou apresentar os detalhes da travessia ou singradura que será realizada)
EM CUMPRIMENTO ÀS NORMAS DA CAPITANIA DOS PORTOS _____, PARTICIPAMOS QUE ESTA EMBARCAÇÃO POSSUI LOTAÇÃO MÁXIMA PERMITIDA DE _____ PASSAGEIROS, E ESTÁ GUARNECIDA COM _____ TRIPULANTES.
O TELEFONE DA CAPITANIA DOS PORTOS E DEMAIS INFORMAÇÕES DA EMBARCAÇÃO CONSTAM DAS PLACAS LOCALIZADAS NAS SEGUINTES POSIÇÕES: _____.

1. APRESENTAREMOS AGORA A LOCALIZAÇÃO, O USO DO MATERIAL DE SALVATAGEM E OS PROCEDIMENTOSDE SEGURANÇA: (adaptar conforme o caso e as características da embarcação).

2. ESTA EMBARCAÇÃO ESTÁ EQUIPADA COM O SEGUINTE MATERIAL DE SALVATAGEM: (descrever o material e a localização).

3. INICIAREMOS AGORA A DEMONSTRAÇÃO DO USO DO COLETE SALVA-VIDAS.

4. O COLETE POSSUI FITAS NA PARTE SUPERIOR QUE DEVEM SER FIRMEMENTE AMARRADAS, UMA À OUTRA, E OUTRA INFERIOR, QUE APÓS CONTORNAR O CORPO, DEVERÁ SER BEM AMARRADA À CINTURA. O COLETE DISPÕE, TAMBÉM, DE UM APITO PARA FACILITAR A LOCALIZAÇÃO DO NÁUFRAGO. (adaptar conforme o caso e as características da embarcação e os tipos de colete empregados).

5. AS ESCADAS FAZEM PARTE DAS ROTAS DE FUGA EM CASO DE INCIDENTES. POR MOTIVO DE SEGURANÇA, É PROIBIDO SENTAR OU PERMANECER NAS ESCADAS.

6. EM CASO DE ACIDENTE, MANTENHA A CALMA E SIGA AS INSTRUÇÕES DA TRIPULAÇÃO. (adaptar conforme o caso e as características da embarcação e os tipos dos demais recursos de salvatagem disponíveis e sua localização).

7. DESCREVER OS DEMAIS PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA, CASO EXISTENTES.

MUITO OBRIGADO. TENHAM TODOS UMA BOA VIAGEM OU BOM PASSEIO
ESTA TRIPULAÇÃO ESTÁ ÀS SUAS ORDENS".

ANEXO 12-A

N°_____/_____

CERTIFICADO DE SEGURO OU OUTRA GARANTIA FINANCEIRA RELATIVO À RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS POR POLUIÇÃO POR ÓLEO.

CERTIFICATE OF INSURANCE OR OTHER FINANCIAL SECURITY IN RESPECT OF CIVIL LIABILITY FOR OIL POLLUTION DAMAGE

Emitido de acordo com as disposições do artigo VII da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo, 1969.

Issued in accordance with the provisions of Article VII of the International Convention on Civil Liability for Oil Pollution Damage, 1969

NOME DA EMBARCAÇÃO Name of Vessel	LETRAS OU NÚMERO DISTINTIVO Distinctive Number or Letters	PORTO DE INSCRIÇÃO Port of Registry	NOME E ENDEREÇO DO PROPRIETÁRIO Name and address of Owner

O abaixo assinado certifica que a embarcação supramencionada está coberta por uma apólice de seguro ou outra garantia financeira, satisfazendo as disposições do Artigo VII da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo, 1969.

This is to certify that there is in force, in respect of the above-named vessel, a policy of insurance or other financial security satisfying the requirements of Article VII of the International Convention on Civil Liability for Oil Pollution Damage, 1969.

TIPO DE GARANTIA. Type of security .....
DURAÇÃO DA GARANTIA. Duration of security .....

NOME E ENDEREÇO DO(S) SEGURADOR(ES) E/OU DA(S) PESSOA(S) QUE TENHAM DADO UMA GARANTIA FINANCEIRA. Name and Address of the Insurer(s) and/or Guarantor(s).

NOME .....
Name
ENDEREÇO .....
Address
NOME
Name
ENDEREÇO .....
Address

O PRESENTE CERTIFICADO É VÁLIDO ATÉ. This certificate is valid until .....

Emitido pelo Governo da República Federativa do Brasil por intermédio da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil.
Issued by the Government of the Federative Republic of Brazil by the Directory of Ports and Coasts of the Brazilian Navy.

FEITO EM ..... AOS ....
At ON

Assinado .....
Signature

Diretor de Portos e Costas
Director of Ports and Coasts
BRAZILIAN NAVY

M_{SL} = v x b x y x k x √δ, onde: (15)
M_{SL} = momento de superfície livre em qualquer inclinação, em t.m;
v = volume total do tanque, em m^3;
b = largura máxima do tanque, em m;
y= peso específico do líquido no tanque, em t / m^3;
δ = v / (b x l x h) (coeficiente de bloco do tanque);
l= comprimento máximo do tanque, em m;
h = altura máxima do tanque, em m;
k = coeficiente adimensional obtido na tabela 6.4, ou através das seguintes expressões:

- quando cot θ ≥ (b / h):

$k = [(\text{sen } \theta)/12] \times [1 + ((\tan^2 \theta) / 2)] \times (b / h)$, ou (16)

- quando cot θ ≤ (b / h):

$k = [(\cos \theta)/8] \times \{1 + [(\tan \theta) / (b / h)]\} - \{(\cos \theta) / [12 \times (b / h)^2]\} \times \{1 + [(\cot^2 \theta) / 2]\}$ (17)

onde: θ = ângulo de inclinação transversal

TABELA 6.4

θ / b/h	5º	10º	15º	20º	30º	40º	45º	50º	60º	70º	75º	80º	90º
20,00	0,11	0,12	0,12	0,12	0,11	0,10	0,09	0,09	0,07	0,05	0,04	0,03	0,01
10,00	0,07	0,11	0,12	0,12	0,11	0,10	0,10	0,09	0,07	0,05	0,04	0,03	0,01
5,00	0,04	0,07	0,10	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,08	0,07	0,06	0,05	0,03
3,00	0,02	0,04	0,07	0,09	0,11	0,11	0,11	0,10	0,09	0,08	0,07	0,06	0,04
2,00	0,01	0,03	0,04	0,06	0,09	0,11	0,11	0,11	0,10	0,09	0,09	0,08	0,06
1,50	0,01	0,02	0,03	0,05	0,07	0,10	0,11	0,11	0,11	0,11	0,10	0,10	0,08
1,00	0,01	0,01	0,02	0,03	0,05	0,07	0,09	0,10	0,12	0,13	0,13	0,13	0,13
0,75	0,01	0,01	0,02	0,02	0,04	0,05	0,07	0,08	0,12	0,15	0,16	0,16	0,17
0,50	0,00	0,01	0,01	0,02	0,02	0,04	0,04	0,05	0,09	0,16	0,18	0,21	0,25
0,30	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,02	0,03	0,03	0,05	0,11	0,19	0,27	0,42
0,20	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,04	0,07	0,13	0,27	0,63
0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,04	0,06	0,14	1,25

Obs: Valores intermediários poderão ser obtidos por interpolação linear.

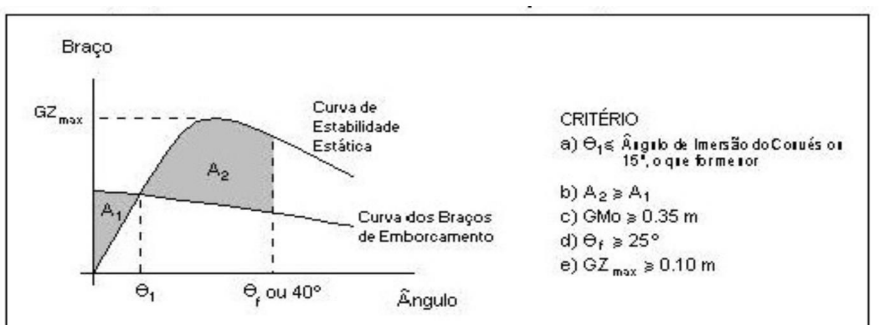


FIGURA 26-13: Critério de Estabilidade para Embarcações da Área 1

FIGURA 6-13: Critério de estabilidade para embarcações da área 1

$$GM_r = \frac{P \times A \times h}{\Delta \times tg\,\theta} \quad (19)$$

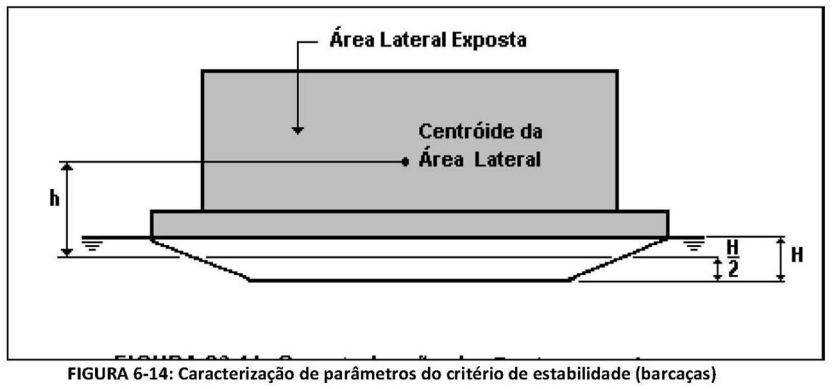


FIGURA 6-14: Caracterização de parâmetros do critério de estabilidade (barcaças)

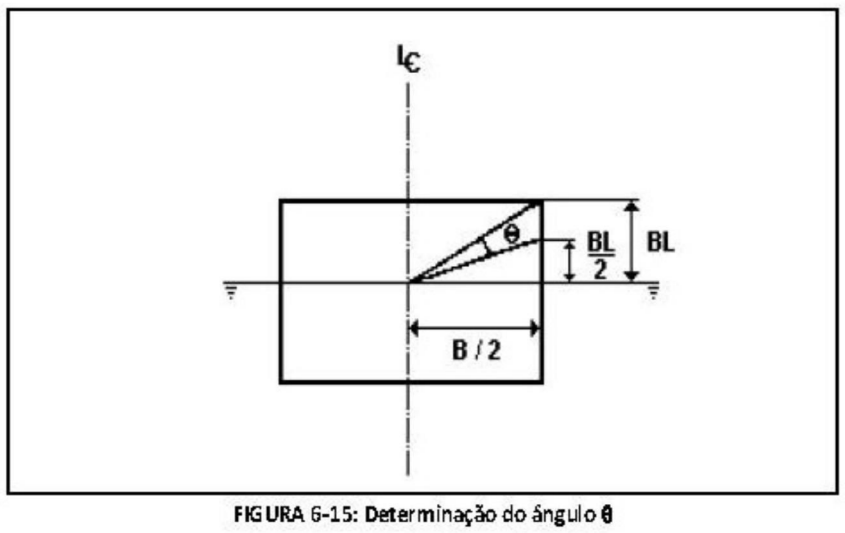


FIGURA 6-15: Determinação do ângulo θ

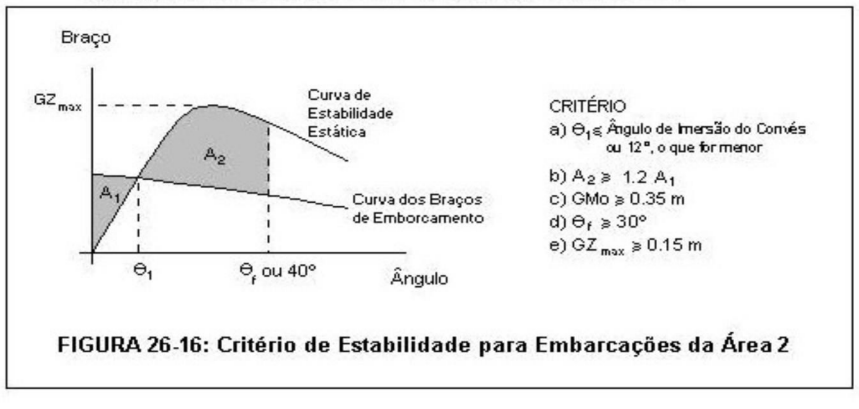


FIGURA 26-16: Critério de Estabilidade para Embarcações da Área 2

GM_r = P x A x h, onde: (20)
Δx tg θ

GM_r = altura metacêntrica inicial requerida, em m;

A = área lateral projetada da porção da embarcação acima da linha d'água correspondente à condição de carregamento considerada, conforme indicado na figura 6-14, em m^2;

h = distância vertical entre o centroide da área "A" e metade do calado médio para a condição de carregamento considerada, conforme indicado na figura 6-14, em m;

Δ= deslocamento da embarcação na condição de carregamento considerada, em t;

θ = ângulo de inclinação entre a metade superior da borda livre na condição de carregamento considerada e o canto superior do convés, ou 14º, adotando-se o menor valor (ver figura 6-15);

$P = 0,055 + (L_{PP} / 1309)^2$, em t/m^2; e

L_{PP} = comprimento entre perpendiculares, em m.

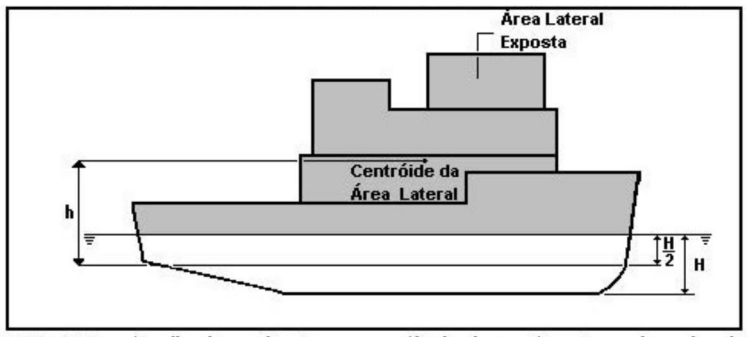


FIGURA 6-17: Determinação de parâmetros para cálculo do movimento emborcador devido ao vento.

c) Cálculo do Momento Emborcador devido a Guinadas

1) O cálculo do momento emborcador devido a guinadas (M_G) deve ser efetuado por intermédio da seguinte expressão:

$M_G=[0,02xV_o^2x\Delta x(KG - (H / 2))] / L$, onde: (25)

M_G = momento emborcador devido a guinadas, em t.m;

V_o = velocidade de serviço da embarcação, em m/s;

Δ= deslocamento da embarcação na condição de carregamento considerada, em t;

KG = altura do centro de gravidade acima da quilha, em m; e

H = calado médio na condição de carregamento analisada, em m; e

L = comprimento de linha d'água na condição de carregamento analisada, em m.

2) O braço de emborcamento devido a guinada (B_G), cuja curva deve ser representada junto com a Curva de Estabilidade Estática, pode ser calculado por intermédio da seguinte expressão:

$B_G=M_G/\Delta$, onde: (26)

B_G = braço de emborcamento devido a guinada, em m;

M_G = momento emborcador calculado de acordo com a fórmula (25); e

Δ= deslocamento da embarcação, na condição de carregamento considerada, em t.

d) Cálculo do Momento Emborcador devido ao Reboque

1) O cálculo do momento emborcador devido ao reboque (M_R) deve ser efetuado por intermédio da seguinte expressão: $M_R = F x d x \cos\theta$, onde: (27)

M_R = momento emborcador devido ao reboque, em t.m;

F = metade da máxima força de tração estática, em t;

d = braço do momento de inclinação devido ao reboque; e

θ= ângulo de inclinação da embarcação.

2) O momento emborcador devido ao reboque deve ser calculado utilizando-se metade da força de tração estática do rebocador atuando em um ângulo de 90° com a linha de centro da embarcação.

3) O valor da força de tração estática deverá ser obtido por intermédio de um teste de tração estática. Em considerações preliminares, poderá ser adotado o valor estimado de 0,0135 t / bhp.

4) O braço do momento de inclinação devido ao reboque, deve ser igual a distância vertical do extremo superior do "gato de reboque" até o centro de carena ou, alternativamente, até a metade do calado médio, na condição de carregamento considerada.

5) Os braços de emborcamento devido ao reboque (B_R), cuja curva deve ser representada junto com a curva de estabilidade estática, podem ser calculados para cada ângulo de inclinação por intermédio da seguinte expressão:

$B_R=M_R/\Delta$ (28)

onde:

B_R = braço de emborcamento devido ao reboque, em m;

M_R = fórmula (27); e

Δ= deslocamento da embarcação, na condição de carregamento considerada, em t.

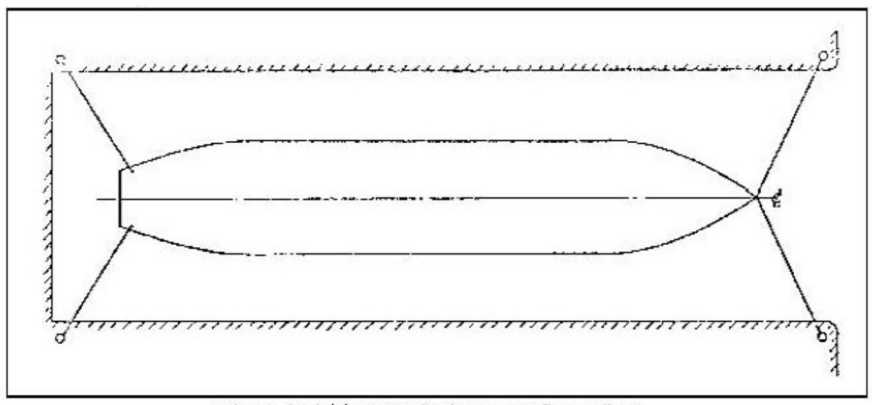


FIGURA 6-18 (a): Exemplo de amarração no dique

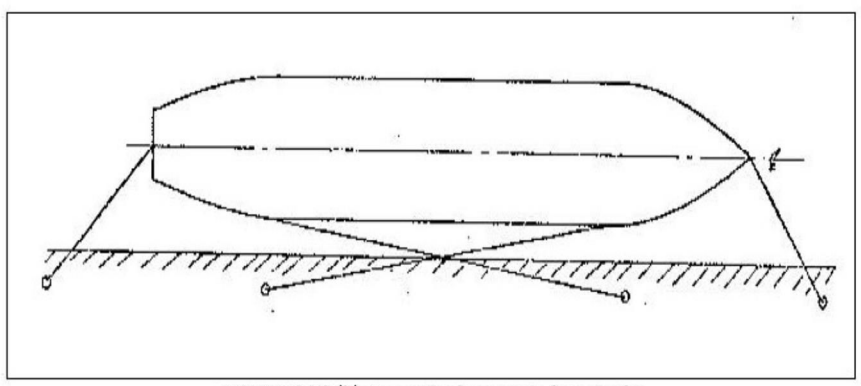


FIGURA 6-18 (b): Exemplo de amarração no cais

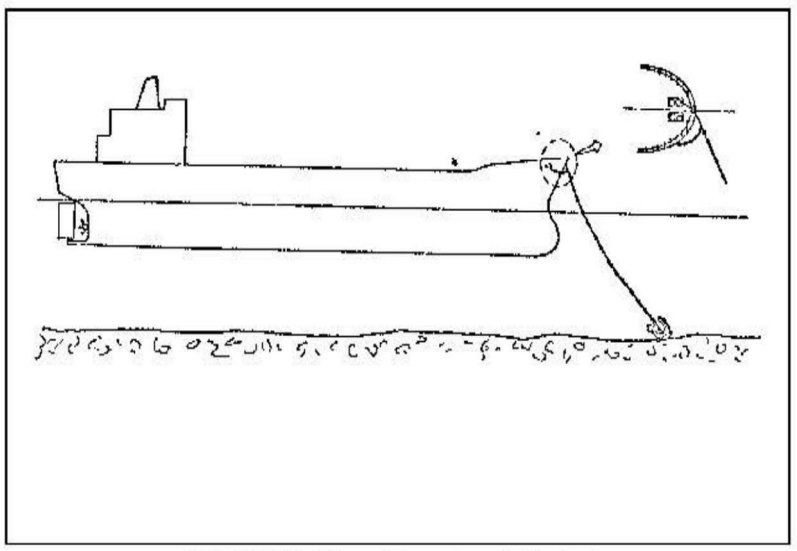


FIGURA 6-18 (c): Exemplo de embarcação fundeada

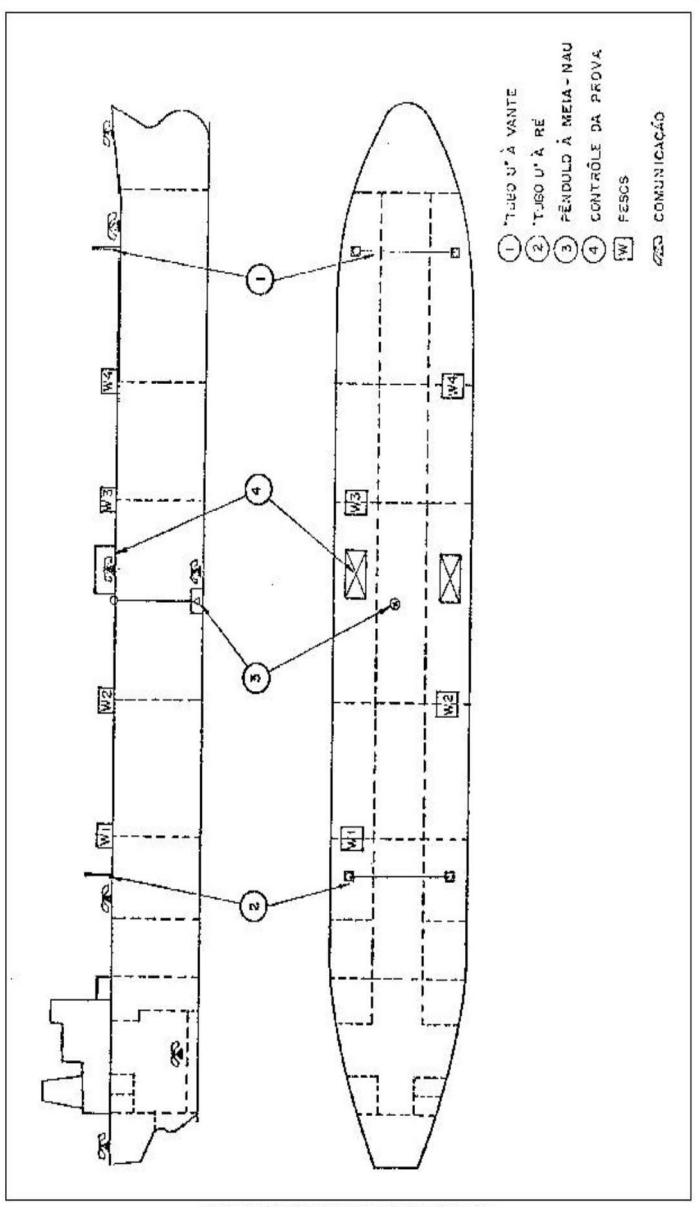


FIGURA 6-19: Esquema de localização

$P=\frac{\Delta GM tg\theta}{d}$ (29)

onde:

P = peso total a ser transferido, em t;

Δ= deslocamento estimado para a condição de prova, em t;

GM = altura metacêntrica inicial estimada para a condição de prova, em m;

d = percurso transversal do peso inclinante, em m; e

θ = ângulo de banda provocado pela movimentação do peso inclinante, sendo recomendável $1º \leq \theta \leq 3º$, dependendo das características da embarcação.

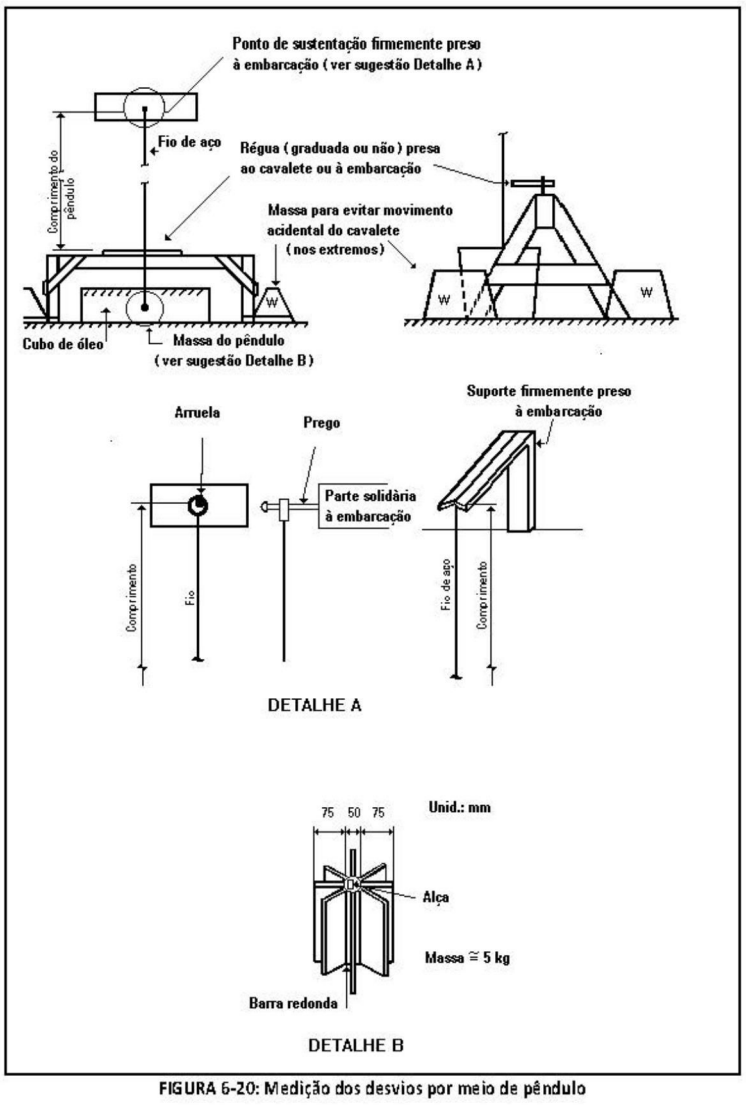


FIGURA 6-20: Medição dos desvios por meio de pêndulo

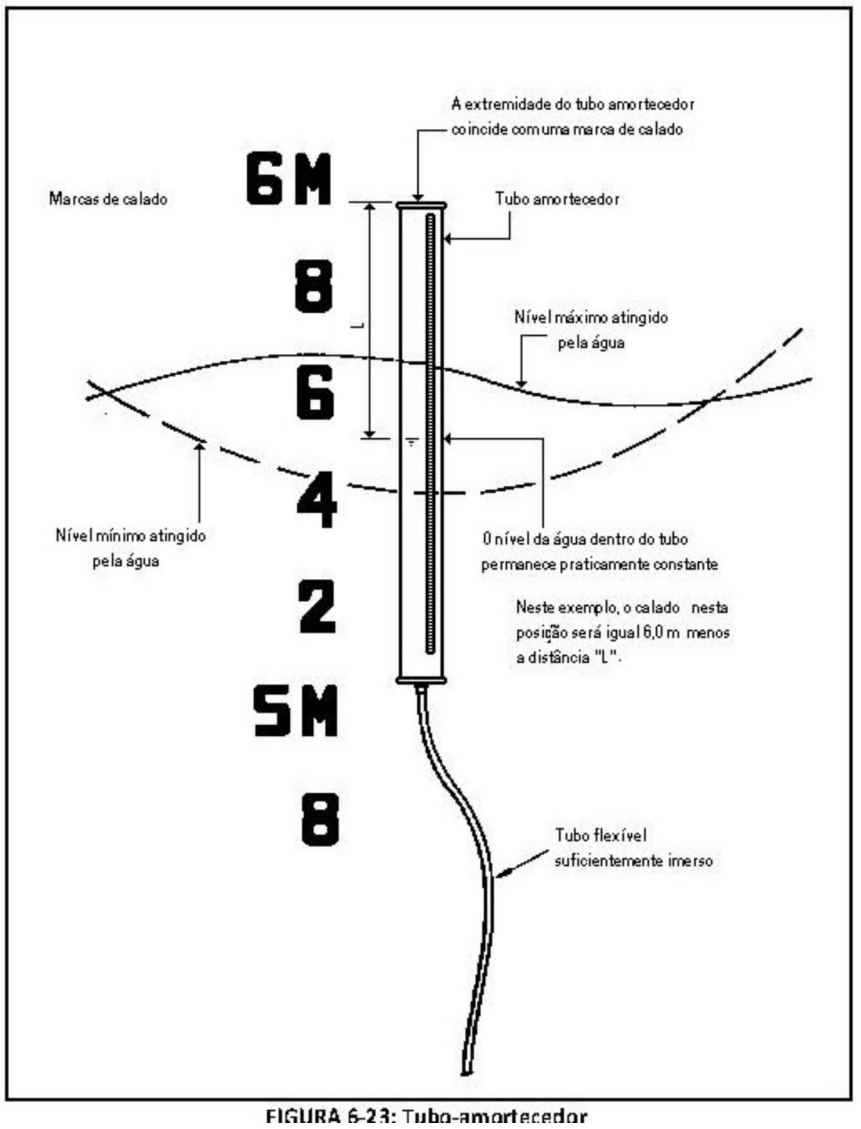


FIGURA 6-23: Tubo-amortecedor

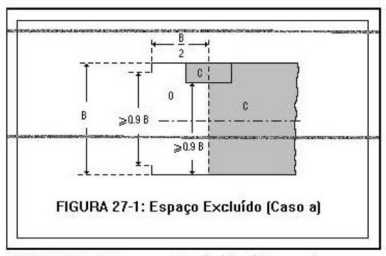


FIGURA 7-1:Espaço Excluído (Caso a)

Nas figuras de 7-1 a 7-6, 7-9 e 7-11 foi adotada a seguinte simbologia:

C - Espaço Fechado

O - Espaço Excluído

I - Espaço a ser considerdo como Espaço Fechado

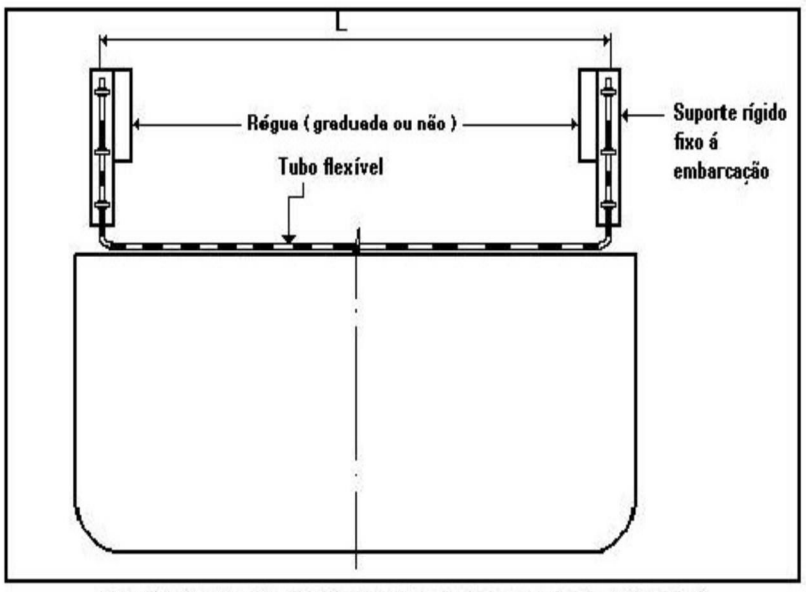


FIGURA 6-21: Medição dos desvios por meio de tubo "U"

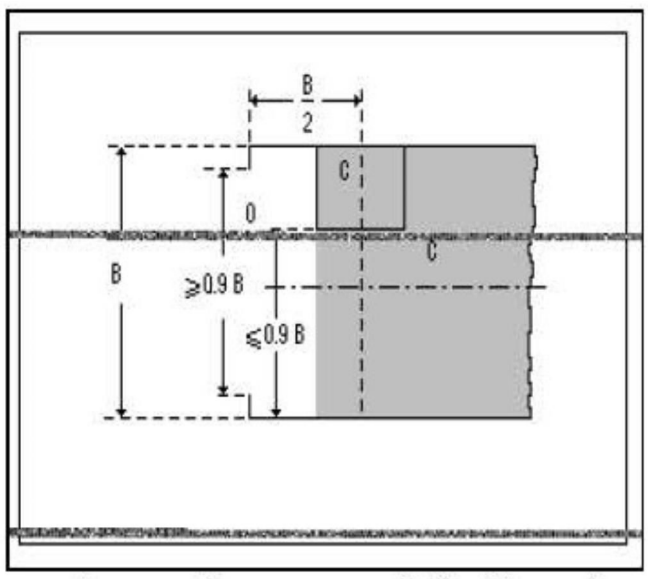


FIGURA 7-2: Espaço Excluído (Caso a)

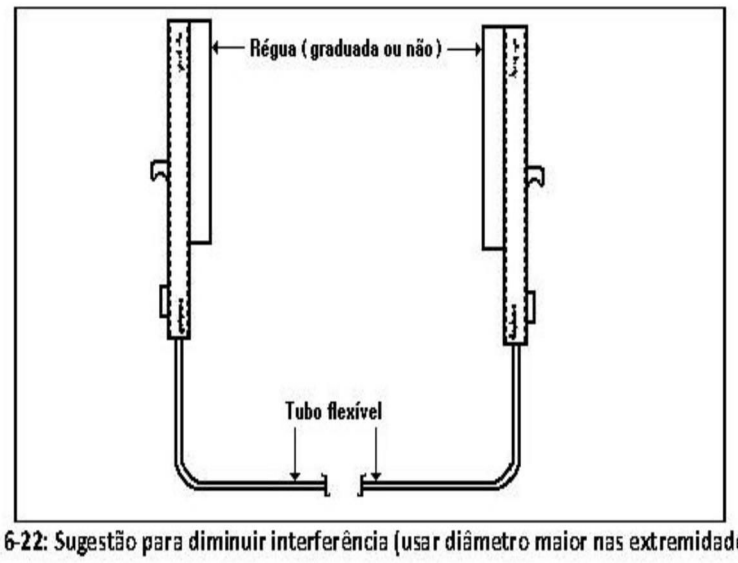


FIGURA 6-22: Sugestão para diminuir interferência (usar diâmetro maior nas extremidades)

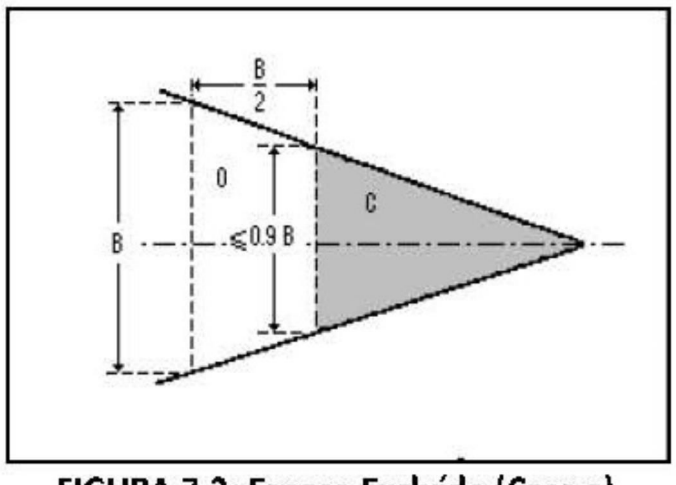


FIGURA 7-3: Espaço Excluído (Caso a)

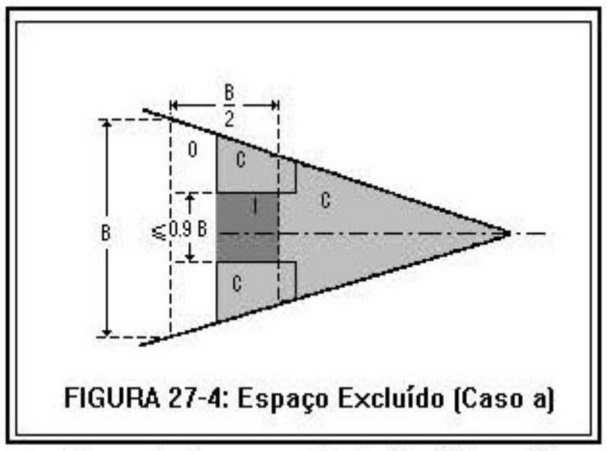


FIGURA 27-4: Espaço Excluído (Caso a)

Figura 7-4: espaço Excluído (Caso a)

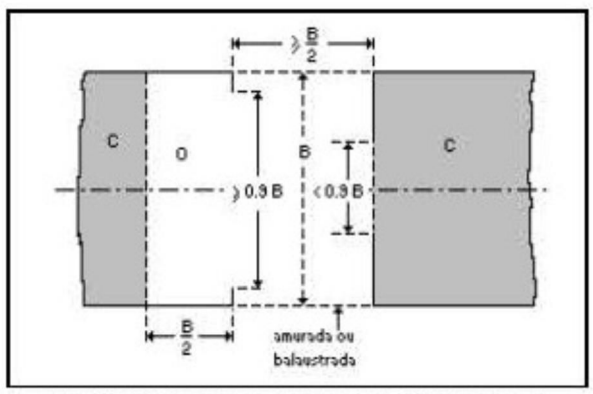


FIGURA 7-5: Espaço Excluído (Caso a)

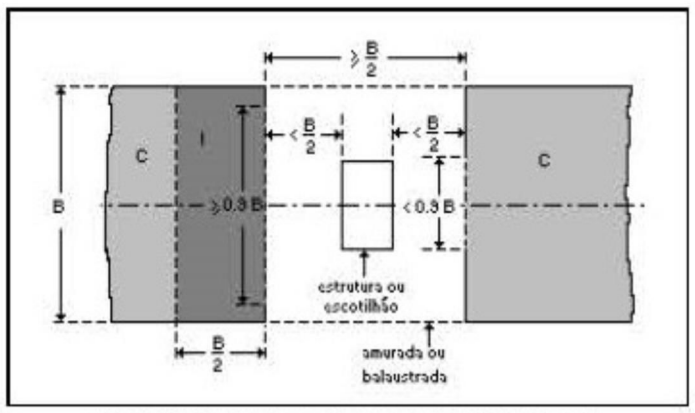


FIGURA 7-6: Espaço Excluído (Caso a)

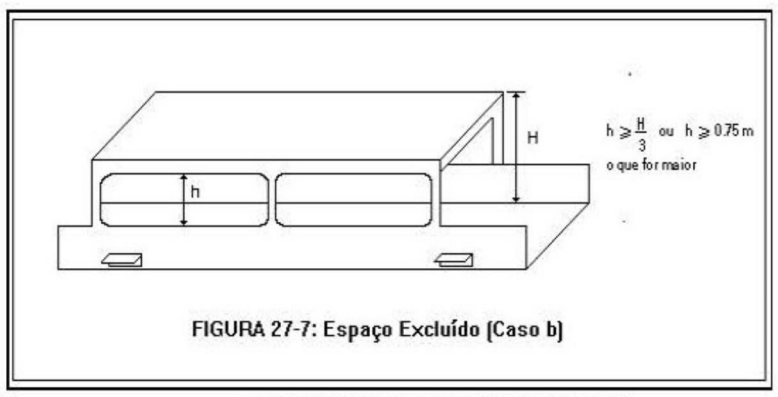


FIGURA 27-7: Espaço Excluído (Caso b)

FIGURA 7-7: Espaço Excluído (Caso b)

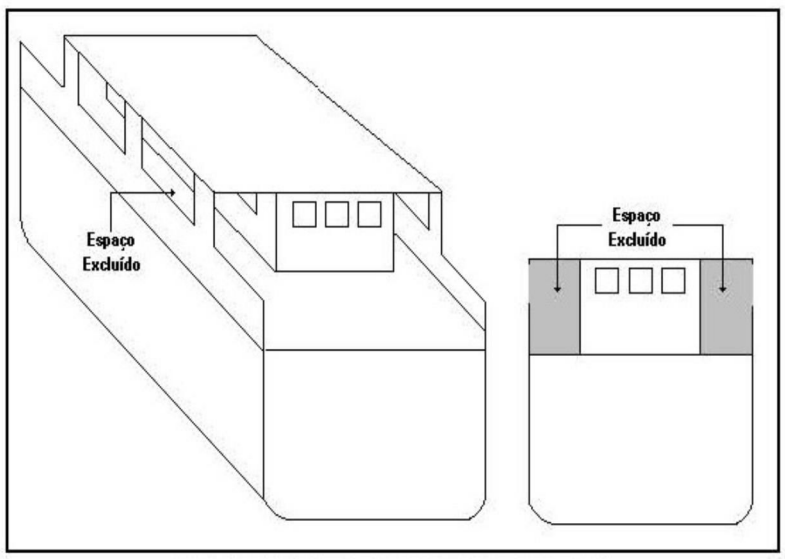


FIGURA 7-8: Espaço Excluído (Casos b e c)

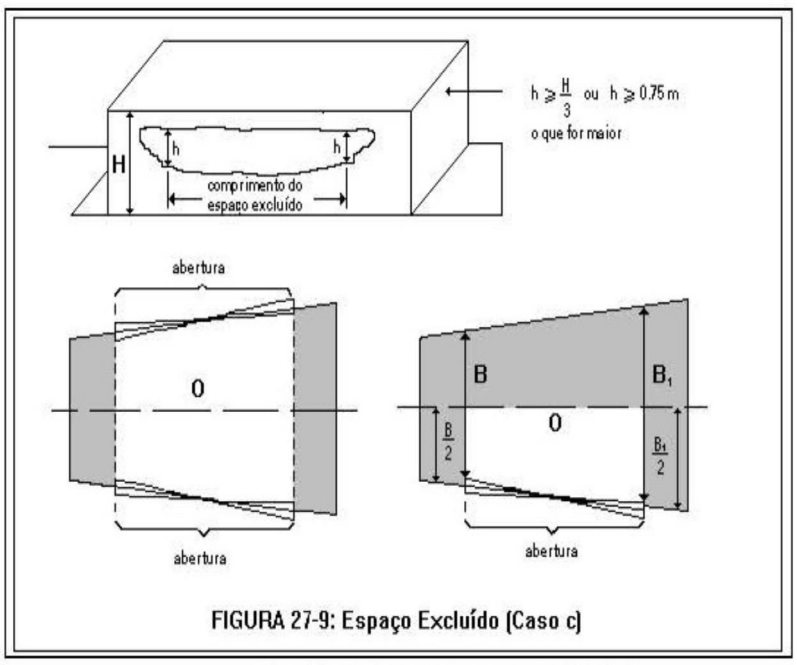


FIGURA 27-9: Espaço Excluído (Caso c)

FIGURA 7-9: Espaço Excluído (Caso c)

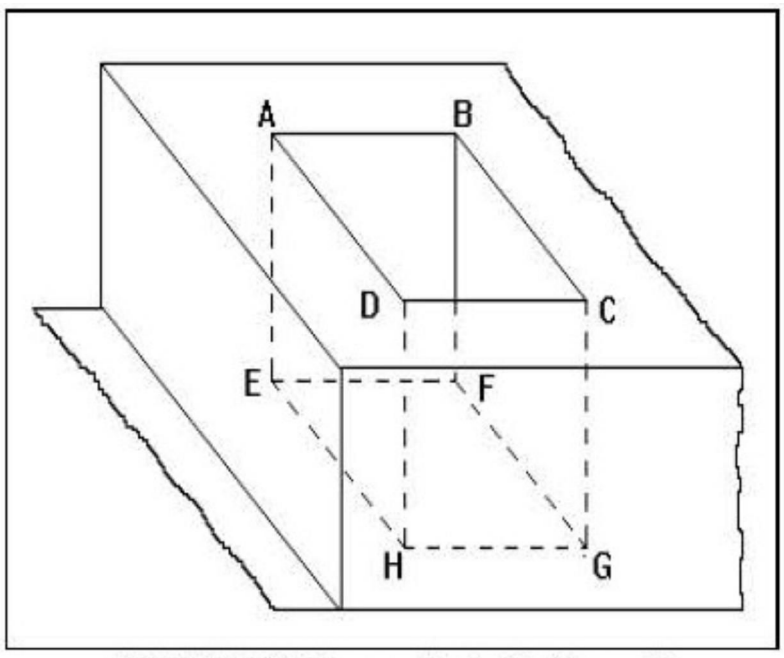


FIGURA 7-10: Espaço Excluído (Caso d)

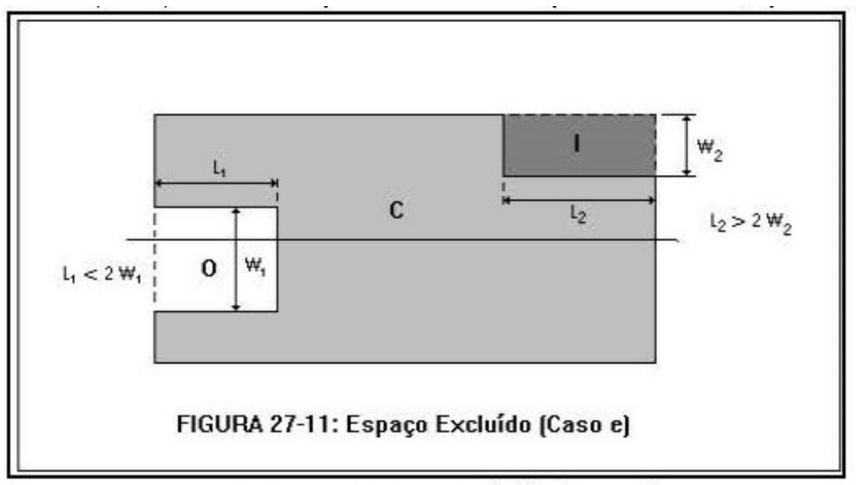


FIGURA 27-11: Espaço Excluído (Caso e)

FIGURA 7-11: Espaço Excluído (Caso e)

SINALIZAÇÃO ÓTICA	MURO-GUIA	ECLUSA
(ENC) (ENC) (APG) (APG)	FORA DE OPERAÇÃO	FORA DE OPERAÇÃO
(APG) (APG) (AMA) (APG)	AGUARDAR AUTORIZAÇÃO PARA ACOSTAR	AGUARDAR AUTORIZAÇÃO PARA ENTRAR NA CÂMARA
(APG) (APG) (APG) (VRD)	AUTORIZADA A ACOSTAR	AUTORIZADA A ENTRADA

ENCARNADA (ENC) AMARELA (AMA) VERDE (VRD) APAGADA (APG)

ANEXO 1-A

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
(FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL)

EMITIDO POR / *ISSUED BY*

CARTÃO DE TRIPULAÇÃO DE SEGURANÇA
(Minimum Safe Manning Document)

Nome da Embarcação: *(Name of Ship)*		
Nº Inscrição: *(Nº of Register)*	**Tipo de Embarcação(*):** *(Type of ship)*	
Nº IMO: *(IMO Number)*	**Indicativo de Chamada:** *(Call Sign)*	
Porto de Registro: *(Port of Register)*	**Propulsão Principal:** KW *(Main propulsion power kW)*	
Arqueação Bruta / Convenção Internacional de Arqueação, 1969: *(Gross Ton / International Tonnage Convention, 1969)*		
Grau de Automação das Máquinas: *(Grade of Automation of Machinery Plant)*		
Praça de máquinas periodicamente desguarnecida? *(Periodically unattendend machine?)*	**Sim / Yes**	**Não / No**

Embarcação dotada com DP? (Dynamic Positioning?)	**Sim/ Yes**		**Classe do equipamento de DP (se houver)** *(DP equipment's class, if any)*	**1**
	Não/ No			**2**
				3

Tipo de Navegação *(Type of Navigation)*	Área de Navegação *(Navigation area)*	Atividade / Serviço *(Activity/Service)*	Propulsão *(Propulsion)*
		□ *Passageiros (passenger)*	□ *Com Propulsão (with propulsion)*
		□ *Carga (cargo)*	
		□ *Rebocador / Empurrador (towing/pushing)*	□ *Sem Propulsão (no propulsion)*
		□ *Pesca (fishing)*	
		□ *Outros (others)(*):* _____	

Requisitos, restrições ou condições especiais, se houver
(Special requirements, restrictions or conditions, if any)

Este documento certifica que, de acordo com a regulamentação brasileira sobre segurança da navegação e de conformidade com a Resolução A.1047 (27) de 30 de novembro de 2011 da IMO, conforme emendada, este navio é considerado adequadamente tripulado sempre que navegar dentro da sua classificação quanto à classe de navegação e com um número de tripulantes igual ou superior ao especificado neste Cartão de Tripulação de Segurança.
(This is to certify that, under the provisions of the Brazilian navigation regulations and of IMO Resolution A. 1047 (27) of 30 November 2011, this ship is considered to be safely manned if, whenever it proceeds to sea in the above mentioned classification, its complement corresponds to, or exceeds, the one specified in this Safe Manning Document.)

(*) - Preencher de acordo com o previsto no capítulo 2 da NORMAM 02/DPC. *(According Brasilian Regulations NORMAM 02/DPC, charpter 2).*

ANEXO 1-A

GRAU /CAPACIDADE *Grade/capacity*	CERTIFICADO (REGRA STCW) *Certificate (STCW regulation)*	NÚMERO DE PESSOAS *Number of persons*		
		Categoria *(Category)*	Nível *(Level)*	Quantidade *(Quantity)*
Comandante *(Master)*				
Imediato *(Chief Mate)*				
Oficial de Náutica *(Deck Officer)*				
Radio Operador *(Radio Operator)*				
Contramestre *(Boatswain)*				
Chefe de Máquinas *(Chief Engineer Officer)*				
Subchefe de Máquinas *(Second Engineer Officer)*				
Oficial de Máquinas *(Engineer Officer)*				
Condutor *(Petty Officer Engineer)*				
Eletricista *(Electrician)*				
Enfermeiro/ Auxiliar de Saúde *(Male Nurse)*				
Cozinheiro *(Cook)*				
Taifeiro *(Steward)*				
Marinheiro de Máquinas *(Oiler)*				
Marinheiro de Convés *(Able Seaman)*				
Moço de Convés *(Ordinary Seaman)*				
Moço de Máquinas *(Wiper)*				

Quantidade de Operadores de Posicionamento Dinâmico *(Dynamic Positioning Operators)*	

Observações
(Observations)

Emitido em _____/_____/_____. ***(issued on)*** *(Date dd.mm.yyyy)*	**Data de expiração (se houver)** _____/_____/_____. *Date of expiry (if any)* *(Date dd.mm.yyyy)*

Órgão de Emissão: _____
(Emission Office)

_____
Assinatura/Nome do Responsável
(Signature/Name)

ANEXO 1-B

CARIMBO DA OM

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

_____/_____/_____

LAUDO PERICIAL
para emissão do CTS

_____
(MOTIVO DA EMISSÃO DO LAUDO PERICIAL)

Dados da Embarcação:

Nome:	
Tipo de Embarcação:	Nº Inscrição:
Tipo de Navegação:	Nº IMO:
Serviço/Atividade:	AB:
Potência propulsora total (kW):	

A) SEÇÃO DE CONVÉS

ITEM AVALIADO	DADOS SIGNIFICATIVOS	NÍVEL E NÚMERO EXIGIDO PELAS NORMAS	NÍVEL E NÚMERO ATUAL	NÍVEL E NÚMERO SOLICITADO PELA EMPRESA OU INTERESSADO
COMANDANTE	Certificação do Comandante (regras):			
IMEDIATO	Certificação do Imediato (regras):			
ENC. DE QUARTO DE NAVEGAÇÃO	Certificação dos Oficiais de Quarto (regras):			
SERVIÇO GERAL DE CONVÉS	**equipamentos:** radar com sistema ARPA sim ( ) não ( ) piloto automático sim ( ) não ( ) **fainas simultâneas:** navio em viagem: tratamento do convés sim ( ) não ( ) lavagem/ limpeza de porões e tanques: sim ( ) não ( ) **operações com guindaste:** sim ( ) não ( ) **recursos do convés:** bow thrust: sim ( ) não ( ) stern thrust: sim ( ) não ( ) **manutenção dos equipamentos do convés** apoiados por equipe de terra: sim ( ) não ( ) feita por bordo: sim ( ) não ( )			
FAINAS ATRACAÇÃO E DESATRACAÇÃO	**Proa**			
	Popa			
	Passadiço			
FUNDEIO				
NÚMERO DE QUARTOS DE SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO	Comandante compõe quarto de navegação: sim ( ) não ( ) Imediato compõe quarto de navegação: sim ( ) não ( )	XXXX	XXXX	XXXX

OBS.: Os campos não preenchidos deverão ser taxados

_____ _____ _____
PERITO DA SEÇÃO DE CONVÉS **PERITO DA SEÇÃO DE MÁQUINAS** **ENC. DO SETOR NA OM.** **DATA**

ANEXO 1-B

B) SEÇÃO DE MÁQUINAS

ITEM AVALIADO	DADOS SIGNIFICATIVOS	NÍVEL E NÚMERO EXIGIDO PELAS NORMAS	NÍVEL E NÚMERO ATUAL	NÍVEL E Nº SOLICITADO PELA EMPRESA OU INTERESSADO
CHEFE DE MÁQUINAS (CHEMAQ)	Certificação do CHEMAQ (regras): _____ CHEMAQ compõe quarto de serviço: sim ( ) não ( ) NGAPM: sim ( ) não ( ) validade: ___/___/___ Sociedade Classificadora que emitiu: _____ tipo de grau de automação: _____			
DE MÁQUINAS	Certificação do Subchefe de Máquinas (regras): _____			
ENC. DE QUARTO NA SEÇÃO DE MÁQUINAS	Certificação dos Oficiais de Máquinas (regras): _____			
SERVIÇOS GERAIS DE MAQUINAS	Sistema de manutenção: feito por pessoal de bordo: sim ( ) não ( ) apoiado por equipe de terra: sim ( ) não ( )			
Nº DE QUARTOS DE SERVIÇO	Duração da singradura: _____ Comando conjugado entre praça de máq. e passadiço: sim ( ) não ( ) Nº de quartos de svc: _____	XXXX	XXXX	XXXX

C) SEÇÃO DE CAMARA

ITEM AVALIADO	DADOS SIGNIFICATIVOS	NÍVEL E NÚMERO EXIGIDO PELAS NORMAS	NÍVEL E NÚMERO ATUAL	NÍVEL E Nº SOLICITADO PELA EMPRESA OU INTERESSADO
NÚMERO DE TRIPULANTES	**Distância média do(s) salão(ões) de refeição(ões) à cozinha**: _____m **facilidades disponíveis:** máquina de lavar louça: sim ( ) não ( ) balcão térmico: sim ( ) não ( ) sistema "self service": sim ( ) não ( ) horários fixos de refeição: sim ( ) não ( ) refresqueiras no (s) salão(ões) de refeição: sim ( ) não ( ) facilidades no passadiço e praça de máquinas que dispensem o serviço dos taifeiros: sim ( ) não ( ) equipamentos de cozinha (fritadeira, máquina de cortar e descascar batatas etc) citar: _____ _____ fácil acesso e deslocamento da cozinha com paióis e frigorífica: sim ( ) não ( ) **nº passageiros:** _____			
OBSERVAÇÃO DO PERITO:				

D) SEÇÃO DE SAÚDE

ANEXO 1-B

ITEM AVALIADO	DADOS SIGNIFICATIVOS	NÍVEL E NÚMERO EXIGIDO PELAS NORMAS	NÍVEL E NÚMERO ATUAL	NÍVEL E NÚMERO SOLICITADO PELA EMPRESA OU INTERESSADO
NÚMERO DE TRIPULANTES	**duração da singradura:** embarcação de passageiros: sim ( ) não ( ) embarcação de carga: sim ( ) não ( ) tripulante habilitado em curso de primeiros socorros: sim ( ) não ( )			
OBSERVAÇÃO DO VISTORIADOR:				

OBS.: Os campos não preenchidos deverão ser taxados.

RUBRICA DO PERITO DA SEÇÃO DE CONVÉS **RUBRICA DO PERITO DA SEÇÃO DE MÁQUINAS** **RUBRICA DO ENC. DO SETOR NA OM.**

E) ANÁLISE DA COMISSÃO DE VISTORIA (preenchimento obrigatório)

F) RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO DE PERITOS PARA A DETERMINAÇÃO DA TRIPULAÇÃO DE SEGURANÇA EM TERMOS DE NÍVEL (ELEVAR E/OU REDUZIR) E NÚMERO (AUMENTAR E/ OU DIMINUIR) NAS SEÇÕES DE CONVÉS, MÁQUINAS, CAMARA E SAÚDE (preenchimento obrigatório)

G) ASSINATURA/ IDENTIFICAÇÃO DOS INTEGRANTES DA COMISSÃO DE PERITOS

SINATURA
NOME/ ASSINATURA

NOME/ ASSINATURA

NOME/ ASSINATURA

NOME/ ASSINATURA

ANEXO 1-D

TABELA DE TRIPULANTES PARA EMBARCAÇÕES DE APOIO PORTUÁRIO

SEÇÃO DE CONVÉS

FUNÇÃO	ARQUEAÇÃO BRUTA (AB)					
	AB menor ou igual a 10	AB maior do que 10 e menor ou igual a 50	AB maior do que 50 e menor ou igual a 100	AB maior do que 100 e menor ou igual a 300	AB maior do que 300 e menor ou igual a 500	AB maior do que 500 e menor ou igual a 750
Comandante	MAC (1)	MOC	MNC	MNC	CTR	CTR
Quarto de Navegação	---	---	---	---	(2)	(2)
Fainas de Convés	---	1 MAC	2 MAC (4)	2 MOC (4)	2 MOC	2 MOC
Radiocomunicações	---	---	---	---	(3)	(3)

OBSERVAÇÕES:

(1) – Autorizado a navegar nos limites de visibilidade da costa brasileira, 20 milhas náuticas;
(2) – Este serviço deverá ser realizado pelo Comandante e os aquaviários da Seção de Convés;
(3) – Nas embarcações dotadas de radiotelefonia padrão, pelo menos um tripulante de Seção de Convés deverá possuir Certificado de Operador de Radiotelefonia Restrito. Este tripulante está dispensado nas embarcações dotadas apenas de transceptor VHF;
(4) – Retirar um MAC/MOC, conforme o caso, se a embarcação apresentar os seguintes requisitos:
- propulsão azimutal;
- guincho na proa com controle de acionamento no passadiço; e

itada de cabo de reboque com as seguintes características:

- flutuabilidade positiva;
- fabricado em polipropileno ou outro material que não absorva água ou fabricado em polietileno de alto peso molecular do tipo High-Modulus Polyethylene (HMPE); e
- capaz de ser manuseado por apenas um tripulante do convés.

ANEXO 1-D

SEÇÃO DE MÁQUINAS

GRAU DE AUTOMAÇÃO:

A - Praça de Máquinas permanentemente guarnecida e controle da propulsão centralizado no Centro de Controle de Máquinas da embarcação;
B - Praça de Máquinas periodicamente desguarnecida para todas as condições de navegação. Ex: 8/24H;
C - Praça de Máquinas periodicamente desguarnecida para todas as condições de navegação. Ex: 16/24H;
D - Praça de Máquinas desguarnecida permanentemente em mar aberto;
E - Praça de Máquinas desguarnecida permanentemente para todas as condições de navegação; e
F - Praça de Máquinas permanentemente desguarnecida e sistema integrado de controle da propulsão e auxiliares pelo passadiço.

a) Embarcações empregadas no apoio portuário com potência propulsora instalada acima de 6000kW.

GRAU DE AUTOMAÇÃO	CATEGORIA / QUANTIDADE					
	2ºOM (Regra III/1)	CDM (Regra III/4)	MNM	MOM	MAM	TOTAL
A	1	---	1	---	---	2
B	1	---	---	---	---	1
C	1	---	---	---	---	1
D	1	---	---	---	---	1
E	1	---	---	---	---	1
F	1	---	---	---	---	1

ANEXO 1-D

b) Embarcações empregadas no apoio portuário com potência propulsora instalada maior que 1500kW e menor ou igual a 6000kW.

GRAU DE AUTOMAÇÃO	CATEGORIA / QUANTIDADE						
	1ºOM	2ºOM	CDM (Regra III/4)	MNM	MOM	MAM	TOTAL
A	---	---	1	---	---	1	2
B	---	---	1	---	---	---	1
C	---	---	1	---	---	---	1
D	---	---	1	---	---	---	1
E	---	---	1	---	---	---	1
F	---	---	1	---	---	---	1

c) Embarcações empregadas no apoio portuário com potência propulsora instalada menor ou igual a 1500kW.

POTÊNCIA	Menor ou igual a 150kW	Maior do que 150kW em menor ou igual a 500kW	Maior do que 500kW e menor ou igual a 750kW	Maior do que 750kW e menor ou igual a 1500kW
Tripulação	1 MAM	1 MOM (Regra III/4)	1 MNM (Regra III/4)	1 CDM (Regra III/5)

ANEXO 2-A

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE

a) Lei nº 9537, de 11/DEZ/97 que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário (LESTA);

b) Lei nº 9432 de 8/JAN/97 que dispõe sobre a ordenação do tráfego aquaviário e dá outras providências;

c) Decreto nº 2256 de 17/JAN/97 que regulamenta o Registro Especial Brasileiro (REB);

d) Constituição Federal de 1988 art. 5º, item XXXIV, alínea b), que dispõe sobre a expedição de certidões pelas repartições públicas; e a nacionalidade dos armadores e proprietários de embarcações nacionais;

e) Lei nº 7.652 de 03/02/88, que dispõe sobre o Registro da Propriedade Marítima e dá outras providências;

f) Lei nº 8.374, de 30/12/91, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga (DPEM) e dá outras providências;

g) Resolução nº 9, de 17/07/92 da SUSEP, que aprova as Normas Disciplinadoras e Condições Gerais do seguro (DPEM) ;

h) Lei nº 9.774, de 21/12/1998, que altera a Lei nº 7.652 de 03/02/88, que dispõe sobre o Registro da Propriedade Marítima e dá outras providências.

i) Decreto nº 2716, de 10/08/1998, que regulamenta o acordo da Hidrovia Paraguai-Paraná, com os respectivos protocolos adicionais.

ANEXO 6-G

NORMAS PARA A DETERMINAÇÃO DA LOTAÇÃO DE PASSAGEIROS E DO PESO MÁXIMO DE CARGA (PMC) DE EMBARCAÇÕES COM AB MENOR OU IGUAL A 20

1 -CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

a)O procedimento apresentado nesta instrução para a determinação da lotação de passageiros das embarcações com AB menor ou igual a 20 consiste na realização de um teste a bordo, de aplicação relativamente simples, que tem por objetivo avaliar a influência do acúmulo de passageiros em um bordo sobre a estabilidade intacta da embarcação, reduzindo os riscos de emborcamento devido a uma lotação excessiva.

b)A aplicação desse teste prático visa verificar se a lotação de passageiros pretendida pelo proprietário atende aos padrões mínimos aceitáveis estabelecidos pela Autoridade Marítima. Sempre que o critério adotado não for integralmente atendido, a lotação inicialmente proposta deverá ser reduzida até um limite compatível com as características da embarcação e o tipo de serviço no qual ela será empregada.

c)Esta instrução também apresenta uma expressão, para determinar de forma empírica, o "Peso Máximo de Carga" (PMC) das embarcações de pequeno porte enquadradas no escopo desta Norma.

2 -DEFINIÇÕES

Para os fins específicos de aplicação dos procedimentos apresentados neste Anexo, são assumidas as seguintes definições:

a)"b" - largura da embarcação medida por fora do costado no nível do convés principal, no local onde foi efetuada a medição do parâmetro "BL" (figura 6-G-1).

ANEXO 2-B

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
Boletim de Atualização de Embarcações (BADE)

DADOS DA EMBARCAÇÃO
( ) Embarcação sujeita a registro no TM
( ) Embarcação não sujeita a registro no TM

(1) Processo: a) Inclusão b) Alteração c) Desativação d) Reativação e) Exclusão:						
(2) Nome da Embarcação:						
(3) Nº de Inscrição:			(4) Data da Inscrição: ____/___/_____			
(5) Nome da CP, DL ou AG de inscrição:			(6) Tipo da Embarcação		(7) Situação atual:	
(8)Classificação quanto ao tipo de navegação 1ª 2ª	(9)Classificação quanto a atividade / serviço: 1ª 2ª 3ª 4ª		(10) Quantidade de Passageiros:	(11) Hipoteca: (___) SIM (___) NÃO	(12) Helideque ? (__) SIM (__) NÃO	
(13) Nº IMO	(14) IRIN (Call Sign) :		(15) Nº do Registro no Tribunal Marítimo: (Obs: 2)		(16) Nº do Casco :	
(17) Ano de Construção:	(18) Data do batimento da quilha : (__/___/____)	(19) Data de lançamento: (__/__/____)	(20) Comprimento Total (m)	(21)Boca (m):	(22)Pontal (m):	
(23) Tipo de Propulsão:	(24) Quanti - dade de motor(es) propulsor(es):	(25) Potência total de propulsão: (_____)kW somar as potências dos motores	(26) Números dos Motores Propulsores: ---------- ---------- ---------- ----------	(27) ARQUEAÇÃO Bruta: Líquida: Método de Cálculo: ( ) antes Tonnage 69 ( ) depois Tonnage 69		
(28) Quantidade de Propulsores Laterais: (___) vante (___)meia nau (___) ré	(29) Tipos de combustível: 1º) 2º)	(30)Capacidades de armazenamento: Combustível 1: Combustível 2:	(31) Nº da Licença de Construção (LC) ou da Licença de Const. para Embarcação já Construída (LCEC):	(32) Tração Estática: ( )Ton	(33) Material do casco: (34) Material da superestru-tura:	
(35) Sociedade Classificadora/ Certificadora (Se aplicável):						

b)"BL" - distância mínima medida entre o topo do convés principal, junto à borda, e a linha de flutuação da embarcação, na condição de carregamento de realização do teste prático. Uma descrição sumária dos procedimentos recomendados para a determinação deste parâmetro, em diversas situações, é apresentada na figura 6-G-2. Durante a realização do teste prático, será necessário a determinação de dois valores distintos para o parâmetro "BL", denominados "BL1"e "BL2", correspondentes às medições efetuadas nas seguintes condições:

1)BL1 - medição efetuada antes do agrupamento dos passageiros em um bordo; e

2)BL2 - medição efetuada após o agrupamento dos passageiros em um bordo.

ANEXO 2-B

(36) Equipamentos de Navegação: (__) Satélite (GPS ou equivalente) (__) Radar (__) Ecobatímento (__) AIS	(37) Equipamentos Comunicações: (__) HF (__) UHF (__) VHF sem DSC (__) VHF com DSC (__) GMDSS - Global Maritime Distress Safety System (__)INMASAT A - Nº_____ (__)INMASAT B - Nº_____ (__)INMASAT C - Nº_____	(38) Apólice do Seguro Obrigatório (DPEM): Nº- _____ Validade:___/___/_____

DADOS DO PROPRIETÁRIO / ARMADOR

(39) Nome	(40) CPF ou CNPJ	(41)Nº Identidade	(42)Órgão Emissor:	(43) UF
(44) Endereço completo:				
(45) CEP:	(46) BAIRRO:	(47) CIDADE:		(48) UF:
(49) E-mail:	(50) Nacionalidade	(51) Telefone com DDD:	(52) Telefax com DDD:	

DADOS DO CO-PROPRIETÁRIO / ARMADOR

(53) Nome:	(54) CPF ou CNPJ	(55) Nº Identidade	(56)Órgão Emissor:	(57) UF
(58) Endereço completo:				
(59) CEP	(60) BAIRRO:	(61) CIDADE		(62) UF
(63) E-mail:	(64) Nacionalidade	(65) Telefone com DDD:	(66) Telefax com DDD:	

ASSINATURA DO REQUERENTE

(67) Assinatura do requerente:	(68) DATA: (___/____/_____)
(69) Carimbo e assinatura do funcionário responsável pela conferência:	(70) DATA: (___/____/_____)

(1) OS CAMPOS NÃO APLICÁVEIS DEVERÃO SER PREENCHIDOS COM "XX";
(2) PARA EMBARCAÇÕES **NÃO** SUJEITAS AO REGISTRO NO TM , O CAMPO Nº (15) NÃO NECESSITA SER PREENCHIDO ; e
(3) OS CAMPOS 1, 3, 4, 5, 7, 8, e 9 DEVERÃO SER PREENCHIDOS PELAS CP/ DL/ AG.

c)Boca - largura máxima da embarcação, medida por fora do costado, no nível do convés principal.

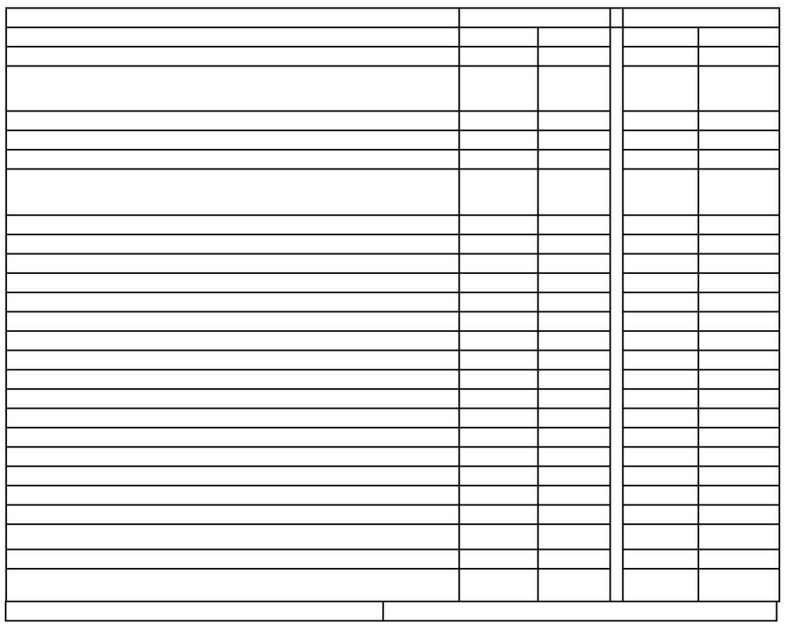
d)Comprimento - é assumido como sendo igual ao comprimento máximo do casco da embarcação, sem considerar eventuais apêndices porventura existentes.

e)Estanque ao Tempo ("Weathertight") - uma abertura dotada de dispositivo de fechamento estanque ao tempo significa que em qualquer condição de tempo ou de mar a água não penetra na embarcação através dessa abertura. Uma descrição do procedimento recomendado para se verificar se o fechamento de uma determinada abertura pode ser considerado estanque ao tempo é apresentado no item 0607 da NORMAM 02.

f)Passageiro - é considerado como qualquer pessoa que não seja o Comandante ou os membros da tripulação.

g)Pontal - é a distância vertical entre o fundo e o convés principal, medida internamente na região de meia-nau. A Figura 6-G-3 apresenta uma descrição sumária dos procedimentos recomendados para a determinação deste parâmetro.

ANEXO 2-B



INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO BADE

Campo 1	Preenchido pelas Capitanias dos Portos ou OM subordinadas. Preencher com o número correspondente ao processo a ser realizado.
Campo 2	Preencher com o nome da embarcação.
Campo 3	Preenchido pelas Capitanias dos Portos ou OM subordinadas. Preencher com o número de inscrição da embarcação.
Campo 4	Preencher com a data de inscrição da embarcação.
Campo 5	Preenchido pelas Capitanias dos Portos ou OM subordinadas. Preencher com o nome da OM de jurisdição
Campo 6	Preencher com o tipo da embarcação.
Campo 7	Preenchido pelas Capitanias dos Portos ou OM subordinadas. Preencher com a situação atual da embarcação.
Campo 8	Preenchido pelas Capitanias dos Portos ou OM subordinadas. Preencher com o tipo de navegação da embarcação. A embarcação poderá ter uma 2ª classificação.
Campo 9	Preenchido pelas Capitanias dos Portos ou OM subordinadas. Preencher com o tipo de atividade ou serviço. A embarcação poderá ter até 4 (quatro) tipos de atividade e/ou serviço.
Campo 10	Preencher com a quantidade de passageiros.
Campo 11	Preencher (sim), se a embarcação encontrar-se hipotecada, e (não) se não.
Campo 12	Marcar (x) sim, caso a embarcação possua helideque; e (x) não, caso não possua.
Campo 13	Preencher com o número IMO (INTERNATIONAL MARITIME ORGANIZATION) da embarcação.
Campo 14	Preencher com o IRIN (Indicativo Radio Internacional - "Call Sign")
Campo 15	Preencher com o número do Registro no Tribunal Marítimo.
Campo 16	Preencher com o Nº do casco da embarcação

3 -Classificação das áreas de navegação

a)ÁREA 1 - Áreas abrigadas, tais como lagos, lagoas, baías, rios e canais, onde normalmente não sejam verificadas ondas com alturas significativas que não apresentem dificuldades ao tráfego das embarcações.

b)ÁREA 2 - Áreas parcialmente abrigadas, onde eventualmente sejam observadas ondas com alturas significativas e/ ou combinações adversas de agentes ambientais, tais como vento, correnteza ou maré, que dificultem o tráfego das embarcações.

c)ÁREA 3 - mar aberto (serviço irrestrito).

4 -Classificação das embarcações quanto ao tipo

a)TIPO I - embarcação sem quaisquer aberturas no costado através das quais possa haver um alagamento progressivo e cujas aberturas no convés principal, quando existentes, possuem tampas estanques no tempo;

b)TIPO II - embarcação sem quaisquer aberturas no costado através das quais possa haver um alagamento progressivo, mas, por outro lado, com aberturas no convés principal que não podem ser fechadas e/ ou tornadas estanques ao tempo ('weathertight") por onde pode ocorrer o alagamento da embarcação. Para que a embarcação seja classificada como tipo "II" é necessário que essas aberturas existentes no convés principal apresentem ainda as seguintes características:

1)Braçolas ao redor de toda a abertura, com altura de pelo menos 15 cm; e

2)A menor distância transversal entre as extremidades das aberturas no convés principal e as bordas da embarcação deve ser maior que 30% do valor da boca;

c)TIPO III - embarcação com características idênticas às do tipo "II", cujas aberturas no convés principal não atendem a pelo menos um dos dois requisitos listados no item anterior; e

d)TIPO IV - embarcação com aberturas no costado através das quais possa haver um alagamento progressivo ou totalmente desprovida de convés.

e)As embarcações dos tipos "II" ou "III", empregadas na Área 2, deverão adicionalmente, possuir uma tampa para as aberturas existentes no convés principal. Essas tampas não necessitam ser estanques ao tempo, mas devem apresentar as seguintes características:

1)Ser construída em material resistente; e

2)Apresentar algum dispositivo que permita sua fixação às aberturas, impedindo o seu deslocamento durante as viagens.

5 -PRECAUÇÕES A SEREM OBSERVADAS DURANTE A REALIZAÇÃO DO TESTE

a)O teste prático consiste em submeter a embarcação à ação de um agente inclinante, no caso o acúmulo de passageiros em um bordo, e avaliar a capacidade de resposta do barco. Em virtude da inexistência dos planos das embarcações, não se pode efetuar uma análise preliminar de suas características de estabilidade, havendo, portanto, o risco de emborcamento durante a realização dos testes. Para minimizar esse risco, as seguintes medidas preventivas deverão ser adotadas pelo responsável pela prova:

1)Evitar deslocamentos bruscos de pessoas e/ ou pesos a bordo;

2)Determinar que a entrada, a saída ou o deslocamento de pessoas e / ou pesos a bordo seja feito de forma gradual, ou seja, por pequenos grupos de cada vez; e

3)Interromper o teste sempre que for constatado qualquer comportamento anormal da embarcação, tais como grandes amplitudes de oscilação, ângulos de inclinação excessivos (correspondentes a valores superiores aos limites estabelecidos neste Anexo) e imersão do convés principal ou das aberturas através das quais possa haver alagamento.

b)Como medida de segurança, o responsável pela prova deverá efetuar uma verificação inicial (antes do início das medições) do comportamento da embarcação quando submetida ao agrupamento, em um bordo, de 50% da lotação pretendida pelo proprietário.

c)Caso a embarcação apresente um desempenho satisfatório durante a verificação descrita no item anterior, deverá ser efetuado um segundo teste preliminar, para verificar o comportamento da embarcação durante o agrupamento, em um bordo, de 75% da lotação pretendida pelo proprietário.

d)Durante as verificações preliminares descritas nos itens b) e c) deverão ser também observadas as medidas preventivas descritas no item a).

e)O número de passageiros considerado para a realização dos testes está condicionada ao desempenho da embarcação durante as verificações preliminares descritas anteriormente, ficando a critério do responsável pela prova reduzir a lotação inicialmente pretendida pelo proprietário até um limite compatível com as características da embarcação, sempre que necessário.

f)Durante a realização dos testes, somente poderão permanecer na embarcação as pessoas indispensáveis à sua execução, sendo que todas essas pessoas deverão estar vestindo colete salva-vidas de tamanho adequado e de modelo aprovado pela Diretoria de Portos e Costas. Essas pessoas deverão apresentar condições de saúde satisfatórias e massa entre 60 e 80 kg, sendo terminantemente proibida a utilização de crianças, idosos, gestantes e/ ou deficientes para provocar a inclinação do barco.

g)O teste não deve ser realizado em condições de tempo adversas, principalmente em presença de ondas que provoquem oscilações de grande amplitude na embarcação ou de ventos com intensidade significativa.

h)Somente quando o teste for conduzido por engenheiro naval, por Entidade Especializada ou por Sociedade Classificadora, as pessoas utilizadas para provocar a inclinação da embarcação poderão ser substituídas, total ou parcialmente, por pesos inclinantes desde que sejam atendidas as seguintes condições:

1)O centro de gravidade dos pesos deverá estar localizado pelo menos um metro acima do convés onde normalmente serão transportados os passageiros que estão substituindo por ocasião do teste, sendo que esses pesos deverão apresentar formato tal que permita determinar com relativa facilidade a posição do seu centro de gravidade;

2)A distância do centróide da área ocupada pelos pesos inclinantes à Linha de Centro da embarcação não deverá ser inferior àquela que seria verificada caso fossem utilizadas pessoas, com concentração igual a 4 passageiros / m^2, como agente inclinante;

3)A massa dos pesos deverá ser equivalente a do número de pessoas que eles irão substituir por ocasião do teste, devendo ser assumida a massa de 70 kg por pessoa;

4)Deverão ser previstos dispositivos especiais para impedir o deslizamento e ou tombamento dos pesos devido à inclinação do barco durante o teste;

5)Deverão ser respeitados os limites de resistência estrutural do convés ou do local onde os pesos ficarão estivados durante a realização do teste;

6)Caso sejam utilizados recipientes com líquidos ou com qualquer outro material como pesos inclinantes, deverão ser previstos dispositivos especiais para evitar o derramamento do seu conteúdo devido a inclinação do barco durante o teste e, também, para minimizar o efeito de superfície livre;

7)Quando forem utilizadas pessoas e pesos simultaneamente como agentes inclinantes o deslocamento dos pesos deverá ser efetuado antes da movimentação das pessoas, sendo que, na situação de agrupamento junto ao bordo, os pesos deverão ficar o mais próximo possível da borda e as pessoas agrupadas na parte mais interna, atrás dos pesos;

8)Sejam observadas todas as precauções descritas nos itens anteriores; e

9)O campo 13 (Observações) do "Relatório de Verificação da Lotação de Passageiros e do Peso Máximo de Carga (PMC) de Embarcação com AB 20", cujo modelo é apresentado no anexo 6-H, deverá informar as características dos pesos utilizados assim como o seu posicionamento durante o teste.

6 -PREPARAÇÃO PARA O TESTE

a)A embarcação deverá se apresentar para efetuar o teste prático nas seguintes condições:

1)Tanques de óleo combustível e de água completamente cheios;

2)Embarcação limpa, sem carga ou quaisquer outros itens adicionais que não façam parte de sua equipagem normal; e

3)Embarcação totalmente construída, com todos os seus equipamentos e itens de bordo em sua posição normal de estivagem.

b)É recomendável que o local de realização do teste seja abrigado da ação do vento e de correntes, sem ondas e com a infra-estrutura necessária para a condução da prova. Caso essa recomendação não seja praticável, as condições de vento, mar e correnteza devem ser tais que não comprometam a precisão e/ou a segurança da prova.

c)Durante a realização do teste, a livre oscilação da embarcação deve ser garantida. Para tanto, o local de realização do teste deverá apresentar profundidade suficiente para que a embarcação oscile livremente sem encostar no fundo.

d)O armador deverá providenciar para a realização do teste um número de pessoas correspondente à lotação por ele pretendida (ou pesos com massa equivalente, caso o teste seja conduzido por engenheiro naval, Entidade Especializada ou Sociedade Classificadora).

e)O seguinte material deverá estar também disponível por ocasião da realização do teste:

1)Trena;

2)Bote ou outro meio de locomoção adequado para permitir as medições; e

3)Prumo de mão ou outro meio apropriado para verificar a profundidade no local da prova.

f)Nas embarcações que transportem passageiros em mais de um convés, a distribuição de passageiros por convés adotada para a realização do teste deverá ser aquela normalmente verificada na prática. Caso não exista um padrão definido, o proprietário deverá estabelecer o número de pessoas a ser transportado em cada convés.

g)Para a realização das verificações preliminares previstas nos itens 5 b) e 5 c) em embarcações que transportem passageiros em mais de um convés, deverá ser adotada uma distribuição de passageiros por convés proporcional àquela inicialmente prevista para a realização do teste, conforme estabelecido no item anterior.

7 -SEQUÊNCIA RECOMENDADA PARA A REALIZAÇÃO DO TESTE

a)Efetuar uma inspeção para verificar se a embarcação se encontra nas condições estabelecidas no item 6 a).

b)Verificar a profundidade no local do teste ao redor da embarcação, com o auxílio do prumo de mão, e constatar se a mesma pode oscilar livremente sem encostar no fundo.

c)Medir as dimensões principais do barco (boca, comprimento e pontal definidos nos itens 2 c), 2 d) e 2 g), respectivamente).

d)Verificar em qual classificação se enquadra a embarcação, sendo que os seguintes aspectos deverão ser observados:

1)Embarcações do "tipo I":

(a)Verificar a inexistência de aberturas no costado através das quais possa haver um alagamento progressivo da embarcação; e

(b)Verificar se todas as aberturas porventura existentes no convés principal possuem tampas estanques ao tempo ("weathertight") por intermédio procedimento descrito no Artigo 0607 do Capítulo 06.

2)Embarcações do "tipo II":

(a)Verificar a inexistência de aberturas no costado através das quais possa haver um alagamento progressivo da embarcação;

(b)Verificar se todas as aberturas porventura existentes no convés principal e que não podem ser fechadas e/ou tornadas estanques ao tempo ("weathertight") possuem braçolas ou soleiras de portas com altura de pelo menos 15 cm;

(c)Verificar se a menor distância transversal entre as extremidades das aberturas descritas acima e as bordas da embarcação é maior do que 30% do valor da boca;

(d)Verificar se todas as aberturas existentes no convés principal possuem tampas construídas em material resistente e se apresentam também algum dispositivo que permite sua fixação às aberturas e que impedem o seu deslocamento durante as viagens (este item é dispensável para as embarcações que operem somente nas áreas classificadas como "Área 1").

3)Embarcações do "tipo III":

(a)Verificar a inexistência de aberturas no costado através das quais possa ocorrer um alagamento progressivo da embarcação;

(b)Verificar se todas as aberturas existentes no convés principal possuem tampas construídas em material resistente e se apresentam também algum dispositivo que permite sua fixação às aberturas e que impeçam o seu deslocamento durante as viagens (este item é dispensável para embarcações que operem somente nas áreas classificadas como "Área 1").

e)Determinar o local em que será efetuada a medição dos parâmetros "BL1" e "BL2", de acordo com o estabelecido no item 2 b) e na figura 6-G-2.

f)Medir o valor do parâmetro "b" conforme definido no item 2 a) e na figura 6-G-1.

g)Verificar se todas as pessoas que vão estar a bordo durante a realização do teste estão vestindo coletes salva-vidas de tamanho apropriado e de modelo aprovado pela DPC.

h)Efetuar a verificação preliminar das características de estabilidade da embarcação, de acordo com as instruções constantes nos itens 5 b), 5 c), 5 d) e 6 g).

i)Determinar a lotação de passageiros adequada para a realização do teste, de acordo com o estabelecido no item 5 e).

j)Autorizar a presença a bordo de um número de pessoas correspondente à estimativa da lotação máxima permissível, observando as recomendações constantes no item 6.f), sendo que a distribuição de passageiros em cada convés deve ser inicialmente feita de forma eqüitativa em cada bordo (metade por bordo).

k)Aguardar o término das oscilações da embarcação decorrentes da entrada das pessoas a bordo, verificar o estado dos cabos de amarração, que deverão estar brandos o suficiente para garantir a livre oscilação da embarcação e, então, efetuar a medição do parâmetro "BL" inicial (BL1), conforme as instruções apresentadas na figura 6-G-2. É importante ressaltar que a medição deste parâmetro deve ser feita pelo lado externo da embarcação, com o auxílio do bote, para evitar uma inclinação adicional do barco que altere o valor a ser medido.

l)Efetuar o deslocamento gradual das pessoas para um dos bordos, sendo que as pessoas deverão ficar preferencialmente em pé, o mais próximo possível da borda e não debruçadas sobre a mesma, sendo que só devem ser ocupadas as áreas acessíveis aos passageiros em cada convés durante a operação normal da embarcação (a concentração de pessoas junto a borda não necessita ser superior a 4 passageiros/ m^2).

m)Após todos os passageiros já se encontrarem em suas posições junto da borda, aguardar o término das oscilações decorrentes do seu deslocamento, verificar o estado dos cabos de amarração e, então, efetuar a medição do parâmetro "BL" após a inclinação (BL2), no mesmo local onde foi efetuada a medição de "BL1", conforme as instruções apresentadas na figura 6-G-2. O valor de "BL2" deve ser medido no mesmo bordo em que se encontrarem os passageiros agrupados.

n)Verificar se a embarcação atende aos limites estabelecidos na tabela 6-G-1, sendo que, caso a embarcação não apresente um desempenho satisfatório, o teste deverá ser repetido com uma lotação menor de passageiros. Com o objetivo de facilitar essa verificação poderá ser feita uma marca no costado logo após a medição do "BL1", que corresponde ao percentual máximo dessa borda-livre inicial que pode ficar submerso após o agrupamento junto ao bordo, o qual pode ser obtido na tabela 6-G-1 (coeficiente "K2").

o)Autorizar a saída gradual das pessoas de bordo.

p)Preencher cópia do "Relatório de Verificação da Lotação de Passageiros e do Peso Máximo de Carga (PMC) de Embarcações com AB 20 ", cujo modelo é apresentado no ANEXO 6-H, com os resultados obtidos durante o teste.

8 -CRITÉRIO PARA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

a)Para que a lotação seja autorizada, as embarcações deverão atender aos seguintes critérios:

1)((BL 1 - BL 2) / b) K 1; e

2)(BL 1 - BL 2) K 2 x BL 1

onde:

BL 1, BL 2 - valores observados antes e após o agrupamento dos passageiros em um bordo para o parâmetro "BL", conforme definido no item 2.b), medidos durante a realização do teste prático, em metros ;

b - valor do parâmetro "b", conforme definido no item 2.a), medido durante a realização de teste prático, em metros; e

K1, K2 - coeficientes que variam em função das características das embarcações e das áreas de navegação, conforme indicado na Tabela 6-G-1.

Tabela 6-G-1

Tipo de Embarcação	Área de Navegação	K 1	K 2
I	1	0,134	0,90
II	1	0,134	0.90
III	1	0,106	0,70
IV	1	0,088	0,50
I	2	0,106	0,70
II	2	0,088	0,70
III	2	0,088	0,50
IV	2	-	-
I	3	0,088	0,50
II	3	-	-
III	3	-	-
IV	3	-	-

Observações:

a)Para as combinações "Tipo de Embarcações/Área de Navegação" para as quais não foram definidos os valores dos coeficientes, é recomendável que não seja autorizada a operação das embarcações na classificação e no serviço pretendido;

b)Para as embarcações dos tipos "II" ou "III", empregadas em áreas classificadas como Área 2, ver determinação constante no item 4.e); e

c)As definições quanto à nomenclatura utilizada para os tipos das embarcações e às áreas de navegação são apresentadas nos itens 3 e 4.

b)Quando pelo menos uma das expressões apresentadas no item anterior não for atendida, a lotação deverá ser reduzida e a embarcação deverá ser submetida a novos testes até atingir uma capacidade de passageiros compatível com os critérios recomendados.

9 -DETERMINAÇÃO DO PESO MÁXIMO DE CARGA (PMC)

a)O Peso Máximo de Carga das embarcações com arqueação bruta menor ou igual a 20 destinadas exclusivamente ao transporte de passageiros poderá ser calculado por intermédio da seguinte expressão:

PMC = 0,08 x Np

onde:

PMC - peso máximo de carga, em toneladas;

Np - número máximo de passageiros que a embarcação está autorizada a transportar, de acordo com o resultado da aplicação do teste prático.

b)O Peso Máximo de Carga das embarcações com arqueação bruta menor ou igual a 20 que transportem carga e passageiros poderá ser calculada pela seguinte expressão:

PMC = 0,08 x Np + {(0,7xCxB) x[(K2 x BL1) - (BL1-BL2)]}

onde:

PMC - peso máximo de carga, em toneladas;

Np - número máximo de passageiros que a embarcação está autorizada a transportar, de acordo com o resultado da aplicação do teste prático;

B - boca, definida no item 2.c), em metros;

C - comprimento, definido no item 2.d), em metros;

BL1 - valor obtido na medição do parâmetro "BL" antes do grupamento dos passageiros no bordo, definido no item 2.b), em metros; e

BL2 - valor obtido na medição do parâmetro "BL" após o grupamento dos passageiros no bordo, definido no item 2.b), em metros; e

K2 - coeficiente obtido na Tabela 6-G-1.

c)O peso máximo de carga (PMC), determinado de acordo com as expressões apresentadas nos itens a) e b), corresponde ao peso da "carga paga" e dos passageiros.

10 -DISPOSIÇÕES FINAIS

a)A determinação da lotação de passageiros das embarcações deverá também considerar um padrão de habitabilidade compatível com o tipo de serviço em que serão empregadas, de acordo com o estabelecido nestas normas.

b)Esta instrução apresenta apenas o procedimento recomendado para a determinação da lotação de passageiros e da capacidade de carga das embarcações com AB menor ou igual a 20, existindo, portanto, uma série de itens que devem ser considerados por ocasião da regularização dessas embarcações e que não constam no escopo desta norma, tais como aqueles relativos à salvatagem, radiocomunicações, luzes de navegação e inspeções, entre outros. Tais itens deverão ser verificados de acordo com o estabelecido em outras instruções específicas da Autoridade Marítima.

c)A embarcação autorizada a conduzir passageiros deverá afixar em lugar bem visível, no convés principal, placa indicativa contendo a lotação de passageiros e o peso máximo de carga que poderá transportar, o número de tripulantes e o número do telefone da CP, DL ou AG de inscrição para eventuais contatos. Adicionalmente, deverá existir em cada convés outra placa indicando o número máximo de passageiros que poderá ser transportado naquele convés.

d)A utilização do critério para a determinação da lotação de passageiros apresentado no escopo desta norma não garante a imunidade contra emborcamentos, nem isenta os comandantes ou proprietários das embarcações de suas responsabilidades, os quais deverão, portanto agir com prudência e observar as regras básicas de marinharia.

ANEXO 2-B

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO BADE	
Campo 17	Preencher com a data de construção da embarcação.
Campo 18	Preencher com a data de batimento de quilha da embarcação.
Campo 19	Preencher com a data de lançamento da embarcação.
Campo 20	Preencher com valor do comprimento total da embarcação, em metros.
Campo 21	Preencher com o valor da boca da embarcação, em metros.
Campo 22	Preencher com o valor do pontal da embarcação, em metros.
Campo 23	Preencher com tipo de propulsão da embarcação
Campo 24	Preencher com o quantidade de motor (es) propulsor(es) da embarcação.
Campo 25	Preencher com o valor da potência total do(s) motor (es) propulsor(es), em KW. (somar os valores das potências individuais de cada motor)
Campo 26	Preencher com o número do 1º motor (quando aplicável).
Campo 27	Preencher com os valores das Arqueações Bruta e Líquida da embarcação e marcar o método de cálculo utilizado para o cálculo da arqueação.
Campo 28	Preencher com a quantidade de propulsores laterais avante (AV), a meia nau (MN) e a ré (RE).
Campo 29	Preencher com o tipo do primeiro combustível.
Campo 30	Preencher com o valor da capacidade de armazenamento do primeiro tipo de combustível
Campo 31	Preencher com o número da Licença de Construção ou Licença de Construção para embarcação já construída.
Campo 32	Preencher com o valor da tração estática da embarcação (somente para rebocadores) em toneladas métricas.
Campo 33	Preencher com o material do casco.
Campo 34	Preencher com o material da superestrutura.
Campo 35	Preencher com o nome da Sociedade Classificadora da embarcação.
Campo 36	Marcar com "X" os equipamentos de navegação existentes a bordo.
Campo 37	Marcar com "X" os equipamentos de comunicação existentes a bordo: HF - High Frequency/SSB - Single Side Band/UHF - Ultra High Frequency/VHF - Very High Frequency com ou sem DSC (Digital Selective Calling)/INMARSAT A, B ou C com os respectivos números e GMDSS -Global Maritime Distress Safety System
Campo 38	Preencher com o número e a data da validade do seguro obrigatório da embarcação (DPEM).
Campo 39	Preencher com o nome do proprietário/armador da embarcação.
Campo 40	Preencher com o número do CPF ou CNPJ do proprietário/armador.
Campo 41	Preencher com o nº do documento de identidade do proprietário / armador.
Campo 42	Preencher com o nome do órgão emissor do documento de identidade
Campo 43	Preencher com a Unidade da Federação (UF) do órgão emissor do documento.
Campo 44	Preencher com o endereço completo do proprietário/armador da embarcação
Campo 45	Preencher com o CEP do endereço do proprietário/armador da embarcação.
Campo 46	Preencher com o nome do bairro do endereço do proprietário/armador da embarcação.
Campo 47	Preencher com nome da cidade do endereço do proprietário/armador da embarcação.
Campo 48	Preencher com a sigla da Unidade da Federação do endereço do proprietário/armador da embarcação.
Campo 49	Preencher com o endereço do correio eletrônico (e-mail) do proprietário/armador.
Campo 50	Preencher com a nacionalidade do proprietário/armador.
Campo 51	Preencher com o número do telefone do proprietário/armador.
Campo 52	Preencher com número do telefax (fac-símile) do proprietário/armador.
Campo 53	Preencher com o nome completo do coproprietário/armador da embarcação.
Campo 54	Preencher com o número do CPF ou CNPJ do coproprietário/armador.
Campo 55	Preencher com o nº do documento de identidade do coproprietário/armador da embarcação.
Campo 56	Preencher com o nome do órgão emissor do documento de identidade
Campo 57	Preencher com a Unidade da Federação (UF) do órgão emissor do documento.
Campo 58	Preencher com o endereço completo do coproprietário/armador da embarcação
Campo 59	Preencher com o CEP do endereço do coproprietário/armador da embarcação.
Campo 60	Preencher com o nome do bairro do endereço do coproprietário/armador da embarcação.
Campo 61	Preencher com nome da cidade do endereço do coproprietário / armador da embarcação.
Campo 62	Preencher com a sigla da Unidade da Federação do endereço do coproprietário/armador da embarcação.
Campo 63	Preencher com o endereço do correio eletrônico (e-mail) do coproprietário/armador.
Campo 64	Preencher com a nacionalidade do coproprietário / armador.

- 2 - B -4 -

ANEXO 2-B

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO BADE	
Campo 65	Preencher com o número do telefone do coproprietário/armador.
Campo 66	Preencher com número do telefax do coproprietário/armador (caso possua).
Campo 67	Preencher com a assinatura do requerente.
Campo 68	Preencher com a data em que o requerente assinou o BADE.
Campo 69	Preenchido pelas Capitanias dos Portos ou OM subordinadas. Preencher com o carimbo e assinatura do responsável pela conferência dos documentos.
Campo 70	Preencher com a data em que houve a conferência dos documentos apresentados.

- 2 - B -5 -

ANEXO 6-I

PROCEDIMENTOS PARA RENOVAÇÃO DE CERTIFICADOS DE EMBARCAÇÕES EXISTENTES

1 -APLICAÇÃO

Estes procedimentos se aplicam às embarcações existentes cujos Certificados de Borda-Livre foram emitidos de acordo com a PORTOMARINST 21-02, atualmente fora de vigor.

De acordo com a regulamentação citada acima, as embarcações existentes deveriam ter suas bordas-livres atribuídas segundo os seguintes critérios:

a)Aquelas empregadas nas extintas classes de navegação caracterizadas pelas letras A, B, C, D, H e I (Navegação de Mar Aberto) deveriam ter suas bordas-livres determinadas de acordo com o estabelecido na Convenção Internacional de Linhas de Carga (1966), com exceção das seguintes embarcações:

1)Navios construídos após 21/07/68 com comprimento de regra inferior a 24 m;

2)Navios construídos antes de 21 / 07 / 68 com AB menor que 150;

3)Embarcações destinadas exclusivamente a esporte e recreio, e

4)Navios de guerra.

b)Aquelas empregadas nas extintas classes de navegação A, B, C, D, H e I (Navegação de Mar Aberto) para as quais não fosse exigida a atribuição de uma borda-livre internacional, além daquelas empregadas nas extintas classes de navegação caracterizadas pelas letras E, F, G, L e M (Navegação Interior), deveriam ter suas bordas-livres determinadas de acordo com o estabelecido nas "Regras e Procedimentos para Determinação da Borda-Livre Nacional", que não se encontram mais em vigor.

c)As embarcações que apresentassem pelo menos uma das seguintes características estavam isentas da atribuição de uma Borda-Livre Nacional:

1)AB menor ou igual a 50;

2)Comprimento de regra menor ou igual a 20 m;

3)Embarcações destinadas exclusivamente a esporte ou recreio; e

4)Navios de guerra.

2 -PROCEDIMENTOS

1)As embarcações para as quais foi atribuída uma Borda-Livre Nacional devem ser portadoras de um Certificado Nacional de Borda-Livre, cujo modelo é apresentado no Anexo 6-J.

2)O procedimento para cálculo dessa borda-livre não é apresentado no presente Anexo tendo em vista que para a renovação do certificado citado no item anterior não é necessário refazer os cálculos. Caso ocorra qualquer questionamento quanto ao valor atribuído para a borda-livre dessas embarcações, os cálculos deverão ser refeitos de acordo com os novos procedimentos em vigor.

3)A validade do Certificado Nacional de Borda-Livre é de cinco anos.

3 -RENOVAÇÃO DOS CERTIFICADOS

1)O Certificado Nacional de Borda-Livre deverá ser renovado ao término de sua validade através da emissão de um certificado idêntico ao original.

2)O certificado de renovação será emitido pelas CP ou DL de jurisdição da área de operação da embarcação, desde que a mesma não tenha sofrido alteração de suas características principais, arqueação ou tipo de navegação a que se destina.

3)Os Certificados de Borda-Livre emitidos para a Bacia do Sudeste, de acordo com o estabelecido na Portaria 0003/93 da DPC, atualmente fora de vigor, deverão ser renovados pela GEVI, Entidade Especializada ou por Sociedade Classificadora conforme as normas atualmente em vigor.

4)Os Certificados de Borda-Livre emitidos pelas classificadoras, de acordo com o estabelecido nas Normas e Procedimentos para a Navegação Interior - NPNI (Portaria 0063/96 da DPC), atualmente fora de vigor, deverão ser renovados por Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora.

5)Os Certificados de Borda-Livre emitidos pela DPC ou pela GEVI, de acordo com o estabelecido na NPNI ou na NPNM, incluindo os certificados das embarcações classificadas, deverão ser renovados por Sociedade Classificadora, Entidade Certificadora ou pelas CP, DL ou AG, seguindo procedimento idêntico ao determinado no artigo 0630 da NORMAM 02.

6)A renovação dos certificados de embarcações classificadas, emitidos de acordo com os procedimentos previstos na NORMAM 01 ou NORMAM 02, deverá ser efetuada por sua classificadora.

7)Sempre que embarcações classificadas sofrerem modificações, que acarretem em alteração no valor da borda-livre, deverá ser emitido um novo certificado pela Sociedade Classificadora, de acordo com os procedimentos previstos nesta norma.

8)Uma cópia dos certificados emitidos de acordo com o estipulado anteriormente deverá ser encaminhado para a Diretoria de Portos e Costas, informando a realização da vistoria especificada no item 4 a).

9)Deverá ser especificado no próprio certificado que o mesmo é uma renovação do certificado original.

4 -VISTORIAS

a)Borda-Livre Nacional

1)Por ocasião da renovação do certificado nacional de borda-livre deverá ser efetuada uma vistoria na embarcação para verificar se as marcas de borda-livre continuam na posição determinada no certificado original.

2)A vistoria especificada no item anterior deverá ser conduzida pela CP, DL ou AG de jurisdição da área de operação da embarcação, independente do porte da embarcação.

ANEXO 2-C

MARINHA DO BRASIL

_____

(OM)

TÍTULO DE INSCRIÇÃO DE EMBARCAÇÃO PROVISÓRIO

Nº _____

NOME DA EMBARCAÇÃO	
Nº DE INSCRIÇÃO	
DATA DA INSCRIÇÃO	
TIPO DE EMBARCAÇÃO	
ÁREA DE NAVEGAÇÃO	
TIPO DE PROPULSÃO	
TIPO DE ATIVIDADE OU SERVIÇO	
TRIPULANTES	
PASSAGEIROS	
HIPOTECA	
NUMEROS DOS MOTORES	
NÚMERO DO CASCO	
ARQUEAÇÃO BRUTA	
ARQUEAÇÃO LÍQUIDA	
COMPRIMENTO TOTAL	
BOCA	
PONTAL	
ANO DE CONSTRUÇÃO	
CONSTRUTOR	
MAT. CONSTRUÇÃO CASCO	
PROPRIETÁRIO / ARMADOR	
CPF / CNPJ	
ENDEREÇO	
CEP	
CIDADE-ESTADO	
CO-PROPRIETÁRIO	
CPF / CNPJ 2	
ENDEREÇO 2	
CIDADE - ESTADO 2	
ervações:	

DATA DE EMISSÃO: __ / __ / ____. **VALIDADE ATÉ _____/ _____ / _____**

_____ **_____**

ASSINATURA DO ENCARREGADO **ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO**

ANEXO 6-K

PROCEDIMENTO ALTERNATIVO PARA DETERMINAÇÃO DA BORDA-LIVRE DAS EMBARCAÇÕES EMPREGADAS NO TRANSPORTE DE AREIA

1 -APLICAÇÃO

a)O procedimento estabelecido no presente Anexo poderá ser aplicado em substituição ao estabelecido no Capítulo 06, a critério do engenheiro responsável pelo projeto, para a atribuição de uma borda-livre de embarcações com convés de borda-livre descontínuo (conforme estabelecido no Item 0603 a) 3)) empregadas exclusivamente no transporte de areia. Tal procedimento, que consiste na verificação de uma reserva de flutuabilidade equivalente, é recomendado para aquelas embarcações que, por questões operacionais, sejam projetadas para navegarem com calado maior ou igual àquele correspondente ao convés de borda-livre (Figura 6-K.1).

ANEXO 2-D

MARINHA DO BRASIL

_____

(OM)

DOCUMENTO PROVISÓRIO DE PROPRIEDADE Nº _____ VÁLIDO ATÉ __ / __ / ____.

NOME DA EMBARCAÇÃO	
Nº DE INSCRIÇÃO	
DATA DA INSCRIÇÃO	
IND. RADIO INTERNAC	
TIPO DE EMBARCAÇÃO	
ÁREA DE NAVEGAÇÃO	
TIPO DE PROPULSÃO	
TIPO DE ATIVIDADE OU SERVIÇO	
Nº de TRIPULANTES	
Nº de PASSAGEIROS	
ANO DE CONSTRUÇÃO	
CONSTRUTOR	
MAT. CONSTRUÇÃO CASCO	
MAT. SUPERESTRUTURA	
POTÊNCIA PROPULSORA TOTAL	
NUMERO DE MOTORES PROPULSORES	
TIPO DE COMBUSTÍVEL	
CAPAC. ARMAZENAMENTO	
ARQUEAÇÃO BRUTA	
ARQUEAÇÃO LÍQUIDA	
COMPRIMENTO TOTAL	
BOCA	
PONTAL	
NOME DO PROPRIETÁRIO	
CPF / CNPJ	
ENDEREÇO	
CIDADE – ESTADO CEP	
CO- PROPRIETÁRIO	
CPF / CNPJ 2	
ENDEREÇO 2	
CIDADE – ESTADO CEP	
Observações:	

DATA DE EMISSÃO: __ / __ / ____.

_____ **_____**

ASSINATURA DO ENCARREGADO **ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO**

b)Os procedimentos apresentados no presente Anexo também poderão ser aplicados para a determinação da borda-livre de embarcações distintas daquelas mencionadas no item a) que, a critério da DPC, apresentem características construtivas e/ou operacionais que possibilitem a sua aplicação sem comprometer sua segurança.

c)Os procedimentos apresentados no presente Anexo somente são aplicáveis às embarcações que operam exclusivamente na Área 1, conforme estabelecido no item 0605.

2 -DEFINIÇÕES

Para efeito de aplicação das presentes regras são consideradas as seguintes definições:

a)Flutuador é a parcela do casco que garante a flutuabilidade da embarcação, separada dos espaços destinados ao transporte de areia por intermédio de anteparas estanques a água ("watertight"), conforme representado na Figura 6-K.1.

b)Borda-livre estimada (BLe) corresponde a borda-livre que a embarcação teria, caso fossem utilizados os procedimentos constantes no Capítulo 06 para a sua determinação.

c)Reserva de flutuabilidade requerida (RFR) corresponde ao volume do casco que a embarcação apresentaria acima da linha de flutuação no calado equivalente à borda-livre estimada, caso não possuísse descontinuidade no convés.

d)Bacia do Sudeste compreende as Lagoas dos Patos e Mirim, os rios Guaíba, Jacuí, Caí, Taquarí, dos Sinos e Gravataí e o Canal de São Gonçalo.

3 -DETERMINAÇÃO DA RESERVA DE FLUTUABILIDADE REQUERIDA (RFR)

Para a determinação da reserva de flutuabilidade requerida (RFR), deverão ser seguidos os seguintes procedimentos:

a)Cálculo da Borda-Livre Estimada (BLe)

A borda-livre estimada da embarcação deverá ser calculada de acordo com os procedimentos constantes no Capítulo 06, considerando-se o pontal moldado determinado conforme o estabelecido no item 0606 e).

No cálculo dessa borda-livre, os termos da altura equivalente da superestrutura (Hs) e do tosamento médio (Ym) deverão, obrigatoriamente, ser considerados iguais a 0 (zero), independente das características da embarcação. Além disso, o tipo da embarcação, de acordo com o estabelecido no item 0604, deverá ser assumido para efeito do cálculo, obrigatoriamente, como sendo do tipo "C".

As embarcações que operam exclusivamente em água salgada, deverão ter sua borda-livre corrigida considerando o acréscimo para a navegação em água salgada, de acordo com o estabelecido no item 0620. A aplicação desses procedimentos em embarcações que podem operar tanto em água doce quanto em água salgada deverá ser objeto de análise prévia pela DPC.

b)Determinação da Área de Linha D'água (AWL)

O valor da área da linha d'água corresponderá à da linha de flutuação na condição de carregamento máximo, equivalente à borda-livre calculada na alínea anterior, se considerando o efeito do trim, caso existente.

ANEXO 2-E

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

BOLETIM SIMPLIFICADO DE ATUALIZAÇÃO DE EMBARCAÇÃO (BSADE)

NOME DA EMBARCAÇÃO:			
Nº Inscrição:		**Data da Inscrição:**	
Atividade ou Serviço ( ) (1) Esporte e/ou Recreio (2) Outras Atividades (3) Passageiros e Carga (4) Pesca (5) Pesca (6) Rebocador/Empurrador (7) Carga		**Comprimento (m):**	
Cabine Habitável? **Sim ( ) Não ( )**	**Convés Aberto?** **Sim ( ) Não ( )**	**Motor de Popa?** **Sim ( ) Não ( )**	
Tipo de Embarcação ( ) (1) Bote (2)Baleeira (3) Flutuante (4) Jangada	(5) Lancha (6) Saveiro (7) Moto Aquática (8) Traineira	(9) Veleiro (10) Canoa (11) Pesqueiro (12) Passageiros (13) Outros	Capacidade: Passageiros ( )
Casco (material):			**Nº de Série:**
Propulsão ( ) (1) Motor (2) Sem Propulsão (3) Vela (4) Remo	**Potência do Motor (HP)**	**Fabricante**	**Número de Série**
Área de Navegação ( ) (1) Interior (2) Interior Área 1 (3) Interior Área 2			
Nota Fiscal Nº		**Data da venda**	**Local da Venda**
Vendedor:			
CPF:		**CNPJ:**	
Proprietário			
Nome:			
Doc. Identificação Nº	**Tipo**	**Órgão Emissor**	**Data de Emissão**
CPF:		**CNPJ:**	
Nacionalidade			
Nome da mãe			
Endereço:			
Bairro		**Cidade**	
UF	**CEP**	**Email**	
Telefones	**(1)**	**(2)**	**(3)**
OBSERVAÇÕES			

TODOS OS CAMPOS SÃO DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

4 -DETERMINAÇÃO DOS VOLUMES DOS FLUTUADORES

Para a determinação do volume dos flutuadores (VF) deverá ser considerada apenas a parcela daqueles elementos que permanecem acima da linha de flutuação da embarcação na condição real de carregamento máximo, se considerando o efeito do trim, caso existente (Figura 6-K.2). Qualquer tentativa de se carregar a embarcação acima desse limite deverá resultar em extravasamento, sendo que meios que facilitem esse extravasamento e seu rápido escoamento para fora da embarcação deverão ser proporcionados.

ANEXO 2-F

REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE E/OU JURISDIÇÃO OU ALTERAÇÃO DE CARACTERÍSTICAS DE EMBARCAÇÃO OU DO SEU PROPRIETÁRIO E OUTROS SERVIÇOS PARA EMBARCAÇÃO NÃO SUJEITA A REGISTRO NO TRIBUNAL MARÍTIMO

SR. CAPITÃO DOS PORTOS (DELEGADO) OU (AGENTE)

CARIMBO DA OM

REQUERENTE
NOME_____
ENDEREÇO _____ Nº _____ APTº/SALA_____
CIDADE _____ UF _____ IDENT Nº_____
ORG EXP_____ CEP _____ TEL_____
FAX_____ CPF/CNPJ _____
OBS _____
_____
_____

EMBARCAÇÃO
INSCRIÇÃO Nº _____
NOME_____ AB _____
Nº DO CASCO_____ CLASSIFICAÇÃO _____

VEM REQUERER A V. Sa:

( ) Inscrição ( ) Cancelamento de Inscrição da Embarcação
( ) Licença de Construção ( ) Licença de Alteração ( ) Licença de Reclassificação
( ) Transferência de Propriedade ( ) Transferência de Jurisdição ( ) Transferência de Propriedade e Jurisdição
( ) Mudança de Nome da Embarcação para 1ª opção _____ 2ª opção _____ 3ª opção _____
( ) Renovação de TIE / TIEM - Houve alteração de características da embarcação ( ) sim ( ) não
( ) 2ª Via de TIE / TIEM – Motivo: ( ) perda ( ) roubo ( ) extravio ( ) mau estado de conservação
( ) Alteração de dados cadastrais da embarcação ( ) Alteração dados cadastrais do Proprietário
( ) Motor Propulsor: Substituição ( ) Retirada ( )
( ) Certidão Relativa a Situação da Embarcação
( ) Registro de Ônus e Averbações relativo a embarcação
( ) Cancelamento do Registro de Ônus e Averbações relativo a embarcação
( ) Perícia para Elaboração de Laudo Pericial para CTS: Emissão ( ) Revisão ( )
( ) Vistoria de Arqueação ( ) Vistoria de Rearqueação
( ) Vistoria do CSN Inicial ( ) Renovação do CSN ( ) Vistoria Anual do CSN ( ) Vistoria Intermediária do CSN
( ) Vistoria de Borda Livre Inicial ( ) Vistoria de Borda Livre Renovação ( ) Vistoria de Borda Livre Anual
( ) Vistoria para Determinação da Lotação de Passageiros e Peso Máximo de Carga
( ) Vistoria para alterar a classificação da embarcação
( ) Outros serviços (especificar) _____

_____ _____
Local e Data Assinatura e CPF/CNPJ do Requerente

- 2 - F -1 -

5 -CRITÉRIO DE VERIFICAÇÃO

Para que o procedimento seja aplicável é necessário que o volume dos flutuadores (VF) seja maior ou igual à reserva de flutuabilidade requerida (RFR).

6 -REQUISITOS ADICIONAIS

As embarcações deverão atender os seguintes itens:

a)Requisitos Técnicos

Os flutuadores deverão atender os requisitos técnicos estabelecidos no Item 0611 como se fossem uma embarcação do tipo "B".

b)Anteparas

As anteparas limites dos flutuadores com os compartimentos destinados ao transporte de areia deverão ser estanques à água ("watertight") e não poderão apresentar aberturas.

7 -MARCAÇÃO

As embarcações enquadradas no escopo deste Anexo estão dispensadas de apresentarem marcas de borda-livre fixadas nos costados da embarcação.

8 -CERTIFICAÇÃO

As embarcações enquadradas no escopo deste Anexo também estão dispensadas de possuir um Certificado Nacional de Borda-Livre para a navegação interior.

Deverá constar no campo observações do Certificado de Segurança da Navegação a informação de que a borda-livre da embarcação foi determinada de acordo com as prescrições deste Anexo e o peso específico máximo da mistura de areia e água permitido.

9 -APRESENTAÇÃO DOS CÁLCULOS

a)Notas para Marcação da Borda-Livre Nacional

Os cálculos necessários para a determinação da borda-livre estimada, conforme definido anteriormente, deverão ser apresentados sob a forma das notas para a marcação da borda-livre nacional (navegação interior). Adicionalmente, deverão ser também apresentados nessas notas os cálculos referentes à determinação da área de linha d'água (AWL), da reserva de flutuabilidade requerida (RFR), do volume dos flutuadores (VF) e do atendimento ao critério de verificação apresentados neste Anexo. Deverá ser também informado, que trata-se de cálculo para determinação da borda-livre de acordo com os requisitos estabelecidos neste Anexo.

Esses cálculos deverão ser efetuados por um engenheiro naval devidamente regularizado perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) de jurisdição do estaleiro construtor ou do órgão de inscrição da embarcação, que será responsável pela exatidão das informações contidas nas notas, sendo que para melhor caracterizar essa responsabilidade, o engenheiro deverá também apresentar uma ART referente aos serviços executados.

As Sociedades Classificadoras e as Entidades Certificadoras poderão exigir a apresentação das notas calculadas e assinadas por um engenheiro naval ou elaborar as mesmas por intermédio do seu corpo técnico. Quando assinadas por um engenheiro naval, as notas deverão ser acompanhadas pela respectiva ART.

b)Relatório das Condições para Atribuição da Borda-Livre

O atendimento aos requisitos apresentados no item 6) deverá ser constatado por intermédio de uma vistoria, cujos resultados deverão ser apresentados no relatório das condições para a atribuição da borda-livre nacional (navegação interior).

Essa vistoria deverá ser efetuada por engenheiro naval devidamente regularizado perante o CREA de jurisdição do estaleiro construtor ou do órgão de inscrição da embarcação, por Sociedade Classificadora ou por Entidade Certificadora, que serão responsáveis pela exatidão das informações contidas no relatório, sendo que para melhor caracterizar essa responsabilidade, o engenheiro deverá também apresentar uma ART referente aos serviços executados.

10 -PROCEDIMENTOS

a)Documentação

A solicitação para a determinação ou reavaliação da borda-livre será efetivada através de requerimento do proprietário, armador ou construtor, encaminhado para a CP, DL ou AG de inscrição da embarcação ou de jurisdição do estaleiro construtor, ou à Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora, acompanhado de, pelo menos, uma via (exceto onde indicado em contrário) da seguinte documentação, previamente avaliada por ocasião da licença de construção, alteração ou reclassificação, quando aplicável :

1)Memorial Descritivo;
2)Plano de Linhas;
3)Arranjo Geral;
4)Seção Mestra;
5)Perfil Estrutural;
6)Curvas Hidrostáticas;
7)Folheto de Trim e Estabilidade (definitivo) que considere os seguintes aspectos:

-as embarcações deverão atender aos critérios de estabilidade estabelecidos no item 0636 c), de acordo com o estabelecido no Capítulo 06;

-deverá ser indicado no folheto de trim e estabilidade o peso específico máximo da mistura de areia e água permitido, de acordo com o projeto. Para as embarcações empregadas na Bacia do Sudeste, tal valor não poderá ser inferior a 2,0 t/m^3.

-o compartimento destinado ao transporte de areia deverá sempre ser considerada totalmente carregado, com a superfície de seu conteúdo paralela à linha d'água resultante do trim, caso existente.

8)Cálculo do módulo resistente de seção mestra;
9)Cálculo dos esforços cortantes e do momento fletor, para cada condição analisada no folheto de estabilidade;
10)Cálculo das tensões no fundo e no convés e em elementos contínuos acima do convés, para cada condição analisada no folheto de estabilidade;
11)Declaração de sociedade classificadora de que a embarcação apresenta resistência estrutural satisfatória no calado correspondente à borda-livre atribuída, em três vias (dispensável para embarcações não classificadas);
12)Notas para a marcação da borda-livre nacional (navegação interior), quando aplicável;
13)Relatório das condições para atribuição da borda-livre nacional (navegação interior), quando aplicável;
14)ART referente aos cálculos para preenchimento das notas para a marcação da borda-livre nacional, quando aplicável;
15)ART referente à realização das vistorias para o preenchimento do relatório das condições para atribuição da borda-livre nacional, que poderá ser apresentada em conjunto com a ART citada no item anterior, caso seja emitida pelo mesmo profissional

b)Licença de construção, alteração ou reclassificação

As embarcações que estejam solicitando licença de construção, alteração de características ou reclassificação poderão solicitar simultaneamente o cálculo da borda-livre.

c)Documentos que devem ser mantidos arquivados

Ficarão arquivados no órgão de inscrição da embarcação uma via da seguinte documentação:

1)Declaração da Sociedade Classificadora de que a embarcação apresenta resistência estrutural satisfatória no calado correspondente à borda-livre atribuída (dispensá- vel para embarcações não classificadas);
2)Notas para a marcação da borda-livre nacional;
3)Relatório das condições para atribuição da borda-livre nacional; e
4)ART referente aos cálculos para preenchimento das notas para a marcação da borda-livre nacional e ou de realização da vistoria para o preenchimento do relatório das condições para atribuição da borda-livre nacional.

11 -VISTORIAS

As Sociedades Classificadoras, Entidades Certificadoras ou as CP, DL e AG realizarão as perícias nas embarcações por ocasião das vistorias periódicas (setor casco - intermediárias ou de renovação) referentes ao CSN, a fim de comprovar a manutenção das condições de estanqueidade das estruturas e equipamentos previstos nesta Norma, não sendo necessário nesses casos a emissão de novo relatório. A cada cinco anos a partir da data de realização da vistoria inicial para a avaliação das condições para a atribuição da borda-livre pelo engenheiro, a CP deverá determinar a realização de nova vistoria por engenheiro naval com a consequente emissão de novo relatório com a respectiva ART, de acordo com o estabelecido no item 9) b), sendo que uma cópia do mesmo deverá ser encaminhada ao órgão de inscrição da embarcação.

Quando uma Sociedade Classificadora ou Entidade Certificadora for responsável pela atribuição da borda-livre, a mesma deverá realizar nova vistoria a cada cinco anos, encaminhando cópia do relatório para o órgão de inscrição.

ANEXO 6-L

ACORDO DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ, PROTOCOLOS E REGULAMENTOS

1.ORIGEM E ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO ACORDO

1.1O presente anexo será aplicável a todas as embarcações registradas ou que venham a se registrar como Embarcação da Hidrovia, destinadas ao comércio e ao transporte de bens ou pessoas, exceto às descritas em 1.2.

Esta regulamentação decorre do Decreto nº 2716, de 10 de agosto de 1998, que promulgou o Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná, e seus protocolos adicionais.

1.2Exceções e isenções

Ficam excluídos da presente regulamentação:

a)Os navios de guerra ;
b)As embarcações sem fins comerciais, e
c)O transporte fluvial transversal fronteiriço.

O presente Acordo não será aplicado ao transporte de cabotagem nacional, que se reservará às embarcações dos respectivos países.

2.REGULAMENTOS

São decorrentes e parte integrante do Acordo, visando padronizar e normatizar os aspectos técnicos e de segurança a serem observados por todas as embarcações da Hidrovia. Estão descritos abaixo, bem como os respectivos Decretos que os originaram:

2.1Regulamento Único para o Transporte de Mercadoria Sobre Coberta - Decreto nº 3536 de 03 de julho de 2000.

2.2Regulamento Único de Balizamento - Decreto nº 3532 de 30 de junho de 2000.

2.3Glossário Uniforme dos Serviços Portuários - Decreto nº3539 de 10 de julho de 2000.

2.4Regulamento para Prevenir Abordagens - Decreto nº 3535 de 03 de julho de 2000.

2.5Regulamento para Determinação da Arqueação - Decreto nº 3531 de 30 de junho de 2000.

2.6Plano de Comunicações para a Segurança da Navegação - Decreto nº 3538 de 10 de julho de 2000.

2.7Regime Único de Dimensões Máximas dos Comboios - Decreto nº 3533 de 30 de junho de 2000.

2.8Borda - Livre e Estabilidade - Decreto nº 3417 de 19 de abril de 2000.

2.9Adoção de Requisitos Exigíveis Comuns para a Matrícula de Embarcações, Inscrição de Contratos de Utilização e Intercâmbio de Informação sobre Matrícula de Embarcações, Altas , Baixas e Modificações- Decreto nº 3430 de 20 de abril de 2000.

2.10Vistorias , Inspeções e Certificados de Segurança - Decreto nº 3425 de 20 de abril de 2000.

2.11Regime Único de Infrações e Sanções - Decreto nº 3432 de 25 de abril de 2000.

ANEXO 2-G

MARINHA DO BRASIL

(ORGANIZAÇÃO MILITAR EMITENTE)

CERTIDÃO NO _____/_____

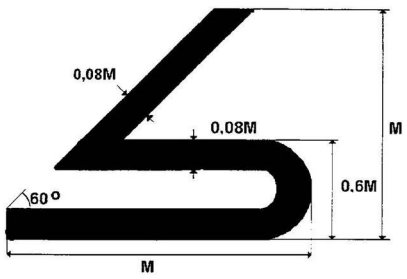
Em cumprimento ao despacho do Sr.(Capitão dos Portos/Delegado/Agente), exarado no requerimento datado de _____ de _____ de _____ do(a)(s) Sr(a)(s)_____, protocolado nesta (Capitania/Delegacia/Agência) sob o no _____, em que solicita(m) Certidão de Inteiro Teor da embarcação de nome _____ e no de inscrição _____, para fins de _____, certifico que o(a)(s) Sr(a)(s)_____ consta(m) no cadastro desta (Capitania/Delegacia/Agência) como proprietário(a)(s) da referida embarcação, a qual possui as seguintes características: (descrever todas as características cadastradas da embarcação). E nada mais constando em relação ao requerido, eu (nome do funcionário), (posto ou graduação ou categoria), (função), passei a presente Certidão que vai por mim datada e assinada.

_____
Local e Data (por extenso)

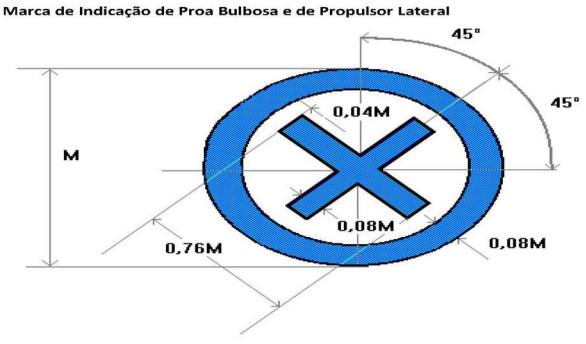
_____
(Nome do titular da OM ou funcionário com delegação de competência para assinatura)

ANEXO 2-H

Marca de Indicação de Proa Bulbosa



Marca de Indicação de Proa Bulbosa e de Propulsor Lateral



ANEXO 6-N

PROCEDIMENTO ALTERNATIVO PARA DETERMINAÇÃO DA BORDA-LIVRE DAS DRAGAS E BALSAS DOTADAS DE DISPOSITIVOS DE DESCARGA PELO FUNDO

1 -APLICAÇÃO

Os procedimentos estabelecidos no presente Anexo poderão ser aplicados em substituição ao estabelecido no Capítulo 06, a critério do engenheiro responsável pelo projeto, para a atribuição de uma borda-livre de dragagem para embarcações dotadas de dispositivos de descarga pelo fundo e empregadas exclusivamente no serviço de dragagem nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), até o limite de 20 milhas da costa.

2 -DEFINIÇÕES

a)Permeabilidade de um compartimento é a razão entre o volume do compartimento que se assume que seja ocupado pela água (na condição de alagado) e o volume total do referido compartimento.

b)Boca (B) é a maior largura do navio, medida na seção de meio navio até a linha moldada da caverna, expressa em metros.

c)Carga é todo material recolhido pela draga durante sua operação e armazenado em seus porões.

3 -ESTABILIDADE INTACTA

A embarcação deverá cumprir os seguintes critérios de estabilidade intacta:

a)A altura metacêntrica inicial (GMo) deverá ser maior ou igual a 0,15m;

b)O braço de endireitamento máximo deverá ser maior ou igual a 0,20 m;

c)A área sob a curva de estabilidade estática compreendida entre os ângulos de inclinação de 0° e 30° não deverá ser inferior a 0,055 m.rad;

d)A área sob a curva de estabilidade estática compreendida entre os ângulos de inclinação de 0° e 40°, ou entre 0° e o ângulo de alagamento (f), caso este seja menor do que 40°, não deverá ser inferior a 0,090 m.rad; e

e)A área sob a curva de estabilidade estática compreendida entre os ângulos de inclinação de 30° e 40°, ou entre 30° e o ângulo de alagamento (f), caso este seja menor do que 40°, não deverá ser inferior a 0,030 m.rad.

As diretrizes para aplicação destes critérios estão definidas no apêndice I.

4 -ESTABILIDADE EM AVARIA

A embarcação deverá atender ao critério de avaria, considerando-se o alagamento da praça de máquinas ou de qualquer outro compartimento.

Para os cálculos de estabilidade em avaria, pode ser assumido que a carga será alijada imediatamente após a colisão e que os dispositivos de descarga do fundo serão mantidos abertos, comunicando diretamente os porões com o mar, desde que:

a)Seja possível a abertura efetiva dos dispositivos de descarga pelo fundo em menos de um minuto;

b)Haja uma fonte de energia de emergência para o mecanismo acionador de dispositivos de descarga que não abram por gravidade, sendo que ambos os sistemas, principal e de emergência, devem poder ser operados do comando;

c)Sejam previstos mecanismos que impeçam que o alijamento da carga seja feito de maneira assimétrica.

Nas condições anteriormente descritas os seguintes critérios de estabilidade deverão ser atendidos:

a)A altura metacêntrica inicial (GMo) após o alagamento deverá ser maior ou igual a 0,05m;

b)A borda inferior de qualquer abertura pela qual possa haver um alagamento progressivo (por exemplo, portas, janelas, escotilhas de acesso) deve, no estágio final de alagamento, estar acima da linha d'água de avaria;

c)Os valores positivos de braço de endireitamento na curva de estabilidade estática deverão se estender por uma faixa de no mínimo 20º além da posição de equilíbrio, em associação com um braço de endireitamento residual máximo de, no mínimo, 0,1m na mencionada faixa;

d)No estágio final de alagamento, o ângulo de inclinação não deve exceder 15°, ou 17° quando não houver imersão do convés principal.

As diretrizes para aplicação destes critérios estão definidas no apêndice II.

5 -REQUISITOS ADICIONAIS

a)A embarcação deverá possuir resistência estrutural adequada à operação no calado correspondente à borda-livre calculada;

b)A embarcação deverá ser dotada de um indicador de calado no comando e ter indicação, no aparelho ou ao lado deste, da borda-livre correspondente;

c)As portas estanques situadas abaixo do convés de borda-livre deverão ser do tipo deslizante e devem poder ser operadas de ambos os lados das portas e de um ponto situado acima do convés de borda-livre, além de ser instalado um indicador da situação das portas (abertas ou fechadas) no comando;

d)Nos casos em que o cálculo de estabilidade em avaria indicar que as soleiras das portas estanques situadas abaixo do convés de borda-livre permanecerão acima da linha d'água de avaria, tais portas não necessitarão ser do tipo deslizante e não será necessária a instalação do indicador exigido pela alínea c); e

e)Além dos requisitos das alíneas anteriores, a embarcação deverá ser dotada de material de segurança em conformidade com o Capítulo 4 da NORMAM-01/DPC, sendo para tal classificada como "embarcação não-Solas".

6 -CÁLCULO DA BORDA-LIVRE DE DRAGAGEM

Para deslocamentos entre portos brasileiros em lastro, a borda-livre das embarcações para as quais este Anexo se aplica deve ser calculada em conformidade com o disposto na convenção internacional de linhas de carga (LL66) para embarcações do tipo "B", sendo necessário apenas o cálculo das seguintes linhas de carga:

-tropical

-verão

Deverá ser também atribuída à embarcação uma borda-livre de dragagem equivalente à metade do valor calculado para a borda-livre de verão.

7 -CERTIFICADO DE BORDA-LIVRE PARA DRAGAGEM

a)Aplicação

As embarcações que atendam todos os requisitos estabelecidos neste Anexo deverão ser portadoras de um Certificado Nacional de Borda-Livre para Dragagem, de acordo com o modelo apresentado no apêndice III.

b)Emissão

O certificado será emitido pelas entidades certificadoras ou sociedades classificadoras reconhecidas para atuarem em nome do governo brasileiro na navegação interior.

c)Validade

O certificado terá validade máxima cinco anos, sujeito a endossos anuais.

8 -PROCEDIMENTOS

a)A entidade certificadora ou sociedade classificadora que emitir o Certificado Nacional de Borda-Livre para Dragagem deverá encaminhar uma cópia para a DPC e para o órgão de inscrição da embarcação com maior brevidade possível.

b)Deverão ser observados os procedimentos constantes na LL/66 para a emissão, renovação e perda de validade do certificado, assim como para a realização das vistorias e inspeções.

c)É responsabilidade do proprietário e do seu preposto a manutenção das condições de atribuição previstas na LL/66 e neste Anexo e que foram consideradas ou avaliadas por ocasião do cálculo para emissão do certificado ou das vistorias e inspeções regulamentares.

9 -MARCA DA LINHA DE CONVÉS

a)Características

É uma linha horizontal de 300 mm de comprimento e 25 mm de largura, fixada em ambos os bordos da embarcação, centrada na meia nau e com aresta superior coincidindo com a interseção entre prolongamento da face superior do convés da borda-livre e a face externa do chapeamento do costado (Figura 6-0.1).

ANEXO 2-I

MARINHA DO BRASIL
NOME DA OM

CERTIDÃO DE CAPACITAÇÃO DE EMBARCAÇÃO PARA O REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO

Para fins de apresentação ao Tribunal Marítimo, certifico que a embarcação abaixo discriminada atende aos requisitos constantes nas alíneas e) , f) e g) do parágrafo 30 do artigo 40 do Decreto N0 2256, de 17 de junho 1997, que regulamenta o REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO:

NOME:

TIPO DO NAVIO:

Nº DE INSCRIÇÃO (quando aplicável)**:**

ANO DE CONSTRUÇÃO:

Nº IMO:

SOCIEDADE CLASSIFICADORA DO NAVIO:

INDICATIVO INTERNACIONAL (IRIN):

ARQUEAÇÃO BRUTA (AB):

PROPRIETÁRIO/ARMADOR:

AFRETADOR (quando aplicável)**:**

OPERADOR:

_____
CAPITÃO DOS PORTOS / DELEGADO

_____, em _____ de _____de _____

b)Localização (Casos Especiais)

1)Nas embarcações com o convés de borda-livre descontínuo, nas quais a parte superior desse convés se estenda além da meia nau, a aresta superior da linha convés deverá ser posicionada coincidindo com o prolongamento da face superior da parcela mais baixa desse convés, paralela à parte superior do mesmo.

2)Nas embarcações com bordas arredondadas ou com quaisquer outros dispositivos que impossibilitem a fixação da marca no local estabelecido, sua posição deverá ser determinada com referência a outro fixo no costado da embarcação, desde que a borda-livre sofra a correção correspondente (Figura 6-0.1).

10 -DISCO DE PLIMSOLL

a)Características

Para embarcações com comprimento de regra (L) menor que 24 m, consiste de um anel de 180 mm de diâmetro externo e 25 mm de largura, cruzado por uma linha horizontal de 300 mm de comprimento e 25 mm de largura, cuja face superior passa pelo centro do anel (Figura 6-0.1).

Para as embarcações com comprimento de regra maior ou igual a 24 m, deverá ser cumprido o disposto na LL/66.

b)Localização

Os discos deverão ser fixados em ambos os bordos da embarcação, de forma que o centro do anel seja colocado à meia nau e a uma distância vertical abaixo da aresta superior da Linha do Convés igual a borda-livre de verão calculada de acordo com a LL/66. (Figura 6-0.2)

11 -MARCA DAS LINHAS DE CARGA

São as linhas de carga em que a embarcação estará autorizada a efetuar deslocamentos entre portos nacionais, sempre até o limite de 20 milhas da costa.

As seguintes marcas deverão ser fixadas em ambos os bordos da embarcação a uma distância vertical abaixo da aresta superior da linha do convés calculada de acordo com a LL/66 (Figura 6-0.3):

-tropical
-verão

ANEXO 2-J

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA O REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO

Tipos navios	todos	emb. não SOLAS	embarcações SOLAS						
Documentos			passageiros	químicos construídos antes de 01/07/1986	gaseiros construídos antes de 01/07/1986	químicos construídos depois de 01/07/1986	gaseiros construídos depois de 01/07/1986	petroleiro	graneleiro
Cartão de Tripulação de Segurança (Safe Manning Document)	SIM								
Certificado Internacional de Arqueação	SIM								
Certificado Internacional de Borda-Livre	SIM								
Certificado de Segurança da Navegação		SIM							
Certificado de Segurança Rádio para Navios de Carga			SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Certificado de Segurança de Construção para Navios de Carga			SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Certificado de Segurança para Navios de Passageiros			SIM						
Certificado de Segurança de Equipamento para Navios de Carga			SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Certificado de Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo Ou Outra Garantia Financeira Equivalente								SIM	
Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos a Granel		SIM		SIM					
Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos a Granel		SIM				SIM			
Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liqüefeitos À Granel		SIM			SIM				
Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Gases Liqüefeitos a Granel		SIM					SIM		
Certificado Internacional de Prevenção da Poluição por Óleo			SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

12 -MARCA DA LINHA DE CARGA DE DRAGAGEM

É a linha de carga em que a embarcação estará autorizada a operar durante a dragagem, em deslocamentos nos limites da navegação interior e até o ponto de despejo da carga, desde que o mesmo encontre-se a menos de 20 milhas da costa.

É uma linha horizontal de 300 mm de comprimento e 25 mm de largura, fixada em ambos os bordos da embarcação, centrada na meia nau e a uma distância vertical abaixo da aresta superior da linha do convés igual a borda-livre de dragagem atribuída (metade da borda-livre de verão calculada de acordo com a LL/66).

Deverão ser ainda afixados a vante da linha de carga de dragagem os caracteres "DR", sendo que cada letra deverá medir 35 mm de altura e 25 mm de largura.

13 -MARCA DA AUTORIDADE RESPONSÁVEL

Quando a borda-livre for atribuída por uma entidade certificadora ou sociedade classificadora deverão ser fixadas suas respectivas letras à esquerda e à direita da marca de linha de carga e acima da linha horizontal, cada uma medindo 35 mm de altura e 25 mm de largura para indicar a autoridade responsável pelas medições, cálculos e atribuição da linha de carga.

ANEXO 2-L

REGISTRO E CANCELAMENTO DE EMBARCAÇÕES NO REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO (REB).

REQUERENTE

Nome				
Endereço			Número / Apt/Sala / Cidade	
UF	Identidade	Órgão Expedidor	N.º inscrição CGC/CPF	
N.º Registro do Armador		Obs: Todos os campos são de preenchimento obrigatório e em letra de forma		

VEM REQUERER A V. EXA. NOS TERMOS DA LEI N.º 9432 DE 08/01/97 E DECRETO N.º 2.256, DE 17/06/1997

☐ **PRÉ-REGISTRO NO REB**

CASCO EM CONSTRUÇÃO

Nome da Embarcação:			
Lic. Construção:	Identificação do Casco:	Tipo de embarc.:	Mat. do casco:
Classificação: / Nº tripulantes: / Nº Passageiros: / Lpp: / Boca Moldada:			
Pontal Moldado: / Calado: / TPB: / Comp. Total:			
Sociedade Classificadora:	Construtor:		
Endereço:			

☐ **REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO**

I) EMBARCAÇÃO COM REGISTRO DE PROPRIEDADE MARÍTIMA NO TM:

N.º do Registro no TM:	Nome da Embarcação:	Prazo de Afretamento:

II) EMBARCAÇÃO ISENTA DO REGISTRO DE PROPRIEDADE MARÍTIMA NO TM:

N.º do Registro no TM:	Nome da Embarcação:	Prazo de Afretamento:

III) EMBARCAÇÃO ESTRANGEIRA AFRETADA:

INFORMAÇÕES	OBSERVAÇÕES
N.º de inscrição na CP,DL ou AG	
Nome da Embarcação	
Nacionalidade	
Prazo de Afretamento	

☐ **CANCELAMENTO NO REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO** ☐ **Registro** ☐ **Pré-Registro**

N.º do Registro no REB: Nome da Embarcação:

JUNTANDO, PARA TAL FIM, A DOCUMENTAÇÃO ASSINALADA NA RELAÇÃO CONSTANTE DO VERSO, REFERENTE À EMBARCAÇÃO/CASCO ACIMA CARACTERIZADA.
DECLARO SEREM VERDADEIRAS TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

DESPACHO DO PROTOCOLO DO TM:
Documentação: ☐ Completa protocolada ☐ Incompleta, restitua-se, faltando os itens _____
A que se refere a numeração do verso.
Rio, ___/___/___.
Encarregado do Setor de Protocolo

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO

_____, _____ DE _____DE _____.

ASSINATURA DO REQUERENTE

14 -DETALHES DE MARCAÇÃO

a)Todas as marcas devem estar permanentemente fixadas em ambos os bordos da embarcação, sendo que para os navios de aço devem ser soldadas ou buriladas de forma permanente.

b)As marcas serão pintadas em branco ou amarelo quando fixadas em fundo escuro ou em preto com fundo claro.

c)Todas as marcas devem ser facilmente visíveis e, se necessário, arranjos especiais devem ser feitos com este propósito, a critério da DPC.

ANEXO6-N

APÊNDICE I

CÁLCULO DOS BRAÇOS DE ENDIREITAMENTO

1.A estabilidade estática da embarcação deverá ser avaliada para as seguintes condições:

a)Porões carregados homogeneamente até o limite superior de sua braçola;

b)Porões parcialmente carregados com carga homogênea de peso específico igual a 2,2 t/m^3;

c)Porões parcialmente carregados com carga homogênea com densidades compreendidas entre os valores definidos nas alíneas a) e b), sendo a diferença entre dois valores consecutivos de no máximo 0,2 t/m^3.

2.Deverá ser considerada a movimentação da carga em qualquer ângulo de inclinação, sendo o ângulo de inclinação da carga (~~r~~) dependente do ângulo de banda da embarcação (~~g~~) e do peso específico da carga (~~)~~ de acordo com a seguinte tabela:

ANEXO 2-L

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA. MARQUE COM UM "X" AS QUADRÍLAS CORRESPONDENTES AOS DOCUMENTOS RECEBIDOS, CONFORME O ATO REQUERIDO. OS DOCUMENTOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA DEVERÃO VIR ACOMPANHADOS DE TRADUÇÃO JURAMENTADA.	Pré-Regis-tro	Regis-tro	Cancelamento	
			Pré-Registro	Registro
A) GERAL (PARA TODOS OS ITENS)				
1- DARF DAS CUSTAS DEVIDAS AO TM (guia autenticada pelo Banco):	☐	☐	☐	☐
B) PARA EMBARCAÇÕES JÁ REGISTRADAS NO TM.				
2- CÓPIA DO CONTRATO DE AFRETAMENTO, SE A EMPRESA NÃO FOR PROPRIETÁRIA DA EMBARCAÇÃO:		☐		
3- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO (CND) DO INSS E DE TRIBUTOS FEDERAIS (CNTCF):		☐		
4- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO COM O FGTS:		☐		
5- PROVISÃO DE REGISTRO DE PROPRIEDADE DA EMBARCAÇÃO:		☐		
C) PARA EMBARCAÇÕES NÃO REGISTRADAS NO TM COM OU SEM PRÉ-REGISTRO.				
6- NÚMERO DA INSCRIÇÃO NAS CP, DL ou AG:		☐		
7- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO (CND) DO INSS E DE TRIBUTOS FEDERAIS (CNTCF):		☐		
8- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO COM O FGTS:		☐		
9- CÓPIA DO CONTRATO DE AFRETAMENTO, SE A EMPRESA NÃO FOR A PROPRIETÁRIA DA EMBARCAÇÃO;		☐		
D) PARA EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS AFRETADAS.				
10- PROVA DE INSCRIÇÃO NO REGISTRO DOMINAL NO PAIS DE ORIGEM;		☐		
11- CERTIFICADO DE REGISTRO DO ARMADOR;		☐		
12- PROVA DE SUSPENSÃO PROVISÓRIA DE BANDEIRA DO PAIS DE ORIGEM;		☐		
13- CÓPIA DO CONTRATO DE AFRETAMENTO;		☐		
14- CERTIDÃO DE CAPACITAÇÃO DE EMBARCAÇÃO EXPEDIDA PELA CAPITANIA DOS PORTOS OU SUAS DELEGACIAS (Substitui o CSN/Certificado Internacionais e relatório de vistoria);		☐		
15- CERTIDÃO NEGATIVA DO DÉBITO (CND) DO INSS E DE TRIBUTOS FEDERAIS (CNTCF);		☐		
16- CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO COM FGTS;		☐		
17- ATESTADO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES.		☐		
E) PARA CASCOS EM CONSTRUÇÃO (PRÉ-REGISTRO)				
18- CONTRATO SOCIAL OU ESTATUTO DA EMPRESA E ÚLTIMAS ALTERAÇÕES DEVIDAMENTE REGISTRADAS NA JUNTA COMERCIAL;	☐			
19- CONTRATO DE CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÃO;	☐			
20- TERMO DE COMPROMISSO DE QUE A EMBARCAÇÃO SERÁ EMPREGADA SOB BANDEIRA BRASILEIRA.	☐			
F) CANCELAMENTOS EM GERAL (PRÉ-REGISTRO/REGISTRO)				
21- POR SOLICITAÇÃO DE EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO;			☐	☐
22- QUANDO DO REGISTRO DA PROPRIEDADE DO TM;			☐	
23- PROVA DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA EMPRESA BRASILEIRA DE NAVEGAÇÃO NO TRIBUNAL MARÍTIMO, CONFORME PREVISTO NA LEI N.º 7.652, DE 03/02/88, ALTERADA PELA LEI Nº 9.774, DE 21/12/98;				☐
24- PROVA DE AFRETAMENTO A CASCO NU A EMPRESA ESTRANGEIRA DE NAVEGAÇÃO;				☐
25- PROVA DE VENDA DA EMBARCAÇÃO;				☐
26- PROVA DO TÉRMINO DO CONTRATO DE AFRETAMENTO A CASCO NU;				☐
27- FALTA DO DEPÓSITO OU ACORDO COLETIVO DE TRABALHO NO TM				☐

EM...../...../....., CERTIFICO QUE A RELAÇÃO DE DOCUMENTOS, ASSINALADOS COM "X" NO QUADRO ACIMA, FOI EFETIVAMENTE RECEBIDA E CONFERIDA CADIN - Consta Débito ☐ sim ☐ não **ENCARREGADO DA SEÇÃO DO REB**	CONCLUSÃO EM, .../...../....., FAÇO A CONCLUSÃO DESTES AUTOS AO DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO. **DIRETOR DA DIVISÃO DE REGISTRO DO TM**

3.Os cálculos devem levar em conta o derramamento da carga e, se for o caso, o embarque de água pela parte superior da braçola dos porões de carga.

4.Em todas as condições de carregamento deverá ser considerado o efeito de superfície livre da carga, devendo a mesma para este efeito ser considerada como um líquido.

ANEXO 6-N

APÊNDICE II

ESTABILIDADE EM AVARIA

Para o cálculo de estabilidade em avaria exigido no item 4 do Anexo, deverá ser assumido o seguinte:

a)A extensão vertical da avaria em todos os casos deve ser assumida como sendo igual ao pontal da embarcação no compartimento alagado em questão. A flutuabilidade de qualquer superestrutura ou casaria situada diretamente acima do compartimento alagado deve ser desconsiderada;

b)A extensão transversal da avaria deve ser considerada igual a B/5, (medida do costado para dentro, perpendicularmente ao plano vertical de simetria da embarcação, ao nível da linha d'água correspondente à borda livre de dragagem). Caso uma avaria de menor extensão resultar em uma condição mais severa, tal avaria deve ser assumida;

c)Deve-se assumir a extensão longitudinal da avaria como igual a $1/3(L^{2/3})$;

d)Quando dutos, redes ou túneis estiverem situados dentro da extensão da avaria determinada na alínea b), devem ser feitos arranjos de modo que um alagamento não possa se estender além dos limites assumidos para os cálculos das condições de avaria, e

e)Não poderão ser adotados valores para permeabilidade dos compartimentos menores do que especificados a seguir:

Compartimento	Permeabilidade mínima
Paióis	0,60
Praça de máquinas	0,85
Acomodações	0,95
Duplo fundo, tanques de óleo, tanques de lastro, espaços vazios, etc.	0 ou 0,95, o que resultar na condição mais desfavorável

ANEXO 2-M

TERMO DE COMPROMISSO

Nome e qualificação completos do requerente, domiciliado e residente no Estado _____, à rua/nº _____ _____, (Bairro), cep _____, VEM, nos termos do Decreto nº 2.256, de 17 de junho de 1997, prestar o compromisso formal de que o casco de nome _____, após a sua construção pelo estaleiro _____, será empregado sob a bandeira brasileira.

_____, ____ de _____ de _____.

_____

ANEXO 2-N

AVERBAÇÃO DE DADOS DA EMBARCAÇÃO NO REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO (REB)

EXMO. SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL MARÍTIMO

REQUERENTE				
Nome				
Endereço			Número	Apt/Sala / Cidade
UF	Identidade	Órgão Expedidor	N.º inscrição CPF/CNPJ	
N.º Registro do Armador		Obs:		

VEM REQUERER A V. EXA. A AVERBAÇÃO NO REB Nº _____, NO

☐ PRÉ-REGISTRO NO REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO DE EMBARCAÇÃO

☐ REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO DE EMBARCAÇÃO

DAS SEGUINTES INFORMAÇÕES, JUNTANDO PARA TAL FINALIDADE OS RESPECTIVOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS EM ANEXO: _____

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

_____, _____ DE _____DE _____.

_____
ASSINATURA DO REQUERENTE

DESPACHO DO PROTOCOLO DO TM

DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

☐ ANEXADA

☐ NÃO ANEXADA, RESTITUÍDA AO REQUERENTE

RIO, __/__/__.

ENCARREGADO DO SETOR DO PROTOCOLO

ANEXO 6-O

REQUISITOS MÍNIMOS PARA TRANSPORTE DE CONTAINERS EM PORÃO, NA BACIA DO SUDESTE, EM EMBARCAÇÕES DESPROVIDAS DE TAMPAS DE ESCOTILHA

1 -APLICAÇÃO

Aplicam-se os presentes requisitos às embarcações de transporte de containers, com AB igual ou inferior a 100, do Tipo C (desprovidas de tampas de escotilha), que sejam designadas para navegação na Área 2 e que sejam certificadas por Entidade Especializada ou classificadas por Sociedade Classificadora reconhecida. As embarcações com AB inferior a 100 não estão autorizadas a operar nas condições previstas neste anexo.

2 -REQUISITOS DE FIXAÇÃO DOS CONTAINERS, DE PREVENÇÃO DE ALAGAMENTO, E OUTROS.

1)Meios eficientes de fixação dos containers a bordo deverão ser previstos, seja por peiamento (através de búricas, pinos-guias, cabos e esticadores, ou sistemas equivalentes), seja através de confinamento por células-guia ("cell system").

2)Nenhuma condição de carregamento (em situação anterior à ocorrência de alagamento) que gere trim de proa será prevista no Folheto de Trim e Estabilidade. Este deverá conter uma observação indicando que é proibido operar a embarcação com trim de proa. Deverá ainda este documento conter uma condição de alagamento dos porões (no nível correspondente ao da entrada automática em funcionamento das bombas de esgoto), demonstrando cabalmente que o calado máximo atribuído à embarcação não é ultrapassado e de que a estabilidade é satisfatória (vide alíneas pertinentes do item 3).

3)Pocetos, sensores de nível e dispositivos de disparo das bombas de esgoto deverão ser sempre posicionados à ré do respectivo porão.

4)Alarmes de nível de alagamento dos porões deverão ser instalados, na praça de máquinas e no passadiço, constituindo-se de sinal acústico e visual, e com identificação do compartimento de carga que sofreu alagamento. Deverá ser simultaneamente acionada, de forma automática, a bomba dedicada de esgoto do respectivo porão. Os painéis de controle (na praça de máquinas e no passadiço), deverão possuir indicação luminosa de "bomba acionada". O sinal acústico de alarme poderá ser colocado em condição "mudo" através de botoeira, não sendo permitido, entretanto, desligamento do alarme visual.

5)O desligamento da bomba de esgoto poderá ser automático ou assistido. Na segunda hipótese devem existir meios de se detectar que a operação de esgoto está concluída (por exemplo, através da instalação de um manômetro na saída da bomba). Em qualquer uma das duas hipóteses, para se prevenir desligamento indevido, deverá haver condições de se certificar (através dos dispositivos de alarme já referidos), que a condição de alagamento desapareceu.

6)A cada porão deve corresponder uma bomba de esgoto. As redes de esgoto dos diversos porões devem ser independentes. Em situações de emergência, a bomba de um porão deverá ter condições de atender outro(s) porão(ões).

7)O fundo dos containers deverá estar acima do nível de água que determina o início de operação das bombas.

8)A capacidade individual da bomba (em m^3/h) não poderá ser menor que o resultado do produto da respectiva área da escotilha (em m^2) do porão que ela atende, multiplicada por 0,07.

9)O posicionamento do sensor de alarme deve ser tal que a operação de esgoto, a partir do memento em que o alarme é disparado, não demande mais que 3 horas (cessado o reembarque de água por chuva). Para efeito do cálculo de volume a ser esgotado, deverá ser considerado o menor trim dentre os resultantes das condições de carregamento analisadas, com o devido reflexo (no trim) do embarque de água que gerou o disparo do sensor.

10)A altura da lateral do tronco, ou da braçola, ou ainda do conjunto tronco/braçola em relação ao convés da borda-livre deverá ser de no mínimo (0,01L+1) metros (L é o Comprimento de Regra - segundo item 0603 da NORMAM 02, também em metros). Na região definida por esta altura mínima, nenhuma abertura no tronco, na braçola, ou no conjunto tronco/braçola, será permitida.

3 -INTERPRETAÇÃO E APLICABILIDADE DOS REQUISITOS GERAIS ESTIPULADOS NAS NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA EMBARCAÇÕES EMPREGADAS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR (NORMAM 02)

Pelas particularidades das embarcações de que tratam os presentes Requisitos, os itens da NORMAM 02 abaixo relacionados têm sua aplicação como segue:

a)0608 - Tronco (ou braçola, ou ainda o conjunto tronco/braçola) não poderá ser considerado como superestrutura fechada para efeito de redução de borda-livre;

b)0612(a) - A embarcação enquadrada no presente regulamento, embora sendo do tipo C, poderá ser designada para navegação na área 2, desde que cumpra integralmente os demais requisitos deste item 0612.

c)0619 - O calado máximo definido pelo cálculo da borda-livre não poderá ser ultrapassado na condição de carga máxima, com tanques de cunsumíveis cheios, e com os porões alagados até o nível definido abaixo.

d)0637 - Os critérios de estabilidade estabelecidos neste item deverão ser também satisfeitos para as condições de fundo do porão alagado, portanto apresentando efeito de superfície livre, até o nível em que ocorre o acionamento automático das bombas de esgoto (considerado o trim nas diferentes condições de carregamento - inclusive em viagem de retorno sem containers). As referidas condições de porão alagado deverão, ao lado das condições de carregamento previstas em projeto, compor o Folheto Trim e Estabilidade. Se constatado que o ângulo de alagamento propiciado pela aresta livre do tronco ou braçola do(s) porão (ões) destinado(s) aos containers não atende ao mínimo exigido (30º), pode-se aceitar um valor menor para esse ângulo (15º), desde que:

1.A altura metacêntrica inicial seja igual ou maior que 0,50 m.

2.O braço de endireitamento máximo seja maior ou igual a 0,20m.

4 -CERTIFICAÇÃO

O Certificado de Borda-Livre e o Certificado de Segurança da Navegação de embarcações enquadradas no presente regulamento deverão conter, ambos, a seguinte observação:

"A embarcação portadora deste Certificado é destinada a transporte de containers, podendo ser utilizada sem tampas de escotilha. Atende aos requisitos do Anexo 6-O da NORMAM-02".

ANEXO 2-O

DECLARAÇÃO DE CONSTRUÇÃO

Eu, ... *(nome completo)* ....., ... *(nacionalidade)*....., nascido em .... /.... / ....,Identidade Nº....., ... *(órgão expedidor)*....., expedida em ..... / ...../....., ... *(CPF ou CNPJ)* ....., residente à ..... *(endereço)* ....., ... *(bairro)* ....., ... (*CEP*) ....., ... *(Cidade)* ..... , *(UF)* ....., ... *(telefone)* ....., declaro que:

1 - Construí sob minha responsabilidade e com recursos próprios a embarcação .... *(com ou sem)* .... propulsão, denominada ..... *(nome da embarcação)* ....., do tipo ..... *(conforme item 0216(d) da NORMAM-02/DPC)* ....., a ser empregada na Navegação ..... *(conforme item 0216(a) da NORMAM-02/DPC)* ..... e na Atividade ..... *(conforme item 0216(b) da NORMAM-02/DPC)* ....., a ser inscrita na ..... *(CP/DL/AG)* ....., com as seguintes características:

a) Comprimento Total:
b) Boca Moldada:
c) Pontal Moldado:
d) Material do casco:

2 - A construção foi efetivada ..... (*local de construção*)....., tendo a obra iniciado em ..... / ..... / ....., e concluída em ..... / ..... / ....., sendo o responsável técnico pela obra o ..... (*título profissional e nome do responsável técnico pela obra*) ....., CREA Nº ....., conforme pode ser evidenciado na cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) apresentada em Anexo. O custo total da obra foi de R$ ....., sendo que o custo da mão-de-obra foi de R$ ..... e o custo dos materiais e equipamentos despendidos na construção da embarcação foi de R$ .....

3 - Estou ciente de que responderei administrativa, civil e/ou penalmente pelas informações inverídicas porventura constantes na presente declaração.

Assino esta Declaração, perante essa ..... (*CP/DL/AG*) ....., ... (*cidade, UF*) ....., em ..... de .....de .....,

Assinatura Declarante
(Firma Reconhecida por semelhança)

Assinatura do Representante da CP, DL ou AG
Nome
Posto/Grad. ou Função:

OBS.: 1) Dispensado o reconhecimento de firmas em cartório se as assinaturas forem apostas na presença do representante da CP, DL ou AG que atestar esse fato;
2) Se as firmas forem reconhecidas em cartório, o representante da CP, DL ou AG não assina o presente Termo; e
3) Só é válida com o carimbo da CP, DL ou AG na qual a embarcação foi inscrita.

- 2 - O -1 -

ANEXO 2 - P

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Sr. Capitão dos Portos/Delegado/Agente .....

Eu _____
CPF _____ nacionalidade _____ natuturalidade _____
Telefone (DDD e nº) _____ celular _____
e-mail _____
Na falta de documentos para comprovação de residência, em conformidade com o disposto na Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983, **DECLARO** para os devidos fins, sob as penas da Lei, ser residente e domiciliado no endereço _____
_____
Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante"
"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

(Cidade), _____/ _____/ _____

_____
Assinatura do Requerente

- 2- P -1 - NORMAM-02/DPC

ANEXO 2 - Q

COMUNICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

DADOS DA EMBARCAÇÃO

NOME:	INCRIÇÃO:
CP/DL/AG:	

PROPRIETÁRIO ANTERIOR

NOME COMPLETO:		
DOC. IDENTIDADE:	TIPO:	
ORGÃO EXPEDIDOR:	DATA EXPEDIÇÃO:	
CPF/CNPJ:		
ENDEREÇO:		Nº
COMPLEMENTO:	BAIRRO:	
CIDADE	UF	CEP

Declara que a embarcação acima qualificada foi transferida para:

NOVO PROPRIETÁRIO

NOME COMPLETO:		
DOC. IDENTIDADE:	TIPO:	
ORGÃO EXPEDIDOR:	DATA EXPEDIÇÃO:	
CPF/CNPJ:		
ENDEREÇO:		Nº
COMPLEMENTO:	BAIRRO:	
CIDADE	UF	CEP

_____(Local)_____,____de_____ de 20__

_____
ASSINATURA (proprietário anterior)

ANEXO 2 - R

DECLARAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÃO MIÚDA

Eu, ... (nome completo) ....., ... (nacionalidade)..., nascido em... /... / .....,Identidade Nº....., ... (órgão expedidor)..., expedida em ..... / ..... / ....., ... (CPF ou CNPJ) ....., residente à ..... (endereço) ....., ... (bairro) ....., ... (CEP) ....., ... (Cidade) ..... , (UF) ....., ... (telefone) ....., declaro que:

1 - Construí sob minha responsabilidade e com recursos próprios a embarcação .... (com ou sem) .... propulsão, denominada ..... (nome da embarcação) ....., do tipo ..... (conforme item 0216(d) da NORMAM-02/DPC) ....., a ser empregada na Navegação ..... (conforme item 0216(a)) ..... e na Atividade ..... (conforme item 0216(b)) ....., a ser inscrita na ..... (CP/DL/AG) ....., com as seguintes características:
a) Comprimento Total:
b) Boca Moldada:
c) Pontal Moldado:
d) Material do casco:
e) Cor predominante:

2 - Estou ciente de que, a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:
"Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante"
"Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

Local e data

_____
Assinatura Declarante
(Firma Reconhecida por semelhança)

OBS.: 1) Dispensado o reconhecimento de firmas em cartório se as assinaturas forem apostas na presença do representante da CP, DL ou AG que presenciar;
2) Se a firma for reconhecida em cartório, o representante da CP, DL ou AG não precisará assinar o presente Termo; e
3) Só é válida com o carimbo da CP, DL ou AG na qual a embarcação foi inscrita.

ANEXO 2 - S

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA

CAPITANIA DOS PORTOS/DELEGACIA/AGÊNCIA

AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE
PARA EMBARCAÇÃO COM TIE/TIEM NO MODELO ANTIGO

AUTORIZO A AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA A TRANSFERIR A PROPRIEDADE DA EMBARCAÇÃO ABAIXO IDENTIFICADA:

NOME:
Nº DE INSCRIÇÃO:

PROPRIETÁRIO:
CPF/CNPJ:

PARA

NOME DO COMPRADOR:
IDENTIDADE:
CPF/CNPJ:
ENDEREÇO:

VALOR:
LOCAL E DATA:

DE ACORDO.
ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO:

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO POR AUTENTICIDADE:

DE ACORDO.
ASSINATURA DO COMPRADOR:

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO COMPRADOR POR AUTENTICIDADE:

a) O vendedor se isenta de qualquer responsabilidade administrativa, civil ou criminal a partir da data da assinatura da transferência, cabendo ao comprador imediata transferência da propriedade.
b) Este recibo, devidamente preenchido e com o reconhecimento das firmas por autenticidade deverá ser apresentado dentro do prazo de 60 dias a partir da data da assinatura na CP/DL/AG juntamente com os demais documentos necessários à transferência de propriedade.

ANEXO 2 - T

COMUNICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

DADOS DA EMBARCAÇÃO		
NOME:	INCRIÇÃO:	CP/DL/AG:

PROPRIETÁRIO ANTERIOR

NOME COMPLETO:		
DOC. IDENTIDADE:	TIPO:	
ORGÃO EXPEDIDOR:	DATA EXPEDIÇÃO:	
CPF/CNPJ:		
ENDEREÇO:		Nº
COMPLEMENTO:	BAIRRO:	
CIDADE	UF	CEP
E-MAIL:		

Declara que a embarcação acima qualificada foi transferida para:

NOVO PROPRIETÁRIO

NOME COMPLETO:		
DOC. IDENTIDADE:	TIPO:	
ORGÃO EXPEDIDOR:	DATA EXPEDIÇÃO:	
CPF/CNPJ:		
ENDEREÇO:		Nº
COMPLEMENTO:	BAIRRO:	
CIDADE	UF	CEP
E-MAIL:		

_____(Local)_____,____de_____ de 20__

_____
ASSINATURA (proprietário anterior)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082500109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 3 - A

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

(Sociedade Classificadora/Entidade Certificadora/GVI)

☐ LICENÇA DE CONSTRUÇÃO	Nº ___LC _____ / ___
☐ LICENÇA DE ALTERAÇÃO	Nº ___LA _____ / ___
☐ LICENÇA DE RECLASSIFICAÇÃO	Nº ___LR _____ / ___
☐ LICENÇA DE CONSTRUÇÃO PARA EMBARCAÇÕES JÁ CONSTRUÍDAS - LCEC) (DATA DO TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO ----- / ----- / -------)	Nº ___ EC _____ / ___

NOME DA EMBARCAÇÃO:			
TIPO DA EMB. (acordo Cap. 2/NORMAM 2):		COMPRIMENTO TOTAL:	m
NÚMERO DE CASCO:		COMPRIMENTO ENTRE PERPENDICULARES	m
MATERIAL CASCO:		BOCA MOLDADA:	m
SOC. CLASSIFICADORA / CERTIFICADORA:		PONTAL MOLDADO:	m
Nº DE TRIPULANTES:		CALADO MÁXIMO:	m
Nº DE PASSAGEIROS:		PORTE BRUTO:	t

TIPO DE NAVEGAÇÃO	ÁREA DE NAVEGAÇÃO	ATIVIDADE / SERVIÇO	PROPULSÃO
MAR ABERTO	LONGO CURSO	PASSAGEIROS	COM PROPULSÃO
	CABOTAGEM	CARGA	
		REBOCADOR/ EMPURRADOR	
	APOIO MARÍTIMO	PESCA	SEM PROPULSÃO
		OUTRAS	
INTERIOR	ÁREA 1 ÁREA 2		
APOIO PORTUÁRIO	ÁREA 1 ÁREA 2		

PROPRIETÁRIO/ARMADOR
NOME: CPF/CNPJ:
ENDEREÇO: CEP:

ESTALEIRO/CONSTRUTOR
NOME: CPF/CNPJ:
ENDEREÇO: CEP:

OBSERVAÇÕES/EXIGÊNCIAS:

DATA _____/____/____

_____
ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

ANEXO 3 - B

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

(Sociedade Classificadora/Entidade Certificadora/OM da emissão)

LICENÇA PROVISÓRIA PARA INICIAR CONSTRUÇÃO / ALTERAÇÃO

NÚMERO DA LICENÇA: ___ LP _____/ _____ VÁLIDA ATÉ:

Concede-se autorização para início de construção da embarcação_____ (Nome) _____ da Embarcação de _____(tipo)_____, com número de casco _____, com as seguintes características:

a) Comprimento Total:

b) Boca Moldada:

c) Pontal Moldado:

d) Material do Casco:

ESTALEIRO/CONSTRUTOR

NOME: CPF/CNPJ:

ENDEREÇO: CEP:

Esta Licença tem por propósito atender exclusivamente ao disposto no artigo 0306 a) da NORMAM 02

LOCAL e DATA _____, ___/____/____.

_____
ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

ANEXO 3 - C

MARINHA DO BRASIL

(OM da emissão)

LICENÇA PROVISÓRIA PARA ENTRADA EM TRÁFEGO

NOME DA EMBARCAÇÃO:			
TIPO DA EMBARCAÇÃO (Acordo cap.1 da NORMAM 02):		COMPRIMENTO TOTAL:	m
NÚMERO DE CASCO:		COMPRIMENTO ENTRE PERPENDICULARES:	m
MATERIAL CASCO:		BOCA MOLDADA:	m
SOC. CLASSIFICADORA / ENTIDADE CERTIFICADORA:		PONTAL MOLDADO:	m
Nº DE TRIPULANTES:		CALADO MÁXIMO CARREGADO:	m
Nº DE PASSAGEIROS (por convés):		CALADO LEVE:	m
ÁREA DE NAVEGAÇÃO/TIPO DE SERVIÇO:		PORTE BRUTO:	t

CAPACIDADE DE CARGA (por convés):

PROPRIETÁRIO/ ARMADOR
NOME: CPF/CNPJ:
ENDEREÇO: CEP:

ESTALEIRO/CONSTRUTOR
NOME: CPF/CNPJ:
ENDEREÇO: CEP:

1 - Esta Licença tem por propósito atender exclusivamente ao disposto no artigo 0306 b) da NORMAM-02/DPC.

VÁLIDA ATÉ ____/____/____ (MÁXIMO 60 dias)

Data ____/____/____ _____
assinatura e carimbo do responsável

ANEXO 3 - D

DECLARAÇÃO DO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PARA OBTENÇÃO DA LICENÇA PROVISÓRIA PARA ENTRADA EM TRÁFEGO

DECLARAÇÃO

Declaro, para comprovação perante a.....(designação da OM de inscrição)..... que a embarcação.....(nome da embarcação)....., com as seguintes características:

a) Comprimento Total:
b) Comprimento entre Perpendiculares:
c) Boca Moldada:
d) Pontal Moldado:
e) Área de Navegação / Tipo de Serviço:
f) Tipo da embarcação (Acordo Cap. 02 da NORMAM-02/DPC):
g) Número de casco:
h) Material do casco:
i) Sociedade Classificadora / Entidade Certificadora:

atende às prescrições aplicáveis constantes na NORMAM-02/DPC relativas aos equipamentos salva-vidas homologados (coletivos e individuais), sistemas de detecção e combate a incêndio, sistemas de geração de energia (principal e de emergência), sistemas de governo (principal e de emergência), equipamentos de comunicação (necessários para a área onde se realizará a navegação), sistemas de fundeio, luzes de navegação homologadas e todos os equipamentos de navegação exigidos nas normas pertinentes para a área onde pretende navegar e a embarcação apresenta condições de segurança, estabilidade e estruturais satisfatórias, para operar nas condições abaixo especificadas:

a) capacidade de passageiros por convés:
b) número de tripulantes:
c) capacidade de carga por convés:
d) calado máximo carregado:
e) calado leve:
f) porte bruto:

Declaro, ainda, que a embarcação foi construída / alterada em conformidade com o Memorial Descritivo apenso a esta Declaração e encontra-se de acordo com as normas e regulamentos nacionais em vigor.

Local e Data: _____ ___/____/_____.

_____
Assinatura do Engenheiro Responsável
Nome e número do registro no CREA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082500110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 3 - E

MODELO DE CARIMBO

( ) LICENÇA DE CONSTRUÇÃO

( ) LICENÇA DE ALTERAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

( ) LICENÇA DE CONSTRUÇÃO PARA EMBARCAÇÃO JÁ CONSTRUÍDA

SINETE

(VER NOTAS)

DATA

□□ □□ □□□□

LICENÇA NÚMERO

□□□ □□□□□ □□

NOTAS: 1) O carimbo deve ser confeccionado com o sinete do órgão emissor da Licença;
2) Os três primeiros campos deverão indicar o órgão emissor do documento, os cinco campos seguintes devem ser preenchidos com o número do documento e os dois últimos campos devem ser preenchidos com o ano de emissão do documento.

3) Deverá ser utilizado o seguinte padrão de escalas máximas de redução no desenho:

Comprimento entre Perpendiculares (m)	Redução Máxima
Lpp < 30	1 : 25
30 ≤ Lpp ≤ 75	1 : 50
75 < Lpp < 200	1 : 100
Lpp ≥ 200	1 : 200

ANEXO 3 - G

MEMORIAL DESCRITIVO

1 - IDENTIFICAÇÃO DA EMBARCAÇÃO

1.1 - Armador
- Nome:
- Nacionalidade:
- Endereço:
- CEP:
- CPF ou CNPJ:

1.2 - Construtor
- Nome:
- Nacionalidade:
- Endereço:
- CEP:
- CPF ou CNPJ:

1.3 - Engenheiro naval responsável pelo projeto
- Nome:
- Nacionalidade:
- Número do CREA:

1.4 - Dados do Contrato de Construção
- Nome da Embarcação/Nº Casco:
- Data de Batimento de Quilha ou Ano de Construção:
- Área de Navegação:
- Sociedade Classificadora / Certificadora:
- Tipo da Embarcação:
- Porto de Registro:
- Porte Bruto:
- Arqueação Bruta:
- Arqueação Líquida:

2 - CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO CASCO
- Comprimento Total:..... m
- Comprimento entre Perpendiculares:..... m
- Boca Moldada:..... m
- Pontal Moldado:..... m
- Calado Moldado de Projeto:..... m
- Deslocamento Leve:..... t
- Deslocamento Carregado:..... t
- Contorno (apenas para embarcações com L menor que 24 m):..... m

3 - CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA

3.1 - Material (aço, madeira, fibra etc)
- Casco:
- Conveses:
- Anteparas:
- Superestruturas:
- Casarias:

ANEXO 3 - G

3.2 - Tipo de Estrutura do casco:
Longitudinal: Transversal: Mista:

4 - CARACTERÍSTICAS DE COMPARTIMENTAGEM
- Localização das Superestruturas (quantidade):
  a ré: 3/4 a ré: meio navio: 3/4 a vante: a vante:
- Localização da Praça de Máquinas:
  a ré: 3/4 a ré: meio navio: 3/4 a vante: a vante:
- Número de anteparas transversais estanques:
- Número de anteparas longitudinais estanques:
- Número de conveses abaixo do convés principal:
- Número de conveses contínuos acima do convés principal:
- Número de conveses de superestrutura:
- Número de casarias:
- Dimensões máximas das superestruturas e casarias:

Descrição	Comprimento Máximo (m)	Largura Máxima (m)	Altura Máxima (m)

5 - CARACTERÍSTICAS DE CUBAGEM
- Volume total: - Granel: m³
  - Fardos: m³
- Número de porões de carga:
- Número de tanques de carga:
- Número de compartimentos para carga frigorificada:
- Volume fardos de carga frigorificada: m³
- Capacidade de contentores: TEU FEU
- Capacidade de lastro: m³
- Capacidade de óleo combustível: m³
- Capacidade de óleo diesel: m³
- Capacidade de óleo lubrificante: m³
- Capacidade de água doce: m³

6 - TRIPULAÇÃO E PASSAGEIROS
- Tripulação:
- Passageiros:

Local	C. Principal	1º Convés	2º Convés	Outros (se houver)
- Sentados	_____	_____	_____	_____
- Em pé	_____	_____	_____	_____
- Camarotes	_____	_____	_____	_____
- Redes	_____	_____	_____	_____
- Subtotais	_____	_____	_____	_____

ANEXO 8-A

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA VISTORIA INICIAL E VISTORIA DE RENOVAÇÃO DE EMBARCAÇÕES EMPREGADAS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR

(Por ocasião da realização da vistoria, o Vistoriador deverá ter acesso ao Capítulo 4 da NORMAM 02 e seus Anexos)

A -INTRODUÇÃO:

Esta lista foi elaborada a partir de regulamentações estabelecidas nos diversos Capítulos da NORMAM 02.

No entanto, deve ser utilizada pelos interessados apenas como base para inspeções iniciais e de renovação, não pretendendo exaurir o universo de ítens a serem inspecionados. Os procedimentos de vistorias, além dos ítens mandatórios, já normalmente abordados, devem adicionalmente ser detalhados naqueles assuntos que forem apresentando claros indícios de desconformidades.

B -LISTA DE VERIFICAÇÃO:

I)VERIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE NAVEGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

1)Verificar a presença a bordo e validade (quando cabível) dos equipamentos de navegação e documentação de acordo com as tabelas constantes do Anexo 4-A .

2)Verificar a presença e funcionamento de requisitos adicionais determinados pelas CP ou DL (caso estabelecidos em portaria específica).

II)VERIFICAÇÃO DO SETOR EQUIPAMENTOS

Equipamentos de Salvatagem

3)Verificar se todas as embarcações de sobrevivência, boias salva-vidas e coletes salva-vidas possuem marcados:

a)O nº do certificado de homologação;
b)A classe do equipamento;
c)O fabricante do equipamento;
d)O modelo e o nº de série do equipamento;
e)A data de fabricação;
f)O tamanho (apenas para os coletes salva-vidas);
g)Nome da embarcação; e
h)Porto de inscrição (dispensado para o colete salva-vidas).

Obs:

(a)O vistoriador deverá consultar o Catálogo de Material Homologado emitido pela DPC e verificar se todos os equipamentos a bordo constam do catálogo, estão em bom estado e dentro da validade. Caso algum dos materiais não conste da lista, deverá ser solicitada uma cópia do Certificado de Homologação do equipamento; e

(b)O Catálogo de Material Homologado pode ser encontrado na página da DPC na internet/intranet, no diretório Segurança do Tráfego Aquaviário.

4)Verificar se a dotação de coletes salva-vidas está de acordo com as normas específicas sobre o assunto e se os mesmos estão em bom estado de conservação (para embarcações que possuam Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência).

5)Verificar se os coletes salva-vidas estão estivados de maneira a serem prontamente utilizados, por tamanho e em local visível, sinalizado e de fácil acesso.

6)Verificar se a dotação de boias salva-vidas está de acordo com as normas específicas sobre o assunto (para embarcações que possuam Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência).

7)Verificar se a boia salva-vidas está suspensa no suporte e pronta para ser lançada (nunca presa à embarcação) e se o chicote de sua retinida não está fixado a bordo.

8)Verificar se as retinidas das boias salva-vidas possuem 20 m de comprimento e se são feitas de material sintético e capazes de flutuar.

9)Verificar se a dotação das embarcações de sobrevivência está de acordo com as normas específicas sobre o assunto (para embarcações que possuam Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência).

10)Verificar se os aparelhos flutuantes estão estivados de modo a flutuar livremente em caso de naufrágio.

11)Verificar se as embarcações de sobrevivência infláveis possuem o certificado de revisão dentro do prazo de validade e se foram revisadas em estação de manutenção autorizada pela DPC (ver relação de estações na página da DPC na intranet/internet).

Artefatos Pirotécnicos

12)Verificar se as embarcações com AB maior que 100 possuem os artefatos pirotécnicos de acordo com as normas específicas sobre o assunto, aprovados e dentro do prazo de validade.

Obs:a)O vistoriador deverá consultar o Catálogo de Material Homologado e verificar se todos os artefatos pirotécnicos a bordo constam da lista. Caso algum deles não conste da lista deverá ser solicitada uma cópia do Certificado de Homologação do material emitido pela DPC.

b)Caso a dotação de artefatos pirotécnicos seja reduzida ou suprimida por portaria específica da CP ou DL, a nova dotação deverá ser atendida.

Primeiros Socorros

13)ITEM CANCELADO

Detecção, Proteção e Combate a Incêndio

14)Verificar se a quantidade, capacidade, localização e tipo dos extintores de incêndio estão de acordo com as normas específicas sobre o assunto (para embarcações que possuam o Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência).

15)Verificar se os extintores com peso bruto superior a 25 kg (quando carregados) possuem mangueiras ou esguichos adequados ou outros meios praticáveis para que possam atender o espaço a que se destinam.

16)Verificar se todos os extintores portáteis possuem o selo do INMETRO e estão dentro do prazo de validade.

17)Verificar se os botijões de gás estão posicionados em áreas externas, em local seguro e arejado, protegidos do sol e afastados de fontes que possam causar ignição.

18)Verificar o estado das mangueiras de distribuição do gás. Quando flexíveis, verificar, quando possível, se atendem as normas da ABNT.

19)Verificar se a quantidade, vazão, acionamento e tipo das bombas de incêndio (caso possuam) estão de acordo com o Memorial Descritivo aprovado.

20)Verificar se a(s) bomba(s) de incêndio podem manter, pelo menos, duas tomadas de incêndio distintas com um alcance de jato d'água, emanado das mangueiras, nunca inferior a 15 m.

21)Verificar se a quantidade e localização das tomadas e estações de incêndio estão de acordo com as normas específicas sobre o assunto (para embarcações que possuam o Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência).

22)Verificar se a quantidade e tipo de equipamentos das estações de incêndio na embarcação correspondem ao que consta nas normas específicas sobre o assunto (para embarcações que possuam o Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência).

23)Verificar se há, pelo menos, uma estação de incêndio no visual de uma pessoa que esteja junto a qualquer uma das tomadas de incêndio.

24)Certificar-se de que o material utilizado na rede de incêndio não é do tipo que pode ser prejudicado pelo calor (como plástico ou PVC) e que as tomadas de incêndio estejam dispostas de modo que as mangueiras possam ser facilmente conectadas a elas.

25)Verificar a presença de uma válvula ou dispositivo similar em cada tomada de incêndio que permita o fechamento desta tomada mesmo com as bombas em funcionamento.

26)Verificar se as redes e tomadas de incêndio estão pintadas de acordo com a norma ISO 14726: 2008 (EN)

27)Verificar se a quantidade e o comprimento das mangueiras de incêndio estão de acordo com as normas específicas sobre o assunto (para embarcações que possuam o Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência).

28)Certificar-se de que o diâmetro das mangueiras de incêndio não é inferior a 38 mm (1,5 pol.).

29)Verificar se há completa permutabilidade entre as uniões, mangueiras e esguichos (a menos que haja uma mangueira e um esguicho para cada tomada).

30)Certificar-se de que os esguichos possuem diâmetro igual ou superior a 12 mm.

31)Verificar se as tubulações junto ao casco, embornais, descargas sanitárias ou outras descargas situadas abaixo do convés principal e em locais onde a falha do material, em caso de incêndio, possa provocar risco de alagamento sejam feitas de aço fundido ou bronze (somente para embarcações com AB maior que 500).

32)Verificar se as janelas ou escotilhas indicadas no Plano de Segurança como via de escape possuem um vão livre mínimo não inferior a 600 x 800 mm. No caso de utilização de aberturas, escotilhas ou portas de visita horizontais, a abertura livre mínima não deverá ser inferior a 600mm x 600mm.

Sinais Sonoros e Luminosos

33)Verificar o funcionamento e se as alturas e cores das luzes de navegação estão de acordo com as normas específicas sobre o assunto (para embarcações que possuam o plano de arranjo de luzes aprovado, este deverá ser usado como referência) e se possuem Certificado de Homologação.

34)Verificar se a dotação de equipamentos sonoros (apito, sino, gongo ou equipamentos que produzam sons similares) está de acordo com as normas específicas sobre o assunto e se possuem Certificado de Homologação.

III)VERIFICAÇÃO DO SETOR CASCO ANTES DA SAÍDA DO LOCAL DE DOCAGEM (EM SECO)

Casco e Convés Principal

35)Verificar visualmente se o arranjo da embarcação está de acordo com o Plano de Arranjo Geral aprovado (exceto se a embarcação ainda não for obrigada a possuir o mesmo, conforme o disposto no item 0314). Devem ser verificados os compartimentos em relação ao seu posicionamento e destinação e, ainda, o posicionamento dos principais equipamentos da embarcação (para embarcações que possuam tal plano aprovado). Deverá ser dispensada especial atenção aos itens referentes a compartimentagem e habitabilidade anotados no perfil estrutural e arranjo geral.

36)Verificar se o comprimento total, boca moldada e pontal moldado do casco da embarcação estão de acordo com aqueles anotados no Memorial Descritivo aprovado (item 2 - características principais do casco).

37)Verificar se o material empregado na construção da embarcação está de acordo com aquele mencionado no Memorial Descritivo aprovado (item 3 - características da estrutura material).

38)Verificar se os posicionamentos dos tanques de consumíveis estão de acordo com aqueles anotados no Plano de Capacidades. Caso seja necessário, deverá ser requerida a abertura do fundo duplo ou levantamento do forro ou tabuado ou ainda a retirada de qualquer empecilho à verificação dos volumes.

39)Verificar se os equipamentos de carga da embarcação estão de acordo com o Memorial Descritivo aprovado (item 10 - equipamento de carga). No caso de equipamentos, constantes da alínea 10 do Memorial Descritivo, que se encontrem inoperantes, estes deverão ser discriminados no campo "observações" do CSN como "INOPERANTE", desde que não seja considerado essencial à segurança da embarcação.

40)Verificar visualmente se o casco e os conveses estão em condições satisfatórias, sem deterioração acentuada, não apresentando mossas, trincas ou furos por corrosão que possam afetar a segurança, a resistência estrutural e a estanqueidade da embarcação.

Para as embarcações de casco metálico, a partir da primeira Vistoria de Renovação, deverá ser apresentado relatório de medição de espessura, assinado por profissional qualificado e certificado, com reconhecimento no Sistema Nacional de Qualificação e Certificação de Pessoal em Ensaios Não Destrutivos (SNQC/END), acompanhado de documento que comprove a validade da citada habilitação na data de execução do serviço. A medição deverá ser realizada, pelo menos, nos chapeamentos do casco e do convés principal e anteparas, abrangendo um mínimo de cinco pontos de medição para cada chapa, devendo esta ser acompanhada por vistoriador da Sociedade Classificadora, Entidade Certificadora da embarcação ou vistoriador naval do GVI da CP, DL ou AG. Deverá ainda ser apresentada declaração de um engenheiro naval ou tecnólogo naval, acompanhado da respectiva ART, fazendo referência ao relatório acima citado, atestando que a embarcação possui resistência estrutural satisfatória.

Verificar visualmente, externa e internamente, o estado das descargas, caixas de mar e toda e qualquer abertura no casco da embarcação abaixo de seu convés principal e, caso julgue necessário, solicitar teste das válvulas correspondentes.

Para as embarcações de casco de madeira, a partir da primeira Vistoria de Renovação, verificar o calafeto.

41)Verificar se a embarcação possui as seguintes marcações:

Nome da embarcação na popa, juntamente com o porto de inscrição e na proa o nome da embarcação, nos dois bordos. As embarcações com plano de linha d'água retangular, do tipo balsas ou chatas, receberão marcações do nome e porto de inscrição nos bordos próximos à popa. As letras e números deverão ter, no mínimo, 10 cm de altura; e

Escala de calado, nos dois bordos do casco, à vante, à meia nau e à ré.

42)Verificar se os acessos aos locais abaixo relacionados estão livres (para embarcações com AB maior que 50):

a)Portas de acesso (e seu fechamento efetivo) para tripulação e passageiros;

b)Equipamentos de salvatagem e combate a incêndio:

c)Embornais, saídas d'água das tomadas de incêndio, tubos de sondagem, suspiros e bocas de ventiladores:

d)Elementos de amarração e fundeio e o acesso às máquinas colocadas no convés para efetuar manobras de atracação, fundeio e reboque; e

e)Porões de carga.

43)Verificar as balaustradas do costado, da superestrutura e das passarelas (caso a embarcação as possua) quanto à conservação, posicionamento e se a altura é de pelo menos 1,0 m (para embarcações com AB maior que 20).

44)Verificar se a linha de carga no convés da embarcação está marcada deforma indelével, com largura mínima de 5 cm, com sua cor contrastando com a do convés (para embarcações com AB maior que 50 que transportam carga no convés e para embarcações com AB maior que 20 que transportam carga e passageiros).

IV)VERIFICAÇÃO DO SETOR MÁQUINAS

A)ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE MÁQUINAS

45)Verificar a existência do lastro fixo, sua composição, posicionamento e meios de fixação, de acordo com os dados disponíveis no estudo de estabilidade ou no Plano de Arranjo Geral ou de Capacidade.

46)Verificar a limpeza dos espaços de máquinas e equipamentos.

47)Verificar se polias, correias e demais partes móveis utilizadas para acionamento de máquinas e/ou mecanismos estão dotadas de dispositivos adequados de proteção.

48)Verificar a presença de objetos não necessários ao funcionamento dos equipamentos, estivados de forma irregular sobre ou próximo aos equipamentos, que possam causar acidentes;

49)Verificar vazamentos de gases de descarga proveniente de queima de combustão;

50)Verificar se as superfícies quentes estão providas de proteções térmicas;

51)Verificar se os estrados dos espaços de máquinas estão limpos e em bom estado de conservação;

52)Verificar se as redes de descarga e aspiração da praça de máquinas, conectadas ao fundo, são confeccionadas de material metálico e se nos locais que ultrapassam as anteparas e ou costado possuem flanges que garantem a estanqueidade;

53)Verificar se as saídas dos suspiros dos tanques de armazenamento de óleo combustível estão voltadas para áreas ventiladas e afastados de fontes de ignição;

54)Verificar a existência da válvula instalada na parte inferior do indicador de nível;

55)Verificar existência e o funcionamento de iluminação apropriada, protegida por luminárias;

56)Verificar o sistema de ventilação dos espaços de máquinas (inclusive quanto à permanência do aquaviário encarregado do quarto de serviço);

57)Verificar os "flaps" dos alboios (tampas das gaiutas);

58)Verificar as tubulações advindas dos tanques de óleos combustível e lubrificante;

Verificar as bandejas coletoras das bombas utilizadas para transferência de óleo combustível e lubrificante;

59)Verificar os eletrodutos ou chicotes da fiação elétrica dos motores principais, auxiliares e equipamentos acessórios;

60)Verificar as proteções térmicas e acústicas do(s) motor (es) de embarcações de transporte de passageiros;

61)Verificar a existência da válvula ou dispositivo de fechamento capaz de interromper o fluxo da rede, na saída de cada tanque.

B)MONITORAMENTO NO PASSADIÇO DOS SISTEMAS DE PROPULSÃO, AUXILIARES E DE OPERAÇÃO DA EMBARCAÇÃO:

62)Verificar as placas identificadoras do sistema de monitoramento e ou controle instalado no passadiço;

63)Verificar o indicador do sentido de impulsão do(s) propulsor (es) lateral(ais) no passadiço (para embarcações dotadas de "bow thrusters" ou "stern thrusters");

64)Verificar a indicação de funcionamento da máquina motriz do(s) "thruster(s)" no passadiço (para embarcações dotadas de "bow thrusters" ou "stern thruster");

65)Verificar o funcionamento, do alarme visual e sonoro de nível alto de alagamento nas embarcações com AB maior que 20;

C)REQUISITOS PARA MOTORES PROPULSORES DE COMBUSTÃO INTERNA (MCP)

66)Verificar os indicadores de RPM, temperatura da água de arrefecimento, pressão de óleo lubrificante e temperatura de óleo lubrificante (para motores com potência igual ou superior a 800 HP);

67)Verificar a(s) proteção(ões) dos tuchos;

68)Verificar se as baterias estão corretamente afixadas, de forma a impedir seu movimento devido ao jogo da embarcação;

69)Verificar se a bancada das baterias está devidamente isolada;

70)Verificar a manutenção dos bornes das baterias (estado de conservação e limpeza);

D)REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA "FERRY-BOATS" OU EMBARCAÇÕES SIMILARES QUE EFETUAM TRAVESSIAS DE PASSAGEIROS E/ OU CARROS

71)Verificar o sistema/mecanismo para impedir o transbordo acidental dos veículos;

72)Verificar o isolamento da área do convés principal, adjacente ao local de conexão de embarcações não propulsadas com embarcações propulsadas (ex.: rebocador)

73)Verificar o travamento do sistema hidráulico para içar e arriar rampas, destinadas ao embarque/desembarque de veículos e ou passageiros;

74)Verificar as válvulas de retenção dos mangotes "one way" de alta pressão de fluido hidráulico;

75)Verificar os pinos de travamento das rampas e a manutenção dos sistemas hidráulicos ou manuais de acionamento das rampas de embarque/desembarque;

76)Verificar o mecanismo de travamento dos volantes de movimentação das rampas, quando for o caso;

E)REQUISITOS PARA EMBARCAÇÕES DO TIPO DRAGA

77)Verificar a proteção do mecanismo de acionamento da abertura do fundo do compartimento de carga (tipo funil ou não), em embarcações que possuam abertura pelo fundo;

78)Verificar a proteção do sistema de embreagem da conexão entre a bomba de aspiração/descarga de produto dragado e a máquina motriz de acionamento;

79)Verificar o tipo de material utilizado nas tubulações dos sistemas de embreagem que utilizam compressor de ar para seu acionamento;

80)Verificar o dispositivo de aceleração, desaceleração e parada em emergência da máquina motriz, acoplada à bomba de aspiração e/ou material dragado, em dragas cuja operação seja efetuada do passadiço;

81)Verificar o sistema de travamento da tubulação de aspiração do fundo, em dragas cuja movimentação desta tubulação seja feita por intermédio de guinchos, turcos ou aparelhos de laborar;

V)VERIFICAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

82)Verificar se os equipamentos instalados na embarcação estão de acordo com o Memorial Descritivo aprovado (item 9 - geração de energia).

83)Verificar o funcionamento do(s) sistema(s) de geração de energia (quando aplicável);

84)Verificar o funcionamento do gerador de emergência (quando aplicável).

85)Verificar o estado da instalação elétrica quanto à existência de fios soltos, desencapados ou qualquer outra condição que possa vir a provocar curto-circuito ou choque elétrico.

86)Verificar se as baterias:

a)Estão instaladas em locais não habitados, arejados e abrigados;

b)Estão devidamente fixadas e com seus bornes de ligação limpos e protegidos por material isolante;

c)Quando fixadas no piso de conveses situados abaixo do convés principal estão a uma altura mínima de 40 cm do piso;

87)Verificar se a fonte de energia principal tem capacidade suficiente para suprir a carga necessária para manter a embarcação em plenas condições de operação e habitabilidade.

88)Quanto aos quadros elétricos, verificar se:

a)Estão dispostos de maneira que ofereçam fácil acesso ao pessoal, aparelhos e equipamentos, caso seja necessário o manuseio por profissional habilitado;

b)Estão com os lados, a parte de trás e da frente devidamente protegidas;

c)Estão dotados de tapetes ou estrados não condutores no piso na parte da frente e atrás;

d)O quadro elétrico de emergência está localizado o mais perto possível da fonte de energia elétrica de emergência (quando aplicável);

e)O quadro elétrico de emergência está localizado no mesmo compartimento da fonte de energia de emergência, caso esta seja um gerador, a menos que isto seja prejudicial à operação do referido quadro (quando aplicável);

f)Caso a fonte de energia de emergência seja constituída por bateria de acumuladores, se estas não estão instaladas no mesmo compartimento do quadro elétrico de emergência (quando aplicável);

g)Estão bem fixados, em locais abrigados e que não contenham materiais inflamáveis;

h)Não estão localizados a vante da antepara de colisão de vante; e

i)Estão sendo mantidos em perfeitas condições de limpeza e manutenção;

89)Verificar se estão sendo utilizados sistemas com retorno pelo casco nas embarcações que transportem produtos com ponto de fulgor inferior a 60^0 C ou nas embarcações de casco de alumínio.

90)Os circuitos de distribuição, geradores e alimentadores estão, individualmente, protegidos por disjuntores ou fusíveis contra sobrecarga e curto-circuito.

91)Verificar se os transformadores estão protegidos com disjuntores no primário

92)Quanto às luzes de navegação, verificar se:

a)O quadro das luzes de navegação está alimentado por uma linha independente derivada do quadro principal e de emergência;

b)Os circuitos das luzes de navegação estão, individualmente, protegidos por fusíveis ou disjuntores, preferencialmente instalados no painel de controle das luzes de navegação.

93)Quanto aos fios, cabos, tomadas de corrente e acessórios, verificar se:

a)Os fios estão protegidos por meio de eletrodutos rígidos ou flexíveis;

b)Os cabos estão fixados a leitos ou suportes;

c)Os eletrodutos estão instalados com suficiente caimento e furos para dar drenagem e evitar o acúmulo d'água;

d)Os cabos e a fiação estão instalados e fixados de modo a evitar desgastes por atrito ou outra avaria;

e)As extremidades e junções de todos os condutores foram feitas de modo que sejam conservadas as propriedades originais elétricas e mecânicas;

f)Os cabos e fiação utilizados nos circuitos elétricos de fornecimento essencial ou de emergência de força, iluminação, comunicações interiores ou sinalização, não passam por áreas em que haja risco de incêndio;

g)Os cabos que conectam as bombas de incêndio ao quadro elétrico de emergência são do tipo resistente ao fogo (quando passarem próximos de áreas em que haja elevado risco de incêndio);

h)Nos compartimentos e locais onde haja depósito de materiais inflamáveis, os interruptores, tomadas de correntes, luminárias e demais equipamentos elétricos são à prova de explosão;

i)As tomadas e plugs estejam em bom estado de conservação e protegidos de modo a impedir curtos circuitos e choques elétricos;

j)Não estão sendo utilizadas extensões elétricas;

l)Os acessórios de iluminação estão instalados de maneira tal que sejam evitados aumentos de temperatura que possam danificar cabos e fiação e impeçam que o material situado nos arredores se torne excessivamente quente;

m)Os circuitos de luz e força, terminando num espaço que contenha tanques de combustível ou material inflamável, estão dotados de chave colocada por fora do referido espaço, tendo em vista desconectar tais circuitos;

n)A instalação elétrica está dividida em vários circuitos de modo a favorecer maior equilíbrio de cargas entre fases;

o)Os fios e cabos elétricos estão de acordo com o especificado no projeto, e

p)A seção do condutor neutro é a mesma da seção dos condutores fase.

VI)VERIFICAÇÃO DO SETOR RÁDIO

94)Verificar se a dotação de equipamentos de radiocomunicação da embarcação está de acordo com as normas específicas sobre o assunto (deverá ser usado como referência o item 17 do Memorial Descritivo da embarcação, de acordo com modelo do Anexo 3-G).

95)Verificar o funcionamento dos equipamentos de radiocomunicação e se podem operar na frequência de 156,8 MHz (canal 16).

96)Verificar se os aparelhos de radiocomunicação são de um tipo aprovado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

97)Verificar se a embarcação possui a licença de estação do navio em vigor, emitida pela ANATEL.

ANEXO 8-B

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA VISTORIA ANUAL E VISTORIA INTERMEDIÁRIA PARA EMBARCAÇÕES EMPREGADAS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR

(Por ocasião da realização da vistoria o inspetor deverá consultar o Capítulo 4 da NORMAM-02/DPC e seus Anexos)

A -INTRODUÇÃO:

Esta lista foi elaborada a partir de regulamentos estabelecidos nos diversos capítulos da NORMAM 02.

Deve ser utilizada pelos vistoriadores apenas como base para a execução de Vistoria Anual e de Vistoria Intermediária, não pretendendo exaurir o universo de itens a serem vistoriados.

Na execução das vistorias devem adicionalmente ser detalhados os itens que apresentarem claros indícios de desconformidades.

Na execução da Vistoria Intermediária, além da verificação dos itens dispostos neste Anexo, aplicáveis ao tipo de embarcação, deverá também ser realizada medição de espessura do chapeamento atendendo ao contido no Capítulo 8, item 0803, alínea b), inciso 2) destas normas.

B -LISTA DE VISTORIA:

I)VERIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE NAVEGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

1)Verificar a presença a bordo e validade (quando cabível) dos equipamentos de navegação e documentação de acordo com as tabelas constantes do Anexo 4-A destas normas.

2)Verificar a presença e funcionamento de requisitos adicionais determinados pelo Capitão dos Portos ou Delegado (constantes da NPCP/NPCF, ou estabelecidos em portaria específica).

II)VERIFICAÇÃO DO SETOR EQUIPAMENTOS

3)Verificar se todas as embarcações de sobrevivência, boias salva-vidas e coletes salva-vidas possuem marcados:

a)O nº do certificado de homologação;

b)A classe do equipamento;

c)O fabricante do equipamento;

d)O modelo e o nº de série do equipamento;

e)A data de fabricação;

f)O tamanho (apenas para os coletes salva-vidas);

g)Nome da embarcação; e

h)Porto de inscrição (dispensado para o colete salva-vidas).

Observação: O vistoriador deverá consultar o Catálogo de Material Homologado pela DPC e verificar se todos os equipamentos a bordo constam do catálogo, estão em bom estado e dentro da validade. Caso algum dos materiais não conste da lista, deverá ser solicitada uma cópia do Certificado de Homologação do material.

4)Verificar se a dotação de coletes salva-vidas está de acordo com o estabelecido no Capítulo 4 desta norma e se estão em bom estado de conservação. Para embarcações que possuam Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência.

5)Verificar se os coletes salva-vidas estão estivados de maneira a serem prontamente utilizados, em local visível, bem sinalizado, de fácil acesso e em bom estado de conservação.

6)Verificar se a dotação de boias salva-vidas está de acordo com o estabelecido no Capítulo 4 desta norma. Para embarcações que possuam Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência.

7)Verificar se a boia salva-vidas está suspensa no suporte e nunca presa à embarcação e se a extremidade de sua retinida não está fixada a bordo.

8)Verificar se as retinidas das boias salva-vidas possuem pelo menos 20 m de comprimento e se são feitas de material sintético e capazes de flutuar.

9)Verificar se a dotação das embarcações de sobrevivência está de acordo com as normas específicas sobre o assunto (para embarcações que possuam Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência).

10)Verificar se os aparelhos flutuantes estão estivados de modo a flutuarem livremente, em caso de naufrágio.

11)Verificar se as embarcações de sobrevivência infláveis possuem o certificado de revisão dentro do prazo de validade.

Artefatos Pirotécnicos

12)Verificar se as embarcações com arqueação bruta maior que 100 possuem os artefatos pirotécnicos de acordo com as normas específicas sobre o assunto, aprovados e dentro do prazo de validade.

Observações:

a)O vistoriador deverá consultar o Catálogo de Material Homologado e verificar se todos os artefatos pirotécnicos a bordo constam do catálogo. Caso algum deles não conste do catálogo, deverá ser solicitada uma cópia do Certificado de Homologação do material emitido pela DPC.

b)Caso se trate de material importado, o vistoriador deverá exigir o respectivo Certificado de Homologação de acordo com a SOLAS e consultar a DPC.

c)Caso a dotação de artefatos pirotécnicos seja alterada ou suprimida por portaria específica do Capitão dos Portos ou Delegado, a nova dotação deverá ser atendida.

Detecção, Proteção e Combate a Incêndio

13)Verificar se a quantidade, capacidade, localização e tipo dos extintores de incêndio estão de acordo com as normas específicas sobre o assunto (para embarcações que possuam o Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência).

14)Verificar se os extintores com peso bruto superior a 25 kg (quando carregados) possuem mangueiras ou esguichos adequados ou outros meios praticáveis para que possam atender o espaço a que se destinam.

15)Verificar se todos os extintores portáteis estão lacrados, dentro da validade e possuem o selo do INMETRO.

16)Verificar se os botijões de gás estão posicionados em áreas externas, em local seguro e arejado, protegidos do sol e afastados de fontes que possam causar ignição.

17)Verificar o estado das mangueiras de distribuição do gás. Quando flexíveis, verificar se atendem às normas da ABNT.

18)Verificar se a quantidade, vazão, acionamento e tipo das bombas de incêndio e de esgoto (caso possuam) estão de acordo com o memorial descritivo aprovado.

19)Verificar se a quantidade e localização das tomadas e estações de incêndio estão de acordo com as normas específicas sobre o assunto (para embarcações que possuam o Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência).

20)Verificar se a quantidade e tipo de equipamentos das estações de incêndio na embarcação correspondem ao que consta nas normas específicas sobre o assunto (para embarcações que possuam o Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência).

21)Testar a válvula ou dispositivo similar em cada tomada de incêndio, que permita o fechamento desta tomada mesmo com as bombas em funcionamento.

22)Verificar se as redes e tomadas de incêndio estão pintadas de acordo com a norma ISO 14726:2008 (EN).

23)Verificar se a quantidade e comprimento das mangueiras de incêndio estão de acordo com as normas específicas sobre o assunto (para embarcações que possuam o Plano de Segurança aprovado, este deverá ser usado como referência).

Sinais Sonoros e Luminosos

24)Verificar o funcionamento e se as alturas e cores das luzes de navegação estão de acordo com as normas específicas sobre o assunto (para embarcações que possuam o Plano de Arranjo de Luzes aprovado, este deverá ser usado como referência), e se possuem Certificado de Homologação.

25)Verificar se a dotação de equipamentos sonoros (apito, sino, gongo ou equipamentos que produzam sons similares) está de acordo com as normas específicas sobre o assunto.

III)VERIFICAÇÃO DO SETOR CASCO

Casco e Convés Principal

26)Verificar visualmente se o casco e os conveses estão em condições satisfatórias, sem deterioração acentuada, apresentando mossas, trincas ou furos por corrosão que possam afetar a segurança, a resistência estrutural e a estanqueidade da embarcação.

27)Verificar se a embarcação possui as seguintes marcações em boas condições:

a)Nome da embarcação na popa, juntamente com o porto de inscrição e na proa o nome da embarcação nos dois bordos (as letras deverão ter, no mínimo, 10 cm de altura); e

b)Escala de calado, nos dois bordos do casco, à vante, à meia-nau e à ré.

28)Verificar as balaustradas do costado, da superestrutura e das passarelas (caso a embarcação as possua) quanto à conservação.

29)Verificar se as linhas que delimitam as áreas de carga no convés da embarcação estão marcadas de forma indelével, com largura mínima de 5 cm, com sua cor contrastando com a do convés (para embarcações com AB maior que 50 que transportam carga no convés e para embarcações com AB maior que 20 que transportam carga e passageiros e carga).

IV)VERIFICAÇÃO DO SETOR MÁQUINAS

30)Testar o funcionamento da válvula ou dispositivo de fechamento capaz de interromper o fluxo da rede, na saída de cada tanque.

31)Verificar os estrados, espaços e equipamentos de máquinas quanto à limpeza, organização e estado de conservação.

32)Verificar a proteção das partes móveis.
33)Verificar a proteção das superfícies quentes.
34)Verificar a iluminação e a ventilação dos espaços de máquinas.
35Verificar o funcionamento das bombas de esgoto (quando aplicável).
36)Verificar se há vazamento nas redes de descarga de gases dos motores.
V)VERIFICAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO
37)Verificar o funcionamento do(s) sistema(s) de geração de energia (quando aplicável).
38)Verificar o funcionamento do gerador de emergência (quando aplicável).
39)Verificar o estado da instalação elétrica quanto à existência de fios soltos, desencapados ou qualquer outra condição que possa vir a provocar um curto-circuito.
40)Verificar se as baterias:
a)Estão instaladas em locais não habitados, arejados e abrigados;
b)Estão devidamente fixadas e com seus bornes de ligação sem oxidação e protegidos por material isolante; e
c)Quando fixadas no piso de conveses situados abaixo do convés principal, se estão a uma altura mínima de 40 cm do piso;
40) Quanto aos quadros elétricos, verificar se:
a)Estão com os lados, a parte de trás e da frente devidamente protegidas; e
b)Estão dotados de tapetes ou estrados não condutores nas partes da frente e detrás;
41)Quanto aos fios, cabos, tomadas e acessórios, verificar se:
a)Os fios estão protegidos por eletrodutos rígidos ou flexíveis;
b)Os cabos estão fixados a leitos ou suportes por meio de cintas ou abraçadeiras;
c)Os eletrodutos estão instalados com suficiente caimento e possuem abertura para possibilitar drenagem e evitar o acúmulo d'água;
d)Os cabos e a fiação estão instalados e fixados de modo a evitar desgastes por atrito ou outra avaria;
e)As extremidades e junções de todos os cabos condutores foram feitas de modo que sejam conservadas as propriedades originais elétricas e mecânicas;
f)Os cabos e fiação utilizados nos circuitos elétricos de fornecimento essencial ou de emergência de força, iluminação, comunicações interiores ou sinalização, não passam por áreas em que haja risco de incêndio;
g)Nos compartimentos e locais onde exista depósito de materiais inflamáveis, os interruptores, tomadas de correntes, luminárias e demais equipamentos elétricos são à prova de explosão;
h)As tomadas e conectores estejam em bom estado de conservação e protegidos de modo a impedir curtos circuitos e choques elétricos;
i)Não estão sendo utilizadas extensões elétricas; e
j)Os circuitos de luz e força, terminando num espaço que contenha tanques de combustível ou material inflamável, estão dotados de chave instalada fora do referido espaço, para desconectar tais circuitos.
VI)VERIFICAÇÃO DO SETOR RÁDIO
42)Verificar o funcionamento dos equipamentos de radiocomunicação e se podem operar na freqüência de 156,8 MHz (canal 16).
43)Verificar se a embarcação possui a licença de estação do navio em vigor, emitida pela ANATEL.

- Lotação: (Tripulação + Passageiros):

7 - REGULAMENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS A QUE A EMBARCAÇÃO DEVE ATENDER

Discriminar os regulamentos aplicáveis

_____
_____

8 - CARACTERÍSTICAS DE PROPULSÃO

8.1 - Tipo de propulsão
- Motor a combustão: Turbina: Motor Elétrico: _____:
- Quantidade: Potência máxima contínua:
- Rotação correspondente:

8.2 - Caixa redutora
- Quantidade:
- Razão de redução:

8.3 - Propulsor
- Quantidade:
- Tipo:

8.4 - Características de serviço da embarcação
- Velocidade de serviço:
- Raio de ação:

- Tração estática (*bollard pull*):

9 - GERAÇÃO DE ENERGIA

9.1 - Acionamento do equipamento principal
- Motor a combustão: Turbina: _____:
- Quantidade:
- Potência máxima contínua:
- Rotação:

9.2 - Geradores
- Quantidade:
- Tipo/Corrente:
- Potência:

9.3 - Acionamento do equipamento de emergência
- Motor a combustão: Turbina: _____:
- Quantidade:
- Potência máxima contínua:

9.4 - Geradores de emergência
- Quantidade:
- Tipo/Corrente:
- Potência:

9.5 - Baterias
- Quantidade:
- Tipo:
- Capacidade:

9.6 - Caldeiras principais
- Quantidade:

- Tipo:
- Pressão do vapor:
- Capacidade:

9.7 - Caldeiras auxiliares
- Quantidade:
- Tipo:
- Pressão do vapor:
- Capacidade:

9.8 - Caldeiras de recuperação dos gases de descarga
- Quantidade:
- Tipo:
- Pressão do vapor:

- Capacidade:

10 - EQUIPAMENTOS DE CARGA

10.1 - Paus de Carga/Mastros
- Quantidade: Nº de lanças:
- Capacidade: Tipo:

10.2 - Guindastes
- Quantidade:
- Tipo:
- Capacidade:
- Alcance:

10.3 - Bombas de carga
- Quantidade:
- Tipo:
- Capacidade:
- Acionamento:

10.4 - Escotilhas de carga

a) Escotilhas

Quantidade	Largura x Comprimento (dimensões nominais)
_____	_____x_____
_____	_____x_____
_____	_____x_____

b) Tampas de escotilhas (tipo de acionamento)

Tipo	Quantidade
Elétrico	_____
Por cabos	_____
Eletro-hidráulico	_____

11 - EQUIPAMENTOS DE GOVERNO

11.1 - Máquina do leme
- Quantidade:
- Tipo de acionamento:
- Torque:

11.2 - Leme
- Quantidade:
- Tipo:
- Área aproximada:

11.3 - Sistema de emergência do leme
- Quantidade:
- Tipo:

11.4 - Impulsor lateral (thruster)
- Quantidade/Potência:
- Localização:

12 - EQUIPAMENTOS DE AMARRAÇÃO E FUNDEIO

Tipo	Quantidade	Acionamento	Capacidade
- Molinetes:	_____	_____	_____
- Cabrestantes:	_____	_____	_____
- Guinchos atracação :	_____	_____	_____
- Âncoras:	pesos:		
- AV	_____		
- AR	_____		

13 - EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM

13.1 – Embarcações de Sobrevivência

	Baleeiras	Balsas Salva-vidas	Aparelhos Flutuantes
Quantidade			
Tipo			
Classe			
Capacidade	X	X	
Material			
Propulsão		X	X

13.2 - Boias salva-vidas

Tipo	Classe	Quantidade
- Simples	_____	_____
- Com retinida	_____	_____
- Com dispositivo de iluminação de auto-ativação	_____	_____
- Com dispositivo de iluminação de auto-ativação e sinal fumígeno de auto-ativação	_____	_____

13.3 - Coletes

TAMANHO	CLASSE	QUANTIDADE
- Grande:	_____	_____
- Médio:	_____	_____
- Pequeno (criança)	_____	_____

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021082500114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

14 - EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO

14.1 - Sistemas de prevenção e combate

	Porões	Praça Máq.	Outros	_____
- CO_2	_____	_____	_____	_____
- Espuma	_____	_____	_____	_____
- Sistema detecção	_____	_____	_____	_____
- Gás inerte	_____	_____	_____	_____
- _____	_____	_____	_____	_____

14.2 - Extintores

	Quantidade	Capacidade	Localização
- CO_2	_____	_____	_____
- Espuma	_____	_____	_____
- Pó químico	_____	_____	_____
- Água pressão	_____	_____	_____
- _____	_____	_____	_____

14.3 - Bombas

	Quantidade	Acionamento	Capacidade
- De incêndio	_____	_____	_____
- De emergência	_____	_____	_____
- De serviços gerais	_____	_____	_____

15 - EQUIPAMENTOS DE ESGOTO, LASTRO E ANTIPOLUIÇÃO

15.1 - Equipamentos de esgoto
- Quantidade:
- Tipo:
- Capacidade: _____:

15.2 - Equipamentos de lastro
- Quantidade:
- Tipo:
- Capacidade: _____:

15.3 - Separadores de água e óleo
- Quantidade:
- Tipo: (com/sem) monitor
- Capacidade:_____:

15.4 - Unidade de tratamento de esgoto sanitário
- Quantidade:
- Tipo:
- Capacidade: _____:

16 - EQUIPAMENTOS DE NAVEGAÇÃO
- Radar :
- Agulha magnética:
- Agulha giroscópica:
- Piloto automático:
- Odômetro de fundo:
- Odômetro de superfície:
- Ecobatímetro:
- Indicador de ângulo do leme:
- AIS

- GPS

17 - EQUIPAMENTOS DE RÁDIOCOMUNICAÇÃOES

17.1 - Equipamento principal
- Tipo de transmissão:
- Potência de saída:

17.2 - Equipamento de emergência ( ) Não possui
- Tipo de transmissão:
- Potência de saída:

18 - OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

Discriminar itens especiais que ajudam uma melhor identificação da embarcação.

19 - LOCAL, DATA E ASSINATURA

Local e data _____, _____ de _____ de ____.

_____

Assinatura do Engenheiro Responsável Nome e número do registro no CREA

MODELO DE DECLARAÇÃO DO ENGENHEIRO RESPONSÁVEL

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a embarcação....., (*nome da embarcação*)
com as seguintes características:

a) Comprimento Total: m
b) Comprimento entre Perpendiculares: m
c) Boca Moldada: m
d) Pontal Moldado: m
e) Área de Navegação / Tipo de Serviço:

atende as prescrições aplicáveis constantes na NORMAM 02 e apresenta condições de segurança, estabilidade e estruturais satisfatórias, para operar nas condições abaixo especificadas:

a) Capacidade de passageiros por convés:
b) Capacidade de carga:
c) Calado máximo carregado:

Local e data,_____,__de_____de_____.

_____

Assinatura do Engº Responsável
Nome e Número do CREA

EMBARCAÇÃO:
DATA DO ENSAIO:

CONDIÇÃO DE ENSAIO: 70% ( )	80% ( )	90% ( )	100% ( )
INTERVALO DE TEMPO (A 100%):	5-10 min ( )	15-20 min ( )	25-30 min ( )
RPM DO(S) MOTOR(ES):	BB:	LC:	BE:
POTÊNCIA (OPCIONAL):	BB:	LC:	BE:

TRAÇÃO					
				MÉDIA	

ANEXO 3 - J

MODELO DE CERTIFICADO DE TRAÇÃO ESTÁTICA

CERTIFICADO DE TRAÇÃ0 ESTÁTICA
NOME DA EMBARCAÇÃO: ANO DE CONSTRUÇÃO: ESTALEIRO CONSTRUTOR: PROPRIETÁRIO: INTERESSADO: EXECUTOR DO ENSAIO:
CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO CASCO
COMP. TOTAL: m; BOCA MOLDADA: m; PONTAL MOLDADO: m
CARACTERÍSTICAS DO(S) MOTOR(ES) PRINCIPAL(IS)
MARCA: MODELO: Nº DE SÉRIE: POTÊNCIA: HP (kW); ROTAÇÃO: rpm QUANTIDADE: REDUÇÃO:
CARACTERÍSTICAS DO(S) PROPULSOR(ES)
TIPO: ; QUANTIDADE / Nº PÁS: DIÂMETRO: m; PASSO:
TRAÇÃO ESTÁTICA = t(kN)
CONDIÇÕES DE ENSAIO
LOCAL: ;DATA: ;HORA: VENTO: m/s; CORRENTEZA: nós; PROFUNDIDADE: m HAV: m; HAR: m; TRIM: %; LCABO: m
ANEXOS: ( ) GRÁFICO "TRAÇÃO ESTÁTICA X ROTAÇÃO" ( ) GRÁFICO "POTÊNCIA X ROTAÇÃO" (OPCIONAL)
VÁLIDO ATÉ _____DE _____ DE _____. EMITIDO EM _____DE_____ DE _____. _____ ENGENHEIRO RESPONSÁVEL

RESULTADO DO ENSAIO

Condição de Carga	RPM do(s) MCP(s)			Tração Máxima (t)	Tração Mínima (t)	Tração Estática (t)	Potência (Opcional) (t)
	BB	LC	BE				
70%							
80%							
90%							
100%							

Obs.: Quando o sistema de propulsão for de passo controlável, deverão ser colocados na coluna pertinente os valores do passo, ao invés das percentagens das rotações do(s) motor(es).

ANEXO 3 - L
APÊNDICE 3 - L - 1

CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA O TRANSPORTE A GRANEL DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS, DERIVADOS DE PETRÓLEO E ÁLCOOL NA BACIA DO SUDESTE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Expedido conforme estabelecido na NORMAM 02/DPC, da Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil.

Nome do Navio	Indicativo de Chamada	Porto de Inscrição	Arqueação Bruta

O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CERTIFICA:

1) Que a localização dos tanques de carga obedece ao disposto no Anexo 3-L da NORMAM 02/DPC, da Diretoria de Portos e Costas.

2) Que a embarcação atende aos critérios de estabilidade em avaria estabelecidos no Anexo 3-L da NORMAM 02/DPC, da Diretoria de Portos e Costas.

Data da vistoria inicial ou periódica: ____/____/_____.

O presente certificado permanecerá válido até o dia ____/____/_____, a menos que previamente cancelado de acordo com o estabelecido nos itens 6 d) 2) e/ou 6 d) 3) do Anexo 3-L da NORMAM 02/DPC.

Expedido em _____, em ___ de _____de _____.

_____
Assinatura do Responsável

Obs: Data com formato dd/mm/aaaa.

ANEXO 3 - L
APÊNDICE 3 - L - 1

Com o presente, certifica-se que foram realizadas as vistorias anuais requeridas na NORMAM 02/DPC, da Diretoria de Portos e Costas, conforme averbado abaixo:

1ª vistoria anual: Local: _____
Data: _____
Vistoriador: _____

2ª vistoria anual: Local: _____
Data: _____
Vistoriador: _____

3ª vistoria anual: Local: _____
Data: _____
Vistoriador: _____

4ª vistoria anual: Local: _____
Data: _____
Vistoriador: _____

AVARIA DO FUNDO	**Na região compreendida entre a perpendicular de vante e 0,3L.**	**Em qualquer outra região do navio.**
EXTENSÃO LONGITUDINAL	$\frac{1}{3}$ ($L^{2/3}$) ou 14,5m, o que for menor.	$\frac{1}{3}$ ($L^{2/3}$) ou 5m, o que for menor.
EXTENSÃO TRANSVERSAL	B/6 ou 10m, o que for menor.	B/6 ou 5m, o que for menor.
EXTENSÃO VERTICAL	B/15 ou 6m, o que for menor. (medida a partir da linha moldada do chapeamento do fundo na linha de centro).	B/15 ou 6m, o que for menor. (medida a partir da linha moldada do chapeamento do fundo na linha de centro).

1.

Braço de Endireitamento na Condição de Avaria

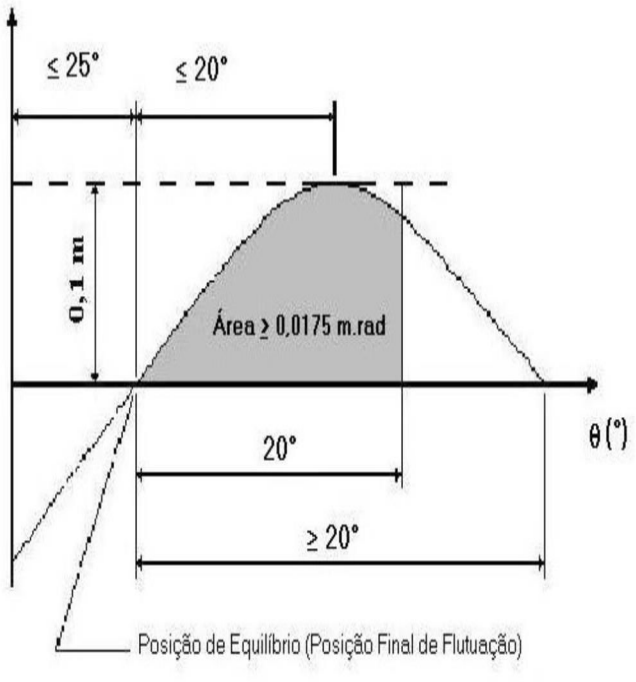
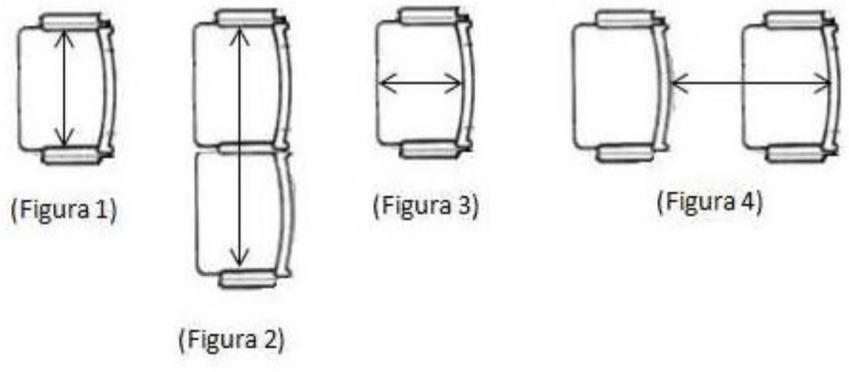


FIGURA 3-L 1: Critério de Estabilidade em Avaria



Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA MDR Nº 1.710, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Revoga dispositivos da Portaria MDR nº 1.014, de 8 de abril de 2020, que subdelega competências do Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Regional às autoridades que relaciona.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria MDR nº 730, de 25 de março de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Revogar os arts. 6º e 9º da Portaria MDR nº 1.014, de 8 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA ME Nº 10.327, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Realoca cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Realocar, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional:

I - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Itajaí, vinculada à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Santa Catarina, para a Divisão de Acompanhamento Especial no Primeiro Grau, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região; e

II - um DAS 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Itajaí, para o Serviço de Ajuizamento e Distribuição Judicial da Unidade Estadual Desterritorializada, vinculado à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Santa Catarina.

Art. 2º As alterações decorrentes desta Portaria deverão ser refletidas no regimento interno, quando houver, e nas alterações futuras do decreto de aprovação de estrutura regimental, caso tenham implicado alteração tácita do ato, nos termos do art. 18 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

PAULO GUEDES

PORTARIA ME Nº 10.329, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Realoca cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE e Funções Gratificadas - FG no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Economia.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, resolve:

Art. 1º Realocar, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional:

I - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Patos de Minas, vinculada à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais, para a Divisão de Apoio da Dívida Ativa em Minas Gerais, vinculada à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais;

II - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Rio Verde, vinculada à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Goiás, para a Divisão de Gestão Judicial e Jurimetria, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 1ª Região;

III - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Petrolina, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região, para a Divisão de Triagem e Atuação Virtual, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região;

IV - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Campina Grande, vinculada à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado da Paraíba, para a Divisão de Investigação Fiscal, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região;

V - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Caruaru, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região, para a Divisão de Negociação, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região;

VI - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Nova Iguaçu, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 2ª Região, para a Divisão de Análise de Risco e Monitoramento Econômico Fiscal, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 2ª Região;

VII - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Cabo Frio, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 2ª Região, para a Divisão de Gestão Judicial, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 2ª Região;

VIII - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Araraquara, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região, para a Divisão de Gestão Judicial e Jurimetria, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região;

IX - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Dourados, vinculada à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Mato Grosso do Sul, para a Divisão de Ações Especiais de Inteligência Fiscal, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região;

X - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Franca, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região, para a Divisão dos Grupos Desterritorializados da Representação Judicial, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região;

XI - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Lajeado, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região, para a Divisão de Análise de Risco e Monitoramento Econômico Fiscal, vinculada à Procuradoria da Fazenda Nacional em Santa Catarina;

XII - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bagé, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região, para a Divisão de Assuntos Judiciais no Estado de Santa Catarina, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região;

XIII - uma FCPE 101.2 da Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bento Gonçalves, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região, para a Divisão de Investigação Fiscal, vinculada à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região;

XIV - um DAS 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Patos de Minas, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Patos de Minas, vinculado à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Minas Gerais;

XV - um DAS 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Lajeado, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Lajeado, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Santa Cruz do Sul;

XVI - um DAS 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bagé, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Bagé, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Pelotas;

XVII - uma FCPE 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Rio Verde, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Rio Verde, vinculado à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Goiás;

XVIII - uma FCPE 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Campina Grande, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Campina Grande, vinculado à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado da Paraíba;

XIX - uma FCPE 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Caruaru, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Caruaru, vinculado à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região;

XX - uma FCPE 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Petrolina, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Petrolina, vinculado à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região;

XXI - uma FCPE 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Nova Iguaçu, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Nova Iguaçu, vinculado à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 2ª Região;

XXII - uma FCPE 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Cabo Frio, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Cabo Frio, vinculado à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 2ª Região;

XXIII - uma FCPE 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional de Dourados, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Dourados, vinculado à Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Mato Grosso do Sul;

XXIV - uma FCPE 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Araraquara, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Araraquara, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em São Carlos;

XXV - uma FCPE 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Franca, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Franca, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em São Carlos;

XXVI - uma FCPE 101.1 do Serviço de Representação Judicial da Fazenda Nacional e Contratos, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bento Gonçalves, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Bento Gonçalves, vinculado à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Caxias do Sul;

XXVII - uma Função Gratificada - FG-1, Assistente I, vinculada à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Bento Gonçalves, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Bento Gonçalves;

XXVIII - uma Função Gratificada - FG-1, Assistente I, vinculada à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Caruaru, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Caruaru; e

XXIX - uma Função Gratificada - FG-3, Assistente III, vinculada à Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Nova Iguaçu, para o Serviço Administrativo do Escritório de Representação em Nova Iguaçu.

Art. 2º As alterações decorrentes desta Portaria deverão ser refletidas no regimento interno, quando houver, e nas alterações futuras do decreto de aprovação de estrutura regimental, caso tenham implicado alteração tácita do ato, nos termos do art. 18 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

PAULO GUEDES

DESPACHO DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 17944.100119/2020-86

Interessados: Município de Ponte Nova (MG) e a Caixa Econômica Federal.

Assunto: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Financiamento nº 0529.158-06, celebrado em 28 de abril de 2020, entre o Município de Ponte Nova (MG) e a Caixa Econômica Federal, com garantia da União, no valor de R$ 28.500.000,00 (vinte e oito milhões e quinhentos mil reais), cujos recursos são destinados a Aplicação em Despesa de Capital, com o objetivo específico de construção da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, destinada a quantia de R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), vinculado ao Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento, assim como em investimentos em iluminação pública, destinada a quantia de R$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) vinculados à Prefeitura Municipal de Ponte Nova.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assim como o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

PAULO GUEDES

Ministro

DESPACHO DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 17944.110022/2018-67

Interessados: Município de Teresina - PI

Assunto: Alteração contratual de operação de crédito interno, com garantia da União, entre o Município de Teresina - PI e o Banco do Brasil S/A, no valor de R$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), com garantia da União, cujos recursos destinam-se investimentos para melhoria da mobilidade urbana, ações de requalificação urbana, construção e requalificação de prédios públicos, elaboração de estudos e projetos e implantação de usinas geradoras de energia fotovoltaica.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, assim como o disposto na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

PAULO GUEDES

Ministro

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 232, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Capital que menciona, na condição de Ex-tarifários.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, tendo em vista o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul e nos Decretos nºs 5.078, de 11 de maio de 2004, e 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Portaria nº 309, de 24 de junho de 2019, do Ministério da Economia, e considerando a deliberação de sua 185ª Reunião, ocorrida em 18 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 14, de 19 de fevereiro de 2020, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os Ex-tarifários incidentes sobre os Bens de Capital listados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Ficam revogados os Ex-tarifários abaixo dos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº Ex	Descrição	Ato Legal
8426.41.90	052	Guindastes autopropulsados sobre pneumáticos, acionados por motor diesel de potência mínima de 224kW, com capacidade de carga de 45t, dotados de lança telescópica hidráulica com "spreader" próprios para elevação, transporte e armazenagem de contêineres de 20 e 40 pés, equipados com sistema de identificação de falhas, através de módulos de controle interligados por sistema de cabos tipo "can bus" com entre eixos máximo compreendido entre 6.200 e 6.500mm.	Resolução Camex nº 51, de 05 de julho de 2017
8443.39.10	188	Impressoras de grande formato com alta resolução e qualidade de impressão fotográfica, com suporte para mídias de espessura máxima entre 0,06 e 5mm, com largura da boca de impressão superior a 420mm e inferior ou igual a 1.950mm, com tecnologia de impressão por jato de tinta com mecanismo de impressão baseado em cristais "micropiezo", com capacidade de atingir resolução de 720 x 1.440dpi "reais" ou mais em modos de impressão de alta qualidade, com tamanho de gota variável, sendo o	Resolução Camex nº 51, de 05 de julho de 2017
		menor tamanho de gota entre 3 e 5,5 picolitros, com 1 até 4 cabeças de impressão, com capacidade de alimentação por rolo (bobina) ou por folhas soltas, equipadas ou não com bandeja de alimentação.	
8422.40.90	994	Máquinas automáticas para embalagem e selagem a vácuo, para carnes vermelhas frescas ou processadas e queijos industrializados, dotadas de barras de selagem de 1.500mm de comprimento, distância entre as barras de 765mm, utilizando unidade controladora de solda individual, para produtos de dimensões máximas de 745mm de comprimento e 225mm de altura, com sistema de vácuo com dupla válvula combinada, com remoção de aparas, sensor de presença e sistema de segurança por	Resolução Camex nº 15, de 28 de fevereiro de 2018
		cortina de luz, transportador de alimentação com ou sem função de agrupamento, com ou sem dispositivo de interface para conexão remota e Controlador Lógico Programável (CLP)	
8422.40.90	781	Máquinas automáticas para embalagem a vácuo de produtos diversos como carne fresca, embutidos, queijos, cortes de aves e de suínos, peixes, frutas e vegetais, dotadas de 2 barras de selagem paralelas de comprimento de 950 ou 1.350mm, distância entre barras de 600 ou 750mm, altura da tampa de 250mm, contendo câmara de vácuo, esteiras de movimentação, aplicação de solda simples ou biativa, controlador lógico programável.	Resolução Camex nº 85, de 9 de novembro de 2018
8477.10.11	099	Máquinas de moldar por injeção, para produção de peças de ciclo rápido em PP (Polipropileno), PE (Polietileno), com força de fechamento hidráulico de 225 a 300t, com altura máxima do molde de 852 a 1.035mm e curso máximo de abertura de 1.200 a 1.375mm, placas de 950 x 950mm a 1.130 x 1.130mm, distância entre as colunas de 660 x 660mm a 780 x 780mm, atingindo velocidade de escaneamento de 500ms, unidade de injeção capaz de injetar de 238 a 848 cm^3 de resina, com pressão de injeção de	Resolução Camex nº 85, de 9 de novembro de 2018
		2.000 a 2.440bar, com velocidade de injeção de 805 a 1.709cm3/s e rosca de velocidade periférica de 800 a 1.500mm/s.	
8426.91.00	032	Guindastes para serem instalados em veículos rodoviários, hidráulicos, articulados, com momento máximo de carga de até 124,8t/m, capacidade máxima de carga inferior ou igual a 32t, alcance hidráulico máximo do braço de até 22m, sistema de giro infinito, sapatas de sustentação com abertura até 10m, pressão máxima de trabalho de 385bar, 2 bombas com vazão variável de até 130 litros/min cada uma.	Resolução Camex nº 38, de 05 de junho de 2018
8435.10.00	011	Prensas pneumáticas automáticas, com membranas que trabalham com temperaturas que variam entre -5 até 70 Graus Celsius; com carregamento da uva por meio de 1 ou 2 portas e/ou por enchimento axial, sistema de drenagem do suco por calhas com geometria autolimpante, sistema automático de lavagem, controladas e programadas por controlador lógico programável (CLP), com ou sem reservatório flexível para gás inerte.	Resolução Camex nº 73, de 05 de outubro de 2018
8479.89.99	816	Máquinas para aplicação de adesivo em tampas e entre plissas de meios filtrantes, com cabeçote de mistura estática duplex com bico de mistura e aplicação, curso do aplicador com diâmetro de 30 a 160mm, vazão de aplicação de aproximadamente 2 a 6g/s, com eixos Y e Z pneumáticos de acionamento por pedal com curso de 250mm cada, com 2 bombas dosadoras do tipo parafuso controladas por servomotores, com mesa giratória, com dispositivo controlador de temperatura, com interface homem máquina e controle por CLP.	Portaria SECINT nº 391, de 07 de maio de 2019
8408.90.90	094	Motores estacionários de combustão interna a pistão e ciclo diesel, de 4 tempos, refrigeração líquida (água), de ignição por compressão e injeção direta, com 4 cilindros verticais de aspiração natural, com diâmetro e curso de embolo de 90 x 100mm cilindrada de 2.540cm3, potência bruta do motor de 40kW na rotação de 3.000rpm e volante com carcaça SAE 4/7,5.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.50.90	083	Equipamentos dosadores de líquidos LGE (Líquido Gerador de Espuma) para utilização em sistemas de extinção e combate a incêndios, com vazões de líquidos máxima 500L/min a 6.000L/min, temperatura de operação de - 50 a 5 Graus Celsius e pressão máxima de trabalho de 16bar.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8419.89.20	010	Estufas mantenedoras de alimentos com gabinete de aço inox; com 6 níveis para acomodação de bandejas, cada um com 3 zonas, somando 18 no total; chapas de aquecimento acessíveis pela frente e por trás, com "display" alfanumérico para cada zona em ambos os lados; programação de temperatura e tempo de mantimento para cada zona de forma independente; especificações elétricas de 208 a 240V e potência entre 2.250 e 3.450W.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020

8424.30.90	095	Equipamentos robóticos para projeção de concreto em túneis e galerias, compostos por: um sobre chassi para montagem do equipamento sobre caminhão e fixação de todos os componentes, 4 pés de estabilização hidráulicos, bomba para concreto com válvula tipo "rock" com capacidade de bombeamento nominal de 33m3/h, mastro de distribuição telescópico de 3 estágios com alcance vertical de 14m e alcance horizontal de 12m, com cabeçote automático para projeção de concreto, com conexões adicionais para dosagem sincronizada de ar comprimido e aditivos, e 2 motores elétricos de	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
		37 e 15kW de potência para alimentação, acoplados a bombas hidráulicas de pistões axiais com deslocamento variável.	
8433.51.00	007	Colheitadeiras híbridas equipadas com motor diesel de 420kW ou superior, mas inferior ou igual a 480kW, utilizadas em lavouras para colheita e processamento hibrido de grãos e sementes, de ajustes hidráulicos independentes da trilha e da separação, com rotor acelerador de 450mm diâmetro, rotor de debulha de 755mm de diâmetro e 1.700mm de largura e rotor de alimentação com diâmetro de 600mm, todos de fluxo tangencial, com superfície total dos côncavos de 2,02m2, com separação secundária com 2 rotores de alta potência com diâmetro de 445mm, com 8 tampas hidráulicas do rotor	
		de ajustes automático independentes em cada rotor, com 6 cestas do rotor, com superfície total do processamento de grãos de 5,92m2, com sistema de limpeza de queda dupla ventilada por pressão, com ventilador de turbina de 8 compartimentos, com superfície total de peneiras de 6,20m2, com sistema de assistência ao operador com sensores, parâmetros e algoritmos de controle automático de trilha, separação e limpeza, de ajustes automáticos em paralelo, infinitam ente variáveis da posição do côncavo, do ângulo de ataque e da seleção do tipo de colheita e com proteção de sobrecarga da	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
		máquina, com sistemas automáticos de controle de potência e arrefecimento do motor, com peneira rotativa do radiador horizontal de 1,60m de diâmetro, com sistema de transmissão principal por correias de borracha em linha em múltiplos estágios, com tanque de grãos de 15.000L de volume com	
		expansão automática para 18.000L, com tubo de descarga do tanque de grãos com ângulo giratório de 105 Graus, de esvaziamento máximo do tanque de 180L/s e mínimo de 90L/s, com sistema independente e ativo de qualidade do picado com triturador de 64 ou 108 facas, com distribuidor radial ativo para distribuição da palha até 13,7m de largura e com 2 sensores de compensação automática de ventos laterais, com esteiras de borracha de 635, 735 ou 890mm ou pneus dianteiros com diâmetro entre 1,95 a 2,15m, com ou sem plataforma de corte.	
8438.50.00	390	Máquinas e visceradoras de aves, automáticas, com remoção e separação do pacote de miúdos de aves, dotadas de 28 conjuntos com dispositivo tipo colher bipartida e "hook" central tipo gancho, para eventração das aves, com capacidade até 12.000 ou 15.000aves/h.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8457.10.00	420	Centros de usinagem para perfis metálicos e de PVC, com comando numérico computadorizado (CNC), com 4 eixos interpolados para furação e fresamento de perfis metálicos, curso do eixo X de 4.160mm, curso do eixo Y de 180mm, curso do eixo Z de 270mm, curso do eixo A de -15 a +195 Graus, 4 morsas pneumáticas, com armazenagem de ferramentas de 8 posições fixas na base, velocidade de deslocamento em X 100m/min, Y 66m/min e Z 38m/min, com eletromandril de 7kW e rotação máxima de 20.000rpm, com PC industrial com "interface" gráfica FSTCAM4, com área de trabalho de 1 a 2 peças.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8459.69.00	009	Centros de usinagem CAD/CAM, com 5 eixos com acionamento simultâneo, sendo 3 eixos lineares e dois eixos rotacionais, curso nos eixos (X), (Y), e (Z) de 145mm, 110mm e 85mm respectivamente, eixo angular (A) com grau de liberdade de 360 Graus e eixo angular (B) com grau de liberdade ±35 Graus, fuso com potência de 0,5kW e com rotação máxima de 80.000rpm, magazine com capacidade para 10 ferramentas, com trocador automático, guias lineares de precisão, fuso de esferas com resolução de 0,001mm e com repetibilidade de ±0,005mm, sonda de medição de ferramenta com detecção de	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
		quebra, para usinagem seca ou úmida, utilizada para trabalhar próteses dentarias em polímeros, zircônio, cromo cobalto, titânio e PMMA, com capacidade de produção de 60peças/h.	
8477.20.10	282	Combinações de máquinas para produção de telhas de PVC esmaltadas, compostas de: 2 alimentadores de rosca com capacidade nominal de 500kg/h, extrusora de dupla rosca com capacidade de 400 a 600kg/h, roscas cônicas de diâmetro nominal de 92/188mm e velocidade de rotação variável de 1 a 36,9rpm, incluindo sistema de alimentação duplo constituído por 2 funis de aço inox e roscas dosadoras e sistema de exaustão a vácuo; coextrusora de rosca simples com capacidade de 10 a 50kg/h, rosca com diâmetro nominal de 50mm, razão L/D 30:1 e velocidade de rotação variável de 1 a 120 rpm, incluindo 1	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
		alimentador a vácuo e 1 funil secador; distribuidor, cabeçote plano para formação da manta de PVC, calandra para marcação de relevo das telhas, com velocidade de 1 a 5m/min e rolos de diâmetro nominal de 295mm e largura nominal de 1.100mm; controlador de temperatura de óleo; conformador de telhas com velocidade de operação variável de 0 a 4m/min contendo 32 pares de módulos para conformação de telhas "plan" e dispositivo de cote, e sistema de controle com controlador lógico programável e gabinete elétrico refrigerado por 2 aparelhos de ar condicionado.	
8477.59.11	031	Máquinas de moldar artefatos de borracha por compressão e temperatura (prensas hidráulicas), com capacidade de produção de 4unid/ciclo de 15min, dependendo do molde utilizado, com 4 colunas, com 2 estações distintas para trabalhar simultaneamente 2 moldes de múltiplas fases, um de cada lado, permitindo produzir bens distintos simultaneamente, com sistema de 2 saídas de mesas completas (invertidas) e abertura automatizada dos moldes pelo sistema 3rt com até 70 Graus de ângulo de abertura, com força de fechamento de 6.860kN, dimensões de área de 2.520 x 2.230 x 3.555mm,	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
		diâmetro do pistão principal 26 polegadas, com 3 platôs de aquecimento com dimensões de 900 x 900mm, com aquecimento por resistências elétricas com distribuição de temperatura com variação máxima de +/-1 Graus Celsius, com 4 controladores de temperatura para serem aplicados nas cavidades dos moldes e produtos em vulcanização, paralelismo de 0,05mm/300mm, abertura total (vão total) de 350mm cada vão no total de 700mm, curso do pistão principal de 600mm, controladas por CLP (controlador lógico programável) e IHM (touchscreen).	
8477.90.00	459	Câmaras quentes, aquecidas por resistências, para utilização em moldes de injeção plástica na fabricação de peças técnicas de matérias de engenharia, comandadas eletricamente por um conjunto de válvulas acionados por servomotores, através do controle e monitoramento do pino da válvula durante o processo de injeção, com precisão do controle da posição inferior a 0,1mm e precisão do controle da velocidade compreendida entre 0,1 a 50mm/s.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8479.82.10	271	Misturadores fabricados em aço inoxidável, com acionamento por motor elétrico, para misturas sólidas polivitamínicas, minerais e outros para nutrição humana, compostos de recipientes de formatos, tamanhos e capacidades variadas de carga, sendo: 2 de 200L, 2 de 500L, 2 de 1.000L, 2 de 3.000L, todos com conectores de ventilação e filtros a serem instalados nas tampas, com controlador lógico programável (CLP), dotados de coluna de elevação em diversos níveis de mistura, sendo: mínima de 30kg e máxima igual ou superior a 2.000kg a depender da densidade do produto a ser misturado; com	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
		braço adicional para talhador (chopper) para mistura intensiva no interior dos recipientes, painel do operador m ontado em gabinete de aço inoxidável com tela de controle tipo sensível ao toque (touchscreen) com "software" para o controle do processo, manuseio de receitas, relatórios de lote, tendências e registros para auditoria.	
8479.90.90	006	Redutores de giros para seguidores solares com torque nominal de 5,5Nm, resistência a torção de 45KNm, relação de engrenagens de 1:50, com precisão de giro 0,2 Graus, temperatura de trabalho de -30 a +60 Graus Celsius e proteção IP65, dotados de furos na base de 21mm de diâmetro e comprimento 60mm com ajuste radial, coroa de giro com 8 furos de 18mm distribuídos uniformemente em um raio de 90mm do eixo de torção central para acoplamento da flange do tubo de torção quadrado de 100 x 100mm, acoplamento na base por meio de 4 parafusos para conexão com o moto redutor.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8479.90.90	320	Tubos de torque, para uso exclusivo em seguidores solares de um eixo "Trackers", fabricados em aço de baixa liga, com costura e alta resistência, pré-galvanizado, com limite de escoamento mínimo de 345MPa (50ksi), resistência a tração mínima de 468MPa (68ksi) e alongamento mínimo de 17%, que suportam ventos de até 120mph (aproximadamente 193km/h), com diâmetro externo de 127mm (tolerância de ±0,76mm), espessura da parede de 4mm (tolerância de +0,08mm/-0,16mm) e comprimento na faixa de 7.726 a 11.187mm (tolerância de ± 5mm), dotados de rebaixo e furação	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
		própria para fixação no mecanismo de rotação "Slew Gear" e furação para fixação dos trilhos de montagem dos painéis fotovoltaicos.	
9027.50.90	181	Analisadores de carbono orgânico total (TOC), para amostras de águas farmacêuticas, micro eletrônica e Saneamento, faixa dinâmica de 0,05 a 50ppm, operados pela tecnologia de análise através de membrana permeável a CO2 e detecção por condutividade, com módulo para teste simultâneo de condutividade estágio 1 e tempo de análise de 4s no modulo turbo, com o sem auto amostrador embarcado.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
9027.80.99	490	Analisadores de permeabilidade a gases de oxigênio em embalagens, dotados de sensor coulométrico, com faixa de medição compreendida de 0,005 a 200cc/m²/dia, faixa de medição com área reduzida compreendida de 0,05 a 2.000cc/m²/dia, área da amostra de 50cm², controle de umidade relativa compreendido de 0 a 90%, controle de temperatura compreendido de 10 a 40 Graus Celsius e com "interface" "touchscreen".	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
9027.80.99	512	Analisadores de permeabilidade a gases de vapor d'água em embalagens, dotados de sensor infravermelho, com faixa de medição compreendida de 0,005 a 100g/m2/dia, faixa de medição com área reduzida compreendida de 0,05 a 1.000g/m2/dia, área da amostra de 50cm2, controle de umidade relativa de 0%, 5% a 90% e 100%, controle de temperatura compreendido de 10 a 40 Graus Celsius e com "interface" "touchscreen".	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
9027.80.99	530	Analisadores de permeabilidade a gases de vapor d'água em embalagens, dotados de sensor infravermelho, com faixa de teste compreendida de 0.05 a 100g/(m2.dia), resolução 0,02g/(m2.dia) e repetibilidade de 0,05 ou 2% g/ (m2.dia) para área de amostra de 50cm2, com possibilidade de redução da área de amostra para 5cm² com faixa de teste de 0,5 a 1000 g/(m2.dia), capacidade de medição de até 4 amostras simultâneas, 2 células de teste por cartucho, faixas de teste de umidade relativa controladas compreendidas de 50 a 90% e 100% ± 3%, faixa de temperatura de teste compreendida de	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
		20 a 40 Graus Celsius ±0,2 Graus Celsius, espessura máxima do filme até 20 mil - 0.5 mm, gás de teste: Nitrogênio (99.7% N2 ou melhor), conexões: Ethernet e 2 portas USB, tensão 120V/240V, podendo ou não conter os seguintes acessórios: monitor "touchscreen" 10 polegadas, conexão para monitoramento remoto, "software" para coleta e gerenciamento de dados de teste, cartuchos, entre outros.	

Art. 3º Ficam incluídos os Ex-tarifários abaixo nos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº Ex	Descrição	Ato Legal
8426.41.90	143	Guindastes autopropulsados sobre pneumáticos, acionados por motor diesel de potência igual ou superior a 224kW, com capacidade de carga de 45t, dotados de lança telescópica hidráulica com "spreader" próprios para elevação, transporte e armazenagem de contêineres de 20 e 40 pés, equipados com sistema de identificação de falhas, através de módulos de controle interligados por sistema de cabos tipo "can bus" com entreeixos máximo compreendido entre 6.200 e 6.500mm.	Resolução Camex nº 51, de 05 de julho de 2017
8443.39.10	382	Impressoras de grande formato com alta resolução e qualidade de impressão fotográfica, com suporte para mídias de espessura máxima entre 0,06 e 5mm, com largura da boca de impressão superior a 420mm e inferior ou igual a 1.950mm, com tecnologia de impressão por jato de tinta com mecanismo de impressão baseado em cristais "micropiezo", com capacidade de atingir resolução de 720 x 1.440dpi "reais" ou mais em modos de impressão de alta qualidade, com tamanho de gota variável, sendo o menor tamanho de gota entre 3 e 6 picolitros, com 1 até 4 cabeças de impressão, com capacidade de alimentação por rolo (bobina) ou por folhas soltas, equipadas ou não com bandeja de alimentação.	Resolução Camex nº 51, de 05 de julho de 2017
8422.40.90	012	Máquinas automáticas para embalagem e selagem a vácuo, para carnes vermelhas frescas ou processadas e queijos industrializados, dotadas de barras de selagem de 1.500mm de comprimento, distância entre as barras de 765mm, utilizando unidade controladora de solda individual, para produtos de dimensões máximas de 745mm de comprimento e 225mm de altura, com sistema de vácuo com dupla válvula combinada, com remoção de aparas, sensor de presença e sistema de segurança por cortina de luz, transportador de alimentação com ou sem função de agrupamento, com ou sem dispositivo de interface para conexão remota e Controlador Lógico Programável (CLP), com valor unitário (CIF) não superior a R$ 590.951,10.	Resolução Camex nº 15, de 28 de fevereiro de 2018
8477.10.11	150	Máquinas de moldar por injeção, para produção de peças de ciclo rápido em PP (Polipropileno), PE (Polietileno), com força de fechamento hidráulico de 225 a 300t, com altura máxima do molde de 850 a 1.035mm e curso máximo de abertura de 1.195 a 1.375mm, placas de 950 x 950mm a 1.130 x 1.130mm, distância entre as colunas de 660 x 660mm a 780 x 780mm, atingindo velocidade de escaneamento de 500ms, unidade de injeção capaz de injetar de 238 a 848 cm^3 de resina, com pressão de injeção de 2.000 a 2.440bar, com velocidade de injeção de 805 a 2.002cm^3/s e rosca de velocidade periférica de 800 a 1.500mm/s.	Resolução Camex nº 85, de 9 de novembro de 2018
8426.99.00	010	Guindastes para serem instalados em veículos rodoviários, hidráulicos, articulados, com momento máximo de carga de até 124,8t/m, capacidade máxima de carga inferior ou igual a 32t, alcance hidráulico máximo do braço de até 22m, sistema de giro infinito, sapatas de sustentação com abertura até 10m, pressão máxima de trabalho de 385bar, 2 bombas com vazão variável de até 130L/min cada uma.	Resolução Camex nº 38, de 05 de junho de 2018
8435.10.00	026	Prensas pneumáticas automáticas, com membranas que trabalham com temperaturas que variam entre -5 até 70 Graus Celsius; com carregamento da uva por meio de 1 ou 2 portas e/ou por enchimento axial, sistema de drenagem do suco por calhas com geometria autolimpante, com ou sem sistema automático de lavagem, controladas e programadas por controlador lógico programável (CLP), com ou sem reservatório flexível para gás inerte.	Resolução Camex nº 73, de 05 de outubro de 2018
8479.89.99	621	Máquinas para aplicação de adesivo em tampas e entre plissas de meios filtrantes, com cabeçote de mistura estática duplex com bico de mistura e aplicação, curso do aplicador com diâmetro de 30 a 160mm, vazão de aplicação de aproximadamente 2 a 6g/s, com eixos Y e Z pneumáticos de acionamento por pedal com curso de 250mm cada, com 2 bombas dosadoras do tipo parafuso controladas por servomotores, com mesa giratória, com ou sem dispositivo controlador de temperatura, com interface homem máquina e controle por CLP.	Portaria SECINT nº 391, de 07 de maio de 2019
8408.90.90	096	Motores estacionários de combustão interna a pistão e ciclo diesel, de 4 tempos, refrigeração líquida (água), de ignição por compressão e injeção direta, com 4 cilindros verticais de aspiração natural, com diâmetro e curso de embolo de 90 x 100mm cilindrada de 2.540cm^3, potência bruta do motor de 40kW na rotação de 3.000rpm e volante com carcaça SAE 4/7,5, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 6.985,50.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8413.50.90	088	Equipamentos dosadores de líquidos LGE (Líquido Gerador de Espuma) para utilização em sistemas de extinção e combate a incêndios, com vazões de líquidos máxima entre 500 a 20.000L/min, temperatura de operação de - 50 a 5 Graus Celsius e pressão máxima de trabalho de 16bar.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8419.89.20	013	Estufas mantenedoras de alimentos com gabinete de aço inox; com 6 níveis para acomodação de bandejas, cada um com 3 zonas, somando 18 no total; chapas de aquecimento acessíveis pela frente e por trás, com "displays" alfanuméricos e botões de controle ou tela "touchscreen", em ambos os lados; programação de temperatura e tempo de mantimento para cada nível de forma independente; especificações elétricas de 200 a 240V e potência entre 2.250 e 3.450W.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8424.30.90	108	Equipamentos robóticos para projeção de concreto em túneis e galerias, compostos por: um sobre chassi para posterior montagem do equipamento sobre caminhão e fixação de todos os componentes, 4 pés de estabilização hidráulicos, bomba para concreto com válvula tipo "Rock" com capacidade de bombeamento nominal de 33m^3/h, um mastro de distribuição telescópico de três estágios com alcance vertical de até 14m e alcance horizontal de até 12m, um cabeçote automático para projeção de concreto com conexões adicionais para dosagem sincronizada de ar comprimido e aditivos, e 2 motores elétricos de 37 e 15kW de potência para alimentação, acoplados a bombas hidráulicas de pistões axiais com deslocamento variável.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8433.51.00	009	Colheitadeiras híbridas equipadas com motor diesel de 420kW ou superior, mas inferior ou igual a 480kW, utilizadas em lavouras para colheita e processamento hibrido de grãos e sementes, de ajustes hidráulicos independentes da trilha e da separação, com rotor acelerador de 450mm diâmetro, rotor de debulha de 755mm de diâmetro e 1.700mm de largura e rotor de alimentação com diâmetro de 600mm, todos de fluxo tangencial, com superfície total dos côncavos de 2,02m^2, com separação secundária com 2 rotores de alta potência com diâmetro de 445mm, com 8 tampas hidráulicas do rotor de ajustes automático independentes em cada rotor, com 6 cestas do rotor, com superfície total do processamento de grãos de 5,92m^2, com sistema de limpeza de queda dupla ventilada por pressão, com ventilador de turbina de 8 compartimentos, com superfície total de peneiras de 6,20m^2, com sistema de assistência ao operador com sensores, parâmetros e algoritmos de controle automático de trilha, separação e limpeza, de ajustes automáticos em paralelo, infinitamente variáveis da posição do côncavo, do ângulo de ataque e da seleção do tipo de colheita e com proteção de sobrecarga da máquina, com sistemas automáticos de controle de potência e arrefecimento do motor, com peneira rotativa do radiador de 1,60m de diâmetro, com sistema de transmissão principal por correias de borracha em linha em múltiplos estágios, com tanque de grãos de 15.000L de volume com expansão automática para 18.000L, com tubo de descarga do tanque de grãos com ângulo giratório de 105 Graus, de esvaziamento máximo do tanque de 180L/s e mínimo de 90L/s, com sistema independente e ativo de qualidade do picado com triturador de 64 ou 108 facas, com distribuidor radial ativo para distribuição da palha até 13,7m de largura e com 2 sensores de compensação automática de ventos laterais, com esteiras de borracha de 635, 735 ou 890mm ou pneus dianteiros com diâmetro entre 1,95 a 2,15m, com ou sem plataforma de corte sobre reboque.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8438.50.00	392	Máquinas evisceradoras de aves, automáticas, com remoção e separação do pacote de miúdos de aves, dotadas de 28 conjuntos com dispositivo tipo colher bipartida e "hook" central tipo gancho ou pinça, para eventração das aves, com capacidade até 12.000 ou 15.000aves/h.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8457.10.00	503	Centros de usinagem para perfis metálicos e de PVC, com comando numérico computadorizado (CNC), com 4 eixos interpolados para furação e fresamento de perfis metálicos, curso do eixo X de 4.160mm ou 4.626MM, curso do eixo Y de 180mm ou 806mm, curso do eixo Z de 270mm ou 594mm, curso do eixo A de -15 a +195 Graus, 4 ou 6 u 8 morsas pneumáticas, com armazenagem de ferramentas de 8 posições fixas na base, velocidade de deslocamento em X 100m/min, Y 66m/min e Z 38m/min, com eletromandril de 7kW ou 8,7kW e rotação máxima de 20.000rpm ou 24.000rpm, com PC industrial com "interface" gráfica FSTCAM4, com área de trabalho de 1 a 2 peças.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8459.69.00	010	Centros de usinagem CAD/CAM/CNC, com 5 eixos com acionamento simultâneo, sendo 3 eixos lineares e dois eixos rotacionais, curso nos eixos (X), (Y), e (Z) de 145mm, 110mm e 85mm respectivamente, eixo angular (A) com grau de liberdade de 360 Graus e eixo angular (B) com grau de liberdade ±35 Graus, fuso com potência de 0,5kW e com rotação máxima de 80.000rpm, magazine com capacidade para 10 ferramentas, com trocador automático, guias lineares de precisão, fuso de esferas com resolução de 0,001mm e com repetibilidade de ±0,005mm, sonda de medição de ferramenta com detecção de quebra, para usinagem seca ou úmida, utilizada para trabalhar próteses dentarias em polímeros, zircônio, cromo cobalto, titânio e PMMA, com capacidade de produção de 60peças/h.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8477.20.10	313	Combinações de máquinas para produção de telhas de PVC esmaltadas, compostas de: 2 ou 3 alimentadores de rosca com capacidade nominal de 500kg/h, extrusora de dupla rosca com capacidade de 400 a 600kg/h, roscas cônicas de diâmetro nominal de 92/188mm e velocidade de rotação variável de 1 a 36,9rpm, incluindo sistema de alimentação duplo constituído por 2 funis de aço inox e roscas dosadoras e sistema de exaustão com 2 bombas de vácuo; coextrusora de rosca simples com capacidade de 10 a 50kg/h, rosca com diâmetro nominal de 50mm, razão L/D 30:1 e velocidade de rotação variável de 1 a 120rpm, incluindo 1 alimentador a vácuo e 1 funil secador; com ou sem distribuidor, com ou sem cabeçote plano para formação da manta de PVC, calandra para marcação de relevo das telhas, com velocidade de 1 a 5m/min e rolos de diâmetro nominal de 295mm e largura nominal compreendida de 1.100 a 1.300mm; controlador de temperatura de óleo; conformador de telhas com velocidade de operação igual ou maior que 4m/min, contendo 32 ou 36 pares de módulos para conformação de telhas "plan", com ou sem dispositivo de corte, e sistema de controle com controlador lógico programável e gabinete elétrico refrigerado por 2 aparelhos de ar condicionado.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8477.59.11	037	Máquinas de moldar artefatos de borracha por compressão e temperatura (prensas hidráulicas), com capacidade de produção de 4unid/ciclo de 15min, dependendo do molde utilizado, com 4 colunas, com 2 estações distintas para trabalhar simultaneamente 2 moldes de múltiplas fases, um de cada lado, permitindo produzir bens distintos simultaneamente, com sistema de 2 saídas de mesas completas (invertidas) e abertura automatizada dos moldes pelo sistema 3rt com até 70 Graus de ângulo de abertura, com força de fechamento de 6.860kN, dimensões de área de 3.520 x 2.230 x 3.555mm, diâmetro do pistão principal 26 polegadas, com 3 platôs de aquecimento com dimensões de 900 x 900mm, com aquecimento por resistências elétricas com distribuição de temperatura com variação máxima de +/-1 Graus Celsius, com 4 controladores de temperatura para serem aplicados nas cavidades dos moldes e produtos em vulcanização, paralelismo de 0,05mm/300mm, abertura total (vão total) de 350mm cada vão no total de 700mm, curso do pistão principal de 600mm, controladas por CLP (controlador lógico programável) e IHM (touchscreen).	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8477.80.90	635	Sistemas de câmara quente, aquecidas por resistências, para utilização em moldes de injeção plástica na fabricação de peças técnicas de matérias de engenharia, comandadas eletricamente por um conjunto de válvulas acionados por servomotores, através do controle e monitoramento do pino da válvula durante o processo de injeção, com precisão do controle da posição inferior a 0,1mm e precisão do controle da velocidade compreendida entre 0,1 a 50mm/s.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020

8479.82.10	274	Misturadores fabricados em aço inoxidável, com acionamento por motor elétrico, para misturas sólidas polivitamínicas, minerais e outros para nutrição humana, compostos de recipientes de formatos, tamanhos e capacidades variadas de carga, sendo: 2 de 200L, 2 de 500L, 2 de 1.000L, 2 de 2.000L e 2 de 3.000L, todos com conectores de ventilação e filtros a serem instalados nas tampas, com controlador lógico programável (CLP), dotados de coluna de elevação em diversos níveis de mistura, sendo: mínima de 30kg e máxima igual ou superior a 2.000kg a depender da densidade do produto a ser misturado; com braço adicional para talhador (chopper) para mistura intensiva no interior dos recipientes, painel do operador montado em gabinete de aço inoxidável com tela de controle tipo sensível ao toque (touchscreen) com "software" para o controle do processo, manuseio de receitas, relatórios de lote, tendências e registros para auditoria.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8479.90.90	362	Redutores de giros para seguidores solares com torque nominal de 5,5KNm, resistência a torção de 45kNm, relação de engrenagens de 1:50, com precisão de giro 0,2 Graus, temperatura de trabalho de -30 a +70 Graus Celsius e proteção IP65, dotados de furos na base de 21mm de diâmetro com tolerância de +/-1mm e comprimento de até 60mm com ajuste radial, coroa de giro com 8 furos de 16 a 18mm distribuídos uniformemente em um raio de 90mm do eixo de torção central para acoplamento da flange do tubo de torção quadrado de 100mm x 100mm, acoplamento na base por meio de 4 parafusos para conexão com o moto redutor.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
8479.90.90	363	Tubos de torque, para uso exclusivo em seguidores solares de um eixo "Trackers", fabricados em aço de baixa liga, com costura e alta resistência, pré-galvanizado, com limite de escoamento mínimo de 345MPa (50ksi), resistência a tração mínima de 468MPa (68ksi) e alongamento mínimo de 17%, que suportam ventos de até 120mph (aproximadamente 193km/h), com diâmetro externo de 127mm (tolerância de ±0,76mm), espessura da parede de 4mm (tolerância de +0,08mm/-0,16mm) e comprimento na faixa de 1.900 a 12.000mm (tolerância de ±5mm), dotados de rebaixo e furação própria para fixação no mecanismo de rotação "Slew Gear" e furação para fixação dos trilhos de montagem dos painéis fotovoltaicos.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
9027.50.90	206	Analisadores de carbono orgânico total (TOC), para amostras de águas farmacêuticas, micro eletrônica e Saneamento, faixa dinâmica de 0,03ppb a 50ppm, operados pela tecnologia de análise através de membrana permeável a CO2 e detecção por condutividade, com módulo para teste simultâneo de condutividade estágio 1 e tempo de análise de 4s no modulo turbo, com o sem auto amostrador embarcado.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
9027.80.99	563	Analisadores de permeabilidade a gases de oxigênio, dotados de sensor coulométrico, com faixa de medição com área de amostra de 50cm² compreendida entre 0,005 e 200cc/m²/dia, controle de umidade relativa compreendido entre 0%, 5 e 90% ±3%, controle de temperatura compreendido entre 10 e 40 Graus Celsius ±0,2 Graus Celsius, com "interface" "touchscreen", com ou sem cartucho para redução da área de amostra.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
9027.80.99	564	Analisadores de permeabilidade a gases de vapor d'água em embalagens, dotados de sensor infravermelho, com faixa de medição para área de amostra de 50cm2 compreendida entre 0,005 e 100g/m2/dia, controle de umidade relativa de 100% e 5% a 90% ±3UR, controle de temperatura compreendido entre 10 e 40 Graus Celsius, com "interface" "touchscreen", com ou sem cartucho para redução da área de amostra.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020
9027.80.99	565	Analisadores de permeabilidade a gases de vapor d'água, dotados de sensor infravermelho, com faixa de teste compreendida de 0.05 a 100 g/(m².dia), resolução 0.0001g/(m².dia) e repetibilidade de 2% ou 0,05 g/(m².dia) - o que for maior - para área de amostra de 50cm2, com possibilidade de redução da área de amostra para 5cm² com faixa de teste de 0,5 a 1000 g/(m².dia), capacidade de medição de até 4 amostras simultâneas, 2 células de teste por cartucho, faixas de teste de umidade relativa controladas compreendidas de 50 a 90% e 100% ±3%, faixa de temperatura de teste compreendida entre 20 e 40 Graus Celsius ±0,2 Graus Celsius, espessura máxima do filme até 20 mil, 0.5mm, gás de teste: Nitrogênio (99.7% N2 ou melhor), conexões: Ethernet e 2 portas USB, podendo ou não conter os seguintes acessórios: monitor "touchscreen" 10 polegadas, conexão para monitoramento remoto, "software" para coleta e gerenciamento de dados de teste, cartuchos, entre outros.	Resolução Gecex nº 14, de 19 de fevereiro de 2020

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor após decorridos sete dias da data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê
Substituto

ANEXO ÚNICO

NCM	Nº Ex	Descrição
8407.90.00	045	Motores de combustão a gasolina, 4 tempos, para equipamentos de jardinagem, agrícola ou pecuária de pequeno porte, monocilíndrico com bloco em alumínio injetado, camisa de ferro fundido, diâmetro x curso do pistão de 70 x 55mm com cilindrada de 212CC, com rotação estacionária de 3.600rpm sem carga, potência de 7CV, com partida manual e/ou elétrica e alternador incorporado para a versão que contém partida elétrica.
8412.29.00	032	Motores hidráulicos com controle por válvula tipo solenoide eletro-hidráulica utilizados em unidade de perfilagem de poços de petróleo, com capacidade volumétrica de 80cc, tensão entre 12 a 24VDC, com rotação bidirecional, velocidades de rotação entre 3.100 e 5.000rpm, com máxima pressão delta de 7.000psi.
8412.90.80	021	Rótulas de aço temperadas, obtidas através do beneficiamento de aço ligado SAE 52100 com tratamento térmico profundo elevando a dureza do anel interno para 58 - 64HRC e do anel externo para 54-60 HRC, acabamento retificado e fosfatizado, com diâmetro interno nominal de 10 a 200mm, utilizadas na fabricação de cilindros hidráulicos.
8412.90.90	030	Eixos inferiores para motor hidráulico de perfuração tipo turbodrill, feitos de aço carbono, com diâmetro externo máximo entre 6.62 até 9.5 polegadas, rosca caixa na extremidade inferior e rosca pino na superior e rasgos no eixo para encaixe de sistema de travamento.
8412.90.90	031	Dispositivos de recuperação para motores hidráulicos de perfuração de poços, feitos de aço carbono, com rosca pino na extremidade inferior, com diâmetro nominal externo de área central aproximadamente entre 1.067 e 2.743 polegadas.
8413.50.90	087	Bombas hidráulicas de pistão axial com 3 pistões de 12mm de diâmetro, carcaça da bomba axial e do disco oscilante feitos em alumínio, pressão de saída de 76 a 128,7bar, ângulo de oscilação de 6,3 a 10,1 Graus, vazão mínima de água de 270 a 450L/h e vazão máxima de água de 336 a 510L/h, dotadas de motor elétrico de indução, com tensão de 120 a 230V, frequência de 50 ou 60Hz, potência de 1.400 a 2.100W e rotação de 2.850 ou 3.450rpm, próprias para aplicação no sistema hidráulico de máquinas de limpeza por jato de água de alta pressão.
8413.60.19	024	Bombas hidráulicas volumétricas rotativas de pistão axial, vazão de 2.0 a 2.2GPH (0,139L/min) produzidas para funcionar com pressão até 3.500psi, com voltagem teste de 600V, medindo aproximadamente 3,55 polegadas de comprimento e 1,77 polegadas de diâmetro externo, utilizadas em ferramentas de perfilagem de poços de petróleo.
8413.70.10	068	Bombas centrifugas estampadas multiestágios sem motor elétrico incorporado para operação submersa, total inox, com válvula de retenção incorporada, medindo 1¼ polegadas com rosca tipo BSP, com vazão máxima de 3,6m³/h, altura manométrica máxima entre 52,2 e 273,5mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundo com diâmetro de 4 polegadas, com teor máximo de areia permitido de 50g/m³ ou ppm para trabalho.
8413.70.10	069	Bombas centrifugas estampadas multiestágios sem motor elétrico incorporado para operação submersa, total inox, com válvula de retenção incorporada, medindo 1¼ polegadas com rosca tipo BSP, com vazão máxima de 4,8m³/h, altura manométrica máxima entre 153 e 326,5mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundo com diâmetro de 4 polegadas, com teor máximo de areia permitido de 50g/m³ ou ppm para trabalho.
8413.70.10	070	Bombas centrifugas estampadas multiestágios sem motor elétrico incorporado para operação submersa, total inox, com válvula de retenção incorporada, medindo 1½ polegadas com rosca tipo BSP, com vazão máxima de 7,2m³/h, altura manométrica máxima entre 63,9 e 301,4mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundo com diâmetro de 4 polegadas, com teor máximo de areia permitido de 50g/m³ ou ppm para trabalho.
8413.70.10	071	Bombas centrifugas estampadas multiestágios sem motor elétrico incorporado para operação submersa, total inox, com válvula de retenção incorporada, medindo 2 polegadas com rosca tipo BSP, com vazão máxima de 10,8m³/h, altura manométrica máxima entre 59,1 e 244,9mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundo com diâmetro de 4 polegadas, com teor máximo de areia permitido de 50g/m³ ou ppm para trabalho.
8413.70.10	072	Bombas centrifugas estampadas multiestágios sem motor elétrico incorporado para operação submersa, total inox, com válvula de retenção incorporada, medindo 3 polegadas com rosca tipo BSP, com vazão máxima de 30m³/h, altura manométrica máxima entre 58,7 e 298,9mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundo com diâmetro de 6 polegadas, com teor máximo de areia permitido de 50g/m³ ou ppm para trabalho.
8413.70.10	073	Bombas centrifugas estampadas multiestágios sem motor elétrico incorporado para operação submersa, total inox, com válvula de retenção incorporada, medindo 3 polegadas com rosca tipo BSP, com vazão máxima de 48m³/h, altura manométrica máxima entre 33,1 e 229,2mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundo com diâmetro de 6 polegadas, com teor máximo de areia permitido de 50g/m³ ou ppm para trabalho.
8413.70.10	074	Bombas centrifugas estampadas multiestágios sem motor elétrico incorporado para operação submersa, total inox, com válvula de retenção incorporada, medindo 3 polegadas com rosca tipo BSP, com vazão máxima de 78m³/h, altura manométrica máxima entre 55,8 e 242,3mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundo com diâmetro de 6 polegadas, com teor máximo de areia permitido de 50g/m³ ou ppm para trabalho.
8413.70.10	075	Bombas centrifugas estampadas multiestágios sem motor elétrico incorporado para operação submersa, total inox, com válvula de retenção incorporada, medindo 3 polegadas com rosca tipo BSP, com vazão máxima de 96m³/h, altura manométrica máxima entre 41,6 e 267,4mca, utilizadas para captação de água potável em poços tubulares profundo com diâmetro de 6 polegadas, com teor máximo de areia permitido de 50g/m³ ou ppm para trabalho.
8413.70.80	133	Motobombas periféricas para sistemas de bombeamento de água em residências, indústrias e/ou sistemas de irrigação, com potência de ½HP, monofásico 127V ou 220V, 60Hz, vazão máxima de 33L/h, altura manométrica máxima compreendida entre 21 e 26m (variável em função das características da linha), sucção máxima de 8m, corpo e tampa de ferro fundido ou alumínio, rolamento blindado, rotor de bronze, classe de proteção ip44, estator de 35 a 40mm.
8413.70.90	188	Motobombas centrífugas, com carcaça e rotor com diâmetro de 190mm, ambos em ferro fundido, com sucção e recalque de 6 polegadas, com vazão máxima de 180m³/h e altura manométrica máxima de 8MCA, sendo acopladas a motores à combustão interna à diesel de 13CV, 456CC, diâmetro de 88mm e curso de 75mm, com redutor incorporado, com tanque de combustível de 25L e partida manual e elétrica.
8413.81.00	074	Propulsoras pneumáticas, utilizadas para alta e baixa vazão, para óleo lubrificante com vazão de 1 até 1.000L/min ou para graxa com até 50kg/min, de pistão, com corpo em alumínio ou aço, pressão de ar de 10 a 200psi, com ou sem bico para abastecimento, adaptável a parede ou a tambor, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 702,00.
8413.81.00	075	Conjuntos de motor e bomba para o sistema hidráulico de empilhadeiras e/ou transpaleteiras autopropulsadas; com potência do motor de 3,2kW; capacidade volumétrica da bomba igual ou inferior a 4cc; capacidade de bombeamento do líquido com vazão igual ou inferior a 22L/min e pressão nominal de bombeamento igual ou inferior a 290bar; com reservatório acoplado.
8414.10.00	063	"Skids" de vácuo para aplicação em desgaseificação de aço em siderurgia, compostos por 3 estágios de bombas, sendo no primeiro estágio até 4 bombas de vácuo de parafusos a seco, com motor, com capacidade nominal de 1.300m³/h e vácuo final de 1 x 10-2mbar; combinadas com múltiplas bombas de vácuo do tipo "roots" de 9.800m³/h de capacidade nominal máxima, sendo possível a combinação de 2 bombas no 2 estágio e até 8 bombas no terceiro estágio, sendo assim permitindo combinação de 8-2-4 até 5-2-4 em sistemas que variam de capacidade entre 39.900 até 78.400m³/h, as bombas de vácuo são montadas em estruturas metálicas com um "manifold" de interligação todo em aço carbono com pintura.
8414.59.90	062	Equipamentos sopradores de detritos utilizados em todos os tipos de superfície, com ventoinha de fluxo axial que produz fluxo de ar, movidos por um motor ±25HP à gasolina, com controle conectado à cabo para dar partida ou desligar o motor, ajustar a aceleração e também girar bico soprador 360 Graus em qualquer direção, com 2 pneus e engate para reboque, com altura de 83,8cm; comprimento 200,7cm (292,10cm total medindo do reboque à saída do bico), largura de 122cm.
8414.59.90	063	Unidades de ventilação utilizadas para varrer ou soprar folhas, grama e demais itens agropecuários, em hortas, plantações de reflorestamento e outras produções agrícolas, compostos por motor de ignição por centelha 2 tempos de 1cv, partida manual, com volume de ar de 470m³/h, rotor de diâmetro de 180mm e parada por botão, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 336,86.

8414.80.19	152	Sopradores (bombas de ar ou vácuo) 100% isento de óleo, classe 0 (ISO 8573), de alta eficiência, podendo ser de 2 lóbulos, indicados para pressão negativa, ou 3 lóbulos, indicados para pressão positiva, com capacidade de vazão entre 11.100 e 72.900m³/h, para pressão positiva ou negativa, dependendo da potência e do diferencial de pressão, operando com ou sem dispositivo pré-admissão para fornecimento seletivo do ar de refrigeração na câmara de impulsão por conta da operação ser em ciclos ou contínua, dotados de: eixos fabricados em aço de alta resistência (42CrMo4), cilindro com tecnologia de admissão suave que garante redução das pulsações/ruído, placas laterais em peça única, resistente, de ferro nodular que evitam rachaduras, lubrificação através de bomba de óleo mecânica externa, transmissão com engrenagens
		helicoidais e rolamentos com vida útil acima de 40.000h e baixo nível de vibrações graças a alta concentricidade dos eixos, podem ser equipados com ou sem: bomba de óleo, sensores de vibração, temperatura e pressão para monitoramento.
8415.82.90	023	Equipamentos de ar pré-condicionado para aviões no solo, elétrico, com 3 compressores de 15t, fluxo de 7.740kg/h, pressão de 7.100Pa, afixados sob as pontes de embarque, temperatura de descarga de -7,2 a 4 Graus Celsius, com mangueiras com botoeira liga/desliga e contrai/retrai, anticongelante, ventiladores com VFD, conectável por "WiFi" ou cabo a um painel de controle, a um sistema de monitoramento, a uma sonda de temperatura e a um ionizador de ar.
8415.90.90	041	Unidades condensadoras (externas) de aparelho de ar condicionado VRF modular, do tipo "split-system" (sistema com elementos separados), de capacidade superior a 30.000frigorias/h, com arrefecimento da serpentina a água, com vazão da água de arrefecimento variando entre 77 e 192L/min, e com faixa de temperatura de operação da água de arrefecimento entre 10 e 45 Graus Celsius na função resfriamento (com capacidade de até 191.100kcal/h) e -5 e 45 Graus Celsius na função aquecimento (com capacidade de até 215.000kcal/h), alimentado por corrente alternada de 220 ou 380V, podendo ser conectadas até 4 unidades condensadoras (externas) e até 50 unidades evaporadoras (internas).
8416.30.00	005	Centrais térmicas de potência máxima maior ou igual à 55MW, para linha contínua de MDF, alimentadas por biomassa (cavaco, aparas e pó de madeira), para aquecimento de óleo térmico e gás quente, geração de vapor saturado e injeção de concentrado, contendo grelha móvel de área de superfície igual ou superior a 65m², alimentada por empurradores, com refrigeração a água com trocador de calor a água de pressão entre 2 e 10bar, queimadores de pó de madeira, aquecedor de óleo térmico integrado, gerador de vapor com sua estrutura de suporte, extração de cinzas e pesados, filtragem de partículas, sistema automático de limpeza, controle de fluxo de gases quentes, bombas de transferência de óleo térmico, com painéis de controle e automação, PLC e sistema de supervisão integrados.
8417.10.20	014	Fornos para aquecimento de matrizes com potência nominal de 40kW, com tensão nominal de 380V, com temperatura funcional de 450 Graus Celsius com variação máxima de até 10%, com 15 mudanças de matriz por turno, comprimento máximo do conjunto do anel de matriz 215mm, diâmetro máximo do conjunto do anel de matriz 400mm, juntas de fibra de vidro de malha SS dupla, dotados de isolamento cerâmico espesso de 140mm na tampa e nas paredes, com aquecimento de 4 lados e controle de redundância de 3 termopares, com controlador CLP e painel de controle luminoso, com atuadores pneumáticos industriais pesados para controle de tampa.
8417.20.00	029	Fornos de assamento de tortilhas de trigo, a gás, largura de trabalho 32 polegadas e comprimento 10pés, com capacidade de assamento de 1.200dúzias/h, (tortilha de 80g e 25cm de diâmetro), podendo atingir a temperatura de 180 Graus Celsius em até 1.200s; dotados de 3 zonas de assamento com esteiras lisas; 3 válvulas magnéticas, sistema de ignição com piloto automático, queimador de alta temperatura com 3 filas de portas, deslizador de ancinho ajustável externamente em aço inoxidável, opções de combinações de correntes de rolos, sistema de combustão atmosférica incluindo sinos de mistura gás/ar, orifícios ajustáveis e tubos de inspiração elevados, leitura digital da temperatura, leitura da pressão do gás, indicação opcional de controle de temperatura termostático, painel de controle; alimentação 220V/50Hz.
8417.20.00	030	Fornos de esteira a gás construídos em aço inox com possibilidades de empilhar até 3 "decks", com ou sem esteira bipartida, utilizados para linha de massas(pizza, esfihas e similares), controlador multifuncional e visor digital LCD, produção máxima variável entre 44 a 182pizzas/h, com comprimento aproximado da câmara de cozimento de 1.016mm e largura aproximada de 851mm, comprimento da esteira aproximado de 1.854mm e largura aproximada de 813mm, controle de velocidade da esteira ajustáveis e independentes, tempo de cocção variando de 1 a 30min, temperatura ajustável variável entre 127 a 316 Graus Celsius.
8417.80.90	073	Incineradores industriais de óleo de silicone para o controle de névoa em plantas de produção de ácido sulfúrico a partir da produção de gás de combustão com particulado de dióxido de silício em suspensão, com vazão nominal de gás entre 25 e 420kg/h.
8417.80.90	074	Incineradores térmicos recuperativos, com sistema de recuperação de calor por meio de trocador de calor no interior da câmara de combustão, para purificação do ar com solventes e COV'S - compostos orgânicos voláteis, proveniente das estufas do processo de cura de tinta de carrocerias, alimentados a gás natural por meio de um cavalete, comandado por CLP (controlador lógico programável), com a câmara de combustão isolada tendo o comprimento de 9,3m, capacidade de vazão entre 8.000 a 13.000Nm³/h, temperatura de combustão de 760 Graus Celsius e eficiência térmica de 56 a 60%.
8417.90.00	079	Ex 079 - Combinações de máquinas, para sistemas de refrigeração de água de fornos à vácuo, compostas de: placa e estrutura de trocador de calor com taxa de fluxo total de 400Galões/min (GPM) (1.514L/min (LPM)) cada e aumento de temperatura de 20 graus Fahrenheit (11 graus Celsius) sendo a placa e a moldura de trocador de calor, com placas de aço inoxidável SS e juntas de nitrilo; 2 bombas de forno, cada uma com motor de 15HP e uma bomba duplex idêntica; Reservatório fechado de 1.500 galões (5.675L) para o refrigerante do forno; medidor do local do reservatório com válvulas "shut-off"; válvulas de trabalho na entrada e descarga da bomba; válvula "check" e a descarga da bomba; Indicador de pressão no reservatório do forno; regulador de gás inerte de baixa pressão para eliminar o oxigênio do sistema com uma válvula de alívio de pressão integrada; porta de enchimento do reservatório; dreno do reservatório; base de aço estrutural; sistema de backup de emergência com bomba operada em
		ar ou argônio ou nitrogênio; painel de controle elétrico 60Hz 440V/trifásico; fusível; controle de circuito do arrancador de motor para as bombas, fusão do circuito de ramificação; luzes piloto para a bomba, interruptores seletores; painel montado e conectado ao sistema de resfriamento do forno; torre de resfriamento por evaporação contendo: 1 ventilador com transmissão axial; 1 bomba de 30HP mais 1 bomba reserva; colmeias para passagem de ar (trocar calor de processo); janela de visita para inspeção e limpeza; tela removível na base; tubulação de entrada e saída de água; bomba do sistema de resfriamento; 1 reservatório de 10 pés de altura (3,05m).
8418.69.10	004	Máquinas de produção de sorvetes por extrusão, para produção de picolés a base leite com injeção de ar que podem ter ou não cobertura de chocolate ou suco, com capacidade de 12.000 a 15.000produtos/h, dotadas de: sistema de fabricação e coleta de picolés, sistema de refrigeração e 2 sistemas de embalagem.
8418.69.99	089	Resfriadores de contrafluxo construído em aço, com capacidade de resfriamento de 10t/h de "pellet", capacidade de ar de 16.000m³/h, com janela de vidro de segurança e inspeção, com 2 sondas de níveis para operação e segurança, com esteira transportadora tipo elevador de canecas com capa inteiramente fechada, com silo de armazenamento, com peneira vibratória inclinada, com amortecedores e 2 vibradores elétricos.
8419.32.00	049	Mesas de secagem tipo "double facer - forradeiras" automáticas, concebidas para operar em linha de produção de papelão ondulado, com velocidade máxima de produção igual ou inferior a 450m/min, capazes de operar com chapas de papelão de largura máxima igual ou inferior a 3.400mm, dotadas de 3 ou menos seções de secagem e sistema de pressão tipo "platerol".
8419.32.00	050	Secadores de esteira para pó de serra, funcionamento em baixa temperatura, construído em aço, com isolamento de lã de rocha, com umidade de entrada máxima de 50%, com capacidade de saída máxima de 5t/h, com 3 exaustores com potência de 37kW, com trocadores de calor de até 5,5MWt, com esteira de poliéster, com funcionamento totalmente automático e operado por CLP, com sistema de limpeza a seco, com silo piso móvel tamanho 8.000 x 10.000mm movimentado por sistema hidráulico, com esteira e peneira de discos, com silo dosador com 2 fusos 600 x 6.000mm, com sistema de detecção e mitigação de faísca e chama por aspersor de água contínuo e automático.
8419.39.00	165	Liofilizadores para uso farmacêutico com câmara de liofilização retangular em aço inox AISI316L com até 20 prateleiras (prateleiras úteis e prateleiras para o controle de temperatura), interdistância entre 0,80 e 120mm, capacidade máxima de gelo de até 150kg, com temperatura de trabalho que varia entre -45 a 90 Graus Celsius, com área total entre 8 e 14m²,capacidade produção de até 60.000frascos de tamanhos diversos, com bomba de vácuo e sistema de refrigeração sistemas de esterilização SIP (steam in place) e CIP (clean in place), painel de comando e ou controlador lógico programável (CLP), "Tofflon Master Control System" baseada em SCADA e USFDA 21 CFR Part 11.
8419.39.00	166	Combinações de máquinas para revestimento (coating) com polímero de PVdC (policloreto de vinilideno) em emulsão, para conferir propriedades de barreira contra oxigênio e água, aplicado sobre filme de PVC (poli cloreto de vinila) rígido, isento de plastificantes, compostas de: 3 câmaras de aplicação pressurizadas, 3 sistemas de secagem por leito fluidizado contínuo, sistemas de tratamento de tensão superficial e dispositivo ótico de controle de qualidade, com velocidade de operação maior ou igual a 120m/min e área útil de aplicação entre 1.000 e 1.650mm, destinadas a fabricação de embalagem de produtos farmacêuticos tipo blister.
8419.39.00	167	Unidades funcionais de secagem por pulverização de várias etapas projetado sob medida, compostas de: câmara de secagem (Drying Chamber) com temperaturas de operação entre 84 e 210 Graus Celsius, leito fluido interno (IFB) e leito fluido externo (EFB) que tem a função de resfriar o produto até 30 Graus Celsius; feito de aço inoxidável SS 316L e SS 304, como parte de uma planta de secagem por pulverização para a produção de "aroma para ração animal"; com umidade de 5%, uma taxa de alimentação de 2.250kg/h, capacidade de evaporação de água de 1.500kg/h, capacidade de produção de pó de 750kg/h, atomizador de alta pressão com bicos periféricos intercambiáveis com uma pressão de trabalho de 200bar e uma pressão máxima de 220bar.
8419.50.90	026	Trocadores de calor de chapas espirais soldadas com área de troca térmica compreendida entre 1 e 1.000m², podendo ser montado na configuração horizontal ou vertical, dependendo de sua aplicação.
8419.50.90	027	Trocadores de calor do tipo "Ar-Ar", com "interface" isolada sem troca direta com capacidade nominal de 100W/K troca de calor, compostos por ventiladores e radiadores em alumínio laminado, montados internamente, fabricados sob desenho e especificação técnica dedicados que garantam sua utilização e montagem exclusiva em conversores estáticos de geração fotovoltaica de energia.
8419.89.19	127	Equipamentos para controle de temperatura de processo classe lll para líquidos inflamáveis, sendo 3,4kW de potência de refrigeração a 20 Graus Celsius e 6 kW de potência de aquecimento, voltagem 220V/60Hz, com faixa de temperatura de -45 a 250 Graus Celsius, constância de temperatura de +/-0,05 a +/-0,1, resolução de 0,01 Graus Celsius e bomba com acoplamento magnético de vazão de 35 a 76L/m.
8419.89.40	030	Câmaras de vaporização automática de cianoacrilato; com pré-filtro eletrostático até 99,5% eficaz; com câmara de filtragem dinâmica; com placas aquecedoras que aquecem até 400 Graus Celsius; com ou sem lâmpada UV de descontaminação de DNA e com "interface" de LCD sensível ao toque.
8419.89.40	031	Combinações de máquinas para tratamento e reaproveitamento como vapor, de efluentes líquidos oriundos do processo de fabricação de painéis reconstituídos de madeira, mediante o uso de vapor comprimido mecanicamente com capacidade de tratar até 60t/h de efluente residual industrial e gerar até 55t/h de vapor a pressão máxima 16bar; compostas de: compressor tipo centrífugo para alterar a pressão e temperatura, afim de evaporar o efluente e obter um concentrado com sólidos finais de 15 a 25% e vapor de processo para fabricação de MDF; evaporador principal de tipo película descendente com 2 estágios de concentração, e um terceiro estágio de recirculação forçada; sistemas de adição de químicos para limpeza em operação, bombas, agitadores, tanques de armazenamento, e 2 sistemas de geradores de vapor
		compostos por trocadores de calor de convecção natural, separadores de vapor, e sistemas de recuperação de energia com recipientes de expansão de condensados de altas temperaturas; com painéis de controle, automação PLC e sistema de supervisão integrado.
8419.89.99	323	Cozinhadores contínuos para conversão enzimática de amidos nativos, para aplicação na produção de papel, dotados de dosador enzimático com controle de fluxo, seção de reação baseada na tecnologia de misturador estático (sem partes móveis no reator), com ou sem regulação de viscosidade, capacidade máxima de material sólido seco igual ou inferior a 2.500kg/h, com ou sem tanques de armazenamento.
8419.90.90	018	Módulos de expansão para resfriador de clínquer, com dimensões de 1,3 x 4,2m e placas de distribuição de ar 4 x 14/cada módulo, com barras transversais fixas e móveis, para expansão da capacidade de carga das grelhas fixas de 41,8 para 45,4t/m²/24h, expansão da área de resfriamento de 71,7 para 88,1m² em 4.000t/dia de clínquer, expansão da capacidade instalada de ar de resfriamento de 2,15 para 2,34kg/kg clínquer, compostos por: reguladores individuais de fluxo de ar autoajustáveis; medidores de fluxo; sensores de temperatura, de vibração, de pressão, e de proximidade; sistema de lubrificação automática; conjunto de equipamentos elétricos de controle e acionamento, dotados de seus suportes de instalação.
8420.10.90	059	Calandras para transferência térmica de impressão contínua em matérias têxteis e demais substratos, através do processo "transfer" (sublimação), com sistema de aquecimento do cilindro a vácuo em banho de óleo, cilindro principal de diâmetro 500mm, largura nominal 2.000 ou 2.200mm e útil 1.800 ou 2.000mm, velocidade mecânica compreendia de 0,5 a 7,5 m/min incluindo seus limites, potência nominal de 26 ou 32kW, temperatura controlada ao limite de 230 Graus Celsius, com painel de controle com CLP.
8420.91.00	016	Cilindros em aço com acabamento em borracha e/ou "teflon" com refrigeradores internos para circulação de água gelada, com diâmetro igual ou superior a 190mm e largura igual ou superior a 1.800mm, utilizado para o resfriamento do polietileno aquecido aplicado sobre a superfície de papel cartão com redução da temperatura de aproximadamente 300 para 15 Graus Celsius.

8421.21.00	208	Placas de membranas submersíveis para tratamento de esgotos residenciais, de material polietileno clorado(CPE), com poro máximo de 0,4nmicrometros (média de 0,2nmicrometros), retangulares, com área superficial de 320mm x 297mm, ou 220mm x 210mm, revestidas com material não tecido, capazes de filtrar sólidos presentes de tamanho igual ou maior a 0,01nmicrometros, com capacidade por placa de 40 a 60L/dia, para filtração com fluxo ascendente suave, e temperatura máxima de operação a 28 Graus Celsius, com pH do liquido entre 3-12.
8421.21.00	209	Geradores de água purificada por osmose reversa, utilizados na purificação de água em qualidade predeterminada e pronta para utilização na produção de insumos farmacêuticos, com capacidade produtiva igual a 650 ou 2.000L/h, sistema de pré-tratamento (abrandamento de água), sistema de sanitização feito por gerador de ozônio eletrolítico, lâmpadas de esterilização UV (ultra violeta), analisador de TOC (Carbono Orgânico Total), controlados localmente por computadores tipo PC industrial para controle de processo e armazenagem de informações, acompanhados de seus respectivos reservatórios, filtros, sistemas de dosagem, trocadores de calor, bombas, tubulações e válvulas controladoras.
8421.29.90	177	Equipamentos de bombeamento, para redução do teor de umidade de "sinter feed", abaixo de 5%, através do processo de sucção a vácuo e bombeamento de água, dotados de: 4 bombas interligadas de duplo estágio, com capacidade máxima de 84m3/h por bomba, potência de 7,5kW e alimentação de 440V; mangueiras de plástico flexível reforçadas com acessórios e pressão de ruptura de 1,6MPA, válvulas borboleta com atuador, coletores de ferro fundido, transmissores de pressão a vácuo e folhas de membrana de polietileno, dispostos numa geometria específica para realizar a sucção da água livre do aglomerado.
8421.29.90	178	Cortadeiras digitais, para trabalhos rolo a rolo, para corte de etiquetas autoadesivas fabricadas em papéis ou filmes de polipropileno, de polietileno e outros materiais, pré-impressas ou sem impressão, com 2 cabeças de corte padrão e opção de até 4 cabeças de corte, com bomba de vácuo, com velocidade máxima de corte de 6m/min, diâmetro máximo de rolo de 450mm, largura máxima de rótulo de 320mm, largura corte de 40mm a 340mm, comprimento de etiqueta/rótulo de 10 a 400mm com opção de até 1.200mm se segmentado, distância mínima entre rótulos de 2mm, com distância mínima da marca para a borda de 2mm, para corte de rótulos de tamanho máximo de 320 x 400mm, lâminas de corte de aço de tungstênio, precisão de corte de 0,1mm, com suporte para laminação, "interface" USB 2.0, Rede 10/100 e GPIO, largura de corte longitudinal de 10 a 310mm, velocidade máxima de corte longitudinal de 100m/min.
8421.29.90	179	Ferramentas de filtragem para completação de poços de petróleo, com filtro interno, com elementos internos elastoméricos de material "Chemraz" ou HNBR, fabricadas de aço carbono, com diâmetro externo de 1,065 polegadas e comprimento de 11,6 polegadas de face a face.
8421.39.90	178	Oxidantes térmicos regenerativos (RTO) automáticos utilizados para o tratamento de emissão de compostos orgânicos voláteis (VOC), com trocadores de calor regenerativos de massa cerâmica, capacidade de fluxo máximo de 13.000Nm³/h, dotados de controlador lógico programável (PLC), câmara de combustão, torre para a liberação do gás tratado, escadas e plataforma em aço galvanizado, transmissores de temperatura e pressão.
8421.39.90	179	Filtros de mangas para resfriador de clínquer, com carcaça produzida em aço carbono, revestida com aço especial anti abrasão tipo "Hardox", com 4 compartimentos compostos por mangas de tecido de fibra de vidro e PTFE, com peso específico de 750g/m², capazes de suportar temperatura contínuas de 260 com picos de 280 Graus Celsius; consumo máximo de ar comprimido do filtro: 0,75Nm³/min, pressão necessária de ar comprimido para operação: 600kPa, emissão de poeira (seco) de 20mg/Nm³, taxa de fluxo de gás de 281.880m³/h, temperatura de entrada em operação: 120 Graus Celsius, sistema de limpeza das mangas através de ar comprimido, 4 unidades de válvulas rotativas de vedação de ar com acionamentos de potência de 0,12kW, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 6.322.379,84.
8421.39.90	180	Filtros de poeira compostos de casco em aço carbono e elementos filtrantes internos em fibra de vidro, para remoção de particulados de corrente de ar úmido, com vazão de 104.100Nm³/h (0 grau Celsius, 1atm(a)), pressão de 386kPa(a) e temperatura de 245 Graus Celsius, com eficiência de 100% para partículas sólidas maiores ou iguais a 3 mícron e 99%, em massa, para partículas sólidas de tamanho entre 0,5 e 3 mícron.
8421.39.90	181	Filtros para limpeza de ar proveniente de processo de fabricação de fraldas contendo fibras de celulose pulverizadas misturadas com partículas de gel absorvente à base de poliacrilato de sódio, com vazão máxima de 900m³/min com 6 canais de filtragem, eficiência de filtragem de 3 a 5mg/m³, sensor de segurança de monitoramento de pressão, tambor estruturado de filtragem com manta filtrante de alta densidade e sistema de troca rápida tipo zíper, sistema de aspiração com válvula de desvio intermitente para limpeza da manta filtrante contendo 6 bocais de aspiração montados próximos ao tambor e interligados ao ventilador de alto vácuo, ventilador principal de alta eficiência e geração de alto vácuo, placa defletora de piso para evitar acumulo de partículas, sistema de proteção contra incêndio com "Splinkers" e painel elétrico de controle e proteção do sistema.
8421.39.90	182	Filtros para limpeza de névoa de fluido de corte providos de máquinas-ferramenta, com 3 estágios de filtragem, para filtrar o ar e condensar a névoa do fluido de corte, dotados de um filtro primário tipo "Chevron" com 4 placas de aço inox e eficiência de retenção de 72,95% para partículas maiores que 20 micrometros, 2 filtros secundários de malha de aço inox com eficiência de 97,42% para partículas maiores que 5micrometros e um dispositivo "skimmer" para remoção de partículas acima de 30 micrometros com eficiência de 91,36%, sucção através de turbo ventilador com capacidade de pressão de 250mmH2O.
8421.39.90	183	Equipamentos para depurar gás metano (CH4) à uma concentração mínima de 94% de pureza por meio de adsorção por modulação de pressão (PSA), compostos por 12 vasos purificadores contendo materiais adsorventes como carvão ativado e alumina para remoção de gás carbônico (CO2), nitrogênio (N2) e oxigênio (O2) do biogás, controlados por uma única válvula rotativa, equipados com válvulas operacionais e instrumentos de medição e controle.
8421.39.90	184	Aparelhos para purificação e filtragem do ar operando através de filtros mecânicos do tipo "HEPA" (High Efficiency Particulate) e filtros desodorizantes, com sensor de odores e material particulado e indicador luminoso em LED da qualidade do ar, para uma área de cobertura de até 158m² e fluxo de ar de 20CMM (m³/min), com capacidade de ser integrado a um sistema de automação de climatização e com conexão à rede sem fio (Wi-Fi) para controle remoto através de aplicativos.
8421.99.99	096	Mídias filtrantes descartáveis, para aplicação em tratamento biológico de águas e efluentes, dotadas de polietileno virgem ou reciclado, com diâmetro igual ou inferior a 30mm e espessura igual ou inferior a 1,1mm, concebidas em formato paraboloide ou outros para livre movimentação no meio líquido, anti-aglomeração e auto limpeza por cisalhamento.
8421.99.99	097	Elementos randômicos media PE 5, peça circular de parede externa ondular, fabricada em polietileno de alta densidade virgem na cor branca com desenho composto por 12 cavidades com arestas internas no diâmetro externo formado por ângulo originário de 30 Graus e 6 cavidades internas sem arestas no interno com ângulo originário de 60 Graus, e centro sextavado, todos com espessura de parede regular, formando um conjunto estruturado caracterizado por um diâmetro total de 25mm e altura entre 10 e 12mm, perfazendo um número total de 118mil peças/m³, utilizada para desenvolvimento de micro-organismos em reatores de leito móvel.
8421.99.99	098	Módulos de membrana contendo fibras ocas de politetrafluoroetileno (PTFE) com tamanho de poro variando de 0,01 a 0,1micrometros; resistente a óleo e graxa; podendo operar em uma faixa de pH de 0 a 14; resistente a 100.000ppm de cloro/h; 240.000ppm de soda cáustica por hora por um período de 10 dias; resistência mecânica de 63N / fibra sem uso de qualquer fibra de reforço; as fibras ocas são fixadas às extremidades dos cartuchos por cabeçotes de resina epóxi / poliuretano; os cartuchos podem ser confeccionados em material plástico ou material metálico; utilizado para filtração de águas residuais e água com direção de fluxo de fora para dentro; área de superfície de 25 a 100m²; comprimento de até 3.400mm; diâmetro de até 260mm; temperatura máxima de operação de 50 graus Celsius com cartucho comum e até 200 graus Celsius com cartucho resistente ao calor; pressão de operação usual inferior a 50kPa; pressão transmembrana inferior a 100kPa para filtração; pressão inferior a 200kPa
		para retro lavagem; e para cartuchos resistentes ao calor, pressão operacional superior a 50kPa; pressão transmembrana inferior a 100kPa para filtração; pressão inferior a 200kPa para retro lavagem.
8422.30.10	115	Máquinas tipo monobloco automáticas em aço inoxidável, controladas por um CLP, compostas por um sistema de enxágue eletropneumática de enxágue e injeção de 2 fases de produtos para garrafas com diâmetro máximo de 115mm, com uma enchedora com tanque anular por alta pressão isobárica, com válvulas eletropneumática com diâmetro máximo de 115mm, com válvula eletropneumática do circuito de nivelamento automático, do circuito vácuo, de compressão da pressão do gás do tanque, do circuito de gaseificação, dotada de sistemas de garrafas falsas automáticas para lavagem das válvulas, predisposta por um circuito CIP de esterilização, com injetor eletropneumático de gás, com torre "trivolver" giratória composta por um dispositivo arrolhador para rolha de vinho raso e rolha de espumantes, com uma capsuladora com rosca "screw cap" e tampa corona metálica em um único cabeçote, com um dispositivo de 4 rolos "no cap/no roll" (sem tampa, sem rolo) para cápsula de rosca em
		alumínio, com alimentador automático de rolhas de cortiça rasas e de espumantes para arrolhador, com alimentador mecânico para transporte de tampas de rosca/coroa, ambos com capacidade de 3.000rolhas/h, com estrelas reguláveis para garrafas cilíndricas e cone truncado com diâmetro entre 60 e 115mm.
8422.30.29	883	Equipamentos para envasar barris de chopp tipo KEG de 10, 30 e 50L, com capacidade igual ou superior a 240barris/h; constituídos de: unidade robotizada despaletizadora e paletizadora, com inspeção de barris e paletes; unidade de inspeção de alimentação, com virador seletivo de barris, dispositivo de presença, com ou sem removedor automático de lacre, estação de controle de pressão residual interna de barris e pesagem de barris vazios; unidade de lavagem e enchimento, composta de 2 lavadoras e enchedoras para limpeza e esterilização interna de barris, com 2 cabeçotes de pré-lavagem, 6 cabeçotes de limpeza principal e 2 cabeçotes de enchimento de forma progressiva e asséptica, com concentração de O2<30ppb e perda de CO2<0,05g/l, com medidores de fluxo, válvula para controle de pressão, sistemas de limpeza, sistemas de esterilização e tanques para soluções químicas para limpeza interna; unidade de inspeção de descarga, com virador de barril, sistema de pesagem de barris, detector de
		barril quente, estação de controle de micro vazamento, estação de desinfecção, controlador de temperatura e sistema de rejeição de barris; unidade de pausteurização automática com sistema CIP e dosadores, com capacidade de 120 a 180hl/h, com ou sem tanques, com medidores de energia e medidores de fluxo; unidade de filtragem, com válvulas, instrumentação para análise de qualidade de CO2 e O2, medidor de condutividade, dosador de CO2 e nitrogênio; sistemas de códigos matriciais; transportadores; painéis elétricos com controlador lógico programável e Interface Homem Máquina (IHM).
8422.30.29	884	Combinações de máquinas para lavar, despirogenizar, envasar, tamponar, transportar e recravar frascos-ampolas de vidro para dosagens e formatos variados, utilizadas para envasar produtos farmacêuticos de pequeno volume, com capacidade máxima de 400frascos/min, compostas de: lavadora de frascos linear com 10 estações, compreendidas de sopro de ar interno, externo, lavagem interna, externa e gotejamento, empregando ar comprimido estéril, água reciclada e água para injetáveis; túnel de despirogenização com 3 zonas, alimentação, aquecimento e resfriamento, com fluxo laminar; mesa rotativa integrada com o túnel de despirogenização e com a dosadora de pó com proteção RABS , luvas instaladas nas laterais da mesa e fluxo laminar; máquina dosadora de pó composta de 2 discos de dosagem duplos, sistema de checagem de peso estatístico ou de 100% dos frascos, estação de envase de líquidos para teste de "Media Fill"; estação de colocação de tampa de borracha, com proteção "RABS", luvas
		instaladas nas laterais da máquina e fluxo laminar; mesa rotativa para acumulo de frascos vindos da dosadora, com sensores de carga máxima, com proteção RABS, luvas instaladas nas laterais da mesa e fluxo laminar; esteira de transporte com sistema de abertura vertical, com proteção RABS, luvas instaladas nas laterais da esteira e fluxo laminar; recravadora de frascos com proteção "RABS", luvas instaladas nas laterais da máquina e fluxo laminar; suportes para contador de partículas viáveis e não viáveis distribuídos na linha.
8422.30.29	885	Máquinas automáticas com sistema "blow-fill-seal" para extrusão, moldagem, enchimento e selagem automática asséptica de recipientes plásticos, com soluções aquosas/injetáveis com 15 moldes de 20 cavidades cada um, volume de enchimento 10ml, capacidade máxima de enchimento de aproximadamente 20.000peças/h, com CIP (cleaning in place) e SIP (sterelization in place) para enchimento e selagem asséptica dos recipientes.
8422.40.90	005	Combinações de máquinas automáticas para alinhar, agrupar, cortar e embalar pães de hamburguer em pacotes de filme plástico de largura igual ou superior a 450mm, com quantidades diversas, com capacidade de produção igual ou superior a 20pacotes/min cada embaladora, compostas de: esteira transportadora divisora, esteira transportadora em "i", esteira transportadora em "s", 2 agrupadores, 2 fatiadoras de pães, 2 esteiras transportadora alimentadora, 2 embaladoras, com controlador lógico programável (CLP) e "interfafe" homem máquina (IHM).
8422.40.90	006	Máquinas automáticas para agrupamento e encaixotamento de pães de forma em caixas de papelão tipo "Wrap-Around", com dimensões máximas de 600 x 400 x 350mm, com capacidade até 32caixas/min, dotadas de controlador lógico programável (CLP), tela sensível ao toque, estação automática de armação e alimentação de caixas (magazine) de comprimento útil 1.500mm com dispositivo "pick and place" de alavanca com 2 manipuladores acionados por servomotor, trabalhando por meio de ventosas e dispositivo de vácuo, esteira central de transporte de caixas com 4 correntes paralelas com arrastadores acionada por um servomotor, ajuste automático da largura da caixa através de dois servomotores, esteira de aceleração de entrada e dispositivos de contagem e agrupamento de produtos por meio de esteira com múltiplos berços, empurrador horizontal acionado por servomotor com dispositivo compactador, dispositivo de dobra de abas internas e externas com fechamento feito por cola quente

		aplicada através de coleiro com mangueiras e bicos, conjunto de guias laterais de compressão, transportador motorizado de saída com inversor de frequência para as caixas fechadas.
8422.40.90	007	Máquinas automáticas para o envolvimento de cargas paletizadas em filme plástico esticável "stretch", por anel rotativo, com capacidade máxima de produção de até 150paletes/h, equipadas com dois cabeçotes com sistema de pré-esitro, solda e corte automático, sistema de controle de tensão para aplicação do filme e alimentação simples do filme através do sistema S (S-TYPE).
8422.40.90	008	Máquinas automáticas para unitizar cargas, com capacidade de produção de até 210cargas/h (variável em função das dimensões das cargas e características de cintagem), com 3 cabeçotes de cintagem com fita plástica e banco de testes, lanças para guiar fitas, acionamento elétrico do sistema de compressão, sistema de selagem da fita de arquear ultrassônico tipo "SoniXs", mesa giratória interna e controlador lógico programável (CLP).
8422.40.90	009	Máquinas automáticas para alinhar e cintar com fita plástica pacotes de caixas de papelão desmontadas, com velocidade máxima de produção igual ou superior a 26pacotes/min (variável em função das dimensões do pacote, forma de alimentação, velocidade da linha, tipo de transportadores e tipo de produto), com amarração simples ou dupla, introdução da fita externa com emenda automática no final do rolo sem interromper o ciclo de amarração, com transportador de entrada, controlador lógico programável (CLP) e interface homem máquina para controle de parâmetros.
8422.40.90	010	Máquinas automáticas para cintar com fita plástica pacotes de caixas de papelão desmontadas, com ou sem sistema de esquadrejamento de pacotes, com velocidade de produção de até 28pacotes/min (variável em função das dimensões do pacote, forma de alimentação, velocidade da linha, tipo de transportadores, tipo de produto e padrão de cintagem), com sistema de selagem ultrassônico da fita de cintar tipo "SoniXs".
8422.40.90	011	Máquinas embalagem de tampas de papel, com vários tipos de filmes, controladas por um CLP, com tela "touchscrean", com velocidade igual ou 15tampas/min, com sensor para detectar a tampa, com lâminas de selar lateral e o saco para selagem do terceiro lado, com correia transportadora até caixa corrugada, com controle de temperatura por termostato.
8423.30.11	024	Unidades funcionais para alimentação, pesagem e dosagem contínua de matérias primas para produção de até 45t/h de massa refratária, compostas de: correias transportadoras fixas e móveis com larguras de até 600mm, silos de armazenamento de 7, 13 e 28m³, balanças pesadoras apoiadas em células de carga com capacidade de até 1.000kg, dispositivos de dosagem de matérias primas finas até a granulometria de 45 micrometro e para dosagem de matérias primas grossas até a granulometria de 5mm, despoeiramento realizado em 7 estações com capacidade de 0,48 até 4,12m³/s, 10 talhas elétricas com capacidade de movimentação de 5t de matéria prima, transportadores helicoidais, automação do sistema e elevadores de carga automáticos.
8423.89.00	071	Equipamentos móveis e portáteis com capacidade máxima 20t para pesagem de veículos rodoviário de cargas com pneumáticos, pesagem em movimento até 20km/h, equilíbrio de carga por detecção tubular dentro do perfil da faixa de pesagem, comprimento 1.246mm, altura 11mm, peso entre 2,3kg, projetados para trabalhar com temperatura entre -20 e +60 Graus Celsius, construídos em liga de alumínio resistente a corrosão e aço inoxidável, resistente a agua com IP 67, alimentação DC de 12V a 24V, "interface" de entrada e saída de dados "CAN-USB", com ou sem esteira niveladora construída em polipropileno e cabos de aço inoxidável maior ou igual a 2,8m, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 70.909,96.
8424.89.90	415	Robôs elétricos para limpeza de painéis fotovoltaicos a água, com alimentação por bateria de lítio de autonomia de 4h, com controle remoto 490W, alcance de 150m e frequência de 433MHz, com escovas de 800 x 170mm com cerdas em configuração helicoidal de forma a não deixar rastro, com pressão de água a 3.500Pa, com inclinação máxima de 20 Graus e velocidade variável até 30m/min, velocidade de limpeza de 800m²/h e mangueira de 50m, diâmetro 13mm.
8424.89.90	416	Equipamentos para irrigação e reaproveitamento de água sobre pistas de baixa aderência para testes de sistemas de freios, estabilidade e de segurança veiculares, com pressão de trabalho de 0,1bar, dotados de: 1 bomba centrífuga submersível com potência de 8,5kW e vazão de 927L/min; 3 bombas centrífugas submersíveis com potência de 3kW, vazão de 288L/min; painel de comando eletroeletrônico para controle de vazão das bombas com conexão "WiFi"; filtros de água; válvulas borboletas motorizadas para controle de fluxo; pressostatos; medidor de nível de água; tubulação acoplada a bicos de injeção de jato plano lançados sob baixa pressão, montados em canaletas de concreto polimérico com fixação por grelhas metálicas.
8424.89.90	417	Pulverizadores portáteis para desinfecção de ambientes, com ou sem rodas, com pressurização a ar comprimido, com estrutura em plástico ou chapa de aço, dotados de reservatório pressurizado ou não para capacidade máxima igual ou inferior a 4 galões (aprox. 15L), com pressão máxima de operação igual ou inferior a 65psi, com capacidade máxima de pulverização igual ou inferior a 2,5 galões/ha (aprox. 9L), dotados de respectiva mangueira com comprimento máximo igual ou inferior a 300 pés (aprox. 91m), e pistola de pulverização eletrostática dotada de gatilho com ou sem trava e "led" indicador de operação com "spray" de alcance máximo igual ou inferior a 15 pés (aprox. 4m).
8424.89.90	418	Equipamentos do tipo "airless" (sem compressor) para aplicação de tintas por pulverização, equipados com motor e bomba com pistão de alta pressão, permitindo a aplicação igual ou superior a 1,9L/min de tintas dos tipos acrílica, esmalte ou epóxi; com pressão máxima de trabalho igual ou superior a 200bar; com 1 pistola, 1 bico, 1 porta bico e 1 ou 2 mangueiras de ar.
8424.89.90	419	Máquinas para granulação, secagem e revestimento de produtos farmacêuticos em bateladas, através de leito fluidizado, resistente a pressão de até 10bar, dotadas de: recipiente de produto com volume máximo de 28L (volume de trabalho de 20L); pistola de pulverização para granulação; pistola de pulverização para revestimento pelicular tipo "wurster"; sistema de filtro de cartucho; sistema de tratamento/condicionamento do ar de entrada; unidade de filtro "HEPA"; bomba peristáltica integrada; sistema de exaustão com ventilador; sistema automático de controle com painel de operação por interface homem máquina de tela sensível ao toque e painel elétrico com controlador programável.
8424.89.90	420	Equipamentos para aplicação de líquido (ácido AC Restain TC) separador anti-manchas em folhas de vidro plano durante o processo de fabricação na zona fria, dotados de: reservatório de líquido com agitador incorporado, com capacidade para 150L de líquido, um misturador, bomba dosadora automática, 2 bombas principais, 4 filtros de sedimentos, 4 cilindros elétricos de controle da abertura das comportas, barra aplicadora de líquido automática, bomba de retorno, painel elétrico de potência e controle, placas de acrílico para a montagem da cabine e acessórios para pleno funcionamento.
8424.90.90	097	Conjuntos de pulverização de líquidos, próprios para lavadoras d'água de alta pressão, com capacidade de suportar pressão máxima de 125 a 175bar e temperatura máxima de 40 Graus Celsius, dotados de: conjunto pulverizador de detergente com fluxo de 5 a 7,1L/min a uma pressão nominal de 45 a 60bar; sistema de conexão com mangueira de engate rápido e antitorção que permite giro em 360 Graus; parte do punho, tubo de proteção, lança de jatear e tubo angular construídos em polímero; válvula reguladora de pressão com carcaça em polímero; podendo possuir ou não mangueira flexível de alta pressão composta por malha têxtil em 3 camadas; bico leque com regulagem de pressão, possuindo fluxo de 4,3 a 6,5L/min a uma pressão nominal de 80 a 124bar, com ângulo do "spray" de água de 20 Graus(±3 Graus); com ou sem bico
		turbo com fluxo de 6 ou 6,5L/min a uma pressão nominal de 75 a 114,8bar, com velocidade rotacional do "spray" de 3.500 ou 4.500rpm e ângulo do "spray" de água de 21 Graus(±2 Graus).
8424.90.90	098	Conjuntos de pulverização de líquidos, próprios para lavadoras d'água de alta pressão, com capacidade de suportar pressão máxima de 160bar e temperatura máxima de 40 Graus Celsius, dotados de: sistema de conexão com a mangueira de engate rápido e antitorção que permite giro em 360 Graus; parte do punho e lança de pressão construídos em polímero; válvula reguladora de pressão com carcaça em polímero; mangueira flexível de alta pressão composta por malha têxtil em três camadas; bico leque com regulagem de pressão, possuindo fluxo de 5,5 ou 5,7L/min a uma pressão nominal de 70 ou 90bar, com ângulo do "spray" de água de 20 Graus(±3 Graus); bico turbo com fluxo de 5,7L/min a uma pressão nominal de 65 ou 90bar, com velocidade rotacional do "spray" de 5.000 a 8.000rpm e ângulo do "spray" de água de 20 Graus(±3 Graus).
8425.19.90	003	Turcos de içamento e lançamento de baleeiras até carga máxima de 25.000kg, operados por forca elétrica, projetados para uso em ambiente marinho "offshore" extremo e corrosivo de execução por redução de gravidade, com posição de embarque a nível de bordo ou convés, pesando aproximadamente 4.879 a 14.500kg, com carga de trabalho segura (SWL) de 6.625 a 25.000kg, ângulo de caimento de 20graus/20graus descida máxima (incluindo ângulo) em 55 a 64m, temperatura de operação entre -20 e +45 graus Celsius, velocidade de lançamento aproximada até 5m/min, menor velocidade de lançamento de acordo com a regulação solas (s= 0,4 + 0,02h), com polias galvanizadas equipadas com rolamentos tipo esfera, com instalação por 3 pontos soldados em convés, equipado com guincho provido de cabeamento de aço certificado resistente à rotação de diâmetro 18 a 36mm, mbl 298 a 750kN, 1.960n/mm², acionados por unidade de força elétrica trifásica, 440V, 60Hz, ip56, com consumo de potência
		em 27 a 33,5kW, motor de pré-aquecimento com potência de 40W, método de partida "DOL" (direct on line) com cabine elétrica e transformador de 440/42VAC.
8426.41.90	139	Guindastes pneumáticos de autopropulsão, tipo "Reach Stacker", alimentados por motor diesel com uma potência entre mínima de 177kW e máxima de 300kW, chassi do tipo caixa, distância entre eixos máxima de até 6.400mm e capacidade máxima de carga entre 10 e 46t, sistema hidráulico com bombas de pistão e sinal de carga LS, cabine de ampla visão, sistemas para monitoramento de excesso de peso, segurança, comunicação e controle de cabos "Can Bus", lança telescópica hidráulica com "spreader" e trava mecânica adequada para elevação, transporte e armazenamento de contêineres padrão ISO de 20 a 40pés, com capacidade para empilhar no mínimo 5 e no máximo 6 contêineres de 9 pés e 6 polegadas na primeira linha.
8426.41.90	140	Guindastes autopropulsados sobre pneumáticos, acionados por motor diesel de potência mínima de 160kW, com capacidade de carga de até 70t, dotados de lança telescópica hidráulica com "spreader", "tool carrier" ou gancho próprios para elevação, transporte e armazenagem de contêineres de 20 a 40 pés e cargas em geral, equipados com sistema de identificação de falhas, com entre eixos compreendido entre 5.400 e 7.500mm.
8426.41.90	141	Guindastes portuários autopropulsados, montados sobre pneus, próprios para movimentação de contêineres, granéis sólidos ou carga geral, para operar no cais ou em balsas, com acionamento diesel-elétrico ou elétrico, lança treliçada com ponto de articulação em torre vertical e cabine do operador suspensa na torre e/ou no chassi, com ou sem "spreader ou grab", com capacidade de carga variável entre 50 e 150t e raio de até 64m.
8426.41.90	142	Manipuladores hidráulicos para movimentação de materiais, autopropulsados sobre rodas com pneus de borracha maciça, com capacidade de elevação de 4,8t de carga a uma distância horizontal de 12m do centro da máquina na altura de 4,5m ao nível do solo, acionados por motor a diesel com potência máxima igual a 129kW ou por motor elétrico com potência máxima igual a 110kW, dotados de 2 eixos e tração nas 4 rodas, eixo frontal direcional e eixo traseiro de montagem oscilante dotado de dispositivo de bloqueio de oscilação acionável hidraulicamente, transmissão hidrostática, com estabilizadores, tanque de combustível com capacidade para 337L, controlados por "joystick", cabine com elevação hidráulica com altura máxima de visibilidade igual a 5,6m e com porta de abertura deslizante, com braço frontal de trabalho articulado em duas partes com alcance máximo horizontal igual a 12,6m (ao nível do solo), com cilindro hidráulico do braço frontal inferior montado invertido, com limitador
		de proximidade para o braço frontal superior, com peso operacional (sem acessório) igual ou superior a 28,4t, mas inferior ou igual a 30,6t, com ou sem garra hidráulica e/ou eletroímã e/ou "clamshell" e/ou tesoura hidráulica e/ou gancho.
8426.91.00	037	Vigas ponte modular, para transporte de cargas especiais, contendo anéis de acoplamento próprio para ser montado em veículos rodoviários, dotadas de 2 vigas principais (traseira e dianteira) e 2 vigas extensoras, cuja extensão efetiva da área de carregamento é de até 1.300mm, possuindo piso em aço, com capacidade de carga líquida de até 170t e largura de até 3.000mm.
8426.99.00	009	Manipuladores hidráulicos para movimentação de materiais, estacionários, sem eixos, com acionamento hidráulico através de motor a diesel com potência máxima igual ou superior a 85kW, mas inferior ou igual a 300kW ou de motor elétrico com potência máxima igual ou superior a 75kW, mas inferior ou igual a 250kW, com ou sem patolas estabilizadoras, controlados por "joystick", com área própria de manutenção, com câmeras de vídeo instaladas na parte traseira e na lateral direita do manipulador, cabine com elevação hidráulica ou fixa, com porta de abertura deslizante, braço frontal de trabalho articulado em 2 partes com alcance máximo horizontal igual ou superior a 8,2m, mas inferior ou igual a 24,4m, com cilindro hidráulico do braço frontal inferior montado invertido, com limitador de proximidade para o braço frontal superior, com área de
		serviço incorporado ao equipamento, com peso operacional (sem acessório) igual ou superior a 14,6t, mas inferior ou igual a 87t, equipados ou não com acessórios de trabalho, tais como: garra hidráulica para madeiras e/ou garra hidráulica para grãos e/ou entre outras.
8427.10.11	007	Empilhadeiras autopropulsada por 2 motores elétricos com potência mínima de 11kW, com capacidade de carga entre 6.500 e 18.000kg, dotadas de torre hidráulica, com capacidade total de elevação de até 8.000mm de altura e com entre eixos "wheel base" entre 2.100 e 3.750mm.
8427.10.90	205	Plataformas de trabalhos aéreos, tipo tesoura, acionadas por motor elétrico alimentado por baterias recarregáveis a partir de carregador bivolt unicamente, autopropulsadas sobre rodas mesmo quando elevadas, tração elétrica 4x2, freio elétrico, capacidade de inclinação longitudinal sobre rampas igual a 25%, controladas por 2 painéis de controle, sendo um móvel contendo alavanca de controle "joystick" e outro localizado na base da plataforma, com altura máxima vertical da plataforma (base interna) para trabalhos em ambientes internos igual a 4,30 ou 5,55m e ambientes externos igual a 4,30 ou 5,18m, equipadas com "deck" extensível horizontal da plataforma de 0,60m, com capacidade máxima de carga sobre a plataforma com o "deck" extensível retraído igual a 227kg.

8427.10.90	206	Rebocadores elétricos autopropulsados, com dispositivo de elevação, próprios para movimentação de cargas, com operador pedestre, dotados de: visor com indicação da bateria, horímetro e informações de código de falha; carregador de baterias integrado; freio eletromagnético; interruptor de parada de segurança; com capacidade de reboque nos trilhos igual ou maior que 5.000kg e igual ou menor que 400.000kg; capacidade de reboque em rodízios igual ou maior que 1.000kg e igual ou menor que 30.000kg; potência do motor elétrico igual ou maior que 800W e igual ou menor que 3.000W; velocidade máxima de 6km/h; raio de giro igual ou maior que 0,5m e igual ou menor que 1,8m.
8427.20.10	139	Empilhadeiras autopropulsadas sobre pneumáticos tipo "Forkilift", acionados por motor a diesel com transmissão, distância entre eixos de 2.800 até 6.000mm, com capacidade de carga entre 10 e 65t, com sistema hidráulico com bombas de pistão, monitoramento de peso da carga, equipados com torre hidráulica duplex ou triplex e carro de carga com ou sem garfos.
8427.20.10	140	Empilhadeiras autopropulsadas sobre pneumáticos tipo "Empty Container Handler", acionadas por motor a diesel com transmissão, distância entre eixos de até 4.500mm, com capacidade de carga entre 8 e 11t, com sistema hidráulico com bombas de pistão, torre hidráulica duplex ou triplex equipada com "spreader" adequado para elevação, transporte e armazenamento de contêineres vazios padrão ISO de 20 a 40 pés.
8427.20.10	141	Empilhadeiras autopropulsadas sobre pneumáticos, acionadas por motor diesel com potência mínima de 164kW, transmissão eletrônica, dotadas de torre hidráulica com elevação compreendida entre 3.000 e 8.000mm em relação ao solo, com capacidade de elevação entre 18 e 72t, com entre eixos compreendido entre 4.000 e 6.000mm.
8427.20.10	142	Empilhadeiras autopropulsadas sobre pneumáticos, acionadas por motor diesel com potência superior a 100kW, com capacidade de carga entre 9.000 e 18.000kg, dotadas de torre hidráulica, equipadas com sistema de controle e monitoramento do motor e transmissão via "display", com entre eixos "wheel base" entre 2.750 e 3.750mm.
8427.20.90	253	Empilhadeiras autopropulsadas, com transmissão hidráulica, com capacidade de movimentação de carga entre 2.500 e 3.500kg, com apenas 1 velocidade à frente e 1 a ré, acionadas por motor à diesel com potência entre 49 e 65HP, para elevação, transporte e armazenagem de cargas, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 98.924,37.
8428.20.90	039	Máquinas contadoras e empilhadoras de tortilhas de trigo, para serem utilizadas na linha de embalagem, construídas em aço inoxidável, operadas por servo (motor) de alta velocidade, com tela de toque (touch screen), equipadas com sistema pneumático de posicionamento de tortilhas de trigo, sistema de alimentação ajustável, acionador de velocidade variável e correia de alimentação, movimento orbital do copo de velocidade variável, indexação do servo linear, sistema de "garfo" interrupto, plataforma de empilhamento ajustável, copo de inserção de 360 Graus, tabela de descarga, função de liberação de pista individual, ajuste de altura de transportador de alimentação, painel elétrico, dotadas de 2 a 4 pistas, taxa de produção de até 1.250dúzias/h por pista; tamanho/contagem da pilha até 10 polegadas entre 6 e 180 unidades; tipo e tamanho do produto - tortilha "chips" ou de tortilha mole/"soft", de 4 a 13 polegadas de diâmetro.
8428.20.90	040	Equipamentos de transporte pneumático de pó metálico de calcinador a ser instalado juntamente com vasos de pressão, dotados de: adaptação em compressor de palhetas de alta pressão 1,5bar, "airslide" tamanho 300mm construído para suportar abrasão e temperatura 220 Graus Celsius, bomba de parafuso FK 300m com revestimento cerâmico para transporte pneumático de longa distância construído para suportar abrasão e temperatura 220 Graus Celsius e válvula desvio de 2 vias para linha de 10 polegadas tipo pneumática construída para suportar abrasão e temperatura até 220 Graus Celsius.
8428.39.90	273	Máquinas de suprimento e armazenamento, com função principal de armazenar chapas metálicas para a máquina de corte a laser ou puncionadeira, através de sistema de transferência automatizado; com capacidade de operar chapas metálicas com dimensões mínimas sendo, largura 1.000mm x comprimento 1.000mm; carga mínima armazenada 2.000kg, altura do sistema de armazenamento até 10.500mm.
8428.60.00	002	Teleféricos monocabos do tipo misto/combinado para transporte de pessoas com capacidade máxima de 754PPH e velocidade máxima de operação de 4m/s, de movimento contínuo, dotados de 5 veículos abertos (cadeiras) e 6 veículos fechados (cabines/gôndolas) fixados ao cabo por meio de pinça do tipo desengatável de centro morto, e sistema de pressão por molas helicoidais compensadoras de vida útil calculada em 5 milhões de ciclos de carga, estação inferior, sistema de tração com baixo ruído e vibração nas áreas de carga/descarga, acionamento de emergência, sistema de estacionamento, estação superior, 4 torres completas contendo estrutura de aço tubular e ancoragem de topo para montagem das baterias de polias, veículo de serviço para inspeção na linha e sistema de controle IHM (Interface Homem-Máquina).
8428.90.90	701	Máquinas semiautomáticas formadoras de pilhas de caixas de papelão, com zona para descarregamento singular ou dupla, sistema de elevação hidráulico, esteiras transportadoras e posicionamento automático, controle lógico programável (CLP), interface homem máquina (IHM), dimensão máxima das pilhas igual ou inferior a 2.100 x 2.100 x 2.490mm (LxCxA), peso máximo das pilhas igual ou inferior a 1.500kg.
8428.90.90	702	Sistemas de carga e descarga automáticos, de chapas metálicas, incorporados a máquina de corte a laser, no formato máximo de 3.050 x 1.525mm, com capacidade máxima de carregamento e descarregamento na mesa de corte de até 920kg, com manipulador de carga e descarga automático, máximo peso de carga dos paletes de peças acabadas de 2 ou 3t e "interface" de conexão com a máquina.
8430.61.00	005	Compactadores de percussão "rammer" utilizados para compactação de solos granulares ou coesos, equipados com motor a gasolina com potência específica de 2,8kW, frequência entre 10 e 11,8Hz e velocidade máxima de 20m/min.
8431.39.00	030	Componentes eletrônicos para separação de pedidos por meio de "displays" luminosos que indicam posição e quantidade a ser separada para uso em transportador automatizado, contendo entre 5.000 a 6.000 "displays" coloridos de 4 dígitos e 30 a 40 controladores da zona.
8431.41.00	015	Garras mecânicas para utilização em manipuladores de materiais com peso operacional de 20 a 55t, capacidade volumétrica mínima de 0,5m³ e máxima de 1,10m³, capacidade de içamento máximo de 15t, altura máxima de 2.900mm quando fechada; pressão hidráulica máxima de óleo na abertura e no fechamento da garra igual a 345bar, pressão hidráulica máxima de óleo no giro da garra igual a 345bar, dotadas de 4 ou 5 pinças, 4 ou 5 cilindros hidráulicos com haste interna; mancal giratório; motor hidráulico com torque de igual ou superior a 1.825Nm.
8431.41.00	016	Pratos magnéticos para elevação e movimentação de sucatas ferrosas para serem instalados em manipuladores hidráulicos, dotados de geradores elétricos acionados hidraulicamente com potência igual ou superior a 5kW, mas igual ou inferior a 25kW, corrente nominal mínima de 18A e máxima de 105A, potência nominal mínima de 3.900W e máxima de 23.100W, diâmetro igual ou superior a 850mm, mas igual ou inferior a 2.000mm, força de tração igual ou superior a 22.000kg, mas igual ou inferior a 75.000kg, bobina interna em alumínio com sistema de isolamento térmico, permitindo elevar materiais com até 650 Graus Celsius.
8431.43.90	111	Mandris de gás "lift" do tipo convencional, para alojamento de válvula de gás "lift"; coluna de produção de 2a 3½ polegadas; metalurgia 4.130 ou 13Cr ou J-55 ou N-80 ou L-80 ou P-110.
8431.43.90	112	Mandris de gás "lift" do tipo bolsa lateral, corpo oval, para alojamento de válvula de gás "lift"; coluna de produção de 2a 5½ polegadas; metalurgia 4.130 ou 13Cr ou J-55 ou N-80 ou L-80 ou P-110 ou Scr13 ou ou Inc718 ou Inc925 ou "Superduplex"
8431.43.90	113	Mandris de gás "lift" do tipo bolsa lateral, corpo redondo, para alojamento de válvula de gás "lift"; coluna de produção de 2a 5½ polegadas; metalurgia 4.130 ou 13Cr ou J-55 ou N-80 ou L-80 ou P-110 ou Scr13 ou ou Inc718 ou Inc925 ou "Superduplex".
8432.80.00	037	Máquinas de arrasto para distribuição de produtos granulados por meio de hastes sulcadoras, com tanque central bipartido de poliuretano com capacidade total de 8.000 a 20.000L, unidade dosadora com captação do produto granulado a vácuo, ativação de controle de seção e taxa variável, sistema compatível com ISOBUS, equipados com sistema para discos de corte, rodas metálicas na parte posterior para quebrar torrões do solo, largura de trabalho entre 11,68 a 12,37m, 16 a 30 hastes sulcadoras com espaçamento de 45, 50 ou 76cm e comprimento total do equipamento de 11,64m.
8434.20.90	033	Unidades de fornecimento de produto UHT (módulo asséptico) com capacidade de transferência igual ou superior a 5.000L/h, garantindo a esterilização (SIP) e a limpeza principal (CIP) dos seus componentes antes da transferência do produto; com válvulas sanitárias e assépticas; com barreiras de vapor; com filtros para geração de vapor culinário para receber e entregar o produto com assepsia; com painel de controle com interface homem máquina (IHM) e PC industrial.
8436.80.00	113	Fresas florestais, trituradoras de tocos de madeira, pedras e asfalto, tracionadas por tratores, tritura tocos e pedras de 15 a 70cm de diâmetro e pode trabalhar o solo em profundidade de 15 a 60cm, rotor com ferramentas fixas de aço forjado e inserto de metal duro, transmissão lateral simples ou dupla e largura de trabalho de 700 a 2.500mm.
8436.80.00	114	Aquecedores radiantes infravermelho à gás de 11,7kW de potência com acendimento automático, pressão de operação de 3,4kPa, utilizados para aquecimento de aves e suínos, com refletor infravermelho em aço inoxidável refratário em formato cônico para aquecimento uniforme das superfícies irradiadas, com queimador em aço inoxidável, refletor de diâmetro de 890mm, fabricados em alumínio, ignitor/sensor de chama cerâmico e controle de ignição 24V, 0,8A, corrente alternada, com válvula de controle fabricadas em liga de alumínio, disco de proteção fabricado em inox AISI 304, controle enclausurado em caixa plástica protegido de ambientes empoeirados e úmidos, com sistema de ignição e segurança inteligente controlada por termostato, com detecção de chama que desliga automaticamente evitando vazamentos e
		acidentes,com válvula de detecção de sub ou sobre pressão na qual é bloqueada caso a pressão seja inferior a 2,48ka ou superior a 3,4kPa, com interruptor liga/desliga individual, regulador de pressão padrão P13, controle individual por termostato ou coletivo através de controlador eletrônico.
8438.20.19	104	Combinações de máquinas para fabricação de blocos de chocolate, com capacidade de produção de 500 até 2.500kg/h; formando corpo único, compostas de: túnel de resfriamento com transportadores por correntes de tração acionados por servomotores; unidade de aquecimento por infravermelho com sistema de câmera para detecção de produtos conformes e não conformes para garantir a qualidade do produto; depositador; mesa vibratória; desmoldador automático dos moldes e painel de comando com controlador lógico programado (CLP).
8438.50.00	391	Fatiadoras industriais computadorizadas para frios, embutidos, carnes e queijos, para produtos com comprimento máximo de 1.850mm, munidas de sistema de servomotores e servocontroladores para precisões de velocidade e de posicionamento, dotadas de sistema automático centralizado para carregamento de produtos, dotadas ou não de balança de pesagem dinâmica, unidade de rejeição, esteira transportadora de porções, dispositivo intercalador de filme plástico entre as fatias, sistema de escaneamento de produtos e dispositivo afiador de facas.

8438.60.00	044	Combinações de máquinas para descaroçar e rechear azeitonas por sistema de injeção com uma bomba de eixo helicoidal alimentada por uma calha num fluxo de 1.000kg/h, feitas em aço inoxidável, compostas de: tanque de abastecimento com capacidade até 1.500L; dotadas de um elevador com esteira de taliscas articulada modular em plástico intra 300mm largura com taliscas perfuradas de 200mm de largura; distribuidor de saída; bancada; bomba para produto denso; máquina descaroçadora e/ou recheadora dotadas de bancada para 2 descaroçadoras ou recheadoras; calha para recolher e transportar os caroços e outra para os frutos com dimensões de 200 x 200mm x 8m de largura; densímetro separador de azeitonas por densidade com potência de 1,5HP; filtro com peneira rotatória com capacidade de filtrar partículas desde 0,15 até 5mm; tanque separador/decanter por flotação de gordura; máquina tombador de barricas com sistema hidráulico e capacidade de
		despejamento 220L e potência de 1,5cv; tanque de homogeneização incorporado a um emulsionador vertical em 7,5kW - 2.800rpm; bomba centrífuga 3kW/1450rpm; quadro elétrico de controle; máquina descaroçadora e/ou recheadora de forma simultânea com 24 eixos; uma bomba de dupla rosca de tensão 220/380V, e consumo elétrico de 3 fases com motor redutor de bomba de 3CV e motor redutor do alimentador 1CV; deposito piramidal de 150L com tampa de abertura vertical.
8439.10.30	035	Equipamentos para refinamento de fibras de madeira, com desfibrador para pó de serra, com placas, guias em aço 400, com 270 martelos em aço 400, com grade 5 x 8mm, com potência de 160kW, com abertura por pistão e bomba, com funcionamento de dupla direção, com separador de metais magnético contínuo fixado em tambor, com extração automática de corpos metálicos, com transportador com abas, com transportador pneumático com sistema de detecção e mitigação de faísca e chama por aspersor de água contínuo e automático.

8439.30.30	008	Combinações de máquinas para fabricação de chapas de papelão ondulado, com largura máxima de trabalho de 2.500mm, velocidade máxima operacional de 400m/min, compostas de: 5 porta-bobinas duplos com emendadores automáticos de papel, 2 desbobinadores, freios a disco pneumáticos, sistema hidráulico de movimentação, pistas de alimentação de bobinas, carros porta-bobinas, com diâmetro máximo recomendável das bobinas de 1.520mm; 2 cabeçotes onduladores para bobinas de papel, com cilindros pré-aquecedores e pré-condicionadores, sistemas de cassetes pivotantes de troca automática, sistemas de pressão por correia "bandleader" - banda metálica, com ou sem rolos corrugadores; 1 ponte dupla para transporte de papel ondulado, com guia de alinhamento e freio para controle de tensão, com largura mínima de trabalho de 1.100mm; 1 estação pré-aquecedora com 4 cilindros com 1.100mm de diâmetro e 1 cilindro com 600mm de diâmetro; 1 coleiro duplo com memória para armazenar
		diferentes tipos de ajustes, com controle automático do nível de cola; 1 mesa de aquecimento e tração tipo "double facer",com 3 seções de aquecimento divididas em 7 módulos, com comprimento total dos sistemas de aquecimento de 12.600mm e de tração de 5.400mm; 1 tesoura rotativa tipo "rotary shear para separação de chapas em movimento na troca de formato, com velocidade de corte único de até 300m/min e de cortes múltiplos de até 220m/min, com sistema de descarte de aparas; 1 vincadeira cortadeira longitudinal automática tipo "slitter scorer", com duas estações vincadeiras e duas estações de lâminas, com precisão de posicionamento de +/-0,5mm e velocidade de troca de formatos de até 300m/min; 1 cortadeira transversal dupla tipo "cut off knife", dotada de comando automático e com eixos porta facas construídos em fibra de carbono, com largura mínima de trabalho de 200mm e comprimento mínimo de corte de 500mm; 1 empilhador duplo de" chapas tipo "stacker", com comprimentos das câmaras de empilhamento de cima para baixo de 3600mm e de baixo para cima de
		5.000mm; dotada de todos os componentes necessários a montagem e ao pleno funcionamento, com estruturas de montagem, plataformas, mesas de transferência, puxadores, tensionadores, desviadores de chapas, sistema automático de controle de umidade do papel em função da velocidade da máquina, sistema de coleta de pó, sistema de vapor, sistema de
		gerenciamento eletrônico com controlador lógico programável (CLP), painéis de controle, quadros elétricos e painéis de interface homem-máquina.
8439.30.90	052	Máquinas aplicadoras de camada impermeabilizante em superfícies de papel, para aplicação a quente de parafina impermeabilizante ou a frio de emulsão impermeabilizante, com largura máxima de trabalho de 2.500mm, velocidade máxima de 400m/min, sistema de lavagem automática, bomba de recirculação, ajuste eletrônico do espaçamento entre o rolo aplicador e o rolo laminador, controlador lógico programável (CLP) e "interface" de operador com tela sensível ao toque.
8440.10.90	084	Dobradeiras de papel para impressora de grande formato com alimentação de substratos manual ou automática, com largura de 297 a 914mm e comprimento de 6.000mm para dobra em leque e até 3.000mm para dobra cruzada, com programas de dobra pré-definidos ou personalizados, com capacidade para até 150 pacotes dobrados do tamanho A0, podendo ou não conter aplicação de tira de reforço.
8441.10.90	131	Cortadeiras digitais, para trabalhos em materiais planos, para corte de etiquetas autoadesivas fabricadas em papéis ou filmes de polipropileno, de polietileno e outros materiais, pré-impressas ou sem impressão, com velocidade máxima de corte de 700mm/s para cortes em linha reta, com área efetiva de corte de 790 x 1.085mm, com resolução mecânica de 0,005mm, com tamanho mínimo de carácter de 5mm², painel de operação "touchscreen" de 4,3 polegadas LCD, precisão de corte de 0,1mm, "interface" USB, "U-disk" e Ethernet, memória de 32MB, 2 unidades de corte com força máxima de corte 600gf cada, suporta unidades de corte de lâmina de corte, caneta, vincadora e gravação, retenção de mídia através de sucção a vácuo.
8441.10.90	132	Cortadeiras digitais, para trabalhos folha a folha, para corte de etiquetas autoadesivas fabricadas em papéis ou filmes de polipropileno, de polietileno e outros materiais, pré-impressas ou sem impressão, com velocidade máxima de corte de 1.200mm/s para cortes em linha reta, para trabalhar com mídias com largura entre 185 a 350mm e comprimento entre 150 e 500mm, com alimentador automático de folhas, capacidade de mídia para até 200 folhas ou até 40mm, espessura de mídia até 350g/m², precisão de corte de 0,2mm, painel "touchscreen" com 4,3 polegadas, "interface" USB ou "U-Disk" ou Rede 10/100, força máxima de corte 400g, dispositivo de leitura através de câmera CCD de alta resolução, com leitura de marca de registro por marca de leitura ou "QR Code", tempo de alimentação de mídia de 2s no tamanho SRA3, tempo de detecção de marca de registro de 4s no tamanho SRA3, com sistema de corte com motor servo, voltagem de 60W.
8441.10.90	133	Cortadeiras automáticas, para trabalhos rolo a rolo, para corte de etiquetas autoadesivas fabricadas em papéis ou filmes de polipropileno, de polietileno e outros materiais, pré-impressas ou sem impressão, com largura máxima de mídia de 255mm e de corte de 250mm, com comprimento máximo de corte com cilindro 120Z de 350mm e 150Z de 440mm, com comprimento mínimo de corte de 6mm, largura mínima de mídia de 30mm, com sensor de marca óptico com sincronização vertical automática, com 3 servo motores para transmissão e posicionamento, com velocidade de corte de até 18m/min, "interface" de operação com painel "touchscreen" de 7 polegadas, com 1 desbobinador de núcleo de 75mm e 2 rebobinadores com núcleo de 75mm cada, com 4 lâminas de aço inoxidável martensítico para separação de bobinas.
8441.10.90	134	Cortadeiras automáticas de cartões, para trabalhos folha a folha, com suporte para papéis com tamanho A3, A3+, SRA3 ou A4, A4+, com velocidade de corte de 150 ou 120cartões/min, com controle da posição de corte através de detecção da borda frontal ou registro da marca de corte, com alimentação automática através de rolo duplo, com bandeja de alimentação com capacidade para 40 ou 50folhas de 300g/m², com capacidade de corte para papéis com gramatura de 180 a 400g/m², com tolerância de corte de +/-0,3mm.
8441.10.90	135	Cortadeiras automáticas horizontais rotativas, para corte de etiquetas autoadesivas fabricadas em papéis ou filmes de polipropileno, de polietileno e outros materiais, pré - impressas ou sem impressão, com velocidade máxima de até 440m/min, para trabalhar bobinas com largura entre 150 e 510mm, dotadas de: unidade de desbobinamento motorizada, para bobinas com diâmetro de até 1.000mm, com elevador elétrico de bobinas, sistema de controle de tensão, mesa ajustável para emendas dos materiais, com sistema alinhador, eixo inflável para bobinas com tubetes de 152mm e rolos de passagem do material em processamento; 2 unidades de tração motorizadas compostas de rolo de vácuo e rolo com superfície emborrachada, com sistema de controle de tensão do material em processamento; unidade de corte rotativa horizontal motorizada para ser utilizada com ferramentas de corte com circunferências entre 12 e 30 polegadas, com tolerância de corte de +/-0,1mm a velocidade continua e +/-0,2mm
		durante aceleração e desaceleração da máquina, com sistema eletrônico de controle de registro de corte, com sistema motorizado de rebobinamento de aparas capaz de trabalhar com diâmetro de até 800mm; unidade de rebobinamento motorizada, bidirecional, para bobinas com diâmetro de até 1.000mm, com elevador elétrico de bobinas, com sistema de controle de tensão do material rebobinado, eixo inflável para bobinas com tubetes de 76mm e rolos de passagem do material em processamento; passarela; painéis elétricos, controlador logico programável (CLP), computador industrial para gerenciamento do sistema com tela sensível ao toque, sistema de monitoramento com câmera, monitor e unidade de controle.
8441.10.90	136	Máquinas cortadeiras/rebobinadeiras para bobinas de papel ou papel "kraft", podendo trabalhar outros materiais como filmes laminados/bobinas como BOPP/PET, largura máxima da bobina de 1.200mm, diâmetro máximo da bobina de 800mm, peso máximo da bobina de 500kg, velocidade máxima de alimentação da linha 35m/min, velocidade de perfuração/corte entre 30 e 140peças/min, tamanho máximo da janela de perfuração 200 x 200mm, mecanismos de corte de papel com matrizes de corte e vinco de punção, alimentação automática via cilindro de ar pneumático (upload/download), controle via Controlador Lógico Programável/CLP com dispositivo de exibição em tela LCD, movimentação via eixo/rolo desbobinador e eixo/rolo bobinador, freio de desbobinamento a pó magnético, sensores de retificação dupla, dispositivo de resíduo e correia transportadora com dois sopradores, 380V, trifásico, 50Hz.
8441.10.90	137	Cortadeiras automáticas para corte de materiais flexíveis tais como, papéis, papel de parede, vinil autoadesivo, filmes, sintéticos, largura de recorte entre 135 até 158cm, força de recorte igual ou superior a 400gramas, velocidade de recorte até 113cm/s na diagonal, conectividade USB e Ethernet (LAN).
8441.30.90	085	Máquinas automáticas formadoras de tampas de papel com dobragem, gravação, furação central (furo para o canudo) e perfuração (perfura o papel em rolo para o disco de abertura da tampa), automáticos, controlado por um CLP, com sistema automático de alimentação do rolo de papel, com alimentação automática do disco para moldagem, do aquecimento, da dobra, do serrilhamento e da expedição, com correia transportadora e contador para coleta, com velocidade igual ou superior a 80tampas/min.
8441.40.00	050	Máquinas de moldar papéis para uso como embalagem de pirotine para doces de várias cores (dependendo da bobina carregada e da forma inserida), em papel anti-gordura para cozinhar alimentos no forno com velocidade máxima de 50ciclos/min, dispondo de desbobinador para mais de 15 bobinas, sistema automático de desbobinamento e alinhamento de papel através de motor centralizado, cilindros automáticos de avanço do papel na entrada do molde gerenciado por PLC com descarregamento e contagem automático das formas.
8442.30.10	022	Máquinas de gravação digital de matrizes serigráficas, operando com cabeçote bidirecional com movimentação horizontal, exposição direta de luz UV LED DUO (385~405nm) Gen04, formato máximo da matriz igual ou superior a 1.200 x 1.200mm, resolução máxima igual ou superior a 2.400dpi.
8442.30.90	038	Máquinas gravadoras de cilindros de rotogravura por processo eletromecânico, com frequência de até 9.000pontos/s para cilindros com eixo de circunferência de 200 a 1.200mm e comprimento total de até 2.580mm e peso máximo de 300kg.
8443.16.00	054	Montadoras semiautomáticas de clichês flexográficos com largura máxima de montagem de 1.300mm, com 2 câmeras digitais coloridas de até x100 de ampliação, motorizadas com motor elétrico com "encoder" e caixa de câmbio de precisão, se movimenta horizontalmente e verticalmente sobre fuso de esferas permitindo precisão de posicionamento de +/-5mícrons, movimento de mandril automático a posição de montagem com +/-5mícrons de precisão, cilindro pneumático de pressão e mesa de apoio traseira com movimentação pneumática, sistema de inspeção de excentricidade por toda a largura da camisa, TIR (Total Excentricidade Indicada), motores e "encoder" controlados através de uma "interface" por um computador industrial sem ventilador permitindo gravar, importar via ícones e manipular 100.000 trabalhos, computador trabalha em ambientes com -20 a 70 Graus Celsius a 100% CPU, acesso remoto de suporte técnico via internet.
8443.16.00	055	Máquinas impressoras flexográficas de tambor central, utilizadas na produção de embalagens flexíveis, de 8 cores, para tintas à base solvente, largura de impressão igual a 1.600mm, largura máxima de material 1.650mm, comprimento mínimo de impressão de 850mm e máximo igual a 1.600mm, formato mínimo de impressão de 440mm e máximo de 850mm, velocidade máxima de 600m/min, alimentada por bobina de diâmetro externo de 1.000mm e peso máximo da bobina de até 1.600kg, com desbobinador duplo, com tecnologia de acoplamento rápido e preciso sem eixo (sistema "shaftless" - semutilização de eixo para sustentação da bobina), e rebobinador, diâmetro das bobinas de 1.000mm, tensão da banda de rebobinamento de 30 a 550N, dotadas de troca automática de bobinas, gerenciada por controlador lógico programável (CLP) com "software" de manutenção preventiva, e dotadas de: túnel de secagem de alta velocidade com baixa retenção de solvente, sistema automático de
		ajuste de pressão dos cilindros porta-clichês e rolos "anilox" com precisão de avanço e recuo de 0,001mm; sistema automático de controle de registro de impressão; sistema de controle de temperatura de tintas; sistema de controle de viscosidade de tintas utilizando viscosímetros; sistema de extratores para o auxílio na troca das camisas "anilox"; sistema de limpeza automático dos rolos "anilox"; sistema de inspeção através de vídeo de dupla câmera linear.
8443.39.10	377	Máquinas modulares para impressão de cartões nas 2 faces, com 1 ou 2 módulos de impressão para imprimir cartões em preto e branco a jato de tinta DOD, com capacidade de personalização de 2.100cartões/h (com 1 módulo) ou 4.200cartões/h (com 2 módulos), dotados de 1 buffer de cartão integrado, e 1 módulo de etiqueta de desbloqueio.
8443.39.10	378	Impressoras industriais a jato de tinta piezoelétrica para processar tintas de secagem UV ou a base de água, largura máxima de substrato igual ou superior a 170mm, com 4 ou mais cores, com resolução máxima igual ou superior a 360 x 360dpi, com unidade de cura UV e/ou unidades de secagem por meio de ar quente, para impressão de materiais flexíveis (bobina a bobina), unidade de controle, velocidade máxima igual ou superior a 70m/min, unidades de impressão por meio de módulos autônomos denominados "clusters" que integram em um só corpo (ou caixa) comandos eletrônicos, sistema de condicionamento de tinta, partes mecânicas para alinhamento de cabeças de impressão e controle de tinta e cabeças de impressão.
8443.39.10	379	Máquinas de impressão por jato de tinta de uso industrial, de alta velocidade, com qualidade alta qualidade de impressão e resolução máx. de 1.200 x 1.200dpi, sistema de disparo de gotas de tinta com tecnologia piezoelétrico, equipadas com 2 ou 4 cabeças de impressão, uso de tinta base solvente em bolsas de 500 ou 750mm, próprias para produção de "Posters", "Banners", "Backlits", Etiquetas Adesivas, envelopamento, entre outros, alimentado por bobinas com largura máxima de 1.371 ou 1.625mm e peso máximo de até 30 ou 40kg ou folhas soltas, sistema de aquecimento de mídia, consumo de energia em operação de até 1.090W e conectividade Ethernet (100BASE E-TX/1000BASE-T), com ou sem tecnologia de recorte integrado e velocidade máxima de recorte de até 300mm/s, opcional painel móvel de gerenciamento de funções remotamente via "smartphone" ou "tablet", por meio de conexão "Bluetooth".
8443.39.10	380	Máquinas de impressão a jato de tinta de grande formato, para impressão de desenhos de linhas, mapas e pôsteres, com velocidade de impressão de até 30 páginas tamanho A1 por minuto, resolução máxima de impressão de 1.200 x 1.200dpi, com 4 cores e 8 cabeças de impressão, com impressão de largura mínima de linha de 0,02mm, com alimentação para até 6 rolos com largura de até 1.016mm e diâmetro de até 177mm, com 16GB de memória, SSD de 128GB e disco rígido de 500GB com auto criptografia e tela sensível ao toque com 15 polegadas.

8443.39.10	381	Máquinas de impressão por jato de tinta, para impressão de desenhos de linhas, mapas e pôsteres, com velocidade de impressão de até 30 páginas tamanho A1/min, resolução máxima de impressão de 1.200 x 1.200dpi, com 4 cores e 8 cabeças de impressão, com impressão de largura mínima de linha de 0,02mm, com alimentação para até 6 rolos com largura de até 1.016mm e comprimento de até 200m, empilhador integrado ou de alta capacidade para saída de impressão, com ou sem digitalizador com capacidade de digitalização em cores com velocidade de até 15,24cm/s e em tons de cinza de até 25,4cm/s, resolução máxima de digitalização/cópia de 1.200dpi, largura máxima de digitalização de 914mm e espessura máxima de digitalização de até 0,26mm, com no mínimo 8GB de memória e disco rígido de 500GB com autocriptografia e com tela sensível ao toque com 15 polegadas.
8443.91.99	094	Sistemas automáticos para o controle do nível de aplicação de tinta nos tinteiros de impressoras, por meio de controle remoto, constituídos de conjunto de lâminas de fonte segmentada, console para o controle de tinta, com "display" gráfico de barras e monitor de tela de toque de 17 polegadas, controle da velocidade do rolo de tinta e/ou água, centro de pré-definição digital e painel de controle.
8445.19.29	013	Abridores de resíduos, para uso no processo produtivo de fios têxteis, para processamento de resíduos de fibras naturais e sintéticas com comprimento máximo de 65mm, capacidade de processamento de até 60kg/h, largura de trabalho de 750mm, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 228.136,54.
8448.33.90	001	Anéis de fiar, próprios para máquinas fiadeiras, para trabalhar em conjunto com cursores de aço na produção de fios fiados, confeccionados em aço SAE 52100, com ou sem placa centralizadora, com tratamento especial de alta regularidade, baixa rugosidade superficial, alta dureza e coeficiente de atrito menor que 0,2µRA; com diâmetro interno maior ou igual a 30mm e menor ou igual a 60mm.
8454.90.90	013	Camisas de liga de cobre especial para cilindros de laminação de máquinas de fundição contínua; com diâmetro interno de 745 a 755mm; com diâmetro externo de 915 a 965mm; com comprimento de 1.805 a 1.815mm; para produção de bobinas de alumínio de 4 a 10mm de espessura.
8456.11.11	031	Máquinas para corte de chapas metálicas por laser de disco, com capacidade de corte de até 40mm, dimensões mínimas de processamento X e Y de 3.000 x 2.500mm, com velocidade máxima até 283m/mim de posicionamento dos eixos X e Y, dotadas de: sistema contra colisão magnético, unidade de exaustão pó e unidade de refrigeração, trocador automático de bicos; com painel IHM (Interface Homem-Máquina) "touchscreen" e comando numérico computadorizado (CNC), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 2.898.858,10.
8456.11.11	032	Máquinas para corte de chapas metálicas por laser de fibra, para corte de chapas de espessura superior a 8mm, capacidade para controlar 5 eixos (X, Y, Z, A, B) simultaneamente por comando numérico computadorizado (CNC), dotadas de cabeçote (Bevel) para cortes retos e inclinados, com capacidade de corte de chapas de 13.900 x 3.200mm para cortes retos e 13.500 x 2.600mm em cortes inclinados a 45 Graus.
8456.11.11	033	Máquinas de corte a laser CNC de fibra óptica de 3 eixos simultâneos de base estrutural em ferro fundido e 2 paletes que performam trabalhos independentes, não simultâneos, possibilitando processamento de produtos iguais ou diferentes, com capacidade de "setup" e ajuste de cada palete individualmente, que performa cortes 2D em chapas metálicas de até 35mm de espessura, com sistema de levantador de chapas na área de setup e porta de acesso lateral, dotadas de: comando numérico (CNC), de tela "touchscreen" de 19 polegadas; magazine para armazenamento limpeza e troca automática de bicos; um cabeçote de corte com funções automáticas de detecção e ajuste do ponto focal, calibração do sensor copiador, controle do diâmetro do laser e sistemas de detecção de perfuração, queima e formação de plasma, também possuindo sensores para monitoramento da temperatura da janela de proteção do cabeçote; CNC com funções de controle de potência relacionado à velocidade do
		cabeçote; com um sistema de câmeras para leitura e programação de corte em retalhos; com um ressonador para a produção do raio laser com potência programável de até 6.000W, e alcançando uma espessura máxima de corte de até 35mm; um trocador de paletes hidráulico com 2 paletes, sendo cada mesa de corte com dimensões máximas de material de 3.050mm em X e 1.525mm em Y, tendo uma carga máxima admitida de 930kg igualmente distribuídos, sendo que na área de troca de palete há um sistema hidráulico de levantador de chapas constituído por hastes metálicas com esferas nas extremidades espaçadas ao longo da área de setup; na área de corte, os eixos X e Y tem movimentação por cremalheira e pinhão, sendo os cursos de eixos X de 3.100mm, Y de 1.580mm e Z de 150mm, com velocidades de avanço rápido de 60m/min nos eixos X, Y e Z; base fundida e área de trabalho seccionada e com válvulas de abertura e fechamento automáticos.
8456.11.19	033	Equipamentos de perfuração a laser, dotados de 2 cabeçotes lasers trabalhando em paralelo; sistema integrado de câmera de feedback de "loop" fechado, manutenção automática do formato, quantidade dos furos e correção automática de tamanho; capacidade de perfuração de materiais poliméricos (OPP, PET, PE e Polímeros biodegradáveis); largura máxima de passagem do filme de 1290mm, temperatura de uso entre 0 e 30 Graus Celsius, capacidade de geração de furos de tamanho mínimo de 55 micrometros, com caminho óptico especial, unidade extratora de gases integrada, velocidade mecânica de até 400m/min, "interface" de conexão com equipamento rebobinador; comando numérico computadorizado, "software" e painel de controle; destinados a produção de embalagens de atmosfera ativa micro perfuradas para frutas, legumes e flores frescas.
8456.11.90	036	Máquinas de corte e gravação a laser para trabalhos em materiais diversos, movimentação por plano cartesiano com eixos X e Y, com área de trabalho de 600 x 400mm, voltagem de 220V/50-60Hz, tubo laser de 60W, mesa com altura regulável, movimentação por motores de passo para os eixos x (precisão de 0,001) e y (precisão de 0,001), sistema de lentes e espelhos para direcionamento e foco do laser, velocidade máxima de corte até 100mm/s, velocidade máxima de gravação até 400mm/s, compatível com os principais formatos: PLT, CDR, DXF, DWG, AI, SVG, com comandos de operação através de "plugin" para o "software", conexão feita por cabo USB e "token" USB de liberação de "software", utiliza 2 bombas, uma de refrigeração de água e outra bomba de ar com funcionalidade antichamas.
8456.11.90	037	Máquinas de corte e gravação a laser para trabalhos em materiais diversos, com tamanho otimizado para trabalho em mesas e bancadas, movimentação por plano cartesiano com eixos X e Y, com área de trabalho de 600 por 400mm, voltagem de 220V/50-60Hz, tubo laser de 60W, movimentação por motores de passo para os eixos x (precisão de 0,001) e y (precisão de 0,001), sistema de lentes e espelhos para direcionamento e foco do laser, velocidade máxima de corte até 100mm/s, velocidade máxima de gravação até 400mm/s, compatível com os principais formatos: PLT, CDR, DXF, DWG, AI, SVG, com comandos de operação através de "plugin" para o "software", conexão feita por cabo USB e "token" USB de liberação de "software", utiliza 2 bombas, uma de refrigeração de água e outra bomba de ar com funcionalidade antichamas.
8456.40.00	013	Máquinas de corte a plasma para aço carbono, aço inoxidável e alumínio, permitindo o corte com espessura máxima compreendida de 19mm em produção, divisão bruta com espessura máxima de 32 mm e perfuração máxima de 25,4mm, corrente de corte nominal compreendida entre 30 a 125A, para utilização com gás de corte e proteção AR/AR.
8457.10.00	496	Centros de usinagem vertical de comando numérico computadorizado (CNC), para usinagem de cabeçotes de motores automotivos, com digitalização via sonda no cabeçote formando o duto digitalmente, 5 eixos controlados simultaneamente contendo fuso cônico CAT40 embutido no 5º eixo, velocidade de rotação de 0 a 20.000rpm, capacidade de armazenagem de até 24 ferramentas com trocas automáticas, com mesa grande de 500 x 1.500mm com ranhura em T, amplitude de movimento de 120 Graus no 5º eixo, curso eixo "X" 1.000mm (horizontal), curso eixo "Y" 500mm (in/out), curso eixo "Z" 762 mm (vertical), curso ponta do fuso na mesa 1016mm, 700kg de capacidade, controlada por "software"/CNC via tela "touchscreen" 32 polegadas, 208-240V, 50A, 50/60Hz, 3Ph.
8457.10.00	497	Centros de usinagem horizontal, com comando numérico computadorizado (CNC), com 4 eixos controlados X (longitudinal) de 4.000mm, eixo Y (transversal) de 420mm, eixo Z (vertical) de 430mm, eixo A (rotação do mandril) de 0 a 180 Graus, específico para a usinagem de barras ou peças de alumínio, PVC, ligas leves em geral e aço de até 2 mm, dispõe de um depósito de ferramentas com 10 alojamentos, com a possibilidade de alojar uma unidade angular e uma fresa de disco capaz de realizar usinagens em 5 faces da peça, usina barras de até 4m de comprimento, com o quarto eixo do CN permite que o eletromandril gire de 0 a 180 Graus de modo contínuo para realizar usinagens no contorno do perfil, completo com um plano de usinagem.
8457.10.00	498	Centros de usinagem de coluna móvel para fresar, furar e rosquear 5 lados de uma peça em uma única fixação, com 7 eixos sendo 3 eixos contínuos lineares (cursos dos eixos, longitudinal X = 12.000mm, transversal Y = 2.000mm e vertical Z = 4.000mm), 2 eixos com giro e posicionamento e indexação a cada 0,001 do cabeçote angular (A e C) e 2 eixos da mesa giratória (V e B), contendo: bancada, carro longitudinal, coluna, console, torpedo (RAM), mesa fixa com comprimento nominal de 8.000mm, largura nominal de 3.000mm e capacidade de carga de 15.000kg/m², fabricados em ferro fundido; mesa giratória com dois eixos de movimentação (V e B), comprimento nominal de 3.000mm, largura nominal de 4.000mm, capacidade de carga central de 60.000kg, curso linear nominal de 2.000mm, velocidade de avanço do eixo variável de 0 a 12.000mm/min e de giro de 0 a 2rpm; placa de giro automático do cabeçote e velocidade máxima de giro de 8,3min^{-1}; cabeçote de 45 graus automático, com
		possibilidade de trabalho em posicionamento e bloqueio em 360.000 posições, com velocidade máxima de posicionamento da cabeça de 11,1min^{-1} e velocidade máxima de giro de 4.500min^{-1} e 1.331Nm de torque; magazine trocador com capacidade para 80 ferramentas; sistema hidráulico em circuito fechado, de compensação do movimento vertical; fusos de esferas pré-carregados; sistema de medição com réguas de captação nos eixos X, Y e Z e de medição direta nos eixos giratórios; sistema de refrigeração com separador magnético e conjunto de tanques, bombas e válvulas; transportador de cavacos; sistema de auto ajuste do cabeçote através de sonda contendo apalpador de fibra de carbono; gabinete elétrico; botoeira sem fio e painel de controle com comando numérico computadorizado (CNC).
8457.10.00	499	Centros de usinagem vertical, com estrutura tipo portal construído em concreto polímero, com rotação igual a 36.000rpm, torque de 21Nm e potência de 33kW, equipados com rolamentos híbridos de cerâmica com sistema de lubrificação óleo-ar, com comando numérico computadorizado (CNC), máquina com 5 eixos, sendo os eixos X, Y e Z com acionamento linear direto (motor linear) e nos eixos B,C com Direct Drive, cursos de 800mm no eixo X, 600mm no eixo Y e 500mm no eixo Z, mesa com inclinação no eixo basculante (B) +30/-110 graus , eixo giratório (C) de nx 360 graus, velocidade de avanço rápido nos eixos X, Y e Z de 61m/min, rotação no eixo basculante (B) de 60rpm e rotação no eixo giratório (C) de 150rpm, aceleração nos eixos X, Y e Z de 10m/s², no eixo B de 3.500graus/s² e no eixo C de 7.000 graus/s², sistema de compensação de temperatura inteligente, monitoramento de vibração durante a usinagem, mesa com capacidade de carga máxima de 120kg, sistema de refrigeração independente nos
		motores X, Y, Z, B, C, no armário elétrico, no corpo da máquina e no spindle, precisão de posicionamento no eixo X, Y e Z de 0,004mm e repetibilidade de +/- 0,0024mm, precisão de posicionamento no eixo basculante (B) de 5,5 polegadas e repetibilidade de +/-3 polegadas, precisão de posicionamento no eixo giratório (C) de 4 polegadas e repetibilidade de +/-3 polegadas, magazine com capacidade igual ou inferior a 60 ferramentas, transportador de cavacos, apalpador infravermelho para preparação e inspeção da peça e sistema de medição de ferramentas a laser.
8457.10.00	500	Centros de usinagem vertical com duplo palete automático rotativo, com comando numérico computadorizado (CNC), com 3 eixos controlados simultaneamente, capazes de fresar, mandrilar, furar e roscar metais (aço inox, ferro fundido, alumínio, aço s45c e aço pré-endurecido) e não metais, equipado com guias de rolos lineares nos eixos X, Y e Z, controle automático de compensação térmica, com curso de trabalho nos eixos x de 560mm, Y de 430mm e Z de 510mm, com velocidade de avanço rápido dos eixos X, Y e Z de 42m/min e velocidade máxima de avanço de usinagem de 42.000mm/min, tamanho da mesa de 600 x 430mm em cada palete, com capacidade máxima de carga sobre cada palete de 500kg, tempo de troca de palete de 9 segundos, eixo-árvore com rotação máxima de 12.000rpm e torque máximo de 95.5nm, cone de fixação das ferramentas bt-40, magazine de ferramenta com 30 posições, tempo de troca de ferramentas de 1,3s.
8457.10.00	501	Centros de usinagem vertical para trabalhar metais, com comando numérico computadorizado (CNC) para furar, fresar e rosquear, com cursos dos eixos X, Y e Z de 3.048/510/510mm respectivamente, com eixo árvore cone 40 e com rotação máxima de 15.000rpm, magazine com capacidade de 30 ferramentas, com trocador automático de ferramentas de alta velocidade (ferramenta a ferramenta em 1,5s), avanço rápido dos eixos X, Y e Z de 120.000, 50.000, 50.000mm/min respectivamente, com tela "touchscreen" de 19 polegadas, com motor linear de avanço rápido no eixo x, mesa longa com 3.400 x 510mm, com capacidade de carga de 2.400kg sobre a mesa, divisória central para permitir trabalhos em 2 paletes.
8457.10.00	502	Centros de usinagem vertical de coluna móvel para usinagem de peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), com capacidade de controlar 3 eixos simultaneamente, podendo fresar, mandrilar, furar, roscar, com deslocamento na área de trabalho X, Y e Z, iguais a 3.000mm, 850mm, 800mm, avanço rápido para os eixos X, Y e Z de 40m/min e avanço de trabalho de 20.000mm/min e sistema de guias lineares, mesa de trabalho no tamanho 3.500 x 870mm, podendo ser particionada em 2 áreas para proporcionar carga e descarga simultaneamente a operação de usinagem com capacidade de abertura individual das portas de 1.610/1.587mm, capacidade máxima de carga de 3.500kg, eixo-árvore tipo "built-in" com rotação máxima de até 12.000rpm, Potência de 22kW/18.5HP, torque máximo de 204N-m com sistema de refrigeração e sistema de compensação de erro térmico , cone de fixação da ferramenta BT40/CAT40 "Big Plus", magazine com capacidade para 60 ferramentas com
		diâmetro máximo de 130mm e comprimento máximo de 300mm.

8458.11.99	240	Tornos horizontais automáticos de comando numérico computadorizado (CNC) para produção de peças metálicas, diâmetro máximo torneável de 400mm, comprimento máximo da peça de 1.100mm, dotados de fuso principal e contra fuso com velocidade de até 5.000rpm, potência do motor de até 17kW e torque de 345Nm, Eixo B com fuso torno-fresamento com velocidade de até 12.000rpm, potência de 10,5kW e torque de 90Nm, ângulo de rotação do eixo B de ±120 graus com resolução de 0,001 graus, contendo magazine para 30 ou 60 ferramentas, podendo o sistema de fixação ser HSK63 ou Capto C6, com troca automática e capacidade para ferramentas de até 125mm, com cursos dos eixos X, Y e Z de respectivamente 750/ ±100/1.100mm e deslocamento de avanços rápidos nos eixos X, Y e Z de 40m/min, com ou sem robô flexível para manipulação das peças ou alimentador de barras, contendo "software" para gestão e conectividade da produção destinado à indústria 4.0, controlada através de painel
		eletrônico de 19 polegadas com tela "touchscreen".
8458.11.99	241	Máquinas automáticas retificadoras de precisão, para desbaste de cobre aplicado sobre cilindros de roto gravura por meio de 2 retificas de pedra de granulometria diferentes, para cilindros de até 2.350mm de comprimento e 1.000mm de circunferência.
8458.11.99	242	Centros de torneamento horizontal para usinagem de peças metálicas, com comando numérico computadorizado (CNC), com tela "touchscreen" de 19 polegadas para tornear, furar, fresar e rosquear, inclusive fora do centro, com cursos dos eixos X, Y e Z de 535, 210 e 900mm respectivamente, todos com incremento mínimo de posicionamento de 0,0001 Graus, eixo B com curso de 240 Graus (-30 + 210 Graus) e eixo C com curso de 360 Graus com incremento mínimo de indexação de 0,0001 grau, com capacidade de interpolação simultânea dos 5 eixos (X, Y, Z, B e C), "spindle" de fresamento com motor integral de 12.000rpm e "spindle" de torneamento com motor integral de 5.000rpm, velocidade de avanço rápido do eixo X de 48m/min e eixos Y e Z de 40m/min, com troca automática de ferramentas e magazine frontal para até 74 ferramentas, com controle de dilatação térmica inteligente com guias lineares de rolos nos eixos X, Y e Z, lubrificadas automaticamente a graxa.
8458.11.99	243	Centros de torneamento horizontal para trabalhar metais, com comando numérico computadorizado (CNC), com 3 eixos controlados simultaneamente, nariz do árvore a 2-6 polegadas, motor integral com rotação do árvore 5.000rpm, diâmetro de volteio 660mm, cursos dos eixos X e Z de 225/605mm respectivamente, avanços rápidos dos eixos X e Z de 30 e 33m/min respectivamente, avanço rápido eixo C de 555rpm, torre com 12 posições, rotação da ferramenta acionada 5.000rpm com motor integral e sistema de resfriamento à óleo, com tela de 10,4 polegadas, com capacidade para diâmetro torneável igual a 360mm, tecnologia com a programação conversacional, completa com monitoramento e diagnósticos, e programação "eia/iso" como padrão, com contraponto CNC programável, placa com furo passante, medidor de ferramentas automático, integração com robô "gantry" para operação sem supervisão.
8458.11.99	244	Centros de torneamento horizontal para trabalhar metais, com comando numérico computadorizado (CNC), com 4 eixos controlados simultaneamente, nariz do árvore a 2-8 polegadas, motor integral refrigerado à óleo com rotação do árvore 4.000rpm, diâmetro de volteio 695mm, cursos dos eixos X, Y e Z de 234/100/625mm respectivamente, avanços rápidos dos eixos X, Y e Z de 30, 33 e 21m/min respectivamente, avanço rápido eixo C de 555rpm, torre com 12 posições, rotação da ferramenta acionada 5.000 rpm com motor integral e sistema de resfriamento à óleo, com tela "touchscreen" de 19 polegadas, capacidade para diâmetro torneável igual a 380mm, tecnologia com programação conversacional, completa com monitoramento e diagnósticos, e programação "eia/iso" como padrão, com contraponto CNC programável, com capacidade de
		eixo Y, placa com furo passante e medidor de ferramentas automático, integração com robô "gantry" para operação sem supervisão.
8458.11.99	245	Centros de torneamento horizontal para trabalhar metais, com comando numérico computadorizado (CNC), com 3 eixos controlados simultâneamente, nariz do árvore a 2-8 polegadas, motor integral refrigerado à óleo com rotação do árvore 4.000rpm, diâmetro de volteio 660mm, cursos dos eixos X e Z de 225/605mm respectivamente, avanços rápidos dos eixos x e z de 30 e 33m/min respectivamente, avanço rápido eixo c de 555rpm, torre com 12 posições, rotação da ferramenta acionada 5.000rpm com motor integral e sistema de resfriamento à óleo, com tela de 10,4 polegadas, com capacidade para diâmetro torneável igual a 360mm, tecnologia com programação conversacional, completa com monitoramento e diagnósticos, e programação "eia/iso" como padrão, com contraponto CNC programável, placa com furo passante, medidor de ferramentas automático, integração com robô "gantry" para operação sem supervisão.

8459.21.99	103	Máquinas para furação profunda horizontal, controladas por controle numérico computadorizado (CNC), para furar canais de refrigeração em moldes e matrizes de aço carbono de grandes dimensões, com função para fresamento, com 6 eixos (XYZWAB), diâmetro de furação mínimo de 3mm e máximo de 35mm, comprimento máximo de furação de 1.500mm, curso do eixo X de 2.200mm, eixo Y de 1.500mm eixo W de 800mm, eixo Z de 1.500mm e inclinação do eixo A +15 ou - 25 graus, rotação máxima do fuso de 4.000pm, mesa de trabalho giratória de alta precisão com dimensões de 2.000mm de largura e 1.600mm de comprimento, sistema de refrigeração completo com bomba de refrigeração com fluxo de 6 a 110L/min, pressão de 2 a 11Mpa, sistema de controle remoto para fornecer fluxo de abastecimento e pressão de acordo com o tamanho do furo, conicidade da extremidade do eixo principal BT50, motor do eixo principal com potência igual 18,5/22kW, capacidade de peso sobre a
		mesa de 15.000kg, equipadas com ar-condicionado no gabinete elétrico e transportador de cavaco.
8460.90.19	073	Máquinas polidoras de cilindros de rotogravura com recobrimento de cobre, por meio de 2 ferramentas polidoras de granulometria diferentes e uma polidora de fita, totalmente automática, para cilindros de até 2.350mm de comprimento e 1.000mm de circunferência.
8462.10.90	168	Prensas rotativas para conformação e estampagem (gravação) da cabeça de estojos, a serem utilizados em munição tipo cartucho de calibre .22, por processo contínuo, com taxa de produção de até 50.000peças/h, dotadas de: sistema de alimentação de componentes com 2 silos, 4 alimentadores com rodas duplas, transportador vertical, 4 calhas horizontais (tipo esteira) e plataforma com escada tipo marinheiro; unidade de classificação por diâmetro; armário elétrico contendo CLP; console de comando com monitor com tela de toque e IHM.
8462.10.90	169	Máquinas automáticas para estampar fusos e rebites metálicos de alta precisão a frio, com capacidade dimensional de conformação de diâmetro nominal de até 5mm e comprimento compreendido de até 64mm, dotadas de dupla ação sendo 1 matriz e 2 punções, controle automático de produção "autochecker" com informações de produção, fechamento completo (CAPA), inversor de frequência, velocidade variável de 130 a 160peças/min, interface homem máquina (IHM) e controlador lógico programável (CLP).
8462.10.90	170	Máquinas conformadoras a frio de 5 estágios sequenciais para fabricação de parafusos e peças especiais em aço de comprimento e bitola máximos de 180 e 24mm de diâmetro respectivamente, com controlador lógico programável (CLP), capacidade de produção de até 120peças/min com força até 3.200kN, sistema de troca rápida de ferramentas, regulagem do sistema de extração das matrizes e alimentação de matéria prima motorizados, sistema pneumático adicional de abertura das garras do primeiro estágio para evitar produção de produtos com dimensional fora do especificado.
8462.21.00	322	Máquinas confecção de curvas de gomos, utilizadas na fabricação de tubos de ar, com capacidade de dupla operação, conforma as flanges e crava os gomos de forma independente e simultânea, tensão 3F/220-80V/60-50Hz; com velocidade de trabalho de 8r/min.
8462.29.00	283	Máquinas prensas viradeiras hidráulicas para cortar e dobrar chapas metálicas com força de dobra máxima até 160kN, comprimento de dobra de 4.000mm, abertura máxima até 400mm e curso de 150mm, dotadas de motor elétrico trifásico, com servo motor, sistema de "top" traseiro motorizado e pedal de acionamento.
8462.91.91	003	Prensas hidráulicas de compactação de peças (blank) utilizando pós metálicos, com comando numérico computadorizado (CNC) dotadas de martelo superior com força máxima de prensagem de 3.000kN e curso máximo de 350mm, martelo inferior com força máxima de extração de 1.500kN e força máxima de prensagem de 1.500kN, força máxima de enchimento de 1.500kN e curso máximo de 250mm, estrutura com 4 colunas pré tensionadas, unidade hidráulica, conjunto de servo-válvulas com controle eletrônico fechado (closed loop), para os martelos, alimentador e mesas (3 mesas superiores (mesas 1.2, 1.3, 1.4), com 2 batentes mecânicos limitadores ajustáveis e 4 mesas inferiores (mesas 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5), com 3 batentes mecânicos limitadores ajustáveis) do porta-ferramentas (die set / adaptador), robô de 6 eixos com capacidade de 5kg,
		alcance de 900mm e precisão de 0,025mm para retirada de peças compactadas, sistema de prensagem automático integrado ao CNC, esteira transportadora de descarga, sistema de alimentação de pó metálico e painel IHM (interface homem-máquina).
8462.99.90	081	Prensas verticais mecânicas de acionamento eletropneumático, próprias para produção de estojo de latão a ser utilizado em munição tipo cartucho de calibre .22, a partir de tira de liga de latão, por sistema progressivo de prensagem de puncionamento, com saída de 7peças/ciclo, com força de fechamento de 80ton (800kN), curso de 79mm, taxa teórica de 150batidas/min, ajuste entre 80 e 400rpm, dotadas de: desbobinador horizontal, puxador pneumático de fita, cortador de sucata por cisalhamento após prensagem, sistema de lubrificação automática, armário elétrico contendo CLP, console de comando com monitor com tela de toque e IHM (fixo na prensa através de braço articulado giratório).
8462.99.90	082	Combinações de máquinas automáticas para de corte de discos a partir de bobinas de aço inoxidável com largura mínima de 120mm e máxima de 1.250mm e capacidade de até 6.000kg, compostas de: mandril para fixação das bobinas com 3 setores auto-centrantes de expansão e contração, através de um sistema hidráulico e sistema de freio pneumático; endireitador de chapas com 5 rolos superiores e 6 rolos inferiores com regulagem de velocidade e sincronismo de movimento, com sistema de programação e controle gerido por um Controlador Lógico Programável (CLP); painel de operação "touchscreen"; para comandar as operações de endireitar e avançar para a estação de corte, dotada de tesoura com acionamento por servomotor e ciclo completamente automático gerido por CLP, com unidade superior de corte composta por mandril e 2 navalhas de corte de diâmetros distintos, velocidade controlável, com unidade inferior composta por uma navalha fixa e intercambiável para produção de diversos
		diâmetros, com braço automatizado para retirada dos discos através de um sistema de ventosa, controle numérico (CN) e ""software"" dedicado que permite memorizar os diversos programas inseridos; guilhotina linear para cortar os retalhos.
8462.99.90	083	Combinações de máquinas para extrusão de perfil de alumínio a quente, próprias para tarugo de 6 polegadas (diâmetro de 152x710mml), compostas de: forno de pré-aquecimento do tarugo com temperatura nominal de trabalho entre 450 a 550 Graus Celsius, dispositivo de corte a quente do talão do tarugo com capacidade de aquecimento de 725kg/h, prensa extrusora com força de 2.000 US TON, controlador lógico programável (CLP), capacidade de produção igual ou superior a 725kg tarugos/8h, 5.800kg dia, dispondo de sistema de controle de conversão de frequência e velocidade com redução de energia consumida de 15 a 30% durante o processo, resfriadores/ventiladores de perfil extrudado, puxador de perfil extrudado com serra de corte voadora, mesa/esteira de transporte inicial por elevação, mesa/esteira transportadora e de resfriamento natural, com duplo esticadores de perfis com força máxima empregada de 25t.
8463.30.00	167	Máquinas para fabricação de pregos com comprimento de 30 à 57mm e diâmetro de 1,8 à 2,3mm, capazes de produzir 2.500pregos/min, equipadas com cabeçote rotativo e mesa giratória motorizada para bobinas de fio de arame, de no máximo 2.000kg, ambos operados por controlador lógico programável-PLC, a partir de uma tela de toque "touchscreen".
8464.20.90	047	Combinações de máquinas para tratamento de superfície de chapas de rochas ornamentais, compostas de: carregador automático para chapas completo de grupo ventosas e mesa de rolo a pente giratória; até 10 mesas de rolo para a conexão entre as várias unidades completas com rolos retráteis quando necessário; máquina de lustrar chapas de até 2.200mm de largura, com 20 mandris planetários completa de cabeças "antishock" com 7 porta abrasivos e com 2 motores de 7,5kW por cada mandril, trave porta-mandris única com 3 pontos de apoio para o deslizamento transversal com uma velocidade de 0 a 60m/s, cabeça giratória adicional para a lavagem das chapas; grupo de 3 ventiladores para a secagem das chapas na saída da politriz; grupo de 4 ventiladores completo de cabine antirruído; máquina enceratriz para distribuição de produto hidro-repelente com 4 mandris/ escovas giratórias; mesa de rolo equipada com células de carga para pesar uma chapa por vez; aplicador automático de produto anti-riscos;
		descarregador automático de saída completo de grupo ventosas e mesa de rolo a pente giratória; proteções de segurança; até 20 carrinhos motorizados porta chapas; plataforma giratória para carrinhos móveis completa de painel de controle; transbordador duplo motorizado completo com um enrolador de cabo para alimentação e 4 enroladores de cabo para o movimento dos carrinhos; até 300m de trilhos; painel elétrico principal e vários painéis elétricos secundários para controle das várias unidades.

8464.20.90	048	Combinações de máquinas para tratamento de superfície de chapas de rochas ornamentais, compostas de: carregador automático para chapas completo de grupo ventosas, mesa de rolo a pente giratória, plataforma giratória para carrinhos móveis; até 5 mesas de rolo para a conexão entre as várias unidades completas com rolos retráteis quando necessário; máquina de lustrar chapas de até 2.200mm de largura, com 20 mandris planetários completa de cabeças "antishock" com 7 porta abrasivos e com 2 motores de 7,5kW por cada mandril, uma trave porta-mandris única com 3 pontos de apoio para o deslizamento transversal com uma velocidade de 0 a 60m/s, 1 cabeça giratória adicional para a lavagem das chapas; grupo de 3 ventiladores para a secagem das chapas na saída da politriz; máquina enceratriz para distribuição de produto hidro-repelente com 4 mandris/ escovas giratórias; mesa de rolo equipada com células de carga para pesar uma chapa por vez; aplicador automático de produto anti-riscos;
		descarregador automático de saída completo de grupo ventosas, mesa de rolo a pente giratória, plataforma giratória para carrinhos móveis; proteções de segurança; até 20 carrinhos motorizados porta-chapas; até 40m de trilhos; painel elétrico principal e vários painéis elétricos secundários para controle das várias unidades.
8464.20.90	049	Combinações de máquinas para tratamento de superfície de chapas de rochas ornamentais, compostas de: carregador automático, 4 transportadores de rolos motorizados de conexão, politriz automática para lustrar chapas com 20 mandris completos dotados de cabeçotes espatulante porta-abrasivos com 6 sapatas com eixo inclinado com capacidade de processar chapas com largura útil de até 2.200mm e espessura máxima processável de até 120mm; trave porta-mandris construída em uma única peça de aço, com velocidade de deslocamento da trave de até 70m/min; sistema eletrônico de comando por tela "touchscreen" permitindo total controle do equipamento; sistema de leitura das chapas (SEL 60) instalado na entrada da politriz determina eletronicamente a área da chapa suscetível ao polimento, grupo de 3 ventiladores para secagem das chapas; enceratriz automática com 4 mandris; aplicador automático de pontos de polímero; descarregador automático de chapas.
8464.20.90	050	Combinações de máquinas para o tratamento superficial de chapas de rochas ornamentais com produto anti-manchas, compostas de: carregador automático de chapas completo com ventosas dotado de mesa de rolo a pente giratória; plataforma giratória para carrinhos móveis e proteções de segurança; até 10 mesas de rolo para a conexão entre as várias unidades completas com rolos retráteis quando necessário; câmara multinível vertical de armazenagem de chapas com uma torre de 35 andares equipada com exaustores, queimadores e tubos de conexão; elevador para deslocamento vertical das bandejas na câmara de catálise operando em 4 colunas de aço com movimento controlado por inversor e mecanismo de inserção e extração das bandejas; até 40 bandejas com grelhas para o suporte e transporte das chapas no circuito; 3 rolos de limpeza com largura 2.200mm; 2 máquinas distribuidoras de produto com 4 mandris/escovas giratórias; 2 acumuladores com capacidade para 5 bandejas; máquina
		para aplicação do filme protetor de polietileno; descarregador automático de saída completo de grupo ventosas dotado de mesa de rolo a pente giratória, plataforma giratória para carrinhos móveis e proteções de segurança; painel elétrico principal e vários painéis elétricos secundários para alimentação e controle das várias unidades.
8464.90.19	212	Máquinas lapidadoras retilíneas verticais na borda reta com filete do vidro com espessura de 3 até 20mm, dimensão mínima de 150 x 150mm, com 5 rebolos diamantados tipo copos com ajuste independente entre si, com 4 rebolos de polimento, automáticos, controlados por um comando eletropneumático acionado pelo CLP, com transportador interno projetado para grande carga, transportador principal desliza sobre rolamentos de esfera com ajuste automático das espessuras , com material anti-fricção dotadas de calços de borracha para apoio do vidro; dispositivo de segurança quanto à espessura do vidro, com regulagem para a espessura do vidro auto centrante, com esteiras transportadora do vidro com correia dentada em poliuretano com núcleo formado por cabos de aço, com um sistema mecânico controlado, manualmente, para regulagem de desbaste de pequenas espessuras no vidro a ser trabalhado, sem a alterar a regulagem dos rebolos, com refrigeração de agua através de um circuito
		fechado, controle das principais funções por controlador lógico programável (CLP), painel IHM "touchscreen".
8464.90.19	213	Máquinas para lapidação das 4 laterais de chapas de vidro, com espessura mínima igual ou superior a 3 a 20 mm, controladas por um CLP, dotadas de: 2 lapidadoras bilaterais com 8 ou 10 para lapidação, com mesa de transferência das chapas de vidros, com ou sem dispositivo de chanfragem de cantos, para dimensão mínima trabalhável 160 x 160mm, com dimensões máxima de 4.000 x 2.50mm, dotadas de grupo de esquadro e grupo de alinhamento e sistema de refrigeração dos rebolos em circuito fechado, com transportador dotado de correias dentadas de poliuretano, com núcleo de aço para o transporte do vidro para a máquina, com sistema de dupla tração regulável em todas as espessuras.
8464.90.90	143	Máquinas para esquadrejar e biselar revestimentos cerâmicos, com utilização de água, dotadas de compensador vertical e de transportadores com ou sem virador, com 2 ou mais unidades de esquadrejamento/biselamento (para todos os lados da peça), com largura útil de trabalho para peças de dimensão máxima igual ou inferior a 1.200 x 1.200mm, capacidade máxima de produção igual ou inferior a 10.500m²/dia quando operando com peças de dimensão 600 x 600mm.
8464.90.90	144	Combinações de máquinas para resinagem de chapas de rochas ornamentais com micro-ondas, compostas de: carregador automático de entrada, com ventosas e bombas de vácuo, completo de cavalete duplo giratório com capacidade de 68t e suporte pente giratório; câmara desidratadora multinível de chapas, equipada com exaustores e queimadores, elevador vertical para inserir e extrair bandejas; até 10 mesas de transporte com 2 andares para conexão entre os vários módulos; escova de limpeza motorizada em forma de hélice; 2 exaustores; distribuidor de rede automático; robô distribuidor de resina com prato espatulante completo de bombas e 3 + 3 recipientes termo controlados com agitador; câmara de micro-ondas equipada com exaustores e queimadores; 2 passarelas para travessia das mesas de transporte; câmara de armazenagem multinível de chapas, equipada com exaustores e queimadores, elevador vertical para inserir e extrair bandejas; elevador a pantógrafo para permitir o ciclo
		contínuo; descarregador automático de saída, com ventosas e bombas de vácuo, completo de 1 suporte pente giratório, 1 plataforma giratória para carrinhos moveis; até 100 bandejas; quantidade de tubos de conexão; painel elétrico principal e vários painéis elétricos secundários para controle das várias unidades.
8464.90.90	145	Máquinas para esquadrejar e biselar revestimentos cerâmicos, com utilização de água, dotadas de compensador vertical e de transportadores com virador e transportadores sem virador, com 2 ou mais unidades de esquadrejamento/biselamento (para todos os lados da peça), com largura útil de trabalho para peças de dimensão máxima igual ou inferior a 1.200 x 1.200mm, capacidade máxima de produção igual ou inferior a 10.500m²/dia quando operando com peças de dimensão 600 x 600mm.
8465.91.90	057	Máquinas de serrar painéis de fibra ou partículas de madeira e laminados plásticos, dotadas de serra, com 1 ou mais linhas de corte, com impressora de código de barras, com comando numérico computadorizado (CNC), para serrar painéis de no máximo 100mm de espessura, com velocidade de corte de no máximo 100m/min e velocidade de retorno de no máximo 120m/min, com sistema de riscador de 2,2kW e ajuste automático, com sistema de alimentação dos painéis, com tope de posicionamento por servomotor, com deslocamento das pinças por servomotor, com sistema de lubrificação automática , com "software" embarcado de otimização e plano de corte.
8465.94.00	051	Máquinas emendadeiras de peças estruturais de madeira com união tipo "finger joint" de alta capacidade, com alimentador automático com capacidade para peças de: comprimento de no mínimo 500mm e máximo 3.000mm, com largura de no mínimo 80mm e máximo 250mm, e com espessura mínima de 25mm e máxima de 50mm, com comprimento (após a articulação) de no mínimo 8.000 e máximo de 15.000mm, com capacidade mínima em madeira macia de 115cm² (com comprimento de junta de 4 a 11mm), com capacidade máxima em madeira macia de 140cm² (com comprimento de junta de 15 a 20mm) e força máxima de fechamento de 141kN.
8465.94.00	052	Prensas hidráulicas para produção de painéis de CLT a partir de lamelas de madeira, dotadas de sistema de pressão tridimensional com pressão principal vertical e compressão horizontal na direção longitudinal e transversal, com capacidade de produção de painéis com dimensões máximas de 12.000mm de comprimento, 3.100mm de largura e 400mm de espessura, com pressão vertical aplicada de 0,8N/mm², aplicador de cola PUR automático com sistema de carregamento das lamelas e descarregamento do painel de forma automática.
8465.94.00	053	Prensas hidráulicas verticais para prensagem de vigas e pilares de "glulam" com dimensões máximas de 15.000mm de comprimento, 1.500mm de altura e 300mm de largura, dotadas de estrutura de aço pesada e estabilizada em placas pantografadas, sistema hidráulico de alto desempenho, com pressão de 16kg/cm² utilizando 25 cilindros, com 12 cilindros de alinhamento hidráulico com ajuste automático de pressão de impulso, aplicador de cola PUR de 300mm de largura, sistema de carregamento por carro motorizado e sistema de descarregamento uma mesa de rolete motorizada com comprimento total de 30m.
8465.99.00	177	Máquinas-ferramentas para trabalhar madeira para lixar, tornear, fresar e furar, com comando numérico computadorizado (CNC), com "software" de programação CAD/CAM 3D, com curso do eixo X igual ou superior a 2.500 mm, curso do eixo Y igual ou superior a 300mm, curso do eixo V igual ou superior a 500mm, com curso do eixo Z igual ou superior a 600mm, com ou sem carregador e descarregador automáticos, dotado de um eixo torno com rotação ilimitada (eixo A), dotado de um grupo de fresagem com inclinação de +/-90 Graus (eixo B), com trocador de ferramentas automático, com um grupo para fresamento vertical, com um ou mais grupos para lixamento das peças trabalhadas, com um grupo de serras para torneamento das peças trabalhadas, com um grupo porta-goiva.
8465.99.00	178	Centros de usinagem, com CNC (Controle Numérico Computadorizado) projetados para realizar operações em painéis de madeira (CLT) com medidas máximas de comprimento: 13,5m; largura: 3,6m; espessura de até 400mm, nos 3 eixos (X, Y e Z), dotados de: mandris elétricos, compartimentos de ferramentas (rotativas e laminas) e roletes de pressão, unidade de fresagem com 5 eixos (Sevios: furação, fresagem e de corte), sistema de videocâmara, sistema de limpeza de rejeitos, console de controle fixo e portátil, unidade reguladora do filtro de ar (FR), unidade de lubrificação, sistema de lubrificação dos eixos e unidade de resfriamento do mandril elétrico.
8465.99.00	179	Máquinas para trabalhar com madeira, com comando numérico computadorizado (CNC), capazes de fresar, furar, cortar e fazer furos oscilantes em 5 faces, com capacidade de usinagem de 5 eixos, dotadas de cabeçote com um ou mais motores, com curso nos eixos X, Y e Z iguais ou superiores a 3.600, 1.800 e 1.200mm, respectivamente.
8466.92.00	004	Mesas manuais deslizantes, em alumínio extrudado, medindo 370 a 420mm de largura por 3.200mm de comprimento de corte, compostas de roldanas de deslizamento sobre guias de aço temperadas e retificadas, com sistema de travas com paradas em diversos pontos, parte da serra circular esquadrejadeira de precisão.
8466.93.19	008	Cabeçotes de corte de uso exclusivo em máquinas que fazem uso do laser de disco, de potência laser de até 32kW, para laser com comprimento de onda de 1.030nanômetros, compostos por lente de focalização automática de até 1.160 micrômetros, sensor capacitivo, mecanismo de proteção contra colisão integrado, conexões para passagem de gás de assistência nitrogênio, oxigênio, ar-comprimido, canais de passagem de água para refrigeração e acessórios essenciais para montagem na máquina.
8466.93.40	025	Cabeçotes universais com posicionamento automático de eixos angulares C e B, para posicionamentos dos eixos indexados em diversos ângulos, a cada 1 grau na posição angular (eixo B), e a cada 5 Graus na posição circular (eixo c), de acionamento eletroeletrônico, com alojamento porta ferramentas tipo ISO 50, com velocidades de até 5.000rpm, para integração em centros de usinagens de grande porte para fabricação de moldes e matrizes.
8467.89.00	055	Aparadores de cerca viva, acionados por motor de ignição por centelha, 2 tempos, cilindrada de 21,7cm³, potência de 0,8HP a 7.800rpm, tanque de combustível com capacidade de 0,3L, equipados com silenciador com catalisador para operação mais silenciosa e menor nível de emissões, conjunto de corte com faca de 59cm que operam com velocidade de 4.050cortes/min, sistema de amortecedores para minimização de vibrações, alça traseira ajustável, utilizados em serviços de manutenção de áreas verdes como poda de cercas vivas e arbustos.
8467.91.00	009	Batentes de garras, para proteção da caixa do pinhão da corrente, próprios para motosserras de uso manual acionadas por motor de ignição por centelha, feitos com material em aço carbono, com dureza de 30HRC (+- 10HRC), com capacidade de resistência à corrosão em névoa salina neutra conforme DIN EN ISO 9227, não podendo apresentar corrosão da camada superficial após 48h e corrosão do material base após 72h.
8467.91.00	010	Batentes de garras, para proteção da caixa do pinhão da corrente, próprios para motosserras de uso manual acionadas por motor de ignição por centelha, feitos com material em aço carbono, com dureza de 38HRC (+- 4HRC), com capacidade de resistência à corrosão em névoa salina neutra conforme DIN EN ISO 9227, não podendo apresentar corrosão da camada superficial após 48h e corrosão do material base após 72h, e com camada máxima permitida de cromo hexavalente menor que 0,1micrograma/cm².
8467.91.00	011	Peças de proteção do carburador de motosserras, fabricadas em polímero PA66-GF33 e com ângulo de extração para desmolde de 0,5 Graus, com superfície polida de alto brilho e rugosidade Rz menor que 2 mícrons.
8467.91.00	012	Coberturas para proteção do motor e acoplamento de válvula de descompressão, aplicadas em motosserras de uso manual acionadas por motor de ignição por centelha, fabricadas em PA6-GF30 com impressão através de tampografia e com ângulo de extração para desmolde de 0,5Graus, com superfície polida de alto brilho e rugosidade Rz menor que 2 mícrons.

8467.99.00	012	Conjuntos de acionamento com cabo e terminais de tamanho próprio, para acionamento do acelerador do motor de máquinas roçadeiras com motor de ignição por centelha incorporado, compostos de cabo do acelerador, perfil da mangueira, capa de proteção, podendo ou não conter luva para terminal elétrico, interruptor, dois terminais elétricos A6,3-1 ou terminal elétrico 4,8-1,5 CuZn, com pontos de solda onde o encapsulamento deve cobrir as conexões elétricas e os contatos elétricos não devem estar visíveis, conexões de crimpagem sem solda possuindo resistência à tração maior que 60N.
8467.99.00	013	Conjuntos de acionamento com cabo e terminais de tamanho próprio, para acionamento do acelerador do motor de máquinas roçadeiras com motor de ignição por centelha incorporado, compostos de capa de proteção, podendo ou não conter cabo do acelerador, interruptor, podendo ou não conter terminal elétrico 6,3-1,5 CuZn, mangueira, podendo ou não conter terminal do cabo 5/0,5-1,5 e podendo ou não conter terminal de encaixe 4,8-1/0,8, com pontos de solda onde o encapsulamento deve cobrir as conexões elétricas e os contatos elétricos não devem estar visíveis, conexões de crimpagem sem solda possuindo resistência à tração maior que 60N.
8467.99.00	014	Conjuntos de acionamento com cabo e terminais de tamanho próprio, para acionamento do acelerador do motor de máquinas roçadeiras com motor de ignição por centelha incorporado, compostos de cabo do acelerador, cabos de ligação FLY-0,5mm², mangueira isolante, perfil da mangueira, terminal de encaixe 2,8-1/0,4 e terminal redondo 4,5mm.
8467.99.00	015	Cabos com bainha externa e terminais, próprios para acionamento do acelerador de ferramenta perfuradora manual de solo com motor de ignição por centelha incorporado, compostos por cabo do acelerador com capa em "POM" e manta de proteção com resistência à tração maior que 50N.
8467.99.00	016	Ponteiras puxadoras fabricadas em aço, com diâmetro externo de 22 ou 38,1mm, utilizadas em ferramentas hidráulicas manuais para aplicação de fixadores auto travante M12 de comprimento máximo de 101mm.
8474.10.00	120	Equipamentos de separação magnética de terras raras para remoção de partículas de aços e outros materiais metálicos magnéticos; oferece vazão de óleo de 30 a 90galões/min motor trifásico de 220 a 440V e frequência de rede 60Hz e 5A, para aplicações nas máquinas de usinagem, afiação, retífica, polimento e brunimento de aço rápido e similares.
8474.31.00	010	Misturadores de concreto, móveis, sobre 4 rodas, com volume do balão de 8,8m³ e capacidade de transporte de concreto de 7m³, ajuste da altura de descarga do balão de 1.550 até 2.100mm, sistema de suspensão do eixo dianteiro, para transporte em minas subterrâneas e túneis cuja altura do teto de 2,7m ou mais.
8474.39.00	016	Combinações de máquinas para produção de extrusado cilíndrico de óxido de ferro, carbono e óxido de cálcio, pressão de extrusão igual ou superior a 42kg/cm² e capacidade de produção igual ou superior a 65t/h, em ciclo contínuo, compostas de: Misturador de potência igual ou superior a 74kW, Cisalhador e Extrusora de potência igual ou superior a 300kW com bomba à vácuo para peletização.
8474.80.90	185	Combinações de máquinas para a produção de louças sanitárias com processo de fundição em alta pressão de massa cerâmica, ciclo de produção completo de até 25min e pressão máxima de fundição de 12bar, parcialmente desmontadas para o transporte, compostas de: 2 estruturas mecânicas de duplo "deck" horizontal para fixação dos moldes em resina porosa (Máximo de 3 moldes por deck), 2 sistemas de fechamento e desmoldagem com força de travamento de 400kN, 1 tanque de massa de 2.000L com agitador conjugado com 2 bombas pneumáticas, 1 sistema de aquecimento de água para o tanque de massa, 1 robô de manipulação com placa de fixação e painel de controle do robô para desmoldagem automática das louças sanitárias recém fundidas equipado com pinça especial para manipulação, 4 prateleiras de 8 posições cada totalizando 32 posições para armazenamento das peças recém fundidas em sua respectiva placa de destacamento (alumínio), painel do operador com PC
		industrial e supervisório, 1 tanque de 2.000L de água quente conjugado com 2 bombas para limpeza parcial dos moldes a cada ciclo, 1 compressor de alta pressão, 1 bomba de vácuo, 1 estação de saída de louça, 1 tanque de água de 500L e 1 bomba química instalada sobre um carrinho móvel integrado ao painel principal para limpeza dos moldes, componentes para as interligações completas de acionamentos, dispositivos de segurança e outros necessários à montagem e funcionamento e painel principal com controlador lógico programável.
8474.80.90	186	Máquinas modulares para a fundição (colagem) de barbotina (slip) para produção de louças, compostas por: 4 estações independentes para alojamento de moldes (de cavidade única, de resina microporosa, para pressão nominal igual e/ou superior a 10bar), para fundição vertical; 1 Sistema de controle central; 1 Tanque de barbotina (slip tank); 1 Sistema de lavagem; 1 Painel com display Interface Homem-Máquina (IHM).
8477.10.21	074	Máquinas injetoras horizontais monocolor para moldar peças plásticas, hidráulicas, com sistema de travamento central com joelheiras duplas travando no centro da placa móvel, precisão de abertura e fechamento do molde de 0,5mm, variação máxima do peso injetado de 0,3%, placa móvel apoiada sobre guias ou sapatas, sistema de abertura e fechamento com acionamento por bomba hidráulica acionada por servomotor, unidade de injeção apoiada sobre guias, placas retangulares com maior espaço entre colunas, controlado por computador lógico programável (CLP) de tela colorida com recursos gráficos, memória interna para moldes, comunicação externa (USB), força de travamento igual ou superior a 7.000kN e igual ou inferior a 9.000kN, equipadas com machos hidráulicos, válvulas pneumáticas e interfaces para ligação de periféricos., com valor unitário (CIF) não superior a R$ 776.193,60.
8477.10.21	075	Máquinas injetoras horizontais para injeção de termoplástico, com canhão com tecnologia ótica para injeção de peça visual com possibilidade de integração de sistema de regeneração de nitrogênio, unidade de injeção com sistema IQ de inteligência artificial com auto correção com base no controle de fechamento e injeção, com sistema de fechamento exclusivo ""Flex - Link"" sobre guias lineares, sem colunas, com força de fechamento de 350t, capacidade de volume de plastificação máxima de 432cm³ de material e capacidade para operar com moldes de até 1.320 (H) x 1.100mm (V) com grampo vertical para suportar a troca horizontal de moldes para redução de tempo de "setup", com valor unitário (CIF) não superior a R$ 1.261.160,27.
8477.10.29	009	Máquinas horizontais de moldar por injeção peças de borracha e silicone, monocolor, dotadas de unidade de fechamento horizontal com força máxima igual ou inferior a 400t (3922,66kN), formato máximo do molde igual ou inferior a 710 x 900mm, capacidade máxima de injeção igual ou inferior a 3.000cm³ (4.000g), pressão máxima de injeção igual ou inferior a 2.500kg/cm², dotadas de sistema de controle lógico programável (CLP) com painel IHM.
8477.10.99	096	Máquinas verticais de moldar por injeção peças de borracha e silicone, dotadas de unidade de fechamento vertical com força máxima igual ou inferior a 500t, formato máximo do molde igual ou inferior a 850 x 850mm, capacidade máxima de injeção igual ou inferior a 5.000cm³, pressão máxima de injeção igual ou inferior a 2.500kg/cm², dotadas de sistema de controle lógico programável (CLP) com painel IHM, equipadas ou não com mecanismo de projeção do molde para retirada das peças.
8477.10.99	097	Máquinas para moldagem de materiais de borracha por injeção vertical com alimentação por tiras de borracha, utilizadas na fabricação de solas para sandálias, dotadas de canal quente e frio, com recursos que evitam a pré vulcanização da borracha na câmara de injeção, com flexibilidade para várias tipos de compostos e sistema de saída de mesa e abertura automática de placas, em sua unidade de injeção, com volume máximo igual ou inferior a 4.000cc , massa para o platô de 210kg, diâmetro da câmara igual ou inferior a 560mm e pressão de injeção de 1.862bar, em sua unidade de fechamento, com força de fechamento igual ou inferior à 5.000kN, pressão de trabalho em 206bar, abertura da máquina igual ou inferior 550mm, controlada por CLP e painel de "interface" tipo IHM individualizado com tela tipo "touchscreen" colorida.
8477.20.10	311	Combinações de máquinas para produção de compostos plásticos livres de halogênio e com aditivos retardantes à chama (HFFR) e compostos de polietileno com ligações carbônicas cruzadas (XLPE) e outros tipos de polímeros especiais, montadas em plataforma metálica de 3 estágios à prova de vibração, com capacidade de produção máxima compreendida entre 1.600 e 2.000kg/h, dependendo da formulação do composto, compostas de: sistema de dosagem gravimétrica para alimentação e mistura dotado de estações de estocagem e alimentação à vácuo, conjunto de silos de reabastecimento, para grânulos mistos, pó, aditivo misturado em pó e líquido e materiais reciclados, silos de reabastecimento com agitador e válvula, para grânulos mistos, aditivos mistos, líquidos e em pó e sistema de descarga de "jumbo bag" (bags de 800 a 1.250 kg) com puxador à vácuo, misturador de alta velocidade de pó, balanças para aditivos, controlado por PLC e tela tipo "touchscreen"; 1 extrusora mono rosca com motor de 630kW
		- 4 (Co-kneader), pulsante com rosca de 140mm de diâmetro e velocidade máxima de rosca de 500rpm, razão L/D igual a 22:1, incluindo unidade de alimentação forçada, com 4 fileiras de pinos homogeneizadores, com termoreguladores à óleo para as zonas de aquecimento e resfriamento e para o eixo principal, sistema de degasagem com bomba de vácuo, sistema de injeção de líquido através de alimentador gravimétrico; 1 extrusora mono rosca com diâmetro de 280mm, razão L/D nominal de 7:1, velocidade de rosca de 72rpm e taxa de compressão de 1,6 (acoplada à máquina Co-kneader) com termoreguladores, sistema de degasagem com bomba de vácuo e unidade hidráulica; cabine elétrica com Sistema de controle com PLC e tela tipo "touchscreen"; 1 sistema de peletização excêntrico de anel de água, composto de granulador (cortador) em circuito de água, peneira vibratória, secador centrífugo, sistema de transporte a ar com sopradores e um secador fluidizado, silo
		de estocagem e homogeneização do produto final com 2.500L de capacidade.
8477.20.10	312	Máquinas para extrusão de chapas de poliestireno expandido (EPS), para fabricação de produtos espumados, com capacidade igual ou superior a 300kg/h, dotada de 1 extrusora primária refrigerada a ar, com rosca de diâmetro 100mm e razão L/D 34:1; 1 extrusora secundária com resfriamento liquido, com diâmetro da rosca de 130mm e razão L/D 32:1; cabeçote anular com diâmetro próprio para formação de um tubo, acompanhada de alimentador e bobinador, com controle computadorizado com controlador lógico programável (CLP) "touchscreen".
8477.20.90	125	Combinações de máquinas, dotadas de CLP, para fabricação de "geocomposto" para drenagem de estradas, constituído por uma tela 3D de 4m de largura em polietileno de alta densidade (núcleo) e material tecido-não-tecido em poliéster ou polipropileno (geotêxtil), com capacidade de produção de até 24m²/min, compostas de: extrusora com cabeçote giratório 3D, com rosca de 150mm de diâmetro, calibrador e tanque de resfriamento; sistema de corte e abertura de tela dotada de faca fixa em aço rápido e mesa de nivelamento da tela; 2 máquinas de laminação dotadas de sistema de desenrolamento de tecido geotêxtil, unidade de laminação com rolo de 4m de largura e sistema de corte; bobinador de estação dupla com eixo de enrolamento com diâmetro de 88mm.
8477.20.90	126	Combinações de máquinas para a fabricação automática de tubos em PEAD nos diâmetros externos até 315mm, compostas de: Sistema de balança dosadora gravimétrica para alimentação constante da extrusora, composta de funil de alimentação, sensores de controle dos dispositivos e estrutura mecânica de suporte; extrusora com capacidade de produção de 600kg/h, rosca com diâmetro nominal de 75mm e razão nominal L/D 36:1, com dispositivo de alimentação em funil ne sistema de controle com PLC (programmable logic controller); Painel de operação com tela sensível ao toque e cabine do armário elétrico com ar condicionado; cabeçote de extrusão com conjunto de ferramentas para a fabricação de tubos com os diâmetros externos até 315mm; porta ferramentas; coextrusora com capacidade de produção de 1 até 4kg/h, rosca com diâmetro nominal de 30mm e razão nominal L/D 25:1; tanque de calibração a vácuo, com 2 câmeras que medem 9.000mm cada, e com calibradores, dispositivos selantes,
		conjunto de "pallets" de nylon e dispositivo para fixação e endireitamento de tubos; tanques de resfriamento para "spray" de agua com comprimento nominal de 6.000mm cada, com dispositivos selantes; puxadora "haul off" com 4 esteiras com força de 25.000N e velocidade de 0,2 até 5m/min; cortadora planetária com capacidade de corte de tubos plásticos com espessura de até 35mm; estação de enrolamento de tubos; mesa de saída de produção com comprimento de 10.000mm; máquina de gravação de tubos a laser automática.
8477.30.90	091	Unidades funcionais para dosagem em alta pressão com vazão nominal de 20 a 1.650g/s para formulações de poliuretano bicomponente que utilizam aditivos ácidos (ex: formiato de metila, ácido fórmico, etc.), compostas de: conjunto de 2 tanques pressurizados de 4 a 11bar com capacidade nominal de 100 a 250L, com tanque de poliol revestido internamente com resina anticorrosiva e com agitador de 100rpm, com controle visual de nível e sensores de carregamento ajustáveis, com sistema de controle de temperatura por resistência elétrica para aquecimento de 1,5kW , com trocador de calor de 2m², com sistema de recarregamento automático, com ou sem bomba diafragma; com grupo medidor de dosagem de alta precisão dos componentes dotado de bomba de pistão axial de alta pressão, com bomba do poliol tratada com cromo anticorrosivo, com motor elétrico, inversor, válvula de segurança, com distribuidor de fluxo "by-pass" para recirculação em baixa-pressão, com acoplamento magnético;

		com sistema de controle "closed-loop" de injeção com transdutores volumétricos de vazão integrados ao PLC e aos inversores de frequência, com atuação a cada 100m/s, com erro abaixo de 5% da vazão total; com painel de controle completo com PLC, com sistema de ciclo de antibloqueio do cabeçote, com ciclo "weekend", histórico de alarmes, diagnóstico de sinais, com 4 níveis de proteção com senha dos principais parâmetros; com sistema para registro na memória interna dos diversos parâmetros de processo; com cabeçote de mistura de alta pressão com pistão autolimpante com vazão de 20 a 4.400cc/s, com injetores e giclês em aço inox, com unidade hidráulica de acionamento, com dispositivo completo porta cabeçote com ou sem mangueiras.
8477.30.90	092	Máquinas de moldagem por insuflação (sopro) de polietileno de alta densidade e alto peso molecular (resina HDPEHMW), para produção de flutuadores de utilização em estruturas e plataformas flutuantes, de dimensões entre 500 x 500 x 410mm (peso líquido de 6,35 kg) e 500 x 500 x 369mm (peso líquido de 5,70kg); força de fechamento de 450kN; capacidade de plastificação máxima igual ou superior 280kg/h; diâmetro da rosca de 100mm; comprimento da rosca/diâmetro (L/D) igual a 30:1; capacidade máxima de produção igual ou superior a 25peças/h, dotadas de: cabeçote de acumulação tipo camada simples, com capacidade de 20L (14kg), controlado por computador e com unidade hidráulica com motor de 40HP x 4p; unidade de fechamento do molde com 4 conjuntos de travamento, platô de fechamento de dimensões igual a 1.000 x 980mm (altura x largura), distancia de fechamento entre 600 e 2.000mm e espessura de molde entre 620 e 950mm; unidade de pino de sopro com pressão de trabalho entre
		6e 8kg, de movimento vertical, acionado por cilindro hidráulico; sistema de controle de operação controlado por sistema eletrônico compacto, com tela "display" colorida de LCD TFT "touchscreen".
8477.40.90	043	Combinações de máquinas automáticas para fabricação de tampas de EPS, compostas de: termoformadora, extratora e dispositivo para empilhamento, através do processo de termoformar poliestireno expandido (EPS), com recebimento automático de material pré-expandido, moldagem a vapor, magazine de até 16 cavidades, curso de abertura do extrator de 1.720mm , com isolamento térmico revestida em níquel, de capacidade de diâmetros entre 110 e 200mm, sistema de enchimento de pressão para grânulos de EPS, gabinete de controle PLC com painel frontal digital, para termoformar, extrair, contar tampas e montar pilhas, com quantidade pré-definido pelo usuário, com capacidade de produção de até 7.000tampas/h e consumo de vapor entre 350 e 400kg/h com pressão de 7bar, sistema de resfriamento a água , operação entre 35 e 40 Graus Celsius, com fluxo de 4 a 4.5L/s em pressão de 4bar, capacidade de refrigeração 194 kW.
8477.59.11	036	Prensas vulcanizadoras hidráulicas para cura de pneus verdes, de mecanismo central tipo-B compatível com bexiga tipo tambor de cintura com aberturas superior e inferior, com capacidade para pneus curados de diâmetro externo máximo de 38 polegadas e largura máxima de 18 polegadas, talão de 14 a 24 polegadas, espessura aplicável de molde de 304 a 559mm, curso máximo de levantamento do pneu de 254mm, curso de levantamento da viga de 2.400mm, ajuste de molde através de motor hidráulico e componentes mecânicos, peso máximo suportado pelo molde de 3.455kg, dotadas de: 2 colunas de guia por cavidade; 2 moldes paralelos com estruturas independentes; 2 cavidades de cura (esquerda e direita) com diâmetro interno de 1.320mm, formadas por dispositivos de ajuste de molde, placas de isolamento térmico superior e inferior e pratos de vapor superior e inferior de diâmetro externo de 1.300mm, com pressão interna de vapor máxima de 1,4Mpa; controlador lógico
		programável (CLP) e interface homem-máquina (IHM); unidade hidráulica com acionamento por motor elétrico para movimento e aperto do molde na prensa de cura, com pressão do sistema hidráulico de 11 a 14Mpa; dispositivo insuflador pós-cura para modelagem e resfriamento do pneu curado sob condição de enchimento; mecanismo de prensagem com força máxima de fechamento de 1.780kN; mecanismo de abertura e fechamento de moldes; carregadores de pneus verdes com carga máxima suportada por cada um de 65kg; e esteira rolante transportadora.
8477.59.90	153	Combinações de máquinas para moldar por injeção de pré-formas e sopro de frascos de forma integrada, para produção de garrafões de 10 à 20L em poli tereftalato de etileno (PET) retornáveis, compostas de: máquinas automáticas, construídas por corpo único, para moldar termoplásticos em 4 etapas de trabalho (plastificação/injeção da pré-forma, condicionamento térmico, estiramento/sopro simultâneo e extração do produto) de forma integrada, com robô integrado de inserção automática de alça de forma simultânea, dotadas de 1 unidade de injeção com rosca de diâmetro entre 75 e 84mm ou com 2 unidades de injeção com roscas de diâmetro de 75 mm, e força de fechamento do molde de injeção entre 511 e 1.472kN, com ou sem dispositivo integrado para o corte dos pontos de injeção das pré-formas, com sistema para reciclagem de ar do sopro primário e dispositivo para retirada das embalagens, com ou sem sistema de secagem de resina PET, com ou sem unidades de dosagem de
		aditivos.
8477.59.90	154	Combinações de máquinas para moldar termoplásticos, compostas de: máquinas automáticas, construídas por corpo único, para moldar em 4 etapas de trabalho (plastificação/injeção da pré-forma, condicionamento térmico, estiramento/sopro simultâneo e extração do produto) de forma integrada, com robô integrado de inserção automática de alça de forma simultânea, com 2 matrizes de 2 concavidades cada, dotadas de 1 unidade de injeção com rosca de diâmetro entre 75 e 84mm ou com 2 unidades de injeção com roscas de diâmetro de 75 mm, e força de fechamento de injeção entre 511 e 1.472kN, com ou sem dispositivo integrado para o corte dos pontos de injeção das pré-formas, com sistema para reciclagem de ar do sopro primário e dispositivo para retirada das embalagens, com ou sem sistema de secagem de resina PET, com ou sem unidades de dosagem de aditivos.
8477.59.90	155	Máquinas automáticas para moldagem de embalagens termoplásticas rígidas atendendo materiais como PMMA/AS, PA/PES/PPSU, HIPS/COC/COP, PLA, PENM, PETG/PCTA, PP, PC, TRITAN, PET moido e PET, sem etapa de reaquecimento da pré-forma, moldadas por meio do processo de injeção, utilizando o calor (condicionamento) da pré-forma como energia térmica para o processo de estiramento e sopro, especificação máximas da máquina: capacidade de injeção de até 199.1cm³/ciclo; pressão de injeção de até 184MPa; força de injeção de até 200,4kN; fechamento do molde de injeção de até 213,6kN; curso de abertura do molde de injeção de até 600mm; tamanho da pré-forma de até 160mm ; fechamento do molde de sopro de até 213,6kN; curso de abertura da unidade de sopro de até 55mm; curso de abertura do molde de gargalo de até 22mm; linha de pressão hidráulica de até 14MPa; pressão do ar de sopro de até 14MPa; pressão de ar de operação de até 0.98MPa; motor da bomba de até 30kW;
		motor de giro da mesa de até 1,8kW; aquecimento do canhão de até 9.15kW e aquecimento para molde de até 10,47kW, dimensões do produto: número de cavidades de até 32 cavidades; diâmetro do gargalo de até 80mm; diâmetro do corpo de até 105mm; altura de até 335mm; atendendo embalagens com capacidade até 2.500ml.
8477.59.90	156	Máquinas automáticas para moldagem de embalagens termoplásticas rígidas atendendo materiais como PMMA/AS, PA/PES/PPSU, HIPS/COC/COP, PLA, PENM, PETG/PCTA, PP, PC, TRITAN, PET moído e PET, sem etapa de reaquecimento da pré-forma, moldadas por meio do processo de injeção, utilizando o calor (condicionamento) da pré-forma como energia térmica para o processo de estiramento e sopro, especificação máximas da máquina: capacidade de injeção de até 435,8cm³ por ciclo; pressão de injeção de até 216,6MPa; força de injeção de até 496,2kN; fechamento do molde de injeção de até 781,7kN; curso de abertura do molde de injeção de até 605mm; tamanho da pré-forma de até 160mm; fechamento do molde de sopro de até 303,1kN; curso de abertura da unidade de sopro de até 65mm; curso de abertura do molde de gargalo de até 20mm; linha de pressão hidráulica de até 17.5MPa; pressão do ar de sopro de até 3MPa; pressão de ar de operação de até 0,98MPa; motor da bomba de até 37kW;
		motor de giro da mesa de até 3kW; aquecimento do canhão de até 17.415kW e aquecimento para molde de até 8,41kW, dimensões do produto: número de cavidades de até 32 cavidades; diâmetro do gargalo de até 107mm; diâmetro do corpo de até 150mm; altura de até 335mm; atendendo embalagens com capacidade até 5.000ml.
8477.59.90	157	Máquinas automáticas para moldagem de embalagens termoplásticas rígidas atendendo materiais como PMMA/AS, PA/PES/PPSU, HIPS/COC/COP, PLA, PENM, PETG/PCTA, PP, PC, TRITAN, PET moído e PET, sem etapa de reaquecimento da pré-forma, moldadas por meio do processo de injeção, utilizando o calor (condicionamento) da pré-forma como energia térmica para o processo de estiramento e sopro, especificação máximas da máquina: capacidade de injeção de até 776,5cm³ por ciclo; pressão de injeção de até 216,6MPa; força de injeção de até 496,2kN; fechamento do molde de injeção de até 983,4kN; curso de abertura do molde de injeção de até 610mm; tamanho da pré-forma de até 160mm; fechamento do molde de sopro de até 660,5kN; curso de abertura da unidade de sopro de até 92,5mm; curso de abertura do molde de gargalo de até 25mm; linha de pressão hidráulica de até 17.5MPa; pressão do ar de sopro de até 3MPa; pressão de ar de operação de até 0,98MPa; motor da bomba de até 55kW;
		motor de giro da mesa de até 5kW; aquecimento do canhão de até 20,49kW e aquecimento para molde de até 24,35kW, dimensões do produto: número de cavidades de até 32 cavidades; diâmetro do gargalo de até 120mm; diâmetro do corpo de até 180mm; altura de até 335mm; atendendo embalagens com capacidade até 6.000ml.
8477.59.90	158	Máquinas automáticas para moldagem de embalagens termoplásticas rígidas atendendo materiais como PMMA/AS, PA/PES/PPSU, HIPS/COC/COP, PLA, PENM, PETG/PCTA, PP, PC, TRITAN, PET moído e PET, sem etapa de reaquecimento da pré-forma, moldadas por meio do processo de injeção, utilizando o calor (condicionamento) da pré-forma como energia térmica para o processo de estiramento e sopro, especificação máximas da máquina: capacidade de injeção de até 1.533,2cm³ por ciclo; pressão de injeção de até 194,4MPa; força de injeção de até 859kN; fechamento do molde de injeção de até 1.484,4kN; curso de abertura do molde de injeção de até 610mm; tamanho da pré-forma de até 160mm; fechamento do molde de sopro de até 696,8kN; curso de abertura da unidade de sopro de até 80mm; curso de abertura do molde de gargalo de até 20mm; linha de pressão hidráulica de até 17,5MPa; pressão do ar de sopro de até 3.0MPa; pressão de ar de operação de até
		0,98MPa; motor da bomba de até 75kW; motor de giro da mesa de até 7,5kW; aquecimento do canhão de até 37,76kW e aquecimento para molde de até 14,15kW, dimensões do produto: número de cavidades de até 32 cavidades; diâmetro do gargalo de até 115mm; diâmetro do corpo de até 180mm; altura de até 335mm; atendendo embalagens com capacidade até 5.000ml.
8477.80.90	622	Combinações de máquinas para fabricação de blocos de espumas de poliéster em processo contínuo, com capacidade máxima de produção de 350kg/min, compostas de: dispositivos de dosagem e de alimentação dos reagentes químicos; misturador agitador estático para homogeneização dos compostos químicos para injeção; bandeja de espumação; esteiras transportadoras; guias e transportadores para modelação dos blocos; túnel de cura e ventilação; painel de comando com controlador lógico programável (CLP); contendo 17 linhas de sistemas para alimentação dos reagentes químicos separados em: 1 conjunto dosador de poliol, 1 conjunto dosador de poliol com carga mineral, 1 conjunto de dosador de copolímero de poliol, 1 conjunto dosador de TDI(Isocianato), 1 conjunto dosador de MC (cloreto de metileno), 1 conjunto dosador de água, 1 conjunto dosador de estanho, 2 conjuntos dosadores de amina, 2 conjuntos dosadores de silicone, 1 conjuntos dosador de FR(Retardante a Chama), 5 conjuntos
		dosadores de cores.
8477.80.90	623	Máquinas para produção de envelopes de plástico com plástico bolha e envelopes de papel "Kraft" com plástico bolha, com processo de termo laminação em linha e conversão híbrida de envelopes laminados dos 2 lados, equipamento com aplicação "in-line" de adesivo "hot melt", potência de 480V, com capacidade de produzir até 95envelopes/min com range de dimensional de largura entre 250 e 800mm e comprimento 100 e 550mm.
8477.80.90	624	Máquinas de laboratório, montadas estrutura única ou "skid", para simulação real de produção de pequenos blocos de espuma poliéster, compostas de: bombas dosadoras de alta pressão dotadas de 15 linhas dosagem dos reagentes químicos sendo 3 conjuntos dosadores de poliol; 2 conjuntos dosadores de isocianato (TDI e MDI); 1 conjunto dosador de água; 1 conjunto dosador de estanho; 2 conjuntos dosadores de amina; 2 conjuntos dosadores de silicone; 3 conjuntos dosadores de aditivos; 1 conjuntos dosadores de Cloreto; 01 misturador agitador estático com rosca e ajustagem de altura para mistura dos compostos químicos em alta pressão; 1 sistema de dosagem automática e individual de cada reagente químico e controle automático do fluxo de misturas; 1 dispositivo motorizado de ajuste de pressão da câmara de mistura; 1 sistema de derramamento contínuo dos reagentes químicos; 1 controlador lógico programável (CLP).
8477.80.90	625	Combinações de máquinas automáticas de pré-expansão, compostas de: unidade pré-expansora, secadora automática por ar, 3 ventiladores para transporte do material, e 4 silos de 8m³ e sistema de "duplo deck" de peneira, para expansão de micro partículas de poliestireno expandido (EPS), por tratamento de vapor e ar quente, com capacidade de produção de até 300kg/h, consumo de vapor de 40kg/h com pressão de 7bar, para produção de microesferas, de EPS pré-expandidas secas e sem grumos e flocos, para utilização imediata em máquinas termoformadoras.
8477.80.90	626	Máquinas rebarbadoras para peças de borracha e silicone, operando por processo de centrifugação, dotadas de coletor de pó e IHM com tela sensível ao toque (touchscreen), com capacidade máxima de produção igual ou inferior a 15 bateladas/min, concebidas para operar com peças de diâmetro compreendido entre 3 e 80mm, equipadas ou não com peneira separadora de rebarbas.
8477.80.90	627	Máquinas automáticas de refilamento para peças de borracha e silicone, operando por guilhotina vertical, dotadas de sensor de bordas, esteira de alimentação com precisão de inserção de aproximadamente 0,1mm e bandeja de extração de aparas; concebidas para operar com cortes de largura máxima igual ou inferior a 1.000mm e espessura máxima de corte igual ou inferior a 20mm, precisão controlada por CNC, operadas por painel de controle sensível ao toque (touchscreen).

8477.80.90	628	Combinações de máquinas para fabricação de blocos de espumas de Poliéster expandido em processo contínuo, com capacidade máxima de produção de 400 a 600kg/min, compostas de: 26 linhas de sistemas de dosagem dos reagentes químicos sendo: 6 conjuntos dosadores de poliol; 2 conjuntos dosadores de isocianato(TDI e MDI); 1 conjunto dosador de água; 1 conjunto dosador de estanho; 2 conjuntos dosadores de amina; 3 conjuntos dosadores de silicone; 3 conjuntos dosadores de aditivos; 7 conjuntos dosadores de cores, 1 tanque de 500L para água; 14 tanques de 300L para armazenamento de matérias primas; 1 misturador agitador estático com rosca e ajustagem de altura para mistura dos compostos químicos em alta pressão; 1 sistema de dosagem automática e individual de cada reagente químico e controle automático do fluxo de misturas; 1dispositivo motorizado de ajuste de pressão da câmara de mistura; 1 sistema de derramamento contínuo dos reagentes químicos; bandejas de espumação;
		1 esteira transportadora dos reagentes químicos dosados para cura no túnel de modelação de altura e largura dos blocos; 1 túnel de cura e ventilação com regulagem automática de inclinação e controle da altura dos blocos com regulagem automática das paredes laterais para as larguras dos blocos; dispositivos para desbobinamento e rebobinamento dos rolos de papéis/filmes plásticos laterais, inferior e superior, guia de rolo superior de papel; e esteiras deslizantes; 1 controlador lógico programável (CLP); "Autoflap top System", sistema automático de esquadrejamento dos blocos; Sistema de trocadores de calor para linhas de Poliol e Isocianato para controle de temperatura; Sistema para produção de espuma com CO2.
8477.80.90	629	Combinações de máquinas, formando corpo único, para mistura de ingredientes para produção de PVC rígido e flexível, com capacidade máxima de produção média de 5 a 6bateladas/h, perfazendo uma vazão entre 4.500/5.600kg/h; compostas de: misturador à quente vertical com volume total de 1.500L, com válvula de injeção de plastificante, ferramenta de mistura (hélices) de 5 estágios fabricada de em aço inoxidável com aplicação de carboneto de tungstênica; resfriador horizontal de alta eficiência, com volume total de 5.500L; com 4 amortecedores para redução de vibração, 2 válvulas de descarga e válvula tipo "Y"; com um filtro de poliéster com superfície de filtragem de 3m2 para o misturador e um filtro de poliéster com superfície de filtragem de 3m2 para o resfriador, sistema de transporte e dosagem de líquidos painel elétrico de controle com tela sensível ao toque e controlador lógico programável para acionamento com conexão em rede em um padrão de comunicação Ethernet
		industrial.
8477.80.90	630	Máquinas automáticas para montagem de "Apex" em talões de pneus, com capacidade para diâmetro de talão de 14 polegadas (355,6mm) a 24 polegadas (635mm), altura e largura de talão de 5 a 10mm, "Apex" com altura de 10 a 65mm, largura de 5 a 10mm e ângulo de 75 ou 85 graus, dotadas de: unidade extrusora "pin-type" (tipo pino) com diâmetro de 70mm, potência instalada de 41kW, produção máxima a 1,1Kg/L igual a 225kg/h, pressão máxima da cabeça de 300bar e com rolo de alimentação resfriado a água; sistema de controle através de controlador lógico programável (CLP) moderno com rede I/O remota, com motores controlados por frequência ou servos para operações suaves e precisas; interface homem-máquina (IHM) para ajuste dos parâmetros de processo através de receitas, com tela sensível ao toque; Unidade de alimentação de "Apex" com rolos de pressão operados pneumaticamente; transportador de encolhimento para coleta e transporte das tiras de "Apex" extrudadas,
		composto por correias e rolos, capaz de encolher o material em até 30%; tambor de resfriamento da tira de "Apex" em aço inoxidável com suporte em balanço e unidade de aquecimento/resfriamento com controle de temperatura; regulador de alimentação com capacidade máxima de material de 10m, controlado por sensor de distância tipo laser e com tensão regulada pneumaticamente; Unidade de carregamento automática, com carrossel de armazenamento de talões munido com 4 braços de carregamento, separador e configurador de talões; unidade montadora de "Apex" no talão com cortadores, arranjo de rolo duplo e rolos de pressão; Unidade de remoção do talão pré-apexado, para empilhamento nos transportadores especiais, com descarga automática auxiliada por robô; consumo máximo de 117kVA, pressão máxima de ar de 7bar e consumo de ar de 38Nm³/h.
8477.80.90	631	Máquinas de impressão tridimensional de resina liquida fotopolimerizável de alta velocidade com tecnologia LSPc para a produção de peças técnicas, modelos protótipos e peças funcionais, com tamanho do pixel de 76,5 mícrons, com comprimento de onda de 405nm, com resolução máxima de 4k, com tamanho de impressão de até 275 x 155 x 400mm, com conectividade "Wifi" e RJ-45.
8477.80.90	632	Máquinas de impressão 3D por stereolitografia, com fonte de luz UV integrada por LEDs randômicos e espelho refletor, LCD monocromático entre 6 e 13,3 polegadas, tela sensível ao toque, processador "quad-core" 64bits, filtros ativos de ar e conexão USB.
8477.90.00	463	Cilindros bimetálicos confeccionados com liga de aço de alta qualidade 38CrMoAL e tungstênio carbide 40%, com diâmetro interno entre 50 e 200mm (±0,05mm), diâmetro externo entre 110 e 310mm (±0,05mm) e comprimento entre 1.500 e 7.600mm (±0,05mm), internamente revestido com camada de aproximadamente 3mm de ligas de cobalto-cromo e liga de tungstênio com dureza de aproximadamente 60HRc, com fresamento interno de mandrilhamento e brunimento.
8479.30.00	048	Prensas para a produção de pellets de madeira, com 2 rolos e matriz de 835mm, com sistema de lubrificação automático, com potência de 355kW, em conformidade ATEX, com imã de segurança permanente e porta automática pneumática extratora, com mini silo e dosador, com armário elétrico e controle totalmente autônomo pelo Controle Lógico Programável (CLP).
8479.81.90	463	Máquinas controladas por um painel de controle, equipadas com uma ou mais bombas pneumáticas de abastecimento de tinta, com blocos de válvulas para envio e recepção de embolo para transporte de tintas ou agentes de purga através de mangueiras, com sistema de recolhimento de solvente composto por tanque e equipamento de exaustão.
8479.82.10	272	Combinações de máquinas, formando corpo único, para mistura de ingredientes para produção de PVC rígido e flexível, compostas de: misturador à quente vertical com volume total de 2.500L com ou sem sistema de injeção de líquidos, ferramenta de mistura de 8 estágios fabricada de em aço inoxidável com aplicação de carboneto de tungstênica nas áreas de ataque mais suscetíveis ao desgaste: resfriador vertical, com volume total de 4.300L, com capacidade de executar em média, 5 a 6bateladas/h, perfazendo uma vazão entre 5.500/6.600kg/h: 4 amortecedores para redução de vibração: painel elétrico de controle e potência com CLP e Inversor de frequência.
8479.82.90	218	Máquinas para separação automática de materiais descartados, com taxa de alimentação igual a 15t/h (para materiais com densidade de aproximadamente 100kg/m³ e dimensões fracionadas de 50 a 300mm), transportador de alimentação com largura e comprimento iguais a 1.400 e 2.750mm, respectivamente, tambor de separação de materiais pesados com diâmetro igual a 900mm, câmara de expansão com largura e comprimento iguais a 3.600 e 6.750mm, respectivamente, transportador de descarga de materiais leves com largura e comprimento iguais a 1.400 e 8.250mm, respectivamente, sistema de recirculação de ar com filtro, soprador, válvula de desvio de fluxo de ar, com estrutura de montagem e gabinete elétrico.
8479.82.90	219	Trituradores estacionários de resíduos sólidos, inclusive resíduos industriais (perigosos), com densidade maior que 250kg/m³, com método de alimentação por correia transportadora e carregadeira de rodas, equipados com rotor monoeixo de 3.000mm de comprimento e 1.000mm de diâmetro dotados de 3 linhas de cortes, dimensão das facas de 110 x 110 x 45mm, para operar em baixa rotação com velocidade entre 0 e 50rpm, com potência de acionamento com 2 motores de 132kW síncronos, com capacidade de produção de até 10t/h; abertura da câmara de corte de 2.960 x 1.570mm; com tela hexagonal com diâmetro de 100mm, sistema hidráulico para girar o conjunto de telas; sistema de controle de torque por embreagem de segurança; unidade de comando via SRC controle remoto/"touchscreen", ou diretamente no painel de controle lógico programável (CLP).
8479.82.90	220	Moinhos de cabeças intercambiáveis com múltiplas funções de processamento em um mesmo rotor e eixo de acionamento para moagem e peneiramento de insumos farmacêuticos, dotados de: cabeça de fresagem cônica, capacidade de produção 3.000kg/h, com 2 telas de furos redondos e impelidor redondo; cabeça de fresagem por martelos, capacidade de produção 3.000kg/h, com rotor para moinho de facas, 2 telas com furos redondos e válvula de entrada; cabeça de peneira rotativa, capacidade 10.000kg/h, com braço quebra grumos, 2 telas com furos redondos; motor elétrico de 7,5HP, 3.000rpm; painel de comando com tela de 7 polegadas sensível ao toque; controlador lógico programável; unidade de frequência variável; sistemas de detecção inteligente para reconhecimento de cabeça intercambiável e ajuste automático da faixa de RPM.
8479.82.90	221	Trituradores de resíduos de embalagens de papelão e de núcleos de bobinas (tubetes) com diâmetro de 101,6mm e parede de 9,5mm de espessura, equipados com rodas perfuradoras e rasgadoras sem lâminas de corte montadas em 3 eixos, com trituração realizada em baixa rotação de 20 a 70rpm, com mesa de alimentação, motor de 40HP e sistema de reverso automático de sobrecarga.
8479.89.12	172	Máquinas em aço inoxidável sem sistema de CIP utilizadas para alimentação de frutas, castanhas e outros elementos sólidos na massa de sorvete, com capacidade de até 4.000L/h, com funil de até 100L, parafuso de dosagem acionado por motor com velocidade ajustável entre 0 e 100% com capacidade de mistura de ingredientes até 1.500L/h, e bomba de alimentação ajustável, composta por roda motriz e palhetas, que controlam o transdutor.
8479.89.91	013	Equipamentos para lavagem de viseiras em policarbonato para serem utilizadas em capacetes, compostos por 7 tanques em aço inox, sendo 6 tanques com agitação por ultrassom e água quente e um tanque para enxague final para uso de álcool isopropílico, movimentação por meio de transportador com correntes e motor de passo de velocidade variável, capacidade máxima de lavagem de até 200.000peças/mês.
8479.89.99	886	Unidades funcionais para produção e acabamento de sabonetes, com capacidade máxima de 370unid/min de peso aproximado de 90g, compostas de: dosadora automática com sistema de pesagem de massa base de sabonete com capacidade de carga de 700kg; misturador com rosca dupla, com capacidade de carga de 700kg/batelada; triturador de massa, dotado de 3 rolos dentados e alimentador do tipo parafuso; extrusora de sabonete, com capacidade de saída de 3.000kg/h, dotada de sistema de refino preliminar, circuito de resfriamento, câmara de vácuo com controle de nível e termorregulador no cone de extrusão; cortador contínuo, rotativo, com 2 lâminas de corte; Transportador de correia, com pista única, com regulador de velocidade para controle de fluxo de produção; prensa de estampagem de sabão, capacidade máxima compreendida entre 50 e 60batidas/min, com suporte para moldes de 7, 8 ou 9 cavidades, dotado de sistema de descarga, e sistema de transferência; 2 transportadores de
		correia para reciclagem do transbordo do processo de estampagem.
8479.89.99	887	Reatores em batelada, multipropósitos, para laboratório, montados em base única (skid), completos para a produção em escala piloto, de insumos farmacêuticos ativos de alta potência, em "sala limpa", através de operações de solubilização, separação de fases, processamento, destilações, condensações e cristalizações; dotados de resistência química, compostos por reatores construídos em vidro Borossilicato, com camisa externa para aquecimento e resfriamento, válvula de descarga, bocais para agitação, cargas de sólidos e líquidos, saída de vapores e bocal reserva, alimentação composta por vaso cilíndrico graduado em vidro borossilicato, tubos em teflon, válvula de alimentação e conexões vitrificadas, saída de vapor com sensor de temperatura, válvulas para refluxo, condensador helicoidal horizontal e disco de ruptura; pós condensação composta por condensador helicoidal vertical, sifão e dreno; coleta de condensado, composta por separadores de fases, resfriadores, vaso de coleta;
		conexões para interligações do sistema com juntas esmerilhadas de precisão sem vazamentos e estrutura tubular em aço inox, com capacidade nominal de 10 ou 20L.
8479.89.99	946	Combinações de máquinas para fabricação de conjuntos "circuito integrado-antena" para etiquetas identificadoras por radiofrequência (inlays RFID), compostas de: módulo desbobinador de entrada alimentado por bobinas contendo antenas metálicas, com diâmetro máximo de 600mm e largura de 35 a 180mm, com mesa de emenda e sensor de presença de tamanho de bobina, que indica a finalização de matéria-prima de entrada; módulo de aplicação de adesivo anisotrópico (epóxi) como agente de pré-cura, com dispositivo de jateamento sem contato, sistema de câmeras para posicionamento adequado do adesivo para inspeção ante e pós epóxi, área de dispensação de 3 x 3mm, incluindo mesa de posicionamento dos circuitos de dados (chips nano), ajuste para "wafer" de 8 ou 12 pol e dispositivo de controle antiestático; módulo acumulador (buffer) de material semiprocessado; módulo de cura do adesivo ao conjunto "circuito integrado-antena", com sistema de câmeras para controle da posição de fita nas
		posições X, Y e Z, 56 cabeçotes de cura (termodes), temperatura máxima de 250 graus Celsius, proteção contra contaminação térmica com o adesivo, com controle de parâmetros de temperatura e de tempo; módulo bobinador de saída, contendo dispositivo de teste contínuo, operando com 2 unidades de antenas e leitores, de acordo com o protocolo de testagem ISO 18000-6, EPC global, Gen-2 para sistema de UHF, e dispositivo de marcação de itens não funcionais por jato de tinta, posicionável na direção de Y com cabeçote de 200dpi; painel de controle com interface homem-máquina (IHM).
8479.89.99	947	Combinações de máquinas para medir, cortar e costurar faixas de colchões, compostas de: equipamento para medir marcar e cortar faixas de colchões em tecidos "strech" ou "jacquard" com velocidade de produção de 2faixas/min; máquina automática de costura de faixas de dimensão mínima de 5cm e máxima de 40cm em colchões com 3 cabeçotes para faixas personalizadas de diversos tipos com velocidade de produção máxima de 8m/min.
8479.89.99	948	Simuladores portáteis de instalação industrial 4.0, com peso próprio máximo de até 40kg sem mala de transporte ou até 60kg incluindo mala de transporte, fonte de alimentação 24 ou 9V, dotados de estação de armazenamento e recuperação, garra de sucção a vácuo, armazém vertical, estação multifuncional com simulação de forno, estação de classificação com reconhecimento de cores, sensor ambiental e câmera giratória, equipados com tecnologia NFC e RFID, monitoramento remoto baseado na "web", conexão LAN, roteador WLAN, IOT "gateway" e controladores, acondicionados em mala para transporte, com dimensões de até 1.200 x 800 x 410mm.

8479.89.99	949	Bases para testes de integridade de capas de árvores de natal submarinas, por meio da variação da pressão, dotada de hub forjado perfil tipo H4 com dimensão de 18¾ polegadas, suportando pressões de até 15.000psi, e com capacidade de operar em até 2.000m de profundidade.
8479.89.99	950	Dispositivos para simulação de válvulas CITV (válvula borboleta de injeção química) de árvores de natal submarinas de até 2.000m de profundidade, utilizados para realização de testes internos de pressão de linhas hidráulicas e para limpeza das linhas hidráulicas (flushing), com capacidade de suportar pressões até 10.000psi.
8479.89.99	951	Dispositivos para manuseio e instalação de capas de teste em árvores de natal submarinas de até 2.000m de profundidade, com a função de assentar a IVTC (capa de teste interna) no topo das árvores de natal submarinas, de modo a prover vedação para os testes hidráulicos, com funcionamento hidráulico de até 3.000psi e com suporte de içamento de até 60t.
8479.89.99	952	Capas verticais internas (Internal vertical tree cap), com pressão de trabalho de até 15.000psi, para uso em testes de árvores de natal submarinas de até 2.000m de profundidade, compostas por selos especiais e perfis especiais para vedação das árvores.
8479.89.99	953	Gabaritos para montagem e aferição do suspensor de coluna (tubbing hanger) de árvores de natal molhadas 7 x 7 10ksi com 2.000m de profundidade.
8479.89.99	954	Conectores de aço forjado para encaixe em perfis do tipo H4 18.3/4 polegadas, para testes de vedação do topo de árvores de natal submarinas com até 2.000m de profundidade, com capacidade de suportar pressões de até 15.000psi e com acionamento hidráulico de travamento/destravamento de até 5.000psi.
8479.89.99	955	Dispositivos de teste, instalação e manuseio do suspensor de coluna de árvores de natal molhadas modelo 7 x 5, com até 2.000m de profundidade, dotados de conjunto de interfaces de trava/destrava classe 4 API e dispositivo de içamento do módulo de controle de fluxo (FCM) tipo 4 com capacidade de içamento de até 50t, para testes em linhas de poço com pressões de até 12.500psi e operação hidráulica de 3.000psi.
8479.89.99	956	Bases de testes para realização de testes de integridade de linhas em árvores de natal submarinas de até 10ksi de pressão e 2.000m de profundidade, dotadas de hub submarino de perfil H4 com um falso suspensor de coluna e flange de 8 polegadas, com suporte para até 15.000psi de pressão e peso de até 50t.
8479.89.99	957	Dispositivos para instalação vertical de buchas de árvores de natal submarinas, com acionamento hidráulico para elevação da bucha até o MVB (bloco da válvula principal), para 12 linhas hidráulicas na base do conector com perfil H4, com capacidade de suportar pesos de até 3t.
8479.89.99	959	Unidades funcionais para fabricação de chave automotiva, compostas de: máquina de inspeção de altura, para medição dos relevos da chave usinada utilizando apalpadores eletrônicos e atuador pneumático; máquina para rebarbar peças usinadas através do uso de pastilhas para torneamento com corte reto guiados por 2 semieixos e fuso de esfera controlado por um servo motor; máquina para aplicação de cola entre o pino de fixação da lâmina e o corpo com dosador pneumático, inserção do pino de fixação com atuador pneumático; máquina de leitura de relevo de chave através de agulhas de prova acionadas por cilindro pneumático com impressora térmica de código (Tag), para identificação do número da chave; máquina para montagem do anel na chave com servo motor e atuador pneumático; painéis elétricos com comando CLP e painéis de "interface" IHM.
8479.89.99	960	Camisas deslizantes para completação de poços de petróleo, fabricadas predominantemente de aço carbono ou aço inoxidável, diâmetro externo entre 2½ e 8½ polegadas, não elastoméricas, com ranhuras equalizadoras, "nipple" de assentamento e roscas em ambas extremidades.
8479.89.99	961	Embaladores hidráulicos recuperáveis para completação de poços de petróleo, fabricados predominantemente de aço carbono, com selos tipo AFLAS ou HNBR, para pressão de operação de até 5.000psi, temperaturas de até 177 Graus Celsius, validados de acordo com normas ISO 14.310 e API Spec 11D1 V3, para diâmetros de poços entre 4½ e 9polegadas, com roscas em ambas as extremidades.
8479.89.99	962	Ferramentas de acionamento para equipamentos de completação de poços de petróleo, tipo C, fabricadas predominantemente de aço carbono, com diâmetro externo entre 2 e 7 polegadas, e roscas em ambas as extremidades.
8479.89.99	963	Máquinas de montar manivelas com pino esférico e usinagem de do cone para acionamento de sistema de limpador de para-brisas automotivo, com Cm e CmK de 1,67 e Cp e CpK de 1,33 para todas as características; com entrada de abastecimento de peças manual através de esteira elétrica roletada, rebordadora com controlador com processador e controlador, alimentador mecânico do pino esférico, 1 sistema de giro da manivela, controle numérico computadorizado (CNC) com central de refrigeração e sistema de aspiração com regulador de frequência, sistema de verificação automático de peças aprovadas e refugadas.
8479.89.99	964	Máquinas de montar conjunto eixo com alavanca no mancal do sistema de limpador de para-brisas automotivo, com Cm e CmK de 1,67 e Cp e CpK de 1,33 para todas as características; com uma entrada de abastecimento de peças manual no interior das máquinas, 2 prensas hidráulicas com uma força de 4.000N/bucha, 2 prensas hidráulicas com uma força de 2.500N por bucha, controle de força com célula de carga, indicador de processo, sensor de "Buster", 2 dispositivos de brunimento das buchas, 2 sistemas de dosagem de graxa nos mancais, reguladora de pressão, central de óleo hidráulico e uma bancada auxiliar para a montagem final do conjunto.
8479.89.99	965	Obturadores de produção hidráulicos, recuperáveis, de 7 até 10¾ polegadas, diâmetro externo máximo de 10.000 polegadas, diâmetro interno mínimo 1,5 polegadas, comprimento total podendo chegar até 2,5m, pressão interna máxima de 13.000psi, metalurgia de CR ou SCr13%, utilizados em operações de óleo e gás.
8479.89.99	967	Combinações de máquinas para gelificação e extrusão de gelatina, com capacidade máxima de até 3.000L/h de gelatina (28% de concentração), compostas de: 2 bombas de alta pressão totalmente higiênicas e sanitárias; conjunto de válvulas higiênicas e automáticas, com válvula(s) para entrada de CIP, válvula(s) para entrada de gelatina, válvula(s) de alívio de alta pressão com atuador; 2 medidores de vazão; 2 transmissores de pressão; 2 trocadores de calor de superfície raspada encamisados, montados em uma base de aço inoxidável; 2 cabeçotes de extrusão com um comprimento de seção cônica não encamisada fixada diretamente na saída da unidade de resfriamento, com placa(s) de extrusão com orifícios de 2,4 mm de diâmetro; sistema de controle de resfriamento automatizado, composto de bomba(s) centrífuga(s) para circulação de propilenoglicol, válvula(s) de mistura de 3 vias e transmissores de temperatura; base oscilante com estrutura de aço inoxidável, com sensor(es) de posição; 2 sistemas de CIP automatizados com cabeçote de limpeza, pedestais e suportes; com painel elétrico para controle do sistema.

8479.89.99	968	Combinações de máquinas para o tratamento da superfície de chapas de rochas ornamentais, compostas de: robô manipulador automático para o carregamento e descarregamento das chapas, com sistema de ventosas operando por sucção com dupla bomba à vácuo, transportador à corrente motorizada de superfície basculante e apoio retrátil com mecanismo de rotação, e dotado de dispositivo para transposição dos binários dos carros porta chapas, plano de apoio vertical fixo à pente , proteções de acesso com 2 portões para a passagem dos carros e portão suplementar de acesso; desviador vertical em linha para conexão dos circuitos de trabalho e retorno, com corrente transportadora e proteções de acesso; 5 transportadores das bandejas de suporte das chapas, à correntes motorizadas, com sistema de levantamento pneumático das bandejas e botões de pressão por acionamento manual para gestão do material; 3 transportadores, à correntes motorizadas, para o retorno das bandejas de suporte das
		chapas; transportador das bandejas de suporte das chapas, à correntes motorizadas, com sistema de levantamento pneumático das bandejas; forno vertical para secagem e catálise das chapas com duas câmaras separadas e sobrepostas, capacidade para 40 chapas e alimentação à gás; elevador com sistema de inserção e extração das bandejas dos fornos de catálise e secagem com 40 andares; 1 forno vertical para catálise ou secagem das chapas com 40 andares, alimentação à gás e compensador de linha integrado; 3 antenas para o reconhecimento remoto das bandejas; até 96 bandejas de aço alveolar para o suporte das chapas com ganchos duplos e dispositivos para o reconhecimento à distância das bandejas.
8479.89.99	969	Máquinas de montar eixos com alavanca e pinos esféricos para acionamento de sistema de limpador de para-brisas automotivo, com Cm e CmK de 1,67 e Cp e CpK de 1,33 para todas as características; dotadas de: braço robótico para o abastecimento com sistema de visão de posição de encaixe da alavanca e pino esférico, 2 rebordadoras com controlador com processador e controlador, alimentador mecânico do segundo pino esférico, sistema de giro da alavanca, cilindro elétrico para prensagem do eixo, cilindro para a fixação radial do eixo na alavanca, sistema de verificação automático de peças aprovadas e refugadas.
8479.89.99	970	Máquinas para produção de gelo seco de alta densidade, sem refrigeração direta, operando por prensagem de névoa carbônica obtida por expansão de CO_2, dotadas de sistema de extrusão para formação de gelo seco em formatos diversos, com ou sem sistemas de recuperação de gás carbônico não convertido para reinserção no processo, capazes de produzir peletes com diâmetro máximo igual ou inferior a 16mm, ou, "slices" com dimensões máximas iguais ou inferiores a 200 x 200 x 100 mm (C-L-A), com capacidade máxima de produção igual ou inferior a 700kg/h, construídas em estrutura compacta para produção "on site" com dimensões máximas iguais ou inferiores a 1.595 x 2.595 x 2.000mm (CXLXA).
8479.89.99	971	Máquinas automáticas para montagem de cadeados entre 20 até 70mm com capacidade de produção de até 900cadeados/h com ciclo inferior a 4,5s, com leitura automática do segredo da chave e montagem automática dos componentes do conjunto; montagem e fechamento do cadeado com pinos de latão com teste final do funcionamento; alimentação da mola com 4 ou 5 agulhas; com 5 a 7 cilindros pneumáticos para a alimentação dos pinos; alimentação de mola com baixo consumo de ar comprimido e pressão de até 6bar; leitura da chave com LVDT, com tolerância de 0,25mm para encaixe do pino certo; com painel operador com tela "touchscreen" com aviso de código de erros e problemas.
8479.89.99	972	Equipamentos de pintura, para viseiras utilizadas em capacetes, por meio de imersão da peça feita em policarbonato e uso de verniz a base de silicone, velocidade de subida e descida da peça de forma variável de acordo com o modelo da viseira, CLP para a armazenagem de cada modelo de viseira e sistema de bombas hidráulicas para circulação do verniz, capacidade máxima de pintura de até 200.000peças/mês.
8479.89.99	973	Máquinas automáticas especificas para fresamento dos canais dos cilindros de cadeados, controlada por CLP (Controlador Lógico Programável), com sistema de alimentação automático por placa vibratória superior, 2 unidades pneumáticas de fresamento lateral dos cilindros, capacidade de produção de 1.000peças/h, saída automática por rampa de peças acabadas.
8479.89.99	974	Máquinas automáticas especificas para fresamento dos dentes de chaves perfil "Yale", controladas por CLP (Controlador Lógico Programável), com sistema de alimentação automático, 3 unidades de fresagem e 1 unidade de rebarbação, reversão, codificação e anilhamentos automático das chaves, saída automática por rampa frontal das peças acabadas, capacidade de 1.000chaves/h.
8479.89.99	975	Máquinas automáticas industriais especificas para fresamento dos dentes de chaves perfil "Yale" dos 2 lados simultaneamente, controlada por CLP (Controlador Lógico Programável), com sistema de alimentação automático, 2 unidades de fresagem, uma unidade de rebarbação chaves, saída automática por rampa frontal das peças acabadas no carrossel automático giratório capacidade de 9.000chaves/h.
8479.89.99	976	Máquinas automáticas especificas para fresamento dos dentes de chaves perfil "Wave", controladas por CLP (Controlador Lógico Programável), com 2 unidades automáticas de fresamento e uma unidade de rebarbação, reversão, codificação e anilhamentos automático das chaves, saída automática por rampa frontal das peças acabadas, capacidade de 750chaves/h.
8479.89.99	977	Máquinas automáticas especificas para formação do anel para chaves em metal com cabeça plástica, controladas por CLP (Controlador Lógico Programável), com sistema de alimentação manual, 1 unidade pneumática de formação anel, capacidade de produção de 900peças/h.
8479.89.99	978	Máquinas automáticas para corte de tubos de PVC corrugados de até 60mm de diâmetro, com capacidade de cortar na crista do tubo com posicionamento do tubo através de sensor a laser, sistema de corte com facas rotativas e sistema de abertura longitudinal do tubo.
8479.89.99	980	Máquinas automáticas para corte de tubos de PVC corrugados de até 32mm de diâmetro, com capacidade de cortar na crista do tubo com posicionamento do tubo através de sensor a laser, sistema de corte com facas rotativas e sistema de abertura longitudinal do tubo.
8479.89.99	981	Combinações de máquinas automáticas para linha de montagem hibrida (Pe, EFB, AGM) de acumuladores elétricos chumbo-ácido com capacidade de produção entre 2,5 e 4,5baterias/min, compostas de: sistema de carregamento e esteira transportadora de lingotes; alimentador de caixas; furador automático de divisórias de caixas de baterias, coletor automático do recorte plástico, queimador de rebarbas dos furos das caixas.
8479.89.99	982	Equipamentos para formação de pastilhas ou flocos de resina de colofônia, com capacidade máxima de 2.600kg de pastilhas/h, com temperatura de entrada compreendida entre 180 e 200 Graus Celsius e temperatura de saída de 49 Graus Celsius, dotados de esteira de resfriamento, construída em liga de níquel, cromo e titânio, com largura de 1.500mm, comprimento de resfriamento de cerca de 22.000mm e velocidade compreendida entre 3 e 30m/min.

8479.89.99	992	Pórticos de lavagem automática de veículos, com área máxima livre de lavagem de 7.600mm de largura, 3.850mm de comprimento e 3.350mm de altura, contendo funções de lavagem de chassis e rodas com "spray" de água de alta pressão, lavagem com sabão, aplicação de cera e secagem a ar, contendo braço rotativo inteligente de 360 Graus, consumo de água para lavagem do chassis entre 30 a 50L e consumo de água para lavagem de carroçaria entre 150 e 210L/veículo, com trilho deslizante de 7.500mm de comprimento para lavagem em 28s, dosagem de alta precisão para consumo entre 20 a 50ml de liquido pré-lavagem/veículo com sistema de controle e monitoramento com processador central e detector de falhas.
8479.90.90	354	Cremalheiras em arco de 180 Graus, para giro de sistema de seguidor solar (tracker), com diâmetro de 1.035mm (±0,2mm), composta de 9 partes individuais unidas por rebites de 4,8mm de diâmetro e 18,2mm de altura e parafusos M8 de 45mm, confeccionada em aço pré galvanizado de 275g/m², com cobertura de zinco e aço e limite de escoamento mínimo de 345MPA; aço inox A2 com limite mínimo de escoamento de 517 MPA e liga ZAMAC 12 micro fundida de 320MPA.
8479.90.90	355	Pinhões de giro para seguidor solar (tracker), em aço inox 304, micro fundido e com alívio de tensões, composto de 9 dentes e pino conector de trava do sistema de giro da mesa do seguidor solar, dimensões de 110,89 x 87,5mm (altura x largura), lado externo com furos de 8,1mm para conexão dos tubos de torque e diâmetro interno fora do negativo de 51,2mm.
8479.90.90	356	Braços pivotantes para seguidor solar (tracker), de aço pré-galvanizado 275g/m² mínimo, composto de corpo com espessura de 1,2mm e suporte lateral de 2mm, com limite de escoamento mínimo de 345MPA e torção máxima de 1 grau em ambos os sentidos, fixadores de classe 8.8 M6 de 12mm com revestimento organometálico contra corrosão.
8479.90.90	357	Válvulas de retenção mecânica de 15mm composta em fluoro polímero termoplástico opaco, semicristalino e capacidade de operação em 0,3psi de resistência térmica entre 65 e 80 Graus Celsius, pressão máxima de resistência em 15bar e mínima de 10bar e vasão máxima de 70L/min.
8479.90.90	358	Alojamentos balanceadores, feitos de aço inoxidável para ferramenta de compensação de expansão e contração de teste de poços de petróleo, medindo aproximadamente 2,2m de comprimento, diâmetro externo de 5 polegadas e com rosca caixa nas suas extremidades.
8479.90.90	359	Alojamentos inferiores guia da ferramenta de compensação de expansão e contração de teste de poços de petróleo, feitos de aço inoxidável, medindo aproximadamente 1,4m de comprimento, com diâmetro externo de 5 polegadas, com rosca caixa em uma extremidade e rosca pino na outra.
8479.90.90	360	Extensões superiores para operações de contenção de areia em poços de óleo e gás, metalurgia Cr13, SCr13, Cr25, SCr25 ou Alloy, com diâmetro externo máximo de 8.150 polegadas, diâmetro interno mínimo de 6.000polegadas, pressão de trabalho mínima de 2.000psi.
8479.90.90	361	Extensões inferiores para operações de contenção de areia em poços de óleo e gás, metalurgia Cr13, SCr13, Cr25, SCr25 ou Alloy, pressão de trabalho de 6.000psi, diâmetro externo máximo de 8.000polegadas, diâmetro interno mínimo de 6.000polegadas.
8480.71.00	248	Moldes bi-partidos, fabricados em aço usinado, contendo flancos de aço, com diâmetro externo igual ou superior a 1.300mm, utilizados para vulcanização de pneus de uso agrícola e veículos "off the road".
8480.71.00	249	Moldes segmentados contendo 9 segmentos, fabricados em aço usinado, contendo flancos laterais e segmentos em aço, com diâmetro externo igual ou superior a 950mm, utilizados para vulcanização de pneus radiais de ônibus e caminhões de grande porte.
8480.71.00	250	Moldes para uso em injetora de alta pressão, confeccionado com insertos em aço especial para trabalho a quente, mantendo superficialmente a característica de polibilidade e texturização, temperado e revenido com dureza de 46 a 48 HRC, com sistema de injeção quente balanceado com uso de recursos "software moldflow", destinado à produção da Guia de cheques para equipamentos de automação bancária, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 47.259,00.
8481.40.00	040	Válvulas de alívio, feitas de aço inoxidável, com pressão nominal de 3.550psi, medindo aproximadamente 5cm de comprimento e 3cm de diâmetro externo, utilizadas em ferramentas de perfilagem de poços de petróleo.
8483.40.10	345	Reversores hidráulicos, com relação de redução real entre 5.890:1e 6.000:1 a frente e a ré; e relação de redução nominal 6.0:1 a frente e a ré; para acoplamento em motores diesel com potência máxima 502.20kW a 1.800rpm, destinados a aplicação em trabalho contínuo em embarcações.
8483.40.10	346	Sistemas de motoredutor para acionamento da mesa de painéis solares fotovoltaicos em seguidores solares (trackers), compostos por motor de 24VCC, com corrente menor que 6A e velocidade de 28rpm, proteção contra corrosão classe C5 e proteção contra poeira e jatos d'água de classe IP65 ou superior, com temperatura de operação de -40 a +60 Graus Celsius, redutor de 5 polegadas de diâmetro, com torque de saída máximo de 290Nm, precisão de giro de 0,2 Graus, fixação através de 6 parafusos M10 e taxa de redução de 62:1, "encoder" com frequência de 115kHz e eixo de aço inox de 6 x 15mm, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 1.489,43.
8483.40.10	347	Caixas de engrenagem para multiplicação de rotação e transmissão de torque, para aplicação em aerogeradores, com 3 estágios de multiplicação, sendo dois de engrenagens planetárias e um de engrenagens helicoidais de eixos paralelos, com rotação nominal de entrada entre 12,25 e 14,18rpm, com relação de multiplicação de velocidade entre 1:102,189 e 1:114,022, com potência mecânica entre 2.935 e 3.260kW.
8483.90.00	084	Luvas em aço 16MnCr5 ou SAE5115, não roscadas, com dureza de 750 HV (±50 HV) ou 760 HV (±60 HV), para montagem do tambor da embreagem em Roçadeiras, Moto-podas e Cortadores de palma.
8484.20.00	008	Selos mecânicos, fabricados em aço carbono grade P-5600, para vedação do fluido refrigerante do sistema entre estágios de compressão, com diâmetro de 5,4 polegadas (137,16mm), devem suportar condições de operação do eixo em velocidades de 3.000 a 3.600rpm e temperaturas de 10 a 66 Graus Celsius, próprios para unidades centrífugas de resfriamento de líquidos
8484.20.00	009	Selos mecânicos de labirinto, fabricados em alumínio, para vedação de fluido refrigerante ou óleo do sistema entre estágios de compressão, altura de 7,5 polegadas (190,5mm), diâmetro externo de 23 polegadas (584,20mm) e diâmetro interno de 20,2 polegadas (513,08mm), aplicados em unidades de resfriamento de líquidos do tipo centrífugo.
8484.20.00	010	Selos mecânicos de vedação de eixo de máquinas girantes, com retentores da mola em aço bi cromatizado, pista móvel em puro Carbono P-5600 ou bronze de estanho UNS C93200, pista fixa em Níquel conforme norma ASTM A436-84 ou carboneto de tungstênio com aglutinante de Níquel, mola em aço inoxidável 18-8, anel "O-ring" com dureza de 70 Shore A (±5 Shore A), devem suportar velocidades de operação de 500 a 3.000rpm, temperatura de operação de -29 a 93 Graus Celsius e pressão de operação de 26inHg de vácuo até 100PSIG, pressão da face de carga da mola na altura de trabalho de 50 a 80PSI ou 70 a 100PSI, vazamento dos selos em conformidade com a norma TKS16050, acopláveis em eixos de diâmetro 23,80 ou 25,40mm, aplicados nos compressores de refrigeração recíprocos de sistemas de refrigeração para baú de caminhões.
8501.51.90	007	Motores elétricos de corrente alternada bifásicos, potência inferior a 750W de indução assíncrona, parte de ferramenta de perfilagem, com o comprimento aproximado de 7,28 polegadas de face a face e largura aproximada de 3,15 polegadas, alimentados por tensão alternada, com voltagem nominal entre 300 e 350V, com rotação nominal de 28 a 30rps, compostos por eixo rotativo interno, bobinas e estator externo.
8501.52.10	009	Motores elétricos assíncronos submersíveis com refrigeração interna à óleo, para poços com diâmetro de 6 polegadas, de corrente alternada, com potência entre 4 e 20HP, trifásicos, com rotor de gaiola, rebobinável, 2 polos, frequência de 60Hz, hermeticamente vedado, tubo externo, tampas e eixo em aço inox, rolamentos lubrificados a óleo, vedação por selo mecânico, acoplamento padrão NEMA.
8502.13.19	030	Grupos geradores de energia, com potência entre 2.562kVA (2.050kW) e 3.125kVA (2.500kW), montados em uma base metálica horizontal, constituídos de: motor diesel de 16 cilindros, com capacidade volumétrica de 78L, 4 tempos, com rotação de 1.800rpm, sistema de combustível EUI, refrigerado à água, dotados de gerador síncrono, trifásico, 60Hz, tensão entre fases de 380 a 13.800V, com fator de potência de 0,8, sistema de arrefecimento por ventilador montado no próprio eixo ou remoto.
8502.20.11	058	Grupos eletrogêneos de corrente alternada, acionados por motor de ignição por centelha à gasolina, 4 tempos, cilindrada de 196, 212 ou 389cm³, potência de 5,4; 5,8 ou 11,4HP, tanque de combustível com capacidade de 14 ou 27L, gerador de energia elétrica equipado com sistema AVR para regulagem automática da tensão de acordo com a carga, potência elétrica nominal de 2,5; 3 ou 5,5kW e potência elétrica máxima de 2,8; 3,2 ou 6kW, painel digital acessível ao usuário com medidor VFT (tensão, frequência e tempo de operação), com tensão de saída AC 110/220V ou AC 127/220V.
8502.31.00	002	Aerogeradores de energia eólica com rotor de eixo vertical de três pás helicoidais e potência aerodinâmica máxima de 3,5kW, com sensor de velocidade, sensor de dupla rotação, sensor de vibração e sensor de temperatura, dotados de freio mecânico e de freio elétrico para proteção do equipamento, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 264.828,90.
8503.00.90	059	Chapas para conexão de estruturas, utilizadas em aerogeradores; fabricadas em aço estrutural S355J2; espessura da chapa de 25mm; com comprimento total de 2.465mm e largura de 1.515mm, com 8 furos oblongados de largura 39mm e comprimento 74mm em uma das extremidades e 8 furos cilíndricos de diâmetro 40mm na outra extremidade.
8504.40.90	326	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 30.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 33.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 400Vca.
8504.40.90	327	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 36.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 40.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 400Vca.
8504.40.90	328	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 40.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 44.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 400Vca.
8504.40.90	329	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica com potência nominal de saída de 136.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 150.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 800Vca.
8504.40.90	330	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica com potência nominal de saída de 120.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 121.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 400Vca.
8504.40.90	331	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica com potência nominal de saída de 200.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 230.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 800Vca.
8504.40.90	332	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede monofásica com potência nominal de saída de 3.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 3.300W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 220Vca.
8504.40.90	333	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede monofásica com potência nominal de saída de 5.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 5.500W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 220Vca.
8504.40.90	334	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede monofásica com potência nominal de saída de 6.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 6.600W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 220Vca.
8504.40.90	335	Inversores para sistemas fotovoltaicos, "on-grid" tipo "string" para rede trifásica, com potência nominal de saída de 25.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 27.500VA a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380Vca.
8504.40.90	336	Inversores para sistemas fotovoltaicos, "on-grid" tipo "string" para rede trifásica, com potência nominal de saída de 33.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 36.500VA a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380Vca.
8504.40.90	337	Inversores para sistemas fotovoltaicos, "on-grid" tipo "string" para rede trifásica, com potência nominal de saída de 50.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 50.000VA a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380Vca.
8504.40.90	338	Inversores para sistemas fotovoltaicos, "on-grid" tipo "string" para rede trifásica, com potência nominal de saída de 75.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 75.000VA a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380Vca.
8504.40.90	339	Inversores para sistemas fotovoltaicos, "on-grid" tipo "string" para rede trifásica, com potência nominal de saída de 100.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 110.000VA a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380Vca.
8504.40.90	340	Inversores solares fotovoltaico para uso exclusivo com otimizadores, conexão de rede trifásica, com potência nominal de saída de 40KW a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 40KVA a 40 Graus Celsius e tensão nominal de saída de 480/277 Vca.
8504.40.90	341	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 21.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 21.054W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380Vca
8504.40.90	342	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 225.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 235.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 800Vca.

8504.40.90	343	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 250.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 235.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 800Vca.
8504.40.90	344	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 30.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 30.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 220Vca.
8504.40.90	345	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 36.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 36.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 220Vca.
8504.40.90	346	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 50.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 50.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 220Vca.
8504.40.90	347	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 73.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 73.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 220Vca.
8504.40.90	348	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 100.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 110.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380Vca.
8504.40.90	349	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 110.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 121.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380Vca.
8504.40.90	350	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 120.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 132.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380Vca.
8504.40.90	351	Inversores para sistemas fotovoltaicos "string", para rede trifásica, com potência nominal de saída de 136.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 150.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 500Vca.
8504.40.90	352	Inversores para sistemas fotovoltaicos para uso exclusivo com otimizadores, para redes trifásicas, com potência nominal de saída de 31,75kW a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 31,75kW a 40 Graus Celsius e tensão nominal de saída de 380/220Vca e 220/127Vca.
8504.40.90	353	Inversores para sistemas fotovoltaicos on-grid, microinversor, monofásico, com potência nominal de saída de 1800W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 1800W a 40 Graus Celsius, para redes com tensão nominal de 220~240V.
8504.40.90	354	Inversores para sistemas fotovoltaicos on-grid, microinversor, monofásico, com potência nominal de saída de 2000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 2000W a 40 Graus Celsius, para redes com tensão nominal de 220~240V.
8504.40.90	355	Inversores para sistemas fotovoltaicos do tipo string, para rede trifásica, com potência nominal de saída de 125.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 125.000W a 40 Graus Celsius e tensão nominal de saída de 600Vca.
8504.40.90	356	Inversores para sistemas fotovoltaicos do tipo string, para rede trifásica, com potência nominal de saída de 100.000 W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 110.000W a 40 Graus Celsius e tensão nominal de saída de 380Vca.
8504.40.90	357	Inversores para sistemas fotovoltaicos string, para rede trifásica, com potência nominal de saída de 25.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 27.500W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380/400Vca.
8504.40.90	358	Inversores para sistemas fotovoltaicos string, para rede trifásica, com potência nominal de saída de 28.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 30.800W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380/400Vca.
8504.40.90	359	Inversores para sistemas fotovoltaicos string, para rede trifásica, com potência nominal de saída de 30.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 33.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380/400Vca.
8504.40.90	360	Inversores para sistemas fotovoltaicos string, para rede trifásica, com potência nominal de saída de 17.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 18.700W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380/400Vca.
8504.40.90	361	Inversores para sistemas fotovoltaicos string, para rede trifásica, com potência nominal de saída de 20.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 22.000W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380/400Vca.
8504.40.90	362	Inversores para sistemas fotovoltaicos string, para rede trifásica, com potência nominal de saída de 22.000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 24.200W a 40 Graus Celsius, e tensão nominal de saída de 380/400Vca.
8504.40.90	363	Inversores para sistemas fotovoltaicos off-grid (sem conexão com a rede elétrica), para sistemas monofásicos, com potência nominal de saída de 3000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 6000W a 40 Graus Celsius (5s), e tensão nominal de saída de 127Vca.
8504.40.90	364	Inversores para sistemas fotovoltaicos off-grid (sem conexão com a rede elétrica), para sistemas monofásicos, com potência nominal de saída de 1000W a 40 Graus Celsius, com potência máxima de saída de 2000W a 40 Graus Celsius (5s), e tensão nominal de saída de 127Vca.
8504.90.30	022	Núcleos amorfos exclusivos para transformadores elétricos com isolação a seco por resina epóxi, frequência 50 ou 60Hz e potência superior a 16 até 100kVA.
8504.90.40	027	Módulos conversores de sinais de "encoders" convencionais e de sinais de sensores de temperatura para integração direta em topologia de rede "Drive-CliQ".
8514.10.10	105	Fornos industriais verticais para processo a vácuo, aplicado para execução de têmpera e revenimento em aços inoxidáveis martensíticos, com dimensão de diâmetro de 1.200 x 1.500mm, temperatura de trabalho de 500 a 1.320 Graus Celsius, pressão de têmpera de 6bar, vácuo final de 4 x 10-1Pa, com capacidade carregamento bruto de 1.500kg.
8514.10.10	106	Fornos de resistência, industrial de pré cura para viseiras utilizadas em capacetes, por meio de aquecimento elétrico e temperatura controlada para retirada de gases gerados na pintura por imersão, com movimentação interna por meio de corrente, motor de passo e velocidade controlada por potenciômetro, com capacidade máxima de até 200.000peças/mês.
8514.10.10	107	Fornos de resistência, industrial de cura final para secagem total do verniz aplicado em viseiras utilizadas em capacetes, com aquecimento elétrico e controle de temperatura variável, movimentação por meio de correntes, motor de passo com velocidade controlada e temporizador para ligar e desligar o forno, capacidade máxima de secagem de até 200.000peças/mês.
8514.20.20	012	Combinações de máquinas para resinagem de chapas de rochas ornamentais com micro-ondas, compostas de: carregador automático de entrada com ventosas e sistema de sucção por bombas a vácuo dotado de 1 suporte a pente giratório para virar o lado da chapa e proteções de segurança; elevador a pente fixo com rolos transversais para transferência lateral da chapa; transportador motorizado com elevador á pantógrafo; câmara desidratadora horizontal de chapas com sistema de aquecimento de ar equipada com até 50m de painéis de isolamento, tubos de conexão; escova de limpeza motorizada em forma de hélice; até 10 mesas de transporte com 2 andares para conexão entre os vários módulos; até 3 exaustores com tubos para aspiração na área de aplicação da resina; elevador a pantógrafo para permitir o ciclo continuo das bandejas de suporte das chapas; câmara de micro-ondas horizontal equipada com potência de 24kW equipada com transporte motorizado para bandejas de suporte das
		chapas e tubos de conexão; câmara de armazenagem multinível com duas torres de 33 andares para armazenagem de chapas com tubos de conexão; elevador para o deslocamento vertical das bandejas na câmara de catálise operando em quatro colunas de aço com movimento controlado por inversor e mecanismo de inserção e extração das bandejas; até 100 badejas metálicas com grelhas para o suporte e transporte das chapas no circuito; descarregador automático de saída com ventosas e sistema de sucção por bomba de vácuo e proteções de segurança; até 20 carrinhos motorizados porta-chapas; transbordador duplo motorizado completo com um enrolador de cabo cada para alimentação e 2 enroladores de cabo para o movimento dos carrinhos; até 60m de trilhos; painel elétrico principal e vários painéis elétricos secundários para controle das várias unidades.
8514.30.11	009	Fornos de esteira com aquecimento elétrico construídos em aço inox, com possibilidades de empilhar até 2 "decks", utilizados para linha de massas (pizza, esfihas e similares), potência elétrica de 5 a 7kW, comprimento aproximado de 765mm, largura aproximada de 797mm, comprimento aproximado da esteira entre 1.270 a 1.397mm, controle digital de velocidade da esteira e temperatura de trabalho, tempo de cocção variando de 30s a 15min, temperatura ajustável entre 93 a 288 Graus Celsius.
8514.30.90	021	Fornos cilíndricos simples - "Ircon-Solaronics", para realização do processo de "crosslinking" do polietileno a ser utilizado em extrusora de dutos flexíveis, com especificações: diâmetro interno 950mm, diâmetro interno do quartz 900mm, alimentação 400V trifásico, 137,7kW, 38 Lâmpadas de infravermelho de alta potência LP 360, sistema de resfriamento, pirômetros, tela de 12 polegadas "touchscreen".
8515.21.00	197	Combinações de máquinas para a fabricação de telas eletro soldadas, por resistência elétrica, com velocidade de solda de 150soldas/min; com largura de tela entre 1.250 a 2.500mm e comprimento de tela entre 3.000 a 6.000mm, com arames longitudinais e transversais partindo de rolos, de diâmetro entre 3,4 a 10mm, compostas de: unidade de monitoramento dos arames longitudinais; 2 unidades de endireitamento dos arames longitudinais; unidade de extração dos arames longitudinais através da unidade endireitadora; unidade acumuladora (looping) para balanceamento da alimentação dos arames longitudinais; unidade de alimentação por roldanas para os arames longitudinais; 2 portas bobinas individuais para o desbobinamento do arame transversal com capacidade máxima de 3.000kg cada; alimentador automático do arame transversal com velocidade de 375m/min, dotado de: sistema de extração, unidade de acumulação (looping), unidade injetora do arame, guilhotina; máquina de soldar
		telas de arame dotada de 8 transformadores de solda e 25 grupos de prensas de solda individuais, cada grupo dotado de: cilindro de operação pneumática, 2 portas eletrodos de cobre com eletrodos cúbicos; guilhotina para corte dos arames longitudinais; empilhador automático de telas; virador automático de telas; esteira transportadora para a saída das telas soldadas e cortadas; de painel de comando para o operador dotada de processador de solda e CLP.
8530.10.90	017	Unidades receptoras e transmissoras de sinais de rádio entre locomotivas de um mesmo trem; compostas por um amplificador/repetidor de sinal montadas em gabinetes metálicos no padrão "Rack" 2 e 3U, alimentadas por tensão de 12V com uma corrente de consumo previsto de até 13A, com monitoramento de status de funcionamento remoto e 2 níveis de potência pré-determinados, alta (25 - 30W) ou baixa (5W).
8530.90.00	002	Sensores de presença de veículo que traficam do tipo a ser utilizado conjuntamente com placa de interface própria (4TI ETH) e aparelho elétrico digital de controle de tráfego de vias terrestres (semáforo), com capacidade de até 8 zonas de detecção, possuindo sensor CMOS de 1/4 polegada, preto e branco, compressão JPEG, carcaça em alumínio e proteção contra fatores externos IP6, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 1.103,76.
8530.90.00	003	Placas eletrônicas 4TI ETH de interface e alimentação de sensores de presença veicular traficam, possibilitando seu funcionamento e conexão a controlador de tráfego de vias terrestres, sem microprocessadores embarcados e alimentado por fonte externa de 24V, de valor unitário (CIF) não superior a R$1.083,06.
8543.20.00	041	Gerador de Sinais GNSS "Grandmaster" com relógio de quartzo ou rubidio, chassi 1U com "kit" para montagem em "rack" 19 pes, 8 x portas 1G para sinais PTP/Sync-E com capacidade mínima de 128 clientes e 1xsaída E1/2MHz, cartão de 16 saídas BITS, 2x fontes de alimentação 48VDC, 90W, 2x cabos de alimentação DC, cabo de alta densidade de 30cm.
8543.30.90	047	Unidades funcionais para eletrodeposição de cromo em cilindros de aço para rotogravura, com preparação e acabamento, para cilindros de comprimento de face máxima de 1.600mm e circunferência máxima de 1.000 mm, gerenciada por controlador lógico programável (CLP), compostas de: 5 carrinhos para cilindros para alimentação da unidade funcional; estação de armazenamento de cilindros com capacidade para 5 cilindros simultaneamente; unidade de preparação superficial (desengraxe eletrolítico); unidade de eletrodeposição de cromo; unidade de polimento de cilindros cromados; sistema automático de movimentação e posicionamento de cilindros dotado de ponte-rolante e sua respectiva estrutura de sustentação.

8601.20.00	005	Combinações de máquinas, de aplicação exclusivamente ferroviária, para locomotivas híbridas com potência bruta igual ou superior a 3.200HP, compostas de: motor diesel de 4 tempos, 8 a 12cilindros e potência bruta de 700 a 2.300HP; baterias de Fosfato de Ferro-Lítio (LiFePO4) e módulos do sistema de gerenciamento de baterias (BMS - Battery Management System), com "interface" CAN bus exclusivo para o SAL-05 (Sistema de Automação de Locomotivas); componentes do sistema de arrefecimento da locomotiva, do controle de freios, bem como suas partes, e do sistema de tração; sistema de comando mestre da locomotiva; telas de "interface" humano-máquina; dispositivo gravador de eventos munido de portas de comunicação ethernet e alimentado à 74VDC; partes e componentes do sistema pneumático e módulo do sistema de freio dinâmico.
8603.10.00	004	Trens do tipo monotrilho automatizado pela tecnologia CBTC- (communication based in train control) dotados de sistema de gerenciamento TCMS (train control management system) com aproximadamente 3.165mm de largura e taxa de ocupação média de 6 passageiros/m² contendo duas portas de acesso em cada lado dos carros, composto de 5 carros de layout aberto, carros de extremidade com comprimento aproximado de 13,5m dotado de cabines operacionais, carros intermediários com comprimento de aproximadamente 10m, compostos por 2 bogies de sustentação contendo cada 1 motor magnético permanente com potência máxima de 260kW, torque máximo 1.500Nm por motor de tração e consumo de energia de 1.3kWh/carro para operação em linha de tensão nominal de 750VDC com a taxa de desaceleração de 1m/s², taxa de frenagem de emergência de 1,5m/s², e velocidade máxima de operação de 80km/h, dotado de sistema de comunicação a bordo contendo sistema de circuito fechado de televisão (CCTV) composto por um gravador de vídeo de disco rígido de rede com capacidade de armazenamento mínimo de 168h, tela de vigilância por
		toque de 12,1 polegadas e câmeras com resolução de 1.920 × 1.080 com codificação H.265/H.264, sistema de informação de passageiros (PIS) responsável pela informação de áudio e vídeo com resposta de frequência de 200Hz a 8KHz ±3dB, uma taxa de distorção de menor que 3%, relação sinal/ruído maior ou igual a 60dB, nitidez do som maior ou igual 95%, uma potência sonora de 105dB e uma disponibilidade de 99.998% e sistema de sinalização de bordo VOBC (Unidade de Controle Embarcada), para monitoramento da localização, velocidade, status das portas garantindo o monitoramento da circulação do trem em tempo real, integrando as funções tradicionais dos sistemas ATP (proteção automática de trens) e ATO (condução automática de trens), responsáveis por manter a velocidade do trem dentro dos limites estabelecidos em cada trecho e pela condução automática do trem sob supervisão do operador.
8604.00.90	081	Veículos para manutenção de vias férreas, para corte de trilhos ferroviários, autopropulsados, com velocidade máxima de percurso igual ou inferior a 40km/h, e dotados de: dispositivo hidráulico de corte com lâmina abrasiva de diâmetro igual ou inferior a 40 polegadas, tanque hidráulico de capacidade igual ou inferior a 600L, cabine de operação podendo ser do tipo aberta nas laterais ou fechada com climatização, e podendo conter ainda ou não, um guincho traseiro para movimentação de cargas e ferramentas.
8604.00.90	082	Veículos para manutenção de vias férreas, para reperfilar trilhos ferroviários de bitola igual ou inferior a 1.600mm, autopropulsados, acionado por motor diesel de 3 cilindros, refrigerado a ar, de potência igual ou inferior a 350HP, com velocidade máxima de percurso igual ou inferior a 50km/h, e dotados de: dispositivo esmerilhador contendo motor de potência igual ou inferior a 50HP e rebolos de diâmetro igual ou inferior a 6 polegadas, tanque hidráulico de capacidade igual ou inferior a 100L, e cabine equipada com painéis de controle por "joystick" e volante manual para operação da máquina.
8604.00.90	083	Veículos para manutenção de vias férreas, para aplicação e/ou remoção de grampos (clips) de fixação de trilhos ferroviários de bitola igual ou inferior a 1.600mm, autopropulsados, equipados com motor diesel turboalimentado de potência igual ou inferior a 300HP, com velocidade máxima de percurso igual ou inferior a 30mph, e dotados de: 2 dispositivos de aplicação de grampos (clips), podendo conter ou não ferramentas de remoção de grampos (clips), pulverizador para lubrificação, garras para dormentes com gancho, tanque hidráulico de capacidade igual ou inferior a 200 galões, e cabine fechada e climatizada, para 1 ou 2 operadores, contendo câmera com monitores, painéis de controle e "joystick" para operação da máquina.
8604.00.90	084	Veículos para manutenção de vias férreas, para troca de dormentes em trilhos ferroviários de bitola igual ou inferior a 1.600mm, autopropulsados, acionados por motor diesel turboalimentado de potência igual ou inferior a 300HP, com velocidade máxima de percurso igual ou inferior a 30mph, e dotados de: dispositivo para elevação de trilhos, dispositivo com garras para remoção e inserção de dormentes ferroviários com comprimento de curso de 82 polegadas para trabalho em ambos os lados da via férrea, força de extração de dormentes igual ou inferior a 25.000 libras e de inserção igual ou inferior a 15.000 libras, tanque hidráulico de capacidade igual ou inferior a 200 galões, e cabine do operador fechada e climatizada, contendo painéis e "joystick" para controle das operações da máquina.
8607.30.00	011	Amortecedores mecânicos para uso exclusivo em sistemas de engates de veículos ferroviários, com capacidade de absorção de energia máxima de 66kN.m, curso de deslocamento máximo de 82mm e recuo de até 20% da capacidade original, composto por carcaça em ferro fundido e elementos de amortecimento em aço forjado e elastômero, com peso máximo de 122kg.
8705.10.10	012	Caminhões guindastes autopropulsados equipados com haste telescópica retraída com comprimento de 11,74m em formato "u-shaped", com extensão máxima de 45,5m, mais lança treliçada de aço auxiliar de 16m totalizando extensão de trabalho de 61,5m, com 2 eixos de roda dianteiros direcionáveis e 2 eixos de tração traseiros, acionados por motor a diesel refrigerado a água com potência de 335,25HP a 2.100rpm, com capacidade máxima de elevação de 60.000kg em raio de 3m e velocidade máxima de içamento do cabo de aço único do guincho principal (sem carga) 2,16m/s, com giro de 360 Graus da estrutura superior tendo a velocidade de 0 a 2rpm.
9015.80.90	089	Sensores de captação de dados hidrológicos capacitivo trabalhando na frequência de 75Mhz, com sensibilidade de ±5% tendo sistema elétrico encapsulado com cabo de 5 metros blindado e as dimensões do sensor são de 135 x 25 x 14mm com voltagem de funcionamento de 5V e saída de energia 0 a 3V com temperatura de operação de -20 a +85 Graus Celsius.
9015.80.90	090	Magnetômetros de poço tri-axial (3 eixos) para TEM, MMR e magnetismo, utilizados em aplicações geofísicas, com alcance em profundidade vertical de até 2km, com transmissor sincronizado direto, GPS ou cristal, sensor com sensibilidade múltipla com nível máximo de sinal de ±70.000nT e nível máximo de ruído do sensor de 6pT/√Hz@1Hz em todos os componentes, nível ruído de aproximadamente 3pT na janela do tempo, taxa de amostragem de 12,5 a 25 kHz por ADC simultaneamente, largura de banda DC 24Hz, receptor GPS, bateria de íon de lítio recarregável por USB com 12h de autonomia, aquisição simultânea de três componentes para pesquisas, processamento de sinal digital "SMART" e rejeição superior de interferência elétrica, "sferic" e telúrica, com capacidade para registro de séries temporais brutas e/ou empilhadas conforme necessário, analisador de espectro gráfico integrado e funcionalidade de osciloscópio, arquivos de dados ASCII padrão da indústria, compatível com
		Zonge, Geonics, Crone, Phoenix e Gap e "interface" com LCD colorido com tela de toque de 10,4 polegadas (legível à luz do dia) e disco rígido para armazenamento de dados com capacidade de 160GB e conexão ethernet.
9015.90.90	091	Corpos para suporte de selo empacotador, utilizados em ferramentas de perfilagem de poços de petróleo, fabricadas de aço inoxidável, com furos ao longo do corpo para a instalação de parafusos sextavados, com comprimento entre 9,84 e 9,95 polegadas e largura de 2,59 polegadas.
9016.00.90	002	Combinações de máquinas para o condicionamento e pesagem do filtro para amostragem de partículas em conformidade com a norma ABNT NBR 6601, compostas de: câmara de pesagem de filtro, com controle de condições climáticas de 22 Graus Celsius (±1 grau Celsius) e umidade da área de pesagem e de balança ultra precisa com capacidade de pesagem de 2,1g com tolerância de 0,0001mg, sistema de ionização incluindo monitoramento de operação, proteção de fluxo de ar na área de pesagem e diafragmas íris como medida de proteção contra contaminantes.
9018.11.00	020	Eletrocardiógrafos portáteis, tela ajustável de LCD colorida de 8 polegadas e resolução de 800 x 480 pixels, exibição em tempo real das 12 derivações adquiridas, peso aproximado de 4.7kg, com programa de análise ECAPS12C que permite aquisição simultânea do ECG de 12 derivações de até 24s, análise com aproximadamente 200 achados e 5 categorias de julgamento, podendo também encontrar formas de onda típicas de eletrocardiograma do tipo "Brugada", com ou sem programa que permite a visualização de mais 6 derivações adicionais (V5R, V4R, V3R, V7, V8, V9), cabo convencional de 10 vias e sem necessidade de reposicionar os eletrodos; memória interna de 800 resultados de ECG, podendo ser expansível para aproximadamente 12.480 à 48.000 resultados (utilizando cartão SD ou USB Flash); "interface" USB 1.1 tipo A (2 entradas), cartão SD (1 entrada) e porta LAN (1 entrada); Impressora térmica para papel em formato "Z" de 210mm x 30m, bateria interna recarregável com autonomia de 180min.
9018.19.80	158	Videolaringoscópio para auxílio em intubações endotraqueais de difícil acesso, cirurgias respiratórias e de cardiologia, UTIs e primeiros socorros, com cabo com visor giratório de 3,5 polegadas (89mm), de alta resolução, com botão de filmagem, câmera de lâmina de 2megapixels com sensor CMOS, com carregador e conector para carregamento de bateria e transferência de dados, lanterna de LED de luz fria e um "kit" de lâminas de laringoscópio.
9018.19.80	159	Laringoscópios para auxílio em intubações endotraqueais, cirurgias respiratórias e outros procedimentos mecânicos; tipo convencional ou de fibras óticas; com cabo, iluminação LED de luz fria por 2 pilhas alcalinas; superfície estriada; lâmina e guia de lâmina em aço inox com acabamento fosco; com conjunto de lâminas de laringoscópio; autoclaváveis e resistentes a ferrugem para montagem de combinações de "kits" médico hospitalares.
9018.19.80	160	Monitores de sinais vitais para monitoramento contínuo, análise, gravação e alarmes de parâmetros fisiológicos de pacientes adultos, pediátricos e neonatos, em ambientes hospitalares, com graus de proteção IP21 e CF, em tela de cristal líquido (LCD) colorida "touchscreen" de 19 ou 22 polegadas com resolução Full HD (1920 x 1080 pixels), para exibição de, pelo menos, 12 formas de onda, saída sincronizada de ECG para cardioversão elétrica, conexão para central de monitoramento por LAN, identificação de usuário sem contato via NFC, podendo conter: módulo multiparamétrico externo para: ECG (Eletrocardiograma), FR (Frequência Respiratória), SpO2 (Saturação Periférica de Oxigênio Arterial), PANI (Pressão Arterial Não Invasiva) e opções para hemodinâmica e/ou capnografia, 1 módulo de expansão para hemodinâmica ou capnografia com ou sem DC (Débito Cardíaco), Temperatura e/ou PAI (Pressão Arterial Invasiva); 1 ou 2 racks externos para instalação de 1 ou mais módulos de: análise de gases, BIS (Índice
		Biespectral), DC (Débito Cardíaco), DCC (Débito Cardíaco Contínuo), EEG (Eletroencefalograma), PAI (Pressão Arterial Invasiva), SpO2 (Saturação de Oxigênio no Sangue Arterial), SO2 (Saturação do Oxigênio Intravascular), temperatura, TNM (Transmissão Neuromuscular), Saturação de Oxigênio Regional O3, Capnografia (CO2), comunicação de dados ou impressão; 1 ou 2 dispositivos de visualização com tela de cristal líquido (LCD) colorida "touchscreen" de 19 e/ou 22 polegadas com resolução Full HD (1920 x 1080 pixels) e capacidade de exibição de alarmes visuais e sonoros; e 1 computador.
9018.19.80	161	Módulos multiparamétricos para monitoramento contínuo de parâmetros fisiológicos de pacientes adultos, pediátricos e neonatos, em ambientes hospitalares, com grau de proteção contra entrada de objetos sólidos e líquidos (IP32), conexão plug-in-play e funções de ECG (Eletrocardiograma), FR (Frequência Respiratória), SpO2 (Saturação Periférica de Oxigênio Arterial), PANI (Pressão Arterial Não Invasiva) e opções para capnografia e hemodinâmica, podendo conter 1 módulo de expansão para capnografia com ou sem DC (Débito Cardíaco), Temperatura (Temp) e/ou PAI (Pressão Arterial Invasiva) ou hemodinâmica com ou sem Débito Cardíaco.
9018.19.80	162	Equipamentos para testes de função pulmonar completa (Pletismógrafo) contendo "software" de diagnósticos cardiorrespiratório, construído em alumínio e acrílico transparente, com engenharia avançada/eletrônica digital, com volume interno de 726L, assento de metal resistente e sem limite de peso, porta com vedação inflável e sem travas mecânicas, braço ajustável, microfone, alto-falante integrado e comunicação bidirecional, com opção de teste fora da cabine, com filtro bacteriológico e sensor de fluxo, com tubo birecional, alcance ±18L/s, precisão: ±3% ou 50ml, o que for maior, resistência: menor que 1,5cm H20/L/s@14L/s e espaço morto: 39ml, para uso em clínicas, hospitais e laboratórios de diagnósticos.
9018.20.90	023	Aparelhos com sistema de laser com 3 comprimentos de onda, de 445, 660 e 970nm, com potência total de 13W, para tratar lesões vasculares e pigmentadas, patologias musculares e do sistema esquelético e fazer incisão e coagulação de tecidos moles.
9018.50.90	173	Tomógrafos de coerência óptica a laser com tecnologia "swept - source" (OCT) de alta resolução para produção de imagens e medidas do segmento anterior do olho humano, com 4 opções de módulos de analise (córnea, imagens, catarata e métrica), para diagnóstico clinico das patologias oculares de segmento anterior do olho, com sistema de captura automática, "eye-tracker" ativo, "auto-rescan", comprimento de onda compreendido entre 820 a 1.400nm, varreduras "A-scans" 50.000Hz, resolução axial no tecido inferior a 10 mícrons, resolução lateral igual ou superior a 30 mícrons.
9018.50.90	174	Equipamentos para diagnóstico de patologias da retina do olho humano, utilizando laser confocal de alta resolução para geração de imagens detalhadas, de alta definição, laser com comprimento de onda compreendido entre 486 e 880nm, campo de visão de até 30 x 30 Graus, com opção de lente de ampliação do campo de visão para 50 x 50 Graus, captura de até 100 imagens ART MODE, dotado de sistema de atenuação de "ruído" de imagem, modo "AutoRescan", permitindo a visualização das estruturas oculares retinianas, da coroide e do segmento anterior ou permitindo a visualização do sistema circulatório da retina e da coroide; com ou sem segmentação das 10 camadas da retina e angiografia por OCTA sem contraste.

9018.90.40	004	Linhas pré-montadas próprias para terapias continuas de substituição renal dotadas de: hemofiltro de membrana de polietersulfona; bolsa de efluente com capacidade máxima de 7L; válvula antirefluxo com conexão "luer lock"; linha arterial com porta para agulha, linhas para infusão, vias para monitorização de pressão arterial; linha venosa com porta para agulha, linha para infusão, porta de infusão, via para monitoração de pressão venosa e bolsa para resíduos de lavagem de 2L; linha de substituição e de dialisato com duas vias com conexão "luer lock" e via para monitoração de pressão de solução; linha de efluente com duas vias com conexão "luer lock" para a bolsa de efluente, porta para coleta de amostra e via para monitoração de pressão de efluente; todas as linhas com filtro hidrofóbico de 2micrometros e catabolha.
9022.14.19	055	Arcos cirúrgicos sendo aparelho móvel para aquisição e visualização de imagens por raio-X em procedimento cirúrgico, montado, dotados de arco móvel "C" com capacidade de rotação de 155 Graus, detector de imagens de 260 x 256mm, operando com tensão no tubo de raio X de 40 a 120kV, interruptor manual, monitor de referência, com ou sem impressora, distância foco filme (SID) 1.000mm.
9022.90.90	060	Painéis detectores planos, com tecnologia de silício amorfo, 16-bit, Pixel Pitch(micrometro)100 e proteção IP55, próprios para aparelhos de radiografia diagnóstica geral.
9024.10.90	009	Equipamentos de medição e análise de tensão residual (Barkhausen Rollscan) para virabrequins com comprimento máximo de 1.250mm e diâmetro máximo de 130mm, com manuseio dos sensores via robô, sistema de fixação pneumático, controlador CLP, módulo de análises (Barkhausen Rollscan).
9027.10.00	216	Equipamentos para medição rápida da taxa de respiração de frutas, verduras, legumes e flores frescas, expressas em mililitros de ar por kg por 24h, dotados de sensores para determinação do consumo de O2 e produção de CO2 e C2H4, em até 4h, com algoritmo para processamento dos dados e transformação em parâmetros de respiração otimizada a serem transmitidos por "interface" ao equipamento de perfuração e computador, com cubas de acondicionamento pequenas, médias e grandes.
9027.50.20	135	Equipamentos para leitura óptica de tiras de fluxo lateral com incubação incorporada, para análises de microtoxinas, contendo programa de gerenciamento de dados "data manager", suporte de "blockchain", com tela sensível ao toque de 7 polegadas, com capacidade de testar de forma independente e simultânea 4 amostras, voltagem de 100 a 240V CA ±10%, ciclos 50/60Hz ±5%, portas USB tipo A e USB tipo B.
9027.50.90	197	Analisadores de PCR (reação em cadeia da polymerase) em tempo real; detecção quantitativa e qualitativa; análise em placas de 96 poços em blocos de 0,2ml; volume de reação entre 10 e 100 microlitros; sistema de termociclagem com base em "peltier"; fonte de excitação por LED branco brilhante com faixa entre 450 e 600nm/500 e 640nm; 3 filtros ópticos.
9027.50.90	198	Analisadores de PCR (reação em cadeia da polymerase) em tempo real; detecção quantitativa e qualitativa; capacidade de amostra (poços) 96 ou 384; volume de reação 96-poços 0,1ml bloco: 10 a 30ml, 96-poços 0,2ml bloco: 10 a 100 microlitros, 384-poços bloco: 5 a 20microlitros, cartão de ensaio "TaqMan": ~1.5 microlitros; Fonte de excitação: LED luz branca; 21 filtros; Excitação 450 -680nm; faixa de emissão de 500 a 730nm; faixa de temperatura de 4 a 99,9 Graus Celsius.; metodologia de fluorescência; "login" com autenticação facial; microfones e alto-falantes para "feedback" e comandos de voz.
9027.50.90	199	Analisadores de PCR (Reação em Cadeia da Polymerase) digital; detecção quantitativa e qualitativa "Endpoint"; "Chip" nanofluídico de 10mm² com até 20.000 poços; Tempo de leitura de -30segundos por amostra; Fonte de excitação: LED luz branca; Volume de Leitura 14,5 microlitros; metodologia de fluorescência; termociclador de bloco plano duplo; com tela sensível ao toque (Touchscreen); para quantificação de padrões moleculares, quantificação absoluta de DNA, detecção de patógenos, variação do número de cópias, detecção de alvos raros, testes ambientais e de alimentos.
9027.50.90	200	Analisadores de PCR (Reação em Cadeia da Polymerase) em tempo real; detecção quantitativa e qualitativa; análise em placas de Padrão de 96 poços (10 a 100 microlitros), rápido 96-well (10 a 30 microlitros), 384-well (5 a 20microlitros), cartões microfluidos qPCR (~1 microlitro); comprimento de onda de excitação/detecção:6 excitação (450 a 670nm), 6 emissões (500 a 720nm); alcance dinâmico de até 9 logs de alcance linear; faixa de temperatura (métrica): 4 a 100 Graus Celsius.; blocos de ciclagem térmica intercambiáveis; sistema de termociclagem com base em peltier.
9027.50.90	201	Analisadores de PCR (Reação em Cadeia da Polymerase) em tempo real; detecção quantitativa e qualitativa; Volume de reação placa de matriz "TaqMan" de 96 poços, 96 poços Fast, 384 poços ou "TaqMan"; 1,5 vezes de reações "singleplex" com faixa dinâmica de 10 logs; 6 canais de filtro de excitação e emissão desacoplados com 21 combinações de filtros para multiplexação e flexibilidade química; metodologia de fluorescência.
9027.50.90	202	Analisadores de PCR (Reação em Cadeia da Polymerase) em tempo real; detecção quantitativa e qualitativa; Método de Detecção SYBR, detecção de primeira sonda; Volume de reação 96 poços (Padrão ou rápido), 384 poços ou "array cards TaqMan Low Density Array"; Sistema para genotipagem de e análise de Expressão Gência; 1 LEDs Branco para excitação; Sistema "OptiFlex" com 6 filtros de emissão (500 a 720nm), 6 filtros de excitação (450 a 670nm), 21 opções de cores; sensibilidade de até 9 logs de detecção; base de termociclagem o sistema "Peltier"; faixa dinâmica de até 9 registros de faixa dinâmica linear.
9027.50.90	203	Instrumentos para análise de até 5 gases de forma simultânea e contínua, por meio de tecnologia catalítica, para medição de gases potencialmente explosivos na faixa de 0 a 100%LIE, por meio de tecnologia eletroquímica para monitoramento de oxigênio (O2, na faixa 0-25%vol), monóxido de carbono (CO, n faixa 0 a 2.000ppm), Sulfeto de Hidrogênio (H2S, na faixa de 0 a 100ppm) óxido de nitrogênio (NO, na faixa de 0 a 200ppm), dióxido de nitrogênio (NO2, na faixa de 0 a 50 ppm), dióxido de enxofre (SO2, na faixa de 0 a 100ppm), Fosfina (PH3, na faixa de 0 a 2000ppm), Cianeto de Hidrogênio (HCN, na faixa de 0 a 50ppm), Amônia (NH3, na faixa de 0 a 300ppm), Dióxido de Carbono (CO2, na faixa de 0 a 5%Vol), Hidrogênio (H2, na faixa de 0 a 2000ppm e faixa de 0 a 4%vol) Vapores Orgânicos (OV, na faixa de 0 a 200ppm), Aminas (na faixa de 0 a 100ppm), Gases Odorantes(na faixa de 0 a 10ppm) Fosgênio (COCl2, na faixa de 0 a 10ppm) e Ozônio (O3, na faixa 0 a 10ppm), com sinalização de alarme por meio de 3 LEDs,
		e sinal sonoro de 90dB a 30cm, alimentados por bateria de NiMH, proteção IP67 e podendo operar em um ambiente Zona O, pode receber uma bomba elétrica para sucção remota de até 45m.
9027.50.90	204	Detectores de gás pontual sem fio, livre de calibração em campo, para monitoramento de concentração de gases de hidrocarbonetos no ambiente na faixa de 0 a 100% LEL, com limite de detecção de 10% LEL, tempo de resposta menor igual a 5s, precisão na medição de ±3% LEL ou ±10% da leitura, sendo válido o que for maior, podendo operar em temperaturas de -30 a +55 graus Celsius e umidade relativa de 0 a 100% UR, com funcionamento através de bateria descartável de cloreto de tionil-lítio com autonomia de até 2 anos por conjunto de baterias, proteção de ingresso contra água e pó IP 66/67, contendo internamente um sensor ultrassônico de velocidade do som e um sensor de absorção ótico infravermelho de feixe único e triplo comprimento de onda, composto por um invólucro principal e suporte de montagem em aço inoxidável 316L, uma célula de medição incorporada, uma antena de comunicação ou um conector de antena para a antena estendida cujo o comprimento do cabo de conexão pode variar entre 5, 10 ou
		20m de comprimento, uma tampa de proteção para a célula de medição em poliamida, um compartimento da bateria em poliamida e uma tampa para o compartimento de bateria também em poliamida.
9027.50.90	205	Aparelhos para medições físicas (coordenadas) por fotometria, à base de diversos sensores (fotossensíveis), tipo diodo emissor de luz infravermelha (LED), dotados de unidade de processamento e comunicação via rede com fio e com opção para "wireless", denominado de "alvo eletrônico", montados em estrutura e refletindo a luz em uma fita refletora, localizado no vão da estrutura vazada, próprios para análise da qualidade de projéteis, de diferentes calibres e versões, através de ensaios balísticos de precisão.
9027.80.99	561	Detectores de passagem de "Pig" Ultrassônico ativo (elemento raspador de limpeza da tubulação), para utilização em meio líquido ou gasoso; com detecção de esferas de até 10m/s; com possibilidade de funcionamento com até dois sensores; com saída em relé; com medição de tubulações de diâmetro até 1.500mm; com faixa de temperatura entre 0 e 50 Graus Celsius. e proteção.
9027.80.99	562	Máquinas automáticas para esterilização através de ar quente seco (despirogenização) de ampolas e frascos de pequeno volume parenteral (SVP) e frascos maiores, utilizados para dosagem asséptica de produtos líquidos assépticos farmacêuticos, dotadas de túnel transportador com abertura e fechamento automático de portas capaz de aquecer o objeto tratado a temperatura de 250 graus Celsius ao percorrer 9m, com sistema de pressurização com variação automática e pressão máxima de 75Pa, reciclagem simétrica do ar (50% à esquerda e 50% à direita), sistema de compensação de expansão da estrutura metálica durante o aquecimento sem geração de partículas, sistemas automáticos de compensação de pressão com geração de sobre pressão na zona quente e em cascata para a câmara de refrigeração e alimentação, sistema de segurança com desligamento automático, sistema de exaustão, zona de resfriamento sem sistema de polimerização de glicol, câmara de resfriamento realizada com 100% de reciclagem de
		ar, com resistores dedicados e dutos de ar separados, sendo um para ar frio durante o processo normal, um para ar quente durante o ciclo DH, permitindo o ciclo DH sem drenagem do ciclo de água gelada, realização de resfriamento forçado ao final do ciclo DH, com interface homem-máquina (IHM) com tela de interação em cristal líquido sensível ao toque e controlador lógico programável (CLP).
9028.10.19	001	Instrumentos do tipo contador de gases de padrão industrial, microprocessado, de tecnologia termal (dispersão de calor), capacidade de totalização mássica ou normalizada de gases sem a necessidade de elementos de compensação de temperatura e pressão, sem partes móveis no elemento de medição, construção em aço inox ou alumínio, saída elétrica do tipo 4 - 20mA para comunicação com sistemas de automação industrial, precisão igual ou melhor que 1,5% do fundo de escala ou do valor medido.
9030.33.90	022	Máquinas automáticas, sem dispositivo registrador, para testes de induzidos de motores elétricos, como: resistência de bobina compreendida entre 0,1 até 1 Ohm, resistência 180 Graus da bobina compreendida entre 0,5 até 10 Ohm, percentual de diferença de peça padrão, resistência de solda do comutador com o fio de cobre em 0,5mOhm, exame de isolação com 1 e 1,5kV; com tempo de ciclo menor que 10s, dotadas de sistema de posicionamento automático (carga e descarga); duas estações de medição; módulo de alta tensão; estrutura em aço e proteções mecânicas em acrílico; Interface homem-máquina com tela para acessar menu de funções, parâmetros e dados do equipamento; ferramental constituído de alojamento dos induzidos para auxiliar no posicionamento; pontas de prova para contato mecânico e teste, e elevador mecânico pneumático para movimentar o induzido dentro do equipamento.
9031.10.00	133	Máquinas automáticas para balanceamento de induzidos, através de medição e nivelamento por distribuição de pesos, com tempo de ciclo menor que 10s; dotadas de: esteira de passo automática, sistema de posicionamento automático (carga e descarga), duas estações de medição e localização dos desvios de peso, duas estações de remoção de material por fresagem; estrutura em aço e proteções mecânicas em acrílico; módulo de medição com controle de corte, velocidade e ângulo e medição via captadores sensorizados; Interface homem-máquina com tela para acessar menu de funções, parâmetros e dados do equipamento; Ferramental constituído de alojamento dos induzidos para auxiliar o posicionamento no equipamento; prismas de apoio do eixo para tocar o produto e realizar a remoção do material e braço mecânico pneumático para movimentação.
9031.20.90	229	Bancadas de teste de vácuo, montadas em estrutura móvel, utilizadas para testes de ciclagem mecânica de válvulas industriais e bio-sanitárias, com 8 circuitos para pressão de controle, reguladores e controles temporizáveis, bomba de vácuo e cilindro de armazenamento intermediário, regulador de vácuo, pressão máxima de controle igual a 10 bar, vácuo máximo aproximado de -1 bar, operados e gerenciados através de painel táctil de 7 polegadas.
9031.49.90	528	Aparelhos para medição de perfil online, para realização e verificação de qualidade e rastreamento geométrico; com reconhecimento dos erros de espessura, largura, simetria, conicidade, secção e perfil; com método de medição nos 2 lados do material e sem contato com ele; com 2 a 16 sensores à laser; com abrangência de medição de espessura de 0 até 50mm e com abrangência de medição de largura de 150 até 1.200mm.
9031.49.90	529	Máquinas automáticas para o controle de uniformidade da circunferência e superfície de pneumáticos agrícolas e de máquinas compactas, com peso máximo de 800kg, diâmetros de talão entre 20 e 54 polegadas, diâmetros externos entre 900 e 2.340mm e largura entre 260 e 1.100mm, através de leitura à laser por dispositivos de medidas de reflexão de triangulação medindo na distância de 400 ±100mm, com capacidade total de 250medidas/dia, equipadas com dispositivo para inflar/desinflar o pneu, eixo de fixação da roda, motor e caixa de velocidades para a rotação dos pneus durante a medição e armários de comando com interface homem-máquina (IHM).
9031.49.90	530	Equipamentos para detecção e remoção de corpos estranhos de baixa densidade (plástico, borracha, madeira, papelão, etc) existentes em produtos alimentares como carne, aves, porco, peixe, frutas e vegetais, para uso em linhas de corte e embalagem, operando com tecnologia de detecção através de câmeras tipo NIR com leitura ótica de 90.000linhas/s, para corpos com até 1,5mm2, esteira de transporte com largura entre 356 e 914mm, velocidade máxima entre 175 a 200pés/min, capacidade máxima de processamento igual ou superior a 4.000kg/h.
9031.80.60	009	Células de carga de compressão , capacidade de 25t, tensão de alimentação de 4 a 24V, tensão máxima tolerável de 32V, temperatura de operação nominal -10 a +55 Graus Celsius, temperatura máxima de operação -40 a +95 Graus Celsius, temperatura de armazenamento -40 a +95 Graus Celsius, influência de pressão barométrica na sensibilidade de 420g/kpa, sobrecarga máxima 200% da capacidade nominal, sobrecarga destrutiva de 500% da capacidade nominal, classe de precisão c3 ou c6, classe de proteção ip68/69k, proteção contra descargas atmosféricas de 100kA, conforme norma din en 62475 e tensão de surto de 1.000kV, conforme norma din en/iec 60060-1, disponibilidade em versão para zonas classificadas 0, 1, 20, 21, 2, 22, classes i, ii, iii div 1 e 2.

9031.80.60	010	Células de carga de compressão "rocker pin", analógica, autocentrantes com capacidade nominal de 30.000 a 40.000kg, 4.000 divisões OIML ou superior, com construção de aço inoxidável hermeticamente selado via solda, erro total máximo inferior a 0,013%Sn, erro de "creep" (30min) inferior a 0,012%Sn, proteção contra ingresso IP68 ou P69K proteção elétrica contra raios, de tecnologia analógica ou digital, para uso em sistemas de pesagem rodoviária, ferroviária, de silos e contêineres célula analógica de sensibilidade nominal de 2mV/V, impedância de entrada de 800 ± 5 Ohms, impedância de saída de 705 ±5 Ohms , resistência elétrica do isolamento superior a 5.000 Megaohms, alimentação elétrica de 8 a 18V, taxa de conversão de 200Hz ou superior, velocidade de comunicação configurável de 4.800 a 115.200baud, comunicação CAN bus e/ou S-485 "fullduplex", com firmware configurável e atualizável via comunicação serial, permitindo o diagnóstico remoto da célula de carga, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 880,33.
9031.80.99	165	Equipamentos de inspeção semiautomática de inspeção de impurezas utilizada em frascos e ampolas - com sistema de controle automático, inspeção manual e rejeição automática de frascos ampolas defeituosos, os frascos ampolas são organizados em ordem pelo dispositivo de alimentação na correia transportadora, com efeito "tyndall" é gerado, com remoção automática de ampolas com defeito, velocidade ajustável (0 a 150frascos ampolas/minuto), equipado com uma lupa ótica 2x, velocidade de rotação do frasco ajustável, fonte de luz LED composta por uma luz de fundo, uma luz de teto e uma luz de fundo com iluminação ajustável e seus moldes.
9031.80.99	166	Equipamentos hidrodinâmicos de fluxo pulsátil, projetados para testes de próteses valvares cardíacas, tipo aórtica, mitral, pulmonar, triscúspide, para aceitação de desempenho funcional de produção, o sistema expõe próteses a um diferencial de pressão de pico de 140mmhg em solução salina 1 a 10L/min, fluido 30 a 190bpm, dotado de uma bomba pulsátil, módulo de controle, sistema de aquisição de dados, câmara de teste removível com válvula, diafragma e o aparelho de teste funcional, para controle do equipamento, medição de parâmetros e captação de imagens: Leitor de código de barras para entrada de dados, sistema em bandeja, suporte em aço inox, câmara em Polieterimida (Ultem) de posicionamento da válvula, 4 câmeras de imagem de entrada / saída (<160fps) com lentes. visualização da prótese valvar: 2 anéis de LED posicionados nas extremidades da câmara e "fixture" de referência, calibração do sistema e inicialização: 2 reservatórios de vidro, com sistema de controle, aquecimento
		integrado da solução e válvula de circulação de fluido.
9031.80.99	167	Equipamentos automáticos de ensaios não destrutivos que atendem as normas API 5L, ISO 3183, DNVGL-ST-F101 e IOGP S-616, por meio de ultrassom utilizando a tecnologia "phased array" para detecção de defeitos longitudinais, transversais e oblíquos internos, superficiais e subsuperficiais em soldas longitudinal de tubos metálicos soldados por arco submerso com diâmetros entre 12¾ e 48 polegadas, compostos de estrutura de movimentação automática dos transdutores, multiplexado com máximo 20kHz de PRF, range de ganho de 0 a 80dB, e transdutores "phased array" de 2MHz a 3.5MHz, equipados com computador industrial e "software" capaz de realizar inspeção automática e gerar registros gráficos como resultado do ensaio.
9031.80.99	168	Aparelhos fixos para medição de espessura total de borracha em correias transportadoras, para medir correias de até 2.400mm; com suporte articulado dos sensores; computador de comando, registro, controle e processamento de dados; sensores ultrassônicos de alta resolução, antena RFID, "interface" RFID e sensor de velocidade.
9031.80.99	169	Equipamentos de instalação móvel para medição de espessura aplicável em todas as correias transportadoras de borracha, permitindo ajuste da distância entre sensores para medir correias de até 3.400mm; com suporte retrátil dos sensores; computador de comando, registro, controle e processamento de dados; sensores ultrassônicos de alta resolução fixados em uma estrutura extensível e caixa para transporte do equipamento.
9031.80.99	170	Máquinas automáticas de medição por contato, das dimensões e das formas de peças cilíndricas (virabrequins, eixos de comando de válvulas, pistões e outras), utilizando o método do interferômetro a laser, com controle computadorizado, com capacidade de executar análises de "lobing" e "chatter" através de transformada rápida de "Fourrier", com capacidade para receber peças de comprimentos até 4.572mm, diâmetro máximo da peça de 558mm, com precisão radial de ±0,5 mícrons e com precisão angular de 1arc/s e com capacidade máxima para medir 12peças/h.
9031.80.99	172	Máquinas para inspeção de terminais elétricos acoplados à conectores de retrovisores automotivos, através de até 18 apalpadores mecânicos com força nominal de 10N cada, instrumentos pneumáticos, ópticos e indutivos, gabaritos para suporte, painel de comando (IHM) e painel elétrico com controladores lógicos programáveis (CLP).
9031.80.99	173	Bases de testes para avaliação do módulo de ponte compacta (CBM) em árvores de natal submarinas, por meio de realização de medições de variáveis elétricas e hidráulicas durante testes de "stalk" (pré montagem), de FAT (após montagem final) e E-FAT (testes do sistema elétrico) em linhas hidráulicas da árvore de natal molhada e em válvulas dos blocos principal e anular, a pressões de até 18ksi, e verificação da montagem da estrutura da árvore de natal.
9031.80.99	174	Bases de testes para simulação da cabeça de poço de árvore de natal submarina modelo 7 x 7, por meio de realização de medições de variáveis elétricas e hidráulicas durante testes de "stalk" (pré montagem), de FAT (após montagem final) e E-FAT (testes do sistema elétrico) em linhas hidráulicas da árvore de natal molhada e em válvulas dos blocos principal e anular, a pressões de até 18ksi, e verificação da montagem da estrutura da árvore de natal.
9031.80.99	175	Dispositivos de conexão "falso bloco de válvulas principal e falso conector de cabeça de poço" para realização de testes hidráulicos e elétricos em árvores de natal submarinas de até 2.000m de profundidade, com conector de 18¾ polegadas, pressão de travamento de 5.000psi e pressão de "interface" de 10.000psi.
9031.80.99	176	Unidades eletrônicas para testes do módulo de controle de árvores de natal submarinas, para operação em profundidade de até 2.000m, assistidas por computador industrial para teste dos componentes eletrônicos do SCM (módulo de controle submarino), dotadas de: plugs; conectores e receptáculos tipo SEM A/B para "interface" eletroeletrônica com o SCM, com tensão de 1kV, e sistema PDG de simulação com protocolo ROC (Receiver Operating Characteristic) analógico.
9031.80.99	178	Bases de testes para simulação da cabeça de poço de 18¾ polegadas em árvores de natal submarinas, para realização de testes de integridade a partir do travamento dos conectores hidráulicos e para utilização em testes de pré-carga para ajuste das porcas de tensionamento dos conectores, suportando pressões operacionais de até 18.000psi.
9031.80.99	179	Bases de teste para verificação da integridade estrutural, com funcionalidade hidráulica de até 15.000psi e funcionalidade elétrica de até 10kVA do suspensor de coluna (tubing hanger) de árvores de natal submarinas, por meio do acoplamento com o suspensor para prover sinais e pressões para realizações dos testes e medições, com capacidade para até 12 conexões hidráulicas.
9031.80.99	180	Máquinas de teste de vibração em eletrodomésticos, simulando a vibração ocorrida em transporte rodoviário, rodoferroviário e marítimo, dotadas de: mesa acionada por sistema servo hidráulico; base sísmica para isolamento das forças vibracionais do piso, edifício e estruturas circundantes; 4 colunas de empilhamento; conjunto servo atuador; mesa; base sísmica; fonte de alimentação hidráulica; sistema hidráulico HPS, com mangueira de alta pressão e servo válvula; "kit" de cabos de controle; dispositivo anti-rotação; bomba de coletor de vibração - protetor de surto; sistema de controle de medição - "touchtest"; controle de vibração\"touchtest" - cabo de alimentação; caixa de "interface" de controle de vibração; acelerômetro de controle de vibração (cabo e "kit" de montagem) e computador completo com "software" e cabos para controle dos equipamentos e resultado dos testes.
9402.90.10	010	Mesas cirúrgicas ortopédicas, capacidade de peso máximo de 204kg (450lbs) dinâmico, com gancho femoral e elevação controlada, com almofadas que uniformizam a carga de pressão do paciente durante a cirurgia, altura da mesa de 76 a 127cm (30 a 50pol.), largura do tampo da mesa de 55cm (21,5pol.), que se estreita para 25cm (10pol.), em direção à extremidade dos pés e 13cm (5pol.) na coluna de períneo, comprimento do tampo da mesa de 123cm (48,5pol.),comprimento geral quando as longarinas estão acopladas de 315cm (124pol.), amplitude de inclinação lateral (esquerda/direita) de ±12 Graus e a amplitude do "Trendelenburg/Trendelenburg" reverso é de ±12 Graus, longarinas giram em uma junta esférica e capazes de posicionar a perna do paciente em até 20 Graus de adução, 45 Graus de abdução, elevando a perna a 28 Graus acima do nível e abaixando-a a 35 Graus abaixo do nível, tampo tem uma equivalência radio transparente de menos de 1 milímetro de alumínio.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 233, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Altera para zero por cento as alíquotas do Imposto de Importação incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações que menciona, na condição de Ex-tarifários.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, tendo em vista o disposto nas Decisões nºs 34/03, 40/05, 58/08, 59/08, 56/10, 57/10, 35/14 e 25/15 do Conselho do Mercado Comum do Mercosul e nos Decretos nºs 5.078, de 11 de maio de 2004, e 5.901, de 20 de setembro de 2006, e na Portaria nº 309, de 24 de junho de 2019, do Ministério da Economia, e considerando a deliberação de sua 185ª Reunião, ocorrida em 18 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 15, de 19 de fevereiro de 2020, do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os Ex-tarifários incidentes sobre os Bens de Informática e Telecomunicações listados no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Ficam revogados os Ex-tarifários abaixo dos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO	ATO LEGAL
8471.41.90	014	Terminais de auto-atendimento para processamento de dados com uma unidade central de processamento, unidades de entrada e de saída, dotados de: 1 tela (lado único) ou de 2 telas (2 lados), com monitores de 22 a 32 polegadas, com resolução de 1.920 x 1.080 pixels e tela sensível ao toque com até 10 toques simultâneos; tecnologia de armazenamento SSD de pelo menos 128GB, memória RAM de no mínimo 8GB e "scanner" capaz de ler códigos de barra e QR Codes; com integração a sistemas de pagamento através de cartões de débito e crédito; apresenta função de acessibilidade, para fácil acesso	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020
		de crianças e cadeirantes; pode ser fixado na parede, através de suportes verticais presos exclusivamente ao chão ou suportes verticais presos simultaneamente ao chão e ao teto, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 14.260,78.	
8471.50.10	021	Unidades de processamento de dados, de pequena capacidade, baseados em microprocessadores, destinados a comunicação exclusiva entre espectrofotômetros, dosadoras de tintas, impressoras e servidores remotos, através de sistemas tinto métricos (softwares), com sistema operacional industrial "IOT" geração 10 ou superior, processador de 64bits com velocidade de processamento de até 1.92GHz, unidade de processamento gráfico (GPU) com 12 unidades individuais de execução com velocidade de até 50MHz, 4gb de memória RAM, disco rígido SSD de 64Gb, 1 saída de vídeo tipo HDMI, 4 portas usb	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020
		2.0 e 1 porta usb 3.0 OTG adicional, 1 porta "Ethernet" de GBIT, com ou sem leitor "slot" de cartão sim para conexão de internet, conexão "Wireless" através de antena embutida, com temperatura operacional entre 0 e 60 Graus Celsius, com fonte de alimentação externa.	
8517.12.90	002	Rádios transceptores móveis, para sistema convencional digital de protocolo DMR (digital mobile radio), com as seguintes características: Faixas de operação em VHF ou UHF; sensibilidade digital de recepção (BER 5%) típica menor ou igual a 0,19uV; capacidade de até 16 canais; cumpre ou excede as 11 categorias das normas MIL STD 810C/D/E/F/G (baixa pressão, alta e baixa temperatura, choque térmico, radiação solar, chuva, umidade, névoa salina, rajadas poeira, vibração e choques).	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020
8541.40.32	420	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, células de silício monocristalino, potência nominal de 550W, eficiência igual a 21,28% (212,81Wp/m^2), para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.279x1.096x35mm, com classificaçãoIP68, Inmetro 1965/2021.	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020

Art. 3º Ficam incluídos os Ex-tarifários abaixo nos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº Ex	DESCRIÇÃO	ATO LEGAL
8471.50.10	023	Unidades de processamento de dados, de pequena capacidade, baseados em microprocessadores, destinados a comunicação exclusiva entre espectrofotômetros, dosadoras de tintas, impressoras e servidores remotos, através de sistemas tinto métricos (softwares), com sistema operacional industrial "IOT" geração 10 ou superior, processador de 64bits com velocidade de processamento de até 2GHz, unidade de processamento gráfico (GPU) com 12 unidades individuais de execução com velocidade de até 50MHz, 4 ou 8gb e memória RAM, disco rígido SSD de 64Gb, com ou sem 1 porta serial RS232, 1 saída de vídeo tipo HDMI, 4 portas usb 2.0 e 1 porta usb 3.0 OTG adicional, 1 porta ou 2 portas "Ethernet" de GBIT, com ou sem leitor "slot" de cartão sim para conexão de internet, conexão "Wireless" através de antena embutida, com temperatura operacional entre 0 e 60 Graus Celsius, com fonte de alimentação externa.	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020
8517.12.90	003	Rádios transceptores móveis, para sistema convencional digital de protocolo DMR (digital mobile radio), com as seguintes características: Faixas de operação em VHF ou UHF; Sensibilidade digital de recepção (BER 5%) típica menor ou igual a 0,19uV; capacidade de até 128 canais; cumpre ou excede as 11 categorias das normas MIL STD 810C/D/E/F/G (baixa pressão, alta e baixa temperatura, choque térmico, radiação solar, chuva, umidade, névoa salina, rajadas poeira, vibração e choques).	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020
8541.40.32	516	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, células de silício monocristalino, potência nominal de 550W, eficiência igual a 21,28% (212,81Wp/m^2), para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.279 x 1.096 x 35mm, com classificaçãoIP68.	Resolução Gecex nº 15, de 19 de fevereiro de 2020

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor após decorridos sete dias da data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê
Substituto

ANEXO ÚNICO

NCM	Nº Ex	Descrição
8443.32.99	063	Maquinários portáteis de impressão térmica direta de etiquetas flexíveis adesivas ou não para impressão de texto, linhas, gráficos e códigos de barras 1 e 2D, dotados de: painel de "display" LCD "touchscreen" de 7 polegadas (480 x 800), com resolução de impressão de 305dpi (12dot/mm), grau de proteção IPx2 e IK06, velocidade de impressão de 4 a 6ips, "Ethernet" (IPv4/IPv6), NFC, "Interface" de conexão via USB 2.0 (tipo A e B), "Bluetooth" 4.1, frequência de 50 a 60Hz, com "Wi-fi" direto opcional (sem a necessidade de conectar-se a uma rede), pode se conectar a dispositivos periféricos como balança digital, "scanner" e teclado, entre outros diretamente ao produto para entrada de dados.
8443.32.99	064	Maquinários de impressão industrial térmica direta e por transferência térmica de etiquetas flexíveis adesivas ou não, e códigos de barras 1D e 2D, com possibilidade de codificação RFID, velocidade de impressão de 6 a 14ips e resolução de impressão de 203 a 609dpi, com capacidade de imprimir em ângulos de 0, 90, 180 e 270 Graus; com tensão de alimentação de 100 a 240V e frequência de 50 a 60Hz, com um painel de "display" LCD de 3.5 polegadas (320 x 240 RGB), "Interface" de conexão por USB (tipo A e B), "Ethernet", conectores (RS-232C, IEEE 1284 e EXT), NFC, "Wireless" LAN, "Wifi certified", "Wifi" direto (sem a necessidade de conectar-se a uma rede), antena WLAN e "Bluetooth" (versão 3.0).
8443.99.41	003	Mecanismos de impressão por método de ponto de linha térmica com largura útil de 48mm, utilizados em relógio de registro ponto, para a impressão de comprovantes de marcação de ponto, em papel térmico apresentado em bobinas com largura padrão de 58mm.
8471.49.00	031	Máquinas automáticas para processamento de dados com software para console de despacho digital para sistema troncalizado incorporado, especialmente projetado para operações de despacho em sistema de radiocomunicação troncalizado "ASTRO 25"; com software instalado em hardware e com entrada e saída de áudio, compatível com "vocoders" AMBE (IMBE é compatível com AMBE), G.728 (para analógico convencional) e G.711 (Telefonia); Suporta criptografia AES (256 bits), DES e ADP para a segurança das comunicações; com conexões "Ethernet" redundantes; Suporta monitor, teclado, mouse, "trackball", tela sensível ao toque, até 8 alto-falantes atribuíveis e uma ampla variedade de acessórios de áudio.
8471.50.10	022	Unidades de processamento de dados do tipo nó de computação para aplicação em rede de núcleo (core network) para redes 5g de telecomunicações 5g, com placa de aceleração NP com "chip" de 200 núcleos com aceleração heterogênea, placa de comutação "full-mesh" que elimina a necessidade de interruptores externos, processador com controlador SAS e ROCENIC, expansão flexível baseada em PCIE 4.0nics, GPUS e placa de aceleração de inteligência artificial, armazenamento por NVME com capacidade de 3.2tb, capacidade de processamento de avanço rápido de até 1,4tbit/s, portas de "Interface" de rede com cartão NP (4*100ge + 4*25ge/10ge/ge) e cartão NIC (4*10ge/25ge/ge/), consumo de energia máxima de 6.800W, ventilador podendo ser configurado com 15+1 e resfriamento de ar com a entrada de ar frontal e saída de ar traseiro, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 46.213,03.
8471.50.90	014	Unidades de processamento com a funcionalidade de controlador de sistema padrão "TETRA"; permite serviços de voz, dados curtos, dados por pacote "TETRA", telefonia, criptografia de "Interface" aérea, expansível a múltiplos sites e redundância geográfica; com funcionalidade de console de despacho via navegador "web", gerenciamento de rede e administração de rádios; APIs para console de despacho, gravação de voz, informações de "Interface" aérea, ECADI, encaminhamento de falhas NBI; Servidor expresso com peso máximo de 3,8kg e consumo de energia de 60W.
8473.30.99	030	Ponteiras descartáveis protetora de superfície óptica, para uso em scanner de sistema de impressão ótico, coloridos, tipo escaneadora por varredura ótica (CAD/CAM), com 34,1mm de abertura de luva e 73,5mm de comprimento, com padrão de inflamabilidade igual a UL 94 V2 ou mais rígido, com medição de flash de até no máximo 0,05mm, com incompatibilidade de linha de partição de menos de 0,05mm, com função de realizar a captura topográfica de dentes e tecido oral, e, por meio de software proprietário, e realizar o tratamento pelas imagens em tratamento odontológico.
8504.40.40	012	Unidades de fornecimento ininterrupto de energia para alimentação com e sem SNMP de dupla conversão "online", monofásica ou bifásica senoidal, tensão de entrada e saída de 115V (FNT) ou 220V (FNT/FFT), com capacidade de 10kVA; distorção harmônica total de THD e THDu em 100% da carga resistiva <3% e THDi <4%; faixa de frequência admissível de 50/60Hz ±0,1%; processador DSP e blocos IGBT inteligentes com tecnologia de 3 níveis; "by-pass" automático e manual; com carregador digital inteligente de corrente de até 5A e "display black-light"; eficiência do sistema de 95% e um fator de potência unitário (1) na saída; conexão paralelo redundante (N+X) de até 4 unidades; opera com um conjunto de 16 baterias (192V); ruído audível menor que 58db a 1m de distância; dimensões 88,9 x 440 x 660mm, de valor unitário (CIF) não superior a R$2.476,90.
8517.61.20	003	Estações base repetidora operando na faixa de frequência de VHF (136 a 174MHz) ou 800MHz, no padrão aberto projeto APCO-25 da associação dos oficiais de comunicação de segurança pública; com modos de operação: Simulcast, ASTRO25 (Digital) troncalizado e convencional, analógico convencional, 3.600 troncalizado, HPD; integrando em um mesmo gabinete até 6 módulos de rádio base, controlador de site GCP 8000 ou Módulos redundantes de distribuição de referência, "Ethernet" LAN "switches" redundantes, "gateways" de redes redundantes, combinadores de transmissão, e receptores multiacopladores; com arquitetura altamente flexível que fornece proteção contra pontos único de falha nos sites de RF e com solução para minimizar conexões de cabeamento;
8517.62.59	103	Aparelhos controladores centrais para sistemas de rádio troncalizados digitais APCO25 com hardware e software instalado; suporta sítios "HPD" e "Smartzone"; controla a comunicação dos sítios de repetição e processa as chamadas de voz para comunicações em grupo de missão crítica; gerencia a mobilidade para permitir aos usuários se deslocar sem limites pelo sistema; integra dados e processamento de chamadas IP; roteia e comunica na rede de transporte interna do sistema através de equipamentos de rede "Ethernet" e também com a rede de consoles de despacho de voz; gerencia o sistema de rádio para configuração centralizada de usuários de rádio e sistema, monitoramento e controle de falhas; gerencia de modo centralizado as contas de usuário para prevenir acesso não autorizado e assegurar rápida notificação e resolução de eventos; conectividade a outros controladores de sistema para cobertura ampliada a nível regional.
8517.62.59	104	Módulos eletrônicos intercambiáveis através de conector de encaixe rápido, utilizados para converter sinais elétricos em ópticos e vice-versa, padrão SFP (fator de forma pequeno) próprios para conexão de fibra óptica monomodo (SMF) ou multimodo (MMF) através de conector Dual LC em comprimentos de onda de 850nm ou 1.310nm, para redes "Ethernet" 1000BASE-SX ou 1000BASE-LX/LH ou 100BASE-FX e desenvolvidos para operação na faixa de temperatura estendida de -40 a +85 Graus Celsius em aplicações industriais.
8517.62.59	105	Adaptadores de rede industrial "Ethernet"/IP próprios para montagem em trilho DIN, com carcaça rígida com painel indicador de LEDS, uma ou 2 portas de comunicação RJ45 para cabo de cobre de par trançado CAT5, uso em camada de aplicação comum com redes "ControlNet" e "DeviceNet", temperatura de operação de -20 a +55 Graus Celsius, suporte a taxas de comunicação 10 e 100Mbps, faixa de tensão de entrada de 10 a 28,8VDC e tensão de isolação de 50V(contínua).
8517.69.00	008	Equipamentos de intercomunicação digital, com função de coletor de dados de outros dispositivos de radiofrequência compatíveis; contendo placa de processamento de sistema, rádio transceptor utilizado para transmissão sem fio, com tempo de bateria de reserva de 8h (pico) e tempo de vida de bateria de 15 anos ou superior, suporte aos seguintes protocolos: IETF IPV6, IETF UDPV6, IETF ICMPV6, IETF 6LOWPAN, PANA (IETF RFC 5191), EAP-PSK (IETF RFC 4764), RPL (IETFRFC 6550), IEEE 802.15.4G, IEEE 802.15.4E, suporte a troca automática de taxa de dados RF entre 50, 150 e 200kbps, com suporte a troca pelo usuário de potência de transmissão de RF entre 21, 25 e 30dBm.
8517.70.10	031	Placas de circuito montadas de monitoramento de desempenho do sinal óptico, multiplexando e demultiplexando o sinal óptico de banda C de caminho principal e canal de supervisão, possui módulo óptico, módulo de detecção de potência óptica, módulo de comunicação e comunicação que realiza o controle dos módulos funcionais de coleta de informações sobre alarmes eventos de desempenho, estados de trabalho e tensões dos módulos funcionais e módulo de fonte de alimentação que converte a energia DC fornecida pelo "backplane" na energia exigida por cada módulo na placa e porta de monitoramento em serviço (MON) com potência de 30db.
8517.70.91	003	Gabinetes fabricados em polipropileno, medindo 300 x 240 x 100mm, próprios para aplicação em redes de telecomunicações, com capacidade de permitir a entrada de 4 cabos óticos principais, sendo 2 entradas centrais com sistema UN-CUT, para cabos com diâmetro máximo em cada entrada de 17,7mm, com sistema de vedação mecânico e duas entradas sem o sistema UN-CUT com diâmetro máximo de 15,8mm, com sistema de conector PG 21 para vedação mecânica e travamento dos cabos; com 16 saídas para cabos óticos de acesso, com ranhuras para travamento dos cabos e borracha para vedação; capacidade interna para até 3 bandejas, sendo 2 bandejas com dispositivos para acomodar 16 fusões óticas e uma bandeja para acomodar 18 adaptadores óticos e 2 divisores óticos; com suporte para fixação na posição horizontal ou vertical; com 4 suportes de fixação em aço inox, cada um com uma abraçadeira de rosca sem fim para fixação do cabo e com um terminal de fixação do elemento de tração; com tampa de
		abertura na vertica
8536.50.90	118	Chaves de emergência acionadas por cabo, contendo contatos de segurança e auxiliar para chaveamento em tensões de 18 ou 24VDC, com corpo de aço inoxidável, com ou sem botão de parada de emergência, suporte a vãos de 75 ou 100 ou 125m e próprias para uso em ambientes industriais na faixa de temperatura entre -20 a +75 Graus Celsius.
8536.50.90	119	Interruptores bipolares 16 A/250V em corrente alternada para lavadora de alta pressão, temperatura máxima de 85 Graus Celsius e vida útil de 50.000 ciclos; com proteção externa de poliamida e terminais em latão com classe de aplicação 2; contendo dois polos de abertura.
8536.90.40	033	Conectores próprios para montagem em placa de circuito impresso, para montagem em superfície ou através de orifícios, com tensão menor ou igual a 600V.
8537.10.19	003	Controladores com comando numérico computadorizado (CNC) para controle de até 31 eixos com funções de segurança integradas, destinados ao controle de máquinas operatrizes/máquina ferramentas com capacidade de realização de comunicação segura através dos protocolos de comunicação industrial "PROFIBUS" e "PROFINET" integrados (PROFIsafe).
8537.10.20	052	Unidades de controle, específicas para modernização de banco de testes de veículos automotores (roll test), compostas por controlador lógico programável com certificação SIL (Safety Integrity Level) CL 2 e SIL (Safety Integrity Level) CL 3 e segurança Guardlogix, inversores de frequência de harmônica baixa com rede "Ethernet"/IP integrada, placa de integração ICM, unidade regeneradora de energia e computador industrial montados em gabinete metálico; púlpito de comando, painel de integração homem-máquina (HMI) e cabeamento.

8538.90.10	009	Módulos de expansão de segurança para controladores lógicos programáveis (CLP), com entradas de segurança de canal único ou canal duplo e/ou saídas de segurança de estado sólido para conexão de dispositivos externos, faixa de tensão em operação de 19,2 a 28,8VCC, tensão de isolação de 50V (contínuo), painel com LEDS indicadores de status de alimentação e do canal de entrada ou saída, faixa de temperatura de operação de -20 a 55 Graus Celsius, imunidade a supressor de transiente ±1kV linha-linha e ±2kV linha-terra nas portas de sinal, proteção de curto-circuito, porta de comunicação para rede "Ethernet"/IP ou "DeviceNet", desenvolvidos para uso em ambientes industriais.
8541.40.32	483	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 600W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.465 × 1.134 × 30mm (eficiência de 214,6Wp/m², equivalente a 21,66%).
8541.40.32	484	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 460W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.111 × 1.046 × 30mm (eficiência de 208,3Wp/m², equivalente a 20,83%).
8541.40.32	485	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 550W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.280 × 1.134 × 30mm (eficiência de 212,7Wp/m², equivalente a 21,27%).
8541.40.32	486	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 570W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.280 × 1.134 × 30mm (eficiência de 220,5Wp/m², equivalente a 22,05%).
8541.40.32	487	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 590W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.280 × 1.134 × 30mm (eficiência de 211,1Wp/m², equivalente a 21,1%)
8541.40.32	488	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 615W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.465 × 1.134 × 30mm (eficiência de 220Wp/m², equivalente a 22%).
8541.40.32	489	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 595W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.465 × 1.134 × 30 mm (eficiência de 212,9Wp/m², equivalente a 21,29%).
8541.40.32	490	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 680W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.384 × 1.303 × 30 mm (eficiência de 218,9Wp/m², equivalente a 21,89%).
8541.40.32	491	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 670W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.384 × 1.303 × 30mm (eficiência de 215,7Wp/m², equivalente a 21,57 %).
8541.40.32	492	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 690W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.384 × 1.303 × 30mm (eficiência de 222,1Wp/m², equivalente a 22,21%).
8541.40.32	493	Módulos solares fotovoltaicos para a geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 545Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.266 x 1.134mm (eficiência de 212Wp/m², equivalente a 21,2%).
8541.40.32	494	Módulos solares fotovoltaicos para a geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 550Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.266 x 1.134mm (eficiência de 214Wp/m², equivalente a 21,4%).
8541.40.32	495	Módulos solares fotovoltaicos para a geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 600Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.172 x 1.303mm (eficiência de 212Wp/m², equivalente a 21,2%).
8541.40.32	496	Módulos solares fotovoltaicos para a geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 545Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.261 x 1.134mm (eficiência de 212,5Wp/m², equivalente a 21,3%).
8541.40.32	497	Módulos solares fotovoltaicos para a geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 550Wp para sistema com tensão máxima de 1500V, com dimensões de 2.261 x 1.134mm (eficiência de 214,5Wp/m², equivalente a 21,5%).
8541.40.32	498	Módulos solares fotovoltaicos para a geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 665Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.384 x 1.303mm (eficiência de 214Wp/m², equivalente a 21,4%).
8541.40.32	499	Módulos solares fotovoltaicos para a geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício policristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 410Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.108 x 1.048mm (eficiência de 185,5Wp/m², equivalente a 18,6%).
8541.40.32	500	Módulos solares fotovoltaicos para a geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício policristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 415Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.108 x 1.048mm (eficiência de 187,8Wp/m², equivalente a 18,8%).
8541.40.32	501	Módulos solares fotovoltaicos para a geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício policristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 420Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.108 x 1.048mm (eficiência de 190,1Wp/m², equivalente a 19%).
8541.40.32	502	Módulos solares fotovoltaicos para a geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício policristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 425Wp para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2108 x 1048mm (eficiência de 192,3Wp/m², equivalente a 19,2%).
8541.40.32	503	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 545W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.256 × 1.133 × 35mm (eficiência de 213,22Wp/m², equivalente a 21,3%).
8541.40.32	504	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 550W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.256 × 1.133 × 35mm (eficiência de 215,18Wp/m², equivalente a 21,5%).
8541.40.32	505	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 540W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.256 × 1.133 × 35mm (eficiência de 211.26Wp/m², equivalente a 21,1%).
8541.40.32	506	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, bifaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) na parte frontal de 545W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.256 × 1.133 × 35mm (eficiência de 213,22Wp/m², equivalente a 21,3%).
8541.40.32	507	Módulos solares fotovoltaicos, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 420Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 1.722 × 1.134mm e eficiência de 21,5%, equivalente a 215,1Wp/m².
8541.40.32	508	Módulos solares fotovoltaicos, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 415Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima de 1.500V, dimensões de 1.722 × 1.134mm e eficiência de 21,3%, equivalente a 212,5Wp/m².
8541.40.32	509	Módulos solares fotovoltaicos, destinados à geração de energia elétrica, dotados de células de silício monocristalino, com potência total nominal máxima (STC) igual a 450W, eficiência igual ou superior a 20,60%, dimensões de 2.102 x 1.040 x 35mm, para uso em sistemas com tensão máxima igual a 1.500V, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 510,84.
8541.40.32	510	Módulos solares fotovoltaicos, monofaciais, dotados de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal máxima (STC) igual a 535W ±15W, eficiência (STC) igual a 21.13% ±0,59, tensão máxima de 1.500V, com comprimento mínimo de 250mm(+) / 350mm(-).
8541.40.32	511	Módulos solares fotovoltaicos monofaciais, destinados à geração de energia elétrica, compostos de células de silício monocristalino, com potência nominal frontal de 450Wp em condições de teste padrão (STC), para sistemas com tensão máxima igual a 1.500V em corrente contínua, dimensões de 1.868 × 1.134 x 30mm e eficiência de 21,24%, equivalente a 212,4Wp/m².
8541.40.32	512	Módulos fotovoltaicos dotados de células de silício poli-cristalino com 100Wp de potência nominal (STC), eficiência 15,44% (146,33Wp/m²), dimensões de 1.020 x 670 x 30mm, tensão máxima do sistema de 1.000V(IEC)/600V(UL), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 142,06.
8541.40.32	513	Módulos fotovoltaicos dotados de células de silício poli-cristalino com 150Wp de potência nominal (STC), eficiência 15,29% (151,46Wp/m²), dimensões de 1.490 x 670 x 35mm, tensão máxima do sistema de 1.000V(IEC)/600V(UL), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 204,89.
8541.40.32	514	Módulos fotovoltaicos dotados de células de silício poli-cristalino com 280Wp de potência nominal (STC), eficiência de 17,21% (171,07Wp/m²), dimensões de 1.650 x 992 x 35mm, tensão máxima do sistema de 1.500V, de valor unitário (CIF) não superior a R$ 336,56.
8541.40.32	515	Módulos solares fotovoltaicos para geração de energia elétrica, dotados de células de silício monocristalino, com potência de pico (STC) de 455W para sistema com tensão máxima de 1.500V, com dimensões de 2.094 × 1.038 × 35mm (eficiência de 209,38Wp/m², equivalente a 20,8%), de valor unitário (CIF) não superior a R$ 471,66.
8544.70.10	006	Colunas de sinal de cabos de fibra óptica com revestimento externo de material dielétrico, com fibras de 105/125 micrometros para transmissão de laser de potência e 62,5/125 micrometros para transmissão de sinal (telegramas), para sistemas de compensação série, contendo "links" para conexão e utilizados para interligação entre equipamentos e coluna HV para passagem de fibra óptica e interligação com sistema de proteção e controle.
9030.40.30	001	Instrumentos para verificação de sistemas de comunicação do tipo GPON e/ou XGS-PON, portáteis, avalia e detecta problemas em uma rede GPON e/ou XGS-PON, fornece uma análise abrangente da camada GTC: OAM, PLOAM e OMC, analisador de protocolo FTTH (Fiber to the Home - Fibra para o lar) para redes PON; permite a visualização da topologia de rede GPON e/ou XGS-PON: ONTs detectados, ONTs e OLT, status operacional, canais de dados estabelecidos. Efetua Avaliação do grau de conformidade com o ITUG.Padrão 984.x / G.988, 987.2 / G.989.3 / G.988, gerando uma lista de inconsistências e violações da norma; calibração automática; tela sensível ao toque no tamanho de 11,6 polegadas HD; "Interface Wifi" 802.11ac para fins de detecção e gerenciamento de IP. "Interfaces" XGS-PON: "Downstream": SC/APC Single Mode 1577nm(10Gbps) e "Upstream": SC/APC Single Mode 1.270nm (10 Gbps); "Interface" GPON: "Downstream": SC/APC Single Mode 1490nm (2,5 Gbps) e "Upstream": SC/APC Single Mode 1.310nm (1,25 Gbps). Ali
9032.89.11	013	Controladores eletrônicos, próprios para reguladores de tensão monofásicos, com "display" LCD retro iluminado de 20 caracteres por 2 linhas, dotados de: "slot" para cartão "SD Smart Flash"; porta de comunicação USB 1.1; porta RS-232 padrão ou RS-485; "bluetooth" integrado, Classe 1 (v2.0), 1Mbps, criptografia de 128bits, transmissão de até 1/2 milha; redução de tensão dada por três etapas independentes; opções de comunicação para redes com ou sem fio; suporta protocolos DNP3.0, MODBUS e Cooper 2179; "Ethernet" 10/100Mbps; carregamento rápido (10-15s) de configurações, ajustes e atualizações de "firmware"; captura de oscilografia selecionável de 16, 32 ou 64 amostras/ciclo; registro de dados com gravação contínua armazenados em memória não-volátil; segurança cibernética compatível com o padrão IEEE 1686.
9032.89.11	014	Controladores Digitais "Tapchanger" para transformadores e reguladores, com "display" LCD de 20 caracteres por 2 linhas ou "display" fluorescente a vácuo, dotados de: porta de comunicação USB 1.1; "slot" para cartão "SD Smart Flash"; protocolos de comunicação DNP3.0, MODBUS e IEC 61850; "Ethernet" de fibra óptica ou "Ethernet" RJ45; compensação de queda de linha pelos métodos R, X e Z com tolerância de ±72V; operação de potência reversa com oito seleções de controle, incluindo um modo de geração distribuída e operação de potência reversa inteligente com dois modos de determinação automática; capacidade para análise harmônica; transformador de corrente para transformador de tensão com correção de faseamento; três etapas independentes de redução de tensão; segurança cibernética compatível com o padrão IEEE 1686; IPsec (Segurança de protocolo da Internet); portas RS-232 e RS-485.
9032.89.30	007	Equipamentos de comunicação e controle remoto para múltiplas locomotivas, comandados por locomotiva líder; com módulo Sistema de Distribuição de Potência (DPM); Módulo de Rádio Digital (DRM) com 2 rádios, capacidade de operação em 3 diferentes frequências configuráveis; um repetidor de sinal para dispositivos de Final de Trem (EOT).

RESOLUÇÃO GECEX Nº 234, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Lista de Autopeças não Produzidas, constante dos Anexos I e II da Resolução nº 23, de 30 de dezembro de 2019, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, incisos IV e V, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e o disposto no Decreto nº 6.500, de 2 de julho de 2008, no Decreto nº 8.278, de 27 de junho de 2014, no Decreto nº 8.797, de 30 de junho de 2016, no Decreto nº 10.343, de 8 de maio de 2020, e na Resolução nº 61, de 23 de junho de 2015, da Câmara de Comércio Exterior, e tendo em vista a deliberação de sua 185ª reunião, ocorrida em 18 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo I da Resolução nº 23, de 30 de dezembro de 2019, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os Ex-tarifários de autopeças listados no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Ficam incluídos no Anexo II da Resolução nº 23, de 2019, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os Ex-tarifários de autopeças listados no Anexo II desta Resolução.

Art. 3º Ficam excluídos do Anexo I da Resolução nº 23, de 2019, do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, os seguintes Ex-tarifários, incluídos pelos respectivos atos legais indicados:

NCM	Nº Ex	Ato Legal
3926.30.00	164	Resolução Gecex nº 108, de 22 de outubro de 2020.
3926.30.00	203	Resolução Gecex nº 84, de 3 de setembro de 2020.
3926.30.00	152	Resolução Gecex nº 108, de 2020.
8415.20.90	001	Resolução Gecex nº 84, de 2020.
8415.20.90	002	Resolução Gecex nº 108, de 2020.
8518.21.00	001	Resolução Gecex nº 94, de 21 de setembro de 2020.
8518.21.00	002	Resolução Gecex nº 94, de 2020.
8525.80.19	013	Resolução Gecex nº 94, de 2020.
8526.10.00	001	Resolução Gecex nº 94, de 2020.
8526.10.00	003	Resolução Gecex nº 108, de 2020.
8526.92.00	002	Resolução Gecex nº 94, de 2020.
8527.21.00	014	Resolução Gecex nº 94, de 2020.
8528.69.90	003	Resolução Gecex nº 84, de 2020.
8529.90.20	035	Resolução Gecex nº 84, de 2020.
9031.80.99	084	Resolução Gecex nº 108, de 2020.
9032.89.29	141	Resolução Gecex nº 94, de 2020.
9032.89.29	193	Resolução Gecex nº 84, de 2020.
9032.89.29	195	Resolução Gecex nº 94, de 2020.
9032.89.29	196	Resolução Gecex nº 114, de 11 de novembro de 2020.

Art. 4º Ficam incluídos, no Anexo I dos respectivos atos legais indicados, os seguintes Ex-tarifários:

NCM	Nº Ex	Descrição	Ato Legal
3926.30.00	240	Acabamento do forro da porta dianteira, lado direito ou esquerdo em plástico PVC, revestido de couro sintético tipo vernasca, desprovido de instrumentos, espaço para os interruptores, braçadeira, com chicote elétrico, caracterizado como guarnição de plástico para carroceria de veículos automotivos; PN 9892910, 9892911, 9476957, 9476958, 9476973, 9476974, 7456764, 7460236, 9460720, 9460728, 9460719, 9460717, 5A363E5, 9460701, 9460703, 9460711, 5A363E7, 9460704, 5A363E6, 9460712, 5A05CB6, 5A05CB5, 5A05CD5, 5A05CD6.	Resolução Gecex nº 84, de 2020.
3926.30.00	241	Acabamento em plástico PA 66 e ABS, cobertura da tampa do painel central, lado esquerdo ou direito, caracterizado como guarnição em plástico de veículos automotivos; PN 9475649, 9475657.	Resolução Gecex nº 108, de 2020.
3926.30.00	242	Conjunto de revestimento do teto, composto do forro, em plástico PC e ABS, em substrato semirrígido de poliuretano e fibra de vidro, para-sol de plástico, espaço para o sistema de iluminação frontal, central e traseira com chicotes, estrutura de ancoragem metálica de reforço EN10152, em um lado, no outro acabamento em feltro e demais conexões elétricas, absorvedores de ruído, em diferentes cores, espaço para teto solar desprovido do sistema mecânico, aplicado a veículos automotivos; PN 5A05EA9, 5A07966, 5A05ED3, 5A05ED5, 5A07970, 5A07B47, 5A07F33, 5A50722, 5A50693, 7499779, 7499780.	Resolução Gecex nº 108, de 2020.
8415.20.90	003	Módulo de gerenciamento (ECU) e controle do ar condicionado 12 V, caracterizado como parte do ar condicionado, aplicado a veículos automotivos; PN 5A13472, 5A07858, 5A4E025, 5A43FB1.	Resolução Gecex nº 84, de 2020.
8518.21.00	015	Conjunto do alto falante esquerdo e direito, montado, sons graves de frequência entre 44 Hz a 160 Hz, diâmetro de 60 mm, impedância maior ou igual a 2,0 ohms, 25 W de potência, sensibilidade 87 dB (+/- 1,5 dB), caracterizado como alto falante para veículo automotivo; PN 9278065, 9278066, 7927999, 7928000.	Resolução Gecex nº 94, de 2020.
8518.21.00	016	Conjunto do alto falante esquerdo e direito, montado, sons graves de frequência entre 50 Hz a 500 Hz, diâmetro de 60 mm, impedância 4 Ohms, 15 W de potência, frequência 60 Hz (+/-10Hz), sensibilidade 87 dB (+/- 1,5 dB), caracterizado como alto falante para veículo automotivo; PN 9275995, 9275996, 7927997, 7927998.	Resolução Gecex nº 94, de 2020.
8525.80.19	026	Câmera de vídeo de ré, de alta definição de imagem, aplicado na parte traseira de veículos, auxilia nas manobras de estacionamento de veículos automotivos; PN 9475687, 5A06B54, 5A205D1, 5A1BC29, 5A42CD5.	Resolução Gecex nº 94, de 2020.
8526.10.00	005	Sensor de estacionamento, dispositivo auxiliar do motorista em manobras, caracterizado como aparelho de rádio detecção ou de rádio sondagem (radar), aplicado a veículos automotivos; PN 9274428, 9283200, 6840237, 9274427, 9283750, 9283752, 9306410, 9312613, 9360716, 5A2B4D7, 5A340C0.	Resolução Gecex nº 108, de 2020.
8526.92.00	007	Chave com transmissor de rádio telecomando tipo (ID), e NG21, com função de controle de acesso, abertura, fechamento e ignição, função de aproximação, criptografado, botão de pânico, com ou sem botão de RCP (controle de estacionamento remoto) para função de estacionamento automático, para veículos automotivos; PN 5A06C77, 8727999, 5A407B1.	Resolução Gecex nº 94, de 2020.
8528.69.90	001	Display head-up, indicador de informações importantes ao condutor no para-brisa, tais como: velocidade, navegação, mensagem do check control, desvio de trajetória, imagens virtual se forma a 2,4 m do observador, na extremidade do capô, tamanho 20 cm x 10 cm, tecnologia TFT "thin-film-transistor", unidade de comando HUD, temperatura de 105 Graus celsius, luminosidade controlada pelo sistema "kombi", comunica-se via rede CAN, com a central CID, aplicada a veículos automotivos; PN 9442012 , 8784905, 8784909, 8736364.	Resolução Gecex nº 84, de 2020.
8529.90.20	040	Conjunto de seletores e interruptores, para ajustes do rádio e a central multimídia, caracterizado como parte de rádio para veículos automotivos; PN 7949434, 5A47C47.	Resolução Gecex nº 84, de 2020.
9031.80.99	646	Sensor de aceleração (acelerômetro), caracterizado como outros aparelhos de controle ou de medida, aplicado a veículos automotivos; PN 9341546, 9496815.	Resolução Gecex nº 108, de 2020.
9032.89.29	206	Módulo de telecomunicações com conexão na banda de sinal (GSM) na frequência de 850 MHz a 1900 MHz, banda 2G, 3G e 4G/Row, antena AM/FM com polarização dupla para melhorar o sinal, alimentação 12 V, aplicado em sistema de entretenimento e comunicação, utilizando protocolo CAN e LIN, aplicado a veículos automotores; PN 5A049E9, 5A0F647, 5A22C70, 5A23E95, 5A25208, 5A3CC98, 5A27289, 5A3C237, 5A4B466, 5A41DC2, 5A53A39, 5A4B453.	Resolução Gecex nº 94, de 2020.
9032.89.29	207	Módulo eletrônico de receptor de rádio, sinal na frequência de 434 MHz, 9 V a 12 V, para atuar por meio de controle remoto, com sensores de presença e distância, para abertura do porta-malas, aplicado a veículos automotivos; PN 7928461, 8706502, 9626113, 7928648, 7928644, 2622915.	Resolução Gecex nº 114, de 2020.
9032.89.29	208	Módulo receptor de radiodifusão, navegação, reprodução de som, leitor de CDROM, desprovido de monitor, 12 V, aplicado a veículo automotivo; PN 5A11E26, 5A291C5, 5A24636, 5A47354, 5A3EC15.	Resolução Gecex nº 84, de 2020.
9032.89.29	209	Módulo eletrônico (ECU) para o gerenciamento e diagnostico do motor, com software dedicado, carcaça em alumínio, sistema de vedação contra entrada de água com isolantes de silicone e filme de poliéster, utiliza rede de protocolo CAN e LIN, tensão de alimentação 6 V a 12 V, com 6 portas de conexão, peso 1040 g, aplicado a veículos automotores; PN 9798408, 5A23E05, 5A24336, 5A33C88, 5A45F57.	Resolução Gecex nº 94, de 2020.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor após decorridos sete dias da data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê
Substituto

ANEXO I

LISTA DE AUTOPEÇAS DESTINADAS À PRODUÇÃO

NCM	Nº Ex	Descrição
3917.40.90	005	Válvula eletromagnética hidráulica, tensão nominal de operação de 24 V DC e corrente de 0,75 amperes a 20 Graus Celsius, massa menor que 900 g, dimensões externas máximas de 126,8 mm x 113,6 mm x 46 mm, acionamento por diferencial de pressão entre 0,5 bar e 1,6 bar, utilizada para controle do fluxo de fluido de arrefecimento (solução de água e etilenoglicol) no reservatório de armazenamento de ARLA (agente redutor líquido de óxido de nitrogênio automotivo) utilizada em veículos comerciais pesados.
3923.50.00	003	Tampa do filtro secador, fabricada em poliamida com 30% de fibra de vidro (PA66GF30), com 41 mm de diâmetro, 50 mm de comprimento e peso total de 30 g, com tela filtrante de monofilamento de nylon sobre-injetada, com abertura de 177 micro/m e diâmetro do fio de 125 micro/m, com anel de vedação em HNBR projetado para resistir à temperatura de -40 Graus Celsius, cuja função é não permitir a entrada de impurezas e garantir a estanqueidade no circuito do fluido refrigerante, possibilita também a troca do dissecante ao filtro/condensador do sistema de ar-condicionado dos veículos leves automotivos.
3926.30.00	230	Moldura de acabamento em PVC (softskin II), do painel de instrumentos central, com superfície granulada verona 80 g a 730 g, com PPLGF20, 3589 g e espuma "luxury pur" 1127 g, aplicada ao painel principal com área diferenciadas para airbag em poliéster/technora (composto de aramida), vazada nas posições do mostrador de velocidade, entradas de ar ar-condicionado, dutos de ar, áudio, porta luvas, e demais botões de comando, desprovida de qualquer instrumento, aplicada a veículos automotivos.
3926.30.00	231	Spoiler traseiro para veículos automóveis, fabricado em (ABS) por meio de injeção a sopro e acabamento pintado, com pads de espuma de borracha EPDM e espuma acrílica dupla face.
3926.30.00	232	Subconjunto logo com acabamento cromado da maçaneta externa, em acrilonitrilo-butadieno-estireno (ABS), cromado conforme método 1 (A ou B) Pl Cu 40 Ni 20 Cr, padrão de cor CM600, para porta do compartimento de cargas de veículos automotores, com largura de 123,1 mm, altura 120,2 mm e peso de 44 g (+ - 4 g).
3926.30.00	233	Conjunto de letras com acabamento cromado da maçaneta externa, em acrilonitrilo-butadieno-estireno (ABS), cromado tipo III Pl Cu 40 Ni 20 Cr, padrão de cor CM600, para porta do compartimento de cargas de veículos automotores.
3926.30.00	234	Capa cromada sem furo do botão da maçaneta externa, em policarbonato (PC) e acrilonitrilo-butadieno-estireno (ABS), cromado tipo III Pl Cu 40 Ni 20 Cr, padrão de cor CM600, para portas de veículos automotores, com comprimento de 61,2 mm, largura de 43,9 mm e peso de 18 g (+ - 2 g).
3926.30.00	235	Capa cromada sem furo do botão da maçaneta externa, em policarbonato (PC) e acrilonitrilo-butadieno-estireno (ABS), cromado tipo III Pl Cu 40 Ni 20 Cr, padrão de cor CM600, para portas de veículos automotores, com comprimento de 61 mm, largura de 41 mm e peso de 9,6 g.
3926.30.00	236	Capa cromada da maçaneta externa sem furo, em policarbonato (PC) e acrilonitrilo-butadieno-estireno (ABS), cromado tipo III Pl Cu 40 Ni 20 Cr, padrão de cor CM600, para portas de veículos automotores, com comprimento de 200,2 mm, largura de 45,8 mm, altura de 32,6 mm e peso de 47,5 g (+ - 4 g).
3926.30.00	237	Capa cromada da maçaneta externa sem furo, em policarbonato (PC) e acrilonitrilo-butadieno-estireno (ABS), cromado tipo III Pl Cu 40 Ni 20 Cr, padrão de cor CM600, para portas de veículos automotores, com comprimento de 185,6 mm, altura de 26,1 mm e peso de 35 g (+ - 5%).
3926.30.00	238	Capa cromada da maçaneta externa com furo, em policarbonato (PC) e acrilonitrilo-butadieno-estireno (ABS), cromado tipo III Pl Cu 40 Ni 20 Cr, padrão de cor CM600, para portas de veículos automotores, com comprimento de 200,2 mm, largura de 45,8 mm, altura de 32,6 mm e peso de 47 g (+ - 4 g).

3926.30.00	239	Capa cromada da maçaneta externa com furo, em policarbonato (PC) e acrilonitrilo-butadieno-estireno (ABS), cromado tipo III Pl Cu 40 Ni 20 Cr, padrão de cor CM600, para portas de veículos automotores, com comprimento de 185,6 mm, altura de 26,1 mm e peso de 34,5 g (+ - 5 %).
3926.90.90	103	Duto de condução de ar com flaps em linhas aerodinâmicas, com espaço para filtro antibactericida, em plástico PA66 e PP, dotado de ventiladores de 4000 rpm, tensão de 12 V, caracterizado como parte do sistema de ar-condicionado, aplicado a veículos automotivos.
3926.90.90	104	Insertos expansíveis aplicados em chapas de carrocerias (denominadas cavidades), utilizados para promover propósitos de isolamento acústico e de vibração nos veículos montados; peso de 20 g (+/-15 g), com dimensões gerais de 200 mm (+/- 150mm) x 15 mm (+/-10) mm, com ou sem furações.
3926.90.90	105	Espaçador de plástico PPA com 35% de fibra de vidro, instalado dentro das galerias de resfriamento do bloco do motor para auxiliar na retenção e estabilidade da temperatura nos cilindros, resistente à temperatura de operação entre -35 Graus Celsius a +120 Graus Celsius sem deformação, trinca ou quebra, com inserto de borracha com durabilidade de 300 horas a 130 Graus Celsius imerso em líquido de arrefecimento.
3926.90.90	106	Película fabricada em PVC transparente, com espessura de 0,1 mm, para selagem contra água no interior de portas de veículo automóvel, contém 2 bolsos para passagem de chicotes elétricos, soldados por meio de solda de alta frequência, furos para posicionamento na porta, com formato irregular próprio para aplicar na porta do veículo.
3926.90.90	107	Selo de vedação na cor preta, em forma de tira, com fita adesiva dupla-face de papel destacável, aplicado na trava da porta automotiva; constituído de espumas poliméricas (poliolefinas) independentes; deve satisfazer os requisitos de densidade, resistência a tração, alongamento, carga de compressão, força de adesão, entre outros; mede 4 mm de espessura, 9 mm de largura e comprimento entre 180 a 250 mm; pesa entre 0,3 a 0,5 g.
4009.41.00	047	Mangueira de borracha vulcanizada não endurecida (EPDM), multicamadas, reforçada com trama de politereftalato de etileno (PET), tubo interno de borracha de Isobutileno Isopreno (IIR) ou borracha de clorobutil (CIIR), pode conter tubo interno de plástico poliamida (PA6), sem acessórios, diâmetro interno de 18,5 mm ou inferior, diâmetro externo de 26,9 mm ou inferior e comprimento de 671 mm ou inferior, para sistema de ar-condicionado automotivo.
4011.70.90	003	Pneu agrícola com tecnologia VF (VERY HIGH FLEXION), na medida 520/80R26 (VF520/80R26), possui alta flexão para absorção de carga, pode suportar até 40% mais carga com a mesma pressão dos pneus sem a tecnologia VF, possui dimensões aproximadas diâmetro de 1491 mm e largura de 503 mm, peso aproximado de 149 kg e capacidade de carga de 5600 kg.
4011.70.90	004	Pneu agrícola com tecnologia VF (VERY HIGH FLEXION), na medida 750/70R44 (VF750/70R44) que possui alta flexão para absorção de carga podendo suportar até 40% mais carga com a mesma pressão dos pneus sem a tecnologia VF, possui dimensões aproximadas diâmetro de 2195 mm e largura de 770 mm, peso aproximado de 400 kg e capacidade de carga de 8750 kg.
4011.70.90	005	Pneu agrícola com tecnologia VF (Very high flexion), na medida 520/85R30 (VF520/85R30), possui alta flexão para absorção de carga podendo suportar até 40% mais carga com a mesma pressão dos pneus sem a tecnologia VF, possui dimensões aproximadas diâmetro de 1624 mm e largura de 522 mm, peso aproximado de 179 kg e capacidade de carga de 6300 kg.
4011.70.90	006	Pneu agrícola com tecnologia VF (VERY HIGH FLEXION), na medida 650/65R34 (VF650/65R34) que possui alta flexão para absorção de carga, pode suportar até 40% mais carga com a mesma pressão dos pneus sem a tecnologia VF, possui dimensões aproximadas diâmetro de 1710 mm e largura de 679 mm, peso aproximado de 241 kg e capacidade de carga de 6000 kg.
4011.70.90	007	Pneu agrícola com tecnologia IF (Increased Flexion), na medida 750/75R46 (IF750/75R46) possui maior flexão para suportar até 20% mais carga com a mesma pressão dos pneus sem a tecnologia IF, dimensões aproximadas: diâmetro de 2287 mm e largura de 761 mm, peso aproximado de 390 kg e capacidade de carga de 9500 kg.
4016.99.90	034	Arruela de borracha em elastômero HNBR (norma SAE J200 M3 DH 610 A26 B16 EO36), com dimensões de diâmetro externo: 25,5 mm mais ou menos 0,3 mm, diâmetro interno: 13,5 mm mais ou menos 0,3 mm e espessura: 3,0 mm mais ou menos 0,15 mm, com capacidade de temperaturas de trabalho de menos 40 Graus Celsius a mais 150 Graus Celsius, para uso em seletor de marchas em transmissão manual de veículos automotores.
4016.99.90	035	Bucha de borracha com arruelas de aço aderidas e luva de conexão utilizada para contenção e amortização da vibração do cooler fixado ao radiador, utilizada em veículos comerciais pesados para transporte de cargas e/ou passageiros.
7304.59.10	001	Tubo de aço forjado material (C4C) com diâmetro externo de 25 mm, diâmetro interno de 16,2 mm, comprimento de 87,85 mm, deve atender a uma carga de deformação permanente máxima de 0,1 mm após carga de 120 kN com peso de 0,250 kg para uso na bucha do eixo traseiro de veículo automotor, que tem por função de absorver os impactos do solo e não transmitir à carroceria do veículo.
7304.59.10	002	Tubo de aço forjado material (C8C) com diâmetro externo de 23 mm diâmetro interno de 14,2 mm comprimento de 88 mm deve atender a uma carga de deformação permanente máximo de 0,1mm após carga de 90 kN com peso de 0,185 Kg para uso na bucha do eixo traseiro de veículo automotor que tem por função absorver os impactos do solo e não transmitir a carroceria do veículo.
7318.23.00	001	Rebite com corpo em alumínio e mandril em aço, com diâmetro externo de 4,8 mm, comprimento de 8,4 mm, deve atender a uma força de ruptura de 2250 N e força de tração de 3100 N, para uso no coxim hidráulico do motor com função de preencher e vedar a entrada de ar no sistema hidráulico do coxim para que o mesmo possa atender as características estáticas e dinâmicas sem afetar o conforto em veículo.
7318.24.00	002	Contra pino de aço trefilado (DIN EN 10270-1-SH) com dimensões de diâmetro de 3.5 mm (+-0.2 mm) com chanfro em uma das extremidades de 1x45 Graus, temperatura de trabalho de menos 40 Graus Celsius a 160 Graus Celsius, com capacidade de suporte de vibrações durante o transporte e removível sem uso de ferramentas, com uma força de 20 N (16 N - 24 N), para travamento do seletor de marchas de transmissões manuais de veículos automotores durante seu transporte.
7318.29.00	020	Pino elástico de tira de aço laminado a frio C67S (DIN EN ISO 10132-4), com dureza entre 420 HV e 545 HV. dimensões: chapa de aço com 0,56 mm de espessura enrolada com diâmetro de 5,25 +/- 0,1 mm e com chanfro de 8 Graus e 44 minutos nas duas extremidades, para uso em seletor de marchas em transmissão manual de veículos automotores.
7318.29.00	021	Pino em aço (42CrMo S4 DIN EN 10263-4), com tratamento superficial com profundidade de camada de 0,1 a 0,2 mm e dureza de 64 +- 2 HRC e dureza de núcleo de 55 +- 3 HRC, com dimensões no estriado côncavo com diâmetro de 2,73 +- 0,1mm passo de 28 Graus (+- 5 Graus) e comprimento de 4,5 mm (+0 -0.2 mm); comprimento do pino de 16,3 +0 -0.2 mm; chanfro de 30 Graus (+- 0 Graus e 30 minutos) comprimento 0,7 mm e no fim raio de 3 mm (+- 0,1 mm) nas duas extremidades, para uso em seletor de marchas em transmissão manual de veículos automotores.
7320.20.10	013	Molas tensoras helicoidais cilíndricas de aço liga, contêm ligas de cromo e molibdênio, dureza com valores próximo de 477 HB e 534 HB, com comprimento livre de 501,4 mm, comprimento de instalação de 390 mm, comprimento máximo de compressão de 335 mm com carga de 125930 N, diâmetro do material de 35 mm, diâmetro principal da bobina de 143 mm, própria para aplicação em conjunto de tensionamento de esteiras de máquinas autopropulsadas.
7320.20.10	014	Molas tensoras helicoidais cilíndricas de aço liga com composto de boro e titânio controlados, temperado e revenido, dureza com valores próximo de 477 HB e 534 HB, com comprimento livre de 531,4 mm até 755 mm, comprimento de instalação de 417 mm até 593 mm, comprimento máximo de compressão de 347 mm até 530 mm com carga de 158600 N até 227200 N, diâmetro do material de 40 mm até 47 mm, diâmetro principal da bobina de 156 mm até 194 mm, própria para aplicação em conjunto de tensionamento de esteiras de máquinas autopropulsadas.
7325.99.10	002	Barra estabilizadora com rigidez torcional de 18,5 kNm/grau e rigidez lateral maior ou igual a 10 kN/mm, e massa total inferior a 31 kg, formada por conjunto de dimensões 1372 mm entre olhais e 250 mm entre eixo central e olhais, composta por tubo central de até 1036,5 mm para união dos suportes, usinagem das cavidades de embuchamento para utilização de fixações por tipo bucha ou rolamento.
7326.90.90	019	Abraçadeira de fixação das mangueiras do sistema de arrefecimento, de liga de aço do tipo mola (DIN 17222/JIS G4802), com tratamento térmico por austêmpera, diâmetro de compressão entre 36,5 mm e 38,5 mm, largura de 12 ou 18 +-1 mm, para veículo automóvel.
7412.20.00	001	Conexão em alumínio forjado, contém anel o-ring 21,2 mm x 3 mm e parafuso sextavado, flangeado M8, apresenta nível de limpeza de acordo com ISO 4406, instalada na linha de sução de direção, utilizada em veículos comerciais pesados para transporte de cargas e/ou passageiros.
7609.00.00	007	Flange radial ou axial em alumínio (EN 485 AW 6061- T6/ EN 755 AW 6082-T6) fabricada em processo de extrusão e usinagem, dotada de perfil circular com canal de o´ring para vedação de fluído refrigerante e extremidade com chanfro com ângulo de 45 Graus, rugosidade máxima em sua superfície de Rz 6,3, com furação para fixação por parafuso e furo para pino guia entre 11 e 12 mm de profundidade, com capacidade de suportar pressão de trabalho em sua área interna entre 0 e 35 bar, própria para aplicação na válvula de expansão do sistema de ar condicionado do veículos automotivos.
7616.99.00	022	Componente em alumínio fundido sob pressão (Al Si9Cu3) com densidade de 2,76 g/cm^3 e deve suportar uma tensão de ruptura de 240 N/mm e diâmetro entre 84,71 mm externo e 35,00 mm interno, com altura 15 mm, com peso de 0,068 kg, para uso no coxim hidráulico do motor, com função de atuar internamente no coxim para atingir a especificação conforme desenho para que o mesmo possa atender as características estáticas e dinâmicas sem afetar o conforto em veículo.
7616.99.00	023	Miolo em alumínio injetado com diâmetro de 25,75 mm, altura de 53,8 mm e diâmetro externo de 57 mm, deve atender a uma carga de 60 kN no ensaio de compressão com deformação máxima de 0,2 mm, com peso de 0,107 kg, para uso no coxim hidráulico do motor o qual faz a união com o bracket do motor, suporta as cargas do motor e esforços referentes à junção do veículo à carroceria, mantendo o conforto interno no veículo automotor.
8301.20.00	020	Conjunto trava de abertura e fechamento da tampa do porta-malas de veículos automotores, com aplicação de interruptor elétrico acionador, composto por molas, corpo e trava sem ligas de aço, alavanca de acionamento e manopla plástica de proteção da alavanca, com peso aproximado de 287 g.
8301.20.00	021	Conjunto de mecanismos composto por jogo de chaves, cilindro de ignição, trava de porta e de porta-malas; utilizado para acesso (travamento e destravamento de portas) e acionamento da ignição para dar partida ao veículo; cilindro de ignição possui pino para travamento da coluna de direção; peso mínimo de 390 g.
8301.20.00	022	Fechadura de portas laterais dianteiras e traseiras, dotadas de placas metálicas, vedações, amortecedores, alavancas, eixos, hastes, parafusos, alavancas, trava circular, molas, sistema de engrenagens, clipes, graxa ou lubrificante, com ou sem motor elétrico, e peso total entre 350 g e 600 g.
8301.20.00	023	Fechadura elétrica responsável pelo travamento e destravamento do porta-malas de veículos automotivos com dois estágios de travamento; força de retenção longitudinal mínima de 11.000 N; validada para uso entre -40 Graus Celsius e 90 Graus Celsius e tensão de funcionamento entre 9 V a 16 V; peso superior a 300 g.
8301.20.00	024	Jogo de fechaduras eletromecânica para veículos automóveis, contendo o miolo da ignição fabricado em PA66-GF30 com superfície protegida com zinco, montada com um contato/switch interno para identificação da inserção da chave no contato e antena interna de identificação do transponder da chave, miolo da fechadura da porta do motorista fabricada em liga Zamak ZDC1 com acabamento superficial em (PFZn8-C), contendo duas chaves com haste fabricada em material em conformidade com norma JIS H-3110, suporte em PVC e transponder interno.
8302.30.00	014	Batente do porta-malas, fabricado em aço, com a função de acionar o travamento do porta-malas nos veículos, composto por componentes de plásticos injetados, aço, borracha e vedação, com dimensões aproximadas de 68 mm x 57 mm x 44 mm, peso aproximado de 95 g, localizado na área interna do porta-malas, com durabilidade de pelo menos 5 ciclos de climáticos em testes a +85 Graus Celsius (+- 2 Graus Celsius) e -35 Graus Celsius (+- 2 Graus Celsius) sobre o batente
8302.30.00	015	Fechadura mecânica responsável pelo travamento e destravamento do porta-malas de veículos automotivos; força de retenção longitudinal mínima de 11000 N; validada para uso entre -40 Graus Celsius e 90 Graus Celsius e tensão de funcionamento entre 9 V e 16 V, peso superior a 300 g.
8302.30.00	016	Limitador de porta metálico, utilizado em automóveis para controlar abertura das portas laterais em 3 estágios e com peso de 0,208 kg.
8302.30.00	017	Limitador de abertura de portas de veículos automóveis, com capacidade de oferecer resistências no movimento de abertura e fechamento da porta, com 4 valores distintos das resistências variando de acordo com o ângulo de abertura da porta, sendo de 27 N e 35 N na abertura e 40 N e 35 N no fechamento, com base fabricada em aço laminado a frio com parte em aço laminado a quente, contém braço fabricado em aço laminado a quente de alta resistência, com camada superficial em (PA66), peça antiatrito fabricada em borracha (SBR+BR).
8302.30.00	018	Limitador de portas dianteiras e traseiras, mecanismo com a função de retenção do sistema de portas em posições pré-estipuladas em veículos automotores, com medidas aproximadas de 147,7 mm x 82,2 mm x 43 mm, peso de 160,2 g; composto por componentes de plástico injetado, aço, borracha, vedação e graxa, localizado na região interna das portas dianteiras e traseiras.
8302.30.00	019	Limitador de abertura de portas de veículos automóveis, com capacidade de oferecer resistências específicas no movimento de abertura e fechamento da porta, com resistências que variam de acordo com o ângulo de abertura da porta em 4 pontos distintos, sendo de 33 N e 40 N na abertura e 40 N e 35 N no fechamento, com base fabricada em aço laminado a frio com parte em aço laminado a quente, contém braço fabricado em aço laminado a quente de alta resistência, com camada superficial em (PA66), peça antiatrito fabricada em borracha (SBR+BR).
8302.30.00	020	Batente para tampa de porta malas de veículos automóveis, com base fabricada em aço laminado a quente e gancho fabricado em material conforme norma JIS G 4105 aplicado tratamento térmico de têmpera, ambos com acabamento superficial em PFZn8.
8302.30.00	021	Limitador de abertura de portas de veículos automóveis, com capacidade de oferecer resistências no movimento de abertura e fechamento da porta, com 6 valores distintos das resistências variando de acordo com o ângulo de abertura da porta, sendo de 25 N, 30 N, 35 N na abertura e 40 N, 35 N e 30 N no fechamento, com base fabricada em aço laminado a frio com parte em aço laminado a quente, contém braço fabricado em aço laminado a quente de alta resistência, com camada superficial em (PA66), peça antiatrito fabricada em borracha (SBR+BR).

8302.30.00	022	Batente para portas de veículos automóveis, com base fabricada em aço estrutural grade SAPH440 e gancho fabricado em aço SCM435 aplicado tratamento térmico de têmpera, ambos com acabamento superficial galvanizado.
8407.34.90	081	Motor a combustível flex (etanol e gasolina), com 4 cilindros em linha, 16 válvulas, cilindrada 2.0, composto por bloco e cabeçote fabricados essencialmente em liga de alumínio, com sistema automático de aquecimento dos bicos injetores, com potência máxima de 167 Ps a rotação de 6.200 rpm e torque máximo de 20.6 kgfm a rotação de 4.700 rpm, sistema ITM (Integrated Thermal-management Module) de gerenciamento de temperatura do motor, sistema eletrônico variável de controle de bombeamento de lubrificante.
8409.91.12	009	Cabeçote usinado a partir da liga de alumínio fundida pelo processo HPDC, liga de composição cobre 2,8 - 4,5%, silício 4,9 - 6%, magnésio 0,25% máx., zinco 0,55% máx., ferro 0,8% máx., manganês 0,62% máx., titânio 0,2% máx., estrôncio até 1% com sede de válvulas em liga de aço e guia de válvulas em latão prensadas a temperatura ambiente para motor de ignição por centelha com cilindrada de 1.598 cm^3.
8409.91.12	010	Cabeçote de alumínio de 16 válvulas DOHC para motor ciclo Otto flex de 4 cilindros provido de 16 assentos de válvula em aço sinterizado com liga de alta resistência a temperatura e corrosão, com diâmetros externos entre 23 mm até 33 mm, 16 guias de válvulas, 4 tubos de vela de ignição, de 5 a 7 mancais de admissão em liga de alumínio e 5 mancais de exaustão em liga de alumínio para acoplamento direto no bloco de motores bicombustíveis com injeção direta de veículos automóveis de passageiros.
8409.91.12	011	Bloco para motor tipo Otto de 4 cilindros, cilindrada de 1,5 L, fabricado a partir de liga de alumínio com composição de cobre 1,5-4,5 %, silício 10,5-12 %, magnésio 0,3 % máx., zinco 2,5 % máx., ferro 1,3 % máx., manganês 0,5 % máx., níquel 0,5 % máx., estanho 0,35 % máx., chumbo 0,1 % máx., montado com 5 mancais de virabrequim e 10 parafusos para fixação.
8409.91.12	012	Cárter de óleo aplicado em veículos automotores, constituído de corpo principal em alumínio injetado, com massa de 3.595 g, dimensões externas de 419,4 mm x 293,2 mm x 123,6 mm e tubo roscado usinado com massa de 24g.
8409.91.15	004	Coletor de escape com a função de conduzir os gases resultantes da explosão da mistura nos cilindros até o tubo de descarga do veículo automotor, fabricado em uma única peça de composição ferro fundido, com dimensões aproximadas de 303,12 mm x 169,01 mm x 152,45 mm e peso aproximado de 5,0 kg, fixado no cabeçote do motor.
8409.91.90	096	Injetor de combustível responsável por pulverizar finamente o combustível na câmara de combustão do motor, composto por corpo da válvula, fabricado em aço inox e com diâmetro de 7,18 mm, anel inferior fabricado em material termoplástico de cor verde e com seção de 3,1 mm, clip de identificação em material plástico com sobre moldagem plástica, terminais elétricos em bronze, tubo de entrada em aço inox, filtro em aço inox e plástico, anel superior em termoplástico com seção de 3,51 mm na cor preta, localizado na rampa de injeção e com massa do conjunto de 25 g.
8409.91.90	097	Travas de válvula em pares (bipartidas) conformadas a frio, com inserção externa por cunha cônica, interior composto por três "grooves" com raios de 0,52 mm e tolerância de 30 microns, rugosidade máxima de 25 Rz, ausência total de rebarbas e ângulo de cunha de 7 Graus 7 minutos e 30 segundos e restrito à tolerância de mais ou menos 0 Graus e 10 minutos, resultando em massa total unitária de 0,3 g.
8409.91.90	098	Sensor de detonação de vibrações mecânicas do motor, dotado de capacitância de 1100 pico Faraday, resistência elétrica de 4,9 mega ohms, sensibilidade de 30 milivolts, torque de instalação de 20 Nm e temperatura de operação entre -40 Graus Celsius até 150 Graus Celsius.
8409.99.49	005	Biela forjada, usinada e fraturada, confeccionada em aço C70S6BY, com distância entre centros de 208 mm, resistência máxima entre 900 e 1100 N/mm2, peso entre 1,5 kg a 2,0 kg, separada e classificada por gradientes de massa de até 0,02 kg, com bronzina montada no mancal superior de duas camadas confeccionada em C10E, bronze e chumbo e parafusos com cabeça torx externo classe 12.9, uso específico em motores diesel para máquinas agrícolas, com cilindrada individual de 1,1 e 1,23 litros por cilindro.
8409.99.99	053	Tampa da corrente e polias de sincronização, aplicada em motores por ignição de compressão de 4 e 6 cilindros para proteger a corrente e engrenagens de impurezas externa, constituída de ferro fundido, com furo para a polia do virabrequim de 73 mm a 74 mm e peso de 7 a 7,5 kg.
8412.21.10	069	Cilindro hidráulico para o acionamento do sistema de direção, para veículos com segundo eixo direcional, com trabalho de extensão e retração de acordo com a vazão de óleo hidráulico, complementando os esforços de direção a uma pressão de trabalho de 170 bar.
8413.30.30	018	Bomba de óleo lubrificante volumétrica de deslocamento positivo a rotor em metal sinterizado para motores, com a pressão de saída da bomba fechada de 200 kPa mínimo a 600 rpm e 480-620 kPa a 4000 rpm, aplicada a veículos automóveis.
8413.30.30	019	Bomba mecânica de óleo lubrificante para motores diesel, volumétrica rotativa de engrenagens, carcaça em ferro fundido, diâmetro primitivo da engrenagem máximo de 139 mm, diâmetro da base da engrenagem máximo de 131,4 mm, diâmetro externo da engrenagem de 150 mm, pressão máxima de trabalho de 4 bar, vazão máxima de 245 L/min, aplicada em caminhões e ônibus.
8413.30.90	022	Bomba mecânica de água do sistema de arrefecimento, de carcaça em alumínio fundido, para motor a diesel, 4 a 6 cilindros em V ou em linha, com taxa de fluxo mínimo de 280 Litros/minuto, velocidade de 4.205 rpm e pressão de 1.6 bar, aplicada a veículos automóveis comerciais leves.
8413.30.90	023	Bomba de arrefecimento do motor diesel, volumétrica rotativa, carcaça em ferro fundido (GG25), diâmetro da hélice de 112 mm, diâmetro do eixo de 15 mm, pressão de trabalho de até 1,5 bar, vazão máxima de 400 L/min, alojamento para 1 ou 2 válvulas termostáticas com diâmetro de 60 mm, aplicada em caminhão ou ônibus.
8413.81.00	006	Bomba hidráulica variável com rotação no sentido horário, vazão de 38cm^3 a 45cm^3 e pressão de trabalho de 230 bar a 250 bar, acoplada na tomada de força dos motores de 9 L e 13 L, utilizada para acionamento do ventilador hidráulico do sistema de arrefecimento do motor de ônibus, variando a rotação do ventilador com a vazão do fluxo de óleo na bomba hidráulica conforme a necessidade do sistema de arrefecimento do ônibus.
8414.30.91	008	Compressor hermético horizontal com gás (R-134a), tipo scroll, dimensões de 636 mm x 344 mm x 285 mm, tolerância de +/- 10%, peso máximo de 95 kg, tensão máxima de 400 V, frequência de alimentação de 60 Hz, corrente máxima de 36,7 A, pressão máxima de 28 bar e fator de proteção IP65, utilizado em ônibus.
8414.90.39	077	Conjunto esticador que compensa desgastes das correias que movem o compressor do ar condicionado, mantém todo o sistema esticado sem folgas e vibrações não absorvidas, com função principal de compensar as diferentes faixas de frequência do sistema de ar condicionado nas faixas de 10 Hz a 350 Hz, com regulagem máxima de 103 mm e 9 Graus nas extremidades, hastes com anéis internos em rótula com tratamento de dureza e revestimento cromado, com carga nominal admissível de 31,5 kN e carga de ruptura de 51 kN.
8415.90.90	038	Coletor de retorno aplicado no evaporador, alocado dentro do HVAC e incorporado ao sistema de ar-condicionado de veículos leves e pesados, tem por função unir tubos e coletor, feito em alumínio com clad (ambos lados) EN AW3003 modificado O + 7,5% EN AW4343, conjunto com 3 paredes divisórias e 2 tampas com dimensão 142,0 x 18,4 x 58,9 mm (espessura 1,2 mm), tensão na superfície maior que 36 mN/m, livre de óleo (menor que 5 g/m^2), impurezas, manchas, rebarbas, trincas, quaisquer marcas e oxidação, as partículas encontradas devem ser menor que 300 microns, óleo de estampagem Drawlub RO7 ou RO10, tratamento superficial (interno e externo) por fluxagem.
8415.90.90	039	Coletor de retorno aplicado no evaporador, alocado dentro do HVAC e incorporado ao sistema de ar-condicionado de veículos leves e pesados, tem por função unir os tubos e coletor, feito em alumínio com clad (ambos lados) EN AW3003 modificado O + 7,5% EN AW4343, conjunto com 2 paredes divisórias e 4 tampas com dimensões de 209,7 x 18 x 43,6 mm (espessura de 1,0 mm), tensão na superfície maior que 36 mN/m, livre de óleo (menor que 5 g/m2), impurezas, manchas, rebarbas, trincas, quaisquer marcas e oxidação, as partículas encontradas devem ser menor que 300 microns, óleo de estampagem drawlub RO7 ou RO10, tratamento superficial (interno e externo) por fluxagem.
8415.90.90	040	Coletor com conexão aplicado no evaporador, alocado dentro do HVAC e incorporado ao sistema de ar-condicionado de veículos leves e pesados, tem por função unir os tubos e coletor, feito em alumínio com clad (ambos lados) EN AW3003 modificado O + 7,5 % EN AW4343, conjunto com 3 paredes divisórias e 4 tampas com dimensões de 209,7 x 18 x 43,6 mm (espessura de 1,0 mm), tensão na superfície maior que 36 mN/m, livre de óleo (menor que 5 g/m2), impurezas, manchas, rebarbas, trincas, quaisquer marcas e oxidação, as partículas encontradas devem ser menor que 300 microns, óleo de estampagem Drawlub RO7 ou RO10, tratamento superficial (interno e externo) por fluxagem.
8419.50.10	003	Módulo EGR utilizado para recirculação dos gases de combustão em motor de pistão de ignição por compressão; dimensões máximas de 435,3 x 211,56 x 184,11 mm e peso máximo de 3,976 kg.
8421.39.90	006	Flange da bomba de combustível, para tanque de veículos automotores, com canister integrado de carvão ativado para filtragem de gases de combustível, com válvula antivazamento em caso de capotamento, com planicidade máxima de 0,35 mm na região de estanqueidade a uma carga compressiva de 490 N, com peso máximo de 0,706 kg.
8421.99.10	015	Placa de fibra cerâmica fabricada de óxido de alumínio para retenção mecânica e isolamento térmico do filtro de gases particulados, com densidade de 2247 g/m^2, para utilização em sistemas de pós-tratamento automotivo.
8481.20.90	132	Válvula pneumática para controle de pressão do sistema de freios ABS, carcaça em liga de alumínio, medidas máximas de 116,5 mm x 46 mm x 84,8 mm, com tolerância de +/- 1 mm, peso de 0,510 kg, pressão nominal de 8 a 10 bar, temperatura de trabalho variável de 40 Graus Celsius a 80 Graus Celsius, tensão de trabalho nominal de 24 V, corrente nominal de 1,56 A, conector com 3 pinos para contato elétrico, 2 pórticos para conexão de tubos, fator de proteção IP6K9K, aplicada em caminhão e ônibus.
8481.20.90	133	Válvula solenóide de ar comprimido para aplicação automotiva em veículos pesados com função de ativar a tomada de força localizada na caixa de mudança de marchas, 3/2 vias NC (normalmente fechada), resistência de 128 ohms +/- 5%, corrente nominal de 0,182 A, voltagem de 24 V, potência de 4,4 W, pressão de trabalho entre 4 e 13 bar.
8481.30.00	036	Válvula retentora de fluido de freio automotivo, diâmetro externo 14,47 mm, peso máximo de 11 g, pressão de abertura entre 0,1 bar a 0,6 bar, utilizada em módulo ESC (sistema eletrônico de estabilidade).
8481.40.00	039	Válvula em plástico injetado de 3 vias, peso 15 g e dimensões de 80 x 50 mm, utilizada no sistema de vapor de combustível.
8481.80.21	014	Válvula de carga pressostática, com corpo em liga de alumínio (A6061/A6063), altura máxima de 35 mm e diâmetro máximo de 14 mm, para sistema de ar-condicionado de veículos automóveis, com pino mola retrátil.
8481.80.92	023	Válvula solenoide em PA6.6, com tensão nominal de 12 V, frequência de comando de 10 Hz, resistência resistiva de 26 + ou - 4 ômegas, indutância nominal a 1000 Hz (serial) 48 mH, tensão de atração menor ou igual a 8,5 V, tensão de deslocamento maior ou igual a 1 V do sistema de vapor de combustível do tanque e tubulação de veículos automóveis.
8481.80.92	024	Eletroválvula solenoide composta de corpo em PA 6.6 GF35, sino magnético de aço de baixo carbono com cobertura de zinco-níquel, bobina em PA 6.6 GF35, terminais de bronze, mola de aço inoxidável, anel, anel de assentamento de válvula, enrolamento de fio de polyesterimide protegido, corpo superior em PA 66 GF 30, com função de controlar a passagem de vapor de combustível; aplicada em tubulações de vapor de combustível.
8481.80.97	015	Válvula de aceleração tipo Venturi acionada eletronicamente para motor por ignição por centelha com cilindrada de 999 cm^3, massa de 950 g, corpo e válvulas feitos em alumínio, eixo em aço carbono e engrenagens e tampa em plástico.
8481.80.97	016	Válvula de aceleração tipo Venturi acionada eletronicamente para motor por ignição por centelha, com cilindrada de 1.598 cm3, massa 880 g, corpo e válvulas feito em alumínio, eixo em aço carbono e engrenagens e tampa em plástico.
8482.10.90	004	Rolamento de esferas com carcaça em aço nitretado endurecido e temperado, gaiola em polímero (PA66-GF25H), esferas em aço (ISO 683-17-100Cr6) endurecido e temperado, com dimensões de diâmetro externo de 23 P7 (22,965 mm a 22,986 mm), diâmetro interno de 15 H6 (14,989 mm a 15,000 mm) e comprimento de 28,0 mm (- 0,4 mm), com quatro carreiras de esferas, de carga combinada axial e radial, com função de suportar a transferência de torque em seletor de marchas para uso em transmissão manual de veículos automotores.
8483.10.19	024	Árvore de manivelas em aço 38MnVS6 ou 42CrMo4 forjado e balanceado dinamicamente com precisão de 0.5 Ncm, com dureza Brinell entre 24O e 305 HB e superfícies endurecidas por indução com limites seguindo a norma DIN 50190, peso entre 7O kg e 74 kg, comprimento total de 1011 mm ou 1021 mm, com a ponta frontal do eixo estriada e/ou roscada e contendo rasgo para chaveta, ponta traseira do eixo contendo oito furos roscados M12-6H para fixação de volante de inércia.
8483.10.90	042	Eixo roscado da barra de tração, utilizado para prender e movimentar o tombamento de lâminas de 12 a 16 pés da motoniveladora, para aplicações com peso total de trabalho de 1.200 kg a 24.000 kg, fabricado em aço liga tipo SAE J429 Grade 5, microestrutura e tensão de escoamento conforme ISO 898-1 (Classe 8.8), comprimento total varia de 1.800 mm a 2.000 mm e peso de 20 kg a 26 kg.

8483.10.90	043	Eixo de transmissão de movimento e potência da engrenagem planetária do diferencial até o redutor planetário do sistema de trem de força da motoniveladora, fabricado em aço liga forjado tipo SAE 4122, normalizado e austenitizado, microestrutura final com grão de tamanho igual ou inferior a 5, dureza superficial de até 40 HRC por carbonetação, comprimento total variando de 290 mm a 315 mm, diâmetro de 80 mm a 120 mm, peso de 5 kg a 10 kg, contém de 15 a 20 dentes, para aplicações no qual o torque máximo de trabalho nas rodas seja de 130.000 Nm a 170.000 Nm.
8483.10.90	044	Eixo de saída da transmissão do tipo planetária, com aplicação em carregadeiras de roda e tratores de esteira, com peso variando de 3 kg a 16 kg, torque máximo de acoplamento das embreagens de 115 Nm a 500 Nm, fabricado em aço liga, forjado com têmpera direta e dureza mínima na superfície de 40 a 85 HRC, com comprimento total variando de 270 mm a 590 mm, diâmetro interno de até 90 mm e externo de 35 mm a 110 mm e com estria externa contendo de 27 a 98 dentes.
8483.10.90	045	Eixo de saída de torque, utilizado em transmissões do tipo planetária, com aplicação em tratores de esteira, com peso variando de 25 kg a 35 kg, torque máximo de acoplamento das embreagens de 115 Nm a 220 Nm, fabricado em aço liga, forjado com têmpera direta e nitretação, com dureza mínima na superfície de 85 HRC, comprimento total de 520 mm a 620 mm, diâmetro interno igual ou superior a 57 mm e externo variando de 80 mm a 110 mm, diâmetro da flange de 220 mm a 275 mm e com estria externa contendo 50 dentes.
8483.10.90	046	Contra eixo utilizado na transmissão de motoniveladoras e carregadeiras de roda com peso de 9 a 39 kg, torque máximo de acoplamento das embreagens variando de 125 a 300 Nm, fabricado em aço liga forjado com têmpera direta e dureza mínima na superfície de 57 a 75 HRC, com comprimento total de 235 a 690 mm, diâmetro de 42 a 85 mm, com engrenagens capas e cilindros de aço especial soldados a laser.
8483.10.90	047	Eixo de transmissão de movimento e potência da engrenagem planetária do diferencial, para rodas traseiras e dianteiras de pá carregadeira, fabricado em aço liga forjado tipo SAE 41B30, microestrutura final com martensita e bainita revenida, com dureza na superfície mínima de 47 HRC, comprimento total variando de 650 mm a 850 mm, e peso de 43 kg a 130 kg, específico para aplicações onde o torque máximo de trabalho nas rodas seja de 80.000 Nm até 130.000 Nm.
8483.30.29	004	Bucha fabricada em aço liga contendo titânio controlado, com comprimento variando entre 138,5 mm até 158,9 mm, diâmetro externo variando entre 59 mm até 66,5 mm, diâmetro interno variando entre 38 mm até 44,6 mm, com raio interno no comprimento de 1000 mm, com penetração de têmpera de indução no diâmetro interno de 2,3 mm até 3,3 mm, penetração de têmpera de indução no diâmetro externo de 2,8 mm até 4 mm, com dureza mínima de 45HRC e dureza na superfície de 52 HRC a 58 HRC.
8483.30.90	016	Mancal do coletor composto por aço estampado com diâmetro externo entre 70 mm (+- 0,15 mm) a 78,2 mm (+ 0,3 mm) e diâmetro de encaixe na contra peça entre 66 mm (+- 0,05 mm) a 74,2 mm (+- 0,05 mm), comprimento total de 8 mm (-0,15 mm) a 11,5 mm (-0,15 mm) com ângulo de calagem para montagem do porta escovas entre 5 Graus e 7 Graus, diâmetro interno entre 14 mm e 16,5 mm, para acomodação de uma bucha metálica sinterizada com diâmetro interno de medida de 10 mm a 12,5 mm.
8483.40.10	012	Caixa redutora de alumínio (AlSi9Cu3) com peso de 197,35 g (+/- 39,50 g), utilizada para acomodar o conjunto pinhão-engrenagem plástico, porta escovas, buchas sinterizadas cilíndricas e bucha sinterizada esférica, possui 2 suportes com furos passantes de 5,55 mm (+/- 0,03 mm) de diâmetro, abertura de 59 mm (+/- 0,2 mm) de diâmetro, pode ou não conter um pino chamado de terceiro ponto, utilizada em motores elétricos de sistemas de limpadores de para-brisa automotivos de veículos automotores leves e pesados (caminhões).
8483.40.90	003	Engrenagem movida para bomba de óleo do motor, para veículos automotores, em aço forjado ao frio, com 46 dentes helicoidais sem marcas que afetam a acuracidade dos dentes, com diâmetro máximo de 88,827 mm, com peso máximo de 0,346 kg.
8483.40.90	004	Submontagem da engrenagem de movimentação vertical do assento automotivo de automóveis de passeio, localizada no braço de movimentação vertical que compõe a estrutura do assento automotivo, composto por um tubo de aço carbono com resistência à tração de 370 MPa (JIS G3445) e pela engrenagem de movimentação vertical do assento de aço carbono com resistência à tração de 338 MPa (JIS G4051), fabricada por meio do processo de fine blanking para obtenção de tolerâncias de posição e perpendicularidade centesimais, garantindo um bom contato entre os dentes da engrenagem e sua contra peça; possui dimensões aproximadas de 62 x 80 mm e pesa aproximadamente 290 g.
8483.50.10	011	Cinta tipo V, conforme ISO 9981, massa de 13,3 kg, momento de inercia de 0,119 kgm2, diâmetro externo de 298 mm, interno de 150 mm, acionada pelo virabrequim, temperatura operacional de -40 Graus Celsius a +110 Graus Celsius, utilizada em motores a combustão interna por compressão (diesel).
8483.90.00	080	Roda fônica fixada ao virabrequim, usada na medição de velocidade de rotação do motor por sensor do virabrequim, fabricada em aço estampado, com espessura entre 2,2 mm a 2,7 mm, 58 dentes, fixada por 3 parafusos, com diâmetro central de 86,01 mm a 86,04 mm e tolerância angular entre os dentes de 6 minutos.
8483.90.00	081	Suporte do tensionador da correia de acessórios motores a combustão, fabricado em alumínio fundido de liga UNS A13800, com diâmetro de cubo de 20 mm e altura de até 38,6 mm e diâmetro externo do corpo de 49,8 mm.
8483.90.00	082	Eixo do tensionador da correia de acessórios de motores a combustão, fabricado em alumínio fundido de liga UNS A03800, com diâmetro de corpo de 26,4 mm e altura de até 46,8 mm.
8483.90.00	083	Suporte da polia de desvio da correia de acessórios de motores a combustão, fabricado em alumínio fundido de liga UNS A03800 ou UNS A13800, com diâmetro de corpo de 27 mm e altura de até 64 mm.
8487.90.00	004	Conjunto bucha de amortecimento, aplica em tensores de motores a combustão interna, composto de bucha plástica injetada em poliamida 4/6, sobre montada com anel metálico estampado e conformado em aço 1008 ou 1010.
8501.31.10	031	Motor elétrico de corrente contínua, para aplicação em atuadores para veículos automotores, com dimensões do corpo de 24,2 mm por 30,5 mm, com condições de funcionamento em potência máxima de corrente de 4,5 A, com faixa de rotação entre 6 000 rpm a 16 000 rpm, potência de até 18,25 W e tensão de 10 V.
8501.31.10	032	Motor elétrico de corrente contínua de 12 ou 24 V, mono redução de 2 ou 4 pólos, com torque de 45 Nm (+/-6 Nm), corrente máxima de 31 A e 2 velocidades de operação de 33 rpm e 52 rpm, com potência de até 434 W, de movimento contínuo, possui filtro EMC 3L2C + diodo, conector de 5 vias, com manivela de 60 mm montada no eixo de saída, selo de proteção contra ingresso de água na tampa de fechamento e peso total de 1,25 kg para uso exclusivo em veículos pesados (caminhões).
8504.40.10	003	Carregador para celulares com conexão USB, aplicado de forma embutida em console de veículos automóveis, base em aço SUS 304 e acabamento em policarbonato, circuito interno, LED indicativo, saída de 9 a 16 V.
8504.40.90	016	Dispositivo eletrônico de baixa tensão aplicado em veículos automóveis dotados de tecnologia Start/Stop para impedir o reset do sistema de áudio devido à queda de tensão da bateria durante o arranque do motor, saída de 50 mA, potência de 200 W, composto de carcaça em (ABS), placa de circuito impresso em FR-4 protegida com uma camada de poliolefina e suportes de fixação em aço galvanizado.
8505.19.10	029	Aglomerado de ferrite cerâmico em forma de segmento (arco), em estado neutro que após magnetização se tornará imã permanente, com coercividade (Hc) mínima de 4000 oersteds e densidade de fluxo magnético residual (Br) mínima de 4300 gauss, utilizado na montagem do estator magnético de motores de partida 12 V aplicados em motores de combustão interna de ignição por centelha; comprimento 34,0 mm (+-0,5 mm), largura 23,0 mm (+-0,3 mm) e espessura 5,68 mm (+-0,06 mm).
8505.19.10	030	Aglomerado de ferrite cerâmico em forma de segmento (arco), em estado neutro que após magnetização se tornará imã permanente, com coercividade (Hc) mínima de 3500 oersteds e densidade de fluxo magnético residual (Br) mínima de 4000 gauss, utilizado na montagem do estator magnético de motores de partida 12 V aplicados em motores de combustão interna de ignição por centelha; comprimento 27,9 mm (+-0,6 mm), largura 23,0 mm (+-0,3 mm) e espessura 5,68 mm (+-0,06 mm).
8505.19.10	031	Escova do motor oleada, fabricada em aço carbono (GRADE CM222), com 0,5% até 1,5% de óleo do tipo éster polietileno glicol, com peso compreendido entre 2,9 g a 4 g, com resistividade elétrica máxima de 6 ohms, cuja função é conectar as partes fixas às partes móveis do motor para proporcionar a passagem da corrente elétrica, utilizada em motores elétricos de corrente contínua dos aparelhos de ar-condicionado dos veículos leves automotivos.
8511.90.00	075	Porta escovas montado com: placa de aço zincado, espessura de 1.2 +/- 0.05 mm e diâmetro externo 70 + 0.1/+0.3 mm; guias das escovas de resina fenólica, espessura de 1.8 +/- 0.1 mm, diâmetro externo 13 +/- 0.2 mm e cota controlada para encaixe de escova de 14 + 0.3/+ 0.15 mm; seis escovas de carbono com duas camadas de composições diferentes, dureza Rockwell de 50 a 80, comprimento útil de 13 +/- 0.2 mm e espessura de 4.45 +/- 0.05 mm; cordoalha de conexão de cobre trançado e seção transversal de 12 a 16 mm2; vedação de geometria parabólica, altura de 31 mm, comprimento de 20 +/-0.3 mm e raio de 3 mm nas extremidades superiores; barra de fluxo de cobre estanhado, espessura de 1.2 +/- 0.06 mm, diâmetro externo de 56 -0.2 mm, diâmetro interno de 35 -0.2 mm, cavidades para montagem das guias com comprimento controlado de 8.8 +/- 0.05 mm.
8512.20.11	023	Farol auxiliar de neblina com carcaça plástica em policarbonato e tratamento superficial metalizado direcionado apenas na parte interior da mesma para reflexão de luminosidade com ajuste de posição, lente translucida em plástico tipo policarbonato com função anti embaçamento, cavidade para utilização de lâmpada tipo H16 ou placa eletrônica com 5 LEDs e dissipadores de calor integrado, estanqueidade contra humidade e estanqueidade para entrada de ar até 9,8 kPa, atende a regulamentação ECE e ISO, temperatura de operação entre -30 Graus Celsius e 80 Graus Celsius
8512.20.11	024	Farol dianteiro lado esquerdo ou direito, com tecnologia "laserlight", alcance médio da luz de 800 metros, por meio da projeção de laser de alta potência, utiliza lentes especiais contendo fósforo amarelo, tornando a luz branca, com reflexão por meio de espelhos localizados dentro da carcaça, dotado de sistema que identifica objetos, animais e pedestres, composto por policarbonato nas lentes, corpo em PDM copolímero, borracha EPDM de vedação e conectores elétricos, possui sistema chamado "autodimming" que funciona em conjunto com GPS, antecipando as curvas da estrada e mudando o foco da luz para o caminho e contornando os cantos, aplicado a veículos automotivos.
8512.20.11	025	Farol com projeção de luz através de projetor, com motor DC para comutação do farol alto com farol baixo, luzes de posição e de rodagem diurna (DRL) formado por 20 pontos de LED de 0,5 W cada, com refletores em PBT possui superfície com deposição física de vapor (DPV) e guias de luz em (PC), lente externa em policarbonato com acabamento Hard Coating.
8512.20.19	009	Conjunto do sistema de iluminação interna da cabine de veículo automóvel de passageiros, montado no teto, composto por 2 luzes de 12 V, microfone com sensibilidade de -10 dB +/- 1 dB a 1 KHz para captação de áudio do sistema HFT (Hands-Free-Telephone), botão para gerenciamento do sistema Telematics, pode conter dois transdutores ultrassônicos do sistema de alarme volumétrico do veículo.
8512.20.19	010	Conjunto do sistema de iluminação interna da cabine de veículo automóvel de passageiros, montado no teto, composto por 2 luzes de 12 V, microfone com sensibilidade de -10 dB +/- 1 dB a 1 KHz para captação de áudio do sistema HFT (Hands-Free-Telephone), botões para gerenciamento do sistema Telematics e do teto solar elétrico, pode conter dois transdutores ultrassônicos do sistema de alarme volumétrico do veículo.
8512.20.19	011	Dispositivo de iluminação central para teto de veículos automóveis, composto de corpo plástico em (PP), lentes em policarbonato, com botão interruptor de 3 posições fabricado em (PC+ASA) para gerenciamento das lâmpadas, funcionamento de 12 V.
8512.20.19	012	Conjunto da iluminação da placa traseira de veículos automóveis, contém 2 lâmpadas com corpo e lente fabricados em policarbonato, lente parcialmente com tratamento corrosivo, chicotes elétricos e interruptor elétrico de 12 V para abertura do porta-malas.
8512.90.00	054	Conjunto carcaça do aparelho elétrico (caixas de luzes combinadas) de sinalização visual da lanterna de freio elevado de LED, dotado com conector elétrico e carcaça integrado, contatos elétricos integrados a placa de LEDs composta por circuitos impressos com componentes elétricos ou eletrônicos montados, e indicador de luz de frenagem para veículos automóveis com dimensões de 96 mm x 320 mm x 52 mm.
8518.21.00	003	Alto-falante de sons médios de frequência entre 500 Hz a 2.000 Hz, montados em receptáculo, com diâmetro de 42 mm (mais ou menos 0,2 mm), potência máxima de 1,5 W, impedância nominal de 50 ohms, próprio para aplicação automotiva.
8518.29.90	003	Sistema de alto falante com aproximadamente 182 mm de diâmetro e peso de 806 g, com fixação em três pontos podendo ser rebitado e/ou parafusado, contendo conector NS02MW, próprio para aplicação em veículos automotores.
8518.29.90	004	Alto-falante tipo tweeter para propagação de som com frequências superiores a 5000 Hz, montado, com domo metálico de neodímio, conector do tipo MQS de 3 vias, diâmetro do alto-falante de 46 mm e espessura máxima do conjunto alto-falante e carcaça de 25,5 mm, para aplicação em veículos automotores.
8525.80.19	025	Câmera digital aplicada em veículos automotores, com lente de no máximo 2 cm de diâmetro, para captura de imagens da parte dianteira e ou traseira e ou lateral do veículo para auxílio em manobras, cuja reprodução das imagens capturadas é efetuada na central multimídia; com peso aproximado de 15 g, com alimentação média de 6 V, e potência máxima de 0,7 W, temperatura de operação de -35 Graus Celsius até 80 Graus Celsius, conector elétrico RH06MB-1V-X de 6 vias.

8526.10.00	004	Sensor eletrônico responsável pela detecção de objetos em frente ao veículo e ativação do sistema de frenagem de emergência; com massa de aproximadamente 160 g, tensão de operação de 6 V, potência de 6 W e temperatura de operação de -40 Graus Celsius a 85 Graus Celsius; frequência de operação de 76 a 77 Hz, medição de distância com faixa próxima de 0,2 a 70 m com precisão de medição de +- 0,2 m, velocidade de medição de -400 a 200 km/h, com precisão de +- 0,1 km/h; com conector elétrico de 8 vias.
8526.92.00	005	Controle remoto para abertura das portas sem uso da chave (keyless) para veículos de passageiros, com comando de trava das portas e abertura do porta-malas, dotado de sistema transmissor/receptor de sinais de rádio frequência (transponder) para reconhecimento da chave pelo dispositivo imobilizador, comunicação nas frequências 314,5 MHz e 312,10 MHz, com microcontrolador, antena RF, capaz de operar de 2,5 V a 3,2 V e temperatura ambiente entre -20 e +60 Graus Celsius.
8526.92.00	006	Dispositivo eletrônico - radiotelecomando, com massa de aproximadamente 25 g, dimensões aproximadas de 34 mm x 64 mm x 14 mm, responsável por controlar as funções de abertura e fechamento de veículo automotor, permite a ignição do motor sem a necessidade de chave física; peça composta de carcaça plástica, botões com acabamento plástico cromado, anéis de silicone para vedação, inclui bateria do tipo CR2032; temperatura de operação entre -10 Graus Celsius a 60 Graus Celsius, tensão de operação de 2,8 a 3,3 V, e botões com capacidade para suportar forças de 10 N (+/-30%).
8527.21.00	019	Módulo eletrônico de sistema multimídia com integração de dispositivos Android/Apple, display de 5 a 8 polegadas, com reprodutor de USB externo, bluetooth e sistema de telefonia Hands Free Telephone (HFT) e comunicação via protocolo CAN; temperatura de operação de -35 Graus Celsius a 80 Graus Celsius, tensão de 10,8 a 15,6 V, bluetooth versão 4.2, WiFi 2.4 GHz IEEE802.11b/11g/11n e velocidade máxima de transferência de dados de 480 Mbps; entrada para 5 conectores e peso aproximado de 2 kg.
8527.21.00	020	Central multimídia com tela de 8.4 polegadas com dimensões máximas de 220 mm de comprimento, 47,75 mm de largura e 138,96 mm de altura, compatível com protocolo usb (transferência de dados e carregamento de aparelhos eletroeletrônicos), interface bluetooth, receptor de AM/FM, áudio streaming via bluetooth, sistema de telefonia hands free, comunicação via protocolo CAN entre central multimidia e outras centrais, inclui diagnóstico no barramento CAN e estratégias de proteção cibernética (cyber security), pode ter navegação embarcada, tecnologia de projeção android auto e carplay, predisposição para câmera de ré.
8527.21.00	021	Central multimídia com tela de 7 polegadas com dimensões máximas de 220 mm de comprimento, 63,2 mm de largura e 137,45 mm de altura, compatível com protocolo usb (transferência de dados e carregamento de aparelhos eletroeletrônicos), interface bluetooth, receptor de AM/FM, áudio streaming via bluetooth, sistema de telefonia hands free, comunicação via protocolo CAN entre central multimidia e outras centrais, inclui diagnóstico no barramento CAN e estratégias de proteção cibernética (cyber security), pode ter navegação embarcada, tecnologia de projeção android auto e carplay, predisposição para câmera de ré.
8527.21.00	022	Central multimídia sem display integrado (aplicação de tela externa), com dimensões máximas de 224 mm de comprimento, 36,5 mm de largura e 135 mm de altura, compatível com protocolo usb (transferência de dados e carregamento de aparelhos eletroeletrônicos), interface bluetooth, receptor de AM/FM, áudio streaming via bluetooth, sistema de telefonia hands free, comunicação via protocolo CAN entre central multimídia e outras centrais, inclui diagnóstico no barramento CAN e estratégias de proteção cibernética (cyber security), pode ter navegação embarcada, tecnologia de projeção android auto e carplay, predisposição para câmera de ré.
8527.21.00	023	Central multimídia com fonte externa de energia, com tela de 8 polegada, receptor de rádio AM/FM, touch screen, reprodutor de som do tipo USB, interface Bluetooth, sistema de telefonia Hands Free Telephone (HFT), comunicação via protocolo CAN entre central multimídia e unidade de controle eletrônica, interface com câmera de ré por meio de combinação do sensor de posição da direção via protocolo CAN, com capacidade de processamento de imagens para resoluções de 800 x 480 pixels, relógio, dotada de amplificador interno, com transmissão de informações de texto via RDS (Radio Data System), compatibilidade com smartphones (via celular por meio de aplicativos Carplay e Android Auto), do tipo utilizada em veículos automóveis.
8527.29.00	008	Central multimídia para conexão com tela colorida resistiva de 7 polegadas, com recepção de ondas de rádio AM/FM, sem navegação, com interface Bluetooth, pen-drive, câmera de ré e barramento CAN, compatível com arquiteturas eletroeletrônicas específicas, incluindo as mensagens de diagnóstico e estratégias de proteção contra roubo, fabricada em carcaça em alumínio e placa de circuito eletrônico, com dimensões aproximadas de 186 mm x 161 mm x 58 mm, com peso aproximado de 1.000 g, instalada no painel frontal interno do veículo.
8529.10.19	020	Antena de GPS/GSM - celular (2G/3G/4G) e GNSS para posicionamento e serviços de dados, transmissão com base terrestre e posicionamento com base satélite, utilizada para identificação da posição do veículo, construída para aplicação em ambientes externos para exposição a condições adversas de temperatura e umidade; com base em plástico com impedância de 50 ohms e com 02 conectores para conexão em módulos eletrônicos de conectividade de veículos comerciais pesados.
8529.10.19	021	Antena passiva AM/FM, com corpo em plástico, temperatura de funcionamento entre -40 Graus Celsius e 90 Graus Celsius e tensão de funcionamento entre 8 V a 16 V, com dimensão dos cabos AM/FM; aparafusada na base, com diâmetro de 850 mm ou 686 mm; faixa de comprimento de 800 mm a 400 mm; sem DAB; peso estimado de 0,027 kg.
8529.10.19	022	Antena GPS usada em veículos com multimídia que possuam Android Auto e CarPlay com conector FARKA; peso de 0,04 kg; com uma temperatura de armazenamento entre -40 Graus Celsius e 100 Graus Celsius; com temperatura de operação entre -30 Graus Celsius e 80 Graus Celsius, tensão máxima de 6 V, frequência de 1575,42 Hz; polarização de RHCP, e impedância de 50 ohms.
8533.40.11	001	Sensor elétrico do tipo termistor NTC com comprimento entre 33 mm e 74 mm, resistência nominal entre 2 e 10 quiloohm para monitoramento da temperatura de ar, gases de escape, combustível, óleo lubrificante, fluido de arrefecimento ou fluido refrigerante, com faixa de operação variável entre -48 Graus Celsius e 150 Graus Celsius e massa entre 20 g e 35 g, aplicado a veículos comerciais pesados.
8533.40.99	001	Sensor elétrico do tipo termo resistivo (RTD), comprimento entre 64 mm e 730 mm, resistência nominal entre 100 e 200 ohms para monitoramento da temperatura de ar, gases de escape, combustível, óleo lubrificante, fluido de arrefecimento ou fluido refrigerante, com faixa de operação variável entre -45 Graus Celsius e 800 Graus Celsius e massa entre 25 g e 65 g, aplicado a veículos comerciais pesados.
8533.40.99	002	Módulo de controle elétrico com eletrônica embarcada de atuação linear com controle de modulação por largura de pulso (PWM), blindado dentro de uma caixa plástica com material plástico com carga de 25% de fibra de vidro (MRGF25), tensão 12 V, controlado por linha de rede de área do controlador secundária (LIN BUS) do veículo para definir as velocidades do motor elétrico de ventilação interna para veículos de passeio e SUV, com tensão 9 V a 16 V, resistência a fogo e curto circuitos, funcionamento por meio de pulso de tensão por faixa de frequência, dissipador de calor integrado, nas dimensões 79,4 mm x 51,6 mm x 53,95 mm.
8536.10.00	008	Fusível protetor de circuitos elétricos contra picos de corrente com interrupção do circuito dependente do nível de sobrecorrente, sem carcaça, material em liga de cobre, corrente elétrica de 30 a 175 A, classificação de interrupção de 1000 A a 32 VDC, temperatura operacional de -40 Graus Celsius a 125 Graus Celsius, dimensões de comprimento de 42 mm, largura de 12 mm e espessura de 0,4 mm (+-0,1 mm) a 0,8 mm (+-0,1 mm), terminais parafuso com furos de diâmetro 6,5 mm, tempo de acionamento de 0,1 a 1000 s, com sobrecorrente de 50 a 3000 A, aplicado nas caixas de fusíveis de veículos comerciais e de passageiros.
8536.10.00	009	Fusível protetor de circuitos elétricos contra picos de corrente com interrupção do circuito dependente do nível de sobrecorrente, carcaça em polímero (PA-GF25FR ou PPA-GF33) e terminal em cobre eletrolítico, classificação de interrupção de 1000 A a 32 VDC ou 2500 A a 70 VDC, temperatura operacional de -40 Graus Celsius a 125 Graus Celsius, dimensões de comprimento de 41 a 68,6 mm, largura de 12 a 19,05 mm e espessura de 9,9 a 10,7 mm, terminais parafuso com furos de diâmetro 5,5 mm, tempo de acionamento de 0,1 a 1000 s, com sobrecorrente de 50 a 3000 A, aplicado a conexões elétricas de bitola elevada e altas capacidades de condução em sistemas de proteção primária de chicotes elétricos para veículos automotivos.
8536.50.90	112	Comutador de acionamento do controlador automático de velocidade (cruise control), do tipo alavanca, contendo componentes eletroeletrônicos com dimensão máxima de 160 mm e peso de 70 g.
8536.50.90	113	Seletor eletrônico com indicador de função de modo de tração para veículos, com componentes eletrônicos e software específico, troca de dados via rede CAN, conector de 6 (seis) vias e indicadores LEDs de função.
8536.50.90	114	Conjunto da ignição com circuito de entrada de 6 terminais, com canhão da fechadura de ignição com 41 mm de diâmetro, com cilindro da fechadura com possibilidade para montar e separar sob condições da posição ACC, com corpo da fechadura em PA66-GF30-047, poliamida 66 reforçado com fibra de vidro a 30%, revestimento de zinco cromado, cromato trivalente, com peso de até 374 g, com dois furos para fixação da abraçadeira 2-M8x1,25, com distância entre os furos de até 63 mm, com resistência à inflamabilidade para materiais internos, utilizado em veículos automóveis de passageiros.
8536.50.90	115	Conjunto da ignição com circuito de entrada de 6 terminais, com canhão da fechadura de ignição com 41mm de diâmetro, com cilindro da fechadura com possibilidade para montar e separar em condições da posição ACC, com corpo fechadura em Al 3,5 a 4,3%, Cu 0,75 a 1,25%, Mg 0,02% a 0,06%, Fe 0,1 máxima %, Pb 0,005 máxima %, Cd 0,004 máxima %, Sn 0,003 máxima %, com revestimento de zinco cromado, cromato trivalente, com peso de 549,90 g, com dois furos para a fixação da abraçadeira 2-R8, sendo a distância entre os furos de 62 mm, com resistência à inflamabilidade para materiais internos, utilizado em veículos automóveis de passageiros.
8536.50.90	116	Conjunto da ignição com circuito de entrada de 6 terminais, com canhão da fechadura de ignição com 41 mm de diâmetro, com cilindro da fechadura com possibilidade para montar e separar em condições da posição ACC, com corpo da fechadura em PA66-GF30-047, poliamida 66 reforçada com fibra de vidro a 30%, com revestimento de zinco cromado, cromato trivalente, com peso de até 267 g, com dois furos para a fixação da abraçadeira 2-M8x1,25, sendo a distância entre os furos de 62 mm (+-0,1 mm), com resistência à inflamabilidade para materiais internos, utilizado em veículos automóveis de passageiros.
8536.50.90	117	Módulo para conexão USB e entrada auxiliar feito policarbonato e acrilonitrila butadieno (PC+ABS), utilizado para conexão de áudio e recarga de equipamentos eletrônicos com tensão de 12 V, comprimento 38,1 mm, largura 30,1 mm, altura 51,7 mm e peso 41,63 g, fixado no console e aplicado em veículo automotor
8536.69.90	Ex 001	Portas USB para carregamento padrão USB A, fisicamente conectadas por meio de resistor no conector tipo A, com capacidade de fornecimento de corrente de carga de até 2,1 A e tensão máxima de 5,25 V, compostas por ramal de chicote e presilhas laterais plásticas.
8536.90.90	026	Conector com até duas conexões USB para carregamento e/ou transmissão de dados de dispositivos móveis, com tensão de saída de 5 V, com ou sem retroiluminação, 3 pinos de conexão traseira (carregamento) pode conter mais 5 pinos (transmissão de dados), durabilidade de pelo menos 12.000 ciclos de acionamento, força de extração de pelo menos 250 N e corpo constituído majoritariamente em PBT, destinado ao painel de veículos automóveis.
8536.90.90	027	Bloco central, do tipo B-CAN, para conexão elétrica, dotado de até 48 fusíveis de 7,5 A a 30 A, com temperatura de operação de -35 Graus Celsius a +75 Graus Celsius, solda livre de chumbo para componentes elétricos (constituídos de FR-4), com carcaça em HCPP-GF30, medindo de 186 x 273 x 75 mm e peso de até 762 g, com resistência à inflamabilidade para materiais internos, utilizado em veículos automóveis de passageiros.
8536.90.90	028	Terminais Fakra SF, conjunto de terminais interno, externo e ferrule composto por materiais tais como bronze e níquel banhado a ouro na área de contato central, montagem por máquinas semi automática, tipo "SF, Stamped Form" com tolerância ISO 2768 m-H para utilização em conexão tipo Fakra SF aplicado em cabo coaxiais blindados RF.
8536.90.90	029	Receptáculo HV conector de potência fêmea, composto de borracha de silicone, aço inoxidável, cobre, prata, termoplásticos, dimensões de comprimento 82,2 mm (+- 1 mm), largura 66 mm (+- 1 mm), altura 79 mm (+- 1 mm), para tensão nominal de 1000 V DC, corrente nominal 250 A, tensão de suporte 3000 V AC, classe de proteção IP67, aplicação para montagem de bateria automotiva em veículos comerciais.
8536.90.90	030	Receptáculo MSD, com conector fêmea, para acoplar o fusível MSD, função de proteger o sistema elétrico do eixo, composto de polímeros, acrílico e silício, tensão nominal 1000 V, temperatura de trabalho de -40 Graus Celsius a 70 Graus Celsius, classe de acoplamento IP69k, dimensões de comprimento 110 mm (+-1 mm), largura 110 mm (+- 1 mm), altura 83,5 mm (+-1 mm), aplicado no sistema elétrico do eixo, aplicação para montagem de bateria automotiva em veículos comerciais.
8536.90.90	031	Tampa de fechamento plástica PBT+ASA de motor elétrico com conector de 3 vias (terminais em aço DC04) integrado, com três braços com um amortecedor em EPDM montado em cada, para fixação na carroceria do veículo com tolerância de posição de 0,6 (GD&T), terminais em aço DC04 montados internamente e fechados por uma tampa plástica em PBT+ASA, e uma torre de saída do eixo com diâmetro de 10 mm e tolerância H7, utilizada para chaveamento em sistemas de limpador de para-brisa de veículos automotores leves.
8536.90.90	032	Terminal elétrico de conexão com a bateria, com sensor gerador de sinais de tensão, para bitola mínima 16 mm e máxima 41 mm, para gerenciamento de energia veicular.
8536.90.90	033	Pino roscado composto por aço baixo carbono zincado e apassivado, fabricado por meio de rolagem e têmpera, com rosca classe M8, com comprimento do corpo variando de 19,0 mm (+1/0 mm) a 41,0 mm (+1/0 mm), cabeça sextavada de largura 13,0 mm (+0/-0,27 mm) ou quadrada de largura variando de 10,0 mm (0/-0,27 mm) a 11,0 mm (0/-0,27 mm), em ambos os casos com altura de 4,3 mm (+-0,1 mm) e com um rebaixo circular na cabeça e com resistência contra corrosão.

8537.10.90	073	Dispositivo eletrônico de comando do sistema de ventilação e ar-condicionado, constituído predominantemente de plástico, com conector de 40 vias para conexão com a caixa de ar, dimensões máximas de 267,9 mm de largura, 106,3 mm de altura, 70,8 mm de comprimento e peso aproximado de 0,480 kg.
8537.10.90	074	Caixa com fusíveis do sistema de alta tensão para veículos elétricos, dimensões de 488 mm x 426,6 mm x 154,6 mm, peso máximo de 16 kg, temperatura de operação de -40 Graus Celsius a 90 Graus Celsius, tensão máxima de 1000 V, com tampa externa basculante e tampa intermediária plástica translucida, grau de proteção IP65 e IP6K9K.
8537.10.90	075	Conector de áudio auxiliar USB tipo A, temperatura de operação de -40 Graus Celsius a 70 Graus Celsius e temperatura de armazenamento de -40 Graus Celsius a 85 Graus Celsius; tensão de entrada do conector TH08 (+ B) de 9 V a 16 V, tensão de saída USB Tipo A (V-BUS) de 4,90 V a 5,25 V; corrente de garantia máxima de saída USB tipo A (V-BUS) de 2,4 A.
8537.10.90	076	Unidade de controle eletrônico com comunicação "CAN Bus", frequência de operação de 125 kHz, com massa de 108 g, dimensões de 111,8 mm x 85,7 mm x 31,9 mm, identificação de chave de comando remoto, reconhecimento de chave para acesso ao veículo e partida do motor.
8537.10.90	077	Painel de elétrico de controle do sistema de ar-condicionado e ventilação de veículos automóveis, tensão de 12 V, tecnologia de acionamento das funções por meio de 3 seletores (temperatura, velocidade e direcionamento), 3 botões elétricos: ligar e desligar, permitir a circulação do ar no interior do veículo e acionamento do desembaçador.
8537.10.90	078	Módulo de controle elétrico da velocidade de rotação do ventilador e manutenção da temperatura e resfriamento do fluido refrigerante, para sistema de ar-condicionado automotivo, com controle por meio de ciclo PWM, para tensão entre 9 e 16 VDC, com temperatura de preservação entre -40 Graus Celsius e 125 Graus Celsius, potência máxima de acionamento 400 W, campo de frequência do sinal entre 70 Hz a 300 Hz, dotado sistema de prevenção de tensão reversa.
8538.90.90	015	Conector tipo Fakra SF, "Stamped Form", material plastico PBT-GF20 e travas em PBT-GF10, com tolerância ISO 2768 m-H p utilizado em cabo coaxiais blindados RF, com função de interface em contra peças de dispositivos, utilizado em chicotes automotivos, compatível com o padrão ISO 20860-1 e 2 e USCAR 17 e 18, aplicações automotivas tais como AM/FM, GSM, GPS, cameras, radars.
8543.70.99	010	Unidade dosadora de ARLA 32, carcaça em liga de alumínio, medidas máximas de 101 mm x 97 mm x 99,4 mm, tolerância de +/- 1 mm, peso máximo de 0,996 kg, tensão de trabalho de 24 V, temperatura de trabalho de -40 Graus Celsius a 130 Graus Celsius, filtro de partículas, bico injetor com spray com ângulo de 40 Graus, tolerância de +/-10Graus, placa eletrônica de circuitos com conector para sistema elétrico, utilizada em caminhão e ônibus.
8543.70.99	011	Unidade dosadora de ureia, carcaça em alumínio e plástico, medidas máximas de 172 mm x 95 mm x 249,3 mm, tolerância de +/- 3 mm, peso máximo de 1,78 kg, pressão de 10 bar, vazão de 0,35 L/min, tensão de trabalho de 24 V, bomba elétrica com potência de 36 W, placa eletrônica de circuitos com conector para o sistema elétrico, conexões para o sistema de arrefecimento, filtro do agente redutor líquido de NOX automotivo (ARLA32), sensor de pressão, unidade de controle eletrônico (ECU) opcional, utilizada em caminhões e ônibus.
8543.70.99	012	Módulo imobilizador com função específica de impossibilitar a ignição caso a chave de acesso não corresponda a correta, com peso de até 41 g, com carcaça em ABS-018, com folhas e tiras de aço revestido de zinco eletrolítico, estanhagem na terminação, utilizado em veículos automóveis de passageiros.
8543.70.99	013	Sensor de velocidade tipo hall, aplicado em transmissões automatizadas de veículos comerciais de 23 a 68 toneladas, com tensão de saída de 0,4 a 100 V de pico a pico, temperatura de trabalho de -40 Graus Celsius a 150 Graus Celsius, faixa de resistência de 1800 a 4300 ohms e faixa de rotação de 350 a 3000 rpm.
8543.70.99	014	Sensor de velocidade indutivo aplicado em transmissões manuais e automatizadas de veículos comerciais com peso de 6 a 35 toneladas, constituído de aço liga (5CrNiMo17-12-2), com tensão de operação de 6,5 a 30 V, corrente de 16 mA a 30 V, faixa de frequência de 0 a 4 kHz, resistência de 15000 ohms e temperatura de trabalho de -30 Graus Celsius a 145 Graus Celsius.
8543.70.99	015	Sensor de velocidade do tipo hall, aplicado em transmissões automatizadas de veículos comerciais de 35 a 74 toneladas, constituído de aço liga (5CrNiMo17-12-2), com corrente de 12 mA, tensão de operação de 6,3 a 8 V, faixa de frequência de 400 Hz e temperatura de trabalho de -40 Graus Celsius a +130 Graus Celsius.
8543.70.99	016	Sensor de velocidade do tipo hall, aplicado em transmissões automatizadas de veículos comerciais de 23 a 68 toneladas, com corrente 4 a 9 mA, faixa de frequência de 0 a 1100 Hz e temperatura de trabalho de -40 Graus Celsius a 121 Graus Celsius.
8544.30.00	005	Conjunto conector rotativo do volante (Clock spring) com peso total de 92 a 94 g, dotado de cabo plano interno enrolado na forma de espiral com 4 trilhas e comprimento de 3000 mm (+-100 mm), capaz de suportar tensão de 9 a 16 V e corrente máxima em cada trilha de 150 mA, envolvido por carcaça em material plástico com dimensões de comprimento de 102,2 mm (+-2 mm), largura de 89,2 mm (+-2 mm), altura de 54,5 mm (+-2 mm) e diâmetro interno de 31 mm (+-1 mm), com dois conectores elétricos de comprimento de 165 a 180 mm (+-5 mm), possui rotação mínima de 2,25 voltas no sentido horário e anti-horário a partir da posição central, com torque menor ou igual a 15 N.cm, aplicado no volante de direção de veículos automotivos.
8544.30.00	006	Conjunto conector rotativo do volante (Clock spring) com peso total de 81 a 83 g, dotado de cabo plano interno enrolado na forma de espiral com 4 ou 10 trilhas e comprimento de 3000 mm (+-100 mm), capaz de suportar tensão de 9 a 16 V e corrente máxima em cada trilha de 150 mA, envolvido por carcaça em material plástico com dimensões de comprimento de 105,1 mm (+-2 mm), largura de 89 mm (+-2 mm), altura de 70,4 mm (+-2 mm) e diâmetro interno de 27 mm (+-1 mm), com dois conectores elétricos de comprimento de 185 a 195 mm (+-10 mm), possui rotação mínima de 2,25 voltas no sentido horário e anti-horário a partir da posição central, com torque menor ou igual a 15 N.cm, aplicado no volante de direção de veículos automotivos.
8544.30.00	007	Conjunto conector rotativo do volante (Clock spring) com peso total de 81 a 83 g, dotado de cabo plano interno enrolado na forma de espiral com 10 trilhas e comprimento de 3000 mm (+-100 mm), capaz de suportar tensão de 9 a 16 V e corrente máxima em cada trilha de 150 mA, envolvido por carcaça em material plástico com dimensões de comprimento de 109 mm (+-2 mm), largura de 107,9 mm (+-2 mm), altura de 59,8 mm (+-2 mm) e diâmetro interno de 27 mm (+-1 mm), com dois conectores elétricos de comprimento de 180 a 185 mm (+-10 mm), possui rotação mínima de 2,25 voltas no sentido horário e anti-horário a partir da posição central, com torque menor ou igual a 15 N.cm, aplicado no volante de direção de veículos automotivos.
8545.20.00	014	Escova do regulador de tensão feita com 30% de cobre e 70% de carbono, a escova tem um comprimento de 14,3 mm (+- 0,35 mm), largura de 4,6 mm (+- 0,1 mm) e altura de 6,4 mm (+- 0,1 mm);o corpo do cordoalha relacionado à escova possui 32,1 mm (+1 -1,5 mm) de comprimento e um diâmetro de 1,2 mm, e sua força mínima de extração deve ser de 2 daN; a posição do cordoalha em relação à escova deve respeitar um diâmetro de 0,2 mm; escova pesa de 0,8 g a 1,2 g e é utilizada em reguladores de alternadores automotivos usados em veículos leves.
8708.10.00	055	Caixas de absorção de impacto direita/ esquerda de perfil extrudado, feitas de liga de alumínio 6060 e espessura de 2,4 a 1,7 mm, localizadas no para-choque dianteiro/ traseiro, com função de proteger a estrutura do veículo em impactos de baixa ou alta velocidade, guiando e absorvendo a energia adequadamente para as longarinas dianteiras/ traseiras, visa garantir a integridade física dos passageiros em caso de colisões.
8708.10.00	056	Refletor traseiro, direito, feito em PC, de peso de até 403 g, com elastômeros vulcanizados em seus componentes, com acabamento pelo processo de deposição física de vapor (PVD), utilizado em para choque de veículos automóveis de passageiros.
8708.29.19	007	Cartucho mecânico, com função de abertura e fechamento da portinhola de abastecimento, em formato cilíndrico, com seu maior diâmetro tendo 16,4 mm aproximadamente composto por um pino móvel de material polimérico com fibra de vidro e uma capa em material com mistura de polímero e borracha.
8708.29.99	274	Conjunto de fechaduras de portas laterais de veículos automotores, composto por carcaça plástica construída em PP-GF30, POM e PP-GF10, motor elétrico, placa metálica, vedações, apoios de borracha, eixos, pinos, alavancas, trava, molas, sistema de engrenagens, graxa e micro interruptores, peso total entre 320 g e 355 g e dimensões de 90 mm x 100 mm x 140 mm para uso em veículos automóveis.
8708.29.99	275	Difusor de ar central sem sistema de fechamento (shut off), composto por carcaça fabricada em ABSPC ou PPM36, aletas primárias em PA6 com variação entre 30% a 60% de fibra de vidro, aletas secundárias em PA66, PPT40, ABS ou POM e, com ou sem manípulos de difusores, em ABSPC utilizado para regular a direção e fluxo do ar no habitáculo dos veículos automóveis provenientes dos sistemas de climatização.
8708.29.99	276	Soleira, reforço longitudinal de carroceria, produzida em aço de alta resistência dupla fase (dual phase) com limite de escoamento de 780 MPa.
8708.29.99	277	Sombreira para carroçaria do veículo automóvel com plástico de acrilonitrila butadieno estireno (ABS) com ou sem tecnologia telaio, design compatível com requisitos de RRAB, FVMSS & ECE para automóveis e comerciais leves.
8708.29.99	278	Insertos expansíveis com base em poliamida e revestidos de etileno vinil acetato, aplicados em chapas de carrocerias (denominadas cavidades) e utilizadas para promover propósitos de isolamento acústico e de vibração nos veículos montados, por meio de pequenos encaixes (clipes), peso de 40 g (+/-35 g) ou de 100 g (+/-50 g), com dimensões gerais de 50 mm (+/- 35 mm) x 50 mm (+/-50 mm) ou 200 mm (+/- 150 mm) x 100 mm (+/-50 mm).
8708.29.99	279	Duto de abastecimento de combustível, para conexão do bocal de abastecimento com o tanque, resistente às temperaturas de -40 Graus Celsius até +90 Graus Celsius, mangueira contém uma seção multicamadas fabricada internamente em FKM e externamente em ECO, e outra seção fabricada em (PA6-037 grade AMX152HCR ou equivalente), contém mangueiras do sistema de respiro do tanque, uma fabricada em (PA12 grade GRILAMID XT4008) e outra em (PA6-055), com presilhas de fixação em (PP) e protetor em PP grade PW150 ou equivalente.
8708.29.99	280	Acabamento do painel, injetado em PC+ABS com superfície revestida em pintura metálica ou "high glossing" e aplicação de primer até 13 micrômetros, de até 9 pontos de fixação, material com controle de emissão de compostos orgânicos voláteis para as peças interiores dos veículos, com resistência à inflamabilidade para materiais internos, utilizado em veículos automóveis de passageiros.
8708.29.99	281	Acabamento do painel, peso de até 96 g, injetado em ABS-PC com superfície revestida em pintura metálica ou "high glossing", com ou sem a aplicação de filme SPR, com 10 a 13 pontos de fixação, comprimento maior entre os pontos de fixação de até 800 mm e largura maior dos pontos de fixação de até 85 mm, dotado de clipes para sua fixação no painel, com resistência à inflamabilidade para materiais internos, utilizado em veículos automóveis de passageiros.
8708.29.99	282	Descanso de braço fabricado em revestimento plástico (PVC), espuma em poliuretano (PU) e componentes estruturais em plástico acrilonitrila butadieno estireno (ABS) e polipropileno (PP), comprimento 265,8 mm, altura 130,8 mm, largura 144,1 mm e peso de 1.130 g, próprio para uso em veículos automotores.
8708.29.99	283	Base estrutural feita em aço baixo carbono conformado a quente, utilizada como estrutura do descanso de braço, comprimento 150,0 mm, altura 158,0 mm, largura 175,6 mm e peso de 340 g, para instalação no console central e fixada no chassi de veículo automotor.
8708.29.99	284	Componente feito em aço (SPCC 0.65t) e revestimento de borracha tipo C1, utilizado para vedação e abafamento de ruídos, medindo comprimento 198,0 mm, largura 20,0 mm, altura 60,0 mm e peso de 74,0 g, instalada nos cantos superiores, lado direito e esquerdo da carroceria automotiva.
8708.29.99	285	Haste feita em aço (SCM440) para ancoragem da trava do cinto de segurança lado esquerdo e direito, comprimento 350,0 mm, diâmetro 8,0 mm e peso de 138,0 g, livre de rebarbas e cantos cortantes, instalada na carroceria automotiva
8708.29.99	286	Tubo guia em aço carbono (STKM13A-A-C), utilizado para alojar os cabos do sistema de frenagem com medidas, comprimento 15,6 mm, diâmetro 0,01 mm e peso de 14,0 g, para montagem em carroceria veicular.
8708.29.99	287	Artefato aço carbono com tratamento superficial cromado (SPCD 1.4T) utilizado como suporte para fixação do mecanismo de acionamento da elevação do vidro, com altura de 18,0 mm, largura de 72,0 mm, comprimento de 87,0 mm e peso de 59 g, instalado na porta de veículo automotor.
8708.29.99	288	Peça estampada em aço (SPCC T 2.3), para acoplamento no eixo de acionamento manual do mecanismo de elevação do vidro, com altura 17,0 mm, largura de 23,0 mm, comprimento de 23,0 mm e peso de 9 g, instalada na porta de veículo automotor.
8708.29.99	289	Artefato em aço galvanizado (SGCC 135/135), utilizado como suporte para fixação do mecanismo de elevação do vidro, com altura de 7,0 mm, largura de 20,0 mm, comprimento de 66,0 mm e peso de 30 g, instalado na porta do veículo automotor.
8708.29.99	290	Suporte em aço liga CR4-GI 40/40-U-O com espessura de 0,7 mm e comprimento 260 mm produzido por conformação mecânica, para posterior solda tipo ponto em um conjunto que irá ser utilizado para suporte da lanterna traseira, com peso médio de 0,413 kg, próprio para sustentar componentes da carroçaria de veículos automotivos.
8708.29.99	291	Peça estampada em aço galvanizado (SGC 110/110) em formato de trilho, sendo parte integrante da estrutura do mecanismo de elevação do vidro, com altura de 16,0 mm, comprimento de 540,0 mm, largura de 85,0 mm e peso de 295 g, instalada na porta do veículo automotor.
8708.29.99	292	Cabo feito em fios entrelaçados de aço (SWRS 62 A), utilizado para movimentação de arraste do mecanismo de elevação do vidro, com diâmetro de 1,5 mm, comprimento 855,0 mm e peso 30 g, com tratamento superficial anticorrosão, com ou sem capa plástica, conexões nas extremidades e mola de ajuste, instalado na porta de veículo automotor.
8708.29.99	293	Peça em aço inox na liga (SUS 436), estampada e conformada, cromada, com tolerância de 0,5 mm (+-0,25 mm), espessura de 0,5 mm, dobrada para encaixe sob pressão na carroceria na parte superior, película de filme de proteção contra luz solar e ultravioleta durante o processo de produção, fixada no lado dianteiro ou traseiro, na borda do teto exterior, qualidade de alto padrão nas ondulações, sendo reta ou curva conforme carroceria, nas dimensões 270,2 mm a 1281,4 mm x 24,00 mm a 26,5 mm, peso aproximado até +-130 gramas, aplicada a veículos automotivos.

8708.29.99	294	Peça em aço inox na liga (SUS 436) com acabamento em "Black Fluorex", estampada e conformada, cromada, com tolerância de 0,5 mm (+-0,25 mm), espessura de 0,5 mm, dobrada para encaixe sob pressão na carroceria na parte superior, película de filme de proteção contra luz solar e ultravioleta durante o processo de produção, fixada no lado dianteiro ou traseiro, na borda do teto exterior, qualidade de alto padrão nas ondulações, sendo reta ou curva conforme carroceria, nas dimensões 389 mm a 402 mm x 18,00 mm a 34 mm, peso aproximado até +- 130 gramas, aplicada a veículos automotivos.
8708.29.99	295	Peça em aço inox na liga (SUS 436) com acabamento em "Black Fluorex", estampada e conformada, cromada, com tolerância de 0,5 mm (+-0,25 mm), espessura de 0,5 mm, dobrada para encaixe sob pressão na carroceria na parte superior, película de filme de proteção contra luz solar e ultravioleta durante o processo de produção, fixada no lado dianteiro ou traseiro, na borda do teto exterior, qualidade de alto padrão nas ondulações, sendo reta ou curva conforme carroceria, nas dimensões 1017 mm a 1087 mm x 31,90 mm, peso aproximado até +- 130 gramas, aplicada a veículos automotivos.
8708.29.99	296	Peça em aço inox na liga (SU 436), estampada e conformada, cromada, com tolerância de 0,5 mm (+-0,25 mm), espessura de 0,5 mm, dobrada para encaixe sob pressão na carroceria na parte superior, película de filme de proteção contra luz solar e ultravioleta durante o processo de produção, fixada no lado dianteiro ou traseiro, na borda do teto exterior, qualidade de alto padrão nas ondulações, sendo reta ou curva conforme carroceria, nas dimensões 691 mm a 1087 mm x 26,3 mm a 32,2 mm, peso aproximado até +- 130 gramas, aplicada a veículos automotivos.
8708.30.19	015	Conjunto poeira escudos e placa de torque do sistema de freios traseiro, com peso de até 1663 g, com folhas de aço laminadas a frio (SPCC) e revestidas de zinco eletrolítico, com placa de torque de FCD500 com resistência de tração minima de 500 MPa, taxa de alongamento mínima de 7%, força de rendimento mínima de 320 MPa e dureza de 170-241 HB, utilizado em veículos automóveis de passageiros.
8708.30.19	016	Pastilha de freio com dimensão de 115,5 x 49,5 x 18,0 mm (+- 0,5 mm), para freio a disco traseiro de 38 mm de diâmetro com função de freio de estacionamento eletrônico, montada em disco de 278 mm de diâmetro, com plaqueta em aço de baixo carbono e material de atrito com fibras orgânicas/inorgânicas, abrasivos minerais, lubrificantes sólidos, ligados por resina endurecida e pintada na cor preta com esmalte sintético e peso de 314 g (+-20 g).
8708.30.19	017	Conjunto de pastilha de freio própria para aplicação em freio a disco (ZOH 2d42 - D302x32) de veículos automotivos composta por chapa de reforço em aço (1594/HA3) de 5,5 mm, material de atrito (JBI-SK10FF), shim anti-ruído (RPNS 13901) de 0,98 mm, com resistência estrutural a um torque equivalente a frenagens de 24,0 m/s2 desaceleração (9987,9 N.m) e resistência estrutural em alta temperatura (300 Graus Celsius) a frenagens de 20,0 m/s2 (8323,3 N.m), com fator de atrito mínimo "u" de 0,3 na temperatura máxima do rotor em 500 Graus Celsius.
8708.30.19	018	Conjunto de pastilha de freio própria para aplicação no sistema de freio a disco (ZO 2d48 - D303x28) de veículos automotivos composta por chapa reforço em aço (U28.2 ou E36.2) com 5,5 mm, material de atrito (GA5005) e shim anti-ruído (RPNS1 3011) de 0,8 mm, com resistência estrutural a um torque equivalente a frenagens de 1,1 g desaceleração (4730 N.m).
8708.30.19	019	Conjunto de pastilha de freio composta por: chapa reforço de aço 5,5mm; amortecedor de ruído composto por chapa de aço 0,50 mm e revestido por camada de borracha nitrílica de 0,20 mm; indicador de desgaste de aço inoxidável de espessura 0,9 mm e material de atrito composto por resina (aglomerante), fibras de reforço, lubrificantes, abrasivos e modificadores de atrito para aplicação veículos automotores uso misto N1 (ABNT-NBR-13776:2006)
8708.30.19	020	Conjunto de pastilha de freio composta por: chapa reforço de aço laminado a frio de 5,5 mm; amortecedor de ruído composto por chapa de aço 0,70 mm e revestido por camada de borracha nitrílica de 0,22 mm e material de atrito (NAO) composto por resina (aglomerante), fibras de reforço, lubrificantes, abrasivos e modificadores de atrito para aplicação em veículos automotores de transporte de passageiros classe M1 (ABNT-NBR-13776:2006).
8708.30.19	021	Conjunto de pastilha de freio composta por: chapa reforço de aço 5,5 mm; amortecedor de ruído composto por chapa de aço 0,50 mm e revestido por camada de borracha nitrílica de 0,20 mm e material de atrito composto por resina (aglomerante), fibras de reforço, lubrificantes, abrasivos e modificadores de atrito para aplicação veículos automotores uso misto N1 (ABNT-NBR-13776:2006).
8708.30.90	095	Conjunto da alavanca do freio de estacionamento com mecanismo de catraca e travamento e base de fixação, constituída de aço baixo carbono (JIS G 3141) e limite de resistência de 270 MPa, fabricado com tolerância centesimal, para aplicação em veículos automóveis.
8708.30.90	096	Servo freio para veículos automotivos, com dimensional específico de booster de diâmetro 260,2 mm, largura de booster de 120,4 mm e espessura de chapa dianteira de 0,6 mm e espessura de chapa traseira de 0,7 mm, composto de um diafragma de PU e EPDM, possui 2 hastes transversais (sistema tipo "Tie-Rod") para redução do peso e aumento da eficiência e durabilidade pela baixa deformação elástica, com função principal de amplificar a força de frenagem em função do vácuo do motor.
8708.30.90	097	Haste do pistão da válvula de um servo freio confeccionada em liga de aço usinado cujo diâmetro externo pode variar entre 10 e 18 mm, o comprimento total entre 80 e 180 mm e o peso total entre 45 e 100 gramas, tem a finalidade de receber a força aplicada pelo condutor no pedal de freio, onde está atrelada por um sistema de fixação (esférico ou garfo), transmitir essa força para o sistema de amplificação de força e posicionar os elementos como filtro e molas dentro do sistema de amplificação de freio de um veículo leve de passeio.
8708.30.90	098	Pistão próprio para aplicação no sistema de freio a disco fabricado em aço carbono especial para extrusão, usinado, retificado e com tratamento superficial cromatizado, com 62,4 mm de comprimento e diâmetro de 45 mm ou 54 mm, com capacidade de suportar cargas físicas-térmicas e de vedação do sistema hidráulico durante toda a vida de trabalho do freio.
8708.30.90	099	Pistão próprio para aplicação no sistema de freio a disco (*APB Mi d38 - D268x12) fabricado em aço carbono especial para extrusão, usinado, retificado e com tratamento superficial cromatizado, com 53 mm de comprimento e 38 mm de diâmetro, com capacidade de suportar cargas físicas-térmicas e de vedação do sistema hidráulico durante toda a vida de trabalho do freio.
8708.30.90	100	Pistão hidráulico próprio para aplicação no sistema de freio a disco responsável pelo acionamento do freio de serviço e freio de estacionado dos veículos automotores classe passageiros (M1), com proteção superficial em cromagem selante (NDT 05J0119) e obrigatoriedade de desohidrogenização após cromagem sem afetar o metal base, dureza da camada HV (Dureza Vickers) de 0,2 N maior ou igual a 600, quantidade de gás incluída menor ou igual 0,1 ml/pistão, diâmetro de 38 mm e com resistência a corrosão conforme norma (DIN 50 021 SS) com 5% de cloreto de sódio por 96h.
8708.30.90	101	Motor elétrico de corrente continua sem escovas de 12 V próprio para aplicação no sistema de freio a disco (APB Mi d45 - D294X22 e APB Mi d54 - D308x18), composto de carcaça em plástico com fibra de vidro, engrenagens em aço liga níquel, cobre, molibdênio sinterizado, engrenagens de plástico poliacetal e engrenagem em poliamida nylon, rotação de trabalho de 8650 rpm, redução do redutor 254,22, torque nominal de 37,8 Nm, carga nominal de travamento 28 kN, temperatura de operação de -40 Graus Celsius a 90 Graus Celsius, inércia no eixo central 11,91 gcm^2, com a capacidade de suportar 250.000 ciclos, aplicado em veículos automotivos.
8708.30.90	102	Motor elétrico de corrente continua sem escovas de 12 V próprio para aplicação no sistema de freio a disco (APB Mi d38 - D268x12), composto de carcaça em plástico com fibra de vidro, engrenagens em aço liga níquel, cobre, molibdênio sinterizado, engrenagens de plástico poliacetal e engrenagem em poliamida nylon, rotação de trabalho de 6650 rpm, redução do redutor 135,8, torque nominal de 19,4 Nm, carga nominal de travamento 18,5 kN, temperatura de operação de -40 Graus Celsius a 90 Graus Celsius, inércia no eixo central 76,4 gcm2, com a capacidade de suportar 200.000 ciclos, aplicado em veículos automotivos.
8708.30.90	103	Eixo de acionamento próprio para o sistema de freio a disco (*APB Mi d54 - D308x18) fabricado em aço carbono tratado termicamente para endurecimento e com usinagem da rosca de acionamento, dotado de porca de ajuste em aço carbono tratado termicamente e flange de trava em aço carbono estampado, com comprimento de 78 mm e diâmetro de 47 mm, torque máximo residual de 0,12 Nm à 800 rpm, aplicado em veículos automotivos.
8708.30.90	104	Eixo de acionamento próprio para o sistema de freio a disco (*APB Mi d45 - D294X22) fabricado em aço carbono tratado termicamente para endurecimento e com usinagem da rosca de acionamento, com comprimento de 78 mm e diâmetro de 38 mm com porca de ajuste fabricada em aço carbono tratado termicamente e flange de trava em aço carbono estampado, torque máximo residual de 0,12 Nm a 800 rpm, aplicado em veículos automotivos.
8708.30.90	105	Eixo de acionamento próprio para o sistema de freio a disco (*APB Mi d38 - D268x12) fabricado em aço carbono tratado termicamente para endurecimento e com usinagem da rosca de acionamento, com comprimento de 66,7 mm e diâmetro de 31,7 mm com porca de ajuste com diâmetro de 38 mm fabricada em aço carbono tratado termicamente, torque máximo residual de 0,12 Nm a 800 rpm, aplicado em veículos automotivos.
8708.30.90	106	Pastilha de freio utilizada em freio a disco, compostas de material de fricção, placa traseira e isolador de ruído, com material de fricção de características de "não-aço" (sem fibra de aço), coeficiente de atrito entre 0,35 a 0,40, principais materiais cobre, elementos orgânicos, aramida, cerâmica e fibras de Kevlar, material de ligação composto de resina fenólica e resina modificada, material de fricção composto de carbonato de bário e potássio, material de lubrificação grafite e borracha, isolador preso a placa traseira para redução de ruído, dimensões de 59,9mm de largura e 132,85mm de comprimento, espessura do material de fricção de 11mm, placa traseira nitretada ou fosfatizada, tamanho do material de fricção otimizada para freios a disco de diâmetro de 300mm e 28mm de espessura, diâmetro do cilindro hidráulico 57mm.
8708.30.90	107	Pastilha de freio utilizada em freio a disco, compostas de material de fricção, placa traseira e isolador de ruído, com material de fricção de características de "não-aço" (sem fibra de aço), coeficiente de atrito entre 0,35 a 0,40, principais materiais cobre, elementos orgânicos, aramida, cerâmica e fibras de Kevlar, material de ligação composto de resina fenólica e resina modificada, material de fricção composto de carbonato de bário e potássio, material de lubrificação grafite e borracha, isolador preso a placa traseira para redução de ruído, dimensões de 58,2 mm de largura e 132,65mm de comprimento, espessura do material de fricção de 11mm, placa traseira nitretada, sendo o tamanho do material de fricção otimizada para freios a disco de diâmetro de 256mm e 22mm de espessura, diâmetro do cilindro hidráulico 54mm.
8708.40.80	035	Caixa de marchas automática com carcaça fabricada em liga de alumínio, modulo eletrônico de gerenciamento integrado, capacidade de torque de entrada de 1400 Nm, massa até 150 kg e distância nominal das faces de acoplamento entre o motor e eixo cardam equivalente a 755 mm aplicada a veículos comerciais.
8708.40.80	036	Caixa de mudanças de transferência, usada em veículos pesados AWD (All Weel Drive), montada entre a caixa de transmissão convencional e o diferencial do primeiro eixo traseiro, com função de transferir potência para ambos os eixos dianteiro e traseiro, com toque máximo de entrada de 25.000 Nm, rotação máxima de entrada de 2800 rpm e peso estimado de 350 kg.
8708.40.90	118	Bucha metálica com tratamento superficial redutor de atrito (P-CuSn10+PTFE), com dimensões de 9,5 mm (+ - 0,25 mm) de comprimento, com diâmetro frontal de 15 mm (+-0,5 mm) e diâmetro inferior de 10 (10,000 - 10,015) mm tolerância H7, espessura 0,98 a 1,005 mm, com força de montagem entre os valores de 2 kN a 12 kN, com resistência a temperaturas de trabalho de -30 Graus Celsius a +150 Graus Celsius sob carga constante e de -40 Graus Celsius a +180 Graus Celsius sob pico de carga, para uso em seletor de marchas em transmissão manual de veículos automotores.
8708.40.90	119	Alavanca de seleção de marchas em aço estampado (EN 10149-2 S460MC), revestido por aplicação de zinco (GMW 3044 8K240/120x), com pinos rebitados em material de aço (EN 10088-3 X8 CrNiS18-9), com dimensões: distância entre pinos: 39,25 mm (+- 0,2 mm) e 27,9 mm (+- 0,2 mm), após rebitagem dos pinos, a altura máxima da porção rebitada deve ser 2,0 mm, para uso em transmissão manual de veículos comerciais e leves.
8708.40.90	120	Sapata plástica em polímero (GMW22P-POM-C2S), com permissibilidade de rebarba (conforme norma DIN 6784 A1), com dimensões: altura de 9 +- 0.3 mm, comprimento de 23.4 +- 0.5 mm e largura de 12 -0.15 mm, de cavidade interna para acoplamento do pino esfera da alavanca seletora de dimensões: diâmetro de 8 mm (+0.1 mm) e centro a 4.3 mm de distância da base, com chanfros de entrada de 20 Graus (+- 3 Graus), para uso em seletor de marchas em transmissão manual de veículos automotores.
8708.40.90	121	Eixo cilíndrico de aço para tratamento térmico (16MnCrS5), endurecido por nitrocarborização, com 175 mm mais ou menos 0,25 mm de comprimento, 15 mm - 0,11 mm de diâmetro, usinado com diâmetro de 13 mm - 0,02 mm e furado em duas posições com furos de 5mm mais 0,075 de diâmetro, peso líquido de 0,2 kg mais ou menos 0,02 kg, utilizado em seletor de marchas para uso em transmissão manual de veículos automotores.
8708.40.90	122	Alavanca de transmissão de movimento produzida em ferro fundido (EN-GJS-450), usinada e rebitada, com dimensões de 66 mm +10 mm de largura por 124 mm +10 mm de comprimento e 60 mm +10 mm de altura e peso líquido de 0,55 kg mais ou menos 0,1 kg, utilizada em seletor de marchas para uso em transmissão manual de veículos automotores.

8708.40.90	123	Defletor de sujeira com copo de aço galvanizado (conforme norma GMW2M-ST-S-CR4-UNCOATED-U) com tratamento superficial em zinco (de acordo com a norma GME 00 251-C7), espessura de camada de 15 + 10 micrômetro e dimensões: copo cilíndrico com espessura de 1.0 mm, altura de 33.4 +- 0,3mm, com raio da base de 3.0 mm, furo na base alinhado com eixo central do cilindro com diâmetro de 13,15 (+- 0.1 mm), para uso em seletor de marchas em transmissão manual de veículos automotores.
8708.40.90	124	Pino bala com mola em aço com tratamento térmico de têmpera e revenimento, com dimensões mínimas de 41,1 mm de comprimento, com diâmetro traseiro de 20 -0,059/-0,072 mm e diâmetro frontal de 14 +0,1 -0,2 mm, com o diâmetro da cavidade de ventilação medindo 5 +0,3 -0,9 mm, com força de montagem entre os valores de 2 kN a 12 kN, com capacidade de suportar temperaturas de trabalho -30 Graus Celsius a +150 Graus Celsius sob carga constante e -40 Graus Celsius a +180 Graus Celsius sob pico de carga, para uso em seletor de marchas em transmissão manual de veículos automotores.
8708.50.80	050	Eixo cardam traseiro, para tração 4 x 4, com articulações nas extremidades, rolamentos e mancais acoplados, capacidade de carregamento e torcional mínimo de 1600 Nm, ângulo mínimo 30 Graus, construído em aço C22e, com acessórios de proteção em borracha, pintado com tinta anticorrosão, aplicado a veículos automotivos.
8708.50.99	069	Conjunto pinhão e coroa Z = 9/41, utilizado em tratores de potência máxima de 250 cv a 2100 rpm e torque máximo de 1000 Nm a 1500 rpm, projetado para torque disponível de até 67,7 kNm varia rotação de saída entre 22 e 1071 rpm de acordo com a relação de transmissão por meio da transmissão e motor entre 1500 e 2100 rpm de acordo com a aplicação, cujo dentado está especificado conforme grau de qualidade 9 (DIN 3965), com peso aproximado de 52kg, específico para uso em tratores de agrícolas.
8708.70.90	003	Tampão de roda utilizado como disco decorativo e proteção para as rodas de veículos automotores, composto por capa plástica dividida por duas zonas de revestimento, material com aspectos cinza metal antracito (cinza milênio), cromo brilhante, cromo acetinado escovado e cloreto de cromado, com resistência ao envelhecimento térmico contínuo, logotipo de alumínio de comprimento de 0,5mm e massa de 0,004kg, calota fixada na periferia por uma rosca do acelerador com fio de aço com massa de 0,065kg, fabricado em aço ou ferro simples, com 442mm de diâmetro, localizado nas rodas dos veículos.
8708.80.00	076	Conjunto lanterna de freio elevado com iluminação em LED dotado com conector elétrico e fresnel interno integrado a lente externa e contatos elétricos integradas na placa de LED, contendo indicador de luz de frenagem.
8708.80.00	077	Batente de poliuretano da suspensão dianteira e traseira, utilizado em veículos com transmissão dianteira e suspensão independente, conformado em poliuretano microcelular SM72 MDI, utilizado em conjunto com amortecedor e mola para absorção de impacto, para veículos automóveis de passageiros.
8708.80.00	078	Amortecedor hidráulico da suspensão dos lados esquerdo ou direito, composto por corpo em tubo de aço, êmbolo em aço cromado com superfície lisa para diminuir atrito, óleo hidráulico e retentor de óleo, com força mínima de batente hidráulico de 2350 N a 0,58 m/s e resistente a testes de dobra (15 mm GMW 14898), deformação máxima no batente (0,2 mm) e durabilidades (amortecedor em fadiga, assento da mola, suporte da barra estabilizadora, batente de extensão, fadiga lateral, aceleração e frenagem), aplicado no sistema de suspensão de veículos automotivos.
8708.91.00	024	Radiador dotado de resfriador de óleo composto de placa superior, placa inferior, letas e conexões em aço inoxidável com peso inferior a 16kg, com função de redução da temperatura do óleo durante operação do retarder melhorando a durabilidade do óleo refrigerante do sistema.
8708.92.00	022	Conjunto de tubo de conversão catalítica para gases de escape, redução de gases nocivos, monóxido de carbono (CO), hidrocarbonetos (HC) e dióxido de carbono e água enquanto reduz os óxidos de azoto, a azoto (N2), tubo em aço inoxidável (2CRTINB18), aplicado a veículos automotivos; PN 8689398.
8708.94.90	039	Eixo intermediário fabricado em aço forjado com alta capacidade de transmissão de torque, composto por uma cruzeta montada sobre rolamento de agulhas, com sistema de lubrificação integrado, vedações especificas para trabalho em meio exposto a oxidação, sistema integrado de amortecimento de vibração e ruído e terminais preparados para conexão das contra peças, massa de 1,250Kg, aplicado na coluna de direção de veículos automóveis
8708.94.90	040	Articulação dupla do eixo intermediário, transmite movimento do volante ao mecanismo de direção, fabricada em aço forjado com alta capacidade de transmissão de torque, composta por duas cruzetas montadas sobre rolamentos de agulhas, sistema de lubrificação integrado, vedações especificas para trabalho em meio exposto a oxidação e terminais preparados para conexão das contra peças, massa entre 0,850 kg a 1,010 kg, aplicada na coluna de direção de veículos automóveis.
8708.99.90	185	Chapa em aço carbono (CR3 -GI50/50-E), estampada utilizada como reforço do pilar A e B da carroceria, lado esquerdo e direito, peso aproximado de 2480 gramas, caracterizado como parte da carroceria de veículos automotivos; PN 7338221, 7338222, 7439659, 7439660.
8708.99.90	186	Suporte em aço carbono (CR3 -GI50/50-E), conformado em geometria para instalação do para-choque, para fechar a carroceria do painel traseiro, peso aproximado de 5499 gramas, caracterizado como parte da carroceria de veículos automotivos; PN 7449547.
8708.99.90	187	Chapa estampada em aço (CR1000Y1300T-MB-UC), utilizada na união das laterais e suporte para solda do teto das carrocerias, nas dimensões 118mm x 23mm x 9,50mm, espessura 1,20mm (+/-0,5mm), peso aproximado de 1699 gramas, aplicada a veículos automotivos; PN 7490040.
8708.99.90	188	Estrutura metálica composta por tubos e chapas soldadas, cada chapa com no máximo três furos para fixação e espessura de no máximo 6 mm, tubo com diâmetro de no máximo 40 mm, utilizada em cabines de tratores para suportar o assento do instrutor e fixação do cinto de segurança do instrutor, peso aproximado de até 3,5 kg.
8708.99.90	189	Pedal acelerador com sensor potenciométrico integrado, mecanicamente conectado ao braço do pedal, tensão de alimentação de 5 V, output do sinal elétrico com variação específica segundo curvas de tensão por curso, retorno do pedal para a posição de repouso mecanicamente por duas molas coaxiais; raio de ação de 229,5mm e curso total de aproximadamente 55mm; peso aproximado de 475g.
8708.99.90	190	Punho de alavanca do câmbio de transmissão automática, com alma em TPU ou PC, encapsulado em ABS PC ou ABS, PA6, GF, TPU, com revestimento em couro, material resistente à força de montagem de 150 N, aplicado em veículos automóveis e comerciais leves.
8708.99.90	191	Suporte intermediário do motor, com a função de absorver as vibrações do motor nos veículos automotores, composto em aço inox, com dimensões aproximadas de 183mm x 105mm x 38mm, peso aproximado de 0,510kg, com pintura primária feita por cataforese com finalidade de obter ação anticorrosiva, localizado no compartimento do motor do veículo.
8708.99.90	192	Suporte elástico superior direito do motor, utilizado para absorver as vibrações do motor nos veículos automotores, composto de: corpo em aço de alta resistência com dimensões aproximadas (largura x altura x comprimento) de 148 mm x 115 mm x 178 mm e peso aproximado de 1,15 kg; suporte de aço de alta resistência com uma zona elástica, com dimensões aproximadas (largura x altura x comprimento) de 36 mm x 28 mm x 49,5 mm na zona elástica, peso aproximado de 0,43 kg, fazendo um ângulo de 30 Graus com a base de fixação e localizado no compartimento do motor do veículo.
8708.99.90	193	Suporte do bloco hidráulico de chapa metálica, tem a função de acoplar o modulo ABS (Anti-lock Brake System), composto por suporte chapa metálica com dimensão 3 mm e um flasque de massa 0,387 kg, parafusos M8 x 25 mm e conexões elásticas montadas, comprimento entre 142,0mm e 168,3 mm, largura entre 120,4 mm e 127,3 mm, altura entre 244,0 mm e 271,0 mm, peso nominal entre 1,1 kg e 1,6 kg, instalado na parte inferior do compartimento do motor nos veículos automotores.
8708.99.90	194	Suporte elástico de motor, utilizado para absorver as vibrações do motor de veículos automotores, composto por material em aço inox, possui dimensões de largura de 187 mm a 200 mm, comprimento de 146,6 mm a 159 mm, altura de 150 mm a 165 mm e peso aproximado de 1,28 kg, instalado no compartimento do motor do veículo.
8708.99.90	195	Suporte elástico de motor direito e esquerdo utilizado para absorver as vibrações do motor nos veículos automotores, composto com uma base em aço de alta resistência com espessura da chapa de 2,5 mm, um apoio do pino do suporte fabricado em aço forjado com largura de 68 mm, altura de 14 mm e comprimento de 63 mm, parte em borracha onde o pino do suporte é alojado com 75 mm de largura, 38 mm de altura e 76 mm de comprimento, corpo do suporte em aço de alta resistência com 181 mm de comprimento, 126 mm de altura e 168 mm de largura, pino metálico com 160 mm de comprimento, 23 mm de altura e 36 mm de largura e guias de fixação em aço, peso aproximado de 1,63 kg, instalado no compartimento do motor do veículo.
8708.99.90	196	Comando de mudanças de marchas para a caixa de transmissão tipo CVT ou manual, utilizado em veículos automóveis de passageiros, com dimensões de 352 mm a 492 mm (+/-5 mm) x 228 mm a 328 mm (+/- 5 mm) x 131 mm a 188 mm (+/- 5 mm) e peso de 0,980 Kg a 2,55 Kg com ou sem cabo.
8708.99.90	197	Pedal acelerador com sensor indutivo tipo hall integrado, mecanicamente conectado ao braço do pedal, tensão de alimentação de 5 V, output do sinal elétrico com variação específica segundo curvas de tensão por curso, retorno do pedal para a posição de repouso mecanicamente por duas molas coaxiais; raio de ação de 200,1 mm e curso total de 55 mm; peso aproximado de 355 g.
9026.10.29	004	Sensor de detecção da quantidade de etanol presente no combustível de 0% a 100%, composto por conexões hidráulicas e elétricas de 3 vias resistentes à corrosão e protegidas contra penetração de água, com frequência de trabalho entre 50 Hz a 150 Hz, utilizado em veículos automóveis com motores bicombustíveis "flex".
9026.20.90	039	Sensor eletrônico de monitoramento da pressão de ar de admissão, para sistemas de alta pressão do tipo turbo alimentados, para medição de pressão auxiliar BPV em motores do ciclo diesel, construído com base de metal e latão com 30 mm de diâmetro, instalação em bloco de motor com interface de acoplamento mecânico fixo, área de conexão elétrica de acordo com normas (DIN72585-A4-4.1- Sn/K2), em conformidade com ISO 15170, cor preta, base construída em mistura de polímeros plásticos.
9026.20.90	040	Sensor de pressão diferencial para operação entre 70 kPa a 600 kPa e temperaturas entre -40 Graus Celsius a 125 Graus Celsius com uma tensão nominal de alimentação equivalente a 5 V, aplicado em sistemas de recirculação de gases de exaustão (EGR) de motores de combustão interna por compressão (diesel) de veículos comerciais pesados, possui impedância máxima do sinal de saída de 180 ohms, corrente máxima de saída de 20 mA e massa entre 85g e 90g.
9026.20.90	041	Interruptor de pressão de óleo do motor, comutando a 0,2 bar de pressão, massa de 42 g, dimensões de comprimento de 49 mm e diâmetro de 26 mm, utilizado para motores de ignição por centelha com cilindrada de 999 cm3 ou 1.598 cm^3.
9026.80.00	010	Sensor com função de medir massa de ar do sistema de exaustão com funcionamento em 12 V, utiliza 1 conector elétrico de 4 vias, com EPROM integrado, com peso aproximado de 170 g com dimensões máximas de 80 mm x 85 mm de diâmetro.
9027.10.00	004	Sensor de fuligem do sistema de escape, aço inox, comprimento máximo do sensor com o cabo de 1120 mm, peso máximo de 0,250 kg, tensão de trabalho de 24 V, comunicação via rede CAN, com unidade de controle eletrônica integrada com medidas máximas de 106,5 mm x 88,8 mm x 32,05 mm com tolerância de +/- 1,5 mm, utilizado em caminhões e ônibus.
9032.20.00	005	Sensor cerâmico capacitivo de pressão diferencial, selado (IP65), com temperatura de trabalho entre -40 Graus Celsius a +130 Graus Celsius, com tempo de resposta menor que 10 ms, alimentação de 5 VCC nominal, com saída de tensão entre 0,5 e 4,5 VCC, com pressão de trabalho de até 1000 kPa e comprimento máximo de 57 mm, para uso em máquinas agrícolas.
9032.89.21	025	Válvula eletropneumática para controle do sistema de frenagem de reboques e semireboques rodoviários com unidade eletrônica de controle eletrônico (ECU) integrada, utilizada em sistemas eletropneumáticos de freio com tecnologia (EBS/ABS), para atuação no controle da frenagem, massa igual ou inferior a 3,6 kg, tensão nominal de 24 volts.
9032.89.29	198	Unidade eletrônica de controle do veículo para gerenciamento da iluminação interna e externa do caminhão e reboque (ELC), peso inferior a 600 g, temperatura de operação entre -40 Graus Celsius a +70 Graus Celsius, tensão nominal de 24 V, corrente operacional igual ou menor a 100 mA, dimensões de 220 mm x 136,7 mm x 41mm, com 4 conexões e um total de mais de 70 pinos.
9032.89.29	199	Unidade eletrônica de controle das funções de chassi dos veículos comerciais pesados para gerenciamento de múltiplas funções do chassi do caminhão (CMF/CMR) na cor preta, peso inferior a 850 gramas, temperatura de operação entre -40 Graus Celsius a +85 Graus Celsius, voltagem nominal de 28,5 V, com dimensões de 260 mm x 158,15 mm x 76,27 mm, com 6 conexões, total de mais de 96 pinos.
9032.89.29	200	Unidade eletrônica central de travamento das portas (CDS) acionada por controle remoto, responsável por controlar o travamento e destravamento das portas de veículos comerciais. possui dimensões externas de até 113 x 110 x 34 mm e massa de até 110 g, carcaça fabricada em policaprolactama reforçada com fibra de vidro e placa de circuito integrado e conector para comunicação via protocolo CAN SAE J1939, tensão nominal equivalente a 24 V, opera em temperaturas entre -40 Graus Celsius a +70 Graus Celsius.
9032.89.29	201	Unidade de controle eletrônico para instrumentação e conectividade do caminhão e ônibus, dimensões máximas de 184 mm x 76 mm x 178 mm, peso máximo de 1 kg, tensão de trabalho de 24 V, com até 8 conectores e ventoinha integrada para a dissipação de calor.
9032.89.29	202	Unidade de controle eletrônico da plataforma telemática, dimensões máximas de 178mm x 44mm x 132,1mm, peso de 0,650kg, tensão de trabalho de 10V a 32V, temperatura de trabalho de -40 Graus Celsius a 60 Graus Celsius, contém conectores para antena do GPS, antena GSM, LTE, USB tipo mini - B, antena BT/WLAN e conector com 54 pinos de contato elétrico, comunicação via rede CAN, aplicada em caminhão e ônibus.

9032.89.29	203	Unidade de controle eletrônico da tomada de força do caminhão e ônibus, dimensões máximas de 180 mm x 41 mm x 136 mm, peso máximo de 0,350 kg, tensão de trabalho de 22 V a 30 V, temperatura de trabalho de -40 Graus Celsius a 80 Graus Celsius, 4 conectores e 69 pinos de contato elétrico, comunicação via rede CAN.
9032.89.29	204	Unidade de controle eletrônico do sistema de manutenção preventiva do caminhão ou ônibus, dimensões máximas de 85 mm x 38 mm x 131 mm, peso máximo de 0,2 kg, tensão de trabalho de 24 V, dois conectores com um total de 33 pinos de contato elétrico e comunicação via rede CAN.
9032.89.29	205	Controlador automático para gerenciamento da bomba elétrica de óleo lubrificante de motor de veículos automóveis com sistema Start/Stop, para controle da pressão de óleo enquanto o motor estiver em condição temporariamente desligado pelo sistema Start/Stop, formado por base em alumínio com tampa em (PBT) com placa de circuito interna, com processador e capacidade de comunicação via CAN.

ANEXO II

LISTA DE AUTOPEÇAS GRAFADAS NA NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL COMO BENS DE CAPITAL OU BENS DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO

NCM	Nº Ex	Descrição
8412.21.90	081	Conjunto de giro do chassi superior de máquina escavadeira hidráulica equipado com motor redutor hidráulico de pistões axiais com redutor de engrenagens planetárias, provido de caixa de engrenagens flangeada com furos para fixação do conjunto na estrutura do chassi, eixo pinhão com 13 dentes, módulo de 10, freio estacionário com torque de 50 Nm, velocidade de rotação no redutor de 74,2 rpm, torque de giro de 5063 Nm, comprimento total aproximado do conjunto de 910 mm e diâmetro externo na flange de fixação de 372 mm
9031.80.99	645	Sensor de medição de velocidade de rotação, localizado na caixa de mudança de marchas, com conector (Superseal 3 ways for socket, fio selados, contatos 0,35-0,50 mm^2), temperatura de operação ambiente entre -25 Graus Celsius a +70 Graus Celsius, isolação resistência interna de 50 megaohms (500 Vdc), tensão de operação entre 10 a 30 Vdc, circuitos protegidos contra surtos, sobre carga, curto-circuito, reversão de polaridade e resistentes a 1000 V/AC, LED indicador visual de sensoriamento.

CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

RESOLUÇÃO CZPE/ME Nº 29, DE 4 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre as normas e diretrizes aplicáveis às Zonas de Processamento de Exportação, aos seus proponentes, às suas administradoras e às empresas autorizadas a se instalar nas Zonas de Processamento de Exportação.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do artigo 6º c/c o caput do art. 2º, ambos do Decreto nº 9.933, de 23 de julho de 2019, e o art. 25 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução CZPE nº 2, de 1º de julho de 2020; em observância ao disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e considerando o que consta no Processo SEI-ME 19687.102084/2020-23, resolve:

ad referendum do Conselho:

Art. 1º Consolidar, na forma desta Resolução, as normas e diretrizes aplicáveis às Zonas de Processamento de Exportação, aos seus proponentes, às suas administradoras e às empresas autorizadas a se instalar nas Zonas de Processamento de Exportação.

CAPÍTULO I

Orientação Superior da Política das Zonas de Processamento de Exportação

Art. 2º A Orientação Superior da Política das Zonas de Processamento de Exportação é o instrumento pelo qual o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) apresenta as diretrizes que balizam as ações dos agentes que atuam no programa das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs).

Art. 3º A implantação de ZPEs visa obter a redução de desequilíbrios regionais, o incremento das exportações e da geração de emprego na região, o desenvolvimento econômico e socioambiental e a difusão tecnológica.

Art. 4º As ZPEs deverão atender às prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional.

Art. 5º As ZPEs deverão ser criadas em áreas localizadas em regiões menos desenvolvidas.

§ 1º Para efeitos da política das ZPEs, serão consideradas regiões menos desenvolvidas:

I - todos os municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, bem como os municípios dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo pertencentes à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -Sudene;

II - os municípios cujo Produto Interno Bruto per capita seja inferior ao Produto Interno Bruto per capita do Estado em que estejam localizados, conforme dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

III - os municípios das regiões Sul e Sudeste, exceto as capitais dos Estados dessas duas regiões, quando a participação do valor adicionado bruto da indústria do município no valor adicionado bruto total do município for inferior à participação do valor adicionado bruto da indústria brasileira no valor adicionado bruto do País, conforme dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

IV - os municípios que apresentam déficit na balança comercial, exceto as capitais dos Estados da Região Sul e Sudeste, conforme dados disponibilizados pelo Ministério da Economia.

§ 2º Para fins de aplicação dos critérios previstos nos incisos II, III e IV do § 1º, serão considerados os dados relativos ao ano anterior ao do protocolo da proposta de criação de ZPE ou, na falta desses, os dados relativos ao último ano disponível.

Art. 6º A autorização para a criação de ZPEs deverá estar norteada pelas seguintes diretrizes:

I - contribuir para o desenvolvimento local, possibilitando a redução de desequilíbrios regionais;

II - aproveitar o potencial exportador da região e aumentar o valor agregado das exportações brasileiras;

III - priorizar propostas de criação de ZPEs localizadas em área geográfica privilegiada para a exportação; e

IV - utilizar de forma racional os recursos naturais.

Parágrafo único. Para efeitos da aplicação desta resolução, considera-se "área geográfica privilegiada para a exportação" aquela com disponibilidade de insumos (matérias-primas, partes, peças ou componentes), que ofereça condições para a produção dos bens e serviços, mão-de-obra capacitada ou possibilidade de capacitá-la e que disponha de canais de escoamento eficientes para a entrada de insumos e envio dos produtos elaborados para o exterior.

Art. 7º A criação de uma ZPE não deve impactar negativamente aquelas já estabelecidas.

Art. 8º Estados e Municípios deverão, preferencialmente, atuar em conjunto para a implantação de ZPEs.

Art. 9º A autorização para a instalação de empresas em ZPEs deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - contribuir para agregar valor aos bens produzidos na região e aumentar a competitividade desses produtos;

II - contribuir para a difusão tecnológica;

III - evitar a desmobilização dos setores ou arranjos produtivos locais já consolidados;

IV - minimizar eventuais impactos negativos à indústria nacional;

V - evitar o estrangulamento da infraestrutura urbana de transportes, água, saneamento e eletricidade; e

VI - diversificar a pauta das exportações e os parceiros comerciais brasileiros.

Art. 10. Aplicam-se às empresas autorizadas a se instalar em ZPE as mesmas disposições legais e regulamentares aplicáveis às demais empresas nacionais localizadas fora de ZPE, ressalvadas as disposições previstas na Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

§ 1º Todos os bens comercializados no Brasil por empresa autorizada a se instalar em ZPE, sejam insumos ou produtos finais, quando sujeitos à regulamentação técnica, devem estar em conformidade com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor, observando-se o tratamento administrativo previsto no artigo 12 da Lei nº 11.508, de 2007.

§ 2º Fica assegurado o acesso dos servidores públicos no exercício das respectivas funções de fiscalização e controle às empresas autorizadas a se instalar em ZPE, observada a precedência da autoridade aduaneira sobre as demais que ali exerçam suas atribuições.

Art. 11. As administradoras das ZPEs e as empresas nelas instaladas deverão tomar medidas com vistas à integração das ZPEs com os sistemas produtivos locais.

Art. 12. Os proponentes e as administradoras das ZPEs envidarão esforços no sentido de viabilizar a capacitação técnica e profissional necessária para o atendimento das necessidades das ZPEs.

CAPÍTULO II

Criação de Zona de Processamento de Exportação

Art. 13. As propostas de criação de ZPEs deverão ser apresentadas pelos Governadores ou Prefeitos, em conjunto ou isoladamente, ao CZPE que, caso delibere favoravelmente, as submeterão à decisão do Presidente da República.

Art. 14. As propostas de criação de ZPEs deverão ser acompanhadas de:

I - comprovação de incorporação do tratamento tributário autorizado pelo Convênio ICMS nº 99, de 18 de setembro de 1998, ao regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS do Estado onde se localiza a área indicada para sediar a ZPE; e

II - pelo menos um projeto industrial elaborado em conformidade com o disposto no Capítulo V.

Art. 15. Na proposta de criação de ZPE deverão constar:

I - dados do(s) proponente(s):

a) identificação;

b) CNPJ;

c) assinatura do(s) representante(s) legal(is); e

d) informações para contato.

II - características da área:

a) identificação do proprietário do imóvel indicado para sediar a ZPE proposta;

b) memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites da área total da ZPE proposta, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro;

c) mapeamento por imagens da área total da ZPE proposta e seu entorno; e

d) descrição do entorno da ZPE proposta.

III - certidão de ônus reais do imóvel, indicado para sediar a ZPE proposta, expedida por cartório de registro de imóveis competente, observado o prazo legal de validade.

IV - demonstração da disponibilidade de infraestrutura básica para atender à demanda criada pela ZPE por:

a) energia;

b) água;

c) tratamento de efluentes;

d) telecomunicação;

e) serviços disponíveis, tais como unidades de saúde, correios, rede bancária, estabelecimentos de ensino e capacitação profissional; e

f) transporte, ressaltando:

1. rotas de acesso da ZPE a portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados; e

2. deslocamento de cargas e funcionários.

V - relatório sobre as obras de infraestrutura a serem realizadas incluindo:

a) cronograma físico-financeiro das obras de implantação; e

b) orçamento detalhado do custo global da obra.

VI - planta baixa com indicação das vias de acesso e de circulação interna, bem como das áreas segregadas destinadas às instalações, estrutura e equipamentos para realização das atividades de fiscalização, vigilância e controle aduaneiros e, quando for o caso, de interesse da segurança nacional, fitossanitários e ambientais;

VII - comprovação da viabilidade de mobilização de recursos financeiros para cobertura dos custos exigidos para a implantação da ZPE;

VIII - indicação da forma de administração da ZPE, do modelo jurídico a ser adotado, da previsão da responsabilidade gerencial do empreendimento e da participação societária;

IX - declaração do órgão ambiental competente de que, sob o ponto de vista ambiental, a área escolhida pode ser utilizada para a instalação de indústrias;

X - termo de compromisso do Proponente, na forma do Anexo I, obrigando-se a:

a) solicitar, em tempo hábil, licenciamento ambiental junto ao órgão competente;

b) informar ao CZPE a administradora da ZPE, no prazo de 90 (noventa) dias após o ato de criação da ZPE, nos termos apresentados na proposta; e

c) não transferir, no caso da administradora, o domínio ou a posse de lotes da ZPE a qualquer título, exceto para empresas titulares de projetos já aprovados pelo CZPE nas condições estabelecidas na alínea "c" do inciso IX do § 1º do art. 1º do Decreto nº 6.814, de 6 de abril de 2009.

XI - estudo de viabilidade econômica que indique, ao menos:

a) características econômicas da região;

b) localização em área privilegiada para exportação;

c) potencial de exportação;

d) provável perfil das indústrias que se pretende atrair para a ZPE;

e) mercados potenciais das exportações;

f) capacidade de integração da ZPE com a economia local e regional; e

g) contribuição da ZPE para a redução dos desequilíbrios regionais, para o fortalecimento do balanço de pagamentos, para a promoção e difusão tecnológica e para o desenvolvimento econômico e social do País.

Parágrafo único. Qualquer alteração com respeito às características originariamente indicadas no inciso VIII deste art. 15, estará sujeita à nova deliberação do CZPE.

Art. 16. No caso de haver previsão de uso de recursos públicos para a implantação da ZPE, a comprovação de que trata o inciso VII do art. 15 deverá ser feita por meio do orçamento anual ou plano plurianual do ente federativo.

Art. 17. Para efeito de comprovação da disponibilidade da área destinada a sediar a ZPE, a certidão de que trata o inciso III do art. 15 deverá consignar como proprietário do imóvel o proponente ou a empresa administradora da ZPE.

Parágrafo único. Na hipótese em que o(s) imóvel(is) indicado(s) para sediar a ZPE esteja(m) em processo de desapropriação, o auto de imissão na posse, em favor do proponente, lavrado em cumprimento de decisão judicial exarada com fulcro no art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, será instrumento hábil para comprovar a disponibilidade da área.

Art. 18. Na hipótese de a ZPE ser administrada por empresa sob controle de capital privado, o proponente deverá promover o devido processo seletivo de caráter público.

Parágrafo único. O processo seletivo mencionado no caput deverá ser realizado previamente à criação da ZPE no caso de a empresa administradora ser proprietária do imóvel indicado para sediar a ZPE.

Art. 19. A Secretaria-Executiva do Ministério da Infraestrutura será consultada sobre a adequação da infraestrutura federal de transportes disponível para operação da ZPE proposta, inclusive para o escoamento ao exterior de cargas ali originadas.

Art. 20. A Secretaria-Executiva do CZPE, em razão das particularidades de cada caso, poderá solicitar outras informações além das relacionadas no presente Capítulo, bem como esclarecimentos em relação à documentação e às informações apresentadas.

Parágrafo único. O não atendimento da solicitação de que trata o caput no prazo de 30 (trinta) dias implicará no arquivamento do processo.

CAPÍTULO III

Administradora de Zona de Processamento de Exportação

Art. 21. A administradora da ZPE é a pessoa jurídica criada com a função específica de implantar e administrar a ZPE e, nessa condição, prestar serviços às empresas que ali se instalarem e auxiliar as autoridades aduaneiras.

Art. 22. A administradora será constituída por capital público, privado ou misto.

Art. 23. Cópia dos atos constitutivos da empresa administradora, com o seu respectivo número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, deverá ser encaminhada ao CZPE em até 90 (noventa) dias após a publicação do ato de criação da ZPE.

§ 1º As alterações no contrato ou estatuto social que importem em mudanças na composição societária, no controle acionário e na razão social, bem como as incorporações, fusões e cisões envolvendo a empresa administradora deverão ser comunicadas ao CZPE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua ocorrência.

§ 2º O CZPE, atendendo a circunstâncias relevantes, poderá prorrogar os prazos de que tratam o caput e o § 1º deste art. 23.

Art. 24. São atribuições e responsabilidades da administradora da ZPE:

I - manter articulação com os diversos órgãos públicos nas esferas municipal, estadual e federal, em especial com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e com a Secretaria-Executiva do CZPE;

II - comunicar aos órgãos competentes quaisquer irregularidades constatadas na ZPE;

III - iniciar as obras de implementação da estrutura da ZPE no prazo de até 48 (quarenta e oito) meses, contado da publicação do ato de criação da ZPE, observada eventual prorrogação de prazo concedida pelo CZPE;

IV - concluir as obras de implementação da estrutura da ZPE no prazo de até 12 (doze) meses, contado da data prevista para sua conclusão constante do cronograma físico-financeiro;

V - prover, sem custos para a administração pública, as instalações, a estrutura e equipamentos necessários para a realização das atividades de fiscalização, vigilância e controles aduaneiros, de interesse da segurança nacional, fitossanitários e ambientais;

VI - submeter, no prazo de até 90 (noventa) dias após sua constituição, projeto referente às determinações do CZPE e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia sobre:

a) fechamento da área;

b) sistema de vigilância e segurança a ser adotado pela administradora;

c) instalações e equipamentos adequados ao controle e administração aduaneiros;

d) vias de acesso à ZPE; e

e) fluxo de mercadorias, veículos e pessoas.

VII - manifestar-se acerca dos empreendimentos que pleiteiam instalação na ZPE, nos termos do §1º do art. 5º do Decreto nº 6.814, de 2009;

VIII - supervisionar e garantir a qualidade dos serviços de infraestrutura básica;

IX - manter a limpeza das áreas comuns da ZPE, assim como das suas vias de acesso;

X - administrar os lotes da ZPE;

XI - observar as normas relativas à preservação do meio ambiente, instruindo as empresas a fazerem o mesmo;

XII - atuar como depositária das mercadorias, sob controle aduaneiro, que receber na área da ZPE até a entrega definitiva à empresa ali instalada;

XIII - atuar, em conjunto com as empresas e agências governamentais, para a promoção das oportunidades econômicas da ZPE;

XIV - observar e zelar pela aplicação das normas e diretrizes relativas à ZPE;

XV - transferir o domínio ou a posse de lotes da ZPE somente para empresas titulares de projetos já aprovados pelo CZPE;

XVI - encaminhar, até o último dia útil de cada mês de janeiro, à Secretaria-Executiva do CZPE:

a) formulário de atualização cadastral da administradora da ZPE devidamente preenchido na forma do Anexo II desta Resolução;

b) fotos atualizadas, em meio magnético, enquanto estiverem em curso as obras de implantação da ZPE.

Parágrafo único. Para efeito do disposto nos incisos V e VI, será observada a Instrução Normativa RFB nº 952, de 2 de julho de 2009, e a Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011.

CAPÍTULO IV

Caducidade de ato que cria Zona de Processamento de Exportação

Art. 25. O ato de criação de ZPE caducará, conforme previsto no § 4º do art. 2° da Lei nº 11.508, de 2007:

I - se, no prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contado da publicação do decreto que criar a ZPE, a administradora da ZPE não tiver iniciado, efetivamente, as obras de implantação, de acordo com o cronograma físico-financeiro previsto na proposta de criação; ou

II - se as obras de implantação não forem concluídas, sem motivo justificado, no prazo de 12 (doze) meses, contado da data prevista para sua conclusão constante do cronograma físico-financeiro da proposta de criação.

§ 1º O ato de criação de ZPE já autorizada até 13 de outubro de 1994 caducará se, até 31 de dezembro de 2015, a administradora da ZPE não tiver iniciado, sem motivo justificado, as obras de implantação.

§ 2º Para fins de atendimento ao disposto no inciso I do caput, as obras serão consideradas efetivamente iniciadas a partir da execução de, no mínimo, 10% (dez por cento) do cronograma físico-financeiro.

§ 3º O CZPE poderá autorizar a prorrogação dos prazos previstos nos incisos I e II do caput e no § 1º deste art. 25.

§ 4º O cronograma físico-financeiro de que tratam os incisos I e II do caput será substituído por versão atualizada, caso seja autorizada a prorrogação de prazo na forma do § 3º.

Art. 26. O CZPE é o órgão competente para declarar a caducidade de ato de criação de ZPE nos termos do inciso VI do caput do art. 3º da Lei nº 11.508, de 2007.

Art. 27. A Secretaria-Executiva do CZPE é competente para acompanhar a instalação e a operação das ZPEs, a fim de assegurar o cumprimento das normas e regulamentos pertinentes e das condições estabelecidas das propostas aprovadas, relatando ao CZPE, nos termos do inciso IV do art. 7º do Decreto nº 9.933, de 20 de julho de 2019.

Art. 28. A administradora da ZE deverá enviar à Secretaria-Executiva do CZPE, em até 15 (quinze) dias após os prazos de que tratam os incisos I e II do caput do art. 25, os documentos de comprovação do início ou da conclusão das obras de instalação da ZPE, conforme arts. 29 e 30.

Art. 29. O início das obras de implantação da ZPE será atestado pela Secretaria-Executiva do CZPE, mediante vistoria no local, após a apresentação dos seguintes documentos pela administradora da ZPE:

I - cópia do Projeto de Engenharia para a construção da ZPE, que deverá estar em conformidade com a Instrução Normativa da RFB nº 952, de 2 de julho de 2009;

II - cronograma físico-financeiro de execução da obra; e

III - relatório discriminando recibos, notas fiscais ou outro documento idôneo que comprove os desembolsos relativos à execução de no mínimo 10% (dez por cento) do cronograma físico-financeiro.

Parágrafo único. No cronograma físico-financeiro de que trata o inciso II deste art. 29, os valores dos desembolsos poderão sofrer correção pelo Índice Nacional da Construção Civil - INCC, tendo como termo inicial a data de protocolo da proposta de criação da ZPE ou do requerimento de prorrogação, quando for o caso.

Art. 30. A conclusão das obras de implantação da ZPE será atestada pela Secretaria-Executiva do CZPE, mediante vistoria no local, após a apresentação dos seguintes documentos pela administradora da ZPE:

I - cronograma físico-financeiro de execução da obra; e

II - relatório discriminando recibos, notas fiscais ou outra documentação idônea que comprove os desembolsos relativos à execução de no mínimo 10% (dez por cento) do cronograma físico-financeiro.

Parágrafo único. No cronograma físico-financeiro de que trata o inciso I, os valores dos desembolsos poderão sofrer correção pelo INCC, tendo como termo inicial a data de protocolo da proposta de criação da ZPE ou do requerimento de prorrogação, quando for o caso.

Art. 31. A Secretaria-Executiva do CZPE terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da documentação completa exigida, para atestar o início ou conclusão das obras de implantação da ZPE, desde que cumpridos os requisitos legais.

Art. 32. No caso do não cumprimento dos requisitos legais para a instalação da ZPE, a Secretaria-Executiva do CZPE notificará o proponente e a administradora sobre a ocorrência das seguintes hipóteses:

I - não apresentação dos documentos comprovando início ou conclusão das obras no prazo determinado;

II - insuficiência de informações sobre o início ou conclusão das obras de instalação da ZPE; e

III - disparidade entre as informações apresentadas pela administradora e o apurado pela vistoria.

§1º Realizada a notificação, a administradora terá até 15 (quinze) dias para apresentar pedido de reconsideração à Secretaria-Executiva do CZPE.

§2º O pedido de reconsideração apresentado na forma prevista no §1º será pautado na reunião do CZPE subsequente à data do protocolo do pedido.

Art. 33. O CZPE decidirá sobre a caducidade do ato de criação da ZPE, devendo emitir ato declaratório por Resolução para efeito do inciso VI do caput do art. 3º da Lei nº 11.508, de 2007.

Parágrafo único. Quando declarada a caducidade do ato de criação da ZPE, caberá ao Ministro de Estado da Economia encaminhar exposição de motivos à Presidência da República relatando a ocorrência para fins de revogação do respectivo Decreto.

CAPÍTULO V

Autorização para instalação de empresa em Zona de Processamento de Exportação

Art. 34. Os projetos industriais e os requerimentos de instalação de empresa em ZPE deverão observar os procedimentos administrativos e cumprir os requisitos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 35. Compete ao CZPE deliberar sobre a aprovação de projeto industrial e a autorização para instalação de empresa em ZPE.

§ 1º Compete à Secretaria-Executiva do CZPE emitir parecer conclusivo sobre os projetos industriais e os requerimentos de instalação de empresa em ZPE com a finalidade de subsidiar a deliberação do CZPE.

§ 2º Os atos previstos no caput poderão ser praticados pelo presidente do CZPE ad referendum do Conselho.

Art. 36. A apreciação dos projetos industriais e dos requerimentos de instalação de empresa em ZPE será realizada de acordo com a ordem de protocolo no CZPE.

Art. 37. A Secretaria-Executiva do CZPE, em razão das particularidades de cada caso, poderá solicitar outras informações além das relacionadas no presente Capítulo, bem como esclarecimentos em relação à documentação e às informações apresentadas.

Parágrafo único. O não atendimento da solicitação de que trata o caput no prazo de 30 (trinta) dias implicará no arquivamento do processo.

Seção I

Projeto Industrial

Subseção I

Conceito

Art. 38. Projeto industrial é o conjunto de informações e documentos que permite ao CZPE avaliar se o empreendimento proposto é compatível com os objetivos que justificam a instituição do regime tributário, cambial e administrativo das ZPEs.

Art. 39. Somente projetos de empreendimentos que tenham por objeto principal a realização de atividade industrial serão admitidos para fins de habilitação ao regime das ZPEs.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Resolução, atividade industrial é caracterizada como qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo, tal como:

I - a que, exercida sobre matérias-primas ou produtos intermediários, importe na obtenção de espécie nova (transformação);

II - a que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto (beneficiamento);

III - a que consista na reunião de produtos, peças ou partes e de que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal (montagem);

IV - a que importe em alterar a apresentação do produto, pela colocação da embalagem, ainda que em substituição da original, salvo quando a embalagem colocada se destine apenas ao transporte da mercadoria (acondicionamento ou reacondicionamento); ou

V - a que, exercida sobre produto usado ou parte remanescente de produto deteriorado ou inutilizado, renove ou restaure o produto para utilização (renovação ou recondicionamento).

Art. 40. As operações de transformação, beneficiamento e montagem de partes e peças utilizadas na montagem de produtos finais poderão ser realizadas total ou parcialmente por encomenda da empresa industrial instalada em ZPE a terceiro autorizado, ou não, a operar no regime das ZPEs.

Subseção II

Classificação dos Projetos Industriais

Art. 41. Os projetos industriais classificam-se, quanto ao porte, em:

I - Projeto Simplificado para empresa que esteja enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; ou

II - Projeto Pleno para os empreendimentos não enquadrados no inciso I.

Art. 42. Os projetos industriais são classificados, quanto ao objeto, em:

I - Projeto para Implantação: quando objetivar a instalação de um novo empreendimento industrial em ZPE;

II - Projeto para Expansão: quando objetivar o aumento da capacidade de produção instalada; ou

III - Projeto para Diversificação: quando objetivar alterar a linha de produtos processados, introduzindo produto distinto dos que foram aprovados anteriormente.

§ 1º Somente quando o aumento da capacidade de produção instalada implicar em novas aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos ou equipamentos será exigida a apresentação do projeto de que trata o inciso II do caput.

§ 2º O projeto de que trata o inciso III do caput deverá ser apresentado mesmo quando não implique em novas aquisições de máquinas, aparelhos, instrumentos ou equipamentos.

Art. 43. Na hipótese de o produto aprovado anteriormente ter alterada sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, a empresa titular do projeto industrial deverá comunicar a Secretaria-Executiva do CZPE para que atualize a respectiva Resolução do CZPE.

Subseção III

Requisitos dos Projetos Industriais

Art. 44. Os projetos industriais devem atender aos seguintes requisitos:

I - apresentar as informações previstas nos roteiros constantes nos Anexos III, IV ou V desta Resolução, conforme a classificação do projeto quanto ao seu objeto;

II - apresentar declaração firmada pelo representante legal da administradora da ZPE à qual se destina, manifestando a aceitação do empreendimento;

III - apresentar autorização prévia do Comando do Exército quando contemple a produção, a importação ou a exportação de armas ou explosivos de qualquer natureza; e

IV - apresentar autorização prévia da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, quando contemple a produção, a importação ou a exportação de material radioativo.

Art. 45. O requerente poderá pleitear o tratamento sigiloso para informações cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos ou nas hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, comercial, profissional, industrial, bem como de operações e serviços no mercado de capitais e de segredo de justiça.

Art. 46. O interessado poderá submeter projeto industrial à deliberação do CZPE antes da constituição da pessoa jurídica que será responsável pela implantação do projeto.

§ 1º No prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de publicação da Resolução que aprovar projeto industrial, o interessado deverá constituir a pessoa jurídica de que trata o caput.

§ 2º No prazo de 30 (trinta) dias, contado da constituição da pessoa jurídica de que trata o caput, deverá ser apresentado ao CZPE o requerimento de instalação da empresa na ZPE, com a identificação do projeto industrial vinculado, acompanhado da informação e dos documentos de que tratam os itens III a VII do art. 49.

§ 3º A inobservância dos prazos referidos nos §§ 1º e 2º implicará na revogação do ato de aprovação do respectivo projeto.

§ 4º O CZPE, atendendo a circunstâncias relevantes, poderá prorrogar os prazos previstos nos §§ 1º e 2º.

Subseção IV

Parâmetros para Avaliação

Art. 47. Na análise técnica do projeto industrial, o CZPE adotará os seguintes parâmetros:

I - a orientação do empreendimento para o mercado externo;

II - a contribuição do empreendimento para o desenvolvimento regional;

III - a contribuição potencial do empreendimento para a difusão tecnológica; e

IV - as prioridades governamentais para os diversos setores da indústria nacional e da política econômica global, especialmente para as políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior.

Parágrafo único. No processo de avaliação dos projetos industriais, a recomendação técnica não considerará os parâmetros definidos nesta Resolução de forma isolada ou parcial.

Art. 48. A Secretaria-Executiva do CZPE, a fim de subsidiar a avaliação de aspectos determinados do projeto industrial, poderá solicitar a manifestação de outros órgãos.

Seção II

Requerimento de Instalação de Empresa

Subseção I

Empresa Industrial

Art. 49. São requisitos para uma empresa industrial obter autorização do CZPE para instalação em ZPE:

I - apresentar requerimento de instalação conforme modelo constante no Anexo VI;

II - estar vinculada a um projeto industrial aprovado pelo CZPE;

III - apresentar cópia dos atos constitutivos da pessoa jurídica que pretende se instalar em ZPE;

IV - informar o número de inscrição da empresa de que trata o caput no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

V - apresentar cópia do instrumento de procuração, quando cabível;

VI - apresentar termo de compromisso, firmado pelo representante legal da empresa industrial, perante o CZPE, conforme modelo constante no Anexo VII desta Resolução, que deverá:

a) auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, oitenta por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços;

b) fornecer as informações requeridas pela Secretaria-Executiva do CZPE no exercício de suas atividades regimentais de acompanhamento e avaliação das empresas instaladas em ZPE, e,

c) quando cabível, cumprir outras condições que, no exame do respectivo projeto industrial, tenham sido formuladas pelo CZPE.

VII - apresentar declaração conforme modelo constante no Anexo VIII desta Resolução, firmada pelo representante legal da empresa industrial, de ciência em relação à vedação legal de:

a) transferir para a ZPE plantas industriais já instaladas no País; e

b) constituir estabelecimento filial ou participação em outra pessoa jurídica localizada fora de ZPE.

Parágrafo único. Não serão autorizadas a se instalar em ZPE empresas que estejam inscritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou que tenham algum de seus sócios inscrito no referido Cadastro.

Art. 50. O ato que autorizar a instalação de empresa industrial em ZPE conterá:

I - a identificação da pessoa jurídica responsável pela implantação de determinado projeto industrial;

II - a relação dos produtos a serem fabricados acompanhados de sua classificação na Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM; e

III - o prazo pelo qual estará assegurado o tratamento instituído pela Lei nº 11.508, de 2007.

Art. 51. O CZPE poderá fixar em até 20 (vinte) anos o prazo de que trata o inciso III do caput do art. 50.

§ 1º Nos casos de investimento de grande vulto que exijam longos prazos de amortização, o prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado pelo CZPE por igual período.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, é considerado de grande vulto o investimento cujo montante total seja superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

§ 3º Os requisitos para a empresa obter a prorrogação do prazo de que trata o § 1º são:

I - apresentar requerimento de prorrogação dirigido ao Presidente do CZPE antes de esgotado o prazo original;

II - apresentar documentação que comprove a realização do investimento de grande vulto; e

III - estar adimplente com os compromissos assumidos no termo de que trata o inciso VI do caput do art. 49.

Art. 52. Quando o projeto industrial acompanhar a instrução de proposta de criação de uma nova ZPE, o início da vigência do prazo de que trata o inciso III do caput do art. 50 terá como termo inicial a publicação do ato de alfandegamento da ZPE pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

Art. 53. É permitido à empresa autorizada pelo CZPE instalar-se no lote que foi disponibilizado pela administradora da ZPE por meio de alienação, arrendamento, locação, cessão de uso ou outra modalidade congênere.

Parágrafo único. A empresa autorizada pelo CZPE a se instalar em ZPE só estará habilitada ao tratamento tributário, administrativo e cambial previsto na Lei nº 11.508, de 2007, após obter autorização da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia para operação no regime das ZPEs.

Art. 54. As alterações no contrato ou estatuto social que importem em mudanças na composição societária ou no controle acionário, na razão social, bem como as incorporações, fusões ou cisões envolvendo empresa industrial autorizada a se instalar em ZPE deverão ser comunicadas à Secretaria-Executiva do CZPE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua ocorrência.

Subseção II

Empresa Prestadora de Serviços

Art. 55. O CZPE poderá autorizar a instalação em ZPE de estabelecimento de empresa prestadora de serviços cuja presença contribua para:

I - otimizar a operação das pessoas jurídicas instaladas na ZPE; ou

II - a comodidade das pessoas físicas que circulam pela área da ZPE.

Parágrafo único. O CZPE poderá, a seu critério, delegar à administradora da ZPE a competência para expedir a autorização de que trata o caput.

Art. 56. A empresa prestadora de serviço a que se refere o art. 55:

I - não fará jus aos benefícios do regime tributário, cambial e administrativo estabelecido na Lei nº 11.508, de 2007; e

II - não poderá movimentar ou armazenar mercadoria adquirida ou importada ao amparo do regime tributário suspensivo de que trata o art. 6º-A da Lei nº 11.508, de 2007.

Art. 57. São requisitos para uma empresa prestadora de serviços obter autorização para instalação em ZPE:

I - apresentar requerimento informando quais serviços pretende oferecer, acompanhado de estimativa para a geração de postos de trabalho firmado pelo representante legal da empresa;

II - apresentar cópia dos atos constitutivos da pessoa jurídica que pretende se instalar em ZPE;

III - informar o número de inscrição no CNPJ da pessoa jurídica de que trata o caput; e

IV - apresentar declaração firmada pelo representante legal da administradora da ZPE à qual se destina, manifestando a aceitação do empreendimento.

Seção IV

Acompanhamento e Avaliação

Art. 58. Quando requisitado pela Secretaria-Executiva do CZPE, a empresa industrial autorizada a se instalar em ZPE fica obrigada a informar dados referentes às seguintes variáveis/rubricas:

I - mão-de-obra;

II - massa salarial;

III - produção;

IV - faturamento bruto;

V - exportação;

VI - vendas para outras empresas autorizadas a operar no regime das ZPEs;

VII - importação;

VIII - investimento;

IX - dispêndio com aquisição de insumos e serviços no âmbito estadual, nacional e total; e

X - tributos recolhidos no âmbito municipal, estadual e nacional.

§ 1º Os dirigentes da empresa industrial autorizada a se instalar em ZPE respondem pela autenticidade e a veracidade dos dados apresentados.

§ 2º A empresa industrial autorizada a se instalar em ZPE poderá pleitear o tratamento sigiloso para informações apresentadas à Secretaria-Executiva do CZPE quando sua divulgação puder representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos ou nas hipóteses de sigilo previstas na legislação, como fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, profissional, industrial e segredo de justiça.

§ 3º Os dados agregados poderão ser divulgados a título de prestação de contas para a sociedade, ainda que individualmente estejam protegidos na forma do § 2º deste art. 58.

Art. 59. A empresa que esteja enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, está dispensada de apresentar as informações de que tratam os incisos IX e X do caput do art. 58.

Seção V

Disposições Gerais

Art. 60. É permitida a incorporação de bens usados ao ativo imobilizado da empresa.

Parágrafo único. É vedada a instalação em ZPE de empresa cujo projeto industrial evidencie a simples transferência de plantas industriais já instaladas no País.

Art. 61. A empresa industrial instalada em ZPE não poderá constituir filial ou participar de outra empresa jurídica localizada fora dos limites da ZPE.

§ 1º Durante o período de instalação da planta industrial em ZPE, a empresa autorizada a se instalar em ZPE poderá manter, fora de seus limites, estabelecimento do tipo Unidade Auxiliar, dedicado exclusivamente às funções de apoio administrativo ou técnico.

§ 2º Concluída a instalação da planta industrial em ZPE, as atividades do estabelecimento de que trata o § 1º deverão ser encerradas e sua inscrição no CNPJ baixada.

Art. 62. O CZPE poderá, por meio da mesma Resolução que aprovar o projeto industrial, autorizar também a instalação da empresa responsável pela sua implantação, quando houver o atendimento concomitante aos requisitos estabelecidos nos artigos 44 e 49, observados os parâmetros de que trata o art. 47.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 63. A documentação relativa às propostas de criação de ZPE, aos projetos industriais e aos requerimentos de instalação de empresa em ZPE, aos procedimentos de caducidade de ato de criação de ZPE e aos demais expedientes dirigidos ao CZPE deverão ser enviados:

I - por via postal para a Secretaria-Executiva do CZPE;

II - por meio do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Economia SEI/ME; ou

III - por meio do Protocolo Digital

§1º As correspondências deverão ser endereçadas ao Ministério da Economia, Secretaria-Executiva do CZPE, Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Brasília - DF, CEP 70053-900.

§2º A tempestividade das informações e documentação enviadas por via postal será aferida, para fins de observância aos prazos previstos nesta Resolução, pela data da postagem na origem.

§3º O acesso ao SEI/ME dar-se-á mediante cadastro por parte do pleiteante no perfil de usuário externo.

§4º Após o cadastro no SEI/ME, será permitido ao pleiteante constituir representante legal para ter acesso ao sistema em seu nome.

§5º Para envio de documentação por meio do Protocolo Digital, cadastro prévio deverá ser realizado no portal "gov.br".

Art. 64. Os casos omissos serão resolvidos pelo CZPE.

Art. 65. Ficam revogadas a Resolução CZPE nº 5, de 1º de setembro de 2009; a Resolução CZPE nº 2, de 15 de maio de 2009; a Resolução CZPE nº 1, de 26 de maio de 2010; a Resolução CZPE nº 8, de 28 de junho de 2010; e a Resolução CZPE nº 14, de 29 de novembro de 2018.

Art. 66. Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de setembro de 2021.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO

O.....representado(s) (Estado ou Município) pelo ..... (Governador ou Prefeito) perante o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, tendo em vista a criação da Zona de Processamento de Exportação de ..... e o disposto no art. 1º, inciso IX, alínea a, b e c, do Decreto nº 6.814, de 06 de abril de 2009, compromete-se a: a) solicitar, em tempo hábil, o Licenciamento Ambiental junto ao ..... (órgão competente); b) informar ao CZPE, no prazo máximo de noventa dias após o ato de criação da ZPE, a Administradora da ZPE que, nessa condição, prestará serviços a empresas que nela vierem a se instalar e dará apoio e auxílio às autoridades aduaneiras; c) não permitir a transferência, a qualquer título, do domínio ou da posse de lotes que integrarão a Zona de Processamento de Exportação, pela respectiva Administradora, exceto às empresas titulares de projetos já aprovados pelo CZPE, mediante escritura que contenha cláusula resolutória nas hipóteses de:

1. Descumprimento do prazo máximo de noventa dias para o início das obras de instalação do estabelecimento industrial;

2. Descumprimento do prazo previsto para o término das obras de instalação do estabelecimento industrial;

3. Cessão de direitos sobre o imóvel ou sobre o projeto, salvo quando expressamente autorizada pelo CZPE.

.....[LOCAL....., ...[DATA.....

_____

[ASSINATURA E NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Denominação da ZPE:

Município/Estado:

Empresa Administradora:

Local e Data:

I - Atos Constitutivos da Empresa Administradora

a) A Empresa Administradora foi constituída.

( )Sim ( )Não

b) Houve alteração no estatuto/contrato social da Empresa Administradora desde a última atualização cadastral.

( ) Sim ( ) Não

c) Modelo adotado pela Empresa Administradora:

( ) Empresa Pública ( )Empresa Privada ( )Sociedade de Economia Mista

d) Cópias dos documentos encaminhados à SE/CZPE:

( ) Lei Autorizativa

( ) Estatuto/Contrato Social

( ) Alteração do Estatuto/Contrato Social

( ) Registro na Junta Comercial

( ) CNPJ

( ) Outros

II - Licenciamentos da ZPE

a) Licença Ambiental Prévia Expedida.

( ) Sim ( ) Não

b) Licença Ambiental de Instalação Expedida.

( ) Sim ( ) Não

c) Licença Ambiental de Operação Expedida.

( ) Sim ( ) Não

III- Alfandegamento da ZPE

a) Houve manifestação da RFB quanto ao projeto preliminar de alfandegamento .

( )Sim( ) Não

b) RFB expediu ato de alfandegamento .

( ) Sim( ) Não

IV- Obras de Implantação da ZPE

a) Situação das obras:

( )em andamento

( )concluídas

( ) paralisadas em razão de _____

b) Cronograma físico-financeiro:

( )execução adiantada

( )execução em dia

( )execução atrasada em _____ dias.

c) Investimentos realizados (acumulado até o mês em curso) - R$_____

V - Atração de Investimentos

a) Potenciais investidores contatados:

Nome da Empresa	Setor/Produto	Origem (País)

b) Investidores que solicitaram instalação:

Nome da Empresa	Setor/Produto	Origem (País)

VI- Outras informações

VII - Responsável pelas Informações

Nome:	Assinatura:
Cargo/Função:	
E-mail:	Telefone:

ANEXO III

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO INDUSTRIAL PARA IMPLANTAÇÃO (SIMPLIFICADO E PLENO)

Observações:

- os projetos simplificados estão dispensados de apresentar os dados assinalados com asterisco (*);

- o presente roteiro não constitui impeditivo à apresentação, por parte do responsável pelo projeto, de outras informações complementares julgadas relevantes para avaliação de seu projeto industrial;

- o responsável pelo projeto poderá requerer tratamento sigiloso para informação ou documento que contenha segredo comercial e/ou industrial, nos termos do artigo 22 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

1) IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

A empresa responsável pela implantação do projeto encontra-se constituída.

( ) SIM

Dados da empresa responsável

Razão Social:

CNPJ:

Representante Legal:

Endereço de correspondência:

Telefone: ( )

Endereço eletrônico:

( ) NÃO

Dados do interessado

Razão Social/Nome:

CNPJ/CPF:

Representante Legal (quando cabível):

Endereço de correspondência:

Telefone: ( )

Endereço eletrônico:

2) RELAÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM FABRICADOS

Descrição (1)	NCM	Capacidade Produtiva Anual

(1) Informar o nome comercial, ou técnico, pelo qual o produto é conhecido.

3) RELAÇÃO DOS SUBPRODUTOS OU RESÍDUOS COM POSSÍVEL DESTINAÇÃO COMERCIAL

Descrição (1)	NCM	Capacidade Produtiva Anual

(1) Informar o nome comercial, ou técnico, pelo qual o produto é conhecido.

4) RELAÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS, PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS E MATERIAIS DE EMBALAGEM UTILIZADOS NO PROCESSO PRODUTIVO

Descrição	NCM (*)	Consumo Anual (Quantidade)	Consumo Anual(Valor)	Origem (1)

(1) Informar a Unidade Federativa ou o país de origem.

5) DESCRIÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO

Apresentar descrição resumida do processo produtivo adotado por linha de produto. Quando cabível, especificar quais etapas serão objeto de industrialização sob encomenda

.

6) GERAÇÃO DE EMPREGO

Ocupação	Quantidade de Postos de Trabalho
Operação	
Administração	
Implantação (*)	

Qualificação	Quantidade de Postos de Trabalho
Ensino Fundamental Incompleto	
Ensino Fundamental Completo	
Ensino Médio Completo	
Ensino Superior Completo	

Massa Salarial Anual	

7) AÇÕES DE CAPACITAÇÃO (*)

Informar eventuais iniciativas de capacitação programadas para serem realizadas pela empresa, ou por meio de parcerias, para treinamento e a qualificação dos funcionários.

8) INVESTIMENTO

8.1) MÁQUINAS, APARELHOS, INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS - NOVOS

Descrição	NCM (*)	Quantidade	Valor	Origem (1)

(1) Informar a Unidade Federativa ou o país de origem.

8.2) MÁQUINAS, APARELHOS, INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS - USADOS

Descrição	NCM (*)	Quantidade	Valor	Origem (1)

(1) Informar a Unidade Federativa ou o país de origem.

8.3) OUTROS INVESTIMENTOS

Discriminação	Valor
Projetos / Estudos	
Terreno	
Construção Civil (1)	
Móveis / Utensílios	
Outros (2)	

(1) Inclui terraplenagem, edificações e outras obras de infraestrutura física.

(2) Exclui bens informados nos quadros 8.1 e 8.2. Inclui ativo intangível e demais investimentos.

9) ÁREA A SER OCUPADA

Área Construída	
Área Total	

10) CRONOGRAMA (*)

Apresentar cronograma físico-financeiro do empreendimento (terreno, construção civil, instalações, máquinas e equipamentos, veículos, móveis e utensílios e capital de giro associado).

11) FONTES DE FINANCIAMENTO

Fonte	Valor
Recursos Próprios	
Financiamento Estrangeiro (*)	
Bancos Comerciais Privados (*)	
Bancos Comerciais Públicos (*)	
Bancos Oficiais de Desenvolvimento (*)	
Outras Fontes	

12) PROJEÇÃO PARA AS VENDAS

Descrição do Produto / Serviço	Mercado Externo (Valor)	Empresas em ZPE (1) (Valor)	Mercado Interno (2) (Valor)

(1) Vendas para outras empresas autorizadas a operar no regime de ZPE.

(2) Vendas de mercado interno, excluídas as realizadas para empresas autorizadas a operar no regime de ZPE.

13) CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

Informar quais são os mercados-alvo que se pretende alcançar (países de destino) e quais são os canais de distribuição para comercialização nestes mercados.

14) TRANSPORTE

Indicar o(s) modal(is) de transporte a ser(em) empregado(s) para o escoamento da produção, detalhando a rota ser percorrida até o ponto de embarque.

15) EXPERIÊNCIA PRÉVIA

Descrever eventual experiência prévia do responsável pelo projeto com comércio exterior. Informar, quando cabível, relacionamento comercial prévio com importador interessado no produto a ser processado na ZPE.

16) ADENSAMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVAS (*)

Detalhar o grau de aproveitamento dos fatores de produção já existentes na região de influência da ZPE, relatando a possibilidade de desenvolvimento de parcerias com prestadores de serviços e fornecedores locais de matéria-prima e outros insumos.

17) DIFUSÃO TECNÓLOGICA (*)

Informar, quando cabível, as principais inovações tecnológicas a serem incorporadas no produto e/ou no processo produtivo. Relatar, quando cabível, a perspectiva de estabelecimento de parcerias com instituições ou empresas para aprimoramento, desenvolvimento ou transferência de novas tecnologias, bem como outras iniciativas associadas à contribuição do empreendimento para a difusão tecnológica.

.....[LOCAL]....., ...[DATA].....

_____

[ASSINATURA E NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

ANEXO IV

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO INDUSTRIAL PARA EXPANSÃO (SIMPLIFICADO E PLENO)

Observações:

- os projetos simplificados estão dispensados de apresentar os dados assinalados com asterisco (*);

- o presente roteiro não constitui impeditivo à apresentação, por parte do responsável pelo projeto, de outras informações complementares julgadas relevantes para avaliação de seu projeto industrial;

- o responsável pelo projeto poderá requerer tratamento sigiloso para informação ou documento que contenha segredo comercial e/ou industrial, nos termos do artigo 22 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

1) IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Dados da empresa

Razão Social:

CNPJ:

Representante Legal:

Endereço de correspondência:

Telefone: ( )

Endereço eletrônico:

2) RELAÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM FABRICADOS (1)

Descrição (2)	NCM	Capacidade Produtiva/Ano Atual	Capacidade Produtiva/Ano Futura

(1) Informar a linha completa de produtos, incluindo aqueles cuja capacidade de produção não será alterada.

(2) Informar o nome comercial, ou técnico, pelo qual o produto é conhecido.

3) RELAÇÃO DOS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS COM POSSÍVEL DESTINAÇÃO COMERCIAL (1)

Descrição (2)	NCM	Capacidade Produtiva/Ano Atual	Capacidade Produtiva/Ano Futura

(1) Informar a relação completa de subprodutos e resíduos, incluindo aqueles cuja capacidade de produção não será alterada.

(2) Informar o nome comercial, ou técnico, pelo qual o produto é conhecido.

4) CONSUMO ADICIONAL DE MATÉRIAS-PRIMAS, PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS E MATERIAIS DE EMBALAGEM UTILIZADOS NO PROCESSO PRODUTIVO

Descrição	NCM (*)	Consumo Anual (1) (Quantidade)	Consumo Anual (1) (Valor)	Origem (2)

(1) Informar o acréscimo de consumo dos referidos insumos decorrente da expansão projetada para a produção.

(2) Informar a Unidade Federativa ou o país de origem.

5) GERAÇÃO DE EMPREGO

Ocupação	Quantidade de Postos de Trabalho - Atual	Quantidade de Postos de Trabalho - Futura
Operação		
Administração		
Implantação (*)		

Qualificação	Quantidade de Postos de Trabalho - Atual	Quantidade de Postos de Trabalho - Futura
Ensino Fundamental Incompleto		
Ensino Fundamental Completo		
Ensino Médio Completo		
Ensino Superior Completo		

	Atual	Futura
Massa Salarial Anual		

6) INVESTIMENTO ADICIONAL

6.1) MÁQUINAS, APARELHOS, INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS - NOVOS

Descrição	NCM (*)	Quantidade	Valor	Origem (1)

(1) Informar a Unidade Federativa ou o país de origem.

6.2) MÁQUINAS, APARELHOS, INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS - USADOS

Descrição	NCM (*)	Quantidade	Valor	Origem (1)

(1) Informar a Unidade Federativa ou o país de origem.

6.3) OUTROS INVESTIMENTOS

Discriminação	Valor

7) CRONOGRAMA (*)

Apresentar cronograma físico-financeiro das obras de expansão.

8) FONTES DE FINANCIAMENTO

Fonte	Valor
Recursos Próprios	
Financiamento Estrangeiro (*)	
Bancos Comerciais Privados (*)	
Bancos Comerciais Públicos (*)	
Bancos Oficiais de Desenvolvimento (*)	
Outras Fontes	

9) PROJEÇÃO PARA ACRÉSCIMO NAS VENDAS

Descrição do Produto / Serviço	Mercado Externo (Valor)	Empresas em ZPE (1) (Valor)	Mercado Interno (2) (Valor)

(1) Vendas para outras empresas autorizadas a operar no regime de ZPE.

(2) Vendas de mercado interno, excluídas as realizadas para empresas autorizadas a operar no regime de ZPE.

.....[LOCAL]....., ...[DATA].....

_____

[ASSINATURA E NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO V

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO INDUSTRIAL PARA DIVERSIFICAÇÃO DA LINHA DE PRODUTOS

(SIMPLIFICADO E PLENO)

Observações:

- os projetos simplificados estão dispensados de apresentar os dados assinalados com asterisco (*);

- o presente roteiro não constitui impeditivo à apresentação, por parte do responsável pelo projeto, de outras informações complementares julgadas relevantes para avaliação de seu projeto industrial;

- o responsável pelo projeto poderá requerer tratamento sigiloso para informação ou documento que contenha segredo comercial e/ou industrial, nos termos do artigo 22 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

1) IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Dados da empresa

Razão Social:

CNPJ:

Representante Legal:

Endereço de correspondência:

Telefone: ( )

Endereço eletrônico:

2) RELAÇÃO DOS PRODUTOS A SEREM FABRICADOS (1)

Descrição (2)	NCM	Capacidade Produtiva/Ano Atual	Capacidade Produtiva/Ano Futura

(1) Informar a linha completa de produtos, incluindo aqueles que já se encontram em produção.

(2) Informar o nome comercial, ou técnico, pelo qual o produto é conhecido.

3) RELAÇÃO DOS SUBPRODUTOS E RESÍDUOS COM POSSÍVEL DESTINAÇÃO COMERCIAL (1)

Descrição (2)	NCM	Capacidade Produtiva/Ano Atual	Capacidade Produtiva/Ano Futura

(1) Informar a relação completa de subprodutos e resíduos, incluindo aqueles que já se encontram em produção.

(2) Informar o nome comercial, ou técnico, pelo qual o produto é conhecido.

4) CONSUMO ADICIONAL DE MATÉRIAS-PRIMAS, PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS E MATERIAIS DE EMBALAGEM UTILIZADOS NO PROCESSO PRODUTIVO

Descrição	NCM (*)	Consumo Anual (1) (Quantidade)	Consumo Anual (1) (Valor)	Origem (2)

(1) Informar o acréscimo de consumo dos referidos insumos para a produção dos novos produtos.

(2) Informar a Unidade Federativa ou o país de origem.

5) DESCRIÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO

Apresentar descrição resumida do processo produtivo dos novos produtos. Quando cabível, especificar quais etapas serão objeto de industrialização sob encomenda.

6) GERAÇÃO DE EMPREGO

Ocupação	Quantidade de Postos de Trabalho - Atual	Quantidade de Postos de Trabalho - Futura
Operação		
Administração		
Implantação (*)		

Qualificação	Quantidade de Postos de Trabalho - Atual	Quantidade de Postos de Trabalho - Futura
Ensino Fundamental Incompleto		
Ensino Fundamental Completo		
Ensino Médio Completo		
Ensino Superior Completo		

	Atual	Futura
Massa Salarial Anual		

7) INVESTIMENTO ADICIONAL

7.1) MÁQUINAS, APARELHOS, INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS - NOVOS

Descrição	NCM (*)	Quantidade	Valor	Origem (1)

(1) Informar a Unidade Federativa ou o país de origem.

7.2) MÁQUINAS, APARELHOS, INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS - USADOS

Descrição	NCM (*)	Quantidade	Valor	Origem(1)

(1) Informar a Unidade Federativa ou o país de origem.

7.3) OUTROS INVESTIMENTOS

Discriminação	Valor

8) CRONOGRAMA (*)

Apresentar cronograma físico-financeiro das obras para alteração da linha de produtos.

9) FONTES DE FINANCIAMENTO

Fonte	Valor
Recursos Próprios	
Financiamento Estrangeiro (*)	
Bancos Comerciais Privados (*)	
Bancos Comerciais Públicos (*)	
Bancos Oficiais de Desenvolvimento (*)	
Outras Fontes	

10) PROJEÇÃO PARA ACRÉSCIMO NAS VENDAS

Descrição do Produto / Serviço	Mercado Externo (Valor)	Empresas em ZPE(1) (Valor)	Mercado Interno(2) (Valor)

(1) Vendas para outras empresas autorizadas a operar no regime de ZPE.

(2) Vendas de mercado interno, excluídas as realizadas para empresas autorizadas a operar no regime de ZPE.

.....[LOCAL]....., ...[DATA].....

_____

[ASSINATURA E NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

ANEXO VI

MODELO PARA ELABORAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INSTALAÇÃO DE EMPRESA INDUSTRIAL

_____[RAZÃO SOCIAL]_____, pessoa jurídica regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____, com sede _____ [ENDEREÇO]_____, neste ato representada por seu representante legal, _____ [NOME] _____,_____ [NACIONALIDADE] _____, _____ [CARGO/FUNÇÃO] _____, inscrito no CPF sob o n°_____, residente e domiciliado _____[ENDEREÇO]_____, na melhor forma do seu contrato social, vem por meio deste REQUERER ao Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação autorização de instalação na Zona de Processamento de Exportação de _____[NOME DA ZPE]_____ da planta industrial destinada a produzir _____[PRODUTO]_____ em conformidade com o projeto industrial:

( ) aprovado pela Resolução CZPE nº _____, de _____

( ) em anexo.

Também SOLICITO ao Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação que seja assegurado o tratamento instituído na Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, pelo prazo de _____ anos.

.....[LOCAL]....., ...[DATA].....

_____

[ASSINATURA E NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

ANEXO VII

TERMO DE COMPROMISSO

_____[RAZÃO SOCIAL]_____, pessoa jurídica regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____, com sede _____[ENDEREÇO]_____, neste ato representada por seu representante legal, _____[NOME]_____,_____[NACIONALIDADE]_____, _____[CARGO/FUNÇÃO]_____, inscrito no CPF sob o n°_____, residente e domiciliado _____[ENDEREÇO]_____, na melhor forma do seu contrato social, vem por meio deste assumir o compromisso perante o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação de:

I - auferir e manter, por ano-calendário, receita bruta decorrente de exportação para o exterior de, no mínimo, oitenta por cento de sua receita bruta total de venda de bens e serviços;

II - fornecer as informações requeridas pela Secretaria-Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação no exercício de suas atividades regimentais de acompanhamento e avaliação das empresas instaladas em ZPE;

III - cumprir as seguintes condições formuladas pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação: ..... [PREENCHER SE CABÍVEL]..... .

A receita bruta será considerada depois de excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre as vendas.

O percentual de receita bruta decorrente de exportação será apurado a partir do ano-calendário subsequente ao do início da efetiva entrada em funcionamento do projeto, em cujo cálculo será incluída a receita bruta auferida no primeiro ano-calendário de funcionamento.

A receita auferida com eventuais vendas para empresa autorizada a operar em ZPE será considerada receita bruta decorrente de venda de mercadoria para o mercado externo para fins de cumprimento do compromisso de que trata o item I.

Declara, ainda, que está ciente de que o não cumprimento das obrigações previstas neste Termo acarretará a imposição das penalidades previstas na legislação vigente.

.....[LOCAL]....., ...[DATA].....

_____

[ASSINATURA E NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

_____[RAZÃO SOCIAL]_____, pessoa jurídica regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____, com sede _____[ENDEREÇO]_____, neste ato representada por seu representante legal, _____[NOME]_____,_____[NACIONALIDADE]_____, _____[CARGO/FUNÇÃO]_____, inscrito no CPF sob o n°_____, residente e domiciliado _____[ENDEREÇO]_____, na melhor forma do seu contrato social, declara estar ciente das vedações estabelecidas nos artigos 5º e 9º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, relativas à:

I - transferência para a ZPE de plantas industriais já instaladas no País; e

II - constituição de estabelecimento filial ou de participação em outra pessoa jurídica localizada fora de ZPE.

.....[LOCAL]....., ...[DATA].....

_____

[ASSINATURA E NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PAUTA DA 452ª SESSÃO DE JULGAMENTO
A SER REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2021

A ser realizada nas datas a seguir mencionadas, nos termos do inciso II do artigo 20-C do Regimento Interno do CRSFN, com a redação dada pela Portaria nº 211, de 13 de maio de 2020, na modalidade de videoconferência.

EM 14 DE SETEMBRO DE 2021, TERÇA-FEIRA, ÀS 09H30MIN E EM 15 DE SETEMBRO DE 2021, ÀS 09H30MIN,

CASO OS TRABALHOS NÃO SEJAM FINALIZADOS NO PRIMEIRO DIA.

Relator: Haroldo Mavignier Guedes Alcoforado

001) 10372.100055/2021-87 - Recurso CVM

Tipo da Matéria: Falha de responsabilidade do administrador

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Joesley Mendonça Batista (Recorrente), Wesley Mendonça Batista (Recorrente), Francisco Satiro (OAB/SP 129.791) (Advogado) e Luiz Henrique de Carvalho Vieira (OAB/SP 246.328) (Advogado).

Relator: Álvaro Affonso Mendonça

002) 10372.100280/2019-07 - Recurso SUSEP

Tipo da Matéria: Prevenção à lavagem de dinheiro

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Mário Urbinati (Recorrente) e Rogério Carmona Bianco (OAB/SP 156.388) (Advogado).

Relatora: Ana Paula Zanetti de Barros Moreira

003) 10372.100231/2019-66 - Recurso CVM

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Marcelo Impellizieri de Moraes Bastos (Recorrente) e Ricardo Bueno Saab (Recorrente) e Fabiano Jantalia Barbosa (OAB/DF 22.232) (Advogado).

004) 10372.100037/2018-08 - Recurso CVM

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Marcelo Impellizieri de Moraes Bastos (Recorrente) e Ricardo Bueno Saab (Recorrente) e Fabiano Jantalia Barbosa (OAB/DF 22.232) (Advogado).

005) 10372.100224/2019-64 - Recurso CVM

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Guilherme Brito de Azeredo Lopes (Recorrente), Marcelo Impellizieri de Moraes Bastos (Recorrente), Paulo Henrique Barrozo Fabbriani (Recorrente), Alex Corrêa Lima (OAB/RJ 81.405) (Advogado), Fabiano Jantalia Barbosa (OAB/DF 22.232) (Advogado) e Jayme Rodrigo do Vale Cuntin Perez (OAB/RJ 67.002) (Advogado).

006) 10372.000123/2016-41 - Recurso BCB

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Claudine Spiero (Recorrente) e Thiago Luiz Pontarolli (OAB/PR 47.488) (Advogado).

Relator: Sérgio Cipriano dos Santos

007) 11893.100265/2018-53 - Recurso COAF

Tipo da Matéria: Prevenção à lavagem de dinheiro

Partes: Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Recorrido), Aroldo Juliano Pietta (Recorrente), Fernando Antônio Duarte Canabarro (Recorrente), Luiz Roberto de Andrade Novaes (Recorrente), Panambra Sul Comércio de Veículos Ltda. (92.749.647/0001-39) (Recorrente) e Antonio Carlos Tovo (OAB/RS 65.337) (Advogado).

008) 10372.100189/2019-83 - Recurso BCB

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), MSM Administração e Participações S.A. (atual denominação de Previbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) (06.917.793/0001-94) (Recorrente) e Ivo Marques de Lima (OAB/RJ 2.535-A) (Advogado).

009) 10372.100230/2019-11 - Recurso CVM

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Franceschina Libonati Pettenati (Recorrente), João Verner Juenemann (Recorrente), Otavio Ricardo Pettenati (Recorrente), Ottavio Pettenati (Recorrente), Theodoro Firmbach (Recorrente), Zulmar Neves (Recorrente) e Eli Loria (OAB/SP 316.727) (Advogado).

010) 10372.100265/2019-51 - Recurso CVM

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (33.868.597/0001-40) e Marcelo Trindade (OAB/RJ 67.729) (Advogado).

011) 10372.100335/2019-71 - Recurso CVM

Tipo da Matéria: Fraude contábil ou irregularidade contábil

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Antonio Carlos Romanoski (Recorrente), Miguel Alberto Ignatios (Recorrente), Rudy Paulo Gonçalves Neves (Recorrente), Guilherme Lachowski de Oliveira (OAB/SC 33.404) (Advogado) e Hilton Ricardo Probst (OAB/PR 13.260) (Advogado).

012) 10372.100005/2021-08 - Recurso BCB

Tipo da Matéria: Contas de Deposito Irregulares

Partes: Banco Central do Brasil (Recorrido), Banco do Brasil (00.000.000/0001-91) (Recorrente), José Carlos Reis da Silva (Recorrente), Aline Crivelari (OAB/SP 230.844) (Advogada).

Relator: Thiago Paiva Chaves

013) 08224.000267/2019-01 - Recurso COAF

Tipo da Matéria: Prevenção à lavagem de dinheiro

Partes: Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Recorrido), Adefábio Dayson Andrade Gomes (Recorrente), Paris Dakar Multimarcas Comércio e Corretagem de Veículos Ltda (09.310.300/0001-41) (Recorrente) e Nelson Bruno do Rêgo Valença (OAB/CE 15.783) (Advogado).

014) 10372.100055/2020-04 - Recurso CVM

Tipo da Matéria: Omissão ou falha na divulgação de informações relevantes

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Celso Luiz Lanzoni (Recorrente), Fabíola Pimpão Ferraz (Recorrente) e Daniel Müller Martins (OAB/PR 29.308) (Advogado).

Relator: Rui Fernando Ramos Alves

015) 10372.100180/2020-14 - Recurso CVM

Tipo da Matéria: Atuação irregular

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), José Luiz Hirota (Recorrente), MH Inn Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (16.559.115/0001-50) (Recorrente), Cláudio Coelho de Souza Trimm (OAB/DF 16.885) (Advogado) e Thayane Costa Geraldo Bordallo (OAB/DF 49.876) (Advogada).

Relator: Pedro Frade de Andrade

016) 10372.100048/2020-02 - Recurso CVM

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Carlos Leslie Almiron Hazell (Recorrente), Helio Luiz Fiuza Lima (Recorrente), João Pedro Campos de Andrade Figueira (Recorrente), José Ricardo Tostes Nunes Martins (Recorrente), Nanci Turibio Guimarães (Recorrente), Raphael de Melo Tavora Vargas Franco Neto (Recorrente), Sérgio Augusto Martino Meniconi (Recorrente), Rodrigo Dunshee de Abranches (OAB/RJ 70.914) (Advogado) e Daniel Bar (OAB/RJ 100.702) (Advogado).

017) 10372.100112/2020-47 - Recurso CVM

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), João Paulo do Amaral Braga (Recorrente) e Renato Paulino Carvalho Filho (OAB/RJ 32.500) (Advogado).

018) 10372.100240/2019-57 - Recurso CVM

Tipo da Matéria: Descumprir os deveres legais e estatutários de conselho de administração/fiscal

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Ernani Catalani Filho (Recorrente), José Manoel Joaquim (Recorrente), Alexandre Atiê Murad (OAB/SP 252.718) (Advogado) e Cleverton Elias Vieira (OAB/SC 20.546) (Advogado).

019) 10372.100267/2019-40 - Recurso CVM

Tipo da Matéria: Falha de responsabilidade do administrador

Partes: Comissão de Valores Mobiliários (Recorrida), Gilberto Barreto da Costa Pereira (Recorrente), José Manoel Joaquim (Recorrente), João Eduardo de Nadal (OAB/SC 28.766) (Advogado) e Cleverton Elias Vieira (OAB/SC 20.546) (Advogado).

Total de processos: 19 (dezenove).

a) ADITAMENTOS / RETIRADA DE PAUTA: Recomenda-se consulta sistemática ao Diário Oficial da União e ao sítio eletrônico do CRSFN, página "Pautas de Julgamento" (https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados-do-me/crsfn/sessoes), para verificar se foi eventualmente publicado aditamento à pauta desta sessão no prazo regimental ou se restou efetuada anotação sobre processos retirados de pauta, até o dia útil imediatamente anterior à data da sessão, os quais serão objeto de julgamento em data futura.

b) SUSPENSÃO DOS TRABALHOS: Salientamos o disposto no § 3º do art. 22 do Regimento Interno do CRSFN, aprovado pela Portaria MF nº 68, de 26 de fevereiro de 2016: "Nos casos em que se tornar impossível julgar todos os processos da pauta ou quando não se concluir o julgamento na data designada, fica facultado ao Presidente suspender a sessão e reiniciá-la no dia útil subsequente, independentemente de nova convocação e publicação".

c) ACOMPANHAMENTO DA SESSÃO E PEDIDOS DE SUSTENTAÇÃO ORAL E/OU DE PREFERÊNCIA NA ORDEM DE JULGAMENTO - Conforme Portaria nº 7.891, de 20 de março de 2020, na redação dada pela portaria nº 17.304 de 21 de julho de 2020:

"Art. 1 (...)

§2º É indispensável a inscrição pelo formulário eletrônico disponibilizado na página do CRSFN na internet, até 24 horas antes do dia da sessão:

I - das partes, advogados habilitados e demais legitimados que desejarem realizar sustentação oral por videoconferência;

II - dos interessados em acompanhar a sessão do CRSFN na condição exclusiva de ouvinte, até o limite de capacidade da ferramenta de tecnologia utilizada pelo CRSFN, dispensando-se tal providência caso seja divulgado na página do CRSFN na internet link para a transmissão da sessão em tempo real pela internet.;

§3º Os pedidos de sustentação oral e de acompanhamento da sessão serão atendidos na ordem cronológica de recebimento do formulário, devidamente preenchido, de que trata §2º.

§4º Não será necessário o deslocamento presencial dos inscritos para a realização de sustentação oral ou para o acompanhamento da sessão.

§5º As instruções para acesso à videoconferência serão enviadas aos solicitantes pela Secretaria Executiva do CRSFN, por correspondência eletrônica, até 2 horas antes do horário previsto para o início da sessão.

§6º São de exclusiva responsabilidade do inscrito ou ouvinte as condições das linhas de comunicação, o acesso a seu provedor da internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas."

d) ENVIO DE MEMORIAIS - Para o envio de memoriais, favor utilizar-se do formulário eletrônico disponível no website do CRSFN na página "Serviços> Envio de Memorial", conforme Portaria nº 7.891, de 20 de março de 2020, na redação dada pela portaria nº 17.304 de 21 de julho de 2020:

"Art. 1 (...)

§7º Os memoriais escritos deverão ser enviados através do formulário eletrônico disponível no site do CRSFN, preferencialmente até 48 horas antes do dia da sessão.

§8º Não haverá reuniões presenciais para entrega de memoriais, facultando-se aos interessados a solicitação de reuniões por videoconferência para tal finalidade, que deverá ser endereçada à Secretaria Executiva, e estará condicionada à disponibilidade de agenda dos membros do CRSFN."

(https://www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/orgaos-colegiados-do-me/crsfn/servicos/envio-de-memorial/)

Brasília-DF 24 de agosto de 2021.
TATIANA BARCELLOS VASCO
Secretária-Geral
Substituta

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

PAUTA DA 287ª SESSÃO DE JULGAMENTO
A SER REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2021

Por determinação da Presidente do CRSNSP, a Secretaria-Executiva torna pública a relação de processos que serão apreciados na 287ª Sessão, a ser realizada na modalidade virtual, nos termos art. 24- B, inc, II, do Regimento Interno do CRSNSP, alterado pela Portaria nº 212, de 13 de maio de 2020, com início às 8 (oito) horas do dia 01 de setembro de 2021 (quarta-feira) e encerramento às 17 (dezessete) horas do dia 17 de setembro de 2021 (sexta-feira).

Relator: Irapuã Gonçalves de Lima Beltrão

001) 15414.631195/2019-68 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Não atender, no prazo e na forma fixada, às solicitações da autarquia, impedindo ou dificultando o exercício do poder de polícia administrativa da SUSEP.

Partes: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (Recorrida), Comprev Vida e Previdência S.A. (Atual denominação de União Previdenciária Cometa do Brasil - Comprev) (33.634.999/0001-80) (Recorrente) e Jobetiane Ribeiro Gomes (OAB/RJ 148.105) (Advogada).

002) 15414.604568/2018-47 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Apresentar irregularidade na emissão de documentos de cobrança de prêmios ou contribuição.

Partes: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (Recorrida), Equatorial Previdência Complementar (42.150.987/0001-70) (Recorrente) e Rodrigo dos Santos Rodrigues (OAB/RJ 122.933) (Advogado).

003) 15414.630779/2017-54 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Tipo da Matéria: Não comunicar à sociedade seguradora ou resseguradora, tão logo tome conhecimento, a ocorrência de qualquer sinistro ou expectativa de sinistro relativo ao grupo segurado, nos casos em que for de sua responsabilidade fazê-lo.

Partes: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (Recorrida), Caixa Econômica Federal - CEF (00.360.305/0001-04) (Recorrente) e Josiane Mendes Gomes Dias Pinto (OAB/MG 76.285) (Advogada).

004) 15414.614711/2018-17 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Não constituir/constituir inadequadamente as provisões técnicas.

Partes: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (Recorrida), Confiança Companhia de Seguros (Em Liquidação Extrajudicial - Liquidante: Ludmila Rodrigues Fernandes Bittencourt - Portaria Susep nº 7.591, de 24.01.2020) (33.054.883/0001-71) (Recorrente), Flávio Urubatã Peraes da Silva (Recorrente) e Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha (OAB/RJ 24.628) (Advogada).

005) 15414.633174/2017-15 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Enviar com atraso as informações do FIP/SUSEP.

Partes: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (Recorrida), Bradesco Vida e Previdência S.A. (51.990.695/0001-37) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

Relator: Neival Rodrigues Freitas

006) 15414.608176/2016-95 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Não atender, no prazo e na forma fixada, às solicitações da autarquia, impedindo ou dificultando o exercício do poder de polícia administrativa da SUSEP.

Partes: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (Recorrida), Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (08.279.191/0001-84) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

007) 15414.608203/2016-20 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Não atender, no prazo, às solicitações da autarquia, desde que tal procedimento não seja caracterizado como ato ou omissão para dificultar ou impedir atividade de investigação ou fiscalização da SUSEP.

Partes: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (Recorrida), AXA Corporate Solutions Seguros S.A. (33.822.131/0001-03) (Recorrente) e Vinicius Pascoal da Rocha (OAB/RJ 148.210) (Advogado).

008) 15414.625605/2017-70 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Tipo da Matéria: Não atender, no prazo e na forma fixada, às solicitações da autarquia, impedindo ou dificultando o exercício do poder de polícia administrativa da SUSEP.

Partes: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (Recorrida), Zurich Minas Brasil Seguros S.A. (17.197.385/0001-21) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

Relatora: Vivien Lys Porto Ferreira da Silva

009) 15414.603909/2017-86 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Enviar com atraso as informações do FIP/SUSEP.

Partes: Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (Recorrida), AIG Seguros Brasil S.A. (33.040.981/0001-50) (Recorrente) e Vinicius Pascoal da Rocha (OAB/RJ 148.210) (Advogado).

010) 15414.625859/2018-79 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Realizar operação de seguro, cosseguro, resseguro ou capitalização sem a devida autorização, no país ou no exterior

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Associação dos Amigos de Santa Catarina - AASC (15.317.729/0001-63) (Recorrente), Vitor Hugo Soares (Recorrente) e Patrícia Müller (OAB/SC 18.295) (Advogada).

011) 15414.625397/2019-71 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Enviar com atraso as informações do FIP/SUSEP.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Sompo Seguros S.A. (Atual denominação da Yasuda Marítima Seguros S.A) (61.383.493/0001-80) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

012) 15414.605898/2016-98 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Não implantar de maneira efetiva os controles internos de suas atividades.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Munich RE do Brasil Resseguradora S.A. (01.857.539/0001-24) (Recorrente) e Iago João Rosseto (OAB/SP 380.944) (Advogado).

013) 15414.615820/2019-24 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Enviar com atraso as informações do FIP/SUSEP.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Nausch Hogan & Murray Brasil Corretora de Resseguros Ltda (07.237.510/0001-26) (Recorrente) e Carla Padilha Soares (OAB/RJ 159.225) (Advogado).

Relator: Washington Luis Bezerra da Silva

014) 15414.632675/2017-84 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Mapfre Vida S/A (54.484.753/0001-49) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

015) 15414.601863/2020-66 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Enviar com atraso as informações do FIP/SUSEP.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Investprev Seguros e Previdência S.A. (17.479.056/0000-73) (Recorrente) e André Rodrigues Chaves (OAB/RS 55.925) (Advogado).

016) 15414.617159/2020-25 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Tokio Marine Seguradora S.A. (33.164.021/0001-00) e Suelly Molina Valladares de Lacerda Rocha (OAB/RJ 24.628).

017) 15414.612401/2016-98 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Tipo da Matéria: Não manter, disponibilizar, exibir, prestar ou fornecer ao consumidor as informações obrigatórias na forma exigida pela legislação.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Vida e Previdência S.A. (51.990.695/0001-37) (Recorrente) e Daniel Matias Schmitt Silva (OAB/RJ 103.479) (Advogado).

018) 15414.617160/2017-54 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Firmar contrato com estipulante, corretor ou representante de seguros em desacordo com a legislação.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), IRB Brasil Resseguros S.A. (33.376.989/0001-91) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

Relator: José Antônio Maia Piñeiro

019) 15414.617161/2017-07 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Não incluir cláusulas e/ou informações obrigatórias em contrato de resseguro.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida) e Hannover Rück SE (Escritório de Representação no Brasil Ltda.) (09.486.274/0001-07) (Recorrente).

020) 15414.629557/2017-99 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Tipo da Matéria: Não obedecer os critérios de reajuste técnico aplicado no valor das contribuições ou prêmios de acordo com o regulamento ou com as condições contratuais.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Massa Falida de Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB - Administrador Judicial: Dani Leonardo Giacomini, OAB/RS nº 53.956 (92.672.070/0001-04) (Recorrente) e Leonardo Bica de Freitas Rezende (OAB/RS 47.165) (Advogado).

021) 15414.621657/2017-77 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Tipo da Matéria: Descumprir os compromissos resultantes dos contratos comercializados.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Massa Falida de Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB - Administrador Judicial: Dani Leonardo Giacomini, OAB/RS nº 53.956 (92.672.070/0001-04) (Recorrente) e Leonardo Bica de Freitas Rezende (OAB/RS 47.165) (Advogado).

Relatora: Carmen Diva Beltrão Monteiro

022) 15414.200171/2010-22 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Comercializar produto em desacordo com as normas.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida) e Salvador Lápis Junior (Recorrente).

023) 15414.605281/2018-34 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Realizar qualquer operação comercial/financeira em desacordo com as normas.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Aplub Capitalização S.A. (Em Intervenção Judicial - Interventor: Arlei Vieira da Silva - Portaria Susep nº 7.088, de 23.03.2018) (88.076.302/0001-94) (Recorrente) e Therezinha Delesporte dos Santos Tunala (OAB/RJ 156.850) (Advogada).

024) 15414.623100/2017-71 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Comercializar plano previdenciário, título de capitalização ou de seguro de pessoas com cobertura por sobrevivência em desacordo com regulamentos e notas técnicas aprovados pela SUSEP.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Massa Falida de Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB - Administrador Judicial: Dani Leonardo Giacomini, OAB/RS nº 53.956 (92.672.070/0001-04) (Recorrente) e Leonardo Bica de Freitas Rezende (OAB/RS 47.165) (Advogado).

Relatora: Simone Pereira Negrão

025) 15414.621618/2019-31 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Enviar com atraso as informações do FIP/SUSEP.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Swiss RE Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (72.145.931/0001-99) (Recorrente) e Victor Vieira de Souza Pereira (OAB/RJ 207.972) (Advogado).

026) 15414.607996/2017-41 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Apresentar irregularidade na conciliação contábil.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Aplicap Capitalização S.A. (13.122.801/0001-71) (Recorrente) e Joyce de Miranda Bechelli (OAB/RS 93.372) (Advogada).

Relator: José Carlos Gomes Mota

027) 15414.626925/2019-17 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Enviar com atraso as informações do FIP/SUSEP.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Bradesco Vida e Previdência S.A. (51.990.695/0001-37) (Recorrente) e Ramane Pereira da Silva Passos (OAB/RJ 186.087) (Advogado).

028) 15414.619312/2018-34 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Realizar qualquer operação comercial/financeira em desacordo com as normas.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Massa Falida de Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil - APLUB - Administrador Judicial: Dani Leonardo Giacomini, OAB/RS nº 53.956 (92.672.070/0001-04) (Recorrente), Luiz Osório da Luz Silveira (Recorrente), Salvador Lápis Júnior (Recorrente), Leonardo Bica de Freitas Rezende (OAB/RS 47.165) (Advogado) e Rafaella Peuker Fagundes (OAB/RS 114.945) (Advogada).

029) 15414.625807/2018-01 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrido), Thainá Silva Fialho (Recorrente) e Renato Junio Simões Carneiro (OAB/MG 182.097) (Advogado).

Relator: Ricardo da Silva Santana

030) 15414.624397/2017-91 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Enviar com atraso as informações do FIP/SUSEP.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Mapfre Vida S.A. (54.484.753/0001-49) (Recorrente) e Daniela de Matos Silva Rodrigues (OAB/RJ 97.678) (Advogada).

031) 15414.628500/2017-72 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Representação

Tipo da Matéria: Insuficiência de cobertura das reservas técnicas.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Invest Capitalização S/A (antiga denominação de Investprev Capitalização S.A) (93.202.448/0001-79) (Recorrente) e André Rodrigues Chaves (OAB/RS 55.925) (Advogado).

032) 15414.626627/2017-57 - CRSNSP: Recurso SUSEP - Denúncia

Tipo da Matéria: Descumprir os compromissos resultantes dos contratos comercializados.

Partes: Superintendência de Seguros Privados (Recorrida), Chubb Seguros Brasil S.A (Atual denominação da ACE Seguradora S.A.) (03.502.099/0001-18) (Recorrente) e Euds Pereira Furtado (OAB/RJ 31.844) (Advogado).

Total de processos: 32 (trinta e dois).

a) Retiradas de pauta (Art. 24-B, § 9º): Recomenda-se consulta sistemática ao sítio eletrônico do CRSNSP, página "Pautas de Julgamento" (http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsnsp/pautas-das-sessoes), para verificar os processos retirados de pauta.

b) Destaques: as partes poderão requerer destaques para que o julgamento seja realizado em sessão por videoconferência, os quais serão admitidos desde que recebidos até quarenta e oito horas antes do horário de início da sessão (Art. 24-B, § 9º, IV). Os requerimentos de destaque deverão ser enviados exclusivamente pela ferramenta de peticionamento eletrônico do SEI. Nos termos do art. 24-B, § 11º da Portaria GME nº 212/2020, "Não será admitido destaque para julgamento presencial quando existirem medidas de restrição de ordem pública que impeçam a realização de sessões presenciais".

c) Envio de memoriais: aos legitimados para o uso da palavra será facultada a apresentação de memoriais por escrito até o início da sessão (art. 24-B, § 16). Para o envio de memoriais, poderá ser utilizado o peticionamento eletrônico do SEI ou o formulário eletrônico disponível no sítio eletrônico do CRSNSP http://fazenda.gov.br/orgaos/colegiados/crsnsp/servicos/envio-memorial, sendo que, se utilizada a segunda opção, o documento não será juntado aos autos.

Brasília-DF, 24 de agosto de 2021.
TATIANA BARCELLOS VASCO
Secretária-Geral
Substituta

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL

SECRETARIA DE GOVERNO DIGITAL

DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

PORTARIA Nº 10.318, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019, do Senhor Ministro de Estado da Economia, Substituto, e tendo em vista o disposto no art. 1.134 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e demais informações que constam nos autos do Processo nº 19974.101965/2021-72, resolve:

Art. 1º Fica a OOS ENERGY RIG MANAGEMENT SERVICES B. V., com sede em Oostkapelseweg 4, 4353EH, Serooskerke, Holanda, autorizada a funcionar no Brasil, por intermédio de filial, com a denominação social OOS ENERGY RIG MANAGEMENT SERVICES B. V., tendo sido destacado o capital de R$ 78.450,00 (setenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta reais), concernente ao desempenho de suas operações no Brasil, que consistirá em: 9.10-6-00 - Apoio à extração de petróleo e gás natural, nos termos da Ata de Reunião, de 04 de agosto de 2021.

Art. 2º Ficam ainda estabelecidas as seguintes obrigações:

I - a OOS ENERGY RIG MANAGEMENT SERVICES B. V., é obrigada a ter permanentemente um representante legal no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar quaisquer questões e resolvê-las definitivamente, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade;

II - todos os atos que praticar no Brasil ficarão sujeitos às leis e aos tribunais brasileiros, sem que, em tempo algum, possa a empresa reclamar qualquer exceção fundada em seus Estatutos;

III - a sociedade não poderá realizar no Brasil atividades constantes de seus Estatutos vedadas às sociedades estrangeiras e somente poderá exercer as que dependam de aprovação prévia de órgão governamental, sob as condições autorizadas;

IV - dependerá de aprovação do Governo brasileiro qualquer alteração nos Estatutos da empresa, que implique mudança de condições e regras estabelecidas na presente autorização;

V - publicado o ato de autorização, fica a empresa obrigada a providenciar o arquivamento, na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar, das folhas do Diário Oficial da União e dos documentos que instruíram o requerimento desta autorização;

VI - ao encerramento de cada exercício social, deverá apresentar à Junta Comercial da unidade federativa onde estiver localizada, para anotação nos registros, folha do Diário Oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o caso, e de jornal de grande circulação, contendo as publicações obrigatórias por força do art. 1.140 do Código Civil; e

VII - a infração de qualquer das obrigações, para a qual não esteja cominada pena especial, será punida, considerando-se a gravidade da falta, com cassação da autorização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 10.344, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no art. 10, XI, da Lei 13.465/2017 e no art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04977.002242/2017-16 e a deliberação pelo Grupo Especial de Destinação Supervisionada - GE-DESUP - 2, por meio da Ata de Reunião de 4 de agosto de 2021 (Processo SEI nº 19739.122303/2021-19), resolve:

Art. 1º Autorizar a doação com encargos ao Município de Cubatão, Estado de São Paulo, de imóvel de propriedade da União, inserido em terreno de marinha e acrescido, localizados fora de faixa de segurança, RIP 6371.0100851-90, com área de 75.973,05 m², matrícula n° 15.871, do Cartório de Registro de Imóveis de Cubatão, localizado na Vila Natal, município de Cubatão.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina à regularização fundiária de interesse social em benefício de 720 (setecentas e vinte) famílias de baixa renda.

Parágrafo único. O prazo para a elaboração do projeto de regularização fundiária é de 60 (sessenta) meses, prorrogável por mais 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

Art. 3º O donatário obriga-se a:

I - administrar, guardar, zelar, fiscalizar e controlar o imóvel doado, devendo conservá-lo, tomando as providências administrativas e judiciais para tal fim;

II - transferir o domínio pleno (a propriedade) e as obrigações relativas às parcelas dos imóveis, especificados no art. 1º, ao beneficiário final da Regularização Fundiária de Interesse Social que utilizar o imóvel para sua moradia e de sua família.

III - inserir cláusula de inalienabilidade por um período de 5 (cinco) anos, conforme estabelece o art. 31, § 4°, inciso II (parte final), da Lei n° 9.636/1998, nos contratos de transferência gratuita do domínio pleno ao beneficiário final da Regularização Fundiária de Interesse Social;

IV - manter cadastro municipal atualizado das áreas supramencionadas.

V - proceder ao registro do contrato de doação com encargos, assim como dos títulos firmados com os beneficiários finais, nas matrículas dos imóveis

VI - providenciar em todo material de divulgação, incluindo a inserção de placas no imóvel, a informação de que a regularização fundiária ocorreu em área da União, com o apoio do Governo Federal, conforme disposto no art. 18 da Portaria nº 2826, de 31 de janeiro de 2020.

Parágrafo único. As transferências de que tratam o inciso II do caput deste artigo deverão ser feitas preferencialmente em nome da mulher, conforme o disposto no art. 10, XI, da Lei 13.465/2017.

Art. 4º O Município poderá transferir a propriedade do imóvel a empresa pública, observados os procedimentos licitatórios, que ficará responsável pela transferência às famílias beneficiárias, permitida a utilização do instrumento jurídico de contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária.

Parágrafo único. A transferência de que trata o caput não afasta a possibilidade de reversão do imóvel, na forma do artigo 6º.

Art. 5º A transferência aos beneficiários finais será necessariamente onerosa quando possuírem renda familiar mensal superior a 5 (cinco) salários mínimos ou sejam proprietários de outros imóveis urbanos ou rurais.

Parágrafo único. Em qualquer caso de alienação onerosa, o produto da venda deve ser destinado à instalação de infraestrutura, equipamentos básicos ou de melhorias necessárias ao desenvolvimento do projeto de regularização fundiária.

Art. 6° Os encargos de que trata o art. 2° desta Portaria serão permanentes e resolutivos, revertendo automaticamente o imóvel ao Patrimônio da União, sem direito do donatário a qualquer indenização, inclusive por obras realizadas, independentemente de ato especial, se:

I - não for cumprida, dentro do prazo, a finalidade da doação, estipulada no artigo 2° desta Portaria;

II - cessarem as razões que justificaram a doação;

III - ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no artigo 2° da presente Portaria, ou

IV - ocorrer inadimplemento de cláusulas contratuais.

Art. 7º A presente doação não exime o donatário de obter todos os licenciamentos, autorizações e alvarás necessários à implantação e execução do projeto, bem como de observar rigorosamente a legislação e os respectivos regulamentos das autoridades competentes e dos órgãos ambientais.

Art. 8º Responderá o donatário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive por benfeitorias nele existentes.

Art. 9º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de doação e da legislação pertinente.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA MAGALHÃES ALMEIDA RODOPOULOS

PORTARIA SPU/ME Nº 10.359, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 102 do Anexo I do Decreto 9.745, de 8 de abril de 2019, com fundamento no art. 5º, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com redação dada pelo art. 33 da Lei 9.636/98 e nos elementos que integram o Processo nº 19739.120587/2021-17, resolve:

Art. 1º Declarar de interesse do serviço público, para fins de regularização fundiária de interesse social e execução de projeto de infraestrutura, o imóvel da União, classificado como próprio nacional, situado à Avenida Senador Júlio Cesar Leite, S/N, Bairro Aeroporto, no município de Aracaju, Estado de Sergipe, com área de 72.824,03 m², inscrito sob o RIP SPIUNet nº 3105003125002, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis do 5° Ofício da Comarca de Aracaju, sob a Matrícula nº 78.561.

Parágrafo único. A área mencionada corresponde às características e confrontações que constam na matrícula.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º é de interesse público para fins de promoção e execução de projeto de infraestrutura e regularização fundiária, urbanística e ambiental, que beneficiará aproximadamente 735 famílias e contará com obras para implantação de esgotamento sanitário, abastecimento de água, drenagem, pavimentação, rede de energia elétrica, iluminação pública, calçamento, pavimentação e acessibilidade.

Art. 3º A Superintendência do Patrimônio da União em Sergipe dará conhecimento do teor da presente Portaria ao Cartório de Registro de Imóveis e à Prefeitura Municipal de Aracaju.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA MAGALHÃES ALMEIDA RODOPOULOS

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/PMPF Nº 30, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ;

CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS nº 110, de 28 de setembro de 2007; e

CONSIDERANDO as informações recebidas das unidades federadas, constantes no processo SEI nº 12004.100729/2021-67, TORNA PÚBLICO que os Estados e o Distrito Federal adotarão, a partir de 1º de setembro de 2021, o seguinte preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) para os combustíveis referidos no convênio supra:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL													
ITEM	UF	GAC	GAP	DIESEL S10	ÓLEO DIESEL	GLP (P13)	GLP	QAV	AEHC	GNV	GNI	ÓLEO COMBUSTÍVEL	
		(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)	(R$/ Kg)
1	AC	*6,4957	*6,4957	*5,6327	*5,5882	**8,7050	**8,7050	-	*5,5035	-	-	-	-
2	AL	6,0151	6,1040	4,9263	4,8229	-	6,6192	3,4910	5,2492	4,2278	-	-	-
3	AM	*5,8559	*5,8559	*4,6563	*4,5919	-	*7,7588	-	*4,5742	2,5999	**1,6522	-	-
4	AP	*5,1430	*5,5900	*4,7730	*4,6200	**8,4362	**8,4362	-	5,5400	-	-	-	-
5	BA	6,0440	6,9500	4,7310	4,6330	5,7000	5,7000	-	4,9900	3,6940	-	-	-
6	CE	5,7623	8,4400	4,6605	4,2229	5,7000	5,7000	-	5,0459	-	-	-	-
7	DF	*6,3640	*7,9410	*4,9190	*4,8680	**7,2093	**7,2093	-	*5,2840	3,8990	-	-	-
8	ES	*6,0640	*7,7682	*4,6356	*4,5059	*5,8238	*5,8238	-	*5,1484	-	-	-	-
9	GO	*6,1900	*7,6461	*4,6843	*4,6238	*7,5308	*7,5308	-	*4,4640	-	-	-	-
10	MA	*5,7160	6,6696	*4,6170	*4,6650	-	*7,2954	-	**4,9960	-	-	-	-
11	MG	*6,2521	*8,0522	4,7551	4,6890	*7,3243	**8,2275	*5,3167	*4,5905	*4,2301	-	-	-
12	MS	5,6434	7,3793	4,2421	4,1679	5,6770	5,6770	3,5839	4,2014	3,4598	-	-	-
13	MT	5,8588	7,6646	4,9565	4,8014	8,0285	8,0285	5,6994	4,2709	2,7435	2,4700	-	-
14	PA	*5,9836	*8,9090	*4,7388	*4,7876	*7,3162	*7,3162	-	*5,3734	-	-	-	-
15	PB	*5,7479	*8,9973	*4,6773	*4,5790	-	*7,5303	*3,5472	**5,3002	*4,2229	-	*4,2500	*4,2500
16	PE	*5,8800	*6,0470	4,4100	4,3730	6,1488	6,1488	-	*5,1260	-	-	-	-
17	PI	6,2200	7,1700	4,7500	4,7200	6,3400	6,3400	4,9300	5,0600	-	-	-	-
18	PR	*5,2000	*7,7900	*4,1400	*4,1100	5,6000	5,6000	-	*4,3500	-	-	-	-
19	RJ	*6,3740	*6,5020	**4,6370	*4,5660	-	*6,5331	2,4456	*5,2980	*3,9950	-	-	-
20	RN	**6,1524	7,6900	**4,8316	**4,6423	*7,6150	*7,6150	-	**5,5095	*4,3270	-	1,6900	1,6900
21	RO	*6,0070	*6,0070	*4,8030	*4,8200	-	*8,5390	-	*5,1700	-	-	4,0864	-
22	RR	*5,6310	*5,7020	**4,8570	**4,7500	*8,5100	*8,5100	*4,4390	*4,9830	-	-	-	-
23	RS	6,0927	8,3334	4,5162	4,4747	6,7469	6,7469	-	5,8422	4,3255	-	-	-
24	SC	*5,5300	*8,1400	*4,3200	*4,2700	*7,4000	*7,4000	-	*5,0100	*4,4400	-	-	-
25	SE	*5,9690	*6,1775	*4,7010	**4,6490	*6,7607	*6,7607	*3,7390	*5,3690	*3,8740	-	-	-
26	SP	*5,5230	*5,5230	**4,6040	*4,5440	*7,1169	*7,1169	-	*4,1630	-	-	-	-
27	TO	*5,9500	7,3600	*4,5500	*4,5000	*6,6500	*6,6500	*5,6000	*4,9100	-	-	-	-

Notas Explicativas:
a) *valores alterados de PMPF; e
b) **valores alterados de PMPF que apresentam redução.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE

PORTARIA SEPEC/ME Nº 10.161, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Estabelece os termos, as condições e a forma de prestação de informações sobre os investimentos de que trata o inciso I do art. 3º do Decreto nº 10.457, de 13 de agosto de 2020, que regulamenta o incentivo de que trata o art. 11-C da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 106, incisos I e II, alínea "a", do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 3º e inciso V do art. 5º do Decreto nº 10.457, de 13 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os requisitos a serem observados pelas empresas que realizem os investimentos em projetos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação tecnológica, inclusive na área de engenharia automotiva, de que trata o inciso I do art. 3º do Decreto nº 10.457, de 13 de agosto de 2020.

Art. 2º Fica aprovado o Memorial, anexo a esta Portaria, para que as empresas beneficiárias dos incentivos fiscais de que trata o art. 2º do Decreto nº 10.457, de 2020, prestem informações à Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade sobre a realização de investimentos em projetos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação tecnológica, inclusive na área de engenharia automotiva, conforme determina o inciso III do art. 3º do Decreto nº 10.457, de 2020.

Art. 3º Considera-se investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, inclusive na área de engenharia automotiva, que podem gerar direito aos incentivos fiscais de que trata o art. 2º do Decreto nº 10.457, de 2020, os dispêndios realizados em:

I - projetos de inovação tecnológica;

II - projetos de pesquisa básica dirigida;

III - projetos de pesquisa aplicada;

IV - projetos de desenvolvimento experimental;

V - projetos de desenvolvimento;

VI - projetos de capacitação de fornecedores; e

VII - projetos estruturantes.

§ 1º Também são considerados como investimentos em inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento os dispêndios realizados para o desenvolvimento de ferramental, moldes e modelos para moldes, matrizes e dispositivos, como instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, novos, e seus acessórios e peças, utilizados no processo produtivo.

§ 2º O desenvolvimento de ferramental compreende cinco fases, sendo:

I - planejamento, com a especificação da matéria-prima, equipamentos e meios de produção, incluindo os processos de ferramental ou planos de métodos, simulações virtuais de peças, processos e equipamentos de produção;

II - projeto, envolvendo desenhos, cálculos e simulações, modelamentos e detalhamentos técnicos, de acordo com especificações da área de planejamento;

III - construção do ferramental, baseado nas informações do projeto, lista de materiais, componentes e processo produtivo;

IV - testes, com a fabricação de amostras de peças para validação do ferramental; e

V - acabamento, que envolve a execução de processos de acabamento para atendimento às especificações do produto e processo.

§ 3º Para fins dos §§ 1º e 2º, ferramental compreende a ferramenta individual ou todo conjunto de ferramentas de conformação de metais, polímeros e vidros, moldes de injeção de peças plásticas, ferramentais para união de peças, subconjuntos e conjuntos que tiverem que ser projetados, calculados, simulados, construídos, ajustados e testados para a produção de peças, subconjuntos e conjuntos, atendendo a requisitos técnicos, de manufatura, de qualidade e de cadência ou velocidade de produção.

§ 4º Poderão ser contemplados na composição dos dispêndios de que trata o caput e o § 1º deste artigo, aqueles com tecnologia industrial básica e serviços de apoio técnico.

§ 5º A aquisição de equipamentos nacionais ou importados, para a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, que se destinem ao uso em mais de um projeto apresentado pela empresa, deverá ser classificada como projeto estruturante.

Art. 4º A comprovação de realização de investimentos em projetos de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação tecnológica, inclusive na área de engenharia automotiva, dar-se-á por meio da prestação anual de informações detalhadas constantes do Memorial Anexo a esta Portaria, até o dia 31 de julho do ano-calendário subsequente ao dos dispêndios realizados.

§ 1º Verificado o descumprimento do requisito de que trata o caput deste artigo, a empresa beneficiária será intimada para que regularize a situação no prazo de até trinta dias, contado da data da intimação.

§ 2º A não regularização da situação pela empresa beneficiária ensejará a perda do direito aos benefícios, nos termos do art. 6º do Decreto nº 10.457, de 2020.

Art. 5º A análise dos investimentos, após a apresentação do Memorial de que trata o art. 2º, será realizada pela área técnica da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade, que emitirá parecer sobre as informações prestadas pelas empresas beneficiárias.

§ 1º O parecer de que trata o caput atestará a conformidade ou não das atividades e dispêndios apresentados com as hipóteses previstas nesta Portaria e no Decreto nº 10.457, de 2020, e a compatibilidade e adequação dos respectivos dispêndios aos projetos apresentados.

§ 2º A área técnica responsável pela análise enviará a notificação relativa ao parecer à empresa analisada, preferencialmente, por meio do endereço de e-mail informado no Memorial.

Art. 6º O resultado da análise de que trata o art. 5º poderá ser objeto de impugnação pelo interessado, no prazo de trinta dias, contado da data da ciência do parecer.

§ 1º A impugnação de que trata o caput deverá apresentar as razões de fato e de direito pelas quais se impugna o resultado da análise e deverá ser dirigida à autoridade que aprovou o parecer, devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios das alegações.

§ 2º A não apresentação de impugnação no prazo previsto no caput não impede o prosseguimento do processo, embora possa ser conhecida caso apresentada antes da decisão de que trata o art. 7º.

Art. 7º O Secretário de Desenvolvimento da Indústria, Comércio, Serviços e Inovação decidirá, após encerrado o prazo para impugnação, pela aprovação ou glosa dos dispêndios apresentados pelas empresas beneficiárias.

Art. 8º Da decisão sobre a glosa dos dispêndios apresentados caberá recurso administrativo, conforme disposto nos arts. 56 a 64-B da Lei nº 9.784, de 1999, em face de razões de legalidade e de mérito, no prazo de dez dias, contado da data da ciência da decisão, mediante requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que entender convenientes.

§ 1º O recurso deverá ser dirigido à autoridade que emitiu o parecer acerca da glosa dos dispêndios que, se não reconsiderar a decisão recorrida no prazo de cinco dias, contado da data do recebimento do recurso, o encaminhará à autoridade superior, para decisão, exaurindo-se a instância administrativa.

§ 2º O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo; ou

II - após exaurida a esfera administrativa.

Art. 9º A empresa beneficiária deve guardar e manter os documentos técnicos, administrativos e fiscais, e as memórias de cálculo que comprovem a realização dos projetos e investimentos relativos às informações prestadas no Memorial para averiguação, a qualquer tempo, pela Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade e dos demais órgãos de controle, pelo prazo de guarda mínimo de cinco anos, contado do primeiro dia do exercício seguinte ao de realização dos dispêndios, sem prejuízo do disposto na legislação tributária.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA

ANEXO

MEMORIAL DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM P&D COMO CONDIÇÃO À FRUIÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A empresa beneficiária do incentivo fiscal de que trata o art. 11-C da Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, terá que preencher os dados constantes deste documento, para comprovação junto à Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade, do Ministério da Economia, da realização dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, inclusive na área de engenharia automotiva, correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do crédito presumido apurado, conforme determina os incisos I e III do art. 3º do Decreto nº 10.457, de 13 de agosto 2020.

Todos os itens deste Memorial são de preenchimento obrigatório. As informações referentes ao item 4 deverão ser apresentadas individualizadas por projeto.

1. INFORMAÇÕES DA EMPRESA:
1.1 Razão social:
1.2 CNPJ:
1.3 Telefone:
1.4 Endereço:
1.5 CEP:
1.6 Município:
1.7 Nome da pessoa de contato:
1.8 Telefone do contato:
1.9 E-mail do responsável pelas informações:
2. INCENTIVO FISCAL APURADO:
2.1 Valor do incentivo fiscal do art. 11-C da Lei nº 9.440, de 1997, apurado no ano-calendário anterior (R$):
3. PROJETOS DE PESQUISA, DE DESENVOLVIMENTO E DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, INCLUSIVE NA ÁREA DE ENGENHARIA AUTOMOTIVA:
3.1 Preencher campos abaixo com indicação do nome dos projetos realizados, o tipo de projeto (conforme art. 3º desta Portaria e art. 4º do Decreto nº 10.457, de 2020) e valor dispendido em cada um dos projetos.

Nº Sequencial	Nome Projeto	Tipo de Projeto	Valor (R$)
01			
02			
03			
04			
05			
Total			

4. RELATÓRIO TÉCNICO DO PROJETO:
4.1 Nome do Projeto:
4.2 Tipo de Projeto:
4.3 Data de Início:
4.4 Data de término:
4.5 Situação do projeto (iniciado, concluído, interrompido, cancelado):
4.6 Detalhamento do projeto:
4.6.1 Objetivo:
4.6.2 Cronograma do projeto:
4.6.3 Atividades executadas no ano:
4.6.4 Resultados Alcançados:
4.6.5 Fenômenos estudados (obrigatório para projetos de pesquisa básica dirigida):
4.6.6 Conhecimentos adquiridos (obrigatório para projetos de pesquisa aplicada):
4.6.6.1 Propriedade intelectual gerada:
4.6.7 Riscos Tecnológicos (obrigatório para projetos que envolvam desenvolvimento experimental.):
4.6.8 Incertezas Tecnológicas (obrigatório para projetos de desenvolvimento):
4.7 Detalhamento dos dispêndios do Projeto:
4.7.1 Recursos humanos dedicados ao projeto:
4.7.1.1 Número de pessoas envolvidas nas atividades de pesquisa e desenvolvimento do projeto por qualificação:
4.7.1.2 Número de horas dedicadas ao projeto por qualificação:
4.7.1.3 Valor total da remuneração com encargos e demais benefícios, dedicados ao projeto, por qualificação (R$):
4.7.1.4 Observações: (informar critérios e fundamentação legal da metodologia de valorização das horas na empresa):
Observação: A empresa deverá manter em sua guarda a relação individualizada de recursos humanos, por projeto, contendo os seguintes dados:
- Nome:
- CPF:
- Qualificação:
- Total de horas (total de horas anuais trabalhadas no projeto):
- Valor (valor total dispendido com o colaborador durante o ano base do projeto, incluindo remuneração com encargos e demais benefícios) (R$):
4.7.2 Material de Consumo
4.7.2.1 Especificação:
4.7.2.2 Valor (R$):
4.7.2.3 Observação:
4.7.3 Aquisição de equipamentos nacionais para pesquisa e desenvolvimento:
4.7.3.1 Especificação:
4.7.3.2 Quantidade:
4.7.3.3 Valor (R$):
4.7.3.4 Observação:
4.7.4 Aquisição de equipamentos importados para pesquisa e desenvolvimento:
4.7.4.1 Especificação:
4.7.4.2 Quantidade:
4.7.4.3 Valor (R$):
4.7.4.4 Observação:
4.7.5 Instalações físicas para atividades de pesquisa e desenvolvimento (laboratórios, centros de pesquisa aplicada ou pistas de teste):
4.7.5.1 Especificação:
4.7.5.2 Valor (R$):
4.7.5.3 Observação:
4.7.6 Aquisição de softwares para atividades de pesquisa e desenvolvimento:
4.7.6.1 Especificação:
4.7.6.2 Valor (R$):
4.7.6.3 Observação:
4.7.7 Capacitação Técnica (inclui taxas, passagens e diárias):
4.7.7.1 Descrição da capacitação realizada:
4.7.7.2 Caracterização dos dispêndios:
4.7.7.3 Valor (R$):
4.7.7.4 Observação:
4.7.8 Serviços de Terceiros no país:
4.7.8.1 Fornecedor Contratado:
4.7.8.1.1 Nome do fornecedor:
4.7.8.1.2 CNPJ:
4.7.8.1.3 Detalhamento do serviço realizado:
4.7.8.1.4 Valor (R$):
4.7.8.1.5 Observação:
4.7.8.2 Universidade, Instituição Científica e Tecnológica (ICT);
4.7.8.2.1 Nome da universidade ou ICT:
4.7.8.2.2 CNPJ:
4.7.8.2.3 Detalhamento do serviço realizado:
4.7.8.2.4 Valor (R$):
4.7.8.2.5 Observação:
4.7.8.3 Empresa Especializada
4.7.8.3.1 Nome da empresa:
4.7.8.3.2 CNPJ:
4.7.8.3.3 Detalhamento do serviço realizado:
4.7.8.3.4 Valor (R$):
4.7.8.3.5 Observação:
4.7.8.4 Inventor independente
4.7.8.4.1 Nome do inventor:
4.7.8.4.2 CPF:
4.7.8.4.3 Detalhamento do serviço realizado:
4.7.8.4.4 Valor (R$):
4.7.8.4.5 Observação:
4.7.9 Tecnologia Industrial Básica:
4.7.9.1 Prestador:
4.7.9.2 CNPJ/CPF:
4.7.9.3 Descrição do serviço realizado:
4.7.9.4 Valor (R$):
4.7.9.5 Valor despesa operacional (R$):
4.7.9.6 Observação:
4.7.10 Serviços de Apoio Técnico:
4.7.10.1 Prestador:
4.7.10.2 CNPJ/CPF:
4.7.10.3 Descrição do serviço realizado:
4.7.10.4 Valor (R$):
4.7.10.5 Valor despesa operacional (R$):
4.7.10.6 Observação:
4.7.11 Outros (especificar as atividades não relacionadas acima):
4.7.11.1 Descrição da atividade realizada:
4.7.11.2 Valor dispendido (R$):
4.7.11.3 Valor despesa operacional (R$):
4.7.11.4 Observação:
5. DESTINAÇÃO DE RECURSOS AO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - FNDCT:
5.1 Valor de recursos transferidos ao FNDCT (R$):

PORTARIA SEPEC/ME Nº 10.364, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Prorroga o prazo de vigência da Portaria SEPEC/ME nº 20.140, de 28 de agosto de 2020, que dispõe sobre a colaboração de atividades entre a Secretaria Executiva do Conselho da Zona de Processamento das Exportações - SE/CZPE e a Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade - SEAE.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE E O CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO - CZPE, representado por seu Presidente, no uso das atribuições que lhes conferem o art. 106,

inciso I, do Anexo I, do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e o art. 6º do Decreto nº 9.933, de 23 de julho de 2019, respectivamente; resolvem:

Art. 1º Prorrogar, por um ano, a vigência da Portaria SEPEC/ME nº 20.140, de 28 de agosto de 2020, a partir do término da vigência da prorrogação autorizada pela Portaria SEPEC/ME nº 2.230, de 24 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE DA COSTA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/MNS Nº 32, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Habilita a empresa mencionada ao procedimento simplificado de internação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe confere o inciso incisos III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de Julho de 2020, considerando Instrução Normativa - 242/2002, de 06 de novembro de 2002, declara:

Art. 1º - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Pessoa Jurídica YMM COMÉRCIO DE PEÇAS E MOTORES DE POPA LTDA, CNPJ nº 11.211.031/0001-08, conforme o dossiê administrativo nº 10265.455730/2021-20, nos termos da Instrução Normativa SRF n, º 242 de 06/11/2002.

Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §1º do art. 13º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/MNS Nº 33, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Habilita a empresa mencionada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, considerando o que consta do processo administrativo 10265.299196/2021-65, declara:

Art. 1º - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação a Empresa WILD AMAZON FLAVORS CONCENTRADOS E CORANTES PARA BEBIDAS LTDA., CNPJ nº 07.540.217/0001-33, nos termos do artigo 459 da Instrução Normativa SRF nº 1.911, publicada no DOU de 15/10/2019.

Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4º da supracitada Instrução Normativa.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/MNS Nº 34, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Habilita a empresa mencionada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, considerando o que consta do processo administrativo 10265.487314/2021-91, declara:

Art. 1º - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação a Empresa FOXCONN MOEBG INDUSTRIA DE ELETRONICOS LTDA., CNPJ nº 08.986.284/0001-49, nos termos do artigo 459 da Instrução Normativa SRF nº 1.911, publicada no DOU de 15/10/2019.

Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4º da supracitada Instrução Normativa.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/MNS Nº 35, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Habilita a empresa mencionada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins/Importação.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de Outubro de 2017, considerando o que consta do processo administrativo 10265.534545/2021-09, declara:

Art. 1º - Habilitada ao regime de suspensão da contribuição para o PIS/Pasep - Importação e da Cofins - Importação a Empresa SOLUTEC INDÚSTRIA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA., CNPJ nº 33.141.159/0001-85, nos termos do artigo 459 da Instrução Normativa SRF nº 1.911, publicada no DOU de 15/10/2019.

Art. 2º - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4º da supracitada Instrução Normativa.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ ALVES DIAS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11373759, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Concede inscrição no registro especial para estabelecimento importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS/AM, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 284, de 27 de julho de 2020, considerando o disposto no artigo 336 do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - RIPI, aprovado pelo Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 e o disposto no art. 3º da Instrução Normativa SRF nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda, considerando o Processo Nº10265.132277/2021-86, declara:

Art. 1º Fica concedido à empresa Y C ORTEGA CASTRO, CNPJ 39.838.358/0001-23, localizada no endereço R T 02 100 - Loja 1 - Bairro Comunicações, em Tabatinga/AM, o Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas, sob o número 0220100/019.

Art. 2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na IN SRF n.º 1432/2013 e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do registro nos termos do art. 8º da mesma instrução normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 172, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 016/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10265.070421/2021-83, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPAÇOES INDUST E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 50.567.288/0025-26, filial da pessoa jurídica de CNPJ nº 50.567.288/0001-59, a qual é sucessora por incorporação de NEOTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE PNEUS LTDA, CNPJ nº 08.775.944/0001-42, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a fabricação de "pneumático para motocicleta" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2019 e término no ano-calendário de 2028.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 173, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 017/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10265.070432/2021-63, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPAÇOES INDUST E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 50.567.288/0025-26, filial da pessoa jurídica de CNPJ nº 50.567.288/0001-59, a qual é sucessora por incorporação de NEOTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE PNEUS LTDA, CNPJ nº 08.775.944/0001-42, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a fabricação de "pneumático para bicicleta" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2019 e término no ano-calendário de 2028.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 174, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 018/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10265.070363/2021-98, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPAÇOES INDUST E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 50.567.288/0025-26, filial da pessoa jurídica de CNPJ nº 50.567.288/0001-59, a qual é sucessora por incorporação de NEOTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE PNEUS LTDA, CNPJ nº 08.775.944/0001-42, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a fabricação de

"câmara de ar para pneumático para motocicleta" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2019 e término no ano-calendário de 2028.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 175, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 019/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10265.070429/2021-40, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPAÇOES INDUST E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 50.567.288/0025-26, filial da pessoa jurídica de CNPJ nº 50.567.288/0001-59, a qual é sucessora por incorporação de NEOTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE PNEUS LTDA, CNPJ nº 08.775.944/0001-42, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a fabricação de "câmara de ar para pneumático para bicicleta" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2019 e término no ano-calendário de 2028.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 176, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área da atuação da SUDENE, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 201/2017 expedido pela SUDENE e no Processo nº 10855.720178/2018-19, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica CROWN EMBALAGENS METALICAS DA AMAZONIA S/A, CNPJ nº 33.174.335/0012-38, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação de empreendimento na área de atuação da SUDENE para a "fabricação de latas de alumínio", com início no ano-calendário de 2017 e término no ano-calendário de 2026.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 177, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 066/2017 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10283.720900/2018-39, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica HERMASA NAVEGAÇAO DA AMAZONIA SA, CNPJ nº 84.590.892/0013-51, à redução de 75% (setenta e cinto por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM relativo ao serviço de "transporte de grãos (soja e milho)" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2017 e término no ano-calendário de 2026.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 178, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total de empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o artigo 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, artigos 2º e 3º do Decreto nº 4.212, de 2002, art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 062/2017 expedido pela SUDAM e tudo que consta do Dossiê/Processo Administrativo nº 10166.744294/2021-89, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa KNAUF ISOPOR DA AMAZÔNIA LTDA, CNPJ nº 01.592.818/0001-03, à redução de 75% (setenta e cinto por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de Modernização Total do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM para o produto "Artigo de Poliestireno Expansível" pelo prazo de 10 (dez) anos, com período de fruição do início no ano-calendário de 2017 e término no ano-calendário de 2026.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 179, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Concede à pessoa jurídica que menciona habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada em 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no caput do artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no DOU, de 15 de outubro de 2019, e, considerando o que consta do processo administrativo nº 10265.511217/2021-26, declara:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituto pela Lei nº 11.488/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, e procedimentos para habilitação estabelecidos pela Instrução Normativa RFB nº 1911/2019:

NOME EMPRESARIAL: CELBA 2 CENTRAIS ELETRICAS BARCARENA S

CNPJ Nº: 36.010.610/0001-13

NÚMERO NO CADASTRO NACIONAL DE OBRAS - CNO: 90.007.10947/73

NOME DO PROJETO: TERMINAL DNL BARCARENA

PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO: PORTARIA Nº 829, DE 9 DE JULHO DE 2021, E PUBLICADA NO DOU EM 13 DE JULHO DE 2021

SETOR DE INFRAESTRUTURA: TRANSPORTES - PORTOS

PRAZO ESTIMADO PARA EXECUÇÃO DA OBRA: DE 3 DE JUNHO DE 2021 A 30 DE JULHO DE 2025

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo aplica-se a todos estabelecimentos da pessoa jurídica matriz.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 180, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho 2020, e tendo em vista o disposto no art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, art. 3º do Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002, e art. 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 014/2021 expedido pela SUDAM e no Processo nº 10265.485965/2021-46, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica LIBRA AGROINDUSTRIAL INDUSTRIA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS LTDA, CNPJ nº 03.868.448/0001-10, à redução de 75% (setenta e cinto por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo à implantação do empreendimento na área de atuação da SUDAM para a produção de "ração animal" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2021 e término no ano-calendário de 2030.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO VR 02RF DEVAT/EBEN Nº 181, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Concede habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável à pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 9º -A da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, no Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, no art. 640, §7º, da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo administrativo nº 10265.278819/2020-85, declara:

Art. 1º Conceder a habilitação definitiva ao Programa Mais Leite Saudável, à seguinte pessoa jurídica:

NOME EMPRESARIAL: LATICINIOS SELETTO LTDA

CNPJ Nº: 23.457.049/0001-73

Art. 2º Cessada a vigência da habilitação provisória, estando convalidados os seus efeitos.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF03 Nº 122, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

Subdelega competência aos Superintendentes-Adjuntos para interromper férias

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 3ª REGIÃO FISCAL, com base no disposto no art. 8º da Portaria RFB nº 56, de 16 de agosto de 2021, publicada no DOU de 17 de agosto de 2021, e tendo em vista o art. 80 da Lei nº 8112/1990, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, resolve:, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência aos Superintendentes Adjuntos para interromper as férias dos servidores em exercício nas unidades da 3ª Região Fiscal por necessidade imperiosa de serviço, nos termos disciplinados pelo art. 80 da Lei 8112/90.

Art. 2º Fica revogada a Portaria SRRF03 nº 86, de 12 de fevereiro de 2020, publicada no DOU de 13 de fevereiro de 2020.

JOÃO BATISTA BARROS DA SILVA FILHO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 3.009, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIRO-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir do advento da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por estados e Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do lucro real desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020 (DOU, DE 22/12/2020, SEÇÃO 1, PÁGINA 33).

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, art. 30; Lei Complementar nº160, de 2017, arts. 3º, 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; IN RFB nº 1.700, de 2017, art. 198, §§ 7º e 8º e SC Cosit nº 145, de 2020.

Assunto: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

INCENTIVOS FISCAIS. INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIRO-FISCAIS RELATIVOS AO ICMS. SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTO. REQUISITOS E CONDIÇÕES.

A partir do advento da Lei Complementar nº 160, de 2017, os incentivos e os benefícios fiscais ou financeiro-fiscais relativos ao ICMS, concedidos por estados e Distrito Federal e considerados subvenções para investimento por força do § 4º do art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, poderão deixar de ser computados na determinação do lucro real desde que observados os requisitos e as condições impostos pelo art. 30 da Lei nº 12.973, de 2014, dentre os quais, a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 145, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020 (DOU, DE 22/12/2020, SEÇÃO 1, PÁGINA 33).

Dispositivos Legais: Lei nº 12.973, de 2014, art. 30; Lei Complementar nº160, de 2017, arts. 9º e 10; Parecer Normativo Cosit nº 112, de 1978; IN RFB nº 1.700, de 2017, art. 198, §§ 7º e 8º e SC nº 145, de 2020.

FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 3.010, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

RENDIMENTOS ORIUNDOS DE PERDÃO OU CANCELAMENTO DE DÍVIDA. TRATAMENTO TRIBUTÁRIO.

O perdão ou cancelamento de dívida somente terá repercussão tributária para o beneficiário se corresponder à contraprestação de serviços ao credor.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 70, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2013, (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - DOU DE 09 DE JANEIRO DE 2014, SEÇÃO 1, PAGINA 21).

Dispositivos Legais: Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580, 22 de novembro de 2018, art. 47, inciso I.

FRANCISCO RICARDO GOUVEIA COUTINHO
Chefe

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS

PORTARIA IRF/APM Nº 2, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a obrigação dos agentes ou dos representantes de empresas de transporte aéreo prestar informações à Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional Pinto Martins.

O INSPETOR DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL PINTO MARTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 361 da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e a Portaria ALF/FOR nº 08, de 23 de fevereiro de 2018, e com fundamento nos arts. 31, 33, 56 e 59 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, e o art. 37 do Decreto-Lei 37, de 18 de novembro de 1966, resolve:

Art. 1º Os agentes ou os representantes de empresas de transporte aéreo que operem voos regulares no Aeroporto de Fortaleza, deverão encaminhar à Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional Pinto Martins - IRF/APM, com antecedência mínima de 5 (cinco) horas, a informação de aeronaves procedentes do exterior ou a ele destinados, transportando carga(s) internacional(is), mediante envio de mensagem à caixa corporativa irfapm@rfb.gov.br, contendo o formulário constante do Anexo I preenchido.

§1º Eventuais atrasos, mudanças ou cancelamento da chegada ou saída da aeronave deverão ser informados com antecedência mínima de 2 (duas) horas.

Art. 2º Os agentes ou os representantes de empresas de transporte aéreo que operem voos executivos ou não regulares no Aeroporto de Fortaleza, deverão informar à Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional Pinto Martins - IRF/APM, com antecedência mínima de 5 (cinco) horas, a informação de aeronaves procedentes do exterior ou a ele destinados, mediante envio de mensagem à caixa corporativa irfapm@rfb.gov.br, contendo o formulário constante do Anexo II preenchido, juntamente com a lista de tripulantes e passageiros.

§1º Deverão ser encaminhadas à IRF/APM, para que sejam submetidos aos procedimentos de controle aduaneiro, todas as bagagens e cargas transportadas na aeronave, tanto nos voos de chegada, quanto nos voos de saída internacionais.

§2º Eventuais atrasos, mudanças ou cancelamento da chegada ou saída da aeronave deverão ser informados com antecedência mínima de 2 (duas) horas.

Art. 3º Os agentes ou os representantes de empresas de transporte aéreo que operem voos no Aeroporto de Fortaleza deverão informar à IRF/APM, com antecedência mínima de 2 (duas) horas, a chegada de aeronaves transportando carga(s) internacional(is) em trânsito, mediante envio de mensagem à caixa corporativa irfapm@rfb.gov.br, contendo o formulário constante do Anexo I preenchido.

§1º Eventuais atrasos, mudanças ou cancelamento da chegada ou saída da aeronave deverão ser informados com antecedência mínima de 2(duas) horas.

Art. 4º O registro da chegada da aeronave no sistema SISCOMEX deve ser realizado imediatamente após o calço da aeronave.

Art. 5º As operações de carga, descarga ou transbordo em aeronaves procedentes do exterior ou a ele destinado somente poderão ser executadas depois de prestadas as informações referidas no art. 31 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009.

Art. 6º Quando solicitado pela IRF/APM, para fins de ações de fiscalização aduaneira, as companhias aéreas que operam no Aeroporto Internacional Pinto Martins deverão informar as listas de passageiros dos voos nacionais e suas respectivas bagagens, assim que houver o fechamento do check-in.

Art. 7º O descumprimento do disposto nos arts. 1º ao 5º desta Portaria sujeitará o infrator à penalidade prevista na alínea "e" do inciso IV do art. 107 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 8º O descumprimento do disposto no art. 6º desta Portaria sujeitará o infrator à penalidade prevista na alínea "c" do inciso IV do art. 107 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 9º Fica revogada a Portaria IRF/APM nº 01, de 18 de setembro de 2020.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor 10 (dez) dias após a data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO DOMÍCIO PINTO CAVALCANTE

ANEXO I

INFORMAÇÃO DE VOO INTERNACIONAL REGULAR	
CIA AÉREA:	
Local:	Data:
DADOS DO VOO	
Data de Chegada:	Prefixo da Aeronave:
Data de Partida:	Modelo da Aeronave:
Operador:	Rota:
Número do voo de chegada:	Número do voo de saída:
HORÁRIO E LOCAIS	
Chegada:	Aerop. Origem/Cód. IATA:
Saída:	Aerop. Destino/Cód. IATA:
CARGAS	
Carga Embarcando(kg):	Carga Desembarcando(kg):
Observações:	
RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO	
Assinatura:	
Nome:	
Fone:	
E-mail:	

ANEXO II

INFORMAÇÃO DE VOO INTERNACIONAL EXECUTIVO OU NÃO REGULAR	
CIA AÉREA:	
Local:	Data:
DADOS DO VOO	
Data de Chegada:	Prefixo da Aeronave:
Data de Partida:	Modelo da Aeronave:
Operador:	Rota:
HORÁRIO E LOCAIS	
Chegada:	Aerop. Origem/Cód. IATA:
Saída:	Aerop. Destino/Cód. IATA:
PASSAGEIROS/TRIPULANTES/BAGAGENS/CARGAS/	
Passageiros Embarcando(total):	Passageiros Desembarcando(total):
Tripulantes(total):	
Bagagens Embarcando (unidades):	Bagagens Desembarcando(unidades):
Carga Embarcando(kg):	Carga Desembarcando(kg):
Observações:	
RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO	
Assinatura:	
Nome:	
Fone:	
E-mail:	

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA Nº 62, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento, a pedido, de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial em 03 de agosto de 2020, tendo em vista os arts. 1° ao 5° da Lei n° 11.488, de 15 de

junho de 2007, e alterações, o Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 588, inciso II da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10580.728205/2014-37, declara:

Art. 1° Cancelada, a pedido, a habilitação da pessoa jurídica PARQUE EOLICO ASSURUA VII S.A., CNPJ: 19.246.849/0001-78, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, a que se refere o ADE DRF-SDR Nº 10, de 12/02/2015, do projeto EOL Assuruá VII, aprovado pela Portaria Nº 256, de 22/09/2014, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União em 23/09/2014, objeto da referida habilitação.

Art. 2°. O cancelamento da habilitação será retroativo à data de finalização do projeto, 01/09/2015, quando foi liberado para entrar em operação.

Art. 3°. O cancelamento da habilitação implica o cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas, art. 588, §6° da IN RFB n° 1.911/2019.

Art. 4°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO VITORIO FREITAS FONSECA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA Nº 63, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Cancelamento, a pedido, de habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial em 03 de agosto de 2020, tendo em vista os arts. 1° ao 5° da Lei n° 11.488, de 15 de

junho de 2007, e alterações, o Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 588, inciso II da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10580.728206/2014-81, declara:

Art. 1° Cancelada, a pedido, a habilitação da pessoa jurídica PARQUE EOLICO ASSURUA II S.A., CNPJ: 19.246.799/0001-29, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, a que se refere o ADE DRF-SDR Nº 09, de 12/02/2015, do projeto EOL Assuruá II, aprovado pela Portaria Nº 254, de 22/09/2014, do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União em 23/09/2014, objeto da referida habilitação.

Art. 2°. O cancelamento da habilitação será retroativo à data de finalização do projeto, 01/09/2015, quando foi liberado para entrar em operação.

Art. 3°. O cancelamento da habilitação implica o cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas, art. 588, §6° da IN RFB n° 1.911/2019.

Art. 4°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO VITORIO FREITAS FONSECA

RETIFICAÇÃO

No Título do Ato Declaratório Executivo DRF-FSA n° 55, de 19 de agosto de 2020, publicado no DOU n° 158 de 20 de agosto de 2021, seção 1, página 21,

Onde se lê: "..., DE 19 DE AGOSTO DE 2020 ..."

Leia-se: "..., DE 19 DE AGOSTO DE 2021 ..."

EQUIPE DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO DIREITO CREDITÓRIO 2

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF-FSA Nº 60, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Cancela a habilitação ao REIDI concedida por meio do Ato Declaratório Executivo DRF/VITORIA DA CONQUISTA n° 33, de 03 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 5 de dezembro de 2014.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, da EQRAT2 (EBEN), da DRF FEIRA DE SANTANA-BA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6°, inciso I, alínea b da Lei n° 10.593, de 6 de dezembro de 2002, com base na Portaria SRRF05 n° 152, de 31 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial em 03 de agosto de 2020, tendo em vista os arts. 1° ao 5° da Lei n° 11.488, de 15 de

junho de 2007, e alterações, o Decreto n° 6.144, de 03 de julho de 2007, e alterações, e o art. 588, inciso II da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, e alterações, e considerando o contido no processo administrativo n° 10540.721087/2014-11, declara:

Art. 1° Cancelada a Habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), concedida à CENTRAIS EÓLICAS BELA VISTA XVI LTDA., CNPJ: 18.910.740/0001-20, por meio do Ato Declaratório Executivo DRF/VITORIA DA CONQUISTA n° 33, de 03 de dezembro de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 5 de dezembro de 2014, vinculado ao projeto EOL Folha da Serra, constante na Portaria n° 228, de 28 de agosto de 2014, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU em 29 de agosto de 2014, tendo em vista que a empresa não

satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para habilitação ao regime.

Art. 2°. O cancelamento da habilitação será retroativo à data de formalização do descumprimento, quando houver o despacho da ANEEL.

Art. 3°. O cancelamento da habilitação implica o cancelamento automático das coabilitações a ela vinculadas, art. 588, §6° da IN RFB n° 1.911/2019.

Art. 4°. Devem ser observados o art. 588, §7°, incisos I e II e o art. 592, inciso II da IN RFB n° 1.911/2019.

Art. 5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO VITORIO FREITAS FONSECA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 126, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural Repetro, na modalidade Repetro-Sped, somente na admissão temporária para utilização econômica com dispensa de tributos federais, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.609519/2021-75, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, somente na modalidade admissão temporária para utilização econômica com dispensa de tributos federais nos termos dos artigos 2º, inciso IV, 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para a prestação de serviços e a navegação de apoio marítimo OCEANPACT SERVIÇOS MARÍTIMO S/A, CNPJ nº 09.114.805/0001-30 e a filial de CNPJ nº 09.114.805/0002-11, até 30/04/2024, respeitados os termos finais de cada bloco, constantes do anexo do ADE Nº 34 de 13/04/2021, publicado no DOU de 16/04/2021, devendo ainda ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 127, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13031.632188/2021-77, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços e navegação de apoio marítimo, FARSTAD SHIPPING LTDA, CNPJ nº 02.873.539/0001-80, até 15/09/2030, respeitados os termos finais de cada bloco, constantes no Anexo do ADE DECEX nº 72, de 14/08/2020, publicado no DOU de 18/08/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda, CNPJ 11.058.804/0001-68.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo Decex nº 110 de 05/08/2021, publicado no Diário Oficial da União de 09/08/2021.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 128, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Cancela a inscrição do despachante aduaneiro.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, com fulcro no art. 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, e tendo em vista a decisão exarada no processo administrativo nº 15444.720138/2021-10, que aplicou a sanção administrativa de cassação da inscrição de despachante aduaneiro, com base no artigo 76, inciso III, alínea "d" da Lei nº 10.833 de 2003 e no artigo 735, inciso III, alínea "d" do Decreto nº 6.759, de 2009 (Regulamento Aduaneiro), declara:

Art. 1º Cancelada a inscrição do despachante aduaneiro JOSIVAN DE ANDRADE SANTANA, CPF 627.892.104-97, inscrito no Registro de Despachantes Aduaneiros, de acordo com o ADE DIANA/7ªRF nº 5, de 05/05/2008, publicado no DOU de 30/05/2008, seção 1, pg. 30.

Art. 2º Vedado ao sancionado o ingresso em local sob controle aduaneiro, sem autorização do titular da unidade jurisdicionante, nos termos do art. 76, § 7° da Lei n° 10.833/2003.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO TRAVESEDO NETO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/NIT Nº 145, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Concede, à pessoa jurídica que menciona, Habilitação Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em NITERÓI, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo inciso III do Art. nº 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME Nº 284, de 27/07/2020, tendo em vista o disposto no Artigo 587, da Instrução Normativa nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no D.O.U. de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do 13031.514167/2021-71 resolve:

Art. 1º. Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria Nº 791 de 07/07/2021 do Ministério das Minas e Energia.

Empresa: SILVANIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S A
CNPJ nº : 41.554.993/0001-20
CNO nº : Não possui
Nome do Projeto : Lote 01 do Leilão nº 01/2020- ANEEL
Setor de Infraestrutura: ENERGIA ELÉTRICA
Prazo estimado para execução: de maio de 2021 a março de 2025 .

Art. 2º O benefício do REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CTA Nº 143, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Declara definitivamente habilitada a pessoa jurídica que menciona, ao PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, lotado na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba/PR - 9ª Região Fiscal - Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório da 9ª Região Fiscal - EQRAT, e com base nas competências previstas no art. 303, inciso IV da Portaria do Ministério da Economia nº 284, de 27 de julho de 2020 (Regimento Interno da RFB) e art. 2º, inciso I, alínea "d" da Portaria SRRF09, nº 482, de 07 de agosto de 2020, que instituiu e organizou a criação da EQRAT/CTA e a EBEN (Equipe Regional de Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação), no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e de que trata a Instrução Normativa SRF nº 1.590 de 05 de novembro de 2015, e considerando o que consta do dossiê nº 13033.571748/2021-90, declara:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto 8.533 de 2015.

Nome Empresarial: LATICÍNIOS GALVÃO LTDA
CNPJ: 04.602.461/0001-95
Edital de Aprovação de Projeto no Programa Mais Leite Saudável publicada na Seção 3 do Diário Oficial da União nº 121, de 30 de junho de 2021.
Período de vigência: 01/05/2021 a 31/04/2024.
Art.7º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ROSICLER BÁRBARA NASCIMENTO NODARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CTA Nº 144, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Declara definitivamente habilitada a pessoa jurídica que menciona, ao PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, lotado na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba/PR - 9ª Região Fiscal - Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório da 9ª Região Fiscal - EQRAT, e com base nas competências previstas no art. 303, inciso IV da Portaria do Ministério da Economia nº 284, de 27 de julho de 2020 (Regimento Interno da RFB) e art. 2º, inciso I, alínea "d" da Portaria SRRF09, nº 482, de 07 de agosto de 2020, que instituiu e organizou a criação da EQRAT/CTA e a EBEN (Equipe Regional de Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação), no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e de que trata a Instrução Normativa SRF nº 1.590 de 05 de novembro de 2015, e considerando o que consta do dossiê nº 13033.637269/2021-43, declara:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto 8.533 de 2015.

Nome Empresarial: LATICÍNIO DELLA VITA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 01.556.825/0001-50
Edital de Aprovação de Projeto no Programa Mais Leite Saudável publicada na Seção 3 do Diário Oficial da União nº 140, de 27 de julho de 2021.
Período de vigência: 15/05/2021 a 14/05/2024.
Art.7º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ROSICLER BÁRBARA NASCIMENTO NODARI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CTA Nº 145, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Declara definitivamente habilitada a pessoa jurídica que menciona, ao PROGRAMA MAIS LEITE SAUDÁVEL.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, lotado na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba/PR - 9ª Região Fiscal - Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório da 9ª Região Fiscal - EQRAT, e com base nas competências previstas no art. 303, inciso IV da Portaria do Ministério da Economia nº 284, de 27 de julho de 2020 (Regimento Interno da RFB) e art. 2º, inciso I, alínea "d" da Portaria SRRF09, nº 482, de 07 de agosto de 2020, que instituiu e organizou a criação da EQRAT/CTA e a EBEN (Equipe Regional de Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação), no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e de que trata a Instrução Normativa SRF nº 1.590 de 05 de novembro de 2015, e considerando o que consta do dossiê nº 13033.621260/2021-11, declara:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica abaixo identificada no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto 8.533 de 2015.

Nome Empresarial: MARCEMINA COMINETTI
CNPJ: 24.417.863/0001-27
Edital de Aprovação de Projeto no Programa Mais Leite Saudável publicada na Seção 3 do Diário Oficial da União nº 137, de 22 de julho de 2021.
Período de vigência: 08/02/2021 a 30/06/2022.
Art.7º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ROSICLER BÁRBARA NASCIMENTO NODARI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FNS Nº 32, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Concede Registro Especial a engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 360, inciso III, da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e de acordo com o dossiê eletrônico nº 13033.606143/2021-27, declara:

Art. 1º - Inscrito no Registro Especial, na atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas, sob nº 09201/0190, o estabelecimento da empresa Alambique Casa Petro Ltda, inscrito no CNPJ sob nº 36.371.955/0001-00, situado na Estrada Abilio Manuel de Borba 1555, bairro Morretes, município de Balneário de Piçarras /SC.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SAULO FIGUEIREDO PEREIRA

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 75, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Altera o Ato Declaratório Executivo ALF/CTA nº 37, de 11/06/2021, que habilita a empresa LUFTHANSA CARGO A G a operar o regime aduaneiro especial de Depósito Afiançado.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, na competência prevista no artigo 7º da Instrução Normativa SRF nº 409, de 19/03/2004, e considerando o que consta do processo nº 13033.077229/2019-15, declara:

Art. 1º Alterado o Ato Declaratório Executivo ALF/CTA nº 37, de 11 de junho de 2021, publicado na página 184 da edição nº 111 do Diário Oficial da União de 16/06/2021 nº 111, com a inclusão do seguinte parágrafo no art. 1º:

Parágrafo único: Fica atribuído ao recinto o código 9997202 a ser utilizado no SISCOMEX.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAFAEL RODRIGUES DOLZAN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 15, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Autoriza o fornecimento de selos de controle para importação de uísque com selagem no Exterior.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 360, III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, artigos 3º, e o que consta do processo n° 13016.000428/2001-14, declara:

Art. 1º Fica autorizado o fornecimento de 660 (seiscentos e sessenta) selos de controle de Uísque Amarelo ao estabelecimento importador MÖET HENNESSY DO BRASIL - VINHOS E DESTILADOS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 43.993.591/0004-09 e Registro Especial de Importador nº 10106/067, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos e engarrafados por The Glenmorangie Company Ltd., localizado em MacDonald House, The Alba Campus, Livingston, West Lothian EH547LW, Scotland, UK:

Descrição do Produto	Marca Comercial	Capacidade	Graduação Alcoólica	Unidades Importadas
Glenmorangie uísque malte puro Ardbeg 10YO 46% Whisky, em grfs de 750ml, c/6, em 110 caixas de papelão.	Glenmorangie	750 ml	46º	660

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NILSON SOMAVILLA PRIMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 16, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Inscreve no Registro Especial e autoriza produção e engarrafamento dos produtos que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 360, III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, artigos 3º, e o que consta do processo n° 13033.547576/2021-33, declara:

Artº 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o n° 10106/566, como PRODUTOR/ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa PATRICIA JESSIANA PANAROTTO JACQUES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 39.446.652/0001-90.

Artº 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a produzir/engarrafar os produtos abaixo discriminados

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente ml
Licor fino de Morango	Fragole Per Ti	2208.70.00	Vidro	375

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NILSON SOMMAVILLA PRIMO

BANCO CENTRAL DO BRASIL
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO BCB Nº 132, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre os procedimentos para a elaboração e a remessa do documento Estatísticas Bancárias Internacionais (EBI).

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 24 de agosto de 2021, tendo em vista o disposto no art. 37 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, resolve:

Art. 1º O documento Estatísticas Bancárias Internacionais (EBI) deverá ser encaminhado ao Banco Central do Brasil, trimestralmente, pelos bancos comerciais e múltiplos, caixas econômicas, bancos de câmbio, bancos de investimento e bancos de desenvolvimento que apresentarem saldos de ativos ou passivos internacionais iguais ou superiores ao equivalente a USD300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), conforme lista divulgada pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º O Banco Central do Brasil divulgará, anualmente, no mês de setembro, a lista das instituições financeiras que devem encaminhar o documento EBI para as datas-bases relativas ao ano-calendário subsequente, considerando a média dos saldos existentes no último dia útil do terceiro e do quarto trimestres do ano anterior e do primeiro e do segundo trimestres do ano corrente.

§ 2º Para efeito do disposto nesta Resolução, ativos e passivos internacionais referem-se ao saldo de contas patrimoniais, no último dia útil de cada trimestre civil (data-base), das seguintes operações:

I - operações com não residentes, em qualquer moeda;

II - operações com residentes contratadas em moeda estrangeira; e

III - operações com residentes contratadas em moeda nacional e referenciadas em moeda estrangeira.

§ 3º O documento EBI deve ser remetido até quarenta e cinco dias após a respectiva data-base.

Art. 2º O Banco Central do Brasil divulgará os procedimentos operacionais necessários ao cumprimento do disposto nesta Resolução, inclusive quanto aos leiautes e à forma de remessa do documento EBI.

Art. 3º Cabe ao diretor responsável pelo fornecimento de informações previstas em normas legais e regulamentares, de que trata a Circular nº 3.504, de 6 de agosto de 2010, a responsabilidade pelo cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 4º As instituições de que trata o art. 1º devem indicar empregado para responder a eventuais questionamentos sobre as informações remetidas em cumprimento ao disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. A indicação referida neste artigo deve ser registrada no Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central (Unicad), instituído pela Circular nº 3.165, de 4 de dezembro de 2002.

Art. 5º Até a data-base de 31 de dezembro de 2021, inclusive, o documento EBI permanecerá sendo elaborado e remetido conforme a Circular nº 3.047, de 13 de julho de 2001, e a Carta Circular nº 3.699, de 16 de março de 2015.

Art. 6º Ficam revogadas:

I - a Circular nº 3.047, de 2001; e

II - a Carta Circular nº 3.699, de 2015.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor:

I - em 1º de setembro de 2021, quanto ao § 1º do art. 1º e ao art. 2º; e

II - em 1º de março de 2022, quanto aos demais dispositivos.

FABIO KANCZUK
Diretor de Política Econômica

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 19.017, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 38 da Resolução CVM Nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir de 08/07/2021, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
CASPER AUDITORIA INDEPENDENTE E CONSULTORIA
CNPJ: 04.232.645/0001-00

PAULO ROBERTO GONÇALVES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Nº 19.013 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a ANA BIA FIGUEIREDO DE ASSIS, CPF nº 317.146.638-41, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.014 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a PRINZ GESTORA DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 40.701.503, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.015 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza PIETRO SINISCALCHI SCIACCA AMADO, CPF nº 451.828.878-50, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.016 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ENIO SHINOHARA, CPF nº 275.237.628-67, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA
Em Exercício

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Nº 19.018 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a ASTER INVESTIMENTOS LTDA., CNPJ nº 42.113.253, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.019 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza MARCIO ALVES BALTAZAR DA SILVEIRA, CPF nº 829.944.045-91, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.020 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a PAULINO BOTELHO DE ABREU SAMPAIO, CPF nº 070.814.058-00, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA
Em Exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RESOLUÇÃO SUSEP Nº 1, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre os atos administrativos editados pela Susep.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, torna público que o Conselho Diretor desta Autarquia, em reunião ordinária realizada em 19 de agosto de 2021, no uso das atribuições que lhe confere a Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019, e o que consta do Processo Susep nº 15414.603554/2017-25, resolve:

Art. 1º Disciplinar os atos administrativos a serem editados pela Susep.

§ 1º Os atos administrativos editados pela Susep deverão observar o disposto nesta Resolução, as competências previstas no Regimento Interno da Susep e o processo administrativo normativo da Autarquia.

§ 2º Aplicam-se, no que couber, aos atos administrativos, as regras contidas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019 e no Manual de Redação da Presidência da República.

CAPÍTULO I
DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução considera-se:

I - auto de infração: ato lavrado por servidor da Susep, objetivando a instauração de processo administrativo sancionador, durante as atividades de fiscalização, realizado em conformidade com a regulamentação em vigor;

II - carta homologatória: ato que comunica, aos interessados, decisão concernente a pedidos de aprovação que, por sua natureza ou previsão normativa, não exijam a publicação de portaria no Diário Oficial da União (DOU);

III - certidão: ato comprobatório referente a empresa ou a profissional integrante do mercado supervisionado pela Susep, por meio do qual se atesta, por escrito, a ocorrência de um fato ou de uma situação registrada nos assentamentos da Susep;

IV - circular: ato normativo aprovado pelo Conselho Diretor, visando regulamentar as resoluções editadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP ou os dispositivos legais relativos às atividades supervisionadas pela Susep;

V - despacho: ato preponderantemente utilizado para remessa dos autos a terceiros, com proposta de adoção de providências, ou ainda para prestação de informações;

VI - edital: ato que visa dar publicidade sobre processos abertos à participação do público, interno ou externo, tais como concursos, licitações, consultas e audiências públicas, ou intima pessoa física ou jurídica sobre atos e termos de processo administrativo;

VII - instrução normativa: ato normativo aprovado por unidade que integra a estrutura organizacional da Autarquia que, sem inovar, orienta a execução, pelos agentes públicos, das normas vigentes, disciplinando a execução dos serviços e rotinas de trabalho;

VIII - notificação de lançamento de crédito: ato expedido para intimar o contribuinte a efetuar o recolhimento da taxa de fiscalização não quitada ou quitada a menor, com os acréscimos legais, em prazo determinado ou, querendo, solicitar a impugnação do lançamento do crédito, no prazo máximo de 30 (trinta dias), contado a partir da data de recebimento da notificação;

IX - ofício: ato de comunicação, assinado pelo chefe da unidade responsável, dirigido a cidadãos, entidades privadas e entidades públicas para reportar assunto de interesse restrito, com o objetivo de agradecer, apresentar, convidar, informar, solicitar, notificar ou intimar;

X - ofício circular: ato de comunicação expedido a diferentes destinatários, visando reportar assunto de interesse geral, requerer informações ou esclarecer procedimentos a serem observados pelas entidades que integram os mercados supervisionados pela Susep;

XI - parecer: ato de manifestação que expressa um juízo sobre questão técnica ou administrativa;

XII - parecer de orientação: ato administrativo por meio do qual o Conselho Diretor homologa manifestação técnica, jurídica ou administrativa, padronizando o entendimento da Susep sobre matéria de competência da Autarquia;

XIII - portaria: ato normativo ou de caráter decisório editado por uma ou mais autoridades competentes;

XIV - relatório: ato que reúne um conjunto de informações com a finalidade de descrever atividades realizadas em um dado período, reportando os respectivos resultados parciais ou totais obtidos e propondo a adoção de providências, se for o caso;

XV - representação: ato mediante o qual servidor da Susep comunica a existência de indícios de infração ao responsável pela instauração do respectivo processo administrativo sancionador;

XVI - resolução: ato normativo ou de caráter decisório aprovado pelo Conselho Diretor e utilizado para regrar os assuntos que não visam regulamentar as resoluções editadas pelo CNSP ou dispositivos legais relativos às atividades supervisionadas pela Susep e para tornar públicas as decisões do Conselho Diretor referentes às suas atribuições regimentais; e

XVII - termo de julgamento: ato que visa registrar decisão do Conselho Diretor e de autoridade julgadora competente acerca de processos administrativos no âmbito da Susep.

CAPÍTULO II
ATOS ADMINISTRATIVOS NORMATIVOS
Seção I
Atos Normativos

Art. 3º A edição de atos normativos ocorrerá sempre que o uso do poder regulamentar da Susep for necessário, visando estabelecer regras de atuação e padronizar procedimentos institucionais, sendo de conhecimento obrigatório e alcance global, tanto para os servidores como para os agentes privados.

§ 1º Os dispositivos que regulam a mesma matéria devem ser consolidados em um único normativo.

§ 2º A edição de atos de caráter normativo não pode ser objeto de delegação.

§ 3º O processo administrativo normativo da Susep deve observar as regras estabelecidas em norma específica editada pela Autarquia.

Art. 4º Os atos normativos serão editados sob a forma de:

I - circular;

II - instrução normativa;

III - portaria; e

IV - resolução.

Parágrafo único. É permitida a edição de instruções normativas ou portarias conjuntas.

Art. 5º As instruções normativas poderão ser editadas setorialmente por unidade que integra a estrutura organizacional da Autarquia e, neste caso, o Chefe da unidade têm a legitimidade para dar início e a responsabilidade por conduzir o processo administrativo normativo, ficando responsável pela assinatura e publicação do ato.

Art. 6º As portarias de caráter normativo somente poderão ser editadas por unidade vinculada à autoridade competente, não podendo ser objeto de delegação.

Art. 7º As circulares e as resoluções editadas pela Susep serão datadas, assinadas e continuamente numeradas em sequência única.

Art. 8º As instruções normativas e as portarias serão datadas, assinadas e continuamente numeradas em sequência única, por área de competência.

Art. 9º Os modelos-padrão dos atos administrativos normativos serão disponibilizados pela área responsável pelo registro, organização e manutenção dos documentos da Susep.

Seção II

Publicidade dos Atos Normativos

Art. 10. As portarias de caráter normativo externo, as circulares e as resoluções deverão ser publicadas na íntegra no DOU com os respectivos anexos, sem prejuízo de outras formas de publicidade, como disponibilização na internet e na intranet, e observada, no que couber, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 11. As portarias de caráter normativo interno e as instruções normativas deverão ser publicadas na íntegra em Boletim de Pessoal, sem prejuízo de outras formas de publicidade, como disponibilização na internet e intranet, e observada, no que couber, a Lei nº 12.527, de 2011.

Art. 12. Os atos normativos publicados com incorreção deverão ser retificados mediante publicação no mesmo veículo em que foi publicado o ato original, DOU ou Boletim de Pessoal, apenas dos tópicos alterados, emendados ou omitidos, com menção aos elementos essenciais a sua identificação, sendo necessária assinatura do ato retificador pelo mesmo signatário do ato original, ou por quem o substitua, respeitadas as competências estabelecidas.

Parágrafo único. Na hipótese de a incorreção de que trata o caput deste artigo ser de grande extensão ou comprometer a essência do ato, este deverá ser republicado na íntegra, assinado pela mesma autoridade competente para a assinatura do ato original, ou por quem o substitua, respeitadas as competências estabelecidas.

Seção III

Alteração e Revogação dos Atos Normativos

Art. 13. As alterações e revogações de atos normativos serão realizadas de acordo com o que estabelecem o Decreto nº 9.191, de 2017 e o Decreto nº 10.139, de 2019, ou legislação posterior.

Parágrafo único. O dispositivo de revogação deverá enumerar, expressamente, as normas ou disposições revogadas.

CAPÍTULO III

ATOS ADMINISTRATIVOS NÃO NORMATIVOS

Seção I

Atos Administrativos não Normativos

Art. 14. Os atos administrativos não normativos elaborados e assinados por servidores da Susep no exercício de suas competências são considerados documentos de caráter oficial.

Art. 15. Os atos administrativos não normativos serão editados sob a forma de:

I - auto de infração;
II - carta homologatória;
III - certidão;
IV - despacho;
V - edital;
VI - notificação de lançamento de crédito;
VII - ofício;
VIII - ofício circular;
IX - parecer;
X - parecer de orientação;
XI - portaria;
XII - relatório;
XIII - representação;
XIV - resolução; e
XV - termo de julgamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não limita nem afasta a utilização de outros atos pela Susep de caráter não normativo, não se tratando de enumeração exaustiva.

Art. 16. As portarias de caráter não normativo poderão ser editadas por unidade vinculada à autoridade competente ou por sua expressa delegação.

Art. 17. Os pareceres de orientação e as resoluções serão datados, assinados e continuamente numerados em sequência única.

Art. 18. As portarias serão datadas, assinadas e continuamente numeradas em sequência única, por área de competência.

Art. 19. Os autos de infração, as cartas homologatórias, as certidões, os despachos, os editais, as notificações de lançamento de crédito, os ofícios, os ofícios circulares, os pareceres, os relatórios, as representações, e os termos de julgamento serão sequencialmente numerados, por área e por ano civil.

Art. 20. As certidões devem ser expedidas, preferencialmente, de forma automatizada, no sítio da Susep na internet, ficando, neste caso, dispensada a assinatura e a numeração, em razão da validação eletrônica gerada no sítio da Susep na internet.

Art. 21. Os modelos-padrão dos atos administrativos não normativos serão disponibilizados pela área responsável pelo registro, organização e manutenção dos documentos da Susep.

Seção II

Publicidade dos Atos Não Normativos

Art. 22. As portarias de caráter decisório de efeito externo, os editais, os pareceres de orientação e as resoluções deverão ser publicados no DOU, em conformidade com o que estabelece o Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017 e a Portaria da Imprensa Nacional nº 283, de 2 de outubro de 2018, sem prejuízo de outras formas de publicidade, como disponibilização na internet e na intranet, e observada, no que couber, a Lei nº 12.527, de 2011.

Parágrafo único. Quando o parecer de orientação revelar situação alcançada por sigilo em regulamentação da Autarquia, deverá, após aprovado, ser redigido de modo a sintetizar a orientação para conhecimento de terceiros.

Art. 23. As portarias de caráter decisório que tratarem de assunto com repercussão exclusivamente interna serão publicadas em Boletim de Pessoal, sem prejuízo de outras formas de publicidade, como disponibilização na internet e intranet, e observada, no que couber, a Lei nº 12.527, de 2011, ficando dispensada a publicação em DOU.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24. Com a entrada em vigor desta Resolução, as revogações ou alterações de normas editadas por Deliberação serão efetuadas por Resolução e as revogações ou alterações de normas editadas por Instrução serão efetuadas por Instrução Normativa.

Art. 25. Fica revogada a Deliberação Susep nº 180, de 28 de julho de 2016.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

CIRCULAR SUSEP Nº 640, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre o Seguro Pecuário, o Seguro de Animais, o Seguro de Penhor Rural, o Seguro de Benfeitorias e Produtos Agropecuários e os seguros rurais subvencionáveis.

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 36, alínea "b" e "c", do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, considerando o disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o que consta do Processo Susep nº 15414.607909/2020-51, resolve:

Art. 1º Dispor sobre as características relacionadas às operações dos ramos de Seguro Pecuário, Seguro de Animais, Seguro de Penhor Rural, Seguro de Benfeitorias e Produtos Agropecuários e os seguros rurais subvencionáveis.

CAPÍTULO I

DO SEGURO PECUÁRIO E DO SEGURO DE ANIMAIS

Art. 2º O Seguro Pecuário, definido como modalidade de seguro rural, tem por objetivo cobrir os danos diretos ou indiretos ao animal destinado à produção, englobando todas as fases de criação, bem como aos animais de trabalho destinados à sela, trabalho por tração e transporte no manejo da fazenda.

Parágrafo único. Os animais destinados à atividade reprodutiva cuja finalidade seja, exclusivamente, o incremento e/ou melhoria de plantéis daqueles animais mencionados no caput deste artigo, estão também enquadrados na modalidade de Seguro Pecuário.

Art. 3º O Seguro de Animais é voltado aos animais destinados à companhia, convívio familiar, segurança, lazer, exposição, atividades esportivas, bem como aqueles utilizados, exclusivamente, em atividade reprodutiva para fins distintos do disposto no parágrafo único do Art. 2º desta circular, e não está enquadrado como Seguro Rural.

Art. 4º Não obstante o disposto nos artigos 2º e 3º, a Susep poderá, mediante consulta prévia fundamentada, enquadrar, nos ramos mencionados, outros animais não previstos nesta Circular.

Art. 5º No Seguro Pecuário e no Seguro de Animais, as partes definirão os interesses a serem garantidos pela sociedade seguradora, não sendo obrigatório que conste dos respectivos contratos a cobertura de morte dos animais.

§ 1º Nos seguros de que trata o caput deste artigo, a sociedade seguradora poderá oferecer outras coberturas que garantam riscos passíveis de causar prejuízos pecuniários ao segurado.

§ 2º As sociedades seguradoras que comercializarem coberturas que garantam o reembolso ou a indenização de despesas incorridas com veterinários, exames e/ou internações e demais serviços devem atender, obrigatoriamente, às seguintes disposições:

I - o valor do reembolso ou da indenização deverá ser compatível com aqueles praticados pelo mercado de prestação de serviços;

II - poderá ser prevista a possibilidade de substituição da indenização ou do reembolso pela prestação de serviços, mediante acordo entre as partes;

III - deverá ser prevista a livre escolha do prestador de serviço, desde que legalmente habilitado, na hipótese de o segurado ou beneficiário optar pelo reembolso.

CAPÍTULO II

DO SEGURO DE PENHOR RURAL E

DO SEGURO DE BENFEITORIAS E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Art. 6º O Seguro de Penhor Rural tem por objetivo cobrir perdas e/ou danos causados aos bens, diretamente relacionados às atividades agrícola, pecuária, aquícola ou florestal, que tenham sido oferecidos em garantia de operações de crédito rural.

Art. 7º O Seguro de Benfeitorias e Produtos Agropecuários tem por objetivo cobrir perdas e/ou danos causados aos bens, diretamente relacionados às atividades agrícola, pecuária, aquícola ou florestal, que não tenham sido oferecidos em garantia de operações de crédito rural.

Art. 8º As sociedades seguradoras deverão contabilizar, nos respectivos ramos, todas as operações de seguro de que trata este Capítulo.

Art. 9º As sociedades seguradoras deverão registrar, na apólice, a informação de que o bem segurado, diretamente relacionado às atividades agrícola, pecuária, aquícola ou florestal, é utilizado, ou não, como instrumento de garantia de operação de crédito rural nos casos dos artigos 6º e 7º desta Circular, respectivamente.

CAPÍTULO III

DOS SEGUROS RURAIS SUBVENCIONÁVEIS

Art. 10. As sociedades seguradoras que comercializarem contratos de seguro rural, contemplados por programas de subvenção ao prêmio, poderão obedecer às regras específicas destes programas, inclusive quanto à fixação de prazos diferenciados para aceitação e envio de propostas e apólices, além de prazos máximos para aviso de sinistros, desde que tais regras não conflitem com direitos e obrigações advindos de lei.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. As coberturas adicionais dos planos de Seguros Rurais ou de Seguros de Animais somente poderão ser comercializadas em conjunto com, pelo menos, uma cobertura principal que pertença a um Ramo de Seguro Rural ou de Seguro de Animais.

Art. 12. A sociedade seguradora que opere ou pretenda operar com os seguros de que trata esta Circular deverá elaborar as respectivas notas técnicas atuariais e condições contratuais, conforme regulamentação em vigor.

Art. 13. Os planos de seguros registrados na Susep antes do início de vigência desta Circular, e que não estejam em conformidade com suas disposições, deverão ser adaptados à presente norma em até cento e oitenta dias após sua entrada em vigor.

Art. 14. Ficam revogadas:

I - a Circular Susep nº 261, de 9 de julho de 2004;
II - a Circular Susep nº 305, de 3 de novembro de 2005;
III - a Circular Susep nº 308, de 2 de dezembro de 2005; e
IV - a Circular Susep nº 571, de 22 de junho de 2018.

Art. 15. Esta Circular entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

PORTARIA SUSEP Nº 7.841, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 25 do Regimento Interno de que trata a Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.612733/2020-59, resolve:

Art. 1º Delegar poderes ao Chefe do Departamento de Administração e Finanças para o fim especial de dar e assinar em nome dele, escrituras públicas de compra e venda ou de doação, referente aos imóveis de propriedade da Superintendência de Seguros Privados discriminados nesta Portaria, na qualidade de transmitente e/ou vendedora, podendo para tanto, outorgar e assinar as referidas escrituras com todas as suas cláusulas e termos de estilo, inclusive de re-ratificação, apresentar ou receber documentos, assinar todos os documentos e papéis necessários, receber e dar quitação, receber e transmitir posse, jus, domínio, direitos e ação, fazer declarações, apresentar provas, responder por evicção, representá-la perante Repartições Públicas em geral, inclusive Cartório de Registro de Imóveis, Tabelionatos, Prefeituras ou onde mais necessário for, podendo tudo requerer, alegar e assinar, pagar taxas e impostos, recorrer de cobrança de impostos indevidos, promover registros e averbações, legalizar e regularizar toda a documentação necessária, enfim, praticar todos os demais atos necessários ao cumprimento do presente mandato, que dará tudo por bom, firme e valioso, como se presente fosse, sendo vedado o seu substabelecimento no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes para o seguinte imóvel:

1) Rua Marechal Deodoro, nº 344, Conjuntos 81 e 82 do 8º pavimento, Centro, Curitiba/PR, Indicação Fiscal nº 12.046.010.009-8 e 12.046.010.026-8, Matrícula nº 89.923 e nº 89.924 do 4º Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba, estado do Paraná, que será doado para a Agência Nacional de Saúde Suplementar, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ sob o nº 03.589.068/0001-46.

Art. 2º Esta Portaria terá validade por um ano e entra em vigor na data de sua publicação.

SOLANGE PAIVA VIEIRA

DIRETORIA TÉCNICA 1

PORTARIA SUSEP/DIR1 Nº 41, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DA DIRETORIA TÉCNICA 1 DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência estabelecida no inciso XVIII do artigo 19 do Anexo I da Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019, considerando o disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 39 do Anexo I da Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015, e o que consta do Processo Susep nº 15414.614361/2020-03, resolve:

Art. 1º Cancelar o cadastro de ARDEN REINSURANCE COMPANY LTD., sociedade organizada e existente de acordo com as leis de Bermuda, autorizada pela Susep a operar como ressegurador admitido no Brasil, nos termos da Portaria SUSEP/DIRAT nº 08, de 02 de junho de 2010, alterada pela Portaria Susep nº 4.870, de 26 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR LINS DA ROCHA LOURENÇO

PORTARIA SUSEP/DIR1 Nº 42, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DA DIRETORIA TÉCNICA 1 DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência estabelecida no inciso XVIII, do art. 19, do Anexo I, da Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019, e tendo em vista o disposto no inciso III, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 18, do Anexo I, da Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015, e o que consta do Processo Susep nº 15414.614166/2021-56, resolve:

Art. 1º Suspender o cadastro de SAMSUMG FIRE & MARINE INSURANCE CO., LTD, sociedade organizada e existente de acordo com as leis da República da Coréia, cadastrada junto à Susep como ressegurador eventual, nos termos Portaria Susep nº 3.055, de 15 de outubro de 2008, com fulcro na alínea "e", do inciso II, do art. 40 do Anexo I, da Resolução CNSP nº 330, de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR LINS DA ROCHA LOURENÇO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 336, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.607588/2021-75, resolve:

Art.1º Aprovar a eleição de administradores e membros do conselho fiscal de COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP, CNPJ nº 62.088.042/0001-83, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 25 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 337, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608078/2021-15, resolve:

Art.1º Aprovar a eleição de administradores de DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 08.872.199/0001-50, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral ordinária realizada em 30 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 338, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.609278/2021-95, resolve:

Art.1º Aprovar a eleição de administrador de JNS SEGURADORA S.A., CNPJ nº 30.862.594/0001-00, com sede na cidade do Curitiba - PR, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 10 de maio de 2021.

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 339, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 39 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o que consta do processo Susep nº 15414.612234/2021-42, resolve:

Art.1º Aprovar a eleição de administrador de ASPECIR PREVIDÊNCIA, CNPJ nº 92.843.531/0001-64, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado na reunião do conselho controlador realizada em 8 de junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 340, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.611995/2021-87, resolve:

Art.1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SOMPO SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.383.493/0001-80, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 26 de maio de 2021:

I - eleição de administradores; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 706, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Autorizar o adicional de cota de importação de insumos de interesse da empresa FOXCONN MOEBG INDÚSTRIA DE ELETRÔNICOS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 11, da Resolução n° 204, de 06 de agosto de 2019, aprovada pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, e

CONSIDERANDO os termos do Parecer Técnico nº 148/2021-COAPI/CGAPI/SPR;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 52710.007988/2021-68, resolve:

Art. 1º Autorizar o adicional de cota de importação de insumos no valor de US$ 120,267,504.00 (cento e vinte milhões, duzentos e sessenta e sete mil e quinhentos e quatro dólares dos Estados Unidos da América) para o produto PLACA DE CIRCUITO IMPRESSO MONTADA (DE USO EM INFORMÁTICA), Código Suframa nº 0361, aprovado pela Portaria nº 796, de 20/11/2020, em nome da empresa FOXCONN MOEBG INDÚSTRIA DE ELETRÔNICOS LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 200111647 e CNPJ nº 08.986.284/0001-49.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN



Ministério da Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA Nº 85, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Divulga a relação de estados aptos a receber recursos referentes ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, bem como autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a realizar o repasse de recursos financeiros.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe foram conferidas, resolve:

Art. 1º Ficam divulgados os estados que estão aptos a receber recursos referentes ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, regulamentado pela Portaria MEC nº 2.116, de 6 de dezembro de 2019 e Resolução CD/FNDE nº 17, de 7 de outubro de 2020 e Resolução nº 4, de 20 de abril de 2021.

Art. 2º Fica autorizado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a realizar as transferências de recursos financeiros aos estados para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, correspondentes ao ano de 2021, no valor total de R$ 84.204.264,21 (oitenta e quatro milhões, duzentos e quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais e vinte um centavos), a ser distribuído conforme destinatários e valores constante no anexo, referentes às adesões 2016 a 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO

ANEXO

UF SEE	Parcela em restos a pagar		Parcela complementar	Total custeio	Total geral
	Custeio	Capital	Custeio		
AC	731.655,00	1.034.199,69	290.486,76	1.022.141,76	2.056.341,45
CE	7.179.087,00	2.616.973,00	26.425.473,00	33.604.560,00	36.221.533,00
ES	1.091.970,99	797.095,00	-	1.091.970,99	1.889.065,99
MA	2.642.920,11	980.229,00	-	2.642.920,11	3.623.149,11
MS	1.511.380,00	550.939,00	2.127.977,92	3.639.357,92	4.190.296,92
PE	5.586.264,00	2.036.346,00	15.698.128,29	21.284.392,29	23.320.738,29
RN	1.005.740,96	814.661,00	-	1.005.740,96	1.820.401,96
RO	725.270,00	264.381,00	2.843.249,32	3.568.519,32	3.832.900,32
SE	2.183.038,00	795.777,00	4.271.022,17	6.454.060,17	7.249.837,17
TOTAL	22.657.326,06	9.890.600,69	51.656.337,46	74.313.663,52	84.204.264,21

PORTARIA Nº 86, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Divulga a relação de estados e Distrito Federal que estão aptos a receber recursos referentes ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, bem como autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a realizar o empenho e repasse de recursos financeiros àqueles entes.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, resolve:

Art. 1º Ficam divulgados os estados e o Distrito Federal que estão aptos a receber recursos referentes ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, atualmente regido por meio da Portaria MEC nº 2.116, de 6 de dezembro de 2019, com recursos de programa federal, conforme Resolução CD/FNDE nº 17, de 7 de outubro de 2020 e Resolução nº 4, de 20 de abril de 2021.

Art. 2º O repasse corresponde aos valores a serem pagos às unidades federativas por ocasião da expansão do programa, pactuado no ano de 2019, e tem como base o quantitativo de metas de matrículas selecionadas no ato da adesão, em que apresenta-se o quantitativo de 412 escolas contempladas com 41.130 matrículas aprovadas, totalizando 26 unidades federativas.

Art. 3º Fica autorizado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a realizar o pagamento dos recursos financeiros empenhados aos estados para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, correspondente ao ano de 2021, no valor total de R$ 82.260.000,00 (oitenta e dois milhões duzentos e sessenta mil reais), a ser distribuído conforme destinatários e valores constantes no anexo, referentes à adesão de 2019 ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUIZ RABELO

ANEXO

TABELA DE PAGAMENTOS

UF	CNPJ	Matrículas 2020	Repasse adesão de 2019 (Total)	Repasse Custeio (44%)	Repasse Capital (56%)
Total Geral		41.130	R$ 82.260.000,00	R$ 36.194.400,00	R$ 46.065.600,00
AC	04.033.254/0001-67	280	R$ 560.000,00	R$ 246.400,00	R$ 313.600,00
AL	12.200.218/0001-79	720	R$ 1.440.000,00	R$ 633.600,00	R$ 806.400,00
AM	04.312.419/0001-30	1.145	R$ 2.290.000,00	R$ 1.007.600,00	R$ 1.282.400,00
AP	01.517.658/0001-38	1.400	R$ 2.800.000,00	R$ 1.232.000,00	R$ 1.568.000,00
BA	13.937.065/0001-00	2.520	R$ 5.040.000,00	R$ 2.217.600,00	R$ 2.822.400,00
CE	07.954.514/0001-25	2.607	R$ 5.214.000,00	R$ 2.294.160,00	R$ 2.919.840,00
DF	00.394.676/0001-07	630	R$ 1.260.000,00	R$ 554.400,00	R$ 705.600,00
ES	27.080.563/0001-93	1.835	R$ 3.670.000,00	R$ 1.614.800,00	R$ 2.055.200,00
GO	01.409.705/0001-20	1.120	R$ 2.240.000,00	R$ 985.600,00	R$ 1.254.400,00
MA	03.352.086/0001-00	2.560	R$ 5.120.000,00	R$ 2.252.800,00	R$ 2.867.200,00
MG	18.715.599/0001-05	2.292	R$ 4.584.000,00	R$ 2.016.960,00	R$ 2.567.040,00
MS	02.585.924/0001-22	1.410	R$ 2.820.000,00	R$ 1.240.800,00	R$ 1.579.200,00
MT	03.507.415/0008-10	840	R$ 1.680.000,00	R$ 739.200,00	R$ 940.800,00
PA	05.054.937/0001-63	2.000	R$ 4.000.000,00	R$ 1.760.000,00	R$ 2.240.000,00
PB	08.778.250/0001-69	2.525	R$ 5.050.000,00	R$ 2.222.000,00	R$ 2.828.000,00
PE	10.572.071/0001-12	2.880	R$ 5.760.000,00	R$ 2.534.400,00	R$ 3.225.600,00
PI	06.554.729/0001-96	1.800	R$ 3.600.000,00	R$ 1.584.000,00	R$ 2.016.000,00
PR	76.416.965/0001-21	1.159	R$ 2.318.000,00	R$ 1.019.920,00	R$ 1.298.080,00
RJ	42.498.659/0001-60	2.400	R$ 4.800.000,00	R$ 2.112.000,00	R$ 2.688.000,00
RN	08.241.804/0001-94	1.440	R$ 2.880.000,00	R$ 1.267.200,00	R$ 1.612.800,00
RO	04.564.530/0001-13	840	R$ 1.680.000,00	R$ 739.200,00	R$ 940.800,00
RS	92.941.681/0001-00	320	R$ 640.000,00	R$ 281.600,00	R$ 358.400,00
SC	82.951.328/0001-58	2.197	R$ 4.394.000,00	R$ 1.933.360,00	R$ 2.460.640,00
SE	13.128.798/0014-18	1.120	R$ 2.240.000,00	R$ 985.600,00	R$ 1.254.400,00
SP	46.384.111/0001-40	2.405	R$ 4.810.000,00	R$ 2.116.400,00	R$ 2.693.600,00
TO	25.053.083/0001-08	685	R$ 1.370.000,00	R$ 602.800,00	R$ 767.200,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

DECISÃO DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº: 23000.009075/2018-99
Interessado: PAULA JANUÁRIA FIGUEREDO BRAGA
Assunto: ARQUIVAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, no exercício de suas atribuições previstas no Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, nos termos do art. 50, inciso II e § 1º, da Lei nº 9.784, de 1996, e com fundamento nos termos do art. 3º, da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), cominado com o art. 30, § 1º, inciso II, da Portaria Normativa nº 1, de 22 de janeiro de 2010, e com o art. 112, § 1º, inciso II, da Portaria nº 209, de 7 de março de 2018, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 399/2021/CGPES/DIPPES/SESU/SESU, determina em relação à Sra. PAULA JANUÁRIA FIGUEREDO BRAGA, já devidamente identificada no presente processo administrativo, que:

(i) Seja concluído o Processo de Supervisão do Fies de nº 23000.009075/2018-99, instaurado pela Portaria nº 52, de 5 de julho de 2018, por perda de objeto, considerando o término do curso pela estudante denunciada, em decorrência de medida judicial.

(ii) Seja notificada do teor da presente decisão, atendendo ao disposto no art. 28 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

WAGNER VILAS BOAS DE SOUZA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 906, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚO DE ALMEIDA

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201815436	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE BRASÍLIA - ESTÁCIO BRASÍLIA	IESST - INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR SOCIAL E TECNOLOGICO	CSG 09, LOTES 15/16, TAGUATINGA, TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
2	201900885	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	40 (quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FARIAS BRITO	ORGANIZACAO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA	RUA CASTRO MONTE, 1364, VARJOTA, FORTALEZA/CE
3	201818048	FARMÁCIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	Centro Universitário FASIPE	FASIPE CENTRO EDUCACIONAL LTDA - ME	RUA CARINE, 11, CAMPUS - SINOP - RESIDENCIAL FLORENCIA, RESIDENCIAL FLORENÇA, SINOP/MT

PORTARIA Nº 907, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚO DE ALMEIDA

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201817958	BIOMEDICINA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURICIO DE NASSAU DE ARACAJU	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E DE PESQUISA DE SERGIPE LTDA - SESPS	AVENIDA AUGUSTO FRANCO, S/N, , SIQUEIRA CAMPOS, ARACAJU/SE
2	201817981	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURICIO DE NASSAU DE ARACAJU	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E DE PESQUISA DE SERGIPE LTDA - SESPS	AVENIDA AUGUSTO FRANCO, S/N, , SIQUEIRA CAMPOS, ARACAJU/SE
3	201817713	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURICIO DE NASSAU DE ARACAJU	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E DE PESQUISA DE SERGIPE LTDA - SESPS	AVENIDA AUGUSTO FRANCO, S/N, , SIQUEIRA CAMPOS, ARACAJU/SE
4	201817807	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE TERESINA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR PIAUIENSE LTDA	AVENIDA JOQUEI CLUBE, 710, JOQUEI CLUBE, TERESINA/PI

PORTARIA Nº 908, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚO DE ALMEIDA

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201818070	FARMÁCIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	Centro Universitário Maurício de Nassau Paulista	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, S/N, , CENTRO, PAULISTA/PE
2	201818034	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	Centro Universitário Maurício de Nassau Paulista	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, S/N, SHOPPING PAULISTA, CENTRO, PAULISTA/PE
3	201901627	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE ADVENTISTA PARANAENSE	INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO	GLEBA PAIÇANDU, S/N, LOTE 80, ZONA RURAL, IVATUBA/PR
4	201817874	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ - FACENE/RN	ESCOLA DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANCA LTDA	AVENIDA PRESIDENTE DUTRA, 701, , ALTO DE SÃO MANOEL, MOSSORÓ/RN
5	201817518	PSICOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	SOCIEDADE EDUCACIONAL DESEMBARGADOR PLINIO PINTO COELHO LTDA	RUA DEOMAR JAEGGER, S/N°, , ALEQUICIS, SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ

PORTARIA Nº 919, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Em virtude do cumprimento de decisão judicial, nos autos do Mandado de Segurança nº 26.038/DF, os prazos do CEBAS-Educação encontram-se suspensos, nos termos da Portaria nº 144, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de maio de 2020, podendo a entidade apresentar recurso a qualquer tempo, enquanto viger a decisão judicial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	19.140.037/0001-43	CRECHE COMUNITARIA DA VILA PIRATININGA	Belo Horizonte/MG	23000.021457/2018-91	87/2021
2	56.364.359/0001-00	ASSOCIACAO BENEFICENTE FONTE VIVA	Votuporanga/SP	23000.021757/2019-51	101/2021
3	75.187.799/0001-76	CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL PERSEVERANCA	Paranaguá/PR	23000.037727/2018-85	100/2021

PORTARIA Nº 920, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Em virtude do cumprimento de decisão judicial, nos autos do Mandado de Segurança nº 26.038/DF, os prazos do CEBAS-Educação encontram-se suspensos, nos termos da Portaria nº 144, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de maio de 2020, podendo a entidade apresentar recurso a qualquer tempo, enquanto viger a decisão judicial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	18.391.797/0001-60	BEM ESTAR DO MENOR	Sabinópolis/MG	23000.014673/2015-37	71/2021
2	51.660.876/0001-03	INSTITUTO METODISTA DE EDUCACAO - IMED - EM RECUPERACAO JUDICIAL	Lins/SP	23000.024658/2015-05	80/2021
3	82.779.471/0001-04	COMUNIDADE EVANGELICA LUTERANA SANTISSIMA TRINDADE	Joaçaba/SC	23000.018394/2017-12	82/2021

PORTARIA Nº 921, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Em virtude do cumprimento de decisão judicial, nos autos do Mandado de Segurança nº 26.038/DF, os prazos do CEBAS-Educação encontram-se suspensos, nos termos da Portaria nº 144, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de maio de 2020, podendo a entidade apresentar recurso a qualquer tempo, enquanto viger a decisão judicial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	03.696.900/0001-03	ASSOCIACAO MARIA CAZETTA	Curitiba/PR	23000.020824/2018-39	78/2021
2	33.862.392/0001-57	V IRMANDADE DE N S DA PENHA DE FRANCA	Rio de Janeiro/RJ	23000.000027/2018-35	83/2021
3	45.870.318/0001-61	FUNDACAO PASTOR RUBENS LOPES	São Paulo/SP	23000.020417/2018-21	84/2021

PORTARIA Nº 922, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Em virtude do cumprimento de decisão judicial, nos autos do Mandado de Segurança nº 26.038/DF, os prazos do CEBAS-Educação encontram-se suspensos, nos termos da Portaria nº 144, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de maio de 2020, podendo a entidade apresentar recurso a qualquer tempo, enquanto viger a decisão judicial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	59.178.822/0001-00	(FIB) FEDERACAO DE IRMAOS BENEFICENTE	São Paulo/SP	23000.031508/2018-92	105/2021
2	57.036.782/0001-36	SOCIEDADE ESCOLAR BARAO DO RIO BRANCO	São Paulo/SP	23000.017305/2019-74	106/2021
3	23.455.561/0001-80	FUNDACAO CULTURAL DR PEDRO LEOPOLDO	Pedro Leopoldo/MG	23000.041974/2018-86	107/2021

PORTARIA Nº 923, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Ficam INDEFERIDOS os pedidos de Concessão/Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, por contrariarem requisitos legais constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, considerando os fundamentos contidos nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Em virtude do cumprimento de decisão judicial, nos autos do Mandado de Segurança nº 26.038/DF, os prazos do CEBAS-Educação encontram-se suspensos, nos termos da Portaria nº 144, de 13 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 14 de maio de 2020, podendo a entidade apresentar recurso a qualquer tempo, enquanto viger a decisão judicial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica
1	12.298.051/0001-20	ASSOCIACAO ASSISTENCIAL EDUCACIONAL MACADESKI	São Gonçalo/RJ	23000.015194/2019-61	102/2021
2	04.160.147/0001-08	ASSOCIACAO BENEFICENTE KAIROS	São Paulo/SP	23000.017796/2019-53	88/2021
3	38.893.038/0001-03	ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA CRIANCA AUTISTA AUMA	São Paulo/SP	23000.041541/2018-21	89/2021

PORTARIA Nº 924, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195 de 30 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Ficam DEFERIDOS os requerimentos de Renovação/Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social das entidades elencadas no Anexo, conforme análises contidas nas respectivas Notas Técnicas.

Art. 2º Sem prejuízo do prazo de validade da certificação, as entidades certificadas deverão apresentar ao Ministério da Educação o Relatório Anual previsto no art. 36 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, relativo aos serviços que houverem sido prestados à sociedade.

Art. 3º As entidades certificadas deverão zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS nos termos estabelecidos nos art. 67 e 68 da Portaria Normativa nº 15/2017, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

ANEXO

	CNPJ	Nome da Entidade	Local	Nº do Processo	Nota Técnica	Tipo (Concessão/Renovação)	Período de Certificação
1	00.300.881/0001-66	ASSOCIACAO CHANCE INTERNACIONAL	Campinas/SP	23000.028537/2018-77	104/2021	CONCESSÃO	3 (três) anos
2	06.303.115/0001-31	CLUBE DE MAES DO JARDIM TURQUESA	São Paulo/SP	23000.000072/2019-71	85/2021	CONCESSÃO	3 (três) anos
3	78.624.202/0001-00	INSTITUTO FILADELFIA DE LONDRINA	Londrina/PR	23000.023951/2015-47	609/2021	CONCESSÃO	3 (três) anos

PORTARIA Nº 925, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 23000.015697/2021-51.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição Federal, art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, artigos 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 220/2021/CGSE/DISUP/SERES, determina perante o curso de Farmácia (cód. 109282), ofertado pela Faculdade de Colíder (cód. 1785), mantida pelo Sistema Educacional Integrado - Centro de Estudos Universitários de Colíder (cód. 1185), CNPJ 03.845.679/0001-08:

Art 1º. A redução de 60 (sessenta) para 45 (quarenta e cinco) vagas totais anuais.

Art 2º. A revogação das medidas cautelares aplicadas ao curso por meio da Portaria SERES nº 673, publicada em 30 de junho de 2021.

Art 3º. A retomada dos trâmites do Processo e-MEC nº 201807401.

Art 4º. A notificação da Instituição do teor da decisão com a informação da possibilidade de recurso ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no prazo de 30 (trinta dias), nos termos do art. 75 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art 5º. O arquivamento após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível, do Processo MEC 23000.015697/2021-51.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 926, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 23000.009583/2020-91.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição Federal, art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, artigos 2º, 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, artigos 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 204/2021/CGSE/DISUP/SERES/SERES, determina perante o curso de graduação de Medicina Veterinária (cód. 1139841), ofertado pelo Centro Universitário

do Norte Paulista - Unorp (cód. 1129), mantido pelo Centro Integrado de Ensino Superior de Rio Preto Ltda., inscrito no CNPJ sob o nº 37.165.058/0001-03.

Art 1º. A redução de 160 (cento e sessenta) vagas cadastradas para 128 (cento e vinte e oito) vagas totais anuais do curso bacharelado em Medicina Veterinária (cód. 1139841);

Art 2º. A revogação das medidas cautelares impostas ao curso pela Portaria SERES nº 74/2020, exceto a referente à majoração de vagas;

Art 3º. A continuidade do Processo nº 201358344, observada a redução de vagas;

Art 4º. A notificação da Instituição sobre o teor da decisão, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC e a informação da possibilidade de apresentar recurso ao Conselho Nacional de Educação no prazo de trinta dias, nos termos do art. 63 do Decreto 9.235/2017, sem efeito suspensivo, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999;

Art 5º. O arquivamento após o prazo recursal, na ausência da interposição do recurso cabível, do Processo MEC nº 23000.009583/2020-91.

PAULO ROBERTO ARAÚJO DE ALMEIDA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

CAMPUS FORMIGA

PORTARIA Nº 126, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS - CAMPUS FORMIGA, nomeado pela Portaria IFMG nº 1.173, de 20/09/2019, publicada no DOU de 23/09/2019, Seção 2, pág. 29, no uso de suas atribuições legais e das que lhe são conferidas pela Portaria IFMG nº 475/2016 de 06/04/2016, publicada no DOU de 15/04/2016, Seção 2, pág. 17. Retificada pela Portaria IFMG nº 805, de 04 de julho de 2016, publicada no DOU de 06 de julho de 2016, Seção 2, pág. 22. Considerando a Portaria N°. 1078 de 27 de setembro de 2016, resolve:

Art. 1º. PRORROGAR, a partir do dia 03 de setembro de 2021 ao dia 02 de setembro de 2022, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto de que trata o Edital nº 12/2020 do IFMG - Campus Formiga, de 14/07/2020, publicado no DOU em 15/07/2020, seção 3, página 50, homologado no DOU em 03/09/2020, seção 3, página 66.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON SANTOS DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 866, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 22/10/2021, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2019, DOU de 30/05/2019, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 15, DOU de 08/01/2020.

INSTITUTO DE BIOLOGIA
Departamento: Coordenação Acadêmica
Área de Conhecimento: Genômica Aplicada a Saúde
Classe: Adjunto A
Regime de Trabalho: DE

DENISE VIEIRA DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 579/DDP, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.061729/2019-23, homologa o resultado do concurso público aprovado pelo Conselho de Unidade do Centro Tecnológico (CTC), para a carreira do Magistério Superior, realizado pelo Departamento de Engenharia Mecânica (EMC), objeto do Edital nº 121/2019/DDP, publicado no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019, seção 3, página 116.

Campo de Conhecimento: Fenômenos de Transporte/Engenharia Térmica
Regime de Trabalho: DE
Vagas: 01 (uma)
Classe/Denominação/Nível: A/Adjunto/1
Lista geral:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO
Lista de Pessoas com Deficiência:
NÃO HOUVE CANDIDATO INSCRITO
Lista de Pessoas Negras:
NÃO HOUVE CANDIDATO APROVADO

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

PORTARIA Nº 58, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Homologa o Resultado Final do Processo Seletivo para Professor Substituto na Área de Matemática

O Diretor pro tempore do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, no uso de suas atribuições legais, considerando o Processo N° 23111.000542/2020-76, o Edital n° 04/2021, publicado no Diário Oficial da União n° 39, Seção 3, páginas 46 e 47, de 27 de Fevereiro de 2020 e Edital 12/2021 publicado no Diário Oficial da União nº 157, Seção 3, p. 83 de 19 de Agosto de 2021, resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado final do Processo Seletivo para a contratação de Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível I, em regime de Tempo Integral-40h, com lotação na Coordenação do Curso de Matemática do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, na cidade de Picos-PI, da forma como segue:

Área de Matemática - habilitar os candidatos: GEOVANI JOSÉ DE CARVALHO (1º lugar); RAIMUNDO BRUNO GOMES DA SILVA (2º lugar); ALINE IARA LEANDRO DE MORAIS (3º lugar); PAULO CARDOSO DANTAS (4º lugar); JOSÉ ARTUR DE SOUSA (5º lugar); MICAEL CAMPOS DA SILVA (6º lugar); e classificar para contratação o primeiro, segundo e terceiro colocados.

JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PORTARIA Nº 586, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O Reitor Pro Tempore da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, no uso das suas atribuições conferidas pela Portaria/MEC nº 384 de 09 de abril de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 70 de 13 de abril de 2020, e tendo em vista o Ofício nº 32/2021 - PROEX, resolve:

I - Delegar competência à Pró-Reitora de Extensão, pelo prazo de 02 anos, para assinar como representante legal os Termos de Compromisso e Convênios de Estágio, com o objetivo de assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, cabendo recurso ao Reitor.

II - Convalidar os atos praticados pela Pró-Reitoria de Extensão da UNIVASF a contar de 16.07.2020 até a publicação desta Portaria no Diário oficial da União.

III - Revogar as disposições em contrário.

DANIEL SALGADO PIFANO
Vice-Reitor Pro Tempore
Em Exercício

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 5.696, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.044090/2020-37, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 5587, de 28 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 5 de agosto de 2021, Seção 1, página 35, que exclui a partir do dia 26 de agosto de 2021 o aeródromo Ouro Fino, localizado em Ouro Fino/MG, do cadastro de aeródromos públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 5.705, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 107, e considerando o que consta do Processo nº 00058.021612/2021-11, resolve:

Art. 1º Aprovar o Programa de Segurança Aeroportuária (Revisão 01) do operador Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, CNPJ nº 00.352.294/0024-07, responsável pela operação do Aeroporto de Congonhas (SBSP), em São Paulo/SP (código CIAD: SP0001), nos termos do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 107, Emenda 04, e da Instrução Suplementar nº 107-001, revisão E (IS nº 107-001E), e considerando as seguintes especificações:

I - Classe do aeródromo: AP-3
II - Serviços aéreos: voos domésticos e internacionais
III - Capacidade da maior aeronave: Superior a 60 assentos

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 3.950/SIA, de 26 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 21 de janeiro de 2020, Seção 1, página 39.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 5.731, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, inciso XV, alínea "a", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso XXII e §3º, da Lei n° 11.182, de 27 de setembro de 2005, na Resolução nº 153, de 18 de junho de 2010, nos itens 5.1.2 e 5.2.1.1, da Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 11-3, aprovada pela Portaria nº 1425/GC3, de 14 de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00065.030977/2020-59, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor do Aeródromo Público Santa Rosa, em Santa Rosa/RS (código CIAD: RS0027).

Art. 2º A aprovação de Plano Diretor do Aeroporto não sobrepõe entendimentos de processos subsequentes, correlatos à segurança operacional aeroportuária, sendo responsabilidade do operador de aeródromo manter o Plano Diretor atualizado.

Art. 3º A aprovação do Plano Diretor do Aeroporto não garante o cadastramento, pela ANAC, da expansão pretendida da infraestrutura aeroportuária, de modo que eventuais modificações de características ou cadastramentos vindouros deverão atender aos regulamentos processuais e materiais vigentes na oportunidade de sua implementação.

Art. 4º O disposto na presente Portaria não dispensa o operador de aeródromo da observância dos requisitos de licenciamento ambiental, de uso do solo e de zoneamento urbano e outras legislações.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SGIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 5.724, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.027028/2021-72, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda ITK Agro;
II - código identificador de aeródromo - CIAD: RS0181;
III - município (UF): Alegrete (RS);
IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 30° 01' 54'' S / 055° 18' 49'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 5.733, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.015348/2021-80, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Comunidade São Leopoldo do Tapajós;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PA0309;

III - município (UF): Itaituba (PA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 04° 58' 33'' S / 056° 55' 22'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO
GERÊNCIA TÉCNICA DE ORGANIZAÇÃO DE FORMAÇÃO

PORTARIA Nº 5.738, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.007678/2021-00, resolve:

Art. 1º Tornar púbica a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 23 de agosto de 2021, em favor da PTA ESCOLA DE AVIACAO LTDA, CNPJ 39.691.545/0001-27, situado na Rua Afonso Petschow, 3700, Bom Jesus, Rio Negro/PR - CEP 83880-000.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

PORTARIA Nº 5.739, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O GERENTE TÉCNICO DE ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, inciso V, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 141, e considerando o que consta do processo nº 00065.000538/2021-01, resolve:

Art. 1º Tornar púbica a emissão do Certificado de Centro de Instrução de Aviação Civil - CIAC, emitido em 23 de agosto de 2021, em favor do AEROCLUBE DE ARARAS, CNPJ 44.214.302/0001-38, situado na Avenida João Rossi, 120, Chácaras Granja São Francisco, Araras/SP - CEP 13605-300.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ STOCK HOFFMANN

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

EXTRATO DO ACÓRDÃO Nº 456-ANTAQ, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Processo: 50300.011829/2016-05
Parte: PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A (08.310.839/0002-19), COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (42.266.890/0003-90), MRS LOGÍSTICA S.A (01.417.222/0001-77)
Ementa: Solicitação de Arbitragem Regulatória. Pedido de medida cautelar para suspensão de cobrança de tarifas portuárias e definição quanto à correta remuneração da área pública ocupada pela requerente. Resolução consensual da controvérsia. Arquivamento.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 506ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 11/08/2021, por maioria, vencido o primeiro Revisor, Diretor Francisval Mendes, ante as razões expostas pelo Relator, Diretor Adalberto Tokarski, que acatou a proposta apresentada pelo segundo Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery, em:I - arquivar o presente processo de arbitragem administrativa, face à resolução consensual da controvérsia;II - determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) que promova a abertura de processo fiscalizatório específico com vistas a apurar eventual conduta infracional pela Companhia Docas do Rio de Janeiro e responsabilização de seus administradores que, em seu devido tempo, permitiram que o Porto Sudeste ocupasse área portuária sem instrumento contratual válido, conforme dispõem as Resoluções-ANTAQ de nºs 3.274 e 3.259;III - encaminhar cópia do contrato nº 271/2021 à Superintendência de Outorgas, para ciência e providências; e IV - cientificar a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ), a PORTO SUDESTE DO BRASIL S.A. e a MRS LOGÍSTICA S.A. acerca da presente decisão.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e o Diretor Francisval Mendes, que proferiu seu voto antes de deixar a Diretoria da Agência.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

ACÓRDÃO Nº 457-ANTAQ, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Processo: 50300.022364/2018-71
Parte: AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
Ementa: Cobrança administrativa decorrente da inexecução de contrato firmado pela ANTAQ. Instauração de tomada de contas especial. Apuração de eventual responsabilidade por infração funcional.Acórdão:Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, reunidos para a 506ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 11/08/2021, por maioria, vencido o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, ante as razões expostas pelo Revisor, Diretor-Geral Eduardo Nery, em:I - determinar à Superintendência de Administração e Finanças, com amparo nos incisos I a V do artigo 2º da Portaria DG nº 324, que adote providências com vistas à instauração de Tomada de Contas Especial, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 71/2012 e na Portaria-TCU nº 122/2018; e II - encaminhar os presentes autos à Corregedoria da ANTAQ, para exame e apuração de eventual responsabilidade por infração funcional, conforme Nota Jurídica nº 00016/2021/NPD/PFANTAQ/PGF/AGU.Participaram da deliberação o Diretor-Geral Eduardo Nery, o Relator, Diretor Adalberto Tokarski, e a Diretora Flávia Morais Takafashi.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

FLÁVIA MORAIS LOPES TAKAFASHI
Diretora

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DELIBERAÇÃO Nº 48, DE 20 DE JULHO DE 2021

Processo nº 50300.017292/2018-41. Fiscalizada: ZEMAX LOG SOL
UÇÕES MARÍTIMAS S/A, CNPJ nº 09.444.865/0001-11. Objeto e Fundamento Legal.

O Superintendente de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - Substituto no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 57 do Regimento Interno, decido pela a)subsistência do Auto de Infração nº 003742-7 (SEI 0822268) em relação ao FATO 01, com aplicação da penalidade de MULTA à empresa, no valor de R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), pela prática da infração tipificada no art. 33 da Resolução Normativa nº 18 - ANTAQ, consubstanciada no fato da empresa ter cedido a posse da embarcação que garante o cumprimento dos requisitos técnicos necessários à obtenção e manutenção da outorga de autorização na navegação de longo curso; b)subsistência do Auto de Infração nº 003742-7 (SEI 0822268) em relação ao FATO 02, com aplicação da penalidade de MULTA à empresa, no valor de R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), pela prática da infração tipificada no art. 33 da Resolução Normativa nº 18 - ANTAQ, consubstanciada no fato da empresa ter cedido a posse da embarcação que garante o cumprimento dos requisitos técnicos necessários à obtenção e manutenção da outorga de autorização na navegação de cabotagem; c)subsistência do Auto de Infração nº 003742-7 (SEI 0822268) em relação ao FATO 03, com aplicação da penalidade de MULTA à empresa, no valor de R$ 17.148,71 (dezessete mil cento e quarenta e oito reais e setenta e um centavos), pela prática da infração tipificada no art. 26, inciso II, da Resolução Normativa nº 18 - ANTAQ, consubstanciada no fato da empresa não ter encaminhado a documentação relativa à embarcação LAGOA CARIOCA, assim como não encaminhou os documentos quanto à segurança da navegação das demais embarcações de sua frota, solicitados no Ofício nº 457-ANTAQ; d)insubsistência do Auto de Infração nº 003742-7 (SEI 0822268) em relação ao FATO 04, com ARQUIVAMENTO da infração sem aplicação de qualquer penalidade à empresa, pois a transferência das embarcações não ocorreu durante o período da fiscalização, não havendo o que se falar de ausência de comunicação tempestiva à ANTAQ. e)nulidade do Auto de Infração nº 003742-7 (SEI 0822268) em relação ao FATO 05, pela falta de descrição objetiva da conduta infracional, prejudicando a ampla defesa da empresa; e)nulidade do Auto de Infração nº 003742-7 (SEI 0822268) em relação ao FATO 06, pela falta de descrição objetiva da conduta infracional, prejudicando a ampla defesa da empresa; f)nulidade do Auto de Infração nº 003742-7 (SEI 0822268) em relação ao FATO 07, pela falta de descrição objetiva da conduta infracional, prejudicando a ampla defesa da empresa; e g)insubsistência do Auto de Infração nº 003742-7 (SEI 0822268) em relação ao FATO 08, com ARQUIVAMENTO da infração sem aplicação de qualquer penalidade à empresa, uma vez que a alteração contratual em comento foi comunicada à ANTAQ no prazo regulamentar.

FÁBIO QUEIROZ FONSECA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.953, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Resolução nº 5.920, de 15 de dezembro de 2020.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 013, de 24 de agosto de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.361871/2019-52, resolve:

Art. 1º Revogar o inciso III, do art. 2º, da Resolução nº 5.920, de 15 de dezembro de 2020.

Art. 2º Alterar a redação do art. 3º da Resolução nº 5.920, de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A outorga do serviço de transporte ferroviário de cargas não associado à exploração de infraestrutura ferroviária ao OFI, para o transporte de carga proveniente de demanda própria ou de terceiros, será feita por meio de autorização a ser expedida pela ANTT.

..." (NR)

Art. 3º Alterar a redação do art. 4º da Resolução nº 5.920, de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º O interessado deverá formular requerimento de autorização a ser endereçado à ANTT, conforme o modelo constante no Anexo Único, acompanhado dos documentos previstos nos arts. 8º a 11 desta Resolução." (NR)

Art. 4º Incluir o Anexo único na Resolução nº 5.920, de 2020, conforme Anexo único desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO ÚNICO

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE OFI	
1. IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA	
Razão Social:	
Nome Fantasia:	
CNPJ:	
Inscrição estadual:	
Telefone: ( )	
Endereço Comercial:	
Endereço Eletrônico:	
Descrição do Objeto Social (atividade principal e secundária):	
DADOS DOS REPRESENTANTES LEGAIS	
Nome:	
Cargo:	
Telefone: ( )	
E-mail:	
Nome:	
Cargo:	
Telefone: ( )	
E-mail:	
DADOS DOS ADMINISTRADORES	
Nome:	
CPF:	
Cargo:	
Nome:	
CPF:	
Cargo:	
Nome:	
CPF:	
Cargo:	
2. HABILITAÇÃO JURÍDICA	
Sociedade Empresária:	Sociedade por Ações:

Ato constitutivo registrado na Junta Comercial da respectiva sede, em que figure objeto social compatível com as atividades do OFI, acompanhado de documento comprobatório ou de eleição de seus administradores. (art. 8º, I)	Ato constitutivo registrado na Junta Comercial da respectiva sede, em que figure objeto social compatível com as atividades do OFI, acompanhado de documento de eleição de seus administradores e publicação em Diário Oficial. (art. 8º, II)
Sim ( ) Não ( )	Sim ( ) Não ( )
3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	
Certidão negativa de falência e de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelos órgãos competentes, com data não anterior a 60 (sessenta) dias do requerimento de autorização. (art. 9º, I)	
Sim ( ) Não ( )	
Termo de Compromisso de Contratação de Seguros, emitido pelo OFI, de forma a garantir que dispõe ou se compromete a dispor dos seguros exigidos nesta Resolução. (art. 9º, II)	
Sim ( ) Não ( )	
4. HABILITAÇÃO FISCAL	
Certidão de regularidade de débitos relativos às contribuições previdenciárias e certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união. (art. 10, I)	
Sim ( ) Não ( )	
Certidão de regularidade de débitos relativos aos tributos estaduais e à dívida ativa do Estado ou do Distrito Federal. (art. 10, II)	
Sim ( ) Não ( )	
Certidão de regularidade de débitos relativos aos tributos municipais e à dívida ativa do Município. (art. 10, III)	
Sim ( ) Não ( )	
Certidão de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. (art. 10, IV)	
Sim ( ) Não ( )	
Regularidade de obrigações pecuniárias vencidas e não pagas perante a ANTT. (art. 10, V)	
Sim ( ) Não ( )	
Certidão de regularidade de débitos trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho. (art. 10, VI)	
Sim ( ) Não ( )	
5. HABILITAÇÃO TÉCNICA	
Termo de Compromisso de Qualificação Técnica (art. 11)	
Sim ( ) Não ( )	
6. ASSINATURA	
Cidade - UF, 00 de mês de 0000. _____ Assinatura	

DELIBERAÇÃO Nº 277, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 076, de 24 de agosto de 2021, e no que consta dos Processos nº 50500.089187/2020-71 e nº 50500.084364/2020-23, delibera:

Art. 1º Aprovar a 17ª Revisão Ordinária e a 14ª Revisão Extraordinária das Tarifas Básicas de Pedágio do Contrato de Concessão nº 013/00-MT (PJ/CD/215/98), do complexo rodoviário denominado Polo de Concessão Rodoviária Pelotas/RS, explorado pela Concessionária de Rodovias do Sul S/A - ECOSUL.

Parágrafo único. O Quadro de Tarifas Básicas constante do Termo Aditivo 004/14 passa a vigorar acrescido das alterações constantes no quadro a seguir, com efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 1º de janeiro de 2021:

QUADRO DE TARIFA BÁSICA (TB)								
Categorias	1	2	3	4	5	6	7	8
dez/20	3,39604	6,79207	10,18811	13,58415	16,98019	20,37622	5,09406	6,79207

Art. 2º Atualizar os valores das tarifas de pedágio, aplicando a variação ponderada dos índices relativos aos principais componentes de custos considerados na formação dos valores das Tarifas Básicas de Pedágio, nas praças de Pedágio do Polo de Concessão Rodoviária Pelotas/RS em 7,63% (sete inteiros e sessenta e três centésimos por cento), na forma prevista no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 013/00-MT (PJ/CD/215/98).

Art. 3º Alterar as Tarifas Básicas de Pedágio reajustadas, antes do arredondamento, segundo o quadro a seguir:

QUADRO DE TARIFA BÁSICA (TB) REAJUSTADAS (Categoria Estadual)								
Categorias	1	2	3	4	5	6	7	8
dez/20	12,88870	25,77739	38,66609	51,55478	64,44348	77,33218	19,33304	25,77739

Art. 4º Alterar as Tarifas Básicas de Pedágio reajustadas, após o arredondamento, segundo o quadro a seguir:

QUADRO DE TARIFA BÁSICA (TB) REAJUSTADAS (Categoria Estadual)								
Categorias	1	2	3	4	5	6	7	8
dez/20	12,90	25,80	38,70	51,60	64,40	77,30	19,30	25,80

Art. 5º Alterar, na forma da tabela anexa, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, para a categoria 1, após arredondamento, de R$ 12,30 (doze reais e trinta centavos) para R$ 12,90 (doze reais e noventa centavos) nas praças de pedágio.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor a zero hora do dia 28 de agosto de 2021.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS
Praças Retiro (P1), Capão Seco (P2), Glória (P3), Pavão (P4) e Cristal (P5)

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	12,90
2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	25,80
3	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semi-reboque e ônibus	3	Dupla	38,70
4	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	4	Dupla	51,60
5	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	5	Dupla	64,40
6	Caminhão com reboque e caminhão-trator com semi-reboque	6	Dupla	77,30
7	Automóvel e caminhonete com semi-reboque	3	Simples	19,30
8	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	25,80

DELIBERAÇÃO Nº 278, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 086, de 24 de agosto de 2021, e no que consta dos Processos nº 50500.000478/2021-18 e nº 50500.129101/2020-51, delibera:

Art. 1º Aprovar a celebração do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 001/2013, entre a ANTT e a Concessionária de Rodovia Minas Gerais Goiás S.A - Eco 050, nos moldes da minuta anexa aos autos do Processo nº 50500.000478/2021-18.

Art. 2º Aprovar a 6ª Revisão Ordinária, a 10ª Revisão Extraordinária e o Reajuste da Tarifa Básica de Pedágio (TBP) do Contrato de concessão relativo ao Edital nº 001/2013, firmando com a Concessionária de Rodovia Minas Gerais Goiás S.A - Eco 050, com base nas seguintes alterações:

I - alteração da Tarifa Básica de Pedágio quilométrica contratual de R$ 0,04848 para R$ 0,04917;

I - alteração da Tarifa Básica de Pedágio quilométrica acumulada nos diversos Fluxos de Caixa Marginais de R$ 0,00525 para R$ 0,00433;

III - aplicação do Índice de Reajustamento Tarifário (IRT), de 1,63186 sobre a Tarifa Básica de Pedágio, que representa o percentual positivo de 5,20% (cinco inteiros e vinte centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período;

IV - aplicação do desconto de reequilíbrio de 8,72144%, sobre a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica contratual, correspondente ao Fator D;

V - aplicação do Fator Q de 0,00%;

VI - aplicação do Fator X de 0;

VII - aplicação do Fator C negativo de R$ 0,03291 na Tarifa de Pedágio reajustada.

Art. 3º Alterar, com efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 12 de abril de 2021, a Tarifa de Pedágio, após o arredondamento, nas praças de pedágio P1 a P6, na forma da tabela de tarifas anexa.

Art. 4º Ficam prejudicados ou indeferidos os pedidos formulados pela Concessionária de Rodovia Minas Gerais Goiás S.A - Eco 050 não contemplados na revisão de que trata esta Deliberação, na forma das manifestações técnicas e jurídicas constantes dos autos.

Art. 5º As tarifas contidas no Anexo desta Deliberação deverão ser cobradas a partir de zero hora do dia 29 de agosto de 2021.

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)					
					Praça 1	Praça 2	Praça 3	Praça 4	Praça 5	Praça 6
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	6,90	7,40	5,60	4,30	6,10	4,40
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	13,80	14,80	11,20	8,60	12,20	8,80
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	10,35	11,10	8,40	6,45	9,15	6,60
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	20,70	22,20	16,80	12,90	18,30	13,20
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	13,80	14,80	11,20	8,60	12,20	8,80
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semireboque	4	Dupla	4,0	27,60	29,60	22,40	17,20	24,40	17,60
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semireboque	5	Dupla	5,0	34,50	37,00	28,00	21,50	30,50	22,00
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semireboque	6	Dupla	6,0	41,40	44,40	33,60	25,80	36,60	26,40
9	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	2	Simples	0,5	3,45	3,70	2,80	2,15	3,05	2,20
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DELIBERAÇÃO Nº 279, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 085, de 24 de agosto de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.103628/2020-55, delibera:

Art. 1º Anuir ao início da eficácia da Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, de modo a suspender a eficácia do Penhor dos Direitos Creditórios enquanto vigente a Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios, a fim de viabilizar a implementação da reestruturação pretendida no âmbito do Aditivo ao Contrato de Concessão.

§ 1º O penhor de direitos creditórios, de que trata o caput, ficará sobrestado até o término do processo de relicitação.

§ 2º A operação anuída nos termos do caput não poderá comprometer a operacionalização e a continuidade do serviço público concedido, nos termos do art. 28 da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 2º O gravame sobre o valor excedente da receita tarifária, decorrente da diferença entre as tarifas de que tratam os incisos III e IV do art. 4º da Resolução nº 5.926, de 2 de fevereiro 2021, deverá ter como condição suspensiva a finalização do processo de relicitação.

Art. 3º A Concessionária BR-040 S/A - VIA040 deverá encaminhar à ANTT cópia autenticada dos contratos de financiamentos avençados e das garantias constituídas e demais documentos pertinentes necessários para caracterização operação, em até 10 (dez) dias úteis da data de sua assinatura.

Art. 4º Fica revogada a Deliberação nº 119, de 31 de março de 2021.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 280, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DFR - 016, de 24 de agosto de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.024588/2014-38, delibera:

Art. 1º Conhecer o Recurso interposto pela Concessionaria Rio-Teresópolis S.A - CRT, para negar a concessão do efeito suspensivo desde sua interposição e, no mérito, negar-lhe provimento, julgando improcedentes os argumentos trazidos, conforme fundamentado nos autos do processo em epígrafe.

Art. 2º Manter a penalidade de multa no patamar de 648 (seiscentos e quarenta e oito) Unidades de Referência de Tarifa - URT, por violação à Cláusula 223 do Contrato de Concessão PG - 156/95-00.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD a atualização do valor da penalidade de multa, em conformidade com o Contrato de Concessão PG - 156/95-00.

Art. 4º Autorizar a SUROD, em caso de não quitação da multa, pelo descumprimento contratual, após o decurso do prazo regulamentar de 30 (trinta) dias previsto no artigo 85, §3º, da Resolução nº 5.083, de 27 de abril de 2016, contados do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União - GRU, pela Concessionária, a providenciar o processo visando à execução da caução, como forma de Garantia de Execução, conforme prevê o Contrato de Concessão PG - 156/95-00

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 281, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DFR - 017, de 24 de agosto de 2021, e no que consta do Processo nº 50500.327643/2017-91, delibera:

Art. 1º Não conhecer do Pedido de Reconsideração e Revisão da Deliberação nº 919, de 24 de setembro de 2019 apresentado pela Empresa Gontijo de Transportes Ltda, CNPJ nº 16.624.611/0001-40.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 144, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O Superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso XIV do Anexo à Resolução nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50500.072153/2021-29, resolve:

Art. 1º Autorizar a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros de caráter não regular e eventual, com finalidade comemorativa, na modalidade de autorização, à Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF, nos seguintes termos:

I - O objeto corresponde à operação do trem comemorativo denominado "Trem dos Tropeiros", a ser realizado em quatro datas (dias 04, 05, 06 e 07 de setembro de 2021), com partidas de Lapa às 09:00 horas e de Mafra às 14:30 horas.

II - O trecho está localizado na malha concedida à empresa Rumo Malha Sul S.A. - RMS, trecho Lapa - Mafra, entre os Municípios de Lapa/PR e Mafra/SC.

III - A forma da prestação do serviço deverá ocorrer de acordo com a documentação e as condições operacionais apresentadas pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF.

Art. 2º A Rumo Malha Sul S.A. - RMS e a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária - ABPF ficam submetidas às normas e aos regulamentos relativos ao transporte ferroviário de passageiros e à Resolução ANTT nº 359, de 26 de novembro de 2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILSON GONÇALVES DE MATOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 468, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, e o que consta no processo nº 50500.075463/2021-03, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO GUANABARA S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais FORTALEZA (CE) - GOIÂNIA (GO), prefixos nº 03-0044-00 e nº 03-0044-61, com os serviços intermunicipais a seguir:

I - De: FORTALEZA (CE), RUSSAS (CE) e JAGUARIBE (CE) Para: ICO (CE), BARRO (CE) e BREJO SANTO (CE);

II - De: ICO (CE) Para: BARRO (CE) e BREJO SANTO (CE);

III - De: BARRO (CE) Para: BREJO SANTO (CE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO SUPAS Nº 470, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 09 de fevereiro de 2017, e o que consta no processo nº 50500.075965/2021-26, decide:

Art. 1º Deferir o pedido do CONSÓRCIO GUANABARA DE TRANSPORTES, CNPJ nº 23.542.573/0001-42, para a implantação dos mercados de CAÇAPAVA (SP) para RESENDE (RJ), RIO DE JANEIRO (RJ), VOLTA REDONDA (RJ) e BARRA MANSA (RJ) como seções da linha RIO DE JANEIRO (RJ) - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), prefixo nº 07-0189-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO SUPAS Nº 471, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.075584/2021-47, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO GUANABARA S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais FORTALEZA (CE) - PARNAIBA (PI), prefixos nº 03-0038-00 e nº 03-0038-61, com os serviços intermunicipais a seguir:

I - De: FORTALEZA (CE) para: SOBRAL (CE) e TIANGUA (CE);

II - De: SOBRAL (CE) para: TIANGUA (CE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO SUPAS Nº 472, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.075483/2021-76, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO GUANABARA S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para realizar operação simultânea da linha interestadual FORTALEZA (CE) - SERRA TALHADA (PE), prefixo 03-0052-00, com os serviços intermunicipais a seguir:

I - De: FORTALEZA (CE), RUSSAS (CE) e JAGUARIBE (CE) Para: ICO (CE), BARRO (CE) e BREJO SANTO (CE);

II - De: ICO (CE) Para: BARRO (CE) e BREJO SANTO (CE); e

III - De: BARRO (CE) Para: BREJO SANTO (CE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO SUPAS Nº 473, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.075496/2021-45, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO GUANABARA S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais FORTALEZA(CE) - GOIÂNIA(GO), prefixos nº 03-0047-00 e nº 03-0047-61, com os serviços intermunicipais a seguir:

I - De: FORTALEZA (CE) Para: QUIXADA (CE), IGUATU (CE) e JUAZEIRO DO NORTE (CE);

II - De: QUIXADA (CE) Para: IGUATU (CE) e JUAZEIRO DO NORTE (CE); e

III - De: IGUATU (CE) Para: JUAZEIRO DO NORTE (CE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO SUPAS Nº 474, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.075537/2021-01, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO GUANABARA S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para realizar operação simultânea da linha interestadual CAMOCIM (CE) - PARNAÍBA (PI), prefixo nº 03-0088-60, com o serviço intermunicipal de CAMOCIM (CE) para CHAVAL (CE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO SUPAS Nº 476, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.075473/2021-31, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO GUANABARA S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais SOBRAL (CE) - GOIÂNIA (GO), prefixos nº 03-0042-00 e nº 03-0042-61, com os serviços intermunicipais a seguir:

I - De: SOBRAL (CE) para: TIANGUÁ (CE), SÃO BENEDITO (CE), IPU (CE), NOVA RUSSAS (CE) e TAUÁ (CE);

II - De: TIANGUÁ (CE), SÃO BENEDITO (CE), IPU (CE) e NOVA RUSSAS (CE) para: TAUÁ (CE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO SUPAS Nº 477, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.075589/2021-70, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO GUANABARA S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para realizar operação simultânea da linha interestadual FORTALEZA (CE) - SÃO LUIS (MA), prefixos nº 03.0034.00 e nº 03.0034.61, com os serviços intermunicipais De: FORTALEZA (CE) Para: SOBRAL (CE), CAMOCIM (CE) e CHAVAL (CE); De: SOBRAL (CE) Para: CAMOCIM (CE) e CHAVAL (CE); De: CAMOCIM (CE) Para: CHAVAL (CE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO SUPAS Nº 481, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.075566/2021-65, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO GUANABARA S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para realizar operação simultânea da linha interestadual JOÃO PESSOA (PB) - TERESINA (PI), prefixo nº 13-0010-60, com os serviços intermunicipais a seguir:

I - De: BARRO (CE) para: MILAGRES (CE), MISSÃO VELHA (CE), BARBALHA (CE), JUAZEIRO DO NORTE (CE), CRATO (CE) e CAMPO SALES (CE);

II - De: MILAGRES (CE) para: MISSÃO VELHA (CE), BARBALHA (CE), JUAZEIRO DO NORTE (CE), CRATO (CE) e CAMPO SALES (CE);

III - De: MISSÃO VELHA (CE), BARBALHA (CE), JUAZEIRO DO NORTE (CE) e CRATO (CE) para: CAMPO SALES (CE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO SUPAS Nº 482, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.075546/2021-94, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO GUANABARA S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais Sobral (CE) X Rio de Janeiro (RJ), prefixos nº 03-1842-00 e 03-1842-61, com os serviços intermunicipais a seguir:

I - De: SOBRAL (CE) para: FORTALEZA (CE), RUSSAS (CE), JAGUARIBE (CE), ICO (CE), BARRO (CE), MILAGRES (CE) e BREJO SANTO (CE);

II - De: FORTALEZA (CE), RUSSAS (CE) e JAGUARIBE (CE) para: ICO (CE), BARRO (CE), MILAGRES (CE) e BREJO SANTO (CE);

III- De: ICO (CE), para: BARRO (CE), MILAGRES (CE) e BREJO SANTO (CE);

IV- De: BARRO (CE) para: MILAGRES (CE) e BREJO SANTO (CE);

V- De: MILAGRES (CE) para: BREJO SANTO (CE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO SUPAS Nº 485, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, e o que consta no processo nº 50500.075576/2021-09, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO GUANABARA S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para realizar operação simultânea da linha interestadual FORTALEZA (CE) - SÃO LUIS (MA), prefixos nº 03.0039.00, nº 03.0039.61, nº 03.0039.41, com os serviços intermunicipais a seguir:

I - De: FORTALEZA (CE) Para: SOBRAL (CE), TIANGUÁ (CE);

II - De: SOBRAL (CE) Para: TIANGUÁ (CE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DECISÃO SUPAS Nº 486, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 120 do anexo da Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e considerando o art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017 e o que consta no processo nº 50500.075579/2021-34, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa EXPRESSO GUANABARA S/A, CNPJ nº 41.550.112/0001-01, para realizar operação simultânea da linha interestadual FORTALEZA (CE) - PARNAÍBA (PI), prefixos 03.0037.00 e 03.0037.61, com os serviços intermunicipais a seguir:

I - De: FORTALEZA (CE) Para: SOBRAL (CE),TIANGUÁ (CE), VIÇOSA DO CEARÁ (CE);

II - De: SOBRAL (CE) Para: TIANGUÁ (CE), VIÇOSA DO CEARÁ (CE);

III - De: TIANGUÁ (CE) Para: VIÇOSA DO CEARÁ (CE).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO LOURENÇO DA SILVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 4.699, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24, caput, inciso IV do Anexo I do Decreto nº 8.489, de 10/07/2015, bem como o art. 173 do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39, de 17/11/2020, publicada no DOU de 19/11/2020, a aprovação do Relato Conjunto nº. 54/2021/DIREX/DAF/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 30ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 02/08/2021, e o constante no processo nº 50600.009291/2021-43, resolve:

Art. 1º Revogar as Súmulas/DNIT:

I - Súmula nº 3/DG, de 16/07/2018 publicada no Diário Oficial da União de 17/07/2018, seção 1, página 95; e

II - Súmula nº 4/DG, de 16/07/2018 publicada no Diário Oficial da União de 17/07/2018, seção 1, página 95.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

ANTÔNIO LEITE DOS SANTOS FILHO

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 5.384, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/43835 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0001-96, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

04 Cartucho / SPARK 700 para reposição de munição vencida.

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.385, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/46225 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa UNIPAZ SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 21.831.569/0001-79, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente PROGRESSIVE FORCE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 21.253.716/0001-70:

8 (oito) Pistolas calibre .380

4 (quatro) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente PROGRESSIVE FORCE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 21.253.716/0001-70:

346 (trezentas e quarenta e seis) Munições calibre .380

52 (cinquenta e duas) Munições calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

38 (trinta e oito) Munições calibre .380

20 (vinte) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.386, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49424 - DPF/CXS/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa WARDOG ACADEMIA DE TIRO E COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA, CNPJ nº 27.890.522/0001-62, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

12 (doze) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.387, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/50098 - DPF/UDI/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa CONFEDERAL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 31.546.484/0007-98, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

174 (cento e setenta e quatro) Munições calibre 38

8 (oito) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.388, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/52479 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa MASTERCAM VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 26.382.939/0001-51, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente PLANSEVIG PLANEJAMENTO SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.335.813/0001-03:

3 (três) Espingardas calibre 12

Da empresa cedente SERVIS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.945.678/0010-87:

7 (sete) Pistolas calibre .380

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

315 (trezentas e quinze) Munições calibre .380

72 (setenta e duas) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.389, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/52714 - DPF/SNM/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa OFENSIVA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 30.432.909/0001-80, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

72 (setenta e duas) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.390, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/53417 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Conceder autorização à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.426.907/0011-14, sediada no Amazonas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Carabinas calibre 38

90 (noventa) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.391, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/55054 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa ULTRASEG SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 09.151.154/0001-59, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

13 (treze) Revólveres calibre 38

234 (duzentas e trinta e quatro) Munições calibre 38

1 (um) Espargidor de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

1 (uma) Arma de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.392, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/55638 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa FORTE FENIX SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 10.141.200/0001-18, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

3 (três) Pistolas calibre .380

135 (cento e trinta e cinco) Munições calibre .380
48 (quarenta e oito) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.393, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57454 - DPF/MII/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CFORTT CENTRO DE FORMACAO E TREINAMENTO TATICO PROFISSIONAL LTDA ME , CNPJ nº 06.116.765/0001-78, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
25000 (vinte e cinco mil) Munições calibre 38
500 (quinhentas) Munições calibre .380
26440 (vinte e seis mil e quatrocentas e quarenta) Espoletas calibre 38
6884 (seis mil e oitocentos e oitenta e quatro) Gramas de pólvora
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.394, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57478 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Conceder autorização à empresa ZEN SEGURANCA PATRIMONIAL - EIRELI - ME, CNPJ nº 28.637.620/0001-55, sediada no Amazonas, para adquirir:

Da empresa cedente NILO TAVARES COUTINHO S/A - ESTALEIRO SAO JOAO, CNPJ nº 04.561.684/0001-51:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.395, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59117 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa PROTEVIG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 17.091.360/0001-49, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente ATENTO SAO PAULO SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 06.069.276/0001-02:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.396, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59174 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE ATLAS EIRELI, CNPJ nº 04.977.092/0003-87, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
990 (novecentas e noventa) Munições calibre .380
540 (quinhentas e quarenta) Munições calibre 12
15600 (quinze mil e seiscentas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.397, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59399 - DPF/LGE/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa CANALSEG ESCOLA DE SEGURANÇA EIRELI., CNPJ nº 22.627.257/0002-91, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
4000 (quatro mil) Munições calibre .380
2000 (duas mil) Munições calibre 12
20000 (vinte mil) Munições calibre 38
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
10221 (dez mil e duzentos e vinte e um) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
4000 (quatro mil) Espoletas calibre .380
4000 (quatro mil) Projéteis calibre .380
2000 (duas mil) Buchas calibre 12
60 (sessenta) Quilos de chumbo calibre 12
2000 (duas mil) Espoletas calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.398, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59582 - DPF/JZO/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa SERTÃO ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.857.939/0001-28, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3000 (três mil) Munições calibre .380
1364 (uma mil e trezentas e sessenta e quatro) Munições calibre 12
35408 (trinta e cinco mil e quatrocentas e oito) Munições calibre 38
35408 (trinta e cinco mil e quatrocentas e oito) Espoletas calibre 38
11321 (onze mil e trezentos e vinte e um) Gramas de pólvora
35408 (trinta e cinco mil e quatrocentos e oito) Projéteis calibre 38
3000 (três mil) Espoletas calibre .380
3000 (três mil) Projéteis calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.399, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59588 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Conceder autorização à empresa ESCOLTA VIP VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 06.152.791/0001-51, sediada na Bahia, para adquirir:

Da empresa cedente JAGUAR SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.560.057/0001-07:
1 (um) Revólver calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.400, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59739 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ONET SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 09.368.267/0001-00, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente PLANSEVIG PLANEJAMENTO SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.335.813/0001-03:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.401, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59843 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTREFOSP CENTRO DE TREINAMENTO E FORMACAO EM SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 24.241.877/0001-32, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Munições calibre .380
5000 (cinco mil) Munições calibre 12
5000 (cinco mil) Munições calibre 38
10304 (dez mil e trezentas e quatro) Espoletas calibre 38
10304 (dez mil e trezentos e quatro) Estojos calibre 38
50 (cinquenta) Gramas de pólvora
10304 (dez mil e trezentos e quatro) Projéteis calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Estojos calibre .380
50000 (cinquenta mil) Projéteis calibre .380
50000 (cinquenta mil) Buchas calibre 12
11 (onze) Quilos de chumbo calibre 12
5000 (cinco mil) Espoletas calibre 12
5000 (cinco mil) Estojos espoletados calibre 12
5000 (cinco mil) Estojos calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380, 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.402, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59949 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa VILA SUL ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.963.936/0002-50, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.403, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59961 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Conceder autorização à empresa SHAOLIN SEGURANÇA ARMADA EIRELI, CNPJ nº 36.667.184/0001-95, sediada no Ceará, para adquirir:

Da empresa cedente KIOMA SEGURANÇA E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 02.609.148/0001-53:
8 (oito) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
144 (cento e quarenta e quatro) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.404, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/60287 - DPF/MBA/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa GX SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 40.148.121/0001-08, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.405, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/39385 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FLYSTAR SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 17.612.984/0001-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1583/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.406, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/44670 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0001-22, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
36 (trinta e seis) Pistolas calibre .380
1783 (uma mil e setecentas e oitenta e três) Munições calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.407, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/44971 - DPF/VAG/MG, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa OMEGA INDUSTRIA E COMERCIO DE BATERIAS LTDA, CNPJ nº 06.999.341/0001-07, para atuar em Minas Gerais.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.408, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/56964 - DPF/MCE/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES RIO DAS OSTRAS EIRELI, CNPJ nº 18.606.201/0001-00, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Da empresa cedente BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0103-23:
875 (oitocentas e setenta e cinco) Munições calibre 12
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

GUILHERME LOPES MADDARENA - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 5.413, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/37573 - DPF/NIG/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA DO GRANDE RIO EIRELI ME, CNPJ nº 10.497.411/0001-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1812/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.414, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/38715 - DPF/SJE/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa A Q SERVICO DE VIGILANCIA E SEGURANCA ARMADA EIRELI, CNPJ nº 36.598.535/0001-53, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1501/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.415, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/39519 - DPF/GVS/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PHOENIX VIGILANCIA CORPORATIVA LTDA., CNPJ nº 08.805.078/0001-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1781/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.416, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/41188 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ED3 VIGILÂNCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 18.543.258/0001-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1429/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.417, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/41345 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IMPACTO SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 68.000.538/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1408/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.418, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/42048 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARCO VIGILÂNCIA LTDA - EPP, CNPJ nº 28.419.619/0001-54, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 1738/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.419, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/43649 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GESEG GRUPO ESPECIAL DE SEGURANÇA S/S LTDA ME, CNPJ nº 12.512.290/0003-01, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1684/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.420, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/44844 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIGITAL SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 12.283.174/0003-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1436/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.421, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/45093 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LOYAL SERVICOS DE VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 63.006.084/0005-14, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1848/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.422, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/45491 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa STAR SERVICE VIGILANTIA LTDA, CNPJ nº 13.933.458/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1643/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.423, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/45918 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: AUTORIZAR a empresa BRAVO SIERRA ROMEU SEGURANCA LTDA, CNPJ Nº 34.673.167/0001-35, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser ATOOL SEGURANÇA PRIVADA LTDA

Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.424, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/47863 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NEXUS VIGILÂNCIA EIRELI, CNPJ nº 06.911.840/0002-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1605/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.425, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48049 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SOLIDA VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 19.515.217/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1579/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.426, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/48358 - DPF/STS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESSEMAGA LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA, CNPJ nº 54.834.007/0001-38 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.427, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49106 - DELESP/DREX/SR/PF/CE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0022-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 1535/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.428, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49138 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa KRP SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.280.476/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1821/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.429, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49283 - DPF/VRA/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 87.169.900/0011-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1802/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.430, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49592 - DPF/DVS/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURANÇA E VIGILÂNCIA SUDESTE EIRELI, CNPJ nº 66.997.891/0002-91, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1621/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.431, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/49707 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESPARTA SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.162.435/0013-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1823/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.432, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/50423 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 13.019.295/0004-32, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Pará, com Certificado de Segurança nº 1776/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.433, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/50525 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMBRASIL EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.426.907/0004-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1642/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.434, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/51130 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SECURITY SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.332.087/0016-80, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1723/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.435, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/51889 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa JUIZ DE FORA EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.717.460/0003-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 1691/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.436, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/51900 - DPF/UDI/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TECNOGUARDA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.361.081/0003-42, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1833/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.437, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/52356 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GLOBALSEG VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.078.994/0003-70, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1743/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.438, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/52365 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FEDERAL SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 00.914.803/0003-13, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 1652/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.439, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/53529 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SAUIPE S/A, CNPJ nº 00.866.577/0001-80 para atuar na Bahia.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.440, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/53581 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TEKSID DO BRASIL, CNPJ nº 16.694.812/0001-14 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1851/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.441, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/53621 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTURIÃO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 07.283.885/0004-75, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 1847/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.442, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/54466 - DELESP/DREX/SR/PF/RO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0007-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Rondônia, com Certificado de Segurança nº 1794/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.443, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/54643 - DPF/LGE/SC, resolve:

Conceder autorização à empresa SWOT SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME, CNPJ nº 18.865.654/0001-43, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Da empresa cedente GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 02.938.798/0001-42:

7 (sete) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente GPS PREDIAL SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 02.938.798/0001-42:

70 (setenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.444, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/55114 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ULTRAMEGA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - EPP, CNPJ nº 21.596.736/0001-44 para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.445, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/55959 - DPF/MOC/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RIMA AGROFLORESTAL LTDA, CNPJ nº 17.866.823/0001-05 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1852/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.446, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/56211 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0577-23 para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 1842/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.447, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/56567 - DELESP/DREX/SR/PF/SE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0004-25, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 1843/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.448, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57701 - DPF/SOD/SP, resolve:

Conceder autorização, à empresa NOOTURNA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 22.358.690/0001-98, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.449, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57814 - DPF/NRI/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SIS SERVICOS DE SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 19.947.036/0002-96, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1853/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.450, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/57910 - DPF/JZO/BA, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SPECIAL FRUIT IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA , CNPJ nº 69.954.626/0003-03, para atuar em Pernambuco.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.451, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59240 - DPF/DRS/MS, resolve:

Conceder autorização à empresa CENTERFORT SEGURANÇA E PROTEÇÃO LTDA, CNPJ nº 59.759.241/0002-42, sediada no Mato Grosso do Sul, para adquirir:

Da empresa cedente MINASGUARDA VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 04.670.609/0001-29:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente MINASGUARDA VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 04.670.609/0001-29:

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.452, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59476 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa LFJ PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 08.547.822/0001-07 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.453, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59715 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Conceder autorização à empresa CONSERVAR SERVICOS DE VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.041.467/0002-38, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38
60 (sessenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.454, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/59749 - DELESP/DREX/SR/PF/AC, resolve:

Conceder autorização à empresa GOLD SERVICE VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 02.764.609/0001-62, sediada no Acre, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Pistola calibre .380
90 (noventa) Munições calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.455, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/60277 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa LIONS SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 30.044.178/0001-03, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente PLANSEVIG PLANEJAMENTO SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.335.813/0001-03:
20 (vinte) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
300 (trezentas) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.456, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/60430 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa RDC SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 40.131.141/0001-68, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente PLANSEVIG PLANEJAMENTO SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.335.813/0001-03:
10 (dez) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.457, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/60432 - DPF/SOD/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa ACADEMIA DE FORMACAO DE VIGILANTES MAGNACAD LTDA, CNPJ nº 37.749.859/0001-08, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3000 (três mil) Munições calibre .380
1500 (uma mil e quinhentas) Munições calibre 12
7896 (sete mil e oitocentas e noventa e seis) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.458, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/60651 - DELESP/DREX/SR/PF/PA, resolve:

Conceder autorização à empresa FORTALEZA - CURSO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 01.350.329/0001-45, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
12000 (doze mil) Munições calibre 38
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.459, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/60714 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Conceder autorização à empresa VILA SUL ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.963.936/0002-50, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5000 (cinco mil) Munições calibre 38
1000 (uma mil) Munições calibre .380
Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

ALVARÁ Nº 5.460, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2021/44163 - DPF/ARU/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa BASTILLE SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 37.766.665/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1547/2021, expedido pelo DREX/SR/PF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

PORTARIA CGIL-GAB Nº 64, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 147/2021/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 47039.013903/2019-03, concedida em nome do imigrante XIBO TENG, RNM F158729A, nacional da China, filho de ZHANG YINFEI, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MIGRANTEWEB nº 47039.013903/2019-03.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

PORTARIA CGIL-GAB Nº 65, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL, no uso da competência delegada, nos termos do art. 2°, inciso I, da Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 118, de 21 de junho de 2019, Seção 1, página 38, e considerando o disposto no Despacho nº 148/2021/DIMAA/CGIL-GAB/GAB-DEMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ, determina:

A instauração do procedimento de perda da autorização de residência, Processo SEI nº 08270.002236/2021-45, concedida em nome do imigrante FRANCESCO SCALISE, RNM F313775-1, nacional da Itália, filho de ASSUNTA BEATRICE CEROSE, com fundamento no inciso I, art. 135, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, tendo em vista a cessação do fundamento que embasou a autorização de residência, Processo MIGRANTEWEB nº 47039.012595/2020-24.

ANA PAULA SANTOS DA SILVA CAMPELO

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 3.723, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08335.008242/2020-23, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, BARTOLOME ARGUELLO FERNANDEZ, de nacionalidade paraguaia, filho de Dionisio Arguello e de Avela Petrona Amarilla Fernandez, nascido em Chaco, República do Paraguai, em 24 de agosto de 1968, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 17 (dezessete) anos e 10 (dez) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.724, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000367/2019-64, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, TIMOTHY CHIKA EJE, de nacionalidade nigeriana, filho de Cyprian Ejealukwa e de Lucy Ejealukwa, nascido em Port Harcour, na República Federal da Nigéria, em 4 de julho de 1984, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 14 (catorze) anos e 7 (sete) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.725, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08000.028439/2018-46, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, NDUBUISI PETER AKWAEZE, de nacionalidade nigeriana, filho de Fredrick Akwaeze e de Josephine Akwaeze, nascido em Ifitedunu, República Federal da Nigéria, em 21 de maio de 1980, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.726, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.012149/2012-04, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ADOLDO LEON POSADA ECHEVERRY, de nacionalidade colombiana, filho de Gilberto Posada e de Rosabel Echeverry, nascido na República da Colômbia, em 30 de setembro de 1965, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.727, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.010099/2012-12, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, JULIAN MELGAREJO PELOZZO, de nacionalidade paraguaia, filho de Ladislau Melgarejo Pelozzo e de Matilde Pelozzo, nascido na República do Paraguai, em 9 de janeiro de 1955, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.728, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08102.003700/2010-08, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, OGBONNIA GODWINE ou PAUL KOFFI, de nacionalidade nigeriana, filho de Oko Ndukwe e de Ada Ndukwe, nascido na República Federal da Nigéria, em 16 de abril de 1976, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 11 (onze) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.729, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 2º, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.020303/1995-11, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ALEX MANU, de nacionalidade ganense, filho de Isac Manu e de Menka Yaai, nascido na República do Gana, em 23 de janeiro de 1947, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 8 (oito) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.730, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 2º, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.006329/1989-19, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, PAULO KHACHOU, de nacionalidade libanesa, filho de Fahme Khachou e de Souad Chazalo, nascido na República do Líbano, em 1º de setembro de 1955, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 3 (três) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.731, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.010593/1985, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, CARLOS OMAR BASUALDO, de nacionalidade argentina, filho de Carlos Basualdo e Ebelia Pence, nascido na República Argentina, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 6 (seis) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

DESPACHO Nº 43/2021/DIRED_Perda_canc_auto_de_resid/DIRED/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Procedimento de Perda de Autorização de Residência
Interessada: DO YOUNG PARK
Processo nº 08505.006528/2021-56

DECIDO pela manutenção da autorização de residência concedida a imigrante DO YOUNG PARK, de acordo com a proposta constante no Despacho nº 43/2021/DIRED/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ (15461382).

DESPACHO Nº 46/2021/DIRED_Perda_canc_auto_de_resid/DIRED/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Procedimento de Perda de Autorização de Residência
Interessado: ENRICO TEMPESTI
Processo nº 08240.003937/2021-59

DECIDO pela manutenção da autorização de residência concedida ao imigrante ENRICO TEMPESTI, de acordo com a proposta constante no Despacho nº 46/2021/DIRED/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ (15469145).

DESPACHO Nº 47/2021/DIRED_Perda_canc_auto_de_resid/DIRED/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Procedimento de Perda de Autorização de Residência
Interessado: PEDRO FELIX ENRRIQUE SOTO
Processo nº 08505.007259/2021-45

DECIDO pela manutenção da autorização de residência concedida ao imigrante PEDRO FELIX ENRRIQUE SOTO, de acordo com a proposta constante no Despacho nº 47/2021/DIRED/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ (15577167).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO
Coordenadora

DESPACHO Nº 136/2021

Despacho nº 136/2021/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE EXPULSÃO
Interessada: BELA KOSHI MUYEMBA
Processo nº 08018.015608/2011-12

A Coordenadora de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria CPMIG nº 1749, de 25 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de novembro de 2020, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, por falta de amparo legal.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA Nº 1.036, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: RUA DO MEDO: 1666 - PARTE III (FEAR STREET: PART III - 1666, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Leigh Janiak
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Gênero: Terror
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Processo: 08017.001399/2021-10

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.037, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: HACKS - TEMPORADA 1 (HACKS, Estados Unidos da América - 2021)
Distribuidor(es): HBO MAX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001551/2021-56

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.038, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: A BARRACA DO BEIJO 3 (THE KISSING BOOTH 3, Estados Unidos da América - 2021)
Diretor(es): Vince Marcello
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia/Romance
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001569/2021-58

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.039, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: ILHA DE SEGREDOS (SCHWARZE INSEL, Alemanha - 2021)
Diretor(es): Miguel Alexandre
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001607/2021-72

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.040, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: LET THEM ALL TALK (Estados Unidos da América - 2020)
Diretor(es): Steven Soderbergh
Distribuidor(es): HBO MAX
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001615/2021-19

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.041, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: THE LOUD HOUSE: O FILME (THE LOUD HOUSE, Espanha / Estados Unidos da América / México / Reino Unido - 2021)
Diretor(es): Dave Needham
Distribuidor(es): NETFLIX
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001626/2021-07

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.042, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Programa: SUPER DANÇA DOS FAMOSOS (Brasil - 2021)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Felipe Correa Giuntini/Jose Roberto da Silva
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Variedades
Classificação Atribuída: livre
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001149/2021-71
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.043, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Série: HOMENS DO CAMINHO - ROTAS HISTÓRICAS BRASILEIRAS NA COMPANHIA DO MANGALARGA MARCHADOR - 2ª TEMPORADA (Brasil - 2018)
Produtor(es): Ricardo Aidar/Pedro Saad
Diretor(es): Humberto Bassanelli
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência
Processo: 08017.001517/2021-81
Requerente: RICARDO PEREIRA MARINHO AIDAR

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.044, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O MATEMÁTICO (ADVENTURES OF A MATHEMATICIAN, Alemanha / Polônia / Reino Unido - 2020)
Produtor(es): Nell Green/Joanna Szymanska/Lena Vurma/Paul Zischler
Diretor(es): Thor Klein
Distribuidor(es): A2 DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA EPP.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Biografia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001530/2021-31
Requerente: A2 DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA EPP

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.045, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O HOMEM QUE VENDEU SUA PELE (THE MAN WHO SOLD HIS SKIN, Bélgica - 2020)
Produtor(es): Tanit Films/Cinetelefilms/Twenty Twenty Vision/Kwassa Films/Laika Film & Television
Diretor(es): Kaouther Ben Hania
Distribuidor(es): PANDORA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001575/2021-13
Requerente: PROVIDENCE DISTRIBUIDORA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.046, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: PATRULHA CANINA - O FILME (PAW PATROL - THE MOVIE, Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): Jennifer Dodge
Diretor(es): Cal Brunker
Distribuidor(es): Paramount Pictures Brasil Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001600/2021-51
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.047, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: O NOVELO (Brasil - 2019)
Produtor(es): Parakino Filmes
Diretor(es): Claudia Pinheiro
Distribuidor(es): O2 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.001604/2021-39
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.048, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: A ABELHINHA MAYA E O OVO DOURADO (MAYA THE BEE 3: THE GOLDEN ORB, Alemanha / Austrália - 2021)
Diretor(es): Noel Cleary
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação/Aventura
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.001608/2021-17
Requerente: PLAYARTE PICTURES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.049, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Trailer: CROCODILOS - A MORTE TE ESPERA (BLACK WATER ABYSS, Austrália - 2019)
Produtor(es): Michael Robertson/Neal Kingston/Pam Collis
Diretor(es): Andrew Traucki
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Medo
Processo: 08017.001623/2021-65
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.050, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Filme: BOCA FECHADA (Brasil - 2021)
Produtor(es): Danielle Hoover - Luni Produções Ltda
Diretor(es): Marcelo Lordelo/Aquiles Lopes
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas lícitas e Temas Sensíveis
Processo: 08017.001582/2021-15
Requerente: LUNI PRODUÇÕES LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.051, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: ANTOLOGIA DE AVENTURAS PARA NUMENERA (Brasil - 2021)
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Categoria: Fantasia/Fantasia Medieval/Ficção Científica
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001538/2021-05
Requerente: FRATERNIDADE EDITORA LTDA. ME

A classificação da obra desta Portaria é baseada apenas no texto do respectivo livro.

Consequências adversas motivadas pela prática dos jogos de RPG são de responsabilidade exclusiva de seus autores e editores.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA Nº 1.052, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 1.189, de 03 de agosto de 2018 e na Portaria DPJUS nº 1 de 22 de abril de 2019, resolve classificar:

Título: CALL OF DUTY: VANGUARD (Estados Unidos da América - 2021)
Produtor(es): ACTIVISION BLIZZARD
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Categoria: Ação/Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4/Computador/PlayStation 5/Xbox Series X/S
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 18 (dezoito) anos
Contém: Drogas , Linguagem Imprópria e Violência Extrema
Processo: 08017.001621/2021-76
Requerente: ACTIVISION BLIZZARD BRASIL PROMOÇÕES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 182ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2021

Às 10:07 do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte e um, o Presidente do Cade, Alexandre Cordeiro Macedo, declarou aberta a presente sessão, realizada sob a forma remota conforme pauta publicada no Diário Oficial da União de 13 de agosto de 2021. Participaram os Conselheiros do Cade, Paula Farani de Azevedo Silveira, Sérgio Costa Ravagnani, Lenisa Rodrigues Prado, Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann e Luis Henrique Bertolino Braido; o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Walter de Agra Júnior; o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Waldir Alves; o Economista Chefe, Guilherme Resende e o Secretário do Plenário, Paulo Eduardo Silva de Oliveira. Foi disponibilizado equipamento eletrônico nas instalações do Cade a fim de garantir a participação de advogados, nos termos dos §§ 5º e 8º do artigo 81, do Regimento Interno do Cade.

O Presidente do Cade anunciou que está permitido o acesso ao plenário do Cade para acompanhamento das sessões de julgamento, inclusive para realização de sustentação oral, respeitados os protocolos de segurança adotados durante a pandemia de Covid-19. Essa possibilidade já foi informada na pauta de julgamento publicada no Diário Oficial da União, em 12/08/2021. Na sequência, informou que foi prorrogado o prazo de inscrição para a participação de conselheiros no WICADE. Para atuar como conselheiro na disputa é necessário atender aos requisitos previstos no edital da competição. Podem se candidatar profissionais graduados em qualquer área de formação e que possua experiência em direito concorrencial. Por fim, esclareceu que os interessados podem se candidatar até 13 de setembro pelo site da competição. Destacou, ainda que o Cade lançou, na semana passada, estudo sobre mercados de plataformas digitais. A publicação é o décimo segundo número da série "Cadernos do Cade" e tem como objetivo apresentar a jurisprudência da autarquia em processos de atos de concentração e investigação de condutas anticompetitivas que envolvem setores de serviços contratados por meio da internet. De acordo com a publicação, o Brasil é o segundo país com maior crescimento no mercado de aplicativos, o que evidencia a relevância econômica das plataformas digitais no país. Lançada em 2015, a série de estudos "Cadernos do Cade" tem como objetivo consolidar, sistematizar e divulgar a jurisprudência do Cade relativa a um mercado específico, considerando seus aspectos econômicos e concorrenciais.

JULGAMENTOS

1. Processo Administrativo nº 08700.004455/2016-94

Representante: Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pernambuco (SR/DPF/PE)

Representados: Comercial Armarinho Oliveira Ltda. ME, Inforecife Comércio de Informática e Papelaria Ltda. ME, T.E Papelaria Comercial Ltda. ME, L. de Oliveira Logística - ME, Livraria e Papelaria Boa Vista Ltda., Livraria e Papelaria Leal Dantas Ltda., SR de Carvalho Dantas - ME, Artshop Comércio Ltda., OEC Organização de Empresas e Contabilidade Ltda., Paulo Sérgio Costa da Purificação - ME, Luís de Oliveira, Sérgio Ricardo de Carvalho Dantas, Evaldo Soares de Lima, Sérgio Roberto Ramos de Melo e Paulo Sérgio Costa da Purificação

Advogados: Ciro Machado da Costa Azevedo, Caio Machado da Costa Azevedo, Ricardo Agripino Galvão de Araújo, Daniela Barreto Cornélio, Jahyr César de Albuquerque Neto, Rafael Gomes Pimentel, Leonardo Oliveira da Silva, Évely Amanda Ferreira de Melo e outros

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

Voto-Vista: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani

Na 179ª SOJ, fez uso da palavra o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Waldir Alves.

Após o voto do Conselheiro Relator i) pela condenação dos seguintes Representados, por infração à ordem econômica, nos termos do art. 20, incisos I, II e III, c/com art. 21, incisos I, III e VIII, da Lei nº 8.884/94, correspondentes ao art. 36, caput, incisos I, II e III, c/c § 3º, inciso I, alíneas "a", "c" e "d", da Lei nº 12.529/2011, com aplicação das respectivas multas, a serem pagas no prazo de 30 dias, contados da decisão a ser proferida pelo Tribunal Administrativo do Cade: a) Comercial Armarinho Oliveira Ltda. ME: R$133.622,74; b) Inforecife Comércio de Informática e Papelaria Ltda. ME: R$ 112.947,23; c) T.E. Papelaria Comercial Ltda. ME: R$ 36.952,60; d) L. de Oliveira Logística-ME: R$ 93.533,98; e) Livraria e Papelaria Boa Vista Ltda.: R$ 35.323,91; f) Livraria e Leal Dantas Ltda. (Leal Dantas Ltda.): R$ 75.635,72; g) SR de Carvalho Dantas Comércio - ME: R$ 61.260,16; h) Artshop Comércio Ltda.: R$ 105.728,68; i) OEC Organização de Empresas e Contabilidade Ltda. (Luservi -Prestação de Serviços Ltda.): R$ 28.576,78; j) Paulo Sérgio Costa da Purificação -ME: R$ 78.615,63; k) Luís de Oliveira: R$ 82.476,09; l) Sérgio Ricardo de Carvalho Dantas: R$ 27.379,18; m) Evaldo Soares de Lima: R$ 21.145,74; n) Sérgio Roberto Ramos de Melo: R$ 5.715,36; e o) Paulo Sérgio Costa da Purificação: R$ 15.723,13; i) pela imposição da sanção de proibição de contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitação tendo por objeto aquisições, alienações, realização de obras e serviços, concessão de serviços públicos, na administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como em entidades da administração indireta, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da decisão do Tribunal do Cade acerca do Processo Administrativo, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei nº 12.529/2011, aos Representados: a) Comercial Armarinho Oliveira Ltda. ME; b) Inforecife Comércio de Informática e Papelaria Ltda. ME; c) T.E Papelaria Comercial Ltda. ME; d) L. de Oliveira Logística - ME; e) Livraria e Papelaria Boa Vista Ltda.; f) Livraria e Leal Dantas Ltda. (Leal Dantas Ltda.); g) SR de Carvalho Dantas Comércio - ME; h) Artshop Comércio Ltda.; i) OEC Organização de Empresas e Contabilidade Ltda. (Luservi - Prestação de Serviços Ltda.); j) Paulo Sérgio Costa da Purificação -ME; k) Luís de Oliveira; l) Sérgio Ricardo de Carvalho Dantas; m) Evaldo Soares de Lima; n) Sérgio Roberto Ramos de Melo; e o) Paulo Sérgio Costa da Purificação; ii) pela imposição da sanção de proibição de exercer o comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da decisão do Tribunal do Cade acerca do Processo Administrativo, nos termos do art. 38, inciso VI, da Lei nº 12.529/2011, aos Representados: a) Luís de Oliveira; b) Sérgio Ricardo de Carvalho Dantas; c) Evaldo Soares de Lima; d) Sérgio Roberto Ramos de Melo; e e) Paulo Sérgio Costa da Purificação; iii) pela remessa de cópias dos autos, inclusive do voto e da decisão a ser proferida pelo Tribunal do Cade , ao Ministério Público Federal em Pernambuco, para ciência e para adoção de eventuais providências cabíveis, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani. O Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia antecipou voto, nos termos do §1º, artigo 94 do Regimento Interno do Cade, acompanhando o voto do Relator, exceto quanto à imposição de penas acessórias. O Presidente do Cade também antecipou voto e aderiu ao voto do Relator.

Na presente sessão o Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani apresentou voto vista concluindo i) pela aplicação da multa prevista no inc. I do art. 37 da Lei nº 12.529/11, aos seguintes Representados, nos respectivos valores: a) T.E. Papelaria Comercial Ltda. ME: R$ 57.752,00; b) Livraria e Papelaria Boa Vista Ltda.: R$ 65.531,86; c) Leal Dantas Ltda.: R$ 348.938,76; d) SR Dantas Comércio: R$ 95.855,95; e) LUSERVI - Prestação de Serviços Ltda.: R$ 216.972,56; e f) Paulo Sérgio Costa da Purificação ME: R$ 152.144,86; que deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da decisão do Tribunal Administrativo do Cade no Diário Oficial da União; ii) pela aplicação da multa prevista no inc. III do art. 37 da Lei nº 12.529/11, aos seguintes Representados, nos respectivos valores: a) Luís de Oliveira: R$ 74.169,15; b) Sérgio Ricardo de Carvalho Dantas: R$ 69.787,75; e c) Sérgio Roberto Ramos de Melo: R$ 43.394,51, que deverão ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação da decisão do Tribunal Administrativo do Cade no Diário Oficial da União; iii) pela não aplicação da multa prevista no inc. III do art. 37 da Lei nº 12.529/11 ao Representado Paulo Sérgio Costa da Purificação, e iv) por recomendar à Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade que adote as providências administrativas e/ou judiciais tendentes à desconsideração da personalidade jurídica das representadas Inforecife Comércio de Informática e Papelaria Ltda., T.E. Papelaria Comercial Ltda. ME, Livraria e Papelaria Boa Vista Ltda., LUSERVI - Prestação de Serviços Ltda. e Leal Dantas Ltda.; v) por acompanhar as demais conclusões do voto do Relator. O Conselheiro Luis Braido, a Conselheira Paula Azevedo e a Conselheira Lenisa Prado apresentaram voto acompanhando as conclusões do voto vista do Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação de Comercial Armarinho Oliveira Ltda. ME; Inforecife Comércio de Informática e Papelaria Ltda. ME; L. de Oliveira Logística-ME; Artshop Comércio Ltda. e Evaldo Soares de Lima, com aplicação de multa nos termos do voto do Relator. O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação de T.E. Papelaria Comercial Ltda. ME; Livraria e Papelaria Boa Vista Ltda.; Livraria e Leal Dantas Ltda. (Leal Dantas Ltda.); SR de Carvalho Dantas Comércio - ME; OEC Organização de Empresas e Contabilidade Ltda. (Luservi - Prestação de Serviços Ltda.); Paulo Sérgio Costa da Purificação - ME; Luís de Oliveira; Sérgio Ricardo de Carvalho Dantas; Sérgio Roberto Ramos de Melo e, por maioria, determinou a aplicação de multa nos termos do voto do Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani. Vencidos o Conselheiro Relator, o Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia e o Presidente Alexandre Barreto, que divergiram quanto ao valor da multa. O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação de Paulo Sérgio Costa da Purificação e, por maioria, estabeleceu a não aplicação de multa isolada a este Representado, nos termos do voto do Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani. Vencidos o Conselheiro Relator, o Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia e o Presidente Alexandre Barreto, que se votaram pela condenação com a imposição de multa. Adicionalmente, o Plenário, por maioria, determinou a i) imposição da sanção de proibição de contratar com instituições financeiras oficiais e participar de licitação tendo por objeto aquisições, alienações, realização de obras e serviços, concessão de serviços públicos, na administração pública federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, bem como em entidades da administração indireta, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da decisão do Tribunal do Cade acerca do Processo Administrativo, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei nº 12.529/2011, aos Representados: a) Comercial Armarinho Oliveira Ltda. ME; b) Inforecife Comércio de Informática e Papelaria Ltda. ME; c) T.E. Papelaria Comercial Ltda. ME; d) L. de Oliveira Logística - ME; e) Livraria e Papelaria Boa Vista Ltda.; f) Livraria e Leal Dantas Ltda. (Leal Dantas Ltda.); g) SR de Carvalho Dantas Comércio - ME; h) Artshop Comércio Ltda.; i) OEC Organização de Empresas e Contabilidade Ltda. (Luservi - Prestação de Serviços Ltda.); j) Paulo Sérgio Costa da Purificação - ME; k) Luís de Oliveira; l) Sérgio Ricardo de Carvalho Dantas; m) Evaldo Soares de Lima; n) Sérgio Roberto Ramos de Melo; e o) Paulo Sérgio Costa da Purificação; ii) a imposição da sanção de proibição de exercer o comércio em nome próprio ou como representante de pessoa jurídica, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da decisão do Tribunal do Cade acerca do Processo Administrativo, nos termos do art. 38, inciso VI, da Lei nº 12.529/2011, aos Representados: a) Luís de Oliveira; b) Sérgio Ricardo de Carvalho Dantas; c) Evaldo Soares de Lima; e d) Sérgio Roberto Ramos de Melo. Vencido o Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia que votou pela não aplicação de penas acessórias. O Plenário, por unanimidade, determinou a remessa de cópias dos autos, inclusive do voto e da decisão a ser proferida pelo Tribunal do Cade, ao Ministério Público Federal em Pernambuco, para ciência e para adoção de eventuais providências cabíveis.

2. Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08700.008612/2012-15

Representante: Cade ex officio

Representados: Attendy Artigos de Vestuário e Confecções Ltda., Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda., Capricórnio S.A, Diana Paolucci S.A. Indústria e Comércio, Excel 3000 Materiais e Serviços Ltda., Libero Comercial Ltda., Mercosul Comercial e Industrial Ltda., NCR Uniformes Ltda., Nilcatex Têxtil Ltda., Tecelagem Guelfi Ltda., Abelardo Paolucci, Alexandre Costa dos Santos, Antonio Carlos Leskovar Borelli, Cláudio Roberto da Silva, Djalma da Silva Santos, Eldo Umbelino, Emerson da Silva, Erica Nunes dos Santos Lima, Ricardo Gonçalves Guerra, Jannivaldo Marques Santos, Júlio Manfredini, Kalvin Villela Brandão Paolucci, Márcio Nogueira Vignoli, Marcos Antônio Miranda da Silva, Maurício Paolucci, Mickael Villela Brandão Paolucci, Reinaldo Paolucci, Renato Borges Duarte, Roberto Giro Nakano, Silvio Carlos dos Santos e Valdemar Ábila

Advogados: Tatiana Stolf Filippetti Dias, Vinicius Marques de Carvalho, Eliza Tiyoko Cavalcante Trauczynski, Marco Fábio Domingues, Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Augusto Neves Dal Pozzo, Sérgio Salgado Ivahy Badaro, Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaro, Luiz Fernando Pinto da Silva, Renata Pires de Serpa Pinto, Mauricio Loddi Gonçalves, Rogério Ramires, Haroldo Pabst Metzler, Maro Marcos Hadlich Filho, Ariosto Mila Peixoto, Camille Vaz Hurtado Pavani, Fernanda Mara Pereira de Toledo, Felipe Mateus de Toledo, Priscila Brolio Gonçalves, Andrea Fabrino Hoffman Formiga, Danilo Botelho dos Santos, Linneu Rodrigues de Carvalho Sobrinho, Ivone Maria Rocha Garcia, Percival José Bariani Junior, Daniela Aparecida Silva, Adélcio Salvalágio, Márcio de Carvalho Silveira Bueno, Rander Augusto Andrade, Alessandro Baumgartner, Victor Tafaro, Isabel de Carvalho; Henrique César Mourão, Raul de Araújo Filho, Flávia Cristina Mendonça Faria, Hélio Renato Marini Minoda e Ana Carolina Marques Tavares Costa e outros

Relatora: Conselheira Paula Azevedo

Voto-Vista: Presidente Alexandre Cordeiro Macedo

Na 181ª SOJ, após o voto da Conselheira Relatora, pelo conhecimento dos embargos de declaração opostos por Marcos Antônio Miranda da Silva e Renato Borges Duarte para, no mérito, negar-lhes provimento; pelo parcial conhecimento dos embargos de declaração opostos por Nilcatex e Eldo Umbelino, para, no mérito, dar-lhes provimento parcial, a fim de retificar a redação do parágrafo 514 do voto-relator, nos termos do voto da Conselheira Relatora; pelo conhecimento dos embargos de declaração opostos por Capricórnio e Júlio Manfredini, para, no mérito, dar-lhes parcial provimento, a fim de retificar a base de cálculo da multa, para que passem a constar nos valores de R$ 9.247.542,39 e de R$ 1.849.508,47, respectivamente. O julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Presidente do Cade.

Na presente sessão o Presidente do Cade apresentou voto pelo conhecimento dos embargos declaração para, no mérito: a) negar provimento dos embargos opostos por Marcos Antônio Miranda da Silva e Renato Borges Duarte; b) dar parcial provimento dos embargos opostos por Nilcatex e Eldo Umbelino para, reconhecendo apenas o ponto que não foi comprovado que a Nilcatex realizou subcontratações como forma de compensação financeira, retificar a redação do parágrafo 514 do voto-Relator; c) dar provimento dos embargos opostos por Capricórnio e Júlio Manfredini para, concedendo-lhes os efeitos infringentes, proceder à retificação da do valor de multa a ser aplicado, para que passe a constar os seguintes valores de multa (calculados com base na alíquota de 20% aplicada ao faturamento bruto da empresa no ano anterior à instauração do processo, já atualizado monetariamente pela taxa Selic), o que resulta em R$ 6.572.313,54, para a Capricórnio e R$ 1.314.462,78, para Júlio Manfredini. A Conselheira Paula Azevedo apresentou aditamento ao voto anteriormente proferido a fim de retificar o cálculo da multa imposta a Capricórnio, para que passe a constar o valor de R$ 9.230.692,49 e o cálculo da multa imposta a Júlio Manfredini, para que passe a constar R$ 1.846.138,50. O Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani e a Conselheira Lenisa Prado apresentaram voto acompanhando a Relatora. O Conselheiro Luiz Hoffmann aderiu ao voto vista do Presidente Alexandre Cordeiro. O Conselheiro Luis Braido seguiu o voto da Relatora.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração opostos por Marcos Antônio Miranda da Silva e Renato Borges Duarte e negou-lhes provimento, nos termos do voto da Conselheira Relatora. O Plenário, por unanimidade, conheceu parte dos embargos de declaração opostos por Nilcatex e Eldo Umbelino e determinou a retificação da redação do parágrafo 514 do voto Relator, nos termos do voto da Conselheira Relatora. O Plenário, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração opostos por Capricórnio e Júlio Manfredini e, por maioria, deu-lhes parcial parcial provimento a fim de retificar a base de cálculo da multa, para que as multas passem a constar nos valores de R$ 9.230.692,49 e de R$ 1.846.138,50, respectivamente. Vencidos o Presidente do Cade e o Conselheiro Luiz Hoffmann nos termos de seus votos.

3. Processo Administrativo nº 08700.007052/2015-16
Representante: Cade ex officio
Representados: Naoki Yamamoto
Advogados: não constituídos
Relatora: Conselheira Lenisa Rodrigues Prado
Impedida a Conselheira Paula Azevedo
Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto da Conselheira Relatora.

REFERENDOS

Os despachos, ofícios e outros abaixo relacionados foram referendados pelo Plenário:

Despacho da Presidência nº 111/2021 (Processo nº 08700.000111/2021-73), Despacho da Presidência nº 113 (processo nº 08700.005028/2019-76), Despacho da Presidência nº 114(acesso restrito), Despacho da Presidência nº 115(acesso restrito), Despacho da Presidência nº 116(acesso restrito), Despacho da Presidência nº 117(acesso restrito), Despacho da Presidência nº 118(acesso restrito), Despacho da Presidência nº 119 (processo nº 08700.007837/2016-70), Despacho da Presidência nº 120/2021 (processo nº 08700.003211/2021-51), Despacho da Presidência nº 121/2021 (processo nº 08700.002346/2019-85), Despacho da Presidência nº 122 (processo nº 08700.002946/2021-68) apresentados pelo Presidente Alexandre Cordeiro Macedo.

Despacho Decisório nº 9/2021/GAB4/Cade (processo nº 08700.005778/2016-03), apresentado pela Conselheira Paula Farani de Azevedo Silveira.

Despacho Decisório nº 15/2021/GAB1/Cade (processo nº 08700.009924/2013-19), apresentado pela Conselheira Lenisa Rodrigues Prado.

APROVAÇÃO DA ATA

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

Às 13:01 do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte e um, o Presidente do Cade, Alexandre Cordeiro Macedo, declarou encerrada a sessão.

Ficam desde já intimadas as partes e os interessados, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 104 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - RICADE, quanto aos resultados dos julgamentos do Plenário do Tribunal dos seguintes itens da ata, cujas respectivas decisões foram juntadas aos autos e estão disponíveis para consulta no Sistema Eletrônico de Informação - SEI: 1, 2 e 3.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 21, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Despacho SG Encerramento processo administrativo (condenação total ou parcial) nº 21/2021. Processo Administrativo nº 08700.003699/2017-31 (Apartado de Acesso Restrito ao CADE e aos Representados nº 08700.003745/2017-00). Representante: CADE ex officio. Representados: Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para Saúde, Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios, Biotronik Comercial Médica Ltda., Boston Scientific do Brasil Ltda., Medtronic Comercial Ltda., St. Jude Medical Brasil Ltda., Ana Maria Ragonese, Carlos Alberto Pereira Goulart, Cícero Tiago Sobral Melo, Cláudio Joaquim Roque, Daniel Eugênio dos Santos, David Martin Markham Neale, Dirceo Stona, Eduardo Morani de Araújo, Elcio Allegretti, Fernanda Andrade Ferreira, Fernando Alfredo Gonzalez Rosenqvist, Flávio Lúcio Roberto de Aquino, Glauco Ulisses de Oliveira, Gustavo Weidle, João Sérgio Moreira, José Marcelino Battistini, Karine Sales Gonçalves, Kurt Kaninski, Maria Laura Galainena Johnson, Milena Carvalho Borges Bergamin, Milton Munhoz, Oscar Costa Porto, Pedro Luiz Serafim, Ricardo Galvão Sande e Oliveira, Ricardo Mendonça da Silva, Ricardo Portilho Pettená, Ronaldo Pupkin Pitta, Tadeu Aparecido Faria, Walter Luís Fúria de Souza, Wilson Martins Júnior e Zolmo de Oliveira Júnior. Advogados: Ana Carolina Lopes de Carvalho, André Marques Gilberto, Eduardo Caminati Anders, Francisco Ribeiro Todorov, Guilherme Favaro Corvo Ribas, Isabela Martins Soares, José Carlos da Matta Berardo, José Rubens Battazza Iasbech, Leonardo Peres da Rocha e Silva, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Letícia Ladeira Monteiro de Barros, Marcos Paulo Veríssimo, Olavo Zago Chinaglia, Paulo Leonardo Casagrande, Pedro Paulo Salles Cristofaro, Pedro Sérgio Costa Zanotta, Priscila Brolio Gonçalves, Rafael da Cás Maffini, Ricardo Noronha Inglez de Souza, Rodrigo Zingales Oller do Nascimento, Vicente Bagnoli, Victor Oliveira Cotta, Vinicius Marques de Carvalho, Vinícius Pinheiro Rodrigues Lopes de Barros, Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda e outros. Tendo em vista a Nota Técnica Confidencial nº 81/2021/CGAA7/SGA2/SG/CADE (SEI 0949043) e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 156, §1º, do Regimento Interno do Cade, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando-se: (a) pelo indeferimento das preliminares suscitadas pelos Representados; (b) pela condenação dos Representados: (i) Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para Saúde (ABIMED), (ii) Biotronik Comercial Médica Ltda., (iii) Boston Scientific do Brasil Ltda., (iv) St. Jude Medical Brasil Ltda., (v) Ana Maria Ragonese, (vi) Carlos Alberto Pereira Goulart, (vii) Cláudio Joaquim Roque, (viii) Daniel Eugênio dos Santos, (ix) Dirceo Stona, (x) Glauco Ulisses de Oliveira, (xi) Gustavo Weidle, (xii) João Sérgio Moreira, (xiii) José Marcelino Battistini, (xiv) Kurt Kaninski, (xv) Maria Laura Galainena Johnson, (xvi) Milena Carvalho Borges Bergamin, (xvii) Pedro Luiz Serafim, (xviii) Ricardo Portilho Pettená, (xix) Ronaldo Pupkin Pitta, (xx) Tadeu Aparecido Faria e (xxi) Zolmo de Oliveira Júnior por entender que suas condutas configuraram infração à ordem econômica de acordo com os arts. 20, incisos I e IV e 21, incisos I, II, III, IV e VIII, da Lei no 8.884/94, vigente à época parcial dos fatos, correspondentes ao art. 36, incisos I e IV c/c seu §3o, incisos I, alíneas "a", "c" e "d", II e III, da Lei no 12.529/2011, recomendando-se, ainda, a aplicação de multa por infração à ordem econômica nos termos da lei de defesa da concorrência, além das demais penalidades entendidas cabíveis; (c) pelo disposto na alínea "c" do item 3 da Nota Técnica; e (d) pelo arquivamento do processo em relação à (i) Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO) e a (ii) Fernando Alfredo Gonzalez Rosenqvist por não haver evidências suficientes quanto às suas participações nas condutas investigadas, nos termos do art. 74 da Lei no 12.529/2011 c/c art. 156, §1o, do RICADE. Ao Protocolo.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Interino

DESPACHOS DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Despacho SG Nº 1.247/2021 - Ato de Concentração nº 08700.004143/2021-48. Requerentes: Helios IV Geração de Energia Ltda. e Millennium Wind II Participações Ltda. Advogados: Luis Nagalli, Carolina Furlani, Renata Nachif e Juliana Cardoso. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 1.248/2021 - Ato de Concentração nº 08700.004042/2021-77. Requerentes: Celanese Corporation e Exxon Mobil Corporation. Advogados: Barbara Rosenberg, Bernardo Cascão e Maria Sampaio. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 1.249/2021 - Ato de Concentração nº 08700.004243/2021-74. Requerentes: Arosuco Aromas e Sucos Ltda. e Inovatech Network S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, José Inacio F. A. Prado Filho, Amanda Fabbri Barelli, Priscila Brolio Gonçalves e Camila Pires da Rocha. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 1.250/2021 - Ato de Concentração nº 08700.004268/2021-78. Requerentes: GN Verde Participações Ltda., Nova Iguaçu Energia e Gás Renovável Ltda., São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda., Gás Verde S.A. Advogados: Luiz Eduardo Ribeiro Salles, Ingrid Bandeira Santos, Barbara Rosenberg, Maria Sampaio, Fabiana Pereira Velloso. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 1.251/2021 - Ato de Concentração nº 08700.004070/2021-94. Requerentes: Multiasistencia, S.A.U. e USS Soluções Gerenciadas S.A. Advogados: Joyce Honda, Ricardo Gaillard, Thales Lemos e Isabela Oliveira. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PORTARIA FUNAI Nº 376, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Aprova o Manual de Atos Normativos da Fundação Nacional do Índio - Funai.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Funai, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, e tendo em vista as disposições contidas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, na Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, na Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, e no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar o Manual de Atos Normativos da Fundação Nacional do Índio - Funai.

Parágrafo único. A versão eletrônica do Manual de que trata o caput será disponibilizada no sítio eletrônico da Funai.

Art. 2º O Manual de Atos Normativos da Funai tem como objetivo auxiliar os servidores na elaboração e na proposição de atos normativos no âmbito da Fundação.

Art. 3º Será permitida a reprodução parcial ou total do Manual, sem fins lucrativos, por qualquer meio, mediante citação da fonte.

Art. 4º As atualizações do Manual de Atos Normativos da Funai serão disponibilizadas no sítio eletrônico desta Fundação.

Art. 5º Ficam revogadas:

I - a Portaria do Presidente nº 1.321, de 29 de dezembro de 1993; e

II - a Instrução Normativa nº 20, de 10 de setembro de 2020.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em primeiro de setembro de 2021.

CÉSAR AUGUSTO MARTINEZ

ANEXO

MANUAL DE ATOS NORMATIVOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

PARTE I - ATOS NORMATIVOS

CAPÍTULO I - DEFINIÇÃO E ESPÉCIES DE ATOS NORMATIVOS

1.1 Definição de Ato Normativo

Conforme o Manual de Elaboração de Atos Normativos do Ministério da Justiça, atos normativos são aqueles atos que instituem ou recomendam procedimentos relacionados a um cenário hipotético, sem destinatários específicos. Como o próprio nome sugere, os atos normativos têm carga normativa, estabelecem normas, regras, padrões ou obrigações.

Não se enquadram na definição de atos normativos as portarias de pessoal - aquelas referentes a agentes públicos nominalmente identificados (§2º do art. 2º do Decreto nº 10.139, de 2019). Elas se diferenciam pelo conteúdo, pela forma, pois não contêm ementa, e pela numeração, que é sequencial distinta e se reinicia anualmente.

1.2 Espécie de Atos normativos

Em atenção ao art. 2º do Decreto nº 10.139, de 2019, a Funai pode editar os seguintes atos normativos:

a) Portarias: atos normativos editados por uma ou mais autoridades singulares, por meio das quais são expedidas instruções sobre organização e funcionamento de serviços e outros atos de sua competência.

b) Resoluções: são atos normativos editados por colegiados legalmente instituídos. Elas são assinadas pela sua autoridade máxima, e se assemelham, quanto à estrutura, às portarias e às instruções normativas.

c) Instruções Normativas: atos normativos que orientam os agentes públicos na execução das normas, sem inovar ou transpor a norma que esteja complementando.

O Decreto nº 10.139, de 2019, apresenta a possibilidade de edição de portarias, resoluções ou instruções normativas conjuntas. Neste caso, o ato é editado por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional de forma conjunta, constando no preâmbulo o nome de cada órgão ou entidade e sendo assinado pelas respectivas autoridades máximas.

1.3 Questões Preliminares ao Ato Normativo

Antes de se propor um ato normativo, é necessário identificar o problema, levantar as suas causas e estudar a implementação de soluções eficazes e eficientes para o caso. Nem sempre a elaboração de uma norma é a resposta adequada para a resolução de um problema.

Para auxiliar essa análise, sobretudo, na identificação da necessidade de normatizar, sugerimos que sejam respondidas as seguintes questões:

Qual o problema identificado.

Já existe ato normativo regulamentando o tema.

Quais as alternativas possíveis para a resolução do problema.

Caso uma das alternativas seja a edição de ato normativo, quais as razões para a escolha desta alternativa.

Quais as características do ato normativo que será proposto (espécie, extensão, divisões, o que deveria contemplar).

Quem seria alcançado pela norma.

O art. 13 Decreto nº 9.191, de 2017, prevê que a elaboração dos atos normativos deve observar as questões apresentadas em seu anexo e que nortearão a elaboração de atos no âmbito do executivo federal.

CAPÍTULO II - ELABORAÇÃO E REDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS

A elaboração de um ato normativo é um processo cíclico que compreende as seguintes fases:

¸ 1º fase - levantamento e análise de informações: é a etapa de coleta e de estudo de informações sobre a matéria a ser disciplinada. A equipe deve consultar normas sobre o assunto e identificar como que a matéria foi normatizada em outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal. É recomendado reunir-se com especialistas na matéria, fazer cursos e coletar materiais que a Instituição possua sobre o assunto.

¸ 2º fase - planejamento do texto normativo: é definida a finalidade, a extensão, o âmbito de aplicação e os destinatários do ato normativo. Também definem-se aqui a espécie do ato normativo, a sua divisão, quais seriam as partes e os capítulos, o que será e o que não será disciplinado no ato, quem ou quais as áreas poderão ser consultadas pela equipe de redação, e quem da equipe ficará responsável pela revisão.

¸ 3ª fase - desenvolvimento do texto normativo: consiste na redação propriamente dita do texto. A escrita do ato deve contemplar sua finalidade, seu objeto, âmbito de aplicação e destinatários. Devem ser observadas as recomendações quanto à estrutura, articulação e formatação apresentadas neste Manual e nas normas sobre elaboração, redação, revisão e consolidação de atos normativos no âmbito do Poder Executivo Federal.

¸ 4ª fase - revisão do texto normativo: trata-se da revisão realizada pela própria área responsável pela temática e pela propositura do ato, antes de encaminhar a proposta ao Serviço de Modernização e Organização - Seorg, a quem caberá a análise quanto aos aspectos formais do texto normativo, e à Procuradoria Federal Especializada - PFE, a quem caberá a análise quanto aos aspectos jurídicos.

¸ 5ª fase - aprovação e publicação do ato normativo: o texto elaborado torna-se ato normativo nesta fase. Para tanto, deve ser encaminhado na forma apresentada no capítulo Proposição de atos normativos deste Manual, para deliberação da autoridade competente em editá-lo. Após assinatura, o ato é publicado.

¸ 6ª fase - implementação da norma e atualização: consiste na aplicação do que prevê o ato normativo recém editado. A área responsável pela proposição também é responsável pela divulgação, guarda e atualização do ato e deverá proceder à revisão, sempre que houver alteração dos atos normativos balizadores ou mudanças nos fluxos que justifiquem. Esta fase compreende implementação, guarda e identificação de necessidade de revisão ou de consolidação do ato.

2.1 Quanto aos elementos essenciais da redação do ato normativo

2.1.1 Clareza

Um texto claro possibilita a imediata compreensão de seu conteúdo por quem o lê. A clareza é tão importante no ato normativo que o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, estabelece a utilização de linguagem clara como diretriz a ser observada pelos órgãos e pelas entidades do Poder Executivo federal nas relações com o público.

A clareza se configura como um dos elementos intrínsecos do princípio da publicidade, que vai além da publicação e divulgação do ato normativo, estendendo-se à necessidade de que os atos sejam facilmente compreendidos.

Para obtenção da clareza, recomenda-se:

¸ usar palavras e expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura da própria área sobre a qual esteja legislando;

¸ usar frases curtas, concisas e bem estruturadas;

¸ uniformizar o tempo verbal em todo o texto da norma legal, dando preferência ao presente ou ao futuro simples do presente do modo indicativo;

¸ construir as orações na ordem direta, evitando intercalações;

¸ pontuar adequadamente o texto;

¸ evitar o uso de palavras ou expressões em idioma estrangeiro;

¸ evitar preciosismos, neologismos, regionalismos e adjetivações dispensáveis; e

¸ evitar o uso de siglas, jargões e estrangeirismos.

2.1.2 Precisão

A precisão consiste em articular linguagem, técnica ou comum, para possibilitar a compreensão do objeto do ato normativo e evidenciar o conteúdo e o alcance da norma.

Para obtenção da precisão, recomenda-se:

¸ articular a linguagem, comum ou técnica, que seja mais adequada à compreensão do objetivo, do conteúdo e do alcance do ato normativo;

¸ expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras;

¸ evitar o uso de sinônimos;

¸ evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido;

¸ escolher termos que tenham o mesmo sentido ou significado na maior parte do território nacional;

¸ escrever por extenso as referências a números e percentuais, exceto data, número de ato normativo e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto;

¸ expressar valores monetários em algarismos arábicos, seguidos de sua indicação por extenso entre parênteses, por exemplo, R$ 1.234,56 (um mil duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos); e

¸ escrever as datas das seguintes formas:

o "2 de novembro de 2021";

o "25 de dezembro de 2021"; e

o "1º de maio de 2021".

Remissão

A precisão contempla ainda as remissões realizadas ao longo do texto e o emprego das siglas. As remissões são ações ou efeitos de remeter, de seguir em direção a um ponto estabelecido. Elas podem ser internas - quando remetem à norma dentro do mesmo ato normativo - ou externas - quando remetem a outros textos legislativos. Ambas requerem cuidados para não comprometer a clareza e a precisão do texto. Por isso, deve-se:

¸ indicar expressamente o dispositivo objeto de remissão, em vez de usar as expressões "anterior", "seguinte" ou equivalentes;

¸ indicar, expressamente, o dispositivo objeto de remissão, por meio do emprego da abreviatura "art.", seguida do número correspondente, ordinal ou cardinal;

¸ utilizar as conjunções "e" ou "ou" no penúltimo inciso, alínea ou item, conforme a sequência de dispositivos seja, respectivamente, cumulativa ou disjuntiva;

¸ escrever a remissão aos atos normativos das seguintes formas:

o "Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017", na ementa, no preâmbulo e na primeira remissão no corpo da norma; e

o "Decreto nº 9.191, de 2017", nos demais casos; e

¸ escrever a indicação do ano sem o ponto entre as casas do milhar e da centena.

Siglas e Acrônimos

Deve-se usar apenas siglas e acrônimos consagrados pelo uso, observado que a primeira referência ou menção no texto deve ser acompanhada de explicitação de seu significado. Além disso:

¸ não utilizar siglas ou acrônimos para designar órgãos da administração pública direta;

¸ utilizar siglas ou acrônimos para entidades da administração pública indireta apenas se previstos em algum dispositivo legal;

¸ não utilizar siglas ou acrônimos para designar ato normativo; e

¸ usar siglas ou acrônimos apenas se consagradas pelo uso geral e não apenas no âmbito de setor da administração pública ou de grupo social específico.

NA PRÁTICA

Na primeira menção, a expressão designada deve vir escrita por extenso sempre antes de sua sigla ou acrônimo respectivo, separados por travessão.

Exemplos:

Fundação Nacional do Índio - Funai (acrônimo)

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil (acrônimo)

Coordenação de Frente de Proteção Etnoambiental - CFPE (sigla)

Registro Administrativo de Nascimento Indígena - RANI (sigla)

Emprego de sigla no plural:

Coordenações Regionais - CR's (incorreto)

Coordenações Regionais - CRs (correto)

2.1.3 Ordem lógica

Para a obtenção da ordem lógica, deve-se:

¸ reunir sob as categorias de agregação - livro, título, capítulo, seção e subseção - apenas as disposições relacionadas com a matéria nelas especificada;

¸ restringir o conteúdo de cada artigo a um único assunto ou princípio;

¸ expressar os aspectos complementares à norma enunciada no caput do artigo e as exceções à regra por esse estabelecida por meio dos parágrafos; e

¸ registrar as discriminações e as enumerações por meio de incisos, alíneas e itens.

2.2 Quanto à estrutura do ato normativo

O ato normativo é estruturado em três partes básicas: parte preliminar, parte normativa e parte final.

2.2.1 Parte Preliminar

A parte preliminar é composta de: epígrafe, ementa, preâmbulo e definição do objeto do ato e do seu âmbito de aplicação.

Epígrafe

A epígrafe é formada pelo título designativo da espécie normativa, seguida de numeração respectiva e data de promulgação, escrita em letras maiúsculas, sem negrito, centralizada e sem ponto final.

Segundo o Decreto nº 10.139, de 2019, a epígrafe de atos normativos inferiores a decreto será constituída pelos seguintes elementos e na ordem em que são apresentados:

a) título designativo da espécie normativa;

b) sigla do órgão ou da entidade; da unidade da autoridade signatária, seguida da sigla do órgão ou da entidade a que se vincula; ou da unidade imediata da autoridade signatária, seguida da sigla da unidade superior daquela autoridade, e da sigla do órgão ou da entidade a que se vinculam. As siglas serão aquelas utilizadas no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG;

c) numeração sequencial; e

d) data de assinatura.

Fórmula da epígrafe

TÍTULO DA ESPÉCIE NORMATIVA + SIGLA + NUMERAÇÃO + [DIA] DE [MÊS POR EXTENSO] DE [ANO]

Exemplos:

PORTARIA FUNAI Nº 307, DE 6 DE ABRIL DE 2021

INSTRUÇÃO NORMATIVA FUNAI Nº 01, DE 25 DE MAIO DE 2021 (exemplo fictício)

RESOLUÇÃO DIRCOL/FUNAI Nº 01, DE 25 DE MAIO DE 2021 (exemplo fictício de resolução da Diretoria Colegiada)

Ementa

A ementa deve explicitar o objeto do ato normativo de forma concisa. Trata-se de uma síntese do tema central do ato normativo. No texto, ela se localiza abaixo da epígrafe alinhada à direita, com nove centímetros de largura. O verbo inicial deve estar no presente do modo indicativo, por exemplo: estabelece, aprova, institui, dispõe. A sua redação se encerra com ponto final.

Ela resume, de modo objetivo e claro, o conteúdo do ato normativo para permitir a identificação rápida da matéria legislada ou disciplinada. Deve-se evitar a expressão "e dá outras providências", exceto se o ato normativo for extenso e com multiplicidade de temas ou se a questão não expressa for pouco relevante e estiver relacionada com os demais temas já explícitos na ementa.

Exemplo:

Estabelece os critérios e os procedimentos para elaboração, publicação e divulgação do Boletim de Serviço no âmbito da Fundação Nacional do Índio - Funai.

Preâmbulo

O preâmbulo deve indicar o cargo da autoridade signatária do ato normativo, o órgão ou a instituição competente para a prática do ato e sua base legal. E, quando couber, a ordem de execução, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação da norma.

O Manual de Redação da Presidência da República salienta que devem ser citadas apenas as normas que dão fundamento de validade para o ato. Não cabe mencionar atos normativos meramente relacionados com o conteúdo do ato e nem numeração ou ementa de processo administrativo ou judicial. O Manual esclarece ainda que, exceto na hipótese de atos internacionais, não é mais admitida a colocação de "considerandos" em atos normativos.

Exemplos:

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017, resolve:

Art. 1º - Objeto do ato e âmbito de aplicação

O primeiro artigo do texto deve indicar o objeto do ato normativo e o seu âmbito de aplicação. Cada ato normativo deve tratar de um único objeto e não deve conter matéria estranha a seu objeto ou não vinculada a este por afinidade, pertinência ou conexão.

Um mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de um ato normativo da mesma espécie, exceto quando o subsequente se destinar a complementar o ato considerado básico, vinculando-se a ele por remissão expressa.

A indicação do âmbito de aplicação do ato normativo não deve ser confundida com a simples especificação do tema central do ato constante da ementa. Especificar o âmbito de aplicação significa indicar relações jurídicas para as quais a norma se destina.

Exemplos:

Art. 1º Esta Portaria estabelece medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) e exercício de atividades por servidores(as), empregados(as) públicos(as) e estagiários(as) da Fundação Nacional do Índio.

(exemplo fictício)

e

"Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19)."

(Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020)

2.2.2 Parte Normativa

A parte normativa é a parte mais densa do ato. Ela contém as normas que regulam o objeto, ou seja, a matéria legislada ou disciplinada propriamente dita. A divisão desta parte dependerá da natureza, extensão e complexidade da matéria, obedecendo os critérios de divisão e de agrupamentos expostos na Lei Complementar nº 95, de 1998, e nos Decretos nº 9.191, de 2017, e nº 10.139, de 2019.

2.2.3 Parte Final

A parte final é composta de: disposições sobre medidas necessárias à implementação das normas constantes da parte normativa; disposições transitórias; cláusula de revogação, quando couber; e cláusula de vigência.

Recomendamos que se preveja a unidade organizacional, o colegiado ou a autoridade que responderá por casos omissos e dúvidas decorrentes da aplicação da norma legal na parte das Disposições Finais ou correspondente no ato normativo.

Exemplo:

Art. 10. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação desta Portaria serão dirimidos pelo(a) Presidente(a).

Art. 10. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação desta Instrução Normativa serão dirimidos pela Diretoria de Administração e Gestão.

(exemplo fictício)

Os atos normativos que criarem comissão, comitê, grupo de trabalho ou outra forma de colegiado deverão atender o disposto nos arts. 36, 37 e 38 do Decreto nº 9.191, de 2017, e conter artigo de que se trata de atividade não remunerada em artigo anterior ao de vigência ou ao de revogação, se houver.

Exemplo:

Art. 10. A participação dos membros do colegiado de que trata esta Portaria será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

(exemplo fictício)

Vigência

O art. 4º do Decreto nº 10.139, de 2019, estabelece data certa para a entrada em vigor e para a produção de efeitos dos atos normativos, que deve ser de, no mínimo, uma semana após a data de sua publicação e sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil.

A exceção para a definição de data na forma apresentada serão as hipóteses de urgência justificada no documento que encaminhará a minuta de ato proposto à autoridade competente em editá-lo.

De acordo com o Decreto nº 9.191, de 2017, a vacatio legis - período de vacância ou período entre a publicação do ato e a sua entrada em vigor - será prevista nos atos normativos:

a) de maior repercussão;

b) que demandem tempo para esclarecimentos ou exijam medidas de adaptação pela população;

c) que exijam medidas administrativas prévias para a aplicação de modo ordenado; ou

d) em que não convenha a produção de efeitos antes da edição de ato normativo inferior ainda não publicado.

Para a hipótese de vacatio legis, sugerimos a aplicação da fórmula do Decreto nº 10.139, de 2019, com o dia exato de entrada em vigor do ato normativo, já considerando o período de vacância, atentando-se ao período do ano, do mês ou da semana no qual a norma entrará em vigor.

Atenção! O dia será escrito em numeração ordinal se for o primeiro dia do mês, e em numeração cardinal para os demais dias do mês.

Exemplo:

Epígrafe - PORTARIA FUNAI Nº 123, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2020

Cláusula de vigência - Art. 10. Esta Portaria entra em vigor em 1º de fevereiro de 2021.

Período de vacância/ vacatio legis - aproximadamente 3 meses

(exemplo fictício)

Revogação

O art. 8º do Decreto nº 10.139, de 2019, tornou obrigatória a revogação expressa de normas:

a) que foram revogadas tacitamente;

b) cujos efeitos tenham se exaurido no tempo; e

c) vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado mais.

O art. 18 do Decreto nº 9.191, de 2017, determina que a cláusula de revogação deverá relacionar, de forma expressa, todas as disposições que serão revogadas. A cláusula de revogação poderá ser subdividida em incisos quando se tratar de mais de um ato normativo ou de dispositivos não sucessivos de um mesmo ato normativo.

Nas hipóteses de normas anteriormente alteradas, a revogação expressa incluirá os dispositivos modificados e os dispositivos da norma alteradora. Não deve ser utilizada mais a expressão "revogam-se as disposições em contrário".

Exemplos:

"Art. 59. Fica revogado o Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002."

(Decreto nº 9.191, de 2017)

"Art. 14. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 8.917, de 29 de novembro de 2016;

II - os seguintes dispositivos do Decreto nº 9.004, de 13 de março de 2017:

a) o inciso I do caput do art. 1º; e

b) o art. 2º ao art. 5º; e

III - os seguintes dispositivos do Decreto nº 9.067, de 31 de maio de 2017:

a) o art. 8º e o art. 9º;

b) os incisos IV e V do caput do art. 14; e

c) o Anexo III."

(Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017)

2.2.4 Anexo

É possível criar anexos para a apresentação de tabelas, gráficos, imagens, mapas e plantas cartográficas, formulários, fórmulas matemáticas e outras informações. A palavra "ANEXO", a ser grafada antes das informações anexadas ao ato normativo, deve ser escrita em letras maiúsculas, em negrito, centralizada e, se houver mais de um anexo, seguida de numeração em algarismos romanos.

Exemplo:

ANEXO I

AUTODECLARAÇÃO DE SAÚDE

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____ declaro para fins específicos de atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, [...].

ANEXO II

AUTODECLARAÇÃO DE CUIDADO E COABITAÇÃO

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____ declaro para fins específicos de atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 19, de 12 de março de 2020, [...].

(Instrução Normativa nº 19, de 2020)

2.3 Quanto à articulação e formatação do ato normativo

Artigo

É a unidade básica de articulação do texto normativo. Ele é indicado pela abreviatura "Art.", sem negrito, seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal, acompanhada de ponto, a partir do décimo. A numeração é separada do texto por dois espaços em branco, sem traços ou outros sinais, e o texto inicia-se com letra maiúscula e termina com ponto ou, nos casos em que se desdobrar em incisos, com dois-pontos. O artigo desdobra-se em parágrafos ou em incisos.

CORRETO	INCORRETO
Art. 1º Estabelece [...].	Art. 1º Não [...].
Art. 9º Fica [...].	Art. 9º. Não [...].
Art. 10. Fica [...].	Art. 10º Não [...].
Art. 12. Fica [...].	Art. 12 - Não [...].

É bom saber!

O que é caput e por que essa palavra deve aparecer em negrito no texto do ato normativo.

Caput significa cabeça ou parte superior. No meio jurídico, é o termo usado nos parágrafos, incisos, alíneas e itens para fazer referência à ideia principal do artigo ao qual pertencem.

Segundo o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa - VOLP, a palavra "caput" é um substantivo masculino, do latim, estrangeira. Portanto, aplicamos a regra do Decreto nº 9.191, de 2017, "as palavras e as expressões em latim ou em língua estrangeira são escritas em negrito".

Parágrafo

O parágrafo é indicado pelo símbolo "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal, acompanhada de ponto, a partir do décimo. O parágrafo único é indicado pela expressão "Parágrafo único", seguida de ponto.

O texto do parágrafo único e dos parágrafos inicia-se com letra maiúscula e termina com ponto. Como o parágrafo também pode se desdobrar em incisos, nesta hipótese ele terminará com dois-pontos ":". Em ambos os casos, não se usa negrito e o texto é separado por dois espaços em branco, sem traços ou outros sinais.

CORRETO	INCORRETO
§ 1º Fica [...].	§ 1º - Não [...].
§ 9º Fica [...].	§ 9 - Não [...].
§ 10. Fica [...].	§ 15º. Não [...].
Parágrafo único. Fica [...].	Parágrafo Único. Não [...].

Inciso

O inciso é indicado por algarismo romano seguido de hífen, separado do algarismo e do texto por um espaço em branco. Seu texto é iniciado com letra minúscula, exceto quando se tratar de nome próprio. O inciso se desdobra em alíneas e termina com:

- ponto-e-vírgula;
- dois pontos, quando se desdobram em alíneas; e
- ponto, caso seja o último.

Exemplo:

"Art. 6º A ementa explicitará, de modo conciso, o objeto do ato normativo.

Parágrafo único. A expressão "e dá outras providências" poderá ser utilizada para substituir a menção expressa a temas do ato normativo apenas:

I - em atos normativos de excepcional extensão e com multiplicidade de temas; e

II - se a questão não expressa for pouco relevante e estiver relacionada com os demais temas explícitos na ementa".

(Decreto nº 9.191, de 2017)

Alínea

A alínea é indicada com letra minúscula na sequência do alfabeto e acompanhada de parêntese, separado do texto por um espaço em branco. O texto da alínea inicia-se com letra minúscula, exceto quando se tratar de nome próprio, e termina com:

a) ponto-e-vírgula;

b) dois-pontos, quando se desdobrar em itens; ou

c) ponto, caso seja a última e anteceda artigo ou parágrafo.

Exemplo:

"Art. 14. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, e observarão o seguinte:

I - para obtenção da clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, exceto quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se pode empregar a nomenclatura própria da área sobre a qual se está legislando;
b) usar frases curtas e concisas;
c) construir as orações na ordem direta;
d) evitar preciosismo, neologismo e adjetivação; e
e) buscar a uniformidade do tempo verbal no texto da norma legal e usar, preferencialmente, o presente ou o futuro simples do presente do modo indicativo".

(Decreto nº 9.191, de 2017)

Item

O item é o desdobramento da alínea, é indicado por algarismo arábico, seguido de ponto e separado do texto por um espaço em branco. O texto do item inicia-se com letra minúscula, exceto quando se tratar de nome próprio, e termina com:

a) ponto-e-vírgula; ou
b) ponto, caso seja o último e anteceda artigo ou parágrafo.

Exemplo:
"Art. 14. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, e observarão o seguinte:
[...]
II - para obtenção da precisão:
[...]
e) quanto ao uso de sigla ou acrônimo:
1. não utilizar para designar órgãos da administração pública direta;
2. para entidades da administração pública indireta, utilizar apenas se previsto em lei;
3. não utilizar para designar ato normativo;
4. usar apenas se consagrado pelo uso geral e não apenas no âmbito de
setor da administração pública ou de grupo social específico; e
5. na primeira menção, utilizar acompanhado da explicitação de seu significado".

(Decreto nº 9.191, de 2017)

Lembrete!
No penúltimo inciso, alínea ou item, deve-se utilizar as conjunções "e" ou "ou", conforme a sequência de dispositivos.
Resumindo!

Dispositivo	Desdobramento	Representação
Artigo	parágrafos, parágrafo único ou incisos	do § 1º ao § 9º, § 10. ... / Parágrafo único. / I - II - III - ...
Parágrafo	incisos	I - II - III - ...
Inciso	alíneas	a) b) c) ...
Alínea	itens	1. 2. 3. ...
Item	subitens (excepcionalmente)	1.1. 1.2. 1.3. ...

2.4 Agrupamentos

O ato normativo pode ser dividido em partes, dependendo da natureza, extensão e complexidade da matéria normatizada. Essa organização do corpo do texto normativo consiste no agrupamento de dispositivos e esse agrupamento permitirá a localização mais imediata do ponto desejado da norma e a compreensão da estrutura da matéria legislada.

Os artigos podem ser agrupados em capítulos, e os capítulos podem ser subdivididos em seções, e as seções em subseções. Isso quer dizer que é possível redigir um capítulo sem seções, apenas agrupando os artigos. Como também é possível redigir este mesmo capítulo dividindo seus artigos em seções.

As seções e as subseções são indicadas por algarismos romanos, escritas em letras minúsculas e em negrito.

Os agrupamentos em capítulos podem ser subdivididos em "Disposições Preliminares", "Disposições Gerais", "Disposições Finais" e "Disposições Transitórias".

No caso de códigos, os capítulos podem ser agrupados em títulos, os títulos em livros, e os livros em partes. Os capítulos, os títulos, os livros e as partes são escritas em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos. A parte pode ser subdividida em parte geral e em parte especial, ou em partes expressas em numeral ordinal, por extenso.

Na prática!

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO II
(DA) ELABORAÇÃO, REDAÇÃO, ARTICULAÇÃO E ALTERAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS

Seção I
Da elaboração de atos normativos
Seção II
Da redação de atos normativos
Seção III
Da articulação de atos normativos

Seção IV
Da alteração de atos normativos

CAPÍTULO III
(DA) COMPETÊNCIA PARA PROPOR E EXAMINAR PROPOSTAS DE ATOS NORMATIVOS
CAPÍTULO IV
(DO) ENCAMINHAMENTO E EXAME DE PROPOSTAS DE ATOS NORMATIVOS
CAPÍTULO V
(DA) CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

ANEXO

(exemplo fictício)

É bom saber!
"A praxe da técnica legislativa no âmbito federal indica que a denominação do assunto tratada em cada unidade de agrupamento será iniciada pela preposição 'De', combinada com o artigo definido apropriado. Essa praxe deriva do
raciocínio de que cada agrupamento trata de determinado tema. Assim, no Título II da Constituição, por exemplo, trata-se 'Dos direitos e garantias fundamentais'" (Manual de Redação da Presidência da República, 2018).

2.5 Formatação

Na formatação do texto do ato normativo, utiliza-se:

- fonte Calibri, corpo 12;
- margem lateral esquerda de dois centímetros de largura;
- margem lateral direita de um centímetro de largura; e
- espaçamento simples entre linhas e de seis pontos após cada parágrafo, com uma linha em branco acrescida antes de cada parte, livro, título ou capítulo.

Na formatação do texto não se utiliza texto em itálico, sublinhado, tachado ou qualquer forma de caracteres ou símbolos não imprimíveis. E as palavras e as expressões em latim ou em língua estrangeira são escritas em negrito.

Os arquivos eletrônicos dos atos normativos são configurados para o tamanho A4 (297mm x 210mm).

A epígrafe, formada pelo título designativo da espécie normativa e pela data de promulgação, é escrita em letras maiúsculas, sem negrito, de forma centralizada. A ementa é alinhada à direita da página, com nove centímetros de largura.

Por fim, também poderá ser adotada a especificação temática do conteúdo de grupo de artigos ou de um artigo mediante denominação que preceda o dispositivo, escrita em letras minúsculas em negrito, alinhada à esquerda, sem numeração. Como no exemplo a seguir.

Exemplo:
"Publicação, vigência e produção de efeitos do ato
Art. 4º Os atos normativos estabelecerão data certa para a sua entrada em vigor e para a sua produção de efeitos:
I - de, no mínimo, uma semana após a data de sua publicação; e
II - sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de urgência justificada no expediente administrativo.
Instituição da revisão e consolidação de atos normativos
Art. 5º Fica determinada a revisão e a consolidação de todos os atos normativos inferiores a decreto".

(Decreto nº 10.139, de 2019)

CAPÍTULO III - ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS

Todos os atos normativos devem ser revisados constantemente pelas áreas. A revisão dos nossos atos deverá ocorrer sempre que houver alteração dos normativos balizadores ou mudanças nos fluxos que justifiquem. É importante que os procedimentos e fluxos de trabalho estabelecidos por meio de ato normativo de fato sejam incorporados à rotina de trabalho da(s) Unidade(s) organizacional(is), caso contrário, é oportuno revogá-lo.

A revisão dos atos poderá resultar em:

- revogação expressa do ato;
- revisão e edição de ato consolidado sobre a matéria com a revogação expressa dos atos anteriores; ou

¸conclusão pela manutenção do ato, tendo em vista o atendimento pelo ato vigente das regras de consolidação e das disposições do art. 13 do Decreto nº 10.139, de 2019, quanto à técnica de elaboração, redação e alteração de atos normativos.

A última fase do ciclo de elaboração de ato normativo corresponde à "Implementação da norma e atualização". Uma vez identificada a necessidade de atualizar o ato normativo, a unidade responsável pela temática deverá vivenciar novamente todas as fases do ciclo, já apresentadas neste Manual.

3.1 Alteração de Atos Normativos

A alteração de atos normativos pode ocorrer de três formas:

¸com reprodução integral em um só texto, quando se tratar de alteração considerável;

¸com revogação parcial; ou

¸com substituição, supressão ou acréscimo de dispositivo.

O texto de cada artigo acrescido ou alterado será transcrito entre aspas, seguido da indicação de nova redação, representada pela expressão "(NR)".

Os exemplos deste capítulo, embora sejam citações diretas, não serão colocados entre aspas ou com recuo à direita e tamanho de letra diferenciado propositadamente, as aspas que aparecerão serão as da própria redação de alteração para que se compreenda como redigir dispositivo de alteração de outro ato.

Exemplo:

Art. 1º O Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

"Art. 26. As propostas de ato normativo serão encaminhadas à Casa Civil da Presidência da República e à Secretaria-Geral da Presidência da República por meio eletrônico, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por meio

de exposição de motivos do titular do órgão proponente.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o Subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República poderá autorizar a remessa da proposta de ato normativo e dos documentos que a acompanham em papel, assinada em meio

físico." (NR)

(Decreto nº 10.420, de 7 de julho de 2020)

Expressão revogado

A expressão "revogado", ou outra equivalente, não será incluída no corpo da nova redação.

Exemplo comparativo:	
Decreto nº 10.420, de 2020, que altera o Decreto nº 9.191, de 2017. A revogação ocorre por meio da própria cláusula de revogação ao final do ato que apresenta a nova redação.	Art. 23 do Decreto nº 9.191, de 2017, após a alteração, no síto do Planalto
Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 9.191, de 2017: I - o art. 23; II - o Capítulo VII; e III - o art. 53.	Art. 23. Compete à Casa Civil da Presidência da República: (Revogado pelo Decreto nº 10.420, de 2020 (Vigência) I - examinar a constitucionalidade, a legalidade, o mérito, a oportunidade e a conveniência política das propostas de ato normativo; (Revogado pelo Decreto nº 10.420, de 2020 (Vigência) II - verificar se os Ministros de Estado aos quais está afeta a matéria da proposta de ato normativo referendaram ou, conforme o caso, foram ouvidos sobre o ato submetido ao Presidente da República; e (Revogado pelo Decreto nº 10.420, de 2020 (Vigência) III - zelar pela observância do disposto neste Decreto, admitida a devolução das propostas de ato normativo em desacordo com as normas nele previstas aos órgãos de origem. (Revogado pelo Decreto nº 10.420, de 2020 (Vigência)

Renumeração

É vedada a renumeração de parágrafo ou de unidades superiores a parágrafo.

Nas hipóteses de inserção de novos dispositivos no ato normativo, será utilizado o número ou a letra do dispositivo imediatamente anterior acrescido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem necessárias para identificar os acréscimos, unidos por hífen.

No exemplo abaixo, observe que não consta a expressão "(NR)" ao final das aspas, porque não se trata de nova redação, mas de acréscimo de artigos. Os novos artigos estão entre o art.60 e o art.61 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e receberam a numeração do anterior acrescida das letras do alfabeto na proporção de artigos inseridos.

Exemplo:

Subseção IV

Do Auxílio-Moradia

Art. 60-A. O auxílio-moradia consiste no ressarcimento das despesas

comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de 1 (um) mês após a comprovação da despesa pelo servidor.

Art. 60-B. Conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor se atendidos os

seguintes requisitos: [...]

Art. 60-C. O auxílio-moradia não será concedido por prazo superior a 5 (cinco) anos dentro de cada período de 8 (oito) anos, ainda que o servidor mude de cargo ou de Município de exercício do cargo.[...]

Art. 60-D. O valor do auxílio-moradia é limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do cargo em comissão ocupado pelo servidor e, em qualquer hipótese, não poderá ser superior ao auxílio-moradia recebido por Ministro de Estado.

Art. 60-E. No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia continuará sendo pago por um mês.

(Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990)

A renumeração de incisos e de unidades inferiores a incisos é permitida se for inconveniente o acréscimo da nova unidade ao final da sequência.

Exemplo comparativo:	
Decreto nº 9.759, de 2019, antes das inclusões de incisos e alíneas, descritos na coluna à direita.	Decreto nº 9.812, de 2019, que altera do Decreto nº 9.759, de 2019.
Art. 2º Para os fins do disposto neste Decreto, inclui-se no conceito de colegiado: I - conselhos; II - comitês; III - comissões; IV - grupos; V - juntas; VI - equipes; VII - mesas; VIII - fóruns; IX - salas; e X - qualquer outra denominação dada ao colegiado. Parágrafo único. Não se incluem no conceito de colegiado de que trata o caput : I - as diretorias colegiadas de autarquias e fundações; II - as comissões de sindicância e de processo disciplinar; e III - as comissões de licitação. Obs.: repare que os incisos II e III do parágrafo único precisaram ser reescritos no texto normativo de alteração para que fossem alteradas as pontuações deles, porque eles deixaram de ser penúltimo e último incisos.	"Art. 2º .... Parágrafo único. .... II - as comissões de sindicância e de processo disciplinar; III - as comissões de licitação; IV - as comissões de que trata o art. 10 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; V - a Comissão de Ética Pública vinculada ao Presidente da República e às comissões de ética de que trata o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994; e VI - as comissões de avaliação ou de acompanhamento criadas para analisar contratos de gestão com: a) organizações sociais ou agências executivas qualificadas pelo Poder Executivo federal; b) serviços sociais autônomos; e c) comissões de que trata o art. 3º da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004." (NR) Obs.: a utilização de linha pontilhada será obrigatória para indicar a manutenção de dispositivo em vigor, por isso o art. 2º recebeu duas linhas pontilhadas, uma corresponde à redação do caput do art. 2º e outra à dos seus incisos. Pelo mesmo motivo, o parágrafo único do art. 2º recebeu duas linhas pontilhadas, uma corresponde à redação do próprio parágrafo único e outra à do inciso I, anterior ao II que passa a ter nova redação e por isso não apresenta linha pontilhada.

Aproveitamento de número e letra

É vedado o aproveitamento de número ou de letra de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou cuja execução tenha sido suspensa pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, caput, inciso X, da Constituição: "Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: [...] X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal".

Substituição, supressão ou acréscimo de dispositivos

¸O ato normativo a ser alterado deverá ser mencionado pelo título designativo da espécie normativa e pela sua data de promulgação, seguidos da expressão "passa a vigorar com as seguintes alterações", sem especificação dos artigos ou subdivisões de artigo a serem acrescidos ou alterados.

Exemplo:
Art. 1º O Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:
(Decreto nº 10.420, de 2020, que altera do Decreto nº 9.191, de 2017)

¸ Na alteração parcial de artigo, os dispositivos que não terão o seu texto alterado serão substituídos por linha pontilhada.

Exemplo:
"Art. 27. .....
I - justificar e fundamentar, de forma clara e objetiva, a edição do ato normativo, com:
....." (NR)
(Decreto nº 10.420, de 2020, que altera do Decreto nº 9.191, de 2017)

¸A utilização de linha pontilhada será obrigatória para indicar a manutenção de dispositivo em vigor e observará o seguinte:

a) no caso de manutenção do texto do caput, a linha pontilhada empregada será precedida da indicação do artigo a que se refere;

b) no caso de manutenção do texto do caput e dos dispositivos subsequentes, duas linhas pontilhadas serão empregadas e a primeira linha será precedida da indicação do artigo a que se refere;

c) no caso de alteração do texto de unidade inferior dentro de unidade superior do artigo, a linha pontilhada empregada será precedida da indicação do dispositivo a que se refere; e

d) a inexistência de linha pontilhada não dispensará a revogação expressa de parágrafo.

Exemplo para as hipóteses "a" e "b":
"Art. 24. .....
.....
III - quando julgar conveniente:
a) solicitar aos órgãos da administração pública federal informações para instruir o exame dos atos normativos sujeitos à apreciação do Presidente da República;
b) requerer ao órgão proponente a análise prévia de impacto da proposta de ato normativo; e
c) estabelecer a metodologia a ser utilizada para a análise prévia de impacto da proposta de ato normativo de que trata a alínea "b"; e
....." (NR)
(Decreto nº 10.420, de 2020, que altera do Decreto nº 9.191, de 2017)

Exemplo para a hipótese "c":
"Art. 2º .....
.....
Parágrafo único. .....
.....
II - as comissões de sindicância e de processo disciplinar;
III - as comissões de licitação;
IV - as comissões de que trata o art. 10 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
V - a Comissão de Ética Pública vinculada ao Presidente da República e às
comissões de ética de que trata o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994; e
VI - as comissões de avaliação ou de acompanhamento criadas para analisar contratos de gestão com:
a) organizações sociais ou agências executivas qualificadas pelo Poder Executivo federal;
b) serviços sociais autônomos; e
c) comissões de que trata o art. 3º da Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004." (NR)
(Decreto nº 9.812, de 2019, que altera o Decreto nº 9.759, de 2019)

Exemplo para a hipótese "d":
"Art. 1º .....
§ 1º A aplicação deste Decreto abrange os colegiados instituídos por: [...]
§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º aos colegiados instituídos por ato infralegal, cuja lei em que são mencionados nada conste sobre a competência ou a composição." (NR)
[...]
"Art. 6º As propostas de criação, de recriação, de extinção ou de modificação de colegiados deverão: [...]
§ 1º A mera necessidade de reuniões eventuais para debate, articulação ou trabalho que envolva agentes públicos da administração pública federal não será admitida como fundamento para as propostas de que trata o caput.
§ 2º Aplica-se aos subcolegiados o disposto neste artigo e nos art. 36 a art. 38 do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017." (NR)
Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Decreto nº 9.759, de 2019:
I - o parágrafo único do art. 1º; e
II - o parágrafo único do art. 6º.
(Decreto nº 9.812, de 2019, que altera o Decreto nº 9.759, de 2019)

3.2 Consolidação de Atos Normativos

Quando a revisão de atos normativos resultar na edição de ato consolidado sobre determinada matéria, isso quer dizer que os vários atos serão reunidos em um só, ainda que sejam de espécies diferentes. Os atos incorporados à consolidação deverão ser revogados expressamente.

O Decreto nº 10.139, de 2019, determina a revisão e a consolidação de todos os atos normativos inferiores a decreto e prevê que a manutenção da consolidação normativa ocorra por meio da:

¸ realização de alteração na norma consolidada cada vez que novo ato com temática relacionada a ela for editado; e

¸repetição dos procedimentos de revisão e consolidação normativa previstos no Decreto no início do primeiro ano de cada mandato presidencial com término até o segundo ano do mandato presidencial.

A consolidação de atos também contemplará a melhora da técnica legislativa do ato, por meio da:

¸ introdução de novas divisões do texto normativo básico;

¸ fusão de dispositivos repetitivos ou de valor normativo idêntico;

¸atualização das denominações de órgãos e entidades da administração pública federal;

¸ atualização dos termos e das linguagem antiquados;

¸ eliminação de ambiguidades;

¸ padronização ou homogeneização de terminologias do texto; e

¸ supressão dos dispositivos revogados, na forma do Decreto nº 10.139, de 2019.

Qualquer pessoa poderá requerer inclusão de ato normativo em consolidação normativa, e o requerimento será realizado, preferencialmente, por meio do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal - e-Ouv.

PARTE II - EDIÇÃO DE ATOS NORMATIVOS

CAPÍTULO IV - PROPOSIÇÃO DE ATOS NORMATIVOS

4.1 Proposição de portaria e instrução normativa

A proposição e a revisão de portarias e instruções normativas competem às Unidades responsáveis pela temática do normativo no âmbito da Funai, consideradas as competências regimentais de cada Unidade organizacional.

A Unidade competente deverá elaborar uma minuta do ato normativo, que esteja em conformidade com as normas vigentes acerca da matéria disciplinada e as normas relacionadas à redação, revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto.

Para elaborar a proposta de ato, observará as normas de estrutura, articulação e formatação de atos detalhadamente tratadas por este Manual e que constam:

¸na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona;

¸no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, que estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado;

¸no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto;

¸no Manual de Redação da Presidência da República, cujas regras, segundo o Art. 58 do Decreto nº 9.191, de 2017, aplicam-se à elaboração de leis, medidas provisórias e decretos. Além destes normativos, o Manual contempla apostilas e portarias. O Manual é dividido em duas partes: a das comunicações oficiais e a de atos normativos, que trata da elaboração de atos normativos no âmbito do Poder Executivo federal; e

¸ no Manual de Elaboração de Atos Normativos no Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicado pela Portaria nº 776, de 5 de setembro de 2017, que estabelece normas e diretrizes para a elaboração, redação, alteração, revisão e consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

4.1.1 Quem pode propor

São competentes para propor portarias e instruções normativas no âmbito da Funai:

¸o(a) Presidente(a) da Funai;

¸o(a) Diretor(a) de Administração e Gestão - Dages;

¸o(a) Diretor(a) de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPDS;

¸o(a) Diretor(a) de Proteção Territorial - DPT;

¸o(a) Diretor(a) do Museu do Índio - MI;

¸o(a) Auditor;

¸o(a) Corregedor(a); e

¸o(a) Ouvidor(a).

Os responsáveis pelas Coordenações Regionais, Coordenações de Frente de Proteção Etnoambiental e Coordenações Técnica Locais não poderão propor ato normativo, mas poderão sugerir a proposição ou a alteração de atos normativos às Unidades das autoridades competentes.

Caso o normativo proposto abranja mais de uma área técnica, elas deverão elaborar a minuta de texto normativo em conjunto. Na hipótese de construção não coletiva, a área técnica redatora deverá consultar as demais áreas pertinentes, que se manifestarão no processo.

4.2 Proposição de resolução

A proposição e a revisão de resoluções competem aos colegiados legalmente instituídos no âmbito da Funai, consideradas as suas competências.

O colegiado deverá elaborar uma minuta de resolução, que esteja em conformidade com as normas vigentes acerca da matéria disciplinada e as normas relacionadas à redação, revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto, as mesmas discriminadas no item 4.1 deste Manual.

A estrutura do ato normativo é a mesma de portaria e instrução normativa, a diferença será que no preâmbulo constará o colegiado como autoridade emitente e quem assinará será apenas a autoridade máxima do colegiado, não sendo preciso que todos os integrantes assinem como em atos conjuntos.

Exemplo de preâmbulo:
[NOME COMPLETO DO COLEGIADO] DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº XX, de [dia] de [mês por extenso] de [ano], e tendo em vista o disposto na Lei nº xx, de [dia] de [mês por extenso] de [ano], no Decreto nº xx, de [dia] de [mês por extenso] de [ano], e na Portaria nº xx, de [dia] de [mês por extenso] de [ano], resolve:

4.3 Quanto à elaboração de informação técnica que encaminha a proposta

A minuta de ato normativo será encaminhada, para análise e edição, por meio de informação técnica com a exposição dos motivos para edição de ato, e ambas deverão ser assinadas pela autoridade competente em propor o ato ou, no caso de resolução, pela autoridade máxima do colegiado. A informação técnica justificará e fundamentará a edição do ato por meio da: síntese do problema cuja proposição do ato normativo objetiva solucionar; justificativa de edição do ato normativo na forma proposta; e identificação dos atingidos pela norma.

A informação técnica deverá indicar:

a) na introdução - o problema que demanda a proposição de ato normativo;

b) no desenvolvimento - a(s) razão(ões) de a proposição de ato normativo ser a alternativa mais adequada para solucionar o problema, bem como apresentar as eventuais alternativas existentes. Neste ponto, deve-se identificar também os atingidos pela norma, ou seja, especificar pessoas e/ou serviços afetados/contemplados e/ou âmbito de aplicação. Os "considerandos", que figuravam em portarias, resoluções e instruções normativas, passam a constar nesta parte da informação técnica ; e

c) na conclusão: reiterar que a autoridade proponente opta pela edição de ato normativo.

Quando se tratar de ato normativo para criação de colegiado, a informação técnica deverá apresentar, além das informações acima, aquelas constantes do art. 6º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019:

¸ estimativa dos gastos com diárias e passagens dos membros do colegiado e comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira para o exercício em curso, na hipótese de ser demonstrada, de modo fundamentado, a inviabilidade ou a inconveniência de se realizar a reunião por videoconferência;

¸ inclusão de resumo das reuniões de eventual colegiado antecessor ocorridas nos anos anteriores, com as medidas decorrentes das reuniões; e

¸ justificativa da necessidade, da conveniência, da oportunidade e da racionalidade de o colegiado possuir número superior a sete membros.

4.4 Quanto ao encaminhamento da minuta de ato para análise

A autoridade proponente encaminhará o processo com a proposta de edição ou revisão de ato normativo para análise:

¸quanto aos aspectos formais e de conformidade;

¸quanto aos aspectos jurídicos; e

¸quanto à conveniência e oportunidade.

A primeira análise da minuta de ato e dos motivos apresentados na informação técnica é feita pela Coordenação-Geral de Gestão Estratégica - CGGE, por meio do Serviço de Modernização e Organização - Seorg. São examinados os aspectos formais, considerando o disposto neste Manual e em suas normas balizadoras; e a conformidade do ato normativo proposto em relação a outras normas, à missão e aos valores da instituição. A manifestação da CGGE é obrigatória, e poderá ser vinculante quando se tratar de recomendações quanto à forma do ato normativo, ou não vinculante quando se tratar de recomendações acerca da conformidade.

Quanto às recomendações relacionada a aspectos de conformidade, caberá à área redatora atendê-las ou justificar seu não atendimento por meio de informação. Após a revisão da minuta de ato normativo e da informação técnica pela unidade redatora, a proposta segue para análise da Procuradoria Federal Especializada junto à Funai - PFE/Funai.

A PFE/Funai é responsável pela análise jurídica da proposta de ato normativo, que versará sobre os elementos essenciais de todo ato administrativo (competência, finalidade, forma, motivo e objeto), legalidade e constitucionalidade. O parecer da PFE/Funai tem caráter obrigatório e não vinculante, de forma que a área redatora ou atenderá as recomendações ou justificará no processo o porquê de não contemplá-las na

proposta de ato. Não há necessidade de retornar o processo à PFE/Funai, salvo se área redatora entenda necessário.

Em seguida a unidade redatora retornará o processo à CGGE, que é a unidade responsável pelo encaminhamento da proposta ao(a) Presidente(a), com a recomendação ou não da edição do ato nos termos da versão final da minuta.

No caso de portaria e instrução normativa, competirá ao (à) Presidente(a) da Funai a última manifestação quanto à conveniência e oportunidade:

¸examinando as propostas de ato normativo quanto ao mérito, à oportunidade, à conveniência e à compatibilização da matéria neles tratada com as políticas e as diretrizes da Funai;

¸articulando-se com os órgãos interessados para efetuar os ajustes necessários nas propostas de atos normativos conjuntos; e

¸ editando portaria ou instrução normativa, sendo vedada a delegação desta competência, segundo a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

No caso de resolução, competirá essa última análise ao próprio colegiado.

4.5 Quanto ao encaminhamento da minuta de ato ao(à) Presidente(a) da Funai ou ao Colegiado

O processo será encaminhado para deliberação do(a) Presidente(a) da Funai ou do colegiado, quando constituído dos seguintes documentos:

¸versão final da minuta de ato normativo;

¸informação técnica da área redatora assinada pela autoridade proponente;

¸informação técnica da CGGE;

¸parecer jurídico da PFE; e

¸formulário de encaminhamento da versão final da minuta de ato normativo ao(à) Presidente(a) da Funai ou ao colegiado.

4.6 Quanto ao preenchimento do formulário de encaminhamento da versão final da minuta ao(à) Presidente(a) da Funai ou ao Colegiado

A área de Gestão Estratégica preencherá o formulário de que trata este item, quando a minuta de ato normativo estiver finalizada pela área redatora com as devidas alterações, dadas as recomendações da Procuradoria Federal Especializada e da própria Coordenação-Geral de Gestão Estratégica.

O formulário é uma espécie de check list dos documentos do processo e conterá a recomendação ou não de edição do ato normativo na forma proposta à autoridade máxima da entidade ou ao colegiado, no caso de resolução.

CAPÍTULO V - PUBLICAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS

5.1 Quanto à Publicação

Os atos normativos somente terão validade após sua regular publicação.

O Serviço de Publicação - Sediv da Funai é a unidade responsável pela publicação e divulgação dos atos normativos.

5.2 Quanto à Republicação

Os atos normativos publicados com incorreção em relação ao original serão objeto de republicação, e a republicação poderá abranger somente o trecho do ato que contenha a incorreção.

Caberá à área responsável pela proposição do ato normativo verificar a existência de incorreção e solicitar a republicação à área responsável pela publicação.

O Sediv providenciará a republicação, de ofício ou mediante pedido, nos atos em que deu causa à incorreção em relação ao original.

5.3 Quanto à Retificação

Os atos normativos publicados com erro manifesto serão objeto de retificação, que abrangerá apenas o trecho que contenha o erro. A unidade proponente deverá minutar a retificação e providenciar sua aprovação e o encaminhamento para publicação.

As retificações não possuem epígrafes numeradas, apenas o título RETIFICAÇÃO com letras maiúsculas e em negrito.

Exemplos:

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 318, de 24 de dezembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2020,

Onde se lê: "Art. 3º Ficam validados os protocolos de entrega de Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira - REAP - como documentos de regularização das Licenças suspensas, cujo motivo de suspensão foi o descumprimento do art. 9º, da Instrução Normativa MPA nº 6, de 29 de julho de 2012"

Leia-se: "Art. 3º Ficam validados os protocolos de entrega de Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira - REAP - como documentos de regularização das Licenças suspensas, cujo motivo de suspensão foi o descumprimento do art. 9º, da Instrução Normativa MPA nº 6, de 29 de junho de 2012"

(Publicado no DOU, Seção 1, nº 23, de 3 de fevereiro de 2021, página 3)

RETIFICAÇÃO

No art. 3º da Portaria PRES/INSS Nº 1.328, de 12 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 130, de 13 de julho de 2021, Seção 1, Página 40, onde se lê: "art.7º

da Portaria nº 1.199/PRES/INSS, de 30 de novembro de 2020", leia-se: "art. 6º da Portaria PRES/INSS nº 1.326, de 7 de julho de 2021".

(Publicado no DOU, Seção 1, nº 131, de 14 de julho de 2021, página 44)

RETIFICAÇÃO

Na Portaria GM/MS nº 1.135, de 2 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 105, de 8 de junho de 2021, Seção 1, página 94,

Onde se lê:

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	TIPO DE ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - CÓD. 28.06	PCEP	VALOR CUSTEIO MÊS R$	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO
BA	292200	MUCURI	HOSPITAL SÃO JOSÉ	2498804	HOSPITAL	ESTADUAL	4		R$ 57.446,40	PT GM/MS Nº 637/2021

Leia-se:

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	TIPO DE ESTABELECIMENTO	GESTÃO	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - CÓD. 28.06	PCEP	VALOR CUSTEIO MÊS R$	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO
BA	292200	MUCURI	HOSPITAL SÃO JOSÉ	2498804	HOSPITAL	MUNICIPAL	4		R$ 57.446,40	PT GM/MS Nº 637/2021

(Publicado no DOU, Seção 1, nº 120, de 29 de junho de 2021, página 147)

5.4 Quanto à Divulgação

O Decreto nº 10.139, de 2019, determina que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal divulguem seus atos normativos no portal eletrônico gov.br e apresenta os critérios para a divulgação. Também prevê que eles divulguem diariamente ementário com as normas publicadas no Diário Oficial da União.

Além da divulgação feita por meio do ementário, as áreas responsáveis pela matéria normatizada também devem divulgar os atos normativos entre o público alvo, valendo-se dos meios de comunicação institucionais.

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MMA Nº 386, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Institui o Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar - MonitorAr e o Programa Nacional Ar Puro.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar - MonitorAr, no âmbito da Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, conforme disposto nesta Portaria.

§ 1º O MonitorAr consiste em plataforma nacional única, hospedada pelo Ministério do Meio Ambiente e disponível por meio do endereço eletrônico http://portalmonitorar.mma.gov.br/, que irá integrar, consolidar e disponibilizar dados atualizados gerados pelas estações de monitoramento da qualidade do ar localizadas nas Unidades Federativas.

§ 2º O MonitorAr possuirá módulos específicos, um para a sociedade em geral - módulo MonitorAr e outro para gestores públicos - módulo MonitorAr Gestor.

§ 3º O MonitorAr permitirá ao cidadão acessar informações e dados relacionados ao monitoramento da qualidade do ar disponibilizados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 4º O MonitorAr Gestor consiste em módulo que possibilitará a integração e gestão dos dados de qualidade do ar pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 5º O MonitorAr não envolve custos para sua utilização, seja pelo cidadão ou pelos gestores públicos.

Art. 2º São objetivos do Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar - MonitorAr:

I - divulgar automaticamente e de forma integrada ao cidadão as informações relativas ao monitoramento da qualidade do ar nas Unidades Federativas;

II - promover o compartilhamento de conhecimento e informações referentes à gestão da qualidade do ar;

III - incentivar ações de monitoramento, controle e redução das emissões de poluentes.

Art. 3º O Ministério do Meio Ambiente e os órgãos ambientais estaduais e distrital deverão divulgar dados de monitoramento e informações relacionados à gestão da qualidade do ar, conforme disposto no art. 12 da Resolução Conama nº 491/2018.

§ 1º Os órgãos ambientais estaduais e distrital deverão divulgar Índice de Qualidade do Ar - IQAr conforme e metodologia e critérios definidos no Guia Técnico para o Monitoramento e Avaliação da Qualidade do Ar, conforme previsto no art. 8º da Resolução Conama nº 491/2018.

§ 2º Os responsáveis pelo monitoramento nos órgãos ambientais competentes, sejam pessoas jurídicas de direito público ou privado, ficam obrigadas a manter atualizadas as informações sobre a gestão da qualidade do ar, na forma desta Portaria.

Art. 4º Os Estados, Munícipios e o Distrito Federal que possuam sistema de gestão das informações de qualidade do ar implantados, em processo de implantação ou optarem por sistemas próprios, deverão disponibilizar as informações geradas em seus sistemas de modo a consolidar as informações de seus sistemas ao Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar - MonitorAr, promovendo os ajustes necessários para compatibilizar as informações em até 120 dias, devendo estar integrados ao MonitorAr no prazo de 150 dias, ambos os prazos contados a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. Os dados e as informações integradas deverão ser mantidas atualizadas.

Art. 5º A disponibilização de informações atualizadas no Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar - MonitorAr pelos Estados, Distrito Federal e Municípios que realizam o monitoramento da qualidade do ar é condição necessária para acesso a recursos do Ministério do Meio Ambiente, ou por ele controlados, destinados à gestão de qualidade do ar em áreas urbanas.

Art. 6º Fica instituído o Programa Nacional Ar Puro, programa nacional para a gestão de qualidade do ar, no âmbito da Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, conforme disposto nesta Portaria.

Art. 7º O Programa Nacional Ar Puro tem como objetivos:

I - aprimorar a gestão da qualidade do ar no país por meio do monitoramento, controle e redução das emissões de poluentes atmosféricos;

II - promover ações de melhoria da gestão da informação para o conhecimento e divulgação das informações relativas à gestão de qualidade do ar;

III - estabelecer diretrizes e indicadores para o planejamento, implantação e monitoramento da qualidade do ar urbano; e

IV - melhorar a qualidade de vida nas cidades, valorizando a prestação de serviços ecossistêmicos dessas áreas.

Art. 8º O Detalhamento do programa Ar Puro será realizado pela Secretaria de Qualidade Ambiental e publicado no endereço eletrônico https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/agendaambientalurbana/qualidade-do-ar, do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 9º O Programa Nacional Ar Puro será implementado pelo Ministério do Meio Ambiente e poderá contar com o apoio de Estados, Municípios, consórcios públicos, órgãos e empresas públicas, organizações da sociedade civil e do setor privado.

Parágrafo único. A Secretaria de Qualidade Ambiental deste Ministério irá coordenar as ações do Programa.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM ALVARO PEREIRA LEITE

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 492, DE 11 DE AGOSTO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº 10.234, de 11 de fevereiro de 2020, e pela Portaria da Casa Civil n° 451, de 21 de Setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 22 de Setembro de 2020, Considerando a Portaria nº 129, de 18 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; e

Considerando o disposto no processo n° 02128.000914/2021-01; resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 24, de 14 de abril de 2016, que estabelece normas e procedimentos para o cadastramento e a Autorização de Uso para o exercício da atividade comercial de canionismo no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, publicada no DOU de 15 de abril de 2016, seção 1, pág. 239-241.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 01/09/2021.

FERNANDO CESAR LORENCINI

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 858/SPE/MME, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 2º, § 2º, e no art. 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Portaria MME nº 463, de 03 de dezembro de 2009 e o que consta no Processo nº 48360.000101/2020-70, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs constantes no Anexo desta Portaria, nos termos do art. 5º da Portaria MME nº 463, de 3 de dezembro de 2009.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia constantes do Anexo são determinados nos Pontos de Conexões das Usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas do montante de garantia física de energia definido nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigente.

Art. 2º A eficácia do disposto no art. 1º é imediata e vigerá até o termo do instrumento de outorga de concessão vigente.

Art. 3º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

ANEXO

Código Único do Empreendimento de Geração (CEG)	Usina	Rio	UF	Potência Instalada (MW)	Garantia Física de Energia (MWmed)
UHE.PH.MT.001268-8.01	Juba I	Juba	MT	42,00	26,38
UHE.PH.MT.001269-6.01	Juba II	Juba	MT	42,00	28,56

PORTARIA Nº 859/SPE/MME, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.002754/2021-22. Interessada: Eólica Santo Agostinho 3 S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 20.675.156/0001-80. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Santo Agostinho 3, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.033834-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.035, de 25 de maio de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 860/SPE/MME, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.002755/2021-77. Interessada: Eólica Santo Agostinho 4 S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 20.675.170/0001-83. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Santo Agostinho 4, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.033835-4.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.036, de 25 de maio de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 861/SPE/MME, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.002757/2021-66. Interessada: Eólica Santo Agostinho 6 S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 20.675.196/0001-21. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Santo Agostinho 6, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.033838-9.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.038, de 25 de maio de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 862/SPE/MME, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.002756/2021-11. Interessada: Eólica Santo Agostinho 5 S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 20.675.180/0001-19. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Santo Agostinho 5, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.033836-2.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.037, de 25 de maio de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 863/SPE/MME, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.002758/2021-19. Interessada: Eólica Santo Agostinho 13 S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 20.667.603/0001-59. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Santo Agostinho 13, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.033853-2.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.039, de 25 de maio de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 864/SPE/MME, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.002760/2021-80. Interessada: Eólica Santo Agostinho 17 S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 20.666.636/0001-84. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Santo Agostinho 17, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.033857-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.041, de 25 de maio de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

PORTARIA Nº 865/SPE/MME, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.002752/2021-33. Interessada: Eólica Santo Agostinho 1 S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 20.675.133/0001-75. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Eólica denominada Santo Agostinho 1, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: EOL.CV.RN.033831-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.033, de 25 de maio de 2021, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/planejamento-e-desenvolvimento-energetico/reidi-repenec-1.

PAULO CESAR MAGALHÃES DOMINGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 10.389 - Processo nº 48500.004955/2020-83. Interessado: Oslo IX S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 35.654.189/0001-10, a implantar e explorar a EOL Ventos de Santa Eugênia 10, CEG EOL.CV.BA.038086-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 45.600 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ibipeba, estado da Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.390 - Processo nº 48500.004954/2020-39. Interessado: Oslo VIII S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 35.639.141/0001-33, a implantar e explorar a EOL Ventos de Santa Eugênia 11, CEG EOL.CV.BA.038087-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 28.500 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ibipeba, estado da Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.391 - Processo nº 48500.004956/2020-28. Interessado: Oslo V S.A. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 35.636.427/0001-65, a implantar e explorar a EOL Ventos de Santa Eugênia 14, CEG EOL.CV.BA.038090-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 22.800 kW de Potência Instalada, localizada no município de Ibipeba, estado da Bahia. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 10.392 - Processo nº 48500.001834/2021-61. Interessada: EDP Renováveis Brasil S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.334.083/0001-20, a implantar e explorar a EOL São Domingos I, CEG nº EOL.CV.RN.050096-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 31.000 kW de potência instalada, localizada no município de Jardim dos Angicos, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.393 - Processo nº 48500.001831/2021-27. Interessada: EDP Renováveis Brasil S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.334.083/0001-20, a implantar e explorar a EOL São Domingos II, CEG nº EOL.CV.RN.050097-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 31.000 kW de potência instalada, localizada no município de Caiçara do Rio do Vento, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.394 - Processo nº 48500.001832/2021-71. Interessada: EDP Renováveis Brasil S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.334.083/0001-20, a implantar e explorar a EOL São Domingos III, CEG nº EOL.CV.RN.050098-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 18.600 kW de potência instalada, localizada no município de Caiçara do Rio do Vento, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.395 - Processo nº 48500.001830/2021-82. Interessada: EDP Renováveis Brasil S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.334.083/0001-20, a implantar e explorar a EOL São Domingos IV, CEG nº EOL.CV.RN.050099-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 24.800 kW de potência instalada, localizada no município de Caiçara do Rio do Vento, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.396 - Processo nº 48500.001829/2021-58. Interessada: EDP Renováveis Brasil S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.334.083/0001-20, a implantar e explorar a EOL São Domingos V, CEG nº EOL.CV.RN.050100-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 12.400 kW de potência instalada, localizada no município de Caiçara do Rio do Vento, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 10.399 - Processo nº 48500.001569/2021-11. Interessada: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 08.351.042/0001-89, a implantar e explorar a UFV Solar Serra do Mel V, CEG UFV.RS.RN.047420-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 48.118 kW de Potência Instalada, localizada no município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.400 - Processo nº 48500.001570/2021-45. Interessada: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ sob o nº 08.351.042/0001-89, a implantar e explorar a UFV Solar Serra do Mel VI, CEG UFV.RS.RN.047421-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 48.118 kW de Potência Instalada, localizada no município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 10.401 - Processo nº 48500.001836/2021-50. Interessada: EDP Renováveis Brasil S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.334.083/0001-20, a implantar e explorar a EOL Itaúna I, CEG nº EOL.CV.RN.050124-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 18.600 kW de potência instalada, localizada no município de Pedra Preta, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.402 - Processo nº 48500.001835/2021-13. Interessada: EDP Renováveis Brasil S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.334.083/0001-20, a implantar e explorar a EOL Itaúna II, CEG nº EOL.CV.RN.050125-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 24.800 kW de potência instalada, localizada no município de Pedra Preta, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.403 - Processo nº 48500.001833/2021-16. Interessada: EDP Renováveis Brasil S.A. Objeto: Autorizar a interessada, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.334.083/0001-20, a implantar e explorar a EOL Itaúna III, CEG nº EOL.CV.RN.050126-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 43.400 kW de potência instalada, localizada no município de Pedra Preta, estado do Rio Grande do Norte. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções e seus anexos constam nos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.404, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003604/2021-36. Interessada: RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE

Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para desapropriação, a área necessária à implantação da Subestação 138/13,8 kV Riozinho, localizada no município de Riozinho, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.405, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003558/2021-75. Interessada: RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Formigueiro - Caçapava 2, localizada nos municípios de São Sepé e Caçapava do Sul, estado do Rio Grande do Sul. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.408, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003697/2021-07. Interessada: Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A.

Objeto: Declarar de Utilidade Pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Cruzeiro do Sul - Juruá, localizada no município de Cruzeiro do Sul, estado do Acre. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.409, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA -ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003775/2021-65. Interessada: Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 69 kV Esperantina - Matias Olímpio, localizada nos municípios de Esperantina, São João do Arraial e Matias Olímpio, estado do Piauí. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.411, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000599/2021-18. Interessada: Futura 6 Geração e Comercialização de Energia Solar e Participações S.A. Objeto: Alterar, a pedido, o anexo da Resolução Autorizativa nº 9.701, de 2 de março de 2021, que declarou de utilidade pública, em favor da Interessada, para instituição de servidão administrativa, a área necessária à passagem da Linha de Transmissão 500 kV UFV Futura - Juazeiro da Bahia III, localizada no município de Juazeiro, estado da Bahia. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.413, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001322/2021-02 Interessada: Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade. Objeto: Autorizar o estabelecimento, para a Interessada, de parcela adicional de RAP, a preços de junho de 2021, referente aos reforços em instalações da Transmissora, objeto do Contrato de Concessão n° 005/2015-ANEEL. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATORIA Nº 2.926, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000030/2021-44. Interessado: Setor Elétrico Brasileiro. Objeto: Aprovar o Edital do Leilão nº 8/2021-ANEEL e seus Anexos (A-5 de 2021), destinado a contratar energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hídrica, eólica, solar fotovoltaica e termelétrica a biomassa, a gás natural, a carvão mineral nacional, e de tratamento de resíduos sólidos urbanos, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, e estabelece as TUST e as TUSDg de referência para as centrais geradoras que participarem do aludido certame. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.446, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002046/2021-91, decide autorizar a Cemig Distribuição S.A. - Cemig-D, mediante acordo com os respectivos consumidores, a adotar os horários de ponta diferenciados para unidades consumidoras da classe rural, subclasse irrigante, atendidas pela Subestação Machado Mineiro, até a próxima revisão tarifária dessa distribuidora, prevista para maio de 2023.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.447, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001091/2021-29, decide aprovar, de forma excepcional, o pleito da Eólica do Agreste Potiguar S.A. de flexibilização dos requisitos estabelecidos nos Procedimentos de Rede de arranjo de barramento para conexão por meio de seccionamento da linha de transmissão de Rede Básica, em 500 kV, Açu III - João Câmara III, autorizando a conexão na configuração proposta, em que os vãos de entrada de linha destinados ao seccionamento são instalados em módulos de infraestrutura de manobra diferentes, sendo mantidos os critérios de transferência de instalações previstos no art. 7º da Resolução Normativa nº 67, de 2004.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.451, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº: 48500.002407/2021-08. Interessadas: ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A. Decisão: conhecer o Recurso Administrativo interposto pela transmissora em face do Despacho nº 1.424, de 24 de maio de 2021, e, no mérito, dar provimento parcial, aceitando a alteração do prazo para os Registradores Digitais de Perturbações - RDP, de todas as Proteções e Controle Diferencial de Barras das Cadeias Principal e das Cadeias Alternadas e dos Transformadores de Potencial 69 kV na SE Presidente Dutra, além de cancelar as autorizações de obras já retiradas do Plano de Outorgas, substituindo o Anexo do Despacho n. 1.422, de 24 de maio de 2021, pelo anexo deste Despacho. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA
Diretor-Geral

DESPACHO Nº 2.510, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, e o que consta do Processo nº 48500.003852/2021-87, decide (i) estabelecer os seguintes critérios para a operação e contabilização de energia da usina termelétrica Termoceará (CEG UTE.GN.CE.028358-4) com óleo diesel até a efetiva operação do Terminal de Regaseificação de Pecém: (i.a) o Custo Variável Unitário - CVU da usina termelétrica Termoceará para operação com óleo diesel será de R$ R$ 1.551,12/MWh, na data base de junho de 2021; (i.b) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE deverá proceder ao reajuste mensal do CVU estabelecido no item (i.a), conforme orientações a serem providas pela Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração - SRG; (i.c) o valor do CVU, conforme disposto no item (i.a), e os respectivos parâmetros físicos da usina termelétrica Termoceará deverão ser considerados no planejamento, na programação da operação, no despacho da usina e na formação do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD; (i.d) para efeitos da contabilização dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, incluindo receita de venda e ressarcimentos, deve ser utilizado o CVU da usina estabelecido a partir dos respectivos contratos; (i.e) o incremento do custo variável decorrente da operação da usina termelétrica Termoceará a óleo diesel em relação ao despacho que seria realizado com base no CVU estabelecido a partir dos respectivos CCEARs será pago via encargo para cobertura dos serviços do sistema por razões de segurança energética previsto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, art. 1º, § 10, inciso I, em consonância com a disposto Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, art. 2º, § 3º; (i.f) para efeitos de atendimento à Resolução Normativa nº 614, de 3 de junho de 2014, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS deverá apurar as indisponibilidades da usina termelétrica Termoceará objeto dos CCEARs, considerando a geração e a disponibilidade da usina termelétrica Termoceará a óleo diesel, sem interrupção do histórico de indisponibilidades; (i.g) os resultados do gerador decorrentes dos processos de contabilização de energia no âmbito da CCEE relativos à usina termelétrica Termoceará não estarão sujeitos ao rateio da inadimplência no Mercado de Curto Prazo - MCP; e (i.h) a CCEE e o ONS deverão se articular para dar cumprimento ao disposto neste Despacho.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.562, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº: 48500.003551/2021-53. Interessada: Brix Empreendimentos Imobiliários Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH do Tombo, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.MG.035803-7.01, localizada no rio do Jaguari, no estado de Minas Gerais; e (ii) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.570, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Processos nºs 48500.002426/2021-26. Interessado: Voltalia Energia do Brasil Ltda. Decisão: Registrar o Requerimento de Outorga da EOL Macururé 8, Macururé 9, Macururé 10 e Macururé 11, localizadas no município de Macururé, no estado da Bahia. A íntegra deste despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 25 de agosto de 2021.

Nº 2.576 - Processo nº: 48500.001059/2019-29. Interessados: SPE Farol de Touros Energia S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Farol de Touros. Unidades Geradoras: UG5, de 3.550,00 kW. Localização: Município de Touros, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2.577 - Processo nº: 48500.001062/2019-42. Interessados: Diamantino Energia Ltda. Modalidade: Operação comercial. Usina: CGH Diamantino. Unidades Geradoras: UG1 e UG2, de 1.500,00 kW cada. Localização: Município de Mineiros, no estado de Goiás.

Nº 2.578 - Processo nº: 48500.000563/2019-10. Interessados: Ventos de São Mizael Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de Santa Martina 12. Unidades Geradoras: UG12 a UG14, de 4.200,00 kW cada. Localização: Município Bento Fernandes e Riachuelo, no estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.579, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.007309/2008-81, decide suspender, a partir de 25 de agosto de 2021, a operação comercial das unidades geradoras UG1 e UG2, com 30.000 kW cada, totalizando 60.000 kW de capacidade instalada, da UTE Vista Alegre I, Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG UTE.AI.MS.029994-4.01, localizada no município de Maracaju, no estado de Mato Grosso do Sul, de titularidade da empresa GERAÇÃO BIOMASSA VISTA ALEGRE I S.A.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA

RETIFICAÇÕES

No Despacho Nº 2.219, de 22 de julho de 2021, publicado em resumo no D.O. de 23.07.2021, seção 1, p. 86, v. 159, n. 138, onde se lê: "UG1 a UG11, de 4.200,00 kW cada, totalizando 46.200,00 kW de capacidade instalada", leia-se: "UG9 e UG10, de 4.200,00 kW cada, totalizando 8.400,00 kW de capacidade instalada".

No Despacho Nº 2.332, de 3 de agosto de 2021, publicado em resumo no D.O. de 04.08.2021, seção 1, p. 158, v. 159, n. 146, onde se lê: "UG1 a UG11, de 4.200,00 kW cada, totalizando 46.200,00 kW de capacidade instalada", leia-se: "UG01 a UG06, UG10 e UG11, de 4.200,00 kW cada, totalizando 33.600,00 kW de capacidade instalada".

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 2.560, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 4.659, de 18 de julho de 2017; considerando a Nota Técnica nº 159, de 23 de agosto de 2021 , e o que consta de todo o teor do processo de fiscalização 48500.004790/2016-63, decide: (i) determinar que a Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A devolva à Conta de Combustíveis Fósseis - CCC o montante de R$ 245.503.064,44 (na posição atualizada pelo IPCA de junho/2021), referente ao reembolso realizado a maior pela CCC à respectiva distribuidora, no período de julho/2009 a abril/2017, conforme apurado no respectivo processo de fiscalização; (ii) determinar que o referido montante seja reembolsado pela Distribuidora à CCC em um prazo máximo de até 90 (noventa) dias contados da publicação deste Despacho, com a devida correção pelo IPCA; e, (iii) determinar que a Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, na qualidade de gestora da CCC, execute a respectiva cobrança à Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A, com a devida atualização.

CAMILA FIGUEIREDO BOMFIM LOPES

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.572, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.000619/2015-02, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da empresa Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A. para revisão do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Norte Fluminense (Código CEG: UTE.GN.RJ.001544-0.01), nos valores a seguir descritos, relativos aos meses de julho e agosto de 2021; (ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a aplicação dos valores do CVU de julho de 2021 para os patamares 1, 2 e 3 e do valor do CVU de agosto de 2021 para o patamar 4 a partir do Programa Mensal de Operação - PMO de setembro de 2021; e (iii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização dos valores de CVU constantes da tabela abaixo para fins de contabilização da geração verificada na citada usina nos respectivos meses.

CVU [R$/MWh]

Patamar da usina	Julho/2021	Agosto/2021
Norte Fluminense 1	80,69	-
Norte Fluminense 2	92,91	-
Norte Fluminense 3	176,88	-
Norte Fluminense 4	-	631,70

ALESSANDRO D´AFONSECA CANTARINO

DESPACHO Nº 2.573, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.004084/2016-11, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da Termopernambuco S.A. para autorizar a utilização do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Termopernambuco (CEG: UTE.GN.PE.028031-3.01), no valor de R$ 178,30/MWh (cento e setenta e oito reais e trinta centavos por megawatt-hora), a ser aplicado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir do Programa Mensal de Operação - PMO de setembro de 2021; e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização do valor do CVU indicado no item "i" para fins de contabilização da geração verificada na UTE Termopernambuco a partir do mês de julho de 2021.

ALESSANDRO D´AFONSECA CANTARINO

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 94/2021

Fase de Lavra Garimpeira
Determina a interdição da barragem de mineração(2373)
BARRAGEM 01-EDMAR GUERMAND DE QUEIROZ-866.576/2014
BARRAGEM 02-EDMAR GUERMAND DE QUEIROZ-866.576/2014

ROBERTO DA SILVA VARGAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
Relação nº 42/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Defere pedido de reconsideração(262)
821.080/2012-INTERCEMENT BRASIL S.A.
820.115/2015-EMPRESA MINERADORA BOA SORTE LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.167/2012-MINÉRIOS NACIONAL S.A.- Cessionário:CSN CIMENTOS S. A- CPF ou CNPJ 38.282.487/0001-15- Alvará n°7.241/2012
820.621/2015-IVAN RODRIGUES DOS SANTOS- Cessionário:I. R S. MINERALS EXTRAÇÃO DE MINERAIS EIRELI- CPF ou CNPJ 31.410.873/0001-04- Alvará n°3.224/2017
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
820.127/2009-NOVA AMERICA MINERACAO E COMERCIO LTDA-AREIA (construção civil) e CASCALHO (construção civil)-Avaré/SP
820.126/2009-NOVA AMERICA MINERACAO E COMERCIO LTDA-AREIA (construção civil) e CASCALHO (construção civil)-Avaré e Paranapanema/SP
820.984/2009-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-AREIA (construção civil) e ARGILA (cerâmica vermelha)-Canas e Lorena/SP
Não conhece requerimento protocolizado(270)
820.293/2010-SHIMAZU ARTEFATOS DE CERÂMICA LTDA.
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
820.339/2017-SANTA ELIZA MINERAÇÃO LTDA. ME-AI N°3631/2020/GER - SP/DIREM - SP
820.072/2012-JOSÉ DAVID HADDAD-AI N°4395/2020/GER - SP/DIREM - SP
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
820.226/2014-RODRIGO MEIRA FALEIROS - AI N°4817/2020/GER - SP/DIREM - SP
Determina arquivamento Auto de infração(230)
820.666/2014-RYDIEN MINERACAO, EMPREENDIMENTOS, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-AI N°337/2020/GER - SP/DIREM - SP
821.368/2014-MBX LTDA EPP-AI N°1516/2019
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

822.511/1969-CERAMICA PORTO FERREIRA LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°26046/2021/DIREM-SP/ANM

816.094/1970-EMPRESA DE MINERACAO E AGUAS MINERAIS DI BELLO EIRELI-OF. N°26783/2021/DIFAM-SP/ANM

820.728/1995-CONCRYEL PAVIMENTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI EPP-OF. N°26800/2021/DIFAM-SP/ANM

820.741/1999-EMPRESA DE MINERAÇÃO CARAVELAS LTDA-OF. N°26824/2021/DIFAM-SP/ANM

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

001.493/1942-MINALBA ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA- "Fonte Marisa" (Surgência) - Marca "Petrópolis": Recipientes de 510 mL e 1,5 L, sem gás.- CAMPOS DO JORDÃO/SP

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Não conhece requerimento protocolizado(2233)

820.292/2010-SHIMAZU ARTEFATOS DE CERÂMICA LTDA.

820.147/2011-SHIMAZU ARTEFATOS DE CERÂMICA LTDA.

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

820.148/1999-CATÃO & CIA LTDA- Registro de Licença N° 2.830/2004 - Vencimento em 28/6/2024

820.846/2012-BRUNO LUIZ LEONARDI & CIA. LTDA- Registro de Licença N° 3.546/2018 - Vencimento em 10/12/2025

820.100/1987-MINERMIX MINERAÇÃO LTDA.- Registro de Licença N° 1.102/1987 - Vencimento em 14/7/2025

820.667/2012-JN TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA- Registro de Licença N° 3.341/2014 - Vencimento em 12/3/2022.

820.058/2012-MINERAÇÃO CAJU LTDA.- Registro de Licença N° 3.331/2014 - Vencimento em 26/8/2025

821.289/1999-LUCINEI GALHARDI CONSTRUÇÃO EPP- Registro de Licença N° 2.756/2002 - Vencimento em 27/4/2023

821.009/2003-NORBERTO APARECIDO BARBOSA- Registro de Licença N° 2.844/2004 - Vencimento em 20/11/2022

820.538/2015-BRUNO JOSE SOARES PEDAO- Registro de Licença N° 3.544/2018 - Vencimento em 21/9/2026

820.184/2004-MINERAÇÃO CAJU LTDA.- Registro de Licença N° 2.963/2006 - Vencimento em 26/8/2025

820.687/2018-AREIA DO VALE EXTRACAO E COMERCIO LTDA- Registro de Licença N° 3.700/2019 - Vencimento em 31/8/2022

820.803/2009-ESPÓLIO DE JÂNIO JOSÉ DE ALMEIDA ME- Registro de Licença N° 3.312/2014 - Vencimento em 20/10/2025

Autoriza o aditamento de substância mineral(770)

820.089/2002-SGOBBI AREIA, PEDRA E ARGILA LTDA EPP-CASCALHO - Registro de Licença N° 2.780/2003, DOU de 26/03/2003

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

820.727/1987-MAHIL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.-OF. N°26389/2021/CAREAS-SP/ANM

820.379/2004-COMERCIAL GARÇÃO DERIVADOS PETROLEO LTDA-OF. N°26785/2021/DIFAM-SP/ANM

820.434/2009-CGS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°26793/2021/DIFAM-SP/ANM

820.835/2011-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-OF. N°26797/2021/DIFAM-SP/ANM

820.733/2013-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-OF. N°26803/2021/DIFAM-SP/ANM

821.083/2012-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°26808/2021/DIFAM-SP/ANM

820.694/2016-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°26810/2021/DIFAM-SP/ANM

821.287/2012-PEDREIRA ESTRELA LTDA-OF. N°26811/2021/DIFAM-SP/ANM

820.324/2001-MINERADORA PONTE ALTA LTDA-OF. N°26813/2021/DIFAM-SP/ANM

820.322/2001-MINERADORA PONTE ALTA LTDA-OF. N°26821/2021/DIFAM-SP/ANM

820.734/2013-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-OF. N°26828/2021/DIFAM-SP/ANM

820.120/2015-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-OF. N°26833/2021/DIFAM-SP/ANM

820.735/2013-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-OF. N°26836/2021/DIFAM-SP/ANM

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)

820.434/2009-CGS CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA-OF. N°26794/2021/DIFAM-SP/ANM

820.445/2008-PORTO DE AREIA DO LAGO LTDA. EPP-OF. N°26796/2021/DIFAM-SP/ANM

820.835/2011-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-OF. N°26798/2021/DIFAM-SP/ANM

820.733/2013-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-OF. N°26805/2021/DIFAM-SP/ANM

821.287/2012-PEDREIRA ESTRELA LTDA-OF. N°26812/2021/DIFAM-SP/ANM

820.324/2001-MINERADORA PONTE ALTA LTDA-OF. N°26814/2021/DIFAM-SP/ANM

820.032/2009-SAO MARTINHO TERRAS IMOBILIARIAS S.A.-OF. N°26820/2021/DIFAM-SP/ANM

820.322/2001-MINERADORA PONTE ALTA LTDA-OF. N°26822/2021/DIFAM-SP/ANM

820.734/2013-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-OF. N°26830/2021/DIFAM-SP/ANM

820.120/2015-CRISTINA EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA E PEDRA LTDA-OF. N°26834/2021/DIFAM-SP/ANM

820.972/2013-GAMA EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA EPP-OF. N°26837/2021/DIFAM-SP/ANM

821.070/2010-CERÂMICA FORMIGARI LTDA EPP-OF. N°26844/2021/DIFAM-SP/ANM

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

820.907/2011-DNP TERRAPLENAGEM E PAVIMENTADORA FORESTO LTDA.- Registro de Licença N° 45/2021 - Vencimento em INDETERMINADO

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)

820.078/2021-PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA-OF. N°26788/2021/DIFAM-SP/ANM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(845)

820.078/2021-PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUPIRANGA-OF. N°26790/2021/DIFAM-SP/ANM

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 64/2021

Fase de Autorização de Pesquisa

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

890.053/2017-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERACAO LTDA- Cessionário:Valter Correa- CPF ou CNPJ 538.314.387-49- Alvará n°4.134/2017

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

890.848/2012-EMPRESA DE MINERACAO TRIANGULO DE XEREM LTDA.

890.221/2018-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

005.314/1940-ÁGUAS NAZARETH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°26.055/2021/SEFAM-RJ/ANM

Fase de Direito de Requerer a Lavra

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)

890.934/2013-MINERACAO NORTE FLUMINENSE LTDA-ITAPERUNA/RJ, NATIVIDADE/RJ - Guia n° 3/2021-3.120toneladas/ano-GRANITO ORNAMENTAL- Vigência da Guia:1

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

890.210/2018-CAMPO ALEGRE EXTRACAO DE ARGILA LTDA- Registro de Licença N° 3.073/2020 - Vencimento em 03/08/2024

890.956/2013-MAGE MINERACAO LTDA- Registro de Licença N° 2.835/2014 - Vencimento em 08/06/2026

890.141/2017-SCHELK E SOUZA COMÉRCIO DE AREIA- Registro de Licença N° 3.068/2019 - Vencimento em 03/08/2026

890.228/2007-CERÂMICA NOSSA SENHORA DO CARMO LTDA ME- Registro de Licença N° 2.388/2007 - Vencimento em 19/07/2024

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

890.069/2013-DOIS CORACOES EXTRACAO DE RECURSOS MINERAIS LTDA-OF. N°25965/2021/SEFAM-RJ/ANM

Fase de Requerimento de Lavra

Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)

890.166/1986-MINERACAO MARBRASIL EIRELI

Despacho publicado(356)

890.166/1986-MINERACAO MARBRASIL EIRELI-Aprova relatório de pesquisa complementar, município de Campos dos Goytacazes/RJ, substância: granito para rocha ornamental.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

890.804/2014-PEDREIRA OUTEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. N°25849/2021/SEFAM-RJ/ANM

890.804/2014-PEDREIRA OUTEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. N°25849/2021/SEFAM-RJ/ANM

Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)

890.163/2021-FRANCISCO VIEIRA RODRIGUES DA SILVA NETO

Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)

890.273/2018-BENEDITO ANTÔNIO VILLAS BOAS

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 65/2021

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

890.385/2015-CALIFORNIA EMPRESA DE MINERACAO EIRELI - Publicado DOU de 23/12/2019, Relação n° 125/2019, Seção 1, pág. 143- Onde se lê: "...localizada nos municípios de Rio das Flores e Belmiro Braga, no Estado do Rio de Janeiro", leia-se: "localizada nos municípios de Rio das Flores/RJ e Belmiro Braga/MG

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 395/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) ciente(s) de que não foi apresentada defesa administrativa, restando-lhe pagar ou parcelar, relativa ao(s) débito(s) da Taxa Anual por Hectare - TAH (Art. 2º, XII, b, da Lei nº 13.575/2017; inciso II, do art. 20, do Código de Mineração), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução. Eliezer Camilo, CNPJ/CPF nº 637.xxx.xxx-25, Processo Minerário nº 48408.880071/2015-19, Processo de Cobrança nº 48063.980230/2021-71, Notificação Administrativa nº 86/2021/DIRAR 8/SAR/DIRC, Valor Atualizado de R$ 40.525,72. Irineu Perdigao Reboucas Filho, CNPJ/CPF nº 046.xxx.xxx-72, Processo Minerário nº 48408.880398/2011-67, Notificação Administrativa nº 18/2021/DIRAR 8/SAR/DIRC, Valor Atualizado de R$ 44.376,83. Ivo Almeida Rodrigues, CNPJ/CPF nº 181.xxx.xxx-49, Processo Minerário nº 48408.880083/2017-13, Processo de Cobrança nº 48063.980216/2021-77, Notificação Administrativa nº 63/2021/DIRAR 8/SAR/DIRC, Valor Atualizado de R$ 9.409,54. Raimundo Rodrigues Maciel, CNPJ/CPF nº 075.xxx.xxx-20, Processo Minerário nº 48408.880399/2011-10, Notificação Administrativa nº 21/2021/DIRAR 8/SAR/DIRC, Valor Atualizado de R$ 43.819,60. Valdir Valter Ferrando, CNPJ/CPF nº 219.xxx.xxx-53, Processo Minerário nº 48408.880036/2013-38, Notificação Administrativa nº 41/2021/DIRAR 8/SAR/DIRC, Valor Atualizado de R$ 5.680,07.Valdir Valter Ferrando, CNPJ/CPF nº 219.xxx.xxx-53, Processo Minerário nº 48408.880036/2013-38, Notificação Administrativa nº 43/2021/DIRAR 8/SAR/DIRC, Valor Atualizado de R$ 5.557,79.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 398/2021

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Maria Aparecida de Aguiar Dinato - 886134/19 - Not.143/2021 - R$ 901,39

Sna Industria e Comercio de Metais Eireli - 886028/19 - Not.139/2021 - R$ 283,41

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 399/2021

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Ardemir João da Cruz - 886096/19 - Not.142/2021 - R$ 9.016,21

Maria Aparecida de Aguiar Dinato - 886134/19 - Not.144/2021 - R$ 3.888,60

Mineradora Vale do Cerrado Ltda - 886071/18 - Not.141/2021 - R$ 3.888,60

Sna Industria e Comercio de Metais Eireli - 886028/19 - Not.140/2021 - R$ 3.839,69

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 401/2021

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Anderson Pereira Abegg - 880093/19 - Not.146/2021 - R$ 42.317,95, 880093/19 - Not.148/2021 - R$ 43.051,29
Erinaldo Gomes Viana - 880135/15 - Not.144/2021 - R$ 12.093,32
Luciana Aguiar Souza - 880108/13 - Not.152/2021 - R$ 2.030,23
Sanabani Oil Ltda - 880038/19 - Not.150/2021 - R$ 3.513,81

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 402/2021

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Anderson Pereira Abegg - 880093/19 - Not.147/2021 - R$ 4.334,74, 880093/19 - Not.149/2021 - R$ 4.231,33
Antonio Jardson Silva de Oliveira - 880069/18 - Not.154/2021 - R$ 7.850,56
Erinaldo Gomes Viana - 880135/15 - Not.145/2021 - R$ 4.275,30
Luciana Aguiar Souza - 880108/13 - Not.153/2021 - R$ 3.925,28
Sanabani Oil Ltda - 880038/19 - Not.151/2021 - R$ 8.669,50

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 404/2021

833297/2015 - Golden Dragons Representações Ltda- Torna sem efeito Notificação Administrativa Débito TAH (154) - Not. 28/2020, publicado no DOU nº 33, de 17/02/2020| Seção: 1 | Relação nº 82/2020 | Página 36.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 38/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Agrosepac Mineração Ltda - 826067/19
Bramil Brasil Mineração Indústria e Comércio Ltda me - 826289/16
Cerâmica Paranaguaçu Ltda me - 826390/18
Felipe Weiber me - 826074/19
Gilmar Jose Ganassoli - 826549/18
Inelpa Administração e Participações Societárias LTDA. - 826003/19
k m s Progresso Exploracao Mineral Ltda - 826166/19, 826368/19
Rodrigo Freire de Melo - 826132/19
Rogerio Giacomelli Sallum - 826152/18
Vale do Cirino Comercio de Argila Ltda me - 826283/19
William Pinto Silva - 826015/19

ANTÔNIO TEOTONIO DE SOUZA NETO
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 396/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Mineradora Vale do Cerrado Ltda - 886070/18

ANTÔNIO TEOTONIO DE SOUZA NETO
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 397/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Embloco Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento e Concreto Ltda - 880017/17

ANTÔNIO TEOTONIO DE SOUZA NETO
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 405/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
l Kotinscki me - 884140/14, 884010/13, 884022/19
Wilkens Saboia Freire - 884010/19

ANTÔNIO TEOTONIO DE SOUZA NETO
Coordenador

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 3 (MT, MS, GO, TO)

DESPACHO
Relação nº 370/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
gf Gold Mineracao Eireli - 860703/20 - A.I. 1569/21, 860704/20 - A.I. 1570/21, 860705/20 - A.I. 1571/21, 860709/20 - A.I. 1572/21
Janivaldo da Silva Borges - 860488/20 - A.I. 1564/21
r & s Transportes Ltda - 860676/20 - A.I. 1566/21
Renis Eustaquio Goncalves - 860483/20 - A.I. 1562/21
Rui Afonso de Medeiros - 860728/20 - A.I. 1573/21
Sergio Adriano Pamplona da Silva - 860686/20 - A.I. 1567/21
Tres Ipes Exploracao Mineral Ltda - 860617/20 - A.I. 1565/21

ANTÔNIO CLÁUDIO LEONARDO BARSOTTI
Pela Divisão Regional de Arrecadação

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 8 (RO, RR, AC, AM

DESPACHO
Relação nº 400/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
w b s Mineração Eireli - 880265/12 - A.I. 3090/21, 880266/12 - A.I. 3091/21

ALLEMBERT DOURADO RIBEIRO
Pela Divisão Regional de Arrecadação

DESPACHO
Relação nº 403/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Amazon Stone S.A. - 884073/17 - A.I. 3160/21
Francisca da Silva Lopes - 884060/21 - A.I. 3165/21
Lak Comercio e Transporte Eireli - 884094/20 - A.I. 3163/21
Nazare Batista Azevedo - 884074/19 - A.I. 3162/21
Ytalo Rodrigo Oliveira Santos - 884079/21 - A.I. 3166/21

ALLEMBERT DOURADO RIBEIRO
Pela Divisão Regional de Arrecadação

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 418/2021

Fase de Disponibilidade
No julgamento dos proponentes para área em disponibilidade, DECLARO inabilitados:(2087)
871.020/2003- MINERAÇÃO CARAÍBA S.A; JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS - ME
871.019/2003- MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.; JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS - ME
871.018/2003- MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.; JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS - ME

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 420/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5924/2021-890.126/2021-JOSILENE MARIA ANDRADE MOTA-
5927/2021-890.135/2021-CLAUDIO HUMBERTO PINHEIRO RAMALHO-
5926/2021-890.132/2021-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA-
5925/2021-890.130/2021-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA-
5923/2021-890.117/2021-ROMILTON GARCIA DE PAULA-
5922/2021-890.111/2021-P.R.A. ORCIOLI CONSULTORIA GEOLOGICA EIRELI-
5921/2021-890.110/2021-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERACAO LTDA-
5920/2021-890.109/2021-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERACAO LTDA-
5919/2021-890.108/2021-ORCIGRAN EMPRESA DE MINERACAO LTDA-
5918/2021-890.093/2021-ADEMAR VILELA PEREIRA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5929/2021-890.124/2021-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-
5930/2021-890.125/2021-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-
5931/2021-890.144/2021-FELIPE DE ALBUQUERQUE SANTOS-
5928/2021-890.123/2021-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
5917/2021-890.079/2017-AREAL SALIONI CUNHA LTDA ME-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 421/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
5903/2021-866.343/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A-
5904/2021-866.499/2021-FIORESE COMERCIO DE AREIA E BRITA LTDA-
5905/2021-866.617/2021-INDUSTRIA DE CALCARIOS CACAPAVA LTDA-
5907/2021-866.622/2021-BH MINERACAO LTDA-
5908/2021-866.623/2021-INDUSTRIA DE CALCARIOS CACAPAVA LTDA-
5906/2021-866.621/2021-INDUSTRIA DE CALCARIOS CACAPAVA LTDA-
5909/2021-866.628/2021-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.-
5916/2021-866.635/2021-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.-
5915/2021-866.634/2021-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.-
5914/2021-866.633/2021-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.-
5913/2021-866.632/2021-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.-
5912/2021-866.631/2021-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.-
5911/2021-866.630/2021-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.-
5910/2021-866.629/2021-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução nº 31/2020 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
5901/2021-866.497/2021-PCH JAURU SPE S/A-
5902/2021-866.610/2021-ADEMAR ANTÔNIO FRANZ-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 497, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, tendo em vista o constante no processo ANP nº 48610.215933/2021-81, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria MME nº 232, de 13 de abril de 2012, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Excelerate Energy Comercializadora de Gás Natural Ltda., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 40.606.305/0001-66 (Matriz), 40.606.305/0002-47 (Filial Salvador/BA), autorizada a exercer a atividade de importação de gás natural liquefeito - GNL, com as seguintes características:

I - País de origem: diversos países produtores de GNL;

II - Volume autorizado: até 30 milhões de m³/dia de gás natural regaseificado;

III - Mercado potencial: distribuidoras e demais consumidores conectados à malha de transporte brasileira;

IV - Transporte: marítimo; e

V - Locais de entrega no Brasil: Terminal de Regaseificação de GNL da Bahia - TRBA.

Parágrafo único. As especificações técnicas do gás natural deverão estar de acordo com a Resolução nº 16, de 17 de junho de 2008, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, ou regulamentação superveniente.

Art. 2º A autorizada deverá apresentar à ANP os documentos denominados Contratos Principais de Compra e Venda, do inglês Master Sale and Purchase Agreements, ou MSA, assinados com os potenciais fornecedores de GNL, respeitados os prazos e condições estabelecidos no art. 8º da Portaria MME nº 232, de 13 de abril de 2012.

Parágrafo único. A ANP poderá requerer quaisquer documentos complementares que julgar necessários.

Art. 3º A autorizada deverá apresentar à ANP, até o dia vinte e cinco de cada mês, relatório detalhado sobre as operações de importação realizadas no mês imediatamente anterior, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico da ANP www.gov.br/anp/pt-br.

§ 1º Além de outros dados que vierem a ser solicitados pela ANP, os relatórios atinentes à atividade de importação de GNL deverão conter as informações detalhadas para cada operação dos navios utilizados no transporte do produto, a seguir elencadas:

I - País de origem e data do carregamento do GNL;

II - Volume de GNL carregado no navio transportador e seu equivalente na forma gasosa;

III - Quantidade de energia correspondente ao volume carregado;

IV - Poder calorífico do Gás Natural carregado;

V - Quantidade de energia (boil-off) e retida no navio transportador e taxa diária de energia consumida (boil-off) em relação ao total carregado (percentual por dia);

VI - Local de entrega e data de descarga do GNL;

VII - Volume de GNL descarregado do navio transportador;

VIII - Quantidade de energia correspondente ao volume de GNL descarregado;

IX - Identificação do navio transportador;

X - Preços de compra do GNL importado calculados no ponto de internalização do produto; e

XI - Volume total importado desde a vigência desta Autorização.

§ 2º A ANP publicará, em seu sítio na internet - www.gov.br/anp/pt-br, as informações referidas neste artigo que devam ser divulgadas para conhecimento geral.

Art. 4º A autorizada deverá informar também, à ANP, a ocorrência de quaisquer alterações indicadas nos incisos a seguir, mediante encaminhamento de nova Ficha Cadastral e respectiva documentação comprobatória, respeitados os prazos e condições estabelecidos no art. 10 da Portaria MME nº 232, de 2012:

I - Dados cadastrais da autorizada;

II - Mudança de endereço da matriz ou filiais relacionadas com a atividade de importação de GNL;

III - Inclusão ou exclusão de filiais na atividade de importação de GNL; e

IV - Alterações ocorridas que comprometam as informações remetidas à ANP quando do encaminhamento do requerimento inicial de autorização para importação de GNL.

Art. 5º A autorizada deverá atender, permanentemente, os requisitos estabelecidos na legislação sobre comércio exterior.

Art. 6º A autorização para o exercício da atividade de importação de GNL será revogada entre outras hipóteses, em casos de:

Extinção judicial ou extrajudicial da sociedade empresária ou consórcio autorizado;

Requerimento da sociedade empresária ou consórcio autorizado; ou

Descumprimento da legislação aplicável.

Art. 7º O não atendimento ao disposto nesta Autorização sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, ou em legislação superveniente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 8º A presente Autorização fica condicionada à manutenção das condições para o exercício da atividade de importação de gás natural na forma liquefeita, à época de sua outorga, desde que comprovadas pela sociedade empresária.

Art. 9º A presente autorização terá validade de 2 (dois) anos a partir da data de publicação no Diário Oficial da União e limita-se exclusivamente à importação de gás natural na forma liquefeita - GNL.

Art. 10 Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 498, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, tendo em vista o constante no processo ANP nº 48610.215519/2021-71, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica BEP Comercializadora de Energia Elétrica LTDA, com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 14.555.633/0001-70, autorizada a exercer a atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, mediante a celebração de contratos registrados na ANP.

Art. 2º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Comprimido (GNC) a granel e para a realização de Projeto para Uso Próprio e de Projeto Estruturante, cuja outorga é disciplinada pela Resolução ANP nº 41, de 05 de dezembro de 2007, republicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2010.

Art. 3º A presente Autorização não contempla a autorização para o exercício da atividade de distribuição de Gás Natural Liquefeito (GNL) a granel, cuja outorga é disciplinada pela Portaria ANP nº 118, de 11 de julho de 2000.

Art. 4º Fica a empresa obrigada a cumprir integralmente todas as obrigações previstas nos arts. 10, 11, 12 e 13 da Resolução ANP nº 52, de 29 de setembro de 2011.

Art. 5º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de comercialização de gás natural na esfera de competência da União, previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 6º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 499, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.213227/2021-02 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 811, de 16 de março de 2020, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa JULIO SOUZA SILVEIRA ME, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 26.170.458/0001-82, autorizada a exercer a atividade de transporte a granel de petróleo e seus derivados, por meio aquaviário, na modalidade apoio portuário, no estado do Rio Grande do Sul, utilizando exclusivamente a embarcação denominada JS LAGOON.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 500, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.200303/2021-10 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 811, de 16 de março de 2020, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa AYRTON VASCONCELOS DE MATOS EIRELI, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 38.029.348/0001-84, autorizada a exercer a atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados e biocombustíveis por meio aquaviário, na navegação interior compreendendo as navegação nos limites do Estado do Amazonas.

Art. 2º Os efeitos da presente Autorização ficam condicionados à manutenção das condições comprovadas pela empresa para o exercício da atividade de transporte a granel de petróleo, seus derivados e biocombustíveis por meio aquaviário, na navegação interior compreendendo as navegação nos limites do Estado do Amazonas.

Art. 3º A empresa autorizada deverá utilizar somente embarcações que tenham obtido os devidos Certificados/Declarações, conforme previsto nas respectivas Normas da Autoridade Marítima (NORMAM).

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data da sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 501, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP nº 48610.204326/2021-95 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Stolthaven Santos Ltda.cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 51.979.359/0001-9, autorizada a operar um Terminal Aquaviário para movimentação e armazenamento de produtos inflamáveis e combustíveis Classes I a III (Norma ABNT NBR 17.505) no município de Santos, Estado de São Paulo, composto pelas seguintes instalações:

a) Tanques de armazenamento:

a.1) 60 (sessenta) Tanques de armazenamento de produtos das Classes I a III

Tanque TAG.	Diâmetro Médio (m)	Altura Útil (m)	Capacidade Tabelada (m³)
TQ-01	7,549	10,97	492,151
TQ-02	7,555	10,96	492,570
TQ-03	7,550	10,97	491,770
TQ-04	7,542	11,03	500,616
TQ-05	7,546	10,97	496,417
TQ-06	7,548	10,93	490,804
TQ-07	7,553	10,85	493,554
TQ-08	7,551	10,90	488,719
TQ-09	7,550	10,92	491,680
TQ-10	11,191	10,77	1.076,922
TQ-11	11,199	11,00	1.084,068
TQ-12	11,187	10,94	1.078,562
TQ-13	11,183	11,00	1.081,981
TQ-14	11,200	11,00	1.086,634
TQ-15	11,183	10,86	1.083,067
TQ-16	11,185	10,55	1.039,175
TQ-17	11,184	10,93	1.080,567
TQ-18	23,943	13,99	6.321,324
TQ-20	13,989	13,99	2.156,514
TQ-31	8,468	12,10	680,342
TQ-32	8,468	12,02	675,649
TQ-33	8,464	12,11	679,535
TQ-34	8,467	12,10	683,029
TQ-35	8,468	12,06	679,981
TQ-36	10,506	12,08	1.043,208
TQ-37	10,507	12,06	1.042,407
TQ-38	10,504	12,10	1.046,092
TQ-39	10,503	12,01	1.039,075
TQ-40	13,363	14,72	2.055,632
TQ-41	13,351	14,70	2.050,900
TQ-42	13,357	14,70	2.055,989
TQ-43	13,357	14,65	2.045,383
TQ-73	22,016	14,45	5.532,908
TQ-75	22,013	14,65	5.557,821
TQ-76	22,015	14,45	5.526,752
TQ-78	22,014	14,66	5.558,244
TQ-79	13,365	14,76	2.058,136
TQ-80	11,699	15,69	1.694,721
TQ-81	11,698	15,76	1.694,382
TQ-82	13,438	15,68	2.235,846
TQ-83	13,439	15,76	2.236,149
TQ-84	9,798	15,72	1.189,883
TQ-85	9,798	15,76	1.189,288
TQ-86	9,797	15,76	1.188,882
TQ-87	13,439	15,76	2.227,364
TQ-88	13,439	15,76	2.236,351

TQ-89	13,439	15,69	2.237,672
TQ-90	13,438	15,76	2.236,287
TQ-91	13,440	15,69	2.238,035
TQ-92	9,304	15,22	1.032,932
TQ-93	13,153	15,24	2.061,350
TQ-94	9,302	15,24	1.032,712
TQ-95	14,706	15,22	2.571,406
TQ-96	13,808	15,22	2.266,665
TQ-97	14,684	18,27	3.080,949
TQ-98	14,685	18,26	3.082,106
TQ-99	14,683	18,27	3.106,397
TQ-100	12,853	18,25	2.362,846
TQ-101	12,843	18,28	2.376,390
TQ-102	12,844	18,28	2.377,619

a.2) 22 (vinte e dois) Tanques de armazenamento de produtos da Classe III-B

TAG	Diâmetro Médio (m)	Altura Util (m)	Capacidade Tabelada (m³)
TQ-47	4,57	10,80	177,320
TQ-48	4,56	10,80	177,360
TQ-49	4,57	10,80	178,029
TQ-50	6,09	10,80	315,242
TQ-51	6,09	10,80	315,465
TQ-52	6,09	10,80	315,294
TQ-53	6,09	10,80	315,870
TQ-54	6,09	10,80	315,553
TQ-55	6,09	10,80	315,655
TQ-56	9,14	10,80	709,890
TQ-57	6,09	10,80	314,859
TQ-58	9,13	10,80	709,642
TQ-59	9,14	10,80	708,053
TQ-60	10,66	14,40	1.289,068
TQ-61	10,67	14,40	1.284,575
TQ-62	10,66	14,40	1.288,087
TQ-63	10,67	14,40	1.288,758
TQ-64	10,66	14,40	1.288,101
TQ-65	13,79	14,40	2.153,568
TQ-66	13,79	14,40	2.150,380
TQ-67	9,79	15,76	1.189,934
TQ-68	9,79	15,76	1.189,516

b) dutos:
9 (nove) dutos portuários:

Duto nº	Material	Diâm (pol)	Extensão (m)	Pressão de Operação (kgf/cm²)	Vazão (m³/h)
10	Aço carbono ASM-A 106-B	8	1.680	7,2	400
11	Aço inoxidável ASTM-A 312-TP 316L	8	1.680	7,2	400
12	Aço inoxidável ASTM-A 312-TP 316L	8	1.680	7,2	400
13	Aço inoxidável ASTM-A 312-TP 316L	10	1.680	7,2	400
14	Aço inoxidável ASTM-A 312-TP 316L	10	1.680	7,2	400
15	Aço inoxidável ASTM-A 312-TP 316L	10	1.680	7,2	400
16	Aço inoxidável ASTM-A 312-TP 304L	8	1.680	7,2	400
17	Aço inoxidável ASTM-A 312-TP 316L	8	1.680	7,2	400
18	Aço inoxidável ASTM-A 312-TP 316L	8	1.680	7,2	400

c) Plataformas rodoviárias:
3 (três) plataformas rodoviárias de carregamento e descarga, compostas por 5 (cinco) ilhas e 10 (dez) baias cada uma.

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 444, de 25 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 26 de junho de 2019.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 502, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o que consta do processo ANP n º 48610.203385/2021-41 e considerando o atendimento às exigências da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a Empresa Nova Transportadora do Sudeste S. A - NTS, cujo registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) é o de nº 04.992.714/0001-84, autorizada a operar a(s) instalação(ões) de transporte de gás natural abaixo relacionada(s):

a) Gasoduto Rio de Janeiro - Belo Horizonte (GASBEL), nos municípios de Duque de Caxias (RJ), Nova Iguaçu (RJ), Miguel Pereira (RJ), Paty do Alferes (RJ), Vassouras (RJ), Rio das Flores (RJ), Belmiro Braga (MG), Juiz de Fora (MG), Ewbank da Câmara (MG), Santos Dumont (MG), Oliveira Fortes (MG), Barbacena (MG), Alfredo Vasconcelos (MG), Ressaquinha (MG), Carandaí (MG), Cristiano Otoni (MG), Queluzito (MG), São Brás do Suaçuí (MG), Jeceaba (MG), Congonhas (MG), Belo Vale (MG), Moeda (MG), Brumadinho (MG), Mário Campos (MG), Sarzedo (MG), Ibirité (MG) e Betim (MG), cujas características estão descritas na Tabela 1;

Tabela 1 - Características do GASBEL

Instalação de Origem (Município/UF)	Instalação de Destino (Município/UF)	Extensão (km)	Diâmetro (pol.)	Pressão Máxima / Projeto (kgf/cm²)	Capacidade Operacional (m³/dia)
Anel de Gás Residual (Duque de Caxias/RJ)	REGAP (Betim/MG)	357	16	65 / 65	3.600.000

b) Ponto de Entrega (PE) Rio das Flores, no município de Rio das Flores (RJ), cujas características estão descritas na Tabela 2;

Tabela 2 - Características do PE Rio das Flores

Capacidade Nominal (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	300.000
Capacidade Operacional (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	300.000
Vazão de Projeto (10³m³/dia a 20ºC e 1 atm)	24 (mínima) a 300 (máxima)
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	35 (mínima) a 65 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	33,5 (mínima) a 51 (máxima)

c) Ponto de Entrega PE Juiz de Fora, no município de Juiz de Fora (RJ), cujas características estão descritas na Tabela 3;

Tabela 3 - Características do PE Juiz de Fora

Capacidade Nominal (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	650.000
Capacidade Operacional (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	650.000
Vazão de Projeto (10³m³/dia a 20ºC e 1 atm)	140(mínima) a 650 (máxima)
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	40 (mínima) a 65 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	33 (mínima) a 38 (máxima)

d) Ponto de Entrega PE UTE Juiz de Fora Igrejinha, no município de Juiz de Fora (MG), cujas características estão descritas na Tabela 4;

Tabela 4 - Características do PE UTE Juiz de Fora Igrejinha

Capacidade Nominal (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	600.000
Capacidade Operacional (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	600.000
Vazão de Projeto (10³m³/dia a 20ºC e 1 atm)	60 (mínima) a 600 (máxima)
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	38 (mínima) a 65 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	35 (mínima) a 46 (máxima)

e) Ponto de Entrega PE Barbacena, no município de Barbacena (MG), cujas características estão descritas na Tabela 5;

Tabela 5 - Características do PE Barbacena

Capacidade Nominal (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	240.000
Capacidade Operacional (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	240.000
Vazão de Projeto (10³m³/dia a 20ºC e 1 atm)	29 (mínima) a 240 (máxima)
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	37 (mínima) a 65 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	34 (mínima) a 44 (máxima)

f) Ponto de Entrega PE São Brás do Suaçuí, no município de São Brás do Suaçuí (MG), cujas características estão descritas na Tabela 6;

Tabela 6 - Características do São Brás do Suaçuí

Capacidade Nominal (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	2.900.000
Capacidade Operacional (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	2.900.000
Vazão de Projeto (10³m³/dia a 20ºC e 1 atm)	290 (mínima) a 2900 (máxima)
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	41,5 (mínima) a 65 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	26 (mínima) a 45,5 (máxima)

g) O Ponto de Entrega PE Brumadinho, no município de Brumadinho (MG), cujas características estão descritas na Tabela 7;

Tabela 7 - Características do PE Brumadinho

Capacidade Nominal (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	700.000
Capacidade Operacional (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	700.000
Vazão de Projeto (10³m³/dia a 20ºC e 1 atm)	70 (mínima) a 700 (máxima)
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	38 (mínima) a 65 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	34 (mínima) a 45 (máxima)

h) O Ponto de Entrega PE Betim II, no município de Betim (MG), cujas características estão descritas na Tabela 8;

Tabela 8 - Características do PE Betim II

Capacidade Nominal (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	2.500.000
Capacidade Operacional (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	2.500.000
Vazão de Projeto (10³m³/dia a 20ºC e 1 atm)	250 (mínima) a 2500 (máxima)
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	36,5 (mínima) a 65 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	24 (mínima) a 44 (máxima)

i) O Ponto de Entrega PE REGAP, no município de Betim (MG), cujas características estão descritas na Tabela 9;

Tabela 9 - Características do PE REGAP

Capacidade Nominal (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	560.000
Capacidade Operacional (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	560.000
Vazão de Projeto (10³m³/dia a 20ºC e 1 atm)	60 (mínima) a 560 (máxima)
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	36 (mínima) a 65 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	30 (mínima) a 34 (máxima)

j) O Ponto de Entrega PE REGAP II, no município de Betim (MG), cujas características estão descritas na Tabela 10;

Tabela 10 - Características do PE REGAP II

Capacidade Nominal (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	1.520.000
Capacidade Operacional (m³/dia a 20ºC e 1 atm)	1.520.000
Vazão de Projeto (10³m³/dia a 20ºC e 1 atm)	380 (mínima) a 1.520 (máxima)
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	40 (mínima) a 65 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	33,5 (mínima) a 40 (máxima)

k) O Ponto de Entrega PE UTE Ibirité, no município de Betim (MG), cujas características estão descritas na Tabela 11;

Tabela 11 - Características do PE UTE Ibirité

Capacidade Nominal (m³/dia a 20°C e 1 atm)	3.000.000
Capacidade Operacional (m³/dia a 20°C e 1 atm)	3.000.000
Vazão de Projeto (10³ m³/dia a 20°C e 1 atm)	300 (mínima) a 3.000 (máxima)
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	37 (mínima) a 65 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	37 (mínima) a 65 (máxima)

l) O Serviço de Compressão de Mantiqueira - ESMAN, no município de Santos Dumont (MG), cujas características estão descritas na Tabela 12;

Tabela 12 - Características do ESMAN

Capacidade Nominal (m³/dia a 20°C e 1 atm)	6.500.000
Capacidade Operacional (m³/dia a 20°C e 1 atm)	6.500.000
Vazão de Projeto (10³ m³/dia a 20°C e 1 atm)	6500 (máxima)
Pressão de Entrada (kgf/cm²)	35 (mínima) a 65 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm²)	35 (mínima) a 65 (máxima)

m) O Serviço de Compressão de Congonhas - SCOMP Congonhas, no município de Santos Dumont (MG), cujas características estão descritas na Tabela 13;

Tabela 13 - Características do SCOMP Congonhas

Capacidade Nominal (m^3/dia a 20°C e 1 atm)	7.180.000
Capacidade Operacional (m^3/dia a 20°C e 1 atm)	7.180.000
Vazão de Projeto (10^3 m^3/dia a 20°C e 1 atm)	3500 (mínima) a 7180 (máxima)
Pressão de Entrada (kgf/cm^2)	35 (mínima) a 65 (máxima)
Pressão de Saída (kgf/cm^2)	35 (mínima) a 65 (máxima)

Art. 2º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições técnicas previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 3° A empresa deverá providenciar tempestivamente a documentação elencada na Notificação nº 676 663 17 33 523061 (Processo 48610.001468/2017-16).

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 709/2017, publicada no Diário Oficial da União em 25 de outubro de 2017.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DESPACHO SIM-ANP Nº 954, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta no Processo n° 48610.215519/2021-71, , resolve:

1.Fica BEP Comercializadora de Energia Elétrica LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.555.633/0001-70, registrada como Agente Vendedor de gás natural com o nº 03.35.35.14555633.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DESPACHO SIM-ANP Nº 955, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, em cumprimento ao art. 14 da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.216911/2020-57, resolve:

Fica disponível o Sumário do Projeto pretendido pela empresa SP Indústria e Distribuidora de Petróleo Ltda no Município de Guamaré/RN, referente a construção de 02 (dois) oleodutos, para a movimentação de produtos inflamáveis e combustíveis das classes I a III (Norma ABNT NBR 17505-1:2013), constante no processo de referência no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a ser acessado em http://www.anp.gov.br/processo-eletronico-sei.

Todo o processo está disponível para consulta, estando as características principais do projeto resumidas nos documentos de referência:. SEI 1375095, SEI 1375097 e SEI 1553110.

Os comentários e sugestões devem ser encaminhados à "Superintendência de Infraestrutura e Movimentação" da ANP em até 30 (trinta) dias contados a partir da publicação, com endereçamento à Avenida Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, ou através do endereço eletrônico sim@anp.gov.br.

Informo que a documentação apresentada pela empresa SP Indústria e Distribuidora de Petróleo Ltda continua em processo de análise pela ANP e que a publicação do presente despacho não implica autorização prévia outorgada pela ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 495, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 08, de 08/03/2007, e considerando o que consta no Processo 48610.206916/2021-52, resolve: autorizar a empresa COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS JR TRR LTDA - CNPJ 40.122.052/0001-55, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista (TRR).

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 496, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.206916/2021-52, resolve: autorizar a empresa COMERCIAL COMBUSTÍVEIS JR TRR LTDA, CNPJ nº 40.122.052/0001-55, a operar a instalação de Transportador Revendedor Retalhista (TRR), localizada a Avenida Sebastião Herculano de Souza, nº 5239, Quadra AR10, Lote AR10, Setor Industrial - Jataí/GO. CEP: 75.802-202. [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): 17:91:73,520; 51:73:75,780 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 120,00 m^3. Fica Revogada a Autorização de Operação n.º 234/2006 de 28/08/2006, pertencente à J.W. COMÉRCIO DE PETRÓLEO EIRELLI, CNPJ nº 06.073.055/0001-08.

TQ	Ø (m)	Comprimento (m)	Capacidade (m^3)	Classe	Tipo
01	2,54	6,00	30,00	II e III	Horizontal aéreo
02	2,54	6,00	30,00	II e III	Horizontal aéreo
03	2,54	6,00	30,00	II e III	Horizontal aéreo
04	2,54	6,00	30,00	II e III	Horizontal aéreo

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 952, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 08, de 08/03/2007, e o que consta no processo 48610.206916/2021-52, resolve: declarar habilitada a empresa COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS JR TRR LTDA - CNPJ 40.122.052/0001-55, comoTransportador Revendedor Retalhista (TRR).

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 953, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17/10/2014, tendo em vista a previsão legal inscrita em seu Art. 41, inciso I, alínea "c" e o que consta do processo nº 48610.215496/2021-03, torna público o cancelamento das autorizações ANP nº 622, de 01/07/2015 e nº 642, de 01/07/2015, por requerimento do agente autorizado PETROBRAS DISTRIBUIDORA SA.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 956, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0213719	A 4 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	33.393.956/0001-50	48610.213618/2021-19
PR/GO0213718	ANDRADE MOREIRA COMBUSTIVEIS LTDA	39.899.203/0001-05	48610.213688/2021-77
PR/PR0213724	AUTO POSTO ALVORADA LTDA	26.083.524/0001-87	48610.213896/2021-76
PR/PE0213726	AUTO POSTO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS BONITO LTDA	09.060.738/0001-19	48610.215163/2021-76
PR/GO0213736	AUTO POSTO MOURA EIRELI	41.598.438/0001-09	48610.215480/2021-92
PR/SP0213728	AUTO POSTO TIRADENTES DE PEDREIRA LTDA	41.353.679/0001-80	48610.214501/2021-52
PR/ES0213721	BOA VISTA SERVICO AUTOMOTIVO LTDA	36.751.443/0001-61	48610.001005/2021-31
PR/PA0213727	CORTE REAL COMBUSTIVEIS LTDA	01.684.654/0005-78	48610.211828/2021-72
PR/MT0213722	G.M GONCALVES EIRELI	37.732.594/0001-35	48610.214907/2021-35
PR/SC0213729	PANDORA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	41.348.736/0001-32	48610.215036/2021-77
PR/PB0213716	POSTO DE COMBUSTIVEL SANTA CRUZ EIRELI	32.052.357/0001-00	48610.214462/2021-93
PR/MA0213723	POSTO ESTRELA DE COMBUSTIVEL LTDA	35.973.581/0001-22	48610.214553/2021-29
PR/BA0213725	POSTO 7 COMERCIO DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	39.869.810/0001-14	48610.215118/2021-11
PR/PA0213720	ROTA AUTO POSTO COMBUSTIVEL EIRELI	37.808.513/0002-14	48610.215011/2021-73

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO SDL-ANP Nº 957, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPGO0385016	A B R DO NASCIMENTO EIRELI	37.100.589/0001-00	48610.210839/2021-35
GLPPR0385081	ADELIR FRANCISCO COSMANN	41.730.735/0001-58	48610.215063/2021-40
GLPPI0385089	ALAN FERREIRA ANDRADE EIRELI	33.342.631/0001-48	48610.215093/2021-56
GLPSC0385054	ALANA GABRIELLY GONZAGA DE SOUZA	41.115.314/0001-17	48610.212321/2021-36
GLPRN0385005	ANA HELENA THE BONIFACIO	41.252.528/0001-35	48610.213962/2021-16
GLPSC0385070	ANDERSON MARTINS	41.800.600/0001-11	48610.215022/2021-53
GLPRS0385047	ARALDI COMERCIO DE GAS - EIRELI	39.290.916/0001-69	48610.215003/2021-27
GLPPR0385073	AUTO POSTO D B LTDA	79.702.650/0001-39	48610.211733/2021-59
GLPCE0384990	AUTO POSTO FALPEL SAO FRANCISCO LTDA	39.978.102/0001-11	48610.212757/2021-25
GLPRS0384999	BARCELOS COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	39.716.046/0001-47	48610.213749/2021-04
GLPPR0385022	BRUNO AMANCIO SEROA DA MOTTA RAMOS - GAS MORRETES	35.587.655/0001-92	48610.212417/2021-02
GLPMG0385065	CARLOS CESAR BARBOSA PINHEIRO	41.260.575/0001-20	48610.212855/2021-62
GLPRJ0385011	CASA E GAS EIRELI	14.963.188/0001-88	48610.214135/2021-31
GLPPA0385075	C.DA C. FARIAS EIRELI	42.012.820/0001-43	48610.215044/2021-13
GLPSC0385009	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS DALPRA LTDA	30.325.268/0002-45	48610.206071/2021-03
GLPMG0385068	CORREA E MIRANDA DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	42.326.707/0001-32	48610.215019/2021-30
GLPSP0384988	CR CABRAL COMERCIO DE GAS	40.247.572/0001-94	48610.001438/2021-96
GLPMS0385027	CRISTO GAS LTDA	41.008.597/0001-06	48610.211143/2021-26
GLPPE0385099	DISTRIBUIDORA DE GAS ALVES & COMPANHIA LTDA	41.685.188/0001-36	48610.214154/2021-68
GLPRJ0385093	DOIS AMIGOS DISTRIBUIDORA DE GAS E AGUA LTDA.	26.077.394/0001-70	48610.213915/2021-64
GLPMS0385077	EVERSON ALESSANDRO MOREIRA	41.825.342/0001-28	48610.215035/2021-22
GLPPR0385001	HAROLDO MOREIRA MENAO	26.483.754/0001-33	48610.212351/2021-42
GLPMG0384997	ITA GAS GOVERNADOR VALADARES LTDA	41.823.615/0001-03	48610.214002/2021-65
GLPAM0385041	J. DE SOUZA MEDEIROS	24.600.547/0003-58	48610.213300/2021-38
GLPAL0385063	JOSE EDVAN CAMELO DA SILVA	35.513.922/0001-87	48610.007605/2020-21
GLPBA0385056	LEANDRO ALVES MACHADO	37.988.127/0001-70	48610.213346/2021-57
GLPSP0385031	LEONARDO DO CARMO CONTIERO LTDA	37.449.540/0001-67	48610.214989/2021-18
GLPPA0385079	M C R DA SILVA	27.113.019/0001-09	48610.215049/2021-46
GLPAP0385043	M GOMES ROCHA COMERCIO LTDA	39.943.180/0001-80	48610.213397/2021-89
GLPRS0385037	MARCONDES RAMOS DA SILVA 26106779015	27.374.329/0001-79	48610.215136/2021-01
GLPSE0385085	MARIA DO CARMO CORREIA DOS SANTOS GAS	27.610.957/0001-06	48610.215084/2021-65
GLPMS0385097	MARQUES & MARAN LTDA	27.469.562/0001-35	48610.213955/2021-14
GLPRS0385091	MATEUS OLIBONI KOEPPE	34.967.784/0002-24	48610.211775/2021-90
GLPMG0385061	MERCANTIL DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	41.093.002/0001-50	48610.213203/2021-45

GLPMG0385025	MONTEIRO BRAGA GAS E AGUA LTDA	42.916.918/0001-25	48610.214988/2021-73
GLPMT0385033	P. CESAR DOS SANTOS LTDA	41.651.520/0001-41	48610.214995/2021-75
GLPSC0385083	POSTO PORTAL LTDA	40.051.411/0001-20	48610.215059/2021-81
GLPGO0385007	RENATO AFONSO DA COSTA COMERCIO DE GAS	37.200.491/0001-24	48610.213443/2021-40
GLPAM0384995	RICARDO ARAUJO	31.858.745/0002-09	48610.207487/2021-31
GLPPE0385045	ROGERIO R DE GOIS GAS	18.083.058/0002-92	48610.215000/2021-93
GLPAM0385095	SETE MIX COMERCIO DE FERRAGENS LTDA	37.378.301/0001-63	48610.212665/2021-45
GLPSC0385014	SOUZA GAS LTDA	42.478.337/0001-59	48610.213005/2021-81
GLPMS0385018	SUPRILAR GAS E AGUA LTDA	40.949.168/0001-62	48610.209288/2021-67
GLPTO0385052	TIMOTEO E CARVALHO LTDA	36.698.243/0001-92	48610.001676/2021-00
GLPPR0385058	TOP DISTRIBUIDORA DE GAS EIRELI	42.058.462/0001-00	48610.211661/2021-40
GLPMS0385087	VIVIANE LIRA DA SILVA	19.854.193/0001-76	48610.215089/2021-98
GLPTO0385020	WR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS, AGUA E GAS LTDA	41.698.270/0001-03	48610.213971/2021-07
GLPRS0384993	ZE GAS - COMERCIO DE GAS - LTDA	41.818.831/0001-52	48610.213777/2021-13

CEZAR CARAM ISSA

RETIFICAÇÃO

Na Autorização SDL-ANP, nº 473 de 11 de agosto de 2021, publicada no DOU de 12 de agosto de 2021, seção 1, página 61:

adiciona-se o texto abaixo, por ter sido omitido:

" (...) Fica revogada a Autorização ANP nº 301, de 13 de dezembro de 2002"

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO SPD-ANP Nº 958, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 7/2012, alterado pela Resolução ANP nº 775/2019, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1.Aprovar a alteração dos dados da Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, cujo credenciamento foi formalizado por meio do Despacho nº 1.196, publicado à página 49, seção 1, do Diário Oficial de União de nº 158, de 19 de agosto de 2014.

2.A tabela constante do Despacho nº 1.196/2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

CREDENCIAMENTO ANP Nº	0283/2014	
UNIDADE DE PESQUISA	Setor de Química Industrial a Ambiental	
INSTITUIÇÃO CREDENCIADA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM	
CNPJ/MF	95.591.764/0001-05	
PROCESSO ANP	48610.004985/2014-02	
LOCALIZAÇÃO	Santa Maria / RS	
ÁREA	TEMA	SUBTEMA
ABASTECIMENTO	REFINO	AUTOMAÇÃO, CONTROLE, INSTRUMENTAÇÃO E METROLOGIA
ABASTECIMENTO	REFINO	PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO
BIOCOMBUSTÍVEIS	BIODIESEL	CARACTERIZAÇÃO E CONTROLE DA QUALIDADE
TEMAS TRANSVERSAIS	AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, MONITORAMENTO E CONTROLE	METODOLOGIAS E SISTEMAS DE CONTROLE DA QUALIDADE

MARIA INÊS SOUZA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 2.090, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, e estabelece recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID-19), a ser disponibilizado ao Estado da Paraíba.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6 de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria SAES/MS nº 510, de 16 de junho de 2020, que inclui leito e habilitação de Suporte Ventilatório Pulmonar no CNES e procedimentos de diárias na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.412, de 28 de junho de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI 25000.114830/2021-87, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados, em caráter excepcional e temporário, leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado ao Estado da Paraíba, no montante de R$ 71.808,00 (setenta e um mil e oitocentos e oito reais), conforme Anexo.

Parágrafo único. A despesa autorizada nos termos desta Portaria corresponde ao mês de agosto de 2021.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Estadual de Saúde da Paraíba, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 4º O recurso orçamentário objeto desta Portaria correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585.6500 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade (Plano Orçamentário - CVD0 - Medida Provisória nº 1.043, de 16 de abril de 2021).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	Nº LEITOS SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR - CÓD. 28.06	VALOR TOTAL (30 DIAS)
PB	250370	CAJAZEIRAS	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DRA VALERIA MACAMBIRA GUEDES	7321775	ESTADUAL	142893	2	28.723,20
PB	251230	PRINCESA ISABEL	UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO PRICESA ISABEL	7637802	ESTADUAL	142899	3	43.084,80
TOTAL							5	71.808,00

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO

DESPACHO Nº 64, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA SAÚDE, INVESTIMENTOS E DESENVOLVIMENTO, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º da Portaria nº 2.218/GM/MS, de 21 de agosto de 2019, e em cumprimento ao disposto no Decreto nº 9.380, de 22 de maio de 2018, resolve:

1. Fica aprovada, a partir da publicação deste Despacho, a seguinte solicitação de readequação da rede física do SUS:

PROCESSO NUP: 25000.138983/2019-03

MUNICÍPIO: IGARAPÉ-MIRI/PA

ESTABELECIMENTO ORIGINALMENTE PACTUADO: Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h (Proposta SISMOB N° 05191.3330001/10-003)

READEQUAÇÃO SOLICITADA: Hospital Geral - Hospital e Maternidade Santana (CNES 2317397).

DECISÃO: READEQUAÇÃO APROVADA.

EMBASAMENTO: NOTA TÉCNICA Nº 110/2021-CQIS/CGES/DESID/SE/MS

DANIEL MEIRELLES FERNANDES PEREIRA

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO RDC Nº 534, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe de forma extraordinária e temporária sobre submissão contínua de dossiês de desenvolvimento clínico de vacinas Covid-19 pelas universidades públicas brasileiras ou instituições com financiamento público.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das competências que lhe conferem os arts. 7º, incisos III e IV, e 15, incisos III e IV, da Lei n º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e considerando o disposto no art. 53, inciso VI e §§ 1º e 3º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 20 de agosto de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

CAPÍTULO I

Art. 1º Esta Resolução dispõe, de forma extraordinária e temporária, sobre submissão contínua de dossiê de desenvolvimento clínico de vacinas Covid-19 pelas universidades públicas brasileiras ou instituições com financiamento público para fins de acompanhamento pela Anvisa.

Art. 2º Para fins desta Resolução, aplicam-se as seguintes definições:

I - Dossiê de submissão contínua de desenvolvimento clínico: documento com informações descritas nessa Resolução para permitir a análise preliminar dos dados referentes ao projeto do desenvolvimento de vacinas Covid-19, visando uma posterior submissão e autorização de ensaios clínicos no Brasil com finalidade de registro ou autorização e uso emergencial de vacinas; e

II - Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - compilado de documentos a ser submetido à Anvisa com a finalidade de se avaliar as etapas inerentes ao desenvolvimento de um medicamento experimental visando à obtenção de informações para subsidiar o registro ou alterações pós-registro do referido produto.

Art. 3º Para se enquadrar nos procedimentos de dossiê de submissão contínua de desenvolvimento clínico, devem ser atendidos os seguintes critérios:

I - o desenvolvimento científico da vacina Covid-19 deve ser de iniciativa de uma universidade pública brasileira ou instituição com financiamento público, ou ainda prever transferência de tecnologia para essas instituições, com a finalidade de registro de produto; e

II - a vacina Covid-19 deve, preferencialmente, ter concluído o desenvolvimento não clínico e possuir os documentos para o dossiê de submissão contínua de desenvolvimento clínico da universidade pública brasileira ou instituição com financiamento público.

Art. 4º Para fins do disposto nesta Resolução, os seguintes procedimentos devem ser seguidos pelas universidades públicas brasileiras ou instituições com financiamento público que atenderem aos critérios dispostos no art. 3º desta Resolução:

I - solicitação de reunião de pré-submissão com a Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos-GGMED, para apresentação do projeto;

II - submissão de petição primária eletrônica de código específico de assunto a ser estabelecido pela Anvisa.

§ 1º A petição primária a ser protocolada deve conter os seguintes documentos:

a. Informações gerais: justificativa, status do projeto e histórico de interações prévias com a Anvisa;

b. Cronograma previsto para cada etapa do desenvolvimento clínico;

c. Documentações relacionadas à tecnologia farmacêutica do produto;

d. Plano de desenvolvimento;

e. Brochura do investigador e protocolos dos estudos clínicos e outras documentações relacionadas à segurança e eficácia do produto, se houver.

§2º As documentações descritas no § 1º devem ser elaboradas nos termos do art. 38 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 9, de 20 de fevereiro de 2015, ainda que sejam versões preliminares.

§3º O descumprimento ou a alteração do cronograma previsto deve ser justificado.

Art. 5º Após análise da petição primária, a ANVISA emitirá um Ofício com as considerações sobre o desenvolvimento clínico avaliado, cabendo à instituição responder o referido expediente à Agência com utilização de petição de código de assunto: 12094 COPEC - Resposta a Ofícios.

Art. 6º Após conclusão de cada etapa do desenvolvimento, conforme cronograma previamente estabelecido, a solicitante pode protocolar aditamentos eletrônicos à petição primária contendo novas informações.

§1º Cada aditamento deverá conter uma justificativa técnica, na qual deve estar claro o nome/código do produto, histórico de interações com a ANVISA posteriores às petições previamente avaliadas pela Agência e a documentação técnica correspondente, em formato pdf com ativação das ferramentas de edição, quais sejam "busca", "copiar" e "colar", e com as alterações destacadas caso seja uma atualização de um documento previamente avaliado pela ANVISA, sendo que a documentação deve ser apresentada de forma organizada e acompanhada de índice.

§2º Não serão aceitos aditamentos contendo unicamente dados brutos, sem a apresentação de uma análise e discussão por parte da entidade.

§3º A solicitante será comunicada por Ofício sobre a conclusão da análise de cada aditamento.

Art. 7º A petição de submissão contínua de desenvolvimento clínico de que trata esta Resolução terá seu status concluído após o peticionamento formal do DDCM e avaliação pela Anvisa nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 9, de 20 de fevereiro de 2015.

Parágrafo único. É recomendável que a instituição aguarde a confirmação da Anvisa se os dados existentes até o momento são suficientes para embasar uma submissão de DDCM.

Art. 8º A submissão contínua de dossiê de desenvolvimento clínico não garante a anuência do processo de DDCM.

Art. 9º A Anvisa dará publicidade aos projetos do desenvolvimento de vacinas Covid-19 protocolados na Agência, nos termos desta Resolução.

Art. 10 A vigência desta Resolução cessará automaticamente a partir do reconhecimento pelo Ministério da Saúde de que não mais se configura a situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

RESOLUÇÃO RDC Nº 535, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a atualização da lista de Denominações Comuns Brasileiras (DCB).

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VI, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Resolução de Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada 20 de agosto de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Ficam incluídas as Denominações Comuns Brasileiras (DCB) relacionadas no Anexo I, à lista de DCB aprovada pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 469, de 23 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Fica alterada a DCB relacionada no Anexo II, mantendo-se o número DCB, mediante a revogação daquela a ela correspondente, aprovada pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 469, de 23 de fevereiro de 2021.

Art. 3º A justificativa para a alteração de denominação da lista de DCB é apresentada no Anexo II.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO I - DENOMINAÇÕES INCLUÍDAS À LISTA DE DCB

Item	Nº DCB	DENOMINAÇÃO COMUM BRASILEIRA	Nº CAS
1	12551	sotrovimabe	2423014-07-5
2	12552	tezepelumabe	1572943-04-4
3	12553	acetato de trans-2-hexenila	2497-18-9
4	12554	acetoacetato de etila	141-97-9
5	12555	ácido butírico	107-92-6
6	12556	ácido levoláctico	79-33-4
7	12557	álcool de lanolina	8027-33-6
8	12558	alfaterpinoleno	586-62-9
9	12559	benzoato de etila	93-89-0
10	12560	betamirceno	123-35-3
11	12561	betaocimeno	13877-91-3
12	12562	butirato de amila	540-18-1
13	12563	butirato de hexila	2639-63-6
14	12564	cis-3-hexenol	928-96-1
15	12565	dimetilsulfona	67-71-0
16	12566	dioleato de fosfatidilcolina	4235-95-4
17	12567	éter heptaetilenoglicol monolaurílico	3055-97-8
18	12568	éter polipropilenoglicol monoestearílico	25231-21-4
19	12569	etil maltol	4940-11-8
20	12570	formato de etila	109-94-4
21	12571	fosfato de acetildiamido	68130-14-3
22	12572	furaneol	3658-77-3
23	12573	heptanoato de etila	106-30-9
24	12574	hexanal	66-25-1
25	12575	hexilbutirolactona	706-14-9
26	12576	hidroximetilfurfural	67-47-0
27	12577	isoeugenol	97-54-1
28	12578	isovalerato de amila	25415-62-7
29	12579	linalol	78-70-6
30	12580	melonal	106-72-9
31	12581	mercaptomentona	38462-22-5
32	12582	monoacrilato de etilenoglicol	818-61-1
33	12583	neotamo	165450-17-9
34	12584	parametilbenzaldeído	104-87-0
35	12585	poliacrilato de metila	9003-21-8
36	12586	propionato de amila	624-54-4
37	12587	propionato de etila	105-37-3
38	12588	saponina 21 da Quillaja saponaria Molina	141256-04-4
39	12589	trans-2-hexenal	6728-26-3
40	12590	transbetadamascenona	23726-93-4
41	12591	transbetadamascona	23726-91-2
42	12592	ácido selenioso	7783-00-8
43	12593	citrato de gefapixanto	2310299-91-1
44	12594	cloridrato de asciminibe	2119669-71-3
45	12595	cloridrato de fexuprazana	1902954-87-3
46	12596	cloridrato de pexidartinibe	2040295-03-0
47	12597	cloridrato de sitagliptina monoidratado	862156-92-1
48	12598	dicloridrato de fedratinibe monoidratado	1374744-69-0
49	12599	fedratinibe	936091-26-8
50	12600	gefapixanto	1015787-98-0
51	12601	pexidartinibe	1029044-16-3
52	12602	propilenoglicolato de dapagliflozina monoidratado	960404-48-2
53	12603	propilenoglicolato de darunavir	1447721-06-3
54	12604	succinato de mobocertinibe	2389149-74-8
55	12605	Glinus oppositifolius (L.) Aug. DC.	[Ref. 6]
56	12606	flúor (18 F)	13981-56-1
57	12607	gálio (68 Ga)	15757-14-9

ANEXO II - DENOMINAÇÕES DA LISTA DE DCB QUE SOFRERAM ALTERAÇÕES

De:			Para:			Justificativa
Nº DCB	Denominação Comum Brasileira	Nº CAS	Nº DCB	Denominação Comum Brasileira	Nº CAS	09640

INSTRUÇÃO NORMATIVA IN Nº 100, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Estabelece os medicamentos sujeitos ao Sistema Nacional de Controle de Medicamentos (SNCM) e os prazos para serialização e para início da comunicação de registros de instâncias de eventos.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VII, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve adotar a seguinte Instrução Normativa, conforme deliberado em reunião realizada em 20 de agosto de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece os medicamentos sujeitos ao Sistema Nacional de Controle de Medicamentos e os prazos para serialização e para início da comunicação de registros de instâncias de eventos, em cumprimento ao disposto no art. 2º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 157, de 11 de maio de 2017, alterada pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 319, de 12 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Instrução Normativa se aplica a todos os membros da cadeia de movimentação de medicamentos.

Parágrafo único. É facultado aos serviços de saúde geridos pelo Sistema Único de Saúde - SUS, às clínicas e aos consultórios privados o cumprimento das obrigações dispostas nesta Instrução Normativa.

Art. 3º O detentor de registro deve registrar e atualizar no SNCM as informações relativas:

I -ao registro de cada medicamento;

II -ao número de GTIN da apresentação;

III -aos medicamentos serializados;

IV -aos medicamentos rastreados;

V -à classificação Anatômica-Terapêutica-Químico (Anatomical Therapeutic Chemical - ATC) da Organização Mundial de Saúde;

VI -à classificação regulatória; e

VII -à data de início da comercialização.

Parágrafo único. A interrupção da comercialização e a respectiva motivação deverá ser comunicada pelo detentor de registro.

Art. 4º Todos os medicamentos regularizados, com exceção dos enumerados no parágrafo único desse artigo, devem ser obrigatoriamente serializados para fins de comunicação de registro de instância de eventos na cadeia de movimentação ao Sistema Nacional de Controle de Medicamentos (SNCM) até 28 de abril de 2022.

Parágrafo único. Faculta-se da obrigação disposta em caput as seguintes categorias de medicamentos:

I -isentos de prescrição;

II -específicos, fitoterápicos e dinamizados;

III -radiofármacos;

IV -meios de contraste injetáveis;
V -gases medicinais;
VI -soluções parenterais a partir de 50ml;
VII -soros, vacinas e medicamentos com destinação governamental; e
VIII -amostras grátis.

Art. 5º Os detentores de registro devem programar a aquisição, qualificação, validação e integração logística dos equipamentos e das soluções de serialização de todos os medicamentos regularizados nos termos do art. 4º.

Parágrafo único. As ações estabelecidas em caput devem estar dispostas em um Plano de serialização, que deve:

I -abranger todas as linhas de produção, medicamentos e prazo referenciados no art. 4º;

II -ser formalmente documentado e aprovado pelo Sistema de Gestão da Qualidade Farmacêutica e ratificado pela direção da empresa;

III -ser permanentemente atualizado e adequado conforme a sua execução;

IV -possuir informações e dados relativos aos medicamentos, sítios, linhas de produção e etapas envolvidas;

V -ser disponibilizado, via portal do SNCM, em até 30 (trinta) dias após disponibilização da plataforma; e

VI -dispor de percentuais parciais até a completa serialização das linhas de produção dos produtos referenciados no art. 4º.

Art. 6º Todos os membros da cadeia de movimentação devem comunicar todos os registros de instâncias de eventos relacionados aos medicamentos serializados transacionados a partir de 28 de abril de 2022.

Art. 7º A Instrução Normativa - IN nº 19, de 22 de agosto de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações.

"Art. 2º Os sistemas de software utilizados pelos membros da cadeia de movimentação de medicamentos para o registro e a comunicação de instâncias de eventos do SNCM deverão ser desenvolvidos ou evoluídos de forma a se adequarem às especificações definidas pela Anvisa." (NR)

(...)

"Art. 14 As áreas gestoras do SNCM na Anvisa poderão adotar configurações técnicas complementares às definidas nessa Instrução Normativa, visando a garantir o funcionamento do Sistema em diferentes contextos tecnológicos e operacionais.

Parágrafo único. As configurações estabelecidas no caput deverão ser definidas em guias operacionais." (NR)

Art. 8º Ficam revogadas:

I -a Instrução Normativa - IN nº 17, de 22 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2017, Seção 1, pág. 40;

II -a Instrução Normativa - IN nº 18, de 22 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 28 de agosto de 2017, Seção 1, pág. 40; e

III -a Instrução Normativa - IN nº 23, de 15 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 21 de março de 2018, Seção 1, pág. 46.

Art. 9º O descumprimento do disposto nesta Instrução Normativa constitui infração sanitária, nos termos da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e suas atualizações, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis.

Art. 10 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES

DESPACHO N° 119, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve aprovar a abertura do Processo Administrativo de Regulação, em Anexo, com dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e de Consulta Pública (CP) previstas, respectivamente, no art. 18 e no art. 39 da Portaria nº 162, de 12 de março de 2021, conforme deliberado em reunião realizada em 20 de agosto de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

Processo nº: 25351.922466/2021-41

Assunto: Abertura de processo regulatório sobre procedimentos temporários e excepcionais para submissão contínua, pelas universidades públicas brasileiras ou instituições com financiamento público, de dossiês de desenvolvimento clínico de vacinas para o combate à Covid-19, e para seu acompanhamento pela Anvisa.

Área responsável: Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos (GGMED)

Agenda Regulatória 2021-2023: Não é projeto regulatório da Agenda

Excepcionalidade: Não é projeto regulatório da Agenda, dispensas de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e de Consulta Pública (CP) para enfrentamento de situação de urgência

Relatoria: Meiruze Sousa Freitas

DESPACHO N° 120, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 53, X, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve aprovar a abertura do Processo Administrativo de Regulação, em Anexo, com dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) e de Consulta Pública (CP) previstas, respectivamente, no art. 18 e no art. 39 da Portaria nº 162, de 12 de março de 2021, conforme deliberado em reunião realizada em 20 de agosto de 2021, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

ANEXO

Processo nº: 25351.916984/2021-26

Assunto: Abertura de processo regulatório para atualização da Lista das Denominações Comuns Brasileiras (Lista das DCB) aprovada pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 469, de 23 de fevereiro de 2021

Área responsável: Coordenação da Farmacopeia (COFAR/GELAS)

Agenda Regulatória 2021-2023: Não é projeto regulatório da Agenda (Atualização Periódica)

Excepcionalidade: Dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) por motivo de baixo impacto e dispensa de Consulta Pública (CP) por se mostrar improdutiva, considerando a finalidade e os princípios da eficiência, razoabilidade e proporcionalidade administrativas

Relatoria: Meiruze Sousa Freitas

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União n° 160, de 24 de agosto de 2021, Seção 1, pág. 101,

Onde se lê:
Consulta Pública-n° 1.552, de 23 de agosto de 2021.
Leia-se:
Consulta Pública-n° 1.052, de 23 de agosto de 2021.

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO RE Nº 3.241, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

MERCK SHARP &DOHME FARMACEUTICA LTDA. - 03.560.974/0001-18
Pembrolizumabe
18/2016
25351.774062/2015-97 3654914/20-2
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
Clinipace pesquisas clínicas do brasil limitada - 07.995.859/0001-27
Asapipranto
21/2021
25351.171966/2021-12 2568109/21-5
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

RESOLUÇÃO RE Nº 3.242, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

ICON Pesquisas Clínicas Ltda. - 07.589.560/0001-72
INO-4800
80/2021
25351.057690/2021-52 3143720/21-6
10755 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Produtos Biológicos
25351.089984/2021-43 3213433/21-9
10478 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Produtos Biológicos
Clinipace pesquisas clínicas do brasil limitada - 07.995.859/0001-27
Deupifenidona
81/2021
25351.100638/2021-23 3230826/21-4
10751 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) de ORPCs - Sintético
25351.106312/2021-18 3242833/21-2
10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos
INSTITUTO BUTANTAN - 61.821.344/0001-56
Monovalente de NDV (HXP-S-SARS-CoV-2) concentrado a granel
55/2021
25351.245070/2021-79 3217861/21-1
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO RE Nº 3.244, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

AVON INDUSTRIAL LTDA / 00.680.516/0001-24
AVON CARE SUN+ PROTETOR SOLAR 2 EM 1 FPS 50
25351.044812/2019-26 / 200042174
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 1795774/21-5

ELZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA / 22.043.780/0001-90
CREME ALISANTE ALISALINE SOFT HAIR RELAX NEW
25351.005819/2011-12 / 212360126
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1167424/21-2

HIGIMARCAS DO BRASIL INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA / 25.321.215/0001-35
GEL ANTISSÉPTICO HANDSLIMP
25351.504224/2020-99 / 267900001
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1784636/21-5

TEKSAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME / 01.397.998/0001-72
SPERT ALCOOL 70 INPM EM GEL
25351.952889/2021-96 / 424140001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0349752/21-4

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PORTARIA Nº 414, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

A Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria o nº 36, de 11 de janeiro 2021, da Casa Civil da Presidência da República e pelo Decreto nº 8.932, de 14 de dezembro de 2016 - Estatuto da Fiocruz, resolve:

1.0 - PROPÓSITO

Criar o Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde - CIBS.

2.0 - OBJETIVO

Criar o Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde - CIBS, o qual se constituirá num centro de produção de produtos biológicos no Estado-da-Arte em Tecnologia e Regulação, no novo campus de Bio-Manguinhos em Santa Cruz - RJ.

O Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde - CIBS visa aumentar a capacidade de processamento final do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos, permitindo ao país ampliar significativamente o fornecimento de produtos vitais e de alta qualidade ao sistema público de saúde, garantindo a manutenção dos programas do governo federal, além de suprir as necessidades de organismos internacionais como Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e Unicef. MISSÃO E OBJETIVOS DO CIBS/BIO-MANGUINHOS/FIOCRUZ Contribuir para a melhoria dos padrões de saúde pública brasileira, por meio de inovação, desenvolvimento tecnológico e produção de imunobiológicos e prestação de serviços para atender prioritariamente às demandas de saúde do país.

Entre os principais objetivos destacam-se:

I - Quadruplicar a capacidade de processamento final de biológicos de Bio-Manguinhos, chegando a 120 milhões de frascos de vacinas e biofármacos;

II - Oferta de mais produtos, com ampliação das linhas de produtos hoje existentes, para melhor atender as demandas do Ministério da Saúde e o Programa Nacional de Imunizações (PNI);

III - Atender as demandas de organismos internacionais como Agencias das Nações Unidas através da exportação da produção excedente de vacina dupla viral (sarampo e rubéola), febre amarela, meningite entre outras, especialmente para países da América Latina e África;

IV - Melhor atender as exigências dos Órgãos Regulatórios nacionais e internacionais como Anvisa, FDA e Emea.

3.0 - VIGÊNCIA

A presente Portaria tem vigência a partir da data de sua publicação no DOU, ficando revogada a Portaria nº 5060/2020-PR, de 22/01/2020.

NISIA VERONICA TRINDADE LIMA

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
CONSELHO NACIONAL DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

RECOMENDAÇÃO CNRPPS/MTP Nº 2, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Orienta e recomenda aos entes federativos o cumprimento das disposições da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e a adoção de providências relacionadas à discussão e aprovação de proposta da Reforma do Plano de Benefícios, tendo em vista o atingimento e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

O CONSELHO NACIONAL DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNRPPS, com base no inciso VIII do art. 18 do Decreto nº 10.188, de 19 de dezembro de 2019, e no art. 12 de seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria SPREV nº 24.092, de 25 de novembro de 2020,

considerando que a EC nº 103, de 2019, dentre outras disposições, limitou o rol dos benefícios dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS às aposentadorias e pensões por morte e estabeleceu que a alíquota mínima de contribuição dos servidores dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujos RPPS possuam deficit financeiro e atuarial não poderá ser inferior à dos servidores da União, não sendo considerada como ausência de deficit a implementação da segregação da massa ou a previsão em lei de plano para sua amortização (§§ 2º ao 5º do art. 9º);

considerando que, com a promulgação da EC nº 103, de 2019, em especial as alterações promovidas nos §§ 14 e 15 do art. 40 da Constituição Federal e o § 6º do art. 9º da referida Emenda, o ente que possui RPPS deverá instituir o regime de previdência complementar para os servidores vinculados a esse regime no prazo máximo de até 2 (dois) anos da entrada em vigor da referida Emenda, ou seja, até 13 de novembro de 2021;

considerando que o não cumprimento das determinações constitucionais previstas na EC nº 103, de 2019, poderá sujeitar o ente federativo à perda da regularidade previdenciária perante a Secretaria de Previdência e, seus dirigentes, a penalidades perante outros órgãos de controle e fiscalização;

considerando que, com a promulgação da EC 103, de 2019, a legislação de cada ente federativo poderá estabelecer regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadorias e pensões por morte para o seu RPPS;

considerando que o ente que possui RPPS deve assegurar-lhe o equilíbrio financeiro e atuarial previsto no art. 40 da Constituição Federal, nos termos do § 1º do art. 9º da EC nº 103, de 2019, observadas as normas de atuária aplicáveis a esses regimes, definidas conforme art. 9º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, recepcionada pelo caput do art. 9º dessa Emenda;

considerando que, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.717, de 1998, a organização dos RPPS deve estar baseada em normas de atuária de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial e que, conforme o inciso I desse artigo, devem ser realizadas avaliações atuariais para a revisão do plano de custeio e benefícios, sujeitando-se o ente federativo, em caso de seu descumprimento, à perda da regularidade previdenciária perante a Secretaria de Previdência e, seus dirigentes, a penalidades perante outros órgãos de controle e fiscalização; e

considerando que o planejamento e a gestão previdenciária, no que se refere ao equilíbrio financeiro e atuarial, se não bem direcionados, afetarão a capacidade do ente federativo desenvolver outras políticas públicas de relevo, e ameaçarão também a garantia do correto e pontual pagamento de todas as aposentadorias e pensões de responsabilidade do regime previdenciário;

torna público ter deliberado em sua 5ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2021:

1 - Orientar os entes federativos quanto à necessidade de adotarem as providências para a adequação do rol de benefícios e das alíquotas de contribuição do RPPS e para a instituição e vigência do regime de previdência complementar.

2 - Recomendar aos entes federativos que adotem providências relacionadas à discussão e aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.

3 - Recomendar que a Secretaria de Previdência intensifique as iniciativas para prestar aos entes federativos e aos órgãos ou entidades gestoras dos RPPS as orientações e apoio nas discussões acerca das alterações legislativas necessárias ao atendimento da EC nº 103, de 2019.

NARLON GUTIERRE NOGUEIRA
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46200.000526/2018-71	214749649	Liq Corp S.A.	AC
2	46017.002308/2018-49	214440524	Auto Viacao Veleiro Ltda	AL
3	46207.000266/2018-74	213774992	C & C Padaria e Confeitaria Ltda	ES
4	46207.002055/2018-76	214199398	De Castro Engenharia Eireli	ES
5	46207.009297/2017-18	213569191	Dr. Saude Clinica Medica Ltda	ES
6	46208.003556/2018-60	214330389	Alan Goncalves da Silva	GO
7	46208.003558/2018-59	214330401	Alan Goncalves da Silva	GO
8	46208.003559/2018-01	214330419	Alan Goncalves da Silva	GO
9	46208.003560/2018-28	214330427	Alan Goncalves da Silva	GO
10	46208.003561/2018-72	214330435	Alan Goncalves da Silva	GO
11	46208.003562/2018-17	214330443	Alan Goncalves da Silva	GO
12	46208.003563/2018-61	214330451	Alan Goncalves da Silva	GO
13	46208.003564/2018-14	214149463	Alan Goncalves da Silva	GO
14	46208.003565/2018-51	214330460	Alan Goncalves da Silva	GO
15	46208.003566/2018-03	214330478	Alan Goncalves da Silva	GO
16	46208.003567/2018-40	214330494	Alan Goncalves da Silva	GO
17	46208.003568/2018-94	214330508	Alan Goncalves da Silva	GO
18	46208.003569/2018-39	214090205	Alan Goncalves da Silva	GO
19	46208.006179/2017-30	212039024	Cargill Agricola S A	GO
20	46208.006839/2017-82	212117700	Elevadores Atlas Schindler Ltda.	GO
21	46208.007398/2018-17	214977579	Fertilizantes Heringer S.A.	GO
22	46208.007399/2018-61	214977552	Fertilizantes Heringer S.A.	GO
23	46208.007403/2018-91	214973034	Fertilizantes Heringer S.A.	GO
24	46208.007404/2018-36	214973018	Fertilizantes Heringer S.A.	GO
25	46208.004261/2017-20	211659291	Lavajato Popok S Ltda	GO
26	46208.004262/2017-74	211663891	Lavajato Popok S Ltda	GO
27	46208.004263/2017-19	211663905	Lavajato Popok S Ltda	GO
28	46208.006505/2017-17	212033794	Lavajato Popok S Ltda	GO
29	46208.002543/2017-92	211411469	Marcio de Jesus Fernandes	GO
30	46208.006057/2017-43	212019970	Prosul Projetos Supervisao e Planejamento Ltda	GO
31	46208.006058/2017-98	212020072	Prosul Projetos Supervisao e Planejamento Ltda	GO
32	46208.006059/2017-32	212019694	Prosul Projetos Supervisao e Planejamento Ltda	GO
33	46245.002553/2018-62	215406966	Agile Empreendimentos e Servicos Eireli	MG
34	46245.002554/2018-15	215407075	Agile Empreendimentos e Servicos Eireli	MG
35	46245.002555/2018-51	215407121	Agile Empreendimentos e Servicos Eireli	MG
36	46234.003456/2018-16	216476003	Auto Posto Aatrium Ltda	MG
37	46234.003457/2018-61	216475996	Auto Posto Aatrium Ltda	MG
38	46234.003458/2018-13	216475988	Auto Posto Aatrium Ltda	MG
39	46234.003459/2018-50	216475945	Auto Posto Aatrium Ltda	MG
40	46234.003460/2018-84	216475937	Auto Posto Aatrium Ltda	MG
41	46237.001660/2018-72	216146291	Auto Posto Resplendor Ltda	MG
42	46237.001662/2018-61	216146381	Auto Posto Resplendor Ltda	MG
43	46237.001665/2018-03	216146348	Auto Posto Resplendor Ltda	MG
44	46237.001666/2018-40	216146232	Auto Posto Resplendor Ltda	MG
45	46237.001668/2018-39	216146402	Auto Posto Resplendor Ltda	MG
46	46237.001669/2018-83	216146429	Auto Posto Resplendor Ltda	MG
47	46237.001670/2018-16	216146445	Auto Posto Resplendor Ltda	MG
48	46237.001671/2018-52	216146615	Auto Posto Resplendor Ltda	MG
49	46237.001672/2018-05	216146623	Auto Posto Resplendor Ltda	MG
50	46237.001673/2018-41	216146658	Auto Posto Resplendor Ltda	MG
51	46237.001674/2018-96	216146909	Auto Posto Resplendor Ltda	MG
52	47747.009347/2018-95	216203350	Banco Inter S.A.	MG
53	47747.009351/2018-53	216205751	Banco Inter S.A.	MG
54	47747.009352/2018-06	216203155	Banco Inter S.A.	MG
55	47747.009354/2018-97	216203422	Banco Inter S.A.	MG
56	47747.009355/2018-31	216194806	Banco Inter S.A.	MG
57	46241.000815/2018-94	215520807	Banco Santander (Brasil) S.A.	MG
58	46241.000816/2018-39	215520831	Banco Santander (Brasil) S.A.	MG
59	46241.000817/2018-83	215520874	Banco Santander (Brasil) S.A.	MG
60	46241.000818/2018-28	215520939	Banco Santander (Brasil) S.A.	MG
61	46241.000819/2018-72	215520971	Banco Santander (Brasil) S.A.	MG
62	46241.000820/2018-05	215520998	Banco Santander (Brasil) S.A.	MG
63	46241.000822/2018-96	215521099	Banco Santander (Brasil) S.A.	MG
64	46241.000823/2018-31	215521137	Banco Santander (Brasil) S.A.	MG
65	46241.000824/2018-85	215521153	Banco Santander (Brasil) S.A.	MG
66	47747.008426/2018-89	215831951	Cencosud Brasil Comercial Ltda	MG
67	46243.000119/2018-68	213741661	Construcare do Brasil Eireli	MG
68	46504.000563/2019-46	217289487	Construtora Tavares & Silva Eireli	MG
69	46551.000051/2019-14	216022878	Cooperativa Agro Pecuaria do Vale do Paracatu Ltda	MG
70	46551.000055/2019-01	216022886	Cooperativa Agro Pecuaria do Vale do Paracatu Ltda	MG
71	46246.001344/2018-91	214728234	Cristiano Frank Moraes Fonseca 27185476852	MG
72	46246.001591/2018-98	214941990	Cristiano Frank Moraes Fonseca 27185476852	MG
73	46238.000377/2019-02	217506186	DVG Agropecuaria Ltda	MG
74	46238.000378/2019-49	217506267	DVG Agropecuaria Ltda	MG
75	46238.000379/2019-93	217506356	DVG Agropecuaria Ltda	MG

76	46238.000380/2019-18	217506411	DVG Agropecuaria Ltda	MG
77	46238.000382/2019-15	217509550	DVG Agropecuaria Ltda	MG
78	46238.000384/2019-04	217509665	DVG Agropecuaria Ltda	MG
79	46238.000385/2019-41	217509681	DVG Agropecuaria Ltda	MG
80	46238.000387/2019-30	217509771	DVG Agropecuaria Ltda	MG
81	46247.000908/2018-69	216251109	Engeaco Engenharia Ltda	MG
82	46247.000909/2018-11	216251150	Engeaco Engenharia Ltda	MG
83	46247.000910/2018-38	216251206	Engeaco Engenharia Ltda	MG
84	46247.000911/2018-82	216251257	Engeaco Engenharia Ltda	MG
85	47747.009155/2018-89	216151139	Gerencial Brasil Participações e Empreendimentos Ltda	MG
86	47747.006481/2017-53	212971361	Gol Linhas Aereas S.A.	MG
87	46302.000041/2019-11	216509793	Higident do Brasil Ind. e Com. Ltda	MG
88	46239.001656/2018-94	215033124	Hotel Guarani da Serra Ltda	MG
89	46245.003413/2018-10	215891058	Instituto Oncologico Ltda	MG
90	46245.003418/2018-34	215891066	Instituto Oncologico Ltda	MG
91	46245.003420/2018-11	215891074	Instituto Oncologico Ltda	MG
92	46245.003421/2018-58	215891091	Instituto Oncologico Ltda	MG
93	46245.003422/2018-01	215891104	Instituto Oncologico Ltda	MG
94	46234.002208/2018-58	215504429	Jose Costa	MG
95	46234.002311/2018-06	215600070	Jose Costa	MG
96	46246.003202/2017-88	213363607	Jose Goncalves De Freitas	MG
97	46241.000885/2018-42	215585283	Mecbrun-Indústria e Comércio Ltda	MG
98	46246.001874/2018-30	215155301	Moc Combustiveis Ltda	MG
99	46246.001879/2018-62	215155416	Moc Combustiveis Ltda	MG
100	46246.001880/2018-97	215155441	Moc Combustiveis Ltda	MG
101	46246.001882/2018-86	215155467	Moc Combustiveis Ltda	MG
102	46246.001883/2018-21	215155475	Moc Combustiveis Ltda	MG
103	46246.001885/2018-10	215155556	Moc Combustiveis Ltda	MG
104	46246.001886/2018-64	215155521	Moc Combustiveis Ltda	MG
105	46246.001890/2018-22	215155378	Moc Combustiveis Ltda	MG
106	46502.000213/2018-19	213452634	Modelaco Comercio de Produtos e Servicos em Aco Ltda	MG
107	46502.000214/2018-63	213452502	Modelaco Comercio de Produtos e Servicos em Aco Ltda	MG
108	46246.002440/2018-57	215454031	Montes Claros Combustiveis Ltda	MG
109	46246.002449/2018-68	215454278	Montes Claros Combustiveis Ltda	MG
110	47747.008830/2018-52	216020140	MRV Construções Ltda	MG
111	46302.001991/2017-09	213525968	Municipio de São Lourenço	MG
112	46243.000856/2018-61	214514765	Pollyrubber Service Eireli	MG
113	46243.000858/2018-50	214514153	Pollyrubber Service Eireli	MG
114	46243.000859/2018-02	214514561	Pollyrubber Service Eireli	MG
115	46243.000860/2018-29	214515974	Pollyrubber Service Eireli	MG
116	46243.000861/2018-73	214517187	Pollyrubber Service Eireli	MG
117	46243.000862/2018-18	214515303	Pollyrubber Service Eireli	MG
118	46237.001689/2018-54	216174881	Posto Guanhaes Ltda	MG
119	46237.001690/2018-89	216174953	Posto Guanhaes Ltda	MG
120	46237.001691/2018-23	216175020	Posto Guanhaes Ltda	MG
121	46237.001692/2018-78	216175038	Posto Guanhaes Ltda	MG
122	46239.000851/2019-88	217118780	Premol - Engenharia e Empreendimentos Ltda.	MG
123	46248.000014/2019-40	216501300	Santa Lucia Industria & Comercio de Carnes Ltda	MG
124	46248.000015/2019-94	216501466	Santa Lucia Industria & Comercio de Carnes Ltda	MG
125	46248.001876/2018-17	216500834	Santa Lucia Industria & Comercio de Carnes Ltda	MG
126	46248.001885/2018-08	216501270	Santa Lucia Industria & Comercio de Carnes Ltda	MG
127	46302.000036/2019-16	216499950	Spal Industria Brasileira de Bebidas S/A	MG
128	46242.001094/2018-20	215470575	Sucocitrico Cutrale Ltda	MG
129	46242.001095/2018-74	215471792	Sucocitrico Cutrale Ltda	MG
130	46242.001096/2018-19	215472004	Sucocitrico Cutrale Ltda	MG
131	46242.001114/2018-62	215468058	Sucocitrico Cutrale Ltda	MG
132	46242.001115/2018-15	215470249	Sucocitrico Cutrale Ltda	MG
133	46242.001116/2018-51	215470605	Sucocitrico Cutrale Ltda	MG
134	46242.001117/2018-04	215471911	Sucocitrico Cutrale Ltda	MG
135	46242.001093/2018-85	215466403	Sucocitrico Cutrale Ltda.	MG
136	46242.001107/2018-61	215466268	Sucocítrico Cutrale Ltda.	MG
137	46242.001108/2018-13	215466446	Sucocítrico Cutrale Ltda.	MG
138	46504.001397/2019-03	218674597	Tiago Roberto Fernandes 06814919656	MG
139	46245.002179/2018-03	213072556	Trigovita Ltda	MG
140	46245.002180/2018-20	213072548	Trigovita Ltda	MG
141	46245.002532/2018-47	215390709	Trigovita Ltda	MG
142	46504.001791/2018-52	215950445	Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.	MG
143	46504.001792/2018-05	215950551	Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.	MG
144	46214.007025/2018-67	216332028	Litucera Limpeza e Engenharia Ltda	PI
145	46212.002764/2019-63	216878772	Cocelpa Cia de Celulose e Papel do Parana	PR
146	46212.002765/2019-16	216878781	Cocelpa Cia de Celulose e Papel do Parana	PR
147	46212.013758/2019-31	218393628	Victory Direct Otica Ltda	PR
148	46215.000161/2016-54	208641653	Viacao Nossa Senhora das Gracas S/A	RJ
149	46215.000164/2016-98	208641823	Viacao Nossa Senhora das Gracas S/A	RJ
150	46215.000165/2016-32	208641661	Viacao Nossa Senhora das Gracas S/A	RJ
151	46215.000166/2016-87	208641670	Viacao Nossa Senhora das Gracas S/A	RJ
152	46272.002772/2019-03	217903428	Adelino Lira - Marmoraria	RS
153	46272.002773/2019-40	217903444	Adelino Lira - Marmoraria	RS
154	46272.002774/2019-94	217903452	Adelino Lira - Marmoraria	RS
155	46272.002775/2019-39	217903436	Adelino Lira - Marmoraria	RS
156	47157.000925/2019-59	217840639	Andrey Lemes de Oliveira 00959514074	RS
157	47157.001052/2019-00	218026650	Andrey Lemes de Oliveira 00959514074	RS
158	46218.004370/2019-90	217117503	Azevedo, Bento Comercio e Inustria Ltda Em Recuperação Judicial	RS
159	46218.004371/2019-34	217117554	Azevedo, Bento Comercio e Inustria Ltda Em Recuperação Judicial	RS
160	46218.004372/2019-89	217117589	Azevedo, Bento Comercio e Inustria Ltda Em Recuperação Judicial	RS
161	46218.004373/2019-23	217117619	Azevedo, Bento Comercio e Inustria Ltda Em Recuperação Judicial	RS
162	46218.004374/2019-78	217128459	Azevedo, Bento Comercio e Inustria Ltda Em Recuperação Judicial	RS
163	46271.001416/2019-74	216989680	Brsul Escapamentos Industria Automotiva Ltda	RS
164	47157.000977/2019-25	217895557	BT Gravacoes em Metais e Revesti Antiaderentes Ltda	RS
165	47157.000978/2019-70	217895549	BT Gravacoes em Metais e Revesti Antiaderentes Ltda	RS
166	47157.000979/2019-14	217895531	BT Gravacoes em Metais e Revesti Antiaderentes Ltda	RS
167	47157.000980/2019-49	217895522	BT Gravacoes em Metais e Revesti Antiaderentes Ltda	RS
168	47157.000981/2019-93	217895514	BT Gravacoes em Metais e Revesti Antiaderentes Ltda	RS
169	47157.000657/2019-75	217425101	Calcados Bottero Ltda	RS
170	47157.000658/2019-10	217425071	Calcados Bottero Ltda	RS
171	47157.001138/2019-24	218172648	Calcados Sandra Ltda	RS
172	46271.002641/2019-28	217500196	Centro Superior de Tecnologia Tecbrasil Ltda	RS
173	46271.002642/2019-72	217500161	Centro Superior de Tecnologia Tecbrasil Ltda	RS
174	47157.000640/2019-18	217380042	Claro S.A.	RS
175	47157.000641/2019-62	217382517	Claro S.A.	RS
176	47157.000642/2019-15	217382436	Claro S.A.	RS
177	47157.000984/2019-27	217899048	Cledia Lucia Panassolo	RS
178	46271.003751/2019-15	217902642	Codeca Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul	RS
179	46271.003752/2019-51	217902626	Codeca Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul	RS
180	46271.003753/2019-04	217902634	Codeca Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul	RS
181	46271.003754/2019-41	217902618	Codeca Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul	RS
182	46271.003755/2019-95	217902561	Codeca Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul	RS
183	46271.003756/2019-30	217902545	Codeca Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul	RS
184	46271.003757/2019-84	217902537	Codeca Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul	RS
185	47187.000098/2019-46	216976715	Conjunto Comercial Orel Ltda	RS
186	47157.000833/2019-79	217658768	Dalmara Silverio Francisco	RS
187	46271.002153/2019-11	217285791	Erofimaq Usinagem Ltda	RS
188	46271.002154/2019-65	217285813	Erofimaq Usinagem Ltda	RS
189	46271.002155/2019-18	217285821	Erofimaq Usinagem Ltda	RS
190	46271.002156/2019-54	217285830	Erofimaq Usinagem Ltda	RS
191	46218.008795/2018-97	214970124	Famastil Prat K Moveis e Ferramentas Ltda	RS
192	46218.008798/2018-21	214969924	Famastil Prat K Moveis e Ferramentas Ltda	RS
193	46218.002733/2019-52	216900743	Fotogravura Zeyana Ltda	RS
194	47157.001112/2019-86	218118708	Fundacao Educacional Encosta Inferior do Nordeste	RS
195	46218.003384/2019-96	216982154	Habg Moveis Ltda	RS
196	46218.003386/2019-85	216982162	Habg Moveis Ltda	RS
197	46218.003387/2019-20	216982189	Habg Moveis Ltda	RS
198	46218.003389/2019-19	216982090	Habg Moveis Ltda	RS
199	46271.000411/2019-24	216656427	Industrial Metalurgica Rotamil Eireli	RS
200	46271.000412/2019-79	216656401	Industrial Metalurgica Rotamil Eireli	RS
201	46271.000413/2019-13	216656354	Industrial Metalurgica Rotamil Eireli	RS
202	46271.000414/2019-68	216656214	Industrial Metalurgica Rotamil Eireli	RS
203	47157.000419/2019-60	217055630	JFK Aviamentos para Calcados Ltda	RS
204	46275.001192/2019-61	217782302	Juliana Zaboeski - Toldos	RS
205	46275.001193/2019-13	217782337	Juliana Zaboeski - Toldos	RS
206	47157.000660/2019-99	217423132	Mats Beneficiamento de Couro Ltda	RS
207	47157.000733/2019-42	217488790	Mineracao Vera Cruz Ltda	RS
208	47157.000734/2019-97	217487050	Mineracao Vera Cruz Ltda	RS
209	47157.000747/2019-66	217499945	Nadir Ivone Kappaun	RS
210	47157.000748/2019-19	217499929	Nadir Ivone Kappaun	RS
211	47157.000749/2019-55	217499902	Nadir Ivone Kappaun	RS
212	46271.003952/2019-12	217958729	P&C Sistemas de Seguranca Ltda	RS
213	46271.003953/2019-59	217958826	P&C Sistemas de Seguranca Ltda	RS
214	46271.003954/2019-01	217958958	P&C Sistemas de Seguranca Ltda	RS
215	46271.003955/2019-48	217959130	P&C Sistemas de Seguranca Ltda	RS
216	46271.003956/2019-92	217959148	P&C Sistemas de Seguranca Ltda	RS
217	46271.003957/2019-37	217959156	P&C Sistemas de Seguranca Ltda	RS
218	47191.000336/2019-54	218054599	Pratomil Servicos de Alimentacao Ltda.	RS
219	46218.007495/2018-91	214780228	Torque Power Service Ltda	RS
220	46218.007496/2018-35	214780236	Torque Power Service Ltda	RS
221	46271.002195/2019-51	217318681	Traco Desenvolvimento Industrial Ltda	RS
222	46271.002196/2019-04	217318673	Traco Desenvolvimento Industrial Ltda	RS
223	46271.002197/2019-41	217318517	Traco Desenvolvimento Industrial Ltda	RS
224	46271.002198/2019-95	217318444	Traco Desenvolvimento Industrial Ltda	RS
225	46271.002193/2019-62	217318797	Traço Desenvolvimento Industrial Ltda	RS
226	46220.010026/2018-18	216365830	Ambiental Limpeza Urbana E Saneamento Ltda	SC
227	46220.006434/2017-86	212596306	Construtora E Incorporadora WFF Ltda	SC
228	46220.007359/2018-51	215656873	RCR Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
229	46220.000169/2019-94	216506336	Rogerio Tamada	SC
230	46305.002472/2019-91	216453313	Tex Cotton Industria de Confeccoes Ltda	SC
231	46220.003706/2018-77	214678717	W7 Brasil Negocios Inteligentes Ltda	SC
232	46220.003707/2018-11	214678954	W7 Brasil Negocios Inteligentes Ltda	SC
233	47105.000237/2019-02	217704310	Art & Teck - Engenharia Arquitetura e Construcoes Ltda	SP
234	47105.000238/2019-49	217704301	Art & Teck - Engenharia Arquitetura e Construcoes Ltda	SP
235	47105.000239/2019-93	217704298	Art & Teck - Engenharia Arquitetura e Construcoes Ltda	SP
236	47105.000240/2019-18	217704280	Art & Teck - Engenharia Arquitetura e Construcoes Ltda	SP
237	46473.002438/2016-32	209717394	AX4B Sistemas de Informatica Ltda	SP
238	46473.002439/2016-87	209717416	AX4B Sistemas de Informatica Ltda	SP
239	46261.005013/2017-51	212627902	Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Santos	SP
240	46261.005014/2017-04	212627881	Irmandade da Santa Casa de Misericordia de Santos	SP
241	47999.001377/2018-91	214259111	Mantenedora Vicente Decaria	SP
242	46263.000217/2018-67	213788586	Slip Quimica Industria e Comercio Ltda	SP
243	46261.001256/2019-82	216988039	Soldier Servicos S/S Ltda.	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46504.000559/2019-88	201403404	Construtora Tavares & Silva Eireli	MG
2	46245.003410/2018-78	201249871 - TRet nº 201503271	Instituto Oncologico Ltda.	MG
3	46239.001897/2019-14	201495741	Kohler Produots para Cozinhas e Banheiros Ltda.	MG
4	46302.001990/2017-56	201053390	Município São Lourenço	MG
5	47105.000234/2019-61	201454475	Art & Teck - Engenharia Arquitetura e Construções Ltda. - Epp	SP

1.2 Pela improcedência de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46208.007397/2018-72	214977676	Fertilizantes Heringer S.A.	GO
2	46246.001876/2018-29	215155360	Moc Combustiveis Ltda	MG
3	47192.000084/2019-53	217542565	Codil Alimentos Ltda	RS
4	46273.000603/2019-11	217682791	Joao Valter Passarin	RS
5	46271.003950/2019-15	217858309	P&C Sistemas de Seguranca Ltda	RS
6	46271.003951/2019-60	217958389	P&C Sistemas De Seguranca Ltda	RS
7	46220.007355/2018-73	215657314	RCR Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
8	46220.007362/2018-75	215657233	RCR Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC
9	46220.007365/2018-17	215657152	RCR Empreendimentos Imobiliarios Ltda	SC

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46241.000945/2018-27	201247704	Andrey Cardoso Engenharia Eireli	MG

1.3 Pela procedência parcial de auto infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46207.004035/2016-78	209562498	Buaiz S/A Industria e Comercio	ES
2	46207.004088/2016-99	209572493	Buaiz S/A Industria e Comercio	ES
3	46207.002826/2016-63	209238062	Internacional Agencia Maritima e Operadora Portuaria - Eireli	ES
4	46207.003723/2016-11	209523743	Internacional Agencia Maritima e Operadora Portuaria - Eireli	ES
5	46207.002823/2016-20	209237210	Start Navegacao Ltda	ES
6	46207.002825/2016-19	209238178	Start Navegacao Ltda	ES
7	46207.004037/2016-67	209562595	Start Navegacao Ltda	ES

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício:
2.1 Pela improcedência de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46202.010036/2017-82	213102757	Transtol Transportes Ltda	AM
2	46202.010042/2017-30	213102871	Transtol Transportes Ltda	AM

3	46207.005001/2019-43	217694608	Divinus Burguer Sorvete e Acai Ltda	ES
4	46207.006044/2019-46	217987150	Divinus Burguer Sorvete e Acai Ltda	ES
5	46207.009074/2019-12	218011580	G. R. V. Cordeiro	ES
6	46207.009075/2019-59	218011822	G. R. V. Cordeiro	ES
7	46207.009076/2019-01	218012071	G. R. V. Cordeiro	ES
8	46207.009077/2019-48	218012438	G. R. V. Cordeiro	ES
9	47747.006217/2017-10	212891111	SPE Construtora Acadia - Edificio Soho Ltda	MG
10	46272.003921/2019-43	218304323	Porsh Confecções Ltda.	RS
11	46261.001238/2018-10	214142086	PBL Assessoria de Comercio Exterior Ltda	SP
12	46474.001730/2019-71	217441700	Plena Saúde Ltda.	SP

2.2 Pela procedência de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46202.009095/2017-16	212969609	L. K. Comercio de Componentes Eletronicos Eireli - Epp	AM
2	46248.001878/2018-06	216500877	Santa Lucia Indústria & Comércio de Carnes Ltda.	MG
3	46263.002192/2017-55	212422413	Sao Francisco Resgate Ltda	SP
4	46263.002350/2017-77	212587544	Sao Francisco Resgate Ltda	SP
5	46472.002366/2018-03	215621174	SPE QDI 12 Empreendimentos Imobiliários Ltda.	SP

2.3 Pela procedência parcial de auto Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46218.013453-2019-70	218505027	Injetados Paranhana Ltda.	RS

3- Arquivamento:

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1ºA da Lei nº 9.873/99 de 23/11/1999 combinado com Art. 114, inciso VIII, da Lei nº 13.043, de 14/11/2014.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.012128/2014-60	205565964	Antonio Marcos Alves Vilella - Me	MG
2	47747.011993/2014-99	205566529	Auto Stylus Som e Acessórios Automotivo Ltda	MG
34	47747.011781/2014-10	205533167	BH Soft Purificadores De Agua Ltda - Me	MG
5	47747.010018/2014-63	205168884	Bira Empreiteira Ltda	MG
6	47747.011172/2013-71	202523870	Cacambas Cebola Ltda - Me	MG
7	47747.010968/2014-98	205430708	Cacau & Sabor Comercio de Chocolates Ltda - Me	MG
8	47747.012287/2014-64	205580084	Centro Comercial Floresta Ltda - Me	MG
9	47747.012045/2014-71	205569862	Comercial Distribuidora de Motocicletas Ltda	MG
10	46241.001096/2014-03	203670159	Eif Fundicao Joalheira Ltda - Me	MG
11	46241.002447/2013-12	202309878	Metal Lider Usinagens de Metais Ltda - Me	MG
12	46241.002448/2013-59	202309967	Metal Lider Usinagens de Metais Ltda - Me	MG
13	47747.011074/2014-15	205435858	MMRR Comercio de Aparelhos Eletronicos Ltda - Me	MG
14	46245.003797/2019-43	218633840	Salada In Love Eireli	MG
15	46241.001196/2013-41	201304473	Sao Judas Tadeu Propaganda e Comercio Ltda - Me	MG
16	46241.001197/2013-95	201304775	Sao Judas Tadeu Propaganda e Comercio Ltda - Me	MG
17	46241.001198/2013-30	201304821	Sao Judas Tadeu Propaganda e Comercio Ltda - Me	MG

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, em cumprimento à decisão judicial proferida pela 14ª Vara do Trabalho de Brasília - DF. nos autos do processo nº 0001653-35.2016.5.10.0014 e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 38820/2021/ME (SEI 18015360), resolve: Arquivar o pedido de registro sindical nº 46262.002849/2009-84de interesse do SAERN - SINDICATO DOS AEROVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, CNPJ 19.367.997/0001-40, nos termos do art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020 c/c art. 53 da Lei Nº 9.784/99.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 38904/2021/ME, resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 19964.111322/2021-56 interposto pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado do Espírito Santo - SINDIJUDICIÁRIO/ES, CNPJ 31.815.772/0001-05, nos autos do Processo Administrativo n.º 46207.002717/2010-51, com respaldo no art. 63, inciso I, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39814/2021/ME (18160492), resolve: DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Endemias do Vale do Guaribas - SINDACSE VAG, CNPJ 26.455.943/0001-00, Processo nº 19964.109524/2021-38, para representar a Categoria Profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias, com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de: Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Aroeiras do Itaim, Belém do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Campo Grande do Piauí, Curral Novo do Piauí, Dom Expedito Lopes, Francisco Macedo, Francisco Santos, Fronteiras, Geminiano, Itainópolis, Marcolândia, Monsenhor Hipólito, Padre Marcos, Paquetá, Patos do Piauí, Picos, Pio IX, Santa Cruz do Piauí, Santana do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, São José do Piauí, São Julião, Simões, Sussuapara, Vila Nova do Piauí e Wall Ferraz, Estado do Piauí, nos termos do art. 21, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) SINDEACS-PI - Sindicato Estadual dos Agentes Comunitários de Saúde do Piauí, CNPJ 08.858.222/0001-581, Processo nº 46214.002167/2007-85; excluindo a Categoria Profissional dos Agentes Comunitários de Saúde nos municípios de: Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Aroeiras do Itaim, Belém do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Campo Grande do Piauí, Curral Novo do Piauí, Dom Expedito Lopes, Francisco Macedo, Francisco Santos, Fronteiras, Geminiano, Itainópolis, Marcolândia, Monsenhor Hipólito, Padre Marcos, Paquetá, Patos do Piauí, Picos, Pio IX, Santa Cruz do Piauí, Santana do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, São José do Piauí, São Julião, Simões, Sussuapara, Vila Nova do Piauí e Wall Ferraz, do Estado do Piauí; B) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo nº 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria Profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias; nos municípios de Alagoinha do Piauí, Alegrete do Piauí, Aroeiras do Itaim, Belém do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Campo Grande do Piauí, Curral Novo do Piauí, Dom Expedito Lopes, Francisco Macedo, Francisco Santos, Fronteiras, Geminiano, Itainópolis, Marcolândia, Monsenhor Hipólito, Padre Marcos, Paquetá, Patos do Piauí, Picos, Pio IX, Santa Cruz do Piauí, Santana do Piauí, Santo Antônio de Lisboa, São José do Piauí, São Julião, Simões, Sussuapara, Vila Nova do Piauí e Wall Ferraz, do Estado do Piauí, nos termos do art. 24 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 37760/2021/ME, SEI (17873766) resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.110.523/2021-36, de interesse do STTRM - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Mirante BA, CNPJ 21.683.947/0001-24, nos termos do Art. 22, incisos III da Portaria nº 17.593/2020..

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 38440/2021/ME (doc. SEI 17962129), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária nº 19964.110849/2021-63 (SA05644) de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE LONDRINA E REGIÃO - SML, CNPJ nº 78.636.685/0001-54, nos termos do art. 22, inciso II da Portaria n. 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 38612/2021/ME (SEI 17986651), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária nº 19964.110929/2021-19, de interesse do STICMA - SINDICATO TRAB. IND. CONSTR. MOB. DE ARARAQUARA, CNPJ nº 43.971.977/0001-69, nos termos do art. 22, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39798/2021/ME (SEI 18157640), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46204.004293/2016-84, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE IRAQUARA - BAHIA, CNPJ 13.229.737/0001-22, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares proprietários ou não, que exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área igual ou inferior dois (2) módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, ativos e aposentados, com abrangência municipal e base territorial no município de Iraquara., no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39603/2021/ME (SEI 18131431), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46221.004119/2016-23, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE BOQUIM - SERGIPE, CNPJ 13.211.222/0001-03, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1.166 de 15 de abril de 1971, limitando-se a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Boquim, no Estado de Sergipe, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 38262/2021/ME (SEI17941367), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.111117/2021-91, de interesse do SINDCOPSI - SINDICATO DOS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES DA SAÚDE INDÍGENA - SINDCOPSI, CNPJ 22.964.757/0001-38, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39525/2021/ME (SEI18121355), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 13623.102541/2021-29, de interesse do SIMA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Araripina -PE, CNPJ 12.044.841/0001-80, nos termos do art. 22, incisos I da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39444/2021/ME (SEI18107102), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.111487/2021-28, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Construção e Mobiliário de Pelotas - RS, CNPJ 92.237.254/0001-46, para representação da categoria Profissional dos Trabalhadores da Construção e do mobiliário, representando todos os trabalhadores da construção civil; (da Construção de Estradas, Pontes, Canais, da Montagem Industrial e Engenharia Consultiva; da Indústria de Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral, estas entre parênteses, somente na base territorial do município de Pelotas); os trabalhadores da construção civil; da Montagem Industrial e Engenharia Consultiva; de Olarias; da Indústria de Cimento; Poços Artesianos; Cal e Gesso; da Indústria de Ladrilhos Hidráulicos e Produtos de Cimento; da Indústria de Cerâmica; Mármores e Granitos; da Indústria de Pinturas e Decorações; Estuques e Ornatos; da Indústria de Carpintarias; Serrarias; Tanoarias; da Indústria de Madeiras Laminadas; Compensadas; Aglomerados e Fibras de Madeira; da Indústria de Cortinados; Estofados; Escovas; Vassouras e Pincéis; da Indústria de Cimento Armado; da Indústria de Móveis de Madeira; da Indústria de Instalações Elétricas em obras, Gás, Hidráulicas e Sanitárias; Oficiais Marceneiros e Oficiais Eletricistas; da Indústria de Refratários, Tratoristas e Operadores de Máquinas; Trabalhadores na indústria de Cal, Calcário e Pedreiras; Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Madeira; Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Lenha; Trabalhadores nas Indústrias de Concreto Armado, Pré-moldados e Pré-mistura de Concreto; Trabalhadores nas Industrias Extrativas de Mármores e Granitos; Trabalhadores nas Industrias Extrativas de Cal, Calcário; Trabalhadores nas Industrias de Esquadrias; Trabalhadores nas Industrias de Carrocerias de Madeira; Trabalhadores na indústria de Moveis de Madeira; Trabalhadores na indústria de Extração e Beneficiamento de Areias, Barreiras, Saibro, Britas e Pedreiras; Trabalhadores na indústria da Extração e Beneficiamento de Resinas, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Arroio Grande, Capão do Leão, Cerrito, Herval, Jaguarão, Pedro Osório, Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu, no Estado do Rio Grande do Sul/RS, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39054/2021/ME (SEI18046339), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.111366/2021-86, de interesse do SINTRAF - ARAIOSES - SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE ARAIOSES, CNPJ 08.472.843/0001-00, nos termos do Art. 22, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 37263/2021/ME(SEI17817074), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.110807/2021-22, de interesse do SINTRAMM - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE QUERÊNCIA - MT, CNPJ 06.045.706/0001-56, nos termos do Art. 22, incisos I da Portaria nº 17.593/2020.

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA Nº 1.341, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Estabelece normas para fins de cumprimento ao acordo judicial firmado entre o INSS e a Ordem dos Advogados do Brasil- Seção Piauí por meio da Ação Civil Pública nº 1015539-17.2021.4.01.4000 - PI.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.746, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 00695.000550/2021-91, resolve:

Art. 1º Afastar a exigência de procuração por instrumento público outorgada a advogados, devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e com inscrição válida, por requerentes analfabetos ou pessoas com deficiência visual ou física, que as impeçam de assinar.

Art. 2º As procurações outorgadas por interessados/requerentes analfabetos ou pessoas com deficiência visual ou física que prejudique a aposição de assinatura no instrumento de representação poderão ser formalizadas por meio de instrumento particular ou documento de outorga com assinatura a rogo na presença de duas testemunhas, as quais deverão assinar conjuntamente com um terceiro que assinará em nome da pessoa interessada.

Art. 3º A desnecessidade de forma pública para mandatos de representação prevista no art. 1º somente se aplica a requerimentos de benefícios e serviços, não cabendo sua utilização em instrumentos de representação com o fim de recebimento de valores.

Art. 4º A dispensa prevista no art. 1º também é aplicável nos casos de representações decorrentes de Acordos de Cooperação Técnica mantidos pela OAB com o INSS, para fins de requerimento de benefícios e serviços, quando estas se fizerem representar por meio de Termo de Representação e Sigilo de Informações Previdenciárias.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 556, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001216/2021-71, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Mongeral, CNPB nº 2006.0046-38, administrado pela Mongeral Aegon Fundo de Pensão, CNPJ 07.146.074/0001-80.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 564, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002411/2021-19, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Nestlé, CNPB nº 2014.0001-74, administrado pela Fundação Nestlé de Previdência Privada - FUNEPP.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 565, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002412/2021-63, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Suplementar, CNPB nº 1993.0012-47, administrado pela Fundação Nestlé de Previdência Privada - FUNEPP.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

PORTARIA SECULT/MTUR Nº 38, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE CULTURA DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25, inciso I, do Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020, e o Decreto 9.891, de 27 de junho de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.755, de 26 de julho de 2021, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria MinC nº 28, de 19 de março de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIO LUIS FRIAS

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE E ESTRUTURA

Art. 1º O Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério do Turismo, tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional, nos termos do Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019, que o instituiu.

Art. 2º O Conselho Nacional de Política Cultural é composto da seguinte estrutura:

I - Plenário;

II - Secretaria-Executiva;

III - Câmaras Temáticas; e

IV - Conferência Nacional de Cultura.

Art. 3º O Plenário é a instância decisória do CNPC, composto por 36 (trinta e seis) membros representantes do poder público e da sociedade civil designados como conselheiros, que funcionará em sessões ordinárias e extraordinárias, conforme os requisitos presentes neste Regimento Interno.

Art. 4º A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Cultural será exercida pelo Departamento do Sistema Nacional de Cultura, da Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

Art. 5º O Conselho Nacional de Política Cultural poderá constituir outras Câmaras Temáticas, além das previstas no art. 2º, para subsidiá-lo em temas específicos, observando-se, em caráter extraordinário, a possibilidade prevista no parágrafo único, do art. 8º, deste Regimento Interno.

Art. 6º A Conferência Nacional de Cultura (CNC) é a instância de debate e de proposição de diretrizes para a formulação das políticas públicas de cultura.

§ 1º A Conferência Nacional de Cultura é composta por representantes do Poder Público e da sociedade civil.

§ 2º Os representantes da sociedade civil na Conferência Nacional de Cultura serão indicados em conferências estaduais, distrital, municipais ou intermunicipais de cultura, e em conferências virtuais, conforme o disposto no regimento da Conferência, proposto pelo Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural e aprovado pelo Secretário Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

§ 3º A Conferência Nacional de Cultura ocorrerá a cada quatro anos.

§ 4º Ato do Secretário Especial de Cultura do Ministério do Turismo, respeitada a disponibilidade orçamentária e financeira, disporá sobre os limites de gastos pelo ente público com a Conferência Nacional de Cultura.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Seção I

Plenário

Subseção I

Da Competência

Art. 7º Compete ao Plenário do CNPC:

I - propor a formulação de políticas públicas de cultura, de forma articulada entre as diferentes esferas de governo e a sociedade civil;

II - propor medidas que visem o reconhecimento da cultura como cerne do desenvolvimento humano, social e econômico, consideradas as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura;

III - apoiar a articulação e a cooperação federativas necessárias à consolidação do Sistema Nacional de Cultura e dos processos de participação da sociedade na formulação das políticas culturais;

IV - propor ações, programas e políticas culturais que auxiliem o Ministério do Turismo no processo de implementação e gestão do Sistema Nacional de Cultura;

V - avaliar as diretrizes do Plano Nacional de Cultura a partir das propostas emanadas da Conferência Nacional de Cultura;

VI - acompanhar e avaliar a execução do Plano Nacional de Cultura com vistas ao seu cumprimento, inclusive quanto à aplicação dos recursos provenientes dos sistemas de financiamento da cultura, e propor medidas para sua otimização;

VII - manifestar-se sobre as diretrizes do plano de trabalho anual do Programa Nacional de Apoio à Cultura, quando provocado pelo órgão gestor da cultura no âmbito federal;

VIII - promover o diálogo entre as diferentes expressões da diversidade cultural brasileira, em ambiente presencial e digital, para permitir a participação democrática na gestão das políticas culturais e dos investimentos públicos;

IX - manifestar-se sobre temas relacionados à cultura, incluídos os temas discutidos nas Conferências Nacionais de Cultura;

X - propor o temário e o Regimento Interno da Conferência Nacional de Cultura, que serão aprovados pelo Secretário Especial de Cultura do Ministério do Turismo; e

XI - elaborar o seu Regimento Interno, que será aprovado pelo Secretário Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

Art. 8º O Presidente do Conselho será o Secretário Especial de Cultura do Ministério do Turismo e, nas suas ausências e impedimentos, a Presidência do Conselho Nacional de Política Cultural caberá ao Secretário Especial Adjunto de Cultura do Ministério do Turismo e, nas ausências e impedimentos deste, ao Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural do Ministério do Turismo, a quem compete:

I - convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe, além do voto ordinário, o voto de qualidade em caso de empate;

II - delegar competências de gestão ao Secretário Especial Adjunto de Cultura, quando necessário, e, na ausência deste, ao Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural;

III - submeter, assinar e aprovar a votação das matérias a serem decididas pelo Plenário; e

IV - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento Interno, adotando as providências que se fizerem necessárias para o seu bom andamento.

Parágrafo único. O Presidente do CNPC, em caráter extraordinário, poderá constituir Câmaras Temáticas para tratar de matérias de notória relevância.

Art. 9º Aos conselheiros compete:

I - participar das atividades do CNPC, com direito a voz e voto quando na qualidade de titular ou suplente na ausência do titular;

II - participar das Câmaras Temáticas para as quais forem indicados;

III - apresentar relatórios e pareceres nos prazos fixados pelo Presidente do Conselho;

IV - observar em suas manifestações as regras básicas da convivência, da urbanidade e do decoro do Código de Ética do CNPC, bem como do Servidor Público;

V - coordenar, quando for o caso, os trabalhos das câmaras temáticas;

VI - pedir vista de matéria, na forma regimental; e

VII - propor temas e assuntos para a deliberação e ação do Plenário sob a forma de propostas de resolução, recomendação, proposição e moção.

Subseção II

Da Composição

Art. 10. O Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural é composto por trinta e seis representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - onze do Ministério do Turismo, sendo:

a) o Secretário Especial de Cultura, que o presidirá;

b) o Secretário Especial Adjunto de Cultura;

c) o Secretário Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural da Secretaria Especial da Cultura;

d) o Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo; e

e) sete das secretarias finalísticas da área cultural e das entidades vinculadas ao Ministério do Turismo, por meio da Secretaria Especial de Cultura, com competências na temática da cultura;

II - um do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

III - um do Ministério da Educação;

IV - um do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações;

V - um do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;

VI - três do Poder Público estadual, distrital e municipal, sendo:

a) um do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Cultura dos Estados;

b) um do Fórum dos Secretários e Gestores da Cultura das Capitais e Municípios Associados; e

c) um da Confederação Nacional de Municípios; e

VII - dezoito da sociedade civil das diversas expressões culturais escolhidos em foro próprio, garantida a representação das expressões culturais afro-brasileiras, das culturas populares e das culturas indígenas, sendo:

a) sete de diferentes organizações e entidades culturais, de atuação nacional, dentre eles:

I - três de expressões artísticas;
II - um do patrimônio cultural;
III - um da cultura popular;
IV - um das culturas indígenas; e
V - um das expressões culturais afro-brasileiras;

b) dez de conselhos estaduais e distrital de cultura, garantida a representação equitativa das macrorregiões brasileiras; e

c) uma personalidade com comprovado notório saber na área cultural, que será escolhida pelo Secretário Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

Art. 11. Os membros do Conselho Nacional de Política Cultural de que trata o inciso VII do art. 10 deste Regimento Interno, e respectivos suplentes serão escolhidos conforme ato do Secretário Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

Art. 12. Os representantes da sociedade civil exercerão mandato de três anos, vedada a recondução e reeleição tanto dos titulares como dos suplentes.

§ 1º Em caso de vacância do representante titular da sociedade civil, será convocado para ocupar a vaga o respectivo suplente e na hipótese de vacância do representante titular e do suplente, o representante sequencialmente melhor colocado no processo de seleção, dentro do mesmo segmento ou região para ocupar a vaga pelo período remanescente.

§ 2º Os representantes da sociedade civil não poderão ocupar função de confiança ou cargo comissionado no setor público em qualquer esfera.

§ 3º Na impossibilidade de participação do conselheiro titular este deverá comunicar à Secretaria-Executiva do CNPC, no prazo estabelecido em convocatória, para que seja convocado seu suplente.

Art. 13. Os membros do poder público de que se trata a alínea "e", do inciso I, do art. 10 deste Regimento Interno, serão representados pelos seus secretários e presidentes.

Parágrafo único. Os titulares e suplentes referidos no caput serão definidos por ato do Secretário Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

Subseção III

Do funcionamento

Art. 14. O Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural se reunirá em caráter ordinário quadrimestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocado por seu Presidente.

I - a pauta das reuniões ordinárias e respectivos documentos serão enviados aos conselheiros com antecedência mínima de cinco dias da data previamente fixada;

II - os membros do Conselho Nacional de Política Cultural se reunirão presencialmente ou por meio de videoconferência, conforme deliberação do seu Presidente; e

III - as reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente sobre os assuntos que constem da pauta da reunião.

§ 1º As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de quinze dias e poderão ser realizadas presencialmente ou por videoconferência, conforme deliberação do seu presidente.

§ 2º Poderão participar das reuniões do Plenário e da Câmara Temática, sem direito a voto, convidados de reconhecida atuação na matéria em pauta, por iniciativa da presidência ou requerimento do Plenário.

§ 3º Poderá haver até dois convidados por reunião, observados o tema em pauta e a disponibilidade orçamentária.

Art. 15. As reuniões que ocorrerem por videoconferência poderão reunir presencialmente os membros do Plenário que se encontrarem no Distrito Federal e por videoconferência com os membros que se encontrem em outros entes federativos por meio de sala de videoconferência.

Parágrafo único. A fim de intensificar os debates, poderão ser realizados fóruns de discussão e consultas públicas na plataforma digital do CNPC no sítio eletrônico http://cnpc.cultura.gov.br/

Art. 16. As reuniões do Plenário obedecerão à seguinte sequência:

I - após verificação do quórum inicia-se a instalação dos trabalhos com apreciação, assinatura e aprovação da ata da reunião anterior; e

II - apresentação, discussão e proposição de matérias, votação e encerramento.

§ 1º As reuniões serão gravadas e as atas redigidas com as decisões tomadas pelo Conselho serão submetidas presencial, ou digitalmente aos conselheiros, conforme o caso, para revisão e aprovação na sessão subsequente.

§ 2º A ata será assinada pelo Presidente e publicada no sítio eletrônico do CNPC e obedecerá, na sua redação, o padrão uniforme que conste, dentre outros, os seguintes requisitos:

a) relação nominal dos presentes e ausentes;
b) descrição sucinta dos debates; e
c) encaminhamentos.

§ 3º É expressamente vedado aos conselheiros violar a ética e a urbanidade durante a sessão e estando na função de conselheiro, sob possibilidade de incorrer em sanções previstas no art. 26, do Capítulo IV que versa sobre as Normas de Conduta previstas neste Regimento Interno.

§ 4º Em caso de discordância com a ata, poderá ser fornecida gravação ou degravação de um trecho específico da reunião para esclarecimentos, mediante requerimento do conselheiro.

Art. 17. O quórum de reunião do Plenário do CNPC é de maioria absoluta dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples, exceto nas hipóteses de quórum qualificado, observadas as competências do Presidente do CNPC expressas no art. 8º deste Regimento Interno.

§ 1º As justificativas de ausências deverão ser apresentadas à Secretaria-Executiva do CNPC em até dois dias úteis após a reunião.

§ 2º A falta não justificada será computada e, em caso de reiteração, poderá ser punida conforme as penalidades previstas neste Regimento Interno.

§ 3º O cancelamento ou alteração de viagem que ocasione a não utilização do bilhete comprado será comunicado à Secretaria-Executiva do CNPC em até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para o embarque, sob pena de responsabilização por eventuais prejuízos causados ao erário.

§ 4º O processo deliberativo do Plenário do Conselho deverá ser suspenso se, a qualquer tempo, e a pedido de qualquer conselheiro, não se verificar a presença do quórum definido no art. 17 deste Regimento Interno.

Subseção IV

Das Matérias

Art. 18. As matérias a serem submetidas à apreciação do Plenário poderão ser apresentadas por qualquer conselheiro e constituir-se-ão de:

I - resolução, quando se tratar de competência específica do Conselho;

II - recomendação, quando se tratar de manifestação sobre implementação de políticas, programas públicos e normas com repercussão na área cultural para ser implementada no novo Plano Nacional de Cultura; e

III - moção, quando se tratar de manifestação dirigida ao poder público ou à sociedade civil, comunicação de atos benéficos à cultura ou honrosos.

§ 1º As propostas de resolução que implicarem despesas deverão indicar a fonte da respectiva receita e, se não forem de competência deste Conselho, deverão ser arcadas pelos próprios proponentes.

§ 2º As moções devem ser votadas na reunião plenária que forem tempestivamente apresentadas ou, não havendo quórum ou tempo hábil para fazê-lo, na reunião subsequente.

Art. 19. A deliberação das matérias em Plenário deverá obedecer à seguinte ordem:

I - o Presidente apresentará o item incluído na ordem do dia e dará a palavra ao relator da matéria, que apresentará seu parecer oral no máximo de dois minutos e meio, ou por escrito; e

II - terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão, podendo qualquer conselheiro inscrito, manifestar-se escrita ou oralmente.

§ 1º A manifestação de que trata o inciso II deste artigo deverá limitar-se ao máximo de dois minutos por conselheiro, ressalvados casos de aparte decididos a critério do Presidente e vedadas as discussões paralelas, sob pena de advertência.

§ 2º Encerrados os debates, não será permitido o uso da palavra.

§ 3º A abstenção ou voto em branco não altera o quórum.

§ 4º A votação será nominal declarando apenas seu nome completo e seu voto.

§ 5º O conselheiro poderá declarar-se impedido de participar da discussão e votação sendo, neste caso, computada sua presença para efeito de quórum.

§ 6º O relator da matéria será escolhido pelo Presidente do CNPC, ouvida a Secretaria- Executiva, que não vinculará a decisão desse.

§ 7º O requerimento de urgência de competência do CNPC, poderá ser apresentado pelo Presidente quanto subscrito por um mínimo de dois terços dos conselheiros presentes.

§ 8º A matéria poderá ser retirada de pauta, por pedido de vista, somente uma vez, e será votada na reunião subsequente.

Art. 20. O Presidente poderá adiar, em caráter excepcional, a publicação de qualquer matéria aprovada, nos casos em que constatados equívocos, infração a normas jurídicas, ou impropriedades em sua redação, devendo ser a matéria obrigatoriamente incluída na reunião subsequente.

Seção II

Secretaria-Executiva

Subseção I

Da Competência

Art. 21. São competências da Secretaria-Executiva:

I - assessorar a Presidência e ao Conselho no que concerne às atividades de competência desta Secretaria descritas nos incisos posteriores;

II - planejar, organizar e coordenar as atividades técnicas e administrativas do CNPC;

III - propor e acompanhar o calendário e a agenda das reuniões das instâncias do CNPC;

IV - sistematizar e preparar a pauta das reuniões do Plenário;

V - convocar as reuniões do CNPC, por determinação de seu Presidente;

VI - prover o apoio técnico e administrativo necessários ao funcionamento do Conselho que lhe forem encaminhadas;

VII - promover a divulgação e garantir a transparência dos atos do CNPC;

VIII - submeter à apreciação dos órgãos do CNPC propostas de matérias de competência do CNPC que lhes forem encaminhadas, após obter as justificativas necessárias;

IX - elaborar relatório anual de atividades, submetendo-o ao Presidente e ao Pleno do CNPC;

X - cumprir e fazer cumprir as atribuições constantes deste Regimento Interno e os encargos que lhes forem atribuídos pelo CNPC;

XI - prestar esclarecimentos solicitados pelos conselheiros;

XII - comunicar, encaminhar e fazer publicar as deliberações emanadas do Plenário;

XIII - promover a integração de temas do CNPC e dos demais Conselhos, quando for o caso;

XIV- responder pela comunicação interna e externa do CNPC; e

XV - executar as atribuições correlatas determinadas pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do CNPC.

Subseção II

Da Composição e Atribuições

Art. 22. A Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Cultural será exercida pelo Diretor do Departamento do Sistema Nacional de Cultura da Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural da Secretaria Especial da Cultura.

§ 1º Nas ausências e impedimentos legais do Diretor do Departamento do Sistema Nacional de Cultura, a Secretaria-Executiva será exercida pelo seu substituto legal.

§ 2º As demais instâncias da Secretaria-Executiva serão compostas por servidores do Departamento do Sistema Nacional de Cultura da Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural da Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo.

Seção III

Câmaras Temáticas

Subseção I

Da Competência

Art. 23. Compete às Câmaras Temáticas realizar estudos e análises, apresentar recomendações, apreciar, emitir parecer e relatar as matérias que lhes forem distribuídas, bem como assessorar as reuniões plenárias na área de sua competência.

Subseção II

Do Funcionamento

Art. 24. As Câmaras Temáticas serão compostas na forma de ato pelo Presidente do CNPC e:

I - as Câmaras serão compostas por conselheiros e, quando necessário, convidados de reconhecida atuação na matéria em pauta, sem poder de voto, indicados e aprovados pelo Plenário do Conselho;

II - não poderão ter mais de quatro membros e duração superior a um ano;

III - cada Câmara Temática terá um Coordenador, escolhido dentre seus membros, que apresentará os encaminhamentos ao Presidente do Conselho e ao Plenário;

IV - as reuniões poderão acontecer excepcionalmente de forma presencial desde que haja pedido fundamentado apresentado pelo Coordenador da Câmara Temática, devendo ser aprovado pelo Presidente do Conselho e condicionado à existência de disponibilidade orçamentária;

V - as reuniões poderão ter a sua periodicidade elevada, excepcionalmente em razão do plano de trabalho apresentado, bem como em razão da relevância de tema debatido poderão ser realizadas consultas públicas pela plataforma digital do CNPC; e

VI - as Câmaras Temáticas terão composição paritária com 04 (quatro) membros, dos quais 02 (dois) representantes do poder público serão indicados pela Presidência do Conselho Nacional da Política Cultural e 02 (dois) da sociedade civil indicados pelos próprios conselheiros representantes da sociedade civil, devendo todos serem aprovados pelo Pleno.

Art. 25. As Câmaras Temáticas apresentarão relatório à Secretaria-Executiva dentro do prazo fixado pelo Pleno e serão aprovados por maioria simples.

CAPÍTULO III

NORMAS DE CONDUTA

Art. 26. É vedado ao conselheiro:

I - faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas sem justificativa;

II - dirigir-se ao CNPC ou a outro membro de maneira ofensiva, escandalosa, caluniosa ou difamatória, ameaças veladas ou diretas, respeitando o dever de urbanidade; e

III - ausentar-se durante as reuniões por período igual ou superior a 75% da carga horária.

§ 1º O enquadramento do conselheiro em qualquer das vedações dos incisos I ao III implicará em advertência, as quais serão cumulativas.

§ 2º Na hipótese de incorrer em duas advertências, o conselheiro terá sua participação suspensa na reunião seguinte.

§ 3º Na hipótese de incorrer em três advertências, o conselheiro poderá ser desligado do CNPC, garantida a ampla defesa e contraditório, e a sua substituição observará as regras do Decreto nº 9.891, de 2019.

§ 4º As advertências serão aplicadas pelo Presidente do Conselho e deverão constar em ata.

§ 5º A perda de mandato de membro, em conformidade com o §3º, será comunicada à Secretaria-Executiva do Conselho, que tomará as providências necessárias à sua substituição, conforme ato de seu Presidente.

§ 6º Aplica-se subsidiariamente, e no que couber, o Código de Ética dos Servidores, estabelecido pelo Decreto n° 1.171, de 22 de junho de 1994.

§ 7º Aplica-se aos convidados o dispositivo no inciso II deste artigo.

§ 8º Submeter as normas de condutas ao Pleno, observando Código de Ética do CNPC, bem como do Servidor Público.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27. O presente Regimento Interno deverá ser aprovado por maioria simples dos presentes para garantir a representação paritária e sua regularidade dos atos subsequentes e poderá ser alterado, a qualquer momento, mediante proposta do Plenário, com aprovação de dois terços dos membros do Conselho.

Art. 28. O CNPC observará fielmente as regras definidas no Decreto nº 9.891, de 2019, e suas diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal, art. 216-A, § 2º, inciso II.

Art. 29. A participação no Conselho Nacional de Política Cultural será considerada prestação de serviço público relevante, voluntária e não remunerada.

Art. 30. As regras desse Regimento Interno aplicam-se aos titulares e suplentes.

Art. 31. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Presidente do CNPC, ouvido o Plenário.

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 479, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, DA SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA DO MINISTÉRIO DO TURISMO, no uso das atribuições que conferem o art. 33 do Anexo I do Decreto nº 10.359, de 20 de maio 2020, Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020, Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, com base na Lei nº 8.313/1991 e no art. 6º do Decreto nº 10.755/2021, resolve:

Art. 1º - Prorrogar por trinta (30) dias os efeitos da portaria n° 402, de 16 de julho de 2021, publicado no D.O.U de 19 de julho de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIÚNCULA ALAY ESTEVES

PORTARIA Nº 480, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

Área: 1 ARTES CêNICAS (Artigo 18 , § 1º)
210141 - Circo para os especiais
Engenheiros da Comedia Producoes - Eireli - Epp
CNPJ/CPF: 17.680.368/0001-40
Processo: 01400000141202115
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 620.106,30
Prazo de Captação: 25/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realizar 4 oficinas de circo para portadores de deficiência mental com a carga horário de 8 horas mensais no período de 8 meses. Prevê também a montagem de 2 espetáculos, um apresentado em junho com 4 apresentações e outro apresentado em dezembro com 4 apresentações. Estas montagens é o resultado das oficinas que também incentiva os alunos de circo portadores de deficiência mental. Após as apresentações um debate sobre o papel dos portadores de deficiencia na arte.

210153 - CIRCULAÇÃO E MONTAGEM - Além do Picadeiro
Christiano dos Santos
CNPJ/CPF: 323.450.918-27
Processo: 01400000153202140
Cidade: São José do Rio Pardo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.017,00
Prazo de Captação: 25/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: A circulação e montagem do Espetáculo "Além do Picaidero" será realizada pela Cia D'Artes Artes Integradas, buscando um fazer artístico com o trabalho entre as linguagens, circo e teatro. Tendo como objetivos ampliar e difundir essas linguagens cênicas de forma conjunta e suas possiblidades de criação, sobre tudo no interior paulista; criar ambientes de intercambio de saberes e experiências além de disseminar as artes integradas em nível nacional. Serão realizadas 8 apresentações do espetáculo.

210169 - DESAFIOS DE CONTOS E VIOLA
DIOMAR BATISTA SANTOS MARTINS
CNPJ/CPF: 055.766.186-29
Processo: 01400000169202152
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 126.761,14
Prazo de Captação: 25/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Este projeto consiste em um desafio de contos, histórias populares, acompanhado de viola instrumental, com três artistas convidados. O projeto prevê ainda, palestras de contrapartida social.

Área: 3 MúSICA (Artigo 18 , § 1º)
210162 - Seresta e Serenata - Popular e Imperial
Idear Produção Cultural e Artísitca Ltda - ME
CNPJ/CPF: 03.973.333/0001-95
Processo: 01400000162202131
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 998.316,00
Prazo de Captação: 25/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: A proposição deste projeto é reviver: para os que não esqueceram, e apresentar para os que conhecem ainda, a magia e pompa da SERENATA IMPERIAL, a alegria da BANDA DE MÚSICA e a dolência da SERESTA POPULAR. O objeito é realizar um festival 20 apresentações musicais: 10 de bandas de música, 05 de seresta e 05 de serenata, também atendendo a legislação a contrapartida social oferecerá 10 palestras de conteúdos ligados a temática do proejeto: Música.

210727 - Carrilhão
ECA - Espaço de Cultura e Arte
CNPJ/CPF: 24.532.788/0001-45
Processo: 01400000727202180
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 650.162,70
Prazo de Captação: 25/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Reformar antigo carrilhão, instrumento musical, e realizar concertos.

Área: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
210174 - As Mil Faces De Um Orixá
WILSON FREIRE CARVALHAL NETO
CNPJ/CPF: 115.785.167-30
Processo: 01400000174202165
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.783,94
Prazo de Captação: 25/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realizar exposição online sobre religiões de matriz africana, apresentando obras de orixás feitas por artistas independentes, realizando um concurso com as obras expostas ao final da exposição.

ANEXO II

Área: 3 MúSICA (Artigo 26)
210072 - Lari Cavalcante
Larissa Cavalcante Scatalão
CNPJ/CPF: 035.310.461-28
Processo: 01400000072202140
Cidade: Campo Grande - MS;
Valor Aprovado: R$ 198.857,34
Prazo de Captação: 25/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O presente projeto pretende a gravação de 01 EP composto de 06 músicas autorais da cantora e compositora LARISSA CAVALCANTE SCATALAO, que em sua trajetória artística vem contribuindo para o fortalecimento e para acesso cultural musical a todas as pessoas, através do sertanejo e pop acústico.

PORTARIA Nº 481, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

Área: 1 ARTES CêNICAS (Artigo 18 , § 1º)
171049 - CLUBE DA ESQUINA - OS SONHOS NÃO ENVELHECEM
MRG PROJETOS E PRODUCOES CULTURAIS - EIRELI
CNPJ/CPF: 19.443.354/0001-39
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

201978 - SUPER AÇÃO - 8ª temporada - Rio de Janeiro
Patrick Moraes Barbosa
CNPJ/CPF: 109.352.507-00
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 03/08/2021 à 31/12/2021

202672 - Mostra de Repertório Cia Druw
MIRIAM DRUWE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 08.016.000/0001-91
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/08/2021 à 31/12/2021

202877 - CAMPANHA VÁ AO TEATRO - 25 Anos de Popularização
João Batista dos Santos
CNPJ/CPF: 563.938.656-87
Cidade: Araxá - MG;
Prazo de Captação: 03/08/2021 à 31/12/2021

203585 - A Minha Cidade - Um espetáculo pela liberdade de brincar - Montagem e Circulação Nacional
Caixa do Elefante Centro Cultural de Projetos e Pesquisas
CNPJ/CPF: 08.316.467/0001-57
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 31/07/2021 à 31/12/2021

204275 - Faz de Conta
PLAYBILLPETER PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI - PLAYBILLPETER PRODUCTIONS
CNPJ/CPF: 31.639.110/0001-21
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/08/2021 à 31/12/2021

204617 - Horizonte Dourado
PLAYBILLPETER PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI - PLAYBILLPETER PRODUCTIONS
CNPJ/CPF: 31.639.110/0001-21
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 01/08/2021 à 31/12/2021

Área: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
201228 - (IN)VISIBILIDADES - Olhar além do que se vê
claudia suemi hamasaki
CNPJ/CPF: 598.299.159-72
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 09/08/2021 à 31/12/2021

Área: 5 PATRIMôNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
170378 - MUSEU NACIONAL : conservação de acervo e nova museografia
Associação Amigos do Museu Nacional
CNPJ/CPF: 30.024.681/0001-99
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL

PORTARIA Nº 1.078, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto no inciso VII do art. 26 da Resolução CSMPT nº 132/2016 e no inciso VIII do art. 2º do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0200.0001247/2021-18, resolve:

Art. 1º Determinar a alteração do status do 2° Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região/SC para "ofício provido com designação suspensa".

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 29, DE 17 DE AGOSTO DE 2021
(Sessão Telepresencial da 1ª Câmara)

Presidente: Ministro Vital do Rêgo
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária da Primeira Câmara: AUFC Aline Guimarães Diógenes

Às 15 horas, o Presidente declarou aberta a sessão telepresencial da Primeira Câmara, com a presença do Ministro Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa, convocado para substituir o Ministro Benjamin Zymler, e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

Ausentes o Ministro Walton Alencar Rodrigues, justificadamente, o Ministro Benjamin Zymler, em razão de licença para tratamento de saúde, e o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, por motivo de férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 28, referente à sessão telepresencial realizada em 10 de agosto de 2021.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-006.427/2021-9, TC-008.964/2021-1, TC-013.393/2019-7, TC-022.967/2021-4, TC-022.971/2021-1, TC-023.024/2021-6, TC-023.069/2015-5, TC-023.078/2021-9, TC-023.923/2021-0, TC-025.683/2021-7, TC-034.951/2020-2, TC-035.032/2020-0, TC-040.399/2018-4, TC-040.422/2020-8 e TC-041.980/2020-4, cujo Relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

TC-010.303/2019-7, TC-012.751/2017-0 e TC-038.498/2018-9, cujo Relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-022.414/2021-5, cujo Relator é o Ministro Jorge Oliveira;

TC-000.080/2019-5, TC-000.935/2017-4, TC-013.531/2020-4, TC-017.115/2021-3, TC-021.291/2021-7, TC-022.332/2021-9, TC-022.345/2021-3, TC-022.391/2021-5, TC-022.958/2021-5, TC-023.576/2021-9, TC-023.935/2021-9, TC-024.007/2021-8, TC-024.119/2021-0, TC-024.317/2021-7, TC-024.398/2021-7, TC-024.428/2021-3, TC-024.466/2021-2, TC-024.476/2021-8, TC-024.486/2021-3, TC-024.544/2021-3, TC-024.555/2021-5, TC-024.564/2021-4, TC-024.587/2021-4, TC-024.600/2021-0, TC-024.743/2021-6, TC-024.762/2021-0, TC-024.832/2021-9, TC-025.086/2021-9, TC-025.095/2021-8 e TC-043.113/2018-4, cujo Relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

TC-010.306/2017-0 e TC-036.172/2020-0, cujo Relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 11290 a 11460.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 11241 a 11289, incluídos no Anexo I desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-002.567/2020-2, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. André de Jesus Silva e Silva não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Hélio Ricardo de Almeida Xavier. Acórdão 11259.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo n° TC-005.637/2010-4 (Ata nº 24/2021) e o Tribunal aprovou o Acórdão 11241/2021 - 1C, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo Relator, Ministro Jorge Oliveira.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 11241/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.637/2010-4
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Ato de Admissão)
3. Recorrente: Henrique Ribeiro Cardoso (652.061.855-15)
4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Sandro Mezzarano Fonseca - OAB/SE 2.238
9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este Pedido de Reexame interposto pelo Sr. Henrique Ribeiro Cardoso, servidor da Fundação Universidade Federal de Sergipe (UFS), contra o Acórdão 4.995/2020-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de admissão do interessado em razão do exercício cumulativo do cargo de Professor em regime de dedicação exclusiva com o cargo de Promotor de Justiça no estado de Sergipe.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame e dar-lhe provimento;

9.2. dar a seguinte redação ao item 9.1. do Acórdão 4.995/2020 - 1ª Câmara:

" 9.1. consignar, na base de dados do sistema Sisac, a anotação de registro tácito do ato de admissão do sr. Henrique Ribeiro Cardoso;"

9.3. excluir os subitens 9.2., 9.2.1., 9.2.2. e 9.2.3. do Acórdão 4.995/2020 - 1ª Câmara;

9.4. dar ciência deste acórdão ao recorrente e ao órgão concedente do benefício, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11241-29/21-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11242/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.425/2019-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Douglas Crestani (007.484.220-05); Farmácias Associadas - Drogaria Crestani Ltda. - ME (12.116.077/0001-00); Simone Crestani Maso (012.574.840-01)
4. Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)
8. Representação legal: Vitor Reichmann Mendes (96.299/OAB-PR) e outros, representando Drogaria Crestani Ltda.
9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - MS em desfavor de Farmácias Associadas - Drogaria Crestani Ltda - ME e de seus sócios-administradores, Douglas Crestani e Simone Crestani Maso, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil, no período de junho de 2014 a maio de 2015.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e §§ 2º e 3º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar Douglas Crestani revel para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Farmácias Associadas - Drogaria Crestani Ltda. - ME, Douglas Crestani e Simone Crestani Maso e condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Saúde das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do pagamento:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL DOS DÉBITOS (R$)
31/07/2014	3.855,20
31/07/2014	4,80
01/08/2014	3.341,25
01/08/2014	10,22
01/09/2014	4.014,90
01/09/2014	185,20
09/09/2014	2.993,76
01/10/2014	3.924,40
01/10/2014	93,60
02/10/2014	2.967,03
03/11/2014	855,36
03/11/2014	4.048,70
03/11/2014	53,46
03/11/2014	140,40
28/11/2014	3.902,58
28/11/2014	5,11
01/12/2014	4.167,60
01/12/2014	55,40
14/01/2015	5.462,50
14/01/2015	3.501,63
09/02/2015	9.455,00
09/02/2015	4.276,80
09/02/2015	14,40
03/03/2015	5.586,57
03/03/2015	13.629,70
03/03/2015	14,40
02/04/2015	6.094,44
02/04/2015	15.271,80
02/04/2015	23,70
05/05/2015	21.300,80
05/05/2015	7.438,20
05/05/2015	54,00
12/06/2015	17.496,10
12/06/2015	103,80
15/06/2015	5.952,26
03/07/2015	13.219,60
03/07/2015	40,20
06/07/2015	4.544,10
06/07/2015	13,77

9.4. aplicar a Farmácias Associadas - Drogaria Crestani Ltda - ME, Douglas Crestani e Simone Crestani Maso multas individuais de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar, caso venha a ser solicitado e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta em seis) parcelas mensais consecutivas, a primeira a ser paga no prazo acima fixado e as demais, a cada 30 (trinta) dias a contar da parcela anterior, com incidência, sobre cada valor mensal atualizado monetariamente, de juros de mora, na forma da legislação em vigor, e alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. encaminhar cópia desta decisão aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Saúde - MS e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para as providências cabíveis, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11242-29/21-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11243/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.426/2019-7
2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Rede de Drogarias Estar Bem Ltda (14.775.585/0001-26); Roberto Vieira Caixeta (407.463.738-30); Samir Bou Fares (660.315.759-49)
4. Unidade: Fundo Nacional de Saúde - MS
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: Victor Hugo Rosa Pereira (49.944/OAB-GO), representando Samir Bou Fares.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde - MS em desfavor da Rede de Drogarias Estar Bem Ltda e de seus sócios-administradores, Roberto Vieira Caixeta e Samir Bou Fares, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil, no período de 19/12/2014 a 22/5/2015.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c" e §§ 2º e 3º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II, e 57 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. acolher as alegações de defesa de Samir Bou Fares e excluí-lo da relação processual;

9.2. considerar a Rede de Drogarias Estar Bem Ltda e Roberto Vieira Caixeta revéis para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo;

9.3. julgar irregulares as contas da Rede de Drogarias Estar Bem Ltda e de Roberto Vieira Caixeta e condená-los, solidariamente, ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Saúde das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do pagamento:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL DOS DÉBITOS (R$)
19/12/2014	10.531,13
19/12/2014	4,80
14/1/2015	18.613,03
14/1/2015	51,52
9/2/2015	21.600,57
9/2/2015	206,08
3/3/2015	31.674,96
3/3/2015	88,32
22/5/2015	18.438,74

9.4. aplicar à Rede de Drogarias Estar Bem Ltda e a Roberto Vieira Caixeta multas individuais de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar, caso venha a ser solicitado e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta em seis) parcelas mensais consecutivas, a primeira a ser paga no prazo acima fixado e as demais, a cada 30 (trinta) dias a contar da parcela anterior, com incidência, sobre cada valor mensal atualizado monetariamente, de juros de mora, na forma da legislação em vigor, e alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. encaminhar cópia desta decisão aos responsáveis, ao Fundo Nacional de Saúde - MS e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás, para as providências cabíveis, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11243-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11244/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.724/2020-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial

3. Responsável: Eliana Silva (570.551.227-91)

4. Unidade: Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro/Norte

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo INSS contra a ex-servidora Eliana Silva em razão da inserção fraudulenta de dados fictícios nos sistemas daquela entidade, com vistas à concessão indevida de aposentadorias.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, III, "b" e "c"; 19; 23, III; 26 e 28, II, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, I; 209, III e § 7º; 210; 214, III; e 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. excluir deste processo Leonir Siqueira, Liete Soares de Oliveira, Lindolece Machado da Silva, Lucia Li Affa Correa Preto, Lucilia da Conceicao Anastacio, Lurdes Jeani Afonso Ribeiro, Marcos Silva Mofacto, Maria Amelia Bravo de Sousa, Maria Sarmento de Sousa, Marlene Gonzalez Cabral, Marly Borges Ramos Mendes, Martha Maria Araujo Souza e Neide Faria da Silva;

9.2. considerar revel Eliana Silva;

9.3. julgar irregulares as contas de Eliana Silva;

9.4. condenar Eliana Silva ao pagamento ao INSS das importâncias a seguir indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas abaixo discriminadas até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação vigente:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
23/9/1997	2.388,02
13/10/1997	942,64
11/11/1997	942,64
5/12/1997	1.492,51
12/1/1998	945,61
12/2/1998	942,64
6/3/1998	942,64
7/4/1998	942,64
8/5/1998	942,64
5/6/1998	942,64
7/7/1998	987,98
7/8/1998	987,98
8/9/1998	987,98
8/10/1998	987,98
9/11/1998	987,98
7/12/1998	1.975,96
8/1/1999	987,98
8/2/1999	987,98
5/3/1999	987,98
9/4/1999	987,98
7/5/1999	987,98
10/7/1997	2.976,58
12/8/1997	951,10
10/9/1997	951,10
10/10/1997	951,10
12/11/1997	951,10
10/12/1997	1.664,42
13/1/1998	954,41
11/2/1998	951,10
11/3/1998	951,10
14/4/1998	951,10
13/5/1998	951,10
10/6/1998	951,10
10/7/1998	996,84
12/8/1998	996,84
14/9/1998	996,84
13/10/1998	996,84
12/11/1998	996,84
10/12/1998	1.993,68
13/1/1999	996,84
10/2/1999	996,84
10/3/1999	996,84
14/4/1999	996,84
12/5/1999	996,84
11/6/1999	996,84
10/9/1997	2.726,55
8/10/1997	898,92
11/11/1997	898,92
8/12/1997	1.423,29
13/1/1998	901,77
10/2/1998	898,92
9/3/1998	898,92
16/4/1998	898,92
12/5/1998	898,92
9/6/1998	898,92
14/7/1998	942,15
11/8/1998	942,15
9/9/1998	942,15
8/10/1998	942,15
10/11/1998	942,15
9/12/1998	1.884,30
12/1/1999	942,15
9/2/1999	942,15
9/3/1999	942,15
15/4/1999	942,15
10/5/1999	942,15
21/8/1997	3.142,40
9/9/1997	956,56
9/10/1997	956,56
30/12/1997	956,56
30/12/1997	1.594,26
12/1/1998	959,72
10/2/1998	956,56
9/3/1998	956,56
8/4/1998	956,56
11/5/1998	956,56
8/6/1998	956,56
9/7/1998	1.002,57
10/8/1998	1.002,57
11/9/1998	1.002,57
16/10/1998	1.002,57
12/11/1998	1.002,57
9/12/1998	2.005,14
11/1/1999	1.002,57
8/2/1999	1.002,57
8/3/1999	1.002,57
12/4/1999	1.002,57
10/5/1999	1.002,57
9/6/1999	1.002,57
5/12/1997	520,49
5/12/1997	1.219,91
8/1/1998	978,34
6/2/1998	975,93
6/3/1998	975,93
7/4/1998	975,93
8/5/1998	975,93
8/10/1997	462,68
3/11/1997	730,56
1/12/1997	974,08
2/1/1998	730,56
3/2/1998	730,56
2/3/1998	730,56
1/4/1998	730,56
4/5/1998	730,56
1/6/1998	730,56
1/7/1998	756,78
4/8/1998	756,78
1/9/1998	756,78
1/10/1998	756,78
4/11/1998	756,78
1/12/1998	1.513,56
4/1/1999	756,78
1/2/1999	756,78
1/3/1999	756,78
5/4/1999	756,78
3/5/1999	756,78
1/6/1999	756,78
22/9/1997	219,63
13/10/1997	732,10
13/11/1997	732,10
12/12/1997	976,13
15/1/1998	732,10

12/2/1998	732,10
13/3/1998	732,10
15/4/1998	732,10
14/5/1998	732,10
12/6/1998	732,10
13/7/1998	761,31
13/8/1998	761,31
14/9/1998	761,31
15/10/1998	761,31
13/11/1998	761,31
11/12/1998	1.522,62
14/1/1999	761,31
11/2/1999	761,31
11/3/1999	761,31
15/4/1999	761,31
13/5/1999	761,31
7/10/1997	159,85
7/10/1997	959,14
4/11/1997	959,14
2/12/1997	1.278,85
5/1/1998	961,68
3/2/1998	959,14
3/3/1998	959,14
2/4/1998	959,14
5/5/1998	959,14
2/6/1998	959,14
2/7/1998	997,40
4/8/1998	997,40
2/9/1998	997,40
2/10/1998	997,40
4/11/1998	997,40
2/12/1998	1.994,80
5/1/1999	997,40
2/2/1999	997,40
2/3/1999	997,40
6/4/1999	997,40
4/4/2000	1.043,27
24/4/2000	1.564,93
2/6/2000	1.043,27
4/7/2000	1.103,88
2/8/2000	1.103,88
4/9/2000	3.677,47
3/10/2000	1.103,88
3/11/2000	1.103,88
4/12/2000	2.207,76
3/1/2001	1.103,88
2/2/2001	1.104,58
2/3/2001	1.104,58
3/4/2001	1.104,58
3/5/2001	1.104,58
4/6/2001	1.104,58
3/7/2001	1.189,26
30/7/1997	2.521,47
12/8/1997	886,20
4/9/1997	886,20
3/10/1997	886,20
5/11/1997	886,20
3/12/1997	1.550,85
6/1/1998	889,30
4/2/1998	886,20
4/3/1998	886,20
3/4/1998	886,20
6/5/1998	886,20
3/6/1998	886,20
3/7/1998	928,82
5/8/1998	928,82
3/9/1998	928,82
5/10/1998	928,82
5/11/1998	928,82
3/12/1998	1.857,64
6/1/1999	928,82
3/2/1999	928,82
3/3/1999	928,82
7/4/1999	928,82
5/5/1999	928,82
4/6/1999	928,82
6/1/2000	971,54
3/2/2000	5.149,12
3/3/2000	971,54
5/4/2000	971,54
4/5/2000	971,54
5/6/2000	971,54
21/6/2000	1.999,38
3/8/2000	1.027,98
5/9/2000	1.027,98
4/10/2000	1.027,98
6/11/2000	1.027,98
5/12/2000	2.055,96
4/1/2001	1.027,98
5/2/2001	1.028,19
5/3/2001	1.027,98
4/4/2001	1.027,98
4/5/2001	1.027,98
5/6/2001	1.027,98
4/7/2001	1.106,72
3/8/2001	1.106,72
5/9/2001	1.106,72
3/10/2001	1.106,72
6/11/2001	1.106,72
5/12/2001	2.213,23
4/1/2002	1.106,72
5/2/2002	1.106,72
5/3/2002	1.106,72
3/4/2002	1.106,72
6/5/2002	1.106,72
5/6/2002	1.106,72
3/7/2002	1.208,53
5/8/2002	1.208,53
4/9/2002	1.208,53
3/10/2002	1.208,53
5/11/2002	1.208,53
4/12/2002	2.417,06
6/1/2003	1.208,53
5/2/2003	1.208,53
6/3/2003	1.208,53
3/4/2003	1.208,53
6/5/2003	1.208,53
4/6/2003	1.208,53
3/7/2003	1.446,73
5/8/2003	1.446,73
3/9/2003	1.446,73
3/10/2003	1.446,73
5/11/2003	1.446,73
3/12/2003	2.893,46
6/1/2004	1.446,73
4/2/2004	1.446,73
3/3/2004	1.446,73
5/4/2004	1.446,73
5/5/2004	1.446,73
3/6/2004	1.512,26
5/7/2004	1.512,26
4/8/2004	1.512,26
3/9/2004	1.512,26
5/10/2004	1.512,26
4/11/2004	1.512,26
3/12/2004	3.024,52
5/1/2005	1.512,26
3/2/2005	1.512,26
3/3/2005	1.512,26
5/4/2005	1.512,26
4/5/2005	1.512,26
3/6/2005	1.608,36
5/7/2005	1.608,36
3/8/2005	1.608,36
5/9/2005	1.608,36
5/10/2005	1.608,36
4/11/2005	1.608,36
5/12/2005	3.216,72
4/1/2006	1.608,36
3/2/2006	1.608,36
3/3/2006	1.608,36
5/4/2006	1.608,36
4/5/2006	1.688,77
5/6/2006	1.688,77
5/7/2006	1.688,77
3/8/2006	1.688,77
5/9/2006	2.533,15
4/10/2006	1.689,09
6/11/2006	1.688,93
5/12/2006	2.533,48
4/1/2007	1.688,93
5/2/2007	1.688,93
5/3/2007	1.688,93
4/4/2007	1.688,93
4/5/2007	1.744,66
5/6/2007	1.744,66
4/7/2007	1.744,66
3/8/2007	1.744,66
5/9/2007	2.616,99
29/9/1997	993,22
14/10/1997	961,19
17/11/1997	961,19
15/12/1997	1.361,68
21/1/1998	963,89
16/2/1998	961,19
23/3/1998	961,19
23/4/1998	961,19
15/5/1998	961,19
15/6/1998	961,19
14/7/1998	1.003,48
14/8/1998	1.003,48
17/9/1998	1.003,48
19/10/1998	1.003,48
16/11/1998	1.003,48
15/12/1998	2.006,96
15/1/1999	1.003,48
1/3/1999	1.003,48
22/3/1999	1.003,48
19/4/1999	1.003,48
14/5/1999	1.003,48
15/6/1999	1.003,48

29/12/1997	546,72
29/12/1997	1.206,01
19/1/1998	964,81
12/2/1998	964,81
12/3/1998	964,81
15/4/1998	964,81
14/5/1998	964,81
4/1/1999	2.820,55
11/2/1999	995,48
11/3/1999	995,48
15/4/1999	995,48
14/5/1999	995,48
14/6/1999	995,48
13/7/1999	6.983,58
13/8/1999	1.041,37
6/2/2001	13.950,09
3/9/1997	1.862,02
17/9/1997	616,26
9/10/1997	616,26
11/11/1997	616,26
11/12/1997	1.027,10
12/1/1998	616,26
10/2/1998	616,26
11/3/1998	616,26
14/4/1998	616,26
13/5/1998	616,26
9/6/1998	616,26
13/7/1998	645,90
12/8/1998	645,90
10/9/1998	645,90
13/10/1998	645,90
11/11/1998	645,90
9/12/1998	1.291,80
25/1/1999	645,90
9/2/1999	645,90
9/3/1999	645,90
13/4/1999	645,90
13/5/1999	645,90
11/6/1999	645,90
11/2/2000	1.351,26
14/3/2000	675,63
11/4/2000	675,63
10/5/2000	675,63
9/6/2000	675,63
11/7/2000	714,88
9/8/2000	714,88
12/9/2000	714,88
10/10/2000	714,88
10/11/2000	714,88
11/12/2000	1.429,76
10/1/2001	714,88
15/2/2001	715,00
9/3/2001	715,00
18/4/2001	715,00
18/5/2001	715,00
11/6/2001	715,00
12/7/2001	770,00
10/8/2001	770,00
13/9/2001	770,00
10/10/2001	770,00
12/11/2001	770,00
12/12/2001	1.537,00
11/1/2002	770,00
18/2/2002	770,00
12/3/2002	770,00
10/4/2002	770,00
10/5/2002	770,00
13/6/2002	770,00
9/7/2002	841,00
9/8/2002	841,00
16/9/2002	841,00
9/10/2002	841,00
12/11/2002	841,00
11/12/2002	1.676,00
14/1/2003	841,00
12/2/2003	841,00
12/3/2003	841,00
10/4/2003	841,00
12/5/2003	841,00
10/6/2003	841,00
9/7/2003	1.007,00
14/8/2003	1.007,00
10/9/2003	1.007,00
14/10/2003	1.007,00
13/11/2003	1.007,00
9/12/2003	2.003,67
12/1/2004	1.006,07
10/2/2004	1.006,07
9/3/2004	1.006,07
2/4/2004	1.006,07
4/5/2004	1.006,07
2/6/2004	1.051,64
2/7/2004	1.051,64
3/8/2004	1.051,64
2/9/2004	1.051,64
4/10/2004	1.051,64
3/11/2004	1.051,64
2/12/2004	2.103,28
4/1/2005	1.051,64
2/2/2005	1.051,64
2/3/2005	1.051,64
4/4/2005	1.051,64
3/5/2005	1.051,64
2/6/2005	1.118,47
4/7/2005	1.118,47
2/8/2005	1.118,47
2/9/2005	1.118,47
4/10/2005	1.118,47
3/11/2005	1.118,47
2/12/2005	2.236,94
3/1/2006	1.118,47
2/2/2006	1.118,47
2/3/2006	1.118,47
4/4/2006	1.118,47
3/5/2006	1.174,39
2/6/2006	1.174,39
4/7/2006	1.174,39
2/8/2006	1.174,39
4/9/2006	1.761,58
3/10/2006	1.174,61
3/11/2006	1.174,50
4/12/2006	1.761,81
3/1/2007	1.174,50
2/2/2007	1.174,50
2/3/2007	1.174,50
3/4/2007	1.174,50
3/5/2007	1.213,25
4/6/2007	1.213,25
11/7/2007	1.214,00
10/6/1997	2.744,67
7/7/1997	896,36
8/8/1997	896,36
4/9/1997	896,36
7/10/1997	896,36
6/11/1997	896,36
4/12/1997	1.643,32
8/1/1998	899,64
5/2/1998	896,36
5/3/1998	896,36
7/4/1998	896,36
11/5/1998	896,36
5/6/1998	896,36
6/7/1998	939,47
11/8/1998	939,47
8/9/1998	939,47
8/10/1998	939,47
9/11/1998	939,47
9/12/1998	1.878,94
13/1/1999	939,47
10/2/1999	939,47
10/3/1999	939,47
8/4/1999	939,47
12/5/1999	939,47
9/6/1999	939,47

Valor atualizado do débito (com juros) em 16/6/2021: R$ 4.266.025,81.

9.5. fixar à responsável prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação desta deliberação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias acima;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.7. autorizar, caso requerido e o processo não haja sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência, sobre cada valor mensal, dos correspondentes acréscimos legais;

9.9. esclarecer à responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. encaminhar cópia desta Acórdão à responsável, ao INSS e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordãos;

9.11. informar ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro que Procuradores e Membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11244-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11245/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.920/2021-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Jandira Jerônima Trindade (583.633.869-87).

4. Unidade: Universidade Federal do Paraná - UFPR

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de concessão de aposentadoria à ex-servidora da Universidade Federal do Paraná - UFPR Jandira Jerônima Trindade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 e 260 e 262 do Regimento Interno e na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar legal e autorizar o registro do ato de concessão de aposentadoria a Jandira Jerônima Trindade;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária;

9.3. determinar à UFPR que, no prazo de quinze dias a contar da ciência desta decisão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, adote providências para regularização da falha financeira apontada, com a suspensão do pagamento da vantagem impugnada;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão à UFPR e à interessada, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11245-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11246/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.369/2021-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessada: Regina Célia de Sousa Reinaldo (220.015.221-34)

4. Unidade: Ministério da Economia

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de aposentadoria de Regina Célia de Sousa Reinaldo no cargo de Técnico do Seguro Social do Ministério da Economia.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos artigos 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260 e 262 do Regimento Interno, bem como na Súmula-TCU 106, em:

9.1. considerar legal e autorizar o registro do ato de aposentadoria de Regina Célia de Sousa Reinaldo;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária;

9.3. determinar ao Ministério da Economia que, no prazo de quinze dias a contar da ciência desta decisão, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, adote providências para regularização da falha financeira apontada, com a suspensão do pagamento da vantagem impugnada;

9.4. encaminhar cópia deste Acórdão ao Ministério da Economia e à interessada, com a informação de que a íntegra do Relatório e do Voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11246-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11247/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.055/2021-9

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Jeova Luis de Figueiredo Epaminondas (372.981.197-53)

4. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do ato de aposentadoria de Jeova Luis de Figueiredo Epaminondas no cargo de Professor do Magistério Superior da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, submetido à apreciação deste Tribunal nos termos do art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão desta 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria de Jeova Luis de Figueiredo Epaminondas;

9.2. dar ciência deste acórdão ao interessado e à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentaram podem ser consultados no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11247-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11248/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.629/2020-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Evandro Custodio Goncalves (496.158.073-20) e Instituto de Capacitação Profissional Ceará (05.739.241/0001-70)

4. Unidade: Secretaria Especial da Cultura

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cultura em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos federais repassados pelo Fundo Nacional da Cultura ao Instituto de Capacitação Profissional Ceará por força do Convênio 746/2005.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento artigos 1º, inciso I; 12, §3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c", e §3º; 19; 23, inciso III; 26; e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 210 e 214, inciso III, alínea "a"; 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar revel o Instituto de Capacitação Profissional Ceará;

9.2. rejeitar as alegações de defesa de Evandro Custódio Goncalves (CPF: 496.158.073-20), Diretor-Presidente do Instituto de Capacitação Profissional Ceará;

9.3. julgar irregulares as contas de Evandro Custódio Goncalves e do Instituto de Capacitação Profissional Ceará e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor.

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
38.009,00	20/3/2006
24.635,50	18/8/2006

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, se requerido, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.6. encaminhar cópia desta decisão aos responsáveis, à Secretaria Especial da Cultura e à Procuradoria da República no Estado do Ceará, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11248-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11249/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.902/2010-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento (em Aposentadoria)

3. Responsável: Emerson Fernandes Daniel Junior (074.212.814-87)

4. Unidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas (Dnocs)

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de monitoramento, em que se examina, nesta fase, a audiência do então Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em razão do não cumprimento das determinações contidas no Acórdão 5.201/2012-1ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa de Emerson Fernandes Daniel Junior, aplicando-lhe multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.2. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.3. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. autorizar, caso requerido e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas;

9.5. fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. alertar ao responsável que, em caso de parcelamento da dívida, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. encaminhar cópia deste acórdão responsável, com a informação de que o inteiro teor do relatório e do voto que o fundamentam está disponível para a consulta no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11249-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11250/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 000.539/2020-1.

1.1. Apenso: 020.802/2016-1

2. Grupo II - Classe: I - Assunto: Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: José Roberto Tadros (001.844.462-87); Simone de Souza Guimarães (609.547.952-53); Tropical Comercio de Derivados de Petróleo Ltda (15.816.382/0001-01)

3.2. Recorrentes: José Roberto Tadros (001.844.462-87); Simone de Souza Guimarães (609.547.952-53); Tropical Comercio de Derivados de Petróleo Ltda. (15.816.382/0001-01).

4. Órgão/Entidade: Administração Regional do Sesc no Estado do Amazonas.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).

8. Representação legal:

8.1. Adney Ferreira Gama (4.170/OAB-AM), representando Tropical Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.

8.2. Cacito Augusto de Freitas Esteves (80.433/OAB-RJ) e outros, representando José Roberto Tadros.

8.3. Ary Jorge Almeida Soares (64904/OAB-RJ), representando Simone de Souza Guimarães e José Roberto Tadros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelo Srs. José Roberto Tadros e Simone de Souza Guimarães, bem como pela empresa Tropical Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. contra o acórdão 8463/2021-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, II, e 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do RI/TCU, em:

9.1. conhecer destes embargos de declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11250-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11251/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.571/2021-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Carolina Rosa Siqueira Campos Ribeiro da Costa (617.856.013-34); Cristina Litsuko Takano Roson (011.275.748-09); David Kodel (006.822.678-05); Fernando Pereira Rodrigues (414.308.918-15); Franca Oliveira de Medeiros (815.090.228-72); Marisa de Canhete (037.837.068-58); Rosemary Vieira Garzesi Araujo (060.661.618-73).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (TRT-2).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadorias pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (TRT-2).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar prejudicado o exame de mérito do ato relativo à Sra. Carolina Rosa Siqueira Campos Ribeiro da Costa (70147/2020, peça 9), com fundamento no art. 260, §5º do RI/TCU;

9.2. considerar ilegais os atos de aposentadoria pertinentes a Cristina Litsuko Takano Roson (44074/2020, peça 7), de David Kodel (42502/2020, peça 3), de Fernando Pereira Rodrigues (44743/2020, peça 8), de Franca Oliveira de Medeiros (43022/2020, peça 5), de Marisa de Canhete (42711/2020, peça 4) e de Rosemary Vieira Garzesi Araujo (43084/2020, peça 6), recusando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelos ex-servidores, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.4. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que:

9.4.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente aos atos impugnados, adequando a parcela referente à incorporação de quintos dos interessados, conforme modulado pelo STF no âmbito do RE 638.115, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4.3. cadastre novos atos de concessão de aposentadoria livres das irregularidades apontadas, submetendo-os no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.5. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11251-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11252/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.652/2021-1.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Claudete Rosa Pereira (839.026.786-15); José Rodrigues Ferreira (402.953.386-87); Norma Claudia Paschoal (373.857.396-87).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG (TRT-3).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de alteração e de concessão de aposentadorias pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG (TRT-3).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar prejudicado o exame de mérito dos atos de concessão (122412/2020, peça 6) e de alteração de aposentadoria (133362/2019, peça 4) do Sr. José Rodrigues Ferreira, com fundamento no art. 260, § 5º do RI/TCU;

9.2. considerar ilegais os atos de aposentadoria referente às Sras. Claudete Rosa Pereira (120888/2019, peça 3) e Norma Claudia Paschoal (63650/2020, peça 5), recusando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.3. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelas ex-servidoras, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.4. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:

9.4.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente aos atos impugnados, suprimindo a vantagem denominada "opção", ato da peça 3, e adequando a parcela referente à incorporação de quintos do interessado, conforme modulado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do RE 638.115, ato da peça 5, comunicando ao Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às interessadas, alertando-as de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não as exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.4.3. cadastre novos atos de concessão de aposentadoria livres das irregularidades apontadas, submetendo-os no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.5. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11252-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11253/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.428/2019-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: III - Monitoramento

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Entidade: Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo (Sesi/SP).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico. (SecexDesenvolvimento).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento, em que se avalia o cumprimento do item 1.7.1 do acórdão 3196/2019-TCU-1ª Câmara, relativo à prestação de contas do Sesi/SP, exercício de 2015.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. encerrar o presente monitoramento;

9.2. ordenar à Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico autue, com fundamento no art. 24, parágrafo único, da Resolução TCU 175/2005, processo apartado, com natureza de representação, para apurar as questões suscitadas nas seções III e IV da proposta de deliberação;

9.3. dar ciência desta deliberação ao Departamento Regional do Sesi no Estado de São Paulo;

9.4. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11253-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11254/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 030.451/2019-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Christiana de Azevedo Breckenfeld (428.351.781-04).

4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho (TST).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria à Sra. Christiana de Azevedo Breckenfeld pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria relativo à Sra. Christiana de Azevedo Breckenfeld (20788401-04-2017- 000132-8, peça 2), recusando-lhe o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse quaisquer pagamentos à Sra. Christiana de Azevedo Breckenfeld decorrentes do ato considerado ilegal, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU, e do art. 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. encerrar e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11254-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11255/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 039.198/2019-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável/Interessado:

3.1. Responsável: Valdemir Alves da Silva (395.033.643-53).

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

4. Entidade: Município de Boqueirão do Piauí/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município de Boqueirão do Piauí/PI, no exercício 2014, para a execução do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Rural).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, Valdemir Alves da Silva, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Valdemir Alves da Silva, com fundamento no art. 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, na forma da legislação em vigor:

Valor histórico (R$)	Data de ocorrência
15,60	22/5/2015
7,80	22/6/2015
1.100,00	9/7/2015
2.145,00	14/7/2015
7,80	23/7/2015
15,60	23/7/2015
4.512,81	5/3/2015
18,42	7/4/2015
29,28	7/4/2015
2.461,92	10/4/2015
23,40	30/4/2015
7,80	24/8/2015
15,60	24/8/2015
15,60	23/9/2015
7,80	23/9/2015
37,40	23/10/2015
15,60	23/10/2015

7,80	23/10/2015
796,49	5/1/2016
1.000,00	12/2/2016
1.164,46	23/2/2016
838,76	23/2/2016
1.164,46	25/4/2016
1.400,00	9/6/2016
809,60	23/6/2016
809,60	23/6/2016
809,60	23/8/2016
1.551,75	6/2/2017
1.164,46	23/2/2017
882,18	23/3/2017
12.244,50	30/4/2015
2.926,04	30/4/2015
1.164,46	7/5/2015
2.281,92	8/5/2015
751,16	22/5/2015
1.449,92	22/5/2015
724,96	22/5/2015
7,80	22/5/2015
12.244,50	22/5/2015
15,60	22/5/2015
2.281,92	5/6/2015
12,50	12/6/2015
7,50	12/6/2015
7,50	15/6/2015
12,50	15/6/2015
37,40	22/6/2015
12.244,50	22/6/2015
15,60	22/6/2015
6,80	22/6/2015
1.449,92	22/6/2015
751,16	22/6/2015
7,80	22/6/2015
2.281,92	6/7/2015
55,00	9/7/2015
55,00	10/7/2015
55,00	14/7/2015
12.244,50	23/7/2015
1.449,92	23/7/2015
15,60	23/7/2015
751,16	23/7/2015
2.281,92	5/8/2015
751,16	24/8/2015
15,60	24/8/2015
7,80	24/8/2015
1.449,92	24/8/2015
9.915,58	24/8/2015
55,00	1º/9/2015
55,00	3/9/2015
2.281,92	8/9/2015
1.449,92	23/9/2015
15,60	23/9/2015
7,80	23/9/2015
9.915,58	23/9/2015
751,16	23/9/2015
2.371,92	6/10/2015
11.365,50	23/10/2015
1.449,92	23/10/2015
751,16	23/10/2015
37,40	23/10/2015
15,60	23/10/2015
7,80	23/10/2015
2.371,92	5/11/2015
50,00	12/2/2016
47,50	13/7/2016
70,00	4/10/2016
1.164,46	7/5/2015
1.090,29	12/6/2015
1.100,00	1º/9/2015
9.965,58	25/1/2016
1.535,43	5/4/2016
1.164,46	23/5/2016
809,60	22/7/2016
1.294,90	13/1/2017
862,04	5/4/2017
1.164,46	5/4/2017
915,30	28/10/2014
115,07	31/10/2014
152,69	6/11/2014
460,81	24/11/2014
865,58	19/1/2015
836,10	27/2/2015
43,02	2/3/2015
129,02	5/3/2015

9.3. aplicar a Valdemir Alves da Silva, com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c art. 267 do RI/TCU, multa no valor de 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), fixando prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde já, caso requerido, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, com esclarecimento ao responsável de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.6. em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Piauí, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11255-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11256/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.612/2019-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsável: Município de Curralinho/PA (04.876.710/0001-30).

3.3. Recorrente: Maria Alda Aires Costa (560.264.392-34).

4. Entidade: Município de Curralinho/PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal:

8.1. José Fernando Santos dos Santos (14.671/OAB-PA), representando Maria Alda Aires Costa e Fundo Nacional de Saúde - MS;

8.2. Larissa Kollin de Souza Ferreira (27885/OAB-PA), representando Município de Curralinho/PA.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela Sra. Maria Alda Aires Costa contra o HYPERLINK "https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/" \l "/doc/acordao-completo/2552/2020/Plen%C3%A1rio" \t "_blank" acórdão 7240/2021-TCU-1ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. não conhecer dos embargos de declaração opostos pela Sra. Maria Alda Aires Costa,;

9.2. restituir os autos à Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE) para as providências destinadas à emissão da instrução de mérito aplicável ao caso;

9.3. dar ciência desta deliberação à embargante.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11256-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11257/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 046.559/2020-5.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Daisy Angelina Abtibol Tayah (323.733.410-34); Elifas Goncalves Siqueira (361.747.777-15); Marcia de Queiroz Vercosa (596.277.357-87).

4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadorias pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria de Daisy Angelina Abtibol Tayah (58410/2020, peça 4), de Elifas Goncalves Siqueira (57019/2020, peça 3), e de Marcia de Queiroz Vercosa (56881/2020, peça 2), recusando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelos interessados, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro que:

9.3.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente aos atos impugnados, adequando a parcela referente à incorporação de quintos dos interessados, conforme modulado pelo STF no âmbito do RE 638.115, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. cadastre novos atos de concessão de aposentadoria livres das irregularidades apontadas, submetendo-os no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11257-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11258/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 046.595/2020-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessados: Iara Ines Chaimsohn (110.966.478-85); José Luiz Rodrigues (024.796.298-80); Luiza Mitico Moribe Maekawa (066.840.368-30).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (TRT-2).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadorias pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (TRT-2).

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria de Iara Ines Chaimsohn (44328/2020, peça 3), de José Luiz Rodrigues (44809/2020, peça 4) e de Luiza Mitico Moribe Maekawa (43708/2020, peça 2), recusando-lhes o registro, nos termos do § 1º do art. 260 do RI/TCU;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pelos interessados, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que:

9.3.1. suspenda, no prazo de 15 (quinze) dias, todo e qualquer pagamento concernente aos atos impugnados, adequando a parcela referente à incorporação de quintos dos interessados, conforme modulado pelo STF no âmbito do RE 638.115, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

9.3.3. cadastre novos atos de concessão de aposentadoria livres das irregularidades apontadas, submetendo-os no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11258-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Vital do Rêgo (na Presidência) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 11259/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 002.567/2020-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Aloysio Jose dos Santos Junior (863.837.797-53); Carlos Eduardo Teixeira (413.609.663-15); Helio Ricardo de Almeida Xavier (686.826.977-34); Luiz Gustavo Gomes Silva Araujo (014.015.474-43); Reginaldo Santos de Carvalho Junior (816.486.505-20); Tavares e Silva Construcao e Reformas Ltda. (21.556.019/0001-99).

4. Entidade: Base Aérea de Salvador.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Edson Brasil de Matos Nunes (OAB/RJ 118.534), Jose Osmar Coelho Pereira Pinto (OAB/BA 34.174) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade de Aloysio Jose dos Santos Junior, Carlos Eduardo Teixeira, Helio Ricardo de Almeida Xavier, Luiz Gustavo Gomes Silva Araujo, Reginaldo Santos de Carvalho Junior, Tavares e Silva Construcao e Reformas Ltda., em decorrência de irregularidades que resultaram em dano ao erário, verificadas no Inquérito Policial Militar 04/BASV/2019;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Tavares e Silva Construção e Reformas Ltda. (21.556.019/0001-99), Carlos Eduardo Teixeira (413.609.663-15) e Hélio Ricardo de Almeida Xavier (686.826.977-34);

9.2. julgar irregulares as contas de Aloysio Jose dos Santos Junior (863.837.797-53); Carlos Eduardo Teixeira (413.609.663-15); Helio Ricardo de Almeida Xavier (686.826.977-34); Luiz Gustavo Gomes Silva Araujo (014.015.474-43); Reginaldo Santos de Carvalho Junior (816.486.505-20); Tavares e Silva Construcao e Reformas Ltda. (21.556.019/0001-99), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, do Regimento Interno do TCU;

9.3. condenar os responsáveis identificados no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c com o art. 210 do RI/TCU, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento de valores acaso já satisfeitos, na forma prevista na legislação em vigor:

9.3.1. responsáveis solidários: Helio Ricardo de Almeida Xavier (686.826.977-34), Reginaldo Santos de Carvalho Junior (816.486.505-20), Carlos Eduardo Teixeira (413.609.663-15) e Tavares e Silva Construção e Reformas Ltda. (21.556.019/0001-99):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
11/8/2017	10.864,30
1/8/2017	6.006,26
1/8/2017	5.459,93
1/8/2017	3.324,00
11/8/2017	11.835,22
15/8/2017	4.068,42
15/8/2017	3.625,64
3/8/2017	11.555,62
15/8/2017	4.662,48
15/8/2017	4.888,63
3/8/2017	3.946,66
3/8/2017	3.208,77
15/8/2017	11.828,88
15/8/2017	3.053,60
5/9/2017	12.508,80
16/8/2017	7.828,70
5/9/2017	3.841,44
29/8/2017	3.951,89
29/8/2017	5.034,32
3/8/2017	4.893,88
5/9/2017	4.950,52
29/8/2017	5.314,32
15/8/2017	5.082,48

9.3.2. responsáveis solidários: Reginaldo Santos de Carvalho Junior (816.486.505-20), Aloysio Jose dos Santos Junior (863.837.797-53), Carlos Eduardo Teixeira (413.609.663-15) e Tavares e Silva Construcao e Reformas Ltda. (21.556.019/0001-99):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
23/11/2017	1.482,67
3/10/2017	6.804,93
14/9/2017	5.108,49
7/12/2017	8.702,86
7/12/2017	7.464,01
14/9/2017	4.879,64
3/10/2017	4.291,08
10/10/2017	4.666,18
3/10/2017	3.576,00
10/10/2017	4.198,42
24/11/2017	4.570,97
7/12/2017	3.697,37
3/10/2017	9.477,14
21/12/2017	17.521,56
14/12/2017	7.013,33
14/12/2017	3.824,01
21/12/2017	5.017,70
21/12/2017	9.894,25
21/12/2017	5.202,84
21/12/2017	2.206,04

9.3.3. responsáveis solidários: Aloysio Jose dos Santos Junior (863.837.797-53), Carlos Eduardo Teixeira (413.609.663-15), Luiz Gustavo Gomes Silva Araujo (014.015.474-43) e Tavares e Silva Construcao e Reformas Ltda. (21.556.019/0001-99):

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
13/12/2017	6.099,16

9.4. aplicar individualmente aos responsáveis a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos seguintes valores: Tavares e Silva Construção e Reformas Ltda. (21.556.019/0001-99), R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais); Carlos Eduardo Teixeira (413.609.663-15), R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais); Reginaldo Santos de Carvalho Junior (816.486.505-20), R$ 13.000,00 (treze mil reais); Hélio Ricardo de Almeida Xavier (686.826.977-34), R$ 7.000,00 (sete mil reais); e Aloysio Jose dos Santos Junior (863.837.797-53), R$ 6.000,00 (seis mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações a que se referem as alíneas anteriores;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado pelos responsáveis, e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada mês, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.8. dar ciência desta deliberação ao Controle Interno do Comando da Aeronáutica - Força Aérea Brasileira, à Base Aérea de Salvador e aos responsáveis.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11259-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11260/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 003.789/2021-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados: Eva Maria Seitz (443.297.509-10); Francisco de Assis Almeida (348.116.569-20); Jovino Tomaz Couto (344.346.159-04); Lindomar Antônio Fabro (112.977.439-20); Luiz Alves Rodrigues (107.626.129-91); Maria Schmidt Moraes (255.704.399-00); Marli Fraga Monteiro (200.404.319-91); Neusa Maria Sens Bloemer (561.317.639-68); Nivaldo Nunes (375.896.609-49).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Santa Catarina;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicado, em razão da perda de objeto, o exame de mérito referente ao ato e-Pessoal 64.877/2020 emitido em favor de Lindomar Antônio Fabro, em razão de seu falecimento;

9.2. nos termos do Acórdão 2.100/2010-TCU-Plenário, excluir, em razão do cadastramento em duplicidade, os atos e-Pessoal de números 115.976/2019, 116.285/2019, 141.441/2019 e 121.571/2019, emitidos, respectivamente, em favor de Jovino Tomaz Couto (os dois primeiros), Francisco de Assis Almeida e Nivaldo Nunes;

9.3. considerando o que restou decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 636.553, consignar, na base de dados do sistema e-Pessoal, a anotação de registro tácito dos atos de concessão de aposentadoria emitidos em favor de Eva Maria Seitz (e-Pessoal 43.693/2020), Marli Fraga Monteiro (e-Pessoal 38.702/2020), Neusa Maria Sens Bloemer (e-Pessoal 63.960/2020), Maria Schmidt Moraes (e-Pessoal 46.008/2020) e Luiz Alves Rodrigues (e-Pessoal 48.819/2020);

9.4. remeter os autos à Sefip para que seja iniciada, em autos apartados, a revisão de ofício dos registros tácitos consignados no subitem 9.3 deste acórdão;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Universidade Federal de Santa Catarina.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11260-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11261/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 006.370/2019-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Regional (03.353.358/0001-96)

3.2. Responsáveis: Paulo Roberto Mustrangi de Oliveira (648.575.067-34); Município de Petrópolis/RJ (29.138.344/0001-43).

4. Entidade: Município de Petrópolis/RJ.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Monique Giovanni da Silva (OAB/RJ 153.509); Eraldo Fernando Gerbassi da Silva (OAB/RJ 55.982) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional em desfavor de Paulo Roberto Mustrangi de Oliveira (648.575.067-34) e da Prefeitura Municipal de Petrópolis/RJ (29.138.344/0001-43), em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União por meio do Termo de compromisso 3/2011, registro Siafi 666051, que tinha por objeto o atendimento emergencial de socorro e assistência às pessoas afetadas por enchentes e enxurradas no referido município;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas pelo município de Petrópolis/RJ (CNPJ 29.138.344/0001-43), excluindo-o da relação processual;

9.2 julgar regulares com ressalva as contas do responsável Paulo Roberto Mustrangi de Oliveira (CPF 648.575.067-34), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

9.3. encaminhar cópia desta decisão ao Ministério do Desenvolvimento Regional e aos responsáveis.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11261-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11262/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 018.909/2021-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Silene Duarte Rezende Barbosa (221.215.791-68).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §1º, do RITCU, c/c o art. 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Silene Duarte Rezende Barbosa (221.215.791-68), recusando o registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Instituto Nacional do Seguro Social, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. exclua dos proventos da interessada a parcela referente à hora-extra judicial, atualmente no valor de R$ 378,36, por não haver amparo legal nem judicial para a manutenção da vantagem referida;

9.3.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. comunique à interessada, o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11262-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11263/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.101/2021-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Olania Silva Lemos do Prado (183.671.001-15).

4. Órgão: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Comando da Marinha;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Olania Silva Lemos do Prado (183.671.001-15);

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Comando da Marinha;

9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11263-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11264/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.353/2021-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Ivanete de Freitas Juliano (351.075.966-49).

4. Órgão: Ministério da Economia.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo antigo Ministério da Fazenda (atual Ministério da Economia);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Ivanete de Freitas Juliano (351.075.966-49);

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Economia;

9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11264-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11265/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.539/2021-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Clarice dos Reis de Melo Franco (478.504.266-49).

4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Clarice dos Reis de Melo Franco (478.504.266-49);

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Instituto Nacional do Seguro Social;

9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11265-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11266/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.603/2021-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Cacilda Borges da Silva Almeida (120.472.521-72).

4. Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Cacilda Borges da Silva Almeida (120.472.521-72);

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Justiça e Segurança Pública;

9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11266-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11267/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.864/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Antônio Bezerra Potiguar Filho (106.278.044-20).

4. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §1º, do RITCU, c/c o art. 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Antônio Bezerra Potiguar Filho (106.278.044-20), recusando o registro;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de quinze dias as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. exclua dos proventos do interessado a parcela referente à hora-extra judicial, atualmente no valor de R$ 447,42, por não haver amparo legal nem judicial para a manutenção da vantagem referida;

9.3.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. comunique ao interessado, o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.3.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11267-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11268/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.915/2021-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Raimunda Nonata Ribeiro Sampaio (296.065.607-59).

4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade de Brasília em favor da ex-servidora Raimunda Nonata Ribeiro Sampaio;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Raimunda Nonata Ribeiro Sampaio (296.065.607-59), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Fundação Universidade de Brasília do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. na hipótese de vir a ser desconstituída a decisão liminar proferida nos autos do MS 26.156/DF, faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%) em relação ao ato impugnado;

9.2.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11268-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11269/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.965/2021-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Reforma.

3. Interessado: Francisco Zamite Zumba Gomes (130.898.544-49).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de reforma emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de reforma emitido em favor de Francisco Zamite Zumba Gomes (130.898.544-49), ressaltando-se que a irregularidade que constou do ato, referente ao percentual concedido a título de adicional por tempo de serviço em valor superior ao que fazia jus o interessado, deixou de existir;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Comando do Exército;

9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11269-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11270/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.084/2021-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria do Amparo Araújo e Silva de Souza (149.629.501-34).

4. Órgão: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria do Amparo Araujo e Silva de Souza (149.629.501-34);

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Comando do Exército;

9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11270-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11271/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.174/2021-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Maria Lecticia Brito Gomes (939.248.798-34).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP em favor da ex-servidora Maria Lecticia Brito Gomes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria Lecticia Brito Gomes (939.248.798-34), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11271-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11272/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.293/2021-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Aurora Osório Fernandes Vieira (788.670.886-53).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor da ex-servidora Aurora Osório Fernandes Vieira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Aurora Osório Fernandes Vieira (788.670.886-53), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11272-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11273/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.360/2021-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Daici Vieira da Silva (368.716.488-87).

4. Entidade: Universidade Federal de São Paulo.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de São Paulo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Daici Vieira da Silva (368.716.488-87);

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à Universidade Federal de São Paulo;
9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.
10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11273-29/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11274/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.457/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Domingos Vasco da Silva Neto (262.199.801-15).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Domingos Vasco da Silva Neto (262.199.801-15), recusando o registro;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.2. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos de Paulo Sérgio Silva dos Santos para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

9.2.3. após o ajuste mencionado no subitem 9.2.2, promova o destaque da parcela excedente de "quintos" incorporados pelo interessado posteriormente a 8/4/1998, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a respectiva incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
9.2.4. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.
10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11274-29/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11275/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.571/2021-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Sueli Aparecida Balbino Lessa (117.112.108-38).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP em favor da ex-servidora Sueli Aparecida Balbino Lessa;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Sueli Aparecida Balbino Lessa (117.112.108-38), recusando o respectivo registro;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.2.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso os recursos não sejam providos;
9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.
10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11275-29/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11276/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.586/2021-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Waldyr Nomerg (095.509.682-00).
4. Órgão: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Saúde em favor do ex-servidor Waldyr Nomerg;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 5º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar prejudicado, em razão da perda do objeto, o exame de mérito referente ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Waldyr Nomerg (095.509.682-00);
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Saúde.
10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11276-29/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11277/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.665/2021-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Antônia Souza dos Santos (259.246.131-00).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade de Brasília em favor da ex-servidora Antônia Souza dos Santos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Antônia Souza dos Santos (259.246.131-00), recusando o respectivo registro;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Fundação Universidade de Brasília do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. na hipótese de vir a ser desconstituída a decisão liminar proferida nos autos do MS 28.819/DF, faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%) em relação ao ato impugnado;
9.2.2. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.
10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11277-29/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11278/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.713/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Cícera Francisca dos Santos (120.029.681-87).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Cícera Francisca dos Santos (120.029.681-87), recusando o registro;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.2.2. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos de Cícera Francisca dos Santos para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;
9.2.3. após o ajuste mencionado no subitem 9.2.2, promova o destaque da parcela excedente de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a respectiva incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
9.2.4. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.
10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11278-29/21-1.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11279/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.782/2021-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Cláudia Fatima de Carvalho Yamaguchi (385.074.711-53).
4. Órgão: Ministério da Economia.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Economia;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Cláudia Fatima de Carvalho Yamaguchi (385.074.711-53);
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Economia;
9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.
10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11279-29/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11280/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.797/2021-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Aldenilza de Souza Fernandes Landes Bueno (134.426.602-97).
4. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Aldenilza de Souza Fernandes Landes Bueno (134.426.602-97);
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.
10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11280-29/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11281/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 023.989/2021-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Carlos Antônio Moreira de Cerqueira (085.072.795-20).
4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Carlos Antônio Moreira de Cerqueira (085.072.795-20);
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Instituto Nacional do Seguro Social;
9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.
10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11281-29/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11282/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.087/2021-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Hiljanilda Aguiar Cavalcante de Carvalho (201.743.572-49).
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Hiljanilda Aguiar Cavalcante de Carvalho (201.743.572-49), recusando o respectivo registro;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. avalie, para a interessada nos presentes autos, as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos do Mandado de Segurança 2003.00.2.008895-7, impetrado pela Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232, já que, para ser beneficiária do mencionado mandado de segurança, se fazem necessárias: (i) autorização expressa da interessada para que a referida entidade associativa pudesse representá-la no mandado de segurança mencionado; e (ii) comprovação de que, à época do protocolo do mandado de segurança, a interessada era filiada à referida associação;
9.2.2. após a verificação do subitem 9.2.1, aplique, para a parcela decorrente da incorporação de quintos pelo exercício de funções após 8/4/1998, a depender da análise do caso concreto, a modulação de efeitos prevista no Recurso Extraordinário 638.115;
9.2.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.
10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11282-29/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11283/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.094/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Flávio Ângelo Soares Justiniano (305.362.781-72).
4. Órgão: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Flávio Ângelo Soares Justiniano (305.362.781-72), recusando o respectivo registro;
9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.2. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:
9.2.1. avalie, para o interessado nos presentes autos, as balizas subjetivas da decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos do Mandado de Segurança 2003.00.2.008895-7, impetrado pela Associação dos Servidores da Justiça do Distrito Federal, adotando como referência, para tanto, os critérios definidos pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE 573.232, já que, para ser beneficiário do mencionado mandado de segurança, se fazem necessárias: (i) autorização expressa do interessado para que a referida entidade associativa pudesse representá-lo no mandado de segurança mencionado; e (ii) comprovação de que, à época do protocolo do mandado de segurança, o interessado era filiado à referida associação;
9.2.2. após a verificação do subitem 9.2.1, aplique, para a parcela decorrente da incorporação de quintos pelo exercício de funções após 8/4/1998, a depender da análise do caso concreto, a modulação de efeitos prevista no Recurso Extraordinário 638.115;
9.2.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.
10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11283-29/21-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11284/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.195/2021-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Francisca Terezinha da Conceição (098.301.701-87).
4. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Francisca Terezinha da Conceição (098.301.701-87);
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.
10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11284-29/21-1.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11285/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.200/2021-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessada: Nilce Helena Florêncio (020.394.938-24).

4. Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade Federal de São Carlos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Nilce Helena Florêncio (020.394.938-24);

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à Fundação Universidade Federal de São Carlos;

9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11285-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11286/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 024.253/2021-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessado: Virgílio de Oliveira Barreto Neto (182.134.801-04).

4. Órgão: Ministério da Infraestrutura.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo antigo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (atual Ministério da Infraestrutura);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal e conceder registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Virgílio de Oliveira Barreto Neto (182.134.801-04);

9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério da Infraestrutura;

9.3. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso V, do RITCU.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11286-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11287/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 025.471/2021-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessados/Responsáveis: não há.

4. Órgãos: Comissão Regional de Obras da 1ª Região Militar (CRO/1) e Ministério Público Militar.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Huilder Magno de Souza (OAB/DF 18.444) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa One Elevadores DF Ltda. em razão de supostas irregularidades nos Pregões Eletrônicos 2/2017-CRO/1 e SRP 13/2018-MPM, conduzidos, respectivamente, pela Comissão Regional de Obras da 1ª Região Militar (CRO/1) e pelo Ministério Público Militar, ambos com objetos similares relacionados à troca de elevadores nas instalações físicas dos órgãos em menção;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade constantes dos arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014;

9.2. no mérito, considerar a presente representação improcedente;

9.3. esclarecer à representante que a utilização desta Corte de Contas para o atendimento de interesses privados em detrimento do interesse público pode configurar litigância de má-fé, a ensejar a aplicação da multa prevista no art. 81 da Lei 13.105/2015, novo CPC, c/c os arts. 15 e 80 da mesma Lei;

9.4. notificar a Comissão Regional de Obras da 1ª Região Militar, o Ministério Público Militar e a representante da presente decisão;

9.5. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 250, I, c/c o art. 169, V, do RITCU.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11287-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11288/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 030.825/2020-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Reforma).

3. Recorrente: Adão Xavier Vieira (281.769.601-87).

4. Órgão: Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Erika Dutra Xavier (OAB/DF 31.375).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Adão Xavier Vieira contra o Acórdão 1.199/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de alteração de reforma emitido em favor do recorrente;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do presente pedido de reexame e, no mérito, dar-lhe provimento para:

9.1.1. tornar insubsistente o acórdão recorrido em relação ao Sr. Adão Xavier Vieira;

9.1.2. considerar legal o ato de reforma emitido em favor de Adão Xavier Vieira (281.769.601-87), concedendo o respectivo registro;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Comando da Aeronáutica.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11288-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11289/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 031.322/2015-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Recorrente: Marcírio Ferreira de Souza (067.512.963-04).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde/Superintendência Estadual do Maranhão (Funasa/Suest/MA) do Maranhão.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Rômulo da Silva Santos (OAB/MA 7.321).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Marcírio Ferreira de Souza contra o Acórdão 531/2020-TCU-1ª Câmara, que, entre outros, julgou suas contas irregulares e o condenou em débito;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, por atender aos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. notificar o recorrente da presente decisão.

10. Ata n° 29/2021 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 17/8/2021 - Telepresencial.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-11289-29/21-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Jorge Oliveira (na Presidência) e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 11290/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP em favor de Devanir Benevento.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos, informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pelo interessado foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Devanir Benevento (674.872.708-15), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-018.993/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Devanir Benevento (674.872.708-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pelo interessado posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11291/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.074/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jair Nunes de Lemos (137.414.626-91); Maria Aparecida Mota Ibraim (327.703.086-53).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11292/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.109/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marina Araujo da Costa Cunha (378.045.887-04).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11293/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.162/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Reny Alan Araujo (240.723.546-00).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11294/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria aos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.389/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Clarinda Chaves da Silva (225.819.601-91); Flavio Cruvinel Brandao (214.681.331-87); Jane Borralho Gama (220.789.321-91).

1.2. Órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11295/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.395/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Cesar Geraldes (154.907.507-15).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11296/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em favor de Monalisa Martins Sala Castanho.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Monalisa Martins Sala Castanho (051.032.628-51), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.108/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Monalisa Martins Sala Castanho (051.032.628-51).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11297/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região em favor de Marcia Camargo de Carvalho Porto Farias.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Marcia Camargo de Carvalho Porto Farias (832.357.797-87), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.139/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marcia Camargo de Carvalho Porto Farias (832.357.797-87).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11298/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO em favor de Eliza Cristina Barroso Cavalcante.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Eliza Cristina Barroso Cavalcante (235.613.943-53), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.273/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Eliza Cristina Barroso Cavalcante (235.613.943-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11299/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região em favor de Maria Eugenia Langley Soares.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria Eugenia Langley Soares (743.998.027-15), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.445/2021-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Eugenia Langley Soares (743.998.027-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11300/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em favor de Yeda dos Santos Rocha.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Yeda dos Santos Rocha (329.965.781-04), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.446/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Yeda dos Santos Rocha (329.965.781-04).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11301/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP em favor de Inez Angelica Santos Veronese.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Inez Angelica Santos Veronese (062.154.228-86), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.462/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Inez Angelica Santos Veronese (062.154.228-86).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11302/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região em favor de Zila Maria Felismino Tavares.

Considerando que o ato em questão contempla o pagamento da vantagem "opção", de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c o art. 18 da Lei 11.416/2006);

Considerando que, tendo como referência o disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998, o pagamento da vantagem mencionada proporcionou um acréscimo indevido aos proventos de aposentadoria da interessada em relação à última remuneração contributiva da atividade, tornando irregular a percepção da referida parcela;

Considerando que, no caso dos autos, os requisitos de aposentadoria da interessada foram implementados após a promulgação da referida Emenda Constitucional, situação que não ampara o pagamento da "opção";

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto, consolidada a partir da prolação do Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário, por meio do qual se firmou entendimento no sentido de que:

é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, acerca do pagamento da parcela "opção", tem decidido no mesmo sentido desta Corte de Contas, a exemplo dos Mandados de Segurança 37.657/DF e 37.934/DF;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Zila Maria Felismino Tavares (048.406.903-91), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.508/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Zila Maria Felismino Tavares (048.406.903-91).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11303/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba em favor de Maria do Socorro Leite Dantas.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria do Socorro Leite Dantas (436.441.474-34), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.537/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria do Socorro Leite Dantas (436.441.474-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11304/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor de Nilza das Chagas.

Considerando que o ato em questão contempla o pagamento da vantagem "opção", de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c o art. 18 da Lei 11.416/2006);

Considerando que, tendo como referência o disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998, o pagamento da vantagem mencionada proporcionou um acréscimo indevido aos proventos de aposentadoria da interessada em relação à última remuneração contributiva da atividade, tornando irregular a percepção da referida parcela;

Considerando que, no caso dos autos, os requisitos de aposentadoria da interessada foram implementados após a promulgação da referida Emenda Constitucional, situação que não ampara o pagamento da "opção";

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto, consolidada a partir da prolação do Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário, por meio do qual se firmou entendimento no sentido de que:

é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, acerca do pagamento da parcela "opção", tem decidido no mesmo sentido desta Corte de Contas, a exemplo dos Mandados de Segurança 37.657/DF e 37.934/DF;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Nilza das Chagas (369.842.566-15), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.555/2021-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Nilza das Chagas (369.842.566-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11305/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP em favor de Fatima Salua Asse Soares.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Fatima Salua Asse Soares (914.826.158-00), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.609/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Fatima Salua Asse Soares (914.826.158-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11306/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP em favor de Katia Maria Pereira da Silva Tompson.

Considerando que o ato em questão contempla o pagamento da vantagem "opção", de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006);

Considerando que, tendo como referência o disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998, o pagamento da vantagem mencionada proporcionou um acréscimo indevido aos proventos de aposentadoria da interessada em relação à última remuneração contributiva da atividade, tornando irregular a percepção da referida parcela;

Considerando que, no caso dos autos, os requisitos de aposentadoria da interessada foram implementados após a promulgação da referida Emenda Constitucional, situação que não ampara o pagamento da "opção";

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto, consolidada a partir da prolação do Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário, por meio do qual se firmou entendimento no sentido de que:

é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, acerca do pagamento da parcela "opção", tem decidido no mesmo sentido desta Corte de Contas, a exemplo dos Mandados de Segurança 37.657/DF e 37.934/DF;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Katia Maria Pereira da Silva Tompson (654.614.957-53), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.612/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Katia Maria Pereira da Silva Tompson (654.614.957-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11307/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ em favor de Maristela Ferreira de Souza.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maristela Ferreira de Souza (838.953.617-04), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.771/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maristela Ferreira de Souza (838.953.617-04).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11308/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE em favor de Karla Nogueira Lima.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Karla Nogueira Lima (203.148.093-68), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-022.852/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Karla Nogueira Lima (203.148.093-68).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11309/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR em favor de Luis Carlos Rodrigues.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Luis Carlos Rodrigues (144.348.732-53), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.050/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luis Carlos Rodrigues (144.348.732-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pelo interessado posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11310/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em favor de Zenaide Costa.

Considerando que o ato em questão contempla o pagamento da vantagem "opção", de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c o art. 18 da Lei 11.416/2006);

Considerando que, tendo como referência o disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998, o pagamento da vantagem mencionada proporcionou um acréscimo indevido aos proventos de aposentadoria da interessada em relação à última remuneração contributiva da atividade, tornando irregular a percepção da referida parcela;

Considerando que, no caso dos autos, os requisitos de aposentadoria da interessada foram implementados após a promulgação da referida Emenda Constitucional, situação que não ampara o pagamento da "opção";

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto, consolidada a partir da prolação do Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário, por meio do qual se firmou entendimento no sentido de que:

é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, acerca do pagamento da parcela "opção", tem decidido no mesmo sentido desta Corte de Contas, a exemplo dos Mandados de Segurança 37.657/DF e 37.934/DF;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Zenaide Costa (327.801.331-04), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.152/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Zenaide Costa (327.801.331-04).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11311/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em favor de Elizabeth Assunção Rodrigues Brito Veiga.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Elizabeth Assunção Rodrigues Brito Veiga (400.205.411-04), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.161/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Elizabeth Assunção Rodrigues Brito Veiga (400.205.411-04).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11312/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins em favor de Maria de Lourdes Teixeira Arakaki.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria de Lourdes Teixeira Arakaki (697.816.138-15), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.166/2021-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria de Lourdes Teixeira Arakaki (697.816.138-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11313/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor de Denise Andrade Linhares.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Denise Andrade Linhares (573.499.326-34), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.299/2021-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Denise Andrade Linhares (573.499.326-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11314/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor de Maria Aparecida Ribeiro de Magalhaes Drummond.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria Aparecida Ribeiro de Magalhaes Drummond (512.633.006-34), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.300/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Aparecida Ribeiro de Magalhaes Drummond (512.633.006-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11315/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO em favor de Selma Correa Pacheco.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Selma Correa Pacheco (089.789.562-20), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.395/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Selma Correa Pacheco (089.789.562-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11316/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP em favor de Jorge Luis Jorge.

Considerando que o ato em questão contempla o pagamento da vantagem "opção", de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c art. 18 da Lei 11.416/2006);

Considerando que, tendo como referência o disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998, o pagamento da vantagem mencionada proporcionou um acréscimo indevido aos proventos de aposentadoria do interessado em relação à última remuneração contributiva da atividade, tornando irregular a percepção da referida parcela;

Considerando que, no caso dos autos, os requisitos de aposentadoria do interessado foram implementados após a promulgação da referida Emenda Constitucional, situação que não ampara o pagamento da "opção";

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto, consolidada a partir da prolação do Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário, por meio do qual se firmou entendimento no sentido de que:

é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, acerca do pagamento da parcela "opção", tem decidido no mesmo sentido desta Corte de Contas, a exemplo dos Mandados de Segurança 37.657/DF e 37.934/DF;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Jorge Luis Jorge (863.810.758-72), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.408/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jorge Luis Jorge (863.810.758-72).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11317/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP em favor de Silvana Irma de Souza.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Silvana Irma de Souza (084.577.178-71), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.425/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Silvana Irma de Souza (084.577.178-71).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11318/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Superior Tribunal de Justiça em favor de Claudya Lessa Belo.

Considerando que o ato em questão contempla o pagamento da vantagem "opção", de que trata o art. 2º da Lei 8.911/1994 (c/c o art. 18 da Lei 11.416/2006);

Considerando que, tendo como referência o disposto no art. 40, caput e § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional 20/1998, o pagamento da vantagem mencionada proporcionou um acréscimo indevido aos proventos de aposentadoria da interessada em relação à última remuneração contributiva da atividade, tornando irregular a percepção da referida parcela;

Considerando que, no caso dos autos, os requisitos de aposentadoria da interessada foram implementados após a promulgação da referida Emenda Constitucional, situação que não ampara o pagamento da "opção";

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto, consolidada a partir da prolação do Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário, por meio do qual se firmou entendimento no sentido de que:

é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), aos servidores que implementaram os requisitos de

aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, acerca do pagamento da parcela "opção", tem decidido no mesmo sentido desta Corte de Contas, a exemplo dos Mandados de Segurança 37.657/DF e 37.934/DF;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Claudya Lessa Belo (398.770.941-34), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Superior Tribunal de Justiça, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.502/2021-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Claudya Lessa Belo (398.770.941-34).

1.2. Órgão: Superior Tribunal de Justiça.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Superior Tribunal de Justiça, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial da vantagem denominada "opção", comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11319/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP em favor de Claudia Munhoz de Lima Castro.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Claudia Munhoz de Lima Castro (100.391.778-07), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.574/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Claudia Munhoz de Lima Castro (100.391.778-07).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11320/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG em favor de Romilda Ventura de Miranda.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Romilda Ventura de Miranda (436.530.816-53), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.636/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Romilda Ventura de Miranda (436.530.816-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11321/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério Público do Trabalho em favor de Edlamar Leal Sousa Cavalcanti Antunes.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Edlamar Leal Sousa Cavalcanti Antunes (421.638.545-15), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Ministério Público do Trabalho, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.674/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Edlamar Leal Sousa Cavalcanti Antunes (421.638.545-15).

1.2. Órgão: Ministério Público do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério Público do Trabalho, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11322/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC em favor de Jackeline Cesconetto.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Jackeline Cesconetto (452.487.299-04), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.683/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Jackeline Cesconetto (452.487.299-04).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11323/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP em favor de Emanuel Messias da Paixão Pereira.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Emanuel Messias da Paixão Pereira (099.099.748-00), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.697/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Emanuel Messias da Paixão Pereira (099.099.748-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pelo interessado posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11324/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS em favor de Aise Maria Longhi Caneppele.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Aise Maria Longhi Caneppele (043.375.408-73), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-023.795/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Aise Maria Longhi Caneppele (043.375.408-73).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11325/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério Público Federal em favor de Leni Aparecida Hercolini.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no

caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Leni Aparecida Hercolini (015.920.478-07), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Ministério Público Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.118/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Leni Aparecida Hercolini (015.920.478-07).

1.2. Órgão: Ministério Público Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério Público Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11326/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região em favor de Rosangela Aparecida Correa.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Rosangela Aparecida Correa (454.383.156-04), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.143/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rosangela Aparecida Correa (454.383.156-04).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11327/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região em favor de Maria Aglae Pereira Lima.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria Aglae Pereira Lima (800.905.677-49), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.147/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Aglae Pereira Lima (800.905.677-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11328/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP em favor de Regina Celia Longo Heluany.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nesses casos, o STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções após 8/4/1998, modulou a decisão de forma a permitir que, no caso de concessões administrativas, tais parcelas não sejam imediatamente suprimidas dos vencimentos e proventos dos interessados;

Considerando que, nessa situação, a modulação de efeitos conferida pela Suprema Corte permitiu a conversão dos quintos incorporados após 8/4/1998 em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes e reestruturações futuras;

Considerando não haver nos autos informações sobre a forma pela qual a parcela incorporada pela interessada foi implementada, se administrativamente, ou se por decisão judicial transitada em julgado;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Regina Celia Longo Heluany (102.684.298-04), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.240/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Regina Celia Longo Heluany (102.684.298-04).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

1.7.1. promova o destaque das parcelas excedentes de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 11329/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Gilberto Oliveira Gonzaga.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença

determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Gilberto Oliveira Gonzaga (324.860.223-68), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e ao interessado;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.347/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gilberto Oliveira Gonzaga (324.860.223-68).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11330/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Ana Alice Barros Silva Farias.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Ana Alice Barros Silva Farias (076.826.814-11), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e à interessada;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.385/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Ana Alice Barros Silva Farias (076.826.814-11).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11331/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Soraya Soares Alves Sampaio.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Soraya Soares Alves Sampaio (056.683.895-88), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e à interessada;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.422/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Soraya Soares Alves Sampaio (056.683.895-88).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11332/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Pedro Henrique Assis.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Pedro Henrique Assis (314.407.298-24), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e ao interessado;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.453/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Pedro Henrique Assis (314.407.298-24).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11333/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Dayanny Domingos de Lima.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Dayanny Domingos de Lima (014.213.324-85), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e à interessada;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.478/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Dayanny Domingos de Lima (014.213.324-85).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11334/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Eveline Grunspan Techio da Silva.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Eveline Grunspan Techio da Silva (034.201.480-38), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e à interessada;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.518/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Eveline Grunspan Techio da Silva (034.201.480-38).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11335/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Valeria Regazi Paranhos Pinheiro.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Valeria Regazi Paranhos Pinheiro (094.971.347-38), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e à interessada;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.535/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Valeria Regazi Paranhos Pinheiro (094.971.347-38).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11336/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Dilson Carneiro de Oliveira.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Dilson Carneiro de Oliveira (867.568.692-72), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e ao interessado;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.652/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Dilson Carneiro de Oliveira (867.568.692-72).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11337/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Anne Caroline Variani.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Anne Caroline Variani (049.652.629-48), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e à interessada;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.696/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Anne Caroline Variani (049.652.629-48).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11338/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Marlon Delivio Melo.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Marlon Delivio Melo (062.253.399-14), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e ao interessado;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.721/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marlon Delivio Melo (062.253.399-14).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11339/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Paulo Rogerio Vieira Santos.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Paulo Rogerio Vieira Santos (132.044.128-90), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e ao interessado;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.787/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Paulo Rogerio Vieira Santos (132.044.128-90).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11340/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Alexandre da Silva Ribeiro.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Alexandre da Silva Ribeiro (103.625.087-39), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e ao interessado;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-024.811/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Alexandre da Silva Ribeiro (103.625.087-39).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11341/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Hugo Cristiano Ferraz Mergulhao.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Hugo Cristiano Ferraz Mergulhao (027.302.165-61), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e ao interessado;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.158/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Hugo Cristiano Ferraz Mergulhao (027.302.165-61).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11342/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Cristh Maria Carvalho Silva.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Cristh Maria Carvalho Silva (009.767.932-10), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e à interessada;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.195/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Cristh Maria Carvalho Silva (009.767.932-10).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11343/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de João Batista Dutra.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de João Batista Dutra (066.941.008-09), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e ao interessado;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.213/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: João Batista Dutra (066.941.008-09).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11344/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Ana Paula Gomes.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Ana Paula Gomes (711.461.211-72), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e à interessada;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.251/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Ana Paula Gomes (711.461.211-72).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11345/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Linda Evans Moraes de Almeida.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Linda Evans Moraes de Almeida (895.023.702-44), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e à interessada;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.257/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Linda Evans Moraes de Almeida (895.023.702-44).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11346/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Marcus Feliciano dos Santos.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Marcus Feliciano dos Santos (022.751.211-10), negando o respectivo registro;

b) encaminhar cópia desta decisão à Caixa Econômica Federal e ao interessado;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.258/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Marcus Feliciano dos Santos (022.751.211-10).

1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11347/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT em favor de Luciana Alves Santos.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 1035-92.2013.5-10-0015, que tramitou na 15ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou a suspensão do curso do prazo de validade do concurso público dado pelo edital de seleção externa 11/2011 dos Correios, até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até hoje não ocorreu;

Considerando que a validade do concurso público dada pelo edital de seleção externa 11/2011 está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 1035-92.2013.5-10-0015 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Luciana Alves Santos (025.284.811-01), negando o respectivo registro;

b) dar ciência deste acórdão à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e à interessada;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.279/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Luciana Alves Santos (025.284.811-01).

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 1035-92-2013-5-10-0015, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, o prazo de validade do concurso público dado pelo edital de seleção externa 11/2011.

ACÓRDÃO Nº 11348/2021 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT em favor de Valter Lopes Ricarte.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 1035-92.2013.5-10-0015, que tramitou na 15ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou a suspensão do curso do prazo de validade do concurso público dado pelo edital de seleção externa 11/2011 dos Correios, até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até hoje não ocorreu;

Considerando que a validade do concurso público dada pelo edital de seleção externa 11/2011 está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 1035-92.2013.5-10-0015 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Valter Lopes Ricarte (962.539.241-68), negando o respectivo registro;

b) dar ciência deste acórdão à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e ao interessado;

c) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-025.292/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Valter Lopes Ricarte (962.539.241-68).

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 1035-92-2013-5-10-0015, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, o prazo de validade do concurso público dado pelo edital de seleção externa 11/2011.

ACÓRDÃO Nº 11349/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil constante dos autos, de acordo com os pareceres emitidos no presente processo.

1. Processo TC-020.195/2021-4 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessada: Iara Regina Amaral da Silva (469.560.260-15).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11350/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) acolher as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Cleusa Gonçalves Vieira Temponi (519.792.092-00);

b) julgar regulares as contas da Sra. Cleusa Gonçalves Vieira Temponi (519.792.092-00), dando-lhe quitação plena, com fundamento nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Fundação Nacional de Saúde e aos responsáveis; e

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-006.059/2019-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 004.039/2020-3 (SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO).

1.2. Responsáveis: Cleusa Gonçalves Vieira Temponi (519.792.092-00); Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte/PA (34.670.976/0001-93).

1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de Cumaru do Norte/PA.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.7. Representação legal: Orlando Barata Miléo Junior (OAB/PA 7.039) e outros.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11351/2021 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de recurso de reconsideração interposto por Renata Lourenço Lopes Hidalgo contra o Acórdão 9.751/2020-TCU-1ª Câmara (peça 28), por meio do qual esta Corte de Contas julgou suas contas irregulares, imputando-lhe débito e multa.

Considerando que, regularmente notificada, em 1/10/2020 (peça 37), da deliberação recorrida, a responsável somente compareceu aos autos em 2/12/2020, oportunidade em que protocolizou seu recurso de reconsideração (peça 41);

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 285 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que "a data de início do prazo é contada a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 19, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 2/10/2020, sendo certo que o termo final para sua interposição se deu no dia 16/10/2020;

Considerando que argumento novo ou tese jurídica nova não podem ser considerados fatos novos, vez que não representam documentos ou acontecimentos cujo conhecimento se daria posteriormente à decisão recorrida;

Considerando que a recorrente não traz aos autos documentos que demonstrem a superveniência de fatos novos, razão pela qual a intempestividade constatada não pode ser afastada, a teor do art. 285, § 2º, do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso I e parágrafo único, e 33 da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º, 277, inciso I, e 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer do recurso de reconsideração interposto por Renata Lourenço Lopes Hidalgo, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à recorrente e aos órgãos/entidades interessados.

1. Processo TC-018.759/2017-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 045.278/2020-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 045.277/2020-6 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsável: Renata Lourenço Lopes Hidalgo (139.183.958-71).

1.3. Recorrente: Renata Lourenço Lopes Hidalgo (139.183.958-71).

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal: não há.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11352/2021 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Antônio Roquildes Vilas Boas Almeida, prefeito de São José do Jacuípe/BA no período 2009-2012, em razão da omissão no dever de prestar contas da aplicação dos recursos repassados ao município à conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), exercício 2012.

Mediante o Acórdão 8.488/2021-TCU-1ª Câmara (peça 153), o TCU negou provimento a recurso de reconsideração interposto pelo referido ex-prefeito contra o Acórdão 3.748/2019-TCU-1ª Câmara (peça 21), que, entre outros, julgou suas contas irregulares, condenou-o em débito pelo montante de R$ 180.564,00, em valores originais, e aplicou-lhe a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 no valor de R$ 79.000,00.

Nesta etapa processual, o Sr. Antônio Roquildes Vilas Boas Almeida opõe embargos de declaração (peça 165) em face do Acórdão 8.488/2021-TCU-1ª Câmara, em que alega a ocorrência de omissões e contradições a comprometer a boa compreensão do julgado.

Considerando que a ciência pelo ora recorrente acerca da decisão embargada se deu em 13/7/2021, conforme aviso de recebimento (AR) que integra a peça 164;

Considerando que o prazo para a oposição de embargos de declaração é de 10 (dez) dias, nos termos do art. 287 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que "a data de início do prazo é contada a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 19, § 3º, da Resolução TCU 170/2004, o termo a quo para análise da tempestividade foi o dia 14/7/2021, sendo certo que o termo final para sua interposição se deu no dia 23/7/2021

Considerando que os presentes embargos foram opostos em 26/7/2021, portanto fora do prazo legal, a caracterizar a intempestividade em seu manejo;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 32, inciso II e parágrafo único, e 34 da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b", e § 3º; 277, inciso III; e 287, § 1º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) não conhecer dos embargos de declaração opostos por Antônio Roquildes Vilas Boas Almeida, por restarem intempestivos; e

b) dar ciência desta deliberação ao recorrente.

1. Processo TC-020.787/2017-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Antonio Roquildes Vilas Boas Almeida (081.471.755-15).

1.2. Recorrente: Antonio Roquildes Vilas Boas Almeida (081.471.755-15).

1.3. Órgão: Prefeitura Municipal de São José do Jacuípe/BA.

1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

1.7. Unidade Técnica: não atuou.

1.8. Representação legal: Antonio Carlos Pereira Trindade (OAB/BA 11.131).

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11353/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Daniel Rabello Tamm Renault (125.547.868-36);

b) julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Daniel Rabello Tamm Renault (125.547.868-36), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Secretaria Especial da Cultura e ao responsável; e

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-033.153/2020-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Daniel Rabello Tamm Renault (125.547.868-36).

1.2. Órgão: Secretaria Especial da Cultura.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Sebastião Botto de Barros Tojal (OAB/SP 66.905) e outros.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11354/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) acolher as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Claudio Troncoso Vilas (062.656.501-49);

b) julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Claudio Troncoso Vilas (062.656.501-49), dando-lhe quitação, com fundamento nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

c) encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Ministério do Desenvolvimento Regional e ao responsável; e

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-039.236/2019-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Claudio Troncoso Vilas (062.656.501-49).

1.2. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Quesia de Queiroz Silva Lacerda (OAB/TO 1.005).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11355/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "e", e 183, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para atendimento à determinação contida no item 1.6 do Acórdão 7.872/2020-TCU-1ª Câmara, a contar do término do prazo inicialmente concedido.

1. Processo TC-046.746/2020-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessada: Companhia Docas do Espírito Santo (27.316.538/0001-66).

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPortoFerrovia).

1.5. Representação legal: Igor Pinheiro de Sant Anna (OAB/ES 11.015) e outros.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11356/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em arquivar o presente processo, nos termos dos arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-003.843/2019-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Procuradoria-Geral Federal.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11357/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso lV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação, por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-015.053/2021-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Prefeitura Municipal de Ipatinga/MG.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11358/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso lV, 143, inciso III, 235, caput e parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação por não atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014;

b) dar ciência desta deliberação ao representante, Dr. Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral do MPTCU; e

c) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-015.158/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgãos: Câmara dos Deputados; Senado Federal; Tribunal de Contas da União.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11359/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Celia Regina Bispo do Rosario Lins Ferreira emitido pela Fundação Universidade de Brasília e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes decisões judiciais referentes a planos econômicos;

considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores do órgão de origem e que deveriam ter ensejado a absorção das parcelas judiciais inquinadas;

considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando que não consta dos autos informação a respeito de eventual trânsito em julgado do MS 28.819/DF;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao Relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, bem assim com os Enunciados 276 e 279, da Súmula do TCU, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria de Celia Regina Bispo do Rosario Lins Ferreira;

b) fazer as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-018.935/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Celia Regina Bispo do Rosario Lins Ferreira (245.144.111-91)

1.2. Unidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

1.7.1. na hipótese de vir a ser desconstituída a decisão liminar proferida nos autos do MS 28.819/DF, faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%) nos proventos do interessado;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11360/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Guillermo Jose Asper y Valdes emitido pela Fundação Universidade de Brasília e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes decisões judiciais referentes a planos econômicos;

considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores do órgão de origem e que deveriam ter ensejado a absorção das parcelas judiciais inquinadas;

considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando que não consta dos autos informação a respeito de eventual trânsito em julgado do MS 26.156/DF;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao Relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, bem assim com os Enunciados 276 e 279, da Súmula do TCU, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria de Guillermo Jose Asper y Valdes;

b) fazer as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-018.968/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Guillermo Jose Asper Y Valdes (024.457.867-20)

1.2. Unidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

1.7.1. na hipótese de vir a ser desconstituída a decisão liminar proferida nos autos do MS 26.156/DF, faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%) nos proventos do interessado;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11361/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Maria da Consolação Ferreira Mendes emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e submetido ao TCU para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Maria da Consolação Ferreira Mendes;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-018.989/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria da Consolacao Ferreira Mendes (200.379.536-72)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11362/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.056/2021-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Elisabete Ferreira (067.882.541-68)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta)

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11363/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.131/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Gloria Regina dos Santos Ribeiro (662.642.277-49)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11364/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.139/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Inez Turazzi (512.769.337-20)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro de Museus

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11365/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.196/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Edjane Silva de Lima Moraes (320.248.354-49); Marilene Escorcio de Araujo (442.860.901-91)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto)

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11366/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Mauricio Barros Guimaraes emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e submetido ao TCU para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Mauricio Barros Guimaraes;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-022.134/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Mauricio Barros Guimaraes (625.985.627-04)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11367/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Gilda Chevallier Coelho emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Gilda Chevallier Coelho;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-022.168/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Gilda Chevallier Coelho (666.840.217-87)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11368/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Francisco Carlos Garrido de Lima emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Francisco Carlos Garrido de Lima;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-022.172/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Francisco Carlos Garrido de Lima (746.386.377-87)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11369/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Silvia Aparecida Laraya Barreto, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Silvia Aparecida Laraya Barreto;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-022.185/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sílvia Aparecida Laraya Barreto (609.118.409-15)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11370/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Gilmar Ribeiro Santos emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Gilmar Ribeiro do Santos;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-022.191/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Gilmar Ribeiro Santos (382.099.420-34)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11371/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Albertina Meira emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que, além da questão apontada nos pareceres, identificou-se que as parcelas incorporadas como quintos ou décimos decorrem do exercício da função de Oficial de Justiça Avaliador;

considerando que a função que ensejou a incorporação dos quintos era paga a todos os ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, independendo, portanto, do quesito confiança, inerente a todos os ocupantes de função comissionada;

considerando estar devidamente configurado que tal vantagem era paga em razão do exercício das atribuições típicas do cargo e que, apesar de seu nome, não tem a natureza de função de confiança, cuja investidura depende de escolha por parte da autoridade e cuja exoneração pode ser dar ad nutum;

considerando que a gratificação paga aos Oficiais de Justiça Avaliadores, a despeito de sua denominação, não se confunde com as funções de confiança, funções gratificadas ou cargos em comissão, não sendo passíveis, portanto, de incorporação sob a forma de quintos ou décimos;

considerando que a jurisprudência deste Tribunal é firme acerca da inadequação de incorporação de quintos decorrente de gratificação ou função comissionada devida aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU pela ilegalidade do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Albertina Meira;

dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

c) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-022.198/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Albertina Meira (345.137.019-00)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:

1.7.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

1.7.3.1. encaminhe ao TCU comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora; e

1.7.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

ACÓRDÃO Nº 11372/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Maria Helena Pereira Quadros emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Maria Helena Pereira Quadros;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-022.232/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Helena Pereira Quadros (484.685.506-63)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11373/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado o ato de aposentadoria de Yone Maria Andrade Paiva Rogério, ex-servidora da Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.

Considerando que a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip opinou pela ilegalidade do ato e pela denegação de seu registro, uma vez que dele supostamente constariam parcelas de "quintos/décimos" relativas a funções comissionadas exercidas após a edição da Lei 9.624/1998;

considerando que, após demonstrar a conformidade do cálculo dos quintos com a orientação definida na Decisão 925/1999-TCU-Plenário, o Ministério Público junto ao TCU - MPTCU opinou pela legalidade e registro do ato;

considerando que, na Decisão há pouco referida, foi firmado entendimento de que "é devida a incorporação, ou a atualização de quintos, com fundamento no art. 3º, caput, da Lei 9.624/98, até 8.4.98, adotando-se, para tanto, os critérios contidos na redação original do art. 3º da Lei 8.911/94";

considerando que, consoante o quadro de funções exercidas (peça 3, p. 10), a interessada completou tempo para incorporação de 2/5 de FG-4 em 21/03/1998 e que são estas as únicas parcelas de "quintos/décimos" constantes do ato em exame;

considerando, assim, que tem razão o MPTCU ao afirmar que não há qualquer irregularidade no ato;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal e autorizar o registro do ato de aposentadoria de Yone Maria Andrade Paiva Rogério.

1. Processo TC-022.381/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Yone Maria Andrade Paiva Rogerio (579.849.136-68)

1.2. Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip.

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11374/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Silvia Regina Novi Migliano emitido pelo Ministério Público Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Silvia Regina Novi Migliano;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-022.399/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Silvia Regina Novi Migliano (213.744.178-07)

1.2. Unidade: Ministério Público Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações: Determinar ao Ministério Público Federal que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11375/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Cleunice da Silva Goncalves emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) detectaram a inclusão irregular, nos proventos, de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 08/04/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, do Recurso Extraordinário (RE) 638.115/CE;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos, desde que relativos a funções exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, e amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir, mas os decorrentes de decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, segundo a mesma decisão do STF, são indevidos os quintos recebidos relativamente ao período posterior a 04/09/2001;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU):

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Cleunice da Silva Goncalves, bem como expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-022.431/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Cleunice da Silva Goncalves (082.684.228-31)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3)
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao TRF-3 que, no prazo fixado, contado da notificação desta decisão:
1.7.1. caso a parcela referente ao exercício de funções comissionadas entre 08/04/1998 e 04/09/2001 tenha sido incorporada por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado promova, no prazo de quinze dias, seu destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.2. informe, no prazo de quinze dias, o inteiro teor desta decisão à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.
ACÓRDÃO Nº 11376/2021 - TCU - 1ª Câmara
VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Maria Inez Loureiro de Melo, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetido a este Tribunal para fins de registro.
Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;
considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;
considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;
considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;
considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;
considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
considerando a presunção de boa-fé da interessada;
considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e
considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:
a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Maria Inez Loureiro de Melo;
b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.
1. Processo TC-022.498/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Inez Loureiro de Melo (636.249.157-20)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.
ACÓRDÃO Nº 11377/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Maria Helena Sens Brezinski, emitido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e submetido a este Tribunal para fins de registro.
Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;
considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;
considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;
considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;
considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;
considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
considerando a presunção de boa-fé da interessada;
considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e
considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais e do Ministério Público junto ao TCU;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:
a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Maria Helena Sens Brezinski;
b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.
1. Processo TC-022.552/2021-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Alice Sens Brezinski (417.771.589-15)
1.2. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.
ACÓRDÃO Nº 11378/2021 - TCU - 1ª Câmara
VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Ana Cristina Vieira Gazineu emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA e submetido a este Tribunal para fins de registro.
Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;
considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;
considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;
considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;
considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;
considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
considerando a presunção de boa-fé da interessada;
considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e
considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:
a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Ana Cristina Vieira Gazineu;
b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.
1. Processo TC-022.579/2021-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Cristina Vieira Gazineu (332.495.125-91)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinações: Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA que:
1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.
ACÓRDÃO Nº 11379/2021 - TCU - 1ª Câmara
VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Marliza Gomes Munhoz emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO (TRT-14) e submetido a este Tribunal para fins de registro.
Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) detectaram a inclusão irregular, nos proventos, de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 08/04/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, do Recurso Extraordinário (RE) 638.115/CE;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos, desde que relativos a funções exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, e amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir, mas os decorrentes de decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, segundo a mesma decisão do STF, são indevidos os quintos recebidos relativamente ao período posterior a 04/09/2001;

Considerando que o mapa de funções da interessada indica o recebimento de quintos de FC-3 em relação a período em que exerceu outra função (FC-1);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU):

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Marliza Gomes Munhoz, bem como expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-022.600/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marliza Gomes Munhoz (068.617.762-20)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO (TRT-14)

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao TRT-14 que, no prazo fixado, contado da notificação desta decisão:

1.7.1. caso a parcela referente ao exercício de funções comissionadas entre 08/04/1998 e 04/09/2001 tenha sido incorporada por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado promova, no prazo de quinze dias, seu destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE e confira a pertinência entre as funções exercidas e os quintos relativos a elas;

1.7.2. informe, no prazo de quinze dias, o inteiro teor desta decisão à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11380/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Liliana Miranda da Silva Lima emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido ao TCU para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Liliana Miranda da Silva Lima;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-022.700/2021-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Liliana Miranda da Silva Lima (339.024.881-15)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11381/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Sanzia Maria de Souza Medeiros Montenegro emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e submetido ao TCU para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de de Sanzia Maria de Souza Medeiros Montenegro;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-022.855/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sanzia Maria de Souza Medeiros Montenegro (220.879.073-15)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11382/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Mara Nicia Sa Bueno emitido pela Fundação Universidade de Brasília e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes decisões judiciais referentes a planos econômicos;

considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores do órgão de origem e que deveriam ter ensejado a absorção das parcelas judiciais inquinadas;

considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando que não consta dos autos informação a respeito de eventual trânsito em julgado do MS 28.819/DF;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao Relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, bem assim com os Enunciados 276 e 279, da Súmula do TCU, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria de Mara Nicia Sa Bueno;

b) fazer as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-022.918/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Mara Nicia Sa Bueno (115.776.571-87)

1.2. Unidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

1.7.1. na hipótese de vir a ser desconstituída a decisão liminar proferida nos autos do MS 28.819/DF, faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%) nos proventos do interessado;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11383/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Ana Celia Alves de Azevedo Reveilleau emitido peloTribunal Regional Federal da 3ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Ana Celia Alves de Azevedo Reveilleau;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-022.936/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ana Celia Alves de Azevedo Reveilleau (053.886.328-57)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11384/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Joaquim Jacyntho de Faria Filho emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Joaquim Jacyntho de Faria Filho;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.018/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Joaquim Jacyntho de Faria Filho (425.159.396-00)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11385/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Margarida Maria Lages emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Margarida Maria Lages;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.043/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Margarida Maria Lages (978.009.106-87)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11386/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Angela Priscila Machado Gimenez emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Angela Prisclina Machado Gimenez;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.064/2021-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Angela Priscila Machado Gimenez (125.556.638-86)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11387/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Carmen Elza Barbosa dos Santos emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Carmen Elza Barbosa dos Santos;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.081/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Carmen Elza Barbosa dos Santos (355.365.784-72)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11388/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Estela Cristina Martins Oliveira Leite emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Estela Cristina Martins Oliveira Leite;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.113/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Estela Cristina Martins Oliveira Leite (129.391.238-70)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11389/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Jose Carlos Viana emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão nos proventos da vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, benefício não aplicável aos servidores que implementaram o direito à aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);

considerando que, no caso concreto, o direito à aposentadoria foi implementado após 16/12/1998;

considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário (relator: Ministro Benjamin Zymler), que firmou o seguinte entendimento:

9.4. firmar entendimento de que é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção"), aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria.

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Jose Carlos Viana;

expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.148/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Carlos Viana (300.355.111-68)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:

1.7.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, os pagamentos decorrentes da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas;

1.7.2. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado até a data da ciência pela unidade deste acórdão, com base na Súmula TCU 106;

1.7.3. emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.4. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11390/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Joer Maria Schvarcz Muller Backes emitido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou

décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Joer Maria Schvarcz Muller Backes;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.167/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Joer Maria Schvarcz Muller Backes (698.331.099-34)

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11391/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Regina Pasuld emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (TRT-2) e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) detectaram a inclusão irregular, nos proventos, de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 08/04/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, do Recurso Extraordinário (RE) 638.115/CE;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos, desde que relativos a funções exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, e amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir, mas os decorrentes de decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, segundo a mesma decisão do STF, são indevidos os quintos recebidos relativamente ao período posterior a 04/09/2001;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU):

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Regina Pasuld, bem como expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.172/2021-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Regina Pasuld (046.357.158-41)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP (TRT-2)

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao TRT-2 que, no prazo fixado, contado da notificação desta decisão:

1.7.1. caso a parcela referente ao exercício de funções comissionadas entre 08/04/1998 e 04/09/2001 tenha sido incorporada por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado promova, no prazo de quinze dias, seu destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. informe, no prazo de quinze dias, o inteiro teor desta decisão à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11392/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Lenice Cunha Freire emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Lenice Cunha Freire;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-023.176/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Lenice Cunha Freire (049.064.088-50)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a referida parcela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11393/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Sandra Virla Perdigao Barbosa emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Sandra Virla Perdigao Barbosa;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.195/2021-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sandra Virla Perdigao Barbosa (356.946.537-34)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. 1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser

absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11394/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Claudia Cabus do Nascimento emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Claudia Cabus do Nascimento;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.230/2021-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Claudia Cabus do Nascimento (233.852.785-20)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11395/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Jaqueline Rigueira Hissa Lopes emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Jaqueline Rigueira Hissa Lopes;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-023.304/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Jaqueline Rigueira Hissa Lopes (525.641.426-72)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11396/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Mauro Lucio Alves da Silva emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG e submetido ao TCU para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Mauro Lucio Alves da Silva;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.307/2021-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Mauro Lucio Alves da Silva (186.234.766-20)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11397/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Elena Hiromi Endo Takada Barros emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Elena Hiromi Endo Takada Barros;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.338/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Elena Hiromi Endo Takada Barros (108.856.762-20)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11398/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Rosana Maria Mieko Takebayashi emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Rosana Maria Mieko Takebayashi;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-023.390/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rosana Maria Mieko Takebayashi (439.276.459-15)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC e RO que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11399/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Lineia Odila Quibao Bisin emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Lineia Odila Quibao Bisin;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.401/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Lineia Odila Quibao Bisin (079.703.418-88)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11400/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Maria Angela Rodeguero emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data

de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Maria Angela Rodeguero;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.406/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria Angela Rodeguero (074.145.578-12)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11401/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Leide Fatima Zampronio emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do

exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Leide Fatima Zampronio;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-023.412/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Leide Fatima Zampronio (054.940.518-62)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11402/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Adriana Maria Cavaggioni emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Adriana Maria Cavaggioni;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-023.417/2021-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Adriana Maria Cavaggioni (060.590.958-01)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11403/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Regina Helena de Souza, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais e do Ministério Público junto ao TCU;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Regina Helena de Souza;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-023.418/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Regina Helena de Souza (979.219.808-30)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional da 15ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11404/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Deise Maria Manzatto Sontachi emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Deise Maria Manzatto Sontachi;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-023.434/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Deise Maria Manzatto Sontachi (833.387.727-34)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações: Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11405/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Jose Ângelo de Araújo emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL (TRT-19) e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) detectaram a inclusão irregular, nos proventos, de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 08/04/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, do Recurso Extraordinário (RE) 638.115/CE;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos, desde que relativos a funções exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, e amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir, mas os decorrentes de decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, segundo a mesma decisão do STF, são indevidos os quintos recebidos relativamente ao período posterior a 04/09/2001;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU):

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Jose Ângelo de Araújo, bem como expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.442/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Ângelo de Araújo (154.334.634-00)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL (TRT-19)

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao TRT-19 que, no prazo fixado, contado da notificação desta decisão:

1.7.1. caso a parcela referente ao exercício de funções comissionadas entre 08/04/1998 e 04/09/2001 tenha sido incorporada por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado promova, no prazo de quinze dias, seu destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. informe, no prazo de quinze dias, o inteiro teor desta decisão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11406/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Hélio Oliveira, emitido pelo Superior Tribunal de Justiça e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão nos proventos da vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, benefício não aplicável aos servidores que implementaram o direito à aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);

considerando que, no caso concreto, o direito à aposentadoria foi implementado após 16/12/1998;

considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário (relator: Ministro Benjamin Zymler), que firmou o seguinte entendimento:

9.4. firmar entendimento de que é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção") , aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria.

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Hélio Oliveira;

expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-023.511/2021-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Hélio Oliveira (030.346.231-00)

1.2. Unidade: Superior Tribunal de Justiça

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Superior Tribunal de Justiça que:

1.7.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, os pagamentos decorrentes da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas;

1.7.2. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelo interessado até a data da ciência pela unidade deste acórdão, com base na Súmula TCU 106;

1.7.3. emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.4. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11407/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Helena de Moura Lara Resende, emitido pelo Senado Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela inclusão nos proventos da vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, benefício não aplicável aos servidores que implementaram o direito à aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);

considerando que, no caso concreto, o direito à aposentadoria foi implementado após 16/12/1998;

considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário (relator: Ministro Benjamin Zymler), que firmou o seguinte entendimento:

9.4. firmar entendimento de que é vedado o pagamento das vantagens oriundas do art. 193 da Lei 8.112/1990, inclusive o pagamento parcial da remuneração do cargo em comissão ("opção") , aos servidores que implementaram os requisitos de aposentadoria após 16/12/1998, data de publicação da Emenda Constitucional 20, que limitou o valor dos proventos à remuneração do cargo efetivo no qual se deu a aposentadoria.

considerando, ainda, que consta do ato a atualização indevida, com base na Resolução 63/1997, de FC3 para FC4, das vantagens VPNI e "opção" decorrentes do exercício da função comissionada de Auxiliar de Gabinete;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Helena de Moura Lara Resende;

expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.521/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Helena de Moura Lara Resende (143.821.211-91)

1.2. Unidade: Senado Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Senado Federal que:

1.7.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, os pagamentos decorrentes das parcelas ora impugnadas, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas;

1.7.2. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência pela unidade deste acórdão, com base na Súmula TCU 106;

1.7.3. emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre das irregularidades apontadas, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.4. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11408/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Luiz Alberto Scofield Berbet emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Luiz Alberto Scofield Berbet;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.553/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Luiz Alberto Scofield Berbet (116.848.101-59)

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Câmara dos Deputados que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11409/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Renata Sílvia Rocha, emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando, ainda, que houve a incorporação da última parcela de quintos sem cumprimento do interstício de doze meses de exercício de função comissionada;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Renata Sílvia Rocha;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-023.561/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Renata Silvia Rocha (637.545.849-87)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina que:

1.7.1. no prazo 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, promova o recálculo do valor atualmente pago a título de quintos incorporados, em face da incorporação da última parcela sem o exercício de função comissionada pelo intervalo de 12 meses;

1.7.2. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11410/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Petronilha Beatriz Goncalves e Silva emitido pela Fundação Universidade Federal de São Carlos e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Petronilha Beatriz Goncalves e Silva;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.634/2021-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Petronilha Beatriz Goncalves e Silva (009.148.430-87)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de São Carlos que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11411/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Hélio Sabino da Silva emitido pela Fundação Universidade de Brasília e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes decisões judiciais referentes a planos econômicos;

considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores do órgão de origem e que deveriam ter ensejado a absorção das parcelas judiciais inquinadas;

considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando que não consta dos autos informação a respeito de eventual trânsito em julgado do MS 28.819/DF;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao Relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, bem assim com os Enunciados 276 e 279, da Súmula do TCU, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria de Hélio Sabino da Silva;

b) fazer as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC-023.668/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Hélio Sabino da Silva (114.326.671-49)

1.2. Unidade: Fundação Universidade de Brasília

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações: Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:

1.7.1. na hipótese de vir a ser desconstituída a decisão liminar proferida nos autos do MS 28.819/DF, faça cessar os pagamentos decorrentes da URP nos proventos do interessado;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11412/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Ana Cristina Pereira Fernandes emitido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Ana Cristina Pereira Fernandes;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-023.746/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ana Cristina Pereira Fernandes (864.581.407-20)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações: Determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11413/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Elisabete Jesus dos Santos emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA (TRT-5) e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) detectaram a inclusão irregular, nos proventos, de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 08/04/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, do Recurso Extraordinário (RE) 638.115/CE;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos, desde que relativos a funções exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, e amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir, mas os decorrentes de decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, segundo a mesma decisão do STF, são indevidos os quintos recebidos relativamente ao período posterior a 04/09/2001;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU):

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Elisabete Jesus dos Santos, bem como expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-023.871/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Elisabete Jesus dos Santos (206.801.715-68)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA (TRT-5)

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao TRT-5 que, no prazo fixado, contado da notificação desta decisão:

1.7.1. caso a parcela referente ao exercício de funções comissionadas entre 08/04/1998 e 04/09/2001 tenha sido incorporada por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado promova, no prazo de quinze dias, seu destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. informe, no prazo de quinze dias, o inteiro teor desta decisão à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11414/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Maria José Borges Paixão emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que as parcelas incorporadas como quintos ou décimos decorrem do exercício da função de Oficial de Justiça Avaliador;

considerando que a função que ensejou a incorporação dos quintos era paga a todos os ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, independendo, portanto, do quesito confiança, inerente a todos os ocupantes de função comissionada;

considerando estar devidamente configurado que tal vantagem era paga em razão do exercício das atribuições típicas do cargo e que, apesar de seu nome, não tem a natureza de função de confiança, cuja investidura depende de escolha por parte da autoridade e cuja exoneração pode ser dar ad nutum;

considerando que a gratificação paga aos Oficiais de Justiça Avaliadores, a despeito de sua denominação, não se confunde com as funções de confiança, funções gratificadas ou cargos em comissão, não sendo passíveis, portanto, de incorporação sob a forma de quintos ou décimos;

considerando que a jurisprudência deste Tribunal é firme acerca da inadequação de incorporação de quintos decorrente de gratificação ou função comissionada devida aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU pela ilegalidade do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Maria José Borges Paixão;

dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

c) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-024.023/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria José Borges Paixão (221.875.292-15)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP que:

1.7.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência deste acórdão:

1.7.1.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

1.7.2.1. encaminhe ao TCU comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora; e

1.7.2.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

ACÓRDÃO Nº 11415/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Rosilda Mamede de Lucena Veloso emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Rosilda Mamede de Lucena Veloso;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-024.038/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rosilda Mamede de Lucena Veloso (646.752.544-20)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11416/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Conceição de Maria de Brito emitido pelo Tribunal Regional Federal da 16ª Região/MA (TRT-16) e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) detectaram a inclusão irregular, nos proventos, de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 08/04/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, do Recurso Extraordinário (RE) 638.115/CE;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos, desde que relativos a funções exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, e amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir, mas os decorrentes de decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, segundo a mesma decisão do STF, são indevidos os quintos recebidos relativamente ao período posterior a 04/09/2001;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU):

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Conceição de Maria de Brito, bem como expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-024.064/2021-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Conceição de Maria de Brito (271.003.593-68)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA (TRT-16)

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao TRF-16 que, no prazo fixado, contado da notificação desta decisão:

1.7.1. caso a parcela referente ao exercício de funções comissionadas entre 08/04/1998 e 04/09/2001 tenha sido incorporada por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado promova, no prazo de quinze dias, seu destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. informe, no prazo de quinze dias, o inteiro teor desta decisão à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11417/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Antonio Fernando Marques da Silva emitido pelo Ministério do Meio Ambiente e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Antonio Fernando Marques da Silva;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-024.078/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Fernando Marques da Silva (239.794.291-72)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Ministério do Meio Ambiente que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11418/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Elsa Maria de Azevedo Rossi emitido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Elsa Maria de Azevedo Rossi;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-024.154/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Elsa Maria de Azevedo Rossi (451.762.486-20)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a referida parcela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11419/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Rosa Maria Cardoso dos Santos Sekine emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que as parcelas incorporadas como quintos ou décimos decorrem do exercício da função de Oficial de Justiça Avaliador;

considerando que a função que ensejou a incorporação dos quintos era paga a todos os ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, independendo, portanto, do quesito confiança, inerente a todos os ocupantes de função comissionada;

considerando estar devidamente configurado que tal vantagem era paga em razão do exercício das atribuições típicas do cargo e que, apesar de seu nome, não tem a natureza de função de confiança, cuja investidura depende de escolha por parte da autoridade e cuja exoneração pode ser dar ad nutum;

considerando que a gratificação paga aos Oficiais de Justiça Avaliadores, a despeito de sua denominação, não se confunde com as funções de confiança, funções gratificadas ou cargos em comissão, não sendo passíveis, portanto, de incorporação sob a forma de quintos ou décimos;

considerando que a jurisprudência deste Tribunal é firme acerca da inadequação de incorporação de quintos decorrente de gratificação ou função comissionada devida aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU pela ilegalidade do ato.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Rosa Maria Cardoso dos Santos Sekine;

dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

c) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-024.155/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rosa Maria Cardoso dos Santos Sekine (007.864.998-69)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que:

1.7.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste acórdão:

1.7.3.1. encaminhe ao TCU comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora; e

1.7.3.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

ACÓRDÃO Nº 11420/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Jose Ernani Souto dos Santos emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Jose Ernani Souto dos Santos;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-024.156/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Ernani Souto dos Santos (206.299.824-49)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11421/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Emmerich Beringer Junior, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Emmerich Beringer Junior;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-024.162/2021-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Emmerich Beringer Junior (011.930.178-40)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado e o alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 11422/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Catia Eccel emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas,

considerando o disciplinamento contido no Acórdão 5.455/2018-TCU-Segunda Câmara, confirmado pelo Acórdão 5.785/2020-Primeira-Câmara, segundo o qual, o cômputo de tempo residual de exercício de funções comissionadas não empregado para incorporação de frações até 10/11/1997, para o servidor que completar o interstício de doze meses, somente é admitido para concessão de próxima parcela de décimo, mas não de quinto;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Catia Eccel;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-024.223/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Catia Eccel (495.584.559-20)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC que:

1.7.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, interrompendo o pagamento da rubrica referente à incorporação ilegal de quintos, sob pena de responsabilidade solidária da

autoridade administrativa omissa, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas;

1.7.2. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência pela unidade deste acórdão, com base na Súmula TCU 106;

1.7.3. emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.4. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11423/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Andrea Litzinger Nogueira emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de

tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Andrea Litzinger Nogueira;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-024.242/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Andrea Litzinger Nogueira (042.932.018-31)

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações: Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a mesma ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a mesma tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11424/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Karin da Cunha Fernandez de La Reguera emitido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) detectaram a inclusão irregular, nos proventos, de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 08/04/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em repercussão geral, do Recurso Extraordinário (RE) 638.115/CE;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos, desde que relativos a funções exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, e amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir, mas os decorrentes de decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que, segundo a mesma decisão do STF, são indevidos os quintos recebidos relativamente ao período posterior a 04/09/2001;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU):

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II; 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Karin da Cunha Fernandez de La Reguera, bem como expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-024.271/2021-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Karin da Cunha Fernandez de La Reguera (421.024.211-04)

1.2. Unidade: Ministério Público do Trabalho (MPT)

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao MPT que, no prazo fixado, contado da notificação desta decisão:

1.7.1. caso a parcela referente ao exercício de funções comissionadas entre 08/04/1998 e 04/09/2001 tenha sido incorporada por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado promova, no prazo de quinze dias: (i) seu destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE; (ii) a exclusão das parcelas referentes ao período posterior a 04/09/2001;

1.7.2. informe, no prazo de quinze dias, o inteiro teor desta decisão à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 11425/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Abedenago Nilo da Silva Sobrinho emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Abedenago Nilo da Silva Sobrinho, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-024.287/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Abedenago Nilo da Silva Sobrinho (452.745.176-68)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 11426/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Sergio Lopes de Macedo emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Sergio Lopes de Macedo, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7:

1. Processo TC-024.339/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Sergio Lopes de Macedo (022.751.889-67)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 11427/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Maria Aparecida Pereira emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Maria Aparecida Pereira, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7:

1. Processo TC-024.357/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Maria Aparecida Pereira (064.217.568-32)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Manoel Messias Mendes dos Santos emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Manoel Messias Mendes dos Santos, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7:

ACÓRDÃO Nº 11428/2021 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-024.387/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Manoel Messias Mendes dos Santos (051.492.134-03)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 11429/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Jobemar Silva Nunes, emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Jobemar Silva Nune, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-024.421/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Jobemar Silva Nunes (014.475.905-54)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 11430/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Israel dos Santos Vieira Filho emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Israel dos Santos Vieira Filho, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-024.430/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Israel dos Santos Vieira Filho (305.734.258-25)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações: Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 11431/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Miriam Correia de Sousa emitido pela Caixa Econômica Federal e submetidos este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Miriam Correia de Sousa, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7:

1. Processo TC-024.455/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Miriam Correia de Sousa (350.139.598-10)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 11432/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Bruno Lipi Mariano da Silva emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar ilegal a admissão de Bruno Lipi Mariano da Silva, negando registro ao ato correspondente, encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal e ao interessado e expedir a determinação contida no item 1.7, abaixo:

1. Processo TC-024.553/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Bruno Lipi Mariano da Silva (351.650.778-02)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos Editais 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11433/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Juliana Lima Santos emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Juliana Lima Santos, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-024.565/2021-0 (ATO DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Juliana Lima Santos (225.027.118-60)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 11434/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Marisa Tayna Correa Abreu emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Mariza Tayna Correa Abreu, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7:

1. Processo TC-024.653/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Mariza Tayna Correa Abreu (945.108.142-91)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 11435/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Marli Ana Rodrigues, emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais e do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Marli Ana Rodrigues, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-024.675/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Marli Ana Rodrigues (069.606.928-81)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 11436/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Maycon Renato Martins emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Maycon Renato Martins, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-024.681/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Maycon Renato Martins (397.107.908-38)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinações: Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 11437/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Catarina Aparecida Barreiros emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar ilegal a admissão de Catarina Aparecida Barreiros, negando registro ao ato correspondente, encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal e à interessada e expedir a determinação contida no item 1.7, abaixo:

1. Processo TC-024.722/2021-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Catarina Aparecida Barreiros (356.391.569-53)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos Editais 001/2014-NM e 001/2014-NS.

ACÓRDÃO Nº 11438/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Cesar Augusto Ferreira, emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Cesar Augusto Ferreira e negar registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-024.784/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Cesar Augusto Ferreira (602.070.519-68)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 11439/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao(s) ato(s) de admissão de Maria Áurea Ferreira emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação da empregada após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º, do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Maria Áurea Ferreira, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-024.793/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Maria Áurea Ferreira (022.984.184-89)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 11440/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Rosenei Alves Peratelli emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Rosenei Alves Peratelli, negando registro aos atos correspondentes;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7:

1. Processo TC-024.813/2021-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Rosenei Alves Peratelli (931.370.289-49)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação a interessada.

ACÓRDÃO Nº 11441/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Luciane Aparecida Onegreiros Dutra emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que o ato de admissão emitido nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Luciane Aparecida Onegreiros Dutra, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7:

1. Processo TC-024.932/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Luciane Aparecida Onegreiros Dutra (072.322.009-35)

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 11442/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Antonio Cesar Gontijo Silva Assunção Montezuma Andalecio emitido pela Caixa Econômica Federal e submetidos este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que o ato ora examinados deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Antonio Cesar Gontijo Silva Assunção Montezuma Andalecio, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7:

1. Processo TC-024.962/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Antonio Cesar Gontijo Silva Assunção Montezuma Andalecio (123.694.456-96)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 11443/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Gabriel Figueiredo Gomes emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Gabriel Figueiredo Gomes, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7:

1. Processo TC-025.008/2021-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Gabriel Figueiredo Gomes (092.477.404-52)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 11444/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Leomar Babinski, emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Leomar Babinski e negar registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7:

1. Processo TC-025.019/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Leomar Babinski (785.463.899-34)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 11445/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Mariana Soares Costa Ferreira emitido pela Caixa Econômica Federal e submetidos este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Mariana Soares Costa Ferreira, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7:

1. Processo TC-025.076/2021-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Mariana Soares Costa Ferreira (038.593.405-06)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação aos interessados.

ACÓRDÃO Nº 11446/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Mauricio Ferreira Damas, emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Mauricio Ferreira Damas e negar registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-025.123/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Mauricio Ferreira Damas (029.630.339-90)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 11447/2021 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Leonardo Cezário de Oliveira da Silva, emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais e do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão Leonardo Cezário de Oliveira da Silva, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-025.253/2021-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Leonardo Cezário de Oliveira da Silva (004.974.481-06)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

1.6. Representação legal: não há

1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;

1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 11448/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.202/2021-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Francisca Misael (106.411.428-89); Iara Santiago da Costa (092.048.268-60); Josete Barreto Vieira Raymundo (060.063.888-04)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11449/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.793/2021-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Aleteia Diana dos Anjos (684.291.345-49); Dora Nunes Chaves (066.768.201-53); Francisca Alves de Oliveira (098.125.041-68); Maria Apparecida de Assumpcao Simoes (385.556.891-04)

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11450/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no artigo 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os artigos 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso VI, e 212 do RITCU, e artigo 6º, II, da IN-TCU 71/2012, ACORDAM, por unanimidade, em determinar o arquivamento do processo abaixo, por ausência de pressupostos para seu desenvolvimento válido e regular e dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável, com envio de cópia desta deliberação e da instrução que a suporta, conforme pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-045.238/2020-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Emerson Pedraça de França (124.194.512-87)

1.2. Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11451/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no 143, inciso V, 'a', 237, IV, e 169, IV, do RITCU, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da representação, mas, considerá-la prejudicada, diante do baixo risco, da baixa relevância e da baixa materialidade de seu objeto, arquivando-a, dando-se ciência ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e à Prefeitura Municipal de Angra dos Reis - RJ, com o envio de cópia desta deliberação e da instrução que a suporta, e fazer a comunicação abaixo, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.321/2021-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. dar conhecimento desta representação, com envio de cópia desta deliberação e da instrução que a suporta, ao Ministério da Saúde e à Controladoria-Geral da União, para adoção das providências que entender pertinentes.

ACÓRDÃO Nº 11452/2021 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro - Cedae é uma companhia estadual, o que atrai a competência para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que vem acompanhando o processo de licitação para a concessão dos serviços prestados por aquela companhia, por meio de diversos trabalhos de fiscalização, a exemplo da auditoria de acompanhamento de que trata o processo TCE-RJ 103.462-2/20;

Considerando que o fato de o Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social, empresa pública federal, participar da estruturação do projeto de licitação de companhia estadual, não atrai a competência desta Corte de Contas, uma vez que as regras de realização do leilão foram definidas pelo Estado do Rio de Janeiro e não pela União; e

Considerando as orientações normativas delineadas pelos artigos 2º e 4º, §1º, da Resolução-TCU 215/2008, que trata das Solicitações do Congresso Nacional;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no §2º, do artigo 232 e artigo 169, inciso V, do RITCU c/c artigos 2º e 4º, §1º, da Resolução-TCU 215/2008, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer do pedido como Solicitação do Congresso Nacional, encaminhar cópia destes autos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento e adoção das providências que entender pertinentes, dar ciência desta deliberação e da instrução que a suporta ao interessado, e arquivar autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-021.936/2021-8 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Interessado: Deputado Federal Paulo Ramos

1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

ACÓRDÃO Nº 11453/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-021.398/2021-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Agência Brasileira de Inteligência - Recursos Sigilosos - PR.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11454/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-020.442/2021-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Vieira de Melo (050.900.634-51); Amélia Moanna Cordeiro Vilela Gomes (105.351.094-23); Edvaldo Xavier de Araujo (077.131.604-69); Jonas Daniel Lima dos Santos (064.225.124-06); Priscylla Silva Santos de Paula (077.176.834-66).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11455/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-020.452/2021-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marconi de Oliveira Santiago (806.754.414-04); Maria Luiza Neves do Nascimento (108.089.434-99); Maria Nizia de Lima Ferreira (061.639.894-81); Natalia Cibele Franca Gomes (057.908.684-44); Patricia Barbosa dos Santos Gomes (918.366.891-87).

1.2. Órgão/Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11456/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, fazendo-se a determinação abaixo:

1. Processo TC-020.464/2021-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Paula Gomes Araújo (088.089.894-10); Berenice Lucas dos Santos Voss (036.211.354-80); Liliane Salgueiro da Silva (925.592.714-00); Maria Edinice da Costa Freitas (319.661.793-91); Miriam Martins de Oliveira (055.542.916-43).

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. com fundamento no inciso I do art. 43 da Lei 8.443/1993 e dos art. 4º, 5º e § 1º do art. 6º da Resolução-TCU 315/2020, para o ato de admissão de Liliane Salgueiro da Silva, determinar à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares que:

1.7.1.1. apure eventual descumprimento da jornada de trabalho da servidora, ante a constatação da existência de outro vínculo empregatício.

1.7.1.2. caso seja constatada a incompatibilidade das jornadas de trabalho, adote as providências pertinentes à regularização do cumprimento da jornada no cargo relativo ao ato de que trata este processo.

1.7.1.3. informe a este Tribunal acerca do resultado das apurações no prazo de sessenta dias.

ACÓRDÃO Nº 11457/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, "e", do RI/TCU, combinado com o art. 183, parágrafo único, do RI/TCU, e de acordo com a proposta emitida pela unidade instrutiva, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por mais 120 (cento e vinte) dias a contar do término do inicialmente concedido, o prazo estabelecido para a que o Tribunal Regional do Trabalho - TRT 5ª Região/BA, cumpra a determinação constante do subitem 1.7.1 do acórdão 4729/2021-1ª Câmara, encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade instrutiva (peça 24), ao TRT 5ª Região/BA, juntar cópia da referida instrução, dos pronunciamentos e desta decisão ao TC-007.905/2017-3, e fazer a determinação conforme proposto nos autos.

1. Processo TC-016.859/2020-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Apensos: 007.905/2017-3 (MONITORAMENTO).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. solicitar do TRT 5ª Região/BA que, ao final do prazo de prorrogação concedido, apresente os elementos comprobatórios do cumprimento das determinações proferidas por meio dos subitens 1.7.1.1, 1.7.1.2, 1.7.1.3 e 1.7.1.4 do acórdão 4128/2016-TCU-1ª Câmara, com descrição organizada das providências adotadas por item do acórdão e os respectivos documentos comprobatórios devidamente referenciados.

ACÓRDÃO Nº 11458/2021 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, V, 'a', do RI/TCU, e de acordo com os pareceres da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumprida a determinação contida item 1.7.1 do acórdão 8656/2021-TCU-1ª Câmara, encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade técnica (peça 16), ao Conselho Federal de Odontologia, e determinar o apensamento definitivo destes autos de monitoramento ao processo original TC 006.188/2021- 4.

1. Processo TC-021.931/2021-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 11459/2021 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, em princípio, a licitação conjunta da prestação de serviços nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília não teria acarretado prejuízo à competitividade do pregão eletrônico 31/2020;

Considerando que em vista da participação do Ministério da Cidadania no certame da Central de Compras (pregão eletrônico 10/2020), sinaliza necessidade geral de postos de trabalho inferior à atualmente contratada (contrato 41/2020), bem como a sua vantagem econômica em face dos valores que vierem a ser obtidos no pregão em curso,

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da Selog (peça 72), ao Ministério da Cidadania, e expedir as determinações e ciência a seguir delineadas.

1. Processo TC-014.144/2021-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.2. Órgão: Ministério da Cidadania.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Ciência:

1.7.1. determinar ao Ministério da Cidadania, com fundamento no art. 4º, inciso II da Resolução - TCU 315/2020, que, no prazo de trinta dias, adote providência e informe ao TCU os encaminhamentos realizados ao analisar a possibilidade de prorrogação da execução do Contrato 41/2020, avalie a sua real demanda de postos de trabalho terceirizado, tendo em vista que a participação do Pregão Eletrônico 10/2020 da Central de Compras sinaliza necessidade geral inferior à atualmente contratada, bem como a sua vantagem econômica em face dos valores que vierem a ser obtidos na citada licitação;

1.7.2. dar ciência ao Ministério da Cidadania, com fundamento no art. 9º, I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre o fato de que a licitação conjunta para prestação de serviços em unidades distintas da federação, sem justificativa técnica adequada, ainda que visando ganhos na gestão contratual, pode resultar em restrição indevida de competitividade na licitação, com violação ao art. 23, § 1º, da Lei 8.666/1993;

1.7.3. determinar à Selog/TCU que monitore a deliberação do item 1.7.1 supra.

ACÓRDÃO Nº 11460/2021 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a partir de informações coletadas no Cremerj e do exame técnico da Selog foi possível concluir pela regularidade da contratação de escritório de advocacia para a prestação de serviços de compliance;

Considerando que o contrato 32/2019 sucedeu o contrato 26/2018, cujo período de vigência foi de 1º/10/2018 a 31/9/2019;

Considerando o distrato, firmado em 12/2/2020, do contrato 32/2019;

Considerando que a Selog concluiu pela inocorrência de sobrepreço no contrato 32/2019;

Considerando que com base no art. 9º, I e II, da Resolução TCU 315/2020, o Tribunal pode "dar ciência" à entidade jurisdicionada acerca da ocorrência de inconformidades ou irregularidades, objetivando reorientar sua atuação administrativa para prevenir situações futuras semelhantes;

Considerando que no resguardo dos direitos e garantias individuais, o Tribunal dará tratamento sigiloso às denúncias formuladas, até decisão definitiva sobre a matéria,

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, deferir o pedido formulado pela representante legal do Cremerj relativamente ao acesso do documento juntado à peça 52, desentranhar as peças 50 e 51 para autuação dos respectivos processos de denúncia, expedir as ciências abaixo delineadas; encerrar o processo e arquivar os autos, encaminhando cópia desta decisão ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj).

1. Processo TC 037.572/2019-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.2. Interessado: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj).

1.3. Entidade: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj).

1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.7. Representação legal: Karen Cristina Barbosa Campello (OAB/RJ 125.327), representando o Cremerj (peça 20);

1.8. Ciências:

1.8.1. dar ciência ao Cremerj de que:

18.1.1. segundo o enunciado da súmula TCU 252, "A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado";

18.1.2. conforme o art. 74, III, § 3º, da nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021), para os fins da inexigibilidade de licitação, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

1.8.1.3. nos termos do art. 7º da Instrução Normativa SED/ME 73/2000, os processos de inexigibilidade de licitação deverão ser instruídos com a devida justificativa de que o preço ofertado à administração é condizente com o praticado pelo mercado;

1.8.1.4. a justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar (acórdão 2.993/2018-TCU-Plenário).

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 31 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

ALINE GUIMARÃES DIÓGENES
Subsecretária da 1ª Câmara

Aprovada em 24 de agosto de 2021.

VITAL DO RÊGO
Presidente

Defensoria Pública da União

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA GABDPGF DPGU Nº 745, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar n. 80, de 12 de janeiro de 1994;

Considerando o disposto art. 4º, caput, inciso II, alínea "c", item "1" da LOA-2021 (Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021), c/c o art. 47, § 1º, inciso III da LDO-2021 (Lei nº 14.116 de 31 de dezembro de 2020);

Considerando o Processo Administrativo SEI nº 08038.019958/2021-91;, resolve:

Art. 1º Abrir crédito suplementar no valor de R$ 3.300.000 ao Orçamento da Defensoria Pública da União para atender a programação constante no Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários para a execução do disposto no Anexo I provêm do cancelamento de dotação conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL
MACEDO ALVES PEREIRA

ANEXO I

ANEXO I									
ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União									
ANEXO I Crédito Suplementar PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0030 Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União 3.300.000									
		Atividades		3.300.000					
03 422	0030 2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão							
03 422	0030 2725 0001	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional		3.300.000					
			F	4	1	90	0	100	3.300.000
TOTAL - FISCAL									3.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.300.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União									
ANEXO II Crédito Suplementar PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00									
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0030 Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União 3.300.000									
		Atividades							
03 422 0030 2725		Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	3.300.000						
03 422 0030 2725 0001		Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional	3.300.000						
			F	3	1	90	0	100	3.300.000
TOTAL - FISCAL									3.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.300.000

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 196, DE 19 DE AGOSTO DE 2021

Comunica a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Supremo Tribunal Federal.

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 47, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, no artigo 4º da Lei 14.144, de 22 de abril de 2021, e na Portaria SOF nº 4.967, de 29 de abril de 2021, , resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Supremo Tribunal Federal crédito suplementar no valor de R$ 5.398.168,00 (cinco milhões, trezentos e noventa e oito mil, cento e sessenta e oito reais) para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no art. 1º provêm de cancelamento de dotação, conforme Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LUIZ FUX

ANEXO I

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal

ANEXO I Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							5.398.168
		Atividades							
02 061	0033 6359	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal							5.398.168
02 061	0033 6359 5664	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal - Em Brasília - DF							5.398.168
			F	4	2	90	0	100	5.398.168
TOTAL - FISCAL									5.398.168
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.398.168

ANEXO II

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal

UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal

ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0033		Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário							5.398.168
		Atividades							
02 061	0033 6359	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal							5.398.168
02 061	0033 6359 5664	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal - Em Brasília - DF							5.398.168
			F	3	2	90	0	100	5.398.168
TOTAL - FISCAL									5.398.168
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.398.168

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 436, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a publicação do Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2021.

O SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, usando de suas atribuições legais, dispostas no art. 1º, inciso I, da Portaria CJF n. 407, de 05 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º PUBLICAR, na forma do Anexo I, nos termos do art. 63 da Lei n. 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO 2021, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Federal, referente ao exercício de 2021.

Art. 2º Fica revogada a Portaria CJF n. 353, de 06 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, do dia 08 de julho de 2021.

Juiz MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS

ANEXO

CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA: 2021
ÓRGÃO 12000 - JUSTIÇA FEDERAL

Em R$

PERÍODO	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		OUTRAS DESPESAS CORRENTES, INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS		
	COTA DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO	RESTOS A PAGAR RECEBIDOS	COTA DO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO	RESTOS A PAGAR RECEBIDOS	PAGAMENTO DE HONORARIOS PERICIAIS NAS ACOES EM QUE O INSS FIGURA COMO PARTE
Em Janeiro	1.117.416.613	2.233.476	116.503.764	33.780.234	13.429.792
Até Fevereiro	1.951.159.674	2.233.476	1.052.457.619	38.780.234	29.241.624
Até Março	2.902.925.362	2.231.615	1.274.119.468	38.899.192	50.090.451
Até Abril	3.729.725.864	2.232.217	1.363.493.405	38.873.157	67.061.255
Até Maio	4.565.315.339	2.231.734	1.528.964.525	47.003.745	86.835.659
Até Junho	5.396.581.329	2.231.734	1.694.302.339	81.498	109.543.907
Até Julho	6.230.976.718	2.233.134	1.838.734.756	79.243	132.764.283
Até Agosto	6.230.980.904	2.233.134	1.838.736.800	77.198	156.764.283
Até Setembro	7.130.980.904	2.233.134	1.880.682.544	77.198	336.422.195
Até Outubro	8.030.980.904	2.233.134	1.922.628.288	77.198	336.422.195
Até Novembro	9.237.980.904	2.233.134	1.964.574.032	77.198	336.422.195
Até Dezembro	10.947.512.140	2.233.134	2.006.519.775	77.198	336.422.195

Em R$

SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATÓRIOS)				
	UNIÃO FEDERAL, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES FEDERAIS			FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
	NATUREZA ALIMENTÍCIA		OUTRAS NATUREZAS	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS
PERÍODO	GND 1	GND 3	GND 3 e GND 5	GND 3
Em Janeiro	-	-	-	-
Até Fevereiro	-	-	-	-
Até Março	1.070	-	-	-
Até Abril	1.070	-	-	-
Até Maio	1.070	-	-	-
Até Junho	6.664.688.770	1.365.374.586	14.528.161.348	9.695.065.152
Até Julho	6.664.688.770	1.365.374.586	14.528.161.348	9.695.065.152
Até Agosto	6.664.688.770	1.365.374.586	14.528.161.348	9.695.065.152
Até Setembro	6.664.688.770	1.365.374.586	14.528.161.348	9.695.065.152
Até Outubro	6.664.688.770	1.365.374.586	14.528.161.348	9.695.065.152
Até Novembro	6.664.688.770	1.365.374.586	14.528.161.348	9.695.065.152
Até Dezembro	6.664.688.770	1.365.374.586	14.528.161.348	9.695.065.152

Em R$

SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO DE PEQUENO VALOR (RPV)				
PERÍODO	UNIÃO FEDERAL, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES FEDERAIS		BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E PREVIDENCIÁRIOS	
	NATUREZA ALIMENTÍCIA	OUTRAS NATUREZAS	FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	FUNDO DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Em Janeiro	4.150.658	86.032.185	3.416.238	146.186.238
Até Fevereiro	83.271.464	170.420.130	66.431.023	736.476.290
Até Março	169.846.910	311.919.239	171.164.836	1.704.989.717
Até Abril	277.773.268	508.057.264	300.374.483	2.952.808.250
Até Maio	385.355.689	696.257.246	421.251.157	4.114.735.131
Até Junho	488.213.355	893.392.850	544.940.027	5.320.107.605
Até Julho	646.104.204	1.323.476.168	680.073.596	6.786.382.278
Até Agosto	761.872.399	1.866.821.401	936.078.815	8.698.973.786
Até Setembro	874.162.049	1.866.821.401	1.049.095.225	10.115.179.879
Até Outubro	1.000.410.926	1.866.821.401	1.196.961.597	11.399.018.741
Até Novembro	1.116.172.378	1.866.821.401	1.196.961.597	11.399.018.741
Até Dezembro	1.484.691.842	1.866.821.401	1.196.961.597	11.399.018.741

Em R$

CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.	
PERÍODO	UNIÃO FEDERAL, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES FEDERAIS
	NATUREZA ALIMENTÍCIA
Em Janeiro	12.814.722
Até Fevereiro	19.142.845
Até Março	28.032.433
Até Abril	35.031.557
Até Maio	41.376.855
Até Junho	47.449.856
Até Julho	54.044.295
Até Agosto	254.840.118
Até Setembro	344.301.026
Até Outubro	425.520.082
Até Novembro	498.483.286
Até Dezembro	510.950.299

Juiz MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal

MARCELO BARROS MARQUES
Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO COFEN Nº 677, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

Estabelece normas e padrões para a fabricação, expedição, utilização e controle das carteiras de identidade profissional, certificado de registro de empresas e certificado digital do Sistema Conselho Federal de Enfermagem/Conselhos Regionais de Enfermagem.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN, no uso de suas atribuições estabelecidas na Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, art. 8º, inciso IV e XIII, e

no Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012 e CONSIDERANDO a prerrogativa estabelecida ao Cofen no art. 8º, inciso IV, da Lei nº 5.905/1973, de baixar provimentos e expedir instruções, para uniformidade de procedimento e bom funcionamento dos Conselhos Regionais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso X, do Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, e o Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que regulamentam o exercício da Enfermagem no país;

CONSIDERANDO a Lei nº 6.206, de 07 de maio de 1975, que confere validade em território nacional como prova de identidade, para qualquer efeito, à carteira emitida pelos Conselhos Profissionais;

CONSIDERANDO o art. 2º, inciso III, da Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, que garante que a identificação civil possa ser atestada por meio da carteira profissional;

CONSIDERANDO o art. 10º, da Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, que dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN);

CONSIDERANDO a Resolução nº 3, de 24 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Identificação Civil Nacional, que recomenda o padrão biométrico da Identificação Civil Nacional e orienta a implementação da interoperabilidade entre sistemas;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 580/2018, que aprova e adota o manual de procedimentos para registro e inscrição de profissionais de enfermagem;

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo Cofen nº 1284/2018 e no Processo Administrativo Cofen nº 62/2017;

CONSIDERANDO o que consta na Resolução Cofen nº 255/2001, que atualiza normas para o registro de empresas;

CONSIDERANDO o que consta na Resolução Cofen nº 568/2018, que aprova o regulamento dos consultórios de enfermagem e clínicas de enfermagem;

CONSIDERANDO o que consta na Resolução Cofen nº 509/2016, que atualiza a norma técnica para anotação de responsabilidade técnica pelo serviço de enfermagem e define as atribuições do enfermeiro responsável técnico;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Cofen em sua 531ª Reunião Ordinária, e tudo o mais que consta no Processo Administrativo Cofen nº 913/2020;, resolve:

Art. 1º Aprovar, atualizar e adotar os padrões e as normas para instituição, confecção, distribuição, expedição e controle das Carteiras de Identidade Profissional (CIP), na versão impressa e na versão digital (e-CIP), dos certificados de registro de empresas (CRE) na versão física e digital (e-CRE), bem como do certificado digital no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

§1º As versões digitais e físicas dos documentos supracitados terão o mesmo valor jurídico.

§2º As versões digitais dos documentos supracitados estão vinculadas às físicas, assim, a alteração da situação de uma, produzirá o mesmo efeito na outra.

§3º O processo de emissão do Certificado Digital dos Profissionais de Enfermagem no Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem deverá ser integrado ao processo de emissão das carteiras de identidades profissionais.

Art. 2º Compete ao Cofen instituir, padronizar, estabelecer os critérios para distribuição e controle da CIP, e-CIP, CRE e e-CRE, certificado digital bem como realizar a contratação de empresa especializada para a sua confecção.

DA CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL FÍSICA (CIP) E DIGITAL (e-CIP)

Art. 3º As CIP e e-CIP farão prova de todos os dados nela incluídos, dispensando a apresentação dos documentos que lhe deram origem ou que nela tenham sido mencionados, ex vi da Lei nº 12.037/2009, art. 2º, inciso III.

Art. 4º As CIP e e-CIP são de uso pessoal e intransferível.

Parágrafo único. É obrigatório o uso da CIP ou e-CIP para o exercício das atividades profissionais de Enfermagem.

Art. 5º As CIP e e-CIP são expedidas pelo Conselho Regional de Enfermagem - Coren que jurisdiciona a área na qual o profissional exerce suas atividades.

Parágrafo único. Serão expedidas pelo Cofen as CIP e e-CIP dos Conselheiros Federais.

Art. 6º As CIP e e-CIP serão confeccionadas após o registro do título e inscrição do profissional no Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

Art. 7º Para a confecção da CIP e e-CIP, será efetuado o cadastramento, em sistema próprio, dos dados biográficos e biométricos, do qual constarão imagens de fotografia, da assinatura e da coleta das impressões digitais, que serão enviados para a central de base de dados e posterior emissão dos documentos.

§1º Deverá ser realizada coleta das impressões digitais dos dez dedos dos profissionais; na CIP constará preferencialmente a imagem do polegar direito ou, no caso de impossibilidade, do polegar esquerdo.

§2º A fotografia deve seguir as especificações:

I- Ser tirada de frente contra fundo branco;

II- O rosto e os ombros devem estar enquadrados e o requerente deve olhar diretamente para a câmera;

III- Não pode haver reflexos, penumbras ou sombras em nenhuma parte da fotografia;

IV- O requerente deve apresentar fisionomia neutra, sem sorrir ou franzir o cenho;

V- Os olhos devem estar abertos e visíveis;

VI- Caso use óculos, as lentes não podem refletir a luz ambiente ou da câmera. De maneira alguma podem ser utilizados óculos escuros ou óculos de armações grossas ou muito chamativas;

VII- Não serão permitidos quaisquer itens de chapelaria, exceto os utilizados por motivos religiosos, que, ainda assim, não podem impedir a visualização perfeita do rosto do profissional.

§3º O processo de coleta e validação de dados biográficos e biométricos para emissão das carteiras de identidade profissionais deve atender aos requisitos para a emissão do certificado digital.

Art. 8º Constituem documentos de identidade de que trata o presente ato resolucional, as carteiras expedidas a:

I- Profissionais de enfermagem:

a) Enfermeiro;

b) Obstetriz;

c) Técnico de Enfermagem;

d) Auxiliar de Enfermagem;

II- Autorizados;

III- Fiscais;

IV- Auxiliares de Fiscal;

V- Conselheiros Federais;
VI- Conselheiros Regionais.
Art. 9º Serão informações obrigatórias a constarem na CIP e e-CIP:
I- os dizeres "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL";
II- a inscrição: "Conselho Federal de Enfermagem" na tarja superior;
III- o brasão do Conselho Federal de Enfermagem no canto superior esquerdo;
IV- a indicação do número de inscrição e do Coren no seguinte formato: "INSCRIÇÃO - COREN-UF - Número de Inscrição";
V- a indicação do número de inscrição e do Coren no seguinte formato: "INSCRIÇÃO - COREN-UF - (Número de Inscrição) -IS", para as CIPs e e-CIPs de Inscrição Secundária;
VI- a indicação do número de inscrição e do Coren no seguinte formato: "INSCRIÇÃO - COREN-UF - (Número de Inscrição) -IRS", para as CIPs e e-CIPs de Inscrição Secundária Remida;
VII- a indicação do número de inscrição e do Coren no seguinte formato: "INSCRIÇÃO - COREN-UF - (Número de Inscrição) - IR", para as CIPs e e-CIPs de Inscrição Remida;
VIII- o nome civil por extenso e, se houver, nome social em espaço que possibilite a sua imediata identificação, devendo ter destaque em relação ao respectivo nome constante do registro civil;
IX- o nome da habilitação/qualificação;
X- a naturalidade/UF/nacionalidade do profissional;
XI- a data de nascimento;
XII- a data de validade da carteira;
XIII- a foto no canto do lado direito;
XIV- a assinatura e nome do Presidente do Coren;
XV- o número do tipográfico da folha-espelho no canto inferior direito;
XVI- a filiação;
XVII- o número do registro da carteira de identidade primária, data da expedição e órgão emitente, devendo este ser informado da seguinte forma: (SIGLA DO EXPEDIDOR) -UF;
XVIII- o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
XIX- a assinatura do profissional;
XX- imagem da digital, preferencialmente, do polegar direito;
XXI- QR Code de verificação de autenticidade.
Art. 10 Os dados biométricos constantes da CIP e e-CIP deverão ser preenchidos pelo Coren responsável conforme documentação apresentada, sem rasura e sem omissão de quaisquer dados.
Art. 11 A CIP deverá conter as seguintes especificações técnicas, conforme modelos anexos a esta norma:
I- papel branco, isento de branqueador ótico, não fluorescente, composto de massa com reação química a solventes, com gramatura de 94 (noventa e quatro) g/m² (com uma tolerância de 5% (cinco por cento) para mais ou para menos);
II- filigrana com marca d'água personalizada da empresa contratada para o processo de emissão desses documentos;
III- fibras com cores visíveis, invisíveis e luminescentes quando expostas à luz ultravioleta (UV). As fibras deverão ser distribuídas aleatoriamente no papel.
IV- Dimensões 120 (cento e vinte) mm por 86 (oitenta e seis) mm.
Art. 12 A impressão deverá ser Calcográfica Cilíndrica (talho doce) nos locais indicados abaixo e com as seguintes especificações:
I- uso de tinta pastosa especial, variável de acordo com o tipo de carteira, com altura mínima do relevo em relação ao nível do papel de 25 (vinte e cinco) micrômetros;
II- tarja tipo coluna composta por tramas de segurança, textos, imagem latente oculta e logotipo do Cofen na parte lateral esquerda e direita, complementada por texto em positivo e na parte superior com os textos "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL", "CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM";
a) A impressão na lateral esquerda será realizada em duas cores com uma única passada.
III- na porção inferior da face inferior, o texto positivo "VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL";
IV- na lateral esquerda da face inferior, tarja do tipo coluna em filigrana negativa, contendo de forma visível a inscrição: "VALE COMO DOCUMENTO DE IDENTIDADE E TEM FÉ PÚBLICA (ART. 15 INCISO VII - LEI Nº 5.905 DE 12/07/73 E LEI Nº 6.206 DE 07/05/75)";
V- no lado direito da face superior, tarja do tipo coluna, composta por filigrana negativa, com falha técnica contendo de forma visível a inscrição: "PROIBIDO PLASTIFICAR";
a) o número do tipográfico da folha-espelho será impresso no canto inferior direito após interrupção diagonal da tarja do tipo coluna.
Art. 13 A folha-espelho deverá ser impressa em Offset, exceto nos locais indicados no art. 12, contendo os seguintes itens:
a) impressão de fundo numismático duplo, contendo o brasão do Cofen ao centro da face superior e Brasão da República Federativa do Brasil na face inferior;
b) impressão invisível da sigla Cofen - Coren reagente a luz ultravioleta;
c) microtextos positivos e negativos com falha técnica.
Art. 14 As habilitações e qualificações profissionais serão distinguidas conforme as cores, que serão impressas com referência ao Catálogo Pantone, a seguir:
I- Enfermeiro e Obstetriz: Offset: Pantone cool gray 5U (cinza) e Pantone 358U (verde); Impressão Calcográfica: Pantone 357 (verde) e Pantone 7741 U (verde) - Anexo I;
II- Técnico de Enfermagem: Offset: Pantone cool gray 5U (cinza) e Pantone 2717U (azul); Impressão Calcográfica: Pantone 295 U (azul) e Pantone 542 U (azul) - Anexo II;
III- Auxiliar de Enfermagem: Offset: Pantone cool gray 5U (cinza) e Pantone 182U (vermelho); Impressão Calcográfica: Pantone 485 U (vermelho) e Pantone 169 U (vermelho) - Anexo III;
IV- Autorização: Offset: Pantone cool gray 5U (cinza) e Pantone 7752U (sépia); Impressão Calcográfica: Pantone 470 U (marrom) e Pantone 125 U (marrom) - Anexo IV;
V- Conselheiro Federal: Offset: Pantone cool gray 5U (cinza), Pantone 1215U (amarelo) e Pantone 5415U (azul); Impressão Calcográfica: Pantone 359 U (verde) e Pantone 7492 U (verde) - Anexo V;
VI- Conselheiro Regional: Offset: Pantone cool gray 5U (cinza) e Pantone 4655U (marrom); Impressão Pantone 615U (amarelo); Impressão Calcográfica: Pantone 7726 U (verde) e Pantone 570 U (verde) - Anexo VI;
VII- Fiscal: Offset: Pantone cool gray 5U (cinza), Pantone 706U (verde) e Pantone 564U (rosa); Impressão Calcográfica: Pantone 369 U (verde) e Pantone 359 U (verde) - Anexo VII;
VIII- Auxiliar de Fiscal: Offset: Pantone cool gray 5U (cinza) e Pantone 564U (rosa); Impressão Calcográfica: Verde Pantone 369 U e Verde Pantone 359 U - Anexo VIII.
Art. 15 Para preservar os itens de segurança, é proibida a plastificação da CIP.
Art. 16 A CIP terá sua validade contada a partir da data de sua emissão.
I- Será de 05 (cinco) anos a validade das CIP e e-CIP dos seguintes tipos:
a) Enfermeiro;
b) Obstetriz;
c) Técnico de Enfermagem;
d) Auxiliar de Enfermagem;
e) Autorizado.
II- Será de 10 (dez) anos a validade das CIP e e-CIP dos seguintes tipos:
a) Fiscal;
b) Auxiliar de Fiscal.
III- Terão validade pelo prazo do mandato as carteiras dos seguintes tipos:
a) Conselheiro Federal;
b) Conselheiro Regional.
§ 1º A validade da cédula de identidade do autorizado será de 05 (cinco) anos, revogando expressamente o disposto nos arts. 9º e 12º da Resolução Cofen nº 185/1995.
§ 2º As validades das CIP e e-CIP dos profissionais que não apresentaram o diploma/certificados, quando do requerimento de inscrição, será de 12 (doze) meses.
§ 3º As CIP e a e-CIP dos profissionais remidos também terão validade de 5 (cinco) anos.
§ 4º O profissional deverá solicitar a renovação da CIP e e-CIP a partir de 90 (noventa) dias antes do vencimento.
§ 5º As CIP e e-CIP emitidas aos profissionais que possuem Inscrição Secundária ou Inscrição Remida Secundária terão a mesma data de validade daquela de sua Inscrição Principal.
Art. 17 Fica o profissional obrigado à devolução imediata da carteira de identidade ao Conselho Regional de Enfermagem expedidor, para inutilização, após a perda da validade prevista nessa norma e após o encerramento da sua atividade profissional.
Art. 18 Será de competência do Presidente do respectivo Coren a assinatura nas CIP dos profissionais nele inscritos.
Parágrafo único. As CIPs dos ocupantes do cargo de Presidente não podem por eles serem chanceladas, devendo constar a assinatura do Vice-Presidente ou Secretário.
Art. 19 É responsabilidade do Presidente do Conselho Regional o controle da solicitação de carteiras, do respectivo recebimento, emissão, expedição, devolução para a inutilização, além do controle dos saldos remanescentes.
Art. 20 Para utilização da e-CIP será necessária a instalação de um aplicativo específico denominado Carteira Digital da Enfermagem (CDEnf).
§1º O CDEnf e a e-CIP terão componentes de segurança que protegerão os dados dos profissionais de Enfermagem.
§2º O CDEnf e a e-CIP serão assinadas digitalmente através de Certificado de Atributo nos padrões da ICP-BRASIL, sendo o Conselho Federal de Enfermagem a Entidade Emissora de Atributos.
DO APLICATIVO CARTEIRA DIGITAL DA ENFERMAGEM (CDEnf)
Art. 21 O aplicativo exigirá a conferência e validação de dados biométricos ou de credenciais - informação de usuário e senha concedidos pelos Conselhos Regionais - junto à base de dados do sistema de controle de carteiras para liberação do acesso ao documento.
Art. 22 O aplicativo Carteira Digital da Enfermagem gerará um QR Code específico para a e-CIP e e-CRE, distintos do QR Code impresso na CIP e CRE, respectivamente.
Parágrafo único. O código bidimensional será gerado de forma automatizada e criptografada, utilizando aplicativo móvel oficial disponível para "download" gratuito nas principais lojas de aplicativos para dispositivos móveis.
Art. 23 A e-CIP e a e-CRE serão emitidas com as mesmas especificações da CIP e CRE, respectivamente, excetuando-se aquelas que sejam exclusivas para o documento impresso.
Art. 24 O aplicativo Carteira Digital da Enfermagem deverá apresentar todas as e-CIPs que o profissional de Enfermagem possuir, visto que uma pessoa pode ter mais de um tipo de inscrição.
Art. 25 Serão atributos da e-CIP as anotações referentes a registro de título de pós-graduação lato sensu, inclusive na modalidade Residência, stricto sensu, especialização técnica de nível de médio, certidão de responsabilidade técnica (CRT), podendo outras serem incorporadas.
§1º Para inclusão de anotações referentes a registro de título de pós-graduação lato sensu, inclusive na modalidade Residência, stricto sensu, especialização técnica de nível de médio, no mínimo, devem constar as seguintes informações:
I- Número de registro do título no Sistema Cofen/Conselhos Regionais, livro, folha e data;
II- Denominação do título atribuído;
III- Nível de ensino;
IV- Unidade de Ensino expedidora;
V- Situação do registro;
§2º Para inclusão da certidão de responsabilidade técnica, no mínimo, devem constar as seguintes informações:
I- Nome da instituição, empresa ou clínica;
II- Endereço;
III- Unidade de serviço;
IV- Endereço da unidade;
V- Horário/turno da atividade;
VI- Carga horária;
VII- Número, livro, folha e data da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
VIII- Data de validade da ART;
IX- Motivação da ART.
DO CERTIFICADO DIGITAL
Art. 26 Aos profissionais de Enfermagem adimplentes poderá ser concedido, gradativamente, CERTIFICADOS DIGITAIS A3 (padrão ICP-BRASIL) em nuvem, para assinatura digital, com ativação anual, àqueles que o solicitarem por meio do aplicativo CDEnf.
Parágrafo único. O certificado digital estará disponível para utilização apenas por meio do aplicativo CDEnf.
Art. 27 O Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem deverá ser credenciado na ICP-Brasil para utilizar um módulo eletrônico de Autoridade de Registro (AR), respeitando os requisitos mínimos exigidos nas normas em vigor.
§1º Os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem estarão vinculados a uma Autoridade Certificadora (AC) credenciada pela ICP-Brasil para emissão do Certificado Digital dos profissionais de Enfermagem.
§2º Os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem deverão fornecer listas atualizadas contendo as informações necessárias para validação e identificação, junto ao Instituto de Tecnologia da Informação - ITI, daqueles que atuarão como agentes de registro responsáveis pela autenticação da CIP e validação das solicitações de emissão e revogação de certificação.
§3º A captura de dados biométricos para identificação do profissional de Enfermagem deverá ser submetida a uma Prestadora de Serviços biométricos - PSBIO credenciada.
Art. 28 O processo de emissão do Certificado Digital dos Profissionais de Enfermagem no Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem deverá ser integrado ao processo de emissão das carteiras de identidade profissionais.
§1º Os profissionais que possuam CIPs não vencidas, com dados biográficos e biométricos válidos da base de dados do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, poderão ter seus dados aproveitados para emissão do Certificado Digital.
§2º Os profissionais com carteiras vencidas deverão atualizar seus dados biográficos e realizar a captura de dados biométricos para emissão do seu Certificado Digital.
DO CERTIFICADO FÍSICO (CRE) E DIGITAL (E-CRE) DE REGISTRO DE EMPRESA
Art. 29 Para efeito da presente Norma, está incluído no conceito de "Empresa" todo empreendimento de enfermagem realizado em instituição de saúde, hospitalar ou não, em estabelecimento ou organização afim, inclusive as clínicas e consultórios de Enfermagem.
Art. 30 A concessão do CRE e e-CRE está vinculada ao cumprimento das demais exigências estabelecidas das normas específicas de registro de empresa.
Art. 31 O CRE deverá conter as seguintes especificações técnicas, conforme modelos anexos a esta norma:
I- papel branco, isento de branqueador ótico, não fluorescente, composto de massa com reação química a solventes, com gramatura de 94 (noventa e quatro) g/m² com uma tolerância de 5% (cinco por cento) para mais ou para menos;
II- filigrana com marca d'água personalizada da empresa contratada para o processo de emissão desses documentos;

III- fibras com cores visíveis, invisíveis e luminescentes quando expostas à luz ultravioleta (UV). As fibras deverão ser distribuídas aleatoriamente no papel;

IV- Dimensões 297 (duzentos e noventa e sete) mm por 210 (duzentos e dez) mm.

Art. 32 Deverá conter uma tarja do tipo coluna, localizada no lado esquerdo, composta por filigrana negativa, tramas de segurança, textos, imagem latente, e a impressão deverá ser com as seguintes especificações:

I- impressão Calcográfica Cilíndrica (talho doce), em 2 (duas) cores com uma única passada, nas cores Azul Pantone 288 e Black U (Catálogo Pantone).

II- uso de tinta pastosa especial com altura mínima do relevo em relação ao nível do papel de 25 (vinte e cinco) micrômetros.

Art. 33 A folha-espelho da CRE deverá ser impressa em Offset, exceto no local da tarja citada no art. 32, com referência ao Catálogo Pantone, Offset em Policromia Azul Pantone 284 e Cinza Pantone Cool Gray 4, com os seguintes itens:

a) impressão de fundo numismático duplo, contendo o brasão, sigla e nome do Cofen ao centro;

b) impressão invisível da sigla Cofen - Coren reagente a luz ultravioleta;

c) microtextos positivos e negativos com falha técnica.

Art. 34 Para preservar os itens de segurança, é proibida a plastificação da CRE.

Art. 35 A CRE terá validade de 5 (cinco) anos a partir da data de sua emissão.

Art. 36 Serão informações obrigatórias a constar na CRE e e-CRE:

I- os dizeres "REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL" na parte superior centralizado;

II- a inscrição "CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM" na parte superior centralizado;

III- a inscrição do nome do Conselho Regional de Enfermagem responsável pela emissão do documento;

IV- o brasão da República Federativa do Brasil no canto superior esquerdo;

V- o brasão do Conselho Federal de Enfermagem no canto superior direito;

VI- o texto "Certificado de Registro de Empresa" e "Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980";

VII- informações de identificação da empresa, como nome, classificação, dados de registro;

VIII- a data de validade da CRE;

IX- a assinatura do Presidente do Coren;

X- o número do tipográfico da folha-espelho no canto inferior esquerdo;

XI- QR Code de verificação de autenticidade.

Art 37 Para fins de fiscalização, todas as empresas deverão manter afixado em local de destaque, bem visível, o Certificado de Registro de Empresa físico.

Art. 38 Os casos omissos serão solucionados pelo Conselho Federal de Enfermagem e pelos Conselhos Regionais de Enfermagem no uso de suas competências legais conferidas pela Lei n° 5.905/1973 e pelo Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012.

Art. 39 Permanecem válidas as carteiras de identidade profissional emitidas pelo Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, obedecendo a data de validade fixada no documento.

Parágrafo único. As carteiras de identidade profissional que não constam prazo de validade deverão ser substituídas pelos modelos adotados na presente norma.

Art. 40 Esta Resolução entra em vigor após 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação, revogadas a Resolução Cofen nº 658/2021, a Resolução Cofen nº 460/2014

e o modelo de Certificado de Registro de Empresa anexo à Resolução Cofen nº 255/2001.

BETÂNIA Mª P. DOS SANTOS
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA NERI PIEDADE
1ª Secretária

RESOLUÇÃO COFEN Nº 681, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Altera e atualiza o Organograma Institucional do Conselho Federal de Enfermagem e o Caderno de Atribuições das Unidades Funcionais do Cofen, Anexos da Resolução Cofen nº 566/2018, e dá outras providências.

O Conselho Federal de Enfermagem - Cofen, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução Cofen n° 421, de 15 de fevereiro de 2012, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação da estrutura administrava com vistas ao aprimoramento da governança do Conselho Federal de Enfermagem e ao atendimento de forma plena às boas práticas de gestão pública, de modo a maximizar esforço organizacional no cumprimento das regras constantes nos dispositivos legais e regimentais que norteiam as ações do Cofen;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno do Cofen, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, autoriza o Conselho Federal de Enfermagem, respeitando o limite de gastos com pessoal, dotação orçamentária e disponibilidade financeira, definir sua estrutura administrativa por meio da criação de assessorias, departamentos, divisões e setores, disciplinando seus objetivos, atribuições e respectivos vínculos internos;

CONSIDERANDO que cabe ao Cofen, face à dinâmica da Gestão Pública, promover a qualquer tempo a reorganização ou reestruturação administrativa, devendo, em todo o caso, manter atualizado seu organograma institucional;

CONSIDERANDO tudo o que constam nos autos dos Processos Administrativos Cofen nº 1179/2019 e 596/2021, e a deliberação do Plenário em sua 532ª Reunião Ordinária, ocorrida em Maceió-AL, no dia 23 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar e atualizar o Organograma Institucional do Conselho Federal de Enfermagem e o Caderno de Atribuições das Unidades Funcionais do Cofen, Anexos da Resolução Cofen nº 566/2018, nos termos da presente resolução.

Art. 2º Alterar o nível do cargo de Assessor de Plenário de Analista I para Analista II.

Art. 3º Alterar o nível do cargo de Chefe da Secretaria Geral de Analista I para Analista II.

Art. 4º Alterar o nível do cargo de Assessor de Diretoria de Analista Assistente para Analista I.

Art. 5º Criar o cargo de Assessor Técnico nível Analista I.

Art. 6º Criar o cargo de Assessor Técnico nível Analista II.

Art. 7º As atribuições dos cargos de Assessor Técnico nível Analista I e Assessor Técnico nível Analista II, estão insertas no Caderno de Atribuições, anexo à Resolução Cofen nº 566, de 26 de janeiro de 2018, disponível no Portal Cofen (www.portalcofen.gov.br).

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BETÂNIA Mª P. DOS SANTOS
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA NERI PIEDADE
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃO DE 24 DE AGOSTO DE 2021

RECLAMAÇÃO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 283/2020 (PAe 000283.13/2020- CFM) RECURSO EM PEP CFM ANTERIOR Nº 390/2019 (PAe 000076.13/2019-CFM) ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (PEP nº 000006/2014) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 8ª Câmara Extraordinária - 2020 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial à reclamação interposta pela reclamante/denunciante. Por unanimidade foi considerado tempestivo o Recurso de fls. 631/645, no entanto, acolhendo o Despacho COJUR/CFM nº 556/2020, como razões de decidir, foi decretada a EXTINÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM DECORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DO PROCESSO ÉTICOPROFISSIONAL, com o consequente arquivamento dos autos, nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 17 de novembro de 2020. (data do julgamento) JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Presidente da Sessão; JOSÉ ALBERTINO SOUZA , Relator.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.413, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Fixa os valores das anuidades de pessoas físicas e jurídicas, taxas e emolumentos, para o exercício de 2022, devidos aos Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária - CFMV/CRMVs -, e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, considerando o disposto nos artigos 16, alínea "f", e 31, ambos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, e no artigo 3º, XXIV, da Resolução CFMV nº 856, de 30 de março de 2007; Considerando o disposto nos artigos 4º a 11 da Lei nº 12.514, de 28/10/2011; Considerando o contido no PA CFMV nº 3120/2021 e a decisão proferida pelo Plenário do CFMV na CCCXLIX Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Medicina Veterinária, realizada no dia 24 de agosto de 2021, em Natal-RN; resolve:

Art. 1º O valor da anuidade de pessoa física e de microempreendedor individual, para o exercício de 2022, será de R$ 526,00 (quinhentos e vinte e seis reais).

Art. 2º A anuidade de pessoa jurídica, para o exercício de 2022, será cobrada de acordo com as seguintes classes de capital social:

I - até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 731,00 (setecentos e trinta e um reais);

II - acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.468,00 (mil quatrocentos e sessenta e oito reais);

III - acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 2.204,00 (dois mil duzentos e quatro reais);

IV - acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.930,00 (dois mil novecentos e trinta reais);

V - acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 3.661,00 (três mil seiscentos e sessenta e um reais);

VI - acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.397,00 (quatro mil trezentos e noventa e sete reais);

VII - acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 5.865,00 (cinco mil oitocentos e sessenta e cinco reais).

Art. 3º O pagamento da anuidade de pessoa física e jurídica, para o exercício de 2022, será efetuado com os seguintes descontos:

I - 15% (quinze por cento) de desconto para o pagamento feito até 31/1/2022;

II - 10% (dez por cento) de desconto para o pagamento feito até 28/2/2022;

III - 5% (cinco por cento) de desconto para o pagamento feito até 31/3/2022.

§ 1º Para o exercício de 2022 o pagamento da anuidade poderá ser efetuado em 5 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 31 de janeiro, a segunda em 28 de fevereiro, a terceira em 31 de março, a quarta em 29 de abril, e a quinta em 31 de maio.

§ 2º Os pagamentos efetuados após 31/5/2022 sofrerão a incidência dos encargos previstos no artigo 3º da Resolução CFMV nº 867, de 19/11/2007.

Art. 4º Os valores das taxas e emolumentos serão os seguintes:

I - inscrição de Pessoa Física (principal e secundária): R$ 74,00 (setenta e quatro reais);

II - registro de Pessoa Jurídica: R$ 221,00 (duzentos e vinte e um reais);

III - expedição de Cédula de Identidade Profissional: R$ 74,00 (setenta e quatro reais);

IV - substituição ou 2ª Via de Cédula: R$ 118,00 (cento e dezoito reais);

V - certificado de regularidade: R$ 85,00 (oitenta e cinco reais);

VI - registro de Título de Especialista: R$ 138,00 (cento e trinta e oito reais);

VII - anotação de responsabilidade técnica: R$ 136,00 (cento e trinta e seis reais);

VIII - renovação de responsabilidade técnica: R$ 103,00 (cento e três reais).

Art. 5º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

HÉLIO BLUME
Secretário-Geral

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução CFO-231, de 28 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União - Seção 1, página 206, terça feira, 29 de julho de 2020, para nele se fazer constar que:

Onde se lê: "Art. 44...§ 2º. Na ocorrência do impedimento referido na alínea "h", será exigido no ato de registro da candidatura, a comprovação do afastamento temporário do cargo incompatível, e, se eleito, para a posse e efetivo exercício do mandato como membro do Conselho Federal a comprovação do afastamento definitivo."

Leia-se: "Art. 44...§ 2º. Na ocorrência do impedimento referido na alínea "h", será exigido no ato de registro da candidatura, a comprovação do afastamento temporário do cargo incompatível, e, se eleito, para a posse e efetivo exercício do mandato como membro do Conselho Regional a comprovação do afastamento definitivo."

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO CRCSC Nº 444, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

Institui a Política de Controle de Acesso Lógico do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA - CRCSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

Considerando o Decreto n.º 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação, em especial o inciso II do Art. 15;

Considerando o Decreto n.º 10.222, de 5 de fevereiro de 2020, que aprova a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética;

Considerando as normas técnicas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 Tecnologia da informação - Técnicas de segurança - Sistemas de gestão da segurança da informação - Requisitos, ABNT NBR ISO/IEC 27002:2013 - Tecnologia da informação - Técnicas de segurança - Código de prática para controles de segurança da informação e ABNT NBR ISO/IEC 27003:2020 - Tecnologia da informação - Técnicas de segurança - Sistemas de gestão da segurança da informação - Orientações;

Considerando que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2020-2021 do Conselho Federal de Contabilidade estabelece o objetivo estratégico de "Garantir que o acesso, o tratamento e o armazenamento de informações do Conselho Federal de Contabilidade ocorram em conformidade com políticas e normas que assegurem a confidencialidade e a integridade das informações"; e

Considerando a Portaria CRCSC n.º 75, de 04 de agosto de 2021, que instituiu o Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação (CTSI) no âmbito do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, resolve:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO, APLICAÇÃO E CONTROLES DE ACESSO

Art. 1º Fica instituída a Política de Controle de Acesso Lógico aos ativos e aos sistemas de informação, para possibilitar o controle de acesso à rede, aos sistemas e às informações produzidas pelo Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC).

Art. 2º Esta Política de Controle de Acesso Lógico aplica-se aos conselheiros, empregados, assessores, terceirizados, estagiários, aprendizes, colaboradores, usuários da rede visitante (sem fio) do CRCSC, parceiros e/ou empresas contratadas pelo CRCSC.

Art. 3º A elaboração e atualização deste documento é de responsabilidade do Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação do CRCSC.

Art. 4º O acesso a informações rotuladas como públicas e de uso interno não é restringido com controles de acesso que discriminam o usuário.

Art. 5º O acesso às informações confidenciais e restritas serão permitidas apenas quando uma necessidade de trabalho tiver sido identificada e tal acesso aprovado pelo Departamento responsável.

Art. 6º O acesso a alguns equipamentos de hardware e/ou software especiais (tais como equipamentos de diagnóstico de rede) é restrito aos profissionais do Departamento de Tecnologia da Informação, com uso registrado, baseado nas necessidades do CRCSC.

Art. 7º Será dado a todos os usuários do CRCSC, automaticamente, o acesso aos serviços básicos como correio eletrônico (e-mail), aplicações de produtividade e browser WEB.

§ 1º Estas facilidades básicas irão variar de acordo com os cargos e serão determinadas pela autoridade competente.

§ 2º Todos os outros recursos dos sistemas serão providos via perfis de trabalho ou por solicitação feita ao proprietário da informação envolvida.

§ 3º Quaisquer questões sobre controle de acessos privilegiados deverão ser direcionadas ao Departamento responsável pela informação.

CAPÍTULO II

DOS TERMOS E DEFINIÇÕES

Art. 8º Os seguintes termos são utilizados nesta Política de Controle de Acesso Lógico aos ativos e aos sistemas de informação do CRCSC com os significados específicos que se seguem:

I. Arquivo: agrupamento de registros que, geralmente, seguem uma regra estrutural e que possuem informações (dados).

II. Autenticidade: garantia de que uma informação, produto ou documento é do autor a quem se atribui.

III. Confidencialidade: propriedade de que a informação não esteja disponível ou revelada a indivíduos, entidades ou processos não autorizados.

IV. Credenciais de acesso: conjunto composto pelo nome de conta e respectiva senha, utilizado para o ingresso ou acesso (login) em equipamentos, rede ou sistema.

V. Criptografia: arte e ciência de esconder o significado de uma informação de receptores não desejados.

VI. CTSI-CRCSC: Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação do CRCSC.

VII. Disponibilidade: propriedade de estar acessível e utilizável sob demanda por um usuário autorizado.

VIII. Estações de trabalho: computador pessoal utilizado para trabalho nas Unidades Organizacionais.

IX. Gestor de Sistema: empregado oficialmente designado como gestor de determinado sistema de informação.

X. Integridade: propriedade de salvaguarda da exatidão e completeza da informação contra alterações, intencionais ou acidentais, em seu estado e atividades.

XI. Ponto de acesso sem fio: equipamento que compõe uma rede sem fio (wireless), concentrando as conexões de um ou mais equipamentos.

XII. Privilégio mínimo: conceito que define que uma pessoa só precisa acessar os sistemas e recursos mínimos necessários para realizar suas atividades.

XIII. Programa: coleção de instruções que descrevem uma tarefa a ser realizada por um computador.

XIV. Recursos de armazenamento de dados corporativos: armazenamento de massa projetado para ambientes de grande escala e alta tecnologia.

XV. Recursos de TI: todo equipamento ou dispositivo que utiliza tecnologia da informação, bem como qualquer recurso ou informação que seja acessível por meio desses equipamentos ou dispositivos tecnológicos, tais como impressoras, sistemas, programas, softwares, acessos à rede local, internet, VPN (rede particular virtual), pendrives, smartcards, tokens, smartphones, modens sem fio, desktops, pastas compartilhadas em rede, entre outros.

XVI. Rede local do CRCSC: conjunto de recursos compartilhados por meio dos servidores de rede, switches e computadores clientes, por onde circulam as informações corporativas do CRCSC.

XVII. Rede sem fio (wireless): sistema que interliga equipamentos utilizando o ar como via de transmissão por meio de ondas eletromagnéticas.

XVIII. Sistema de informação: aplicação da tecnologia da informação que dá apoio às atividades de determinada área de conhecimento, visando otimizar as operações, o gerenciamento e a decisão, trabalhando os dados e transformando-os em informação.

XIX. Sistemas de mensageria: sistemas que permitem o envio e a recepção de mensagens de correio eletrônico ou de mensagens instantâneas entre usuários, dentro e fora da instituição.

XX. Storages: rede de área de armazenamento projetada para agrupar dispositivos de armazenamento de computador.

XXI. TI: Tecnologia da Informação.

XXII. TIC: Tecnologia da Informação e Comunicação são um conjunto de recursos tecnológicos utilizados de forma integrada com um objetivo comum.

XXIII. Departamento: unidade em que está lotado o empregado, assessor, terceirizado, estagiário ou aprendiz.

XXIV. Usuário: pessoa física ou jurídica que opera algum sistema informatizado do CRCSC.

XXV. Web: Rede Mundial de Computadores.

XXVI. Webconferência: reunião ou encontro virtual realizado pela internet por meio de aplicativos ou serviço com possibilidade de compartilhamento de apresentações, voz, vídeos, textos e arquivos por meio da web.

CAPÍTULO III

DO CADASTRAMENTO DE USUÁRIOS

Art. 9º A criação de novas contas de acesso à rede se dará da seguinte forma:

I. para empregados e assessores: após a solicitação através do e-mail suporte@crcsc.org.br pela Coordenação do Departamento de lotação, informando o nome completo, a lotação e a matrícula do empregado;

II. para estagiários e menores aprendizes: após a solicitação pela Coordenação do Departamento de lotação, através do e-mail suporte@crcsc.org.br, informando matrícula do estagiário e a vigência do contrato; e

III. para prestadores de serviço: após a solicitação pelo gestor do contrato através do e-mail suporte@crcsc.org.br, informando o nome completo, Departamento de lotação, número e vigência do contrato, nome da empresa contratada e matrícula na empresa contratada (ou outro documento legalmente válido).

Parágrafo único. Nas eventuais substituições, caberá ao responsável informar o período para a configuração adequada da conta de acesso do empregado, assessor ou prestador de serviço.

Art.10 As contas dos estagiários, menores aprendizes e prestadores de serviço serão configuradas para expiração automática, concomitantemente à vigência do contrato, salvo nos casos de desligamento antes do prazo estipulado na contratação, hipótese na qual o Coordenador do Departamento de lotação deverá informar a data de desvinculação do respectivo através do e-mail suporte@crcsc.org.br.

Art. 11 Caberá ao Coordenador do Departamento solicitar ao Departamento de TI a liberação ou restrição de privilégios de acesso aos documentos de sua unidade, essa solicitação deverá ser realizada através do e-mail suporte@crcsc.org.br.

Art. 12 Para evitar a expiração automática da conta de estagiários, menores aprendizes ou de prestadores de serviços, deverá ser aberto chamado pelo superior hierárquico imediato do estagiário ou do menor aprendiz, ou pelo gestor do contrato do prestador de serviços através do e-mail suporte@crcsc.org.br, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas à expiração da conta.

Art. 13 Todos os usuários que utilizam aplicações e sistemas do CRCSC devem assinar o Termo de Responsabilidade sobre o conhecimento da Política de Controle de Acesso Lógico do CRCSC, conforme o Anexo I.

Art. 14 A assinatura do documento de que trata o artigo anterior indica que o usuário em questão entende e concorda com as políticas, padrões, normas e procedimentos do CRCSC relacionados ao ambiente de TI, incluindo as instruções contidas nesta resolução, bem como as implicações legais decorrentes do não cumprimento do disposto no termo.

Art. 15 O gestor do contrato ficará responsável por recolher a assinatura desse no Termo de Responsabilidade sobre o conhecimento da Política de Controle de Acesso Lógico do CRCSC, conforme o Anexo I, a ser arquivado no respectivo processo de gestão do contrato.

Art. 16 O solicitante de acesso para empregado, assessor, estagiário ou menor aprendiz deverá recolher a assinatura desses no Termo de Responsabilidade sobre o conhecimento da Política de Controle de Acesso Lógico do CRCSC, conforme o Anexo I, que deverá ser entregue ao Departamento de Tecnologia da Informação a ser arquivado na pasta do colaborador do CRCSC.

Art. 17 Em casos excepcionais, poderão ser criadas contas para conselheiros, contadores membros de grupos e/ou comissões instituídas pela Presidência do CRCSC ou colaboradores de outros Conselhos Regionais de Contabilidade que estejam desempenhando serviços no CRCSC, após solicitação, através do e-mail suporte@crcsc.org.br, pelo Coordenador do departamento onde o conselheiro, membro de grupo ou comissão ou empregado do Conselho atuará, ou pela respectiva Diretoria.

Parágrafo único. O Termo de Responsabilidade sobre o conhecimento da Política de Controle de Acesso Lógico do CRCSC, conforme o Anexo I, deverá ser assinado pelo conselheiro, membro de grupo ou comissão ou colaborador do Conselho, sendo entregue ao Departamento de Tecnologia da Informação que encaminhará ao Departamento correspondente, onde ficará arquivado na pasta do colaborador do CRCSC ou em pasta própria de conselheiro, membro de grupo ou comissão.

Art. 18 É de responsabilidade do gestor do contrato solicitar, através do e-mail suporte@crcsc.org.br, o cancelamento da conta de acesso quando do desligamento ou afastamento do prestador de serviço.

Art. 19 A Coordenação do Departamento da respectiva lotação deverá informar, através do e-mail suporte@crcsc.org.br, o desligamento e a movimentação de lotação de empregados, assessores, estagiários e de menores aprendizes para as providências de bloqueio e posterior eliminação da conta, se for o caso.

Art. 20 Não haverá identificação genérica e de uso compartilhado para acesso aos recursos de rede, excetuando-se os casos de necessidade, justificada e acompanhada de parecer do Departamento de Tecnologia da Informação, acerca da possibilidade de aceitação dos riscos associados.

Art. 21 As contas de acesso à rede serão compostas pelo nome do respectivo departamento e/ou cargo/função ocupado, sendo a forma padrão, separados por ponto quando necessário.

Parágrafo único. Caso a forma padrão incorra em repetição com conta já existente, será acrescido numeral sequencial.

Art. 22 No ato da criação de conta de acesso à rede, será automaticamente criada conta dos serviços de correio eletrônico (e-mail), mensageria e agenda correspondente, bem como de outros serviços que utilizem a mesma base de dados para autenticação.

Art. 23 Após a criação da conta solicitada, a equipe do Departamento de Tecnologia da Informação deverá informar ao solicitante a criação da conta e a senha de acesso inicial, juntamente com as instruções para a sua alteração.

Art. 24 Em nenhuma hipótese será admitido o empréstimo ou o compartilhamento de credenciais de acesso.

Parágrafo único. No descumprimento dos casos tratados neste item, os atos praticados serão de responsabilidade de todos os envolvidos, estando sujeitos às sanções administrativas e penais cabíveis, tanto o titular das credenciais quanto aquele que as utilizar indevidamente.

CAPÍTULO IV

DA POLÍTICA DE SENHAS

Art. 25 A identificação de usuários que operam a rede local do CRCSC deve ser feita mediante a autenticação usuário-senha.

Art. 26 A senha cadastrada é pessoal, intransferível e confidencial.

Art. 27 A senha deverá observar as seguintes regras de formação:

I. não pode conter o nome da conta do usuário ou partes do nome completo do usuário que excedam dois caracteres consecutivos;

II. deve conter, no mínimo, 08 (oito) caracteres; e

III. deve conter caracteres de três das quatro categorias seguintes:

a) caracteres alfabéticos maiúsculos;

b) caracteres alfabéticos minúsculos;

c) caracteres numéricos; e

d) caracteres especiais, não alfabéticos (por exemplo: !, $, #, %).

Art. 28 Nos casos de troca de senha, a nova senha não poderá ser igual às últimas 3 (três) senhas anteriormente utilizadas.

Art. 29 Após 3 (três) tentativas erradas, o usuário ficará bloqueado, necessitando solicitar orientações ao Departamento de Tecnologia da Informação.

Art. 30 Em caso de suspeita de exposição indevida do ambiente de TI, todas as senhas de acesso devem ser imediatamente alteradas.

Art. 31 Em caso de comprometimento comprovado de segurança do ambiente de TI por algum evento não previsto, todas as senhas de acesso deverão ser modificadas.

Art. 32 Independentemente das circunstâncias, as senhas de acesso não devem ser compartilhadas ou reveladas para outras pessoas que não o usuário autorizado, ficando o proprietário da senha responsável legal por qualquer prática indevida cometida.

CAPÍTULO V
DOS ACESSOS
Seção I
DO ACESSO À REDE

Art. 33 Apenas poderão ser conectadas à rede cabeada do CRCSC microcomputadores e notebooks previamente autorizados pelo Departamento de Tecnologia da Informação.

§ 1º Exceções devem ser comunicadas à Diretoria de Administração e Infraestrutura do CRCSC, justificando a necessidade e o prazo de utilização.

§ 2º As exceções autorizadas deverão, obrigatoriamente, adotar os padrões definidos pela Política de Segurança da Informação do CRCSC, sendo o proprietário do equipamento responsável pelo licenciamento dos produtos nele instalados, uma vez que o CRCSC não fornecerá licenças para o funcionamento de microcomputadores particulares.

Art. 34 Microcomputadores e dispositivos portáteis poderão acessar a rede sem fio específica para esse fim.

Parágrafo único. O usuário, antes de acessar a rede visitante, deverá se identificar e concordar com o termo de uso da rede sem fio.

Art. 35 O Departamento de Tecnologia da Informação poderá desconectar das redes cabeada e sem fio qualquer dispositivo que constitua ameaça à segurança da informação.

Art. 36 Computadores com acesso à rede deverão ser desligados ou bloqueados na ausência do usuário.

Seção II
DO ACESSO À INTRANET E À INTERNET

Art. 37 Os acessos a portais da internet e aos demais serviços disponíveis na intranet do CRCSC serão efetuados, preferencialmente, por meio da rede local e deverão ser identificados por usuário.

§ 1º Os rastros de acesso deverão, no mínimo, identificar usuários, endereço IP, URL acessada, data e hora.

§ 2º O Departamento de Tecnologia da Informação deverá reter os rastros de acesso pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias.

Art. 38 É proibido o acesso a sítios que tratem de pornografia, pedofilia, erotismo e correlatos; de racismo; de ferramentas para invasão e evasão de sistemas; de compartilhamento de arquivos que tratem destes assuntos; e de apologia e incitação a crimes.

Parágrafo único. O Departamento de Tecnologia da Informação poderá utilizar software específico que realizará o bloqueio automático desses sítios.

Art. 39 Os acessos a sites e serviços disponíveis na internet serão controlados por filtros de conteúdo e reguladores de tráfego implementados nos dispositivos de segurança da rede do CRCSC, cuja operacionalização é de responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação.

Art. 40 Os Coordenadores de Departamentos do CRCSC devem definir, com base nas categorias de conteúdo fornecidas pelo Departamento de Tecnologia da Informação, os perfis de acesso à rede a serem aplicados a cada um de seus colaboradores.

§ 1º As solicitações de criação ou alteração nas permissões de acesso deverão ser formalizadas através do e-mail suporte@crcsc.org.br e arquivadas em meio eletrônico pelo Departamento de TI.

§ 2º Os Coordenadores dos Departamentos do CRCSC devem fiscalizar o bom uso dos acessos à internet e solicitar ajustes e restrições, em caso de má utilização.

§ 3º Mediante solicitação do Coordenador do Departamento, o Departamento de Tecnologia da Informação poderá fornecer relatórios mensais dos acessos para permitir o devido controle.

Art. 41 O Departamento de Tecnologia da Informação poderá, eventualmente e quando necessário, fazer ajustes temporários no controle de banda para viabilizar eventos específicos como vídeo conferências e acesso a visitantes.

Art. 42 Todas as operações de acesso realizadas serão registradas para fins de auditoria.

Art. 43 Não será admitido burlar ou tentar burlar os filtros de conteúdo ou restrições de acesso à internet, sob pena de responsabilização dos envolvidos, que estarão sujeitos às sanções administrativas e penais cabíveis.

Seção III
DO ACESSO REMOTO A SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Art. 44 O acesso remoto à rede corporativa do CRCSC deve ser realizado somente para atender aos interesses de trabalho.

Art. 45 Compete ao Departamento de Tecnologia da Informação definir os perfis de acesso, aplicando técnicas de autenticação e de segurança.

I - o acesso remoto, no âmbito da rede corporativa, deve ser provido por meio de canal criptografado, preferencialmente utilizando as recomendações da ICP-Brasil;

II - o acesso remoto à rede corporativa terá privilégios diferenciados do acesso local, de acordo com o perfil de acesso, com serviços explicitamente controlados;

III - a permissão para se realizar acesso remoto à rede corporativa deve ser solicitada à área de administração da rede pela Coordenação ou área superior a que o usuário da rede está subordinado, com horários para se realizar o acesso; e

IV - o acesso remoto à rede corporativa será gravado, para posterior auditoria, em logs contendo data e hora, serviço utilizado, usuário e informações específicas que facilitem o rastreamento da ação tomada.

Art. 46 Quaisquer computadores que tenham comunicação remota em tempo real com os sistemas do CRCSC devem se submeter ao mecanismo de controle de acesso, levando-se em consideração os privilégios necessários ao acesso a cada tipo de informação.

Art. 47 Os usuários da rede devem reportar os incidentes que afetam a segurança dos ativos ou o descumprimento da Política de Segurança da Informação ao Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação do CRCSC.

Art. 48 Em casos de quebra de segurança da informação por meio de recursos de tecnologia da informação, o Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação do CRCSC deverá ser imediatamente acionado para tomar as providências necessárias a sanar as causas, podendo até mesmo determinar a restrição temporária do acesso às informações e/ou ao uso dos recursos de tecnologia da informação do CRCSC.

Art. 49 Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação.

CAPÍTULO VI
DA UTILIZAÇÃO DO CORREIO ELETRÔNICO CORPORATIVO

Art. 50 O correio eletrônico é o recurso corporativo para comunicação a ser utilizado de modo compatível com o exercício da função, sem comprometer a imagem do CRCSC nem o tráfego de dados na rede de computadores da instituição.

§ 1º Todas as mensagens eletrônicas enviadas e recebidas nos domínios do CRCSC terão registrados os dados: data e hora do envio ou recebimento, remetente e destinatário.

§ 2º O Departamento de Tecnologia da Informação deverá implantar mecanismos que evitem o envio e a recepção de mensagens que possam comprometer a segurança do serviço de correio eletrônico.

§ 3º O Departamento de Tecnologia da Informação poderá estabelecer cotas para limitar o espaço de armazenamento das caixas postais, por Departamento e por usuário.

§ 4º O Departamento de Tecnologia da Informação não acessará mensagens individuais de caixas de e-mail, salvo para atender aos seguintes objetivos:

I. verificar a obtenção, retenção, uso e divulgação de informações por meio ou com fins ilícitos, ou em desacordo com as normas regulamentares sobre segurança da informação, mediante autorização da Presidência do CRCSC ou da Diretoria de Administração e Infraestrutura;

II. recuperar conteúdo de interesse do CRCSC, no caso de afastamentos legais do usuário e de seu substituto, mediante autorização da Presidência do CRCSC ou da Diretoria de Administração e Infraestrutura;

III. atender à demanda formulada no âmbito de processo administrativo disciplinar, mediante autorização da Presidência do CRCSC ou da Diretoria de Administração e Infraestrutura;

IV. atender à determinação judicial; e

V. realizar a recuperação de mensagens do backup, a pedido do próprio usuário.

§ 5º O envio de mensagens a componentes da lista de endereços e grupos de e-mails do CRCSC restringir-se-á a assuntos de interesse geral da instituição ou do Sistema CFC/CRCs.

§ 6º A exclusão de caixas postais poderá ocorrer com o desligamento do usuário, mediante autorização da Presidência do CRCSC ou da Diretoria de Administração e Infraestrutura.

Art. 51 São vedadas as seguintes ações relacionadas à utilização do correio eletrônico:

I. acesso ou tentativa de acesso à caixa postal em desacordo com o previsto no § 4º do Art. 50;

II. envio ou armazenamento de mensagem de conteúdo incompatível com as atribuições do usuário, incluindo as que contém ofensas, comentários discriminatórios e pornografia; e

III. adulteração de dados referentes à origem da mensagem nos campos de controle e cabeçalho.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se armazenado o e-mail aberto e mantido na caixa postal do usuário.

Art. 52 O Departamento de Tecnologia da Informação prestará suporte para a configuração e utilização da tecnologia adotada para o serviço de correio eletrônico corporativo.

CAPÍTULO VII
DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE ARQUIVOS

Art. 53 O sistema de arquivos compreende um conjunto de pastas armazenadas em servidor de arquivos e compartilhadas em rede, que podem ser compartilhadas entre todos os usuários ou restrito a usuários de determinado departamento ou de determinado projeto.

Art. 54 O Departamento de Tecnologia da Informação realizará o backup dos arquivos armazenados no servidor de arquivos, conforme discriminado na Política de Segurança da Informação (backup).

Parágrafo único. O backup de arquivos de pastas de usuário armazenadas nas estações de trabalho é de responsabilidade do usuário.

Art. 55 O Departamento de Tecnologia da Informação poderá limitar o tipo de extensão dos arquivos a serem armazenados nas pastas dos departamentos.

Art. 56 O Departamento de Tecnologia da Informação não acessará os arquivos armazenados nas pastas dos departamentos e dos usuários, salvo nas seguintes situações:

I. verificar a obtenção, retenção, uso e divulgação de informações por meio ou com fins ilícitos, ou em desacordo com as normas regulamentares sobre segurança da informação, mediante autorização da Presidência do CRCSC ou da Diretoria de Administração e Infraestrutura;

II. recuperar conteúdo de interesse do CRCSC, no caso de afastamentos legais do usuário e de seu substituto, mediante autorização da Presidência do CRCSC ou da Diretoria de Administração e Infraestrutura;

III. atender à demanda formulada no âmbito de processo administrativo disciplinar, mediante autorização da Presidência do CRCSC ou da Diretoria de Administração e Infraestrutura;

IV. atender à solicitação judicial; e

V. realizar a recuperação de arquivos do backup, a pedido do usuário.

Art. 57 Os casos omissos serão dirimidos pelo Comitê de Tecnologia e Segurança da Informação do CRCSC.

Art. 58 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RÚBIA ALBERS MAGALHÃES
Presidente do Conselho

ANEXO I

Termo de Responsabilidade

Pelo presente termo, declaro ter conhecimento da Política de Controle de Acesso Lógico do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina (CRCSC), disponível para consulta no site do CRCSC.

Declaro que estou recebendo uma conta com privilégios adequados ao exercício das atividades que executo, a qual será utilizada somente para tal fim.

Declaro estar ciente de que minhas ações serão monitoradas de acordo com a Política de Controle de Acesso Lógico do CRCSC e de que qualquer alteração feita sob minha identificação, oriunda de minha autenticação e autorização, é de minha responsabilidade.

Estou ciente, ainda, de minha responsabilidade pelo dano que possa causar pelo descumprimento da Política de Controle de Acesso Lógico do CRCSC ao realizar uma ação de iniciativa própria de tentativa de modificação da configuração, física ou lógica, dos recursos computacionais sem a permissão da área competente.

Florianópolis (SC), ____ de _____ de 20XX.
Nome
Matrícula
Departamento
Nome
Departamento
(titular do departamento ou gestor do contrato, para o caso dos terceirizados)

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 10ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CRP10 Nº 1, DE 26 DE MARÇO DE 2020

Altera os prazos para pagamento das anuidades referentes ao exercício de 2020 previsto nas resoluções CFP nº 3/2007. No âmbito do Conselho Regional de Psicologia 10ª Região Pará e Amapá

O Conselho Regional de Psicologia - 10ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais e

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, que a contaminação com o novo Coronavírus (COVID-19), caracterizando como pandemia;

Considerando o disposto na Lei nº 12.514/2011, que considera as contribuições profissionais, de natureza tributária, é obrigatória, em decorrência de imposição legal.

Considerando a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 31, de 11 de dezembro de 2019 que institui os valores das anuidades para o exercício de 2020 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região Pará e Amapá.

Considerando a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 03, de 25 de março de 2020 que dispõe sobre a prorrogação do vencimento da anuidade do exercício 2020.

Considerando a importância do compromisso com a equipe de trabalhadoras e trabalhadores da autarquia; categoria profissional e sociedade, que necessitam de um Conselho Profissional atuante e com suas obrigações trabalhistas e financeiras em dia.

Considerando deliberação AD REFERENDUM do X Plenário do Conselho Regional de Psicologia 10ª Região Pará e Amapá, resolve:

Art. 1º - Alterar o § 1º do Art. 71 da Resolução CFP N.º 003/2007, nova redação dada pelo Art. 5ª desta Resolução.

"No período regular de cobrança, as anuidades dos profissionais e das pessoas jurídicas já registradas serão pagas em cota única ou em até 5 parcelas, vencíveis nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio. (Redação dada pela Resolução CFP nº 1/2012)."

Art. 2º - Alterar o § 2º do Art. 71 da Resolução CFP N.º 003/2007, nova redação dada pelo Art. 5ª desta Resolução.

"§ 2º Os pagamentos das parcelas referentes aos meses de abril e maio, se efetuados fora das datas de vencimento, serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento) e de juros de 1,0% (um por cento) ao mês. (Redação dada pela Resolução CFP nº 3/2013)."

Art. 3º - Alterar o § 4º do Art. 71 da Resolução CFP N.º 003/2007, nova redação dada pelo Art. 4ª desta Resolução.

"§ 4º Os pagamentos à vista efetuados após 31 de março serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento) e de juros de 1,0% (um por cento) ao mês. (Redação dada pela Resolução CFP nº 3/2013)."

Art. 4º - As(Os) profissionais e as pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento em cota única da anuidade de 2020 com vencimento em 31 de março de 2020, poderão fazê-lo até 31 de julho de 2020, com o valor principal integral, sem a incidência de encargos, desde que não ultrapasse o dia de 31 de julho de 2020.

Art. 5º - As(Os) profissionais e as pessoas jurídicas que optaram pelo parcelamento poderão fazê-lo até 31 de julho de 2020, com o valor principal integral da parcela, sem a incidência de encargos, desde que a última parcela não ultrapasse o dia de 31 de julho de 2020.

Parágrafo Único - As(Os) profissionais e as pessoas jurídicas que quiserem usufruir deste benefício, previsto neste artigo deverão, mediante solicitação, requerer ao Conselho Regional de Psicologia 10ª Região, por meio de preenchimento de formulário disponível no site do Conselho Regional.

Art. 6º - Aos que já estão com os boletos de cota única emitidos a vencer e que optarem por usufruir dos benefícios da prorrogação dos prazos, não será necessária a emissão de novo(s) boleto(s) para alteração do vencimento, conforme prazos definidos neste artigo.

Art. 7º - Casos omissos na aplicação deste documento serão resolvidos pela Diretoria do CRP10, ad referendum do Plenário.

Art. 8º - A presente resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

JUREUDA DUARTE GUERRA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 7ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CRP/07 Nº 5, DE 7 DE AGOSTO DE 2021

Revoga a resolução do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) nº 007/2019 e cria cargo comissionado de Assessoria Técnica de Políticas Públicas.

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 79.822, de 17 de julho de 1977 e em conformidade com o acórdão 341/2004 - Plenário do Tribunal de Contas da União, referente ao Processo TC.016.756/2003-0 e;

CONSIDERANDO a relevância e o incremento das atividades do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP);

CONSIDERANDO a faculdade de se criar ou reformular cargos em comissão no âmbito do Conselho para preenchimento de cargos de chefia e assessoramento;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário deste Conselho conforme ata nº 057/2021, em reunião realizada no dia 07 de agosto de 2021; resolve:

Art. 1º - Revogar a Resolução CRPRS nº 007/2019.

Art. 2º - Criar o cargo em comissão de Assessoria Técnica de Políticas Públicas, responsável por desenvolver atividades de pesquisas sobre a atuação profissional de psicólogas/os que atuam em políticas públicas, sistematizando e divulgando informações acerca da prática profissional da categoria nestas políticas, através da elaboração de documentos, realização de reuniões e eventos específicos; participar de eventos em diferentes âmbitos, com o objetivo de divulgar as ações e discussões do CREPOP; propor e executar projetos regionais para discussão e produção de subsídios para a intervenção das/os psicólogas/os no campo das políticas públicas; executar e supervisionar as atividades relacionadas com o planejamento, manutenção e desenvolvimento da estrutura técnica local do CREPOP; assessorar a Diretoria e/ou Plenário de gestão, bem como os demais setores administrativos e técnicos do CRPRS sobre assuntos e questões relacionadas às políticas públicas, especialmente a partir dos subsídios produzidos pelas pesquisas e demais ações desenvolvidas pelo núcleo local do CREPOP.

§ 1º - O cargo em comissão é de livre provimento e, portanto, de caráter provisório e desempenho precário, não adquirindo, quem o exerce, o direito à continuidade no cargo, passível de demissão ad nutum.

§ 2º - A relação de trabalho da/o ocupante de cargo comissionado será regida pela Consolidação das Leis de Trabalho - CLT.

§ 3º - A/O ocupante deste cargo comissionado não está sujeita/o às normas contidas no Plano de Cargos e Salários, que abrange apenas os cargos efetivos.

§ 4º - São atribuições do cargo: desenvolver as pesquisas em nível regional, através de metodologia definida pelo Núcleo Nacional do CREPOP com vistas à produção de Referências Técnicas para atuação profissional das/os psicólogas/os nas políticas públicas; participar dos encontros presenciais que compõem as pesquisas realizadas, especialmente aqueles realizados em Porto Alegre; registrar o conjunto de informações (teóricas, técnicas e políticas) decorrentes da prática das/os psicólogas/os em diferentes políticas públicas, assim como as potencialidades e dificuldades que encontram; elaborar materiais que sistematizem e aprofundem as questões regionais identificadas nas pesquisas desenvolvidas pelo núcleo regional do CREPOP; potencializar a divulgação dos documentos produzidos pelo CREPOP, através da organização e participação em eventos técnicos, políticos e científicos divulgando os produtos regionais e nacionais do CREPOP; desenvolver e executar projetos regionais vinculados ao CREPOP/RS, definidos a partir de demandas locais e previamente acordados com a gestão do CRPRS; participar de atividades de formação permanente e avaliação dos processos de trabalho da Rede CREPOP; conhecer os marcos lógicos e legais dos campos investigados, levantados pelo Núcleo Nacional do CREPOP; emitir e divulgar notícias sobre o campo das Políticas Públicas de interesses para as/os psicólogas/os nos meios de comunicação do CRPRS com a categoria; fomentar ações de regionalização das discussões sobre a atuação das/os psicólogas/os nas Políticas Públicas em consonância com as políticas de gestão do Plenário do CRPRS; aprofundar o processo de investigação e reconhecimento da inserção de psicólogas/os em diferentes políticas públicas no âmbito estadual, visando sua qualificação; potencializar o Núcleo Regional do CREPOP como ferramenta de gestão fornecendo subsídios para ações da Plenária do CRPRS, bem como, para outros setores do CRPRS; disponibilidade para viagens a serviço; manter canais de comunicação com a equipe local do CREPOP para elucidação de dúvidas, troca de informações, críticas e sugestões que visem qualificar o processo de trabalho; assessorar a Diretoria, e/ou Plenário e/ou Comissões, bem como, os demais setores administrativos e técnicos do CRPRS sobre assuntos e questões relacionadas às políticas públicas, especialmente a partir dos subsídios produzidos pelas pesquisas e demais ações desenvolvidas pelo núcleo local do CREPOP; desempenhar a função de funcionária/o de referência para questões do Controle Social no âmbito do CRPRS; assessorar, exclusivamente, a Comissão e Núcleos de Políticas Públicas no que se refere à organização e articulação das representações do CRPRS em conselhos de controle social e de direitos; realizar a gestão dos recebimentos e envios dos relatórios do controle social; organizar a nomeação e a revogação de representações em conselhos de controle social e de direitos, conforme deliberações da Comissão de Políticas Públicas ou conselheira/o referência do controle social; manter canais de comunicação com as representações em conselhos de controle social e de direitos, outras atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo.

Art. 3º - A/O ocupante do cargo de Assessoria Técnica de Políticas Públicas deverá, à época de sua nomeação, possuir graduação em Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas, Psicologia, Ciências Sociais ou Saúde Coletiva. Ainda, deverá possuir experiência em intervenção técnica e/ou política no campo das políticas públicas, em realização de pesquisa e estudos no campo das políticas públicas e ter conhecimento a respeito da legislação que versa sobre Controle Social.

Art. 4º - A/O ocupante do cargo deverá cumprir carga horária semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, com flexibilidade de horário e de dias da semana, inclusive em sábados ou domingos, em função dos horários das reuniões, aplicação de etapas das pesquisas e treinamentos da Rede CREPOP.

Art. 5º - A/O ocupante do cargo deverá ter disponibilidade de viagem, para a aplicação de etapas das pesquisas, para o acompanhamento de eventos/atividades ou quando solicitado pela Diretoria do CRPRS.

Art. 6º- A remuneração mensal inicial contratada será de R$ 5.999,44 (cinco mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos).

§ 1º - A/O ocupante deste cargo comissionado fará jus exclusivamente aos seguintes benefícios, na forma prevista em acordo coletivo: reajuste salarial, vale-alimentação/refeição, vale-transporte, plano de saúde e plano odontológico.

Art.7º- É vedada a nomeação para o cargo em comissão de parentes consanguíneos ou não, até o 3º grau, das/os conselheiras/os, inclusive suplentes, e afinidade com empregadas/os efetivas/os do CRPRS.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

ANA LUIZA DE SOUZA CASTRO
Presidenta do Conselho

RESOLUÇÃO CRP/07 Nº 6, DE 7 DE AGOSTO DE 2021

Revoga as resoluções Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) nº 03/2018 e nº 02/2020 e cria cargo comissionado de Assessoria de Comissões.

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 79.822, de 17 de julho de 1977 e em conformidade com o Acórdão 341/2004 - Plenário do Tribunal de Contas da União, referente ao Processo TC.016.756/2003-0 e;

CONSIDERANDO a importância de uma assessoria próxima às comissões do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), visando a melhoria, ampliação e especialização do trabalho prestado pelas comissões;

CONSIDERANDO a faculdade de se criar ou reformular cargos em comissão no âmbito do Conselho para preenchimento de cargos de chefia e assessoramento;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário deste Conselho conforme a ata nº 057/2021, em reunião realizada no dia 07 de agosto de 2021; , resolve:

Art. 1º - Revogar as resoluções CRPRS nº 03/2018 e nº 02/2020.

Art. 2º - Criar o cargo em comissão de Assessor/a de Comissões, para realizar assessoria na execução das ações conforme estipulado no planejamento anual, tais como atividades de pesquisa, registro de informações e relatórios.

§ 1º - O cargo em comissão é de livre provimento e, portanto, de caráter provisório e desempenho precário, não adquirindo, quem o exerce, o direito à continuidade no cargo, passível de demissão ad nutum.

§ 2º - A relação de trabalho do/a ocupante de cargo comissionado será regida pela Consolidação das Leis de Trabalho - CLT.

§ 3º - O/A ocupante deste cargo comissionado não está sujeito/a às normas contidas no Plano de Cargos e Salários, que abrange apenas os cargos efetivos.

§ 4º - São atribuições do cargo: acompanhar, encaminhar, orientar e monitorar tecnicamente o planejamento e a execução de ações das comissões, núcleos e Grupos de Trabalhos (GTs) do CRPRS, com supervisão da Diretoria do CRPRS e conselheiras/os de referência que compõem espaços correlatos às ações; participar das reuniões Plenárias do CRPRS e de comissões, Diretoria e outros setores internos, sempre que houver necessidade, visando o bom andamento das ações; elaborar relatórios parciais (qualitativos e quantitativos) sobre a execução das ações, para acompanhamento da Diretoria e Plenário do CRPRS; pesquisar sobre informações e inovações dentro das áreas de atuação das comissões, núcleos e GTs que possam auxiliar na construção do planejamento estratégico do CRPRS; acompanhar projetos de assuntos técnicos dentro da área de atuação, visando contribuir com conselheiros e comissões, núcleos e GTs nas ações desenvolvidas pelo CRPRS; auxiliar na organização de atividades e eventos na área de Psicologia, em conjunto com os demais setores do Conselho; elaborar e operacionalizar o envio de ofícios e/ou outros documentos, quando solicitado pelas Presidências de Comissões, Diretoria ou Coordenação Geral; fomentar, junto aos setores internos do Conselho (Comissões, representações e Plenário) e categoria profissional, a construção de fóruns de discussão e debates, através de pesquisas e levantamentos permanentes sobre temas pertinentes à Psicologia; manter contato constante com conselheiras/os e colaboradoras/es do CRPRS através das TICs (tecnologias da informação e comunicação) sobre assuntos pertinentes às ações das comissões, núcleos e GTs; dar ciência ao plenário da comunicação do andamento dos espaços de debates e discussões da categoria; manter contato com setores internos do CRPRS para alimentação do Portal da Transparência; subsidiar as discussões dos fóruns com informações e/ou documentos do CRPRS, bem como criar estratégias para fomentar o uso dos fóruns pela categoria; participar de reuniões com outros CRPs e Conselho Federal de Psicologia (CFP) quando necessário.

Art. 3º - O/A ocupante do cargo de Assessoria de Comissões deverá, à época de sua nomeação, possuir graduação em Psicologia com registro ativo e pós-graduação lato sensu ou stricto sensu no campo dos Direitos Humanos, das Políticas Públicas, da Psicologia ou áreas afins. Ainda, deverá ter conhecimento a respeito dos marcos lógicos e legais pertinentes aos campos anteriormente citados.

Art. 4º - O/A ocupante do cargo deverá cumprir carga horária semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, com flexibilidade de horário e de dias da semana, inclusive em sábados ou domingos, em função dos horários das reuniões das Comissões, GTs e/ou da Diretoria.

Art. 5º - O/A ocupante do cargo deverá ter disponibilidade de viagem, para acompanhamento/assessoramento de reuniões de comissões, quando solicitado pelas Comissões ou pela Diretoria do CRPRS.

Art. 6º - A remuneração mensal inicial contratada será de R$ 5.999,44 (cinco mil novecentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos).

Parágrafo Único - O/A ocupante deste cargo comissionado fará jus exclusivamente aos seguintes benefícios, na forma prevista em acordo coletivo: reajuste salarial, vale-alimentação/refeição, vale-transporte, plano de saúde e plano odontológico.

Art. 7º - É vedada a nomeação para o cargo em comissão de parentes consanguíneos ou não, até o 3º grau, dos/as conselheiros/as, inclusive suplentes, e afinidade com empregados/as efetivos/as do CRPRS.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

ANA LUIZA DE SOUZA CASTRO
Presidenta do Conselho